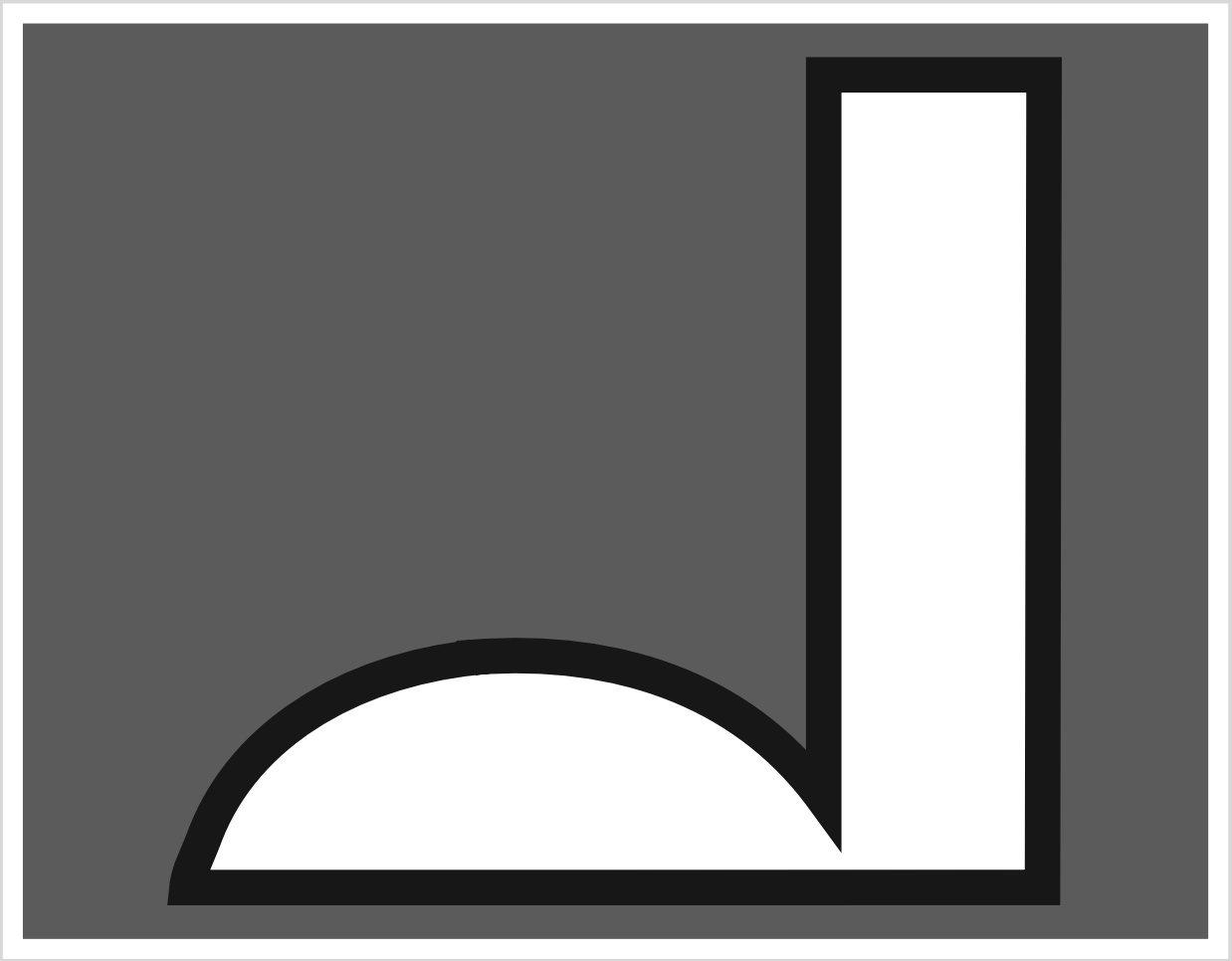
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 2 a 31 de maio de 2011)

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões
no Senado Federal

ANO LXVI – SUP. AO Nº 88 – QUINTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29	**Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16**
Líder **Humberto Costa - PT** **.....** **Líder do PT - 15** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias **Líder do PR - 4** **Magno Malta** **Líder do PDT - 4** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 3** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**.....** **Líder do PMDB - 19** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** **Líder do PMN - 1** **Sérgio Petecão** **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Mário Couto - PSDB (9)** Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda **.....** **Líder do PSDB - 11** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres (3,4)** Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
		PTB - 6 **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 **Líder** **Marinor Brito - PSOL**	**PPS - 1** **Líder** **Itamar Franco - PPS**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal **Florian Augusto Coutinho Madruga** Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações **José Farias Maranhão** Diretor da Subsecretaria Industrial	**Claudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal **Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata **Patrícia Freitas Portella Nunes Martins** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 2 a 31 de maio de 2011)

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de abril de 2011 5

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de maio de 2011 161

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de maio de 2011 195

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de maio de 2011 238

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de maio de 2011 269

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de maio de 2011 293

1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de maio de 2011 305

Ata da 16ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de maio de 2011 329

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de maio de 2011 357

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2011 369

1.2.2.1 – Subcomissão Temporária para Análise do Projeto de Resolução nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa

Ata da 5ª Reunião, realizada em 2 de maio de 2011 393

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de maio de 2011 402

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2011 417

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de maio de 2011 436

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2011 478

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2011 502

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de maio de 2011 515

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de maio de 2011 523

1.2.4.1 – Subcomissão Permanente da Água

Ata da 1ª Reunião, realizada em 15 de março de 2011 554

1.2.4.2 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 15 de março de 2011 556

Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de abril de 2011 557

Ata da 3ª Reunião, realizada em 13 de abril de 2011 563

Ata da 4ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2011 576

Ata da 5ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2011 583

Ata da 6ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2011 603

1.2.4.3 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de abril de 2011 614

1.2.4.4 – Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2011 617

Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2011 622

1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2011 627

Ata da 11a Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2011 653

1.2.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2011 664

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011 684

1.2.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2011 697

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2011 713

1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de abril de 2011 741

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2011 756

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2011 760

Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de abril de 2011 761

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2011 769

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2011 793

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - 2011

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Maio/2011

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/05/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	13
Especial	5
Não Deliberativa	9
Total de sessões realizadas	**27**

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/05/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Total
PLC	12	5	1	1	19
PLS	2	12	3	0	17
PDS	16	23	0	0	39
PRS	2	0	0	0	2
MSF	16	-	-	0	16
OFS	2	-	-	0	2
Total	50	40	4	1	95

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 31/05/2011

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
MPV	1	-	1
PLV	-	4	4

Quadro de Requerimentos
01 a 31/05/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	9
Auditoria	1
Congratulações, pesar e assemelhados	44
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	1
Criação ou alteração de comissão temporária	3
Desapensamento de matérias	1
Informações	63
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	7
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	10
Retirada de matéria	5
Tramitação conjunta	13
Urgência para matéria	5
Voto de aplauso ou semelhante	5
Voto de censura	1
Total Geral	**169**

*** No período de 01 a 31/05/2011 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 31/05/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	MPU	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	0	-	9	7	1	17
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	14	-	-	-	14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	4	2	33	-	-	39
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	2	-	-	-	2
Total	4	18	42	7	1	72

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

01 a 31/05/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	35
Art. 40 (2)	1
Art. 43, I (3)	7
Art. 43, II (4)	6
Retirada de Requerimento	2
Total Geral	**51**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de assuntos particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

01 a 31/05/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	7

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 31/05/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	43
Especial	9
Extraordinária	1
Não Deliberativa	34
Total de sessões realizadas	**87**
Reunião	1
Reunião Preparatória	3
Total de Reuniões	**4**

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 31/05/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	0	-	-	1	1	1	3
PLC	18	15	1	1	1	0	36
PLS	2	40	4	1	3	2	52
PDS	22	106	0	0	1	0	129
PRS	3	0	0	0	0	1	4
MSF	40	-	-	0	0	0	40
OFS	2	-	-	0	0	0	2
Total	87	161	5	3	6	4	266

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 31/05/2011

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	3	-	-	1	4
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	10	3	-	13

Quadro de Requerimentos
02/02 a 31/05/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	37
Auditoria	6
Congratulações, pesar e assemelhados	131
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	11
Desapensamento de matérias	5
Desarquivamento de matéria	61
Dispensa de parecer	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	13
Informações	100
Levantamento de Sessão	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	2
Missão (em representação do Senado Federal)	18
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	38
Reexame de matéria por Comissão	1
Retirada de matéria	18
Tramitação conjunta	18
Urgência para matéria	7
Voto de aplauso ou semelhante	7
Voto de censura	2
Total Geral	**484**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 31/05/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	MPU	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	1	-	24	7	1	33
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	42	-	-	-	42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	5	6	117	-	-	128
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	3	-	-	-	3
Total	6	51	141	7	1	206

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

02/02 a 31/05/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	155
Art. 40 (2)	7
Art. 43, I (3)	16
Art. 43, II (4)	26
Retirada de Requerimento	2
Total Geral	**206**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratamento de assuntos particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

02/02 a 31/05/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	18

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 31/05/2011

Matéria: Medida Provisória. Total: 1

1. À promulgação. Total: 1

Aprovada na íntegra. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 515/2010	Abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R$ 26.673.264.196,00, para os fins que especifica.	Presidente da República	24/05/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

1. À sanção. Total: 4

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 9/2011	Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	04/05/2011
PLV 10/2011	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	10/05/2011
PLV 12/2011	Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.	Câmara dos Deputados	18/05/2011
PLV 15/2011	Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional.	Câmara dos Deputados	31/05/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 19

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 166/2008	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.	Zezéu Ribeiro	24/05/2011

2. Ao arquivo. Total: 2

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 275/2009	Denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul.	Cláudio Diaz	18/05/2011

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 77/2007	Acresce o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção à gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA).	Sandra Rosado	24/05/2011

3. À sanção. Total: 16

Aprovada pelo Plenário. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 3/2011	Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), define jurisdições e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	05/05/2011
PLC 43/2005	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Determina que a pessoa que for retirada cautelarmente da moradia comum, por maus-tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, está obrigada a prestar alimentos).	Paulo Rocha	12/05/2011
PLC 46/2007	Acrescenta § 3º ao art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Dispõe sobre a oferta de ensino superior aos povos indígenos).	Carlos Abicalil	12/05/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 19

3. À sanção. Total: 16

Aprovada pelo Plenário. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 150/2008	Altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos 3% (três por cento) das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.	Vanderlei Macris	12/05/2011
PLC 156/2008	Altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.	Tarcísio Zimmermann	12/05/2011
PLC 22/2011	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	24/05/2011
PLC 6/2011	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2011
PLC 21/2011	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2011
PLC 23/2011	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2011
PLC 4/2011	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	26/05/2011
PLC 5/2011	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	26/05/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 149/2010	Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.	Presidente da República	05/05/2011
PLC 11/2011	Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.	Ministério Público da União	09/05/2011
PLC 146/2010	Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica.	Fátima Bezerra	18/05/2011
PLC 157/2010	Confere ao Município de Holambra, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Flores.	Roberto Alves	25/05/2011
PLC 177/2009	Inscreve os nomes de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo - MMDC, heróis paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932, no Livro dos Heróis da Pátria.	Dr. Talmir	26/05/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 17

1. À Câmara dos Deputados. Total: 14

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 235/2009	Acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Cpi - Pedofilia - 2008	12/05/2011
PLS 100/2010	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.	Cpi - Pedofilia - 2008	12/05/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 270/2007	Torna obrigatório o fornecimento gratuito, por motéis, de preservativos e de folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis.	Maria do Carmo Alves	02/05/2011
PLS 294/2005	Cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro).	José Sarney	05/05/2011
PLS 337/2009	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água.	João Vicente Claudino	05/05/2011
PLS 310/2006	Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros.	Tasso Jereissati	09/05/2011
PLS 49/2011	Altera o art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para explicitar a proibição de aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher.	Gleisi Hoffmann	09/05/2011
PLS 385/2007	Altera o Art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a freqüência mínima exigida para aprovação.	Wilson Matos	18/05/2011
PLS 66/2011	Denomina "Engenheiro Vasco Filho" o trecho da BR-324 que liga os Municípios de Salvador e Feira de Santana, na Bahia.	Lídice da Mata	18/05/2011
PLS 388/2007	Altera o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis fundamental e médio.	Wilson Matos	20/05/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 17

1. À Câmara dos Deputados. Total: 14

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 6/2009	Estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da devolução do Imposto de Renda da Pessoa Física.	Cristovam Buarque	25/05/2011
PLS 377/2005	Veda a atribuição, a logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza, de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão-de-obra escrava.	Marcelo Crivella	26/05/2011
PLS 514/2009	Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que "dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências", de forma a que seja dada preferência a projetos vinculados a escolas de educação básica das redes públicas de ensino.	Marisa Serrano	26/05/2011
PLS 54/2010	Confere ao município de Florestópolis, no Estado do Paraná, o título de Município-berço da Pastoral da Criança.	Flávio Arns	26/05/2011

2. Ao arquivo. Total: 3

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 114/2008	Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais.	Lobão Filho	18/05/2011
PLS 334/2008	Regulamenta o dano moral e a sua reparação.	Valter Pereira	18/05/2011
PLS 157/2010	Proíbe a produção e a comercialização de equipamentos eletrônicos que possuam dispositivo capaz de permitir a opção pelo modo de espera em sua operação.	Paulo Paim	25/05/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 39

1. À promulgação. Total: 39

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 115/2011	Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	11/05/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 39

1. À promulgação. Total: 39

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 255/2010	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	24/05/2011
PDS 636/2010	Aprova o texto do Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respectivos Diplomas no Mercosul e Estados Associados, adotado em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, por meio da Decisão CMC nº 17/08, no âmbito da XXXV Reunião do Conselho do Mercado Comum.	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	24/05/2011
PDS 640/2010	Aprova o texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, aprovado pelo Conselho de Ministros do Mercosul, em Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	24/05/2011
PDS 641/2010	Aprova o texto do Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, feito em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004, com as correções contidas no texto da Fé de Erratas ao Acordo, assinado em 28 de junho de 2007.	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	24/05/2011
PDS 73/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de ju-lho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	24/05/2011
PDS 75/2011	Aprova os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	24/05/2011
PDS 19/1999	Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós.	Mozarildo Cavalcanti	31/05/2011
PDS 639/2010	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	31/05/2011
PDS 642/2010	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	31/05/2011
PDS 645/2010	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	31/05/2011
PDS 646/2010	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	31/05/2011
PDS 647/2010	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Victória, em 16 de setembro de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	31/05/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 39

1. À promulgação. Total: 39

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 74/2011	Aprova o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	31/05/2011
PDS 78/2011	Aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	31/05/2011
PDS 104/2011	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	31/05/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 382/2007	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E COMUNITÁRIA DO SÃO GABRIEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 248/2008	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE GRAVATÁ - ASCOMG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 24/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE SANTOS DUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 178/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO AGROVILA - SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE - ASSMOBAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 253/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO VALE DO XINGU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 301/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 375/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CASA DA CULTURA DO SERTÃO MORRO DA GARÇA/MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Garça, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 378/2010	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO CAMACHENSE DE APOIO À CULTURA - FUCAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camacho, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 39

1. À promulgação. Total: 39

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 379/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCATIVA DE BURITIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 380/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PINGO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pingo d'Água, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 471/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MIMOSO DE GOIÁS-GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 548/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém do São Francisco, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 602/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO GÊNESES FM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 624/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL SÃO SEBASTIÃO DOS CAMPOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Amaral, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 625/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E INTEGRAÇÃO CULTURAL DE MARIBONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maribondo, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 680/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HB FM 103,5 DE JEQUITAÍ-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequitaí, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 681/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA VIADUTENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viadutos, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 684/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DA NASCENTE DO RIO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 16/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 17/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SNC - SISTEMA NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marabá, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 39

1. À promulgação. Total: 39

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 18/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DO PARÁ PRC-5 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 21/2011	Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO SUL DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Alegre, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011
PDS 27/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPIRANGA DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/05/2011

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 2

1. À promulgação. Total: 2

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 19/2011	Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 115,700,000.00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	17/05/2011
PRS 67/2010	Autoriza a filiação do Senado Federal à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) e dá outras providências.	Flexa Ribeiro	24/05/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 16

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 31/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Djibouti.	Presidente da República	03/05/2011
MSF 33/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.	Presidente da República	03/05/2011
MSF 44/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus.	Presidente da República	03/05/2011
MSF 46/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VERGNIAUD ELYSEU FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.	Presidente da República	03/05/2011
MSF 47/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.	Presidente da República	03/05/2011
MSF 48/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Butão.	Presidente da República	03/05/2011
MSF 51/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor CLÁUDIO PASSOS SIMÃO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	Presidente da República	03/05/2011
MSF 58/2011	Submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.	Presidente da República	03/05/2011
MSF 59/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PEDRO BRITO DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga do Senhor Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa.	Presidente da República	10/05/2011
MSF 62/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Nilson Vital Naves.	Presidente da República	10/05/2011
MSF 63/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO CARLOS FERREIRA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.	Presidente da República	10/05/2011
MSF 64/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Humberto Gomes de Barros.	Presidente da República	10/05/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 16

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 32/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e à República do Turcomenistão .	Presidente da República	18/05/2011
MSF 41/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Gana.	Presidente da República	18/05/2011
MSF 45/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Geórgia.	Presidente da República	18/05/2011
MSF 61/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora VERA ZAVERUCHA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - Ancine, na vaga do Senhor Paulo Xavier Alcoforado.	Presidente da República	18/05/2011

Matéria: Oficio (sf). Total: 2

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 27/2011	Encaminha, nos termos do inciso III do art. 130-A, da Consituição Federal, a indicação do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, TITO SOUZA DO AMARAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Procurador-Geral da República	24/05/2011
OFS 30/2011	Encaminha, nos termos do art. 130-A, IV, da Constituição Federal, a indicação do nome do Desembargador Federal JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013.	Superior Tribunal de Justiça	24/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Aprovada pela Mesa. Total: 64

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 10/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 1074/2006	Requer, nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia, SILAS RONDEAU, sobre planejamento por parte do Governo Federal, para venda de 331 áreas minerais a estrangeiros conforme denúncia do "Site Alerta Total".	Mozarildo Cavalcanti	02/05/2011
RQS 11/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 12/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Aprovada pela Mesa. Total: 64

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 13/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 140/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações a respeito do combate ao surto de dengue no Estado do Amapá.	Randolfe Rodrigues	02/05/2011
RQS 14/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 15/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 16/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Secretaria.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 17/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Secretaria.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 18/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República, sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Secretaria.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 19/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Secretaria-Geral.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 20/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, da Presidência da República, sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Gabinete.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 202/2011	Solicita, na forma do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos artigos 215, I, a, 216, I e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a arrecadação e destinação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.	Itamar Franco	02/05/2011
RQS 203/2011	Solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a destinação de recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.	Itamar Franco	02/05/2011
RQS 204/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, informações por meio da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, sobre exploração de petróleo na bacia do Estado do Espírito Santo.	Ricardo Ferraço	02/05/2011
RQS 21/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Controladoria-Geral.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 22/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil, da Presidência da República, sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Casa Civil.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 223/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobrás Amazonas Energia.	Vanessa Grazziotin	02/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Aprovada pela Mesa. Total: 64

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 229/2011	Requer, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca do cumprimento da Lei nº 12.317/2010.	Randolfe Rodrigues	02/05/2011
RQS 23/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Secretaria.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 234/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e com respaldo na atividade fiscalizatória do Parlamento Brasileiro (Art. 49, X) sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Esporte, informações no tocante às metas estipuladas pela "Fédération Internationale de Football" - FIFA, a serem atendidas por cada um dos Estados e Municípios brasileiros escolhidos como cidade-sede da "Copa do Mundo de 2014".	Pedro Taques	02/05/2011
RQS 24/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Portos, da Presidência da República, sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Secretaria.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 243/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre os cortes anunciados no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e na redução do montante previsto para pavimentação da BR - 364 entre os municípios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.	Sérgio Petecão	02/05/2011
RQS 25/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, da Presidência da República, sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Secretaria.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 261/2011	Requer, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 215, I, a; 216, I; e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativas à atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES sobre uso de recursos do Banco destinados ao financiamento, socorro e participação acionária em empresas.	Itamar Franco	02/05/2011
RQS 26/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 269/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministério dos Transportes, no âmbito da Secretaria dos Portos, informações acerca de medidas adotadas pelo Porto Chibatão, em Manaus (AM), para normalizar seu funcionamento, bem como sobre providências adotadas para a segurança de seus trabalhadores.	Vanessa Grazziotin	02/05/2011
RQS 27/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 279/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações no sentido de se obter esclarecimentos, junto ao Banco Central do Brasil - Bacen, sobre o fluxo de entrada de moeda estrangeira no país verificado no primeiro bimestre de 2011.	Itamar Franco	02/05/2011
RQS 28/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Cidades sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 29/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Banco.	Alvaro Dias	02/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Aprovada pela Mesa. Total: 64

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 30/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Advogado-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Advocacia-Geral.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 304/2011	Requer, nos termos do Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, informações em relação à reportagem exibida no último domingo, dia 26 de março de 2011, no programa "Fantástico" apontando várias irregularidades e deficiências relativas à atuação da Polícia Rodoviária Federal.	Aloysio Nunes Ferreira	02/05/2011
RQS 31/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social, da Presidência da República, sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Secretaria.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 32/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 33/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Turismo sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 34/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 348/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Sr. Presidente do Banco Central, informações acerca da taxa média ponderada do passivo daquele Banco, nele incluído seu patrimônio líquido, as reservas internacionais administradas por aquele Banco, em que magnitude em termos de pontos percentuais - qual o custo médio da dívida pública mobiliária federal interna nos anos de 2008, 2009 e 2010, qual foi o custo de carregamento das reservas internacionais no ano de 2010, excluídos os efeitos da desvalorização do dólar norte-americano, se for tomado como parâmetro para o custo médio de dívida pública mobiliária federal interna? Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, informações acerca da taxa média ponderada do passivo daquele Banco Central, nele incluído seu patrimônio líquido, o efetivo custo de carregamento das reservas internacionais administradas por aquele Banco, qual foi o custo de carregamento das reservas internacionais no ano de 2010, excluídos os efeitos da desvalorização do dólar norte-americano, se for tomado como parâmetro para o custo médio da dívida pública mobiliária federal interna?. Requer, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Sr. Presidente do Banco Central do Brasil as informações que menciona.	Aloysio Nunes Ferreira	02/05/2011
RQS 35/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 36/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 37/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 38/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Aprovada pela Mesa. Total: 64

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 383/2011	Requer, nos termos do art.216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro da Defesa sobre alterações de rotas de pouso e decolagem de aviões no Aeroporto de Vitória, no Espírito Santo.	Ricardo Ferraço	02/05/2011
RQS 39/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 394/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 253, de 2005; 67, de 2007; e 132, de 2010.	Pedro Simon	02/05/2011
RQS 40/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 406/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro dos Transportes, acerca do "Terminal Pesqueiro de Manaus", no Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	02/05/2011
RQS 407/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro da Defesa acerca do acordo de cooperação realizado entre o Brasil e a Bolívia contra o tráfico de drogas, a fim de combater a entrada de entorpecentes pelas fronteiras do país.	Vanessa Grazziotin	02/05/2011
RQS 41/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Esporte sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 416/2011	Solicita o apensamento e tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008.	Ricardo Ferraço	02/05/2011
RQS 42/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 429/2011	Solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2009, do Projeto de Lei da Câmara nº 328, de 2009, de forma a retomar sua tramitação autônoma.	Paulo Paim	02/05/2011
RQS 43/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 44/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 45/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 6/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a emissão de passaportes diplomáticos para parentes do ex-presidente Lula.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 84/2011	Requer, nos termos dos artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério da Saúde sobre as irregularidades apresentadas nos municípios de Boca do Acre, Guajará, Boa Vista dos Ramos, Juruá e Autazes, no Estado do Amazonas, quanto aos incentivos financeiros dos programas Saúde da Família e Saúde Bucal.	Vanessa Grazziotin	02/05/2011
RQS 896/2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Minas e Energia a relação de todos os escritórios de advocacia contratados pela Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) e suas subsidiárias, desde o ano de 2003, bem como cópia dos respectivos contratos com eles firmados.	Alvaro Dias	02/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Aprovada pela Mesa. Total: 64

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 90/2011	Requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre o estado de implementação da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, da Presidência da República, especificamente no que se refere ao item 23, subitem 9 do Anexo ao Decreto.	Randolfe Rodrigues	02/05/2011
RQS 9/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquele Ministério.	Alvaro Dias	02/05/2011
RQS 929/2010	Requer, com base no que preceitua o § 2º, do Art. 50, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, pedido de informações ao Ministério da Fazenda, a fim de que transmita a este Poder o montante de recursos distribuídos pela Caixa Econômica Federal, no ambito do Estado do Pará, para atender ao programa seguro defeso nos meses de agosto e setembro do ano de 2010.	Mário Couto	02/05/2011
RQS 930/2010	Requer, com base no que preceitua o § 2º, do Art. 50, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, pedido de informações ao Ministério da Pesca, sobre o montante em recursos desviados por meio de fraude no seguro defeso, no âmbito do estado do Pará; a relação dos envolvidos; os tipos de fraudes praticadas, assim como, os procedimentos adotados para coibir referida prática.	Mário Couto	02/05/2011
RQS 931/2010	Requer, com base no que preceitua o § 2º, do Art. 50, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça, sobre quais os procedimentos adotados na ação destinada a apurar fraudes no seguro defeso no âmbito do Estado do Pará, fornecendo a relação dos envolvidos e os tipos de fraudes praticadas.	Mário Couto	02/05/2011

Aprovada pelo Plenário. Total: 50

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 159/2011	Requerem, nos termos dos arts. 154, III, c.c. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em comemoração ao centenário das igrejas evangélicas da "Assembléia de Deus" do Brasil, a ocorrer em 18 de junho de 2011, para a qual é sugerida a data de 13 de junho de 2011 (segunda feira).	Marcelo Crivella	03/05/2011
RQS 268/2011	Requerem, nos termos dos artigos 154, III e § 5°; 199, §§ 1° e 2°; e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de SESSÃO ESPECIAL no dia 20 de junho de 2011, em comemoração à impressão da centésima milionésima Bíblia pela Sociedade Bíblica do Brasil.	Marcelo Crivella	03/05/2011
RQS 319/2011	Requer voto de apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no período 2012-2015. A eleição ocorrerá durante a 37ª Sessão da Conferência da FAO, a realizar-se de 25 de junho a 2 de julho de 2011, em Roma.	Eduardo Suplicy	03/05/2011
RQS 438/2011	Requer, nos termos do art. 13 e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, entre os dias 3 e 6 de maio de 2011, quando participará de colóquio sobre o tema "Unidos na diversidade, solidários na adversidade", em Lisboa, Portugal, a convite do Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como do Fórum de Lusofonia, no âmbito da III Bienal de Culturas Lusófonas, a convite da Câmara Municipal de Odivelas, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, desse Regimento Interno, que se ausentará do País no citado período.	Eduardo Suplicy	03/05/2011
RQS 472/2011	Requer, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, no período de 03 de maio a 31 de agosto de 2011.	João Ribeiro	03/05/2011
RQS 473/2011	Requer urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011	Gleisi Hoffmann	03/05/2011
RQS 474/2011	Requer a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 385/11.	Armando Monteiro	03/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Aprovada pelo Plenário. Total: 50

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 475/2011	Solicita urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar.	Romero Jucá	03/05/2011
RQS 476/2011	Solicita urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010.	Romero Jucá	03/05/2011
RQS 307/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 294 e 484, de 2008.	Ana Amélia	04/05/2011
RQS 484/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de apoio à candidatura do Senhor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO.	José Sarney	04/05/2011
RQS 245/2011	Requerem, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, que a primeira hora da Sessão do Senado Federal do dia 21 de junho de 2011 seja destinada a homenagear os 16 anos da REDE VIDA DE TELEVISÃO.	Randolfe Rodrigues	05/05/2011
RQS 389/2011	Requerem, nos termos dos arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 13 de setembro de 2011 seja destinado a celebrar os 68 anos de aniversário da criação do Território Federal do Amapá.	Randolfe Rodrigues	05/05/2011
RQS 499/2011	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para o desempenho de missão no exterior, no período de 13 a 17 de junho de 2011, para representar o Senado Federal na 100ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho - OIT, a realizar-se em Genebra - Suíça, nos dias 1º a 17 de junho de 2011, e comunica, nos termos do art. 39, I, desse Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 12 a 18 de junho de 2011.	Francisco Dornelles	05/05/2011
RQS 479/2011	Solicita que seja alterada a data da celebração do Dia Nacional da Defensoria Pública, para o período do Expediente da Sessão do dia 26 do corrente.	Antonio Carlos Valadares	10/05/2011
RQS 504/2011	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar, como representante do Senado Federal, da 100ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho - OIT, em Genebra - Suíça, no período de 13 a 17 de junho de 2011, e comunica, nos termos do inciso I do art. 39 do referido Regimento Interno, que, para o desempenho dessa missão, estará ausente do País no período de 12 a 18 de junho de 2011.	Vital do Rêgo	10/05/2011
RQS 521/2011	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior como integrante da Comitiva Brasileira à 100ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho - OIT, a realizar-se em Genebra - Suíça, no período de 13 a 17 de junho de 2011, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, desse Regimento, que estará ausente do país no período de 12 a 18 de junho de 2011.	Vanessa Grazziotin	12/05/2011
RQS 437/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008.	Delcídio do Amaral	17/05/2011
RQS 440/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 316 e 341, de 2004; 390, de 2005; 265 e 684, de 2007; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008; todos complementares.	Demóstenes Torres	17/05/2011
RQS 468/2011	Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003, com o Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2009.	Cyro Miranda	17/05/2011
RQS 535/2011	Requer, nos termos regimentais, seja considerada Moção de Solidariedade ao Presidente Barak Obama, diante da campanha, em meios de comunicação, de que não seria cidadão americano.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	17/05/2011
RQS 536/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja externado VOTO DE SOLIDARIEDADE à posição do Governo brasileiro diante dos fatos expostos na Nota à Imprensa nº 161, de 25 de abril de 2011, do Ministério das Relações Exteriores, que manifesta preocupação com a escalada de violência na Síria, que ocasionou, nos últimos dias, elevado número de mortos, principalmente em Deraa, Homs e nos arredores de Damasco, e reitera o repúdio ao uso da força contra manifestantes desarmados daquele país.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	17/05/2011
RQS 546/2011	Requer urgência para o PRS nº 19, de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 73 de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	17/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Aprovada pelo Plenário. Total: 50

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 524/2011	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal e dos incisos IV, VI e VII do art. 71 da Constituição Federal, a realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, nos contratos de concessão das rodovias que constituem o Programa de Concessões do Paraná para apurar se existe desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos, nos moldes do procedimento que resultou no Acórdão nº 1055/2011 (Processo nº TC 026. 335/2007-4) - TCU - Plenário.	Gleisi Hoffmann	18/05/2011
RQS 537/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008.	Paulo Paim	18/05/2011
RQS 163/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial do Senado, no dia 4 de julho de 2011, destinada a homenagear o Dia da Independência da Bahia, ocorrida em 2 de julho de 1823.	Lídice da Mata	19/05/2011
RQS 384/2011	Solicita tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 65 e 99, de 2010.	Paulo Davim	24/05/2011
RQS 415/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 5, de 2003; 200, de 2004; e 314, de 2005.	Gleisi Hoffmann	24/05/2011
RQS 480/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 54, de 2008; e 346, de 2009.	Valdir Raupp	24/05/2011
RQS 483/2011	Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2007, e do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.	Vital do Rêgo	24/05/2011
RQS 510/2011	Solicita oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2009.	Delcídio do Amaral	24/05/2011
RQS 515/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura, ao Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2009.	Lúcia Vânia	24/05/2011
RQS 526/2011	Solicita oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2010.	Romero Jucá	24/05/2011
RQS 538/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 74 e 94, de 2007; 364, de 2008; e 12, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 470 e 681, de 2007; 138 e 465, de 2008.	Romero Jucá	24/05/2011
RQS 539/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011.	Marisa Serrano	24/05/2011
RQS 540/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2011.	Marisa Serrano	24/05/2011
RQS 541/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 24 e 111, de 2008.	José Agripino	24/05/2011
RQS 544/2011	Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado 467, de 2003, 46, de 2009, 242, de 2009, 568, de 2009, 18, de 2010, 81, de 2010 e 98, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado 300 de 2004, 105, de 2007, 147, de 2007, 292, de 2007 e 365, de 2007, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria, qual seja alterações no art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir moléstias e/ou condições entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.	Humberto Costa	24/05/2011
RQS 545/2011	Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 4; 589; e 590, de 2007; 174; 181; 240; 449; e 463, de 2008; 45; 277; 305; 347; 380; e 510, de 2009; 160 e 197, de 2010, por versarem sobre o mesmo assunto.	Romero Jucá	24/05/2011
RQS 162/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial do Senado, no dia 21 de novembro de 2011, destinada a homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra, bem como o Dia de Zumbi dos Palmares.	Lídice da Mata	25/05/2011
RQS 455/2011	Requer, nos termos do inciso II do art. 74, e dos arts. 75 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão temporária externa, composta por cinco senadores, com o objetivo de acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.	Eduardo Braga	25/05/2011
RQS 588/2011	Requer, na forma do artigo 74, inciso II, e do artigo 75, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por três Senadores, destinada a representar o Senado Federal na IV Conferência de Prefeitos da C40, que acontecerá em São Paulo, no período de 30 de maio a 3 de junho de 2011.	Inácio Arruda	25/05/2011
RQS 592/2011	Solicita urgência para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1999.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	25/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Aprovada pelo Plenário. Total: 50

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 593/2011	Solicita a realização de Sessão Especial no dia 21 de novembro de 2011, destinada a homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares e o ex-Senador Abdias do Nascimento.	Paulo Paim	25/05/2011
RQS 594/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão do Senado Federal, no dia 7 de junho de 2011, destinada à entrega do Diploma José Ermírio de Moraes aos agraciados, em sua 2ª Premiação, conforme a Resolução nº 35, de 2009.	Armando Monteiro	25/05/2011
RQS 598/2011	Requer nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do Senado Federal, nos dias 26 e 27 de maio de 2011, para participar, como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, da diligência objeto do Requerimento nº 11/2011 - CMA, com o fim de verificar os limites da demarcação de unidades de conservação localizadas na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e seus impactos socioambientais, com o objetivo de instruir os Projetos de Lei da Câmara nºs 147/2010 e 148/2010, que cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra e altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, respectivamente.	Rodrigo Rollemberg	25/05/2011
RQS 597/2011	Requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinados com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre os valores efetivamente arrecadados oriundos de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento, nacional e regional, nos últimos cinco anos, bem como o resumo das auditorias de prestação de contas das seguintes instituições: Serviço Social da indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, entre outras.	Ataídes Oliveira	31/05/2011
RQS 609/2011	Requer, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a designação de uma Comissão Externa composta por 3 (três) Senadores, com o objetivo de visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Sila e sua esposa, Maria do Espirito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.	Vanessa Grazziotin	31/05/2011
RQS 622/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 3 de junho de 2011, quando estará, com ônus para a Casa, procedendo diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.	Jorge Viana	31/05/2011
RQS 623/2011	Requer, nos termos do art. 13 combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 3 de junho de 2011, quando estará procedendo a diligências da Comissão Temporária de Defesa Civil no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para analisar o Sistema Nacional de Defesa Civil e propor alterações.	Delcídio do Amaral	31/05/2011

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 490/2011	Solicita a retirada do Requerimento nº 340, de 2011.	Randolfe Rodrigues	04/05/2011
RQS 508/2011	Solicita a retirada do Requerimento nº 412, de 2011.	Antonio Carlos Valadares	10/05/2011
RQS 583/2011	Solicita a retirada do Requerimento nº 386, de 2011.	Humberto Costa	24/05/2011
RQS 616/2011	Solicita a retirada do Requerimento nº 610, de 2011.	Acir Gurgacz	31/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Encaminhada pela Presidência. Total: 41

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 477/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado a Dom MURILO S. R. KRIEGER voto de congratulações por sua posse como Arcebispo Metropolitano de São Salvador da Bahia.	Paulo Bauer	03/05/2011
RQS 485/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO COLONIAL AM pelo transcurso dos 56 anos de sua fundação.	Ana Amélia	04/05/2011
RQS 486/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO DIFUSORA FM pelo transcurso dos 24 anos de sua fundação, em 05 de maio de 2011.	Ana Amélia	04/05/2011
RQS 487/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO MEDIANEIRA FM pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação.	Ana Amélia	04/05/2011
RQS 488/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CBN 1340 AM pelo transcurso dos 26 anos de sua fundação, em 05 de maio de 2011.	Ana Amélia	04/05/2011
RQS 489/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO POP ROCK BAGÉ 98,1 FM pelo transcurso dos 8 anos de sua fundação.	Ana Amélia	04/05/2011
RQS 496/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao DIÁRIO CATARINENSE pelo transcurso dos seus 25 anos.	Paulo Bauer	04/05/2011
RQS 501/2011	Requer, nos termos regimentais, a inserção em ata de Voto de Pesar falecimento do ex-Senador AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO, ocorrido no dia 24 de março de 2011, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Aécio Neves	05/05/2011
RQS 502/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações à RÁDIO MAIS NOVA FM pelo transcurso dos 4 anos de sua fundação, na cidade de Passo Fundo - RS, que ocorrerá no dia 8 de maio de 2011.	Ana Amélia	05/05/2011
RQS 505/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do procurador de Justiça José Ribamar Machado, ocorrido, aos 88 anos, no dia 30 de abril de 2011, no Piauí.	João Vicente Claudino	09/05/2011
RQS 506/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado VOTO DE APLAUSO ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí pela forte atuação no controle e na fiscalização da administração financeira dos recursos destinados ao Estado.	João Vicente Claudino	09/05/2011
RQS 507/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos anais do Senado VOTO DE APLAUSO à TV Cidade Verde, do Estado do Piauí, pela qualidade de sua programação e pelos eventos que promove.	João Vicente Claudino	09/05/2011
RQS 509/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à Editora Anita Garibaldi pelos 30 anos de publicação da revista Princípios.	Inácio Arruda	10/05/2011
RQS 512/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO VIVA METROPOLITANA FM pelo transcurso dos 10 anos de sua fundação.	Ana Amélia	10/05/2011
RQS 517/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Louvor ao Cardeal RAYMUNDO DAMASCENO, arcebispo de Aparecida - SP, por ter sido eleito presidente da CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.	Vanessa Grazziotin	11/05/2011
RQS 518/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pelos 142 anos do município de Humaitá, estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	11/05/2011
RQS 528/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do vice-prefeito de Humaitá - AM, Renato Pereira Gonçalves, ocorrido no dia 7 de maio de 2011.	Vanessa Grazziotin	12/05/2011
RQS 534/2011	Requerem, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do empresário FRANCISCO MESQUITA.	Romero Jucá	13/05/2011
RQS 551/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à educadora amazonense Martha de Aguiar Falcão, fundadora do Centro de Educação Integral Martha Falcão, que completa, em 2011, 25 anos de fundação.	Vanessa Grazziotin	17/05/2011
RQS 553/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Jornal do Brasil, que completou, no dia 9 de abril de 2011, 120 anos de fundação.	Vanessa Grazziotin	17/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Encaminhada pela Presidência. Total: 41

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 555/2011	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações ao jornal FOLHA DO NORDESTE, pelo transcurso dos 20 anos de sua fundação, ocorrido em 10 de maio de 2011.	Ana Amélia	17/05/2011
RQS 556/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pela transformação do Centro Universitário Nilton Lins em Universidade Nilton Lins, conforme publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de maio de 2011.	Vanessa Grazziotin	18/05/2011
RQS 557/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso aos defensores públicos da União pelo Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado no dia 19 de maio.	Vanessa Grazziotin	18/05/2011
RQS 562/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO JORNAL DA MANHÃ AM pelo transcurso dos 15 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 20 de maio de 2011.	Ana Amélia	18/05/2011
RQS 563/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO NOROESTE AM pelo transcurso dos 48 anos de sua fundação, que ocorrerá em 20 de maio de 2011.	Ana Amélia	18/05/2011
RQS 564/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à JC COMUNICAÇÕES pelo transcurso dos 32 anos de sua fundação, que ocorrerá em 22 de maio de 2011.	Ana Amélia	18/05/2011
RQS 565/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO ATLÂNTIDA FM pelo transcurso dos 19 anos de sua fundação, que ocorrerá em 22 de maio de 2011.	Ana Amélia	18/05/2011
RQS 566/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO COROADOS FM pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 22 de maio de 2011.	Ana Amélia	18/05/2011
RQS 567/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor pelo transcurso do 94º ano em que se comemora o Dia Nacional do Defensor Público, no dia 19 de maio de 2011.	Wilson Santiago	19/05/2011
RQS 570/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL - FAMURS pelo transcurso dos 35 anos de sua fundação.	Ana Amélia	19/05/2011
RQS 571/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de aplauso à instituição "Desafio Jovem", voltada ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos, no bairro de Parangaba, em Fortaleza, Ceará.	Eunício Oliveira	19/05/2011
RQS 575/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à TRAMONTINA S/A INDÚSTRIA METALÚRGICA pelo transcurso dos 100 anos de sua fundação.	Ana Amélia	19/05/2011
RQS 576/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações ao JORNAL DO COMÉRCIO pelo transcurso dos 78 anos de sua fundação.	Ana Amélia	19/05/2011
RQS 577/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à TRAMONTINA FARROUPILHA S/A INDÚSTRIA METALÚRGICA pelo transcurso dos 40 anos de sua fundação.	Ana Amélia	19/05/2011
RQS 584/2011	Requer, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do desembargador José Ferreira de Assis.	Inácio Arruda	24/05/2011
RQS 585/2011	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador ABDIAS NASCIMENTO.	Paulo Paim	24/05/2011
RQS 590/2011	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-senador ABDIAS DO NASCIMENTO, aos 97 anos, no dia 24 de maio de 2011.	Comissão de Educação	24/05/2011
RQS 600/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações à professora, socióloga e economista TÂNIA BACELAR e ao INSTITUTO NORDESTE XXI pela justa homenagem que este prestará àquela, concedendo-lhe, no dia 06 de junho de 2011, o TROFÉU TEJUCUPAPO - MULHER NORDESTE VINTEUM 2011.	Inácio Arruda	26/05/2011
RQS 608/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do agricultor ADELINO RAMOS, líder do Movimento Camponês Corumbiara, no estado de Rondônia.	Vanessa Grazziotin	30/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Encaminhada pela Presidência. Total: 41

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 620/2011	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à familia pelo falecimento do Professor e Economista OSMAR SEPÚLVEDA, aos 72 anos	Lídice da Mata	31/05/2011
RQS 621/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento dos agricultores José Cláudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo Silva e Eremilton Pereira dos Santos.	Vanessa Grazziotin	31/05/2011

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 547/2011	Requerem, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar supostas irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação de Direitos - ECAD, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, no prazo de cento e oitenta dias.	Randolfe Rodrigues	17/05/2011

Retirada pelo autor. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 385/2011	Solicita oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007.	Armando Monteiro	03/05/2011
RQS 340/2011	Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal Voto de Censura aos militares que se insurgiram contra a decisão do Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, que desautorizou a realização de qualquer ato no dia 31 de março em comemoração ao golpe militar de 1964.	Randolfe Rodrigues	04/05/2011
RQS 412/2011	Requer, nos termos regimentais, voto de congratulações ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe pela posse da Presidenta Desembargadora Suzana Maria Carvalho Oliveira e da Vice-Presidenta Corregedora Desembargadora Marilza Maynard Salgado de Carvalho; ao Tribunal Superior Eleitoral pela condecoração, com o Colar do Mérito Eleitoral, do Presidente, Ministro Ricardo Lewandowski; e ao Estado de Sergipe pela condecoração do Governador Marcelo Déda, no grau Grão Cruz, e aos Desembargadores Luiz Mendonça, Cláudia Déda e Josefa Paixão, no grau Comendador.	Antonio Carlos Valadares	10/05/2011
RQS 386/2011	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da Sessão de 28 de abril de 2011 seja dedicado a comemorar os 10 anos da Lei 10.216, de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.	Humberto Costa	24/05/2011
RQS 610/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2011.	Acir Gurgacz	31/05/2011

Publicada. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 471/2011	Requer, nos termos do disposto nos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da senhora NEUSA MARIA GOULART BRIZOLA, filha do ex-governador Leonel Brizola e Neusa Goulart, irmã do ex-presidente da República João Goulart, ocorrido no dia 27 de abril de 2011.	Pedro Simon	02/05/2011
RQS 533/2011	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelos 66 anos de fundação do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, comemorados no dia 15 de maio de 2011.	Mozarildo Cavalcanti	13/05/2011

Matéria: Requerimento. Total: 169

Publicada. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 552/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM pela promoção da 9ª Semana Nacional de Museus e ao INSTITUTO MEMORIAL PARINTINS - IMPIN pelo seu trabalho de preservação e resgate da memória cultural de Parintins - AM.	João Pedro	17/05/2011

Rejeitada pela Mesa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 646/2010	Requer, com base no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, informações ao Procurador-Geral da República sobre os custos da produção e veiculação da Campanha Carne Legal, promovida pelo Ministério Público Federal, bem como informar quem custeou essas despesas.	Kátia Abreu	02/05/2011

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 51

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
156-M	Pedro Simon	43, I	28.04 a 07.05	Licença Saúde
157-M	Kátia Abreu	13	03.05	Atividade Parlamentar
158-M	Lobão Filho	43, II	20.04	Licença Particular
159-M	Eduardo Braga	13	09 a 13.05	Atividade Parlamentar
160-M	Paulo Bauer	13	05.05	Atividade Parlamentar
161-M	Casildo Maldaner	13	05.05	Atividade Parlamentar
162-M	Fernando Collor	43, II	06 a 15.05	Licença Particular
163-M	Vanessa Grazziotin	13	06 a 10.05	Atividade Parlamentar
164-M	Rodrigo Rollemberg	13	06 a 10.05	Atividade Parlamentar
165-M	Kátia Abreu	13	05.05	Atividade Parlamentar
166-M	Renan Calheiros	13	05.05	Atividade Parlamentar
167-M	Cyro Miranda	13	05.05	Atividade Parlamentar
168-M	Lobão Filho	43, II	05.05	Licença Particular
169-M	João Durval	43, I	05 a 19.05	Licença Saúde
170-M Renan	Calheiros	13	11.05	Atividade Parlamentar - Retira do pelo Reque rimento nº 191-M
171-M	Lobão Filho	43, II	12.05	Licença Particular
172-M	Vital do Rêgo	13	12.05	Atividade Parlamentar
173-M	Eduardo Suplicy	40, sem ônus	08 a 12.05	Atividade Parlamentar
174-M Renan	Calheiros	13	12.05	Atividade Parlamentar - Retira do pelo Reque rimento nº 192-M
175-M	Clésio Andrade	13	05.05	Atividade Parlamentar
176-M	Cristovam Buarque	13	19.05	Atividade Parlamentar
177-M	Cristovam Buarque	13	23 a 29.05	Atividade Parlamentar
178-M	Jorge Viana	43, II	17.05	Licença Particular
179-M	Eduardo Amorim	13	17.05	Atividade Parlamentar
180-M	Sérgio Petecão	13	18 e 19.05	Atividade Parlamentar
181-M	João Durval	43, I	20.05 a 04.06	Licença Saúde
182-M	Itamar Franco	43, I	17 a 19.05	Licença Saúde
183-M	Jorge Viana	13	19.05	Atividade Parlamentar
184-M Anibal	Diniz	13	19.05 Atividade	Parlamentar
185-M	Valdir Raupp	13	19.05	Atividade Parlamentar
186-M	Marcelo Crivella	13	19.05	Atividade Parlamentar
187-M	Roberto Requião	13	23 a 27.05	Atividade Parlamentar
188-M	Kátia Abreu	13	19.05	Atividade Parlamentar
189-M	Luiz Henrique	43, I	18.05	Licença Saúde
190-M	Lídice da Mata	13	07.04	Atividade Parlamentar
191-M Renan	Calheiros	-	-	Retirada do Requerimento nº 170-M
192-M Renan	Calheiros	-	-	Retirada do Requerimento nº 174-M
193-M	Pedro Simon	13	24.05	Atividade Parlamentar
194-M	Eduardo Amorim	13	25 e 26.05	Atividade Parlamentar
195-M	Inácio Arruda	13	25.05	Atividade Parlamentar
196-M	Ciro Nogueira	43, II	31.05 a 02.06	Licença particular
197-M	Cyro Miranda	13	26.05	Atividade Parlamentar
198-M	Aloysio Nunes Ferreira	13	26.05	Atividade Parlamentar
199-M	Vital do Rêgo	13	26.05	Atividade Parlamentar
200-M	Magno Malta	43, I	17 a 23.05	Licença Saúde
201-M	Maria do Carmo Alves	13	26.05	Atividade Parlamentar
202-M	Armando Monteiro	13	26.05	Atividade Parlamentar
203-M	Ataídes Oliveira	13	26.05	Atividade Parlamentar
204-M	Itamar Franco	43, I	23.05 a 21.06	Licença Saúde
205-M	Eduardo Amorim	13	31.05	Atividade Parlamentar
206-M	Clésio Andrade	13	24.05	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 31/05/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	-
Total 02	

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
Lidas	**Quantidade**
Vetos (dispositivos)	766
Pareceres (à publicação)	001

Resenha Consolidada
02/02 a 31/05/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	03
Total	**05**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
Total	**01**

Sessões Realizadas
01 a 31/05/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta	03/05/2011, às 19 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências".
Conjunta	25/05/2011, às 12 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à continuação da votação do Projeto de Resolução nº 1, de 2011-CN, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências".

Matérias Apreciadas
01 a 31/05/2011

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
-	PRN nº 1/2011	Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências.	03/05/2011 19 horas	Aprovado o projeto, ressalvadas as emendas, na Câmara dos Deputados, pendente de votação no Senado Federal.
-	PRN nº 1/2011 Leitura: 03/05/2011	Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências.	25/05/2011 12 horas	Aprovado. À promulgação

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 31/05/2011

Nº	Assunto
19/2011 (public. no DOU de 11/05/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011, que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, cria cargos de Ministro de Estado e cargos em comissão, dispõe sobre a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários, cria cargos de Controlador de Tráfego Aéreo".
20/2011 (public. no DOU de 18/05/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 528, de 25 de março de 2011, que "Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física".
21/2011 (public. no DOU de 30/05/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 529, de 7 de abril de 2011, que "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempreendedor individual".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 31/05/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
549/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que em virtude de solicitação da maioria absoluta das lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, está adiada a realização da sessão conjunta do Congresso Nacional, anteriormente marcada para amanhã, informando que será realizada em data a ser oportunamente determinada.
255/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 33, de 2011-CN (nº 146/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 512, de 2010), que "Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que 'estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências', a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
252/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 533, de 2011, que "Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
251/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 20 de maio de 2011, a Medida Provisória nº 534, de 2011, que "Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital **Tablet PC** produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 24/05/2011.
250/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência autuou, por solicitação do Presidente da CMO, o Aviso nº 12, de 2011-CN (nº 359-GP/TCU/2011, na origem), do Senhor Presidente do TCU, encaminhando relatório contendo a atualização das informações enviadas por meio do Aviso nº 2018-Seses/TCU, relativas às obras com indícios de irregularidades graves. A matéria, publicada no DSF de 25/05/2011, retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
249/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Senhora Presidente da República a Mensagem nº 35, de 2011-CN (nº 145/2011, na origem), que encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011.
248/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Vice-Presidente do TCU o Aviso nº 382-GP/TCU, de 2011, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona. A matéria, publicada no DSF de 21/05/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
247/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 25/05/2011, quarta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à continuação da votação do Projeto de Resolução nº 1, de 2011, do Congresso Nacional, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências".
246/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2011 (Medida Provisória nº 518, de 2010), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 18 de maio do corrente ano, que "Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito".
244/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do TCU o Aviso nº 10, de 2011-CN (nº 556/2011-Seses-TCU-Plenário, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.142/2011-TCU-Plenário, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2010, de órgãos e entidades que menciona. A matéria está publicada no DSF de 13/05/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
243/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do TCU o Aviso nº 11, de 2011-CN (nº 562/2011-Seses-TCU-Plenário, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.141/2011-TCU-Plenário, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES. A matéria está publicada no DSF de 13/05/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
242/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 578-Seses-TCU-Plenário, de 2011, na origem, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.157/2011-TCU-Plenário, sobre contratos de estruturação de unidades marítimas de petróleo e gás natural. A matéria, publicada no DSF de 13/05/2011 vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
241/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 532, de 2011, que "Acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências".
240/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011 (Medida Provisória nº 514, de 2010), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 10 de maio do corrente ano, que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências".
238/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social o Ofício nº 25, de 2011-CN (nº 329/2011-BNDES GP, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011. A matéria será publicada no DSF de 12/05/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
237/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 10 de maio de 2011, a Medida Provisória nº 533, de 2011, que "Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 12/05/2011.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
234/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 31, de 2011-CN (nº 113/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2007 (PL nº 7.445, de 2010, nessa Casa), que "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
233/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 274, de 2011, do Senador Jayme Campos, Líder da Minoria no Congresso Nacional, indicando, nos termos do § 5º do art. 4º do Regimento Comum, o Deputado Cláudio Cajado para a função de Vice-Líder da Minoria no Congresso Nacional.
230/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 530, de 2011, que "Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres".
229/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 531, de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R$ 74.000.000,00, para os fins que especifica".
228/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Informa que o prazo para apresentação de emendas à Medida Provisória nº 532, de 2011, que "Acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997,e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências", encerrar-se-á no dia 10/05/2011. Esclarece que os demais prazos permanecem inalterados.
226/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011 (Medida Provisória nº 513, de 2010), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 04 de maio do corrente ano, que "Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências".
225/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado o processado do Projeto de Resolução nº 2, de 2011-CN (2ª autuação), que "Altera o art. 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN, definindo novas regras para a apresentação de emendas coletivas de bancada estadual ao Projeto de Lei Orçamentária Anual", nos termos do disposto no art. 128, § 3º, do Regimento Comum do Congresso Nacional.
224/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 546-Seses-TCU-Plenário, de 2011, na origem, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1054/2011-TCU-Plenário, informando o resultado de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de adequação da BR 101/RJ. A matéria, publicada no DSF de 04/05/2011 vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
223/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 28 de abril de 2011, a Medida Provisória nº 532, de 2011, que "Acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997,e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 02/05/2011.

B.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Resenha Consolidada
29/03 a 31/05/2011

I - Reuniões realizadas

Instalação	01
Ordinárias (ROR)	07
Extraordinárias (REX)	02
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	02
Total	**12**

II - Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	07	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
TOTAL	**07**	**-**

III - Proposições apreciadas

Proposições	Quantidades
Projetos de Lei CN (PLN)	
- Crédito Suplementar e Especial	01
- LDO/Alteração	-
- LOA/Alteração	-
- PPA/Revisão – Alteração	-
- Errata	01
- Redação Final	-
Medidas Provisórias (MP) - Crédito Extraordinário	-
Avisos CN (AVN)	
- Obras com Indícios de Irregularidade Graves apontadas pelo TCU	-
- Prestação de Contas	-
- Parecer Prévio do Governo da República	-
- Outras matérias	-
Mensagens CN (MCN)	
- Prestação de Contas	-
- Relatório de Avaliação do PPA	-
- Outras matérias	-
Ofícios CN (OFN)	
- Prestação de Contas	-
- Outras matérias	-
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	-
Proposições SF	-
Requerimentos CMO (RCMO)	09
Contestações CMO (CTCMO)	-
Emendas	22
TOTAL	**33**

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
01 a 31/05/2011

I - Reuniões realizadas

Instalação	-
Ordinárias (ROR)	04
Extraordinárias (REX)	01
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	01
Total	**06**

II - Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	04	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
TOTAL	**04**	**-**

III - Proposições em Tramitação de 02 a 31/05/2011

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)						
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original						
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
- Errata						
- Redação Final						
						01
• Texto Original	-			-	-	01
• Projeto de Lei de Conversão	-			-	-	-
Avisos CN (AVN)	**03**					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	02					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivame nto						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	01					
Mensagens CN (MCN)	**01**					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	01					
Ofícios CN (OFN)	**01**					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	01					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	--					
Proposições SF	--					
Requerimentos CMO (RCMO)	**07**	**06**	**02**			
Contestações CMO (CTCMO)	--					
Emendas	**10**					**10**
TOTAL 22		**06**	**02**			**11**

IV – Resultados de Reunião

Reunião realizada em 4 de maio de 2011 (Ordinária)

4ª Reunião Ordinária convocada para 4/5/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h59min e encerrada às 16h23min)

Pauta nº 4/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
  . 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 19/4/2011;
  . 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 26/4/2011; e
  . 3ª Reunião Ordinária, convocada em 27/4/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OFGAB 10/2011, de 19 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), Coordenador da Bancada da Bahia, informando que na reunião daquela Bancada, no dia 13 de abril de 2011, foi eleito como sub-coordenador, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:
1) Ofício Nº 178/2011-BSB, de 19 de abril, do Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS), justificando ausência no período de 15 a 20 de abril.
2) OGCC 065/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), justificando ausência no dia 19 de abril.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):
1) Ofício nº 160–L–DEM/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Democratas, indicando o Deputado Heuler Cruvinel (DEM/GO).
2) OF/B/053/11, de 27 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do Bloco PSB, PTB e PCdoB, indicando o Deputado Valtenir Pereira (PSB/MT).
3) OF. Nº 032/2011 – GLDPP, de 3 de maio, do Senador Francisco Dornelles, Líder do PP, indicando o Senador Ivo Cassol (PP/RO).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):
1) Ofício nº 159 –L–DEM/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Democratas, indicando o Deputado Vitor Penido (DEM/MG).
2) OF/B/053/11, de 27 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do Bloco PSB, PTB e PCdoB, indicando o Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE).

- Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:
1) Ofício nº 164 -L-/2011/DEM, de 27 de abril, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democratas, indicando o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

- Expediente encaminhando indicação para Relatoria da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012:
1) Ofício nº 049/2011 – GLDBAG, de 28 de abril, do Senador Humberto Costa, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 066/2011/ASPAR-GM-MP, de 19 de abril, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, confirmando a presença da Ministra, Sra. Miriam Aparecida Belchior, na reunião de audiência pública a ser realizada no dia 26 de abril, nesta Comissão.
2) Ofício nº 11.057/SE/SFC/CGU/PR, de 27 de abril de 2011, do Secretário-Executivo Substituto da Controladoria-Geral da União, encaminhando um exemplar da Prestação de Contas do Presidente da República, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:
Avisos Seses de 20 de abril:
1) Aviso nº 503/2011 (Acórdão nº 1.039/2011): Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 027.921/2010-7, pelo Plenário do TCU na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 20/4/2011, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

2) Aviso nº 514/2011 (Acórdão nº 1.026/2011): Fornecimento de trilhos para trechos das obras de Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, no Estado da Bahia, e de Construção da Ferrovia Norte-Sul, nos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Avisos Seses de 27 de abril:
1) Aviso nº 521/2011 (Acórdão nº 1.065/2011): Obras de construção do Aeroporto Internacional de Natal, no Município de São Gonçalo do Amarante – RN.
2) Aviso nº 527/2011 (Acórdão nº 1.076/2011): Obras de infraestrutura e urbanismo do Complexo Militar do Planalto, no Setor Militar Urbano em Brasília-DF.
3) Aviso nº 531/2011 (Acórdão nº 1.084/2011): Obras de ampliação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 27 de abril:
1) Aviso nº 546/2011 (Acórdão nº 1.054/2011): Obras de duplicação e recuperação da BR 101/RJ, no subtrecho compreendido entre Santa Cruz (km 385,8) e Itacuruçá (km 411,96), e do acesso ao Porto de Itaguaí, inicialmente designado Porto de Sepetiba (no Km 403,5 da Br 101/RJ).

AVISOS

- O Presidente comunicou que a partir de hoje, **dia 4 de maio**, estará disponível na WebCâmara a transmissão ao vivo de vídeos das reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

- Avisou que no **dia 5 de maio, quinta-feira, às 10 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos, e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), que apresentará a *"avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" - referente ao 2º* semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.*

- O Presidente informou que atendendo ao Requerimento nº 8/2011-CMO, aprovado em 19/4/2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), constituiu Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento. Em seguida, indicou os seguintes componentes:
. Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012;
. Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012;
. Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012;
. Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Relatora do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015; e
. Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), representante do Líder da Minoria no Congresso Nacional.

- O Presidente esclareceu que foram concluídas as designações dos membros dos comitês permanentes da Comissão nos termos estabelecido no *art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* cuja composição será divulgada nesta semana, na página da Comissão na internet, em *Notícias – comitês permanentes 2011.*

- O Presidente anunciou a presença, no plenário da CMO, do Governador do Mato Grosso do Sul, Sr. André Puccinelli.

- E, convocou reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO, para o dia 10 de maio, terça-feira, às 14h30min, na sala de reuniões da Presidência da Comissão.

ORDEM DO DIA
PAUTA 4

1 – Apreciação do **Requerimento nº 1/2011-CMO (Alterado)**, conforme decidido na 1ª Reunião Ordinária, em 6/4/2011, que "Requer a realização de Audiência Pública em dois momentos, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO, do Diretor-Geral do DNIT e do Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura – SINICON; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal."
Autor: Deputado Cláudio Cajado.
Resultado: **aprovado** por unanimidade.

2 – Apreciação do **Requerimento nº 3/2011-CMO**, que " Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização - CMO, determine que o Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalize "in loco" as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis".
Autor: Deputado Rubens Bueno.
Resultado: **retirado** de tramitação, a pedido do Autor.

3 – Apreciação do **Requerimento nº 6/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública."(Para debater a atual situação das obras paralisadas e as inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União. Solicita ainda a presença das personalidades a seguir: Sra. Mirian Aparecida Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA).
Autor: Deputado Rubens Bueno.
Resultado: o Requerimento alterado, com a concordância do Autor, foi **aprovado** por unanimidade, no sentido de que seja encaminhada à Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitação para que envie a esta Comissão Mista relatório que contenha a relação de todas as obras paralisadas e inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União, além de dados referentes às datas de início, tempo de paralisação, recursos já aplicados pela União e custos para

conclusão de cada uma das obras elencadas e, ainda, que a Presidência da CMO constitua, brevemente, o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI.

4 – Apreciação do **Requerimento nº 7/2011-CMO**, que "Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a pagar".

Autor: Deputado José Priante.

Resultado: **aprovado** por unanimidade, com a sugestão da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) de que se aproveite a vinda do Secretário do Tesouro Nacional, na CMO, em cumprimento ao disposto no *art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF)*, para que sejam prestados os esclarecimentos solicitados neste requerimento.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do **Requerimento nº 9/2011-CMO**.

Autora: Senadora Gleisi Hoffmann.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– Apreciação do **Requerimento nº 9/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para tratar sobre a efetivação dos direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na proposta do Orçamento Geral da União para 2012".

Autora: Senadora Gleisi Hoffmann.

Resultado: **aprovado** por unanimidade e acatada a sugestão da Autora que indicou o dia 23/5/2011 para realização da reunião conjunta de audiência pública.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do **Requerimento nº 10/2011-CMO**.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– Apreciação do **Requerimento nº 10/2011-CMO**, que "Solicita informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre as consequências da vigência do *Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011*, que "*mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que especifica, altera o parágrafo único art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e dá outras providências*".

Autor: Deputado Claudio Cajado

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do **Requerimento nº 11/2011-CMO**.

Autor: Senador Vital do Rêgo.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– Apreciação do **Requerimento nº 11/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, com a presença, do Presidente da Caixa Econômica Federal".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias constantes da pauta, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou reunião ordinária para o dia **11 de maio, quarta-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Reunião realizada em 5 de maio de 2011 (audiência pública)

2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública convocada para 5/5/2011, às 10 horas (Iniciada às 10h37min e encerrada às 13h47min)

ABERTURA

Os trabalhos fo ram conduzidos pelo Senador Vi tal do Rêgo, P residente da CMO (PM DB/PB), Senador D elcídio Amaral (PT/MS), Presidente da Comissão de Assunt os Econômicos do Senado Federal; e o Deput ado C laúdio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Convidado: Alexandre Antônio Tombini - Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN)

Comissões participantes: - do Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; **-** do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; - da Câmara dos De putados: Comissão de Finanças e T ributação, Comissão de D esenvolvimento Econômic o, Indú stria e Com ércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Tema: avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de sua s operações e os r esultados demonstrados nos balanços" **-** referente ao segundo semestre do e xercício de 2010, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ENCERRAMENTO

Realizada a reu nião, o President e da CMO, Senador Vital do Rêgo, agradeceu o comparecimento do Presidente do Bacen, da sua equipe técnica e das comissões participantes.

Reunião realizada em 17 de maio de 2011 (Ordinária)

5ª Reunião Ordinária convocada para 17/5/2011, às 14h30min (Iniciada às 15h15min e encerrada às 15h16min)

Pauta nº 5/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Em virtude da inexistência de *quorum* regiment al para deliberação nas repres entações da Câmara dos Deputa dos e do Senado Federal, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

Ata da **4ª** Reunião Ordinária, realizada em **4/5/2011**; e
Ata da 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 5/5/2011.

1 - Rela tório P reliminar com Emendas a presentado a o Projeto de Le i nº 2 /2011-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências".
Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.
Foram apresentadas 48 emendas.
Voto: pela ap rovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relat or, com aprovação parcial das emendas nºs 5, 8, 11, 13, 16, 19, 26 e **44**, e pela rejeição das demais.

2 - Aviso nº 17/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Ge stão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN** , que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cu mprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de ag osto d e 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.02 8/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribun al, referent e ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".
Relator: Senador Acir Gurgacz.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regiment al para deliberação nas repres entações da Câmara dos Deputa dos e do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, comunicou a realização de reunião extraordinária no **dia 18 de maio, quarta-feira, às 14h30min,** no plenário 2 da Câmara dos Deputados, anteriormente convocada.

Reunião realizada em 18 de maio de 2011 (Extraordinária)

2ª Reunião Extraordinária convocada para 18/5/2011, às 14h30min (Iniciada e encerrada às 15h01min)

Pauta nº 5/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional.*

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 4/5/2011; e
Ata da 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 5/5/2011.

1 - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências".
Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.
Foram apresentadas 48 emendas.
Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com aprovação parcial das emendas nºs 5, 8, 11, 13, 16, 19, 26 e 44, e pela rejeição das demais.

2 - Aviso nº 17/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".
Relator: Senador Acir Gurgacz.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou reunião ordinária para o **dia 24 de maio, terça-feira, às 14h30min,** no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Reunião realizada em 24 de maio de 2011 (Ordinária)

6ª Reunião Ordinária convocada para 24/5/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h58min e suspensa às 15h16min)

Pautas nºs 5 e 6/2011

ABERTURA e SUSPENSÃO

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal e inexistência de acordo para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 5 e 6/2011, o Presidente suspendeu os trabalhos.

Antes, informou que foi cancelada a reunião de audiência pública, com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, convocada para hoje, dia 24 de maio, às 15 horas no plenário 2 da Câmara dos Deputados, em atendimento ao Requerimento nº 11/2011-CMO, em virtude do convidado estar participando de reunião com autoridades financeiras, e posteriormente será remarcada nova reunião.

E, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 25 de maio, quarta-feira, às 15 horas,** no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Reunião convocada para 24 de maio de 2011 (audiência pública)

Reunião de audiência pública convocada para 24/5/2011, às 15 horas 15 horas

Convidado: Sr. Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal.

Tema: esclarecimentos acerca do Requerimento nº 11/2011- CMO, de autoria do Senador Vital do Rêgo, aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada em 4/5/2011, que solicita a realização de audiência pública para debater sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, com a presença do Presidente da Caixa Econômica Federal",

O Presidente da CMO, Senador Vital do Rêgo, informou que a reunião estava cancelada, em virtude do convidado estar participando de evento com autoridades financeiras e posteriormente será remarcada nova data.

Reunião realizada em 25 de maio de 2011 (Ordinária)

Continuação da 6ª Reunião Ordinária convocada para 25/5/2011, às 15 horas (Reiniciada às 14h59min e encerrada às 15h31min)

Pautas nºs 5 e 6/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
  . **4ª** Reunião Ordinária, realizada no dia 4/5/2011;
  . 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 5/5/2011;
  . 5ª Reunião Ordinária, convocada para 17/5/2011; e
  . 2ª Reunião Extraordinária, convocada para 18/5/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ata da reunião da Bancada do Estado de Mato Grosso, realizada em 8 de fevereiro de 2011, informando que foi eleito o Deputado Wellington Fagundes como Coordenador daquela Bancada para 2011.
2) Ata da reunião da Bancada do Estado de Pernambuco, realizada em 12 de abril de 2011, informando que foram eleitos os Deputados Carlos Eduardo Cadoca e Pedro Eugênio como Coordenadores daquela Bancada.
3) OF. Nº 254/2011 – SGM, de 04 de maio, da Secretaria- Geral da Mesa do Senado Federal, comunicando que o Senador João Ribeiro (PR/TO) licenciou-se do exercício do mandato parlamentar pelo período de 121 dias
e o seu primeiro suplente tomou posse e assumiu o exercício do mandato, Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), a partir de 3 de maio do corrente.
4) Ofício nº 165/2011/CFFC-P, de 6 de maio, do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Sérgio Brito (PSC/BA), convidando o Presidente desta Comissão para participar da solenidade de abertura e integrar a mesa do II Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos, que terá como tema "Fiscalização Sustentável – Execução e Controle Trabalhando Juntos para o Desenvolvimento Nacional", a realizar-se às 9h30, no dia 1º de junho de 2011, no Auditório Nereu Ramos, Anexo II da Câmara dos Deputados.
5) Ofício nº 021 Gab.515/2011, de 10 de maio, do Deputado Abelardo Lupion (DEM/PR), solicitando alteração do subtítulo da Emenda individual nº 3420.0008, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 59/2010 (PLOA para 2011).
6) Ofício nº 034/CD/GPAL/2011, de 10 de maio, do Deputado Átila Lins, Coordenador da Bancada do Norte, solicitando alteração da Emenda Individual nº 1619.0012, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 59/2010 (PLOA para 2011).
7) Of. nº 28/11/Coff, de 11 de maio, do Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Wagner Primo Figueiredo Júnior, indicando a consultora de orçamento Elisângela Moreira da Silva Batista, para participar da reunião conjunta de audiência pública nesta Comissão, no dia 2 de junho do corrente.
8) Ofício nº 51/11- PRESIDÊNCIA/CCJ, de 11 de maio, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira, solicitando o remanejamento de dotações orçamentárias no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de Reais),
decorrentes de Emenda aditiva nº 6003.0003 para a Ação "Modernização das Instalações do Ministério Público Federal", de autoria daquela Comissão, para suplementação das Ações: "Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do MPDFT"; "Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça em Ceilândia"; e "Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário", constantes da Lei nº 12.381, de 9.2.2011 (LOA/2011).
9) Ofício nº 027 Gab.515/2011, de 18 de maio, do Deputado Abelardo Lupion, encaminhando cópia da Nota Técnica nº 65/2011 da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal e solicitando elaboração de Errata para corrigir o erro material da Emenda nº 3420.0008, de sua autoria, apresentada ao PLOA nº 059/2010-CN.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:
1) Ofício nº 00151/2011-GSCM, de 6 de maio, do Senador Cyro Miranda (PMDB/GO), justificando ausência no dia 4 de maio.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão INDEFERIDOS pelo Presidente:
1) Ofício nº 00142/2011-GSCM, de 29 de abril, do Gabinete do Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), justificando ausência no dia 27 de abril.
2) Ofício Gab.Dep.JP 009/2011, de 4 de maio, do Deputado Jorge Pinheiro (PRB/GO), justificando ausência no dia 4 de maio.
3) Ofício nº 335/2011, de 4 de maio, do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 27 de abril.
4) Ofício nº 056/2011/GDGN, de 24 de maio, do Deputado Genecias Noronha (PMDB/CE), justificando ausência nos dias 17 e 18 de maio.

- Expedientes com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:
1) OFGSJAYM nº 0267/2011-H, de 4 de maio, do Senador Jayme Campos, Líder da Minoria do Congresso Nacional, indicando o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), para participar como representante do Democratas, na condição de Vice-Líder da Minoria no Congresso Nacional.
2) OFÍCIO GLPCdoB Nº 008/2011, de 17 de maio, do Senador Inácio Arruda, Líder do PCdoB, comunicando que a partir desta data, ocupará a vaga daquele Partido destinada ao Senado, na composição deste Colegiado.
3) Ofício GLPDT - 028/2011, de 17 de maio, do Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT, colocando-se a disposição para compor este Colegiado.
4) OF/GAB/I/Nº 463, de 18 de maio de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Pedro Chaves (PMDB/GO).
5) OF/GAB/I/Nº 464, de 18 de maio de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado José Priante (PMDB/PA) deixa de compor este Colegiado.

- Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012:
1) OF. GLPMDB nº 152/2011, de 10 de maio, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES).
2) Ofício nº 182-L-DEM/11, de 10 de maio, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democratas, indicando o Deputado Efraim Filho (DEM/PB), para o cargo de Relator Setorial da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social.
3) OF/GAB/I/Nº 464, de 18 de maio de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado José Priante (PMDB/PA) para Relator Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:
1) OFÍCIO Nº 54/SPI, de 16 de maio de 2011, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, informando que devido a compromissos anteriormente assumidos, não poderá comparecer na reunião conjunta de audiência pública nesta Comissão, que será realizada no dia 2 de junho. Colocando-se à disposição para participar da citada reunião nos dias 15 ou 16 de junho de 2011.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 4 de maio:
1) Aviso nº 549/2011 (Acórdão nº 1.147/2011): Verificação dos critérios adotados pelo Fundo Nacional de Saúde, Órgão do Ministério da Saúde, para a celebração dos convênios para aquisição de Unidades Móveis de Saúde e para análise das prestações de contas.
2) Aviso nº 559/2011 (Acórdão nº 1.143/2011): Acompanhamento da execução orçamentária e financeira da União, em 2010.
3) Aviso nº 560/2011 (Acórdão nº 1.146/2011): Necessidade de adoção de parâmetros de aceitabilidade de preços de medicamentos em licitações públicas.
4) Aviso nº 565/2011 (Acórdão nº 1.153/2011): Obras de derrocagem do Rio Tocantins, no Estado do Pará.

Avisos Seses de 18 de maio:
1) Aviso nº 597/2011 (Acórdão nº 1.266/2011): Obras da segunda etapa de construção do parque industrial da Hemobrás, na cidade de Goiana/PE.
2) Aviso nº 612/2011 (Acórdão nº 1.270/2011): Implantação do Perímetro Irrigado Platô de Guadalupe, no Estado do Piauí.
3) Aviso nº 622/2011 (Acórdão nº 1.289/2011): Obras de ampliação e reforma do Laboratório de Referência Nacional em Tuberculose, no Rio de Janeiro/RJ.
4) Aviso nº 627/2011 (Acórdão nº 1.299/2011): Obras de manutenção de trechos rodoviários na BR-020, no Estado do Ceará.
5) Aviso nº 637/2011 (Acórdão nº 1.256/2011): Obras de modernização e adequação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, localizada no município de Araucária-PR.

Aviso GP/TCU de 12 de maio:
1) Aviso nº 359/2011: Encaminha relatório contendo a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 2.018-Seses/TCU, de 9 de novembro de 2010, relativas às obras com indícios de irregularidades graves.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 4 de maio:
1) Aviso nº 578/2011 (Acórdão nº 1.157/2011): Acompanhamento das ações promovidas pela Petrobras para a recuperação de prejuízos sofridos em contratos de plataformas marítimas.

Aviso GP/TCU de 12 de maio:
1) Aviso nº 357/2011: Informando que foram constatados indícios de irregularidade grave nas seguintes obras: Construção de Contorno Rodoviário no Município de Maringá na BR-376/PR; e BR-116/RS melhoria de capacidade incluindo duplicação.

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos GP/TCU de 19 de maio:
1) Aviso nº 382/2011: Construção Barragem Oiticica/RN.

- Avisos Seses-TCU encaminhados ao Presidente do Senado Federal para autuação e posterior tramitação na forma de AVISO do Congresso Nacional:

Avisos Seses de 4 de maio:
1) Aviso nº 556/2011 (Acórdão nº 1.142/2011): Acompanhamento de Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) de órgãos e entidades dos Poderes da União, referentes ao 3º quadrimestre de 2010.
2) Aviso nº 562/ 2011 (Acórdão nº 1.141/2011): Obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES.

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o **Requerimento nº 12/2011-CMO.** (item 5, da Pauta 6).
Autores: Deputados Pauderney Avelino e Efraim Filho.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

PAUTA 6

5 – Apreciação do **Requerimento nº 12/2011-CMO**, que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo".
Autor: Deputado Efraim Filho.

Resultado: o autor apresentou o Requerimento. A discussão foi iniciada e encerrada. A votação foi **adiada**, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

PAUTA 5

1 - Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências ".
Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.
Foram apresentadas 48 emendas.
Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com aprovação parcial das

emendas nºs 5, 8, 11, 13, 16, 19, 26 e 44, e pela rejeição das demais.

Resultado: apreciação **adiada**, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

2 - Apreciação do Relatório apresentado aos **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514 , de 13 de agosto 2007, c/c o art . 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".
Relator: Senador Acir Gurgacz.
Voto: pelo arquivamenteo da matéria.
Resultado: apreciação **adiada**, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

PAUTA 6

1 - Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 24/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007", bem como o **Ofício nº 06/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 12/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; **Ofício nº 03/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 04/2008 -CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 05/2008 -CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007 "; **Ofício nº 07/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007" ; **Ofício nº 08/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; **Ofício nº 09/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007"; **Ofício nº 11/2008-CN** que "Encaminha ao

Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007- TCU"; **Ofício nº 10 /2008-CN** que " Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007.

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

Resultado: apreciação **adiada**, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

2 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/ 2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 1 01, de 2000 (Lei de Responsabili dade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéri a, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

Resultado: apreciação **adiada**, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

3 - Apreciação do Relatório apresentado aos **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.16 5/2008-8)"; **Aviso nº 09/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0.", **Aviso nº 19/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada**, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

4 - Apreciação do Relatório apresentado aos **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010", **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010", **Aviso 02/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada**, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

6 – Apreciação do **Requerimento nº 13/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Dnit, a fim de prestar informações sobre os gargalos à celeridade na execução das obras do Dnit".

Autor: Deputado Danilo Forte.

Resultado: apreciação **adiada**, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com o disposto no *Art. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal, e Art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou as seguintes reuniões, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- ordinária, **dia 31 de maio, terça-feira, às 14h30min**;
- extraordinária, **dia 1º de junho, quarta-feira, às 14h30min**; e
- reunião de audiência pública, com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, em atendimento ao Requerimento nº 11/2011-CMO, **dia 1º de junho, quarta-feira, às 15 horas**.

Reunião realizada em 31 de maio de 2011 (Ordinária)

7ª Reunião Ordinária
convocada para 31/5/2011, às 14h30min
(Iniciada às 14h52min e suspensa às 16h03min)

Pautas nºs 5, 6 e 7/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na **4ª** Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 107/2011 – GDHL/BSB, de 24 de maio, do Deputado Hugo Leal (PSC/RJ), solicitando alteração da Emenda nº 2397.0004, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA 2011).
2) OGCC 082/ 11, de 25 de maio, do Deputado Claudio Cajado (DEM/ BA), solicitando informação referente ao Requerimento nº 01/2011-CMO, de sua autoria, que requer realização de audiência pública.
3) OF. 079/2011, de 25 de maio, da Bancada Estadual do Piauí, informando que o atual Coordenador daquela Bancada é o Deputado Marcelo Castro (PMDB/PI).

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) OF. 00263-2011/GAB-MM, de 19 de maio, do Senador Magno Malta (PR/ES), justificando ausência nos dias 17 e 18 de maio.
2) OF. Nº 132/2011-GSIFRA, de 25 de maio, do Gabinete do Senador Itamar Franco (PPS/MG), justificando ausência nos periodos de 17 a 19 de maio e por 30 dias, a partir de 23 de maio de 2011.
3) Of. 010/2011 GAB531, de 25 de maio, da Deputada Luciana Santos (PC doB/PE), justificando ausência no periodo de 17 a 23 de maio.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1º quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
- Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.
- Supremo Tribunal Federal.

- Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Aviso Seses de 25 de maio:
1) Aviso nº 647/2011 (Acórdão nº 1.353/2011): Implantação da infraestrutura dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

AVISOS

- O Presidente informou que no **dia 1º de junho, quarta-feira, às 15 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o **Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda**, que prestará esclarecimentos sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, em atendimento ao Requerimento nº 11/2011-CMO, de autoria daquele Senador, aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada no último dia 4 de maio.

- O Deputado Gilmar Machado (PT/MG) propôs que fosse votado, inicialmente, o **Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN,** constante do item 1 da Pauta 5, e em seguida fosse suspensa a reunião, para que fosse realizada Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, a fim de ajustar acordo para votação das demais matérias constantes das Pautas. O Presidente concordou com a sugestão e sugeriu que na Reunião dos Líderes, tratassem também da definição dos relatores setoriais das áreas temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012. Apoiaram o pedido do Deputado Gilmar Machado, os Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN), Andre Vargas (PT/PR), Pedro Chaves (PMDB/GO), Roberto Britto (PP/BA), Vaz de Lima (PSDB/SP), Ademir Camilo (PDT /MG), Nilton Capixaba (PTB/ RO), Giroto (PR/MS) e o Senador Walter Pinheiro (PT/BA).

ORDEM DO DIA
PAUTA 5

1 - Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências ".

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foram apresentadas 48 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com aprovação parcial das emendas nºs 5, 8, 11, 13, 16, 19, 26 e 44, e pela rejeição das demais.

Resultado: o Relator apresentou o Relatório Preliminar. A discussão foi iniciada e encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Em votação, o Relatório Preliminar foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Foram apresentados 7destaques.

APRECIAÇÃO DOS 7 DESTAQUES APRESENTADOS:

Destaque 1, de autoria do Deputado Ademir Camilo, à emenda 2, do mesmo autor.
Resultado: o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário dos Deputados Ademir Camilo e João Dado. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.*

Destaque 2, de autoria do Deputado Ademir Camilo, à emenda 9, do mesmo autor.
Resultado: **retirado** pelo autor.

Destaque 3, de autoria do Deputado Ademir Camilo, à emenda 10, do mesmo autor.
Resultado: o destaque foi **rejeitado** na re presentação da Câma ra dos Deputad os. Não foi apreciado na representação do Sen ado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.*

Destaque 4, de autoria do Deputado João Dado, à emenda 30, do mesmo autor.
Resultado: o destaque foi **rejeitado** na re presentação da Câma ra dos Deputad os. Não foi apreciado na representação do Sen ado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.*

Destaque 5, de autoria do Deputado Alex Canziani, à emenda 1, do Deputado Ronaldo Nogueira.
Resultado: **prejudicado** pela ausência do autor.

Destaque 6, de autoria do Deputado Alex Canziani, à emenda 32, do Deputado Jovair Arantes.
Resultado: **prejudicado** pela ausência do autor.

Destaque 7, de autoria do Deputado Alex Canziani, à emenda 33, do Deputado Jovair Arantes.
Resultado: **prejudicado** pela ausência do autor.

Tendo em vista a aprovação do Relatório Preliminar com Emend as ao PLDO 20 12, o Presidente informou a alter ação do prazo para apresentação de Emendas ao referido Projeto de Lei: de 1º a 10 de junho de 2011.

PAUTA 7

03) **Requerimento nº 15/2011-CMO**, que "Requer do Senhor Secretário de Obras do Gove rno do Distrito Federal, dos Presidentes da Companhia U rbanizadora da N ova Capital do Brasil – NO VACAP, da Com panhia Imobiliária de Brasília- TERRACAP e dos representantes legais do Consó rcio Brasília 2014, formad os p elas Empresas Construtor as An drade Gutierrez S.A e pela Via Engenharia S.A informações sobre o Convênio NUTRA/PROJU nº 323/2009 e sob re o Contrato de Empreitada nº 523/2010 para, em audiência pública, esclarecer, junto a esta Comissão, assuntos relacionados ao referido Contrato".
Autor: Deputado Giroto.
Resultado: **retirado** pelo autor.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação da matéria acordada, o Presidente suspendeu a reunião.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia **1º de junho, quarta-feira, às 14 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. E convidou o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO para participarem de reunião, na sala da Presidência da Comissão, naquele momento.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 31/05/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	5	1	3	9
CAS	-	6	-	6
CCJ	4	3	2	9
CE	4	6	-	10
CMA	3	1	1	5
CDH	-	14	-	14
CRE	4	5	2	11
CI	-	6	-	6
CDR	-	4	-	4
CRA	-	5	-	5
CCT	-	5	-	5
CMMC	-	-	-	-
TOTAL GERAL	20	56	8	84

SUBCOMISSÕES	REUN.	PROP.	REL.
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	2	16	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	1	-	-
Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual –	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	2	-	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE	1	5	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	2	2	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, "Crack" e outras	3	5	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	2	-	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	1	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 –	5	-	-
Temporária dest. acomp.exec.obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	1	-	-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável – CMARIO –	3	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	1	1	-
Permanente Comb.Trab. Escravo e Acomp. da Regul. Fund. da Amazônia Legal –	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	1	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	1	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças	3	1	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	2	1	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	3	2	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	1	5	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Parolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	-	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	35	38	-

Proposições Apreciadas
01 a 31/05/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	-	2	-	9	-	-	-	-	1	-
CAS	-	1	-	-	1	3	2	-	-	-	-	-	-
CCJ	3	1	-	-	7	3	1	-	-	-	-	3	-
CE	-	-	-	2	1	5	4	-	-	-	-	1	-
CMA	-	-	-	2	1	2	2	-	-	-	-	-	-
CDH	-	-	-	-	2	-	3	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	-	-	1	2	-	18	-	-	3	-
CI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-
CDR	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	-	1	-	45	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	3	2	-	4	15	16	25	45	18	-	-	11	-

Proposições Apreciadas
01 a 31/05/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET.	PET. (SF)	REQ COM	PAR E REL. SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TOTAL
CAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-	27
CAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	15
CCJ	9	-	-	-	-	-	-	-	-	15	1	-	43
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	24
CMA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	12	-	-	21
CDH	1	1	-	1	-	-	-	-	-	20	-	-	28
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	28
CI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	12
CDR	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	6
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	8
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	52
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	11	2	1	1	-	-	-	-	-	109	1	-	264

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS (T) – Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)
PDS (NT)– Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem "SF"
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício "SF"
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição "SF"
REQ e ADIT (COMISSÃO) - Requerimento e Aditamento de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUESTÃO ORDEM e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 31/05/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	15	2	3	20
CAS	-	13	-	13
CCJ	13	6	2	21
CE	9	12	-	21
CMA	7	3	6	16
CDH	-	31	2	33
CRE	10	11	2	23
CI	2	12	2	16
CDR	3	9	-	12
CRA	-	11	3	14
CCT	-	12	4	16
CMMC	-	-	-	-
TOTAL GERAL	59	122	24	205

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	3	16	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	1	-	-
Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual –	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF	6	4	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde –	2	5	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	6	3	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, "Crack" e	9	8	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	6	1	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	2	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016	10	-	-
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo	2	-	-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável –	6	-	
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	2	1	-
Permanente de Combate ao Trab. Escravo e Acomp. da Regul. Fund. da	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI	1	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre	6	2	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	3	1	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-		-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	8	9	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	2	8	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Parolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	-	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	73	64	

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/05/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	2	3	12	-	-	-	-	11	-
CAS	-	2	-	1	3	10	5	-	-	-	-	2	-
CCJ	5	1	-	2	9	10	4	-	-	2	-	4	1
CE	-	-	-	4	1	6	5	-	-	-	-	1	-
CMA	-	-	-	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
CDH	-	-	-	-	5	-	4	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	-	2	1	2	-	22	-	-	16	6
CI	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4	-
CDR	-	-	-	-	1		1	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	1	1	-	45	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	5	3	-	10	26	36	39	45	22	2	-	38	7

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/05/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG.	EM. PLEN	REC	DIV.	PET.	PET (SF)	REQ COM	PAR REL. SUB .	CONS QUES ORD. OUTR	TOTAL
CAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	-	-	57
CAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-	40
CCJ	11	-	-	-	2	-	-	-	-	31	1	-	83
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-	48
CMA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	36	-	-	46
CDH	1	1	-	2	-	-	-	-	-	76	-	-	89
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	1	72
CI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	32
CDR	1	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-	20
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-	29
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-	69
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	13	2	1	2	2	-	-	-	-	330	1	1	585

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes
01 a 31/05/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 5, de 2011-CAE, de autoria do Senador Francisco Dornelles, e nºs 10, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, a fim de que o Ministro de Estado da Fazenda preste "informações acerca da economia brasileira e do cenário para 2011 esperado pelo Governo Federal", e também discorra sobre "a noticiada interferência política do Governo Federal na Empresa Vale".

PARTICIPANTE

- Guido Mantega - Ministro de Estado da Fazenda.

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL; COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE E COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no art. 9° § 5°,da Lei Complementar n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a qual determina que, "no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 2º semestre de 2010".

PARTICIPANTE

- **Alexandre Antônio Tombini - Presidente do Banco Central do Brasil.**

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o "Qüinquênio da Alfabetização".
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ-CAE.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 8213, de 24 de junho de 1991, "que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", reajustando o valor da cota do salário-família.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatoria Ad Hoc: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de discutir o tema: "Transporte ferroviário: falta de concorrência prejudica o desenvolvimento brasileiro", com a presença dos seguintes convidados: Bernardo Figueiredo - Diretor Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT); Luiz Antonio Fayet (Coalizão de Usuários) - Consultor para Logística de Transportes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Luis Henrique Baldez (Coalizão de Usuários) - Presidente Executivo da Associação Nacional de Usuários de Transporte de Carga (Anut); Marcelo Spinelli - Diretor de Ferrovias da VALE; Paulo Basílio - Presidente da América Latina Logística (ALL); e Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).
Autoria: Senadores Delcídio do Amaral e Inácio Arruda
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a dinâmica dos preços de combustíveis no Brasil, tendo como convidados: Sr. José Sérgio Gabrielli – Presidente da Petrobras; Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Sr. Paulo Miranda Soares – Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis); Sr. Vinícius Marques de Carvalho – Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e Sra. Lisa Gunn – Coordenadora Executiva do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec)
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, a fim de discutir a situação atual do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país, com a presença dos convidados: Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero; Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac; e Exmo. Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC.
Autoria: Senador Romero Jucá
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Omar Aziz, Governador do Estado do Amazonas, do Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, e do Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, para instruir a deliberação do PRS nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior".
Autoria: Senadores Cyro Miranda e Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

15ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17 DE MAIO DE 2011
CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
NÃO TERMINATIVO
(TERMINATIVO NA CCJ)

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique
Relatoria Ad Hoc na CAE/CRE/CCJ: Senador Ricardo Ferraço
Relatório na CAE/CRE/CCJ: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Iniciada a discussão, foram apresentadas as Emendas nº 01, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e nº 02, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A apreciação da Matéria é adiada.

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis, nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado.
Autoria: Deputado Lobbe Neto
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Cyro Miranda.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 e 02-CAE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 189, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Romero Jucá.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CAE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livro.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 – CAE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 5º ao art. 128 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para obrigar a pessoa jurídica de direito privado a comprovar o uso da marca nos casos que especifica.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 – CAE (Substitutivo).

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável ao Projeto.
Relatoria do Vencido: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório do Vencido: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Inicia da a discussão, é apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, contrário ao Projeto. Colocado em votação, a Comissão rejeita o relatório do Senador Inácio Arruda. Vencido o relator, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa a Senadora Gleisi Hoffmann relatora do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação do economista Luis Paulo Rosenberg, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior".
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir a dívida dos Estados brasileiros com a União, com a presença do Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; do Sr. José Roberto Afonso, Servidor do Banco Nacional do Desenvolvimento; do Exmo. Sr. Joã o Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; do Exmo. Sr. Marcelo Déda Chagas, Governador do Estado do Sergipe; do Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; e do Exmo. Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos, Governador do Estado de Pernambuco.
Autoria: Senador Luiz Henrique
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da

competitividade industrial, centrada na redução do custo Brasil, no estímulo à inovação e à isonomia competitiva com produtos importados, no incentivo às transformações microeconômicas que produzam um ambiente produtivo de maior eficiência, e na defesa de uma política fiscal que reduza os incentivos para valorização do real, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Abit; Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; Sra. Erenice Cabral, Presidente da Conaccovest; e Sr. José Roberto Mendonça de Barros, economista.
Autoria: Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir o desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão decorrentes da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, de que trata o Acórdão nº 1055/2011 (Processo nº TC 026.335/2007-4) – TCU – Plenário, com a presença do Sr. Bernardo Figueiredo – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; do Sr. Moacyr Servilha Duarte – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; do Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos - Secretário de Fiscalização de Desestatização 1 do Tribunal de Contas da União – SEFID1/TCU; e do Exmo. Sr. Aurélio Rios – Subprocurador Geral da República.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Simão Robison Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará, entre os convidados para participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 17 de 2011- CAE.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
MENSAGEM (SF) Nº 73, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 115,700,000.00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Várzeas do Tietê.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Determina a isenção de taxas por uso de sistema eletrônico para participação em licitaçõ es, quando cobradas de licitantes interessados em ofertar bens e serviço para a administração pública e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acresce dispositivos à Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que "define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências".
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011 - Complementar, que "altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes", com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, Procuradora Regional da República - 1ª Região; Sra. Lucieni Pereira, Especialista em Finanças Públicas e Controle Externo, e Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer a inclusão do nome do Secretário Estadual de Transportes do Estado de São Paulo, Exmo. Sr. Saulo de Castro, entre os convidados a participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 13 de 2011-CAE.
Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios - CNM.
Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2011-CAE, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que "*Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior*".

PARTICIPANTES

- Luis Paulo Rosenberg – Economista; e
- Michal Gartenkraut - Professor.

19ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2011, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
NÃO TERMINATIVO
(TERMINATIVO NA CCJ)

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique
Relatório na CAE/CRE/CCJ: Pela aprovação da Matéria nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: As Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovam o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE e da CRE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE-CRE (Substitutivo).
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE-CRE-CCJ (Substitutivo) por 17 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar de discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCT.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCT-CAE.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a tratar do endividamento dos Estados, face ao significante aumento verificado nas despesas estaduais com os juros da dívida, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. José Barroso Tostes Neto, Secretário da Fazenda do Estado do Pará; Exmo. Sr. Simão Sirineu, Secretário da Fazenda do Estado de Goiás; Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia; Exmo. Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Exmo. Sr. Ubiratan Rezende, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina; e representante da Secretaria do Tesouro Nacional.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 29 DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, para

debater a situação dos aeroportos do Brasil, com a presença dos convidados: Sr. Antonio Augusto Matos do Vale, Presid ente da Empre sa Bra sileira de Infrae strutura Aero portuária – Infrae ro; Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviaçã o Civil – Ana c; e Sr. Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Aviação Civil – Snac.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 30 DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Simão Ro bison Oliveira Jatene, Gov ernador do Estado d o Pará, entre os convidados para particip ar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 19 de 2011-CAE.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 09
Ordinária – Deliberativa: 04
Ordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Deliberativa: 02
Conjunta - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 27
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 09
Mensagem (SF): 01
Requerimento – CAE: 15

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL – CAESTN (CAE)

Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Exposição d o Sr. Jo sé Roberto Afonso, economista, acerca dos trabalh os realizado s p ela sub comissão temporária da reforma tributária no período de 2007 a 2008.

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 20 11-CAESTN, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com o objetivo de debater a Equidade Fiscal no Sistema Tributário Nacional.

PARTICIPANTES

- ***Marcelo Lettieri – Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil;***
- ***Fernando Gaiger – Técnico em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.***

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Equidade Fiscal. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas à seguinte questão: "como aumentar a equidade do sistema tributário nacional"?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Competitividade Externa. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:
a) Como avançar com a desoneração das exportações?
b) Como garantir a neutralidade tributária entre o bem importado e o nacional?
c) Como usar o Imposto de Importação ou outros tributos que incidem sobre a importação no âmbito da Política Industrial Brasileira?
d) Como aperfeiçoar os regimes de Drawback no Brasil?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Investimentos. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:
a) Como se avançar na desoneração do investimento produtivo?
b) Como conceder incentivos fiscais para o investimento a fim de promover a desconcentração produtiva regional, sem fomentar a Guerra Fiscal?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Regime de Tributação das Micro e Pequenas Empresas. A audiência objetiva, nesse tema, discutir os seguintes tópicos:
a) Revisão dos limites de enquadramentos e das alíquotas do Simples Nacional;
b) Cobrança por meio de substituição tributária dos optantes do Simples Nacional;
c) Cobrança antecipada do ICMS nas divisas estaduais;
d) Parcelamento automático dos débitos de tributos do Simples Nacional; e
e) Sistema de comunicação eletrônica.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema

Tributário Brasileiro: Transparência. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas à questão "como promover a educação tributária e aumentar a transparência na cobrança de tributos para que o contribuinte saiba quanto paga de impostos?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Concentração. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:
a) Como a perfeiçoar o mecanismo das transferências constitucionais para Estados e Municípios como instrumento de desenvolvimento regional?
b) Como não gerar incentivos adversos como um menor esforço arrecadatório dos entes federativos?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 07, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Custeio Social. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:
a) Como aperfeiçoar o sistema tributário como mecanismo de financiamento das políticas públicas?
b) Como aperfeiçoar a gestão das contribuições sociais e a vinculação dos recursos para custeio social?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 08, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Modelos Tributários Internacionais e Dificuldades de Harmonização Tributária no Brasil. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:
a) Quais os desenhos mais eficientes e modernos dos sistemas tributários internacionais?
b) Quais as dificuldades atuais do Brasil no processo de harmonização tributária e integração econômica? Conflito entre normais nacionais e internacionais?
c) Como evoluir para um modelo nacional que possa se harmonizar com outros países?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 09, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Regime de Substituição Tributária. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:
a) Quais as consequências da disseminação da substituição tributária do ICMS pelos Estados sobre as empresas e consumidores?
b) Como aperfeiçoar o regime de substituição tributária do ICMS no Brasil?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Guerra Fiscal e Incentivos Locais *Versus* Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:

a) Existem sinais de esgotamento da guerra fiscal?
b) Qual o espaço dos incentivos locais no âmbito de uma reforma tributária?
c) Como efetivar os mecanismos tributários que se harmonizem com uma política nacional de desenvolvimento regional?

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Infraestrutura. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:

a) Como melhorar o financiamento da infraestrutura por instrumentos tributários?
b) A Cide tem sido eficiente como tributo regulatório e para a infraestrutura rodoviária?

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Arrecadação. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:

a) Qual é o tamanho e composição da carga tributária brasileira?
b) Como se insere no comparativo com outros países, especialmente os principais competidores do Brasil, tais como China, Índia e Rússia?
c) Quanto é cobrado por cada tributo, por modalidade (imposto x contribuições), por tipo (indireto x direto)?

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Custo da Administração. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:

a) Quanto custa para o contribuinte pagar impostos e quanto custa para o governo fiscalizar?
b) Como avançar ainda na desburocratização e aumento de eficiência da administração tributária?

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Incidência Setorial. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:

a) Quanto é arrecadado por cada atividade econômica?
b) Qual a evolução, a composição e os efeitos da arrecadação?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Esforço Local. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas à questão: "qual a eficiência dos governos estaduais e municipais no uso de suas competências tributárias"?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, e do art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Subcomissão, de audiência pública com a finalidade de debater o tema Sistema Tributário Brasileiro: Desconcentração Regional. A audiência objetiva, nesse tema, encontrar respostas às seguintes questões:
a) Como as receitas tributárias são distribuídas entre as regiões, estados e municípios?
b) Qual a evolução e a composição recentes?
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 16
Requerimento – CAESTN: 16

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL – CAEAPF (CAE)

Presidente: Senador Francisco Dornelles
Vice-Presidente: Senador Cyro Miranda

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011

Instalação da Subcomissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente.
Resultado: Foram eleitos os Senadores Francisco Dornelles (Presidente) e Cyro Miranda (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos
Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no dia 11 de maio de 2011, nesta Comissão de Assuntos Sociais para discutir os direitos dos portadores de Câncer, com os seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;
- Sr. Luiz Antônio Santini – Diretor do Instituto Nacional do Câncer (INCA);
- Sra. Luciana Holtz de Camargo Barros – Presidente do Instituto Oncoguia;
- Sra. Antonieta Barbosa – Advogada e autora do Livro Câncer Direito e Cidadania;
- Sra. Maira Caleffi – Presidente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul – IMAMA;
- Sr. Henrique Prata – Presidente do Hospital do Câncer de Barretos.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento de nº 05, de 2011–CAS, que trata da realização de audiência pública para "discutir as condições de segurança dos trabalhadores nas obras do PAC", requeiro que seja incluído no rol de convidados o nome do Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais – CAS com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2008, que acrescenta inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para os casais que necessitem tratamento por problemas de infertilidade, e dá outras providências. Indico para participarem como expositores desta audiência pública:

- José Maria Leão – Superintendência do FGTS - Caixa Econômica Federal
- Paulo Eduardo Cabral Furtado – Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS
- Jacy Afonso Melo – Conselheiro representante da Central Única dos Trabalhadores no Conselho Curador do FGTS

Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2011-CAS, de autoria do Senador Eduardo Amorim, para apresentação das diretrizes e os programas prioritários do Ministério da Saúde para os próximos 4 (quatro) anos, nos termos do art. 397, do Regimento Interno do Senado Federal.

PARTICIPANTE

- Alexandre Padilha - Ministro de Estado da Saúde.

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2011–CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de discutir os direitos dos portadores de Câncer.

PARTICIPANTES

- Maria Inez Pordeus Gadelha - Coordenadora-Geral de Média e de Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde – MS;
- Martha Regina de Oliveira - Gerente -Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS;
- Rosamelia Queiroz da Cunha - Chefe de Gabinete da Direção Geral do Instituto Nacional de Câncer, Representante do Diretor-Geral do INCA, Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva;
- Luciana Holtz de Camargo Barros - Psiconcologista e Presidente do Instituto Oncoguia;
- Antonieta Barbosa - Advogada e autora do Livro *Câncer – Direito e Cidadania;*
- Rosa Maria Rutta - Superintendente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul – IMAMA, e
- Virginia Marta Magrini - Diretora da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA;
- Representantes da Presidente do IMAMA e da FEMAMA, Maira Caleffi;
- Eduardo Petrov - Diretor Jurídico do Hospital de Câncer de Barretos/SP, Representante do Diretor-Geral do Hospital de Câncer de Barretos, Henrique Duarte Prata; e
- Tiago Farina Matos - Coordenador do Núcleo de Defesa e Cidadania Ativa Instituto Oncoguia

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública a provada pelo Requerimento nº 53, de 2010-CAS, com o objetivo de instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002, do qual sou Relator no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.
Autoria: Senador Casildo Maldaner
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados
Autoria do PLS: Senador Moreira Mendes
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002.
Resultado: A Comissão aprovado o Parecer, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002.

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011-CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Davim, a fim de que sejam apresentados os programas prioritários e as diretrizes do Ministério da Previdência Social, para os próximos 2 (dois) anos.

PARTICIPANTE

- Garibaldi Alves Filho - Ministro de Estado da Previdência Social

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas a os trabalhadores desempregados, com mais de cinqüenta anos, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2011
TERMINATIVO

Regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 a 3 que apresenta.
Resultado: Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 39, de 2008-CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007, do qual sou Relator no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.
Autoria: Senador Casildo Maldaner
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.
Autoria: Deputado Eduardo Valverde
Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.
Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM N 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas, para a instrução do Projeto de Lei do Senado n.º 234, de 2010, que "dispõe sobre a profissão de optometrista e dá outras providências".
A primeira audiência com a presença dos seguintes convidados:
- Presidente do IBO – Instituto Brasileiro de Optometria e SNO – Sindicato Nacional dos Optometristas, Dr. Ivan Sciessere;
- Coordenadora do Curso de Optometria da UNC – Universidade do Contestado, Campus de Canoinhas-SC, Drª. Patrícia Mara Werner;
- Professor do Curso de Optometria Universidade do Contestado, Campus de Canoinhas-SC. Dr. José Luis Munöz Escobar;
- Médico Oftalmologista, Dr. Pedro Silveira Gonçalvez Filho; e
- Vice-Presidente do Conselho Brasileiro de óptica e Optometria, Dr. Ricardo Bretas.

E a segunda audiência com a presença dos seguintes convidados:
- Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Dr. Paulo Augusto de Arruda Melo;
- Presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. José Luiz Gomes do Amaral;
- Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Roberto Luiz D'Ávila; e
- Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Dr. Cid Carvalhaes.

Autoria: Senadores Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 50 da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Senhor CARLOS ROBERTO LUPI, Ministro do Trabalho e Emprego, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos dois anos.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, para debater a proposta da ANVISA de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. Os convidados serão indicados, posteriormente, pelos Senadores perante a Secretaria desta Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 15
Substitutivo da Câmara dos Deputados a PLS (não terminativo): 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 03
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Requerimento - CAS: 08

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CASDEF (CAS)

Presidente: Senador Lindbergh Farias
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011-CADEF, de autoria do Senador Lindbergh Farias, com o objetivo de debater temas relativos à Aposentadoria Especial, ao Benefício da Prestação Continuada – BPC e à Pensão por morte dos pais, das pessoas com deficiência.

PARTICIPANTES

- Leonardo José Rolim Guimarães - Secretário de Políticas de Previdência Social, Representante do Ministério da Previdência Social – MPS;
- Maria Aparecida Gugel - Subprocuradora-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho – MPT;
- Leonardo Mattos - Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG e Autor do PLC nº 40, de 2010, que "Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social";
- Maria José de Freitas - Diretora do Departamento de Benefícios Continuados da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
- Ana Paula Crosara Resende - Diretora de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR;
- Moisés Bauer - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; e
- Fabiana Gadelha - Coordenadora do Comitê Jurídico, Representante da Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD, Maria de Lourdes Marques Lima.

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2011-CASDEF, de autoria do Senador Lindbergh Farias, com o objetivo de debater as demandas concretas relevantes aos direitos dos surdos.

PARTICIPANTES

- Mara Gabrilli – Deputada Federal;
- Eduardo Barbosa – Deputado Federal;
- Patrícia Luiza Ferreira Rezende - Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS e Professora de Libras da Universidade Federal de Santa Catarina;
- Moisés Bauer - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE;
- Michel Platini - Presidente do Sindicato de Intérpretes, Guia-Intérpretes e Tradutores da Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal e Entorno – SINPROLS;
- Cristian Alexandre Strack -Professor de Libras e Delegado da Conferência Nacional de Educação do Ministério da Educação – MEC;
- Emiliano Aquino - Professor Doutor da Universidade Estadual do Ceará – UECE; e
- Regina Maria de Souza - Professora Doutora da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE (CAS)

Presidente: Senador Humberto Costa
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011

Reunião de Trabalho.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011–CASSAUDE
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir as deficiências do nosso sistema único de saúde (SUS) e apontar soluções estruturais no intuito de promover melhorias em todas as etapas do atendimento médico. Para a ocasião sugiro a presença de:

- Nelson Rodrigues dos Santos, Diretor Executivo do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES
- Paulo Duarte de Carvalho Amarante, Editor Chefe da Revista ´Saúde em Debate´ do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES
- Paulo Gadelha, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
- Marco Aurélio Antas Torronteguy, Analista de Gestão em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
- Sebastião Moreira Jr, Consultor Legislativo do Senado Federal
- Geraldo Lucchese, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Autoria: Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011–CASSAUDE
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir sobre o mercado de plano de saúde no Brasil, a relação médico/plano de saúde e a relação consumidor/plano de saúde. Para a ocasião sugiro a presença de:

- Maurício Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS
- José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB
- Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE
- Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidenta da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS
- Marilena Lazzarini, Presidenta do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC
- José Augusto Peres Filho, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor

Autoria: Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011–CASSAUDE
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir sobre a responsabilidade sanitária. Entende-se por responsabilidade sanitária o conjunto de responsabilidades decorrentes do direito à saúde aplicando-se às atividades por ele reguladas. A legislação sanitária prevê diversos deveres que devem ser observados, sendo que a violação a esses deveres caracteriza uma infração sanitária sujeita a sanções. Para a ocasião sugiro a presença de:

- Sueli Gandolfi Dallari, Professora Doutora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- Fernando Aith, Professor Doutor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- Maria Célia Delduque, Coordenadora do Programa de Direito Sanitário – PRODISA, da FIOCRUZ/Brasília
- Sílvia Badim Marques, Coordenadora do Programa de Direito Sanitário – PRODISA, da FIOCRUZ/Brasília
- Jairo Bisol, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde – AMPASA

Autoria: Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011–CASSAUDE
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir sobre o modelo de implantação das unidades de emergência (SAMU – serviço móvel de urgência - /UPA – Unidades de pronto atendimento) e a estratégia de atendimento adotada por essas unidades, além de apresentar uma previsão para o próximo biênio de novas unidades nos diferentes Estados do Brasil. Para a ocasião sugiro a presença de:

- Paulo de Tarso, Coordenador-Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde
- Beatriz Figueiredo Dobashi, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS
- Antônio Carlos Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS

Autoria: Senadores Eduardo Amorim, Senador Humberto Costa e Waldemir Moka
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011–CASSAUDE
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inci so II e V, do Re gimento Intern o de sta Ca sa, requ eiro a reali zação de Audiê ncia Pública pela Subcomissão Perma nente de Promo ção, Acom panhamento e Defesa da Sa úde – CASS AUDE, com o objetivo de discutir a situa cão da s Unida des d e Assistência de Alta Complexida de em On cologia (UNACOM) e os Cent ros de Assi stência de Alta Co mplexidade e m Oncol ogia (CACON) n o Brasil, be m como sobre hospitais especializados no tratamento do câncer. Para a ocasião sugiro a presença de:

- Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde
- Diretor das Unidades Hospitalares do Instituto Nacional de Câncer – INCA
- Henrique Prata, Diretor-Geral do Hospital do Câncer de Barretos
- Irlau Machado Filho, Representante do Hospital A. C. Camargo
- Antônio Carlos Guimarães, Secretário de Saúde do Estado de Sergipe

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 05
Requerimento – CASSAÚDE: 05

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP (CAS)

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendim ento ao Requerim ento nº 1, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização d e Ciclo d e Debate s no â mbito da Subcomi ssão P ermanente e m Defesa do Emprego e da Previdência Social.
- 3ª Audi ência Públi ca – Tema: Políticas de Em prego para os T rabalhadores Experie ntes (a partir de 45 anos de idade).

PARTICIPANTES

- Rodolfo Pere s To relly - Diretor do De partamento de Empre go e Salário, do Ministério do Tra balho e Emprego – MTE;
- Ana Paula d a Sivla - Diretora de Q ualificação do Ministé rio do Tra balho e Emprego – MTE, em substituição à Coordenadora-Geral de Estatística do Trabalho, do MTE, Maria Emília Veras;
- Jeferson Luiz Faria Soares - Representante do Grupo de Estudos dos Trabalhadores Experientes; e
- Lourenço Ferreira do Prado - Coorden ador Na cional Interino do Fórum Sindi cal dos Trabalhadores – FST e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011–CASEMP
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RI SF, requeiro a realização de audiência pública para tratar d a sit uação da s fábricas ad ministradas por trabalhadores. Os convid ados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.
Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011–CASEMP
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RI SF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da situação dos vigilantes de empresas privadas nas redes supermercadistas e da denúncia de consumidores agredidos. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, com a finalidade de tratar da situação dos vigilantes de empresas privadas nas redes supermercadistas e denúncia de consumidores agredidos

PARTICIPANTES

- Frei David Santos, O.F.M. (Ordem dos Frades Menores) - Diretor-Executivo da Educafro – Educação e Cidadania para Afrodescendentes
- Dojival Vieira dos Santos - Advogado
- José Boaventura Santos - Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços – CNTV/PS
- Márcio Antonio de Souza - Segurança Patrimonial (Consumidor agredido)
- Adelar Anderle - Coordenador-Geral de Controle e Segurança Privada da Polícia Federal
- Márcio Milan - Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS, Representante do Presidente da ABRAS, Senhor Sussumu Honda
- Silzomar Furtado de Mendonça Junior - Advogado das Lojas Americanas S.A., Representante do Diretor-Presidente das Lojas Americanas S.A., Senhor Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez
- Onofre Silva - Gerente Regional Pão de Açúcar Centro Oeste, Representante do Presidente do Grupo Pão de Açúcar, Senhor Eneas Pestana
- Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior - Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República – SEPPIR/PR

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 02
Requerimento - CASEMP: 02

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CASDEP

NÃO TERMINATIVO

Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizado, no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, o quinto painel do Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", com objetivo de ouvir especialistas em dependência química, com os seguintes convidados:

- Ronaldo Laranjeira – Médico psiquiatra, PhD em Dependência Química na Inglaterra e Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Faculdade de Medicina da UNIFESP (Universidade Federal do Estado de São Paulo);
- Carlos Alberto Salgado – Mestre em Psiquiatria pela UFRGS, e especialista em dependência química e Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (Abead);
- Ricardo Albuquerque Paiva – Membro da Diretoria do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (CREMEPE) e Coordenador-geral do I Fórum Nacional sobre Aspectos Médicos e Sociais Relacionados ao Uso do Crack; e
- Aloísio Antônio Andrade de Freitas – Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONEAD) e Presidente do Colegiado de Presidentes dos Conselhos Estaduais Antidrogas.

Autoria: Senadora Ana Amélia, Senador Wellington Dias e Senador Waldemir Moka.
Resultado: **Aprovado.**

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CASDEP
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, audiência pública com o sociólogo e ex-presidente Sr. Fernando Henrique Cardoso destinada a discutir a descriminalização do uso de drogas.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 1, 2 e 3, de 2011–CASDEP, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, para realização de Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação; saúde pública e tratamento; e experiências de organismos internacionais.
- 4º Painel – Experiências de Organismos Internacionais

PARTICIPANTES

- Bo Mathiasen - Representante Regional das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime – UNODC, entidade pertencente à Organização das Nações Unidas – ONU; e
- Bernardino Vitoy - Técnico da Unidade de Saúde Familiar da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, da Organização Mundial da Saúde - OMS, representante do Sr. Diego Victoria Mejía, o qual é Representante da OMS e da OPAS no Brasil.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011–CASDEP
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento de nº 5/2011 – CASDEP, que trata do 5º painel do ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", com objetivo de ouvir especialistas em dependência química, requeiro que seja incluído no rol de convidados o nome do Sr. Esdras Cabus Moreira – Psiquiatra, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Ciência da Saúde pela Universidade Johns Hopkins, Estados Unidos e membro do Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas (Cetad) da Universidade Federal da Bahia.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 5 e 6, de 2011–CASDEP, de autoria da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, que trata do 5º painel do ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack".
- 5º Painel – Especialistas em Dependência Química

PARTICIPANTES

- Carlos Alberto Salgado - Mestre em Psiquiatria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Especialista em Dependência Química e Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas – ABEAD;
- Ricardo Albuquerque Paiva - Membro da Diretoria do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco – CREMEPE e Coordenador-Geral do I Fórum Nacional sobre Aspectos Médicos e Sociais Relacionados ao Uso do Crack;
- Aloísio Antônio Andrade de Freitas - Médico Psiquiatra e Homeopata, Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONEAD/MG, Presidente do Colegiado de Presidentes dos Conselhos Estaduais Antidrogas, e Coordenador-Geral do Fórum Nacional Permanente de Conselhos Estaduais de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas; e
- Esdras Cabus Moreira - Médico Psiquiatra; Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Mestre em Ciência da Saúde pela Universidade Johns Hopkins, Estados Unidos e Coordenador no Núcleo de Estudos e Pesquisas do Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas – CETAD/UFBA.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011 – CASDEP
NÃO TERMINATIVO

Requeremos, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao crack e outras drogas, organizadas por empresários, artistas e instituições, com a presença dos seguintes convidados:
- Sr. Roberto Medina – Empresário e idealizador do Rock in Rio;
- Sr. Marcos Frota – Ator e colaborador da Campanha do Rock in Rio: "Eu vou, sem drogas";
- Sr. Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil;
- Sr. Preto Zezé – Presidente da Central Única das Favelas do Ceará – CUFA/CE.

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011 – CASDEP
NÃO TERMINATIVO

Requeremos, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de três Audiências Públicas convidando, respectivamente, representantes das seguintes entidades:
1ª) Igrejas e CNBB
2ª) Centrais Sindicais
3ª) Patronais: CNI, Petrobras, Fenaban, CNC e CNA.

Autoria: Senador Wellington Dias, Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Deliberativa: 01
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 05
Requerimentos - CASDEP: 05

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício Oliveira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais.
Autoria: Senador Lobão Filho

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2008
TERMINATIVO

Regulamenta o dano moral e a sua reparação.
Autoria: Senador Valter Pereira
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição dos Projetos.
Resultado: Rejeitados os Projetos.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria ad hoc: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, em aditivo ao Requerimento nº 15/2011 – CCJ, já aprovado, e nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiências Públicas Regionais desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater, no âmbito da Reforma Política, maior participação da mulher nos cargos eletivos, a serem realizadas também em Porto Alegre – RS e Belém - PA."
Autoria: Senadora Marta Suplicy
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro a esta Comissão a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que, no cumprimento de sua atividade constitucional de fiscalização, convide o Presidente da ANATEL, Ronaldo Mota Sardenberg, o seu Procurador Geral, senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika, o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Marinus Marsico, bem como, solicite nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno o depoimento do Sr. Antônio Domingos Bedran, Ex-Procurador daquele órgão e da srª. Flavia Lefevre, ex-conselheira daquela agência, para prestarem esclarecimentos a respeito dos bens de propriedade da União, móveis e terrenos, que, por força dos contratos de privatização das empresas de telecomunicações, foram cedidos para as empresas privadas com cláusula de reversibilidade ao final dos respectivos contratos."
Autoria: Senador Pedro Taques
Resultado: Aprovado

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Nilson Vital Naves.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Votação Secreta
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a advogado, com dezenove (19) votos favoráveis, dois (2) votos contrários e uma (1) abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO CARLOS FERREIRA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da

aposentadoria do Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Votação Secreta
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. ANTONIO CARLOS FERREIRA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a advogado, com dezesseis (16) votos favoráveis, cinco (5) votos contrários e uma (1) abstenção.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Humberto Gomes de Barros.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Votação Secreta
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a advogado, com dezoito (18) votos favoráveis e quatro (4) votos contrários.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.
Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1 -CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as

Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 90, in ciso II, com binado com o art.93, inci so I I, do Regimento Interno do Senado Fed eral, a re alização de Aud iência Públi ca de stinada a ouvir, no âmbito d esta Comi ssão d e Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, a Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, sobre os avanços registrados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nestes 6 anos desde a sua criação."
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pela s Co missões de: Con stituição, Justiça e Cida dania - CCJ; Ciê ncia, Tecn ologia, Inovação, Comunicação e Informática- CCT; Assuntos Econômicos - CAE; Educação, Cultura e E sporte – CE; e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 que "Dispõe sobre a co municação audi ovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de j ulho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de j ulho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados: Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA; Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL; Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; e Presi dente da Associação Brasilei ra de Pr ogramadores de Televisão por Assinatura - ABPTA."
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Resultado: Aprovado

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011
CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
E A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
TERMINATIVO

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique
Relatoria Ad Hoc na CAE/CRE/CCJ: Senador Ricardo Ferraço
Relatório na CAE/CRE/CCJ: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Iniciada a discussão, foram apresentadas as Emendas nº 01, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e nº 02, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A apreciação da Matéria é adiada.

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento dos projetos de lei que versam sobre instituição de datas comemorativas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação a respeito da tramitação das matérias, uma vez que a Lei nº 12.345, publicada em 09 de dezembro de 2010, determina providências a serem adotadas antes da deliberação das referidas proposições.
Autoria: Comissão de Educação, Cultura e Esporte
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Propõe que todos os projetos de lei encaminhados em anexo ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que ora se analisa, lhe sejam restituídos, juntamente com o presente Parecer; seja encaminhada cópia do Parecer adotado pela CCJ à Mesa para que dê ciência a todos os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras e com voto no sentido de que seja conferido o seguinte tratamento aos projetos de lei que instituam datas comemorativas e que estejam tramitando no Senado Federal: a) os projetos de lei apresentados antes ou depois da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, em 10/12/2010, ainda pendentes de apreciação pela CE ou pelo Plenário, e que descumpram o critério de alta significação estabelecido no art. 1º da referida Lei deverão ser rejeitados por injuridicidade; b) os projetos de lei que instituam datas comemorativas apresentados desde a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, devem atender aos requisitos procedimentais nela estabelecidos (arts. 2º a 4º) para que tramitem regularmente; c) caso, por alguma circunstância, seja admitida a tramitação de projeto de lei apresentado após a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, sem que estejam atendidos os requisitos nela estabelecidos, deverá ser ele rejeitado quando de sua deliberação pela CE, ou eventualmente pelo Plenário; d) os projetos de lei cuja tramitação se iniciou, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, antes da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, devem ser considerados válidos, pois foram apresentados na forma da legislação então vigente, e submetidos à apreciação da Comissão Educação, Cultura e Esporte, atendido o critério previsto no art. 1º da Lei (conforme o item "a", acima); e) no caso dos projetos descritos no item "d", a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, se assim entender necessário para formação de seu juízo, poderá realizar as consultas e audiências públicas de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 12.345, de 2010, com fundamento também no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 18 da Constituição Federal, para exigir a realização de plebiscito nacional nos casos de incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados, para anexação a outros Estados ou constituição de novos Estados ou Territórios Federais.
Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 3° do art. 18 da Constituição Federal, para especificar a abrangência da população a ser consultada nos plebiscitos relativos à alteração da divisão territorial do País.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade ambas proposições e no mérito, contrário à PEC nº 47, de 2007 e favorável à PEC nº 72, de 2007 com a emenda que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, contrário à PEC nº 47, de 2007 e favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93, I e II, do RISF, seja realizada audiência pública, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a presença do Excelentíssimo Senhor. Dr. Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros senhores senadores."
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 27, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do inciso III do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, TITO SOUZA DO AMARAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Procurador-Geral da República
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável à escolha do nome do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, TITO SOUZA DO AMARAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte e um (21) votos favoráveis e uma (1) abstenção.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 30, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 130-A, IV, da Constituição Federal, a indicação do nome do Desembargador Federal JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013.
Autoria: Superior Tribunal de Justiça
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável à escolha do nome do Desembargador Federal JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013, com vinte e um (21) votos favoráveis e uma (1) abstenção.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 27, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, TITO SOUZA DO AMARAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público."
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 30, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome Desembargador Federal JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013."
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Resultado: Aprovado

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1999
NÃO TERMINATIVO

Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós.
Autoria do Projeto: Senador Mozarildo Cavalcanti
Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável ao Substitutivo.
Resultado: a Comissão aprovado o Parecer, favorável ao Substitutivo.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Decreto Legislativo n° 19, de 1999."
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado

20ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2011,
CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
E A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
TERMINATIVO

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique
Relatório na CAE/CRE/CCJ: Pela aprovação da Matéria nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: As Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovam o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE e da CRE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE-CRE (Substitutivo).
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE-CRE-CCJ (Substitutivo) por 17 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar de discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 21, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 103-B, XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Lideranças partidárias (SF)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES para compor o Conselho Nacional de Justiça, com quinze (15) votos favoráveis, dois (2) votos contrários e seis (6) abstenções.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 22, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, o nome do Senhor BRUNO DANTAS NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal.
Autoria: Lideranças partidárias (SF)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor BRUNO DANTAS NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com dezessete (17) votos favoráveis, um (1) voto contrário e cinco (5) abstenções.

ITEM Nº 03
OFICIO "S" Nº 31, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome do magistrado TOURINHO NETO, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.
Autoria: Superior Tribunal de Justiça
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do magistrado TOURINHO NETO, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013, com vinte e um (21) votos favoráveis, um (1) voto contrário e uma (1) abstenção.

ITEM Nº 04
OFICIO "S" Nº 25, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 130-A, II, da Constituição Federal, a indicação do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho, JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Procurador-Geral da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho, JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte e dois (22) votos favoráveis e uma (1) abstenção.

ITEM Nº 05
OFICIO "S" Nº 29, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos dos incisos III do artigo 130-A, da Constituição Federal, a indicação do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Procurador-Geral da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte e dois (22) votos favoráveis e uma (1) abstenção.

ITEM Nº 06
OFICIO "S" Nº 28, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 130-A, III, da Constituição Federal, a indicação do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, JARBAS SOARES JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, JARBAS SOARES JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com dezenove (19) votos favoráveis, um (1) voto contrário e três (3) abstenções.

ITEM Nº 07
OFICIO "S" Nº 17, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o currículo do magistrado SILVIO ROCHA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.
Autoria: Superior Tribunal de Justiça
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do magistrado SILVIO ROCHA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013, com vinte e dois (22) votos favoráveis e uma (1) abstenção.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 21, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES para compor o Conselho Nacional de Justiça."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 22, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor BRUNO DANTAS NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 31, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do magistrado TOURINHO NETO, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 25, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho, JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 29, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 28, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, JARBAS SOARES JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 17, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o currículo do magistrado SILVIO ROCHA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 09
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Deliberativa: 03
Conjunta – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 43
Proposta de Emenda à Constituição: 03
Substitutivo da Câmara dos Deputados a PDS: 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 07
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 03
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Mensagem (SF): 03
Ofício "SF": 09
Requerimento – CCJ: 15
Parecer: 01

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA – CCJSTRA (CCJ)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy
Relator: Senador Ricardo Ferraço.

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que *"Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações"*.
Autoria: Mesa do Senado Federal
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

PARTICIPANTE

- Cláudia Lyra - Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011

Concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Deliberativa: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis fundamental e médio.
Autoria: Senador Wilson Matos
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Resultado: Aprovado o Projeto, com as emendas nº 01-CE, 02-CE e 03-CE.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2007
TERMINATIVO
(TURNO SUPLEMENTAR)

Altera o Art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a freqüência mínima exigida para aprovação.
Autoria do Substitutivo: Senador Inácio Arruda
Autoria do PLS 385/07: Senador Wilson Matos
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição das duas emendas de autoria do Senador Marconi Perillo.
Resultado: A matéria é dada como definitivamente adotada pela Comissão, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2011
TERMINATIVO

Denomina "Engenheiro Vasco Filho " o trecho da B R-324 que liga os Muni cípios de Salvad or e Feira d e Santana, na Bahia.
Autoria: Senadores Lídice Da Mata, João Durval e Walter Pinheiro
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos ar tigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema "A educação como objetivo principal da Administração Pública", com enfoque nos avanços obtidos na educação paranaense, quanto à criação do livro didático público; do po rtal da educação; da informatização escola r e do programa de forma ção c ontinuada. Outrossim, sugi ro qu e figurem como expositores da refe rida reuniã o: a Sra. Ivelize Ar co-Verde, Ex-Secretá ria d e Educação do Estad o d o Paraná (2008-2010) e o Sr. Maurí cio Requião, Ex-Secretário de Educação d o Estado do Paraná (2007-2008)".
Autoria: Senador Roberto Requião
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011– CE
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senho r Ministro de Estado d a E ducação, FERNA NDO HADDA D, para escla recer em audiência pública ne sta Comissão de Educa ção, Cultura e Esp ortes po r q ue livro s di dáticos, ap rovados pelo MEC, criticam o Governo Fernando Henrique Cardoso e elogiam o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, e, ainda, a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros) e a Editora Ática, na pessoa dos autores dos livros supracitados".
Autoria: Senadores Cyro Miranda e Roberto Requião
Resultado: Aprovado

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendim ento ao Requerimento nº 20, de 2 011-CE, de a utoria do s Sen adores Cristovam Bua rque, Marinor Brito e Paulo Paim, para debater "o aspecto conceitual do Plano Nacional de Educação, o balanço do Plano anterior (2001-2010) e as perspectivas para o próximo PNE (2011-2020)".

PARTICIPANTES

- Marinor Brito - Senadora da República e Educadora;
- Marta Vanelli - Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;
- Célio da Cunha - Professor da UnB e Consultor da UNESCO;
- Carlos Augusto Abicalil - Secretário de Educação Especial do Ministério da Educação–SEESP/MEC; e
- Cristovam Buarque - Senador da República e Educador

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 514, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a L ei nº 11.43 8, d e 29 d e de zembro de 2 006, que "dispõe sobre in centivos e b enefícios p ara

fomentar a s atividade s de caráter d esportivo e dá outras providências", de forma a que sej a dada preferência a projetos vinculados a escolas de educação básica das redes públicas de ensino.
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2005
TERMINATIVO

Veda a atribuição, a logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza, de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão-de-obra escrava.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável, com as emendas 01-CCJ, 02-CCJ e 03-CCJ
Resultado: Aprovado o Projeto, acatando as emendas nºs 01-CCJ/CE, 02-CCJ/CE e 03-CCJ/CE

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a Equoterapia.
Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável à matéria, com as Emendas nºs 01-CE, 02-CE e 3-CE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Veda o e stabelecimento de conteú do prog ramático de nível d e escol aridade supe rior ao exigid o p elas atribuições a desempenhar nos processos seletivos que especifica.
Autoria: Deputado Eduardo Cunha
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, DE 2010
TERMINATIVO

Confere ao Munícipio de Holambra, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Flores.
Autoria: Deputado Roberto Alves
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2007 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a L ei Complementar nº 123, d e 14 d e de zembro de 2006, para mo dificar o regi me de tri butação incidente sob re a s creche s e pré-e scolas no Regime Especial Unificad o de Arre cadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.
Autoria: Senadora Patrícia Saboya
Relatoria: Senadora Ana Amelia
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade dos PLS nº 242, de 2007 - Complementar e PLS nº 701, de 2007 - Complementar.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, na forma do substitutivo oferecido, prejudicando os PLS nºs 242 e 701, de 2007, ambos complementares, que tramitam em conjunto

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2007 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.
Autoria: Senador Osmar Dias
Relatoria: Senadora Ana Amelia
Relatório: Pela prejudicialidade do presente projeto e do PLS nº 701, de 2007 - Complementar e favorável ao PLS 481, de 2007 - Complementar, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela prejudicialidade do presente projeto e do PLS nº 701 de 2007 - Complementar, e pela aprovação do PLS nº 481 de 2007 - Complementar, na forma do substitutivo oferecido, que tramitam em conjunto.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 701, DE 2007 – COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir a atividade de corretagem de seguros no Simples Nacional.
Autoria: Senador Arthur Virgílio
Relatoria: Senadora Ana Amelia
Relatório: Pela prejudicialidade do presente projeto e do PLS nº 242, de 2007 - Complementar e favorável ao PLS 481, de 2007 - Complementar, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela prejudicialidade do presente projeto e do PLS nº 242 de 2007 - Complementar, e pela aprovação do PLS nº 481 de 2007 - Complementar, na forma do substitutivo oferecido, que tramitam em conjunto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2010
TERMINATIVO

Confere ao município de Florestópolis, no Estado do Paraná, o título de Município-berço da Pastoral da Criança.
Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, DE 2009
TERMINATIVO

Inscreve os nomes de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo - MMDC, heróis paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932, no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Deputado Dr. Talmir
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 01-CE.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Ministério da Educação, as seguintes informações: a) Informação sobre os municípios atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, volume de recursos repassados, no ano de 2010; b) Informação sobre os municípios a serem atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, com informação do volume de recursos a serem repassados, no ano de 2011; c) Informação sobre a atuação dos Centros Colaboradores em

Alimentação e Nutrição do Escolar e/ou Centros de Referência, previstos na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2 009 que deve riam por m eio de parce rias com Instituiçõe s e Entid ades de Ensi no e Pesquisa e Associações Técnico-científicas, para que possam prestar apoio técni co e operacional na implementação da alimentação saud ável na s e scolas, b em como o d esenvolvimento de outras ações pertinentes à boa execução do Pro grama; d) Informaçã o so bre a instala ção e atuaçã o dos Con selhos de Alimentação Escolar - CAE - colegiado deliberativo, que deveriam ser instituídos no âmbito dos Estados, do Distrito F ederal e d os Municípios; e) Informação sobre os nutricionistas contratados que foram informados ao FNDE pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, tendo em vista o di sposto na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 2009".
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pela Controladoria Geral da União, as seguintes inf ormações: a) Audito rias realizadas em muni cípios ate ndidos pelo P rograma Nacional de Alimentação Escolar, no ano de 2010 e resumo dos resultados alcançados; b) Informação sobre ao volume de audito rias a se rem realizadas e m 2011 no s município s atendido s pelo Prog rama Na cional de Alimentação Escol ar; c) L evantamento nas audito rias reali zadas da existência e atuação do s Centros Colaboradores em Alime ntação e Nutriçã o do Escolar e/o u Centros d e Referênci a, previsto s n a Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009 que deveriam por meio de parcerias com Instituições e Entidades de Ensino e Pesqui sa e Associações Técnico-ci entíficas prestar apoio técnico e operacional na implementação da alimentação saud ável na s e scolas, b em como o d esenvolvimento de outras ações pertinentes à boa exe cução do Pro grama; d) Leva ntamento nas auditorias realizadas sobre a instal ação e atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAE - colegiado deliberativo, que deveriam ser instituídos no âm bito d os E stados, do Distrito F ederal e do s M unicípios; e) L evantamento n as au ditorias sobre a veracidade d a informa ção pre stadas p elos E stados, Muni cípios e Distrito Federal sob re os nutricionistas contratados que fora m informados ao FNDE tendo em vista o dispo sto na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 2009; f) Informaçã o da s medidas de correção de procedimentos emitida s e penalização de re sponsáveis pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar."
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senad o F ederal, requeiro sej am realizadas p elo T ribunal de Co ntas da União auditoria especial no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação."
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Resultado: Aprovado

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendi mento ao Requerimento n º 16, de 2 011-CE, de auto ria da s Sena doras Ana Amélia, Ma risa Serrano, Kátia Abreu, Ma rinor Brito e d o Senador Cristovam Bua rque, e ao Requerimento nº 17, de 201 1-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia, para debater "A Situação Nacional e os Caminhos para melhorar a qualidade do Ensino Técnico Profissionalizantes".

PARTICIPANTES

- Eliezer Mo reira Pa checo - Se cretário de Ed ucação P rofissional e T ecnológica do Ministério d a Educação - SETEC/MEC;
- Rafael Lucchesi - Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Daniel Klüppel Carrara - Secretário Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;

- Maria Nilene Badeca da Costa - Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED;
- Francisco Aparecido Cordão - Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE; e
- Anna Beatriz Waehneldt - Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - CNC/SENAC.

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Roberto Requião, para esclarecimentos do motivo pelo qual livros didáticos aprovados pelo MEC apresentam críticas ao Governo Fernando Henrique Cardoso e elogios ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

PARTICIPANTE

- Jorge Yunes - Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares – ABRELIVROS.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Em aditamento ao Requerimento nº 22/2011–CE, requeiro que seja incluído o tema do "ensino da língua portuguesa na educação de base"".
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
MENSAGEM (SF) Nº 61, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora VERA Z AVERUCHA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - Ancine, na vaga do Senhor Paulo Xavier Alcoforado.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: A ser apreciado em votação secreta
Resultado: Aprovada por 18 (dezoito) votos favoráveis.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011-CE, de autoria da Senadora Ângela Portela, para debater "O Processo de Expansão da Educação Infantil após aprovação de Legislação destinada a favorecer sua Universalização".

PARTICIPANTES

- Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva - Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC;
- Vander de Oliveira Borges - Coordenador-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação – CGFSE/FNDE;
- Dioclécio Campos Júnior - Secretário de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal – GDF; e
- Vital Didonet - Especialista em Educação Infantil e Assessor da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar – OMEP.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a criação, desenvolvimento e atuação do ECAD, assim como as recentes denúncias envolvendo o órgão e as perspectivas de fiscalização do mesmo com base no Plano Nacional de Cultura, com a presença dos seguintes convidados: Deputado Estadual (licenciado) Bruno Covas – PSDB/SP, Presidente da CPI do ECAD na ALESP; Deputado Estadual Ed Thomas – PSB/SP, Relator da CPI do ECAD na ALESP; Representante do Ministério da Cultura;Professor Alexandre Negreiros – UFRJ; Representante do ECAD.
Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Marinor Brito
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 22/2011 – CE, seja incluído o seguinte tema: A abordagem, no conteúdo de livros didáticos aprovados pelo MEC, de questões referentes à homofobia, ao gênero e aos aspectos étnico-raciais.
Autoria: Senadora Marinor Brito
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, as informações a seguir, relativamente aos pedidos de revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras, no período de 2001 a 2010: 1) o quantitativo total de pedidos protocolados, classificados por universidade processante, curso e país de origem; 2) o quantitativo de diplomas revalidados, considerando as seguintes situações: a) concessão de equivalência, sem necessidade de complementação de estudos; b) concessão de equivalência, após realização de complementação de estudos; c) concessão de equivalência, após adoção de outras providências; 3) o quantitativo de diplomas com faltas insanáveis, devolvidos aos portadores sem revalidação, classificados por curso, instituição de origem e instituição processante do pedido; 4) o prazo médio do primeiro pronunciamento das universidades nos pedidos processados em cada uma delas; e 4) o valor das taxas cobradas, em 2009 e 2010, por curso e universidade processante".
Autoria: Senador Paulo Bauer
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos dos artigos 90, incisos II, IV e V e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, dando continuidade às discussões já iniciadas sobre o Plano Nacional de Educação e que compõem o calendário sobre o tema aprovado neste colegiado. Os convidados serão oportunamente indicados posteriormente. 4ª Audiência Pública: Ensino Fundamental, Educação Integral e EJA; 5ª Audiência Pública: Ensino Médio; 6ª Audiência Pública: Ensino e Pós-Graduação; 7ª Audiência Pública: Valorização do Magistério; 8ª Audiência Pública: Financiamento da Educação e Regime de Colaboração".
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Abdias do Nascimento, apresentando condolências à família."
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2011-CE, de autoria da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de "celebrar o centenário de nascimento do artista Carybé e debater a importância de sua obra".

PARTICIPANTES

- Maria Célia Teixeira - Diretora de Museus da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia;
- Juan Pablo Lohlé - Embaixador da Argentina no Brasil; e
- Solange Bernarbó - Diretora do Instituto Carybé (filha do artista Carybé).

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Roberto Requião, e aos Requerimentos nºs 26 e 30, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Marinor Brito, com a finalidade de esclarecimento do motivo pelo qual livros didáticos, aprovados pelo MEC, criticam o Governo Fernando Henrique Cardoso e elogiam o Governo Luiz Inácio Lula da Silva; o ensino da Língua Portuguesa da educação de base; e a abordagem, no conteúdo de livros didáticos aprovados pelo MEC, de questões referentes à homofobia, ao gênero e aos aspectos étnico-raciais".

PARTICIPANTE

- Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação

TOTAL DE REUNIÕES: 10
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 06

MATÉRIAS APRECIADAS: 24
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 02
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 05
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04
Mensagem (SF): 01
Requerimento - CE: 11

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 385, de 2007.

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, para debater o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle.

PARTICIPANTE

- Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU.

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL; COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE E COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no art. 9° § 5°,da Lei Complementar n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a qual determina que, "no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 2º semestre de 2010".

.

PARTICIPANTE

- **Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.**

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, Nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão e da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 - CMACOPOLIM, com as Comissões de Serviços de Infraestrutura – CI; e Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com as presenças do senhor Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; o senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o senhor Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Avião Civil – SNAC.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador João Pedro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater e colher sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 346 de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta § 3º ao art. 26 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo, e que no mérito veda a cobrança de pontos extras pelas empresas prestadoras daqueles serviços. Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Araken Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Sr. José Francisco De Araujo Lima, Vice-presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão Por Assinatura – ABTA; Sr. Julia no Castilho Dall'antonia, Diretor de Inclusão e TV Digital do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD; Sr. Vidal Serrano Nunes, Presidente do IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.
Autoria: Senador Cícero Lucena

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regi mento Int erno do Senado Fe deral, seja realizada Audiência P ública pe rante esta Comissão com a finalidade de apu rar a denúncia ap resentada n a reportagem do Programa Fantástico na Rede Globo no dia 0 8 do corrente mês que trata sobre a questão da me renda escola r. À oportunidade, apresento sugestão no se ntido d e que sejam co nvidadas as seguintes p essoas p ara participarem da p resente audiência pú blica:Sr. Fernando Haddad; Mini stro da Educação Repre sentante do Ministéri o Público d a Un ião;Sr. Benjamin Zyml er, Presi dente do TCU; Sr. Roberto Gurgel, Procurador Geral da República; Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Mu nicípios; Sr. Dani el Balab an, Presidente d o Fundo Na cional d e Desenvolvimento da Edu cação, FNE.
Autoria: Senador Cícero Lucena
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Con sumidor, Fiscalização e Cont role (CMA), j untamente com a Comissão d e Assu ntos Econômicos (CAE), para debater a dinâmica dos preços de combustíveis no Brasil. Para tanto sugiro sejam convidados: Senhor José Sérgio Ga brielli – Presi dente da Petrobrás; Senhor Harol do Bo rges Rodrigues Lima – Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Senhor Paulo Miranda Soa res – Pre sidente da Fe combustíveis (Fede ração Nacional do Comércio d e Comb ustíveis e Lubrificantes); Senho r Viní cius M arques de Carvalh o – Se cretário de Di reito E conômico do Mini stério da Justiça; Senhora Lisa Gunn – Coordenadora Executiva do IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor).
Autoria: Senador Ivo Cassol
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
AVISO N° 36, DE 2009-TCU
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo n° TC 023.995/2008-0, pelo Plenário do Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária de 20/5/2009.
Sumário: Solicitação do Congresso Nacional. Fiscalização da aplicação de recursos oriundos de operação de crédito externo obtido pelo Estado do Amazonas com garantia da União. Avaliação do cumprimento das condições para que a União preste garantia na operação de crédito. Informações ao solicitante.
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pelo conhecimento do teor do Acórdão n° 1.070, de 20 de maio de 2009, do Tribunal de Contas da União, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, e pelo arq uivamento do Aviso n° 36, de 2009.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 328, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o § 3º do art. 1 8 da Lei nº 8.07 8, de 11 de setembro de 199 0, qu e dispõe sobre a p roteção do consumidor e dá out ras providências. (gara nte a substituição, restituição ou redução do preço qua ndo o reparo comprometer o produto)
Autoria: Deputado Celso Russomanno
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto, por 9 votos contrários, 1 voto favorável e 1 abstenção.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 2010
TERMINATIVO

Acrescenta § 2º ao art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Autoria: Deputado Vinicius Carvalho
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela rejeição da matéria
Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2010, por 10 votos contrários.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente.
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria: Senador João Pedro
Relatório: Adequação da ementa da proposição, com apresentação de texto final da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto, por 8 votos favoráveis e 1 abstenção.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2008
TERMINATIVO

Proíbe a utilização ou exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica em circos.
Autoria: Senadora Ada Mello
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável à matéria
Resultado: Aprovado o Projeto, por 9 votos favoráveis.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.
Autoria: Deputado Ricardo Barros
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 7, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Propõe, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, combinados com o disposto no art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja instaurado procedimento investigativo para fiscalizar e averiguar os procedimentos referentes à privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC), Banco do Estado do Piauí (BEP) e Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).
Autoria: Senadora Heloísa Helena e outros
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Relatório prévio pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório prévio, que passa a constituir Parecer da Comissão, pelo arquivamento da matéria.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos.
Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela rejeição da matéria
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 29, de 2011 – CMA, para a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para debater a dinâmica dos preços de combustíveis no Brasil, a crescentar o convite para o Sr. Charles dos Santos Dias, Coordenador do Movimento contra a Cartelização dos Combustíveis no DF.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20, objetivando discutir a Economia Verde: MDL e REDD+, tendo como convidados o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, Senhor Eduardo Assad; a Senhora Thelma Krug, especialista em Economia Verde; um representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e representantes da Comunidade Científica.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, alíneas a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública tendo como convidado o Ministro do Colendo Tribunal de Contas da União (TCU) Aroldo Cedraz, para apresentação das conclusões do Relatório de análise das Contas de Governo referentes ao ano de 2010.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20, objetivando discutir o tema Economia Verde: Serviços Ambientais, para debater a legislação sobre incentivos e/ou pagamentos por serviços ambientais, com a participação de representantes do Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, EMBRAPA, Instituições Científicas e Instituições da Sociedade Civil, em data a ser oportunamente agendada.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLC 201, de 2009 seja consultada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que sejam convidados o senhor Roger Agnelli, ex-presidente da Vale do Rio Doce; o Senhor Darci José Lermen, prefeito de Parauapebas/PA; o Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB), Srº Anderson Cabido; o advogado Jader Alberto Pazinato, e o Promotor de Justiça Danyllo Pompeu Colares, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar esclarecimentos sobre as denúncias de desvio de recursos públicos referentes a impostos e royalties da Vale destinados ao município de Parauapebas/PA e outros.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.
Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Observações: 1) A matéria será analisada pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, e de Constituição, Justiça e Cidadania. 2) A matéria constou nas pautas dos dias 03/05/2011, 17/05/2011 e 24/05/2011.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1-CMA (Substitutivo)

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro o aditamento do Requerimento nº 27 votado dia 17 de maio do corrente ano pela comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que aprovou a realização de audiência pública com o objetivo de debater e colher sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 346 de 2005, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo, e que no mérito veda a cobrança de pontos extras pela empresas prestadoras daqueles serviços. Requeiro a inclusão do Sr. Walter Vieira Ceneviva, representante da Associação Brasileira da Radiodifusores, ABRA como convidado na audiência pública.
Autoria: Senadores Cícero Lucena e Ivo Cassol
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, incisos IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, evento de dimensão global, requeiro a realização de diligências para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento de membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 05

Ordinária - Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 21

Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 02
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Aviso: 01
Proposta de Fiscalização e Controle (não terminativo): 01
Requerimento - CMA: 12

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA – (CMA)

Presidente: Senadora Marisa Serrano
Vice-Presidente: Senador Paulo Davim

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011

Reunião de Trabalho.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Não Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 - CMACOPOLIM (CMA)

Presidente: Senador Blairo Maggi
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em conformidade com deliberação da Subcomissão no dia 5 de abril de 2011, com o objetivo de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras.

PARTICIPANTES

- Luiz Carlos de Carvalho – Secretário Municipal da Secretaria Extraordinária da Copa 2014 da Prefeitura de Curitiba; e
- Pedro Pereira Benvenuto – Coordenador de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em conformidade com deliberação da Subcomissão no dia 5 de abril de 2011, com objetivo de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras.

PARTICIPANTES

- Demétrio Paulo Torres – Secretário Estadual da Secretaria Extraordinária para Assuntos relativos à Copa do Mundo do Estado do Rio Grande do Norte; e
- Rodrigo Martins Cintra –Secretário Municipal da Secretaria de Esportes, Lazer e Copa do Mundo FIFA da Prefeitura de Natal/RN.

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em conformidade com deliberação da Subcomissão no dia 5 de abril de 2011, com objetivo de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras.

PARTICIPANTES

- Sérgio Alair Barroso – Secretário Estadual da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo do Estado de Minas Gerais; e
- Stella de Moura Kleinrath – Gerente de Turismo e Atração de Investimentos do Comitê Executivo Municipal da Copa 2014 da Prefeitura de Belo Horizonte/MG.

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em conformidade com deliberação da Subcomissão no dia 5 de abril de 2011, com objetivo de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras.

PARTICIPANTES

- Sílvio Bomp astor – Secretário da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo do Estado de Pernambuco; e
- Amir Schvartz – Secretário de Controle e Desenvolvimento de Obras do Recife/PE.

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em conformidade com deliberação da Subcomissão no dia 5 de abril de 2011, com objetivo de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras.

PARTICIPANTE

- Sérgio Graça – Coordenador da Copa de 2014 do Distrito Federal.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Audiência Pública: 05

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE – CMABMONTE (CMA)

Presidente: Senador Flexa Ribeiro
Vice-Presidente: Senador Ivo Cassol
Relator: Delcídio do Amaral

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011

Reunião de trabalho.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Não Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMARIO20 (CMA)

Presidente: Senador João Pedro
Vice-Presidente: Senador Paulo Davim
Relator: Senador Pedro Taques

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011

Instalação e Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores João Pedro (Presidente), Paulo Davim (Vice-Presidente), e designado relator o Senador Pedro Taques.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011

Reunião de Trabalho.

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado no dia 17 de maio de 2011, destinada a debater o tema "Economia verde: agropecuária", tendo por objetivo analisar experiências concretas e políticas públicas voltadas para o tema, de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, inclusive com a formação da posição brasileira para a conferência.

PARTICIPANTES

Paulo Guilherme Cabral, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente;

- Helinton Rocha, Assessor do Departamento de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Sebastião Barbosa, PhD, membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- Marcelo Calazans, Representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); e
- Rodrigo Justus de Brito, Assessor Técnico da Comissão de Meio Ambiente da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Deliberativa: 01
Não deliberativa: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater a proposta da ANVISA para a retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite.

PARTICIPANTES

- Geniberto Paiva Campos - Membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia -, em representação ao Senhor Jorge Ilha Guimarães - Presidente dessa Sociedade;
- Dirceu Brás Aparecido Barbano - Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Rosana Bento Radominsk – Endocrinologista –, em representação ao Senhor Airton Golbert - Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; e
- José Ruben de Alcântara Bonfim – Coordenador Executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (SOBRAVIME) -, em representação a Senhora Teresa Liporace - Assessora de Projetos do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC);

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2011 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater a violência contra os jornalistas em prol da liberdade de imprensa.

PARTICIPANTES

- José Ramos Filho – Secretário de Imprensa da Presidência da República, em representação a Ministra Helena Chagas da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República.
- Lincoln Macário - Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF;
- Celso Schroder - Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas;
- Susana Blass - Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro;
- José Augusto de Oliveira Camargo - Presidente do Sindicato dos Jornalistas de SP;
- Sionei Leão - Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial- COJIRA;
- Victor Antonio Soares Filho – Repórter Fotográfico;
- Corban Costa - Jornalista da Empresa Brasileira de Comunicação – DF;
- Luis Roberto Antonik - Diretor-Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão – ABERT;
- Fábio Marçal - Presidente do Comitê de Imprensa do Senado Federal; e
- Higes Manara - Representante do Grupo Abril.

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento 25/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovado em 24 de março do corrente, que sejam substituídos os seguintes nomes: Dr. Álvaro Manzano, Procurador da República no Tocantins por Dr. João Gabriel Morais de Queiroz, Procurador-chefe do Ministério Público Federal no Estado do Tocantins e Senhora Hebe Teixeira Romano, Coordenadora de Reintegração Social do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN por Sr. Augusto Rossini, Coordenador de Reintegração Social do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN."
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Resultado: Aprovado

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 58, de 2011 - CDH, de autoria da Senadora Marinor Brito, objetivando a leitura e discussão do Relatório da Diligência promovida por esta Comissão no dia 16 de abril, na cidade de Altamira, Estado do Pará, com a incumbência de ouvir as populações que poderão ser atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

PARTICIPANTES

- Bruno Soares Valente – Procurador da República -, em representação ao Procurador do Estado do Pará - Felício Pontes Júnior;
- Maria da Graça Azevedo da Silva - Procuradora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente do Ministério Público do Pará -, em representação ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Antônio Eduardo Barleta de Almeida;
- Sônia Magalhães – Antropóloga e Professora da Universidade Federal do Pará – UFPA;
- Célio Bermann – Professor Doutor da Universidade de São Paulo;
- Ozimar Juruna - Aldeia Paquiçamba - Volta Grande do Xingu;
- Josinei Arara - Aldeia Terrãwangã; e
- Antônia Melo Silva – Líder do Movimento Xingu Vivo para Sempre.

23ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 56, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater a Política Salarial dos Aposentados e Pensionistas em decorrência da LDO fixar o valor do salário mínimo em R$ 616,34 e o fator previdenciário.

PARTICIPANTES

- Gilberto Guerzone – Consultor Legislativo – Senado Federal;
- Paulo José Zanetti - Diretor Institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados –, em representação ao Senhor João Batista Inocentini - Presidente do Sindicato dos Aposentados da Força Sindical; e
- Nelson de Miranda Osório - Diretor Financeiro da Confederação Brasileira dos Aposentados -, em representação ao Senhor Warley Martins Gonçalles - Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados – COBAP.

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2011 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, a fim de realizar debate sobre a situação do câncer de mama no Brasil.

PARTICIPANTES

- **Lauren Caleffi – Assessora de Planejamento e Eventos da FEMAMA;**
- Ronaldo Correia Ferreira da Silva – Coordenador de Prevenção e Vigilância da Divisão de Atenção Oncológica do Instituto Nacional do Câncer – INCA;
- Inez Gadelha – Coordenadora do Departamento de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde;
- Maria Tereza Simões Falcão – Presidente Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer;
- Maira Caleffi - Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA, e do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul –IMAMA; e
- Darcísio Perondi - Deputado Federal Presidente da Frente Parlamentar de Saúde da Câmara dos Deputados.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 60-CDH, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento regimental, em aditamento ao RQS nº 22/CDH/2011, REQUEIRO seja alterada a data da referida audiência pública, do dia 09 para o dia 10 de maio de 2011".
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de "debater os 120 anos de Inspeção do Trabalho no Brasil, em defesa do trabalho e dos direitos humanos".

PARTICIPANTES

- **Vera Lucia Ribeiro de Albuquerque – Secretária de Inspeção do Trabalho, em representação ao Ministro Carlos Lupi – Ministro do Trabalho e Emprego;**
- **Rosângela Silva Rassy - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT);**
- **Sebastião Soares – Diretor Nacional de Comunicação Social da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST, em representação ao Senhor José Calixto Ramos - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI);**
- **Pedro Armengol – Diretor Executivo da CUT, em representação ao Senhor Artur Henrique da Silva Santos - Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT);**
- **Helba Soares da Silva – Esposa do Fiscal do Trabalho morto em Unaí – MG, Nelson José da Silva; e**
- **Taumaturgo Lima – Deputado Federal do Acre.**

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 51, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Inspeção Prisional realizada no Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo. (Volume - II) (2ª Autuação - CDH)
Autoria: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Pela apresentação de Requerimento de Audiência Pública para instruir a matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 62/2011- CDH, de Audiência Pública para instruir a matéria.

ITEM Nº 02

OFICIO "S" Nº 22, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denúncia de violação de direitos humanos ocorridas no Oitavo Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)
Relatoria: Senador João Pedro
Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Pelo Arquivamento da matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pelo arquivamento da matéria.

ITEM Nº 03
SUGESTÃO Nº 4, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Sugestão com a finalidade de permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita.
Autoria: ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pelo arquivamento da Sugestão.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.
Autoria: Deputado Nelson Pellegrino
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria ad hoc: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do (Substitutivo) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, na forma da Emenda nº 01-CDH (Substitutivo), que apresenta.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acresce o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção à gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA).
Autoria: Deputada Sandra Rosado
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2010 – Complementar
NÃO TERMINATIVO

Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Relatoria: Senador José Agripino
Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável à matéria.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2010
NAO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.947, 2 009, que di spõe so bre a a limentação escolar e o Programa Di nheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.
Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos à Con solidação das Leis do Trabalho e à Lei n º. 5.8 59, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre o tam anho da s d ependências d estinadas à m oradia d os funci onários de condomínio e dos empregados domésticos.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável à aprovação da matéria, com as Emendas 01, 02, 03 e 04 – CDH, que apresenta.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011 - CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro a realização de au diência pública, no âmbito d este colegiado, co m obj etivo d e ap resentar a pesquisa "A implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos nas diretrizes do Ensino Fundamental nos mu nicípios do Brasil", realizada pelo Ga binete de Asse ssoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), organização não-governamental com status Consultivo Especial perante o Con selho Econômico e Social da O NU, com os seguintes convidados: Re presentante do Ministé rio da Educa ção; Representante da Se cretaria de Direitos Humanos da Presidência da Repú blica; Presidente do Con selho Nacional de Educação, Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca; Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); e Representante do GAJOP."
Autoria: Senador Humberto Costa
Resultado: Aprovado.

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendime nto ao Re querimento nº 23, de 2011 - CDH, de autoria d o Senad or Paul o Paim, com o objetivo de "debater a Reforma Política na Visão dos Movimentos Sociais".

PARTICIPANTES

- Jacira Silva - Coordenadora do Movimento Negro Unificado do DF;
- Lourenço Ferreira do Prado - Presidente do Fórum Social dos trabalhadores;
- Maurício Ferreira – Diretor de Juventude da CGTB -, em rep resentação a o S enhor Anto nio Neto - Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;
- Professor Ot tmar Te ske – Coorden ador do Curso de Ciências Política s da ULBRA -, em representação ao Professor Honor de Almeida Neto - Coordenador do Curso de Ciências Políticas da ULBRA;
- Analba Brazão Teixeira – Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (CFEMEA) –, em representação a S enhora Guacira Cesar de Oliveira - Diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA;
- Pedro A rmengol – Diretor Executivo d a Ce ntral Única d os Trabalhadores -, em re presentação a o Senhor Artur Henrique da Silva - Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Samuel Antunes – Advogado da Nova Central – em representação ao Senhor José Calixto Ramos - Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;

- Dojival Vieira - Advogado - Editor da Agência de Informação Multiétnica - Afropress;
- Joilson Cardoso – Se cretário de Políti ca Sindi cal (CTB) -, em representação ao Senho r Wagn er Gomes - Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;
- Rosane Kaingang - Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil;
- Alvaro Tukano - Representante dos Povos Indígenas do Brasil;
- Josefina Serra dos Santos - Coordenação para Igualdade Racial do DF; e
- José Batista de Oliveira - Coordenação Nacional do MST.

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Fede ral, requeremos, seja realizada, no âmbito de sta Comissã o, audiê ncia p ública com a finalidade d e discutir o Teste do Pe zinho. Com a proximidade do dia 06 de junho, data instituída pelo governo do presidente Lula como "Di a Naci onal do Teste do Pe zinho", pa rece-nos apropriado aproveitar o momento para exalta r os avanços obtidos junto à sociedade brasileira com a aplicação do referido teste, bem como para analisar as eventuais possibilidades de a primoramento na sua utilização. Para realização da a udiência pública sugeri mos à Secretaria de sta Comissão i dentificar junt o às auto ridades e aos especialistas de saúde e nvolvidos com o a ssunto os convidados mais adequados para participar como debatedores na reunião."
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Nos te rmos regimentais, requ eiro a re alização de audiência pú blica a fim d e deb atermos o combate a Violência contra os Idosos."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a importância da cidadania cigana."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Nos te rmos regimentais, requ eiro a re alização de audiência pública a fim d e debate rmos o s efeitos da contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro-BA."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, pa ra deb ater a proposta da ANVISA de retirada de ci rculação dos medicamentos ini bidores de apetite."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligências regionais, para apurar a violência no trânsito, bem como a situação dos motoristas profissionais no país, com a finalidade de instruir o PLS 271, de 2008 que institui o Estatuto do Motorista. As diligências acontecerão nas seguintes regiões/cidades: Região Sul – Curitiba; Sudeste – São Paulo; Centro-Oeste – Cuiabá; Nordeste – Salvador; Norte – Belém; MERCOSUL – Porto Alegre; Nacional – Belo Horizonte, com data e horário a serem definidos pela Comissão."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Os Senadores que subscrevem o presente, nos termos do artigo 58, inciso II da Constituição Federal, artigos 90, inciso II e 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requerem que seja feita audiência pública, com entidades da sociedade civil, destacando OAB, CNBB, e Conselhos de Líderes Religiosos Brasileiros, FENASP, Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, através de seu presidente Wilson Acosta, dentre outras, que serão indicadas posteriormente, para do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, em apreciação nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, antes da votação do parecer sobre a matéria."
Autoria: Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no artigo 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública, para debater o conteúdo das declarações divulgadas no programa Conexão Repórter, exibido pela Rede SBT no último dia 30 de março deste ano. equeiro que sejam convidados para a referida audiência: O senhor Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, que teve participação ativa no combate das forças militares ao movimento que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia; O senhor João Lucena Leal, que trabalhou nos órgãos de segurança interrogando diversos militantes de organizações de esquerda, sendo citado por diversos sobreviventes em seus depoimentos ao Projeto Brasil Nunca Mais."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o III Plano Nacional de Direitos Humanos, constante do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio, de 2010, bem como a Mensagem nº 229, de 2010, do Presidente da República, que trata do projeto de lei que 'Cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Presidência da República', seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de prestar informações e esclarecimentos pertinentes às diretrizes e objetivos estratégicos quanto ao direito à memória e à verdade."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 72, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o III Plano Nacional de Direitos Humanos, constante do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio, de 2010, bem como a Mensagem nº 229, de 2010, do Presidente da República, que trata do projeto de lei que 'Cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Presidência da República', seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de prestar informações e esclarecimentos pertinentes às diretrizes e objetivos estratégicos quanto ao direito à memória e à verdade."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 73, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o III Plano Nacional de Direitos Humanos, constante do Decreto nº7.037, de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº7.177, de 12 de maio, de 2010, bem como a Mensagem nº229, de 2010, do Presidente da República, que trata do projeto de lei que 'Cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Presidência da República', seja convidada a Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Diretos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de prestar informações e esclarecimentos pertinentes às diretrizes e objetivos estratégicos quanto ao direito à memória e à verdade."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 74, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar dos dados e informações constantes da publicação "Conflitos no Campo Brasil 2010", divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, com a presença das seguintes entidades: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Comissão Pastoral da Terra - CPT; Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Ministério Público Federal - MP ; Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República – SNDH/PR; e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 75, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar dos dez anos da aprovação e implementação da Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que 'dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental'. Para a realização da referida audiência propõe-se que sejam convidados os Órgãos e instituições que seguem: Ministério da Saúde – MS – Coordenação de Saúde mental; Conselho Federal de Medicina – Câmaras Técnicas de Saúde mental; Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP; Associação Brasileira de Familiares e Portadores de Transtorno Mental; Promotoria da saúde do Ministério Público Federal; Conselho Nacional de Saúde – CNS; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEM; Representante da Organização Mundial de Saúde – OMS; e Prof. Ronaldo Laranjeira."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 14
AVISO Nº 59, DE 2008
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2166/2008, proferido nos autos do processo TC 004.524/2007-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre Relatório de Auditoria realizada na Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sobre os procedimentos para demarcação de terras indígenas.
Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pelo arquivamento da matéria, bem como dos documentos que acompanham o Aviso.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pelo Arquivamento da matéria.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 76, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa para debater "O sistema de Cotas para negros: constatações", a ser realizada no dia 31 de maio de 2011, com a participação dos seguintes convidados: Dr. José Geraldo de Souza Júnior – Magnífico Reitor da Universidade de Brasília; Dr. Márcio Thomaz Bastos - Advogado representante da UNB junto ao STF; Dr. Sales Augusto dos Santos - Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB); Dr. José Jorge de Carvalho - Professor do Departamento de Antropologia e especialista em Ações Afirmativas no Brasil; Frei David Santos (OFM - Fundador do Educafro; e Representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Demétrio Magnoli – Sociólogo; Roberta Kaufmann – Advogada; Simon Schwartzman – Ex-Presidente do IBGE; Reinaldo Azevedo – Jornalista; e Ali Kamel – Diretor de Jornalismo da Rede Globo de televisão.".
Autoria: Senadora Ana Rita
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 77, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 223 combinado com o art. 222 do Regimento Interno, que o Senado Federal aprove (encaminhe a alguém, ou publique nos anais da casa, etc.) voto de censura em repúdio a violência cometida contra jornalistas na América Latina."
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 78, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debatermos o plano de trabalho das diligências regionais, afim de apurar a violência no transito, bem como a situação dos motoristas profissionais no país, nas seguintes regiões/ cidades: Região Sul - Curitiba; Sudeste - São Paulo; Centro –Oeste Cuiabá; Nordeste – Salvador; Norte – Belém; MERCOSUL - Porto Alegre; Nacional – Belo Horizonte."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 78, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de "debater o plano de trabalho das diligências regionais, que serão realizadas pela Comissão de Direitos Humanos, a fim de apurar a violência no trânsito, bem como a situação dos motoristas profissionais no país".

PARTICIPANTES

- Francisco Carlos Gonçalves Cardoso – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais - ABTI;
- Neori Tigrão – Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de carga – SINDITAC e do Movimento Brasil Caminhoneiro - MUBC;
- José Alves Couto Filho – Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Terrestres;
- Luiz Alberto Mincarone – Consultor do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado do Rio Grande do Sul - SETCERGS;
- Luis Antonio Festino – Confederação Nacional de Transporte Terrestre; e
- José Araújo "China" da Silva – Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros - UNICAM.

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de "debater o Mapa da Violência 2011: soluções e desafios".

PARTICIPANTES

- Rosa Maria Gross de Almeida – Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Alberto Liebling Kopittke – Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos – DEPRO -, em representação a Senhora Regina Maria Filomena de Luca Miki – Secretária Nacional e Integrante do Fórum das Mulheres Negras;
- Benito Augusto Galiani Tiezzi – Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal -, em representação ao Senhor Carlos Eduardo Benito Jorge - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil;
- Arthur Trindade Maranhão Costa - Sociólogo, Coordenador do Núcleo de Estudos sobre a Violência da UNB;
- Ângela Alano – Assessora da Diretoria da Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul (LEME);
- Marsal Branco – Coordenador do Curso de Jogos Digitais – Universidade FEEVALE/Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul; e
- Sandra Baccara – Psicóloga.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 65, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de "debater a importância da cidadania cigana".

PARTICIPANTES

- Deputada Federal Érika Kokay – Idealizadora da Frente Parlamentar Cigana;
- Deputado Federal Domingos Dutra – PT/MA;
- Marlete Queiroz - Representante da Associação dos Ciganos Calons;
- Jonatas Alexandre Lima de Oliveira - Representante da Associação Cigana Etnias Calons/ DF – ACEC/DF; e
- Ernandes Macário – Representante da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial – COPIR.

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 66, de 2011 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater os efeitos da contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro-BA".

PARTICIPANTES

- Deputado José Sarney Filho - Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista;
- Deputado Federal Luiz Alberto - PT/BA;
- Rejane Pieratti – Consultora da Associação Amigos do Futuro;
- José Rogaciário dos Santos - Presidente do Instituto Cooperforte (Cooperativa de Crédito Urbano);
- Guilherme Franco Netto – Médico – Assessor Especial, responsável pela Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde -, em representação ao Ministro Alexandre Padilha - Ministério da Saúde - MS;
- Fernando Vasconcelos – Diretor Substituto do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho -, em representação a Senhora Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque – Secretária de Inspeção do Trabalho;
- Renato Ferreira – Assessor Parlamentar da SEPPIR -, em representação a Ministra Luiza Bairros – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;
- Itanor Junior - Advogado ambientalista;
- Augusto Cesar Lago Machado – Vítima do Chumbo na cidade de Santo Amaro-BA;
- Leandro de Almeida Vargas – Procurador do Município de Santo Amaro-BA – em representação ao Prefeito Ricardo Machado - Santo Amaro; e
- Claudio Libermar – Coordenador Geral de Gestão da Qualidade Ambiental da Diretoria de Qualidade Ambiental do IBAMA e Zilda Maria Faria Veloso – Gerente de Resíduos Perigosos do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental -, em representação a Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministério do Meio Ambiente – MMA.

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 49, de 2011 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de "debater o Mapa da Diversidade do Setor Bancário, elaborado para promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, independente de sua cor, sexo, idade, tendo ou não qualquer tipo de deficiência".

PARTICIPANTES

- Almir Aguiar – Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro -, em representação ao Senhor Carlos Cordeiro - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF;
- Frei David Raimundo Santos - Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes – Educafro;
- Anhamona Silva de Brito – Secretária de Políticas para Ações Afirmativas -, em representação Ministra Luiza Bairros - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; e
- Humberto Adami - Diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil – ASABB.

TOTAL DE REUNIÕES: 14
Extraordinária – Audiência Pública: 12
Extraordinária – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 28
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Ofício "S": 01
Aviso: 01
Sugestão: 01
Requerimentos - CDH: 20

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER – CDHSPDM (CDH)

Presidente: Senadora Ângela Portela
Vice-Presidente: Senadora Lidice da Mata

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Reunião de Trabalho.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011–SPDM
NÃO TERMINATIVO

Requer a realização de audiência pública para debater a participação da mulher na política. Convidados: Secretária de Políticas Públicas; Instituto Patrícia Galvão; Fundação Perseu Abramo; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Doutora Lúcia Avelar, Professora e Pesquisadora da Universidade de Brasília - UNB.
Autoria: Senadora Ana Rita
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CDHSPDM: 01

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO – CDHCAJI (CDH)

Presidente: Senadora Marinor Brito
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2011

Instalação da Subcomissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente.
Resultado: Instalada a Subcomissão, foram eleitos a Senadora Marinor Brito (Presidente) e o Senador Marcelo Crivella (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA – CDHEMRP (CDH)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senador Sérgio Petecão

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011

Instalação da Subcomissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente.

Resultado: Instalada a Subcomissão, foram eleitos o Senador Wellington Dias (Presidente) e o Senador Sérgio Petecão (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, para realização de ciclos de audiências públicas sobre os "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)" - Geopolítica e Relações Internacionais.
Painel 3 – "A Importância da Atividade de Inteligência – Para o Brasil, Sua Diplomacia e suas Forças Armadas; Causas de seu fracasso em prever movimento populares no Mundo Árabe".

PARTICIPANTES

- Prof. Dr. Denilson Feitoza; - Pres. do Capítulo Brasil da Associação Internacional de Analistas de Inteligência de Seg. Pub. – IALEIA-BR
- Prof. Dr. Eugênio Diniz– Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG;
- Prof. Dr. Joanisval Gonçalves – Consultor Legislativo do Senado Federal; e
- Prof. Dr. José Manuel Ugarte – Universidad de Buenos Aires – Argentina.

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 41, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Gana.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Geórgia.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 255, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Considerando a Nota à Imprensa nº 161, de 25 de abril de 2011, do Ministério das Relações Exteriores, nos seguintes termos: "O Governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada de violência na Síria, que ocasionou, nos últimos dias, elevado número de mortos, principalmente em Deraa, Homs e nos arredores de Damasco. O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso da força contra manifestantes desarmados e expressa a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo. O Governo brasileiro sublinha que as aspirações legítimas das populações do mundo árabe devem ser equacionadas por processos políticos inclusivos e não pela via militar. O Governo brasileiro reafirma o entendimento de que a responsabilidade pelo tratamento dos impactos das crises no mundo árabe sobre a paz e segurança internacionais recai sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas e ressalta a importância do papel dos organismos regionais – em particular a Liga dos Estados Árabes e a União Africana – nos esforços de mediação diplomática.", requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja externado VOTO DE SOLIDARIEDADE à posição do Governo brasileiro diante dos fatos expostos na referida Nota.
Autoria: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos V e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Exmo. Sr. Fernando Bezerra Coelho, Ministro da Integração Nacional, para discorrer, no âmbito desta Comissão, sobre a Comissão Permanente de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – CDIF – recentemente criada pelo governo federal para administrar a canalização de recursos do PAC em investimentos de programas destinados a equacionar os problemas nas áreas de fronteiras do País, bem como ordenar as políticas públicas nessas regiões.
Autoria: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, para realização de ciclos de audiências públicas sobre os "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)" - Geopolítica e Relações Internacionais.
Painel 4 – "A Política Externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus reflexos no Cenário Internacional".

PARTICIPANTES

- Prof. Dr. Gilberto Sarfati – FGV-SP
- Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe – UNESP;
- Prof. Dr. Ângelo Segrillo – USP; e
- Prof. Dr. Christopher Coker – London School of Economics.

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 32, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e à República do Turcomenistão.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 641, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, feito em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004, com as correções contidas no texto da Fé de Erratas ao Acordo, assinado em 28 de junho de 2007.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 636, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respectivos

Diplomas no Mercosul e Estados Associados, adotado em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, por meio da Decisão CMC nº 17/08, no âmbito da XXXV Reunião do Conselho do Mercado Comum.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 640, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, aprovado pelo Conselho de Ministros do Mercosul, em Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº22, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizado por esta Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, Ciclo de Audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates sobre o tema, conforme Plano de Trabalho desta Subcomissão.
Autoria: Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas
Resultado: Aprovado

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA,)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, para realização de ciclos de audiências públicas sobre os "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)" - Geopolítica e Relações Internacionais.
Painel 5 – "A Política Externa de China, Índia e África do Sul e seus Reflexos no Cenário Internacional"

PARTICIPANTES

- Prof. Dr. Severino Bezerra Cabral Filho - IBECAP
- Prof. Dr. Oliver Stuenkel - FGV/SP;
- Prof. Dr. Ricardo Sennes – USP; e
- Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo – Fund. Pedro Calmon/BA.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO 2011
CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
NÃO TERMINATIVO
(TERMINATIVO NA CCJ)

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique

Relatoria Ad Hoc na CAE/CRE/CCJ: Senador Ricardo Ferraço
Relatório na CAE/CRE/CCJ: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Iniciada a discussão, foram apresentadas as Emendas nº 01, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e nº 02, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A apreciação da Matéria é adiada.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 639, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria ad hoc: Senador Blairo Maggi
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 642, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria ad hoc: Senador Blairo Maggi
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 645, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria ad hoc: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 646, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria ad hoc: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 647, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Victória, em 16 de setembro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria ad hoc: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Deci são XXXVIII/D/453, da X XXVIII Reuni ão de Minist ros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria ad hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 104, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o te xto do Aco rdo ent re a República F ederativa do Brasil e a Rep úblic a Argentina so bre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011 – CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, pa ra debater os aspectos e o alcance do Anteprojeto de Emenda à Constituição, de autoria do nobre Senador Roberto Requião, que tem o objetivo in cluir a p articipação do Co ngresso Nacional nas negociações de atos, acordos, co nvênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional.
Para tanto solicito sejam convidados um representante do Mi nistério de Relações Exteriores; Sr. Samu el Pinheiro Gui marães – Embaixado r e Alto Rep resentante-Geral do Me rcosul no Co nselho de Me rcado Comum (CMC); Represen tante do Mini stério do De senvolvimento, Indústri a e Comé rcio Exterior (MDIC); Sr. Rubens Ricupe ro – aca dêmico e ex-Secretário-Geral da Confe rência das Nações Unidas sobre Comércio e De senvolvimento (UNCT AD); Sr. Paulo Nogueira Batista Jú nior – Economista e Dire tor-Executivo do Fundo M onetário Interna cional (FMI) e o Sr. Jo sé Augusto Castro – Vi ce-Presidente d a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendim ento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, d e aut oria do Sen ador F ernando Coll or, p ara

realização de ciclos de audiências públicas sobre os "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)" - Geopolítica e Relações Internacionais.
Painel 6 - " MERCOSUL; – Um Balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção; - Cenário no Entorno da América do Sul; - Rodovia Interoceânica;– Relação Comercial entre Brasil, Peru e Bolívia".

PARTICIPANTES

- Embaixador Rubens Barbosa
- Dr. Roberto Teixeira da Costa – Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI
- Prof. Dra. Maria Cláudia Drummond – Consultoria Legislativa do Senado Federal;
- Prof. Dr. José Tavares de Araujo Jr. – CINDES – Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento; e
- Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva – Professor Titular do Departamento de Relações Internacionais - UnB.

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável à matéria, na forma do Substitutivo aprovado na CAS, com as subemendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto, na forma do Substitutivo aprovado na CAS, com as subemendas apresentadas.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 632, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria ad hoc: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 635, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, que protocoliza o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, da República da Bolívia e da República do Chile, em Montevidéu, em 8 de agosto de 2006.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)
Relatoria ad hoc: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Autoria: COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.
Autoria: Presidente da República
Relatoria ad hoc: Senador Paulo Bauer
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável à matéria.

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, para realização de ciclos de audiências públicas sobre os "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)" - Geopolítica e Relações Internacionais.
Painel 7 - "A Influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional".

PARTICIPANTES

- Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira – PUC/SP
- Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;
- Prof. Dr. Jorge Lasmar – PUC/MG;
- Prof. Dr. Antônio Barbosa – Consultoria do Senado Federal; e
- Prof. Dr. Severino Bezerra Cabral Filho – IBECAP.

23ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2011,
CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,
E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
NÃO TERMINATIVO
(TERMINATIVO NA CCJ)

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique
Relatório na CAE/CRE/CCJ: Pela aprovação da Matéria nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: As Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovam

o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE e da CRE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE-CRE (Substitutivo).
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE-CRE-CCJ (Substitutivo) por 17 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Conforme disposto no art. 282 do Re gimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será su bmetido a Turno Supleme ntar de discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

TOTAL DE REUNIÕES: 11
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 05
Conjunta – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 28
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 18
Mensagem (SF): 03
Requerimento – CRE (não terminativo): 04

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2011

Reunião de Trabalho.

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011

Reunião de Trabalho.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011 – CRER+20
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizado por esta Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Ri o+20 e do Regime Intern acional sobre Mudanças Climáticas, Ciclo de Audiên cias públicas dent ro de uma A genda específica de deb ates sobre o tema, confo rme Plano de Trabal ho de sta Subcomissão.
Resultado: Aprovado

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Re querimento nº 02, de 201 1-CRER+20, de autori a do Senador Cristovam Buarq ue, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públi cas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Confe rência das Naçõ es Uni das sob re De senvolvimento Sustentável, a Rio+20. Tema da audiência; "Água: como conservá-la?"

PARTICIPANTES

- Sr. Paulo Lopes Varella – Agência Nacional de Águas

- Sr. Nelton Miguel Friedrich – Itaipu Binacional; e
- Prof. Dr. Francisco de Assis Souza – Universidade Federal do Ceará;

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Audiência Pública: 01
Não Deliberativa: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CRER+20: 01

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011-CREPAFF
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com a finalidade de realizar ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido pela Subcomissão. Tema da audiência: "Fronteiras e Segurança Nacional"

PARTICIPANTES

- Dr. Glauco Costa de Moraes – Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);
- Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira– Subchefe de Operações da Chefia de Preparo e Emprego, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
- Dr. Oslain Campos Santana – Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal;
- Conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa – Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 01
Não Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CRPAFF: 01

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PEDRO BRITO DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga do Senhor Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor Pedro de Brito do Nascimento, constante da Mensagem nº 59, de 2011 (nº 87, de 2011, na origem).
Resultado: Aprovada a indicação por 16 votos Sim, 01 voto Não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE com a presença das seguintes autoridades: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; um representante do Departamento de Proteção do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC; e um representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS".
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art .93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura – CI, denúncias envolvendo supostas irregularidades nas obras de duplicação da Rodovia BR 101, uma das principais obras do PAC Nordeste, nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, com a participação das seguintes autoridades:

- Dr. LUIZ ANTONIO PAGOT , Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- DR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral da Polícia Federal;
- DR. MÁRIO AZEVEDO JAMBO, Juiz Federal do Rio Grande do Norte;
- UM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos Regimentais, que se adicione à discussão da Audiência Pública prevista no Requerimento nº 19, de 2011 – CI, destinada a debater a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE, o tema cumulatividade da tributação na tarifa de energia elétrica, com a presença do representante da empresa Price Waterhouse Coopers.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Resultado: Aprovado

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento aos Requerimentos n.ºs 08 e 18, de 2011, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, de Audiência Pública, para debater as condições da infraestrutura aeroportuária e os investimentos programados para o setor, para a inclusão, como convidado, o Secretário Geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários – SNA e Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil – FENTAC-CUT, o Senhor Marcelo Andrade S. Schimidt.
Autoria: Senador Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública com o objetivo de discutir o tema: "Transporte Ferroviário: Falta de concorrência prejudica o desenvolvimento Brasileiro", com a presença dos seguintes convidados:

1. BERNARDO FIGUEIREDO - Diretor Geral da ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre
2. LUIZ ANTONIO FAYET - Coalizão de Usuários - Consultor para Logística de Transporte da CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
3. LUIS HENRIQUE BALDEZ - Coalizão de Usuários - Presidente Executivo da ANUT - Associação Nacional de Usuários de Transporte de Carga
4. MARCELO SPINELLI - Diretor de Ferrovias da VALE
5. PAULO BASÍLIO - Presidente da ALL - América Latina Logística
6. RODRIGO VILAÇA – Diretor da CNT - Confederação Nacional do Transporte - e Diretor Executivo da ANTF - Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.
7. SAULO DE CASTRO – Secretário Estadual de Transportes do Estado de São Paulo

Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93 do RISF, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater o Plano Nacional de Viação e o Sistema Nacional de Viação, bem como seja convidado o Excelentíssimo Senhor Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro dos Transportes, para participar como expositor na referida Audiência Pública.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, a criação de Grupo de Trabalho, formado pelos Senadores que relatam proposições sobre o Plano Nacional de Viação e o Sistema Nacional de Viação, com o objetivo de propor soluções sobre as matérias que tramitam na Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre esse tema, no prazo de 15 (quinze) dias.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Resultado: Aprovado

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 19 e 21, de 2011-CI, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço, respectivamente, com a finalidade de debater a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e a cumulatividade da tributação na tarifa de energia elétrica, com a presença dos seguintes participantes:

PARTICIPANTES

- Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica –Aneel;
- Amaury Martins – Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC;
- Letícia Bartholo, Diretora do Departamento de Cadastro Único, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; e
- Sérgio Bento - Pesquisador da Price Waterhouse Coopers - PwC

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura, a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), com a presença das seguintes convidados: Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Cláudio José Dias Sales, diretor-presidente do Instituto Acende Brasil; Mario Veiga Ferraz Pereira, presidente da PSR Consultoria; Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Paulo Pedrosa, presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE e Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública com o objetivo de discutir o tema: "Renovação das Concessões", em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença dos seguintes convidados:

1. MÁRCIO ZIMMERMANN – Secretário Executivo do MME
2. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – Presidente da Eletrobrás
3. NELSON HUBNER – Diretor-Geral da Aneel
4. MAURO ARCE – Presidente da CESP
5. OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE – Presidente do Conselho da ABIAPE
6. LUCIANO COUTINHO – Presidente do BNDES
7. NELSON BARBOSA, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda
8. PAULO PEDROSA, presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE

Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 26, de 2011-CI, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, destinada a debater a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

PARTICIPANTES

- Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia;
- Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil;
- Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE e
- Marcus Pereira Aucélio, Subsecretário do Tesouro Nacional, representando o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Barbosa.

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Nelson Narciso Filho.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: A Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do Professor FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO para Diretor da ANP.
Resultado: Aprovada a indicação por 15 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma Abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em vaga decorrente do término do mandato de Victor de Souza Martins.
Autoria: Presidente da República
Relatoria "Ad hoc": Senador Flexa Ribeiro
Relatório: A Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Helder Queiroz Pinto Júnior para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo.
Resultado: Aprovada a indicação por 15 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma Abstenção.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária - Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 12
Mensagem (SF): 03
Requerimento - CI: 09

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 06/2011-CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, com o objetivo de realizar um Ciclo de Debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil.
1º Painel – A Importância da Logística para o Desenvolvimento Regional.

PARTICIPANTES

- **Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro - Coordenador-Geral de Planejamento da Secretaria de Política Nacional de Transporte (representando o Exmo. Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes);**
- **José Ramos Torres de Melo Filho, Vice-Presidente Diretor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA-Ceará);**
- **Rodrigo Otaviano Vilaça, Presidente da Associação Brasileira de Logística;**
- **Ricardo Portella Nunes, Coordenador do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (representando o Sr. Paulo Fernandes Tigre, Presidente da FIERGS); e**
- **Wagner Ferreira Cardoso, Gerente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria – CNI (representando o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI).**

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matéria.

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Alberto Goldman
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 2, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos - primeiro Semestre de 2010, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.
Autoria: SUPERINTENDENTE DA SUDENE
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Pelo conhecimento do Ofício "S" nº 2, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria com o presente Parecer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pelo conhecimento do Ofício "S" nº 2, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria com o presente Parecer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Serviços de Infraestrutura – CI; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com as presenças do senhor Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; o senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o senhor Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Avião Civil – SNAC.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inc iso II, do Regi mento Interno do Senado Federal, a realiz ação de Audiência Pública por esta Comissão, juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fi m de di scutir a situa ção do tráfeg o a éreo no p aís, as condições da infra -estrutura ae roportuária, os investimentos prog ramados pa ra setor, os a spectos econ ômicos da mode rnização e d a ampliação d a estrutura atual e a s sua s implica ções com os eventos e sportivos d e relevâ ncia i nternacional (Co pa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país. Apresentamos, para tal, os n omes d os seguintes convida dos: Antonio Gu stavo Mato s do Vale, Presid ente da Infraero; Ca rlos Eduardo Pel egrino, Diretor-P residente Interino da Agência Naci onal de Avia ção Civil – ANAC; e Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC.
Autoria: Senadores Ana Rira e Romero Jucá
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 14/2011-CDR, já a provado por essa Comissão, p ara q ue sej am também convida dos: Sr. Má rcio Holland De Brito, Secretário d e Política Econômica do Ministé rio da Faze nda; um repre sentante do Ministéri o da Integra ção Na cional; um representante do T ribunal de Contas da União; um representante da Confederação Nacional de Agricultura – CNA. À oportunidade, sugiro, para maior proveito dos trabalhos, que a audiência pública aconteça em três mesas.
Autoria: Senadores Vital do Rêgo e Ana Amélia
Resultado: Aprovado

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera disp osições da Lei nº 12.249, de 11 de jun ho de 201 0, para in cluir os Estad os que integ ram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera- REPENEC.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação da matéria.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Deliberativa: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 06
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Ofício "S": 01
Requerimento - CDR: 03

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – CDRDN (CDR)

Presidente: Senador Wellington Dias

Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011

Reunião preparatória para planejar o Encontro a ser realizado em 23/05, na cidade de Maceió/AL.

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 07, de 2011-CDRDN, de autoria dos Senadores José Pimentel, Vital do Rêgo e Wellington Dias, com o objetivo de apresentação do plano de investimento do BNDES para a Região Nordeste.

PARTICIPANTE

- Elvio Lima Gaspar – Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, representando o Presidente, Luciano Coutinho.

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011

1ª PARTE

Reunião de Trabalho.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 08, DE 2011-CDRDN
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que aos parlamentares membros desta Subcomissão que desejarem participar das Diligências, em forma de Visitas Técnicas aos Estados de abrangência da SUDENE, conforme Requerimento nº 01-CDRDN aprovado em 05/04/2011, em anexo, sejam autorizadas as suas participações com ônus para o Senado.
Autoria: Senadores Wellington Dias e Vital do Rêgo
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 09, DE 2011-CDRDN
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 104-A, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, para debater os seguintes temas: Pré-Sal, FPE, FPM, Reforma Tributária, Per Capita FUNDEB, Per Capita SUS, Indexadores da Dívida, Salário Educação e Investimentos dos Bancos Públicos na Região Nordeste, tendo como convidados: - Governadores dos Estados de abrangência da SUDENE; - Bancada do Nordeste (da Câmara dos Deputados e do Senado Federal); - Bancada do Norte (da Câmara dos Deputados e do Senado Federal); - Bancada do Centro-Oeste; - Confederação Nacional dos Municípios – CNM.
Autoria: Senadores Wellington Dias e Vital do Rêgo
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Deliberativa: 01
Não Deliberativa: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

Requerimento - CDRDN: 02

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA – CDRAM (CDR)

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin
Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011

Reunião Administrativa - Programação das Atividades da Subcomissão -

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CDRAM
NÃO TERMINATIVO

"Nos te rmos regi mentais req ueiro que e sta Sub comissão, participe da organização d o Simpó sio da Amazônia, juntamente com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, a re alizar-se no di a 08 de novem bro de 20 11, b em co mo d as outra s edições futuras."
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CDRAM
NÃO TERMINATIVO

"Nos term os regimental s, solicito a re alização de visitas técnicas, no âmbit o desta Sub comissão, n os estados da região norte para debater e defini r a s prin cipais d emandas do estad o, co m datas a serem definidas posteriormente."
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CDRAM
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos regimentais, requeiro a re alização de visita técnica ao e stado do Amazo nas, para debater as perspectivas petrolíferas da região, be m como as pol íticas e o s inve stimentos do setor, na Asse mbléia Legislativa do estado do Amazonas, com as presenças de representantes da Agência Nacional de Petróleo – ANP, da Petrobras e da HRT Participações em Petróleo S. A. Requeiro, ainda, que a Agência Nacional do Petróleo – ANP seja instada a colaborar na organização da visita."
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CDRAM
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de Audiência no âmbito desta Subcomissão, para debater a situação dos aeródromos e aeroportos da região norte, com as presenças de entidades, órgãos e sociedade civil a serem definidas posteriormente."
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CDRAM
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro nos termos regimentais, que a Subcomissão Permanente da Amazônia e a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteiras da Comissão das Relações Exteriores, realize as suas reuniões ordinárias conjuntamente, para oficializar o pleito em tela, solicito autorização da mesma."
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 05
Requerimento - CDRAM: 05

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CR, na Expointer 2011, que se realizará na Cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, entre os dias 27 de agosto a 4 de setembro de 2011. A Expointer é um dos mais importantes eventos agropecuários e de maquinário da América Latina e esse encontro proporcionará a os produtores e parlamentares apresentarem e discutirem possíveis soluções para os problemas do agronegócio brasileiro.
Autoria: Senadora Ana Amélia.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de avaliar a sustentabilidade da suinocultura no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:
Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
Representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA;
Sr. Irineu Wessler – Conselheiro Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos - ABCS;
Sr. Carlos Francisco Geesdorf – Presidente da Associação Paranaense de Suinocultores – APS;
Sr. Cícero Bley Jr. – Superintendente de Energias Renováveis da Itaipu Binacional.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir a relação entre o capital estrangeiro e a expansão agrícola brasileira nos próximos dez anos. Para tanto sugere sejam convidados:
Sr. José Roberto Mendonça de Barros – economista e fundador da Consultoria MB Agro;
Sr. Luis Inácio Lucena Adams – Advogado-Geral da União - AGU;

Sr. Alexandre Laizo Clápis – advogado e Conselheiro do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB;
Sr. Fábio de Salles Meirelles Filho – Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional da Agricultura - CNA.
Autoria: Senadora Ana Amélia.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de apresentar aos membros desta Casa o programa que institui o Cartão de Pagamento da Defesa Civil, sugerindo, para tanto, convidar o Ministro da Integração Nacional, Exmo. Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Casildo Maldaner
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de discutir sobre a adesão do Brasil ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e os possíveis impactos que esta adesão ao tratado poderá trazer ao país, com a presença dos seguintes convidados:
Sr. Cristiano Walter Simon – Presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA ;
Sr. José Silvino da Silva Filho – Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
Representante da Confederação Nacional de Agricultura – CNA;
Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
Representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; e
Representante do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico.
Autoria: Senador Heráclito Fortes
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CRA.

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento, nº 3 de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz e Requerimento, nº 17, de 2011-CRA, de autoria do Senador João Pedro, a fim de que Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura apresente as políticas públicas de estímulo à Aquicultura e Pesca, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.

PARTICIPANTE

- Ideli Salvatti, Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.
Autoria: Senador Valter Pereira
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CAE.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE/CRA.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, das propostas de alterações no Manual de Crédito Rural, em gestação na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com a presença dos seguintes convidados:

- Gilson Bittencourt – Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda – MF;
- Edílson Guimarães – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Laudemir André Muller – Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA;
- Sérgio Duarte de Castro – Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional - MI;
- Roberto Smith – Presidente do Banco do Nordeste do Brasil – BN;
- Osmar Fernandes Dias – Vice-Presidente de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil – BB;
- Representantes da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

Autoria: Senadora Ana Amélia.
Resultado: Aprovado

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de discutir e analisar as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco na agricultura familiar, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.

PARTICIPANTE

- Afonso Bandeira Florence - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário - MDA

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 08
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01

Requerimento – CRA: 06

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Gim Argello

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro, objetivando a apresentação das Diretrizes e dos Programas Prioritários para os próximos dois anos do Ministério de Ciência e Tecnologia.

PARTICIPANTE

- Aloizio Mercadante - Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um conjunto de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reunidas sob a denominação Jornada pela Inovação, para debater diversos temas, com os seguintes convidados: 1ª Audiência Pública: DESAFIOS DA INOVAÇÃO NO BRASIL. Miriam Belchior - Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.Glauco Arbix – Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Robson Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). 2ª Audiência Pública: INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC). Paulo Bernardo – Ministro de Estado das Comunicações. Fernanda Negri – Pesquisadora do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Adilson Primo – Presidente da Siemens do Brasil e integrante da CNI/MEI.Helena Lastres – Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 3ª Audiência Pública: INOVAÇÃO, BIOTECNOLOGIA, FÁRMACOS E COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE. Alexandre Padilha – Ministro de Estado da Saúde.Representante da Finep.Representante da CNI/MEI.Sérgio Mascarenhas – Professor da USP – São Carlos.4ª Audiência Pública: INOVAÇÃO E CADEIA PRODUTIVA DO PETRÓLEO E GÁS José Sérgio Gabrieli – Presidente da Petrobrás. João Alberto De Negri – Diretor de Inovação da Finep.Representante da CNI/MEI. José Rubas – Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).5ª Audiência Pública: INOVAÇÃO E ENERGIA (FOCO NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS).Edison Lobão – Ministro de Estado das Minas e Energia (MME). Representante da Finep.Representante da CNI/MEI. Representante da Academia. 6ª Audiência Pública: INOVAÇÃO E CADEIA PRODUTIVA AEROESPACIAL Marco Antonio Raupp – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB). Frederico Curado – Presidente da Embraer e integrante da CNI/MEI. Representante da Academia. 7ª Audiência Pública: INOVAÇÃO, MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E INCLUSÃO SOCIAL Representante da Finep. Representante das Micro e Pequenas Empresas. Representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Guilherme Ary Plonski – Presidente Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC). 8ª Audiência Pública: INOVAÇÃO APLICADA À COPA E ÀS OLIMPÍADAS. Henrique Meirelles – Presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO).Representante da Finep. Ricardo Pelegrini – Presidente da IBM Brasil e integrante da CNI/MEI.Representante da Academia.
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Gim Argello, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Rodrigo Rollemberg.
Resultado: Aprovado

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Reunião de Trabalho.

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2010
TERMINATIVO

Proíbe a produção e a comercialização de equipamentos eletrônicos que possuam dispositivo capaz de permitir a opção pelo modo de espera em sua operação.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela Rejeição
Resultado: Rejeitado o Projeto

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de levar ao conhecimento destas Comissões um trabalho coordenado no país pelo Prof. Dr. Miguel Nicolelis, que faz o "uso democrático da ciência para transformação social e econômica do Brasil", com os seguintes convidados: 1. Prof. Dr. Miguel Nicolelis – pesquisador na Universidade Duke; membro das Academias Brasileira, Francesa e do Vaticano de Ciências; criador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly (IINN-ELS). 2. Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. 3. Representante do Ministério da Educação.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro e Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº19, DE 2011-CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para avaliar as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) no período de 2007 a 2010, tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.
Autoria: Senadores Eduardo Braga e Gim Argello
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº20, DE 2011-CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 08, de 2011, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, de Audiência Pública, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta do Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal, para a inclusão, como convidados, do Presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores, o Senhor Magdiel Santos e do Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal -SindiTelebrasil, o Senhor Eduardo Levy.
Autoria: Senador Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para analisar e debater a relação entre atividades de ciência, tecnologia e inovação e a promoção do desenvolvimento. A título de sugestão, apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados: Mauro Borges Lemos, Presidente da Agência Brasileira de

Desenvolvimento Industrial (ABDI); Mario Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP); José Eli da Veiga, Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e Pesquisador do Núcleo de Economia Socioambiental (NESA/FEA/USP).
Autoria: Senadores Eduardo Braga e Anibal Diniz
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 375, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CASA DA CULTURA DO SERTÃO MORRO DA GARÇA/MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Garça, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria *ad hoc*: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 253, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO VALE DO XINGU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 178, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO AGROVILA - SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE - ASSMOBAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 382, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E COMUNITÁRIA DO SÃO GABRIEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relator: Senador Valdir Raupp
Relatoria *ad hoc*: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 301, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 471, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MIMOSO DE GOIÁS-GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 684, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DA NASCENTE DO RIO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPIRANGA DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria ad hoc: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE SANTOS DUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 548, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém do São Francisco, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 21, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO SUL DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Alegre, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 380, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PINGO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pingo d'Água, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 624, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL SÃO SEBASTIÃO DOS CAMPOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Amaral, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 681, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA VIADUTENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viadutos, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatoria ad hoc: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 602, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o at o que outorga autorização à ASSOCI AÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO GÊ NESES FM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria ad hoc: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 680, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HB FM 103,5 DE JEQUITAÍ-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequitaí, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria ad hoc: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCIAÇ ÃO CULTURAL E COM UNITÁRIA DE GRAVATÁ - ASCOMG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 378, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorg a autorização à FUNDAÇÃ O CAMACHENSE DE APOIO À CUL TURA - F UCAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camacho, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatoria ad hoc: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 379, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o at o que outorga autorização à ASSOCI AÇÃO CULTURAL EDUCATIVA DE BURITIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatoria ad hoc: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 625, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E INTEGRAÇÃO CULTURAL DE MARIBONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maribondo, Estado de Alagoas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Fernando Collor
Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SNC - SISTEMA NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marabá, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DO PARÁ PRC-5 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 694, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SISTEMA HÉLIO DE COMUNICAÇÕES - ACSHC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CARAÇA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria Ad hoc: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 118, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria Ad hoc: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 603, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria Ad hoc: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCIAÇ ÃO COMUNITÁRIA DA CIDA DE DE QUIXABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixaba, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 45, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1020, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO TE RCEIRO DISTRITO DE ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 321, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BELA VISTA - ACBV para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria Ad hoc: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado a Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ARCOP - ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSORA COMUNITÁRIA DE PARAUAPEBAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parauapebas, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria Ad hoc: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE LITORÂNEA DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria Ad hoc: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 449, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TERRA FM DE GOIÂNIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 520, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 523, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE NOVO BRASIL - ASCON para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Brasil, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 525, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIF USÃO DO BAIRRO DE IPANEM A (RVS F M) para exe cutar serviço de radi odifusão com unitária na cidade d e Valpa raíso de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 605, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o at o que re nova a concessão outo rgada à TV RIO SUL L TDA. para explo rar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria Ad hoc: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 8, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à O RGANIZAÇÃO RAÍZES DA BARRA pa ra executar servi ço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria Ad hoc: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE APRAZÍVEL LTDA. pa ra explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria Ad hoc: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 320, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o at o que outorga autoriz ação à ASSOCIAÇ ÃO CAPITAL DE DIFUSÃO COMUNITÁ RIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 497, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o at o que outorga autorização à ASSOCI AÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL, EDUCATIVA E DESPORTIVA "MONSE NHOR JADIR BRA NDÃO COST A" para executar serviç o de radiodif usão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 376, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autoriz ação à ASSOCI AÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE COMUNICA ÇÃO DE TIMÓTE O para exe cutar se rviço de radi odifusão comunitária na cida de de Timóteo, Estado de Mi nas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 377, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇ ÃO DAS FA MÍLIAS CARENTES DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES para exe cutar serviço de radiodifusão co munitária na cidade de Sã o João das Missões, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a pe rmissão outorgada à RÁDIO CI DADE VERDE DE TE RESINA LT DA. p ara explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011 - CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termo s regi mentais, seja realizada Au diência Públi ca, para instruir o PLS 238, de 2008, de autoria do S enador Flávi o Arns, q ue "Altera a L ei nº 9.472, de 16 de j ulho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a o brigatoriedade de as pre stadoras d e serviço s d e telecom unicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala", os convidados serão indicados posteriormente.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg, Gim Argello, Eunício Oliveira e Ivo Cassol, para debater o tema "Desafios da Inovação no Brasil", no âmbito das audiências públicas "Jornada pela Inovação".

PARTICIPANTES

- Glauco Arbis - Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP; e
- Rafael Lucchesi - Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria – CNI

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 52
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (terminativo): 45
Requerimento - CCT: 06

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: VAGO
Vice-Presidente: VAGO

Não houve reunião no período.

TOTAL DE REUNIÕES: 00

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 84

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 264

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 31/05/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	11									
DEFESA CIVIL RQS 171/2011	2 13		13							

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	6 34		34	3						

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Marta Suplicy, Vicentinho Alves, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, João Vicente Claudino, Gim Argello e, ainda, do Senador Magno Malta e dos Deputados Federais Audifax, Valdivino de Oliveira, Paulo Foletto, Sandro Mabel e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Eduardo Braga, Roberto Requião, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 10ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior", em atendimento ao Requerimento nº 15/2011-CAE, de iniciativa do Senador Romero Jucá, tendo como convidados o Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; o Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; o Exmo. Sr. Maurício Cézar Duque, Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo; o Exmo. Sr. Andrea Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; e o Sr. Robson de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Após a exposição do Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; do Exmo. Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, representando o Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; do Exmo. Sr. Maurício Cézar Duque, Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo; do Exmo. Sr. Andrea Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; do Sr. Flávio Castelo Branco, Gerente-Executivo da Unidade de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria, representando o Sr. Robson de Andrade, Presidente da CNI; e, ainda, do Exmo. Sr. Almir Gorges, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Luiz Henrique, Vanessa Grazziotin, Cyro Miranda, Casildo Maldaner, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Magno Malta, Ana Amélia, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e, ainda, o Deputado Audifax. É lido pela Presidência e será apreciado posteriormente o Requerimento n° 17 de 2011, de iniciativa dos Senadores Cyro Miranda e Vanessa Graziottin, para que seja realizada audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Omar Aziz, Governador do Estado do Amazonas, do Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, e do Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, para instruir a deliberação do PRS nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral**.** Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 11ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Pauta.

Audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Resolução do Senado de nº 72, de 2010, que estabelece alíquotas do imposto sobre operações

relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, em atendimento ao Requerimento nº 15/2011, da CAE, de iniciativa do Senador Romero Jucá.

Como convidados, o Exmº Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; o Exmº Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, representando o Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); o Exmº Sr. Maurício Cesar Duque, Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo; Sr. Andrea Calabi, Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo; Sr. Flávio Castelo Branco, Gerente-Executivo da Unidade de Políticas Econômicas da Federação Nacional da Indústria, representando o Sr. Robson de Andrade, Presidente da CNI; Gerente-Executivo da Unidade de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria, representando o Sr. Robson de Andrade, Presidente da CNI.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral**.** Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, encontra-se presente a esta reunião o economista Almir Gorges, Secretário da Fazenda de Santa Catarina. Eu requeiro a V. Exª, se assim o entender, de convidá-lo para também integrar a mesa diretora desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, sou autor do requerimento e quero dizer que não tenho nada a me opor. Sou a favor da proposição do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então solicito que participe da mesa dos trabalhos o Secretário da Fazenda de Santa Catarina, o Dr. ..., Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Almir Gorges. Eu acho que o escrivão trocou o b pelo g. Almir Gorges.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interposição pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Há uma lista de inscrição dos Senadores e Senadoras.

Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado. Três minutos, Senadora Gleisi.

E vou abrir os trabalhos passando a palavra para o Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

O SR. NELSON BARBOSA – Bom dia. Quero cumprimentar o Senador Delcídio, os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, o Secretário de Fazenda e demais autoridades aqui presentes.

Essa audiência é muito importante para nós, Governo Federal. Consideramos que é um momento inicial para retomarmos a discussão das questões tributárias, da questão da reforma tributária.

Como já foi veiculado em várias matérias na imprensa, o Governo está trabalhando dentro de uma proposta de uma reforma tributária composta de várias iniciativas. Uma reforma tributária que vai ter vários projetos em paralelo ou uma reforma tributária que foi apelidada na imprensa de reforma tributária fatiada.

Para começar eu queria dizer, primeiro, como que o que nós estamos discutindo aqui hoje se insere nessa lógica da reforma tributária em várias iniciativas. O que a gente tem – e eu trouxe aqui um breve resumo que vou deixar com todos os senhores e senhoras – são quatro grandes eixos de discussão até o momento da questão tributária por parte do Governo Federal.

Um primeiro eixo, que é o que nós vamos começar a discutir hoje é a questão do ICMS, como a gente trata a questão do ICMS interestadual e como a gente pode unificar e simplificar o sistema tributário estadual, o sistema federativo. A gente acha que essa é uma discussão própria para se ter aqui no Senado Federal, porque o Senado Federal, por determinação legal, pode fixar alíquotas interestaduais por resolução. O Senado Federal pode fixar alíquotas mínimas e máxima também por resolução.

Esta é uma Casa em que todos os Estados estão representados de maneira igual; então, é uma Casa pode ter iniciativa e pode fazer avançar em muito a questão tributária, a questão do ICMS.

Os outros três eixos eu só vou mencionar aqui, obviamente, eles também têm a sua complexidade e serão objeto oportunamente – acredito eu – de novas discussões. Mas os outros eixos são: a questão do PIS/COFINS, que aí é um tributo federal, que nós também estamos discutindo a questão de devolução de créditos, como agilizar a devolução de crédito para estimular a exportação e investimento; a questão do Supersimples e do microempreendedor individual, que é uma discussão já em andamento no Congres-

so sobre a ampliação dos limites de enquadramento e incentivos à exportação, estamos finalizando uma proposta e em breve enviaremos ao Congresso para ser apensada ou unida às propostas em discussão pelo Congresso.

E o quarto eixo de discussão da reforma tributária é a desoneração da folha de pagamento ou a mudança de base da tributação da folha de pagamento.

Então, o que nós consideramos essa reforma em paralelo, essa reforma se os senhores e as senhoras preferirem fatiada, são esses quatro eixos de discussão. O que vou apresentar aqui hoje é o início desse primeiro eixo de discussão, a discussão sobre o ICMS.

Bom, hoje, o ICMS interestadual é regulado, fixado por uma resolução do Senado; a alíquota geral é de 12%; então, quando um produto sai de um Estado A e vai para o Estado B e, no Estado B, a alíquota é de 18%, você paga 12% para o Estado de onde saiu a mercadoria e os outros 6% você paga onde foi feita a venda. É assim que funciona.

Excepcionalmente, em operações de mercadorias que saem do Sul ou do Rio, de Minas e de São Paulo para o restante do Brasil, a alíquota é 7%. Isso foi uma resolução do Senado Federal que fixou essas alíquotas interestaduais. Isso funciona para todos os bens produzidos nacionalmente ou sejam bens importados. Esse é o estado atual.

O que a gente tem hoje e tem sido objeto de muita discussão: alguns Estados concedem incentivos às importações para atrair as importações para os seus portos. Esses incentivos têm a forma ou de um crédito presumido ou de um diferimento no pagamento. Num crédito presumido o Estado basicamente chega e diz: "O ICMS você tem que pagar aqui, por exemplo, é 12%, mas eu vou te dar um crédito presumido e na verdade você paga 3%,paga 4%, paga 6%, paga menos."

Qual o problema? Quando essa mercadoria sai desse Estado e vai para o outro Estado, sai na nota, ela gera um crédito de 12%. Então, na prática, quando ele vai ser vendido em outro Estado, a firma apresenta um comprovante ou um direito de que pagou integralmente o ICMS no porto no qual entrou, mas na verdade houve um crédito presumido, ela acabou pagando menos.

Outra forma de fazer isso é não dar um crédito presumido, é dar um diferimento, é dar um financiamento: você tem que pagar 12% porque você entrou com a mercadoria por esse porto, mas na verdade você paga 3% ou 4% e o restante a gente faz um financiamento, você me paga em 30 anos, 20 anos, com taxa de juros favoráveis, para dar um incentivo à importação por aquele porto.

Essas iniciativas – eu não quero entrar no mérito do que é certo e do que é errado – fazem todo sentido do ponto de vista estadual, elas geram movimento no porto daquele Estado, mas quando você pega o Brasil como um todo ela acaba gerando um efeito nocivo. Por quê?

Porque você está dando um incentivo, na prática uma redução de tributação, está reduzindo o ICMS, incidente sobre importações que vão ser vendidas em outros Estados. Quando você pega o Brasil como um todo isso diminui muito a competitividade das nossas empresas, principalmente das indústrias brasileiras. Nesse momento em que temos um apreciação cambial forte, outro tema que está recorrente nos jornais, há uma forte apreciação cambial, há um aumento muito forte da concorrência internacional, principalmente vindo da Ásia com produtos importados, esse tipo de incentivo que não é uma coisa nova, há incentivos que estão desde a década de 70. Mas nesse contexto atual de maior concorrência internacional e apreciação cambial chegamos a um ponto em que esses incentivos estão começando a gerar efeitos nacionais prejudiciais. Esses incentivos são iniciativas estaduais e a solução desse problema tem que ser federal, uma solução pelo Senado Federal, uma solução com representantes de todos os Estados.

Esse problema já foi identificado há algum tempo, no ano passado o assunto foi objeto de várias discussões, matérias de imprensa, editorial, manifestação do Ministro Mantega, manifestação dos principais candidatos à Presidência. E no final do ano passado, por sugestão, numa discussão com o governo federal, foi apresentado uma proposta de resolução do Senado Federal, no sentido de reduzir a zero o ICMS interestadual sobre importações. Ou seja, aqueles produtos que não foram processados no Estado, simplesmente a mercadoria entrou e foi para outro Estado. Não há uma geração de valor no Estado.

Essa proposta tem por objetivo acabar com o incentivo por essa guerra fiscal na forma de incentivos às importações. Se toda tributação sobre importação interestadual for zero você não tem como gerar incentivo pelo seu porto. Então a tributação vai ser onde o produto será vendido. Reduzir a zero é uma medida bastante drástica que acabaria com o incentivo para os Estados terem esses mecanismos de trazer as importações pelos seus portos.

Essa resolução foi apresentada no ano passado, desde então tivemos várias discussões com o Senador Romero Jucá e outros Senadores, tivemos discussões, também, com os secretários estaduais. Levei essa discussão ao Confaz, que é o Conselho de Secretários de Fazenda do Brasil, reuni todos os

secretários de fazenda dos 27 Estados e o Ministério da Fazenda representado por mim. Tivemos uma longa discussão sobre o assunto na última reunião do Confaz no início de abril.

Diante das sugestões, repercussões, trazemos aqui uma proposta de aperfeiçoar essa medida proposta. Consideramos,novamente, imprescindível que comecemos a eliminar esses incentivos estaduais às exportações. Não é a questão de indagar se o Estado está certo ou errado, mas tomado como um todo essas iniciativas individuais estão gerando uma perda de competitividade para o Brasil como um todo.

Com base nas discussões que tivemos trago a seguinte proposta. Tivemos várias discussões dentro do Ministério da Fazenda, do Confaz, é uma proposta do Governo Federal, outros secretários estaduais se pronunciarão, é uma transição. Em vez de reduzir para zero, de uma vez só, vamos fazer uma transição. Reduzir para zero pode causar um desequilíbrios em vários Estados. Também achamos pertinente colocar como observação que se reduzirmos para zero a alíquota vai ser tirado o incentivo do Estado de fiscalizar as importações que entram pelos seus portos. Vamos perder a informação de por onde um bem entrou. Diante dessas colocações pertinentes e legítimas propomos aos senhores, se possível, uma adaptação da resolução que seria a de fazer uma redução gradual. Chegaríamos a uma alíquota de 2%. Sair do sistema atual, que é de 12% em algumas transações e 7% em outras. Chegarmos a uma alíquota interestadual de 2% num prazo de 3 anos para dar tempo aos Estados se adaptarem a essa nova sistemática.

Como seria essa transição?

Aquelas transações que têm 12% passariam para 8% a partir de 1º de janeiro de 2012, ou seja não é de imediato, seria daqui a 8 meses; depois 4% em 2013 e 2% a partir de 1º de janeiro de 2014. Seria uma transição gradual.

Aquelas alíquotas que estão em 7%, que são aquelas que saem dos Estados mais ricos do restante do Brasil, elas cairiam de 7% para 4%, em 1º de janeiro de 2012; permaneceriam em 4%, em 2013; e cairiam para 2%, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Essa é uma proposta que entendemos ser gradual, mas ela encaminha o problema em três anos; ela possibilita que a gente saia ordenadamente da situação atual, de vários sistemas estaduais que incentivam as exportações. Ou seja, ela possibilita que os Estados se planejem e possibilita, também, que permaneça uma alíquota pequena sobre as importações, de modo que possamos ter o registro por onde entrou cada importação, para se fazer o acompanhamento.

Acho que essa é uma proposta viável; foi a proposta que apresentei no final do Confaz – e comuniquei aos secretários que traria a proposta para o Senado Federal, porque acho que esta Casa é o principal fórum de discussão sobre esse tipo de questão. Então é a proposta que trago aqui para os Srs. Senadores.

Nós achamos que o Senado tem competência para isso, pois temos duas resoluções: a Resolução nº 22, de 1989, que foi a Resolução do Senado que estabeleceu as atuais alíquotas, a de 12% e a de 7% – foi uma decisão do Senado –; e tem uma outra resolução, que é a Resolução nº 95, de 1996, que regulou a alíquota de ICMS sobre transporte aéreo, ou seja, há precedente, há competência legal para o Senado Federal estabelecer alíquotas interestaduais, seja geral, seja diferenciado por tido de serviço, por tipo de produto.

Também pela Constituição, o Senado pode estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas e fixar alíquotas máximas também nas operações internas, desde que envolvam conflitos entre os Estados interessados.

Então, não há dúvida, de que esta é a Casa para se começar essa iniciativa, a fim de encaminhar a solução ordenada do atual sistema de ICMS sobre as importações.

Diante da nossa proposta, acho que posteriormente alguns secretários mencionarão isso, quando nós colocamos, para a nossa grata surpresa, essa questão do ICMS interestadual sobre importações, alguns Estados manifestaram interesse: por que não fazer essa mesma sistemática para todo o ICMS? Não só sobre as importações, mas todo e qualquer ICMS sobre qualquer transação, mesmo que ela seja produzida internamente.

Então, na verdade, o que isso faz? Se nós fizermos... É a mesma lógica, só que ao invés de ser o ICMS para um produto importado, seria para um produto produzido dentro do país. Essa proposta é do Dr. Calabi. Depois ele pode colocar. Então é reduzir o ICMS interestadual de todas as transações para 4%. Essa é uma proposta uma pouco mais complicada, que envolve mais recursos. Mas é uma proposta que conta com a nossa simpatia, porque é uma proposta que, na prática, o que ela faz? Ela faz com que a tributação migre, gradualmente, da origem para o destino. No momento em que você reduz a alíquota do ICMS interestadual, você estará concentrando tributação no destino.

Essa é uma outra resolução que achamos que seria interessante, é um assunto eminentemente federativo. Então, nesse sentido, apresentamos a mesma sugestão de transição que estamos propondo para

as importações. Entendemos que esse tema é mais complexo.

Então a nossa proposta, Srªs e Srs. Senadores, nesse momento, é: vamos avançar na questão das importações, vamos promover uma transição gradual do sistema atual de ICMS sobre importações para uma alíquota menor, diminuindo os incentivos para a guerra fiscal, para a disputa fiscal, que está prejudicando a competitividade dos produtos brasileiros. E vamos discutir também todas as transações. Talvez uma transição desse modo em todas as transações possa ser a maneira que vamos conseguir fazer a mudança de tributação da origem para o destino.

O Governo Federal tem interesse também nessa transição, o Governo Federal quer participar dessa discussão. Mas, sob o ponto de vista da urgência, nós temos urgentemente o problema dos incentivos sobre as importações. E sobre isso nós já podemos atuar, os Srs. e as Srªs Senadoras podem aprovar uma Resolução do Senado que começa a resolver esse problema. Sugiro, a nossa proposta... Estou trazendo uma mensagem do Ministro Mantega e da Presidente Dilma, mas a nossa proposta é: vamos avançar, começar a Reforma Tributária para uma Resolução do Senado; vamos começar a Reforma Tributária, encaminhando a Resolução dos Incentivos Estaduais às Importações. E vamos continuar discutindo a questão do ICMS, no Senado Federal, através de resolução, promovendo uma transição da origem para o destino e discutindo, também, se for possível, o estabelecimento de alíquotas máximas sobre alguns produtos cruciais, como remédio, energia e alimentos. Essa é uma outra discussão que, na sequência, nós gostaríamos de ter no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Exmº Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

Passo a palavra ao Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Fazenda do Estado de Goiás, representando o Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário de Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz.

Lembro que todos os convidados terão 10 minutos para fazer suas exposições.

Com a palavra o Sr. Simão Cirineu Dias.

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Bom dia, Presidente, Srs. Senadores, Dr. Nelson Barbosa, Dr. Calabi, Senador Cyro Miranda, do nosso Estado, demais membros da Mesa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a decisão de fixação das alíquotas interestaduais sobre bens importados realmente traz algum prejuízo para a Nação, porque significa que o importado chega ao Brasil em melhores condições que a tributação nacional. Mas esse é um problema que existe em todas as políticas de desenvolvimento regional dos Estados. Hoje, não vemos só esse problema do ICMS. Sou a favor da decisão quanto ao ICMS nas importações, na alíquota interestadual, mas acho que ela deve ser vista num todo.

Hoje, os estados menos desenvolvidos – estou falando em Norte, Nordeste, Centro-Oeste – têm grande dificuldade de aceitar, por exemplo, o comércio eletrônico, que deixa 100% de alíquota para o estado produtor, aquele que faz o comércio eletrônico, e os outros estados não recebem nada. Então, a arrecadação desses estados menores, onde se instala um ponto de comércio eletrônico, é zero.

Há outras distorções que devemos discutir; mas, pelo que se diz, só podemos resolvê-las através de emenda constitucional.

A maioria desses incentivos tem sido dada exatamente por falta de política de desenvolvimento regional do País. Recentemente, o Governo Federal mandou para cá uma medida provisória – que está sendo votada – dando incentivo para quem se coloca no Nordeste. Isso é política de desenvolvimento regional, mas ainda não está correta, porque não incentiva também os Estados do Centro-Oeste e os do Norte. Ou seja, há montadores se instalando no Nordeste graças a essa política de desenvolvimento regional emitida pelo Governo Federal e que considero correta. As montadoras que estão nos Estados do Sul e do Sudeste – nada contra esses Estados – poderiam ter suas ampliações em outras regiões se houvesse incentivo para desenvolvimento dessas regiões.

A alíquota nacional fixada para veículo é de 12% , ou seja, o Estado que produz veículos recebe praticamente toda a alíquota, enquanto que aquele que vende não recebe praticamente nada, a não ser o ICMS sobre o transporte e aquilo que ele agrega no preço de venda do veículo. Portanto, todos os Estados procuram por montadoras para que se instalem neles, porque, assim, vão ganhar os 12% sobre o veículo.

A guerra fiscal é consequência de vários fatores e há vários desequilíbrios.

Quando instituirmos uma forma de equilibrar o ICMS, porque é prejudicial para o País, é porque ele está doente no País; mas quando é prejudicial para alguns estados, ele não está doente no País.

Concordo com toda essa política. Acho que essa política de desenvolvimento praticada por todos os estados é fratricida. Em alguns momentos, os estados ficam pendurados no imposto que é regulado dessa forma, como suas políticas de desenvolvimento regional. Agora, fazermos isso de uma vez ou sem olhar os

outros desequilíbrios é complicado, porque o estado que perde aqui não é amparado pela venda do comércio eletrônico, se ela fosse feita de acordo com as alíquotas nacionais. Ela não é amparada pelo imposto que nós, no Confaz, fixamos erradamente em 12%, porque o Estado que consome o veículo não recebe nada. E vão outras distorções, senhores senadores, e esses projetos certamente virão para cá, para os senhores.

Hoje, quando se cobra imposto sobre comunicações, há tanto ralo que as empresas de comunicação todas estão entrando na justiça para não pagarem determinados serviços de comunicação. Precisamos arrumar isso aqui com lei complementar. O imposto sobre energia elétrica, depois que as empresas foram desdobradas em empresas transmissoras de energia e empresas geradoras, estas mesmas empresas começaram a entrar na justiça para não pagar ICMS sobre várias partes dessa. Precisamos arrumar isso em projeto que deverá vir ao Senado, já esteve na Câmara e no Senado, quase foi aprovado no fim do ano, mas, como estávamos premidos pela perda de 12% de nossas arrecadações com impostos sobre bens de uso e consumo, preferimos colocar uma emenda sobre impostos de bens de uso e consumo, que foi aprovada pelo Senado e pela Câmara e nos salvou de uma perda de ICMS, neste ano, de 12% em todos os Estados. Ou seja, o ICMS nos Estados, neste ano, não cresceria nada e perderia, talvez. Aí trocamos uma legislação melhor sobre energia elétrica, em troca desse imposto sobre bens de uso e consumo. Há várias questões que devemos resolver, antes de prejudicar alguns Estados que têm políticas de desenvolvimento. Políticas equivocadas, mas elas existem. Então, é preciso que haja outro equilíbrio.

Também estou de acordo com a transição, mas uma transição mais lenta e parando nos quatro, porque, parando nos dois parece-me exagerado. Nós, em algum momento do Confaz, já discutimos e achamos que até quatro é razoável, mas temos que trabalhar com isso para todo o país e para todos os bens, para se gerar um equilíbrio. Há vários Estados que terão prejuízos enormes nessa mudança de alíquota, para igualar a quatro. É preciso ver quais são esses desequilíbrios – e sei que há Estados que perdem quase toda a sua arrecadação. Talvez o Amazonas; talvez Mato Grosso do Sul perca muito; Goiás certamente perderá e vários outros perderão. Mas não estou aqui defendendo só o Estado de Goiás, não posso me desassociar da função de Secretário de Fazenda de Goiás, mas estou representando o Confaz e, dentro do Confaz, todas essas discussões que temos tido são muito difíceis. Na reforma tributária, estávamos propondo chegar a isso até convalidar todos os benefícios e chegar a uma alíquota menor, mas havia um fundo de ressarcimento da União para eliminar as perdas enormes que alguns Estados teriam, e aqui, o Senado fixando por alíquota, essas perdas não estão sendo compensadas. Assim, é preciso pensar um pouco e em uma transição lenta e gradual. No âmbito de uma reforma tributária, que sabemos que pode sair por partes, mas devemos pensar também nisso.

São esses alertas que queria dar aos senhores. Quando votam uma matéria dessas – que considero fundamental para o País – é preciso pensar em uma transição mais gradual, para que esses Estados não percam, e também resolver problemas de outra ordem. Não podemos admitir que o comércio eletrônico não vá para os Estados menores; não podemos permitir um fechamento dessa questão sobre energia elétrica e comunicações. Também não posso permitir que estejamos com essas alíquotas de veículos... Se há montadora em um lugar é exatamente porque se quer levar 12%. Temos que mudar essa alíquota sobre veículos também, e aí chegamos à conclusão de que não é simples fazer só sobre importação, porque, só sobre importação, três, quatro, cinco, seis, sete Estados perdem, mas perdem muito.

Além disso, não há o equilíbrio nas modificações outras que estão erradas. É preciso pensar um pouco no comércio eletrônico, principalmente. Fizemos um protocolo, à revelia de alguns Estados, mas isso não basta. Hoje, o comércio eletrônico vai pagar 17 e mais o que o outro Estado vai cobrar, ou seja, vai pagar muito mais, porque há uma dupla cobrança que, depois, as empresas certamente vão se virar de outra forma. Então, é preciso conversarmos um pouco mais.

Então, é preciso nós conversarmos um pouco mais sobre isso. Nós temos uma reunião prevista para sexta-feira a propósito da proposta que o Dr. Nelson Barbosa trouxe ao Confaz, que era exatamente para discutir este e outros assuntos, lá em São Paulo. Há, pois, repito, uma reunião prevista para a sexta-feira próxima, em São Paulo, onde estarão presentes todos os Secretários de Fazenda. E nós achamos que essa discussão deve ser feita lá, de maneira que se possa minimizar a conseqüência dela sobre todos os Estados.

Obrigado, senhores;

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Secretário de Fazenda do Estado de Goiás, Dr. Simão Cirineu Dias.

Quero anunciar aqui também a presença do Secretário Maurício César Duque, Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo. Mesmo com as dificuldades aí de transporte aéreo, ele, heroicamente, conseguiu chegar.

Quero cumprimentar também o Deputado Federal Audifax, membro da Comissão De Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, aqui presente. Quero cumprimentar também o ex-senador pelo Espírito Santo, Luiz Pastore, aqui presente também.

Nós estamos igual a um aeroporto, com um enxame de convidados aqui na Mesa. Assim, se o Secretário Maurício César Duque, eventualmente não se importar de fazer a sua exposição aí da bancada...

Então, passo a palavra o Sr. Maurício César Duque, Secretário da Fazenda...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Acho que, durante a explanação, seria interessante que ele trocasse com alguém para que a gente pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, eu sugeriria a ele trocar com o Secretário de Santa Catarina e, depois, nós faríamos o roque.

Muito bem observado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Sr. Maurício César Duque, Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo.

O SR. MAURÍCIO CÉSAR DUQUE – Muito obrigado.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, e, em nome de S. Exª, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras desta Casa. Cumprimento o Dr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; o Secretário Simão Cirineu e, em nome dele, todos os demais Secretários e presentes aqui nesta audiência.

Nós preparamos uma apresentação porque a reforma tributária e alguns pontos que estão sendo apresentados preocupam demasiadamente o Espírito Santo. Assim, fizemos uma pequena apresentação para que fosse equalizado um pouco o conhecimento sobre os benefícios que o Espírito Santo concede.

Então, o primeiro ponto a se tratar é o benefício financeiro que o Estado concede, o Fundap, que é o Fundo de Desenvolvimento das Atividade Portuárias do Estado do Espírito Santo. Este fundo é tratado, na imprensa nacional, de incentivo fiscal mas de maneira equivocada. E nós vamos demonstrar porque ele é tratado de maneira equivocada como incentivo fiscal.

A primeira questão é que ele tem dotação orçamentário e está previsto na lei orçamentária estadual. Isso é fundamental para diferenciar de qualquer outro incentivo. O segundo ponto, que é muito importante, é que esse fundo foi criado em 1970, ou seja, é um fundo que foi criado já para corrigir algumas desigualdades no processo de desenvolvimento ocorrido em nosso País. O Espírito Santo sempre foi, desde épocas passadas, desde a época do Império, proibido de se desenvolver para não ser um caminho de saída para o ouro das Minas Gerais. Então, nós sempre tivemos... E isso é um processo histórico.

Na década de 60, início da década de 70, tivemos um processo muito complicado, com uma política federal de erradicação dos cafezais, quando toda a economia do Estado do Espírito Santo findou-se, acabou-se.

Então, os governantes, de forma bastante inteligente, criaram, em 1970, esse Fundo, que é completamente diferente de qualquer intenção, de qualquer legislação recente que trata da chamada guerra fiscal. Esse Fundo não é casuístico, não é oportunístico. É um Fundo que veio para combater uma política do Governo Federal e que pretendia – e fez isto com muito sucesso, com bastante competência – dar dinamicidade aos portos do Espírito Santo, porque o Espírito Santo tem um complexo portuário invejável.

Então, qual é o objetivo desse Fundo? Estimular a movimentação de mercadorias pelos portos, aumentar a renda do Setor Terciário e do Setor Primário e induzir a geração de emprego e de renda. A empresa, obrigatoriamente, tem de estar habilitada no Bandes, que, até hoje, é o Banco de Desenvolvimento do Estado e órgão gestor desse sistema; tem de ter sede no Estado do Espírito Santo; está sujeita ao pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); tem de comprovar regularidade fiscal e tributária e efetuar todo o desembaraço aduaneiro no Estado do Espírito Santo.

Há outra questão muito importante, que o diferencia de outros pontos: nesse Fundo, há uma lista de produtos com proibição de importação, ou seja, é um Fundo seletivo. Não é qualquer produto que pode ser importado e utilizar os benefícios pelos portos do Espírito Santo. É extremamente importante deixar claro esse item. É um Fundo criado há 40 anos para promover o desenvolvimento no Estado, que se via prejudicado em suas políticas. É um Fundo previsto orçamentariamente. É um Fundo em que há uma lista seletiva. Ou seja, estamos tratando de algo realmente muito diferente.

Aí vem um ponto muito importante para o Estado do Espírito Santo: pela localização do Estado, por suas características geográficas, por seu complexo portuário, por sua pequena população e, consequentemente, por seu pequeno mercado interno, obviamente, a importação é extremamente importante para esse Estado. As características físicas e geográficas do Estado é que também levam o Estado a ter competitividade nas importações. O ICMS na importação já representou 43% do ICMS total do Estado; em 2010, em torno de 24%; em 2011, em torno de 26%. Então, observa-se que,

nesse período em que há o acirramento da chamada guerra fiscal, principalmente com os incentivos à importação de produtos, o peso do ICMS importação no total do ICMS do Estado caiu significativamente.

Outra característica é que esse incentivo funciona como um financiamento. Os 25% devidos aos Municípios são creditados integralmente para os Municípios. A diferença é financiada às empresas. Esse financiamento, as empresas pagam de volta ao Estado, e ainda um percentual desse valor que é financiado às empresas é compulsoriamente – é determinado que seja feita essa aplicação – destinado a projetos próprios da empresa no Estado, a projetos de terceiros ou ainda ao Nossocrédito, que é um programa de microcrédito que já fez operações no total de R$156 milhões, gerando um número enorme de novos empregos.

Vou passar rapidamente por essa parte do Nossocrédito. Pode passar, por favor. Ele é operado pelo Bandes, pelo Banestes, pelas prefeituras, pelo Sebrae. Já foram feitas operações. Quer dizer, o Nossocrédito, um percentual do que é esse incentivo, as empresas são compulsoriamente obrigadas a depositar, e o Banco faz as operações. Cinquenta mil operações e R$180 milhões foram aprovados.

Pode passar por essa parte do Nossocrédito.

Além do risco iminente por que estamos passando, com a questão da legislação referente a ICMS nas importações, o Espírito Santo tem outro problema muito grave, que são os diversos projetos de lei e resoluções que estão tramitando no Congresso e que podem trazer ao Espírito Santo perdas enormes.

Por quê? Os novos critério do FPE pode trazer perdas 400 a 700 milhões/ano; os novos critérios para royalties de petróleo, 1 bilhão/ano. A chamada Emenda Romero Jucá 1,8 bilhão/ano, fora o que nós não temos de comercialização de gás natural que gera uma perda de 250 milhões/ano.

O Estado do Espírito Santo, infelizmente, ele está sendo atingido em todas as legislações ou propostas de lei que estão tramitando no Congresso, inviabilizando, totalmente, a governança do Estado, porque estamos falando de um percentual que pode chegar a 45% das perdas.

Agradecemos, o tempo está se esvaindo, há mais um pouco de apresentação... A Lei Kandir. O Estado tem uma característica por ser um Estado exportador, é outro ponto. Estamos sempre naquela corda bamba, esperando a medida provisória para confirmação dos valores. Você vai trabalhar um PPA, um orçamento, você não sabe se coloca, quando, há um indefinição. E o Espírito Santo tem um valor de crédito acumulado, hoje, de 1 bilhão,196... É um valor que as empresas exportadoras do Estado têm junto ao Governo do Estado do Espírito Santo.

Não há como, no caso específico do Espírito Santo, se falar em mudança, reforma tributária, sem que tenha, no mínimo, uma regra de transição longa. Porque um Estado que tem toda a sua economia ou uma boa parte dela voltada para o comércio internacional, um Estado que tem uma legislação que funciona há 40 anos e toda uma economia, todas as empresas e toda uma cadeia funcionando em 2 ou 3 anos, como ouvi a proposta aqui, dar fim nisso, é inimaginável, fora de qualquer possibilidade de esse Estado possa ter condições de ser governado. Então, a regra de transição mínima para que se consiga fazer modificações seriam 12 anos. E, ainda isso ocorrendo, porque nós temos ainda dúvidas e gostaríamos de conversar sobre isso, dada as características do nosso Estado, porque além disso tudo vocês vão sempre ouvir falar dos Estados do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, de forma acertada. O Espírito Santo, no Sudeste, ele nunca tem, ou tem muito menos, os benefícios que outros Estados, apesar de suas características serem semelhantes a várias Estados da região Nordeste e Centro-Oeste. Aí vem, óbvio, uma questão que é fundamente: a discussão da competitividade, nós queremos. Seria muito interessante não ter os benefícios e sim ter uma infraestrutura capaz de atrair todos esses investimentos, etc., Os problemas que o Espírito Santo tem, isso é público, o aeroporto, por exemplo, em pesquisa recente é dado como o pior do País: 470% de subutilização, rodovias não duplicadas, portos sem investimentos e necessidade de ferrovias. Obviamente, que hoje o Espírito Santo, pela falta de investimento em infraestrutura necessita ainda de ter sua política de benefícios, que não é benefício fiscal, benefício financeiro, que não é casuístico, é de 40 anos, que é previsto no orçamento, que a parte dos municípios é repassada integralmente aos municípios. O Fundap hoje representa de 30 a 35% da receita dos 78 municípios do Estado. Então estaríamos colocando em risco uma unidade da Federação com qualquer mudança drástica que ocorra nesse período.

Gostaria de agradecer, tentei fazer da forma mais simples possível, e estou à disposição para eventuais questionamentos que possam ocorrer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT-MS) – Muito obrigado, Dr. Maurício Cézar Duque, Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo.

Passo a palavra ao Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

O SR. ANDREA CALABI – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral, Presidente da CAE.

Cumprimento o Senador Lobão Filho, Vice-Presidente da CAE, em nome de quem cumprimento todos os Senadores presentes, especialmente os Senadores de São Paulo, Senador Eduardo Suplicy, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que quero cumprimentar por certo reconhecimento em São Paulo.

Queria cumprimentar, que saiu por um minuto, o Senador Francisco Dornelles, pelo papel fundamental que sempre teve na discussão das questões fiscais, mas especialmente lembro-me muito do papel do Senador Francisco Dornelles ao longo da Constituinte.

Gostaria de cumprimentar o Ministro Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; o Secretário Simão Cirineu Dias, meu caro amigo, representando aqui a Secretária-Executiva do Confaz, por intermédio de quem cumprimento todos os Secretários aqui presentes.

Cumprimento os senhores e senhoras.

Tenho um tempo curto para fazer uma observação, a meu ver, muito importante, que é, em síntese, de que, no quadro econômico e macroeconômico mundial e Brasil, nós estamos vivendo, na questão dos impostos estaduais, um contrassenso que, em vez de estimular a competitividade Brasil em relação ao resto do mundo, estamos fazendo o contrário.

Crise 2008-2009. Todos vemos a situação dramática na Europa, déficits insuportáveis, tendências de dívida em relação a PIB explosivas. A mesma situação nos Estados Unidos, de déficit de dívida. Nos Estados Unidos, alguma recuperação recente representa algum alívio. No entanto, continuada recessão, além da Europa, no Japão, já desde antes da tragédia do *tsunami*, mais ainda agora.

Brics – Brasil, Rússia, Índia, China –, esses representam esperanças, por terem taxas mais elevadas. E, encurtando uma longa conversa, o Brasil tem mais instituições, digamos, do que a Rússia – chamando instituições o Congresso, o Senado, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Banco do Brasil, BNDES, em suma, nossas instituições sólidas. O Brasil tem mais instituições do que a Rússia; tem menos miséria do que a Índia – a sequência de políticas sociais relevantes permitem dizer isso, com certo orgulho e satisfação –; tem mais democracia do que a China, pelo papel estruturado da nossa representação nos três níveis da Federação. No entanto, não está conseguindo elaborar uma política ordenada e coordenada para um dos elos fundamentais da Federação brasileira, que são os Estados.

A Constituição, corretamente, dá a cada entidade, cada nível da Federação – União, Estados e Municípios –, suas condições de autonomia e presença independente no âmbito dessa reunião federativa. O Estados estão perdendo a base fundamental de sua autonomia, de sua independência, especialmente financeira, com a questão do ICMS.

Nós vivemos para lembrar um momento dramático, e com uma velocidade assustadora, mudanças na estrutura de competição mundial. Uma invasão de competição asiática, especialmente da China, que não é nada específico ao Brasil; já se viu mais avançado o quanto isso destruiu indústrias na Europa e o quanto está provocando modificações na estrutura industrial nos Estados Unidos e em outros países avançados. Fortíssima competição chinesa, com uma valorização cambial que representa ulterior perda de competitividade das nossas exportações e barateamento das importações.

Eu gostaria, talvez, de mostrar aqui um quadro da apresentação do Dr. Nelson Barbosa, que é impressionante do ponto de vista da valorização real do câmbio.

Portanto, temos competição chinesa avassaladora, uma valorização cambial que reduz preços de importações e adiciona competitividade e - diriam em inglês – *adding insult to injury* – quer dizer, piorando o quadro, adicionando o insulto à injúria, a competição entre Estados nessa guerra fiscal desenfreada que estamos vivendo piora fundamentalmente o quadro.

Desde logo, a concessão de incentivos de ICMS nas importações por parte de Estados que não têm transformação industrial dessas importações é nociva. No fundo, acabam representando incentivo às importações relativamente à produção nacional.

Portanto, diferente de embates fiscais, que podíamos até chamar de legítimos, entre as unidades da Federação, competições, competitividade entre unidades da Federação, no caso, estarmos promovendo empregos na China e não no Brasil e, portanto, acrescentando problemas aos que já vivenciamos de natureza macroeconômica, quer nacional, quer internacional.

A forma como isso está se desenvolvendo e as propostas em curso são tímidas em relação à velocidade das transformações que estamos enfrentando, que são um dado. Não temos controle sobre essas transformações.

É nesse sentido que vemos com bons olhos a proposta da redução a zero de alíquotas interestaduais por parte de Estados que não têm valor adicionado em seu território, ou seja, não há transformação industrial quando a importação se dá por um porto do Estado.

Acho, o Estado de São Paulo acha, em seus estudos, que zero não é a melhor solução e, sim, uma redução a 4%, por alguns motivos - vou passar por eles -, mas, fundamentalmente, o Estado por meio do

qual se dá a importação, por um lado, deve estar interessado no controle dessas importações, no registro dessas importações; por outro lado, deve, sim, ser remunerado por seus custos operacionais, custos da infraestrutura, e, portanto, ter uma alíquota de 4%, a meu ver, é preferível à alíquota zero. Em terceiro lugar, como já foi mencionado, com a alíquota zero, perde-se controle das mercadorias que se apresentam em determinado Estado. Você não sabe se um lote de uma tonelada de aço é um lote daqueles que foram importados com alíquota zero ou se é uma outra tonelada que se apresenta com essa face, sem a ter de fato. Portanto, perde-se o controle das importações com alíquota zero; 4% é preferível.

Partindo dessa construção, chegou-se a ideia de dizer: "Olhem, afinal, reduzir a 4% todas as alíquotas interestaduais poderia ser algo que manteria o interesse de alguns Estados" – alguns Estados deram tais benefícios que 4% seria um enorme ganho, porque eles não retêm praticamente nada; em alguns casos, o benefício retém 1%; em outros casos, nem os 25% destinados a Municípios são salvos. Portanto, a alíquota de 4% pode ser, em alguns Estados mais afoitos na concessão desses benefícios, até uma melhora.

Para o Estado de São Paulo, representaria uma perda. São Paulo é um Estado exportador líquido. Uma perda muito importante. Vou passar rapidamente.

Por fim, eu gostaria de mencionar o seguinte: há um ciclo que todos percebemos - o Senado e a Comissão de Assuntos Econômicos especialmente, pela proximidade, pela vivência das questões dos Estados: os Estados apresentam incentivos fiscais às vezes para além das suas possibilidades reais, de fato têm sucesso na atração de novos investimentos, mas ficam sem recursos para fazer frente às demandas adicionais que surgem para o Estado, de educação, saúde, infraestrutura, estradas, em decorrência do próprio sucesso da política de incentivos, e decaem, voltam a estados de crises, a situações de crises que existiam antes da concessão de incentivos.

Numa ótica longa, vimos vários casos nessa forma. Temos vários casos presentes hoje de Estados que deram fortes incentivos e, pouco depois, se encontram absolutamente desamparados, do ponto de vista financeiro, para dar guarida a demandas adicionais decorrentes do aumento de atividade. Portanto, há que se buscar formas mais equilibradas de crescimento.

Acrescento, além dessa desigualdade, digamos, já apontadas, outras questões. O fundo de participação dos Estados que têm uma vivência até o fim do ano que vem, salvo engano, todos sabemos que deveria representar um critério técnico diretamente proporcional à população inversamente à renda *per capita,* na verdade, teve aquela atribuição de 15% ao Sul e Sudeste e 1% para São Paulo. E a distribuição de *royalties* e as expectativas de discussões com relação à partilha do pré-sal também representam questões potenciais e fundamentais na partilha de recursos entre Estados da Federação Brasileira.

Posso me estender um pouquinho, Presidente?

Eu vou passar rapidamente... Volta uma, por favor.

Um patamar suficiente para desestimular a guerra fiscal, vou deixar evidentemente o material, o caso geral é um Estado que na alíquota estadual de 12% dá um incentivo de 9% e retém 3%. Evidentemente uma alíquota de 4% no interestadual reduz o espaço de concessão de incentivos e, seguindo o exemplo acima, se a empresa desse 75% de benefícios, poderia se beneficiar apenas de 3%. A questão evidentemente é dar o incentivo com recursos do outro Estado. Mais do que dar com recursos do seu próprio Estado.

Próximo *slide*, por favor.

Não desestimula a fiscalização do Estado de origem uma tributação de 4%, eu mencionei.

O próximo, por favor.

Compensa os investimentos de infraestrutura, eu também mencionei.

O próximo.

Reduz as perdas de arrecadação no Estado de origem, exportadores líquidos. Gostaria de apresentar aqui uma estimativa que temos de que a redução das atuais alíquotas interestaduais para uma alíquota única de 4%, considerando uma alíquota interna média de 15%, resultaria em uma perda de receita de cinco bilhões ao ano para o Estado de São Paulo, considerada a alíquota interestadual de 4% para todas as operações estaduais. Se a alíquota fosse reduzida a 2%, essa perda de receita, dado que é o Estado exportador, é o Estado líquido entre os Estados, sobe para oito bilhões. Com a alíquota zero, 10,7 bilhões ao ano, se fosse estendido a todo o comércio interestadual. As perdas das importações sem transformação apenas pelos Estados que têm portos e não têm transformação industrial evidentemente é menor.

Próximo.

O resumo da proposta já foi discutido.

Próximo.

Os riscos. Se aprovada a proposta, pode reduzir os efeitos da guerra fiscal das operações com produtos importados. Não é isenta de riscos, implica na necessidade de fiscalização de fronteira, dificuldades de se identificar uma mercadoria, se ela é importada, se ela é maquiada ou se é produzida no Estado. Incentivo à maquiagem, falta de isonomia no tratamento de produto nacional.

Próximo.

Resumo: eu acredito na redução de alíquotas interestaduais para valores mais baixos. Temos esse patamar de 4%, intenção de, ou possibilidade de, proposto pelo Ministério da Fazenda é muito razoável. Os tempos curtos são requeridos pela necessidade de transformação da estrutura produtiva brasileira e pela redução dos riscos. Aqui está exposta a nossa necessidade produtiva.

Se vemos estatísticas de aumento de importações, especialmente de manufaturados, são explosivas de tal ordem e estão por trás em boa parte da queda de saldo comercial de balanço de pagamentos que a evidência da necessidade de transformações rápidas é fundamental. A evidência é clara. Então, na verdade é uma gestão do processo de transformação, ganhos e perdas, compensações possíveis. E o que pode ocorrer? A questão do comércio eletrônico que o Simão Cirineu levanta é uma questão relevante e, no entanto, é uma base da Constituição de que quando a venda é feita do produto de um Estado direto para o consumidor do outro, a tributação é na origem.

A passagem – deve ser notada eu acho – de 12% para 4% nas alíquotas interestaduais é uma passagem de critérios do ICMS fundamentalmente de origem para critérios mais para o destino. E essa passagem, como vimos, tem custos muito altos no caso de São Paulo, mas acredito que seja ordenadora de uma situação que corre sérios riscos de mostrar impossibilidade de sustentação de atividade produtiva.

Eu vou mencionar apenas um exemplo como paradigmático. Imaginemos o caso de um importante Estado do Nordeste que tenha o seu porto à disposição e que promove um investimento industrial relevante, alto, da ordem, digamos, de R$3 bilhões, dá uma ampla área com infraestrutura preparada no porto para empresa poder se instalar a custo zero e infraestrutura preparada, dá diferimento de ICMS na importação e, na saída do produto, um rebate de 95% de ICMS. O Governo Federal adota o critério fiscal para estimular tal investimento, zera PIS/COFINS, dá um crédito de PIS/COFINS igual ao que seria devido, uma medida provisória zerando IPI. O produto industrial daí derivado chega em São Paulo e compete com a mesma indústria equivalente, de produtos semelhantes que paga plenamente toda carga fiscal. Evidentemente onde temos base jurídica sólida, vamos tentar glosar os créditos dados fora do sistema constitucional regulado pela Constituição e pelo Confaz.

A questão é que, na verdade, essa mesma indústria, ou empresa, setor onde tem incentivos, o coeficiente de importação é de 60% ou 70%, enquanto a mesma empresa ou indústria num Estado sem esses incentivos, o coeficiente de importação é 70%. Isso quer dizer que o preço de um automóvel, digamos, que se instale sob a égide de incentivos, do preço do produto, 70% são componentes importados; do peso do produto, 70% são componentes importados.

A mesma indústria instalada em Minas, São Paulo, Rio e outros casos assim, tais incentivos o componente importado é de 20%, 25% no máximo. É isso que está acontecendo que promove as discussões no âmbito do Confaz com o Ministério da Fazenda. E eu acho que a CAE e o Senado evidentemente são o lugar privilegiado e histórico de solução de conflitos federativos de tal ordem de gravidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Secretário Andrea Calabi.

E passo a palavra, agora, ao Sr. Flávio Castelo Branco, gerente executivo da unidade de políticas econômicas da Confederação Nacional da Indústria.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Bom-dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, membros componentes da mesa.

Como a questão já foi bastante simplificada aqui, vou ser mais direto, mais objetivo até. Tenho um pequeno *paper,* papel que está sendo distribuído aos senhores, mas vou ser mais direto.

Do ponto de vista da indústria, a concessão de benefícios no âmbito do ICMS nas importações causam um conjunto de

Um conjunto de assimetrias e distorções que prejudicam a competitividade da indústria e causam grandes prejuízos. Em vez de direcionarmos nossa demanda para fornecedores domésticos em condições de competitividade idênticas, nós direcionamos a demanda para fornecedores estrangeiros que gozam de benefícios que os produtores domésticos não têm acesso.

Há demandas muito fortes de diversos segmentos industriais na busca de uma solução para essa questão e eliminação desse foco de distorção. Em função disso a CNI já ajuizou uma série de Adins, junto ao Supremo Tribunal Federal, questionando essas legislações estaduais. Os senhores sabem que isso é um processo lento e complexo e a solução no âmbito do Senado Federal pode vir a ser, do ponto de vista de temporalidade mais eficiente e eficaz para eliminar essa distorção e condições de competitividade adversas.

Foram colocados aqui exemplos das diversas alíquotas, portanto não vou me demorar em termos dessas dificuldades. Então, concretamente, a CNI acha positiva a ação da Comissão de Assuntos Econômicos, e, por princípio, é favorável ao Projeto de Resolução nº 72.

Na verdade, podemos ter uma solução mais favorável, do ponto de vista de um sistema que evite a competição desleal, promova melhor distribuição de recursos e não permita determinadas práticas de elisão ou de sonegação que eventualmente uma alíquota zero nas importações, no caso o ICMS para outros Estados, poderia gerar. É conhecido que há alguns casos no passado, como a tributação sobre combustíveis, o chamado passeio de notas fiscais, também há menção sobre a possibilidade de maquiagem de determinados produtos, pequenos ajustes , ou simplesmente troca de embalagem ou coisas dessa natureza caracterizem um processo industrial que na verdade não houve e mantenham condições de concorrências desleais.

É claro que a geração de um crédito que não foi de fato recolhido pelo importador, quando ele leva esse crédito para um outro Estado cria condição de concorrência inaceitável do ponto de vista dos produtores locais.

Esse é o ponto de vista nosso, a CNI apoiaria e apóia uma resolução do Senado, pois entende que esse é o fórum competente, legítimo para tomar decisão dessa natureza e faz a proposta que já foi colocada aqui, mas vai um pouco além da proposta original da Resolução 72. A proposta é que seja 4% para todas as operações interestaduais. Com isso, nós mantemos a possibilidade, o interesse e a arrecadação parcial dos recursos no âmbito do Estado por onde a mercadoria é importada. E, no caso, se ela é geral para todas as operações estaduais produzidas, mas direcionamos gradativamente o produto da arrecadação para o Estado de consumo. Isso nós faz lembrar, como foi colocado no início dessa audiência pelo Secretário Executivo do Projeto da Reforma Tributária, que precisamos retomar e, do ponto de vista dessa proposta exposta vemos como bastante positiva a possibilidade de avançarmos no equacionamento das questões tributárias, que são fontes de grande distorção e de perda de competitividade para as empresas brasileiras.

Há premência de solução para o caso específico das importações beneficiadas por alguns regimes especiais estaduais é muito grande porque há condições conjunturais extremamente desfavoráveis aos produtores domésticos. Refiro-me, explicitamente, à valorização do câmbio. No começo da apresentação foi-nos colocado um gráfico e o secretário de São Paulo chamou atenção para ele . Nós estamos com uma taxa de câmbio real extremamente valorizada...

Nesse gráfico, nós estamos com uma taxa de câmbio real extremamente valorizada, exacerba todas essas distorções que caracteriza a economia brasileira, e não vamos dar uma solução única, não existe uma solução única, todos nós sabemos, mas um conjunto de mudanças, de alterações, principalmente na ordem tributária, que viriam a eliminar essa distorções e permitir à indústria melhores condições de competitividade. Isso não é somente do interesse da indústria, mas do interesse da geração de empregos no país e, portanto, do interesse do próprio país.

Não custa lembrar que muitos desses programas estaduais buscam gerar renda e emprego localmente, mas, no agregado, do ponto de vista da Nação brasileira e da indústria brasileira, nós temos perda para o setor industrial. E a perda para o setor industrial é uma perda para o Brasil; perdemos musculatura, perdemos cadeias produtivas de fornecedores, e com isso diminuímos o nosso potencial futuro de crescimento.

Acho, Sr. Presidente, como o assunto já foi bastante discutido, eu só queria lembrar a premência de ter uma solução para essa questão, quer dizer, a CNI busca ações no âmbito do Judiciário, mas sabe que essas ações no Judiciário serão demoradas e o Senado Federal tem agora a condição e a oportunidade de buscar uma solução adequada e com tempestividade para esse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – (*Fora do microfone*.) Muito obrigado Dr. Flávio Castelo Branco, Gerente Executivo da Unidade de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria.

Eu passo a palavra, agora, concluindo aqui as exposições, ao Secretário de Estado de Fazenda de Santa Catarina, o excelentíssimo Senhor Almir Gorges. Eu só pediria que, depois, o Secretário de Fazenda do Espírito Santo retornasse logo após a exposição, porque é quem teve o seu nome aprovado no requerimento apresentado pelo Senador Romero Jucá.

Com a palavra o Secretário de Fazenda, Dr. Almir Gorges.

O SR. ALMIR GORGES – (*Fora do microfone*.) Senador Delcídio Amaral, em seu nome cumprimento a Mesa, cumprimento os Senadores de Santa Catarina, Senadores Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner, ex-governadores do Estado; em nome de V. Exªs cumprimento todos os senadores; cumprimento o Senador Romero Jucá pela deferência do assento à mesa, e, em seu nome, cumprimento todos os presentes.

Peço desculpas por não ter trazido um audiovisual, já que soubemos da reunião desta Comissão ontem no final da tarde, então não foi possível a elaboração de um audiovisual que ficasse mais didático.

Mas, dizer que Santa Catarina se faz presente no sentido de contribuir no aperfeiçoamento da legislação; vem com o entendimento de que as alterações

propostas devem ser contextualizadas e que a discussão – e aqui peço vênia ao Dr. Nelson Barbosa – deva ser sistêmica. Deva ser sistêmica nos demais benefícios fiscasis, sejam eles estaduais, sejam eles federais. Estados perdendo indústrias tradicionais em Santa Catarina por conta de benefícios fiscais federais. Estamos para perder uma indústria fabricante de jipes em Joinville, porque Santa Catarina paga 7% de IPI e em outros Estados não pagam IPI. Então, os tributos federais tiram competitividade das nossas empresas.

Queremos que essa discussão seja sistêmica também com ressarcimento das exportações. O que os Estados são onerados pela não incidência do imposto nas exportações, e Santa Catarina tem essa característica de ser um Estado exportador, o erário acaba sofrendo as conseqüências.

Queremos que essa discussão sistêmica seja também com o perfil da dívida pública, como o comércio eletrônico, como bem colocou o Secretário Simão. E essa guerra da competitividade é um círculo vicioso que, na verdade, se tornou uma luta pela sobrevivência do erário estadual.

A proposta – peço vênia aqui ao Senador Romero Jucá – por ele apresentada tem que ser analisada numa prévia análise. Se nós pegarmos o Art. 155 da Constituição Federal, no § 2º, I, nós vamos ver que ela não resiste ao princípio da não cumulatividade. Por que ela não resiste ao princípio da não da cumulatividade. E por que ela não resiste ao princípio da não cumulatividade? Porque a proposta zera a operação interestadual, e o princípio da não cumulatividade, que é o mais sagrado dos princípios em relação a esse tributo estadual, é de que todo imposto pago em operações anteriores por este ou outro Estado a outro Estado deve ser abatido. Então, como ficará o imposto que vai ser cobrado na importação pelo Estado, onde a mercadoria é desembaraçada, se na saída subsequente a alíquota é zero?

Então, nós estamos transferindo esse princípio.

Coloco aqui, acho que é elogiável a proposta do Dr. Nelson, de gradatividade, embora não com os percentuais propostos, e que qualquer medida abrupta teria efeitos, quem sabe, mais devastadores do que os arguidos hoje pelos Estados que se dizem afetados, porque levaria à insolvência o Erário de diversos Estados e, segundo estudiosos, segundo o que se tem lido na própria imprensa, traria um efeito inflacionário também.

Para finalizar, Senador Delcídio, reitero aqui a necessidade de discussão sistêmica do tema; que ele não seja discutido isoladamente nem decidido isoladamente; que ele seja discutido no contexto que os Estados têm com o seu equilíbrio fiscal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Almir Gorges, Secretário de Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Abro aqui o debate.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito e autor do requerimento, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria contextualizar por que estamos discutindo esse tema aqui hoje. Não vou fazer perguntas, na verdade, porque cada autoridade que explicitou aqui suas questões, que explicitou sob à sua ótica de ver o Brasil, mas é claro que o fez tocando a sua responsabilidade precípua.

A responsabilidade do Senado é debruçar-se sobre essa questão.

Há alguns anos, fui o Relator da Reforma Tributária, nesta Casa, e avançamos, nós discutimos a guerra fiscal, nós construímos um texto. E lembrou aqui um dos secretários que falou, se não me engano foi o Simão Cirineu, que chegamos a construir um fundo de compensação para equalizar a diferença de arrecadação do ICMS, se houvesse diminuição da arrecadação, exatamente porque sabíamos que, num determinado momento, apesar de acreditar que no dia em que nós tivermos uma legislação única de ICMS, alíquotas únicas e um sistema com nota fiscal eletrônica, que está sendo implantada, com um sistema mais simples, todos os Estados vão arrecadar mais. Vai acabar planejamento tributário, vai acabar elisão e vai acabar uma série de questões. Na verdade, a simplificação vai trazer maior arrecadação.

Eu não quero discutir isso agora.

A discussão é a seguinte: aprovamos a Reforma Tributária, demos um passo; essa matéria ficou na Câmara e, efetivamente, não andou lá.

É atribuição do Senado, a Casa da federação, e nós podemos definir isso num projeto de resolução do Senado. Então, essa matéria não passa nem na Câmara dos Deputados, na verdade é uma atribuição constitucional nossa. Mas temos que enfrentar esse desafio do quadro econômico que o Brasil está vivendo hoje.

Nós temos hoje – e aqui foi dito por todos os expositores, todo mundo reconheceu – incentivos, estamos dando incentivos – e aqui não quero discutir o mérito de cada incentivo, a história de cada incentivo, pois os incentivos foram, em determinado momento, a resposta a ausência de um projeto de desenvolvimento regional. Eu sou da Região Norte, uma região que não tem efetivamente ou tem muito pouco desenvolvimento, portanto, acho que temos que ter uma política de desenvolvimento diferenciada, não só na infraestrutura, mas também na regionalização dos orçamentos dos

bancos de desenvolvimento, os recursos sendo alocados por região, para que efetivamente se possa fazer investimento em todo o país. Mas hoje, infelizmente, isso não acontece ou acontece muito pouco.

Bem, na verdade, nós temos um quadro que é gritante: estamos dando incentivo às importações no Brasil, e esse incentivo está gerando emprego no exterior. Então, eventualmente, se algum Estado está se salvando um pouco com o modelo, mas esse modelo é um salvamento de curto prazo, porque a balança comercial do jeito que o câmbio está indo, quer dizer, o quadro que se vai criando pode ser que quem esteja dando incentivo hoje fique no fim da fila de dificuldade, mas todos terão dificuldade. Então, nós precisamos enfrentar, efetivamente, esse desafio, como temos que enfrentar, como foi falado aqui, a questão do comércio eletrônico.

Eu acho que, nesta discussão, nós temos que discutir – não faz parte da matéria – a questão de modelo tributário, porque é o que vai crescer cada vez mais. Na verdade, é um ponto.

Os Estados que terão dificuldade, nessa nova discussão política de economia, têm que colocar questões correspondentes e questões de equivalência. Eu acho que a questão do Espírito Santo, nós temos que ver como fazer.

Quando eu apresentei, no final do ano passado, esse projeto, e coloquei alíquota zero foi exatamente para gerar o debate. Alíquota zero, nós sabemos que não poderia ser, mas nós tínhamos de colocar para, a partir daí, gerar uma discussão a fim de termos uma operação gradativa, efetivamente chegando a um número que fosse palatável, que pode chegar, como falaram o Secretário Calabi e o representante da CNI, a ser um número para as interestaduais como um todo. É ideal que isso possa acontecer, mas eu acho que nós temos que atacar por partes.

O projeto de resolução trata, especificamente, da questão das importações. Dos pontos, é o mais grave, é o mais emergencial, é aquele que está agudizado pela taxa de câmbio, é aquele que está agudizado pela conjuntura e, efetivamente, precisa de uma resposta.

A resposta não será uma resposta de curto prazo, não será uma resposta prejudicando os Estados; nós temos que equacionar soluções.

Quero dizer aqui que o meu interesse não é prejudicar a, b ou c, os Estados que têm política de importação, mas nós temos, como País, e o Senado como a Casa da Federação, chegar a um posicionamento sobre essa matéria. Se vai ser 4%, se vai ser em 3 anos, em 4 anos, em 5 anos, vamos discutir.

O Confaz tem tratado dessa questão, vai tratar novamente, pelo que fui informado; é um fórum onde os técnicos estão com os dados. Nós aqui temos menos dados sobre isso. Mas é fundamental que possamos equacionar.

Eu não tenho perguntas, Sr. Presidente.

Quero registrar que o Relator dessa matéria, pela importância... Dizem que, quando o pênalti é muito importante, quem tem que bater é o presidente do time. Então, o Relator é o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que é o Senador Delcídio, exatamente pela relevância que a matéria tem.

Além do mais, nós sabemos que algumas áreas precisam ser até excepcionalizadas, se for o caso. Determinadas áreas, como no caso de Mato Grosso, o gás que vem da Bolívia, como outros casos que têm algumas questões em que, efetivamente, precisam ser discutidos o prazo de implantação e a forma de se resolver.

Estamos cumprindo uma etapa fundamental, que é o início do debate. Para o Senado, é muito importante nós termos aqui todas essas autoridades hoje, que representam os seus Estados, o Secretário Nelson Barbosa, o Dr. Flávio Castelo Branco, que representa a CNI e que demonstrou a gravidade e a urgência da questão.

Cada Senador vai discutir aqui o seu Estado, vai olhar a sua política. E volto a dizer que estive, nesse fim de semana, com o Governador Renato Casagrande, conversamos muito e disse a S. Exª o que tenho dito aos Senadores do Espírito Santo e de outros Estados: a nossa ideia não é prejudicar ninguém, como na questão dos *royalties*, é definir o que já é fluxo financeiro. Os Estados que já estão recebendo o que estão recebendo, na minha visão, não podem ser prejudicados; nós não podemos cometer a irresponsabilidade de cessar um fluxo que já está orçamentado, que já está previsto, contratos que já estão assinados. Então, é um desafio muito grande. Efetivamente, é um desafio grande. Mas esse desafio precisa ser encarado, e eu fico satisfeito de ver que hoje nós demos um passo importante.

Nós vamos ouvir os Senadores de todos os Estados. Espero que possamos sair daqui com um horizonte de tempo para discutir. Pode haver outra discussão, pode ser que tenhamos que aguardar a posição do Confaz, Presidente Delcídio, mas devemos marcar outra audiência ou outra reunião, uma data de discussão, para receber a colaboração dos Senadores, porque, efetivamente, nós estamos jogando contra o relógio, e a economia brasileira, o emprego brasileiro urge no resultado do trabalho que nós temos que fazer aqui nesta Comissão.

Então, quero parabenizar todos os expositores e dizer que fico satisfeito de saber que o debate está sendo iniciado por um projeto em que dei entrada

exatamente para fazer com que o Senado, a Casa da Federação, pudesse se debruçar sobre essa questão emergencial da economia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Quero registrar aqui a presença do Deputado Valdivino de Oliveira, de Goiás. Quero cumprimentar também o Deputado Paulo Roberto Foletto, do PSB do Espírito Santo, também aqui presente, mostrando interesse pelo tema e reconhecendo a importância deste debate, sem dúvida nenhuma, num momento da economia brasileira em que esta questão naturalmente aflora. E o Senado, como representante da Federação, não tenho dúvida alguma, procurará discutir esse projeto amplamente por meio de audiência públicas, entendendo as especificidades dos Estados, mas efetivamente compreendendo que é um momento sensível e fundamental para a economia brasileira, por tudo isso que foi aqui dito pelos demais expositores.

Vou passar rapidamente a palavra ao Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, e depois, se todos estiverem de acordo, nós faríamos grupos de três Senadores fazendo as perguntas, e depois eu passo para a Mesa, porque são muitos os Senadores inscritos, e, portanto, se todos estiverem de acordo, vamos adotar essa prática.

Com a palavra, o Senador Lobão e depois, iniciando o debate, o Senador Flexa Ribeiro, do Pará.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ilustríssimos convidados, senhoras e senhores presentes, eu entendo que a política de benefícios fiscais e isenções fiscais nas importações é uma política governamental para regulação do mercado, cujo objetivo é preservar o mercado de oligopólios, de monopólios, incentivar determinados setores com importação de bens de capital, mas jamais trazer mercadorias para competir com produtores brasileiros, com fabricantes brasileiros que pagam impostos brasileiros. Acredito que isso é uma distorção da realidade fiscal, estadual e federal, hoje vigente no País. Precisamos corrigir isso.

Mas, na realidade, eu pedi a palavra apenas para registrar esta espetacular audiência pública e dizer que este item é apenas um subitem da discussão da política fiscal, e mormente estamos falando do ICMS.

Concordo 100% com o Secretário Simão Cirineu, que foi Secretário de Fazenda no Maranhão; concordo também com o Secretário Almir Gorges: esta discussão tem que ser inserida - e aproveitando esta oportunidade enriquecedora da presença desses secretários, dessas autoridades – numa discussão mais ampla sobre a política de ICMS: itens como unificação de alíquotas, itens como comércio eletrônico têm que ser muito bem debatidos nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Itens como guerra fiscal no ICMS, não só de importação, mas no ICMS geral têm que ser debatidos aqui. Itens como Lei Kandir, que prejudicam o meu Estado do Maranhão profundamente, onde a compensação da Lei Kandir é de apenas 25% dos impostos, e o meu Estado perde; e, ainda assim, com grandes atrasos no repasse para os Estados. A transformação do ICMS no IVA. Tudo isso tem que ser amplamente discutido aqui, e eu vejo esta reunião de agora como uma bela oportunidade para mais tarde ampliarmos esta discussão e vivenciarmos as especificidades de cada Estado brasileiro, a realidade de cada Estado brasileiro, por meio dos Srs. Senadores aqui presentes. Podemos discutir isso tudo aqui e chegarmos a um consenso sobre como deve ser realmente a política fiscal brasileira, especificamente do ICMS.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Obrigado, Vice-Presidente Lobão Filho.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; Sr. Vice-Presidente, Senador Lobão Filho; senhores convidados, Srªs Senadoras,

Srªs e Srs. Senadores, convidados, incialmente, quero parabenizar a CAE, o Senador Romero Jucá, autor do decreto legislativo, por trazer à discussão assunto da maior importância. Ao mesmo tempo, quero me penitenciar, como parlamentar, por estarmos discutindo tão somente a questão da guerra fiscal na importação.

Lamentavelmente, o Congresso brasileiro deve fazer mea-culpa por estarmos, novamente, hoje, neste momento, discutindo uma questão que diz respeito à economia de nosso País e que aflige todos nós brasileiros. Fazendo similitude com a medicina, estando sob o efeito de uma febre bastante alta, uma reação do organismo, estamos querendo dar um antitérmico para que a febre baixe. Ao invés de procurar a causa dessa febre, buscar a cura do mal que provocou esse efeito, estamos aqui buscando um antitérmico para a febre que assola a economia brasileira.

Tenho aqui alguns artigos que mostrei ao nosso Líder do Governo, Senador Romero Jucá: Receita Federal, Valor Econômico:

Herança para Dilma: decreto antiguerra fiscal

Governo quer acabar com guerra fiscal. O Conselho de Ministros da Conex decidiu na última quinta-feira, 17, encaminhar para o Ministério da Fazenda

uma proposta para acabar com a guerra fiscal entre os Estados.

O Ministério é responsável pela proposta que foi pensada pelo Conex. A decisão foi anunciada pelo Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. Segundo ele, trata-se de uma prioridade da nova gestão federal. "A idéia é que o Governo Federal consiga agir para impedir essa distorção que prejudica a competitividade da indústria brasileira".

A preocupação do Governo é com relação aos benefícios concedidos por Estados brasileiros que reduzem ou anulam a cobrança do ICMS incidente sobre as importações.

Há vários trabalhos, todos já lembrados pelos nossos convidados, e outros anteriormente produzidos.

Sr. Presidente, há muito tempo, quando presidia a Federal das Indústrias do Pará, dizia que o Estado devia seguir, naquela época, o exemplo de Estados que já tinham iniciado a abertura de seus portos para incentivar a importação, como fez, em 1970, o Espírito Santo, e, em consequência, outros Estados.

Aqui tenho dados recentes:

Entre 2003 e 2009, as importações brasileiras cresceram 164%. Passando de US$48.2 bilhões para US$127.6 bilhões.

Estados com benefícios à importação cresceram muito mais. Aí está o nosso Governador Luiz Henrique. Em Santa Catarina, Governador, o aumento foi de 633%; em Tocantins, 560%; no Mato Grosso do Sul, 445%. A média nacional foi 164%.

O importante, Senador Delcídio do Amaral, é que todos esses incentivos, essas leis que concederam incentivos são inconstitucionais. Elas não foram aprovadas pelo Confaz. Aliás, o Confaz é

Tenho um projeto tramitando na Casa que acaba com a unanimidade do Confaz, porque, tanto as leis para a política de incentivos à importação, quanto para a guerra fiscal interna são inconstitucionais, uma vez que não são aprovadas por esse Conselho, e basta o voto de um Estado para que elas não sejam aprovadas.

Então, Sr. Presidente, precisamos fazer o dever de casa aqui no Congresso Nacional, no Senado, mas não só com relação à questão das importações.

Foi dito pelo Senador Jucá e pelo Senador Lobão Filho, e o nosso grande economista, Secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, fez uma referência *en passant* às contas por meio eletrônica, dizendo que elas não prejudicam os outros Estados porque a compra, no trajeto do fornecedor ao consumidor final, não dá direito de participação ao Estado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, são concedidos três minutos, e já avançamos quase sete.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só que não avançaremos se ficarmos só nesse ponto.

Acho que o Brasil precisa de que V. Exª, como Presidente da CAE, amplie a proposta do Senador Romero Jucá. Precisamos abrir essa discussão para encontrarmos uma solução bem maior.

O meu Estado do Pará perde não só no incentivo às importações, na guerra fiscal interna, como perde, como disse o Senador Lobão Filho, na Lei Kandir.

O Estado do Pará exporta minério e perde R$1,500 bilhão por ano; não recebe da União nada de reposição a não ser 20% do que deveria, como perde também no ICMS da energia exportada para o Brasil. Esse ICMS é recebido no Estado que entrega energia ao consumidor e não na geração, diferentemente de todos os outros produtos.

Como dizia, o Secretário Andrea Calabi, ao se referir a compras na *Internet,* esse tipo de comércio cresce a cada ano. No último ano, R$30 ou R$40 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, concluindo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou concluir, Presidente.

A União tem que regulamentar, tem que fazer como se fosse um contribuinte substituto que, ao fazer a venda, terá de repartir o ICMS das compras eletrônicas. Não tem jeito. Isso vai aumentar cada vez mais.

Sr. Presidente, queria propor a ampliação, para que possamos tratar a questão das compras eletrônicas, da Lei Kandir, da guerra fiscal na importação e também no mercado interno.

Mostrei ao Senador Jucá – está aqui – que temos um prazo dado pelo STF de até 31 de dezembro de 2012 para que possamos definir a questão do Fundo de Participação dos Estados, do FPE e do FPM, sob pena de o STF definir. Aí vão dizer que o STF está legislando; está, mas porque o Congresso não o faz.

Isso já está definido há bastante tempo, vou entregar para o Senador Jucá.

Então, vamos ampliar e vamos realizar a segunda audiência pública com os Governadores, para que possamos tratar...

Gostaria de fazer uma única pergunta aos nossos convidados. É possível tratarmos unicamente da questão da guerra fiscal.na importação, deixando de lado esses outros pontos que são tão importantes quanto a questão da guerra fiscal na importação e que afligem os outros estados e, em especial, os es-

tados de menor poder econômico, como é o caso do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique; depois a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, senhores convidados, quando meu velho e caro amigo fazia a sua exposição, como sempre muito competente, eu me lembrava de um episódio ocorrido em 1977, quando, logo após a reabertura das relações diplomáticas com Cuba, eu fui àquele país, na condição de Ministro de Estado das Ciências e Tecnologia e, quando apresentei o meu Secretário de Assuntos Internacionais, o Ex-Chanceler Celso Amorim, e o Reitor da Unicamp, o Ex-Ministro da Educação Paulo Renato, e disse que um era de Santos, o outro vinha de Campinas e eram de São Paulo, Fidel Castro olhou para mim e disse o seguinte: São Paulo não é um estado brasileiro; São Paulo é o país mais desenvolvido da América Latina, vizinho e talvez amigo do Brasil.

Eu faço essa observação, porque, na verdade, a falta de uma política de desenvolvimento desequilibrou a federação. Nós temos uma federação esfarrapada, desequilibrada, e os estados não podem ser os bodes expiatórios dessa "despolítica" de desenvolvimento regional.

Eu perguntaria ao dr. Nelson Barbosa se, ao pensar numa nova realidade tributária, numa nova realidade federativa, se está pensando numa nova pactuação nacional.

Já deram três minutos?

Pois bem! O que o governo está pensando em relação à dívida dos estados, que é uma dívida agiotaria? Em Santa Catarina, em 2000, fez a consolidação de uma dívida de 4,2 bilhões, pagou, de 2001 a 2010, 6 bilhões e está devendo 10,2 bilhões. Acho que todos os estados estão sufocados por isso. Por outro lado, a Lei Kandir, já aqui mencionada, eu vou dar os dados do meu estado: em 2002, nós recebemos 106 milhões; em 2010, recebemos 52 milhões. Os estados estão sufocados por isso.

A questão dos impostos não compartilhados. Em 1987, quando nós elaboramos a Constituição, 71% dos impostos federais eram compartilhados com os estados; e hoje são apenas 45% dos impostos federais que são repartidos com as unidades federadas.

Essa questão do comércio eletrônico, sim, compromete ainda mais, desequilibra ainda mais essa federação, porque eu vou-me basear no que publicou a *Folha de S.Paulo*, e já representa um voluma concentrado, no eixo Rio-São Paulo, de 40 bilhões de reais, deixando os demais estados à margem da tributação.

Por outro lado, o que o Governo Federal pensa em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi estabelecida para estados e municípios, mas deixou o Governo Federal livre, leve e solto?

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – o Governo Federal, livre, leve e solto dessa exigência. Hoje, o que se fala sobre competitividade? São os gastos do Governo que não cessam, que aumentam, a falta de investimento e infraestrutura, e, em razão disso, não se realizam, os nós da infraestrutura são todos federais, são as ferrovias, são as rodovias, são os portos, são os aeroportos, o que está ameaçando, inclusive, a Copa do Mundo e a Olimpíada. Então, o problema está na esfera federal, não está nos estados, até por que – um dado que não foi citado aqui – apenas 14% das importações não representam insumos, bens de capital e combustíveis. Oitenta e seis por cento das importações se referem a esses itens. Vou, em relação àquilo que foi mencionado pelo meu querido amigo Andrea Calabi... Não aconteceu isso com Santa Catarina. De uma receita de 4 bilhões e 760 milhões em 2002, chegamos a uma receita de 13 bilhões e 200 milhões em 2010. De uma capacidade de investimento do estado de 200 milhões/ano, em 2002, chegamos, em 2010, investindo 1 bilhão e 200 milhões de reais. E as exportações do estado, fruto do processo de importações de bens de capital e de insumos para a produção? As exportações dobraram de tamanho. Por isso, pergunto ao Dr. Nelson: o que está sendo feito para eliminar os gargalos federais à competitividade do país?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Bom, Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que vou ser rápida porque não quero receber sinetinha. Vou procurar ser disciplinada com o tema, apesar de o tema requerer da gente um debate, certamente, mais prolongado. Se o Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, tem muito a falar, a reclamar, imagine quem vem do Amazonas, que é o único estado excetuado quanto à política tributária perante a Constituição brasileira, porque lá temos o regime de exceção. Esse, sim, é um regime legal de incentivos diante de uma política de desenvolvimento regional. Quero começar exatamente por aí. Estamos discutindo um tema específico, um projeto de resolução que trata da cobrança de um tributo estadual, o ICMS, sobre produtos importados, mas essa matéria puxa uma outra, que é muito mais complexa, que é a reforma tributária. Aí o Dr. Nelson Barbosa chega e nos provoca a todos quando, no iní-

cio da sua apresentação, fala exatamente da reforma tributária e da forma como o Governo pretende retomar o debate sobre a reforma tributária. Sobre o assunto específico, Sr. Presidente, quero dizer que estamos discutindo uma política que vem sendo adotada por vários estados brasileiros. Nesse caso, não vou falar a respeito dos prejuízos que essa política traz ao Brasil, porque o Secretário de Fazenda de Goiás, que é o coordenador do Confaz, Dr. Cirineu, foi muito feliz, muito simples, direto, enfático, na sua colocação. É prejudicial para o Brasil. Perde o povo a capacidade de emprego, porque estamos propiciando a entrada de produtos que não são fabricados aqui, estamos barateando esse produto. Então, não tem o que falar, ela é prejudicial. Mas, em seguida, ele disse o seguinte: nós temos de cuidar da nossa sobrevivência. É o que diz o Espírito Santo, é o que diz Santa Catarina, é o que dizem todos. Então, é óbvio que esse tema específico remete a uma questão menor, estamos discutindo isso. Agora, Presidente, deixe eu lhe dizer que, recentemente, o Ministério da Indústria e Comércio, junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, rejeitou um PPB. O que é um PPB? É o estabelecimento de regras para um determinado processo produtivo, é o processo produtivo básico, porque uma fábrica não se instala na Zona Franca de Manaus na hora, no momento em que se quer, ela precisa do aval do Governo Federal, não é mesmo, Dr. Nelson? Precisa do aval, passa por uma série de questões burocráticas.

Uma indústria de fabricação de calçado, a Adidas, teve o seu PPB, processo produtivo básico, negado. Não vão ser fabricados no Brasil, na Zona Franca de Manaus. Desculpem-me os Estados, mas vou ter que citar: estão entrando pelo Espírito Santo, pela minha querida Santa Catarina, minha terra natal, sem pagar ICMS, sem pagar ICMS. Olhem a condição em que estamos! Então, é urgente a reforma tributária, é urgente. Agora, preocupa-me, Dr. Nelson, a forma como isso foi colocado aqui por V. Sª, ou seja, que o Governo pretende mandar para tratar a reforma tributária por várias iniciativas. Isso significa reforma tributária fatiada? O senhor lista quatro pontos: ICMS, alíquota interestadual/unificação, PIS/Cofins, super simples e folha de pagamento. Sou a favor da reforma tributária. Meu partido coloca isso como uma das questões prioritárias para esse novo governo. Mas que reforma tributária queremos? Não queremos prejudicar nenhum Estado, nem eu o meu Estado, nem o Espírito Santo quer prejudicar o seu, nem Santa Catarina quer prejudicar. Aqui, não fala, em momento nenhum, nesse pacto federativo que temos que retomar, porque, na minha opinião, é o centro que qualquer reforma tributária. Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin

Vou avançar mais um Senador até em função do tempo, porque sei que muitos Senadores têm agendas a cumprir ainda hoje.

Senador Cyro Miranda. Depois, passo a palavra para a mesa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Delcídio, meu Presidente preferido; meu Vice-Presidente Lobão, quero, em nome do meu Secretário do Estado de Goiás, Simão Cirineu, que também foi Secretário do Maranhão e, por último, de Minas Gerais. Cumprimento todos os Srs. Secretários. Srªs e Srs. Senadores, estamos entrando numa seara que é necessária, fundamental e indispensável. Temos que separar duas coisas. Parabenizo o Senador Romero Jucá pela iniciativa de suscitar aqui essas discussões, mas temos que separar duas coisas: hoje, aqui, viemos falar de importação, mas já estamos entrando numa tal de reforma fatiada. Isso é perigoso, porque perdemos a visão do todo. Os Srs. Governadores sabem da necessidade de cada Estado que passou por cima de Confaz Por quê? Sobrevivência. Só que, Sr. Calabri, os incentivos começaram na década de 60 em São Paulo. Quem fala aqui ê um conterrâneo do Senador Aloysio Nunes. Sou paulista. Quando foram dados incentivos federais e estaduais para as montadoras se instalarem no Pais, isso foi benéfico. Dali, se "startou" o processo de industrialização automobilística no nosso Pais. Não nos podemos esquecer de que todos os Estados incentivam de uma forma ou de outra, inclusive o seu ou o nosso. "O senhor tem alíquota zero de tratamento para a carne interna; o senhor tem alíquota reduzidíssima na área do leite." É necessário, isso é um estudo. Quero chamar a atenção aqui de todos para o fato de que fico profundamente chateado, inclusive com a CNI, quando ela promove uma ADIN sem imaginar os danos que ela pode causar. Evidentemente sob a luz da Justiça, essa ADIN vai ter efeito positivo para os senhores. Mas, interromper um incentivo fiscal em qualquer um dos Estados do dia para a noite, o senhor tem noção do que pode acontecer, dos problemas que advêm daí?

Temos, Sr. Presidente – não vou me alongar muito – crescimento em todos os Estados, em todos os Estados, mesmo com o advento do incentivo fiscal. Não é guerra fiscal. É incentivo fiscal, vulgo sobrevivência. Nenhum Estado, nos últimos dez anos, arrecadou menos. Muito pelo contrário, o crescimento se deu em todos os Estados, crescimentos maiores nos Estados mais emergentes.

Temos problemas seriíssimos no Norte e Nordeste. Acho que o Presidente Lula tomou uma decisão acertada, inclusive contrariando o Congresso, em instalar a Fiat. O Estado de Pernambuco estava à míngua e está ressurgindo.

Então, nós temos de cuidar das políticas regionais com urgência. O que nós não podemos é dizer: isso não pode. Ora, nós temos em Santa Catarina e no Espírito Santo, graças a eles, uns portos que são ativos. O nosso Porto de Santos é um caos; é onde nós temos os maiores problemas com importação e exportação; é o porto mais caro do mundo.

Então, nós temos que analisar essas questões muito com os pés no chão, temos que trazer os governadores, temos que trazer os números de cada Estado, onde se perde. Porque a reforma tributária é cobertor de menos favorecido: cobriu a cabeça, o pé fica de fora e vice-versa. Então vai haver perda, e cada um vai ter que ceder um pouco. Mas não dessa maneira tão simplista, colocando-se alíquota para quatro em seis meses, depois mais cinco... Não! Isso requer um estudo muito profundo, pois estão em jogo aí populações carentes que começaram a ter os empregos que não tinham há muito tempo. O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste ressurgiram agora. Goiás criou 500 mil empregos em sete anos. Ora, para nós, isso foi fundamental. Você tirou a pressão de empreguismo sobre o Estado. E assim aconteceu em inúmeros Estados, como o Maranhão, o Estado do nosso Presidente.

Então, temos que dar uma parada, pensar, jogar os números na mesa, chamar os Srs. Governadores... Ela é muito mais ampla, porque nós estamos no ponto, na reta final e temos, nesta Legislatura, de fazer essa reforma para realmente tirar essa espada da cabeça.

Contudo, pensem na repercussão: ninguém pode perder nesse atual estado de arrecadação. A situação é muito difícil, e os governadores que por aqui já passaram sabem disso.

Então, proponho que comecemos a discutir o que hoje foi proposto por essa 72 aqui; certo? Mas com números. Os Estados vão trazer o que está acontecendo. É evidente que isso é danoso para o País, e eu também não endosso isso.

Então, fica aqui essa minha colocação de que vocês precisam conhecer a realidade de cada Estado, como cada Estado está sobrevivendo. É evidente que nunca vai acontecer nada, como disse o Senador Flexa Ribeiro, no Confaz por unanimidade. Já dizia alguém, lá no passado, que a unanimidade nem sempre é correta; às vezes, ela é burra.

Então, coloco dessa maneira para que abramos um grande debate, como disse o Senador Romero Jucá. Primeiro, nessa questão; e, depois, não vamos fatiar, vamos partir para a reforma tributária para não perder a noção do todo.

Obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu queria apenas propor um outro encaminhamento. V. Exª está propondo o encaminhamento de ouvir a Mesa agora – e não sei quantos são os inscritos. Ocorre que os temas aqui são muito parecidos. Na realidade, a gente quer ter uma manifestação e acho que, depois, a Mesa poderia se pronunciar ao final, sob pena de nós repetirmos depois as perguntas, repetir a posição da Mesa. Penso que, se fizermos dessa forma, os Senadores permanecerão aqui para que promovamos um bom debate.

Então, solicito a V. Exª que reveja o seu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª sugere que todos os Senadores façam as perguntas?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sim; sugiro isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos estiverem de acordo.. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra agora ao Senador Casildo Maldaner. (*Pausa.*)

Deixaremos, portanto, a Mesa falar ao final das perguntas.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, senhores convidados, demais colegas, primeiro quero agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann, porque, na verdade, eu farei uma síntese apenas, pois as questões aqui colocadas por aqueles que nos antecederam são praticamente o que ia questionar, principalmente em relação a Santa Catarina, Estado sobre o qual o Senador Luiz Henrique, nosso ex-governador, colocou com muita propriedade o que se sente, o que se vislumbra.

Eu diria ao Ministro Nelson Barbosa que senti, quando discorreu sobre a tese, o que pensa o Ministério da Fazenda em relação a isso, de que concorda com a tese de que os Estados reduzam o ICMS, que vê com simpatia essa questão de reduzir, para procurar solucionar a questão da importação ou mesmo da produção interna, interestadual. Eu entendi isso, só que essa é uma questão que afeta os Estados, que terão de ver como é que vão enfrentar.

E aí nós, de nossa parte, vamos colocar – e o Senador Luiz Henrique colocou muito bem – questões

outras, que outros colegas colocaram aqui. Como é que vamos ver o compartilhamento das verbas do Governo Federal quando arrecada, de que os Estados não participam, de que os Municípios também não? Isso não entra em pauta agora? Quando vai entrar?

Se nós pensarmos em reduzir o ICMS dos Estados... Porque hoje, na verdade, o que há de possibilidades de incentivos nos Estados é o ICMS. A política dos Estados é isso, porque a política regional, nacional do Governo Federal não está muito definida, como disse o Secretário de Fazenda e que representa o Confaz no Estado de Goiás, Dr. Cirineu. Ela não está definida muito claramente. Então, os Estados ficam na dúvida em como fazer. E resta esse instrumento da política do ICMS de procurar uma maneira para incentivar daqui ou dacolá. Eu vou reduzir o ICMS? Será que vai ser vantagem para nós? Comprovou-se que Santa Catarina, em reduzindo, aumenta.. É interessante isso. Reduzindo, aumenta! É difícil de entender. Quer dizer, o Estado resolveu reduzir, mas está melhorando, quer dizer, a sua sociedade, as entidades estão vendo que está melhorando. A economia dobrou. Como é que pode? Gerou mais emprego, arrecadou mais, exportou mais. É um conjunto.

Na verdade, quanto ao ICMS no Brasil hoje, os Estados procuram viver com o que podem, nadar da maneira possível – de braçadas, de costas. Eles usam os instrumentos que podem. É uma luta por sobrevivência. Essa é que é a verdade. Eu diria que é uma espécie de esculhambação organizada. É mesmo.

E eu acho válida a proposta do Senador Jucá, de trazer o tema à Casa, e aí o eminente Presidente Delcídio do Amaral chamaria isso, e nós, da Comissão de Assuntos Econômicos, procuraríamos viver esse drama para o Brasil, mas englobando outras questões, pensando o Brasil como conjunto. Acho que essa é a nossa função. E aí, quem sabe, cada um dos Estados e os cidadãos que representam os Estados nessa questão poderiam ser assessorados, e nós buscaríamos dar os encaminhamentos.

Eu disse esculhambação organizada, mas é. A política regional de incentivos no Brasil não existe. Ontem à noite, em Joinville, eu senti isso. Eu sei isso. Nós temos lá montada, há alguns anos, uma pequena fábrica de jipes – Joinville está na região norte de Santa Catarina, que, na área metal-mecânica, é muito criativa. Um grupo de empresários estão fabricando jipes, e até o Estado, para fomentar, em parceria, participa com um fundo, se não me engano em torno de 14%. O Estado participou até para motivar: "Vamos criar alguma coisa diferente, uma coisa que não exista no Brasil ainda". A empresa começou a criar corpo, etc., e tal e coisa, e eu sei, nós sabemos disso. Lá existem os 7% de IPI, mas na Bahia, não. Mas, na época que criaram, não havia isso. E agora surgiu isso. E agora a empresa não tem como ficar. E aí, apesar de tanto carinho que as pessoas têm por Santa Catarina, parece que têm que arrancar um pedaço de si, mas vão para a Bahia. Eles peticionaram para mim ontem à noite: "O que que a Bahia tem que a Santa não possui?" Disseram num sentido de brincadeira, ligando à música. Até isso acontece. "O que é que a baiana tem que a santa não possui?" – perguntam para a gente. Nós sabemos que é isso. Há um incentivo, e não há como competir. E aí algumas pessoas que criaram a empresa - "vamos criar um diferencial para o Brasil" -, jovens engenheiros, vão deixar um pedaço de si em Santa Catarina, mas infelizmente estão sendo arrancados daquele berço de criatividade, indo... Não somos contra o incentivo, é o jeito, mas essas questões precisam ser colocadas em pauta. Acho que tudo isso tem que ser levado em consideração.

Para finalizar, eu diria, Ministro Nelson Barbosa, que, para os Estados, discutir o ICMS, como é que fica isso na sua análise... Como é que vamos... Acho que o Governo Federal tem que entrar nessa, não tem como deixar de fora, para bolar, para chamar a si... "Vamos daqui, vamos de lá", estamos todos sobre a mesma égide, somos o Brasil, e acho que temos que contemporizar.

Eu colocaria essa questão como pano de fundo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – ... V. Exª um requerimento subscrito também pela Senadora Vanessa Grazziotin e gostaria que fosse lido.

Não sei se nesta reunião há condições de aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Somente leremos o requerimento para que seja votado na próxima reunião.

Com a palavra o Senador "pop", Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, acho que o Senado está vivendo seu momento mais importante nesta Legislatura, o mais importante. O Senado tem competência legal para definir, PR resolução, essa questão, o Senado tem experiência, tem maturidade, temos o ex-governador Luiz Henrique, vários ex-Governadores, ex-Presidentes.

Alerto para o fato de que o mundo real está batendo na nossa porta, temos problemas sérios de inflação e de câmbio hoje. Eu, quando defendo a posição do Banco Central de jogar a luta pelo centro da meta para 2012, tenho a preocupação em não derrubar a economia e perseguir o controle da inflação. Aumentar a taxa de juros significa aumentar a pressão sobre o câmbio. O Governo está tomando suas medidas, vai tomar outras, com certeza, em relação ao cambo. Aumentou para 6% o IOF prazo de dois anos. Tivemos em janeiro, fevereiro e março uma entrada de dólares 40% superior ao ano passado, mas já começa a haver uma reversão a gora em abril. Mas temos um problema concreto: inflação e câmbio. O que vemos com essa guerra fiscal burra. Não há outro nome, uma guerra fiscal em que todos perdem é uma guerra burra. Temos aqui dados da FIESP, segundo os quais vários produtos – e citam os produtos, produtos nacionais – ficam de 6% a 8% mais caros do que produtos importados.

Governador Luiz Henrique, não se trata de nada pessoal; ao contrário, mostra seu dinamismo como governador. Vamos falar sério: não existia controle algum, existia uma guerra fiscal, em que cada um pensava no seu Estado. E é legítimo, porque cada governador tem que pensar em seus Estados. Só que chega o momento da situação econômica do País em que temos que dizer: "vamos organizar daqui para frente, construir um pacto, ter regras de transição".

O Estado de Santa Catarina aumentou, de 2003 para 2010, 2% da sua participação na importação do Brasil para 6,6%. E, volto a dizer, Governador: não é crítica, ao final vou até encaminhar isso. Há um decreto que é a cara do crédito presumido, um decreto de Santa Catarina, segundo o qual "cada desembaraço seja recolhido, a título de participação do imposto devido pela saída subseqüente do estabelecimento importador, importância equivalente a 6% da base de cálculo definida no art. 9º, inciso V, do Regulamento, considerando-se, para efeitos, a alínea "i" do referido dispositivo, como incidente a alíquota de 12%. Chamaram isso de guerra dos portos. Também não é nada contra o Estado de Goiás e Estado de Mato Grosso do Sul, mas o Estado de Goiás aumentou de 0,8 para 2,8 a participação na importação. O Estado de Mato Grosso do Sul, de 0,6 para 2%. E o que esses Estados ganham? Uma pequena parcela do ICMS desse produto importado. Mas a perda é generalizada. A perda é generalizada em empregos, na força da indústria, na arrecadação final. Todos perdem.

Estou falando isso, governador Luiz Henrique, fiz questão de falar porque todos nós...quem apresentou o projeto foi o Líder do Governo, Senador Romero Jucá. O Senador Delcídio é o relator desse projeto, em discussão com o Ministério da Fazenda. Acho que tem como avançarmos no projeto, que estabeleça compensações, regras de transição O fundamental é que a largada foi dada. Aqui me sensibilizou muito a fala do Espírito Santo, que não tem crédito presumido. Na verdade, tem uma operação com financiamentos. Acho possível, quero saudar este dia de hoje aqui, no Senado Federal, acho que essa largada, com o espírito conciliador do Senador Delcídio, com a maturidade deste Senado Federal, acho que o Brasil pode avançar muito, estabelecendo regras que melhorem a competitividade da indústria nacional.

Este é o momento do Senado Federal! Eu que falava muito da desimportância de algumas das discussões que estávamos tendo aqui, vejo que este é o momento de ressaltar essa importância. Por isso quero saudar a todos e dizer que vamos ter o equilíbrio para não transformarmos isso em uma batalha federativa em que um morra e o outro... Nós vamos ter o equilíbrio e vamos acabar com um grande projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Lindbergh farias.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Também quero, como o Senador Lindbergh, saudar o debate, que, a meu ver, enriquece a Casa. É esse o nosso objetivo e uma das faculdades que nos dá a Constituição Federal. Portanto, trabalhar sobre as alíquotas interestaduais é por projeto de resolução, sim, conforme nos é facultado pelo art. 155, incisos IV e V, da Constituição Federal. E eu fico muito feliz, porque estamos resgatando realmente aquilo que é o nosso papel: fazer esse grande debate.

Quero saudar aqui o nosso Secretário Nelson Barbosa e a Presidenta Dilma. Está se falando aqui que nós temos de fazer a grande discussão da reforma tributária. È de se lembrar que, nesta Casa, tramitam três projetos de grandes reformas tributárias, dois de iniciativa do Executivo. Ocorre que o Congresso Nacional não deu conta de fazer essa discussão da forma que se está pretendendo, ou seja, de forma ampla. Talvez seja o espírito prático de uma mulher que diga com que mande para esta Casa, que articule com esta Casa um projeto para ir resolvendo as coisas como elas têm que ser resolvidas, porque nós precisamos.

E, aí, começamos exatamente por um problema grande que hoje está afetando todo o Território Nacional, aas alíquotas interestaduais nos produtos de importação. Quero dizer que a proposta apresentada pelo Secretário Nelson Barbosa tem a minha simpatia;

penso que é uma proposta que está dentro das possibilidades dos Estados recuperarem as suas receitas.

Nesse ponto, quero fazer uma ponderação aqui ao Estado do Espírito Santo, que diz que tem já uma normativa de quarenta anos e que não pode mudar. Acho que, quando mudam as regras e a situação nacional, nós podemos mudar, sim, regras antigas. Hoje nós temos uma outra realidade no País, uma realidade de desenvolvimento econômico, de inclusão social, de distribuição de renda. Penso que é muito importante nós termos mecanismos de desenvolvimento regional; porém, não há desenvolvimento regional que se sustente se não houver um sólido desenvolvimento nacional. E o que temos hoje, no Brasil, é uma condução responsável da política macroeconômica, que está trazendo desenvolvimento nacional e que está fazendo diferença nas regiões. Isso é importante dizer. Portanto, nós não podemos mais ficar com uma guerra fiscal que coloca em risco, inclusive, essa visão nacional.

Então, eu queria, antes de fazer a pergunta ao Secretário Nelson, fazer essa ponderação exatamente ao Espírito Santo, porque penso que é quem está aí conformando as maiores críticas, juntamente com outros Estados.

Secretário Nelson, qual é a diferença entre um incentivo de um diferimento e o nosso crédito, conforme o senhor explanou aqui? Qual é o prazo de financiamento e qual é o juro que incide sobre esse prazo?

Queria também perguntar se o Espírito Santo não tem investimentos do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento. O senhor disse aqui – e o Senador Luiz Henrique também – que nós temos poucos investimentos na área de infraestrutura. Nós temos o Programa de Aceleração do Crescimento. Pelo que me consta, no Estado do senhor, são mais de R$30 bilhões, entre PAC I e II, só para infraestrutura energética. Então, nós temos, sim, uma política de investimentos em infraestrutura e de desenvolvimento regional.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Só para ajudar a senhora, Senadora Gleisi...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu só queria terminar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, Senador Magno Malta. Vamos seguir.. Se abrirmos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu só queria dizer que tem é muito investimento. É que existe uma cultura no Espírito Santo de se falar mal do Governo Federal e de falar mal da Dilma. Eles não conseguem enxergar o que Lula fez pelo Estado. O Presidente Lula foi o maior governador da história do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Magno Malta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Agradeço, Senador Magno.

E queria perguntar exatamente ao nosso Secretário Nelson sobre as políticas de desenvolvimento regional que o Governo Federal tem levado a cabo. Nós temos, hoje, uma política; então, qual é o nível de crescimento, por exemplo, das economias do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste em relação ao crescimento geral do País? O que isso tem impactado em termos de inclusão, de renda, de empregabilidade? Essa política está sendo conduzida pelo Governo Federal.

Para encerrar, penso que a proposta geral do ICMS interestadual, trazida aqui por V. Exª como uma provocação a esta Casa, é muito pertinente e importante. Penso que devemos, sim, nos dedicarmos a elas. Há disposição de parte do Governo federal de compensação no caso de perdas por Estados? Quais seriam as possibilidades de compensação, desde FPE, questões relativas a investimentos? Enfim, como poderíamos trabalhar nessa perspectiva?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Passo a palavra à Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os que apresentaram suas posições, principalmente o Secretário Nelson Barbosa.

O Secretário de Santa Catarina disse que o Estado catarinense, como foi reforçado pelo Senador Casildo Maldaner, perde indústrias por conta da concessão de benefícios fiscais federais. Quero dizer que o Rio Grande do Sul, meu Estado, perde indústrias para o Estado de Santa Catarina. É tudo decorrente dessa guerra fiscal. Então, estamos no mesmo barco de dificuldades.

Faço a primeira pergunta ao Secretário Calabi, que disse que os incentivos à exportação são nocivos. Foi criada uma cultura de incentivos fiscais no passado, inclusive, com a Lei Kandir, com o ressarcimento às perdas que os Estados exportadores, como o Rio Grande do Sul, tinham, para exatamente fazer essa desoneração com o ICMS no caso das exportações. Eu queria saber: o que, agora, poderá ser feito para atualizar isso e evitar prejuízos a Estados com vocação exportadora?

Para o Secretário Nelson Barbosa, a minha pergunta está focada não na questão macroeconômica do setor agroindustrial. É que a guerra fiscal é um problema não só para os Estados, com a disputa de desenvolvimento, mas é uma situação complicada para

todo o País, para a economia de um modo geral. Na verdade, a guerra fiscal só produz benefícios localizados para as empresas que são beneficiadas por ela. A cobrança do diferencial de alíquota interestadual gera perda de competitividade para as micro e pequenas empresas, que pagam o tributo, ao importar produtos para a comercialização, e não adquirem os créditos, a que nos referimos aqui, pois elas pagam imposto pelo Simples, que é outro sistema.

A pergunta que lhe faço, Secretário, é a seguinte: o que o Ministério da Fazenda e o próprio Confaz – está aí o seu representante – planejam ou imaginam para resolver esse problema, que gera um aumento de custo para as micro e pequenas empresas da ordem de 5% sobre as compras interestaduais?

São essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, mais uma vez, pela objetividade.

Passo, agora, a palavra ao não menos objetivo Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, em regra geral, a guerra traz sempre muitas vitórias para aqueles que a iniciam. Quando todo mundo entra na guerra, todo mundo sai perdendo. É o que existe hoje no Brasil. Se não encontrarmos uma forma para estabelecer, por exemplo, uma paz fiscal, todos os Estados vão sair perdendo.

A proposta apresentada pelo Secretário Nelson Barbosa é extremamente razoável. A proposta foi muito bem apresentada. Há um avanço muito grande em relação à proposta original. Quero dizer que ela deve ser examinada, com muito carinho, por todos.

Quero também mostrar minha concordância com as observações feitas pelo Governador Luiz Henrique e pelo Senador Casildo Maldaner sobre a perda de Estados e Municípios nos últimos quinze anos, em decorrência de modificações existentes naqueles impostos cuja receita era distribuída, substituídos hoje por contribuições que são exclusivamente da União.

Eu também queria dizer ao Dr. Nelson Barbosa o seguinte: a União tem dado alguns incentivos na área do IPI e do Cofins que têm estimulado enormemente as importações. Por exemplo, houve aqui uma redução do IPI para a indústria automobilística e para a indústria de eletrodomésticos da linha branca. Qual foi a consequência disso? Uma invasão no País de carros importados e de geladeiras importadas. A União perdeu, os Estados perderam. Houve um aquecimento da economia. Desse modo, eu acharia importante que o Governo Federal, quando desse o incentivo, verificasse também as consequências disso na importação. Hoje, incentivo fiscal que beneficia a indústria nacional sem beneficiar o que é importado tem de ser dado na folha de pagamento; qualquer outro gera um estímulo à importação, como ocorreu no caso da indústria automobilística.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, a reunião de hoje da nossa Comissão é importante por vários títulos, pela qualidade do debate, pela qualidade das exposições e também por uma questão de natureza política que eu gostaria de ressaltar.

É que eu vejo aqui, ao examinar o teor da exposição do Secretário Nelson Barbosa, que o Governo Federal resolveu se mexer na questão da Reforma Tributária, porque, na verdade, se falou muito em reforma tributária, mas houve duas propostas: uma foi aprovada em parte aqui, a outra parte se perdeu; e a outra ficou parada na Câmara. O Relator era da base do Governo, o Deputado Sandro Mabel. Ficou parada, e acho até bom que tenha ficado parada, na minha opinião, de tão ruim que era. Mas o fato é que o Governo Federal lavou as mãos nessa questão, só fez discursos.

Eu vejo um fato muito positivo também, concordo com o Senador Dornelles, para o fato de o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda vir a esta Comissão e dizer: olha, o Governo vai entrar nesse jogo e vai jogar da seguinte forma: vamos começar por uma reforma fatiada, e tratando da questão do ICMS.

Hoje à tarde, às 14 horas, nós instalaremos uma subcomissão que foi criada, por deliberação do Plenário da nossa Comissão, para tratar do exercício de uma competência que tem o Senado Federal, introduzida em 2003, e que não foi exercida até hoje, que é avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os membros titulares dessa subcomissão são: Senadora Marta Suplicy; Senador José Pimentel, Senador Eduardo Braga, Senador Luiz Henrique e eu. Os suplentes são: Senador Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Armando Monteiro e Flexa Ribeiro.

Essa subcomissão, que será instalada por convocação do Presidente Senador Delcídio do Amaral, hoje a tarde, às 14 horas, poderá ser um fórum importante de debates sobre os problemas mais candentes que afetam a funcionalidade do nosso Sistema Tributário

Nacional, que é tão desfuncional que, especialmente no que diz respeito aos tributos sobre valor agregado, que foi preciso criar um sistema simples para fugir da desfuncionalidade do sistema geral.

Penso que esta Comissão poderá cumprir um papel muito importante na sistematização das informações que venham dos governos estaduais sobre os benefícios que são concedidos com base na sua competência legal sobre o ICMS, as eventuais perdas que adviriam com as mudanças desse sistema, porque, é claro que não me refiro a nenhuma das exposições que foram feitas hoje – e nem sempre os dados são inteiramente confiáveis; há muito exagero ou subestimação de números, quando se coloca essas questões em tela de juízo –, para que nós possamos ver, inclusive, quais são as alternativas de compensação dos Estados que poderiam perder no caso de mudanças dessas regras.

Na verdade, o ICMS, sendo um imposto sobre um produto de valor agregado, ele tem um caráter nacional pelo sistema de crédito e débito que esse imposto exige, de tal maneira que as decisões tomadas no âmbito de um Estado, que defende a economia do Estado, que gera emprego no Estado – admitamos que tudo isso aconteça, como vem acontecendo –, mas, na realidade, essas decisões afetam a economia de um outro Estado, porque, muitas vezes, os benefícios são concedidos às custas do erário alheio.

Então, é preciso que a gente coloque isso numa discussão, envolvendo os Estados, de tal forma que possamos equacionar, resolver os problemas que vêm se acumulando há muito tempo e se tenha uma perspectiva da parte fiscal preconizada pelo Senador Dornelles.

Agora, evidentemente, eu penso que, quando se fala em guerra fiscal e distorções no sistema de preços relativos, por razões tributárias, é preciso incluir também os tributos federais. Não há dúvida de que o IPI, PIS, Cofins têm que entrar nesta discussão; não há como deixá-los de fora.

Aqui, na Comissão que funcionou no Senado nos anos 2008 e 2009, uma série de propostas importantes foram apresentadas. Comissão que funcionou sob a liderança de dois craques: o Senador Dornelles e o Senador Tasso Jereissati. Penso que esse trabalho já representa um acúmulo de conhecimentos que a Casa adquiriu e que poderia servir de base para o funcionamento desta nossa Comissão.

Então, quero convidar os Senadores que fazem parte da subcomissão para que estejam presentes às 14h e que trabalhemos intensamente para que a nossa subcomissão, essa a que me refiro, a par de ser um instrumento de exercício de uma competência constitucional que ainda não foi exercida, possa assessorar, convenientemente, o Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos na solução desses problemas tão intrincados que estão sendo abordados na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, prezado Secretário-Executivo Nelson Barbosa, prezados Srs. Secretários de Fazenda dos diversos Estados, especialmente cumprimento Andrea Calabi e, em nome do qual, a todos e o Presidente da CNI.

Eu gostaria de ponderar o quão importante é que, na hora em que falemos de qualquer tipo de imposto, de tributo, como ICMS, sempre tenhamos em conta o que será realizado com eventual arrecadação ou perda de arrecadação deste tributo. Na medida em que todos aqueles que pagam impostos, que todos nós, contribuintes, estejamos muito conscientes da boa destinação de qualquer tributo arrecadado, maior será a boa vontade em cumprirmos com a obrigação e responsabilidade de todos nós. Então, numa discussão de reforma tributária, isso é muito importante.

O Secretário Nelson Barbosa mencionou alguns dos principais itens da reforma tributária, dentre os quais a desoneração da folha de pagamentos, que diversos aqui mencionaram como algo importante. Mas o que se pressupõe é que, como essa arrecadação que normalmente tem sido feita sobre a folha de pagamento tem uma destinação muito importante do ponto de vista até de benefícios sociais aos trabalhadores, aos pensionistas, aposentados em geral, e como aqui se fala em diminuição significativa de um dos tipos de imposto sobre valor adicionado, tendo em conta que a ideia de desoneração da folha de pagamento terá como compensação uma transferência ou criação sobre o valor adicionado, possivelmente sobre o ICMS, eu gostaria de perguntar, na perspectiva do Governo, que está pensando em ambos os temas, como isso será realizado. Como será feita a desoneração, a transferência para eventual imposto do tipo de valor adicionado, se será sobretudo ICMS ou outra forma que será levada em conta?

O representante da Confederação Nacional da Indústria – desculpe-me, mas não estou enxergando o nome do senhor – Flávio Castelo Branco mencionou, numa de suas conclusões no texto escrito, que o projeto de resolução poderia ser aperfeiçoado, retomar as ideias do projeto de reforma tributária e aplicar uma alíquota interestadual de 4% a todas as operações in-

terestaduais e não apenas com produtos importados sem transformação industrial.

Eu gostaria de perguntar ao Secretário Nelson Barbosa se isso está efetivamente também sendo considerado, quais seriam seus efeitos. Também agradeceria ao Dr. Nelson Barbosa se ele puder – certamente o fará – diante das observações feitas pelo Secretários Almir Gorges, Cézar Duque, Simão Cirineu e Andrea Calabi, responder a algumas das preocupações dos diversos secretários, se efetivamente for levada adiante a proposta que me parece faz sentido, sim. E acredito que, tendo em conta... Porque, pelas declarações, a intenção inicial era de se chegar a zero, mas, pelo consenso, parece que se vai chegar a algo em torno de 4%, ou 2%; mas gostaria de saber como o senhor reage às observações feitas pelos diversos secretários, uma vez que o objetivo nosso aqui, sobretudo, é procurar harmonizar os interesses de toda a população das 27 unidades da Federação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

O Senador Ivo Cassol é relator de um projeto em outra comissão; portanto, encerramos com o Senador Suplicy. Excepcionalmente – foi solicitado aqui -, temos alguns Deputados Federais presentes, somente um Deputado Federal pediu para falar, e acho uma coisa razoável, porque ele é membro da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; assim, abrimos a palavra somente ao Deputado Audifax, e depois passamos à Mesa para responder.

Tem a palavra o Deputado Audifax.

O SR. AUDIFAX (PSB – ES) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª e aos Senadores aqui presentes.

Eu queria parabenizar essa iniciativa e vou ser muito objetivo na pergunta que eu gostaria de fazer ao Dr. Nelson Barbosa.

Toda essa discussão se dá em função da preocupação com a questão da indústria, com a questão do emprego, com a questão dos preços, com a questão das importações. Todas essas discussões aqui são fruto dessa discussão. E aí estamos tendo uma discussão estritamente fiscal. Eu queria esticar um pouco a pergunta – e o senhor provavelmente deve ter essas informações, esses números -, porque nós temos, paralelamente à questão fiscal, a questão cambial e a questão monetária, que afeta todas essas questões colocadas aqui no debate.

Mas a pergunta é precisa, no que diz respeito às importações: qual a diferença desses impactos na importação, para mais ou para menos, fruto da questão fiscal? Ou seja, a questão fiscal, para mais ou para menos, afeta isso ou aquilo na importação; mas eu gostaria também de perguntar: na questão cambial e na questão monetária, que impacto a questão cambial tem também nas importações, para menos ou para mais?

Qual o objetivo disso? Para a gente socializar, ou seja, o impacto dessa questão fiscal, da questão cambial e da questão monetária nas importações e, aí, na questão da indústria, do emprego e, se for possível, nos preços.

Obrigado, Presidente, obrigado, Senadores, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Deputado Audifax, do Espírito Santo.

Eu só quero registrar a presença aqui também, por solicitação do Senador Luiz Henrique, do Sr. Alexandre Fernandes, Secretário de Relações Internacionais de Santa Catarina.

Quero passar agora a palavra ao Sr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, para responder às perguntas dos Senadores e Senadoras e do Deputado Audifax.

Com a palavra, o Sr. Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senador. Várias perguntas, várias colocações pertinentes, muitas delas sobre o mesmo tema. Vou tentar responder o máximo possível.

Primeiramente, essa questão do comércio eletrônico é uma questão que tem se acirrado nos últimos meses, nos últimos anos; o comércio eletrônico tem crescido bastante e é uma questão que, inevitavelmente, virá a esta Casa. Temos evitado nos pronunciar sobre o tema, porque é uma questão eminentemente federativa. É a partilha da tributação estadual entre os Estados. Mas, obviamente, devido à tecnologia e de como essas transações estão se concentrando, há o risco, sim, de se concentrar centros de distribuição no Brasil em poucas localidades; e de se ter alguns bens, principalmente bens de consumo duráveis, sendo distribuídos a partir de uma, duas, três cidades somente, no Brasil. Nesse sentido, podemos ajudar na construção de uma solução – temos interesse nisso – mas, lembrando, esta é uma questão eminentemente federativa, o Governo não tem nenhuma parte na arrecadação dessa distribuição, é uma questão sobre ICMS dos Estados.

Podemos construir politicamente, junto com os senhores e com todos os governadores, uma solução que atenda aos interesses. O futuro indica que o comércio eletrônico vai se tornar cada vez mais e mais significativo, isso põe um desafio à tributação de países como o Brasil, países continentais que têm esses tributos estaduais. Não sou advogado, há várias opiniões

– e isso pode ser resolvido por resolução do Confaz, Senado, emenda constitucional –, mas o importante é que resolvamos isso, pois vai atender às demandas da maioria da população. Mais e mais pessoas têm computador, mais e mais pessoas vão fazer compras de comércio eletrônico e precisamos equacionar isso.

Foi colocado aqui, de várias formas, a questão do desenvolvimento regional. É apenas uma iniciativa. Em primeiro lugar, dos Estados que hoje praticam esse benefício, nos quais o benefício é importante – e que foi colocado pelo Espírito Santo, com benefício desde os anos setenta; acredito também que o benefício seja importante em Santa Catarina – creio que podemos discutir, isoladamente, qual é o impacto. Penso que temos que ver os números para ver quais serão os impactos em cada Estado – e temos várias maneiras de administrar essa transição. Penso que há outras iniciativas que o Governo vem fazendo. O Governo tem uma política de desenvolvimento regional e talvez essa política não apareça com o nome de desenvolvimento regional, mas quando, por exemplo, fazemos o Programa de Sustentação do Investimento, no BNDES, com taxa de juros para bens de capital de 7%, isso beneficia as fábricas de bens de capital que estão concentradas em São Paulo e no sul do País. Quando fazemos políticas específicas para alguns setores agrícolas, beneficia especificamente alguns Estados, além das políticas de desenvolvimento regional propriamente ditas, pois temos políticas para incentivar tanto o Nordeste, quanto o Norte, quanto o Centro-Oeste que, não por acaso, são as regiões que mais crescem no Brasil. O crescimento do Nordeste é um crescimento à taxa chinesa: mais de 9%, 10%, em alguns casos. Portanto, há uma política de desenvolvimento regional em curso que pode ser aprofundada e melhorada para atenuar essas questões pontuais dos Estados mais prejudicados, mas é fundamental que avancemos nessa situação.

Não quero entrar aqui no debate do que é benefício e do que não é. Um benefício não é benefício, porque existe há quarenta anos; o outro é benefício, porque existe há dois anos. Vamos olhar para frente. Estamos em uma situação, agora, de acirramento da concorrência nacional, o Brasil hoje é uma economia muito maior e, com a questão do câmbio e taxa de juros, são vários fatores que contribuem para a competitividade. Temos que atuar em todos. Não entendam essa iniciativa como única, ela faz parte de um todo. Essa proposta que estamos fazendo para o ICMS não é o fim da discussão, mas o início.

Foi perguntado pelo Deputado Audifax quais os outros impactos. Bom, se o ICMS é de 12% e se dá um crédito de 6 ou 9%, está-se reduzindo o preço de 6 a 9%. É como se o câmbio fosse apreciado em 6 e 9%, é como se tivesse um custo financeiro em 6 e 9%. É substantivo? É. É tão substantivo quanto a prestação cambial? Talvez não, porque houve uma prestação cambial de 20, 30%. Mas uma coisa não exclui a outra. Queremos atuar sobre todas as questões – e vamos atuar.

Voltando à questão do desenvolvimento regional, nossos investimentos no PAC têm um foco regional, creio que os investimentos do PAC podem ser também utilizados para compensar. Há investimentos fortes do PAC, como foi mencionado pela Senadora Gleisi, no Espírito Santo. Eu discuti isso com o Secretário do Espírito Santo. Nós estamos em discussão com o Governo do Espírito Santo também para ver qual o impacto sobre o Estado e quais os programas que o Governo Federal tem em relação ao Espírito Santo que podem atenuar esse impacto.

Quanto à questão da política regional, a discussão é se há ou não há política. Os tributos também do Governo Federal, às vezes, são utilizados para fazer políticas de desenvolvimento regional no Norte e Nordeste do País e causam problemas. Nós tivemos reclamações aqui, não pro acaso de Santa Catarina e do Espírito Santo, que são Estados localizados no Sudeste e no Sul, mas que também sofrem com os incentivos que são dados para o restante do País e que são pertinentes. Então, nós estamos dispostos a discutir isso; nós estamos dispostos a discutir também...

Na nossa proposta anterior de reforma tributária, a que está na Câmara, há lá uma parte em que o Governo ampliaria os recursos para os fundos de desenvolvimento regional, uma vez aprovada a reforma tributária. O mesmo vale aqui. Então, nós estamos começando uma discussão que podemos levar, como vou levar, ao Ministro Mantega e à Presidente Dilma, com as demandas e as sugestões dos Senadores.

Sobre a questão da alíquota final, eu queria colocar, em resposta ao que o Senador Suplicy perguntou... Bom; eu vou colocar mais à frente.

Sobre a questão de fazer a reforma fatiada ou não, em paralelo ou não, a Senadora Vanessa apresentou uma preocupação, a Senadora Gleisi concordou com a estratégia. Contudo, creio que as duas estão corretas. Como é que pode ser isso? Porque com a reforma fatiada não se quer dizer que não se vai discutir tudo. Vai sim, só que se vai discutir iniciativas independentes. Obviamente os interlocutores serão os mesmos. Nós vamos ouvir as Srªs e os Srs. Senadores, as Srªs e os Srs. Deputados; nós vamos ouvir todos os Srs. Governadores, mas são várias iniciativas. Algumas são leis complementares; algumas são resoluções do

Senado; algumas são leis ordinárias que podem ser feitas por MP.

Então, essa é a idéia: nós podemos avançar. E, quando coloco a reforma em paralelo ou fatiada, não quero dizer que uma coisa só vai acontecer depois da outra. Nós planejamos mandar todas as iniciativas em breve. Nós já estamos aqui discutindo a primeira, que é a do ICMS interestadual sobre importações. Vamos discutir também o ICMS interestadual – e vou responder a questão do senhor em breve – sobre tudo. E vamos mandar a proposta sobre o supersimples, sobre a folha de pagamento. Todas elas serão discutidas ao mesmo tempo com os mesmos interlocutores.

Nós vamos discutir também, no bojo dessa iniciativa para o ICMS interestadual, qual a política de desenvolvimento regional que nós temos. Eu acredito que temos uma política de desenvolvimento regional efetiva, tanto que as regiões com menor renda *per capita* são as que mais crescem no Brasil hoje. Mas, obviamente, como tudo na vida, ela pode ser melhorada, e nós estamos dispostos a melhorar a partir das sugestões feitas aqui.

Nós estamos, sim, trabalhando. O Senador Luiz Henrique perguntou enfaticamente o que a gente faz para melhorar a competitividade: nós estamos trabalhando em várias iniciativas. Nós temos esses investimentos do PAC para melhorar a infraestrutura, que não só sustentam o nível de atividade, mas também estão melhorando a infraestrutura brasileira. Por definição, esses investimentos levam um tempo para ter efeito, e esse ganho de custo na infraestrutura é um ganho pequeno, sobretudo quando comparado com a magnitude da flutuação cambial. Mas nem por isso nós devemos parar com isso. Acho que nós temos melhorado a infraestrutura do Brasil e ainda vamos melhorar mais.

Temos vários regimes tributários que estão trazendo investimentos para o Brasil. Há uma grande preocupação com a competitividade na indústria. Nós temos essa preocupação, por isso estamos trazendo isso, mas também temos de reconhecer que o Brasil está atraindo investimentos. Está atraindo investimentos de montadoras, de eletroeletrônicos; está atraindo investimentos de indústria naval. Então, a maior vantagem que o Brasil tem é o seu mercado interno, o seu mercado em expansão. E é isso que nós temos que privilegiar e proteger, evitando essas iniciativas estaduais que fazem sentido do ponto de vista estadual, mas, no momento atual, como a Senadora colocou, mudou o contexto, então está na hora de repensar essas iniciativas também.

Por fim, foram feitas algumas perguntas bem específicas. A Senadora Gleisi perguntou quais as compensações. Nós estamos dispostos a discutir política de desenvolvimento regional em vista dessas mudanças no ICMS.

Antes de responder a pergunta da senhora, qual a sequência? Nós pensamos e achamos que, talvez, seja um roteiro possível e efetivo a gente começar essa discussão sobre ICMS sobre as importações, discutir também o ICMS sobre tudo, todas as alíquotas interestaduais, e, na sequência, começar a discutir ICMS sobre alguns produtos específicos...

O ICMS é fixado por uma legislação estadual, mas tem seus limites fixados pelo Senado Federal, como, por exemplo, energia, alimentos, remédios, que são produtos prioritários, são produtos que, talvez, a gente possa avançar em uma redução de carga tributária, em que o Governo Federal faria uma contrapartida também nos seus impostos.

Então, essa é uma sequência que a gente pode seguir. A gente acha que a questão do ICMS...

Achamos que deveríamos avançar logo na questão do ICMS e das importações, pela urgência da competitividade. Quando falo "avançar logo", quero dizer que, agora, precisamos adotar uma decisão que começará a ter efeito em 1º de janeiro de 2012, para dar tempo aos Estados de se planejarem.

Foi dito aqui que a alíquota de 2% seria muito baixa, que, talvez, poderíamos adotar a de 4%. Pelas contas que fizemos, achamos que 2% ainda dão um incentivo significante para o Estado ter uma fiscalização, mas também podemos discutir isso. O importante é que haja uma alíquota mais baixa na transição e que, principalmente, essa transição seja rápida. Entendo a preocupação do Espírito Santo, mas não podemos fazer uma transição em doze anos. Em doze anos, na situação atual, vamos perder mais e mais competitividade e podemos perder alguns setores de indústria muito estratégicos, como, por exemplo, o de bens de capital. São poucos os países que têm uma indústria bem desenvolvida de bens de capital, e o Brasil é um deles. Não podemos nos dar ao luxo de perder esse tipo de indústria. Por isso, podemos discutir a alíquota final, que pode ser de 2%, de 3% ou de 4%, mas achamos que a transição tem de ser rápida, que a transição tem de ser feita em três anos, até 2014. E podemos também, se as senhoras e os senhores acharem adequado, fazer a transição para tudo, com o ICMS de 4% sobre tudo, porque aí se equaliza tudo, não há uma diferenciação entre o que é importado e o que é produzido nacionalmente. E, nesse bojo, como sei que isso tem impacto, vamos ver quais serão esses impactos sobre os Estados, e vou levar a questão para a discussão com o Ministro Mantega e com a

Presidenta Dilma, para ver que outras contrapartidas podem ser feitas.

O Senador Suplicy perguntou especificamente sobre a desoneração da folha. Acredito que vou voltar a esta Casa para explicar esse projeto com detalhes. Eu gostaria de não entrar nos detalhes, porque isso ainda não está fechado. O Governo não tem ainda uma proposta fechada sobre desoneração da folha. Apresentamos, no ano passado, uma proposta, que foi objeto de críticas e de sugestões. Estamos revisando essa proposta. Há várias sugestões de sindicalistas, do setor de serviços, do setor industrial no sentido de se reduzir, de mudar a base para o faturamento, o valor adicional. Estamos analisando todas essas propostas. Quando fecharmos a nossa posição, vamos enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional. Esperamos fazer isso nas próximas semanas, no máximo até o final de maio, e aí poderemos fazer uma discussão mais aprofundada. Mas quero tranquilizar as Senadoras e os Senadores, porque essa discussão não vai expor a previdência a um risco. Trabalhamos com três condições: aumentar a competitividade, preservar o equilíbrio da previdência e induzir a uma maior formalização do mercado de trabalho. É possível fazer essas três coisas. Há várias alternativas. Ainda estamos fazendo as contas, para trazer uma proposta aqui.

Por fim, a Senadora Ana Amelia fez uma pergunta sobre a questão do Supersimples. Outra iniciativa que existe – esta já é mais avançada – é a de ampliar o limite de enquadramento do Simples e a de excluir um valor equivalente para as exportações. Isso vai beneficiar as pequenas e médias empresas.

Quanto ao acúmulo, essa é uma questão de interpretação. Entendo que as micro, pequenas e médias empresas, por estarem no Simples, não têm acesso a ressarcimento de créditos, mas têm outros benefícios. Então, o entendimento do Governo Federal sempre foi o de que o Simples já tem um benefício substancial que justifica a não extensão dos demais créditos. Se as empresas acharem que é mais benéfico para elas obterem o ressarcimento do crédito do ICMS, elas podem sair do Supersimples e entrar no Lucro Presumido. Então, essa é a questão. Nossa posição tem sido sempre a de não acumular benefícios do Supersimples, a de tratar dentro do Supersimples como podemos melhorar o sistema, sem acumular dois regimes, porque aí começa a complicar demais a questão tributária.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A questão que mais angustia os Estados é o peso da dívida consolidada com a União e o não ressarcimento de 50%, como foi estabelecido na Lei Kandir.

Eu gostaria de fazer uma pergunta. Essa é uma discussão que não envolve governo e oposição. Sou do PMDB, que é da base do Governo Federal, que, agora, tomou a iniciativa de chamar para a coordenação de um grupo o empresário Jorge Gerdau Johannpeter. Eu gostaria de cumprimentar a Presidente Dilma por essa iniciativa.

Eu gostaria de saber se o Governo Federal está trabalhando na repactuação da dívida, que, hoje, é onerada com IGPM mais TR – não há tributação mais lesiva a quem deve – e se está pensando em restabelecer o pagamento das compensações pelas exportações aos Estados industrializados e aos Estados exportadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Sr. Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – A questão da dívida é uma questão que queremos tratar em separado. O fato de a dívida estar atrasada no IGP-DI e o IGP-DI ser muito sensível a preço de *commodity* fez com que, particularmente nos últimos dois, três anos, tenha sido muito penalizado. Se pegarmos o período como um todo, do meado dos anos 90 até hoje, a correção pela Selic ainda seria mais alta do que o IGP-DI + 6%. Só aqueles que têm IGP-DI + 7,5%, + 9% que tem uma correção um pouco acima do que teria acontecido com a Selic.

Essa é uma discussão que começou, na realidade, nos anos 90 e fez sentido com a questão do IGP-DI agora estar penalizando, devido ao preço de *commodity*. Nós ainda não temos uma posição sobre essa questão, Senador. Não quero aqui também alimentar falsas pretensões. Estamos analisando os pleitos, são pleitos que já vêm há muito tempo, foram apresentados no Confaz, o Secretário Simão Cirineu apresentou uma tabela, uma proposta do que seria, nós levamos ao Tesouro Nacional e essa discussão está acontecendo dentro do Tesouro Nacional. Não necessariamente ligada a essa questão.

A questão da Lei Kandir, pelo prazo da lei, já deveriam ter espirado aquelas transferências. Ela tem sido prorrogada, foi agora este ano no Projeto de Lei nº 1.950, se não me engano, e essa discussão será inserida dentro da proposta de lei orçamentária que vamos enviar para o ano que vem. Isso também está sendo analisado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Nelson Barbosa.

Quero registrar aqui também a presença do Deputado Luiz Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul e passar a palavra agora para o Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, representando o Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário de Fazenda da Bahia e Coordenador do Confaz.

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Obrigado, Presidente.

Acho que todas as discussões estão bastante clareadas e algumas questões ainda ficam pendentes, principalmente na questão da dívida, que nós apresentamos uma proposta, está sendo estudada pelo Ministério da Fazenda, como citou o Dr. Nelson. Essa é uma questão que preocupa muito os Estados porque essa dívida tem uma regra de pagamento de 13% para alguns Estados, 15% para outros e está sendo muito rigorosa para vários Estados. O peso desse pagamento tem sido muito grande. Isso prejudica os Estados no dia a dia.

A questão da correção vai resolver o problema de 2028 em diante, porque até 2028, o pagamento dessa dívida continua sendo 13% ou 15% da receita líquida real. Ela é muito perversa para os Estados, que gostariam que isso fosse reduzido, até para que pudessem fazer algum investimento.

A grande questão dos Estados é que, com todas as vinculações existentes, não tem um Estado que possa cumprir as vinculações com 100% de ICMS. As vinculações ultrapassam os 114% da receita do ICMS. Ninguém conseguirá aplicar em saúde e educação no pagamento da dívida e nas outras vinculações ao ICMS plenamente e os 60% da folha de pessoal. Só poderá cumprir vinculação se não gastar 60% da folha com pessoal. Nenhum Estado gastando acima de 50% poderá cumprir as outras vinculações. Isso é muito perverso para os Estados. E esta Casa pode verificar isso, porque nenhum Estado vai cumprir saúde e educação sem incluir os aposentados nesses limites. Não há nenhuma condição de ocorrer isso. No entanto, a legislação que está sendo feita é toda para cumprir. Não vai cumprir se estiver gastando 60% com pessoal. Terá que gastar menos. Todos os indicativos são esses. Isso é um aviso à Casa, é uma descoberta que todos devem ter para não colocar mais vinculações dentro do ICMS ou dentro das questões estaduais. Isso é "perversíssimo"!

Outra questão é sobre a Lei Kandir. Nós estamos recebendo, os Estados, um ressarcimento de R$3,9 bilhões há muito tempo. Há muito tempo, sem nenhuma correção.

O Dr. Nelson falou isso, está realmente colocando sempre R$3,9 bilhões, mas esses recursos não são suficientes porque a perda dos Estados é de mais de R$20 bilhões, com o incentivo às exportações.

Então, é preciso rever esses números. Nós, em algum momento no Confaz, propusemos que fosse pelo menos 50% da perda efetiva, que seria de R$9 a R$10 bilhões, mas hoje os Estados continuam recebendo R$3,9 bilhões.

Por outro lado, na divida, a gente verifica que, ao longo dos últimos 13 anos – 13 anos se passaram, desde 1997 até agora – a Selic variou 691%, enquanto a dívida daqueles Estados paga pelo IGP-DI com 9%, como a prefeitura de São Paulo, variou mais de 880%. A Selic variou 691%.

Aqueles Estados que pagam IGP-DI mais 7,5% variaram 704%, portanto superior ao 691%. E aqueles Estados que pagam o IGP-DI mais 6%, que são os menores, realmente tiveram um ganho nessa relação porque a variação foi menor. Mas, no bojo de tudo isso, a gente entende que os Estados já pagaram, que não devem nada à União. É preciso traçar um panorama daqui para a frente que seja viável aos Estados. Nos últimos cinco anos, de 2005 a 2010, seis anos, os Estados, inclusive na questão do IGP-DI mais 6%, a variação foi superior a Selic desses últimos seis anos. Ou seja, hoje está havendo uma transferência de fato da cobertura da dívida pública pela cobertura dos saldos debitados nas dívidas dos Estados. Isso é grave, isso é sério e nós precisamos achar uma solução para isso.

Todos falam que a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que não pode renegociar dívidas dos Estados, mas, frente a essas perdas, é preciso modificar, nem que seja a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas nós entendemos que basta modifica a Lei nº 9.496, porque nós simplesmente estamos mudando índices ou indexadores. Inclusive, em algum momento, eu coloquei uma proposta de fazer-se uma emenda dizendo: paga o IGP-DI mais o que for, mas não pode passar da Selic.

Eu entendo que a União não estaria sendo prejudicada com esse tipo de proposta. Mas nós temos proposta que vamos gerar no dia 29, sexta-feira, lá em São Paulo, na discussão desse item de resolução de importações – está lá na pauta. Está lá na pauta a discussão dos indexadores da dívida e das soluções para as dívidas dos Estados e outras pautas como o Projeto de Lei de ICMS sobre comunicações e sobre energia elétrica, que precisam ser fechadas algumas portas que estão ali.

Então, essa discussão toda nós vamos ter em São Paulo e sobre outros temas, talvez a alíquota nacional de regredir para 4%, que a gente acha importante. Agora, essa alíquota de 4% deve ser acompanhada de um

fundo de compensação daqueles Estados que ganham e se a União tiver que contemplar ajustes dentro do Orçamento da União para essa finalidade.

Na reforma tributária que foi discutida aqui no Congresso, se colocou que haveria um fundo de ressarcimento e um fundo de desenvolvimento regional. Só que o sobre o fundo de ressarcimento se falou lá que os Estados que tiverem uma arrecadação no ano teria corrigida pelo IPCA no ano seguinte. Não. Os Estados ganham imposto em função do IPCA mais PIB, mais crescimento real do PIB. Eu não posso permitir uma equalização em cima dos Estados que contemple só a correção pelo IPCA. É preciso ter o crescimento do PIB nessa equalização.

Então, por isso, essa reforma a gente não votaria contra, porque haveria uma perda efetivas para os Estados no curto prazo, ou seja, o imposto daquele Estado que perdeu seria só corrigido pelo IPCA, o imposto do ano anterior pelo IPCA. E o crescimento do PIB que houve no ano seguinte não seria compensado?

Então, essa proposta tinha aquele problema lá, além de outros que alguns Estados citam.

Então, eu acho muito importante aquilo que o Dr. Nelson Machado diz aqui que prioriza eu acho importante priorizar, mas essas modificações de alíquotas têm que ser feitas acompanhadas muito de perto porque senão haverá prejuízos muito grandes para uns Estados e muito ganho para outros Estados. É preciso que haja um mecanismo equalizador desses ganhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Fazenda do Estado de Goiás.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Maurício Cézar Duque, Secretário de Fazenda do Espírito Santo.

O SR. MAURÍCIO CEZAR DUQUE – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade ao Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, e agradecer o requerimento do Senador Romero Jucá. Já falei com a minha equipe para tirar a Emenda Romero Jucá e colocar a Proposta de Resolução 72. Foi um pequeno equívoco que vi na hora da apresentação.

Reitero, aqui, a necessidade de olhar de forma diferenciada o Espírito Santo, pelas características de sua economia, pelas características do sistema de incentivo financeiro que temos. Tocando nesse assunto, faço um aparte para explicar à Senadora Gleisi Hoffmann sobre a questão do funcionamento do Fundap. A parte destinada aos municípios, 25% deles é preservado e repassado integralmente aos municípios, a parte que cabe ao Estado é financiado às empresas que têm 25 anos para pagar ao Estado esses recursos. Podem e devem fazer um investimento de 7% nos itens apresentados ou optar por metade desse investimento no Programa de Microcrédito. E se as empresas acharem interessante podem, em leilões específicos, recomprar esses valores. De tal forma que o somatório desses valores equivalem a uma carga entre 6.8 e 7%. Tudo isso vimos debatendo com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, demonstrando que é muito diferente de incentivos que ficam entre 1 e 2, no máximo 3% concedidos em outras Unidades da Federação . Isso está no orçamento, é sempre previsto. De forma alguma nós o tratamos como não sendo incentivo. Ele é incentivo; ele não é fiscal, é financeiro; ele não é pontual, ele é há 40 anos, ele faz parte da cultura, ele permitiu que o Estado se desenvolvesse sem ter os mecanismos de desenvolvimento tradicionais da Região Nordeste, Norte e Região Centro-Oeste. Então daí a nossa luta para que se olhe de forma diferente para o Fundap. Esse é um ponto.

O SR. ALDIR FAX – Sr. Presidente, apenas para uma informação. O que significa isso para os Municípios no Espírito Santo? Toda a arrecadação desses Municípios, metade é em ICMS e a outra metade é do Fundap. Obrigado.

O SR. MAURÍCIO CEZAR DUQUE – Lembrando que por conta da localização e da legislação o Espírito Santo tem um fundo de participação do Estado muito reduzido e obviamente os Municípios têm um fundo de participação muito reduzido. Fui Secretário de Finanças em Vitória e as transferências federais respondiam por 8% da arrecadação. Isso já incluída as operações de crédito do orçamento. Então, notadamente, os Municípios do Espírito Santo vivem da sua receita própria e do ICMS. Não há participação expressiva de FPM e FPE.

Temos essa característica que nós pedimos que fosse olhada com muito cuidado porque nós já tivemos um prejuízo muito grande na ocasião da Lei Kandir. Quando o Fundap foi criado foi para incentivar também as exportações . Ele é um fundo de incentivo as importações e exportações. Na verdade, a essência dele era dinamizar o complexo portuário. Com a legislação que retirou das exportações o ICMS ele perdeu a sua característica, a sua possibilidade de incentivar as exportações, cabendo então uma parte das importações. Então ficou com essa característica de incentivo às importações, mas não é . é um incentivo criado ao desenvolvimento das atividades portuárias e nós perdemos muito. A Lei Kandir já foi comentada, aqui, por vários Senadores e por Secretários, o que ela representa, o que representou de perdas. Então, o Estado teve essa perda.

Temos também a noção da importância e do receio que a indústria tem a respeito dos produtos im-

portados. Mas também temos que fazer uma discussão qualificada sobre isso. O que são bens de capital, o que são insumos para a produção, diferenciar isso. Há outras possibilidades de se criar barreiras não tarifárias à importação desses produtos. Isso é tradicional em países europeus; existe a possibilidade de o Governo Federal trabalhar com alíquotas de importação diferenciadas para importação. Então, a gente pode trabalhar. E, obviamente, o Estado recebe – e talvez tenha tido no governo do Presidente Lula e agora no Governo da Presidente Dilma – um tratamento que nunca na história deste País o Estado teve. Mas, mesmo com esse tratamento diferenciado, nunca um Presidente da República esteve tão presente no Estado do Espírito Santo como esteve o Presidente Lula, nem com essa atuação firme e esse desejo nós conseguimos vencer os entraves e fazer a ampliação do aeroporto, a dragagem do porto, a concessão ou duplicação das rodovias e a ferrovia.

Eu me lembro que fui ao lançamento da pedra fundamental do aeroporto em 2003. Nós estamos em 2011 e continuamos exatamente no mesmo patamar. Agora, de novo, com a ajuda do Governo Federal, com a participação efetiva do Vice-Presidente Michel Temer, na última semana com a Bancada, e aqui Audifax representando, o Senador Magno Malta estava aqui até agora há pouco, com um papel fundamental do Governo, do governador, conseguimos dar ordem de serviço para uma parte da obra; estão sendo licitadas agora partes para ver se a gente vence, mas há uma dificuldade enorme na questão da nossa competitividade, da nossa infraestrutura. Gostaríamos muito, eu como economista de formação, de não estar discutindo guerra fiscal, incentivos fiscais, e sim a competitividade por outros aspectos diferentes desses. Mas, infelizmente, é a forma que os Estados têm encontrado para sobreviverem, como também foi usado aqui por vários senadores.

E gostaria também de dizer, Senador, que o PAC, principalmente o PAC energético, os investimentos são principalmente a Petrobras e , obviamente, porque no Estado se localizam bacias de exploração de petróleo e gás. Hoje, o Espírito Santo já responde por 15% da produção nacional de petróleo e isso retrata um investimento nessa área. Mas, ao mesmo tempo, nós também temos problemas, alguns problemas com o PAC porque o Estado, nos últimos oito anos do Governador Paulo Hartung, com o apoio da Bancada do então Senador e agora Governador Renato Casagrande, se organizou, se organizou, refez suas contas. Hoje é um Estado que está efetivamente equilibrado, e esse equilíbrio nos traz alguns problemas porque algumas obras do PAC, para não dizer a grande maioria, os projetos entram e exatamente pela situação boa do Estado do Espírito Santo, não entra com recursos, é sempre com empréstimos...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Não é diferente do Paraná, Secretário.

O SR. O SR. MAURÍCIO CEZAR DUQUE – Então, Senadora, a gente reconhece, sabe do esforço, mas, nesse caso específico, nós somos penalizados. Ou seja, não é um choro, mas uma realidade. O Espírito Santo está numa situação de bastante fragilidade. E entendo, repito, a Confederação Nacional das Indústrias, mas nós também temos que entender que não há uma indústria neste País que, antes de se localizar, procura os Estados e ela mesma força, e força bastante, os benefícios fiscais; ela faz a guerra entre os Estados. Não há uma indústria que vá na Bahia, no Espírito Santo, em Minas, no Rio, e negocie, e tente obter dos Estados... Então, a indústria também, isso não é feito pela agricultura, pelo comércio, é pelo próprio projeto industrial. Busca e acirra essa chamada guerra fiscal. Haja vista a implementação da unidade da Petrobras, e os Deputados sabem disso, no Espírito Santo, o Complexo Gás Químico, a escolha do Município para implantação se deu após a garantia dos Municípios de terreno, isenção de IPTU, isenção de ISS. Então, todos forçam e levam a que essa guerra fiscal chegue a um ponto que a gente precisa ter uma reunião tão densa e produtiva quanto esta. E qual seria o prefeito que falaria não a um investimento de 4,5 bilhões de dólares, por conta de um terreno, por conta de um IPTU? Então, obviamente, se acirrou dentro do Estado uma grande guerra para ter essa unidade. Então, a indústria também tem que fazer o *mea culpa* sobre toda essa situação de guerra fiscal existente no Estado, porque há um acirramento, há um pedido, há sempre essa questão que é legítima, pois a indústria busca o que é melhor para ela, principalmente a empresa privada está buscando a maximização dos seus resultados. Vamos discutir isso. Agora, nós é que precisamos ter, estar juntos para discutir uma política que possa chegar a bom termo.

Então, finalizo dessa forma, agradeço novamente a todos, à Mesa, e o Espírito Santo está à disposição para discutir, apoiar, contribuir com a Reforma Tributária. Mas, obviamente, que todos olhem com muito carinho o diferencial que é o Estado do Espírito Santo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Maurício César Duque.

Com a palavra, o Sr. Andrea Calabi, Secretário de Fazenda de São Paulo.

O SR. ANDREA CALABI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras pelas observações.

Eu lembro de dois ou três pontos que não são os mais amenos, digamos, porque tem uma parte muito amena, positiva, construtiva nesta discussão e que é reconhecida por todos.

Um dos pontos menos tratado, em que sou a pessoa menos preparada aqui para tratar, são questões constitucionais. Há uma dúvida sobre se o Senado tem competência para tratar alíquotas interestaduais diferenciadas, enquanto não há dúvida sobre a questão de alíquotas em geral. Lembro do art. 153 da Constituição, que veda diferença de tratamento tributária entre bens e serviços, em razão de sua procedência ou destino. Não é uma questão trivial, é uma questão constitucional, por um lado, e é uma questão de vida ou morte para os Estados, da independência dos Estados de não delegar, com toda a simpatia e concordância com a proposta do Ministério da Fazenda, a regulação do seu oxigênio, digamos, a uma entidade do Governo Federal, Ministério da Fazenda, que sempre tiveram muito respeito por esse reconhecimento federativo em todo o âmbito das discussões do Confaz.

Por outro lado, também a regra de unanimidade nos convênios Confaz permite antecipar que não haja uma solução simples de unanimidade, especialmente nessa questão imediata, com urgência, premência e relevância que tem, não apenas no âmbito dos Estados, mas para a competitividade nacional como um todo, sistêmica, como vários enfatizaram a necessidade de percepções sistêmicas. Na verdade, é uma percepção sistêmica que leva a uma percepção, de novo, da urgência de superação das distorções trazidas pela guerra fiscal nas importações por meio dos portos.

É esse o mérito que é capaz eventualmente até de superar constrangimentos formais, constitucionais.

Evidentemente, um projeto de resolução do Senado, do ponto de vista da agilidade, presteza e disposição desta Casa, é muito mais fácil de tramitar, mesmo para quem não é do Senado e não tem a vivência legislativa que a Casa tem, do que um projeto de emenda constitucional semelhante ao que seria necessário para modificar a clareza cristalina da Constituição, que venda direta, não contribuintes, paga na origem e não no destino e não é partilhado.

Portanto, corremos o risco ao tentar não ver o caráter sistêmico da resolução específica, que está sendo proposta, argumentar com necessidades sistêmicas da Reforma Tributária como um todo, que poderia atrapalhar até esse passo que, a meu ver, é necessário. Ainda assim, a direção geral dada de percepção de que esse passo é, eventualmente, o primeiro estágio para que se caminhe para uma redução de 4% de alíquotas interestaduais é, evidentemente, um resultado a meu ver muito positivo desta reunião.

Portanto, todos os elogios, todas as percepções da relevância aqui tratadas e que espero, Sr. Presidente, seja de fato a CAE e a subcomissão que o Senador Aloysio falou, que consigam pegar um pouco na velocidade dessa solução; isso seria muito importante. Por isso, eu vejo a necessidade de os Estados trabalharem conjugadamente nisso.

Um ponto que talvez mereça destaque – eu acho que a Senadora Ana Amelia, em especial, perguntou –: o que fazer, quer dizer, como tratar a questão dos incentivos às exportações.

Nós estamos, evidentemente, tratando de reduzir incentivos errôneos, do ponto de vista nacional, às importações. Para as exportações, eu acho, por um lado, que é melhorar a competitividade. Não há como fazê-lo sem modernização, inovação tecnológica, infraestrutura, logística, sistemas que são disponíveis no País de forma variada, mas desintegrados. Os sistemas estão desintegrados. Então, integração dos sistemas, logística e infraestrutura, com ganho de competitividade muito forte, e a possibilidade de participação do Governo Federal, com seu programa de investimento em infraestrutura como instrumento de diferenciação e de redução de diferenças inter-regionais de renda, é fundamental, quer no âmbito das compensações do ICMS, quer no âmbito de políticas regionais sólidas, capazes justamente de espraiar mais crescimento e desenvolvimento, de forma mais igual, entre os Estados da Federação.

Não queria deixar de dizer que o resultado de todo equilíbrio – o Estado de São Paulo, aliás, historicamente, conseguiu, e tem conseguido – é ampliar fortemente investimentos, especialmente em infraestrutura, logística, sistema, redução de custos. Portanto, aumento de produtividade, redução de custos e aumento de competitividade. Esse é o nome do desafio que temos, de forma conjugada, de enfrentar.

Do ponto de vista do Confaz – se o Simão e representante da Secretaria Executiva do Confaz me permite –, eu acho que a aceleração da disposição de o Senado prestar a essa questão também será uma provocação para o Confaz acelerar nessa direção, reforçando o papel dos Estados, e vice-versa. Portanto, isso pode caminhar junto.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Secretário Calabi.

Com a palavra o Sr. Flávio Castelo Branco, representando a Confederação Nacional da Indústria.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Sr. Presidente, serei bastante objetivo.

Gostaria de lembrar aqui a questão da urgência com que nós devemos tratar o problema, a eliminação dessas distorções.

O crescimento das importações tem sido muito forte. Elas são importações, basicamente, de produtos manufaturados, e isso pode causar danos irreversíveis a um conjunto de cadeias produtivas de grande importância. O próprio Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda já chamou a atenção para isso.

O segundo ponto: soluções não são pontuais, mas soluções específicas para problemas específicos podem ser tomadas, podem ser levadas adiante, desde que estejam ancoradas em um referencial maior. Ou seja, nós não precisamos fazer toda a reforma tributária agora, mas podemos corrigir essa distorção que ocorre neste momento, que é visível e que causa danos à competitividade dos produtos brasileiros comparativamente com as importações.

Terceiro ponto: políticas regionais podem ser usadas, devem ser utilizadas de estímulos, mas elas não podem ser calcadas, baseadas em distorções, e esse é o caso, claramente, da guerra fiscal nas importações; é claramente uma distorção que prejudica a competitividade, a concorrência, causa concorrência desleal, favorecimento dos importados. Acho que a política regional deve ser harmônica, e não desarmônica.

Finalmente, quero responder aqui ao Senador Ciro Miranda, se não me engano, que questionou a questão da Adin da CNI. Na verdade, é o STF que vai dizer se a nossa arguição, o ajuizamento dessas ações vai ser acatado ou não; se, de fato, essas legislações têm base legal ou não. O que a CNI está fazendo é em função da percepção de danos à indústria brasileira, motivada pelo interesse em preservar a estrutura produtiva brasileira e levar à frente essa questão no âmbito do Judiciário. Falta dizer, uma solução política, dentro do Congresso Nacional, no Senado, como a discussão que estamos levando hoje, obviamente teria vantagens sobre uma decisão federativa.

Agora, temos que lembrar o seguinte: se nós fazemos políticas e criamos situações com base em potencial ilegalidade, os riscos disso são grandes.

A insegurança jurídica gerada por essas políticas pode provocar depois problemas bastante graves, e é evidente que essa é mais uma razão por que devemos começar a desmontar os mecanismos baseados em sistemas não perfeitamente legais ou de arguições de ilegalidades, fundamentalmente baseados em distorções.

Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) - Pela ordem, tem a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Sr. Presidente, se V. Exª concordar, eu gostaria de solicitar ao Secretário Nelson Barbosa a designação de um técnico do Ministério para acompanhar os trabalhos da nossa subcomissão a que me referi, que vai se encarregar de proceder à avaliação do Sistema Tributário Nacional. A comissão vai se instalar agora às 14 horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – De acordo, meu caro Senador Aloysio Nunes.

Concluindo, o Secretário de Fazenda de Santa Catarina, Sr. Almir Gorges.

Antes de o Sr. Almir Gorges terminar, o Senador Cyro Miranda apresentou um requerimento, ele veio aqui, mas a Mesa estava respondendo às questões. Eu vou ler o requerimento, nos termos regimentais.

REQUERIMENTO

Requeiro, de acordo com o art. 93, parágrafo 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com a participação do Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz; do Espírito Santo, Renato Casagrande; de Goiás, Marconi Perillo, para instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Senador Cyro Miranda.

Senadora Vanessa Grazziotin.

Somente li, para seguir os atos, e esse requerimento será votado na próxima reunião.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) - Já que o senhor abriu uma questão administrativa da comissão, eu só queria... O senhor leu um requerimento meu para fazer uma audiência pública sobre o aumento do preço dos combustíveis. Como fui informada de que a Comissão de Ciência e Tecnologia e de Defesa do Consumidor também está propondo uma audiência pública, por iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg, eu sugiro que a presidência da CAE faça uma discus-

são para fazer conjunta a audiência, para economizar tempo e haver maior produtividade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Perfeito.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Acatada a sugestão de V. Exª. Vamos conversar com o Senador Rollemberg.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB - RR) – Sr. Presidente, somente para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB - RR) – Sr. Presidente, o requerimento do Senador Cyro vai ser votado só na próxima semana, mas não sei se estarei presente; então, queria já fazer uma observação. Eu acho que o estágio de chamar os governadores – e é importante a presença deles – deve ser um estágio final. Nós vamos ter uma reunião do Confaz na próxima semana, esse processo vai amadurecer, e nós vamos ter mais algumas informações. Se não, a gente começa a discutir por uma outra direção e termina... Eu acho que há vários... Nós devemos ter um governador de cada região, pelo menos, para que efetivamente todas as regiões estejam representadas, e efetivamente eu gostaria de ponderar que fosse num momento apropriado, para evitar que os governadores venham e a gente não tenha já uma base concreta para discutir com mais dados e apresentar algo mais concreto a eles. Só essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Absolutamente de acordo, Senador Romero Jucá, até porque, se a gente começar a convocar o Brasil inteiro para discutir aqui em audiências públicas, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem, para uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) - Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, uma intervenção bem breve: eu já entreguei nesta comissão o relatório sobre o projeto de lei do Senador Pedro Taques, relativamente ao fuso horário do Estado do Acre. Como sou relator nas três comissões, de Assuntos Econômicos, de Justiça, e de Relações Exteriores, eu pediria a V. Exª que envidasse esforços perante seus colegas presidentes, Eunício Oliveira e Fernando Collor, para que realizássemos, com a maior brevidade, essa audiência conjunta das três comissões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral .Bloco/PT – MS) **–** Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Estamos providenciando exatamente uma reunião conjunta das três comissões para abordar esse tema, que é importante para o Acre e para outros Estados, também.

Concluindo, o senhor Almir Borges, Secretário de Fazenda de Santa Catarina.

O SR. ALMIR BORGES – Só reiterando aqui, lembrando o que disse o Secretário Simão Cirineu, não há mais espaço para qualquer perda de receita pelos Estados, não há como, e as vinculações estão de tal forma que arrisco-me a dizer que, daqui a pouco, não precisaremos de governadores, pois eles estão só repassando verbas, as receitas entram e estão todas vinculadas. Quero também lembrar, nesse sentido das vinculações, a legislação que ocorreu recentemente em relação ao magistério público estadual e que, ao que consta, não aconteceu para a União. Legislação justíssima, mas que traz para o erário estadual uma significativa repercussão. A questão do piso dos professores vai onerar significativamente o erário estadual, dobrou-se o tempo do professor para preparação de aulas. Santa Catarina, para se ter uma ideia, deve contratar, com isso, cerca de seis mil professores. Isso significa dizer: vamos descumprir a lei de responsabilidade fiscal. Uma legislação justíssima, mas precisa se olhar a condição do erário, antes de se tomar uma decisão desse porte.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral .Bloco/PT – MS) **–** Quero agradecer a todos os Senadores, Senadoras, Deputados federais aqui presentes, e registrar aqui a presença do nosso querido amigo, Deputado federal Sandro Mabel, de Goiás, agradecer aos Exmos. Srs. Nelson Barbosa, Simão Cirineu Dias, Maurício César Duque, Andrea Calabi – Secretário de Fazenda de São Paulo –, ao senhor Flávio Castelo Branco – da CNI –, ao Exmo. Sr. Almir Borges, e dar por encerrada esta reunião.

Creio que avançamos muito – é um projeto fundamental – e não tenho dúvida, meu caro Dr. Nelson Barbosa, de que o Senado cumprirá o seu papel. Penso ser esse um grande avanço, especialmente na busca de uma reforma tributária fatiada, é o que é o compatível com a realidade que vivemos. Um avanço, sem desconsiderar os outros avanços que promoveremos ao longo dos nossos trabalhos aqui no Senado, e quero marcar a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para terça-feira que vem, às 10h, com a presença do Ministro Guido Mantega. Às 10h, da próxima terça-feira, dia três de maio.

Muito obrigado e parabéns ao autor do projeto, Senador Romero Jucá.

(Levanta-se a Reunião às 13 horas e 44 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia três de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, José Pimentel, Angela Portela, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, João Vicente Claudino, Gim Argello, Marinor Brito e, ainda, dos Senadores Renan Calheiros, Lúcia Vânia, Marcelo Crivella e João Pedro. Deixam de comparecer os Senadores Clésio Andrade, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, José Agripino, Demóstenes Torres e Armando Monteiro. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 11ª Reunião, que é dada como aprovada, e esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, a fim de "prestar informações acerca da economia brasileira e do cenário para 2011 esperado pelo Governo Federal", e também para discorrer sobre "a noticiada interferência política do Governo Federal na empresa Vale", em atendimento, respectivamente, aos Requerimentos nº 5 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, e nº 10 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias. Após a exposição do Ministro Guido Mantega, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Gim Argello, Renan Calheiros, Lindbergh Farias, Inácio Arruda, Marinor Brito, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Wellington Dias e João Pedro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, dando bom dia a todos os Senadores e Senadoras, à imprensa, aos assessores e assessoras e à nossa equipe técnica aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 11ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico que, no dia 05 de maio, às 10 horas, no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, será realizada audiência pública conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, com a presença do presidente do Banco Central do Brasil, que já esteve aqui na CAE, o Exmº Sr. Alexandre Tombini, para apresentar avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações, e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil do 2º semestre de 2010.

Reitero aqui o convite, porque nós, regimentalmente, não podemos fazer uma audiência pública conjunta com a Comissão de Orçamento.

A pauta de hoje é uma audiência pública com a presença, como expositor, do Exmº Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, a fim de prestar informações acerca da economia brasileira e do cenário para 2011, esperado pelo Governo Federal, e também para discorrer sobre a noticiada interferência política do Governo Federal na empresa Vale, em atendimento, respectivamente, aos Requerimentos nº 5, de 2011, da CAE, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, e nº 10, de 2011, da CAE, de iniciativa dos Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

– S. Exª o Sr. Guido Mantega terá trinta minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos;

– a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido;

– o interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo

prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Quero reiterar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que hoje, possivelmente, teremos muitos Senadores e Senadoras inscritos, até em função da presença do Ministro da Fazenda. Portanto, vamos fazer perguntas em bloco, para dar mais agilidade aos trabalhos e para que procuremos encerrar esta audiência pública por volta de uma hora da tarde, no máximo. Vários Senadores e Senadoras já me pediram isso aqui porque já têm outras atividades agendadas em função do enxame de subcomissões que hoje existem aqui no Senado e, portanto, estão todos atarefadíssimos.

Quero pedir ao Senador Acir Gurgacz e ao Senador *pop* Lindberg Farias que acompanhem o Ministro da Fazenda aqui para a Mesa dos trabalhos. (*Pausa*.)

Para sermos bem objetivos, concedo a palavra ao Exmº Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para fazer a sua exposição.

Quero dizer, Sr. Ministro, que o senhor é muito bem-vindo aqui e é uma excelente oportunidade para que os Senadores e Senadoras ouçam a competente política econômica conduzida por V. Exª.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Muito obrigado, Senador Delcídio. Queria cumprimentar o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Vice-Presidente, Senador Lobão, queria cumprimentar as Senadoras e os Senadores e agradecer pelo convite para vir a esta comissão para falar sobre a nossa política econômica e as perspectivas da economia brasileira para 2011 e os próximos anos.

Trouxe um PowerPoint para facilitar o entendimento daquilo que vou falar e gostaria de dizer que a economia brasileira em 2011 está crescendo em torno de 4,5%, é o resultado que esperamos para o final deste ano. No cenário mundial, podemos ver que a economia brasileira será uma das economias que mais vai crescer, neste ano de 2011, e podemos dividir a economia mundial em dois grandes blocos. Temos o bloco dos países avançados, que ainda não superou a crise de 2008; portanto, estão com crescimento baixo, ainda às voltas com grandes problemas de desemprego, com as contas públicas desequilibradas, grandes déficits fiscais e também com problemas de inflação. Portanto, combinam baixo crescimento com elevação da inflação.

Do outro lado, estão os países emergentes, dinâmicos, que aparecem em azul nesse quadro, aquelas economias com crescimento previsto, para 2011, acima de 4%. Essas economias são aquelas com um dinamismo maior, todas elas, ali, principalmente as asiáticas, mas não só, também na América Latina as várias economias estão crescendo acima de 4%, são as economias que têm menos problema de desemprego, estão gerando empregos e possuem as contas públicas mais equilibradas do que os países avançados. Porém, nesses países emergentes, existe também um surto de inflação. Então, hoje temos um surto generalizado de inflação, que é maior nos países emergentes porque apresentam uma taxa de crescimento maior.

Passamos adiante. O Brasil, nos anos de 2009 e 2010, enfrentou a crise, usamos vários estímulos para que a economia se recuperasse. Não poupamos estímulos, demos subsídios, reduzimos as taxas de juros do BNDES, aumentamos o volume de crédito, reduzimos tributos nesse período e, com isso, a economia conseguiu ter um excelente desempenho, principalmente, em 2010. Já, ao longo de 2010, estávamos eliminando, reduzindo os estímulos que foram dados nesse primeiro momento da crise. Então, recolocamos os impostos, diminuímos os subsídios e, no final até do ano passado, começamos a reduzir o gasto público de modo a que a economia brasileira não exagerasse na dose, não crescesse acima de suas possibilidades. Então, em 2011, estamos terminando de eliminar qualquer estímulo que ainda houvesse. Nós fizemos um corte, começamos o ano de 2011, fazendo um corte de gasto público de R$50 bilhões. Não é pequeno, é mais do que 1% do PIB, isso ajuda a reduzir o nível da demanda e fortalece as contas públicas.

Então, reduzindo o gasto público, nós abrimos a possibilidade para manter os investimentos em expansão. É que o Brasil carece de investimentos. Ficou muitos anos com baixo investimento, e nós temos que manter o investimento num nível elevado. Então é: reduzir o consumo para manter o investimento e também para, no momento oportuno, essa redução de gasto público abrir espaço para a redução de juros básicos do Banco Central. É claro que isso no momento em que a inflação estiver em baixa e não no momento em que a inflação está elevada.

Então, no momento adequado, com essa política, nós teremos a possibilidade de caminharmos para uma taxa de juros mais reduzida, o que se dará no futuro. E estamos adotando um princípio que é muito salutar para as contas públicas quando as despesas do Governo devem crescer menos do que o PIB. Na verdade, esse princípio já estava adotado. Se os senhores olharem as contas de 2008, já assim funcionava o Estado brasileiro. Nós estávamos com a despesa crescendo menos do que o PIB já em 2008. Aí depois veio a crise, tivemos que interromper essa política, todos os países do mundo fizeram política contracíclica para combater a crise, e agora voltamos a essa filosofia.

Passamos adiante.

Nós já temos o resultado fiscal dos três primeiros meses, mostrando que a meta de superávit primário de 3% será obtida com uma relativa facilidade. Os senhores podem ver: a torre azul é o resultado do ano de 2010, no mês de janeiro, de fevereiro e de março, e a torre verde é o deste ano. Então, podemos ver... Aí é acumulado em doze meses, então, por exemplo, de janeiro a janeiro, nós podemos ver que o resultado deste ano é bem superior ao resultado fiscal do ano passado e, acumulado nos três primeiros meses, nós estamos com 3,23.

É claro que isso vai variando ao longo do ano, mas é um bom começo, mostrando que temos todas as condições para cumprir as metas fiscais que estão estabelecidas.

Passamos adiante.

De modo que, com aquele resultado fiscal, nós continuaremos uma trajetória saudável das contas públicas brasileiras.

Os senhores podem ver: a curva azul apresenta o resultado primário feito pelo Governo. Os senhores podem ver que, desde 1999, há um resultado primário positivo acima de 3%.

Portanto, continuamos essa trajetória saudável de primário. Apenas em 2009 e 2010 baixou um pouco por causa da ação anticíclica dos gastos maiores que fizemos, mas ela retorna ao patamar de 3%.

Esse patamar de 3% nos permite reduzir gradualmente o déficit nominal, que está na curva vermelha. Os senhores podem ver que isso vem ocorrendo ao longo do tempo. Se pegarmos os períodos anteriores, nós temos reduzido o déficit nominal, nos últimos oito anos, numa média de 2.9 e a previsão para 2011 é que nós façamos um déficit nominal de 1.9. Portanto, inferior ao ano passado e ao ano retrasado, voltando para o patamar anterior à crise, e na trajetória para zerar esse déficit que deverá ser zerado num futuro próximo.

Passamos adiante.

Com esse desempenho fiscal, nós podemos dizer que o Brasil é um dos países que tem uma das melhores situações fiscais do mundo ou pelo menos o G-20. Aí estão os países do G-20, os países que estão em vermelho são aqueles que têm o déficit fiscal mais alto, acima de 4% do PIB, quer dizer, menos 4 para cima. Os senhores estão vendo ali: Estados Unidos, déficit previsto para este ano: 9.9; Reino Unido, 9.1 e assim por diante. Depois, em verde, os países que têm um déficit médio, entre 2% e 4% de déficit, e, finalmente os países que vão ter o menor déficit fiscal em 2011 e, portanto, estão em azul.

O Brasil está lá entre eles, portanto, com a solidez fiscal que foi conquistada nos últimos anos e vai continuar.

Passamos adiante.

Como os senhores estão sabendo, existe hoje um surto inflacionário mundial. A inflação atinge todos os países indistintamente. Atinge os países avançados, que têm crescimento baixo – portanto, não é o crescimento que gera essa inflação – e atinge, com mais força, os países emergentes, porque eles têm taxas de crescimento maiores.

Podemos ver ali a variação de inflação de 2010 para 2011. A de 2010 está em verde, a de 2011, em vermelho. Os senhores podem notar que ali está a inflação dos doze últimos meses, março a março. A torre verde é de março de 2009 a março de 2010 e março de 2010 a março de 2011.

Nós subimos de 5.2 para 6.3, 6.3 é de março a março, não é inflação anual, não é a projeção de janeiro a dezembro, apenas a posição em que nos encontramos, a fotografia de onde nos encontramos.

Os senhores podem ver que em vários países o aumento da inflação é muito maior do que aqui no Brasil. Vamos pegar países em que tradicionalmente não há inflação: o Canadá passa de 1.4 para 3.3, portanto, a inflação mais que dobra nesse período; os Estados Unidos, cuja economia está claudicando, está crescendo muito fracamente, estão com elevação importante da inflação; a China duplicou a inflação de 2010 para 2011; a Rússia está aumentando; e assim por diante.

Portanto, diria que o Brasil não está mal nesta foto. Nosso País, que, no passado, tradicionalmente, foi um País fortemente inflacionário, hoje tem uma inflação mais controlado do que outros países.

Passamos adiante.

A causa básica dessa inflação mundial é a inflação de *commodities*. Os preços das *commodities*, tanto de minérios, de alimentos, quanto de petróleo, subiram no mundo todo.

Aquele quadrinho à direita mostra a elevação do preço dos alimentos. no mês anterior e em doze meses. Então, vejam ali: 47,2% é o aumento das *commodities* de alimentos nos últimos doze meses. Portanto, realmente quase 50% de aumento de *commodities* no mundo todo. As industriais, menos, porém também 33%. Se pegarmos o petróleo, mais ainda do que isso, como veremos adiante.

Aquelas curvas são as das dezenove *commodities* mais negociadas no mundo. Portanto, os senhores podem ver, por aquele gráfico, que há uma elevação das principais *commodities* mundiais.

Qual é a razão dessa elevação no preço das *commodities*? Em primeiro lugar, de fato houve um descuido dos produtores, que não perceberam que havia países, como a China, a Índia, comendo mais,

a população do Brasil comendo mais. Então, houve de fato um aumento do consumo de alimentos. Isso se combinou com problemas meteorológicos. No ano passado, houve seca na Rússia, chuva na China, o que prejudicou algumas culturas. Essa é a razão de fundo. Para além disso, temos uma forte especulação financeira com *commodities*.

Os países avançados têm procurado se recuperar, estimular a economia com políticas monetárias expansionistas – aquilo que os senhores chamam de *quantitative easing,* quer dizer*,* facilidade de expansão monetária. O *quantitative easing* americano é de US$6 trilhões, uma fábula de dinheiro injetado na economia. A máquina de impressão de dólar está funcionando a todo vapor, inundando o mundo com essa liquidez. Como não há oportunidade de investimento nos Estados Unidos e nos países avançados, porque não são só os Estados Unidos, também os países europeus praticam a mesma política de expansão monetária, esse dinheiro vai em busca de valorização e vai ao mercado futuro de *commodities*, faz aposta no mercado futuro de *commodities* de petróleo, de alimentos e, portanto, faz com que os preços subam mais do que subiriam se fosse só por questões climáticas e de demanda. Então, há uma especulação financeira que alavanca o preço das *commodities*.

Passemos adiante.

Podemos ver o número de contratos de *commodities* no mercado futuro. Compras no mercado futuro em milhões de contratos. Os senhores podem ver como a curva subiu nos últimos anos.

Passemos adiante.

Este aqui é o preço do petróleo. Trouxemos o preço do petróleo todo a valores de abril de 2011. Os senhores podem ver que inflacionamos 79. Para que os senhores possam comparar os preços, é como se aquele preço de 79 – naquela ocasião, acho que eram trinta ou trinta e poucos dólares o barril – valesse o equivalente a 120 dólares de hoje. Estamos em um pico de preço de petróleo muito semelhante ao da crise dos anos 70, não é brincadeira. O petróleo está num patamar elevado, acima de 120 dólares, e está se mantendo lá. As razões disso são as mesmas de que já falei, acrescentando a crise do Oriente Médio – que os senhores conhecem – nos países como Líbia, que ajudam a estimular a elevação no preço do petróleo.

O petróleo é um problema mundial, afeta todas as economias. Afeta menos o Brasil, porque o país tem autossuficiência em petróleo. Compramos alguns derivados, porém somos menos suscetíveis. É claro que nos influencia, porque os derivados que compramos, como, por exemplo, o *diesel*, fica mais caro e, em algum momento, vai influenciar os preços na economia brasileira. Derivados, fertilizantes, etc. Esse é um problema a ser resolvido.

Passemos adiante.

Podemos ver ali a variação da inflação entre os países emergentes. Os senhores podem ver que a inflação é mais estável no Brasil do que em países emergentes, inclusive aqueles que, tradicionalmente, têm uma inflação baixa, como é o caso da China. A China vinha com inflação de 1,5 a 2% e, de repente, mudou de patamar. Os senhores podem ver que não é um problema só brasileiro, mas de vários países, principalmente dos países que estão aí listados, alguns com inflação acima da brasileira.

Passemos adiante.

O que explica a inflação brasileira? Além das *commodities* e dos alimentos, temos também questões sazonais aqui dentro. A inflação costuma aumentar ao final do ano e ao início de cada ano. Os senhores podem ver que todo janeiro temos chuvas, temos aumento de preços de hortifrutigranjeiros, preços de alimentos, temos um período de entressafra e, além disso, temos tarifas de ônibus que costumam aumentar em janeiro, muda a taxa de educação. Nesse gráfico, desmembramos o IPCA em seus componentes, onde podemos ver os fatores sazonais, os alimentos, combustíveis – que são, em geral, os vilões na inflação –, e podemos ver os demais fatores. Então, se olhássemos para o que poderíamos chamar o núcleo da inflação, seria fundamentalmente aquela parte azul desse quadro. Os senhores vêem que os fatores sazonais têm um peso e depois saem de cena. Quando termina o período de chuvas, temos uma diminuição dos preços de alimentos. Quando começam as safras, diminuição dos preços de alimentos. É bem verdade que, este ano, as chuvas se prolongaram mais do que o costume e, com isso, tivemos uma pressão adicional de preços de alimentos.

Os alimentos deviam estar caindo, por exemplo, hortifruti – eu não estou falando de *commodities* porque elas dependem do mercado internacional. Nós não controlamos preços de *commodities*; podemos fazer o que quiser mas não controlamos preço de *commodities.* Mas preços de alguns alimentos que não são comercializáveis, nós temos como influenciar. Porém, durante o período de chuvas, não se consegue controlar uma série de alimentos. Um fator importante é o combustível/transporte, e esse depende do preço do etanol e da gasolina. O etanol tem o seu pior preço em abril, que é justamente o momento da entressafra. A safra só começa a ser colhida no período das chuvas. Fica difícil para o produtor colher antes, embora nós tenhamos feito pressão, porque este ano foi um ano, digamos, excepcional. É verdade que o con-

sumo aumentou, o consumo de gasolina e de etanol aumentou ao longo do tempo. Por outro lado, também houve um aumento muito grande do preço do açúcar. Então, uma parte dos produtores, em vez de fazer etanol, fez açúcar. É uma regra de mercado: o preço do açúcar é mais conveniente, dá mais lucro, então há um desvio para o açúcar. Dessa maneira, o preço do etanol subiu bastante. A boa notícia é que a safra já está sendo colhida, embora as chuvas ainda estejam atrapalhando, e, no âmbito do produtor, o preço do etanol já começou a cair; em maio, ele deverá cair, e nós teremos mais oferta do que demanda ao longo de maio, junho, julho etc.

O Governo está trabalhando para uma regulamentação desse segmento de mercado. Nós mandamos uma medida provisória, que deve chegar aqui aos senhores, estabelecendo que o etanol é um combustível, portanto, deve ser regido pela ANP. Nós deveremos ter uma regulamentação maior, com exigências maiores para a produção de etanol. Nós queremos estimular os produtores. Os produtores têm, de fato, aumentado a oferta, porém o consumo tem subido também bastante. Então, isso tem nos levado a preços maiores de combustível. Esses preços deverão cair a partir de maio.

Este é um exercício em que nós tiramos os vilões da inflação, que são alimentos e transporte, e ficamos com os demais no cálculo da inflação. Portanto, podemos ver que, tirando esses dois elementos, nós teríamos uma inflação acumulada, até março – 12 meses –, de 4,76%.

Eu queria dizer que a inflação é uma questão fundamental para os nossos Governos; a inflação sempre foi um problema sério no Brasil. Felizmente, isso foi deixado para trás, mas nós temos que ficar sempre alerta e impedir que a inflação retorne ao País. Então, mesmo que o foco principal de inflação seja gerado fora do País, como a nossa economia está mais aquecida, nós temos alguns focos internos, principalmente em serviços, porque não se consegue aumentar a competitividade, não se consegue importar serviços. Então, nós temos que zelar para impedir o contágio da inflação de *commodities* sobre o restante da economia. Por isso, temos que tomar medidas impedindo esse contágio. A inflação é ruim, principalmente para a maior parte da população, diminui o poder de consumo, prejudica a população trabalhadora. Portanto, é uma forte razão para que nós não permitamos que a inflação volte, e o Governo está usando todas as armas disponíveis para contê-la. Não é apenas uma arma nem duas armas; são várias armas para impedir que haja essa reindexação da economia brasileira. Nós devemos ficar alerta para que os produtores não queiram colocar essa inflação para frente. Quer dizer, que a inflação do passado seja colocada para adiante, reproduzindo um ciclo inflacionário indesejável.

E nós vamos tomar todas as medidas necessárias para controlar a inflação. Na verdade, já estamos tomando essas medidas há algum tempo. Para começar, o estímulo ao aumento da oferta agrícola, porque há *commodities* cujos preços são definidos no mercado internacional, porém temos alimentos que não são *commodities*, mas que influem nos preços. Por exemplo, o preço do feijão, da cebola, do tomate, etc. Então, é bom sempre estimular a produção agrícola para que não haja falta desses produtos. É claro que eles estão sujeitos à sazonalidade e também estão sujeitos às oportunidades, porque, quando, por exemplo, uma produção de soja começa a dar muito lucro, ou uma produção de milho, de trigo, etc., você migra para esse produto, deixando o produto que rende menos, que dá um lucro menor. Assim, também há esse fator de substituição.

Mas o Governo tem estabelecido preços mínimos para praticamente todos esses produtos, de modo a equilibrar a cesta do consumidor brasileiro. E temos conseguido. Tanto é verdade que as safras têm sido recordes no Brasil. O Brasil é um dos países que têm maior dinamismo na área agrícola, um dos países com maior produtividade, a agricultura brasileira vai muito bem, embora, claro, sempre haja algum foco de problemas, mas, na sua maioria, a renda agrícola está bombando, e vamos, em 2011, ter novamente uma safra recorde, com mais de 150 milhões de toneladas de grãos.

Então, o Governo sempre tem que estimular a oferta, porque isso sempre é uma boa arma contra a elevação de preços.

O corte de despesas públicas é importante. Embora seu objetivo principal seja a consolidação das contas públicas, também atua no sentido de reduzir a demanda agregada, diminui o consumo do Governo, de modo a pressionar menos a demanda.

Além disso, temos tomado várias medidas para moderar a expansão do crédito, e, portanto, moderar o nível de consumo. Isso já começou desde o ano passado: o Banco Central já voltou com todos os compulsórios. Durante a crise, ele tinha diminuído os depósitos compulsórios dos bancos; ele já recolocou todos os depósitos – portanto, diminuiu a liquidez do mercado -, e está elevando a taxa Selic – o Brasil continua com uma taxa Selic bastante elevada, quando comparada com outros países.

As medidas prudenciais são muito importantes. O que são medidas prudenciais? Exigência de mais aporte de capital dos bancos para empréstimos de mais longo prazo ou que apresentem um risco maior. Por

exemplo, prestações acima de 36 meses, de 48 meses começam a apresentar um risco maior, e os bancos têm que depositar mais capital, de modo a ficar mais segura a operação; mas isso vai encarecer o crédito, evidentemente. Então, estamos elevando o custo do crédito também com o aumento do IOF. Aumentamos o IOF, que era de 1,5% a.a., para 3% a.a.. Isso também vai pesar nas prestações - portanto, vai encarecer.

Outra medida que tomamos com impacto no crédito foi a recente taxação de 6% de IOF para os empréstimos externos, ou seja, bancos ou empresas brasileiras que tomam empréstimos no exterior com menos de 720 dias, porque eles... O Banco Central tomando medidas aqui para encarecer o crédito, para tornar o crédito mais difícil, e empresas e bancos tomando crédito lá fora, a taxas muito reduzidas, e emprestando aqui dentro – portanto, aumentando o volume de crédito. Isso não quer dizer que nós queiramos reduzir o crédito. Apenas queremos que o crédito suba numa velocidade maior do que ele está subindo. O aumento do crédito hoje, neste momento, é na base de uns 20%, está crescendo 20%, e o ideal seria que ele crescesse em torno de uns 15% a.a., de modo a moderar a demanda.

Com essas medidas, o que nós esperamos é aquela trajetória que está ali: o PIB, que no ano passado estava em 7,5%, deveria ir para algo como 4,5% este ano, a demanda deveria cair algo para 6%, ao invés de 10% que cresceu no ano passado, portanto, moderando a demanda, não significa matar a demanda, que é um dos privilégios que o Brasil tem em relação a outros países: uma demanda forte que foi construída com sacrifício e nós não queremos derrubá-la; nós queremos apenas amenizar o crescimento da demanda, de modo que ela seja compatível com um crescimento em torno de 4,5%.

Passamos adiante.

Nós podemos ver que está havendo, de fato, uma diminuição do volume de crédito em circulação, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica.

Vamos adiante.

É que às vezes as medidas não têm o efeito imediato. Por exemplo, você toma medidas quando você aumenta os juros. A eficácia disso se dá 6 meses, 7 meses, 8 meses depois. Quando você toma medidas prudenciais, elas começam a ter impacto 3, 4 meses depois. Por exemplo, temos venda de automóveis. Essas medidas prudenciais atingem muito a venda de automóveis que, em geral, diminuem o número de prestações. Os senhores podem ver ali, a partir de janeiro, uma queda de financiamentos para a venda de automóveis. Então, já está acontecendo.

Vamos adiante.

Bom, o importante é que essa consolidação fiscal, esse ajuste que estamos fazendo não prejudica o investimento. Então, não é um ajuste tradicional, daqueles que os senhores já viveram em algum momento do passado, em que você reduzia tudo: reduzia consumo, investimento, PIB; derrubava a economia. Não é disso que se trata; trata-se apenas de reduzir a demanda, o consumo, o crédito, porém mantendo o investimento num patamar elevado.

Então, nós tivemos no ano passado – os senhores estão vendo ali, aquela torre verde, mostra os investimentos, no ano passado, que cresceu 21% em relação ao ano anterior. É claro, porque no ano anterior tinha tido um investimento negativo, e, para este ano, nós temos cerca de 10% de crescimento previsto no investimento. Está de bom tamanho. O investimento deve crescer mais do que o consumo e mais do que o PIB. E é dessa maneira que nós temos um crescimento de melhor qualidade.

Passamos adiante.

A trajetória que imaginamos para os próximos 4 anos é uma trajetória de crescimento em torno de 5% da economia brasileira; 4,5% este ano, que é um ano de ajuste, voltando a 5% no próximo ano, 5,5%. É apenas uma projeção, mostrando que a economia vai crescer nos próximos anos.

Vamos adiante.

É claro que, para garantir essa trajetória do desenvolvimento brasileiro, é preciso fazer também ajustes estruturais. Eu não vou me deter aqui nesses ajustes, porque já devo estar ultrapassando a minha disponibilidade de tempo. Estou tranqüilo. Mas temos aqui uma agenda tributária, que já foi discutida aqui pelo meu secretário-executivo, na semana passada, principalmente a questão do ICMS, que é uma agenda que vamos dar início agora, de modo a simplificar o sistema tributário brasileiro, reduzir a carga, desonerar, portanto, toda a economia – essa é uma agenda estrutural muito importante que vai ser posta em prática, nós temos que desonerar a folha, e sempre temos que desonerar investimentos. Essa é uma regra básica para uma economia dinâmica. Temos que continuar a reduzir custos. A economia brasileira tem alguns custos elevados. Por exemplo: custo da infraestrutura, custo da energia. Tem melhorado, mas temos que avançar ainda mais, fazendo esses ajustes e a agenda da produtividade, que é a qualificação da mão de obra brasileira, tendo em vista a grande oferta de empregos que temos tido. Nós temos esse desafio de qualificar a mão de obra e, na semana passada, lançamos um programa que virá a esta Casa em breve, para aumentar sempre pesquisa e desenvolvimento.

Em outra ocasião, eu gostaria de vir aqui só para falar dessa agenda, que merece uma sessão especial, para que a gente possa detalhar melhor.

Passemos adiante.

E nós temos também a necessidade de fazer ajustes no câmbio.

O que está acontecendo com o câmbio no Brasil? Nós estamos vendo que, a partir dessas políticas monetárias expansionistas, nós temos um grande fluxo de capitais para os países emergentes, e o Brasil é um dos contemplados com esses fluxos de capitais.

Por exemplo: estamos vendo ali a torre vermelha, indicativa do volume de capital para os países emergentes. Os senhores podem ver como vem aumentando. Nós, hoje, estamos com um fluxo maior do que antes da crise de 2008. São US$1 trilhão indo para os países emergentes. A parte verde indica o investimento direto. O investimento direto está menor do que antes da crise, mas vem aumentando e aumentando muito especificamente no Brasil. No ano passado, nós tivemos US$48,5 milhões de investimento direto, e a expectativa para este ano é de algo como US$60 bilhões. Portanto, um terço daquele investimento previsto ali pelo IIF tem como endereço o Brasil, bem como uma parte também daquele outro, daquela torre vermelha de US$ 1 trilhão, uma vez que o Brasil apresenta condições bastante favoráveis.

Uma parte desse capital vai para o investimento – esse é benéfico, é bem-vindo, não tem nenhuma taxação. Porém, uma parte do outro é para especulação; é para fazer arbitragem, para se aproveitar das taxas de juros mais altas no Brasil que em outros lugares. Então, toma-se capital emprestado nos Estados Unidos, no Japão, cujas taxas de juros são muito baixas, e aplica-se esse capital no Brasil, ganhando esse diferencial de juros, ou indo para a Bolsa, ou indo para o setor imobiliário.

Passemos adiante.

Portanto, temos que ter uma ação cambial forte para impedir que o Brasil seja inundado por esses capitais. O excesso de capitais especulativos causa problemas, portanto eles têm de ser contidos. Causam, por exemplo, a sobrevalorização do Real, ou seja, uma valorização excessiva do Real, que prejudica a economia, que prejudica o setor exportador, o setor manufatureiro e alimenta a guerra cambial. Há países que se valem do câmbio manipulado, manipulam o seu câmbio, desvalorizando a sua moeda artificialmente, e têm vantagens no comércio com o Brasil.

Então, não podemos permitir essa sobrevalorização cambial. Ela causaria a chamada doença holandesa, ou seja, o Brasil ficaria especializado na exportação de *commodities* e teria uma atrofia do setor produtivo, do setor manufatureiro. Isso não será permitido evidentemente.

Esse excesso de capitais cria um excesso de crédito. Portanto, é inflacionária essa entrada de capitais, porque ela tende a inflacionar, busca inflacionar todos os ativos. Assim, se vai para o mercado imobiliário, sobrem os preços dos imóveis; se vai para a Bolsa, sobem os preços das ações; se vai para o crédito... E assim por diante. Então, não estamos permitindo que isso aconteça. Isso formaria bolhas na economia brasileira que, depois, quando estouram, causam problemas. Problemas adicionais fazem com que algumas empresas brasileiras acabem se endividando muito em dólar. Você toma dinheiro a taxas baixas e, amanhã, se ocorre uma reversão no câmbio, porque afinal o nosso câmbio é flutuante, você acaba tendo empresas com problemas como aqueles que tivemos com aqueles casos dos derivativos.

Então, não deixamos que isso aconteça. Esse excesso de exposição cambial de bancos e empresas nós estamos impedindo. Se nós não tivéssemos feito essa atuação, certamente o dólar já estaria abaixo de R$1,40 no Brasil. Várias pesquisas, várias análises dizem isso. Portanto, não está no câmbio ideal, porém está menos valorizado do que estaria se não tivéssemos tomando essas medidas. Além disso, temos contido esse grande fluxo financeiro que se intensificou principalmente no início de 2011. O Brasil tem uma situação considerada sólida, tivemos uma melhoria na nossa avaliação de *raiting*. A empresa de *rating fitch* nos deu um grau de risco menor e, portanto, tudo isso contribui para a atratividade do Brasil. O Brasil é um País que está crescendo, oferece oportunidade e rentabilidade da produção e nas atividades financeiras. E, portanto, isso gera esse fluxo financeiro que os senhores estão vendo neste quadro. Temos aqui janeiro, fevereiro e março, entradas e saídas, só financeiro. Aqui não é o comercial. Então, temos aqui que, em janeiro, houve uma entrada de capital financeiro, fazendo aplicações etc de US$42,7bilhões – só em janeiro, mês em que saíram US$28 bilhões. Portanto, houve um saldo de US$14,4 bilhões de capital financeiro sobrando na economia brasileira. Depois, em fevereiro, tivemos uma entrada de US$32bilhões e uma saída de US$24bilhões. Já estávamos intensificando as medidas para impedir um fluxo maior. Já vínhamos tomando medidas desde outubro de 2009, aplicamos IOF, reduzimos rentabilidade de capital de curto prazo e ainda intensificamos essas medidas, elevamos as taxas. Em março, ainda tivemos um fluxo positivo de US$9 bilhões, portanto, US$36 bilhões de fluxo financeiro só de janeiro a março. Finalmente, em abril, tivemos um fluxo estável, houve

uma saída maior do que a entrada, o que mostra que as medidas tomadas funcionaram.

Tiramos rentabilidade de uma parte da arbitragem que vinha sendo feita com as taxas brasileiras, de modo que houve uma redução forte dessa entrada de capital. Portanto, as medidas estão dando certo.

Passamos adiante.

Aqui está a variação do dólar em período mais recente. Os senhores podem ver aqui que, durante a crise, houve uma desvalorização do real, e, por isso, ele chegou a R$2,40, R$2,50. Trata-se, também, de um dólar excepcional. Vamos dizer que não é tudo aquilo. Aqui temos o começo da valorização do real, ali está a trajetória de desvalorização do dólar, que, de R$2,50 foi a R$2,70. Em outubro de 2009, começamos a tomar medidas de IOF e conseguimos dar uma estabilizada no dólar por mais de um ano. Agora, estamos sofrendo outros ataques e temos tomado as medidas.

Passamos adiante.

Aqui é apenas uma taxa nominal de 1994 até esta data para termos uma base de referência, para sabermos, ao longo do tempo, como está o nosso dólar. Então, quando foi lançado, o real valia mais que o dólar. O dólar estava R$0,84. Depois, tivemos aquela trajetória, depois, em 2002, houve aquela desvalorização excepcional do real. Então, se compararmos a nossa situação, estamos, em termos nominais, com R$1,57, estaríamos menos valorizados do que naquela época. Mas isso é valor nominal.

No quadro seguinte, temos valor real, que é mais realista. Aqui não pegamos somente o dólar; pegamos uma cesta de moedas, que é mais de acordo com o nosso comércio exterior, porque não fazemos comércio só com os Estados Unidos. Fazemos comércio com euros, com iene, com várias moedas. Então, com a cesta de moedas, poderemos ver. Ali, não é dólar, é base 100. Em 1994, o real tinha se valorizado, em relação à cesta, 48%. Depois, se desvalorizou. E hoje estaríamos com 35% valorizado em relação a essa cesta de moedas, desde 1994. Portanto, não é uma valorização tão excepcional. Se levarmos em conta que os fundamentos da economia mudaram muito, ou seja, a valorização reflete também os fundamentos, o volume de reservas que você tem, por exemplo, a estabilidade econômica, o crescimento e a estabilidade fiscal, temos hoje fundamentos muito mais sólidos, portanto, há uma tendência à valorização. Levando em consideração estes fatores, não estamos muito valorizados em relação à cesta de moedas.

Passemos adiante, pode pular.

Para chegar aqui nas conclusões, vemos que a economia brasileira está em uma trajetória positiva, estamos crescendo, este ano, 4,5%, o que é um bom crescimento. O Brasil já saiu da crise, outros países ainda estão em crise, e temos, certamente, bons problemas para resolver. Uma economia sempre tem problemas para resolver, mesmo que esteja com uma dinâmica positiva ou nos períodos negativos, só que, desta vez, são bons problemas aqueles que temos para resolver.

Temos, por exemplo, o problema de excesso de capital externo. É claro que é muito melhor ter um problema de excesso de capital do que falta, como tivemos no passado, porque falta de capital é grave, você pode ser levado ao *default* (?), você pode quebrar por falta de capitais, então prefiro ter um problema de excesso de capitais, embora isso também seja um problema. Prefiro também ter um problema de falta de mão-de-obra qualificada, como temos hoje, do que falta de empregos, como era no passado. Temos hoje um bom problema para resolver, que é aumentar a oferta de mão-de-obra qualificada. Temos a demanda aquecida – e prefiro ter a demanda aquecida do que não ter demanda, como ocorre nos Estados Unidos e nos países europeus, que não têm o que fazer, que têm que estimular a demanda porque a economia não está crescendo, e mantêm um alto desemprego. Então, temos bons problemas para resolver na economia brasileira, equacionáveis, temos condições de resolvê-los, de modo que a nossa trajetória de crescimento sustentável vai continuar ainda por muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega. Excelente exposição, didática, competente e clara.

Vou passar a palavra, priorizando os autores dos requerimentos e, no caso dos autores dos requerimentos, vamos permitir, dentro das regras – até porque são os autores –, as perguntas e as respostas imediatas do Ministro Guido Mantega. Depois, vamos fazer em blocos de quatro Senadores e Senadoras.

Com a palavra, o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro Guido Mantega, quero inicialmente cumprimentá-lo pela competência e serenidade que V. Exª tem demonstrado na condução da política econômica e financeira do Governo, sobretudo durante a crise de 2008 e dentro do atual quadro de turbulência cambial de preço. V. Exª, em momento difícil, tem conseguido conciliar política de estabilidade monetária com crescimento econômico, mantendo a importante rede social que existe hoje no Brasil.

Meu primeiro questionamento, Sr. Ministro, é relacionado aos dados divulgados pelo Banco Central e pelo Tesouro, no campo fiscal, relacionados a janeiro a março de 2011. O superávit primário do Governo, nesse período, mostrou grande esforço fiscal feito

pelo Governo. Um superávit primário de 4,20% do PIB, contra 2,29% do ano passado mostra um esforço fiscal grande. Entretanto, com tristeza, vemos que este superávit primário foi anulado pelas despesas de juros que, este ano, atingiram 6,3% do PIB, contra 5,4% do ano anterior, levando a um déficit nominal que, praticamente, é uma conseqüência dessa política de juros existente.

Minha primeira pergunta: como V. Exª vê essa situação? V. Exª acredita que a taxa Selic, que não tem qualquer influência sobre a taxa de juros de empréstimos direcionados; que hoje tem pouquíssima influência sobre a taxa de juros do mercado livre; que hoje alcançam 170%, no caso de pessoas físicas e mais de 40% no campo jurídicas, cujo aumento de 1% representa despesa de dez bilhões de reais, V. Exª considera que a taxa Selic deve ser um instrumento prioritário no combate à inflação?

Como vê V. Exª a política de aumento da taxa selic, a sua influência sobre a taxa de juros? Que outros instrumentos V. Exª vê mais efetivos que a selic na política anti-inflacionária?

A segunda pergunta, Sr. Ministro, dirijo-a a V. Exª que é, além de Ministro, Presidente do Conselho de Seguros Privados. V. Exª com muita habilidade conseguiu uma coisa difícil, em 2006, que foi a quebra do monopólio do resseguros do Brasil, abrindo caminho para que empresas privadas e estatais pudessem atuar no campo do resseguros e fazendo no país um grande centro de resseguros.

V. Exª, recentemente, baixou duas resoluções, como Presidente do Conselho, que anularam práticas de *dumping* que estavam existindo no mercado, favorecendo enormemente aquelas empresas domiciliadas no Brasil, de capital nacional e estrangeiro.

A pergunta a V. Exª é a seguinte: Como V. Exª vê o mercado de seguros e resseguros no país? Como vê a modificação anunciada de que a União deseja adquirir de forma onerosa, de transferir de forma onerosa as suas ações no IRB para o Banco do Brasil, fazendo com que essa empresa se tornasse privatizada, com uma posição forte do Governo, através do Banco do Brasil, numa *gold chair.*

O terceiro questionamento é o seguinte: Estou vendo no *Estado de S. Paulo* e também no *Valor* notícias de que os Correios desejam criar um banco, e de que a Finep deseja também criar um banco. Sr. Ministro, o sucesso do Plano Real só foi possível em decorrência da privatização de 20 bancos estatais que emitiam a moeda e que tornava impossível a administração financeira. Eu pergunto a V. Exª: Existe uma escalada no Governo de criação de bancos? V. Exª como Ministro da Fazenda vai permitir que as empresas Correios crie um banco? O fundamento apresentado é que na China os Correios têm banco. V. Exª vai permitir que a Finep crie um outro banco? Qual é a política do Governo em relação à criação de bancos?

A última pergunta, Sr. Ministro. V. Exª anunciou que o Governo deve enviar, recentemente, proposta de desoneração da folha, de desoneração tributária do investimento e da exportação. Quando isso deve ocorrer? No caso de desoneração de folhas, V. Exª deseja adotar uma desoneração linear ou prioritariamente para aquelas empresas com mão de obra intensiva e que vêm sofrendo uma grande concorrência, principalmente dos produtos asiáticos?

São essas as questões que eu queria apresentar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Sr. Presidente.

De fato, Senador Dornelles, a despesa de juros ainda é muito elevada no Brasil. Felizmente, nós temos reduzido o juro real ao longo do tempo. No passado, era muito pior, mas os nossos juros reais têm-se encaminhado em direção a um patamar mais adequado às condições da economia brasileira. Porém, esse é um caminho gradual que vem sendo trilhado com toda a prudência necessária. De modo que esse esforço que estamos fazendo agora, de reduzir o gasto público, vem no sentido de permitir uma nova relação entre a política monetária e a política fiscal. A política fiscal recua um pouco, reduz o gasto, e abre condições para que a taxa de juros seja reduzida ainda mais.

É verdade que na economia brasileira existe um conjunto de taxa de juros. Acho que essa histórica distorção que temos de juros no país, ela causou outras distorções em que você é obrigado a ter taxas diferenciadas, porque, senão, a economia não sobrevive. Então, a agricultura tem uma taxa completamente diferente da selic, da taxa básica; você tem um investimento com o BNDES também com uma taxa diferenciada; temos a TJLP. De modo que a Selic incide sobre uma parte da atividade financeira e não sobre toda ela. Por causa disso, a Selic não tem tanta influência, é verdade, mas ela tem uma influência principalmente nas expectativas de longo prazo; ela influencia as curvas de longo prazo, tendo, portanto, um peso na ação dos agentes econômicos.

E eu também sinto e também dói no meu bolso quando temos que pagar as despesas de juros, que, neste ano, chegará a algo em torno de R$180 a R$190 bilhões. De fato, nós não precisamos ter essa despesa.

Agora, a economia brasileira vem se ajustando ao longo do tempo, vem melhorando sob vários aspectos. No passado, nós não podíamos ter essa situação e, agora, nos encaminhamos para uma situação de normalidade em relação aos juros. Não fosse esse surto inflacionário agora, nós já estaríamos caminhando mais rapidamente para uma taxa de juros menor. Quando passar esse surto... Também teremos o resultado fiscal mais adequado. E os senhores viram que, nos primeiros três meses, tivemos um bom resultado.

Portanto, estão sendo criadas as condições para que a Selic seja cada vez menor no Brasil. É claro que não agora; não é o momento, por causa dessa inflação. Neste momento, nós usamos tudo, inclusive a Selic. Não temos usado só a Selic exatamente por isso, porque o compulsório tem um efeito forte sobre a economia, de vez que diminui a disponibilidade de liquidez. O IOF sobre o crédito também diminui a liquidez focada no crédito, não atrapalhando o investimento. Mas ainda é importante usar a Selic enquanto esse novo arranjo, essa nova composição não seja implementada no País.

Então, eu diria que, num futuro próximo, nós teremos uma taxa Selic mais adequada às condições estruturais da economia brasileira, mais parecida com as taxas dos demais países.

Em relação ao mercado de seguros, temos de dizer que era um mercado muito tímido no Brasil. È um mercado que vem se expandido proporcionalmente em relação às necessidades, porque o Brasil não precisava tanto de seguro no passado: não tinha grandes projetos, não tinha muitos investimentos. Os investimentos aumentaram, temos grandes projetos, a demanda por seguros aumentou. Nós temos melhorado a sua regulamentação com a Susep, ao longo dos últimos anos, e, recentemente, tomamos duas resoluções que vêm no sentido de impedir que as companhias estrangeiras transfiram lucros *intercompanys*. Uma das resoluções é para isso, porque, senão, você joga o lucro da filial brasileira para uma outra filial fazendo planejamento tributário. Então, essa é uma das razões. A segunda razão é que nós exigimos um nível de nacionalização do seguro da ordem de 30% ou 40%, agora não me lembro – antes era de 10%. Isso, então, vem no sentido de estimular o setor de seguros nacional também. É claro: nós precisamos do setor estrangeiro, mas temos que estimular as seguradoras brasileiras.

Em relação ao IRB, temos de dizer que ele carece de competitividade. Para dizer bem claramente, depois que ele perdeu o monopólio do resseguro, ele teve algumas dificuldades. Então, o que nós estamos fazendo em relação ao IRB é diluir o seu capital em relação aos seus acionistas majoritários. O IRB tem uma associação com o Banco do Brasil, com o Itaú e com o Bradesco. Então, o que estamos fazendo é aumentar o capital, sendo que a parte do Governo fica onde está. Portanto, o Governo fica minoritário em relação ao IRB, que passa a ser controlado, principalmente, pelo Banco do Brasil e pelos demais bancos privados. O que nos interessa aqui é que ele seja eficiente e que ele consiga cumprir a sua missão.

Em relação aos Correios, não tenho essa informação de que a empresa pretende criar um banco.

O SR. *(Não identificado. Intervenção fora do microfone.) – O Estado de S. Paulo* sabe.

O SR. GUIDO MANTEGA – Pois é; mas, às vezes, o que sai no jornal não é exatamente o que está ocorrendo. É preciso cautela. Então, o que acontece aqui: nos Correios existe o banco postal. O banco postal é uma concessão, e pretendemos que assim continue, ou seja, que continue com a concessão. Acho que o atual concessionário está vencendo e, então, deve-se fazer nova concessão. Não acho adequado que os Correios tenham o seu próprio banco, porque o setor público brasileiro já tem bancos suficientes. Acho que é bom ter bancos públicos. Na crise, isso foi demonstrado, são todos bancos eficientes, mas, em relação aos Correios, a orientação é esta: que continue. O banco postal é importante, porque os Correios têm um grande potencial, é verdade. O banco postal nos Estados Unidos é importante, mas temos a possibilidade de que ele seja operado pelos bancos já existentes, que têm *expertise*, já têm condições. É claro que o Governo tem que ter uma participação – quando digo participação, digo participação nos resultados – nesse banco postal, porque, afinal de contas, é um guichê importante, ajuda também a inclusão da população, inclusão financeira, mas não há a intenção de se criar um banco postal. Portanto, não há uma escalada de criação de bancos públicos no Brasil.

A Finep não é um banco, a Finep é um fundo de financiamento de inovação tecnológica. Não é um banco.

(intervenção fora do microfone)

Não, não há a intenção de transformá-la em banco, mas ela é uma instituição que está voltada a financiamentos, inclusive com subsídios. Acho que a questão tecnológica é fundamental para o País. Estimular o desenvolvimento tecnológico é fundamental, mas não vai ser transformada em banco. Pode ficar tranquilo, Senador.

Quanto à questão da desoneração, essa é uma discussão que queremos fazer com os senhores, com o Congresso, já estamos fazendo com o setor empresarial. É importante continuar as desonerações no

Brasil. O Brasil tem uma carga fiscal elevada, ela tem que ser reduzida, nos a temos reduzido ao longo do tempo e temos que reduzir ainda mais. Precisamos desonerar mais as exportações brasileiras, estamos desenvolvendo mecanismos para devolução de crédito de exportação, não é fácil fazê-lo por conta da contabilidade, já que, muitas vezes as empresas demandam créditos que não possuem, e eles têm que ser verificados. Porém, estamos, digamos, tornando a apuração de forma automática. Até o final do ano, teremos o PIS/Cofins em sistema eletrônico. Toda a contabilidade do PIS/Cofins estará em sistema eletrônico. Então, saberemos a posição exata dos créditos a receber. A duvida é a seguinte: a empresa diz: "tenho 1 bilhão de crédito para receber". A Receita tem que ir lá, olhar as notas fiscais, fazer um trabalho muito difícil e dizer: "não, você não tem 1 bilhão, tem 500 milhões". Então, se anteciparmos 1 bilhão, depois vamos ficar a ver navios. A maioria das empresas é séria, algumas fazem, às vezes, um planejamento tributário, às vezes, não. Então, temos que ter essa cautela.

Com esse sistema eletrônico, vamos ter as informações em tempo real. Vai ser uma beleza. O Brasil terá um sistema tributário dos mais avançados. Portanto, a devolução pode ser imediata, mas estou, até lá, querendo achar uma maneira de devolver os créditos tributários para as empresas que operam dentro da lei, que não costumam fraudar créditos tributários. Não é uma coisa fácil. O senhor foi Secretário da Receita e, por isso, conhece bem a questão,

Em relação à folha, é uma discussão que deve ser feita. Não temos uma posição, mas sabemos que é necessário desonerar a contribuição patronal da folha de pagamentos, é um ônus que recai sobre, por exemplo, exportação. Diminuiria o custo da exportação, mas é uma discussão que faremos em breve com os senhores para que, juntos, possamos desembocar em um sistema tributário mais leve para a produção brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega.

Tem a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está satisfeito com as respostas do Ministro?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Estou muito satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Inclusive, sobre o Banco, os Correios?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Acho que o Ministro deu a garantia.

A nossa grande preocupação é com uma possível escalada estatizante na área financeira, o que, realmente, criaria problemas enormes numa área que V. Exª conhece bem. Mas as palavras de V. Exª nos tranquilizam, trazem muita tranquilidade em relação ao problema. Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quero cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral, nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; e o Senador Lobão Filho, Vice-Presidente desta Comissão.

Muito bom dia, Sr. Ministro Guido Mantega! Obrigado por ter atendido aos nossos requerimentos.

Nosso primeiro requerimento diz respeito à Vale. Eu gostaria, Sr. Ministro, de fazer uma pergunta nesse sentido. Em 2010, a Vale viveu o melhor ano de toda a sua história, ao obter o lucro de R$30,1 bilhões. Segundo dados divulgados pelo sítio eletrônico do jornal *Folha de S.Paulo* no dia 25/02/2011, tal valor representa aumento de 192% no seu lucro. Ainda segundo a fonte, o faturamento da empresa no ano passado foi de R$84 bilhões, isto é, alta de 71%, o que expressa novo recorde.

Para se ter a real dimensão do ganho de eficiência da empresa após a privatização, cito alguns dados.

De 2000 para cá, a Vale comprou dezesseis empresas no Brasil e no exterior, fez parcerias com a China, prospectou negócios na África. Em 2006, comprou a canadense Inco por R$13 bilhões, maior negócio já feito por uma empresa latino-americana. O número de empregados multiplicou-se por cinco: são 56 mil funcionários e 620 mil empregos indiretos. O Estado arrecada R$4 bilhões de impostos com a Vale. O seu valor de mercado é dez vezes maior do que o de antes da privatização, R$115 bilhões. Além disso, de acordo com estudo promovido pelo Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar, por ocasião do IV Encontro da Produção Científica e Tecnológica, ao se analisar a rentabilidade da empresa antes e após a privatização, percebe-se que a Margem de Lucro sobre Vendas Líquidas aumentou de 12,6% para 30,45%, ou seja, houve um aumento de 141%. E a taxa de retorno sobre investimento da empresa variou de 3,36% para 14,19%, o que corresponde a uma elevação de 322%.

Por mais que se atribua parte do desempenho da empresa à apreciação do valor do minério de ferro no mercado internacional, a administração do Sr. Roger Agnelli foi, sem dúvida alguma, fator determinante

para esse extraordinário resultado. Ou seja, a Vale não apenas provou ser mundialmente competitiva, mas também se tornou mais eficiente após a privatização.

Diante de tal cenário, a ingerência do Governo no comando da empresa, hoje pertencente à iniciativa privada, é afrontosa e soa como mais uma manobra política para distribuição de cargos e favorecimento, aos olhos da sociedade. Como V. Exª explica essa intromissão governamental em assuntos privados, especialmente diante dos já mencionados excelentes resultados obtidos pela Vale?

Sr. Ministro, em relação a outro tema, a inflação, o que nos assusta é que os números sempre começam de uma forma e terminam de outra. Sei que V. Exª sempre foi contra o aumento da taxa Selic, sempre se preocupou com isso, mas esses números mudam mensalmente, e há dificuldade por parte de certos setores do Governo de aceitá-los.

Pela primeira vez, escuto falar nos cortes de despesas públicas. O IOF e outros índices já conhecemos. Qual a expectativa do Governo em relação à redução desses gastos públicos? A que níveis o senhor espera chegar, para contribuir com a queda da inflação?

Em relação à sua afirmação de que cresceremos 4,5%, quero dizer que o Informe Conjuntural da CNI refere-se ao primeiro trimestre e afirma que diminuiu a expectativa do crescimento econômico brasileiro de 4,5% para 3,5%.ao final de 2011. Já a produção industrial foi de uma expectativa de alta de 4,5% em relatório de dezembro de 2010 para 2,8%, segundo as atualizações feitas sexta-feira, 15 de abril.

Então, eu pergunto: com todas as medidas de aumento de Selic, IOF de 3% para crédito do consumidor, tarifa de 6% para empréstimos menores que 720 dias, redução da expansão de crédito, moderando a demanda, o que leva a crer que realmente nós vamos cumprir essa meta de 4,5%?

Obrigado, Excelência. ,

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado pelas suas perguntas, Senador. Permita-me esclarecer uma série de coisas. Em relação à Vale, a Vale, de fato, é uma empresa privada muito bem-sucedida, conforme o senhor colocou. O Governo gosta de que ela seja bem-sucedida porque, se ela dá lucro, nós cobramos os nossos impostos e isso vem para a população brasileira também. Portanto, quanto mais bem-sucedida, melhor. E ela traz bons rendimentos para os seus acionistas, nos quais estão a Previ, que possui 49% das ações e o BNDES que tem quase 9% das ações.

Portanto, nós somos os primeiros interessados no sucesso da Vale. A Vale é a segunda maior empresa brasileira depois da Petrobras; portanto, ela tem uma importância estratégica para o Brasil. Embora seja uma empresa privada, e assim tem que permanecer, a nosso juízo, ela tem uma participação pública; portanto, é natural que o Ministro da Fazenda se interesse e se preocupe com o destino que está sendo dado a essa empresa. É o que aconteceu por ocasião dessa mudança que está havendo na direção da empresa, uma mudança absolutamente natural. Todas as empresas têm mudanças de diretores, de presidente, periodicamente. O Sr. Roger Agnelli ficou dez anos à testa da empresa, o que é mais do que a média nas empresas de mineração ao longo do mundo.

Então, ele ficou um bom tempo certamente porque deu os resultados que os acionistas esperavam. Os acionistas resolveram fazer uma mudança na empresa e eu procurei acompanhar essas mudanças porque o Governo é sócio da empresa, tem parte interessada. Além disso, trata-se de uma concessão e uma empresa que tem um grande impacto na economia brasileira. É uma empresa estratégica para o Brasil, que deve ser preservada. Nós todos temos que zelar para que a Vale seja uma empresa bem sucedida.

Então, eu acompanhei esse processo de perto, conversei com os acionistas, conversei várias vezes com a Previ, que preside o conselho de administração e, portanto, faz parte também dessa administração. E quero dizer que o processo foi absolutamente dentro daquilo que rege o estatuto da empresa. Houve uma escolha a partir de um *head hunter*, um caçador de cabeças, de cérebros, de talentos, empresa especializada; aquilo estava no estatuto, se apresentaram vários candidatos, todos eles dentro de critérios que os acionistas estabeleceram, como profissionalismo, experiência, na empresa, não indicação política; foi tudo perfeito. Preocupei-me para que esse processo tivesse esse andamento. Foi assim e acho que o resultado foi muito positivo dentro desses critérios que foram estabelecidos. E é vida normal, não vejo nenhuma anormalidade em relação a isso. Parece-me que o resultado foi bom e nós veremos isso no futuro a partir da mudança desse Conselho.

Então, a Vale, posso assegurar, deve continuar sendo uma empresa bem sucedida no cenário brasileiro e mundial.

Em relação à inflação, eu quero dizer...dá para colocar aquele quadro que vocês esqueceram de pôr? Esse quadro da inflação. Essa é a inflação brasileira nos últimos anos. Então, nós podemos ver que, nos anos mais recentes, nós temos tido uma inflação mais baixa. Portanto, no nosso Governo, nós temos conse-

guido manter, nós temos conseguido conciliar crescimento maior, porque a taxa de crescimento é maior no período mais recente, com uma inflação mais baixa. Portanto, nós temos controle da inflação, nós temos agido quando é necessário e, mesmo no ano de 2011, que temos essa conjuntura internacional desfavorável do ponto de vista da inflação, a inflação não vai escapar do controle. Posso garantir ao Senador – o senhor pode me cobrar – que a inflação permanecerá dentro dos parâmetros. Pode bater no teto da meta, que seria 6,5%; acredito que não. O Banco Central está projetando 5,6%. Pode ser ou vai ser parecido com o ano passado, que foi 5,9%. Mas o senhor veja que nós temos cumprido as metas de inflação. No ano passado, por exemplo, a economia cresceu 7,5%, uma demanda forte, no entanto, a inflação foi de 5,9%. Então, o Governo terá todo o empenho para debelar a inflação, porém tomando todo o cuidado com a preocupação que o senhor demonstrou aqui quanto ao crescimento. É para debelar a inflação sem derrubar o crescimento. Porque derrubar a inflação derrubando o crescimento qualquer um faz, não precisa de um Ministro da Fazenda. A arte da coisa é conseguir equilibrar. A população brasileira não quer perder o emprego, não quer perder o poder aquisitivo; quer continuar demandando. Portanto, nós temos condições e estamos tomando as medidas na graduação certa. O senhor falou bem: se exagerarmos nas medidas, derrubamos a economia e a produção industrial ficará abaixo do esperado. Então, deve haver essa sintonia fina, que não é muito fácil – o Senador Dornelles sabe muito bem o que é isso –, mas acredito que teremos sucesso. A partir de maio, o preço do etanol deve começar a cair, portanto, o combustível começa a cair; as chuvas devem parar, não sei por que não pararam ainda, São Pedro não está nos ajudando muito este ano, é verdade, mas já estão parando pelo menos na região de São Paulo, e os preços dos alimentos deverão cair. Então, não há nenhum risco, nós estamos controlando, tomaremos as medidas que forem necessárias, mas, ao mesmo tempo, continuamos estimulando investimento, vamos continuar desonerando a produção, vamos continuar combatendo essa concorrência desleal que às vezes acontecem, de países que usam taxas de câmbio administradas, que manipulam essas taxas. É preciso ficar atento e segurar todas essas... Mas o Brasil certamente sairá vitorioso. Eu posso garantir que nós não voltaremos às taxas de inflação que tivemos no passado. O Banco Central está empenhado nisso, junto com o Ministério da Fazenda. O corte das despesas públicas é para valer. Não é a primeira vez. Em 2008, por exemplo, o resultado fiscal era muito favorável. Porque, é claro, nós temos que fazer cortes, mas, ao mesmo tempo, permitir investimentos, permitir... Isso significa reduzir arrecadação ou dar subsídios, como demos durante a crise; tivemos que dar subsídio para baixar a taxa de juros. Então, nesse momento, nós podíamos cortar; no ano passado, nós não podíamos cortar despesas. Não sei se o senhor viu, no primeiro trimestre, a despesa cresceu menos que o PIB nominal, o que eu acho que é a graduação certa. O correto é que a despesa cresce menos que o PIB. Ela vai continuar crescendo porque há uma série de despesas que crescem. Por exemplo, os senhores aprovaram aqui uma lei que faz com que a despesa com saúde cresça todo ano. E foi muito bem feita. Portanto, a despesa com saúde este ano está crescendo 13%, 14%. É o PIB nominal, mas é necessário, foi correto. Despesa com educação tem que subir. Agora, outras despesas, nós estamos controlando. De modo que acredito que, mesmo enfrentando esses problemas, que procurei mostrar que não são só brasileiros, nós conseguiremos chegar a esse resultado favorável, com crescimento em torno de 4,5%.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ministro, eu quero ter certeza de que a gente chegue no final do ano e parabenize por essas metas. Nós não torcemos ao contrário, para que o senhor tenha razão. Apenas o nosso papel é estar pontuando sempre e apontando, às vezes, os desvios que têm uma falta de ótica entre o próprio Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) Sr. Presidente, Sr. Ministro, são tantos os questionamentos e o tempo é tão reduzido que vou procurar sintetizar, ser o mais sucinto possível e direto, dividindo em duas etapas. A primeira, o colega Cyro Miranda já abordou, mas pretendo retornar ao assunto: a questão da Vale.

Ele destacou o bom desempenho da gestão de Agnelli à frente da companhia. Sem dúvida, é um desempenho de destaque a empresa aumentou suas vendas em dez vezes, de US$4 bilhões para US$46,4 bilhões. As ações valorizaram extraordinariamente: as ações ordinárias com direito a voto 834% de valorização; as ações, de modo geral, 1.583% de valorização.

É indisfarçável que houve interferência, a nosso ver, indevida, do Governo. Essa interferência começou ao final de 2008, exatamente em dezembro, quando o Presidente Lula passou a tentar orientar os inves-

timentos da companhia, induzindo, por exemplo, que deveria investir em siderurgia no Pará, etc.. Durante todo essa fase de pressão sobre a Vale, que culminou com o afastamento de Agnelli, diretores ameaçaram inclusive de pedir demissão em massa, cerca de 30 diretores, insatisfeitos com que alguns denominavam de "venezuelização" da Vale, fazendo referência, evidentemente, à política praticada por Hugo Chávez na Venezuela.

V. Exª foi citado especialmente no que diz respeito à pressão sobre o Bradesco. Houve um diretor do Bradesco, segundo a imprensa, que chegou a afirmar que houve um massacre sobre o Bradesco. E o Bradesco, com receio de prejuízos, em razão de seus interesses ligados aos Correios e etc., cedeu às pressões do Governo, tendo como porta-voz o Ministro da Fazenda. O senhor afirma que os acionistas concordaram com isso. Como se vê, há controvérsias, inclusive no que diz respeito a opiniões de diretores, conforme referi.

Então, essa é a indagação: Houve sim uma intervenção branca? Há essa tentativa de "venezuelização"? É sobre isso que eu pretendo que o Ministro possa falar.

O Ministro de Minas e Energia, seu colega, Edison Lobão chegou a afirmar: "A Vale precisa contribuir mais fortemente para os interesses do País". E disse mais: "A produção de aço no País é conveniente, é necessária ao povo brasileiro e à sociedade". A fala do Ministro nos passa a impressão de que o Governo pretende sujeitar a Vale aos seus interesses de natureza política, quem sabe. Essa é uma indagação, em função desses critérios voluntaristas que são estabelecidos da parte do Governo. Eu imagino que, se essa prática for estabelecida em relação a todas as grandes empresas do País, estatais ou privadas, nós teremos permanentemente a mão grande do Governo nas direções dessas empresas.

Esta é a indagação que nós queremos formular ao senhor sobre a Vale e passo, a seguir – num bloco só, não é Sr. Presidente? –, ao outro tema que diz respeito ao assunto do momento, que é o grande debate: a questão da inflação.

Há no País já movimentos de rebeldia em relação aos preços dos combustíveis. Brasília já se movimentou. Nesse final de semana, no meu Estado, em Cascavel, houve uma grande manifestação de protesto em razão da elevação dos preços dos combustíveis, especialmente, porque se proclamou de forma espetaculosa que nós chegamos à autossuficiência de petróleo. Então, para a população que vai até o posto de gasolina fica difícil entender a elevação dos preços, que, aliás, impactam também em relação à inflação.

A indagação: quanto o Governo importou de combustíveis e lubrificantes somente no último mês, obviamente com a contribuição do aumento dos preços dos combustíveis no processo inflacionário?

A outra questão que nós temos debatido bastante no Senado é a dívida pública interna. Há controvérsias em relação aos números oficiais do Governo, que fala em um trilhão seiscentos e noventa, e há especialistas que afirmam que a dívida interna ultrapassa dois trilhões e quatrocentos bilhões em razão da não contabilização de transferências internas, que deveriam ser contabilizadas como dívida, a exemplo do que ocorre com a transferência para bancos públicos, sobretudo o BNDES.

A indagação: que medidas o Governo pretende tomar para evitar a aceleração do encarecimento da dívida pública federal?

Aqui há alguns números: saltou de 9,6% ao ano, em março de 2010, para 11,76%, em março de 2011; a dívida subiu 1,39% em março, e fechou o mês em 1,690%, uma expansão de 24 bilhões em um mês. Então, o que o Governo pretende fazer para conter a escalada do custo da dívida?

Uma outra questão que acho fundamental. Sou leigo em economia, mas entendo ser fundamental analisar corte nos gastos. O Governo anuncia cortes nos gastos, mas há informações de que os gastos sobem. No último trimestre, os gastos com custeio subiram – gastos com viagens, com cartões corporativos, gastos com pessoal e, principalmente, os gastos com os juros e serviços da dívida pública, que cresceram significativamente.

Eu entendo, Ministro, e queria sua opinião, que sem a ousadia de uma reforma administrativa com profundidade, o corte nos gastos será insignificante. É impossível o Governo cortar sem realizar uma reforma administrativa em profundidade, eliminando paralelismos, superposição de ações. A máquina pública cresceu de forma exorbitante, o Governo se tornou obeso e, por isso, perdulário, porque gasta excessivamente com despesas supérfluas, gastos correntes, e compromete sua capacidade de investir produtivamente. Então a reforma administrativa é essencial, e nós não ouvimos nada do Governo a respeito dela.

Uma outra questão. Vou ser rápido, Sr. Presidente, se V. Exª me permite. Outra questão diz respeito aos preços das obras públicas. Perdoe-me, Ministro, sei que não é da sua responsabilidade, mas essa indagação precisa ser feita.

O Governo não adota mecanismos eficientes de controle dos gastos públicos e também não cuida de combater o sobrepreço das obras, o superfaturamento. Há quem diga que o Brasil se transformou no paraíso do

superfaturamento. São mega faturamentos. O Tribunal de Contas insistentemente os denuncia: usina Abreu e Lima, em Pernambuco, a refinaria Getúlio Vargas, em Araucária. São obras superfaturadas. Certamente, isso impacta fortemente também no controle inflacionário. Sem o controle desses preços...

Eu tenho mais algum tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª já passou do tempo faz tempo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então vou fazer só mais uma indagação e deixo o Ministro com a palavra.

Os especialistas afirmam, Ministro, que o Governo está atrasado, já devia ter adotado novas medidas de restrição ao crédito. O movimento de alta da inflação não está sendo contido.

O que falta para o Governo convencer o mercado de que está no caminho certo?

Se os especialistas afirmam isso, é porque o Governo não os convenceu. Falta, por exemplo, reconhecer as origens fiscais do problema com as despesas correntes excessivas do setor público, a que me referi anteriormente.

As demais perguntas eu fico devendo ao Ministro.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

Quero dizer que ninguém tem mais preocupação com as ações da Vale do que eu, porque o meu Fundo de Garantia eu tenho uma opção de Vale. Eu não devia dizer isso aqui, mas...

Então, para mim, é importante que as ações da Vale cresçam, mas não vou fazer nada nem contra nem a favor em relação a isso.

O que senhor chama de interferência é uma relação saudável entre uma empresa importante do País... Quero dizer ao senhor que o Governo se relaciona com várias empresas do setor produtivo. Ainda amanhã eu terei uma reunião com o GAC (Grupo de Acompanhamento da Crise), com representantes dos vários setores produtivos, que são empresários de todos os setores, com quem a gente discute.

Em relação à Vale, eu diria que ela mesma sempre tomou a iniciativa, o Roger Agnelli várias vezes pediu audiências ao Presidente Lula, ao Ministro da Fazenda, para expor os planos de investimento, para expor aquilo que está fazendo, me convidou para conhecer o centro tecnológico da Vale em São José dos Campos, etc. Periodicamente, várias vezes por ano, vinha mostrar o plano de investimentos. A Vale dizia que queria investir em siderurgia. Não escondo o interesse do Governo em que a Vale não só explore minério, mas também tenha valor agregado. Esse é um desejo, porque corresponde aos interesses nacionais. Mas isso não nos levou a fazer nenhuma imposição à Vale; sempre houve... Quando o Sr. Roger vinha apresentar os projetos... Aconteceu também em 2008 que os projetos siderúrgicos que haviam sido apresentados antes não vinham sendo realizados. Aí o Presidente Lula teve lá uma...

Na verdade, ele teve uma reação a dois fatos: o atraso dos projetos siderúrgicos que a Vale colocou no seu plano de investimentos – não fomos nós. A Vale sempre teve projetos de investimentos siderúrgicos, tanto que fez um projeto no Rio d Janeiro com a Companhia Siderúrgica do Atlântico Sul (CSA), alguma coisa assim. Mas tinha prometido fazer investimentos siderúrgicos no Pará e não os fez. Isso, evidentemente, desagradou o Presidente Lula, como também o desagradou quando houve aquela demissão em meio à crise. Nós sempre fazíamos um apelo aos empresários para que evitassem demitir funcionários, mas não era só à Vale; era a todas as empresas.

Quando começou, a crise o Governo disse: "Nós vamos combater a crise. Nós vamos dar condições aos empresários para que eles retomem as atividades, evitem demitir funcionários. Não demitam os funcionários", e a Vale, com todo seu poderio, com todo esse lucro, demitiu 1.200 funcionários, fazendo barulho, inclusive, fazendo propaganda de que estava demitindo, uma empresa cuja folha de pagamento representa nada no faturamento dela. Então o Presidente Lula, com justa razão, se manifestou democraticamente. Vejam: ele não tomou nenhuma atitude. Poderia ter retaliado a Vale. A Vale é uma concessão. Ele poderia ter aumentado impostos. Não fez nada disso. Apenas ele utilizou o chamado *jus esperniandi*, apenas manifestou-se publicamente. Não vejo, assim, uma situação mais democrática do que esta, a de publicamente demonstrar a sua insatisfação, e o Sr. Roger Agnelli simplesmente ignorou, continuou fazendo aquilo que achava que era necessário.

Portanto, não vejo nenhuma interferência da Vale. Agora, não nos esqueçamos de que a Vale tem 60% de Previ e BNDES, que participam da administração da Vale. Então, o Governo tem uma participação, tem que se preocupar com uma empresa e ela tem que contribuir, sim, para o País. Não é só olhar para os interesses dela. Tem que ter lucro, tem que remunerar os acionistas, tem que ter uma posição cada vez mais sólida, tem que se expandir no mundo todo. Porém, ela tem também que olhar para os interesses do País.

Portanto, eu não ouvi falar nesse diretor do Bradesco que disse que foi feito um massacre. Eu acho

que as palavras são um pouco exageradas. Mas eu gostaria de ter o nome do diretor para saber, porque eu não ouvi nenhum diretor falando isso. Eu dialoguei com o Bradesco, dialoguei...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Aí é o sigilo da fonte, Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Sigilo da fonte.

Bom, eu dialoguei com o Bradesco, assim como dialoguei com a Mitsui, que é o outro sócio. Na verdade, foi uma reunião que juntou todos e onde ninguém foi massacrado. Eles tomaram a medida autonomamente, indicaram um técnico... Então, eu diria que o processo ali foi absolutamente normal, não houve nenhuma anormalidade. Acho até que talvez tenha havido uma politização por parte da Vale, não por parte do Governo. Nós não fizemos isso. Nós não trouxemos a discussão para o nível do político, mesmo porque a gente sempre quis uma solução profissional e técnica, que me parece que foi o que aconteceu lá. Então, essa interferência não existe e eu espero que a Vale continue tendo todo esse sucesso, dando esse lucro, pagando imposto e valorizando as nossas ações lá.

Em relação ao preço dos combustíveis, de fato, o senhor tem razão. Os combustíveis chegaram no seu preço mais elevado. Nós temos uma situação, hoje, internacional, em que o preço do petróleo está no seu patamar não digo mais elevado, porque em 2008 chegou a US$150.00 o barril durante poucas semanas, mas ele está se mantendo num preço alto. Isso impacta todos os combustíveis e derivados. Nós temos uma posição privilegiada, sim, porque a Petrobras não aumentou ainda o preço da gasolina. O que acontece é que foi o etanol que subiu. Portanto, na mistura, o preço do combustível ficou mais caro, porque na nossa gasolina nós temos 25% de etanol, e o etanol chegou no seu preço mais alto.

Há uma questão de mercado também. Houve um grande aumento do consumo de gasolina e etanol porque os brasileiros estão comprando mais carros, estão com mais recursos e, portanto, estão viajando mais, abastecendo mais seus carros. Agora, essa situação tende a se normalizar a partir de maio.

No ano passado também houve uma elevação do etanol. Todo ano, em março e abril, no início do ano há uma elevação do etanol por causa da sazonalidade. Isso é normal. Foi agravado pelo fato de que o consumo cresceu mais do que o normal. Isso vem se avolumando, mas o Governo está estimulando o aumento da produção de etanol, está enquadrando o etanol como combustível. Portanto, vai haver obrigatoriedade de contratos de oferta do produto, de modo que não haja, digamos, o desvio da cana apenas para o açúcar, porque o açúcar, neste momento, está rendendo grandes lucros, mas que haja um investimento em etanol. Na medida do possível essa atuação vai se normalizar.

Já declarei publicamente e vou repetir aqui que, se a Petrobras tiver que subir os preços, se permanecer essa situação do barril elevado no exterior, pode ser que em algum momento a Petrobras tenha que aumentar. Não será agora. Aí nós poderemos regular o preço com a Cide. Vamos reduzir a Cide de modo a não criar aumento de preços de gasolina.

Mas isso é uma questão para o futuro.

Em relação à dívida pública interna, não sei de onde vieram essas informações. Eu até gostaria de tê-las com mais detalhes, porque elas são totalmente equivocadas; dizer que a nossa dívida é maior do que R$1,7 trilhão. Isso aqui é contabilidade nacional; isso aqui é verificado, analisado, é contabilidade pública. Então, não há o menor risco de que nós estejamos equivocados em relação a isso. Isso eu posso lhe assegurar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A questão é o método da contabilidade. O que alegam alguns é que não há contabilização dos recursos transferidos internamente e que deveriam estar contabilizados, recursos do Tesouro para o BNDES, recursos do Tesouro para...

O SR. GUIDO MANTEGA – Estão. Estão contabilizados na dívida bruta. Na dívida bruta estão contabilizados. Portanto, posso lhe dizer: a nossa dívida bruta está em 60,5% do PIB. É a nossa dívida bruta.

A boa notícia é que a dívida brasileira tem caído, não tem aumentado. Então, não há esse descontrole. Pelo contrário; a dívida bruta, contabilizada com o recurso do BNDES, está em 60, e a nossa dívida líquida está, neste momento, em 40% do PIB. É uma das menores da nossa trajetória. O senhor sabe...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ministro, essa...

O SR. GUIDO MANTEGA – A lista... A dívida, a trajetória da dívida...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ministro, não vou debater aqui, é claro – o Regimento é impróprio para esse debate –, mas há controvérsias em relação ao que V. Exª afirma, e, se possível, vou encaminhar-lhe inclusive algumas informações com a fonte.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu gostaria que o senhor me encaminhasse...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o especialista-fonte que opina dessa forma, contrariando as palavras de V. Exª.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu gostaria que o senhor me encaminhasse.

Quero dizer que as nossas contas são avaliadas pelo Fundo Monetário, são avaliadas pelas empresas de *rating*, pela Fitch, Moody's, Standard & Poor's. Nós acabamos de ter uma *upgrade*: nós fomos promovidos pela nossa dívida. Enquanto os Estados Unidos, em função da sua dívida, sofreram rebaixamento, nós estamos avaliados por uma empresa que não tem nada, nenhuma relação política com o Governo, a Fitch, e fomos reconhecidos como mais sólidos.

Então, posso lhe afirmar: a dívida está caindo. Portanto, as contas públicas estão cada vez mais saudáveis. E, se o senhor me mandar as suas informações, terei o maior prazer em lhe responder e lhe esclarecer, discutir os números, que são claros. A qualquer momento estarei aqui para esclarecer esse tipo de dúvidas.

Portanto, os gastos, como eu já disse, sobem, é verdade. O Estado brasileiro tem aumento de gasto com o social, por exemplo, mas, com viagens, há uma redução forte. Gastos com viagens vêm sendo reduzidos, a rigor, desde 2003. Quero dizer: estamos gastando com viagens. Embora, de fato, o Estado brasileiro seja maior, porque nós recompusemos o Estado – o Estado hoje cumpre funções que não cumpria no passado, na área do investimento e na área social –, os nossos gastos têm caído.

Inclusive, em relação ao PIB, é claro, nos gastos com pessoal, a folha de pagamento tem uma dinâmica onde eles crescem, mesmo que não se dê reajuste. Há o chamado crescimento vegetativo da folha. O que posso lhe dizer é que, em termos de proporção do PIB, o gasto com pessoal está caindo; o gasto com pessoal em relação ao PIB, hoje, é 4.4, 4.5...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Era 4.8, chegou a 5% em 2001, 2002, hoje é 4.5 do PIB. Portanto, mesmo o gasto com pessoal, em relação ao PIB, está diminuindo.

Então, é natural que todos esses gastos subam. O importante é que eles subam com uma velocidade menor do que o PIB, de modo que as contas vão estando cada vez mais saudáveis.

Portanto, o Estado não está obeso, não precisa fazer regime. Mas é claro que é sempre bom cuidar do gasto público

Acho que o Estado tem que fazer permanentemente a reforma administrativa. Nesse sentido, o senhor tem razão: fazer reforma administrativa significa rever despesas, procurar enxugar gastos onde eles são excessivos. Isso é uma preocupação permanente que devemos ter, e nós temos, tanto que este ano cortamos, em média, de todos os ministérios 35% das dotações, inclusive do Ministério da Fazenda. E estamos orientando para que se faça mais com menos, que se aumente a produtividade. De modo que estamos atendendo a essas preocupações que o senhor colocou aqui, em relação às despesas públicas.

Quanto ao preço das obras públicas eu não sei o que dizer. Acho que o Governo Brasileiro nunca foi tão fiscalizado como está sendo hoje, não só pelo Congresso que fiscaliza, e deve fiscalizar; pelo Tribunal de Contas, que entra muitas vezes em polêmicas; pela CGU, que fiscaliza todos os gastos, e sem dizer que hoje há uma transparência orçamentária, os gastos estão aí no sistema para que todos possam verificar os gastos pessoais dos ministros. Vocês têm acesso pela Internet e podem ver gastos de cada ministro. De modo que nunca houve uma transparência tão grande das contas públicas e controle de gastos, a meu ver. Portanto, não acredito que haja superfaturamento. Mas se houver algum, pode até acontecer, ocorrer, será coibido, será identificado e revertido quando isso ocorrer.

Enfim, a questão da alta da inflação, eu já falei bastante aqui, é de fato um problema no qual estamos atentos a ele; o crédito está aquecido, está crescendo a 20% ao ano, mas estamos procurando reduzir o crescimento desse crédito, se bem que não podemos extingui-lo simplesmente, não podemos acabar com o crédito, porque o Brasil sempre foi carente de crédito. Então nós temos que graduar isso, para não matarmos a galinha dos ovos de ouro; o setor financeiro tem que continuar promovendo o crédito, mas em alguns momentos tem que moderar esse crédito. É o que nós estamos fazendo. De modo que possamos enfrentar esse furto inflacionário de maneira adequada.

Acho que o Governo pode não convencer uns e outros, pois acho que alguns setores – não é o caso aqui dos senhores, evidentemente – ou setor que tenha interesse que o Brasil tenha uma taxa de juros mais elevada, ou que permita fazer essa arbitragem, reclama então do Governo.

Ontem, li um artigo que dizia que eu tinha acabado com a arbitragem no Brasil, tinha reduzido o lucro da arbitragem; que, certamente, esses setores que fazem arbitragem estavam tristes comigo, não estavam contentes porque nós fizemos isto: subimos o IOF, colocamos o IOF no mercado de derivativos etc., e isso entristeceu alguns que costumam ganhar no Brasil de forma inadequada.

Então, vejam os senhores, críticas sempre vão ocorrer, mas nós precisamos saber exatamente quais são as razões. Posso lhes garantir que a inflação será controlada no Brasil, faremos todos os esforços para isso; cortaremos gastos, e já estamos fazendo isso;

e, no final do ano, vamos ter uma inflação dentro das metas pré-estabelecidas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB– PR) – Sr. Presidente, eu não vou contraditar o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, ainda há vários oradores inscritos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB– PR) – Como os demais, apenas rapidamente, na réplica, não vou contraditar o Ministro em relação a algumas questões, mas quero... porque uma de suas afirmações eu considero muito grave: V. Exª disse que o Governo poderia ter retaliado, o Presidente da República poderia ter retaliado a Vale. Eu entendo que não poderia e não deveria. Isto vem na esteira de uma interferência político-partidária nas empresas estatais e privadas.

Por essa razão, eu quero apresentar um requerimento, Sr. Presidente, propondo uma audiência pública para debater este assunto, convocando a Srª Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários; o Sr. Armínio Fraga, Presidente do Conselho de Administração da BMF-Bovespa; o Sr. Gilberto Mifano, Presidente do Instituo Brasileiro de Governança Corporativa; e do Sr. Carlos Antônio Rocca, especialista em mercado de capitais.

Já que o mercado acionário e a governança corporativa foram duas grandes conquistas da economia e da sociedade, nós temos que preserva-las.

A proposta dessa audiência pública é para que esse debate possa trazer esclarecimentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só para entender. O Senador Alvaro Dias quer fazer uma audiência pública sobre um fato que não aconteceu: a interferência do Governo na Vale. Entendi bem?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Jucá, eu posso explicar. Não é só na Vale; há interferências denunciadas em outras áreas, em empresas estatais e privadas. Estou propondo esse requerimento, e, obviamente, nós teremos oportunidade de debater esse assunto quando esse requerimento estiver em votação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Vamos restabelecer o debate, com foco nessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, nós encaminharemos o requerimento dentro das regras estabelecidas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Era esse o meu propósito. O Senador Jucá é que queria discutir agora. Eu não pretendi discutir agora.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não; não. Eu queria era entender.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas V. Exª vai entender.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Porque o Ministro Guido Mantega acabou de dizer que não houve nenhum tipo de ação do Governo, não houve nenhum tipo de posicionamento e, aí, o Senador Alvaro Dias saca um requerimento predeterminado... Era só para fazer o contraponto, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Ministro Mantega é uma voz respeitada, mas existem outras vozes que devem ser consideradas, inclusive a da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, V. Exª encaminha o requerimento aqui à Mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para fazer o contraponto é que nós vamos encaminhar contrariamente no momento em que o requerimento for colocado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quando o requerimento vier à Mesa para ser votado pelo plenário...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Romero Jucá não quer debater temas importantes para o País. Nós não estamos prejulgando; queremos esclarecer e debater. A voz do Ministro Mantega é a voz do Governo. Existem outras vozes que devem ser ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Queria aqui saudar o nosso Ministro da Fazenda, parabenizando-o pela exposição e também pela condução da política econômica que tem demonstrado resultados concretos para este País.

Em relação à questão da Vale, queria dizer e lembrar que o Governo é um dos principais acionistas e, portanto, tem direito de fazer alterações na empresa e, inclusive, de sugerir políticas da administração da empresa. Isso é feito em qualquer empresa do mundo. Não há ninguém inamovível. Portanto, acho que isso tem que ter muita consciência de todos nós. È uma

empresa que tem gestão, que tem acionistas, e o Governo é o seu sócio majoritário.

Em relação às discussões econômicas, foco desta audiência e de grande importância para o País, é importante aqui reconhecer, Ministro, a consistência e a coerência da política que está sendo conduzida por V. Exª, como já o foi no Governo do Presidente Lula e agora no da Presidenta Dilma. Uma política que tem como tripé o controle da inflação, mas o crescimento da economia e a distribuição de renda. È isso que está fazendo o País mudar.

Em relação ao controle da inflação, é importante dizer que nós estamos na meta desde 2005, ou seja, nós não saímos fora da meta desde 2005. O sistema de metas começou em 1999, no meio do ano, com o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É um sistema importante, porque olha para o futuro; portanto, não ficamos olhando o que aconteceu, ou seja, nos voltamos para o futuro.

Naquele momento, nós tivemos uma meta muito ousada, o que fez com que tivéssemos uma política de juros com um taxa Selic extremamente elevada, o que deu um breque na economia.

E é importante deixar claro aqui que, quando tínhamos uma inflação sob controle e quisemos retomar o crescimento econômico, não conseguimos fazê-lo porque tivemos o apagão por falta de investimentos. Agora nós mostramos que o Governo está fazendo. E mesmo aquele Governo, que tinha como uma de suas prioridades o combate à inflação e que implantou o regime de metas, não conseguiu entregar o País com a inflação controlada. É bom dizer que a inflação em 2002 estava em pleno descontrole. E nós chegamos com a inflação 12,5%; em maio, a 17%. E é bom dizer a esta Casa e a esta Comissão que foi sob a gestão de V. Exª, no Governo Lula, que conseguimos trazer o quadro à situações de hoje. Ou seja: uma inflação de 12,5% a 17% a uma média de 5%. Juros reais da ordem de 16% para 6%. .Crescimento econômico, em média, de 2,5% para 4,5%, além de uma política relevante do salário mínimo, que foi uma das políticas que fez com que nós tivéssemos distribuição de renda. Quero afirmar, com isso, que V. Exª tem muito crédito, Ministro. V. Exª e o Governo têm muito crédito e muito respeito para afirmar o que estão afirmando, ou seja, que a inflação estará sob controle, sobretudo porque tem passado, porque tem história, porque tem números mostrando isso.

E, aí, eu queria fazer a V. Exª três perguntas. A primeira é sobre as profecias pessimistas, sobre as críticas exacerbadas. Até que ponto pessoas com responsabilidade pública, exercendo cargos, mandatos inclusive, ao fazerem isso, estão contribuindo para que tenhamos uma profecia autorrealizável de inflação, uma profecia que se cumpre. É importante esclarecer também que vamos ter, até agosto, uma situação de elevação de índice olhando os doze meses passados, até porque vamos retirar do cálculo desses doze meses o período de inflação zero, que foram os meses de junho, julho e agosto. Então, possivelmente, nós vamos chegar a agosto com uma inflação dos últimos doze meses na meta, no patamar elevado da meta ou até passando um pouquinho.

Então, qual a importância que têm esses discursos para a formação da opinião. Nós estamos vendo isso na questão da gasolina. A Petrobras não fez alteração e nós temos postos de combustíveis que estão fazendo alteração de preços. Então, temos de ter essa responsabilidade.

A segunda pergunta é em relação à taxa Selic. Há muitas críticas em relação a que a política do Governo de combate à inflação é uma política frouxa, até porque não tem um aumento maior da taxa Selic. Vários analistas de mercado e, nesta Casa, vários Senadores já colocaram essa situação. Então, é importante V. Exª frisar o que impacta a Selic no combate à inflação e o que isso realmente impacta na economia.

Digo isso porque nós já tivemos a administração da economia brasileira com um instrumento único – a taxa Selic –, ou seja, uma taxa Selic alta, um câmbio apreciado. Baixava-se a inflação, mas com custo de desenvolvimento econômico elevadíssimo. Então, é de se deixar claro o porquê de não ser esta a única política econômica adotada pelo Governo.

E, por fim, que V. Exª pudesse nos falar um pouquinho sobre a política de salário mínimo e da sua sustentabilidade, inclusive, colocando a importância que tem a distribuição de renda nesse cenário macroeconômico nacional. Até porque nós temos visto ultimamente, nos jornais e também aqui na Casa, preocupações de que o aumento do salário mínimo no ano que vem, já por política aprovada por esta Casa, poderia ter impacto na questão inflacionária. Então, gostaria que V. Exª discorresse, por favor, um pouquinho sobre a política do salário mínimo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Ministro Guido Mantega...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não vai ser por bloco?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É porque são quatro Senadores ainda inscritos. Se todos concordarem, nós podemos fazer por bloco.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É que já são 12h14min. Se vai acabar às 13h...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, ótimo.

Senador Luiz Henrique da Silveira; depois, Senador Aloysio Nunes Ferreira e, em seguida, Senador Gim Argello. São estes os últimos inscritos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Houve uma falha lamentável. É que eu estava com uma lista pequena. Então, realmente, o Senador Lindbergh Farias tem razão.

Quero saudar a presença do Senador Leonel Pavan, Governador de Santa Catarina também, nosso grande amigo e companheiro.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Sr. Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, Sr. Ministro Guido Mantega, em primeiro lugar, quero enaltecer a forma como V. Exª se colocou rapidamente à disposição desta Comissão para prestar essas informações sobre a economia nacional.

Quero trazer ao debate a questão do relacionamento federativo, a situação difícil por que passam Municípios e Estados. Quero saber como o Governo Federal pretende modificar essa relação, que acumula dois terços de tudo o que se arrecada no País nos cofres federais, deixando apenas um terço para Estados e Municípios.

V. Exª mencionou aqui que o Governo Federal efetivamente pretende operar uma mudança no regime do ICMS, estabelecendo que, nas transações interestaduais objeto de importações, o ICMS venha a ser equalizado. No nosso entender, essa equalização, mantidos os demais parâmetros de relacionamento federativo, prejudicará os Estados, principalmente os Estados exportadores de produtos de valor agregado, como é o caso de Santa Catarina, que fizeram um esforço para, por meio de benefícios, atrair novos empreendimentos para o seu território. Isso prejudica Estados, como o nosso, que investiram na modernização dos seus portos e na ampliação do número de seus portos. Em Santa Catarina, em uma parceria efetiva e importante com o Governo Federal, recuperamos os três portos estatais e viabilizamos, por meio do setor privado, a construção de mais dois portos modernísimos.

A nosso ver, a adveniência de uma equalização do ICMS, mudando no caso das importações da origem para o destino, promove ainda mais a concentração econômica do nosso País, em detrimento de um processo de descentralização, que deve nortear todas as políticas econômicas.

Os Estados vivem uma situação difícil em relação aos créditos de exportação e em relação à dívida consolidada. Como V. Exª sabe, em 2001, os Estados consolidaram suas dívidas históricas, e se manteve, até hoje, o mesmo sistema de juros sobre essa dívida.

Vou dar-lhe um dado relativo ao Estado de Santa Catarina. Quando assumi o Governo, devíamos R$4 bilhões. Pagamos, em oito anos, R$6 bilhões e devemos R$10 bilhões, o que é uma caricatura do antigo BNH, em que a pessoa só deixava de pagar a prestação da sua casa quando morria.

Então, pergunto a V. Exª: a par dessa decisão de equalizar a tributação do ICMS nas transações interestaduais, o Governo está pensando, elaborando projetos no sentido de restabelecer algo do tipo Lei Kandir para os créditos de exportação e uma nova sistemática dos juros sobre a dívida consolidada?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, meus caros Colegas, eu gostaria de começar com uma observação que não posso calar a respeito da intervenção da Senadora Gleisi Hoffmann. Quando em primeiro lugar ela afirma que as críticas da oposição podem contribuir para exacerbar os problemas do País. Isso me lembra a chamada guerra psicológica adversas dos governos militares. Os governos militares confundiam qualquer crítica com a guerra psicológica adversa, que era crime contra a segurança nacional. Ainda não chegamos a este ponto, apesar de o Ministro da Fazenda ter dito aqui – e eu quero insistir nesse ponto – que se o Presidente Lula quiser retaliar a Vale poderia ter retaliar a Vale. Acho que isso não pode passar sem uma resposta de V. Exª.

A segunda observação ainda sobre o discurso da Senadora Gleisi Hoffmann é atribuir ao Presidente Fernando Henrique, sobre cuja liderança o Brasil domou o demônio da inflação, perdeu o controle da inflação. Ora, nós vivemos na transição exatamente uma crise de temor por parte da maioria dos brasileiros que o PT, no Governo, viesse a cumprir o seu programa. Em boa hora, o PT apostaseou em relação ao seu programa e, hoje, a senhora é uma das principais defensoras da política econômica que era praticada naquela época. Mas, enfim, são coisas que eu não poderia deixar sem resposta.

Esse pânico que levou exatamente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de contraditar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Foi o risco Brasil, risco PT no Governo.

Muito bem, ainda em relação à frase do Ministro. O Ministro disse que, no ano passado, não era possível cortar despesas. Aí uma confissão cândida, Ministro, de que no ano passado o Governo estava preocupado em eleger a Presidente Dilma sua sucessora. Não posso deixar de comentar essa sua frase, porque, evidentemente, já no ano passado, nós tínhamos superado a crise de 2008 e a política anticíclica continuou *à outrance,* depois de ela ter se tornado necessária. V. Exª, com sua frase de que no ano passado era impossível cortar despesas, está simplesmente confirmando isso que a oposição diz: que no ano passado o Governo turbinou os gastos para eleger a Presidente Dilma.

E depois esse mesmo Governo vem a público, através da palavra de V. Exª, ao anunciar a consolidação fiscal – que não é nada mais nada menos do que o ajuste fiscal cuja necessidade havia sido negada pela Presidente Dilma, quando candidata – o senhor diz que haveria corte e que isso vai doer e não vai ser sem dor. Essa é uma observação preliminar.

Eu queria também retomar o tema dos tributos, porque não me parece concebível que o Governo até hoje, um governo de continuidade, um governo que assumiu há oito anos atrás, encontrou os principais problemas que o Brasil vinha arrastando na sua história econômica nas duas décadas anteriores, um governo que encontrou a inflação sob controle, salvo esse desassossego com a eminência da chegada do PT, responsabilidade fiscal implantada, regime de metas de inflação, a dívida dos Estados sob controle, um governo que tem esse tempo todo de permanência, agora esteja cogitando propor medidas tributárias que foram anunciadas pela Presidente na sua campanha e aqui no Congresso Nacional no dia da abertura dos trabalhos legislativos.

A desoneração da folha de pagamento foi apresentada pela Ministra Dilma como algo absolutamente prioritário e, até agora, Sr. Ministro, não nós temos sequer um esboço de um texto no qual essas intenções do Governo venham a ser concretizar.

Em matéria de questões tributárias, V. Exª, ao responder ao Ministro Dornelles, usou e abusou, como tem sido muito de hábito, do termo verbal do gerúndio: estamos fazendo, estamos discutindo, estamos vendo. Até agora, não há nenhuma medida concreta, objetiva nessa proposta pelo Governo. O fato, Ministro, é que não são apenas algumas vozes que se preocupam com a volta da inflação. A inflação é uma preocupação de todos. A inflação é crescente ao ponto de o Presidente do Banco Central dizer que jogou a toalha quanto a perseguir a meta neste ano, jogando para o ano que vem. O déficit externo é recorde, histórico, superando a casa de 2,3 do PIB. A nossa dívida pública vira 60% do PIB, no conceito bruto. A doença holandesa já se instalou. Eu vi hoje declarações nos jornais de gente do setor de produção de máquinas agrícolas dizendo que, de um *agrishow* para outro, a participação de produtos importados passou de 40% para 60%. As contas públicas têm sido maquiadas, sim, com essas operações que fazem com que a relação Tesouro-BNDES faça lembrar a época passada da conta movimento. As empresas brasileiras continuam se endividando lá fora para aplicar aqui dentro. O Banco Central, na sua política de acumulação de reservas, muito além do que seria necessário, estimula a entrada de dólares, estimula as operações de arbitragem, de tal modo que, em grande parte, a entrada de dólares e a consequente valorização do real não é uma consequência da entrada... ela é uma consequência de uma política de acumulação de reserva do Banco Central. De modo que eu, na minha visão, penso que, tanto de curto prazo quanto no médio prazo, as preocupações são muito maiores, pelo menos de uma parte considerável da opinião pública brasileira, da qual a Oposição se pretende um porta-voz, do que as razões, do que o panorama, do que o otimismo poliânico que V. Exª exprime na sua exposição.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu queria pedir, em razão do art. 4º, inciso VIII do Regimento Interno, para contraditar o Senador Aloysio Nunes, já que eu fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Art. 14.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Art. 14, desculpe-me.

Gostaria apenas de esclarecer ao Senador, no debate que estamos fazendo aqui, que realmente havia um descontrole inflacionário, e não era um descontrole inflacionário pelo PT. O PT não era governo, é bom lembrar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Era o medo do PT. O medo de que vocês aplicassem o seu programa, é óbvio.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Aliás, feito por terrorismo político pelo Partido de V. Exª, durante a eleição e depois que o Presidente Lula ganhou. O Partido político de V. Exª, o Partido que governava fazia terrorismo político, dizendo que o PT

não teria responsabilidade. E mais do que isso: havia pressão de setores da sociedade que especulavam naquele momento e ganhavam rios de dinheiro. E o Governo de V. Exª não deu resposta a isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E o plebiscito da dívida externa?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Deixando o País numa situação extremamente delicada economicamente. Foi isso que eu quis dizer. Então, é importante resgatar a verdade dos fatos aqui. E nós precisamos, sim, ter cautela com a forma com que nós falamos. O que está acontecendo é que esses mesmos setores que especularam à época estão especulando novamente, querendo aumento de inflação, querendo ganhar no mercado financeiro. É importante dizer isso. E aqui eu quero ressaltar o crédito que tem o Governo do Presidente Lula, o Ministro Guido Mantega, pela condução da política econômica. Nós não tivemos inflação de 12,5% ou 17%. Essa inflação veio do Governo de V. Exª. E a inflação hoje é uma inflação controlada, ficou na faixa de 5%. Os juros reais caíram de 16% para 6%. Houve crescimento no País. Então, nós não podemos fazer esse tipo de discurso aqui. Nós estamos vivendo uma realidade, com números concretos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu posso fazer o discurso que eu quiser. Dá licença, Senadora. Fique claro isto: eu faço o discurso que eu quiser.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa garantisse a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi Hoffmann, para concluir, porque nós temos muitos Senadores...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas, Senador, ela também pode.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se eu tiver que fazer, eu faço e não admito que censurem o meu discurso. Faço o discurso que eu quiser.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O direito é dela e do senhor também.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Faz o discurso que quer e vai ouvir o discurso que... Vai ouvir. Há uma liberdade aqui. Estou falando e gostaria de ser respeitada. E deixo isto claro: nós pegamos, sim, o Governo do Presidente Lula pegou este País com descontrole inflacionário e trouxe a inflação para a casa dos 5%. Portanto, é um Governo que tem credibilidade, e tem credibilidade na política que está sendo adotada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Com a palavra, o próximo Senador inscrito, Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB - DF) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Srs. Senadores; obrigado a todos os que estão falando.

Eu gostaria simplesmente de parabenizar pela exposição, nesta manhã tão profícua para a gente entender a nossa economia, a nossa realidade hoje, mas principalmente pela condução da nossa economia trazida pelo Ministro Mantega e pela Presidente Dilma Rousseff.

Temos alguns bons problemas para serem resolvidos.

O excesso de capital externo. Vejam vocês a situação vivida pelo Brasil hoje: temos excesso de capital externo chegando, temos pleno emprego. Nossa dificuldade hoje é na mão de obra qualificada. A demanda está muito aquecida, e esse problema está sendo resolvido desde a semana passada, com o lançamento de um programa nacional, para que as escolas técnicas possam suprir essa demanda de mão de obra.

Vejam os problemas que o País está vivendo, os bons problemas que o nosso País está vivendo.

Esse é o problema do desenvolvimento, e não problema de estagnação, Senador Flexa Ribeiro. Estamos vivendo um problema agora de desenvolvimento.

Então, quero parabenizar novamente o Ministro pela condução da economia.

Seriam somente estas as minhas palavras: dizer que foi uma manhã muito boa.

Quero parabenizar V. Exª, Presidente Delcídio do Amaral, pois é desta forma que a Comissão de Assuntos Econômicos tem que se comportar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - V. Exª permite que eu seja o quinto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Na frente de V. Exª, temos o Senador Crivella e o Senador Inácio Arruda. O critério é o dos partidos. É um da base e outro da oposição. É a alternância democrática.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu gostaria de ceder o meu lugar para esse guerreiro, nobre Senador do Rio de Janeiro. Ele pode falar. Eu não quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB - AL) – Esse é o critério da cortesia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Este é um critério importante: a cordialidade..

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Esta aliança é estratégica para o Rio! (*Risos.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Eu quero fechar uma homenagem aqui ao meu colega.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Com a palavra, o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Senadora Gleisi, agradeço muito por suas palavras, que provavelmente superam aquilo que realmente fizemos. Foram muito generosas.

Eu queria dizer que, de fato, certos posicionamentos têm influência na inflação, porque é uma questão de expectativa. Não estou dizendo que sejam as palavras da oposição, dos Senadores, etc. Muitas vezes vêm de alguns segmentos do mercado. Não são as críticas que atrapalham, porque estas são bem-vindas. Nós temos que ter críticas, porque muitas vezes erramos e podemos corrigir. Acho que a discussão é muito proveitosa para ambos os lados. Não temos aqui a pretensão de acertar em tudo, mas penso que temos mais acertado do que errado. Basta ver os resultados na sociedade, basta perguntar ao povo brasileiro, à população como é que ela está se sentindo, como é que ela está vivendo.

Talvez, de fato, é preciso tomar cuidado com certos posicionamentos. E muitas vezes o mercado está operando. Eu vejo assim: em véspera de Copom, por exemplo, de repente, vem alguém e diz: "O aumento tem de ser de 0,75%". "Tem que subir 1%". E o cidadão lá já está no mercado futuro posicionado para ganhar.

Repito: isso não tem nada que ver com a posição dos Senadores da oposição. Não é isso, mesmo porque a sua fala não foi pela oposição. Falou sobre profecias pessimistas. Não era endereçada a, digamos, a oposição, que presta um serviço. Acho importante termos uma oposição forte, para que ela possa cumprir o seu papel. Mas certas profecias de segmentos do mercado não só atrapalham, como, na verdade, estão operando no mercado, estão tentando influenciar a opinião pública numa determinada direção, e às vezes atrapalham.

Então, não são críticas. Repito: não são críticas

As críticas são, digamos, necessárias e são permanentes. Se todo mundo começar a dizer que o Governo não vai controlar a inflação... mas eu estou garantindo aos senhores que nós vamos controlar a inflação, que a inflação está controlada. A prova disso é só olhar ali os quadros, nos últimos oito anos, como nós controlamos mais a inflação do que mesmo o governo anterior, que fez um trabalho bom, positivo – e temos que reconhecer que o Plano Real foi um bom plano, eu reconheço aqui, deu uma contribuição grande para o combate à inflação, mas não chegou a debelar. E não foi só no ano de 2002; não, foi antes, em 2001, 2000. Tinha problema de inflação que o governo combateu como pode, com as armas que pode. Só não posso aceitar no continuísmo. Mas, depois, nós vamos chegar lá, quando eu falar sobre as intervenções do Senador Aloysio.

Em relação à Selic, o curioso é que nós temos opiniões distintas, porque uns dizem: Ah, o juro no Brasil é muito alto, nós temos que parar de subir juro: outros dizem: Ah, o Governo não está subindo o suficiente. E cada um tem os seus interesses para defender. Acho que a política de juros do Governo está sendo consistente, na medida certa, o Banco Central está atuando, sim; é um dos poucos bancos centrais que subiu 1,25%. Mostrem-me um outro banco central que subiu isso aí, e outros países estão com a inflação mais alta que o Brasil.

Agora, o Banco Central está sendo criativo, está usando várias armas contra a inflação, porque não é só a elevação de juros que combate a inflação. Ela é necessária, mas não é suficiente, nós estamos combatendo com outras armas igualmente importante à elevação dos juros. As medidas prudenciais são recomendadas na reunião de Basileia. Basileia III recomenda, depois dessa crise financeira que se deu em parte pela ousadia exagerada, pela falta de prudência dos bancos, medidas prudenciais que nós tomamos aqui no Brasil. Ou seja, obrigar os bancos a terem mais capital para enfrentar um possível problema de crédito. E isso foi feito. Foi implantado já no ano passado, em novembro, onde essas medidas prudenciais levaram ao encarecimento do crédito. Vejam os senhores, não é o nosso esporte preferido encarecer o crédito, mas, nesse momento, estamos encarecendo um pouco o crédito para baixar o nível de consumo.

De modo que é muito importante que se usem várias armas. E não é uma invenção nossa, do Brasil. Nós temos a China fazendo isso, aumentando o compulsório, vários países usando uma composição de armas para conter a inflação. Não é nenhuma inovação brasileira; é normal que se faça isso. E temos feito isso e seremos criativos ali para conseguir o nosso objetivo, que é manter a inflação sob controle.

Também nós vamos conseguir, este ano, manter dentro das metas, apesar das dificuldades internacionais.

Quanto à política de salário mínimo, a nova política econômica procura conciliar benefícios sociais, fortalecimento do mercado de massa, distribuição de renda com crescimento. Isso é uma grande inovação que não

havia, certamente, no governo anterior, tanto que você tem hoje uma desconcentração da renda, e você fazer isso na graduação certa. Então é você ter uma política de salário mínimo que valorize o salário mínimo e que vai continuar. Acho importante que a gente dê continuidade. E este ano foi importante manter a regra, pois neste ano implicava que não houvesse aumento real de salário mínimo, embora, nos últimos anos, o aumento do salário mínimo foi extraordinário, foi de quase 50% o aumento real e o poder de consumo.

Então, a nossa novidade é justamente fazer um desenvolvimento que permita a inclusão social, o aumento do poder aquisitivo do salário mínimo, e da classe média também, que é uma população de renda mais baixa, de modo que eles criem um círculo virtuoso, um mercado consumidor que estimula o investimento, o crescimento, a arrecadação e tudo mais. Então, acho que isso está sendo conseguido e vai continuar. Mesmo diante de uma crise, nós não desativamos os programas sociais, como poderia ter ocorrido no passado. Não desativamos investimentos e não desativamos os programas sociais, ou seja, mantivemos esse dinamismo do Brasil.

O Senador Luiz Henrique mostrou uma preocupação com a situação de Estados e Municípios, principalmente em relação à questão da possível mudança do ICMS. Veja, Governador: nós vamos discutir isso com os Governadores, com o Congresso; não será feito nada que venha a prejudicar os Estados, principalmente aqueles que se aplicaram em melhorar a sua infraestrutura e produzir valor agregado. Essa é uma discussão em que há de haver consenso, ainda porque tem que passar pelo Confaz. E o senhor sabe que lá é por unanimidade; não tem, digamos... Basta que um divirja para que não se tenha a mudança...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Aliás, Ministro, a meu ver, devemos fazer uma alteração no Confaz para que seja como é na democracia, ou seja, por maioria; talvez até por maioria absoluta.

O SR. GUIDO MANTEGA – Enfim, acho que devemos buscar o consenso e temos que enfrentar os problemas que existem com o ICMS. O ICMS é o tributo mais complicado que nós temos hoje na estrutura tributária brasileira, que é complicada. E nós temos que avançar e modernizar esse sistema. Nós temos que impedir a guerra fiscal, porque ela já se tornou contraproducente para todo mundo. Um brigando contra o outro, todos vão acabar perdendo. Então, temos que evoluir para um sistema que diminua a guerra fiscal.

O Governo Federal tem que assumir uma parte dessa responsabilidade. Desse modo, os Estados que poderiam perder, por exemplo, com a redução do ICMS interestadual, têm que ser compensados. Então, nós não vamos deixar os Estados na mão, como se diz; nós vamos criar estímulos e compensações para os Estados. Agora, acho que está na hora de discutirmos isso e evoluímos para um outro patamar. Atrapalha a produção o regime de ICMS que temos hoje no País. Nós podemos evoluir. Mas essa é uma discussão que nós temos de fazer. Faremos com os senhores, que podem contribuir muito com essa discussão. Aliás, essa discussão veio aqui para a CAE na semana passada. Então, nós vamos discutir bastante antes de chegarmos a uma solução que seja boa para a maioria dos Estados brasileiros.

A preocupação do Senador com a dívida dos Estados é legítima, porque, no passado, indexou-se essa dívida ao IGPM mais uma margem de juros, de 6% ou 9%, Não sei se Santa Catarina está com 9%. E, de fato, como os juros no passado, no País, eram muito mais altos, essa não era uma taxa tão alta. Hoje, ela se tornou uma taxa alta. Nós temos que olhar para essa questão e fazer com que os Estados que pagam 9% baixem para 6%. Há soluções que nós encontramos já para alguns Estados.

Agora, o meu problema é a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma contribuição do Governo anterior, que reconheço aqui, deve ser preservada. Então, como fazer para mudar essa regra sem mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal,? Ela é um dos fundamentos da solidez da economia brasileira que eu procurarei manter. Vamos encontrar um caminho para isso também.

Respondendo ao Senador Aloysio Nunes...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ministro, e a questão dos créditos de exportação...

O SR. GUIDO MANTEGA – A questão dos créditos de exportação...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O Governo pensa em reeditar algo semelhante à Lei Kandir?

O SR. GUIDO MANTEGA – Bom; essa é uma discussão que temos de fazer a cada ano. Nós, no momento, estamos preocupados em devolver os créditos federais para exportação, e existe um problema de créditos estaduais. Não tenho solução para os créditos estaduais. Temos que discutir mais isso. Em relação à Vale, acho que já disse tudo o que podia dizer. O processo foi transparente, foi legítimo, não houve interferência do Governo. Então, não entendo essa preocupação de alguns Senadores da oposição em trazer um problema que foi resolvido. Eu gostaria de saber dos Srs. Senadores se estão insatisfeitos com a solução, se o Governo, de fato, fez uma intervenção? O Governo, na prática, não fez intervenção nenhuma, nem antes, nem depois. Então, estamos discutindo aqui uma questão

filosófica talvez. Não vejo qual é a importância disso aí. Agora, em relação à afirmação de que o Governo deu continuidade à política econômica, acho que está mais do que claro que não deu continuidade. É uma nova política econômica. É claro que mantivemos os avanços que foram obtidos pelo governo anterior, mas isso é inegável, e espero que todos os governos façam assim: mantenham os avanços. Mas nos fizemos uma inflexão grande na política econômica, e os resultados estão aí para serem avaliados.

Na questão das declarações e sua interferência, Senador, gostaria de dizer que, na questão do chamado Risco PT, em 2002, houve certa participação de autoridades governamentais na época, que diziam publicamente "se o PT ganhar a eleição, este País vai afundar, vamos ter argentinização". Não convém aqui rememorar, mas foram representes da República, em postos importantes, que afirmaram isso. Então, vou dizer que houve um estímulo para que houvesse medo do PT, que era totalmente infundado. Certo?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Revelou-se infundado, Ministro, felizmente. O PT teve o bom senso de renegar o programa que vinha sustentando durante 20 anos. Felizmente, porque, se tivesse ganho com aquele programa, antes da Carta aos Brasileiros, teria sido um desastre.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não renegamos. Muito pelo contrário, eu o estou implantando o programa original do PT, que era exatamente este de melhorar a situação dos trabalhadores, aumentar o emprego, dinamizar a economia, tornar o País respeitável no exterior, diminuir a vulnerabilidade externa, todo o programa do PT está sendo cumprido à risca. À risca! Não sei o que não foi cumprido. Cumprir os contratos, isso foi um compromisso que o Presidente Lula sempre teve. Antes, quando era candidato, nós até aceitamos o Fundo Monetário Internacional, apoiamos o Governo. Mas essa é uma velha discussão, que já está superada. O importante é o seguinte: o governo anterior deu uma contribuição, e ela foi absorvida. E nós fizemos uma outra política econômica com base nisso também. Graças a isso também, e espero que, no futuro, a oposição utilize aquilo que fizemos de melhor e continue.

No ano passado, Senador, ainda não tínhamos consolidado o crescimento. Essa crise de 2008 não pode ser subestimada. Ela foi uma crise violenta, poderosa, ela derrubou os países avançados. Até hoje, eles não se recuperaram. E não podíamos brincar em serviço, ou seja, tivemos que tomar medidas ousadas e garantir que o crescimento ia voltar. E, para isso, de fato, não poupamos esforços. Demos crédito, subsídios, aumentamos gastos públicos e, até o ano passado, o investimento não tinha se consolidado ainda. O investimento é o que mais sofre. Quando se tem uma crise, a primeira coisa que cai é o investimento, tanto que ele foi para negativo em 2009. Tivemos menos dez (-10) de investimento aqui no Brasil. Então, tivemos que dar um empuxe. O investimento começou a se recuperar no último trimestre de 2009. Portanto, tivemos que continuar dando suporte ao investimento em 2010. Acho que foi de bom tamanho.

Já recolocamos todos os impostos. Em março de 2010, já tínhamos recolocado IPI em automóveis e em eletrodomésticos da linha branca, ou seja, já tínhamos recomposto tudo isso. A única coisa que ficou de fora foi investimento, porque, no caso do investimento, esse já era um projeto antigo. Já vínhamos desonerando investimento desde 2007, desde 2008. Então, não foi algo novo. Temos desonerado Imposto de Renda, IPI, PIS, Cofins. Fizemos várias desonerações nesse período. Então, isso ocorreu, eu diria, para garantir a consolidação da economia, o que não era trivial. Depois, a gente poderia dizer: "Talvez, a gente pudesse ter...". Mas, na hora, você tem de ter certeza de que você, de fato, consolidou o crescimento. Então, em 2011, podemos, com tranquilidade, cortar gastos, porque isso não comprometerá o crescimento, porque o crescimento já se consolidou, mesmo que num patamar menor.

A desoneração da folha é um tema de campanha da Presidenta Dilma, mas a Presidenta assumiu o Governo outro dia; faz quatro meses que o novo Governo começou. Não é trivial desonerar folha de pagamentos. Estamos discutindo isso, inclusive, com os senhores aqui e com o empresariado, e é algo que vamos cumprir. Posso afiançar-lhe que vamos fazer isso, mas o faremos depois de uma discussão madura. É preciso saber a melhor maneira de fazer isso. Os 20% que correspondem à contribuição patronal representam quase R$100 bilhões. Então, vamos ter de mudar de base. Tudo isso estamos discutindo com o Congresso, com os empresários e com os trabalhadores, de modo a obter a melhor solução possível. Posso garantir-lhe que faremos isso, dentro do Governo da Presidenta Dilma, quando isso estiver amadurecido.

Acredito que respondi à maioria das ponderações. Podemos passar para a segunda bateria de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Ministro Guido Mantega.

Vou, agora, fazer blocos de cinco, até em função do adiantado da hora. Peço objetividade aos Senadores e às Senadoras, por causa do tempo e dos compromissos dos Senadores e das Senadoras e do próprio Ministro Guido Mantega.

Conversei com o Vice-Presidente da Comissão, Senador Lobão Filho: vamos alterar essa lógica de alternância, porque alguns Senadores estão presentes aqui desde o início da reunião, outros não vieram aqui, porque tinham de participar de outras Comissões, mas aí quem chega depois pega carona com quem está na frente. Vamos ajustar isso.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Vamos tentar aplicar o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos tentar, dentro do que o Regimento determina, fazer algo mais sensato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, é necessário esse pedido da palavra pela ordem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou solicitando isso a V. Exª, porque acho que é necessário. V. Exª, depois de eu indagá-lo, poderá, a juízo seu, saber se isso é ou não necessário. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu gostaria que V. Exª esclarecesse quantos Senadores ainda estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dez.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu proporia, então, que fizéssemos um bloco de dez.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ótimo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Renan também está inscrito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Estou inscrito, mas, em função da presença didática do Ministro Mantega nesta Comissão, eu queria retirar minha inscrição.

Agradeço a presença a V. Exª, que é muito importante para se transmitir segurança ao Brasil, sobretudo pela forma como ela evoluiu. Este debate está sendo transmitido pela TV Senado. Isso é muito importante, para se dar tranquilidade ao nosso País sobre o rumo da economia e sobre os instrumentos que o Governo possui para conter a inflação neste repique inflacionário.

Então, quero parabenizar V. Exª e pedir a V. Exª que, por favor, prestigie o Senador Delcídio e esta Comissão e venha mais vezes ao Senado Federal.

Eu queria, portanto, abrir vaga para os nossos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral**.** Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Renan.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio, viu como o meu "pela ordem" foi importante?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral**.** Bloco/PT – MS) – Absolutamente procedente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Renan já utilizou o seu tempo e só temos nove.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral**.** Bloco/PT – MS) – Absolutamente procedente.

Bom, os próximos inscritos são Lindbergh Farias, Senador Inácio Arruda, Senadora Marinor Brito, Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O quinto é o Senador Ferraço; depois, Senador Flexa, Senador Eduardo Suplicy e, fechando esta audiência pública, Senador Eduardo Braga. E Senador João Pedro.

Se todos concordarem, a gente pode fazer um bloco único.

Senador Wellington também inscrito.

Então, Senador Lindbergh Farias, vou dar três minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Em homenagem por eu estar aqui desde o começo, Presidente?

Quero, primeiro, dizer o seguinte: acho que o Senado tem que fazer o debate que existe na sociedade. Infelizmente, aqui é uma crítica saudável à oposição parlamentar que não traduz o debate que existe na sociedade.

Eu quero começar pela questão fiscal. Houve um fato na semana passada que foram os números do superávit primário. Quem colocava dúvida no compromisso da Presidenta Dilma em fazer essa consolidação fiscal – e a gente via isso aqui no plenário dia a dia –, esses argumentos caem com a questão do superávit. Mesmo quando se fala do governo do Presidente Lula. E eu faço questão de defender porque eu acho que foi a política de enfrentamento da crise, desoneração tributária, expansão do crédito, aumento de gastos públicos, transferências para Estados e Municípios. E quero chamar a atenção aqui que em 2010 a situação começa a ser revertida, a dívida pública, que cresce em 2009, na relação dívida/PIB vai para 42,8; em 2010 já chega a 40,4. O déficit nominal, que chega a 3,2% do PIB em 2009, já começa a cair em 2010 para 2,6 e nós estamos falando este ano de ir para 1,9; relação dívida/PIB cair para 37 este ano.

E devo dizer aos senhores que eu não vi ninguém neste País dizer que a redução de IPI que foi até março

de 2010 devia ter acabado antes. Mas vejam que já tem um movimento de organização desde 2010 em relação às nossas contas. Por isso que eu falo que o Senado tem que expressar o debate real na sociedade.

O que o Governo está fazendo para combater a inflação, que é um problema que existe? Quero falar aqui de números: aumentou taxa Selic? Aumentou taxa Selic. Medidas macroprudenciais? Sim. Esforço fiscal? Está claro que existiu esforço fiscal. Só que qual é a polêmica? É que alguns acham que está sendo insuficiente. Nós temos que dar uma pancada mais forte. Nós temos que aumentar a taxa Selic com mais força. E nós achamos, e tenho orgulho dessa posição defendida pelo Governo, que nós temos que fazer um trabalho de combate à inflação, mas não devemos derrubar o crescimento da economia, uma política de gradualismo como alguns começam a chamar. Este é o debate que nós deveríamos estar fazendo aqui: o debate do mundo real, o debate com o mercado, o debate com alguns articulistas e economistas competentes que existem no País. E eu estou convencido de que o caminho do Governo é um caminho acertado, até porque eu sigo meu Líder Senador Francisco Dornelles, professor lá do Estado do Rio de Janeiro.

A discussão cada vez mais no mundo inteiro e aqui é em que o aumento da taxa Selic impacta a inflação. Eu vou trazer aqui os números do IPCA que todos sabem aqui. Do acumulado de setembro ao acumulado de março, houve uma diminuição do peso das *commodities* e um aumento dos serviços, aumentando despesas de cabeleireiro, empregada doméstica, outro aumento que existe considerável. É claro que existem outros aumentos sazonais, como educação. Mas, veja, da composição da inflação, nós temos só 23% ligados a serviço. Nós temos 22% ligados a alimentos e bebidas; 30% a preços monitorados. Então, a pergunta é a seguinte: qual o impacto – eu acho que este é o grande debate que deve existir no País – do aumento da taxa Selic nesse combate à inflação?

Eu quero aqui citar uma matéria que saiu no jornal *Valor Econômico* de ontem, da Claudia Safatle, em que ela fala de um diálogo do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda com Larry Summers, que foi Secretário do Tesouro do Governo Clinton e ex-assessor econômico de Barack Obama. A pergunta que o Secretário do Ministério da Fazenda faz é: "O que o senhor faria no Brasil neste momento? Aumentaria taxas de juros independente do resto?". E a resposta foi: "Não, isso é loucura. A taxa de juros não vai resolver o problema de *commodities* no Brasil". Como também não resolve o problema dos preços monitorados aqui no País.

E vou mais além: pego o jornal *Valor Econômico* – não estou fazendo propaganda do jornal, apesar de gostar de lê-lo –, a entrevista do dia 20 de abril, com o economista-chefe do FMI Olivier Blanchard. A Claudia Safatle também pega essa entrevista do dia 20 e coloca que, segundo ele, "os bancos centrais, no pós-crise financeira internacional, deveriam cuidar não só da inflação, mas da estabilidade financeira, do hiato do produto e da taxa de câmbio. Para isso, teriam que usar uma caixa de ferramentas mais diversificada do que apenas os juros, que inclua medidas prudenciais, intervenção no câmbio e controles cambiais".

Sinceramente, Ministro Mantega, eu acho que é uma mudança, um aperfeiçoamento da política do Banco Central. Não há mais apenas aquela discussão, de que a inflação é demanda, aumenta-se a taxa Selic. Eu acho que temos que introduzir um debate real no meio da sociedade, aqui neste Senado, sobre essa influência da taxa Selic nesses números da inflação. E aí a minha pergunta, Ministro, é: o relatório trimestral de inflação do Banco Central sinaliza o acerto desse caminho das medidas macroprudenciais. A última ata do Copom vai num caminho um pouco diferente. Eu sei que o Banco Central tem sua autonomia; não sei se o senhor vai querer comentar isso. No item 30 da ata do Copom consta: "O Copom entende, de forma unânime, que, diante das incertezas quanto ao grau de persistência das pressões inflacionárias recentes e da complexidade que envolve hoje o ambiente internacional, o ajuste total da taxa básica de juros deve ser, a partir desta reunião, suficientemente prolongado". Eu vi o relatório trimestral indo para um lado e a ata do Copom indo para outro lado. Houve uma mudança. Foram esses números do IPCA que colocaram um peso maior na questão dos serviços? Porque isso ninguém discute mais no País. Nós temos inflação pela elevação dos preços das *commodities*, mas há uma pressão, sim, em cima de serviço, pela mudança estrutural que acontece na economia brasileira.

E, para concluir, quando pegamos o discurso da Presidenta Dilma, nessa última reunião do Conselhão, ela fala que "o meu governo está diuturnamente, até noturnamente, atento a todas as pressões inflacionárias, venham de onde vierem, e fazendo permanentemente análise delas". Aqui, sim, eu acho que é outro dado substantivo. Há uma mudança. Não é só o Banco Central que é o guardião no combate à inflação. Há ações organizadas do governo como um todo. Essa ação mesmo, de sexta-feira, de autorizar a diminuição – é claro que vai haver aumento na safra agora e talvez não seja usada – da composição do álcool na gasolina. E outras ações organizadas e estimuladas nessa questão do combate à inflação. Então, a minha pergunta é

sobre relatório trimestral e ata do Copom. Queria fazer uma pergunta também sobre o salário mínimo, que vai ser perto de 14% no começo do próximo ano. De que forma o Governo estuda tomar outras medidas? Como vai ser nesse diagnóstico da inflação?

A Senadora Gleisi falou muito bem que, nos meses de junho, julho e agosto, nós tivemos inflação zero. Por mais que a curva, agora, seja uma redução dos números da inflação, mês a mês, isso vai significar uma elevação. É importante se antecipar e, eu acho, explicar isso.

Por fim, uma dúvida de leigo que participa desta Comissão: será que o Governo não levou um drible quando colocou, entre as medidas macroprudenciais, o aumento dos compulsórios bancários, e a gente viu que, em janeiro, fevereiro e março, entraram no Brasil 40% a mais de recursos do que em 2010? Ou seja, com o aumento dos compulsórios dos bancos, os bancos e outras instituições financeiras foram buscar aumentar a liquidez, pegando financiamento a 0,25% no exterior; será que esse não foi o problema? Porque a gente percebe que começa a haver mudança nos números quando o IOF sobre empréstimos externos, no final de março e começo de abril, foram... Será que o Governo não levou um drible, em que se aumentaram a liquidez do crédito e as pressões na área do câmbio?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado pela objetividade, Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra, o Senador Inácio arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB - CE) – Não sei se eu consigo ter a mesma objetividade do Senador Lindbergh Farias, que já anunciou, de princípio, que era leigo. Imaginem como é que vai ser se esse homem se mete a estudar a economia de fato do nosso País.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e agradecer a presença do Ministro.

Imagino um pouco assim: se nós, de fato, começarmos a debater essa questão central do que significa a política macroeconômica para o projeto que almejamos de Nação – porque esse é que é o grande objetivo –, como essas políticas que adotamos e que somos obrigados quase que diuturnamente a usar para poder manter o rumo do nosso projeto...?

Vim agora de uma discussão com a Ubes sobre o Plano Nacional de Educação e as metas para o Plano Nacional de Educação. E considero que nós não vamos alcançar o êxito de, na próxima viagem aos Estados Unidos ou à China, não levarmos apenas produtos primários e semiacabados e trazer produtos altamente sofisticados do ponto de vista tecnológico. Então, se a gente não conseguir esse salto, que é o que precisamos, poderemos pensar: "A nossa política é muito boa, mas não resolveram os projetos centrais de desenvolvimento da nossa Nação".

E há três coisas simultaneamente associadas - e estou de acordo com as últimas atitudes do Banco Central – que acho se ajustam melhor ao nosso objetivo comum, de ter um projeto nacional, de não enxergar apenas uma única medida para conter a inflação, que seria a pressão de juros, e juros, e juros. Então, essa medida não nos ajuda. Mas veja a situação: mesmo com os juros mais baixos de todos os tempos, continuamos com os juros mais altos do mundo. E todas essas nações em crise apelaram para a redução de juros e anunciam que... Vejam que a última medida do Banco Central americano foi a seguinte: "Vamos manter a taxa de 0% a 0,25%" - e não há perspectivas para se alterar em tempo curto. Então, aqueles que gostam de se apressar com o tempo, não se apressem, porque não há perspectiva de alterações substanciais num tempo curto.

Pois bem, mantemos taxa alta, o câmbio nosso continua numa situação de valorização. Fala-se até que há uma sobrevalorização maior do que a gente imagina. Estaríamos até contendo essa sobrevalorização, que ela já seria maior do que o que se apresenta.

Então, temos câmbio, juros e superávit primário. São três medidas que, do ponto de vista de um desenvolvimento mais avançado do País, são duras. Não são medidas simples; são medidas duras na economia brasileira.

E a minha pergunta – porque estou concordando com o conjunto, digamos assim, mas examinando que, mesmo com essa concordância, veja que é um tripé meio perverso para a economia. Não é um tripé que se diga assim: nós conseguimos tirar uma perna da sustentação da nossa economia, não estamos mais precisando dessa muleta tão dura na nossa economia.

Esse problema crucial ainda dos preços controlados, porque você aqui continua amarrado com os preços controlados; quer dizer, você tem que desvincular tudo, mas esses continuam vinculados ao IGPM. São os tais contratos que nós acertamos no processo de privatização e que nos amarram até hoje. E um dos preços fundamentais da economia, qual é? Energia. Mas esse é um preço caro, que impacta a nossa economia substancialmente.

Então esse é um problema crucial da nossa economia e isso mexe com o problema chamado competitividade, porque as *commodities* continuam todas muito bem, pois continuamos a vender soja, soja, soja e, principalmente, grão de soja, é o básico, isso dá um retorno grande ainda na nossa economia; minério de

ferro sem um tratamento adequado – agora, com essas medidas na Vale talvez a gente consiga fazer as siderúrgicas necessárias.

Eu vejo que V. Exª trata disso, está correto, mas é preciso medidas, na minha opinião, mais substanciais em relação a nossa competitividade. Porque nós não poderemos mais viajar por aí afora apenas para oferecer produtos primários. Nós temos capacidade para produzir esses "bichinhos" aí de computador, de celular; sinceramente nós podemos fazer isso no Brasil, não podemos continuar sendo montadores de equipamentos nessa área sofisticada da tecnologia. Precisamos, sim, dar saltos maiores, mais largos desse ponto de vista, para podermos usar o PNE; é um PNE para a gente responder a essa questão. E precisaria, portanto, a economia crescer, talvez, numa velocidade maior, e diminuir os impactos nos quais todos os setores industriais falam disso: Que nós estamos com dificuldades nessa área da competição. E parece que não e problema de folha, não é problema tributário; é problema de competitividade, que significa que temos que fazer uma inversão muito grande nessa área de investimento para poder favorecer a nossa economia, na área da competitividade industrial e tecnológica.

Acho que aqui a economia nossa, esse tripé, interfere diretamente nessas possibilidades da nossa nação.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra, a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom, para não correr o risco de ser objetiva como os dois Senadores que me antecederam, eu vou seguir um roteiro aqui escrito para poder dar oportunidade também para outros Senadores se manifestarem. Mas eu também estou interessada na resposta do Sr. Guido Mantega.

Esta audiência é extremamente importante para discutir a atuação do Governo junto a Vale, não pela justificativa apresentada no requerimento. Eu discordo da ideia de que o Governo não pode interferir na economia, principalmente quando se trata de uma empresa na qual o setor público possui controle acionário. Porém, discordo dos objetivos pelos quais o Governo está orientando a ação da empresa Vale, mantendo toda a lógica da exploração dos recursos naturais do país em benefício de poucos, mesmo os fundos de pensão, como a Previ, que em tese distribuiria os lucros da Vale aos seus aposentados, acabam beneficiando, em última análise, o ajuste fiscal, dado que recentemente o Banco do Brasil se apropriou de bilhões de reais do superávit da Previ. E para aonde vão, então, os lucros do Banco do Brasil distribuídos ao Governo Federal? De acordo com a Lei nº 9.530, de 1997, para o pagamento da dívida pública.

Portanto, na minha opinião, são os banqueiros que continuam se beneficiando, em última análise, das riquezas dos recursos naturais do país, que são extraídos pela Vale.

Outra grave questão que desejo colocar aqui é sobre a atuação do Governo na gestão da empresa Vale e a recente decisão de investir na usina hidroelétrica de Belo Monte.

Os administradores da Vale – e V. Exª repete – dizem que essa decisão não seria resultado de uma ingerência da política de governo. Mas os ganhos que a empresa terá com o empreendimento em termos de fornecimento de energia é inegável. Ora, isso somente confirma que a obra de Belo Monte serve para beneficiar grandes empresas eletrointensivas do setor primário exportador e não o povo brasileiro.

Até agora, nós não vimos os estudos feitos pelo Governo brasileiro, porque o Governo brasileiro não fez estudos de impacto socioambiental. Foram as empresas, aquelas que vão atuar junto à Vale do Rio Doce, que fizeram os estudos de impacto socioambiental.

Recentemente, há menos de uma semana atrás, foi enviado à OEA, como resposta à tentativa de impedir o prosseguimento da Vale do Rio Doce, um documento de 52 páginas do qual sequer se deu publicidade. Estou pedindo ao Governo brasileiro o conteúdo dessa resposta que o Governo brasileiro deu à OEA sobre a situação da Vale do Rio Doce. Até hoje esses estudos estão camuflados no debate interno do Governo. Nós, o povo brasileiro, o povo da Amazônia, o povo do Pará, exigimos que não só as empresas, mas que principalmente o Governo brasileiro tenha responsabilidade na decisão de dar prosseguimento ao investimento na Vale do Rio Doce porque é dinheiro público; é o BNDES também que está investindo dinheiro.

E os resultados que nós temos das análises feitas sobre esses documentos não oficiais, que são os únicos documentos de estudos feitos pelo painel de especialistas, dão conta de que estamos às vésperas de um desastre socioambiental cujas proporções não teremos como avaliar nem a curto, nem a médio prazos.

Eu queria saber exatamente a entrada da Vale do Rio Doce. Ela está se baseando em que estudos? Como e onde podemos ter acesso a esses estudos de impacto socioambiental que a Vale do Rio Doce está usando como parâmetro para entrar no projeto?

Nessa quinta-feira, agora, estou trazendo ao Senado Federal o resultado de uma diligência feita na região de Belo Monte e queria aproveitar para convidar todos os Senadores aqui presentes para que possam

ouvir o relatório, ouvir o painel de especialistas, ouvir o Movimento Xingu Vivo, as comunidades tradicionais que terão, sem dúvida alguma, o prejuízo que, historicamente, tem ficado na Região Amazônica, no nosso País, quando de empreendimentos semelhantes a esse.

Assim, queria convidá-los para quinta-feira agora, às 10h da manhã, na Comissão de Direitos Humanos, para que vocês possam ter a oportunidade que o Governo brasileiro não está dando ao povo brasileiro, qual seja, a de conhecer o que de fato está por trás dos interesses do investimento na Região Amazônica através da Usina de Belo Monte.

Não que isso seja uma situação de que poucos tenham conhecimento. Nós sabemos dos interesses que envolvem um grupo grande de Senadores aqui. Mas, se alguns Senadores ainda acham que não vai haver impacto naquela região, ainda acham que os índios não vão sumir daquela região, que aquela população não vai sofrer com a migração de quase 200 mil pessoas que se deslocam para lá quando apenas 20 mil empregos estão sendo oferecidos com esse empreendimento, eu gostaria de garantir a presença de V. Exªs na audiência, nesta semana, na quinta-feira de manhã.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Marinor Brito.

Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, três pontos. Na questão do câmbio, o Ministro estuda criar algum tipo de quarentena para os recursos oriundos de exportação de setor primário. Na questão do controle de inflação, acho que o Banco Central e V. Exª só merecem aplausos do povo brasileiro. Tentar conter a inflação apenas com aumento de juros tem efeitos colaterais, o que faz com que tenhamos que aumentar ainda mais a taxa de juros, caso não haja o auxílio das medidas macroprudenciais. Tem, portanto, efeitos colaterais danosos até porque sabemos que a inflação é uma linha de demanda acima de uma linha de oferta. E nós queremos trazer a demanda para a oferta. Mas é preciso também fazer o trabalho inverso: levar a oferta para a demanda. E, se subimos os juros, acabamos por tirar dinheiro de investimento para aplicação em banco. Nesse caso, Ministro, a Ministra Dilma, na época da campanha, prometeu aliviar a carga tributária. Ela falava sobre tributos da folha de pagamentos. A carga tributária no Brasil... estamos arrecadando tanto, Ministro. Para V. Exª ter uma idéia, a pessoa que paga Imposto de Renda de R$20 mil em dez parcelas de R$2 mil, se ele atrasar a última parcela – ele já pagou R$18 mil, falta a última – a multa não é sobre R$2mil, é sobre R$20 mil. E preciso diminuir a carga tributária? É, sim, sobretudo sobre investimentos. Deve-se ainda tentar puxar essa linha de oferta para a demanda.

Por último, Sr. Ministro, com todo o aplauso e com todo o prestigio que o senhor tem nesta Casa, por uma gestão tanto no Ministério do Planejamento quanto no Ministério da Fazenda, que consagrou o governo Lula, sem dúvida nenhuma – digo isso baseado nos números tirados das eleições e com a aprovação do Presidente Lula nos institutos de pesquisa – como o governo mais democrático, o governo que conduziu o Brasil ao seu destino, cujo Presidente não tinha vergonha de ser brasileiro, que sentia como a gente, que se expressava como a gente, que falava como a gente e que, acima de tudo, carregava no seu coração as aspirações justas e legítimas do nosso povo, muitas vezes esquecidas, V. Exª foi um menestrel. Quando se fala em Guido Mantega, todos nós devemos ter uma palavra de gratidão. Agora, V. Exª tem um pecado: Não responder às nossas ligações. Ministro, acho que não é um pecado só do senhor, não; é uma espécie de endemia. O Mercadante, que era nosso Colega, sentava aqui do lado e reclamava, mas, agora, como Ministro, também não responde ás nossas ligações. E V. Exª sabe que precisamos manter acesa a sua suprema vocação democrática. V. Exª, embora não seja homem do voto, sabe que, se subiu juros, vão dizer que subiu a divida pública; se não subiu juros, vão dizer "não estão combatendo a inflação como devia", Enfim, V. Exª nunca vai acertar porque tem sempre que praticar a piedosa alma do homem público, que é estar sempre errado e sempre sofrer críticas. E nós, Ministro, quando ligamos para V. Exª, estamos sempre querendo exercitar essa suprema vocação democrática. Espero que V. Exª se purgue desse pecado e responda às nossas ligações. Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Crivella. Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentá-lo, assim como ao Senador Lobão Filho, e enaltecer a iniciativa manifestada de alterarmos, de fato, o acesso ao microfone desta Comissão para que possamos prestigiar os Senadores que chegaram mais cedo á Comissão. Isso é, de fato, medida muito justa e muito legítima. Quero cumprimentar S. Exª, Senador Lobão Filho. Cumprimento o Sr. Ministro Guido Mantega pela forma cordial, pela forma civilizada, pela forma educada, pelo caráter democrático com que se faz presente nesta Comissão, trazendo vida e dinamismo para o debate econômico na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu me alisto, Sr. Ministro Guido Mantega, com todos aqueles que me antecederam e me associo à manifestação de otmismo. Acho que estamos no caminho certo, acho que estamos conseguindo equilibrar crescimento econômico com desenvolvimento econômico, com controle de inflação. O produto disso é, de fato, uma melhoria constante na qualidade e na condição de vida da população brasileira. Este, sim, o principal sentido da Política, com p maiúsculo: valorizar as pessoas, as pessoas mais simples, as pessoas mais humildes, as pessoas que necessitam fundamentalmente do bom funcionamento do setor público. E S. Exª, com equilíbrio, com inteligência, tem sabido conduzir a política do nosso País, ainda no governo do Presidente Lula e agora também no governo da nossa Presidente Dilma.

Em que pese o caminho estar correto, evidentemente é sempre necessário ajustes, aperfeiçoamentos. É muito necessário que a gente possa estar convivendo com eventuais contribuições que possam contribuir com o aperfeiçoamento do nosso trabalho.

Eu quero fazer duas observações, duas manifestações para avaliação de V. Sª: primeiro, a questão da agenda estruturante, e o senhor toca em bom tempo aqui para a necessária reforma tributária. E eu chamo a atenção no sentido da reflexão para termos muito cuidado com aquilo que vamos fazer, porque o primeiro indicativo é de que estaremos começando a reforma tributária pela reforma do ICMS. É o caso do Estado de Santa Catarina e é o caso do meu estado, que, nos últimos anos, fez um extraordinário esforço e exercício para organização das suas contas, equilíbrio das suas finanças. Quando assumimos o governo do estado, em 2003, o nosso governo investia 50 milhões de reais, quando deixamos o governo, em 2010, deixamos no governo investido 1,4 bilhão de reais, saldando toda a nossa dívida. Digo isso, porque não me parece, sinceramente, Sr. Ministro, que a questão do ICMS seja o núcleo, o centro das preocupações do nosso sistema tributário brasileiro, mesmo admitindo a necessidade de ajustes no ICMS. Considero que a alta carga tributária, o alto grau de regressividade, a multitributação do mesmo fator gerador, a incidência em cascata sobre a base reduzida e tantas outras são situações que precisam ser enfrentadas.

Eu também faço uma avaliação naquilo que me parecer ser muito centro aqui das preocupações, quando tivemos a presença do Secretário Executivo Nelson Barbosa. Quer dizer, nós temos alguns estados brasileiros que, ao longo dos anos, em função de sua vocação, fortaleceram a sua base de relacionamento com o comércio internacional, não apenas com a exportação, mas também com a importação. E esses estados se organizaram, e esses estados precisam necessariamente de uma regra de transição para que a gente possa sair desse ambiente para um ambiente mais adequado. Ou seja, esses estados concederam incentivos ao ICMS sobre importação. Isso, de alguma forma, não tem impulsionado, de forma expressiva, as importações em detrimento da produção nacional. Se, por um lado, as importações brasileiras são explicadas, acho eu, pela evolução do PIB e do câmbio real, o impacto do incentivo sobre o aumento das importações é bastante reduzido, segundo cálculos, não superando 0.9% das importações brasileiras.

Então, quero chamar a atenção, trazendo isto à reflexão, para o fato de que essas mexidas precisam ser muito bem pensadas, porque vamos desorganizar, possivelmente, um conjunto grande de Estados, em detrimento de uma concentração maior desse ICMS, tendo em vista que sua incidência poderá se dar não na origem, mas no destino. Esse debate com o Confaz e com esta Comissão, Sr. Presidente, faz-se necessário, para que possamos dar os passos que precisam ser dados, mas com muita cautela, com muita prudência, para não desorganizar o desenvolvimento regional em um conjunto muito grande das unidades federadas.

Outra questão diz respeito, Sr. Ministro, aos Restos a Pagar. De 2006 para cá, temos percebido um aumento contínuo, uma expansão no estoque de Restos a Pagar. Essa não tem sido uma regra apenas dos governos anteriores, do Governo Lula e, agora, do Governo da Presidente Dilma. Antes de 2006, o saldo dessa conta de Restos a Pagar também flutuava: em alguns anos, aumentava; em outros, diminuía. E a execução desse tipo de despesa ficou, em média, em R$7,4 bilhões entre 2003 e 2006. Desde 2006, essa conta disparou, sendo que, em 2010, foram pagos R$44,2 bilhões, referentes a despesas empenhadas em 2009. Cálculos do mercado dão conta de que temos um estoque da ordem de R$133 bilhões de Restos a Pagar de 2006 para 2010.

Preocupa-nos, Sr. Ministro, essa expansão constante nos Restos a Pagar. Eu queria que V. Exª falasse um pouquinho sobre isso, até porque especulações dão conta de que o Governo vai fazer isso ou aquilo com relação aos Restos a Pagar de 2007, de 2008 e de 2009. Gostaria que V. Exª falasse, sobretudo, do critério a ser estabelecido para a convivência com esses Restos a Pagar, que se fazem presentes, infelizmente, nos orçamentos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Passo a palavra, agora, ao sensato e objetivo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Delcídio, bem como as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores.

Sr. Ministro Guido Mantega, é um prazer contar com sua presença, mais uma vez, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Sr. Presidente Delcídio, depois, vou apresentar uma questão de ordem, propondo que o tempo dos Senadores de oposição seja inversamente proporcional à relação da bancada. É difícil. Estamos recebendo uma *overdose* de argumentos da parte da bancada de sustentação do Governo em relação ao número de Senadores. E a representação da oposição é tão pequena, que acho justo fazermos a relação de tempo dos Senadores de oposição inversamente proporcional à relação de bancada. Penso que, como um democrata, V. Exª vai aprovar a questão de ordem que vou apresentar, para que seja levada à apreciação do Plenário.

Sr. Presidente, eu estava conversando com o Senador João Pedro. Quero parabenizar o Ministro Guido Mantega, que, ao longo de todo o tempo da audiência, mantém a postura de um monge budista em reflexão espiritual. O Ministro não perde a tranquilidade, não muda o semblante, não demonstra qualquer reação, por mais que discorde das posições aqui apresentadas por alguns senadores, alguns poucos, é verdade. O Ministro mantém a serenidade, a fleuma. Quero parabenizá-lo.

Fui incumbido pelo Senador Alvaro Dias de dar uma explicação a V. Exª, Sr. Ministro, de que os dados que ele passou com relação à dívida pública estão no relatório do Banco Central. Com relação à questão da dívida pública de R$2,42 trilhões, correspondente a 64,2% do PIB, esse método, até 2007, conceito usado no exterior e, a partir de 2008, de R$2,11 trilhões, correspondendo a 56% do PIB, conceito usado agora no Brasil, dados discordantes do que V. Exª apresentou. E V. Exª pediu a ele que dissesse de onde ele tinha tirado os dados. Do relatório do Banco Central.

Com relação também à gestão fiscal da dívida consolidada de R$2,475 trilhões, e da dívida mobiliária de R$2,368 trilhões em dezembro de 2010 também foram dados publicados da Secretaria do Tesouro Nacional no terceiro quadrimestre de 2010.

Mas, Ministro, os Senadores da base do Governo deram para utilizar um sofisma de chamar de bom problema. O Senador José Pimentel, numa audiência da Comissão de Infraestrutura, na quinta-feira passada, quando nós estávamos discutindo a questão do caos nos aeroportos brasileiros, disse que era um bom problema porque as classes D e E tinham ascendido socialmente e, em função disso, estavam viajando de avião e, então, isso era um bom problema porque havia um crescimento de usuários da aviação e os aeroportos não estavam dando conta da superlotação.

Agora, o Senador Gim Argello, em relação à inflação, disse que é um bom problema, houve um acréscimo da demanda, também a ascensão das classes era um bom problema.

Eu não conheço bom problema. Problema é sempre ruim, seja ele qual for. Então, virou moda agora se encontrar como argumento para as dificuldades momentâneas – e aí a oposição é parceira em relação a isto: nós queremos que a inflação seja debelada e acreditamos que será – que não há problema.

Eu queria pedir a V. Exª que pudesse dar algumas informações sobre o encaminhamento que o Governo está dando – e já está provado que só o aumento dos juros, da taxa Selic, é insuficiente para conter a espiral inflacionária. Nós todos sabemos, fazendo um paralelo com a questão da adiposidade, do ganho de gordura corporal, que ganhar peso é uma coisa muito fácil, perder peso é um sofrimento terrível. A gente ganha facilmente e perde com grande dificuldade. A mesma coisa com a inflação: a inflação quando começa a disparar, ela o faz facilmente; para contê-la é um sofrimento da sociedade.

A imprensa tem mostrado, ao longo dos últimos tempos, que a inflação já começa a mostrar os efeitos nas classes menos favorecidas. E mostra isso com números. O orçamento da classe média baixa sendo dilapidado pela espiral inflacionária. A perda do poder de compra por parte desse segmento da sociedade e um outro efeito: aumento da inadimplência. Aqueles que tiveram a oportunidade de adquirir bens a longo prazo já não estão podendo cumprir com o compromisso assumido em função da perda dos seus ganhos em função da... Estou recebendo um bilhete agora dizendo que V. Exª também utilizou hoje a expressão "bom problema". Então, eu acho que isso aí já está disseminado no âmbito do Governo. Eu pediria que se excluísse o bom problema.

Eu não sou economista e, ainda há pouco, na Comissão do Meio Ambiente, com o Presidente do TCU, o Senador João Pedro ficou aborrecido porque perguntei se ele era engenheiro. Ele quis saber por que perguntei se ele era engenheiro, já que aqui somos todos Senadores. Eu disse que era porque nós estávamos discutindo questões de projeto básico, projeto executivo. Então, digo agora que não sou economista, Senador João Pedro. A minha "deformação" acadêmica é engenharia. Então, eu não sou economista. Mas dando o meu pitaco, acredito que seria um conjunto de medidas para conter a inflação. Não basta elevar os

juros. Nós temos que diminuir os gastos do Governo, enxugar a máquina pública, diminuir o tamanho deste Governo. E aí eu diria: para que precisamos de 38 ministérios? Para que isso? Não necessidade disso. Precisamos fazer uma reforma tributária e fiscal urgentemente. Mas nós precisamos fazer uma reforma administrativa para saber qual o tamanho de Estado de que nós precisamos. E, em função do tamanho do Estado, verificar qual o gasto para que esse Estado possa ter mobilidade inclusive. Porque, se não, nós criamos um monstro e, para que ele se movimente, o dispêndio é enorme, e isso poderia ser utilizado no desenvolvimento.

Perguntaria: V. Exª concorda que houve gastos demasiados, nos dois últimos anos do governo anterior, na política anticíclica? V. Exª disse há pouco ao Senador Luiz Henrique, quando S. Exª fez referência ao Confaz, que basta que um Estado não concorde para que a lei se torne inconstitucional, e aí toda a política de incentivo fiscal é inconstitucional, toda ela, inclusive a que diz respeito aos incentivos na importação. O Governo, por intermédio do Senador Jucá, apresentou um projeto de decreto legislativo... *(Pausa.)*

Senador Lindbergh, V. Exª não pode tirar a atenção do nosso monge budista. Ele está atento a minha pergunta. O Senador Jucá apresentou um projeto de decreto legislativo com relação à questão da guerra fiscal na importação. Todas as leis são inconstitucionais porque não foram aprovadas pelo Confaz. Eu apresentei um projeto, já há quatro anos aqui, quebrando a unanimidade do Confaz. O Governo não deixa andar. A base do Governo não deixa andar. V. Exª é a favor de que se quebre essa unanimidade na aprovação ou não?

V. Exª disse ao Senador Luiz Henrique: "Não vamos deixar os Estados na mão" – expressão de V. Exª. Aí eu pergunto: não vamos deixar os Estados na mão? V. Exª sabe, e eu concordo, que, em determinados momentos, é necessário que o Estado venha e faça incentivo usando redução de IPI. Mas V. Exª usa a redução do IPI da parte que cabe aos Estados e Municípios. V. Exª não acha que isso é desigual? Por que a União não usa apenas a parte que cabe a ela e retira dos incentivos a parte dos Estados e Municípios? Também tenho um projeto que diz respeito a essa questão.

Se V. Exª não vai deixar os Estados na mão, porque, ao fazer essa pequena reforma que V. Exª quer fazer quanto à guerra fiscal na importação, não incluímos também a questão da guerra fiscal interna? Já que vamos fazer na externa, seria importante fazer também na interna.

Por que não fazer na questão do comércio eletrônico? Foi feito um acordo, que está vigorando a partir de 1º de maio, relativo à partição do ICMS na compra eletrônica. Os Estados vendedores não faziam a partição do ICMS, porque vendiam ao consumidor final, mas agora será feita a partição, a partir de 1º de maio. Só que os Estados vendedores não assinaram o acordo. Então, vamos entrar numa questão judicial se a União não fizer também uma intervenção com relação a isso. E é justo. A venda eletrônica...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Flexa, só peço que conclua, porque há ainda quatro Senadores inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

A venda eletrônica está atingindo valores cada vez maiores, e, pela comodidade, pela redução dos custos, vai aumentar cada vez mais. Ou seja, a receita de ICMS dos Estados compradores vai reduzir cada vez mais.

E eu perguntaria a V. Exª a respeito da Lei Kandir: o Estado do Pará perde R$1,5 bilhão por ano pela não compensação da exportação dos produtos primários, principalmente minerais, em função da não tributação do ICMS na exportação. V. Exª sabe que o conceito de repouso e movimento é relativo; depende do ponto de referência. É o mesmo caso de V. Exª fazer comparação entre o Governo do Presidente Fernando Henrique e o Governo do Presidente Lula: as situações da economia mundial eram totalmente diferentes. O Governo do Presidente Fernando Henrique aumentou o salário mínimo real em pouco mais de 40%, e...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Flexa, eu pediria a V. Exª para concluir, porque nós já estouramos o tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

...e o do Presidente Lula em 50% e tantos, quase 60%. Mas a economia mundial era diferente.

Então, é o mesmo caso da Lei Kandir: naquela altura, era necessária, em função da balança comercial. Hoje, a Vale do Rio Doce tem lucros de R$30 bilhões. A Presidente Dilma deu uma declaração de que ela não concordava com o fato de a Vale do Rio Doce ter lucro de R$30 bilhões e não pagar aos Estados brasileiros R$4 bilhões ou R$5 bilhões, que, em função do cálculo do CFEM, o DNPM declarava a ela como devedora.

Então, por favor, eu pediria que pudéssemos incluir nessa pequena reforma tributária esses outros quatro itens e que fizéssemos uma discussão do conjunto.

Eram essas as questões, Presidente Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy; depois, o Senador Eduardo Braga, o Senador Wellington Dias e, concluindo, o Senador João Pedro. São quatro Senadores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; prezado Sr. Ministro Guido Mantega, quero parabenizá-lo por sua didática e brilhante exposição sobre a situação econômica do Brasil e sobre as medidas que o Governo vem provendo para, ao mesmo tempo, combinar o crescimento da economia com o combate e controle da inflação e a promoção de melhor distribuição de renda no Brasil.

Primeiramente, gostaria de perguntar a respeito de uma preocupação recente que inclusive é objeto hoje de noticiário na imprensa: o Governo estaria considerando mecanismos para gradualmente diminuir o processo de indexação da economia.

São muitos os contratos ainda relacionados à variação passada dos índices gerais de preços: os aluguéis, reajustados pelo IGPM; setores ligados à educação; diversos preços administrados, como as tarifas de energia, reajustadas com base no IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) menos o ganho de produtividade, quando houver; as tarifas de telefonia também são reajustadas pelo IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), com base numa cesta de indicadores de inflação. Então, há certa preocupação

Então, há uma certa preocupação, percebo, das autoridades econômicas de que isso tenha um poder de contaminação para os demais preços da economia.

Agradeço se puder nos informar sobre os passos que o Governo está considerando para tentar minimizar, gradualmente, esse problema que, de alguma forma, as vezes dificulta o próprio combate à inflação.

Em segundo lugar, eu gostaria, embora hoje não tenha sido a ênfase da sua exposição, que pudesse nos falar também a respeito do objetivo que a Presidenta Dilma Rousseff tem colocado em seus pronunciamentos, inclusive o de posse, como o principal de seu quadriênio, ou seja, a erradicação da pobreza extrema ou da miséria.

Ainda hoje, a Ministra Tereza Campello e o Presidente do IBGE deram uma entrevista dizendo que há hoje, no Brasil, 16 milhões e 270 mil pessoas, correspondendo a 8% da população, em situação de renda *per capita* abaixo de 70 reais por mês, o que significaria, se for esta a linha de pobreza considerada, a preocupação de erradicá-la. Mas, obviamente, há outros patamares como aqueles que estão compondo as famílias que são objeto do Bolsa Família, que correspondem a quase 13 milhões de famílias, ou 50 milhões de pessoas no Brasil.

Não vou lhe pedir hoje para traçar uma análise de maior profundidade, porque isso vai ocorrer numa próxima ocasião. Mas eu gostaria de lhe informar que houve aqui requerimento de minha autoria, que foi aprovado pela Comissão, para que os principais ministros das áreas econômica, de desenvolvimento social e afins, venham aqui discutir sobre esse objetivo. Então, nessa outra ocasião, eu vou pedir para que aprofunde melhor a resposta sobre essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcício do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizar esta Comissão e a condução de V. Exª; saudar e parabenizar o Ministro Mantega, não só pela brilhante exposição, mas também pela firme condução que vem fazendo na economia brasileira, isso desde o Governo do Presidente Lula, e não é diferente hoje no Governo da Presidente Dilma.

Bem, eu diria, em que pese o Senador Flexa Ribeiro não esteja presente, que realmente nós estamos diante de bons problemas, porque, enquanto a comunidade internacional está lutando sobre a questão de mercados domésticos ou internos nos seus países, com crescimento zero ou com baixo índice de deflação nos seus países, vivendo situações graves sob o ponto de vista fiscal e de política monetária nos seus países, o Brasil vive um momento em que o Ministro da Fazenda pode vir à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para mostrar que temos espaço para a política monetária, que temos espaço para a política fiscal, e espaço também para políticas macroprudenciais.

Ministro Mantega, eu queria, na verdade, abordar exatamente este outro aspecto da manutenção do nosso crescimento econômico olhando também a questão do combate à inflação, que me parece ser efetivamente o maior desafio que temos neste momento se não enfrentarmos algumas dificuldades que vejo com relação ao ataque que hoje os mercados internacionais fazem ao mercado interno brasileiro *versus* os produtos industrializados no Brasil.

O Brasil, como já foi dito aqui – e não vale a pena debater isso com profundidade –, exporta *commodities*, exporta bens semielaborados; não exporta muitos manufaturados e vem importando muitos manufaturados, o que pode criar um certo desequilíbrio.

Eu pergunto ao Ministro Guido Mantega o que o Governo brasileiro vem olhando, vem estudando em relação a essa pressão desse binômio: câmbio, em que

pese valorizado, como foi mostrado aqui, em relação ao Custo Brasil, olhando o câmbio brasileiro e o custo de competitividade com os produtos manufaturados internacionais, mais precisamente eletroeletrônicos, mais precisamente aquelas *commodities* hoje na área de domínio tecnológico em que, praticamente, deixou-se de agregar P&D, pesquisa e desenvolvimento, a esses produtos. E, sim, são volumes de tecnologia já dominada, já depreciada e paga diante do mercado internacional.

Se o Governo brasileiro está estudando ajustes naquele que é o imposto que não depende do Confaz, aquele que é o imposto que não depende da aprovação da Organização Mundial do Comércio (OMC), exatamente o imposto sobre produtos industrializados. Acho importante, na reforma tributária inclusive, Ministro, que o IPI não acabe, porque ele é um imposto que possibilita ao Governo brasileiro praticar política tarifária e política tributária olhando a preservação da sua indústria.

Nesse sentido, pergunto ao Ministro Guido Mantega o que o Governo brasileiro está observando... Apenas para dar um único item, que diz respeito a um arranjo produtivo que é iniciante na Amazônia e que pode trazer grandes benefícios, principalmente para aqueles brasileiros, Senador João Pedro, que vivem a floresta e que, durante tantos anos, ficaram excluídos do processo industrial moderno porque não havia nenhuma conexão entre o extrativismo e a indústria de larga escala.

Por exemplo, pneus de motocicletas e bicicletas. Este ano o Brasil deverá importar mais de 12 milhões de pneus de bicicleta e motocicleta e mais de 12 milhões de câmaras de ar. E importando, dentro desses produtos obviamente, borracha produzida ou sinteticamente, ou fora do Brasil. No entanto, o IPI para esse modelo pneus de bicicleta e de motocicletas é de 15%. Ora, com um IPI de 15% e com o câmbio como está, a indústria brasileira não é competitiva, não sobreviverá. E ela é insipiente neste momento, quando a borracha vive, talvez, o seu melhor momento de preço de mercado.

Apenas estou citando esse exemplo meio que na esteira do que disse o nosso Senador Arruda e o nosso Senador LIndbergh, ou seja, que nós precisamos aqui, neste momento, olhar para o mundo real, para o mundo onde os brasileiros estão vivendo. Os brasileiros estão entendendo perfeitamente todo o controle que o Governo brasileiro vem fazendo – e reputo de forma correta, de forma gradual, de forma responsável –, mas, ao mesmo tempo, como disse ainda há pouco, acho que há espaços, na macroeconomia, na macropolítica econômica brasileira, em setores fundamentais, para que o Governo brasileiro faça alguns ajustes no sentido de preservar este mercado interno brasileiro, que gera empregos, que é, portanto, elemento fundamental para a alavancagem do bom problema.

Sem emprego, não teríamos o bom problema; sem crescimento, econômico não teríamos o bom problema; e não teríamos o bom problema apenas com a exportação de *commodities*, porque, no passado, já exportamos *commodities.* No passado, já tivemos esse momento. É óbvio que não com os preços e contratos que possuímos hoje, é óbvio que não com o cenário internacional que temos hoje, mas essa é uma das questões em relação à qual poderíamos, nesse momento, tomar uma cautela olhando para alguns produtos, não apenas para produtos produzidos no Estado do Amazonas, pelo Polo Industrial, mas também produtos que são produzidos fora do Polo. Todos estamos muito preocupados com a competição de alguns setores da indústria nacional *versus* esse ataque que me parece ser cada vez maior. O Brasil é hoje uma economia globalizada que não pode estabelecer outras políticas senão aquelas que as regras permitem através dos controles das organizações internacionais. Essa seria a primeira pergunta com relação à questão do IPI como ajuste para a situação do mercado interno nacional ao ataque desses produtos.

Finalmente, eu gostaria de fazer uma última colocação, que me parece também muito importante, que é a redução dos custos em infraestrutura e energia. Falou-se sobre inflação, ouvi aqui muitos Senadores. Não cheguei mais cedo aqui à Comissão muito embora tenha assistido, praticamente, a toda a apresentação do Ministro – mais uma vez, quero parabenizá-lo pela apresentação – porque estava com o Presidente do Tribunal de Contas da União, na Comissão de Controle e Fiscalização, discutindo a nova lei de licitações e a nova medida provisória que tratará da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Continuando, infraestrutura e energia têm um impacto obviamente na nossa inflação e tem um fator limitante do ponto de vista estruturante, que não é monetário e nem fiscal, mas é da base da alavancagem do desenvolvimento. Novamente, para termos o bom problema e continuarmos crescendo à base de 5%, 6% e tendo o custo Brasil reduzido, era preciso entender esses investimentos em infraestrutura. E aí, Ministro, eu queria ouvir um pouco mais de V. Exª acerca de infraestrutura, energia e combustíveis. Creio que o preço da gasolina e o preço do óleo *diesel* estão pressionando a inflação internamente. É óbvio que há um problema de demanda e há um problema de suprimento que o governo vem administrando, mas, por outro lado, temos alguns impactos em função do

custo – V. Exª e o Governo brasileiro estão analisando – da produção desses combustíveis. É indiscutível que temos uma coluna de impostos dentro do preço de combustíveis que daria margem para o Governo poder administrar o preço dos combustíveis. Portanto, para finalizar, gostaria de ouvir um pouco mais, porque acho que, na apresentação, V.Exª foi bastante econômico, vamos dizer assim, no que se refere à infraestrutura, energia e combustíveis. Gostaria de ouvir um pouco mais sobre combustível com ênfase à redução de custos e, portanto, manutenção do crescimento econômico. No mais, parabenizo V. Exª, parabenizo o trabalho que o Governo do Presidente Lula fez nos ajustes macroeconômicos e setoriais do governo brasileiro, o enfrentamento anticíclico da crise de 2009. Eu estava no governo do Estado, testemunhei e colaborei para que pudéssemos vencer aquelas medidas. Portanto, há muito mérito no que aconteceu com V. Exª. Quero, aqui, de público, nos anais desta Comissão, reconhecer e parabenizar o esforço de V. Exª para esses méritos que o Brasil vem alcançando, na certeza de que vamos poder ouvi-lo sobre temas tão importantes. Parabenizo o nosso Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Wellington Dias e, depois, o Senador João Pedro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Serei breve, Sr. Presidente. Primeiramente, agradeço a oportunidade de termos esse diálogo com o Ministro Guido. Faço um agradecimento direto: tivemos a oportunidade aqui, num dado momento, de fazer um alerta e um pedido em relação à necessidade da revisão do prazo estabelecido no decreto em relação ao limite para 30 de abril dos convênios de 2007, 2008 e 2009. Sei do papel de V. Exª, como Ministro da Fazenda, que tem que cuidar de equilibrar as obrigações da e, ao mesmo tempo, com o caixa. Foi decisiva a sua posição, para que a Presidente Dilma tomasse essa decisão, junto com a Ministra Miriam Belchior.

Então, faço um agradecimento, porque creio que, com o reconhecimento dos convênios de 2007 e de 2008, permitindo que as obras que tinham iniciado pudessem prosseguir e que as de 2009 tivessem a oportunidade de começar até junho, conseguimos obter um ganho muito grande, porque uma burocracia já foi vencida.

Faço um apelo apenas para que haja uma calibragem na liberação dos recursos, para que não haja novamente um questionamento no final de junho, por falta das condições de liberação dos recursos, especialmente dos de 2009. Pelo que está no decreto, é preciso haver a medição reconhecida para isso, para, com base nessa medição, haver a liberação do financeiro.

Quero também parabenizá-lo, Ministro. Sou um dos que têm muita alegria em vê-lo como Ministro da Fazenda. Destaco a posição desta Comissão, Sr. Presidente. Sem querer atingir quem é governo e quem é oposição, quero dizer que a própria forma como a oposição reagiu nesta audiência mostra a importância da fala de V. Exª hoje, aqui. Não é uma fala somente para esta Comissão, mas para o Brasil. Inflação é algo perigoso. Muitas vezes, o simples sentimento, a simples percepção da inflação ajuda a se alcançar um crescimento até artificial. Desde o começo, nas reuniões com um, com dez ou com mil, V. Exª sempre falava da segurança em relação às medidas que estavam sendo tomadas.

Já foi repetido aqui – não vou alinhavar – que não se pode ter apenas um cartucho para tratar do problema. Temos de tratar desse problema não só com a política de juros, e há outros interesses que pressionam para que se jogue peso lá. Há outros interesses, há especuladores. Enfim, há muitos outros interesses em jogo. E V. Exª pensou no povo brasileiro e no Brasil, ao apresentar um pacote de medidas que garantem as condições de controle inflacionário, sem que, por outro lado, haja um efeito colateral violento, como é o caso do aumento dos juros. Todos nós, que conhecemos alguma coisa de Economia, sabemos do peso que isso traz para a entrada de dólar artificial. Penso que a medida que V. Exª tomou, de colocar um prazo de dois anos para a taxação de entrada de capital externo, é algo que dá um nó em quem tem apenas interesse especulativo. Isso é de fundamental importância.

Por último, quero apresentar dois pontos, e um deles segue a linha do que o Senador Eduardo Braga disse. Vai haver crescimento, desenvolvimento, mas creio que precisamos ter um olhar votado para todo o Brasil, no sentido de que haja crescimento – esta era uma das grandes lutas do Presidente Lula, e tenho a certeza de que este é um compromisso da Presidenta Dilma – em todas as Regiões brasileiras. Para haver crescimento em todas as Regiões do Brasil, é preciso algo, nesta fase, ainda mais trabalhoso, que é verificar exatamente o potencial de cada Região e de cada Estado. Qual é o potencial do Mato Grosso do Sul, do Amazonas, do Piauí?

Numa determinada Região, há um olhar especial para a borracha, porque aquilo é decisivo para aquela Região, que precisa de um foco de crescimento. E, na política de exportação, além da borracha, há grãos, minérios, enfim, um conjunto de produtos. É preciso haver alguma medida que favoreça o parque industrial interno e a condição de competitividade, pois, assim,

deixaremos de exportar apenas grãos, mas, sim, exportaremos produtos industrializados da soja e do algodão e de um conjunto de outros produtos. Sei que isso é trabalhoso, mas a equipe econômica pode perfeitamente se debruçar, nesta fase, sobre essa questão.

Quero tratar ainda de dois pontos que considero importantes. É preciso, nesta fase – penso que tem de ser este ano –, haver um sinal claro do Governo Federal em relação à reforma tributária. Eu era Governador quando se produziu esta proposta que está aqui. É uma proposta

Eu era Governador quando se produziu essa proposta que está aqui, uma proposta ousada, corajosa e basicamente por conta de uma discussão de um, dois, cinco Estados, a gente não chegou a um entendimento. O Ministério chegou, inclusive, a colocar as condições de garantia que qualquer desequilíbrio que houvesse em qualquer Estado teríamos a compensação. Os governos estaduais das bancadas de cada Estado houve a aceitação da regra para que pudéssemos ter um prazo mais elástico até 11 anos na implementação da proposta. Então, como é que a gente não joga peso em uma proposta como esta? E a proposta do pré-sal, acho que a gente tem que ter coragem de fazer uma regulamentação. É um recurso novo que acho que bem regulamentado vai contribuir para a capacidade de investimento da União em áreas que a União precisa muito e permite de novo uma capacidade de investimento dos Estados e Municípios.

Então, eu queria, com essas palavras, parabenizar V. Exª e a equipe e dizer que estamos juntos aqui, ou seja, a proposta que for apresentada nessa direção estaremos aqui prontos para defender e apoiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Eu só quero registrar aqui que o Senador Casildo Maldaner também retirou a inscrição dele, em função de outro compromisso.

E passo a palavra agora ao último orador inscrito, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente Delcídio, Ministro Guido Mantega, Srs. Senadores, este é um momento importante do Senado por conta da conjuntura internacional, nacional, por conta do espírito do debate com um Ministro de Estado tão importante para o Brasil.

E evidentemente que pela presença da oposição neste exato momento aqui na Comissão, a oposição está satisfeita com a condução de todo esse processo. Saíram do debate. Cobraram muito. São 14h e começou no horário o debate; eu estava em um debate paralelo na Comissão de Meio Ambiente com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, um rico debate de mais de três horas. Mas corri para cá, para dizer que evidente que discutir a inflação hoje – e a oposição sabe o que é a inflação de hoje – a causa da inflação de hoje, uma inflação que nós não podemos deixar de ter preocupação, mas tem um controle por conta de um processo bem conduzido. E não podemos deixar de falar de agora sem olhar para trás, o que foi deixado para o Governo do Presidente Lula foi como se comparar um estrada e um carro a beira de um capotamento e o Governo teve condições de conduzir o carro, não derrapar. Em 2003, saindo daquela profunda crise que vivia a Argentina, tinha uma politização de desqualificar, de colocar em descrédito e o Brasil veio, veio e veio. E o teste de fogo, a prova de fogo foi a crise de 2009 e nós saímos.

E no Brasil de hoje, olhando esse processo todo, eu quero destacar aqui duas políticas importantes: primeiro, o salário mínimo. Merece destaque, nesse processo todo, como foi tratado o salário mínimo. Os créditos, o microcrédito.

Eu venho lá da Amazônia, eu sou da Amazônia e sei da importância do Pronaf A, B. C, D, para aquela região.

Enfim, passamos por essa profunda crise, e o Brasil é isto: respeitado no G20, respeitado no Brics. E não é só o Brasil, V. Exª é muito bem recebido, é consultado. O Brasil tem méritos, e não tenho nenhuma dúvida de que nós vamos conduzir, e V. Exª tem um papel importante. É muito pouco o que o Senador Flexa estava dizendo: o comportamento de um buda, sereno; é muito pouco isso. V. Exª é um grande Ministro de Estado e tem uma grande responsabilidade.

Quero dizer da minha confiança na equipe toda, nos outros Ministérios, no planejamento, na condução firme e serena da Presidenta Dilma nesse processo. Não tenho nenhuma dúvida de que o Brasil vai passar por este momento conjuntural da inflação. E é isto que é importante: garantir uma condução em que essas diferenças regionais, Ministro – aqui encerro – sejam olhadas permanentemente, acompanhadas. Se há o macro, não deixe de olhar as potencialidades regionais, a nossa Amazônia. Manaus tem ali o polo industrial, mas não é só isso. Nós não podemos ficar só no polo. Temos também a castanha, o cacau, água, os minerais. Nós podemos fazer ainda muito pela região e pelo Brasil. Agora mesmo, como resultado da viagem exitosa na China, há investimentos importantes, os *tablets*. Olhe com carinho, por conta do que a Zona Franca tem, por conta do que o Amazonas tem. Mas olhe também, em perspectiva, as potencialidades que precisam ser trabalhadas pelo Brasil, do ponto de vista

da geração de emprego, de potencializar e valorizar a potencialidade que temos na Amazônia: madeira, energia – madeira manejada, não estou aqui... Água, esses minerais, o petróleo, o gás, há muita coisa que ainda está lá, e nós não podemos trabalhar para o Brasil, para aquelas populações que lá estão, para iniciativas econômicas que nós temos e compor todo esse quadro macroeconômico que vem sendo muito bem conduzido por V. Exª. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Eu só queria registrar aqui, antes de o Ministro Guido concluir esta audiência pública, que, na próxima quinta-feira, às 10 horas, haverá mesmo uma reunião conjunta, da Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão do Orçamento do Congresso Nacional.

Eu falei aqui que não poderia ser uma reunião conjunta, mas, na verdade, com a presença do Presidente do Banco Central, isso é determinação do próprio Projeto de Lei Complementar nº101/00, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, só registrando aqui, às 10 horas da quinta-feira próxima, haverá uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Orçamento, em função do que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Queria também registrar que vai atrasar um pouco, mas está prevista para hoje também, a reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional. Ela era para começar às 14h30, mas deve atrasar um pouco. A exposição será do Sr. José Roberto Afonso, economista, acerca dos trabalhos realizados na Subcomissão Temporária da Reforma Tributária no período de 2007 a 208.

Ministro Guido, nós temos uma previsão para encerrar às 13 horas, só que ocorreu uma *overdose* de Senadores e Senadoras. Para que V. Exª tenha uma ideia, 38 Senadores estiveram aqui na Comissão de Assuntos Econômicos hoje, sendo 34 titulares e suplentes e mais 4 não membros. Portanto, a audiência do senhor hoje foi total. E não tenho dúvida alguma de que o Brasil, como diz o nosso querido Senador Wellington, também estava acompanhando muito de perto a brilhante exposição de V. Exª. E é importante destacar também que 17 Senadores usaram da palavra. Por isso é que nós mesmos achávamos que não concluiríamos às 13 horas, mas realmente, com essa *overdose*, não só de Senadores presentes, mas também de Senadores que se inscreveram, esse é um bom problema.

E agora eu passo a palavra final ao Ministro Guido Mantega.

Acima de tudo, Ministro Guido Mantega, agradeço pela paciência, pela tolerância e parabenizo-o, mais uma vez, pelo trabalho que V. Exª tem feito pelo Brasil, tem feito pelas brasileiras e pelos brasileiros.

Com a palavra, o Senador Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Senador ainda não cheguei lá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Nessa toada, acaba chegando.

O SR. GUIDO MANTEGA – Agradeço.

Não querendo abusar da paciência dos Senadores, vou tentar ser mais breve, para que possamos todos sair daqui para os nossos afazeres.

Com relação ao Senador Lindbergh, ele indagou a respeito do impacto da Selic e dos relatórios do Banco Central.

Certamente, a Selic tem um impacto na inflação, apresenta um resultado, embora não seja o único instrumento que temos utilizado, e acho que é salutar que se usem vários instrumentos. Mesmo porque a inflação muitas vezes vem sob formas diferentes. Não há uma única inflação. A inflação tem causas distintas, e é necessário atingir as causas. Isso implica utilizar instrumentos diferentes. O Banco Central tem que estar atento à conjuntura. Ele tem que estar colado à realidade, à conjuntura. Então, quando ele faz o relatório trimestral de inflação, como diz o nome, ele faz uma avaliação da inflação do trimestre e faz uma projeção para o resto do ano. Depois, vem a ata do Copom, que é uma ata sobre um evento com 45 dias. Ele pode mudar a ênfase, dependendo da reação da economia. Ele tem que estar colado à realidade.

E eu não chego ao ponto de interpretar, porque cada um tem uma interpretação da ata e do relatório da inflação. Não sei qual é a interpretação correta. Eu já prefiro não fazer essa interpretação, para não cair em erro, mas certamente a ata está mais colada àquilo que está acontecendo no período mais recente. Então, ela deve ser levada em consideração. E a próxima ata do Copom pode mudar, porque o Banco Central tem que ficar atento aos movimentos da inflação.

Eu quero dizer que o salário mínimo do próximo ano não me preocupa, porque nós já passamos essa fase de achar que salário mínimo, ou que salário para trabalhador seja inflacionário. Isso é coisa do passado. Não existe mais isso. A economia tem que ser eficiente, tem que ser produtiva o suficiente para absorver esses aumentos de custos, que, na verdade, não são só custos; esse é só um ângulo da questão. Temos que lembrar que salário mínimo é mercado, é consumo, é estímulo para a produção, é estímulo para o investimento. Se a economia está sólida e equilibrada, ela suporta um aumento de salário mínimo. E nós vimos que isso

aconteceu nos últimos anos. Já no Governo Fernando Henrique, houve aumentos de salário mínimo que foram absorvidos, não acredito que foram inflacionários, e, no Governo Lula, aumentos ainda maiores de salário mínimo também foram absorvidos. E tivemos inflação mais baixa nesse período em que houve aumento real do salário mínimo. A prova está aí.

Temos que ter cuidado com a Previdência, é verdade, mas quero lembrar que, se a economia estiver crescendo e se formalizando, como está agora, o déficit da Previdência está diminuindo. Com o aumento do salário mínimo real, o déficit da Previdência está diminuindo, porque aumenta a contribuição. Então eu posso dizer, com precisão, que o déficit da Previdência chegou a 1,8% do PIB; agora está em 1,2% do PIB nesse período mais recente.

É claro, não vou dizer que não precisa fazer nada com a Previdência; na verdade, precisa sempre ter atenção, porque a Previdência é o maior gasto que o Estado tem. Então a gente precisa cuidar da Previdência, olhar o equilíbrio a longo prazo e tudo o mais. Mas eu posso dizer que é suportável, sim, dar um aumento do salário mínimo, previsto para o ano que vem, algo como 13%, 14%, mesmo porque, este ano, não houve aumento real. É necessário e faz parte dessa nova política de conciliar crescimento – e alguém falou, não sei se foi o Senador Inácio ou João Pedro, sobre a questão de conciliar o desenvolvimento social com o desenvolvimento econômico. E nós estamos conseguindo fazer isso.

Acho que não houve um drible do capital estrangeiro, mesmo porque, eu posso dizer, nós começamos a fazer um controle do capital estrangeiro aqui no Brasil, em outubro de 2009, quando nós botamos o IOF para taxar a entrada de capital estrangeiro que vinha para a Bolsa – naquele tempo o fluxo para a Bolsa era grande – e também para a renda fixa. E nós taxamos.

Houve um reconhecimento mundial – depois outros países nos seguiram – de que era isto que tinha que ser feito: não deixar abusar, porque, senão, é abuso; não estávamos taxando investimento direto, porque este é salutar. Na verdade, estávamos taxando capital de curto prazo que é especulativo. Então, começamos lá atrás, fizemos escola, fomos seguidos por outros países, e o problema é que está sobrando muito capital no mundo. Trata-se da política monetária dos países avançados que está causando isso. Não têm oportunidade de investimento no mundo, e o pessoal está perdendo dinheiro nos Estados Unidos, está perdendo dinheiro na União Europeia, com todos os problemas que eles têm; e aí eles vêm para os países emergentes para se refazer.

Então, de fato, um país que ganhou reputação, solidez, transparência, é o Brasil, porque o nosso mercado de capitais é bem regulamentado, tem transparência, temos uma Bolsa de Valores que funciona muito bem, é mais segura do que outras, porque tudo é feito e registrado. Então com isso nós atraímos capital.

Bem, eu acho que não temos deixado de tomar medidas, e as medidas têm surtido efeito.

O Senador Inácio Arruda e outros Senadores se manifestaram quanto à preocupação para a questão da exportação de manufaturados. De fato, hoje, depois de 2008, a exportação de manufaturados está prejudicada no Brasil. O problema é que essa não é uma questão só brasileira; é que a crise deprimiu o mercado consumidor mundial de manufaturados, não há mercado de manufaturados. E os países que mantiveram um ritmo de crescimento, portanto, têm uma demanda elevada, são aqueles procurados pelos exportadores de manufaturados. Agora, o mercado americano está deprimido, o mercado europeu também está deprimido; e os países asiáticos tentando exportar manufaturados a qualquer preço para qualquer lugar.

É por isso que nós estamos, de fato, sob uma espécie de ataque de países que estão desesperados, porque falta mercado mesmo. Então é um período de competição maior. Mas, muitas vezes, essa competição é predatória, e o Governo tem que cuidar para impedir que nós percamos o nosso mercado para os outros países; nós temos que tentar preservar o nosso mercado. Ao mesmo tempo, nós temos que manter os princípios do livre comércio, pois somos favoráveis ao livre comércio, respeitamos os princípios da Organização Mundial do Comércio; então, não queremos cair no protecionismo.

Acho que seria um retrocesso para o mundo cairmos no protecionismo. Pelo contrário, nós temos que abrir os outros mercados, fazer com que eles recuem do protecionismo que eles praticam, que, muitas vezes, é disfarçado: é a famosa guerra cambial. A guerra cambial é uma maneira de você dar subsídio disfarçado e fazer o seu produto ficar barato, não pela produtividade, mas através de um artifício cambial.

Então, temos nos defendido. E como é que nós nos defendemos disso? Bom; primeiramente, não deixando o câmbio desvalorizar. E o Governo brasileiro, nesse período, adquiriu um volume enorme de reservas internacionais. Nós estamos hoje com US$325 bilhões em reservas internacionais. Por um lado, é bom, porque isso nos dá segurança; nós temos aí uma base para enfrentar qualquer problema cambial; pois temos mais reservas que dívida externa. Por outro lado, somos obrigados a comprar esse excesso de capital para

não deixar valorizar a moeda e prejudicar o setor de manufaturados.

Então, é claro que não podemos deixar que a doença holandesa se instale no Brasil – e não vamos deixar! A indústria cresceu 10% no ano passado. Não vamos nos esquecer disto. E cresceu porque o Governo tem batalhado, tem procurado desonerar, tem procurado dar estímulos. Nós temos procurado combater essa guerra comercial e nós já estamos pensando em um outro conjunto de medidas para essa proteção. Temos que atuar com a Aduana, temos que combater as fraudes, enfim tudo isso. Esta é uma questão que permanentemente a gente discute, porque, de fato, nós temos um mercado precioso, que deu trabalho para ser constituído, e ele tem que beneficiar as empresas brasileiras e não as empresas externas. Devo dizer, pois, que nós estamos preocupados.

Agora, exportar *commodities* também não é um mau negócio. Não vamos esquecer que, neste momento, quando você exporta *commodities*, você está tendo um lucro bastante elevado, está mobilizando uma parte importante da atividade econômica. Hoje, o setor da agroindústria, o agronegócio completo, representa cerca de 25% do PIB brasileiro – e o setor está bombando. Ainda bem que nós temos um setor de *commodities* bastante competitivo no Brasil, porque, num momento de crise do setor manufatureiro, a gente pode exportar as *commodities* e, assim, podemos nos compensar.

O Brasil tem as duas coisas e vai continuar tendo as duas coisas. Vai continuar tendo o setor manufatureiro, porque o Governo continua apoiando, continua estimulando. Vamos fazer agora programas para inovação tecnológica. De modo que estamos muito próximos desse setor, pensamos nisso. O BNDES vai lançar o PDP. Nós estimulamos muito o investimento no Brasil nesses últimos anos, tanto que ele cresceu muito, No ano passado, o investimento no Brasil cresceu 21,8% em relação ao ano anterior. Cresceu mais que na China. Então, nós não estamos descuidando disso. De modo que esse mercado, em algum momento, vai melhorar, porque os países avançados vão se recuperar e nós voltaremos a ter mais mercados para disputar com os nossos concorrentes.

Em relação ao que disse a Senadora Marinor Brito, devo dizer que o Governo não pretende orientar as ações da Vale. Quando digo as ações, digo as ações práticas da Vale, as estratégias da Vale, uma vez que a Vale tem um conjunto de acionistas, entre os quais está o Governo. É esse conjunto de acionistas que tem de orientar. É claro que o Governo zela para que os interesses nacionais também sejam atendidos. Mas é uma empresa privada e tem que ter uma dinâmica de uma empresa privada.

Quanto às questões ambientais, não estou aqui preparado para responder. Não sou especialista em questões ambientais, mas acredito que, hoje, nós temos uma legislação ambiental rigorosa no Brasil. Uns até acham que é excessivamente rigorosa. Desse modo, não acredito que esteja havendo um descaso do Governo em relação a isso. Realmente não acredito. Mas, de qualquer forma, como não sou especialista no assunto, acho que essa questão deve ser discutida com a Ministra do Meio Ambiente e com os especialistas no assunto.

O Senador Crivella me pergunta do câmbio, quarentena. Digo o seguinte: nenhuma medida está descartada, mesmo porque o fator surpresa é muito importante nesse campo. Então, o que tenho dito é que, em matéria de câmbio, nós usaremos as medidas que forem necessárias. Mas não vou anunciá-las previamente. Essa questão é complicada porque os mercados são muito criativos. Então, fecha-se uma porta, eles vêm por uma segunda porta. Fecha-se essa outra e eles vêm por outra. Não. Na Bolsa, eles não estão vindo, só vêm para fazer IPO, tudo o mais, e é salutar. Na renda fixa, também não têm vindo. De repente, vêm por outra porta, que é a porta do crédito, o que é uma novidade porque olho essas contas quase todos os dias. De repente, começa a aumentar o fluxo. E também em uma outra modalidade: bancos brasileiros pegando crédito no exterior. Repentinamente, o crédito aumenta. Então, essa é uma matéria que exige muita criatividade porque o pessoal lá não brinca em serviço. Para ganhar dinheiro, o pessoal inventa. E temos respondido, sim, e administrado essa situação com bastante – dado o cenário internacional – sucesso, eu diria, porque a nossa valorização não é tanto assim.

Mostrei os quadros para evidenciar que, pegando de 1994 para cão, estamos com o rela menos valorizado do que estava em 97 e 98. com cestas de moedas. Não podemos esquecer que o dólar está na sua cotação mais baixa. Parece que estamos dizendo a mesma coisa, mas não estamos. Não é que o real se valorizou tanto. É que o dólar se desvalorizou muito. Se você comparar o real com o euro, por exemplo, nos últimos cinco anos, nós só valorizamos 5% em relação ao euro, o que é absolutamente razoável, porque os nossos fundamentos ficaram muito melhores do que os da zona do euro. Então, o dólar vive uma situação particular. Eles estão propositalmente desvalorizando, e é a moeda internacional que tem muita força. Estamos nos saindo relativamente muito bem.

Eu me penitencio do pecado do qual fui acusado pelo Senador Crivella de, às vezes, não responder os

telefonemas com a presteza que seria necessária. Mas repondo. É que tenho uma lista e, quando termina o dia, fico com essa lista de 15, 20 telefonemas que não consigo responder. Não consigo fazer todas as coisas, mas vou procurar ser mais rápido e mais ágil nesse quesito. O Senador Ferraço também mencionou essa questão de equilibrar desenvolvimento humano com ataque à inflação, e a sua preocupação principal é com a questão da reforma tributária, ICMS. Essa questão também foi levantada por outros Senadores. A questão regional, a questão de como os Estados se defendem – e acho que devem mesmo se defender. Ficamos muito tempo, no Brasil sem uma política de desenvolvimento regional, essa é que é a verdade. Então, cada um procurou o seu caminho, acaba na guerra fiscal. Na é o melhor caminho, mas, provavelmente, se eu fosse governador, teria procurado também defender o meu Estado. Agora, essa situação atingiu o paradoxo, atingiu uma situação crítica. Temos que dar um salto, passar para adiante e melhorar os tributos, entre eles o ICMS, no sentido de superar a guerra fiscal. É claro que, para isso, a União tem que dar cobertura, porque os Estados fizeram investimentos em portos, dependem daquela arrecadação. Vamos dar cobertura, vamos criar um fundo. Já falamos sobre isso na discussão da reforma tributária, de modo a que o Estado tenha um recurso para estimular a ida de empresas, produção de valor agregado no Estado de uma outra forma.

Então, não vamos prejudicar nem Santa Catarina, nem o Espírito Santo, muito menos o Piauí, muito menos o Amazonas, não vamos prejudicar o Pará, o Mato Grosso. Eu queria ressaltar o seguinte: mesmo que não tenhamos estabelecido uma política de desenvolvimento regional, nunca essas Regiões – vou ousar aqui dizer – desenvolveram-se tanto!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nunca dantes...

O SR. GUIDO MANTEGA – Nunca dantes, esses Estados mais pobres tiveram um desenvolvimento maior do que os mais ricos, como ocorreu nos últimos oitos anos. E o Governo Federal deu todo o apoio...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, não é o que as estatísticas indicam. A distância entre as Regiões menos desenvolvidas está aumentando. A concentração continua indo para as Regiões já desenvolvidas.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas, Senador, em matéria de taxas de crescimento, a maioria dos PIBs regionais, dos PIBs de vários Estados, cresceu mais do que os dos Estados desenvolvidos. Isso é estatística. O Nordeste, por exemplo, cresceu a taxas maiores do que o PIB brasileiro. Vamos pegar um Estado mais pobre, como Alagoas, como o Piauí...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Piauí foi o que teve o maior crescimento no último PIB divulgado, que foi o de 2008: 8,8% de crescimento. Só queria citar um exemplo. E o Nordeste e o Norte tiveram um crescimento acima da média nacional.

O SR. GUIDO MANTEGA – O de Pernambuco foi 12%. E por aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Centro-Oeste cresce a taxas maiores que 7%.

O SR. GUIDO MANTEGA – Então, eu diria que não houve uma injustiça regional. É claro que não vamos achar que resolvemos todos os problemas. As Regiões continuam carentes, precisam de atenção especial. É preciso um projeto de desenvolvimento regional que olhe para as realidades locais, que são diferentes umas da outras. Temos de construir isso juntos. Vamos construir isso juntos, mas vamos continuar estimulando essas Regiões.

O Governo Federal, o Ministério da Fazenda deu espaço fiscal inédito para todas as Regiões. Posso dizer que foram mais de R$40 bilhões de espaço fiscal dados de forma republicana. Ninguém olhou se era Partido A ou Partido B. Todo mundo recebeu, de acordo com suas possibilidades, respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Alguns não puderam receber, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não permitiu.

Temos de discutir, portanto, na reforma tributária, o impacto nessas Regiões e nesses Estados, de modo a não prejudicar qualquer Estado. São todos importantes. Reconhecemos o esforço que cada Estado fez. Aqui, posso dizer que conheço bem não só o Espírito Santo, que foi mencionado, como o Amazonas, o Piauí, o Mato Grosso, o Pará, todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Mato Grosso do Sul.

O SR. GUIDO MANTEGA – O Mato Grosso do Sul, sem dúvida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permita-me, Ministro...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Deixa o Ministro terminar de responder, Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sou minoria aqui, mas quero só fazer um levantamento desses dados. Deus queira que eu esteja errado! Estamos tomando informações diferenciadas. Então, vou me informar melhor. Depois, volto a dar informações aos meus Pares, aqui. E Deus queira que eu esteja errado com relação aos números que tenho!

O SR. GUIDO MANTEGA – E, no sentido da sua fala, Senador Flexa, também acho que temos de superar a guerra fiscal. É nessa direção que temos nos orientado. Temos de substituir a guerra fiscal por outro instrumento

melhor, mais moderno, que é o estímulo regional, sem que um Estado acabe entrando em conflito com outro. A guerra fiscal acaba nisso. Os Estados acabam se digladiando, e aí um tenta fazer mais do que o outro, e todo mundo vai perder com isso. Já temos problemas na Justiça, no Supremo, e tudo o mais. Então, está na hora de a gente evoluir e passar para outro nível.

Em relação aos dados da dívida pública...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Faltou uma referência aos Restos a Pagar.

O SR. GUIDO MANTEGA – Em relação a Restos a Pagar, como o Senador Wellington também falou do assunto, vou falar no finalzinho, se o senhor me permitir. Está bom?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Em relação aos dados da dívida pública, quero dizer que a fonte é a mesma. O senhor mencionou dados da dívida pública que estariam divergentes dos que eu citei. Não pode haver divergência, porque a fonte é a mesma. O senhor falou que é o Banco Central que divulga isso. Ele é responsável por

Não pode haver, porque a fonte é a mesma. O senhor falou que é o Banco Central que divulga. Ele é responsável por esses dados. Então, não pode haver isso aí. Fonte: Banco Central do Brasil. Então, eu acredito que não pode haver divergências, mas nós podemos sentar e olhar onde é que a gente está, digamos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pode ser o Banco Central de outro país, meu caro Senador Flexa.

O SR. GUIDO MANTEGA – Como a fonte é o Banco Central, não pode ter divergências nesses dados.

Eu aqui estou tentando sintetizar porque nós já estamos em 14h43 e o pessoal já pode estar um pouco cansado, mas eu acho que...

O SR. **FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. Fora do microfone) – A questão do IPI.

O SR. GUIDO MANTEGA – Vou chegar lá no IPI.

O SR. **FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. Fora do microfone) – A questão do incentivo do IPI na parte dos Estados e dos Municípios.

O SR. GUIDO MANTEGA – O IPI é um tributo regulatório. Eu não pretendo abrir mão do IPI, ele é muito importante justamente. Ele não tem a função de arrecadar para o governo federal, embora ele entre no Fundo de Participação, eu sei. Mas eu não posso deixar de usá-lo quando se tem uma crise. E vou lhe dizer uma coisa: IPI de automóveis foi a primeira coisa que nós reduzimos. E o que aconteceu? Reduzimos o IPI, aí o consumo foi muito maior do que seria sem o IPI e o que aconteceu? O ICMS cresceu e superou o IPI.

Eu tenho dados concretos de que quem perdeu: nós perdemos um pouco – a União e os Estados que têm fundo de participação –, mas os Estados que têm ICMS...

Então, veja, eu não consigo fazer uma equanimidade perfeita. Mas o fato é que nós conseguimos recuperar a indústria, recuperar os empregos e, de uma maneira ou de outra, todo mundo foi beneficiado, todos os Estados foram beneficiados.

O SR. **FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Mas a minha questão, Ministro, é por que o Governo Federal não...a política de incentivo é correta e eu acho que todos nós concordamos, mas por que ela não é feita dentro da parte que cabe a União? Porque a União usa a parte dos Estados e Municípios. Ela pode e deve fazer...55% cabe a União, me parece, e 45% aos Estados e Municípios. Ela faz dentro dos 55%.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ministro, me permita sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estou só com medo de o Senador Paulo Paim querer levar o Ministro Guido Mantega para Comissão de Direitos Humanos, porque nós estamos torturando ele aqui há 5 horas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade. Estamos sendo perversos aqui com ele, mas eu não posso perder essa oportunidade, porque acho que interessa especialmente aos Estados e Municípios mais dependentes do Fundo de Participação. Nós vamos ter um debate no dia 23 em Alagoas com os Governadores do Nordeste, com a Bancada do Nordeste e o tema é exatamente este do desequilíbrio estrutural nessa área da receita partilhada.

Então, veja, começou e foi também uma iniciativa de V. Exª, do Governo do Presidente Lula, do reconhecimento de que quando se dá um incentivo no IPI, cresce o consumo e vai para o ICMS e quem é beneficiado? Os Estados que têm a sua base de receita mais centrada no ICMS.

O fato é que, ao longo do tempo, isso causou um efeito colateral: foi dado um ponto percentual da União para os Municípios, o pleito é de dois. Precisa fazer um estudo sobre a possibilidade semelhante em relação aos Estados. É praticamente isso que interessa ao Amazonas, viu Braga? É basicamente isso que precisa ser estudado e eu queria que pudesse a equipe trabalhar com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Assuntos Econômicos sobre isso.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu acho que nós não podemos esquecer que houve uma crise dura e que essa crise comprometeu a arrecadação da União

também. Então, não é que só os Estados e Municípios tiveram comprometimento. Em 2009 a nossa arrecadação caiu. Então, veja, todo mundo está no mesmo barco nessa questão. Aí nós usamos uma série de estímulos, como, por exemplo, baixamos o imposto de renda, que também afeta...

Agora, a compensação, a recuperação da economia, o impacto que teve, tem que, de alguma forma, compensar, mesmo que não seja no Fundo de Participação, mas em um outro consumo, no emprego, etc. Porque cresceu o emprego, cresceu o consumo no emprego etc., porque cresceu o emprego, cresceu o consumo, cresceu o faturamento em todos os lugares do País e, mais ainda, nessas regiões. Então, nós podemos até discutir o mérito de ter que dividir, de não compartilhar, mas eu acho que seria talvez distorcer o IPI. Mas vamos discutir. Vamos discutir porque acho que o benefício, no final de contas, se dá para todo mundo. Nós criamos uma linha de crédito do BNDES, de longo prazo, com uma taxa pequena, para que os Estados pudessem se compensar. São 10 bilhões que nós colocamos aí, procuramos compensar. Para os Municípios, nós chegamos a dar recurso orçamentário para compensar isso. Então, houve compensações.

Mas, enfim, com a reforma tributária, nós podemos pensar em todas essas questões. E, sem dúvida, na reforma tributária também, discutir a questão da venda eletrônica que se está colocando – também é uma novidade; há pouco tempo, não se fazia essa venda. Então, é uma novidade que tem que ser regulamentada adequadamente para que não haja perda para os vários Estados. Nós já estamos pensando nisso. Vamos discutir uma saída. E as outras questões que o Senador Flexa levantou que têm que ser discutidas: Lei Kandir etc.

O Senador Eduardo Suplicy fala na necessidade de desindexação. De fato, a economia brasileira ainda tem um nível de indexação desconfortável, que atrapalha a economia. É verdade que nós viemos de um nível de indexação total e vimos graduando. Nós temos que dar novos passos no sentido de desindexar mais a economia, se não acabamos ficando com uma inflação basal muito alta. O Brasil tem uma inflação básica de 3%, que é só em função dessa indexação. Temos que começar com os contratos de serviços, mudando o indexador, porque, lá atrás, para esses contratos, foi escolhido o IGPM, que não é um bom indexador. Por quê? Porque ele reflete o movimento de *commodities*, a inflação lá fora. Então, gradualmente, quando estamos renovando os contratos de concessão que dizem respeito ao Governo Federal, nós já estamos mudando; estamos passando para IPCA, para indicadores que refletem inflação brasileira e não inflação no exterior. É claro que nós temos ainda problemas de aluguéis. O aluguel, a rigor, cada um escolhe o seu indexador; não sei por que a maioria escolhe IGPM, mas nós não podemos forçar o cidadão optar por um indexador. Mas temos que pensar, refletir sobre essa questão de modo a desindexar mais a economia, para que a inflação basal seja menor no Brasil, para que ela possa se aproximar mais da inflação dos países avançados. Vê-se que, no ano retrasado, a economia teve um crescimento negativo, de 0,6, e nós tivemos uma inflação de 4,3, porque ela bate um pouco nessa indexação; poderia ser bem menor nesse ano. Então, é uma questão bastante relevante.

O programa de erradicação da miséria está sendo construído dentro do Governo. Certamente, será submetido à discussão do Parlamento e da sociedade. Então, eu não estou em condições de falar sobre ele, mas sugiro que convoquem, convidem a Ministra do Desenvolvimento Social, que está mais preparada do que eu para falar deste assunto...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Isso já está previsto.

O SR. GUIDO MANTEGA – Acho que já respondi a questão dos mercados, do Senador Eduardo Braga. A questão da produtividade, do IPI e dos Restos a Pagar. Primeiro, por que os Restos a Pagar se tornaram maiores? Porque há mais projetos, há mais iniciativas. Restos a Pagar é quando você, teoricamente, empenha uma despesa e ela passa para o exercício seguinte. Muitas vezes, isso acontece por uma série de razões. Como aumentou muito o volume, tanto de emendas como de iniciativas, projetos e tudo mais, é inevitável que haja um aumento de Restos a Pagar. É claro que o Governo tem ficar vigilante e não deixar que isso aumente. Por isso é que, periodicamente, o Governo procura fazer uma limpeza daqueles Restos a Pagar

Por isso que, periodicamente, o Governo procura fazer uma limpeza daqueles Restos a Pagar Não Processados. E, recentemente, foi publicado um decreto, que está aqui. No dia 29 de abril, no Diário Oficial, saiu o Decreto 7.468, que possibilita que obras e serviços em andamento dos orçamentos de 2007, 2008 e 2009 que tenham alguma medição aferida até 30 de abril de 2001 tenham seus empenhos mantidos normalmente. Isso porque há um momento em que temos que fazer a limpeza daquilo que não andou. Você empenhou, mas não andou. Então, você tem que tirar do orçamento. Aquilo é uma despesa fictícia, ela não existe. Mas, se a obra começou, se ela foi liquidada, se ela, digamos, está tramitando de alguma maneira, estamos preservando isso, de 2007 e 2008, preservando aquilo que tenha alguma medição aferida, e demos um tempo adicional. Em 2009, foram dados também dois meses a mais para que possa ser feita essa aferição. Digamos que seja uma saída de equilíbrio, porque nós

também não podemos ficar carregando essa massa de Restos a Pagar.

Eu acho que já falei dos Planos de Desenvolvimento Regional (PDRs), que foram mencionados aqui. Na reforma tributária, isso será levado em conta.

Agradeço as palavras do Senador João Pedro, que foi muito generoso. Ele também falou da questão das diferenças regionais.

Termino agradecendo pela possibilidade de vir aqui para discutir sobre política econômica, para responder às indagações dos Senadores. Isso para mim é importante, porque iluminam-se pontos que não percebemos. Acho importante essa discussão, e estou à disposição dos senhores para outros encontros, para que possamos manter um afinamento entre o Executivo e o Senado a respeito das questões econômicas. Para mim é importante poder vir aqui e discutir. Não há tabu: podemos discutir qualquer questão. Para nós é importante ter essa ressonância do Congresso, as sugestões do Congresso, as críticas, que são sempre construtivas.

Muito obrigado, Presidente Delcídio, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Ministro Guido. (*Palmas.*)

Agradeço pela paciência, pela tolerância e, acima de tudo, pela competente exposição e pela maneira educada, serena com que respondeu a todos os questionamentos.

Obrigado a todos, e uma boa tarde.

Na próxima semana, haverá reunião da Comissão de Assuntos Econômicos na terça-feira, às 10 horas da manhã.

(Encerra-se a Reunião às 14horas e 57minutos)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO–CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO–CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE–CD E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO–CN, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO N° 2 DO ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia cinco de maio do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e, em seguida, do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, e do Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, titular da CAE/SF, suplente da CMA/SF e suplente da CMO/CN; Gleisi Hoffmann, titular da CAE/SF e titular da CMO/CN; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF; Lídice da Mata, titular da CAE/SF e suplente da CMO/CN; Vanessa Grazziotin, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; José Pimentel, suplente da CAE/SF; Jorge Viana, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Inácio Arruda, suplente da CAE/SF e suplente da CMO/CN; Eduardo Braga, titular da CAE/SF, titular da CMA/SF e suplente da CMO/CN; Eunício Oliveira, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF; Vital do Rêgo, suplente da CAE/SF, titular da CMA/SF e titular da CMO/CN; Flexa Ribeiro, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Jayme Campos, suplente da CAE/SF, suplente da CMA/SF e titular da CMO/CN; Rodrigo Rollemberg, titular da CMA/SF; e Walter Pinheiro, titular da CMO/CN; e dos Deputados Aguinaldo Ribeiro, titular da CFT/CD; Alexandre Santos, titular da CFFC/CD; Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD; Andre Moura, titular da CDEIC/CD; Andre Vargas, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; André Zacharow, titular da CMO/CN; Arlindo Chinaglia, titular da CMO/CN; Audifax, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD; Carlos Brandão, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Claudio Cajado, titular da CMO/CN; Cláudio Puty, titular da CFT/CD; Danilo Forte, suplente da CMO/CN; Delegado Waldir, titular da CFFC/CD; Domingos Sávio, suplente da CMO/CN; Dr. Carlos Alberto, titular da CDEIC/CD; Edmar Arruda, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Eduardo Cunha, suplente da CFT/CD; Fábio Ramalho, titular da CMO/CN; Fernando Francischini, titular da CFFC/CD; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Jean Wyllys, titular da CFT/CD; João Carlos Bacelar, suplente da CMO/CN; João Dado, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD

e suplente da CFFC/CD; José Airton, suplente da CMO/CN; José Guimarães, titular da CFT/CD; José Humberto, titular da CFT/CD; Luciana Santos, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Marçal Filho, titular da CMO/CN; Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN; Roberto Britto, titular da CMO/CN; Roberto Teixeira, suplente da CMO/CN; Rubens Bueno, titular da CMO/CN; Rui Costa, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Rui Palmeira, titular da CFT/CD; Sérgio Barradas Carneiro, titular da CFFC/CD; Sérgio Brito, titular da CFFC/CD; Sueli Vidigal, suplente da CMO/CN; Weliton Prado, suplente da CMO/CN e Zé Geraldo, suplente da CMO/CN; e, ainda, dos Deputados Oziel Oliveira, Guilherme Campos, Dr. Grilo e Izalci, parlamentares não integrantes das Comissões participantes. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, tendo falta justificada em virtude de missão no exterior, Humberto Costa, Clésio Andrade, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A reunião é convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referente ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal* e, ainda, atender aos requerimentos de autoria dos Deputados Audifax, Cláudio Puty, Alfredo Kiffer, Rui Palmeira e Arlindo Jardim, todos demandando a sua presença para fazer alguns esclarecimentos acerca da política financeira e cambial conduzida por aquele Órgão. A reunião é iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Vital do Rêgo, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; Deputado Claúdio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Carlos Brandão, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante dispõe de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permita. Conforme o estipulado no mesmo artigo do Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor podem fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. O Presidente anuncia a presença de autoridades do Banco Central do Brasil: Sr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Fiscalização; Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração; Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica. Destaca, ainda, as presenças do Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral da proposta orçamentária para 2012; e da Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015. Em seguida, o Presidente divulga a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini sauda o Presidente, cumprimenta os parlamentares e autoridades presentes e fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, dividindo-a em quatro partes: 1. demonstrações financeiras; 2. avaliação das políticas conduzidas pelo Bacen; 3. desafios econômicos de curto prazo; e 4. perspectivas para a economia brasileira. Finaliza a exposição às onze horas e vinte e sete minutos. O Presidente tece comentários enaltecedores à apresentação e anuncia o início do debate, concedendo a palavra aos membros da mesa. Antes, convida o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. O Presidente, Senador Delcídio do Amaral, dá prosseguimento ao debate concedendo a palavra ao Deputado Claúdio Puty, que tece alguns questionamentos relativos ao tema. Interpelam, ainda, o expositor, os Deputados Carlos Brandão, Alfredo Kaefer, os Senadores Rodrigo Rollemberg e Lindbergh Farias. O palestrante responde aos questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. O Presidente em exercício anuncia a continuidade da discussão, outorgando a palavra ao segundo bloco de inscritos. Antes, convida o Deputado Claúdio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. Participam do segundo bloco de interpeladores a Senadora Gleisi Hoffmann e os Deputados Rui Palmeira, Edmar Arruda, Audifax, Alexandre Santos, Domingos Sávio, Oziel Oliveira, Fábio Ramalho, Eduardo Cunha e Rui Costa. É assegurada réplica aos Deputados Domingos

Sávio e Audifax. O expositor responde os últimos questionamentos proferidos, conclui a exposição agradecendo aos presentes e ao Presidente. O Presidente, Deputado Claúdio Puty, agradece a presença do Dr. Antonio Tombini, dos Diretores e Equipe Técnica do Banco Central, em nome das Comissões e ressalta a confiança da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no trabalho do Ministro frente àquele Órgão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Deputado **Cláudio Puty,** Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Havendo número regimental, declaro, sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2011, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Bom dia a todos.

O tema a ser debatido na manhã de hoje será este: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, com referência ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.*

Para honra desta Comissão, anuncio a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, convidado que já se encontra à mesa.

Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central: o Diretor de Fiscalização, Sr. Anthero de Moraes; o Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; o Diretor de Política Econômica, Sr. Carlos Vasconcelos Araújo.

Vou chamar os representantes das Comissões. Pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o Deputado Cláudio Puty; pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara do Deputados, o Deputado João Maia (caso não esteja presente, chamo o Deputado Felipe Bornier ou o Deputado Natan Donadon); pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente Sérgio Brito ou o Deputado Carlos Brandão, seu representante; pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, meu colega Senador Delcídio do Amaral, que já se encontra presente; pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, o seu Presidente, o rápido Senador Rodrigo Rollemberg, que foi votar no Senado e já se encontra aqui.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, podendo ser aparteado desde que antecipadamente o permita.

Conforme estipulado também no art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Tem o interpelado igual tempo para responder. É facultada a réplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Registro a presença de dois Relatores desta Comissão: o Relator da Lei Orçamentária Anual, o Deputado Arlindo Chinaglia, e a Relatora do Plano Plurianual, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Exmo. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exmo. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Exmo. Deputado Federal Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmos. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, estou hoje aqui, na condição de Presidente Banco Central do Brasil, para, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, sobre o impacto e o custo

fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2010.

Pretendo ainda atender a requerimentos em que se demanda a minha presença em algumas Comissões que integram esta audiência conjunta.

Destaco o Requerimento nº 23, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Audifax, para discorrer sobre políticas de combate à inflação; o Requerimento nº 20, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Cláudio Puty, para discorrer sobre a liberalização financeira e a questão dos controles de capitais; o Requerimento nº 25, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Alfredo Kaefer, para discorrer sobre política cambial; o Requerimento nº 15, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Rui Palmeira, para discorrer sobre política econômica nacional diante da ameaça inflacionária; e o Requerimento nº 26, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Arnaldo Jardim, para discorrer sobre medidas de combate à inflação.

(Segue-se exibição de imagens.)

O roteiro da minha apresentação hoje está dividido em 4 partes: item 1, as demonstrações financeiras do Banco Central propriamente ditas; item 2, avaliação das políticas conduzidas pelo Banco Central; item 3, desafios econômicos de curto prazo; e item 4, perspectivas para a economia brasileira.

Em relação às demonstrações financeiras que aqui apresento, no primeiro semestre de 2010, o resultado do Banco Central do Brasil foi positivo em 10,8 bilhões de reais. De acordo com a legislação aplicável, o resultado do primeiro semestre de 2010 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro do ano passado. Quanto ao resultado do segundo semestre de 2010, o Banco Central apresentou resultado líquido positivo de 4,9 bilhões de reais. Esse resultado foi transferido, de acordo com a legislação em vigor, para o Tesouro Nacional em março de 2011.

Aqui está o resultado. Algumas rubricas do exercício de 2010. Na última linha, o resultado do período: os 4,9 bilhões do segundo semestre. Para o ano como um todo, 15 bilhões e 730 milhões de reais de resultado positivo do Banco Central do Brasil, resultado esse transferido como acabei de mencionar.

Aqui estão abertas algumas rubricas, como resultado das operações de mercado aberto: depósitos compulsórios, que é uma rubrica de despesa; juros com o Governo Federal; remuneração da conta única do Tesouro no Banco Central do Brasil; resultado das operações com instituições em liquidação; marcação a mercado dos ativos em poder do Banco Central; operações de moeda estrangeira; outras receitas e despesas administrativas e outras despesas financeiras. Isso compõe as principais rubricas do balanço do Banco Central, o resultado sumarizado desses 15 bilhões e 700 milhões para todo o ano de 2010.

Reservas internacionais. Custo de captação, 7,74%. Rentabilidade, 1,88% ao longo do exercício de 2010. Ou seja, um custo de carregamento líquido de 5,86%, em 2010, que, aplicado ao saldo médio das reservas internacionais brasileiras convertidas em reais, daria esse resultado de custo de carregamento de 26,6 bilhões de reais, custo das reservas no exercício de 2010.

Políticas do Banco Central – o material foi distribuído a V.Exas. e a assessores, para que acompanhem a apresentação. Vou dividir a questão das políticas conduzidas pelo Banco Central em política monetária, creditícia, cambial e os efeitos fiscais, conforme mencionei, da política monetária.

O Banco Central é o encarregado de operacionalizar a política monetária adotada pelo Brasil. O arcabouço institucional remete ao Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, que diz, em relação ao cumprimento das metas, em seu art. 4º, o seguinte:

"Art. 4º Considera-se que a meta [de inflação] *foi cumprida quando a variação acumulada da inflação – medida pelo índice de preços referido no artigo anterior* [Índice de Preços ao Consumidor]*, relativa ao período de janeiro a dezembro de cada ano calendário – situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância."*

Esse é o art. 4º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999. A aferição do cumprimento ou não da meta de inflação se dá a cada fim de ano, em 31 de dezembro de cada ano.

O Conselho Monetário Nacional, por meio das Resoluções nºs 3.748 e 3.880, respectivamente, estabeleceu as metas de inflação a serem seguidas pelo Banco Central para 2011 e 2012 em 4,5%, com tolerância de mais ou menos dois pontos percentuais. Essa é inflação medida, naturalmente, como todos sabemos, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE em bases mensais.

O regime. Esse regime vem servindo bem ao País, tem ajudado a política econômica, a política macroeconômica, a coordenação das expectativas, a ancoragem das variáveis nominais na economia, que é um ponto importante para permitir o planejamento, as decisões de consumo e investimento de longo prazo. Vemos, quanto a esse regime, desde a sua criação, em 1999, como evoluiu a inflação – está representada nessa linha escura, azul – o centro das metas e as bandas, a tolerância.

Vemos que, afora alguns períodos em que, de fato, a inflação escapa por razões diversas, esse regi-

me permite que o Governo da época e, enfim, o Banco Central consigam trazer a inflação de volta para um processo de convergência. Vemos que, ao longo do tempo, esse regime tem contribuído para a estabilidade macroeconômica no País.

Estamos vendo a evolução recente. Nessa pequena tabela, na parte superior direita da transparência, do *slide*, observamos as expectativas de mercado coletadas por aquele sistema que o Banco Central utiliza toda a semana. Vemos a inflação para 2011. O dado está atualizado levando-se em conta a última pesquisa Focus, de segunda-feira passada. A expectativa de inflação para 2011 está na casa dos 6,37%; para 2012, 5%; para 2013 e 2014, mais a longo prazo, está cravada, no centro da meta, em 4,5%. Vemos, no gráfico, a inflação corrente acumulada em 12 meses, tocando o índice de 6,37%.

Conseguimos manter a inflação estabilizada dentro das metas, girando ao redor do centro da meta de inflação com uma política monetária, com ciclos monetários ao longo do tempo, e podemos ver que, de fato, as taxas de juros de mercado têm baixado consistentemente desde 2001, ainda que oscilem em torno de uma trajetória. Essa oscilação indica os diversos ciclos monetários por que passa a economia, mas a trajetória das taxas de juros de mercado é claramente descendente.

Portanto, conseguimos manter a inflação estabilizada ao redor da meta, ao longo do tempo, afora alguns episódios, com uma taxa de juros de mercado declinante. A taxa de juros real também é declinante. Cresce nos ciclos monetários, como é o caso desse ciclo, mas com uma trajetória consistentemente declinante ao longo do tempo.

Política creditícia. Vou expandir rapidamente a questão do acesso ao sistema financeiro. Nós não temos metas de crédito. Temos o objetivo de ampliar, ao longo do tempo, a oferta e o acesso da população ao crédito e ao sistema financeiro, mais amplamente falando, mas não há metas formais nesse sentido. Tem havido progressos importantes no aprofundamento do mercado de crédito, assim como no sistema financeiro em geral.

Por meio de uma moderna regulação prudencial, a ideia é sempre que o Banco Central procure garantir expansão de crédito sem comprometimento da estabilidade financeira.

Acesso a serviços financeiros. A tabela 14 é interessante, pois mostra como evoluiu o número de contas, de clientes bancários, de agências, de postos de atendimento. No final dessa tabela, vemos que, hoje, 100% dos Municípios brasileiros, os 5.566, são atendidos com serviços bancários em alguma dessas modalidades.

Vemos alguns números impressionantes. Contas do sistema bancário. Em 2002, eram 55 milhões e 700; hoje, são 90 milhões e 600 contas.

Em termos de clientes, um conceito mais abrangente, eram 87 milhões e 600 mil clientes em 2002; hoje, são 161 milhões clientes do sistema financeiro, quase o dobro. Isso é muito importante, cria condições econômicas, amplia o acesso ao sistema financeiro, às condições econômicas.

É importante também do ponto de vista da própria política monetária. Quanto mais pessoas tiverem acesso ao sistema financeiro, tanto pelo lado do crédito quanto pelo lado dos instrumentos de investimento e poupança financeira, tanto mais eficaz tende a ser a nossa política monetária. Por exemplo, agora, no ciclo de aperto em que estamos, cria-se um incentivo para o poupador, que vai ser mais bem remunerado nas suas aplicações financeiras. Se quiser adiar o consumo, moderar o consumo presente para consumir mais adiante, este é o momento de fazê-lo, em que o rendimento das aplicações financeiras está em elevação, em função da política monetária.

É igualmente um aspecto importante. Eu acho que devemos olhar o sistema financeiro não só pelo lado do acesso ao crédito, mas também pelo lado das oportunidades de investimentos financeiros, em particular no momento em que a remuneração desses investimentos se eleva. São 31 milhões de pessoas com acesso ao crédito bancário, um crescimento bastante forte ao longo do período, com novos entrantes. São oportunidades, geram algumas questões a que o Banco Central tem que estar atento, como regulador, para que esse crescimento se dê em bases sólidas e trate de questões que não coloquem em risco a estabilidade financeira. Esse é o nosso papel. Temos atuado de forma ativa nessa matéria.

Aqui nós temos uma ideia da participação do crédito sobre o Produto Interno Bruto. O que nós vemos é que, desde, por exemplo, 2002, 2003, o crédito era um quarto da economia, 25% do PIB; hoje, está perto de 50% do PIB. Nós vemos a importância desse segmento da economia, desse canal de transmissão da política monetária. O mercado de crédito, de fato, cresceu bastante em relevância econômica e em importância para o País.

Isso tudo se dá com segurança. Esse gráfico expressa a reserva de capital dos bancos. Aquela linha vermelha representa o que é cobrado hoje. Isso está mudando lá fora, mas, atualmente, o requerimento de capital de Basiléia cobra que 8% dos ativos de um banco têm que estar em reserva de capital. O nosso

requerimento sempre foi maior, na faixa de 11% – é o que representa a linha verde.

As barras azuis indicam a média do colchão de capital do sistema. Está acima do mínimo. Tem-se mantido acima, com certa folga. Isso demonstra que esse crescimento, essa expansão, esse acesso é possível, como vimos por meio dos números, e que é possível fazê-lo com segurança, como tem ocorrido no País.

Em relação à política cambial, vou focar dois aspectos: o regime de câmbio flutuante e a política de acumulação de reservas internacionais.

A taxa de câmbio está expressa em vermelho, na escala do lado direito. Nós vemos que o câmbio tem flutuado, por razões de fundamentos na economia brasileira, que melhoram ao longo do tempo, mas também por outras questões relacionadas aos fluxos de capitais, enfim, à política de outros países, o que vou explorar mais adiante, quando abordar os desafios de curto prazo. Eu queria demonstrar aqui que o câmbio tem seguido o regime flutuante.

Em azul, nós vemos as intervenções do Banco Central, ou seja, as aquisições no processo de acumulação de reserva. Estamos formando esse colchão de liquidez, que, certamente, foi muito útil naquele período da crise. Vemos as barrinhas azuis abaixo da linha zero. Foi o momento em que o Banco Central virou a intervenção, o País começou a dar liquidez para o mercado, para as suas empresas, para os seus exportadores, para fazer a ponte quando secou o crédito internacional, quando não havia recursos disponíveis para a economia brasileira, para o setor exportador, para as empresas que captaram lá fora. Nós acabamos provendo essa liquidez, o que gerou essas intervenções de venda de moeda estrangeira naquele momento, mas logo em 2009 recompusemos a política de aquisição, política que está sendo mantida.

Volume das reservas. Hoje, são 328 bilhões de dólares que temos em reserva. Houve uma grande acumulação, desde 2004 mais especificamente. Serviu bem ao País.

Podemos comparar este nível de reserva, 328 bilhões, com o dos países que compõem o BRIC, com o de países comparáveis ao Brasil, nós veremos. A última barra, que é a barra do Brasil, mostra a proporção entre reservas internacionais e o tamanho da economia, o Produto Interno Bruto. O que vemos é que a Índia tem cerca de 20% do PIB como volume de reservas internacionais, como colchão de liquidez; a Rússia, cerca de 32% do PIB; a China, cerca de 47% do PIB. O índice do Brasil, a despeito de estar fazendo um colchão de liquidez importante, é de 14,4%, gira em torno de 15% do PIB. É um nível mais moderado, em relação ao desses países.

Os benefícios das reservas internacionais. Nós vimos o custo de carregamento nas primeiras transparências. Em relação aos benefícios, as reservas funcionam como um seguro, garantem a rolagem de empréstimos externos em períodos de maior estresse, impedem o contágio do sistema financeiro doméstico, como foi o caso, de fato, em 2008, 2009; geram menor impacto sobre a atividade econômica quanto a emprego e renda. No caso, nós fomos um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair dela, o que demonstra a importância da reserva naquele momento.

Isso permite que a política monetária e, mais amplamente, a política macroeconômica sejam anticíclicas ou contracíclicas. No momento em que há o choque externo, pelo fato de o setor público ter uma posição credora em divisas, em moeda estrangeira, o primeiro impacto, com a desvalorização, como foi o caso em 2008, é melhorar a situação fiscal ou a situação patrimonial do setor público. Isso sugere um espaço para fazer política anticíclica, reduzir juro, ampliar gastos, expandir o crédito interno, sem colocar em risco a estabilidade financeira, a estabilidade econômica, justamente porque há esse espaço.

Cortou-se aquele círculo vicioso de uma desvalorização cambial gerar dúvidas em relação à capacidade de pagamento da dívida, e mais desvalorização, na realidade tendo o Governo que, em momento de estresse, de maior dificuldade na economia internacional, subir juros, aumentar o fiscal. Política pró-cíclica, como acontecia no passado, isso foi superado, muito em função dessa posição líquida credora no setor público brasileiro, em moeda estrangeira.

Também ajuda a ampliar a confiança no câmbio flutuante, amplia a sustentabilidade das contas externas e, como eu mencionei, funciona como um estabilizador automático da dívida líquida do setor público, o que eu vou considerar mais adiante.

Dívida externa líquida. Esse gráfico mostra, a partir de 2007, posição credora, dívida externa líquida do setor público negativa. Isso quer dizer que nós somos credores líquidos de moeda estrangeira.

O comércio avança. A corrente de comércio já supera a casa dos 400 bilhões, quando somamos exportações e importações. As exportações têm evoluído mais que as importações no Brasil, nós continuamos com superávit na balança comercial. Essa história se dá no meio de um país com regime de câmbio flutuante, com a moeda de apreciando, com constituição de reservas, ao longo do tempo, nas proporções que vimos agora há pouco.

O crescimento das exportações é sempre uma preocupação. A despeito da força relativa da nossa mo-

eda ou, de outra forma, da fraqueza global do dólar, o que já vem de algum tempo, no primeiro trimestre de 2011, em comparação com o primeiro trimestre de 2010 – está sendo considerada só a evolução da exportação em quantidade, não o efeito preço – , as exportações cresceram 3,6%. A história da quantidade exportada é dominada por semimanufaturados, mas também os manufaturados cresceram 4,5% nesse ambiente. Enfim, o comércio exterior está dinâmico no País.

Conta corrente. Nós temos uma conta corrente de 2,3% do PIB de déficit. Esse foi o valor que fechou o ano de 2010, é o valor acumulado em 12 meses, na posição de março de 2011. Isso demonstra que havia expectativas de que, em função da economia global, em função da posição do País, teríamos um alargamento do déficit de conta corrente este ano.

Todas as revisões que estão sendo feitas nas projeções de conta corrente têm sido de melhora da conta corrente. Havia uma projeção inicial de que a conta corrente fosse para 3% do PIB. Nós estamos vendo que está em 2,3% ainda, e está caminhando mais para 2% do que para 3% do PIB o déficit de conta corrente, déficit esse que é altamente financiado, por exemplo, pelo investimento estrangeiro direto.

O investimento estrangeiro direto fechou o ano passado com déficit de conta corrente de 2,3% do Produto. Um investimento direto de 2% do produto se equilibrou, e, neste ano, acumulado até março de 2011, nós temos 2,8% do PIB de investimento estrangeiro, meio ponto do PIB acima do déficit de conta corrente. Então, o déficit de conta corrente é amplamente financiado inclusive pelo investimento estrangeiro, que é um fluxo de capital mais estável ao longo do tempo.

Efeitos fiscais da política monetária. Eu vou tratar de dois grandes temas, principalmente do primeiro, redução do custo de rolagem da dívida pública ao longo do tempo, e alongamento do perfil de vencimentos da dívida mobiliária do Tesouro Nacional.

Esse é o quadro da dívida líquida em proporção do PIB. Nós vemos consistentemente desde 2002, para não ir muito para trás, a redução da participação da dívida líquida sobre o Produto Interno Bruto. Está, em março de 2011 – o último dado que eu trouxe para os senhores e para as senhoras – , em torno de 40% do PIB.

Essa evolução da dívida líquida se dá ao longo do tempo, como mencionei. A política monetária vem sendo conduzida entregando a meta para a inflação dentro de um ambiente de redução consistente ao longo do tempo, os juros nominais, os juros reais, afora os ciclos monetários, mas oscilando numa tendência claramente declinante ao longo desse período. Vemos os juros nominais pagos pelo setor público também declinantes ao longo de todo o período considerado nessa transparência.

Fatores condicionantes da dívida líquida do setor público. O que afeta a dívida líquida do setor público? Considerei fatores selecionados. Obviamente há arrecadação do primário do outro lado, mas só para ver alguns fatores que nós sempre temos em mente e que têm a ver com as políticas do Banco Central. Aqui estou prestando contas a respeito delas. Basicamente os principais fatores condicionantes de aumento ou diminuição da dívida são a taxa SELIC, a variação cambial e a inflação. Sabemos que essa taxa é um fator, é a base da remuneração da dívida, e não necessariamente a taxa SELIC, mas responde a taxa SELIC, que está aí representada em vermelho. Então, responde por uma parte significativa do aumento da dívida líquida do setor público.

Quero mostrar também que a variação cambial tem afetado a nossa posição credora. Vemos que, em relação a 2008, a barra verde está abaixo da linha zero, o que indica que o câmbio reduziu a dívida líquida do setor público. Quando houve a desvalorização cambial em decorrência da crise, a situação patrimonial do setor público brasileiro melhorou. Isso dá condições de se adotar no País, naquele momento, uma política macroeconômica de expansão do crédito, de redução de juros, de aumento do gasto público, em função dessa característica hoje das finanças públicas brasileiras.

Nesse gráfico, há uma parte amarela, que diz respeito à inflação. A inflação também é um fator importante para aumentar a dívida líquida do setor público. Se a SELIC for baixa, insuficiente para fazer com que a inflação fique estabilizada, não escape do controle, nós certamente veremos aquela barra amarela subindo, trazendo como consequências, por exemplo, o aumento da dívida líquida do setor público.

Então, temos que controlar esses fatores. Obviamente, o objetivo do Banco Central é fazer com que a inflação convirja para a meta de inflação. Temos essas políticas, tanto a cambial quanto a monetária, que são políticas do Banco Central. Isso é só para ilustrar os fatores condicionantes da base, que tem relação com o que fazemos lá no Banco Central.

A composição da dívida do setor público. Na segunda linha, índice de preços, uma fatia considerável, 30% na posição mais recente, de 11 de março de 2011. A prefixada, 35%. O índice de preços, 29,8%, 30%. A pós-fixada, 33%. E há os outros fatores menores em relação à dívida mobiliária.

Custo médio da dívida mobiliária interna, também ao longo desse período. Já é um período mais recente, de 2006 para cá. Mostra-se uma redução ao longo do tempo, uma tendência de redução.

Esse também é um enfoque por meio do qual podemos ver o custo fiscal das políticas, da política monetária, da política macroeconômica. Assim que o País evolui e reduz o risco macroeconômico, isso é refletido, por exemplo, no risco soberano, medido pelo *default* de crédito. Vemos uma redução pronunciada do Risco País ao longo do tempo. Isso permite que o setor público, por exemplo, capte a custos menores no mercado internacional, mas também permite que as empresas brasileiras financiem a um custo menor, já que o Custo Brasil, o prêmio de Risco Brasil vem diminuindo consistentemente ao longo do tempo, muito em função das nossas políticas macroeconômicas, incluída aí a política monetária.

Desafios econômicos de curto prazo. Em nossa opinião, na opinião do Banco Central, são dois. Eu recentemente falei sobre isto, e volto nesta prestação de contas a enfatizar: fazer a inflação convergir para o centro da meta, mesmo diante do forte aumento dos preços das *commodities* agrícolas, do petróleo, ambos no contexto internacional, e das pressões inflacionárias internas. Esse é um desafio. O Banco Central está endereçando esse desafio nesta administração, certamente vem endereçando isso desde janeiro.

O segundo desafio é lidar com esse intenso fluxo de capitais estrangeiros, que, em nossa opinião, são inflacionários, dependendo do volume. Isso não quer dizer que o Brasil não precise de capitais estrangeiros ao longo do tempo. Nós somos um país aberto ao capital. Nós vimos aí como o investimento estrangeiro direto evoluiu ao longo do tempo. Nós temos uma série de desafios em que esse capital será importante.

Agora, a depender da intensidade, esses fluxos trazem desafios. O primeiro deles é a inflação. Por quê? Porque eles servem de combustível para rápida expansão interna do crédito. Isso vira liquidez interna, expande o crédito numa velocidade maior do que deveria no momento em que se precisa de moderação e também impacta diretamente o preço dos ativos. Há mais dinheiro em reais, em função dessa liquidez ampla que entra no País, e isso vai refletir em preços de ativos, imóveis, terras etc., inclusive na taxa de câmbio, que é um ativo. A taxa de câmbio responde aos fundamentos econômicos, mas, em determinado momento – nós vimos isso no País – , ela também tem o impacto dessa liquidez global que está aí à procura de retorno e que, de certa forma, vem entrando no País nos últimos tempos.

Inflação corrente. Há um gráfico por meio do qual se pode mostrar rapidamente a V.Exas. como está o quadro da inflação corrente no mundo. Aqui, o acumulado em 12 meses, em março, considerando uma fonte única. Nós vemos primeiro os BRICs: Rússia, com 9,5% de inflação ao consumidor; China, com 5,4% de inflação acumulada, inflação corrente; Índia, com 8,8% de inflação, preço ao consumidor. África do Sul, 13,7%. Indonésia, 6,8% de inflação ao consumidor. Reino Unido, inflação de 4%, preço ao consumidor. Zona do euro, com uma inflação de 2,7%. |Os Estados Unidos, também com o mesmo nível de inflação, 2,7%.

É um conjunto de países que têm economia comparável à economia brasileira. Percebe-se uma elevação, no momento, da inflação corrente. Isso, no caso dos emergentes, tem relação com o preço das *commodities* agrícolas. Alimentos, por um lado, pesam mais quanto aos índices. Isso tem a ver também com aquecimento. Foram economias que saíram mais rápido da crise, que, em 2010, já estava com uma expansão forte.

Isso tem a ver também com o aquecimento da economia nos países emergentes e tem a ver, mais recentemente, com os preços da energia, do petróleo. O choque mais recente atinge não só os emergentes, mas também, em cheio, os países desenvolvidos, pois a energia pesa mais na cesta do consumidor dessas economias, digamos assim, mais maduras.

Em relação às expectativas de inflação para 2011, também com a mesma base, esperada pelos respectivos mercados, para a Rússia, 9,1%; para a China, 4,6%; para Índia, 8%; para África do Sul, 4,7%; para Indonésia, 6,7%; para o Reino Unido, 4,1%; para a Zona do Euro, 2,4%; para os Estados Unidos, 2,7%.

Então, temos aí o quadro das expectativas de inflação para 2011. É um quadro de expectativa de inflação elevada, de maneira geral refletindo o que vem ocorrendo com a inflação corrente e o desafio que os países e os seus respectivos bancos centrais têm pela frente, para fazer com que essa inflação baixe num período com um horizonte um pouco mais largo.

Países com metas de inflação. Regimes análogos ao regime de política monetária que temos no Brasil. Então, vamos ver em vermelho primeiro os países que estão acima do nível de tolerância das suas metas. Temos a Zona do Euro, que está acima do nível de tolerância, a inflação, como nós vimos, está em 2,7%; o máximo que eles almejam é ligeiramente abaixo de 2%. Então a inflação está acima. O Reino Unido tem uma meta de inflação de 1%, com uma banda de mais ou menos 1%, e a inflação está em 4%, ou seja, está acima da banda.

Turquia, Israel, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia, Chile, esses países estão com a inflação corrente acima da meta de inflação para 2011. Nós temos aqueles países que estão acima da meta e dentro da tolerância, em verde: Suécia, Hungria, República Tcheca, Polônia, África do Sul, Coreia do Sul, Filipi-

nas, Canadá, México, Colômbia, Peru, Brasil. Então, são esses os países que têm inflação acima do centro da meta, acumulada em 2011 em relação à meta, mas estão ainda dentro da tolerância. Abaixo da meta há dois países: Noruega e Suíça.

E aqui temos países que não possuem metas explícitas de inflação, mas que estão com a inflação elevada. São países de relevância econômica. Temos a China, a Rússia, a Índia e os Estados Unidos também com uma inflação elevada, ainda que não tenham o regime, mas, se tivessem, certamente estariam por cima de suas metas de longo prazo.

Ouvindo o caso do Brasil, nós temos o preço das *commodities.* É uma parte importante para explicar a elevação da inflação, não só no caso do Brasil, mas os emergentes, como mencionei agora há pouco. Nós temos, de julho de 2010 a abril de 2011, a evolução dos preços de *commodities* medidas pelo ICBr. Esse é o índice de *commodities* feito pelo Banco Central, que pega o preço internacional das *commodities* e traduz isso para nossa cesta de consumo do índice de preços ao consumidor.

Então, nós vemos uma aderência muito grande entre o que acontece aí e o que vai bater na inflação de IPCA ali na frente. Isso dá 78% de julho de 2010 a abril. O preço das *commodities* em reais e em dólares também apresenta uma evolução de 56% de julho de 2010 a abril de 2011. Nós vemos uma viradinha em ambos os casos, uma viradinha na ponta em relação ao preço das *commodities.*

A nossa história tem *commodity*, mas também tem uma economia que cresceu fortemente em 2010 e ainda continua em ritmo bastante dinâmico e bom, e isso se reflete, entre outras coisas, na inflação do serviço. A inflação do serviço tem a ver... No Brasil, está girando, no acumulado de 12 meses, acima da inflação medida pelo IPCA. Isso não é novo, não é de hoje e tem a ver com aspectos estruturais da economia brasileira, onde 30 milhões de pessoas ingressaram na classe média e demandam serviços. Isso tem um impacto importante sobre o preço dos serviços, mas também existe a questão conjuntural de uma economia aquecida, por isso que estamos no Banco Central tratando de conter as pressões inflacionárias e de fazer a inflação convergir para a meta em 2012. O centro da meta é de 4,5%.

A evolução do IPCA. Nós temos aqui, ao longo do tempo, limite superior e a meta central. Como mencionei, no nosso regime, a cada 31 de dezembro verificamos se a inflação está na meta, fora da meta, enfim, há toda uma governança estabelecida, uma institucionalidade do regime de metas da inflação. Essas são as metas para cada um desses períodos, entrando também no futuro, 2011, 2012.

Nós temos a evolução da inflação ao longo do tempo e vimos que ela cumpriu as metas nos meses de dezembro de cada ano. Daqui para a frente, estou considerando a expectativa de mercado atualizada, publicada segunda-feira pela Pesquisa Focus, que demonstra expectativa de inflação para 2011, como mencionei anteriormente, de 6,37%, ou seja, um pouco abaixo do limite superior da meta, mas acima do seu centro, convergindo para 5% em 2012, ligeiramente acima do centro, mas bem dentro do intervalo de tolerância para esses 2 anos.

Sobre medidas de combate à inflação, nós tivemos três reuniões e aumentamos a taxa de juros de 125 pontos. Há um esforço importante do Governo. O primeiro corte nos gastos é de 50 bilhões, e o primário é de 117. E os resultados, até o momento, têm sido bastante positivos em relação ao cumprimento da meta de superávit primário para o ano de 2011, inclusive com um resultado fiscal bem mais forte do que foi no ano passado, contribuindo seguramente com o esforço de combate à inflação.

Há uma série de medidas macroprudenciais que visam à estabilidade financeira e têm repercussões sobre a demanda, que foram colocadas. Uma série de medidas, no final do ano passado, aumentou o requerimento de capital para o financiamento ao consumo, dando mais segurança para as operações, mas gerando também impacto sobre o crédito concedido para o financiamento ao consumo.

Depósitos compulsórios. Também foram retirados, no final do ano, cerca de 80 bilhões, num total de 200 bilhões retirados no pós-crise. Portanto, essa liquidez que estava no sistema financeiro voltou para o Banco Central.

Há algumas outras medidas, que vou listar aqui rapidamente: a questão do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, que sobe para 15% em junho de 2011 e 20% em 1º de dezembro de 2011. Essa é uma medida importante, uma medida prudencial, que visa conter riscos de superendividamento, uma vez que o financiamento no cartão de crédito é concedido a taxas bastante elevadas. Então, aumenta-se o pagamento mínimo da fatura nesse cronograma.

Efeitos das medidas macroprudenciais. Já houve efeitos importantes sobre as linhas de financiamento. Se examinarmos as concessões de crédito na margem e os dados mais recentes de março de 2011, comparados ao dado de pré-medida de novembro de 2010, veremos que há uma retração da concessão. Quando se analisa o estoque, observa-se que ele vai crescendo, principalmente porque a taxa de juros está

crescendo. Mas, quando se analisam as concessões, vemos que há uma contenção das concessões, o que é importante neste momento, e as medidas têm mostrado sua força.

Em relação aos fluxos de capital, vou falar rapidamente. Esse é o fluxo acumulado em 12 meses, que está na faixa dos 170 bilhões (fluxo bruto). Temos aqui dois tipos de fluxo, renda fixa e ações, que têm mostrado moderação ao longo do tempo. Renda fixa foi objeto de IOF de 6% no ano passado. Essa linha vermelha mostra uma certa moderação no ingresso líquido.

Em relação aos fluxos que cresceram mais, nos últimos tempos, em preto está o investimento estrangeiro, que cresceu fortemente desde o final do ano e vem crescendo com bastante força no início de 2011. Temos também os títulos privados e empréstimos, ou seja, as captações de empresas feitas diretamente no exterior e as captações de bancos também cresceram muito fortemente.

Os volumes de ingresso desses capitais montam em 54 bilhões em 2011, no período de janeiro a abril. Podemos ver a força desse ingresso no início do ano, se comparado a anos anteriores. Aí nós vemos algumas modalidades, como títulos privados e empréstimos, na faixa de 30 bilhões nesses 3 meses; no ano passado, eram 14 bilhões; em 2009, era negativo; em 2008, era pequeno.

Constatamos que alguns fluxos cresceram muito e muito rapidamente, gerando preocupações relativas a impactos inflacionários e também a possíveis riscos para a estabilidade financeira. No dia em que as políticas lá fora se reverterem e esses fluxos saírem do País, poderão potencialmente gerar riscos para a estabilidade financeira. É disso que estamos cuidando de tratar também no Banco Central, para mitigar, reduzir e minimizar esses riscos.

Esse é o saldo do balanço de pagamentos. Peguei 3 meses só para ilustrar o que eu estava dizendo. São 35 bilhões de dólares que entraram liquidamente no País nos 3 meses, comparados a 24 bilhões de dólares que ingressaram em todo o ano passado. Analisando esses 3 meses, vemos o mês de abril como produto do ambiente internacional, mas também das medidas tomadas, moderando bastante esse saldo líquido do balanço de pagamentos, quero crer também que em função das medidas que foram tomadas, sobretudo das medidas sobre captações diretas de empresas e captações de bancos lá fora.

Isso tem uma outra implicação para a política monetária, que é fazer com que as condições monetárias que prevalecem no País tenham mais efetividade de atuar sobre a demanda agregada e sobre os preços, porque, com um fluxo menor de captações diretas lá fora, reduz-se esse vazamento da política monetária, ou seja, nós apertamos as condições aqui, e bancos e empresas vão buscar dinheiro supostamente mais barato lá fora, na presunção de que não há risco cambial, quando, na verdade, há.

Com essas medidas e com a redução desses fluxos, nós temos também trazido mais efetividade e tração para a política monetária em curso no País.

Como uma das medidas para lidar com o excesso de capitais, temos as intervenções. Eu demonstrei a acumulação de reserva ao longo do tempo, mas temos também as medidas macroprudenciais, a adoção de compulsório sobre posição vendida de câmbio, o que foi importante, além do aumento do IOF nos ingressos de capital.

Aqui estão algumas medidas selecionadas sobre a renda fixa, sobre o recurso para composição de margem no mercado de derivativos, mas sobretudo este último sobre os empréstimos e títulos com maturidade inferior a 720 dias, ou seja, captações de curto prazo que vinham sendo feitas lá fora.

Só para fechar, temos a última transparência. Falamos da prestação de contas propriamente, das nossas políticas, dos desafios de curto prazo. A visão do Banco Central é que o País tem excelentes perspectivas futuras, perspectivas de crescimento forte e sustentável nos próximos anos, ampliação da classe média, um processo que se intensificou e continua aumentando. Há ainda a questão do bônus demográfico, ou seja, mais pessoas no Brasil em idade ativa em ralação a inativos e indivíduos fora da idade mais produtiva. Isso gera uma maior capacidade de poupança e maior produtividade na economia até 2025, mais uma década e meia. Por isso, é importante aproveitar essa fase. Certamente, nós no Brasil aproveitaremos esse período de bônus demográfico.

Há diversas oportunidades de investimento, como exploração na camada do pré-sal, ampliação e modernização da infraestrutura, vastas reservas de *commodities* de minerais, potencial de ampliação da área cultivável, incremento da produção agrícola e eventos esportivos já definidos para 2014 e 2016. Essas são perspectivas que certamente tornam o País muito atrativo. Nós devemos aproveitar ao longo dos próximos anos essas excelentes perspectivas.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Estou à disposição dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sr. Presidente do Banco Central, esta Presidência no mínimo pode dizer a V.Exa. que se sente tranquila após ouvir sua brilhante exposição, segura, coerente, prudente, pois vem de um técnico de sua grandeza, criado no Banco Central, com uma formação extra-

ordinária. Esta Comissão certamente se sente muito lisonjeada em receber V.Exa.

Por isso, sem mais delongas, vamos iniciar com a palavra da Mesa. Peço inclusive que nós tenhamos rapidez nas intervenções, por força da multiplicidade de inscrições. O Presidente Tombini responderá a todas as indagações desta Comissão.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso querido Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Peço ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para me suceder nesta Presidência. Tenho audiências na Presidência da Comissão Mista de Orçamento e devo receber outras autoridades. Assim, peço a V.Exa., Senador Delcídio do Amaral, que comande esta reunião. Tenho certeza de que ela estará sob comando muito melhor do que o meu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Com a palavra o Deputado Cláudio Puty. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Bom dia, Sr. Presidente; saudações, Senador Vital do Rêgo, Senador Delcídio do Amaral.

Saúdo o nosso Presidente do Banco Central, na pessoa de quem saúdo todos os Deputados, Senadores e Senadoras presentes, assim como os membros da Diretoria e técnicos do Banco Central, senhoras e senhores da imprensa.

Sua apresentação, Presidente Tombini, como disse o Senador Vital do Rêgo, nos deixa muito tranquilos em relação ao rumo que o Banco Central tem dado à condução da política monetária no Brasil. Deixa-nos mais tranquilos à medida que percebemos que há total afinação, total harmonia entre os distintos Ministérios do Governo Dilma.

Há poucos dias, estivemos aqui com a Ministra Miriam Belchior, que obviamente discorreu sobre a LDO e falou muito de política fiscal, mas, no que se refere a aspectos da política monetária, percebemos que há uma grande sintonia entre os diversos Ministérios do Governo. Como nós sabemos que na história dos governos brasileiros nem sempre foi assim, isso nos permite crer que o nosso risco de prêmio esteja sob controle, ou seja, há um grau de harmonia entre as metas fiscais e monetárias do Governo brasileiro.

Eu diria que nós vivemos tempos interessantes no Brasil e gostaria de fazer algumas perguntas associadas a isso.

Não obstante o crescimento do IPCA nos últimos meses, nós temos uma queda no IGP, se eu não me engano. Nós produzimos um gráfico sobre o IGP e o IGPM de fevereiro a abril. Em fevereiro, o IGPM era de 1%; em março, 0,62% e em abril, 0,45%. Obviamente, o IGPM não é o índice utilizado para as metas de inflação, mas gostaria de saber se, de uma maneira ou outra, essa queda refletiria algum previsor futuro no que se refere a comportamento de preço ao consumidor, à medida que o IGP é um indicador mais amplo do que o IPCA. Talvez isso já seja efeito das medidas de controle da inflação.

Em relação às medidas macroprudenciais, gostaria que V.Exa. avaliasse o seguinte. Apesar do aumento do requerimento de capital, apesar das outras medidas macroprudenciais tomadas, nós ainda temos um *boom* de crédito no Brasil, talvez associado à enorme inclusão social proporcionada pelo nosso Governo. Nos últimos 3 meses, mesmo com as restrições aqui elencadas, tivemos a variação percentual de 2,7%, e as operações de crédito para pessoa física nos recursos livres tiveram participação expressiva, com aumento de 3%. E, nos 12 meses, ocorreu variação nominal de 20% no crédito, mesmo em situação de restrição monetária. Temos, como eu disse, tempos interessantes. Gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso.

Em uma reunião alguns meses atrás, na Comissão de Finanças e Tributação, tivemos a honra de receber a Diretoria do Banco Central e tratamos do custo de carregamento das reservas. Foi mencionado, *en passant*, eu diria, que obviamente há um processo de esterilização das reservas e parte disso envolveria oferta de moeda, no que se refere à ampliação da base da monetária.

Gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre se há, no processo de esterilização das reservas, aumento da oferta monetária obviamente por parte do Banco Central, e se isso poderia ser também um dos elementos de vazamento de fomento ao crédito, além do influxo internacional de capitais.

São essas as questões que eu faço no sentido de provocar o debate aqui, reafirmando a total confiança nos rumos da política monetária do nosso Governo.

Aqui deixo as minhas saudações e meus parabéns pela tranquilidade, prudência e seriedade com que o Banco Central tem conduzido a política monetária do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Vou passar agora a palavra ao Deputado Carlos Brandão.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO – Bom dia.

Primeiro gostaria de cumprimentar o nosso Presidente Alexandre Tombini, que fez uma bela exposição. Cumprimento também o Presidente Delcídio, os Deputados e Senadores.

Quero fazer apenas uma colocação que nos preocupa muito, Presidente Alexandre: é sobre a questão do câmbio. Nós nunca tivemos, na história do Brasil, um câmbio tão baixo, e isso nos preocupa. Por um lado, isso é bom para o consumidor, que sai daqui para o exterior para fazer compras, para passear. No entanto, os exportadores, que vendem em dólar, estão tendo um imenso prejuízo, o que termina preocupando.

Estamos, de certa forma, ansiosos, aflitos, por saber até quando a moeda americana, uma moeda sólida, mesmo com os problemas orçamentários, imobiliários, toda essa questão que houve nos Estados Unidos, até quando isso vai durar ou se isso não é uma bomba-relógio. Qual é a sua preocupação quanto ao que isso pode comprometer a inflação aqui no Brasil?

Essa é a nossa preocupação. Para os consumidores, está muito bom lá fora, mas os exportadores estão sofrendo um problema sério, tendo prejuízos, e isso pode afetar sensivelmente a nossa balança comercial. Gostaria que V.Exa. nos dissesse de que forma o Banco Central está se preocupando com essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Deputado Carlos Brandão.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral. Quero cumprimentar V.Exa., assim como cumprimento o Deputado Cláudio Puty e o Deputado Carlos Brandão.

De forma muito especial, cumprimento o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, e todos os Parlamentares aqui presentes, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados.

Quero compartilhar com os oradores que me antecederam a confiança em relação à condução da política monetária realizada pelo Banco Central nos últimos anos, o que trouxe estabilidade econômica ao Brasil.

Eu quero ser muito breve ao fazer duas indagações. Uma das características marcantes dos dois últimos Governos, especialmente o segundo Governo do Presidente Lula, foi ter conseguido aliar crescimento econômico com geração de milhões de postos de trabalho, redução da pobreza, redução das diferenças sociais e das diferenças regionais com o controle da inflação. E o que nós percebemos é o aumento da pressão inflacionária, especialmente em função do aumento do preço do petróleo e das *commodities*, o que tem levado o Banco Central a aumentar a taxa de juros. Isso pode vir a comprometer o crescimento econômico. A pergunta que faço é: como compatibilizar crescimento econômico, importante para o País, com combate à inflação?

Segunda questão: na sua apresentação, V.Exa. mostra que, no primeiro semestre de 2010, o resultado positivo do Banco Central, repassado ao Tesouro, foi de 10,8 bilhões de reais, e no segundo semestre foi de 4,9 bilhões de reais, ou seja, menos da metade do resultado do primeiro semestre. Que fatores econômicos levaram a uma diferença tão grande em relação aos resultados do primeiro para o segundo semestre de 2010?

São esses os questionamentos que faço, cumprimentando mais uma vez o Presidente Alexandre Tombini pela sua apresentação e pela sua gestão à frente do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Eu só queria fazer um registro, meu caro Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Primeiro, parabenizo V.Exa. pela didática, competente exposição e pela maneira equilibrada e serena com que vem conduzindo o Banco Central, tendo, mais do que nunca, a percepção nítida de que nós temos de combater a inflação e fazer com que o País continue se desenvolvendo, crescendo e distribuindo renda. Essa composição não é simples, não é fácil, mas eu tenho absoluta convicção do papel que o Banco Central cumprirá exatamente no sentido não só de controlar a inflação, mas de manter o crescimento do País e a distribuição de renda.

Eu só quero fazer duas perguntas a V.Exa. Lendo o último relatório do COPOM, observamos que a questão da taxa de juros volta com destaque. A pergunta é: os juros voltaram novamente à ribalta, uma vez que nós temos visto que as medidas macroprudenciais estão fazendo efeito e são alternativas importantes para combate da inflação?

Segundo ponto: no ano passado, se eu não estou equivocado, nos meses de junho, julho e agosto a inflação foi próxima a zero. A partir do momento em que esses três meses saírem da anualização, o pico anualizado ficará dentro da banda, ou seja, entre os 4,5% e os 6,5% previstos pelo sistema de câmbio flutuante adotado pelo Banco Central para economia brasileira?

São essas as duas perguntas. Se todos estiverem de acordo, eu gostaria que o Presidente Tombini respondesse às perguntas da Mesa e, em seguida, abriríamos para o Plenário, para os inscritos, e faríamos em blocos de cinco.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Sr. Presidente, não daria para neste bloco falarem mais

uns três? É claro que advogo em causa própria, pois estou inscrito, sou o segundo e tenho que presidir a Comissão da Pessoa com Deficiência lá no Senado. *(Risos.)*

Se puder aumentar para mais uns três, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – O problema é que nós estamos com um enxame, com uma inflação de Comissões. E essa inflação está difícil de debelar.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Por isso é que temos de aplicar macroprudência...

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Nós temos que adotar medidas macroprudenciais no Senado para fazer frente a essa inflação de Comissões e Subcomissões.

Eu sei que essa audiência pública no Senado é muito importante, especialmente para o Senador Lindbergh. Por isso, peço a V.Exas. que se abra somente essa exceção. Vou conceder a palavra para o Deputado Alfredo, que chegou aqui pontualmente às 10 horas, e depois para o Senador Lindbergh. Em seguida, o Presidente Tombini responderá e, em seguida, faremos blocos de cinco Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Agradeço a V.Exa. e a todos os Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Se todos estiverem de acordo,... *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, obrigado pela deferência.

Meus cumprimentos ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, às Sras. e aos Srs. Deputados e Senadores.

Eu considero que a economia tem três pilares onde tudo se sustenta: o pilar do câmbio, o pilar do juro e o pilar da tributação. V.Exa. está inserido em dois aspectos: juros e câmbio. Vou fazer, dentro disso, as minhas considerações e as minhas indagações.

A estabilidade, todos sabem, é uma conquista da sociedade. Não foi só implantada no Governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, mas também foi o fator de sustentação deste atual Governo. Se nós não tivéssemos tido a estabilização econômica do Plano Real e a tomada de providências em paralelo, certamente não teríamos passado à margem dessa crise da forma como passamos.

Então, a dúvida da volta da inflação é algo que nos deve atormentar e preocupar a todos. A estabilidade não é uma conquista de um Governo ou de outro. É, realmente, uma conquista da nossa sociedade.

Outra situação é a do câmbio. Vemos, nas demonstrações, a situação de inflação de outros países, mas temos que levar em conta que aqui tivemos o impacto de *commodities*, que têm preços internacionais listados, mas aqui nós tivemos inclusive uma redução da nossa taxa. Ou seja, em vez de contribuir com a inflação, a taxa de câmbio, com a redução do valor do dólar, praticamente equilibrou a situação desse impacto que as *commodities* poderiam ter em cima dos preços.

Muitas vezes ficamos em dúvida se o Banco Central quer, de fato, manter o dólar estabilizado ou num patamar competitivo ou se, por outro lado, isso não é interessante. É absolutamente certo. Se nós tivéssemos um dólar de R$1,90 ou de R$2,00, o que seria razoavelmente competitivo para os nossos exportadores, principalmente em alguns setores, e refrearia também a importação de tantos outros produtos, isso seria impactante e, certamente, essa inflação, que está fora da meta, estaria ainda mais descentralizada.

Então, indago aqui o seguinte: a ata do COPOM, como já foi dito, sinaliza efetivamente que a inflação de 6,3% pode ir para 7% dos preços livres. Alega-se sempre que as *commodities* internacionais são o impacto, mas, na verdade, o que se vê é que os preços livres, os preços dos serviços é que têm impactado a inflação, porque as *commodities* têm refreado pelo simples fato de que o dólar caiu de valor. Não é essa a função, não é essa a situação que vai fazer com que tenhamos a inflação fora da meta.

O Banco Central cumpre a sua obrigação, e às vezes fazemos a mesma indagação que fiz no ano passado para o Presidente do Banco Central e toda a equipe, quando debatíamos o assunto do Banco Panamericano. O Banco Central está tão perto da Caixa Econômica Federal, e um não sabia que o outro tinha problemas. Às vezes indagamos: o Banco Central é uma instituição de Estado, está tão próxima da Fazenda, mas parece que não existe sintonia entre o Banco Central e a área econômica. O Banco Central tem todo o empenho em relação a taxa de juros e depósito compulsório para tentar segurar a inflação, e me parece que a área econômica não faz essa sintonia.

Eu fiquei abismado, por exemplo, quando vi o Ministro Guido Mantega no Senado, outro dia, usando um discurso que nós ouvimos no Plano Cruzado, de pedir aos empresários que segurem os preços. Ora, quando chegamos à situação de pedir preço ou começar a falar em controle de preços, aí a coisa vai para a linha do absurdo.

Outra coisa me preocupou muito. A pesquisa Focus apresenta todo o enredo de sinalização da inflação. Eu queria saber se procede a informação de que o

Banco Central estaria mudando a forma, a metodologia de avaliação disso. Isso é preocupante. Em outras épocas, mudamos a forma de medir a inflação, ou seja, quebramos o termômetro para impedir a medição da temperatura do paciente com febre ou da temperatura do paciente da economia, que é a inflação.

Pergunto também outra coisa: nós aprovamos aqui o Fundo Soberano, e a indagação é a respeito de como V.Exa. vê a área econômica, o Ministério da Fazenda fazendo uma espécie de competição com o Banco Central sobre aquisição de moeda, que é, classicamente, uma atribuição do Banco Central, e não da Fazenda, no momento em que constitui um Fundo Soberano para comprar dólares e tentar frear a queda da moeda.

A situação do custo das reservas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Deputado Alfredo Kaefer, eu peço a V.Exa. que objetive as perguntas, porque há muitos Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Vou acelerar.

Sr. Presidente, dediquei muito tempo a esta audiência, porque eu tinha uma solicitação pessoal, mas vou tentar abreviar.

Ao custo de carregarmos essa reserva internacional, até quando vamos suportar isso? Vinte e seis bilhões sinalizam 60 bilhões de custo. Estamos comprando dólar, deixando o dólar lá fora, aplicando-o a 1% ou 2% e pagando aqui a taxa SELIC.

O Fundo Monetário e as instituições internacionais têm inclusive recomendado a países emergentes o controle de fluxo de capitais, e essa é uma indagação e uma preocupação que temos. Há uma tese acadêmica da época do Governo do meu partido, o PSDB, que preconiza o dólar flutuante. Seria melhor situação se estivéssemos em situações normais, mas esta era uma tese que valia no momento em que precisávamos de fluxo de capitais de entrada. Por que hoje nós continuamos insistindo com o dólar flutuante sem nenhum controle ou com pouco controle, apenas com o IOF, que apenas serviu para aumentar a arrecadação e não contribuiu com a freada da redução da moeda?

A China, por exemplo, há muitos anos faz controle de fluxo de capitais. Eu pergunto: há falta de investimentos naquele país? Outros países têm feito controles sistematicamente, de uma forma ou de outra, e nós apenas insistimos em comprar os dólares, interná-los aqui dentro, emitir títulos públicos, pagar taxa SELIC de 12% ao ano e deixar o dinheiro aplicado no Tesouro americano a 1%.

Eu teria muitas indagações, mas, em respeito aos demais colegas que também querem fazer suas indagações, reservo-me a isso. Acho que, se o Presidente responder dentro dessa linha, já estaremos satisfeitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, confesso, Presidente Tombini, que, por muito tempo, até no Governo do Presidente Lula, quando nós tínhamos possibilidade de discutir sobre o Banco Central, nossa postura era muito crítica.

Eu venho aqui pela primeira vez, neste último período, defendendo não uma mudança, mas um aperfeiçoamento da política monetária do Banco Central, a utilização de outras ferramentas, como medidas macroprudenciais e intervenções no câmbio.

Ao contrário do que disse o Deputado Alfredo Kaefer, eu acho que, pela primeira vez, nós temos tido uma ação articulada de todo o Governo no combate à inflação.

Eu quero inclusive citar o discurso da Presidenta Dilma em que ela diz que o Governo está atento a todas as pressões inflacionárias, venham de onde vierem, fazendo permanente análise delas e discutindo as causas da inflação.

Semana passada, na sexta-feira, houve autorização do Governo Federal para que houvesse a redução da participação do álcool na gasolina até 18%. É um instrumento de fora, preocupado com a inflação.

Eu quero falar também ao Deputado Alfredo Kaefer sobre o esforço fiscal. Na semana passada, nós tivemos a divulgação dos números do superávit, e eu sei que existe uma inquietação por parte do mercado sobre a dureza dessa consolidação fiscal, se iria acontecer de fato esse aperto fiscal.

Pois bem, foram 40 bilhões em um trimestre. Ultrapassamos a meta do quadrimestre. Eu falava inclusive a alguns Deputados e Senadores que o problema foi a farra fiscal do Governo do Presidente Lula. Ora, o que fez o Presidente Lula no final do seu Governo? Medidas de expansão do crédito e desoneração tributária. Eu não vi ninguém defendendo que a desoneração do IPI, por exemplo, deveria acabar antes de março de 2010. E nós vemos concretamente, pelos números, que chegamos, em 2009, a 42% do PIB, a relação dívida/PIB; em 2010 caímos para 40%; em 2011, a previsão é 37%.

O nosso déficit nominal, Srs. Senadores, Srs. Deputados, está em 2,6%, e a previsão para este ano é que chegue a 1,9%. Vale dizer que a Inglaterra está acima de 10%, e os Estados Unidos estão na faixa de

9% de déficit nominal. O que nos falta então? Um esforço fiscal coerente do Governo. Todos sabemos que o Governo aumentou a taxa SELIC.

Então, qual é a grande diferença? Este é o grande debate em que o Parlamento tem que entrar. O debate com alguns articulistas da imprensa e com o mercado se dá da seguinte forma: alguns acham que o Banco Central tinha que ter tomado uma postura mais forte, tinha que ter aumentado não 0,25%, mas 0,50% na última reunião do COPOM.

Eu quero parabenizar o Governo, neste momento, pelo esforço de combater a inflação, não só com a taxa SELIC, mas com vários outros instrumentos, com a preocupação também de não derrubar a economia, e isso ficou claro na fala da Presidenta Dilma no Conselhão, ao mencionar dois de seus compromissos: combate à inflação e não derrubar a economia.

Por isso eu faço as seguintes perguntas, Presidente Tombini: quando discutimos o IPCA e os números da inflação, observamos claramente que houve uma diminuição do peso do preço das *commodities* e um aumento de serviços. Refiro-me aqui ao final de 2010, quando o IPCA estava em 5,9%, sendo que 2,3% correspondiam a alimentos e bebidas e 1,8%, serviços. Agora, aumentou para 2 pontos.

De fato, há uma pressão em cima de despesas pessoais, como serviços prestados por cabeleireiros e empregadas domésticas. Há uma pressão também nos serviços educacionais, serviços sazonais. Mas a minha pergunta a V.Exa. é a seguinte: o que houve em relação ao relatório trimestral da inflação e essa ata do COPOM? O relatório trimestral da inflação apontava um caminho. Ele falava centralmente das medidas macroprudenciais. Na última ata do COPOM, há uma mudança de linha. No seu item 30, o COPOM fala de um ajuste mais prolongado das taxas básicas de juros.

Eu queria perguntar a V.Exa. o que houve nesse período. Houve uma mudança significativa no cenário? O que há de diferente entre o relatório trimestral da inflação e a ata do COPOM?

E a última pergunta, em relação às medidas macroprudenciais, ao aumento no compulsório dos bancos em dezembro, enquanto em janeiro, fevereiro e março houve uma grande entrada de capitais no País, superior a todo o ano passado, superior em 40%: será que o Banco Central não levou um drible de algumas instituições financeiras que foram captar recursos a 0,25% fora do País e colocaram de volta uma grande liquidez no mercado? A partir do aumento do IOF, por parte do Governo Federal, vemos que essa entrada de recursos no País foi moderada.

São estas as duas perguntas que deixo para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra o Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Seguindo a determinação de V.Exa., Sr. Presidente, serei breve nas respostas, para que possamos evoluir no debate.

Primeiro, gostaria de agradecer por todas as perguntas.

O Deputado Cláudio Puty, na sua intervenção, fez três perguntas. Em relação ao IGPM, a notícia é alvissareira. O IGPM mensal está recuando, está em linha com o que já foi feito lá atrás em termos de política, mas também existe uma sazonalidade marcada. Há a questão das *commodities*, um certo recuo na margem. Há a questão da própria taxa de câmbio, que foi mencionada. Recentemente, o dólar conseguiu se desvalorizar ainda mais em relação a várias moedas, inclusive ao real.

Há também a questão da entrada da safra doméstica, mas esse é um indicador antecedente que, num prazo de alguns meses, veremos refletido nos preços ao consumidor. Sem dúvida, é uma informação importante que está dentro das nossas avaliações.

Em relação às medidas macroprudenciais, a sua questão, diferentemente de outros Parlamentares, foca no fato de que já adotamos uma série de medidas, mas, na sua visão, ainda não estaria totalmente refletida nos números.

Procurei mostrar na minha apresentação que, quando saímos da questão da evolução do estoque de crédito e olhamos as concessões na margem, ajustando isso para efeito de sazonalidade e também efeitos da própria inflação, vemos uma redução, em termos reais, dessazonalizados, das principais linhas que foram afetadas pela política macroprudencial.

Deixo aqui a apresentação, que tem um *slide* específico que trata um pouco do impacto das medidas prudenciais. É fato que nos 12 meses acumulados, até o mês de março, o crescimento está ainda na faixa de 20%, mas obviamente que ao longo do ano esse crescimento, em nossa visão, fechará num nível menor. O Banco Central estima algo entre 10% e 15%, na realidade, em torno de 13%. Esse dado hoje está na casa dos 20%, mais as concessões nas margens. O efeito das macroprudenciais não está integralmente sentido. O efeito do próprio ciclo de aperto da política monetária refletirá nessa questão do crédito. E o crédito evoluirá mais em linha com o que o Banco Central tem pensado.

Em relação ao custo de carregamento das reservas, V.Exa. faz uma observação específica, uma questão sobre como se dá o processo de esterilização e se não estaria sobrando recurso e ampliando a

oferta monetária, uma espécie de vazamento para a política monetária. De fato, o Brasil tem adotado essa política de cumulação de reservas e, ao mesmo tempo, uma política monetária independente em relação ao resto do mundo. Quer dizer que nós conseguimos manter as nossas condições monetárias para atingir a meta de inflação, ainda que tenhamos de conviver com entrada de recursos, adquirir esses recursos da moeda estrangeira, esterilizar o impacto monetário. Ou seja, quando o Banco Central adquire essas reservas do mercado, ele injeta reais, então, capta esses reais de volta e faz este processo que nós chamamos na economia de esterilização das intervenções.

Obviamente, a depender do volume, da intensidade e da rapidez que esse processo se dá, como foi agora no começo do ano, a esterilização nunca é perfeita, não se retiram todos os reais, sobra dinheiro em cima da mesa. E esse dinheiro vai alimentar a expansão do crédito, vai alimentar eventualmente alguma elevação de preço de ativos.

E é isso que estamos fazendo, buscando, com as macroprudenciais, cercar essa questão de modo a que os fluxos internacionais, que dão origem à aquisição, que depois dão origem à política de esterilização – e existe esse impacto que V.Exa. mencionou... Estamos procurando, com medidas anteriores, medidas macroprudenciais, o IOF na captação, por exemplo, reduzir, moderar esse fluxo de entrada.

Há as questões do Deputado Carlos Brandão sobre o câmbio tão baixo, sobre quanto vai durar essa questão norte-americana. Estou olhando para o Deputado Sérgio Brito, mas o Deputado Carlos Brandão, que estava também compondo a Mesa, fez esta pergunta sobre quanto tempo vai demorar para que a situação Internacional, em particular nos Estados Unidos, se reverta.

Essa é uma questão em aberto. Há sinais, obviamente, de recuperação da economia norte-americana, o que tende a levar a uma situação de maior normalidade das condições monetárias e financeiras. Isso reequilibraria a questão do dólar no mercado internacional.

Por outro lado, há também dados que indicam na direção de que esse processo demora. Há a própria evolução do mercado de trabalho norte-americano e a questão do mercado imobiliário. Não sou especialista em Estados Unidos, mas obviamente tenho que entender um pouco daquela economia: os mercados, por exemplo, têm uma expectativa de princípio de normalização das condições monetárias para o início de 2012.

Neste momento, não temos por que pensar muito diferente, ou seja, há um processo pela frente em que o dólar ainda reflete o impacto das políticas domésticas daquele país.

Agradeço ao Senador Rollemberg as palavras de confiança na condução da política monetária nos últimos anos e nesta gestão.

Sobre a questão de como compatibilizar, ao longo do tempo, o combate à inflação e o crescimento econômico, creio que essas duas importantes variáveis macroeconômicas não são incompatíveis. Obviamente, temos ciclos monetários em que uma ênfase no controle deve ser maior, como neste momento, mas o nosso País investiu bastante nos últimos anos, tem progredido em diversas áreas, tem uma capacidade de produção maior do que no passado e tem um produto potencial que cresce a uma determinada velocidade, a oferta da economia.

Em tudo o que fazemos no Banco Central, procuramos controlar, nesse período, a demanda da economia, para que as pressões inflacionárias diminuam. Convergimos para a meta, mas, ao longo do tempo, é possível, sim. Não dá para crescer sustentavelmente com inflação descontrolada. Também de nada vale uma inflação controlada com uma economia que não cresce. Em determinados momentos, há queda e moderação. Neste momento, estamos moderando. Saímos de uma taxa de crescimento de 7,5%, em que a demanda crescia 10,5% em 2010. Certamente, não estamos mais nesse mundo, mas num mundo de crescimento. Sobre uma base maior é possível crescer, sim. As projeções do Banco Central indicam um crescimento significativo da economia este ano.

Vamos combater a inflação e continuar crescendo. Ao longo do tempo, obviamente, inflação sob controle é condição não suficiente, mas necessária para alargar os horizontes, as decisões de consumo de longo prazo das famílias e das pessoas, as decisões de investimento. É fundamental que haja esse controle, que ajuda inclusive a baratear o custo, porque os prêmios de risco da economia vão diminuindo, como vimos na apresentação. As duas coisas são totalmente compatíveis.

A segunda pergunta de V.Exa., mais específica, é em relação à prestação de contas e aos fatores que levaram o Banco Central a sair de 10,9 bilhões de reais no primeiro semestre de 2010 para 4,9 bilhões de dólares no segundo semestre.

Vou ser breve. Basicamente, quando se olha a abertura no *slide* nº 5, o que se vê essencialmente é a remuneração dos compulsórios. Como no ano passado e começo deste ano trouxemos cerca de 200 bilhões de reais de volta para os cofres do Banco Central, uma boa parte desse dinheiro que estava no sistema e que retorna ao Banco Central é remunerado. Isso não ha-

via no primeiro semestre. Foi escalonado a partir de abril. Então, isso pegou mais em cheio no segundo semestre. Esse é o impacto da política de esterilização desses recursos via retorno dos compulsórios para o Banco Central.

Ainda sobre as perguntas, também gostaria de agradecer ao Presidente da Mesa, Senador Delcídio do Amaral, pela convicção na condução da política, no controle da inflação com crescimento e distribuição de renda.

Há uma questão mais ou menos na linha do que foi perguntado pelo Lindbergh Farias, mas vou responder cada pergunta individualmente.

A primeira pergunta é se a taxa de juros volta com destaque à ribalta, uma vez que a macroprudencial está funcionando, como eu mesmo demonstrei. Vai na linha do que foi dito aqui também pelo próprio Senador Lindbergh. Há um esforço articulado em várias frentes nesse combate à inflação.

Em nenhum momento, o Banco Central abdicou do seu instrumento. Pelo contrário, no relatório de inflação já tínhamos 100 pontos de aumento de SELIC. Não abriremos mão de macroprudenciais doravante, até porque elas têm o objetivo precípuo de assegurar estabilidade financeira e econômica ao longo do tempo. Na medida em que vejamos riscos para instituições ou para segmentos da economia, vamos atuar com as macroprudenciais. Atuando com as macroprudenciais, elas têm impacto econômico.

Vimos aqui o canal de crédito subindo de 25% para 50% do PIB. Se atuarmos em cima do canal do crédito, certamente haverá um impacto sobre a demanda e, consequentemente... Dois terços de uma economia é consumo; 50% da economia é financiada. Logo, uma larga parte do consumo é financiado, que é o que move a economia. Portanto, as medidas macroprudenciais que já foram tomadas e as que eventualmente forem tomadas com o objetivo de assegurar estabilidade econômica e financeira serão levadas em conta no processo de aperto das condições monetárias que está em curso para trazer a inflação definitiva e consistentemente para o centro da meta no horizonte 2012, como já comunicamos.

Então, não há mudança alguma. Simplesmente, na comunicação, estamos tratando de dar o destaque necessário para o instrumento convencional, sem esquecer que as macroprudenciais têm o seu papel. E há outras políticas. Não vou abordá-las aqui, mas já foi dito. Eu inclusive mencionei que a questão fiscal também vem cooperando, ajudando bastante nesse processo.

V.Exa. menciona, em sua segunda pergunta, na mais específica, junho, julho e agosto de 2010, aquele período em que a inflação ficou muito baixa, próxima de zero. O que gostaria de enfatizar, na apresentação não o fiz, é a questão da evolução da inflação neste ano. Este mês ainda é de inflação alta. Sexta-feira, sairá o resultado. Veremos: inflação alta. Este primeiro quadrimestre foi de inflação no preço ao consumidor girando mensalmente na faixa de 0.80, acima do que é compatível com o centro da meta, certamente. É reflexo de tudo o que falamos aqui, da demanda, mas também das *commodities*, da energia, enfim.

A inflação mensal começa a cair. Em maio vai cair bem. Vimos aqui o próprio Deputado Cláudio Puty mencionar a evolução do IGP. Com alguma defasagem, ele vai bater as *commodities*. Então, crescimento mais moderado. Tudo o que já foi feito em política monetária, apesar de haver uma defasagem de 6 a 9 meses – mas já foram feitas coisas lá atrás, em 2010 – , está começando a impactar a economia.

Veremos a inflação mensal rodando consistentemente com a meta. Qual é o equivalente mensal da meta de 4,5? Entre 0.35 e 0.40. Mais especificamente, 0.37 seria o 4,5 anualizado. Então, veremos a inflação já convergindo mensalmente para a meta. Inclusive, há, no mercado, expectativa de que a inflação de junho e julho fique muito baixa, até abaixo do que seria o centro da meta. Enfim, não estamos contando com isso no momento, mas essa é uma questão mais de detalhe da própria inflação. Não depende da política em si. Mas veremos uma inflação mensal girando a valores mais baixos. Talvez não tão baixo quanto giraram em junho, julho e agosto de 2010.

Portanto, no acumulado de 12 meses, quando sai um mês de inflação zero e entra um de 0.20, a inflação acumulada em 12 meses, por definição sobe 0.20, ainda que a inflação esteja hoje sob controle e caminhando para a convergência da meta; ou seja, teremos uma inflação mensal já nos padrões de centro de meta e uma inflação acumulada de 12 meses em função de tudo o que aconteceu neste primeiro trimestre e no último trimestre, adicionada do efeito estatístico, dos zeros que saem lá de 2010, uma inflação de 12 meses que cresce, ainda que esteja sob controle e que estejamos caminhando para o seu controle.

Esse seria basicamente o meu comentário em relação à pergunta mais específica de V.Exa. sobre a inflação no Brasil.

O Deputado Alfredo Kaefer tem uma série de questões em relação a se o Banco Central manterá o real competitivo. O nosso regime é de câmbio flutuante, como mencionado. Há uma segunda pergunta de V.Exa. em relação a isso. Temos flutuado em patamares. Estava em 1,76, em meados do ano passado. Fomos para 1,66 e ficamos assim por um bom tempo.

Hoje estamos no nível de 1,60, 1,55. Quer dizer, tem flutuado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Ajudou na queda da inflação?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O dólar ajuda um pouco menos. O que existe na nossa política monetária é um traço já consagrado em relação à política monetária no regime de meta de inflação. Quando temos experiência com campo flutuante – e lá se vão 11, 12 anos com isso – , a contribuição das variações cambiais para a inflação diminuem ao longo do tempo. O chamado repasse cambial vai diminuindo. Esse é um fato estilizado, aconteceu em várias economias. Por quê? Quando o câmbio é fixo e muda de repente, quase a integralidade é passada para os preços, porque se sabe que aquele novo patamar é permanente. Quando o câmbio é flutuante, aquele patamar pode não permanecer. Há uma certa resistência em fazer o ajuste no preço a qualquer flutuação no câmbio. Então, diminui a contribuição das variações de câmbio para a variação de inflação. A contribuição do câmbio para a inflação diminui ao longo do tempo. Não dá para contar com isso para fazer a inflação convergir. Então, não é essa a ferramenta do Banco Central. Certamente, não é, porque o câmbio é flutuante.

Obviamente, nós temos preocupações em relação a fluxos, porque o próprio câmbio pode refletir não só os nossos fundamentos, como os termos de troca, que estão muito bem, porque os preços das *commodities* ainda continuam bastante elevados e as perspectivas de crescimento da economia brasileira são amplas. Enfim, há uma série de fundamentos que fazem com que o nosso País seja atraente do ponto de vista dos recursos externos. Por outro lado, há também uma massa de recursos em função das políticas que foram adotadas nas economias maduras, em particular, na Europa e nos Estados Unidos. Então, houve aí um volume de recursos. Tem a ver com afrouxamento quantitativo, com compra de títulos soberanos, com juros muito baixos. E esse volume de recursos acaba afetando as diversas economias, as economias emergentes, no caso, a do Brasil; entre outras coisas, afetando o preço dos seus ativos. Sendo a taxa de câmbio também um ativo financeiro, afeta também a taxa de câmbio. Ou seja, pode ser que a taxa, em alguns períodos, esteja além do que ela seria justificada pelos fundamentos. Por isso, nós temos atuado também com as medidas para moderar os fluxos internacionais.

Nos últimos 5 dias, o real foi uma das moedas que mais se desvalorizaram em relação ao dólar, junto com o dólar australiano. Nos últimos 30 dias, o real vem apresentando uma desvalorização, enquanto as outras moedas comparáveis se valorizaram em relação ao dólar. O fato é que, independentemente do regime e das condições econômicas, na semana anterior à Semana Santa, o dólar australiano chegou, por exemplo, na máxima de 30 anos. Desde 1983, o dólar australiano não estava tão forte em relação ao dólar norte-americano. O dólar canadense, para citar economias um pouco diferentes da nossa, mas também exportadoras de *commodities*, estava no seu valor máximo em 3 anos.

Esse é, de fato, um problema internacional. Nós temos procurado neste momento moderar esse ingresso de recursos para evitar problemas de outra natureza, como V.Exa. mesmo mencionou, o potencial efeito inflacionário desses fluxos e o potencial efeito desestabilizador da economia, do setor financeiro, de uma entrada muito grande de fluxos. Quando há reversão desses fluxos, pode gerar riscos à estabilidade financeira. Então, nós estamos olhando para o câmbio pela dimensão dos fluxos.

Creio também que foi explorada a questão da articulação das políticas. Acho que a política fiscal contribui no trabalho de combate à inflação. Nós temos visto resultados primários realizados até março. Isso tem sido bastante forte. Quer dizer, há indicativos seguros de que o primário de 117 bilhões para este ano está bem, está numa boa trajetória para ser atingido. Vimos também, por exemplo, a despesa nominal crescendo abaixo do crescimento do PIB. Isso também dá uma ideia, um indicativo da qualidade do ajuste, que é importante para a política monetária.

A Focus é uma pesquisa importante. Não há qualquer mudança à vista. Há muita falação, certamente não vinda do Banco Central. É uma pesquisa reconhecida, que segue os padrões internacionais de qualidade. Eu, inclusive, fui um dos precursores que criaram, lá atrás, em 1999, esse grupo. Não há qualquer mudança na linha que V.Exa. aludiu na sua intervenção.

Em relação ao Fundo Soberano, creio que olhando estrategicamente o País desenvolvendo seus recursos naturais lá na frente e gerando superávit em conta corrente, o Fundo Soberano vai ser um veículo importante. Em algum momento, lá na frente, o Banco Central vai chegar ao julgamento de que o seu colchão de liquidez, suas reservas internacionais estão com um nível suficiente. Mas ainda continuam crescendo. Estou falando hipoteticamente, lá na frente. Continuam crescendo, porque a economia cresce. Então, em relação à economia, ainda que o volume cresça, se mantém constante, uma vez decidido que aquele colchão de liquidez é suficientemente amplo para a economia brasileira.

Mas não creio que a aquisição de reservas, a aquisição de moeda estrangeira cesse, principalmente

tendo em vista as perspectivas da economia brasileira. Então, no desenvolvimento desses recursos naturais lá na frente, quando tivermos um expressivo superávit em conta corrente, teremos que encontrar um outro veículo. Esse veículo de aquisição dessas moedas estrangeiras será, na minha visão – enfim, estamos desenvolvendo isso – , o Fundo Soberano do Brasil.

Então, a diferença em relação à aquisição por parte do Banco Central é que o Fundo Soberano também tem a segurança como seu primeiro critério, mas a liquidez não é o segundo critério. A reserva internacional tem que ter a liquidez presente. Quando a liquidez está presente, tem de haver a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso as reservas. Consequentemente, as aplicações são mais de curto prazo, mais líquidas e menos rentáveis. Então, o custo de carregamento de recursos no Banco Central *vis-à-vis* um custo de carregamento no Fundo Soberano, lá na frente, pode ser mais vantajoso.

Em relação à competição, não há nada de competição. Inclusive, há um convênio já firmado entre Banco Central e Tesouro Nacional. No momento em que o Fundo Soberano quiser fazer uma leilão de aquisição – nós já temos todo o leilão definido – , o Banco Central o fará, porque tem a *expertise*, colocará a placa do Fundo Soberano. O mercado vai saber que quem está atuando é o Fundo Soberano. Não há confusão nenhuma; pelo contrário, há uma boa articulação nesse sentido. Estamos nos preparando para o futuro nesse caso.

Custo da reserva, até quando isso? O FMI sugere o controle, por que não mudar? Acho que a parte da mudança do FMI também tem a ver com o que o Brasil tem feito e defendido internacionalmente. Hoje a questão é global. Tem muito mais a ver com os fatores das economias centrais, que estão tentando se recuperar ainda da crise; ainda estão administrando as consequências das políticas de recuperação da crise, a crise soberana na Europa e outras questões de natureza fiscal. Estão com as suas políticas de liquidez bastante amplas. Enfim, existe um nível extraordinário de liquidez hoje no mundo. Isso tem-se refletido nos países emergentes.

É legítimo, é necessário. Nós temos que fazer, estamos fazendo, faremos mais, se for possível, para nos proteger em relação a esses fluxos. São fluxos temporários. Entram e, em algum momento, sairão quando as condições normalizarem-se lá fora.

Creio que estamos fazendo isso dentro de um regime de câmbio flutuante, lembrando, como eu mesmo mencionei, que, às vezes, a própria taxa do câmbio, que é um ativo financeiro, pode refletir coisas além dos fundamentos econômicos, e nós temos não só a legitimidade, mas temos instrumentos e estamos agindo nessa matéria.

Então, é isso. Acho que procurei atender às perguntas do Deputado Alfredo Kaefer.

Senador Lindbergh Farias, também agradeço os comentários relativos à questão do aperfeiçoamento do regime, à própria articulação do Governo nas diversas áreas nesse processo de combate à inflação. Certamente, concordo com as suas palavras.

Em relação ao IPCA, a questão dos serviços foi mencionada. Os serviços, de fato, estão pressionados. Em função disso, refletem-se questões estruturais, mas também questões conjunturais de demanda. Por isso, nós estamos também atuando com a política monetária, nesse ciclo monetário que estamos adotando hoje no País.

Uma pergunta relacionada – eu até mencionei na resposta ao Senador Delcídio do Amaral – , sobre o que mudou no Banco Central. Não mudou absolutamente nada. O Banco Central vem fazendo a sua política articulada. Tem recebido contribuições de outras áreas do Governo no combate à inflação. É apenas uma questão de ênfase, mas se forem lidos com detalhe todos os documentos do Banco Central, a postura tem sido consistente ao longo do tempo. O próprio relatório de inflação sinaliza que poderia haver uma mudança de estratégia, um ajuste na estratégia, talvez, por exemplo, prolongando o ciclo num nível menor, como foi, de certa forma, sinalizado mais recentemente.

Essa é uma necessidade. Isso é feito porque nós precisamos, de fato, ter garantias de que a inflação, em 2012, convergirá para o centro da meta.

Como mencionei recentemente, não se trata de uma corrida de 100 metros; é um esforço prolongado. Obviamente, a política monetária opera com defasagens. A política macroprudencial tem reforçado a política monetária, mas também tem as suas defasagens.

Então, tudo o que foi feito nesta administração, nos 3 meses, não tem condição de atingir a inflação corrente. Vai atingir ao longo do tempo. Nós estamos levando isso em consideração na nossa conta. O que nós estamos fazendo é ter segurança de que aquela elevação da inflação acumulada de 12 meses volta já no terceiro e no quarto trimestre deste ano e ruma, com segurança, na direção dos 4,5% em 2012.

Em relação a controle de capital, pergunta se o Banco Central levou um drible do mercado. Creio que não. Enfim, o País continua extremamente atraente aos investidores internacionais. Boa parte desses fluxos tem a ver com investimento direto, de médio e longo prazos. Há uma série de questões de eventos, de necessidade de investimento no País. Estão sendo atendidas.

Em relação às captações, sim, talvez tenha havido um pouquinho de antecipação, mas o fato é que nós estamos vendo já, na margem, uma moderação. Esses recursos são, de qualquer maneira, o que se capta lá fora e depois se paga.

São essas as minhas breves palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Presidente Tombini.

Vamos ouvir agora 5 Parlamentares. Os próximos são: Senadora Gleisi Hoffmann, Deputado Rui Palmeira, Deputado Edmar Arruda, Deputado Audifax e Deputado Alexandre Santos.

Vou começar pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Vou passar a Presidência ao Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, porque sou Relator de um dos projetos apreciados por uma Comissão que está funcionando neste momento no Senado.

Parabéns ao Presidente Alexandre Tombini e à sua equipe. Todos nós estamos empenhados, trabalhando duro e torcendo para que o Banco Central continue fazendo esse excelente trabalho pelo bem do País, pelo bem dos brasileiros e brasileiras. Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer uma saudação ao nosso Presidente do Banco Central e a toda a sua equipe. Saúdo também a Comissão Mista de Orçamento e todas as Comissões que participam desta audiência conjunta.

Gostaria de parabenizar o Banco Central e o Governo pela condução da política econômica. Há muita coesão da equipe econômica. Nós temos sentido isso tanto na divulgação dos resultados econômicos como nas intervenções que fazem.

Quero dizer que temos muita segurança e muita tranquilidade com a condução dessa política, que tem um histórico e já demonstrou resultados importantes para a nossa economia.

Nós já tivemos a nossa dívida líquida em relação ao PIB em cerca de 60%, em 2002. Hoje, nossa dívida está em 40%. Já tivemos taxas de juros reais de 16%, quando o Presidente Lula assumiu. A taxa foi derrubada para 6% e a perspectiva é a de que com a Presidenta Dilma vá para 3,8%. O nosso crescimento médio saltou de 2,5% para 4,5%. E nunca é demais lembrar que, em dezembro de 2002, estávamos com um pico inflacionário, na realidade, quase um descontrole inflacionário, na casa de 12,5%, e chegou-se em maio a 17%. E todas as administrações feitas na política econômica trouxeram a inflação no último período na casa de 5%, em média.

Então, o nosso passado nos dá total confiança de que tanto o Banco Central como a área econômica do Governo estão com o controle da inflação. Aliás, é uma política econômica que tem como tripé o controle sistemático da inflação, o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, o que está dando sustentabilidade ao País.

Presidente, eu quero lhe dizer que, além dos dois desafios econômicos de curto prazo que V.Exa. apresenta, como fazer a inflação convergir para o centro da meta e lidar com intenso fluxo de capitais estrangeiros, que são inflacionários, acho que V.Exa. e o Banco Central também têm que administrar as expectativas de mercado, porque eu não tenho dúvida de que a expectativa inflacionária é muito prejudicial ao processo que estamos vivendo.

V.Exa. citou o art. 4º do Decreto nº 3.088, de 1999, dizendo que a meta cumprida é aquela que está dentro do exercício de janeiro a dezembro do ano. Porém, quando se divulga a inflação acumulada dos últimos 12 meses, nós observamos um quadro que não demonstra isso. Daí a importância do controle das expectativas de mercado, até porque o Banco Central trabalha com a expectativa através da pesquisa Focus, que é também um instrumento de avaliação.

O que vai acontecer? Chegaremos a julho ou agosto, como disse V.Exa., com uma inflação de pico, quase 7%, porque se considerará a leitura dos últimos 12 meses e retiramos destes últimos 12 meses o período de inflação baixa – junho, julho e agosto do ano passado – , quando houve inflação quase zero.

Isso, com certeza, cria uma expectativa de mercado de não controle do processo inflacionário, embora o IGP, que antecipa o futuro, já esteja mostrando que nós estamos numa linha de queda.

Portanto, quero perguntar a V.Exa. como nós podemos trabalhar nisso, quais são os mecanismos utilizados por V.Exa. e que o Banco Central possui para fazer com que não haja essa expectativa e para controlar esse processo, que, a meu ver, é hoje o mais danoso, porque, na realidade, as profecias pessimistas muitas vezes acabam incutindo na sociedade uma necessidade de autodefesa que não existe, que remonta ao passado. Isso é importante.

A segunda questão diz respeito à SELIC. Parece-me que o Banco Central está muito coordenado em relação a essas políticas. Apresentava, em determinado momento, 0,5 pontos percentuais, mas houve uma redução de 0,25, porque há outros instrumentos.

Quero aqui fazer um elogio a isso. Nós precisamos realmente desse equilíbrio. Mas, no mercado, principalmente antes das reuniões do COPOM, há sempre uma ofensiva quase especulativa para que

a taxa SELIC aumente mais, e dizem que o Banco Central não está sendo firme nas questões relativas ao combate da inflação.

Então, para que fique claro, seria bom que V.Exa. nos dissesse qual é verdadeiramente o impacto da SELIC no controle inflacionário e quanto tempo isso demanda, para que tenhamos plena consciência de que ela não é o instrumento, como no passado, mas um dos instrumentos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Deputado Rui Palmeira.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA – Presidente Cláudio Puty, Deputado Sérgio, Presidente Tombini, Sras. e Srs. Congressistas, eu ouvi com atenção parte do debate. São muitos os temas importantes, como fluxo internacional, medidas macroprudenciais, política de esterilização, ciclo monetário, enfim. O Deputado Reguffe, que é economista, se esforçava para me explicar, porque eu confesso que tenho dificuldade de compreender, Presidente Tombini, essas questões extremamente técnicas que os senhores, economistas, entendem.

Então, vou ser extremamente direto e objetivo. Presidente Tombini, V.Exa. tem ido à feira? Não se constranja. Eu também não sou frequentador de feiras ou de supermercados. Vou a esses lugares esporadicamente, Presidente.

No jornal *Correio Braziliense* de hoje, observamos a variação anual dos preços. A carne sofreu variação de 21%; o feijão, 6,35%; o pão, 5%; o café, 8%; a banana, 10%; e o óleo, 25%.

Presidente, o cidadão sai desconsolado do supermercado e depois se dirige ao posto de gasolina. No ano passado, o preço da gasolina no DF era de R$2,64. Hoje a média é de R$2,94 – 30 centavos a mais por litro, Presidente Cláudio!

São interessantes as opiniões e as informações do Governo.

O *site G1*, do dia 15 de abril, informa: "*Mantega diz que, nos Estados Unidos, o preço da gasolina não sobe em abril*". Ele deve ter-se referido ao preço da gasolina nos Estados Unidos, porque aqui o preço da gasolina disparou, como quase tudo, Presidente Tombini.

Ontem, acho que o Deputado Alfredo Kaefer já transmitiu, foi divulgado: *"Mantega pede ajuda para conter preços".* Isso mostra que o Governo parece perdido na questão do combate à inflação.

É extremamente lamentável que a estabilidade econômica, a maior conquista deste País nos últimos anos, comece a deixar toda a população inquieta, porque a inflação volta a ser manchete dos principais jornais e revistas, como acontecia nos anos 80, quando éramos garotos. A maior preocupação do brasileiro, de acordo com as pesquisas, era sempre a inflação, e hoje, infelizmente, essa preocupação está de volta.

Parece-nos que estas tão propaladas medidas macroprudenciais – o Deputado Reguffe vai-se esforçar para me explicar do que se trata – são, na verdade, microefetivas, sobretudo para o bolso do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA – Ministro Alexandre Tombini, quero parabenizá-lo pela exposição. Temos confiança de que o Banco Central está atento ao que precisamos para, como disse a Senadora Gleisi Hoffmann, com a qual eu concordo plenamente, conter essa expectativa inflacionária.

Eu, que sou empresário e vivo isso no dia a dia, tenho algumas preocupações com relação à questão das taxas de juros. Parece-me que há uma certa contradição quando a equipe econômica diz que a inflação está ocorrendo em nível mundial. Inclusive, houve uma comparação com Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, China e a zona do euro. E que essa inflação tem como base o preço das *commodities*. Até aí, estamos de acordo. Mas eu não consigo visualizar o aumento da taxa de juros, a SELIC, já que essa inflação não é de demanda. Geralmente aumentamos os juros quando existe uma inflação de demanda ou uma falta de oferta de produtos. E parece-me que não é essa a questão.

No que se refere à questão do preço das *commodities*, realmente percebemos um aumento, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Mas o que me preocupa, primeiro, é a questão dos próprios juros. Acho que foi prudente o Banco Central quebrar a expectativa do mercado, de 0,5 para 0,25. Isso foi importante. Quero parabenizar o Banco Central por isso.

No que se refere ao IOF em viagens internacionais, para mim, fica um pouco descasada a questão das *commodities.*

Ministro, o que me preocupa mesmo e que é o ponto central da minha pergunta é a tendência à indexação da economia. Eu votei favoravelmente, como membro do PSC, partido da base do Governo, à proposta do salário mínimo enviada pelo Governo, já indexando o salário mínimo nos próximos anos. E me parece que isso funciona como uma locomotiva no resto da sociedade.

Então, eu não pude me manifestar nesse dia, até porque isso era importante, inclusive para o trabalhador,

mas me parece que essa proposta tem uma sensação falsa de ganho para o trabalhador, Senadora, e nos leva, no setor produtivo, a uma indexação.

Por exemplo, nós temos na construção civil contratos de até 12 meses sem reajuste. Temos um teto de 41 mil reais para o Programa Minha Casa, Minha Vida, que já faz um ano e meio que está sem reajuste, e quando indexamos o salário mínimo gera-se uma preocupação muito grande, porque todo mundo começa a querer indexar. Essa indexação – pelo menos vimos bastante na escola – é o que alimenta a inflação, e assim fica difícil combatê-la.

Então, nós precisamos realmente cortar toda e qualquer situação com relação à indexação da economia, principalmente por parte do Governo. Fica essa preocupação, para que V.Exa. possa nos dar um alento.

Vou pedir perdão a V.Exa. porque, apesar de eu ter utilizado a palavra, vou verificar a sua resposta depois, na gravação e na transcrição da palestra. Tenho um compromisso agora, meio-dia e meia, e infelizmente não posso permanecer para ouvi-lo, o que gostaria muito.

Parabéns pela sua apresentação. Estamos torcendo, Ministro, para que V.Exa. possa conduzir o Banco Central de forma com que consigamos realmente estar, em dezembro, no centro da meta da inflação, porque isso vai ser muito bom para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra Deputado Audifax e, depois, o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX – Sr. Presidente do Banco Central, inicialmente eu queria parabenizar V.Exa. e toda a sua equipe pela conduta. Queria também parabenizar V.Exa. pela exposição feita com muita propriedade.

Farei, basicamente, quatro perguntas, querendo reforçar o companheiro Deputado que me antecedeu quanto à questão da indexação, não só salarial, mas também nos aluguéis e nas próprias tarifas públicas.

A minha pergunta também se traduz na página 25 do relatório que V.Exa. apresentou. V.Exa. abordou a questão das exportações, do crescimento que aconteceu no primeiro trimestre deste ano em comparação com o ano passado. Eu queria que V.Exa. falasse sobre as importações nessa mesma comparação – não vi a apresentação, mas me parece que não há no quadro – , o comportamento dos produtos básicos, dos semifaturados e manufaturados no que diz respeito às importações.

Segunda pergunta. Esteve no Senado Federal, uma semana atrás, o Secretário do Tesouro Nacional, que destacou a necessidade de uma reforma tributária. Um dos pontos que S.Sa. abordou diz respeito à guerra fiscal, basicamente à questão do ICMS. S.Sa. manifestou toda a preocupação com a inflação no que diz respeito aos produtos importados, em função de alguns Estados estabelecerem tarifa zero para esses produtos, e aí haveria um impacto muito grande de inflação.

Eu queria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso. Se poderia me informar que impacto é esse, qual é o tamanho desse impacto em relação à reforma tributária, ao ICMS sobre produtos importados; e se não é o contrário, ou seja, com todo o cuidado da questão industrial, se esses produtos importados não ajudariam no combate à inflação, e não como foi afirmado, com todo o respeito, pelo Secretário do Tesouro Nacional.

Além dessa questão, repito, da indexação dos aluguéis, não só da indexação salarial, como foi dito, e também das tarifas públicas, pergunto se há alguma previsão de mais redução dos prazos de financiamento, como já aconteceu no início do ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Agora, estão inscritos o Deputado Alexandre Santos e mais seis Deputados.

Eu gostaria de sugerir ao Presidente e aos Srs. Deputados e Senadores presentes que todos os Parlamentares fizessem as perguntas e depois passássemos para as considerações finais do Presidente do Banco Central. *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Sr. Presidente Cláudio Puty, Sr. Presidente Sérgio Brito, Sr. Ministro Alexandre Tombini, sou daqueles que advogam que o Banco Central deveria ser independente, o que, com certeza, daria para todos nós muito mais garantias em algumas de suas ações.

Estou de acordo com o que disse o Senador Lindbergh Farias acerca dos momentos de entrada de capitais em nosso País. Acho que foi ida e volta, uma vez que, nas primeiras medidas que o senhor tomou, pararam de migrar créditos fáceis para o Brasil.

Mas o que me traz aqui, além do objetivo de parabenizá-lo por sua apresentação, são notícias que venho acompanhando atentamente e que foram capa de jornais nesta semana. Há pouco tempo, tivemos o processo do PanAmericano, o que deixou o conhecido apresentador rindo da gente. Cada vez mais, viu-se aumentar o grande buraco deixado para o Fundo

Garantidor arcar. Isso ocorrem em razão das más gestões dos bancos privados e também é um processo de inflação, pois O FGC é uma imposição em todas as regras bancárias. Para se fazer o FGC, alguém está pagando – e é a ponta quem paga tudo isso – , e, assim, gera-se inflação.

Findo o caso do Banco PanAmericano, vemos agora o Banco Schahin, que, além de todos os processos com a PETROBRAS, tem equipamentos e empresas. Ontem, no jornal *Valor Econômico*, os próprios chineses já anunciaram que não entregariam os equipamentos, face a não complementação dos pagamentos a esse grupo.

Independentemente de todas as notificações que o Banco Central teve ou que o Fundo Garantidor teve, obtivemos a informação de que, para a compra, o BMG usou 800 milhões do Fundo Garantidor de Crédito e mais 270 milhões que tiveram de ser acoplados. Todos esses recursos são de aplicações pagas na ponta. Por isso, venho dizendo que sou defensor da independência do Banco Central.

O senhor tem ciência de uma reunião que houve ao mesmo tempo, em três salas separadas, dos Bancos BMG, Morada e Schahin? O senhor recebeu algum procedimento de alerta, jurídico ou administrativo, sobre essa transação e o perigo que ela representava? Isso tudo foi uma determinação, uma vez que o BMG também está com suas finanças não consolidadas?

É preocupante o processo por que passa agora o BMG para a Caixa Econômica adquirir todo esse acervo.

Gostaria que o senhor nos dissesse se tem conhecimento ou não disso, porque o Fundo Garantidor de Crédito é uma instituição de Direito Privado, sem fins lucrativos.

Na próxima semana, solicitaremos ao Ministério Público Federal uma fiscalização no Fundo, o que é de direito quando se tem ao menos conhecimento dos procedimentos que estão passando pelo mercado. São mais de 7 bilhões de rombo. E temos de tomar atitudes como a que estamos adotando aqui e como fizemos na CPI da Energia Elétrica, quando avisamos que o Banco Schahin iria quebrar. Mais uma vez, estamos vendo que a ponta é quem paga a conta, e esse é um dos grandes gargalos também para o combate à inflação no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado Alexandre Santos.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, Ministro Tombini, colegas Deputados e Senadores, inicio fazendo uma referência à importância da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, estamos aqui reunidos num procedimento por ela previsto e com a feliz coincidência de estarmos comemorando esta semana os 10 anos de sua edição.

Lembro-me bem de, quando Prefeito, pude observar, sobretudo na Marcha dos Prefeitos à Brasília, manifestações de apreensão quanto a essa lei. Na quase totalidade, havia discordância. Fui, de certa forma, a voz dissonante e não apenas me manifestei favoravelmente, mas também aplaudi essa norma que considero um divisor de águas na gestão pública.

Imagino que V.Exa. concorde em que, sem dúvida, a Lei de Responsabilidade Fiscal contribui – e muito – para alguns números positivos e, inclusive, para a queda do percentual do PIB com relação à dívida pública e para uma série de outros fatores positivos que se observam na última década.

O certo é que uma decisão apenas não resolve todas as questões da economia.

Não compartilho de todo o "economês" aqui exposto, mas tenho as minhas convicções pela experiência e pela vivência de gestor público. No meu entendimento, é preciso trazer uma linguagem mais direta para uma reunião como esta. Não há dúvida de que houve avanços, que começaram no século passado com a implantação do Plano Real, mas muitos tentam, inclusive, encobrir o mérito disso.

Ainda hoje, houve uma nova tentativa de colocar em situação de demérito o Governo anterior, relembrando a inflação do período que antecedeu à posse do Presidente Lula. Uma tentativa absolutamente clara.

Ministro, o senhor é um homem muito mais da área econômica do que da área política e sabe que aquele foi o resultado da apreensão da sociedade com relação à assunção ao poder de um partido que votou contra o Plano Real, de um partido que votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e que, ao assumir o comando da economia brasileira, gerava toda uma expectativa negativa.

Nós, do PSDB, hoje na Oposição, não propugnamos expectativas negativas, e a inflação que aí se encontra não é fruto de especulação. Aqui foi observado de maneira clara. Tentar dizer que os três meses de inflação baixa, que hoje impactam a média anual, deixarão de fazê-lo daqui alguns dias, de certa forma é maquiagem, é um absurdo! A média vem sendo usada, inclusive, por princípios técnicos há vários anos. Então, não vamos começar a querer criar alguma maneira de camuflar, não. O que existe é inflação real.

Agora, vou ser objetivo e trazer algumas preocupações bem pontuais.

Primeiro, a questão do combustível. Ora, é preciso ter seriedade com o povo brasileiro! Aqui foi lem-

brado que não temos inflação de demanda, mas, de repente, no caso dos combustíveis, temos, sim, porque houve um crescimento do preço no mercado internacional. Nas duas últimas campanhas, foi anunciada a autossuficiência do Brasil em petróleo, foi anunciada para o Brasil inteiro a nossa condição de exportador de petróleo. E o próprio Ministro afirmou que não haveria aumento da gasolina, mas, de repente, no dia seguinte, o povo estava pagando um aumento muito pesado. Isso é preocupante.

Outra coisa: na análise dos desafios econômicos de curto prazo, o senhor destacou dois itens: fazer a inflação convergir para a meta, o que é óbvio; e lidar com o intenso fluxo de capitais externos.

Embora eu também comungue desse sentimento de que o Banco Central tem de ser independente, há uma série de ações de políticas econômicas e de políticas de governo que interferem diretamente nisso. Aliás, esses dois itens impactam a inflação.

Mas existe um terceiro, e fico surpreso em que o Banco Central não o aborde e talvez isso ocorra por não ser independente. Refiro-me à questão do controle dos gastos públicos. Não tem cabimento um organismo que tem a responsabilidade de discutir a inflação no Brasil e trabalhar para que possamos convergir para a meta sequer apresentar o controle dos gastos públicos como desafio de curto prazo. Afinal, segundo entendo, desafios de curto prazo são para a Nação.

A Nação brasileira não pode ignorar a questão dos gastos públicos. Podem até dizer: *"Ah, mas houve um corte lá de 50 bilhões".* Sim, mas, simultaneamente, mandaram para cá uma medida provisória para liberar 20 bilhões que, depois, viram mais de 30 bilhões para um trem-bala, um tema que não foi discutido; mandaram uma medida provisória para fazer a revisão de um acordo de algo que já está comprado e negociado, que é a energia do Paraguai, cujo gasto é de mais de 6 bilhões de reais. Então, não há controle. Enviaram uma medida provisória criando a Autoridade Olímpica e, se a Oposição não brigasse, criavam mais de 480 cargos de livre nomeação.

Então, é preciso enfrentar o problema do gasto público e do déficit fiscal.

Com essas duas perguntas e os comentários que me permiti fazer pelo momento grave que vivemos, encerro com mais esta interrogação: por que não há uma abordagem mais objetiva de quem comanda a política econômica com relação a gasto público? Essas perguntas são de segmentos, mas, embora o Banco Central tenha a macroeconomia, de certa forma está entrando na vida dos cidadãos de modo geral.

Quero ainda me referir ao cooperativismo de crédito. Há uma coisa bonita nessa análise de que o Brasil hoje tem serviço bancário em todas as cidades brasileiras e que cresceu, em menos de uma década, de 10 milhões para mais de 30 milhões o número de pessoas que têm acesso a crédito. O cooperativismo de crédito teve papel importantíssimo nisso, e está sendo discriminado. Então, deixo com o senhor não só uma interrogação, mas também um pedido.

O cooperativismo de crédito continua sendo impedido de operar com instituições públicas, o que é absurdo. Se ele tem todo o acompanhamento do Banco Central, se o cooperativismo de crédito, tanto mútuo quanto rural, presta um serviço fantástico ao País, uma socialização maior do acesso às questões de capital, por que impedir que as Prefeituras operem com ele? Há cidades que só têm a cooperativa de crédito, e a Prefeitura tem de movimentar uma conta na cidade vizinha, porque não pode fazê-lo na cooperativa de crédito. É um absurdo! Portanto, é preciso que o senhor analise isso, e o Banco Central nos ajude.

Uma última indagação: como o senhor vê, nas excelentes perspectivas – e concordo com a maioria delas e com essa também, que é objeto da minha indagação – , o potencial de ampliação da área cultivável? Numa exceção mundial, o Brasil tem o potencial de ampliar sua área cultivável. Aliás, ano a ano, a safra brasileira tem crescido, e isso vem de vários Governos, da luta do produtor rural e do trabalhador brasileiro. Pois bem. Temos a possibilidade de continuar ampliando, sim, a nossa agricultura, e sem fazer desmate desordenado. Temos a possibilidade de ampliar, mas precisamos ampliar tendo respeito ao produtor.

Há um grupo que continua insistindo, e ainda nessa madrugada ouvi manifestação no sentido de que estavam querendo voltar novamente com a ideia de moratória no Código Florestal. O que seria essa moratória? Uma pequena cláusula que diz que, durante 5 anos, não poderá haver, em lugar algum do País, qualquer tipo de supressão vegetal nova para plantio. Vejam que se trata de qualquer supressão vegetal, mas aqueles que querem simplesmente condenar falam apenas em desmatamento. Não é só desmatamento! Uma área, por exemplo, que já foi agricultada há 20, 30 anos e que novamente precisa ser preparada terá de ter licença para a supressão do que chamamos de vegetação remanescente, e aquilo está em risco.

Corremos o risco de, se aprovarmos isso, não termos crescimento da nossa área de agricultura e, pior, de termos dificuldade não só de continuar a crescer na exportação – e o senhor sabe o quanto ela ajuda na balança de pagamento – como de haver pressão inflacionária, porque aí vem alta do preço do alimento. Então, vamos impedir o produtor de plantar, sem

lembrarmos que é esse alimento que, se faltar, vai aumentar a inflação e comprometer a balança.

Então, tenho dois pedidos e algumas perguntas. Primeiro, que o senhor olhe a questão do cooperativismo de crédito, porque não é justo ele ajudar tanto e ser punido, e que também acompanhe, junto com o Governo, pois uma das coisas que o senhor mesmo considera como perspectiva, que é óbvio, é o potencial do Brasil na agricultura. Há aqueles que não entendem nada disso e querem colocar uma cláusula absurda, para valer no território brasileiro inteiro, por intermédio da qual ficaríamos 5 anos sem permissão de plantio novo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Oziel Oliveira.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA – Sr. Presidente, Deputado Cláudio Puty; Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, inicio fazendo referência ao excelente trabalho que o Ministro vem prestando à Nação brasileira na Direção do Banco Central – e estendo esta menção aos Ministros que, desde a era Lula e agora com a Presidente Dilma, valorizam a relação que têm com esta Casa.

Ontem mesmo, na discussão da proposta do Código Florestal, tivemos a presença do Ministro Wagner Rossi, da Ministra Izabella Teixeira e do Ministro Luiz Sérgio. Isso é muito importante, porque podemos discutir nossos assuntos, como acabaram de ressaltar os meus antecessores, tanto os Senadores como os Deputados.

Mas, Ministro, também sou do setor produtivo e venho falar da produção. Sou produtor rural na região oeste da Bahia, que representa 6% da produção nacional de grãos, e me preocupo com as altas dos juros que já vêm incomodando nossa produção de soja e algodão e com os aumentos que ocorrem no setor quanto à composição dos preços. Estamos vendo subir muito os preços do adubo, dos combustíveis, das peças e de uma série de componentes da produção agrícola. De fato, isso preocupa muito, e gostaria que V.Exa. expusesse sua posição quanto às estratégias da produção agrícola, uma vez que a produção nacional é uma questão também de segurança nacional. A produção agrícola não é somente uma questão de exportação, mas, de segurança nacional.

Há um embate toda vez que chega essa onda de inflação. E quem sempre segura e tem segurado nos últimos anos a balança comercial e a inflação é exatamente a produção agrícola.

Portanto, Sr. Ministro, faço essa indagação para que, de acordo com as novas fundamentações da área econômica e com toda a questão da alta dos juros, V.Exa. possa ter um cuidado especial para esse setor, que representa 22,4% do PIB nacional e 37% dos empregos gerados no Brasil.

Preocupa-nos – e não somente na Bahia, Estado aqui também representado pelos Deputados Sérgio Brito e Rui Costa – a perspectiva de crescimento da agricultura no Brasil e, nessa questão, o potencial de ampliação da área de cultivo, que o Deputado acabou de relacionar ao falar da proposta de reforma do Código Florestal. É algo que muito nos preocupa e que também traz insegurança jurídica.

Faço essa solicitação aos Parlamentares, à equipe econômica e, enfim, a todo o Governo, porque essa questão da moratória traz enorme prejuízo ao Nordeste do País e é uma medida que não pode ser colocada como moeda de troca na reforma do Código Florestal. A Bahia, por exemplo, perderá enormemente sua condição de crescimento. Por intermédio do Governo Lula e, agora, da Presidente Dilma, os investimentos têm chegado à região, onde agora estão sendo implantadas áreas de fronteira agrícola; ao Cerrado e à Caatinga, para onde estão sendo levados investimentos do projeto de transposição do Rio São Francisco e serão necessários novos investimentos na produção agrícola. Não podemos ficar 5 anos sem plantar.

Parabéns, Ministro, pelo seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os nobres colegas e o Ministro Alexandre Tombini e sua equipe, que só têm aperfeiçoado o trabalho do Banco Central com competência e sabedoria.

A elevação da taxa de juros contém a demanda agregada, mas impacta as contas públicas com o pagamento de juros, que, em 2010, alcançou o patamar de 200 milhões. Esses recursos poderiam ter sido usados para a melhoria do sistema de saúde, preocupação da maioria dos brasileiros, da educação e também serem alocados para as obras de infraestrutura necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Qual a política correta que o País deve adotar para sair dessa armadilha?

Pergunto também, Presidente Alexandre Tombini: quando se aumentam os juros – e sei que os bancos ganham muito mais – , por que o ganho dos bancos não pode ser estipulado num patamar, e esse aumen-

to dos juros não vai totalmente para o Banco Central? Não há algum mecanismo para que esse aumento de juros, devido à questão inflacionária e outras, não seja alocado somente para o Banco Central, a fim de que apenas o Banco Central obtivesse esse lucro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Deputado, agradeço a V.Exa. a objetividade.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha. E, depois, o último orador, Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em primeiro lugar, quero trazer o cumprimento da Liderança do PMDB, que me pediu que aqui a representasse na condição de Vice-Líder. Cumprimento o Ministro pela exposição, que não pude acompanhar na íntegra devido à necessidade de estar também no plenário.

Ministro, ouvimos muitas coisas aqui, mas sabemos que a inflação funciona um pouco como expectativa inflacionária. Falar que preço A, B ou C está subindo não significa dizer que temos inflação. Alta de preço não quer dizer inflação. Inflação é alta continuada de preço. O que vemos, na prática, com o mercado muito aquecido de uma maneira geral, é que o poder aquisitivo aumentou. E, se a inflação estivesse corroendo, seria justamente o contrário. O poder aquisitivo estaria diminuindo, não estaríamos nessa febre que estamos vendo aí.

É claro que estamos vivendo também uma inflação de demanda. O aumento dos preços das *commodities* que vem do mercado internacional está agregado ao crescimento da inflação de demanda que estamos tendo. É claro que não concordamos em que o instrumento de aumento continuado de taxa de juros seja suficiente para controlar a inflação. Estamos vivendo momento em que o aumento da taxa de juros pode significar aumento da despesa pública de pronto. E, necessariamente, não vai haver nenhum impacto na contenção da demanda, até porque, como estamos vendo, uma parte dessa inflação é importada.

Um dos grandes fatores de estímulo para o aumento dos preços das *commodities* é a falta de destino dos capitais especulativos. E eles mesmos são os grandes patrocinadores do próprio aumento de preços de *commodities* e de alimentos no mercado internacional. Eles têm de buscar o capital, tendo em vista o fim da bolha imobiliária e o fato de que não têm rentabilidade nem juro. Ou seja, vão buscar mecanismos de derivativos por meio das bolsas de Chicago e das bolsas de *commodities*. E, com isso, forçam também o aumento de preços, o que é inclusive uma forma de seus executivos conseguirem manter o seu rendimento de bônus, mecanismo que, de certa forma, foi subtraído com o fim da bolha imobiliária. Então, esse é um aspecto que tem influência.

A meu ver – em primeiro lugar, elogiando a sua atuação – , as intervenções pontuais são importantes. Todavia, preocupa-me muito o fato de que o capital especulativo tenha uma porta aberta demais no nosso País. Por meio do mecanismo do IOF, V.Exa. está controlando ou tentando sustar esse ingresso exagerado do capital especulativo, porém sabemos que o especulador estrangeiro faz a conta. Enquanto o IOF ainda é líder em rentabilidade, ele vai continuar trazendo para cá esse tipo de capital. O IOF vai servir apenas para diminuir um pouco a despesa pública com a remuneração da SELIC.

Não existe por parte – é a pergunta que formulo – do Banco Central algum estudo ou alguma tentativa de tentar impor prazo de permanência para o capital que não é aplicado em investimento? Esse talvez seja um fator que nos impossibilite impedir a apreciação exagerada da nossa moeda.

Em relação ao segundo ponto, pego o gancho de um colega e, no mesmo sentido, manifesto preocupação com a forma com que os recursos do Fundo Garantidor estão sendo utilizados.

Existe algum problema de risco que necessite de intervenção maior do Banco Central acerca da liquidez de bancos que possam ter ficado abalados em razão da quebra do PanAmericano e, em consequência, utilizaram os recursos do Fundo Garantidor para sobreviver? Existe algum planejamento do Banco Central? Será necessário adotar alguma medida ou o mercado já está prontamente regulado?

Ressalto que o Fundo Garantidor é dinheiro dos correntistas. Houve uma mudança no seu procedimento de um tempo para cá, e os recursos desse Fundo passaram a ser emprestados sem qualquer tipo de juros, apenas com a correção. Isso, de certa forma, é um subsídio indireto dos contribuintes, que por meio de suas contas bancárias, sustentam o Fundo Garantidor, sem remuneração.

Preocupam-nos não as especificidades de uma operação A, B ou C, mas, sim, o sistema, para que não haja qualquer tipo de abalo com relação ao processo dos bancos médios e pequenos depois da quebra do Banco PanAmericano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Por último, e não menos importante, como diriam os nossos vizinhos ao Norte, Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Sr. Presidente, Ministro Alexandre Tombini, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, quero me somar a todos os outros que

parabenizaram a apresentação do Ministro pela precisão e didática. No entanto, apesar de ter sido muito didático, alguns dos presentes não conseguiram captar a mensagem do Ministro.

Fiz questão de registrar esta minha intervenção porque algum desavisado que chegasse à reunião não conseguiria entender a lógica do comportamento de alguns Parlamentares. Digo isso, porque algumas semanas atrás, quando estávamos discutindo a questão do salário mínimo, muitos defenderam arduamente valores maiores e acusaram a atual política de compressão e arrocho salarial para os mais pobres. Chegaram a apresentar emendas ao projeto dizendo que o País tinha todas as condições de sustentar valores maiores para o salário mínimo.

Essas mesmas correntes, porém, hoje afirmam que um dos fatores inflacionários é o valor definido para o salário mínimo e a garantia de reposição dos seus percentuais para os mais pobres. Realmente, pelo menos quando a diferença de tempo fosse tão curta assim, de semanas, um pouco de coerência faria bem ao País. E acho que essa coerência faria bem à compreensão dos que não entendem de economia e querem a política tocada com um pouco mais de seriedade e conteúdo verdadeiro, de quem se preocupa com os destinos do Brasil e do povo mais pobre.

Então, fiz questão de fazer este registro. Em algum momento, isso tem de ser dito. Não é possível que, com diferença tão pequena de tempo, haja posições tão diferentes, e o que valha seja apenas o discurso fácil da Oposição. Há duas semanas, o discurso era para aumentar o valor do salário mínimo. Agora, o salário mínimo é o responsável pela inflação.

Mas, Sr. Presidente, parabenizo também o Ministro pela decisão de aumentar o mínimo para o pagamento do cartão de crédito – e o mínimo é uma rolagem de dívida com base em taxas de juros absolutamente altas e inaceitáveis. Isso fará com que a demanda possa ser um pouco mais real em relação à renda de cada cidadão, e não seja rolada uma dívida a preços absurdos, como os hoje cobrados no cartão de crédito.

Pergunto se medida similar está sendo adotada também em relação a prazos de financiamento. Hoje, temos alguns bens que são financiáveis quase que pelo mesmo prazo dos financiamentos de imóveis. De certa forma, isso também é uma antecipação de renda futura. Diversos bens são financiados a prazos muito longos e, evidentemente, com taxas de juros bastante elevadas.

Para quem quer manter patamares altos de preços, isso é uma garantia daquele patamar mínimo de consumo, uma vez que aquilo é rolado a perder de vista. Embora pareça ser uma facilidade, há aí um custo, seja o custo dos juros altos, seja o custo inflacionário, na medida em que esses segmentos não reduzem preços porque conseguem manter uma demanda mínima graças a esses financiamentos extremamente longos.

Gostaria também de saber se o Banco Central tem estudos sobre preços relativos e estoque de inflação no Brasil. E, se os tiver, eu gostaria muito de ter acesso a eles.

Na análise de muitos, os preços são altos em alguns segmentos no País, e algo deveria ser feito para restabelecer preços relativos, e comparam nossos preços com os de outros países em vários segmentos produtivos. Se houver esses estudos, então, eu gostaria de ter acesso a eles.

Em relação à possível moratória prevista na proposta de reforma no Código Florestal – e o tema não faz parte da pauta desta reunião – , acho que o assunto está superado. Mais uma vez, ontem foi afirmado que existem apenas dois pontos a serem acordados, e essa moratória não está entre eles.

É evidente que, em relação à moratória, somo-me à opinião dos que aqui falaram. Temos de regular os critérios – e eles devem ser rígidos – da utilização e preservação do meio ambiente. Não podemos paralisar o País por qualquer tempo que seja. Exija-se mais rigor, e que a lei traga os rigores necessários.

A moratória significa paralisação de investimentos, quando precisamos, até para combater a inflação, alargar os investimentos, principalmente na área de produção agrícola. Isso não impede nenhum descuido com relação ao meio ambiente, até porque a exigência é a de que a lei a ser aprovada seja cumprida.

Parece-me, contudo, que isso está superado, uma vez que não consta entre os dois únicos pontos restantes a acordar. Apenas quis somar minha opinião.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que me conceda 1 minuto para eu fazer um esclarecimento breve pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, há pouco, um colega fez uma referência sobre aqueles que propuseram um reajuste maior do salário mínimo – e nós, do PSDB, também defendemos, naquele momento, que era possível dar um reajuste melhor ao trabalhador brasileiro, até um salário de 600 reais.

Quero, então, esclarecer que quem se manifestou dizendo que estava preocupado com a indexação – e isso está gravado – disse: *"Sou da base do Governo e votei o projeto do reajuste do salário mínimo que inde-*

xa, inclusive, para os próximos reajustes..." Portanto, não foi a Oposição que veio aqui dizer isso, e eu não ouvi nenhum colega do PSDB reclamar do reajuste dado, que é ínfimo.

Hoje, o jornal *O Globo* divulga: *"O Governo do PT, cujo berço é a luta sindical, vai defender que os trabalhadores sejam mais comedidos na hora de negociar reajustes salariais nos próximos meses"*. Portanto, é preciso deixar isso claro. Como Líder do PSDB nesta reunião, deixo claro que o partido, em momento algum, acha que o reajuste foi o responsável pela inflação, porque a inflação já estava alta antes do reajuste, que foi dado agora. E o reajuste foi aquém do que achamos que era justo dar ao trabalhador naquele momento. Agora, indexação para o futuro é outra história, inclusive vai ser por decreto – e naquele momento fomos contra ser isso feito por decreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Vamos passar a palavra ao Ministro Alexandre Tombini para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX – Presidente, questão de ordem. Quero responder, primeiro, com todo o respeito aos Deputados presentes e aos Deputados que se ausentaram... Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Deputado, como todas as questões versaram sobre o mesmo tema, acho que esse é um problema que não teremos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado a todos pelos comentários elogiosos, pelas perguntas e questionamentos.

Começando pela ordem, a Senadora Gleisi Hoffmann mencionou a questão da evolução da inflação acumulada em 12 meses, como isso pode afetar as expectativas e o que pode ser feito para controlar esse processo daqui para frente.

Em outra intervenção, respondendo a uma pergunta do primeiro bloco, mencionei que, muito provavelmente – e estamos trabalhando para isso – , a inflação mensal já começará agora a convergir para níveis compatíveis com o centro da meta anual, 4,5%; no mensal, seria algo entre 0,35% e 0,40%. Muito em breve, portanto, estaremos trabalhando nesses patamares. Maio, junho e julho tradicionalmente são meses de inflação um pouco mais baixa. Nosso trabalho continua, porque tudo o que é feito pelo Banco Central, inclusive as macroprudenciais, tem defasagens.

Vou voltar rapidamente a esse tema mais à frente ao responder uma pergunta específica, mas, no caso da política monetária e dessas defasagens, principalmente em 6 e 9 meses, o impacto mais cheio da política monetária sobre a inflação se dá em 3 trimestres. Então, tudo o que estamos fazendo é para fazer a inflação convergir para a meta no horizonte de 2012. Ao longo desse processo, veremos inflações mensais já compatíveis com o centro da meta, ainda que o acumulado esteja crescendo. Como fazer para isso não contaminar expectativas? Acho que, sendo consistente a própria política do Banco Central no combate à inflação, não há por que esse processo de contaminação ocorrer.

Então, quanto mais os indivíduos, inclusive o mercado, acreditarem que essa política é consistente para gerar esses resultados, tanto menor será esse problema. Agora, vai ser um esforço contínuo de consistência e de comunicação também. Esse já é um primeiro passo, mas acho que exigirá um trabalho pela frente.

A segunda questão é vinculada à SELIC, seus impactos sobre a inflação. Como já mencionei, em 9 meses, tem-se o impacto mais integral da SELIC sobre a inflação. Esse é um processo documentado, temos 12 anos de sistema e temos avaliado isso ao longo do tempo. Ela pode variar; mas, na média, o impacto máximo da política monetária sobre a inflação, sobre o aumento de preço, ocorre em 3 trimestres, em 9 meses.

O Deputado Rui Palmeira mencionou alguns aspectos específicos da inflação importantes – o preço na feira, o preço no posto de gasolina – e levantou algumas questões sobre as medidas macroprudenciais, que, segundo a sua visão, têm microefeitos.

Tenho de discordar do nobre Deputado. Acho que as medidas têm surtido efeito, inclusive a política monetária hoje adotada pelo Banco Central surtirá efeito. Não tenho dúvida em relação a esse processo. E o cidadão comum vai sentir, sim, essa inflação mais baixa ao longo do ano e uma inflação convergindo para o centro da meta estabelecida pelo Governo, de 4,5% para o preço ao consumidor.

Em relação a um considerável grupo de produtos agrícolas, temos visto algum alívio na margem, no período mais recente. Isso ajuda, e vamos acompanhar os preços.

No que se refere à inflação, como alguém mencionou, não se trata de produtos específicos, mas, sim, do global, é um processo contínuo, persistente – acho que foi o Deputado Eduardo Cunha que mencionou isso. Em tudo o que está sendo feito, a política monetária atinge a economia como um todo, e é justamente para controlar e fazer com que esse processo de elevação de preço convirja para o objetivo do Governo, ou seja, 4,5% de inflação ao consumidor.

O Deputado Edmar Arruda também mencionou a questão das expectativas e perguntou se não haveria uma certa contradição entre aumento de juros

e inflação. Disse o Deputado que a inflação não é de demanda. Essa não é a visão do Banco Central. A visão do Banco Central é a de que há múltiplos fatores por trás da elevação da inflação, vimos alguns que são comuns a todos os países, às principais economias, às economias comparáveis com o Brasil, às economias emergentes e à América Latina. Há alguns fatores que são comuns.

O que foi mencionado aqui pelo Deputado Rui Palmeira, quando se refere à feira e ao posto de gasolina, são dois fatores comuns que estão afetando a inflação em todo o mundo – nos países emergentes, mais os alimentos, porque pesam mais na cesta de consumo; e gasolina e energia, nos países desenvolvidos e economias maduras, embora tenham também impacto em países emergentes, em desenvolvimento.

Então, há essa questão dos fatores comuns, dos fatores vinculados talvez à demanda global, que aumentou muito o consumo de proteína e, consequentemente, manteve e elevou o preço das *commodities*, mas também há outros fatores que têm a ver com a política monetária extremamente expansiva no mundo, dando liquidez a esses mercados e mantendo os preços talvez acima do que estariam, caso não houvesse a política.

Agora, o Banco Central sempre reconheceu que um dos fatores tem a ver com a demanda, ou seja, a demanda cresceu, e cresceu bem no último ano, 10,5% à frente do crescimento do PIB, inclusive. Então, há o aspecto da demanda, isso é refletido, por exemplo, no preço do serviço, que roda um pouco acima da inflação. E é por isso, inclusive, que o Banco Central tem adotado essa política de combate à inflação, ainda que ajudado por outras políticas e também pelas políticas macro de outras áreas do Governo. Essa política visa justamente combater esse processo. E acho que estamos no caminho seguro para fazê-lo nos próximos meses.

Em relação à indexação, a questão foi tratada também pelo Deputado Audifax, que abordou sua preocupação com a indexação mais generalizada da economia. Creio que temos um arcabouço institucional no Brasil que já vem de longa data em relação a aluguéis e a outros preços. Aqui não se confunde o combate à inflação neste momento com uma agenda estrutural de médio prazo, de tratar de reduzir o grau de institucionalização da indexação de preço, coisa que já foi feita no passado. Houve progresso. Talvez essa seja uma área importante, e o Parlamento tem um papel relevante no sentido de avançar na questão da desindexação. Ela não deve ser confundida com o que estamos fazendo agora, o combate à inflação. Temos de combater a inflação com o arcabouço institucional vigente, ainda que se façam progressos paralelos. E também temos a ideia de que, se houvesse um pouco menos de indexação, poderia ser mais fácil.

Há países que têm indexação forte, como, por exemplo, o Chile, e a sua política monetária tem atuado nesse ambiente.

Resumindo, esse é um assunto importante de uma agenda de médio prazo, mas temos de combater a inflação, levar a inflação para a meta com o ambiente institucional vigente.

Ainda na sua exposição, o Deputado Audifax mencionou a questão das importações, que, de fato, não fez parte da nossa apresentação. Em relação à importação, ao *quantum*, temos, no primeiro trimestre, bens de consumo duráveis aumentando 36% em relação ao mesmo período do ano passado, os não duráveis, 18%; as matérias-primas, 10,6%; os bens de capital, 27%, um aumento expressivo; e os combustíveis e lubrificantes caindo nesse primeiro trimestre. O total das importações em relação ao primeiro trimestre do ano passado foi um crescimento de 12,4%. As exportações aumentaram mais de 3%, sendo que o aumento das de manufaturados foram de 4,5%. Isso tem a ver com o fato de que a economia está crescendo bem no Brasil, a demanda está robusta. Inclusive é um dos elementos que está por trás desse crescimento das importações no primeiro trimestre.

Em relação ao ICMS de produtos importados, não acompanhei muito bem a discussão. Mas, resumindo o que V.Exa. perguntou, se as importações têm um papel a cumprir na estabilização, no controle da inflação, creio que sim. Acho que esse tem sido o caso do Brasil.

O Brasil, de fato, é uma economia que se abriu ao longo do tempo. Hoje, a corrente de comércio é de 400 bilhões. Mais de 15%, quase 20% da economia se abriu em termos do comércio exterior, o que é importante no combate à inflação.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX – Presidente...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX – O Secretário do Tesouro Nacional esteve aqui para falar da reforma tributária. E foi ao Senado, na semana passada, incentivando essa questão da reforma, falando que o Governo está mandando a reforma por partes e priorizando a questão da reforma tributária no que diz respeito à questão do ICMS, numa tese de que esse ICMS deveria, principalmente em relação aos produtos importados – proposta do Senador Romero Jucá – , cair para zero entre os Estados. E uma das alegações a favor disso é a de que seria bom no que diz respeito à inflação.

A minha pergunta é: a reforma tributária, principalmente no que se refere ao ICMS, contribui, tem peso significativo na inflação?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Isso teria que ser avaliado, Deputado. Se V.Exa. me permite, vou fazer uma digressão rápida. Se a reforma tributária é consistente no sentido de ser neutra em relação à arrecadação, pode contribuir. Se não for neutra, se reduzir a arrecadação, tudo mais permanecendo do jeito que está – uma redução de arrecadação levando a déficit numa unidade da Federação, por exemplo – , isso pode não ajudar na inflação. Então, as implicações têm que ser avaliadas no seu sentido global, e não simplesmente o impacto direto sobre um preço específico. Eu teria que ver a arquitetura dessa reforma para poder fazer uma análise mais precisa por parte do Banco Central.

Em relação à sua quarta pergunta, V.Exa. menciona a questão dos prazos de financiamento, pergunta se haveria alguma medida macroprudencial. Acho que isso também foi mencionado numa pergunta posterior. Temos trabalhado, sim, na questão dos prazos. Houve um conjunto de medidas prudenciais em dezembro, no qual estabelecemos um requerimento de capital, ou seja, a reserva que o banco tem que deixar de lado para fazer frente a riscos não esperados na sua carteira de crédito. Caso o financiamento se desse em prazos alongados – há uma regra, acho que está na apresentação – , cobra-se mais capital do banco. Ou seja, não há proibição, mas há necessidade de se deixar mais recursos apartados nessas operações de financiamento. Por exemplo, foi mencionado aqui um financiamento com prazo dilatado, acima da vida contábil da garantia, da vida útil da garantia, o que é uma operação mais arriscada, que merece um castigo de capital maior por parte das instituições financeiras. Essas medidas já foram tomadas. No futuro, se preciso for, tomaremos medidas adicionais nessa matéria para conter o risco.

O Deputado Alexandre Santos fez uma série de observações em relação ao Banco Central, à sua independência e a alguns episódios na área financeira bancária. Algumas dessas operações mencionadas são aquisições de venda e mudança de controle, que são operações privadas na sua essência. Obviamente, assim que consumadas elas têm que ser submetidas ao Banco Central, que as avalia em duas dimensões. Primeiro, se o ato de concentração – porque em geral envolve algum ato de concentração – tem repercussões sobre a concorrência no sistema. Havendo, pode-se exigir contrapartidas, inclusive não aprovar a operação. O Banco Central avalia também sob uma outra dimensão, que é a dos seus aspectos societários: quem detém o controle, como fica a nova configuração, qual é o acordo de acionistas, quem será responsabilizado num evento de solução final, por exemplo, da nova instituição. Então, avaliamos essa operação sob essas duas dimensões, e temos um tempo regulamentar para avaliar e tomar uma decisão.

O fundo garantidor é uma entidade de natureza privada, como foi mencionado aqui, regulada e tem amparo, previsão, inclusive, na Lei de Responsabilidade Fiscal, festejada por todos nós. Essa lei prevê a constituição de fundos privados que detêm a exclusividade de entrar no processo de prevenção de insolvência. Só para relembrar à Comissão, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 28, veda o uso de recursos públicos para socorrer instituições financeiras, salvo mediante lei específica. Havendo lei específica, poderá haver o uso de recurso público para o socorro à instituição financeira. Esse tema foi, de certa forma, relacionado na sua intervenção. O fundo garantidor de crédito é um instrumento definido pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 28, §1º. Ou seja, é um fundo privado, constituído sob Direito Privado, que tem entre suas funções a prevenção da insolvência e também de outros riscos. O fundo funciona como um seguro, mas pode entrar nas etapas anteriores, se assim for decidido, para prevenir uma solução mais extrema em relação à instituição, porque ao fim e ao cabo o fundo garante o depósito. Ele garante os depósitos gerais até 70 mil reais, como V.Exa. bem sabe, e garante os depósitos a prazo, com garantia especial, até 20 milhões de reais por CNPJ, por CPF. Então, o fundo faz sua avaliação econômico-financeira também para saber se vale a pena ingressar no processo, na prevenção.

Nós, obviamente, como reguladores do Sistema Financeiro Nacional, consideramos que o fundo tem um papel importante dentro da rede de proteção do sistema financeiro, e vemos um papel relevante do fundo garantidor para ser exercido num momento anterior à solução final. Na solução final, ele só chega para cobrir esses depósitos garantidos pelo fundo. Então, vemos com tranquilidade esse processo de participação do fundo garantidor nos casos mencionados. Obviamente, são decisões privadas. Chegando qualquer denúncia ao Banco Central, será naturalmente avaliada em detalhe pelo seu departamento jurídico, pela Procuradoria-Geral, enfim, pelos departamentos diretamente envolvidos com esse tipo de assunto naquela autarquia.

O Deputado Domingos Sávio festejou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agradeço os elogios à apresentação. S.Exa. também fez duas perguntas mais específicas. Para responder à primeira, certamente não tenho a *expertise*. A segunda é para discorrer a respeito

da questão da expansão da área cultivada, como isso se relaciona com a discussão que está havendo aqui. Acho que o Deputado já ofereceu algumas informações adicionais sobre esse processo que está em curso no Parlamento. Eu queria dizer que, de fato, o Brasil é um dos poucos países que tem área arável adicional para o futuro, respeitando, naturalmente, o que for decidido neste Parlamento em relação às questões ambientais ressaltadas por V.Exa.

Em relação às cooperativas de crédito, somos entusiastas do segmento. Temos patrocinado uma mudança importante na regulação do segmento cooperativista de crédito. Temos uma interlocução muito forte com todos os ramos, com todas as grandes federações do cooperativismo. Nos últimos anos tenho a satisfação de ver o cooperativismo de crédito se expandindo, com o número de associados indo de 3 milhões para 5 milhões num curto período, com as cooperativas de livre admissão, que congregam vários ramos de cooperados. Enfim, isso tem sido um caso de sucesso, pela capilaridade, não tanto pela participação no sistema financeiro, que ainda é pequena. Pela capilaridade e pela reciclagem da poupança local. Vimos que tivemos a crise financeira de 2008 e não tivemos problema nesse segmento. Estou à disposição para entrar no detalhe da sua questão junto com o diretor da área para evoluir na participação dos entes públicos no cooperativismo.

O Deputado Oziel Oliveira menciona uma área que obviamente festejamos, agricultura. Não conheço os detalhes, a não ser a questão do crédito rural, que tem relação com o Banco Central, com o Conselho Monetário Nacional. A visão mais estratégica é, de fato, de que esse segmento continue dando a contribuição de âncora verde, dando grande contribuição às nossas contas externas ao longo do tempo. Isso não deve ser diferente para a frente no que diz respeito às políticas de financiamento, que têm participação, uma definição por parte do Conselho Monetário do Banco Central.

O Deputado Fábio Ramalho menciona alguns aspectos da política monetária, elevação dos juros, bater na demanda agregada, basicamente isso. O instrumento de política monetária é utilizado para controlar e para afetar a demanda agregada. Isso afeta a inflação em 6 a 9 meses, como mencionei anteriormente.

Agora, como vimos também na apresentação, um outro fator macroeconômico que afeta a dívida pública, além dos juros, é a inflação. Então, juros insuficientes, baixos, que não controlam inflação, geram inflação. E a inflação acaba elevando o custo de financiamento do setor público. Então, essas coisas não têm essa relação tão direta, é uma relação um pouco mais complexa.

Naturalmente, ele menciona que a economia com juros poderia gerar recursos para emprego também. O pagamento de juros tem a ver com o que já foi feito no passado em termos de acumulação de déficit que se tornou dívida – a dívida precisa ser servida, remunerada.

É o que eu tenho a comentar em relação às perguntas do Deputado Fábio Ramalho.

Em relação às questões do Deputado Eduardo Cunha, eu já mencionei alguns aspectos citados na sua apresentação. Em relação a sua primeira pergunta, a quarentena não está no radar do Banco Central. Agora, obviamente, nós temos, como eu procurei apresentar na minha exposição, inclusive em alguns *slides,* a preocupação de lidar com esses fluxos, porque eles refletem uma situação extraordinária, que não vai perdurar no mundo, que é uma política monetária de juro zero, com afrouxamento quantitativo, na Europa e nos Estados Unidos, com o Japão também injetando liquidez em função do próprio desastre do terremoto. É uma situação global que não é permanente, mas que pode deixar marcas permanentes em algumas economias que não se protegerem em relação a essa abundância de capital, porque parece tudo muito bom, dinheiro fácil e barato, mas em um momento a maré vira e, se não tivermos condição de moderar esse fluxo, poderemos ter problema na saída, na virada.

Creio que o Brasil está se preparando bem. Nós constituímos um colchão de reservas internacionais acima do que tínhamos antes da crise de 2008, mas, em relação ao tamanho da economia, é mais ou menos a mesma coisa, em torno de 14%, 15%. Temos um colchão de liquidez também em reais, depósito compulsório depositado no Banco Central já acima de 400 bilhões. Então, as nossas defesas foram restabelecidas.

Estamos bem para um momento mais adverso. Mas, obviamente, como vimos em 2008, essa absorção de liquidez desenfreada sem nenhum cuidado pode gerar impactos também na economia real, no setor privado não financeiro, que começa com a percepção de que não há risco cambial, de que a direção é uma só. Isso nós bem sabemos que pode virar e, ao virar, pode gerar uma saída de fluxo, afetar o preço relativo da moeda e comprometer a capacidade de pagamento dos que contraíram financiamento sem proteção em moeda estrangeira.

Em relação à questão do FGC, também eu faço referência às respostas que passei ao Deputado Alexandre Santos. Quero dizer que, quanto à questão dos bancos, do segmento que V.Exa. mencionou, o modelo de negócios de originar créditos e distribuir, seja no mercado de capitais ou para as outras instituições,

está sendo reforçado com o aumento da capacidade de retenção das carteiras dentro das instituições onde se originam, sem perder de vista que securitização é um instrumento importante para o futuro.

Essa não é uma discussão brasileira, mas global. O modelo de originação e distribuição, onde se têm fontes de *funding* das instituições do sistema, que não são aquelas fontes pulverizadas, de milhares de depositantes, de maior estabilidade. Enfim, essa é uma discussão na Europa e nos Estados Unidos; e não é diferente no Brasil, mas, mais uma vez, o Brasil está na frente, olhando para as questões. O próprio sistema tem reagido de forma robusta aos episódios que ocorreram. O próprio segmento tem dado passos seguros na direção do seu fortalecimento.

Eu creio, com isso, que ficam, então, respondidas as perguntas do Deputado Rui Costa em relação à questão do aumento do prazo. Também agradeço as suas palavras em relação à didática da apresentação.

Vou procurar na próxima também levar em consideração os comentários feitos por outros colegas seus na apresentação. Mas, em relação às suas perguntas específicas, quero dizer que quanto à questão do prazo de financiamento, como eu mencionei, nós já estamos endereçando, em alguns casos, não com proibição, mas com requerimento de capital adicional. Pode-se fazer a operação, ela é mais arriscada, tenha consciência disso, mas ponha mais capital apartado para que, numa eventualidade, perdas não esperadas não criem um desequilíbrio patrimonial na instituição.

Em relação aos preços relativos, tenho ideia de que há especialistas, sim, que tratam da matéria, mormente quanto à frequência de ajuste de preços, preços relativos. Terei o prazer de passar, via Assessoria Parlamentar, o nome das pessoas para futuros contatos e debates.

Muito obrigado, Presidente. São esses os meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Ministro Tombini.

Eu quero agradecer, em nome das três Comissões da Câmara dos Deputados e das duas do Senado Federal, que aqui promoveram esta audiência pública, pela presença do Ministro, assim como da Diretoria do Banco Central, dos Diretores presentes, Anthero Meirelles, Altamir Lopes e Carlos Hamilton.

Agradeço pela presença de todos vocês e de toda a equipe técnica do Banco.

Agradeço aos Parlamentares que resistiram até quase 2 horas da tarde sem almoçar e ao nosso Ministro, que demonstrou uma notável resistência física e intelectual.

Quero falar da confiança que nós, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, temos em relação ao trabalho que sua equipe tem desenvolvido, Ministro, no sentido de garantir padrões de crescimento econômico e o combate à inflação como a prioridade do Governo Dilma, mas sem fazer como em outros Governos, quando a dose do remédio matava o paciente, jogando o Brasil em crises recessivas.

Hoje o Brasil não é a jabuticaba do crescimento mundial, no sentido de estar sempre no fim da fila. Ao contrário, lideramos um bloco de países latino-americanos que têm um crescimento expressivo.

Acredito que a política do Banco Central, prudente, múltipla, diversificada nas ações e também comprometida com o crescimento econômico conseguirá debelar esse leve repique inflacionário e garantir o crescimento econômico mantido nos últimos 8 anos.

Agradeço a todos o comparecimento.

Está encerrada a reunião.

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia dez de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Demóstenes Torres e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 12ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 42 de 2011, de 28 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, informando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução nº 20/04 do Senado Federal, que o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República no primeiro trimestre de 2011; Aviso nº 46 de 2011, de 28 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cum-

primento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de março de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 43 de 2011, de 29 de abril de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao primeiro trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 44 de 2011, de 27 de abril de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.065/2010-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 41 de 2010; Aviso nº 45 de 2011, de 27 de abril de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.597/2010-8, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 50 de 2010. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, após deliberação da Comissão, é dispensada a apresentação do Parecer Vencedor, elaborado pelo Senador Lindbergh Farias, ao Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2009. A Presidência dá início à apreciação das Matérias, constantes da pauta. Item 1-Projeto de Lei do Senado nº 117 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o 'Qüinquênio da Alfabetização'", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4 – CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Gleisi Hoffmann, Cyro Miranda e Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CCJ-CAE. Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Ivo Cassol. Item 2-Projeto de Lei da Câmara nº 93 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que "dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis, nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, iniciada a discussão, é apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Cyro Miranda, que recebe parecer favorável do Relator. Usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Cyro Miranda e Lindbergh Farias. É solicitada vista pelos Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 3-Projeto de Lei da Câmara nº 189 de 2010, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social", tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Cyro Miranda e Lindbergh Farias. É solicitada vista pelos Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 194 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "acrescenta § 5º ao art. 128 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para obrigar a pessoa jurídica de direito privado a comprovar o uso da marca nos casos que especifica", tendo como Relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Cyro Miranda e Francisco Dornelles. É solicitada vista pelos Senadores Lindbergh Farias e Francisco Dornelles. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 5-Projeto de Lei do Senado nº 214 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "acrescenta § 3º ao art. 54 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para, nos contratos de locação empresarial de espaço em shopping center, tornar nula a cláusula pela qual o locatário fica impedido de instalar outro estabelecimento, de mesma bandeira, em áreas geográficas próximas ao shopping center cujo espaço tenha

sido locado", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 6-Projeto de Lei do Senado nº 308 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável do Projeto com a Emenda nº 1-CCT. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCT. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 142 de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera dispositivos da Lei nº 8213, de 24 de junho de 1991, 'que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências', reajustando o valor da cota do salário-família", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa a Senadora Gleisi Hoffmann Relatora "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pela Relatora "Ad Hoc", usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do Projeto. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 527 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Em 19/4/2011, foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 10-Requerimento nº 13 de 2011, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Inácio Arruda, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de discutir o tema: 'Transporte ferroviário: falta de concorrência prejudica o desenvolvimento brasileiro', com a presença dos seguintes convidados: Bernardo Figueiredo, Diretor Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT); Luiz Antonio Fayet (Coalizão de Usuários), Consultor para Logística de Transportes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Luis Henrique Baldez (Coalizão de Usuários), Presidente Executivo da Associação Nacional de Usuários de Transporte de Carga (Anut); Marcelo Spinelli, Diretor de Ferrovias da VALE; Paulo Basílio, Presidente da América Latina Logística (ALL); e Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF)". Em 19/4/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 13 de 2011-CAE. Item 11– Requerimento nº 14 de 2011, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a dinâmica dos preços de combustíveis no Brasil, tendo como convidados: Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras; Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Sr. Paulo Miranda Soares, Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis); Sr. Vinícius Marques de Carvalho, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e Sra. Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec)". Em 19/4/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 14 de 2011-CAE. Item 12-Requerimento nº 16 de 2011, de iniciativa do Senador Romero Jucá, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, a fim de discutir a situação atual do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aero-

portuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país, com a presença dos convidados: Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero; Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; e Exmo. Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC". Em 19/4/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 16 de 2011-CAE. Item 13– Requerimento nº 17 de 2011, de iniciativa dos Senadores Cyro Miranda e Vanessa Grazziotin, que "requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Omar Aziz, Governador do Estado do Amazonas, do Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, e do Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, para instruir a deliberação do PRS nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior". Em 26/4/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Usam da palavra para encaminhar a votação do Requerimento os Senadores Flexa Ribeiro, Lindbergh Farias, Cyro Miranda, Waldemir Moka, Luiz Henrique, Armando Monteiro e Ricardo Ferraço. A Comissão aprova o Requerimento nº 17 de 2011-CAE. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 18, 19, 20, 21 e 22 de 2011. O Requerimento n° 18 de 2011, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, requer a realização de audiência pública, com a participação do economista Luis Paulo Rosenberg, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior". O Requerimento n° 19 de 2011, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, requer a realização de audiência pública com a finalidade de discutir a dívida dos Estados brasileiros com a União, com a presença do Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil; do Sr. Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal do Brasil (1995-2001); do Exmo. Sr. João Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; do Exmo. Sr. Marcelo Déda Chagas, Governador do Estado do Sergipe; do Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; e do Exmo. Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos, Governador do Estado de Pernambuco. O Requerimento n° 20 de 2011, de iniciativa dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, requer a realização de audiência pública com a finalidade de examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da competitividade industrial, centrada na redução do custo Brasil, no estímulo à inovação e à isonomia competitiva com produtos importados, no incentivo às transformações microeconômicas que produzam um ambiente produtivo de maior eficiência, e na defesa de uma política fiscal que reduza os incentivos para valorização do real, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit; Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; Sra. Erenice Cabral, Presidente da Conacov; e Sr. José Roberto Mendonça de Barros, economista. O Requerimento n° 21 de 2011, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, requer a realização de audiência pública com a finalidade de discutir o desequilíbrio enonômico-financeiro nos contratos de concessão decorrentes da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, de que trata Acórdão nº 1055/2011–TCU-Plenário (Processo nº TC 026.335/2007-4), com a presença do Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; do Sr. Moacyr Servilha Duarte, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; do Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização do Tribunal de Contas da União – SEFID1/TCU; e do Exmo. Sr. Aurélio Rios, Subprocurador-Geral da República. E o Requerimento nº 22 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Simão Robison Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará, entre os convidados para participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 17 de 2011– CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comis-

são de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião.

Os senhores Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Avisos do Ministério da Fazenda:

– Aviso nº 42/2011, de 28 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, informando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução nº 20/04, do Senado Federal, que o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República no primeiro semestre de 2011.

– Aviso nº 46/2011, de 28 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de março de 2011, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

– Aviso nº 43/2011, de 29 de abril de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao primeiro trimestre de 2011, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

– Aviso nº 44/2011, de 27 de abril de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 022065/2010-5, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 41/2010.

– Aviso nº 45/2011, de 27 de abril de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 02597/2010-8, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 50/2010.

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Proponho também a dispensa da apresentação do parecer vencedor, elaborado pelo Senador Lindbergh Farias, ao Projeto de Lei do Senado nº 06/2009, nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Os Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada ao Plenário, para as devidas providências.

Este é o projeto do Senador Cristovam Buarque – todos aqui votaram – e, para que haja mais agilidade nos trabalhos, solicitamos a V. Exªs a dispensa da leitura do relatório do Senador Lindbergh Farias. É o Projeto de Lei do Senado nº 06, aqui votado em caráter terminativo e estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da devolução do imposto de renda de pessoa física. A autoria, mais uma vez registrando, é do Senador Cristovam Buarque.

Entramos agora no Item 1 da pauta.

Item 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2006 – Não Terminativo –

Autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa, para os brasileiros não alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o "Quinqüênio da Alfabetização".

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria : Senador Eduardo Suplicy.

O relatório é favorável ao Projeto, com as emendas de nºs 1 a 4 da CCJ.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, com as emendas de nºs 1 a 4 da CCJ.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra o relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2006, apresentado pelo Senador Cristovam Buarque, que autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados, com idade acima de 15 anos, e institui o "Quinquênio de Alfabetização".

A proposição é composta de quatro artigos:

O art. 1º institui o "Quinqüênio de Alfabetização", que tem como meta a abolição do analfabetismo no Brasil – objetivo altamente meritório.

O art. 2º autoriza a União a criar o Programa Incentivo-Alfa, que objetiva incentivar os brasileiros com idade superior a 15 anos a continuar estudos que lhes permitam sair do analfabetismo. Para tanto, autoriza a criação de incentivo com valor mínimo de R$350,00, a ser concedido aos adultos que consigam concluir com sucesso, durante o "Quinqüênio de Alfabetização", o programa de alfabetização. Autoriza, ainda, a União a criar a Secretaria de Erradicação do Analfabetismo, a instituir o Museu de Erradicação do Analfabetismo, como unidade integrante associado ao Arquivo Nacional.

O artigo 3º determina que o "Quinquênio de Educação" será iniciado em evento público a ser realizado até sessenta dias da publicação da Lei.

O artigo 4º trata da cláusula de vigência da Lei, que será a data de sua publicação.

O autor justifica sua proposição na necessidade de conformar um novo projeto de Nação, tornando o Brasil um território livre do analfabetismo. Continua sua justificação afirmando que a previsão de aplicação de recursos com o Programa Incentivo-Alfa, da ordem de 700 milhões de reais, é bem inferior às despesas da União com as indenizações concedidas aos perseguidos políticos do regime militar, abrangendo um número muito maior de pessoas.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde recebeu parecer favorável, com as emendas nºs 1 a 4; à CAE e à Comissão de Educação.

Não foram oferecidas emendas ao Projeto no prazo regimental.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas.

O exame de constitucionalidade, juridicidade, redação e técnica legislativa da proposição já foi realizado pela CCJ, que manifestou o amparo existente no Regimento Interno do Senado Federal para o aspecto autorizativo do PLS nº 117, de 2005.

O parecer da CCJ também introduziu emendas que aperfeiçoaram a proposição e adequaram o Projeto à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, tendo em vista as competências desta Comissão, considerando as emendas aprovadas pela CCJ, não há reparos a serem feitos à proposição.

Pelo exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Lei nº 117, de 2006, nos termos em que foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senadora Gleisi, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tem razão o ilustre relator quando aponta o traço fundamentalmente da iniciativa do nobre Senador Cristovam Buarque. O nobre Senador Cristovam Buarque relata, em sua exposição de motivos, que programa dessa natureza foi implantado no Distrito Federal quando ele era Governador, com muito êxito.

A minha objeção, Sr. Presidente, prende-se ao fato de que a União não precisa desse tipo de autorização para implantar esse programa, se assim o entender. Seguramente, o Senador Cristovam Buarque, quando era Governador – e foi um excelente Governador do Distrito Federal –, não necessitou da autorização prévia da Assembléia Distrital para implantá-lo, porque isso se insere dentro das competências do Executivo. Esse projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça – que coaprovou, por exemplo, um parecer recentemente aprovado por essa Comissão, do Senador Sarney, em flagrante afronta à Constituição, porque o Senador criava uma série de órgãos do Poder Executivo para tratar de um Programa de Difusão do Livro.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o projeto, confiando que, sendo autorizativo, seria um projeto de natureza jurídica. Não é. Uma lei tem que ter um mínimo de conteúdo normativo. E ela não tem nenhum, se for aprovada, porque dá uma autorização que não foi pedida e que não é necessária. Mesmo a criação do Museu da Alfabetização, que o Senador propõe como uma dependência do Arquivo Nacional, para ser criado, dependeria de um projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo. Ora, sendo assim, Sr. Presidente, não tenho como votar a favor do projeto, embora reconheça todos os méritos que ele tem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes

Ferreira. Com a palavra a Senadora Gleisi e o Senador Cyro Miranda.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu havia solicitado vista desse Projeto, por isso também pedi a palavra. Quero aqui enaltecer o mérito desse projeto. O Senador Cristovam é um Senador de referência para nós, na área educacional, e trabalha muito por temas que, de fato, possam fazer a diferença na educação dos nossos jovens e crianças. Justamente pedi o projeto, porque ele colidia com o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Congresso Nacional, ao apresentar um projeto que tenha impacto fiscal, impacto orçamentário, deve definir a fonte de financiamento desse projeto.

Embora tivéssemos referência, aqui, de projetos e programas do Governo Federal no sentido de incentivar a alfabetização, de ter um programa estruturante de combate ao analfabetismo, não dava condições ao projeto de tramitar em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, não tinha a fonte. Então, havia pedido vista e, depois, em conversa com o próprio Senador Eduardo Suplicy e com a nossa assessoria, o projeto sofreu alterações, com algumas emendas – e uma delas foi exatamente para suprir essa determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à criação de despesa. Por isso, o projeto traz a autorização da criação de bolsas de estudos e isso faz com que o Poder Executivo possa adequar o que está se propondo aqui às políticas e programas que estão em vigor.

Quero dizer que concordo com o Senador Aloysio, temos uma avalanche de projetos autorizativos na Casa que, de fato, o Poder Executivo não precisaria da autorização para fazer. Muitos desses projetos acabam sendo inócuos, não tendo continuidade. De outro lado, também não podemos tirar dos Senadores e do Parlamento a prerrogativa de fazer indicações de proposições ao Executivo de políticas que julguem importante, e não temos ainda, no Senado, a figura da indicação como é regulamentada na Câmara dos Deputados, em que se pode fazer uma indicação de uma determinada matéria ao Poder Executivo. Por isso utilizamos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte, se for possível?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por que não propomos aqui, como uma iniciativa da Comissão, introduzir a figura da indicação, da moção, no Regimento Interno? Isso supriria essa dificuldade.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Já tem um projeto de Decreto Legislativo tramitando nesse sentido. O Congresso deve aprová-lo logo, penso que seria importante.

Então, mesmo concordando com os argumentos do Senador Aloysio, eu gostaria de encaminhar pela aprovação do projeto, pelo seu mérito, pelo debate que fizemos com o Senador Cristovam, pelo esforço do Senador Suplicy e de outros Parlamentares. Mostro, dessa forma, que o Governo pode acolher essa sugestão dentro do seu programa estruturado de combate ao analfabetismo.

Portanto, eu gostaria de encaminhar favoravelmente, mas reforçar aqui que, de fato, precisamos pedir urgência para esse processo de decreto legislativo, que institui a figura da indicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu não ia falar porque, realmente, os dois pontos foram abordados, tanto pelo Senador Aloysio quanto pela Senadora Gleisi. Mas voto contra porque acho que isso é mérito do Legislativo, ser orçamentário. Então, não vejo necessidade, embora haja o mérito, mas vamos só sobrecarregar a tramitação de mais um projeto. São coisas que vão acumulando e fazendo fila nesta Casa.

Em função disso, voto contra. Pelo mérito, sim, mas, como é uma coisa do Legislativo, acho que lei é lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o Senador Aloysio e a Senadora Gleisi já aferiram um assunto que eu gostaria de sugerir aqui: a necessidade urgente de mudarmos o Regimento e instituirmos o requerimento, a indicação, para que nos dediquemos à análise dos projetos que, realmente, poderão se transformar em lei, acabando com os projetos autorizativos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais ninguém para discutir o projeto, em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Portanto, o relatório do Senador Suplicy está aprovado.

Votam contra o Senador Aloysio Nunes, o Senador Cyro Miranda e o Senador Ivo Cassol.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 – CCJ/CAE.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

Muito bem, Senadora Gleisi.

Como os Relatores dos Itens nºs 2 e 3 não estão ainda presentes, vamos passar agora para o Item nº 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194 DE 2010
– Não Terminativo -

Acrescenta § 5º ao art. 128 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para obrigar a pessoa jurídica de direito privado a comprovar o uso da marca nos casos que especifica.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senadora Ana Amelia

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.*

Com a palavra a Relatora Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Delcídio do Amaral, vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 194, de 2010, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta § 5º ao art. 128 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para obrigar a pessoa jurídica de direito privado a comprovar o uso da marca nos casos que especifica.

A proposição é composta, além da cláusula de vigência, por um único artigo, que acrescenta parágrafo ao art. 128 da Lei da Propriedade Industrial para exigir a comprovação da utilização da marca, para prorrogação de seu prazo, bem como demonstração da utilização futura antes da solicitação do registro.

Em sua justificação, o autor da proposta afirma que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) tem, em seus arquivos, marcas que nunca foram e provavelmente jamais serão utilizadas, o que prejudica outros empreendedores, dificultando sua utilização por outras empresas interessadas. Esclarece, ainda, que, segundo sua proposta, caberá à regulamentação da matéria estabelecer de que forma a comprovação da utilização, passada ou futura, será feita.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo a última a apreciação terminativa, como bem disse V. Exª. Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

O projeto cuida de direito comercial, matéria inserida na competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

No mérito, comungamos da avaliação do autor da proposta, no sentido de que a existência de marcas que não são utilizadas, embora estejam regularmente registradas e gozem da proteção da Lei de Propriedade Industrial, não contribui para a atividade econômica e, assim, acaba por conduzir a um resultado oposto ao objetivo da lei.

Além disso, os arquivos do INPI ficam abarrotados de informações, dificultando a pesquisa e burocratizando os procedimentos para a obtenção de registros de marcas no Brasil, que já são reconhecidamente demorados e onerosos.

Acreditamos que a disponibilização das marcas não utilizadas por novos empreendedores pode contribuir para estimular a atividade econômica. Por outro lado, a exigência da comprovação do uso também pode representar um incentivo para o titular da marca, que, a fim de manter seu direito de prioridade, deverá promover a utilização efetiva.

Ressalte-se que a Lei de Propriedade Industrial já prevê o instituto da caducidade do registro no caso de não utilização. No entanto, o reconhecimento da caducidade depende de procedimento previsto no art. 143 da Lei nº 9.279, de 1996, a requerimento de quem tenha legítimo interesse. Na prática, contudo, os potenciais interessados preferem criar outras marcas a enfrentar os ônus e o desgaste de um contencioso administrativo e possivelmente judicial para a disponibilização da marca desejada.

Assim, parece-nos de todo conveniente que a lei exija a comprovação da utilização independentemente de qualquer requerimento de interessados, a fim de garantir o aproveitamento das marcas por quem deseja lhes dar a devida aplicação prática.

Entretanto, parece-nos que o texto proposto pode ser aperfeiçoado. Primeiramente, apesar de haver menção à regulamentação na justificativa da proposta, não há a mesma referência no corpo do projeto.

Em segundo lugar, avaliamos que a comprovação de uma situação futura pode ser complicada de

se normatizar, o que pode dificultar o disciplinamento específico da matéria.

A exigência de comprovação prévia da utilização futura da marca, quando de seu primeiro registro, significa que o registro da marca só poderá ser requerido quando vários passos preliminares já tiverem sido tomados para o lançamento do produto ou serviço a ser por ela representado. Provavelmente a exigência de comprovação recairá sobre esses passos preliminares. Tal situação prejudica o planejamento dos empreendimentos econômicos e pode atrasar o início da atividade, especialmente considerando que o processo de registro da marca pode ser demorado. Desnecessário dizer que nada disso é saudável à economia.

É mais adequado que o processo de registro inicial da marca não se altere, mas seja estabelecido, logo após o art. 164, um prazo de dois anos, após a concessão do certificado, para que o titular comprove a efetiva utilização, sob pena de extinção do registro. Além disso, no art. 133, pode-se estabelecer que, no pedido de prorrogação, deve ser comprovado o uso da marca no último ano. Por fim, no art. 142, que trata da extinção do registro, deve-se acrescentar inciso prevendo que a falta de comprovação do uso é mais uma das causas de extinção.

Dessa forma, acreditamos que as marcas não utilizadas serão automaticamente extintas, permitindo sua utilização por outros interessados, com benefícios à atividade econômica como um todo.

Sugerimos, por fim, a entrada em vigor da lei resultante da aprovação do projeto após cento e oitenta dias contados da sua publicação, permitindo uma melhor adaptação dos interessados no registro das marcas.

III – Voto

O voto é pela aprovação do PLS nº 194, de 2010, na forma do substitutivo a seguir apresentado.

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2010

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para obrigar a pessoa jurídica de direito privado a comprovar o uso da marca nos casos de concessão ou renovação do registro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*"**Art. 133.** .....*

§ 1º O pedido de prorrogação deverá ser formulado durante o último ano de vigência do registro, instruído com o comprovante do pagamento da respectiva retribuição e com provas da utilização da marca durante o ano que antecedeu o pedido.

....." (NR)

*"**Art. 142.** .....*

IV – pela inobservância do disposto no art. 164-A ou no § 1º do art. 133 ." (NR)

*"**Art. 164-A.** Dois anos após a concessão do certificado de registro, seu titular deverá comprovar o uso efetivo da marca, sob pena de extinção."*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação oficial.

Apresentada a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu adianto logo, Senadora Ana Amelia, que é um projeto muito importante e que não estou me posicionando contra, muito pelo contrário. É uma matéria muito interessante, mas já adianto que gostaria de pedir vista, para discutir com alguns órgãos e trazer aqui uma contribuição na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foi feito pedido de vistas pelo Senador Lindbergh Farias.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu só quero parabenizar a Senadora por esse substitutivo em que realmente complementa... Eu conheço bem a matéria, porque é da minha área. Acho que, se fosse feita a votação hoje, eu votaria a favor do relatório nos termos do substitutivo. Já que houve pedido de vista...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, vista coletiva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vista coletiva ao Item 4 – a matéria é extremamente pertinente –, competentemente relatado pela Senadora Ana Amelia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que voltássemos ao Item 3, para que eu pudesse relatar o projeto de lei que trata da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Isso é da maior importância para que ela possa ser implementada em âmbito nacional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu estou sendo chamado à Comissão de Justiça, mas pediria a V. Exª que retirasse de pauta o próximo item, Item 5, porque estou meditando sobre a questão, inclinado a rever a primeira versão do meu parecer. Então, peço a V. Exª a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Retirado de pauta o Item 5, por solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que precisa de tempo para refletir sobre o seu parecer.

Eu gostaria também de registrar, já que o Senador Aloysio Nunes Ferreira ainda precisar ir à CCJ porque hoje também temos sabatinas lá, que V. Exª também é o relator do Item 6.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, se pudesse adiar para a próxima sessão, Presidente, eu ficaria feliz.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então o Item 6 está adiado para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, também relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 8 da pauta.

Item 8

> Projeto de Lei nº 527, de 2007, que dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de Serviço de Proteção ao Crédito e congêneres para consignação em folha de pagamento do servidor público adquirente de imóvel.

É um projeto do Senador Sérgio Zambiasi; e a relatoria é do Senador Inácio Arruda.

O Senador Inácio Arruda pediu para retirar de pauta porque o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal gostariam de dialogar com os Senadores e as Senadoras da CAE sobre o assunto. Portanto, vamos suspender por uma semana a apreciação desse projeto. Na semana que vem, votaremos o projeto do Senador Zambiasi, que é um Senador que honrou seu Estado nos oito anos em que aqui permaneceu como um parlamentar competente, um homem digno e alguém que representou muito bem o Estado do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É. Concordo.

Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Eu pediria, se possível, uma inversão de pauta. O Item 11 é apenas um requerimento. Como há quórum da Comissão, nós o apreciaríamos. Os outros temas requerem apresentação de um relatório e têm uma demanda maior. São muito rápidos, são dois: um requerimento de minha autoria e outro de autoria do Senador Romero Jucá, eu imagino. São três, aliás.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São quatro.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – São quatro requerimentos. Eu também tenho que apresentar um relatório na Comissão de Educação. Se possível...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito, Senadora Ana Amelia. Só estou considerando, então, o Item 8. O Senador Inácio Arruda pediu para retirar de pauta. O Item 9, o Senador João Claudino...

Estão todos refletindo sobre os projetos.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB –PI) – Sr. Presidente, quero, igualmente, pedir para retirar de pauta, para refletir mais uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, mais uma semana, e todos esses projetos que estão sendo retirados de pauta para reflexão dos Senadores e Senadoras nós vamos pautar na próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sem falta, para limparmos nossa agenda.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – O Item 7, V. Exª não o colocou pela ausência do Senador Pimentel?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não coloquei pela ausência do Senador Pimentel.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Será que não seria o caso de termos um Relator *ad hoc*? Minha preocupação é ficarmos com muita pauta para as próximas reuniões. E essa é uma matéria prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, Senadora Gleisi. Vamos só fechar aqui. Acho que é pertinente a solicitação da Senadora Ana Amelia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos...

Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Também sou proponente de um requerimento para discussão do projeto de resolução de autoria do Senador Romero Jucá. Na mesma direção, quero requerer a V. Exª que também meu requerimento possa ser julgado, na linha do que requer a Senadora Ana Amelia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos ler o requerimento para aprová-lo, dentro dos Atos, na terça-feira da próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Lemos hoje e deliberamos na próxima...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso. Sem prejuízo das agendas estabelecidas pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não há necessidade de deliberarmos hoje?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Porque, em função dos Atos aprovados aqui, lê-se o requerimento quando da apresentação e depois, na semana seguinte, é discutido e votado o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – MS) – Estou de acordo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Vamos, só para antecipar os requerimentos, ao Item 10.

Item nº 10

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre "Transporte ferroviário: falta de concorrência prejudica o desenvolvimento brasileiro", com a presença dos convidados: Bernardo Figueiredo, Luiz Antônio Fayet, Luís Henrique Baldez, Marcelo Spinelli, Paulo Basílio, Rodrigo Vilaça.

A iniciativa é da Presidência do Senador Inácio Arruda. O requerimento foi lido em 19 de abril.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 13, de 2011, da CAE.

O Item 11, também um requerimento de autoria da Senadora Ana Amelia.

Item nº 11

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, Audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a dinâmica do preço dos combustíveis no Brasil, tendo como convidados o Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras; Haroldo Borges Rodrigues Lima, diretor-geral da ANP; Paulo Miranda Soares, da Fecombustíveis; Vinícius Marques de Carvalho, secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e Srª Lisa Gunn, coordenadora executiva do Idec. Em 19/04/2011, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Delcídio Amaral, o tema continua na manchete hoje na ordem do dia: preço do combustível impacta sobre todo o processo econômico, especialmente sobre a produção agropecuária, produção industrial, em todos os setores. Manchete do jornal *O Globo* hoje: "*Inflação faz governo pressionar Petrobras a baixar a gasolina*". O Ministro Lobão diz que BR será usada para forçar a queda dos preços."

Começa por aí. O preço dos combustíveis tem sofrido fortes variações positivas e negativas nos últimos meses, um cenário de ampla volatilidade. No Rio Grande do Sul, o preço da gasolina passou de R$2,59 para R$2,94; em Goiânia, R$2,39 para R$3,08. O álcool se equiparou ao preço da gasolina, mas em São Paulo já diminuiu de R$2,88 para R$1,88. Segundo o Ministro da Agricultura está entrando agora a safra de etanol com a questão da cana. O Ministério de Minas e Energia afirma que os cartéis são responsáveis pela volatilidade desses preços. Os sindicatos e associações culpam as distribuidoras e os transportadores. A realização dessa audiência pública pretende esclarecer os motivos que levam a essa volatilidade dos preços de combustíveis no País, que afeta toda a economia brasileira, inclusive com impacto sobre a inflação.

Esse é o argumento, e o pedido para que seja feita com a Comissão de Meio Ambiente é porque lá o Presidente Rodrigo Rollemberg tomou uma iniciativa semelhante a essa e, para não haver duas audiências públicas sobre o mesmo tema, de grande relevância, penso que teria maior resultado e eficácia se as duas

comissões fizessem isso conjuntamente. Por isso, pediria a V. Exª a iniciativa de contatar lá o Presidente Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Ana Amelia.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 14, de 2011, da CAE.

Senador Moka, do nosso Estado, Mato Grosso do Sul.

Item nº 12

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011.

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a fim de discutir a situação atual do tráfego aéreo no País: as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas, que serão realizados nos próximos anos no País, com a presença dos convidados: Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, presidente da Infraero; Sr. Carlos Eduardo Pelegrino, diretor-presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil, Anac; Exmº Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC. A iniciativa é do Senador Romero Jucá, Líder do Governo. Em 19/04 foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Como o Senador Romero Jucá não se encontra presente e já expôs os motivos de apresentação que o levaram a apresentar esse requerimento, se nenhum Senador quiser debater, eu coloco em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item nº 13

REQUERIMENTO Nº 17 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Omar Aziz, Governador do Estado do Amazonas, do Exmº Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, e do Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, para instruir a deliberação do PRS nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior".

Iniciativa: Senadores Cyro Miranda e Vanessa Grazziotin

Observações: Em 26/4/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra, os autores do requerimento. Inicialmente, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, em conjunto com a Senadora Vanessa Grazziotin, pedimos a presença desses Governadores por estarem eles à frente dos Estados que serão mais atingidos. A ideia é que esses Governadores possam trazer as suas dificuldades, as suas experiências e os motivos que os levam a se opor a essa mudança, mostrando, inclusive, o impacto que haverá na economia de seus Estados. Isso foi o que motivou a apresentação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço ao Senador Cyro Miranda e à Senadora Vanessa que atendam o requerimento que encaminhei à Mesa para que também seja convidado o Governador do Pará, Simão Jatene, para participar dessa audiência pública que vai discutir o PRS nº 72, de 2010, que trata da questão dos incentivos relativos ao ICMS na importação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa. Nós leremos os requerimentos. Temos quatro requerimentos aqui e, dentro do que os atos determinam, vamos lê-los, de maneira a votá-los na próxima semana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador *pop*, Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente Delcídio, tivemos aqui, quinze dias atrás, o início dessa discussão do ICMS sobre importados, a tal da reforma tributária fatiada enviada pelo Governo Federal.

Este é um projeto central para esta Casa. O meu apelo aos autores do requerimento e ao Presidente desta Comissão é que organizem esse debate. Não basta trazer aqui, de forma aleatória, alguns Governadores para apresentarem suas diferentes posições. Não seria melhor organizar esse debate? V. Exª, como Presidente, poderia chamar os autores desse requerimento, chamar outros Senadores, chamar o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que é o autor desse projeto, para estabelecer aqui um calendário de discussões sobre esse tema, que é um tema decisivo que está na esfera da competência legislativa do Senado Federal. Faria, então, este apelo aqui: vamos fazer essa discussão de forma mais organizada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, Senador Lindbergh. Os próprios Senadores que apresentaram esse requerimento têm ciência disso, sabem que precisamos de organicidade nesse debate, nessa discussão, porque, efetivamente, o PRS nº 72 representa o início da famosa reforma tributária fatiada, como foi dito aqui na audiência pública que contou com alguns Secretários, inclusive com o Secretário Nelson Barbosa do Ministério da Fazenda. Vamos acatar a sugestão de V. Exª

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio, o Governo assumiu o compromisso de ouvir esses Governadores. Acho que esse é o início da discussão, posteriormente podem vir outros Governadores.

Há também a proposta de trazer técnicos dessa área, de um lado e de outro. Mas não gostaria de abrir mão, porque esses são, talvez, os principais Estados que têm envolvimento nessa situação.

Então, gostaria de começar essa discussão por aí, ou seja, desse compromisso que foi feito naquela reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, vejo a colocação do Senador Lindbergh Farias... O Estado dele é o Rio de Janeiro. É aquela história de termos que discutir aqui. Estados como Goiás e como Mato Grosso do Sul são Estados que realmente... Vai começar a reforma tributária, e vai começar pelo ICMS, que é o único imposto que os Estados têm. Então, estou disposto a discutir isso. Mas, no caso de Mato Grosso do Sul, só no chamado gás boliviano, perdemos receita de algo em torno de cinquenta milhões por mês, são seiscentos milhões por ano. Quer dizer, não temos como iniciar essa discussão sem colocar esta questão: vai ter alguma compensação?

É importante a reforma tributária? É. E não quero criar nenhum tipo de problema, absolutamente. No entanto, gostaria – não sei se neste momento o Senador Cyro e a Senadora Vanessa vão permitir –, mas o Governador do Mato Grosso do Sul certamente é um dos governadores que merecia ser ouvido por esta Comissão, em função de que – posso estar enganado – o Estado mais prejudicado numa mudança dessa legislação é, sem dúvida alguma, Mato Grosso do Sul, conforme eu já disse, que tem um prejuízo de seiscentos milhões por ano, o que, para um Estado de nosso porte, representa qualquer coisa em torno de 12% da nossa receita.

Nesse sentido, embora seja só suplente nesta Comissão, Senador Delcídio do Amaral, gostaria de, a título de contribuir, não de tumultuar... E acho que o Senador Lindbergh tem toda razão, talvez pudéssemos organizar. Mas essa organização não pode, evidentemente, deixar de ouvir Senadores de Estados que terão um enorme prejuízo se...

E o pior: começa fatiado. E vamos fazer a primeira fatia e paramos por aí, não conseguindo mais consenso em nada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias e, depois, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Só queria dizer, Senador Moka, para esclarecer, que não passou pela minha cabeça defender que os governadores de alguns Estados não participassem deste debate. Muito pelo contrário, só queria que organizássemos, Senador Cyro Miranda – e nada contra o seu requerimento –, uma programação de discussão deste tema.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, se V. Exª me permitir uma sugestão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos confiar que o nosso Presidente Delcídio saberá organizar isso.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Nós poderíamos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só queria registrar que não sou contra a convoca-

ção desses governadores, de forma alguma. O que eu queria era organizar um debate de longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Reitero uma máxima do velho Abelardo Chacrinha Barbosa: não vim aqui para explicar, vim aqui para confundir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, V. Exª me permite uma sugestão?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito pelo contrário, Sr. Presidente. A minha intenção foi tentar organizar o debate central aqui nesta Casa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para corroborar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só que a confusão está estabelecida, por mais meritória que seja a sugestão de V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de dar uma sugestão... Concordo com o Senador Moka. Por que não fazemos um bloco de três governadores? Em três rodadas, vamos ter o espelho do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro, nesta semana, nós vamos – já conversei bastante com o Senador Ferraço – organizar isso dentro da sugestão do Senador Lindbergh, exatamente com o intuito de tornar sensata essa discussão, esse debate, pela importância da matéria para todos os Estados brasileiros.

Mato Grosso do Sul, por exemplo, é um Estado que, sem dúvida nenhuma, se permanecer o texto que aí está, vai ter perdas sensíveis. Tanto é que já apresentamos uma emenda ao texto, assinada pelo Senador Moka, pela Senadora Marisa e por mim, preocupados que estamos com essa questão do gás boliviano que entra no nosso Estado pela minha cidade, Corumbá.

Mas, sem dúvida nenhuma, penso que é absolutamente meritória a consideração do Senador Lindbergh Farias. Nós vamos organizar este debate, para que não haja, para que um assunto que é de extrema relevância, até em função do momento, porque nós estamos num momento de apreciação de câmbio, de concorrência desleal... Portanto, temos, mais do que nunca, de responder à altura, uma vez que é atribuição exclusiva do Senado Federal a discussão desses projetos.

Senador Luiz Henrique com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Apresentei requerimento no mesmo sentido, que V. Exª deverá ler posteriormente. Já que esta Comissão criou uma subcomissão para, nos termos da Constituição, avaliar o sistema tributário, eu sugeriria a V. Exª que delegasse a essa subcomissão a organização deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Será considerada na decisão da Mesa. É uma sugestão também pertinente, que nós vamos agora organizar ao longo das próximas semanas.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E, aí, Senador Armando Monteiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, V. Exª fez referência ao requerimento que encaminhei à Mesa? (*Pausa.*)

V. Exª fez referência ao requerimento que encaminhei à Mesa, de que ele seria lido na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Ele será lido hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para aprovar na terça-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, mas ele é um aditivo ao requerimento do Senador Cyro e da Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas, Senador Flexa, V. Exª não se preocupe. V. Exª não precisa se preocupar, porque nós vamos ter agora de acertar a agenda dos governadores. Portanto, quando nós votarmos isso na terça-feira, não será prejudicado o requerimento de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A minha preocupação também, Senador Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos organizar as coisas para não prejudicar o requerimento de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois é, a minha preocupação também...

O Senador Moka tem razão quando diz – e estou solidário ao Estado de V. Exª, Mato Grosso do Sul – que perde R$600 milhões se o projeto for aprovado da forma como está apresentado, com o gás que entra pelo seu município, lá em Mato Grosso do Sul. No caso do Pará, o Pará perde R$1,5 bilhão com a exportação, pela não reposição da perda do ICMS na exportação de minério.

Eu já disse aqui que essa preocupação do Governo Federal na questão da balança comercial, no incentivo do ICMS na importação, deve vir também agrupada a outros itens. Que se possa fazer uma pequena reforma fiscal, não pontual, mas que venha agregada à guerra fiscal do ICMS interno, à questão do comércio eletrônico, à questão da Lei Kandir, a alguns pontos que podem e devem ser debatidos, emergencialmente,

pelo Executivo, pelo Governo Federal. Que possamos criar, aqui na CAE, ampliando esse decreto legislativo do Senador Jucá para outras questões, ampliando-o de tal forma que atenda não só a questão do ICMS na importação, mas também esses outros pontos.

É a proposta que eu quero deixar à análise de V. Exª, como Presidente da CAE: que a gente possa fazer essa ampliação no objeto do projeto do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Delcídio, companheiros e companheiras aqui do Senado, acho que essa questão é uma questão extremamente sensível na discussão do projeto da reforma tributária.

Por isso mesmo, eu gostaria de solidarizar-me com as posições dos Senadores Lindbergh e Luiz Henrique, primeiramente para ponderar que essa discussão tem de se dar de forma organizada. Quer dizer, nós não podemos supor que isso se faria apenas garantindo uma audiência ampla dos governadores de cada Estado, mas no sentido de que se possa compreender a discussão, levando em conta os interesses do país, porque evidentemente o interesse dos Estados é absolutamente legítimo na perspectiva da Federação. Mas o que nós estamos querendo é promover uma reforma tributária no interesse do país, e de algumas distorções e desfuncionalidades que estão presentes no sistema atual. E evidentemente que esse processo se dará necessariamente também com a definição de processos de compensação, para que os Estados usentes da Federação não sejam impactos de forma absolutamente desigual nesse processo.

Então, eu gostaria de ponderar mais uma vez, a necessidade de que essa discussão se dê de forma organizada para que não se venha a perder o norte, lembrando que o Senador Delcídio coloca muito bem quando fala da organicidade, quer dizer, da necessidade de promover uma discussão que leve em conta os diferentes aspectos dessa questão.

Solidarizo-me com o Senador Luiz Henrique, porque eu entendo que devemos prestigiar a subcomissão, que foi criada no âmbito aqui da CAE, para discutir a questão tributária. Então é fundamental que se prestigie a subcomissão.

Então eu gostaria de trazer essa palavra.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Armando Monteiro.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de trazer a minha manifestação, na linha do que fez o Senador Moka, pela elevada preocupação que tenho, até porque considero que o interesse do país é o conjunto dos interesses dos Estados federados. É da somatória do interesse dos Estados federados que a gente estará construindo uma proposta que possa ser politicamente e economicamente conveniente para o país.

Acho mais: acho que nós precisamos confiar na sensibilidade do nosso Presidente, que saberá conduzir esse tema com a cautela necessária, tendo em vista a enorme capacidade que esse tema tem de desorganizar os Estados, que, na ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional, procuraram se proteger. E, segundo toda a análise que se fez ao longo dos últimos anos, isso foi muito importante para o fortalecimento do desenvolvimento regional. Portanto, muito mais, meu caro Presidente e líder Romero Jucá, muito mais que organizarmos esse debate – a organização é a premissa, mas não apenas a organização – é preciso que essa comissão, julgo eu, faça um verdadeiro pacto de como vamos debater esse assunto, pela responsabilidade exclusiva que a Constituição confere ao Senado da República no seu art. 37, pela responsabilidade que o Senado tem como Casa que trabalha o interesse dos Estados federados e trabalha a União Nacional.

Então, quero crer que o nosso Presidente Delcidio Amaral, saberá, com sua inteligência, com sua experiência, com sua maturidade, com sua cautela não apenas organizar, mas também edificar uma pactuação para que esse debate possa se dar no menor nível de detalhe para que nós tenhamos a convicção do que estaremos fazendo, e das consequências que esse debate poderá ter para os Estados federados.

É a preocupação, assim como fez o Senador Moka, de um Estado que também poderá perder e perder muito. E evidentemente nós estaremos aqui levantando a nossa voz, não no sentido da bravata, mas no sentido do convencimento daquilo que há de racionalidade. Por isso, estamos também requerendo a presença aqui do economista Luís Paulo Rosenberg, que fez um detalhado estudo a respeito do impacto desses incentivos regionais, desses benefícios financeiros acerca do ICMS e importação.

Então, confio em que V. Exª, na condição de nosso coordenador, saberá conduzir com a cautela e a responsabilidade necessária e adequada esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Ferraço, alguém

que está muito interessado e acompanha esse assunto muito de perto, representando seu Estado do Espírito Santo.

E eu vou voltar a pauta, agora que o Senador Casildo está presente. Vou voltar ao Item 2 e depois ao Item 3 da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E o requerimento? Votamos agora ou não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Temos que votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foi um vacilo da Mesa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas V. Exª tem crédito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foi um vacilo.

Depois que todos falaram, em votação o Requerimento nº 17. É esse que acabamos de discutir.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Voltamos, agora, ao Item 2 da pauta.

Item 2.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2010

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2010, não terminativo.

Dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental público e privado.

A autoria é do Deputado Lobbe Neto; relatoria do Senador Casildo Maldaner.

Relatório favorável ao Projeto. A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, na última.

Foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Cyro Miranda. Foi apresentada agora.

Pergunto ao Relator se ele está em condições de, após proferir seu parecer, seu relatório, também emitir seu parecer sobre a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Cyro Miranda.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, com a palavra o Relator, Senador Casildo Maldaner.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que vou pedir vista da matéria. Até pela relevância que a matéria tomou na imprensa nos últimos dias, eu gostaria de dar uma analisada. Portanto, fica o pedido de vista já, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Então, o Senador Casildo Maldaner lerá o relatório e, depois, fica o pedido de vista de V. Exª.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral**.** Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva, então. Melhor ainda.

Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caro Vice-Presidente, embora chegue esta emenda agora, já tenho condições de opinar sobre ela, ainda mais que o Senador Cyro Miranda logo após fará também algum esclarecimento sobre ela. Mas já captei a ideia da emenda.

Relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2010, na sua origem, proíbe a oferta, a qualquer pretexto, e a propaganda de alimentos não saudáveis nas escolas das primeiras etapas da educação básica, pública e privada. Determina que os alimentos saudáveis e não saudáveis sejam definidos por critério das autoridades sanitárias, enquadra o descumprimento dessa norma como infração à Legislação Sanitária Federal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, e determina prazo de vigência de 180 dias a contar da data...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

...e determina prazo de vigência de 180 dias a contar da data de publicação da lei em que o projeto se transformar.

Após ser apreciado por esta Comissão de Assuntos Econômicos, o PLC será analisado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e Esportes e de Assuntos Sociais. Nesta última, será terminativa.

Em relação a emendas, o relatório já tinha sido feito antes e não havia sido apresentada emenda. Neste momento, o ilustre Senador Cyro Miranda apresenta uma, que nós, em seguida, haveremos de opinar.

Análise.

À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhes forem submetidas. No caso em apreciação, as proibições instituídas terão repercussões econômicas e financeiras sobre a organização de programas e merenda escola e, portanto, sobre os orçamentos estatais.

É provável que os gastos com merenda escolar aumentem, já que, via de regra, alimentos naturais...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria solicitar a todos silêncio.

O Senador Casildo Maldaner está lendo seu relatório do item 2, por favor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mais uma vez, obrigado, Sr. Presidente.

Os mais saudáveis são mais caros. Pode-se esperar também impacto sobre a atividade comercial privada, de cantinas, lanchonetes e serviços similares, que atuam em escolas.

Essa tese é polêmica, tendo em vista, inclusive, que o Líder do Governo, Senador Jucá, está pedindo vista. E o Cyro Miranda está pedindo vista coletiva. Quer dizer, tem repercussão. Então, acho que a meditação, a reflexão sobre o tema tem uma dimensão, sem dúvida, de nossa parte, de todos nós, grande.

É por isso que quero agradecer a atenção dos colegas.

Em especial, dependendo dos critérios estabelecidos pelas autoridades sanitárias, poderão ser impactados positivamente os produtores de alimentos *in natura* – tipicamente considerados alimentos saudáveis – e, negativamente, os produtores de alimentos industrializados – que, em razão de taxas elevadas de sal, açúcares e gorduras, são classificados como não saudáveis.

A restrição de propaganda terá resultados similares, embora mais limitados, uma vez que ela vigorará somente no interior das escolas.

Haverá, portanto, em razão da aprovação do PLC sob análise, uma alteração no mercado de alimentos. Cumpre analisar as perdas e ganhos decorrentes dessa mudança. Em particular, deve-se analisar se as perdas econômicas que resultarão para alguns dos atuais agentes desse mercado serão compensadas por ganhos em saúde e educação de nossa população, que, por sua vez, impactarão os futuros gastos públicos e privados com assistência médica para portadores de doenças associadas a uma alimentação não saudável.

Do nosso ponto de vista, por maiores que sejam os prejuízos econômicos que a medida imponha, por exemplo, à indústria de alimentos e, por maior que seja o aumento dos gastos públicos com a manutenção de merenda escolar, esses custos poderão ser compensados pela economia, em termos de gastos médicos evitados em decorrência de menor prevalência de obesidade e de doenças metabólicas por uma alimentação mais saudável de nossas crianças.

Além disso, poderá haver ganhos de bem-estar não mensuráveis em termos monetários para as crianças e suas famílias, uma vez que essas doenças comprometem a qualidade de vida no presente ou no futuro.

A obesidade e as doenças crônicas associadas à alimentação não saudável configuram um problema de saúde pública relevante em nosso País, exigindo a adoção de políticas públicas que objetivem seu enfrentamento.

A medida aqui proposta pode contribuir para esse desiderato. Ainda que seja difícil dimensionar os impactos econômicos e financeiros da medida, é nossa opinião que a relação entre as perdas que ela imporá a determinados setores de nossa economia poderá ser grandemente superada pelo ganho de outros, principalmente em saúde, educação e bem-estar de nossa população e pelos menores gastos públicos e privados com o tratamento de obesos, diabéticos, hipertensos, etc.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara de 2010.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Em relação à emenda apresentada pelo ilustre Senador Cyro Miranda, em princípio, pelo que depreendi dela, eu a recebo, Sr. Presidente. Mas, com a autorização de V. Exª, gostaria que o Senador Cyro Miranda expusesse não só para este Relator, mas também para os colegas sua justificativa, que será breve, segundo ele me disse, há pouco.

Acho que é possível levantarmos essa excepcionalidade, em função de a emenda ter sido apresentada agora. Consulto V. Exª sobre se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sendo uma excepcionalidade, Senador Casildo

O SR. PRESIDENTE (Delcidio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sendo uma excepcionalidade Senador Casildo Maldaner, acatamos aqui a sugestão de V. Exª.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo.

Como há um pedido de vista, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras poderão examinar com mais detalhes.

Mas a justificativa se detém em, que o cardápio oferecido aos alunos nas escolas será elaborado por

nutricionistas, com base nos critérios apresentados pelas autoridades sanitárias.

O porquê: não basta só saber se o alimento ele é saudável ou não saudável. Aqui tem uma preocupação com a obesidade, o balanceamento dessa alimentação que, muitas vezes, não é feito. Com isso, vai-se propiciar, nós achamos que isso vai propiciar, o melhor aproveitamento dos alimentos, porque muitas vezes ele é saudável mas ele não é apropriado.

Então, em função disso que nós fizemos essa emenda.

Eu agradeço e tenho o pedido de vistas coletivo e do Senador Romero Jucá, eu acho que pode se deter com mais tempo nessa emenda também.]

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Finalizando o nosso relatório.

Com a apresentação da emenda do nobre Senador Cyro Miranda, que nós entendemos por meritória, haja vista que a NutraSweet que vai participar, para que o balanceamento, para que a merenda escolar tenha uma orientação técnica, científica por profissional. Então a emenda é meritória. Eu recebo a emenda no bojo do nosso relatório.

Então eu concluo dizendo que essa é a nossa proposta que trago aos colegas, com o pedido de vista pelo nosso líder do governo e com vista coletiva pelo Senador Cyro Miranda.

Mas espero que esse pedido de vista volte a Comissão e nós possamos então, com os colegas, deliberar nesse tema. Que eu confesso, gera polêmica? Gera. Mas nós precisamos pesar entre o que é melhor para.... Principalmente para as crianças que estão no estágio de formação, formação física, o organismo das crianças é uma idade que é interessante nós nos preocuparmos. Pelo menos é a conclusão deste Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Casildo Maldaner.

E esse projeto é um projeto importante como disse o Senador, líder do governo, Senador Romero Jucá, não só pelos últimos acontecimentos, pelas últimas matérias jornalísticas sobre o tema, mas ele vem de encontro a uma campanha mundial, principalmente com relação a consumo de alimentos saudáveis. Esse é um movimento intenso que se consolida em vários países do mundo e o Ministério da Saúde e o próprio Ministro Padilha também, está estruturando ou já está trabalhando num projeto que olha essa questão de alimentos saudáveis efetivamente dentro da importância que esse tema representa, especialmente no que se refere, Senador Casildo Maldaner, a saúde das crianças e consequentemente a obesidade como foi dito aqui pelo Senador Cyro Miranda.

Portanto, em função do que o Senador Romero Jucá disse e o Senador Cyro também, eu dou vista coletiva ao item 2.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Uma sugestão ao Senador Casildo Maldaner e ao Senador Cyro Miranda. O projeto é extremamente meritório, o nosso risco aqui é aprovar o projeto e o projeto não ter repercussão no mundo real.

O que é que é alimento não saudável, o que é o saudável? Por isso eu entendo a emenda do Senador Cyro Miranda. Não seria o caso de aproveitarmos, neste momento, o pedido de vista e os senhores comandarem uma série de debates, irem ao Ministério da Saúde, chamar especialistas. Esse é um tema muitíssimo importante, esse é um tema que afeta milhões de brasileiros (obesidade infanto-juvenil).

Então, a minha sugestão para o Senador Casildo Maldaner, que é um Senador trabalhador nessa Casa, é de que, se fosse possível, ganhar um tempo maior no sentido de envolver especialistas no tema. Esse é um debate com que o Governo também está preocupado, para que a gente apresentasse um projeto que fechasse mais flancos, que conseguisse, de fato, ter repercussão concreta no mundo real na alimentação, nas escolas, no dia a dia.

Essa é a minha sugestão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A vertente do Senador Lindbergh, ela vem... Ele é preocupado, aliás, preocupado em todas as questões nessa Casa. O Senador Lindbergh é uma atividade permanente.

Mas nós nos ativemos, Senador Lindbergh, procuramos já, com os técnicos, nos precaver disso. E, no bojo do projeto Senador, já prevemos que a Anvisa é que vai analisar se isso pode, não pode. Essas precauções estão praticamente resguardadas no bojo do projeto. E agora ainda mais, com a emenda do Senador Cyro Miranda, para que nutricionistas da área acompanhem no sentido de que, na verdade, se aplique na merenda, dentro dessa composição: com o visto da Anvisa, com todos os órgãos responsáveis

pelo setor. Pelo menos, com a emenda, tivemos essa decisão, mas sem prejuízo do pedido de vista coletiva, porque vamos continuar esse debate. Mas procuramos resguardar essa preocupação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer um registro. O Senador Casildo Maldaner fez uma análise muito acurada desse projeto, e esse projeto vai tramitar em outras comissões também, Senador Lindbergh. E talvez até essas outras comissões poderiam fazer as audiências públicas pertinentes que V. Exª está sugerindo.

Senão, essas coisas não caminham. Acho que esse é um tema muito importante. O Senado e as comissões do Senado Federal precisam analisar esse tema, porque ele é fundamental para o nosso País.

Portanto, vista coletiva para o item 2.

Item 3.

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Romero Jucá parece que ficou um pouco...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que vou pedir vista dessa matéria, não por não ser importante, mas exatamente porque é muito importante. Trata de uma vinculação de receita – mais uma vinculação de receita –, e quero analisar com muita atenção essa questão de vinculação de receita, porque isso pode gerar problemas futuros para todos os níveis de poder. Portanto, peço vista e trarei, na próxima semana, a posição do Governo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Coletiva.

Quero registrar que o Senador Romero não me deixou nem ler aqui o texto preparado pela Comissão.

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que *dispõe sobre a organização da assistência social.*

A autoria é da Presidência da República.

Relatoria, do Senador Flexa Ribeiro. O relatório é favorável ao projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com parecer favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

É matéria que está sendo aguardada pelo Brasil inteiro.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Senador Delcídio Amaral, Srª Senadora, Srs. Senadores, o Senador Jucá deve ter passado um final de semana meio agitado. Ele chega à CAE e, antes da leitura do texto dos projetos, ele já pede vista. Ele não quer nem saber qual é o projeto, já diz "vista" e fica ao telefone ouvindo as orientações.

Eu acho estranho, Senador Jucá e Presidente Delcídio. Sou um Senador de oposição, relato um projeto do Poder Executivo que o Brasil inteiro, como V. Exª, aguarda com ansiedade para que a LOAS seja efetivamente implantada, e que é importante. Assim como o SUS foi implantado para a saúde, o LOAS será para a assistência social. Ainda há pouco, a Senadora Gleisi, o Senador Lindbergh, todos ansiosos para que se pudesse fazer a leitura do parecer, perguntaram-me se o parecer era favorável, e eu disse que sim, que faria a leitura. Há três semanas, em um encontro, o 13º Encontro, no Pará, 2,2 mil trabalhadores da assistência social me perguntaram sobre o parecer, e eu disse que era favorável. Aí o Líder do Governo vem e pede vista de um projeto do Executivo, Senadores do PT. Eu realmente não...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Justamente no momento em que ele ganhou o apoio do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, é que o Senador Flexa Ribeiro... Quero atentar para um detalhe. Só para dar uma informação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu, que sou Vice-Líder...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É que esse projeto do Executivo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu, que sou Vice-Líder do Jucá, fico preocupado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ... tinha um texto. Na Câmara se fez uma vinculação de receita – mais uma vinculação de receita. Então, na verdade, quero analisar qual o prazo dessa vinculação de receita, como ela se dará, qual o impacto para Estados e Municípios, até porque houve, no último governo do Presidente Lula, e vai haver, com certeza, no Governo da Presidenta Dilma, a migração e a diminuição da miséria no País.

Portanto, se se vincula receita, durante muito tempo, para determinadas ações, corre-se o risco de no futuro não haver público para fazer essas ações, na magnitude que se espera da vinculação da receita.

Então, quero olhar isso com muito cuidado. Isso não foi oriundo do texto do Executivo, mas foi uma emenda da Câmara dos Deputados. E, como sei que

a vinculação da receita é o que preocupa diversos Senadores e Senadoras, porque é um instrumento que engessa o Orçamento, na verdade, pedi vista para atentar para essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, se V. Exª pudesse ler o relatório competente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou fazer a leitura e já adianto que o voto é favorável.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Já o dê por lido. Não é preciso ler mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010 (PL nº 3.077, de 2008, oriundo do Poder Executivo), altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

A proposição traz para o âmbito da lei o formato de prestação da assistência social descentralizado e com gestão compartilhada entre os entes federativos e seus respectivos Conselhos de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social, sob a coordenação nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para tanto, introduz na LOAS, de maneira específica, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estabelecendo que seu objetivo é dar proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, tendo a área territorial como objeto de organização. Estabelece, ainda, a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios do compartilhamento da gestão do SUAS.

Assim, de acordo com a matéria, a União deverá cofinanciar, por meio de transferências automáticas e obrigatórias, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional, bem como realizar o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social e assessorar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o desenvolvimento de suas políticas locais.

Já aos Estados caberá: a) destinar recursos financeiros aos Municípios a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social; b) cofinanciar, por meio de transferências automáticas, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local; c) realizar o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social e assessorar os Municípios para o seu desenvolvimento.

Por sua vez, cabe aos Municípios: a) destinar recurso financeiro para o custeio do pagamento dos benefícios eventuais, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, mediante critério estabelecido pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; b) cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local; c) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

Em vista de todas essas alterações, o projeto é composto por quatro artigos, que se propõem a dar nova redação aos arts. 2º, 3º, 6º, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28 e 36 da Lei nº 8.742, de 1993, e ainda acrescentar os arts. 6º-A, 6º-B, 6º-C, 6º-D, 6º-E, 12-A, 24-A, 24-B, 24-C, 30-A, 30-B e 30-C.

A matéria também revoga o art. 38 da Lei nº 8.742, de 1993, e diminui de 70 anos para 67 anos, a partir de 1º de janeiro de 1998, a idade para o idoso fazer jus ao benefício de prestação continuada, estabelecida no art. 20 da referida lei, determinando que a idade mínima para fazer jus ao benefício seja a de 65 anos.

O art. 4º prevê que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao projeto original, a Câmara dos Deputados apresentou Substitutivo, no qual foram estabelecidas mudanças em nível conceitual, como a definição de que o objetivo da assistência social é a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; introduziu-se o conceito de vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidade, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

O Substitutivo também traz para o âmbito da lei o Sistema Único de Assistência Social, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ambos de caráter intersetorial, tendo como objetivo a transferência de renda, o trabalho social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho; determinando que tal clientela seja identificada e tenha os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Na mensagem em que encaminhou a proposição, o Poder Executivo justifica a iniciativa pela necessidade de consolidar o sistema descentralizado de gestão da Assistência Social, conforme preceitua a LOAS, e de estabelecer regras gerais quanto à gestão, o con-

trole social, o monitoramento e a avaliação política da prestação de Assistência Social.

Além disso, advoga a necessidade de que sejam feitos ajustes pontuais, como a ampliação dos benefícios eventuais e a definição do critério de acesso dos idosos ao benefício de prestação continuada.

Na Câmara dos Deputados, o PL nº 3.077, de 2008, foi aprovado na forma de Substitutivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição, Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a matéria foi aprovada sem emendas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Depois de passar pela análise da CAE, seguirá para exame da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

De acordo com o art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão avaliar o aspecto econômico de matérias com impacto nas finanças públicas, caso do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010.

A matéria não traz vícios de constitucionalidade, pois está circunscrita à competência legislativa da União (Constituição Federal, art. 22, inciso XXIII). Também não há reparos a fazer no que tange à sua juridicidade e à boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, concordamos com a análise da CDH, que viu no texto um esforço de consolidação das políticas de Assistência Social brasileira por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo responsabilidades e ordenando a atuação dos órgãos executores da política de atendimento às faixas populacionais mais vulneráveis.

Um exame das alterações propostas evidencia que a maior parte das alterações constantes no texto tem a finalidade de trazer formalmente para o âmbito da legislação federal iniciativas já em funcionamento, mas precariamente reguladas por normas que não lhes garantem maior continuidade e regularidade. Dessa maneira, não há impactos econômicos relevantes a serem considerados, inclusive no que se refere à distribuição de responsabilidades financeiras entre os entes federados.

A matéria se coaduna, também, com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em seu art. 24, trata da criação de despesas no âmbito da Assistência Social.

Não há proposta de modificação das fontes de custeio da Assistência Social, previstas no art. 204 da Constituição Federal.

Acrescente-se que a iniciativa de introduzir de maneira mais específica o Sistema Único de Assistência Social no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social, assim como de definir o funcionamento de entidades assistenciais e as atribuições dos conselhos regionais de Assistência Social em lei, irá contribuir para ampliar as discussões sobre esses programas e, se for o caso, para que sejam feitas modificações posteriores de maneira mais transparente.

III – Voto

Em vista do exposto, apresentamos voto favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa. Parabéns pelo relatório. Trata-se de matéria extremamente importante que, sem dúvida alguma, na próxima semana, traremos novamente para a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu tenho mais um item aqui da pauta, que é o Item 7.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem! Não é pedido de vista agora não. Eu queria apenas registrar o seguinte: no item 12, foi votado um requerimento de minha autoria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 12.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ...que trata da questão do Ministro da Aviação, da Infraero, de uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu gostaria de fazer um adendo a esse requerimento, solicitando também que, na sessão conjunta, fizesse parte a Comissão de Infraestrutura, porque a Presidente da Comissão de Infraestrutura me procurou, dizendo que gostaria de participar desse debate.

Portanto, eu gostaria que, junto com as comissões definidas, fosse agregada a Comissão de Infraestrutura para essa audiência pública conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores estiverem de acordo, para simplesmente agregar a Comissão de Infraestrutura para uma audiência conjunta, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Romero Jucá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a V. Exª a inversão da pauta para votar – não para votar, mas para que possa ser lido um requerimento de minha autoria, em que convido o economista Luís Paulo Rosenberg para fazermos instrução do debate a respeito do projeto de resolução de autoria do Senador Romero Jucá, em função de demandas na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Item 7 vou nomear *ad hoc* a Senadora Gleisi Hoffmann, para que a gente examine toda a pauta prevista para o dia de hoje. A Senadora Gleisi Hoffmann vai ser bastante objetiva no seu relatório.

Quero registrar a V. Exªs que existia a prática aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, de que, se o relator faltasse, nós ficaríamos, nós aguardaríamos três sessões. Agora não vai ser mais assim. O relator faltou, nós podemos ter, a não ser que em alguns casos em que venhamos a conversar com o relator antecipadamente, mas vamos nomear o relator *ad hoc* e tocar adiante a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós temos um acúmulo de projetos na CAE e precisamos limpar a nossa pauta.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann. Depois, nós já entraremos nos requerimentos, Senador Ferraço. Gostamos muito da presença de V. Exª aqui conosco.

Senadora Gleisi, Item 7 da pauta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142 DE 2003

– Não Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, "que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", reajustando o valor da cota do salário-família.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra a Relatora *ad hoc* ,Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 142, de 2003, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, reajusta o valor da cota do salário-família para R$15,95 e, para R$664,80, o teto remuneratório para fazer jus ao benefício.

Também acaba com os dois valores diferenciados de cota hoje existentes, já que esta passa a ter um valor único.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

II – Análise

O salário-família é o benefício a que têm direito o segurado empregado e o trabalhador avulso que tenham salário de contribuição inferior ou igual a determinado valor e que comprovem ter filhos ou equiparados menores de 14 anos, ou inválidos de qualquer idade. Equiparado é o enteado e o menor tutelado que não possuem bens suficientes para o próprio sustento e educação. Esse valor é calculado com base em cotas, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados. O segurado tem direito a tantas cotas quantos forem os filhos menores de 14 anos ou inválidos.

A sistemática vigente é o reajuste de tais valores por portaria, da mesma forma que é feito para todos os benefícios mantidos pela Previdência Social.

Isso está de acordo com o §4º do art. 201 da Constituição Federal, que assegura o reajustamento dos benefícios para lhes preservar o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei, e o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, cujo texto dispõe que o valor dos benefícios em manutenção será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, *pro rata*, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE.

De acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 568, de 31 de dezembro de 2010, o valor do salário-família é de R$29,41, por filho de até 14 anos incompletos ou inválido, para quem ganhar até R$573,58. Para o trabalhador que receber de R$573,59 até R$862,11, ,o valor do salário-familia por filho de até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade é de R$20,73.

O Projeto de Alei nº 142, de 2033, ao fixar novo valor para a cota do salário-família e para o teto remuneratório para fazer jus à percepção do benefício, em descompasso com a sistemática vigente de atualização, gera inconsistência, já que os valores nominais estabelecidos na proposição acabaram ficando defasados. Com efeito, a remuneração máxima estipulada no projeto é hoje menor do que a vigente: R$ 664,80 contra R$ 862,11.

Portanto, entendemos que a proposição em apreço perdeu a oportunidade e, portanto, deverá ser declara prejudicada conforme art. 334, do Regimento Interno.

III – Voto

Em vista das considerações apresentadas, somos pela declaração de prejudicialidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senadora Gleisi Hoffmann.

A matéria está em discussão.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pelo que eu compreendi no relatório da Senadora Gleisi, ele ficou defasado. Quer dizer, não é que seja contra a proposta do Senador Paim. Em absoluto. É que, em função da defasagem, pela prejudicialidade. Agora eu pergunto: o que é que prevalece? O que é que nós vamos... Ele fica com a prejudicialidade para poder atualizar? É nesse sentindo?

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Senadora Gleisi.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Na realidade, ele para de tramitar, ele não existe mais como projeto de lei em tramitação na Casa. A matéria está prejudicada, porque já tem atualização sobre os valores. Se o Senador Paim quiser propor uma alteração aos valores existentes, aumentar os valores existentes ele apresentará um novo projeto de lei.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendi. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Casildo Maldaner.

Não havendo mais nenhum Senador que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora *ad hoc* Gleisi Hoffmann.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Eu quero só registrar aqui o item 3, em relação ao qual foi concedida vista coletiva, matéria relatada pelo Senador Flexa Ribeiro.

Quero agora só ler os requerimentos apresentados:

Senador Ricardo Ferraço:

Requeiro a V. Exª nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos com a participação do economista Luiz Paulo Rosenberg, afim de instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação. Nas operações interestaduais, com bens e mercadorias importados do exterior.

Esse requerimento será votado na próxima semana, terça-feira.

Agora, um outro requerimento.

Requerimento do Senador Luiz Henrique da Silveira:

Requeiro nos termos do art. 90, combinado com o art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência publica no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, com a finalidade de discutir a dívida dos Estados brasileiros com a União.

Apesar dos grandes avanços conquistados com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que possibilitará a melhoria de todos os indicadores fiscais, o endividamento dos Estados e Municípios com a União cresceu, por mais paradoxal que possa parecer.

Artigo publicado no jornal *Valor*, em 05 de maio, fez referência aos dados do Balanço Geral da União do período de 2000 a 2010, que demonstram que os Estados e Municípios já pagaram muito, mas o saldo das dívidas só faz crescer. O *Valor* analisou apenas três renegociações de débito feitas no amparo das Leis nºs 8.727, de 1993, da Lei nº 9.496, de 1997,, e da Medida Provisória nº 2.185, de 2001. Com base nessas três leis, a União renegociou a dívida de Estados e Municípios com títulos públicos, com bancos, com instituições de crédito internacionais, com a Previdência Social e com outros órgãos públicos. Os débitos das empresas estatais, estaduais e municipais, também foram renegociados, o que incluiu o saneamento dos bancos públicos estaduais.

Prossegue o periódico:

"No fim de 2000, ano em que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada, o saldo de todas essas dívidas renegociadas pela União era de R$199 bilhões. Os pagamentos feitos pelos Governos estaduais e prefeituras, a partir de janeiro de 2001 até dezembro de 2010, totalizaram R$199,8 bilhões, de acordo com o Balanço Geral da União. Mesmo assim, o saldo dessas dívidas subiu para R$439,8 bilhões, mais de duas vezes o valor nominal original".

Os Estados estão oprimidos por uma dívida com a União que lhes exaure a capacidade de custeio e de investimentos. Cito o exemplo de Santa Catarina, que é semelhante ao dos demais Estados: em 2000, quando foi renegociada a dívida histórica, o Estado devia R$4 bilhões; pagou R$6 bilhões e ainda está devendo R$10 bilhões.

O presente requerimento de audiência pública que submeto aos membros desta Comissão pretende buscar alternativas de desenvolvimento aos Estados brasileiros. E, para tanto, deverão participar das discussões os seguintes convidados:

– Secretário da Receita Federal do Brasil. Dr. Carlos Alberto Freitas Barreto;

– Ex-Secretário da Receita Federal do Brasil, Dr. Everardo Maciel;

– Governador de Santa Catarina, Sr. Raimundo Colombo;

– Governador de Sergipe, Sr. Marcelo Deda;

– Governador de São Paulo. Sr. Geraldo Alckmin; e

– Governador de Pernambuco, Sr. Eduardo Campos.

Este é o requerimento do Senador Luiz Henrique da Silveira que será votado na próxima semana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, no início do semestre foi aprovado um requerimento de minha autoria e de toda a bancada do PT, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos quanto na Comissão de Assuntos Sociais, para que aqui venhamos a debater, numa seqüência de audiências públicas, o principal objetivo do Governo, qual seja, o de erradicar a pobreza extrema, a pobreza absoluta.

Temos visto pela imprensa que especialmente o Ministério do Desenvolvimento Social, com a Srª Tereza Campello, e a Srª Secretária Extraordinária do Programa de Erradicação da Pobreza, Ana Fonseca, estão ultimando os detalhes finais do Plano de Ação para atingir esse objetivo.

Então, tendo em vista que já foi aprovado o requerimento, o Diretor Gonzaga e a Secretária Nina me pediram que eu fizesse a sugestão da seqüência. Assim, atendendo solicitação de V. Exª, eu aqui encaminho à Mesa uma sugestão da primeira audiência. Eu sugiro possa V. Exª organiza-la já para o mês de junho, uma vez anunciado o plano. Nessa oportunidade, poderíamos ter, se V. Exª achar adequado, a Ministra Tereza Campello, a Secretária Extraordinária Ana Fonseca, alguns dos maiores conhecedores e especialistas na área, como os Professores Marcelo Neria e Lena Lavinas, e com a colaboração internacional do Prof. Philippe Van Parijs.

Eu apenas estou encaminhando, hoje mesmo, ao Prof. Philippe Van Parijs uma consulta sobre se ele poderá vir aqui numa das terças-feiras de junho, para então informar a V. Exª.

Mas, já assim, acredito que teremos de planejar isso bem feito, com um mês de antecedência. Então, encaminho a V. Exª a sugestão da primeira das cinco audiências, pendente ainda da aprovação de V. Exª o roteiro e a organização, e também da possibilidade de o Prof. Philippe Van Parijis comparecer ao Brasil, digamos, numa das terças-feiras de junho próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Nós providenciaremos, até porque esses requerimentos já foram aprovados. Foram os primeiros requerimentos aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu tenho aqui na mesa mais um requerimento, de autoria do Senador Luiz Henrique da Silveira e do Senador Armando Monteiro. Vou lê-lo rapidamente:

REQUERIMENTO

Requeremos, nos termos do art. 90, inciso II, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, com a finalidade de examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da competitividade industrial centrada na redução do custo Brasil, no estímulo à inovação e à isonomia competitiva com produtos importados, no incentivo às transformações microeconômicas que produzam um ambiente produtivo de maior eficiência, e na defesa de uma política fiscal que reduza os incentivos para valorização do real.

Para tanto, deverão participar das discussões os seguinte convidados: presidente da CNI, Sr. Robson Andrade; presidente da Abit, Sr. Aguinaldo Diniz Filho; presidente da Abimaq, Sr. Luís Aubert Neto; presidente da Conacov, trabalhadora Erenice Cabral; economista Rogério César de Souza; vice-presidente da Abit e presidente do Grupo Marisol, Vicente Donini.

Portanto, esse requerimento será discutido e votado na próxima semana.

Aqui há outro requerimento a ser votado na próxima semana, da Senadora Gleisi Hoffmann.

REQUERIMENTO

Nos temos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de discutir o desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão decorrentes da primeira etapa do programa de concessões de rodovias federais de que trata o Acórdão nº 1.055/2001, processo do Tribunal de Contas 026335/2007-4, do TCU-Plenário.

Para tanto, sugiro o convite das seguintes autoridades: Sr. Bernardo Figueiredo, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Sr. Moacyr Sevilha Duarte, diretor presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização 1, do Tribunal de Contas da União (Sefid 1/TCU); Sr. Aurélio Rios, subprocurador geral da República.

Esse requerimento da Senador Gleisi também será lido e votado na próxima semana.

Há um requerimento do Senador Flexa Ribeiro - o Senador não está presente, mas já foi discutido com ele.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do governador do Estado do Pará, o exmº Sr. Simão Robison Oliveira Jatene, entre os convidados para participar de audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 17/2011 – CAE.

Nada mais havendo a discutir, dou por encerrada esta reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos, e já marcamos outra reunião para a próxima terça-feira, às 10 horas.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 2 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 17 DE MAIO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro e Randolfe Rodrigues, e, ainda, dos Senadores Anibal Diniz, Marcelo Crivella, Sérgio Petecão e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Roberto Requião, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião e dá início à apreciação da Matéria constante da pauta. Item único - Projeto de Lei do Senado nº 91 de 2011, terminativo na CCJ, de autoria do Senador Pedro Taques, que "altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre", tendo como Relator na CAE, CRE e CCJ o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Nos termos do artigo 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa. A votação será realizada separadamente, nos termos do art. 113, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente da Reunião conjunta, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Ricardo Ferraço Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", usam da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques, autor do Projeto, Demóstenes Torres, Aníbal Diniz, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Marcelo Crivella, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e José Agripino. Durante a discussão, são apresentadas a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e a Emenda nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assi-

nada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 15ª Reunião da CAE, 18ª Reunião da CRE e 16ª Reunião da CCJ. Reunião conjunta.

ITEM ÚNICO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011 - Terminativo na CCJ

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique

Por problemas aéreos, o Senador não conseguiu ainda chegar a Brasília. Há alguma coisa, Senador Petecão, conspirando contra esse projeto. Forças ocultas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) – As informações é de que existem mais coisas no ar do que simplesmente os aviões de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou nomear um relator até porque fizemos uma mobilização das três Comissões. Às 9h já estávamos aqui presentes e, portanto, vamos nomear relator *ad hoc,* o Senador Ferraço. O relatório é pela aprovação do projeto. Por que o Senador Ferraço? Porque ele é membro das três Comissões, como também o é o Senador Luiz Henrique.

Nos termos do art. 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.

A votação, no caso, seria realizada separadamente. Como estamos fazendo uma reunião única, até para ganhar tempo, faremos essa votação nominal em sessão única. Se, evidentemente, não tivermos os votos suficientes para fazer uma votação nominal, adiaremos a votação, se os trabalhos das três Comissões transcorrerem dentro do que se espera.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Ferraço, do Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio. Ao cumprimentá-lo, estendo também o cumprimento ao nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício, e passo, sem mais delongas, a relatar o Projeto de Lei nº 91, de autoria do eminente Senador Pedro Taques.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 91, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre, alterado pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Nesse sentido, o art. 1º do Projeto promove alterações no mencionado Decreto para desmembrar o atual terceiro fuso em que se divide o território brasileiro, de forma que:

a) esse terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos quatro horas', permaneça compreendendo os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas, de Rondônia e de Roraima (alínea "c" do art. 2º do Decreto);

b) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', passe a compreender o Estado do Acre.

O art. 2º do Projeto determina a entrada em vigor da alteração depois de decorridos 30 dias da publicação oficial da norma produzida.

Na justificação, o autor esclarece que a apresentação do Projeto decorreu de entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a matéria, fruto dos debates travados nesse colegiado sobre a Consulta nº 1, de 2011, que tratava do referendo ocorrido no Estado do Acre sobre o assunto, realizado em 31 de outubro de 2010.

No referendo, 184.478 eleitores (56,87% dos votos válidos) votaram "não" ao fuso implantado pela Lei nº 11.662, de 2008, enquanto 139.891 votaram "sim" (43,13% dos votos válidos).

O PLS nº 91, de 2011, foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e à CCJ, cabendo à última a decisão terminativa. O despacho determina a aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 49 do Regimento Interno à tramitação da matéria, o que fundamenta o seu estudo em reunião conjunta das Comissões.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

De início, verifica-se que não há reserva de iniciativa para a matéria veiculada pelo Projeto, conforme o art. 61 da Constituição Federal.

Além disso, o assunto figura entre as competências da União, a quem compete privativamente legislar sobre sistema de medidas, nos termos do art. 22 da Carta Magna. Não há também qualquer ressalva quanto à juridicidade e regimentalidade da matéria.

Sr. Presidente, se eu estiver incomodando, eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, é apenas para pedir às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, assessores e imprensa. O Senador Ferraço está lendo o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se eu estiver incomodando, eu peço desculpas e paro de relatar. Se houver protesto, eu paro o relato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso. Depois não venham... Eu ia fazer um comentário, mas...

Senador Ferraço.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vou concluir o relatório.

Até a edição da Lei nº 11.662, de 2008, o Acre enquadrava-se no quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas'. Com o advento dessa Lei, esse Estado passou a compartilhar com outros do terceiro fuso horário.

Ocorre que, posteriormente, o Decreto Legislativo nº 900, de 1º de dezembro de 2009, convocou referendo destinado a consultar o eleitorado sobre a conveniência e a oportunidade da alteração do fuso horário promovida pela Lei nº 11.662, de 2008, o que se efetivou por meio da seguinte questão: "Você é a favor da recente alteração do horário legal promovida no seu Estado?". Conforme antes mencionado, a população rejeitou a alteração promovida pela Lei, em referendo realizado concomitantemente com a primeira eleição subsequente à promulgação daquele Decreto Legislativo.

Em seguida, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à unanimidade, considerou atendidas as exigências legais e regulamentares relativas ao referendo e homologou o resultado proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC). Tal decisão foi comunicada ao Presidente do Senado Federal por meio do Ofício nº 453/2011/SPR, assinado pelo Presidente do TSE, Ministro Ricardo Lewandowski, que deu origem à Consulta nº 1, de 2011.

Instalou-se, então, controvérsia acerca dos efeitos do referendo realizado. Observe-se que a Lei nº 11.662, de 2008, não previu que sua eficácia dependeria do referendo da população (condição resolutiva). Por sua vez, o referendo convocado, muitos meses depois, pelo Decreto Legislativo nº 900, de 2009, não se referiu à Lei, limitando-se a questionar a posição do eleitor sobre a alteração do fuso horário do Estado. Embora seja o Decreto Legislativo instrumento hábil para convocar o referendo, levantou-se a dúvida se essa convocação – desvencilhada da Lei – serviria para estancar a eficácia desta e retomar a aplicação da norma anterior.

Além disso, foi consultado somente o Estado do Acre, quando a referida Lei – ato normativo de competência da União – abrangia também outras unidades da federação.

Embora se possam questionar os efeitos jurídico-legislativos do referendo ocorrido, não se pode olvidar da manifestação colhida junto à população. Ela é inequívoca, no sentido de repudiar a alteração promovida pela Lei nº 11.662, de 2008, no fuso horário do Acre. Como decorrência, até para prestigiar a democracia direta – contemplada no parágrafo único do art. 1º e no art. 14 da Constituição Federal – é dever do Congresso Nacional dar curso a essa manifestação.

Em relação aos aspectos econômicos, a mudança não trará impacto significativo para a economia do Acre. Nos últimos anos, o PIB do Acre vem tendo crescimento superior ao da média nacional, sem correlação apreciável com a mudança de fuso horário ocorrida em junho de 2008. Por essa razão, sob o prisma econômico, não há óbice para que o retorno ao fuso horário original seja implantado.

Para tanto, foi em boa hora apresentado o presente Projeto, cuja aprovação atenderá ao povo acreano e conferirá a segurança jurídica necessária à situação, na medida em que será a lei que dele advirá que promoverá a modificação, em sentido formal e material, da Lei nº 11.662, de 2008, no que foi repudiada pelo referendo realizado.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2011, de autoria do eminente Senador Pedro Taques, que contou com o entusiasmo e com a motivação do Senador Petecão, que se faz presente, acompanhando aqui *in pectore* essa manifestação e decisão de alto interesse do povo acreano.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão.

Para discutir, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois, Senador Pedro Taques, Senador Aníbal, Senador Flexa e Senador Petecão.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o relator da matéria, Senador Ricardo Ferraço, mas cumprimento o Senador Pedro Taques pela elaboração do projeto de lei. Aqui nós temos a participação do Senador Petecão,

que foi, a partir da Câmara dos Deputados, um dos grandes responsáveis pela realização do referendo.

Percebemos não ter sido ele o instrumento correto, entretanto, o instrumento jurídico perfeito e correto para trabalhar essa questão, esse assunto, uma vez que a lei aprovada pelo Congresso não previa a realização de qualquer referendo para que entrasse em vigor ou não.

Entretanto, eu acredito, Senador Delcídio, que, mesmo sem ter validade jurídica sobre a matéria, o referendo teve uma importância política fenomenal, porque ele foi o instrumento capaz de mostrar ao Brasil qual o desejo do povo do Estado do Acre.

Só lamento, e o Senador Petecão sabe que eu apresentei na Câmara, quando o projeto estava em discussão, uma emenda de plenário, estendendo o plebiscito a Municípios de outros Estados, cujo horário havia sido alterado pela mesma lei. O Senador Petecão dizia que eu era contrária e desfez todo um acordo que havíamos fechado com as lideranças. A emenda não foi aprovada, e o referendo, infelizmente, não aconteceu em todos os Municípios que tiveram o horário modificado, mas tão somente no Estado do Acre.

Mas, enfim, acho que mesmo tendo sido o referendo realizado somente no Estado do Acre é uma sinalização aos Congressistas, aos Senadores, aos Parlamentares brasileiros, ao Parlamento brasileiro, de que o povo do Acre prefere manter o horário natural, porque muitos foram os transtornos. Do lado, por exemplo, de Cruzeiro do Sul, temos o Município do Amazonas chamado Guajará, e o sentimento dos amazonenses que vivem em Guajará não é diferente do sentimento de todo acreano em relação ao horário. Houve muitos transtornos nos horários do comércio e sobretudo no horário das escolas.

Entretanto, Senado Delcídio, acho que precisamos enfrentar... Aqui quero deixar claro: sou a favor do projeto, votarei a favor do relatório aqui apresentado. Entretanto, considero que precisam sentar – aqui fica uma sugestão – as Bancadas dos Estados da Amazônia, os Estados que têm horário diferenciado, para debater algumas questões que, de igual forma, nos prejudicam. Por exemplo, quando o horário de verão é estabelecido no Brasil, a diferença do Acre não é uma hora; são três horas. A hora no meu Estado, Amazonas, na maior parte dos municípios, porque em alguns municípios são três horas também – Tabatinga, Guajará e outros –, a diferença é de duas horas.

Está em vigência no Brasil, por exemplo, uma lei sobre o conteúdo programático, a classificação do conteúdo programático que passa nos meios de comunicação, na televisão. O Senador Eunício, ex-Ministro das Comunicações, domina perfeitamente a matéria.

Ocorre que com três horas de diferença, ou duas horas de diferença, nós somos obrigados a assistir a programas gravados, nós assistimos a programas gravados com duas ou três horas de atraso em nossos Estados. É preciso mudar isso, mesmo porque aqueles que vivem no interior vivem com muita dificuldade, mas têm sua antena parabólica e não são atingidos pela lei de classificação de conteúdo porque está a antena parabólica levando o sinal, via satélite, imediato, em tempo real.

Eu acho, Senador Petecão – já tivemos uma conversa com o Senador Eduardo Braga –, que precisamos trabalhar esse assunto, essa questão. Temos dificuldade com o horário bancário também, do sistema financeiro. Em vez de mudarmos o horário, vamos permanecer com o horário tal qual determina a ciência, mas mudar aquilo que pode ser mudado sem causar qualquer transtorno à população; ao contrário, vamos fazer essas mudanças para diminuir os transtornos que a nossa população vive. As novelas lá a gente assiste porque há novela das seis, há novela das sete, a gente assiste uma atrás da outra. O Jornal Nacional vem depois. Dependendo do horário de verão, temos telejornais gravados para serem adaptados ao horário da programação.

O conteúdo, a classificação do conteúdo é importante? É. Eu a defendo, mas ela não vigora para a maioria das pessoas na região. Não vigora por conta disso, por conta de sinais de satélites, que chegam diretamente e, quanto a eles, não há qualquer tipo de intervenção para mudança da programação.

Era o que queria dizer.

No mais, quero cumprimentar os Senadores, o autor da matéria, Senador Pedro Taques, o Relator, e sobretudo o Senador Petecão porque a gente acompanha a luta dele desde a aprovação da lei que mudou o horário. Acho que a persistência de V. Exª fez com que estejamos participando de uma região conjunta, o que não é comum. Esta é uma reunião conjunta de três Comissões para analisar de forma mais ágil o projeto de lei apresentado pelo Senador Pedro Taques, mas que, sem dúvida nenhuma, teve uma interferência, uma participação direta de V. Exª, Senador Petecão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Vanessa Grazziotin.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) – Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para um esclarecimento, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) – Na verdade, há alguns Senadores inscritos, inclusive

eu, para fazer esse debate. Existe uma possibilidade de fazer inversão para a gente votar logo? Estou com medo de perder o quórum e depois discutir a manhã toda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está em discussão, porque temos uma questão de votação nominal, de quórum, portanto eu pediria aos Senadores que... Eu não posso mudar a liturgia.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, consertar o erro é muito difícil, porque você já vem com o erro e aí tem que, muitas vezes, cometer outro erro. Neste caso, Sr. Presidente, existia um decreto de 1913. Em 2008 houve uma lei que modificou o decreto, o que é constitucional.

Em 2008, houve uma lei que modificou o decreto, o que é constitucional. No entanto, essa lei em nenhum momento estabeleceu uma condição resolutiva de que ela, essa lei, precisaria, para que produzisse efeito, tivesse eficácia jurídica e social, a necessidade de um referendo, de uma consulta popular. A lei foi aprovada, revogou a parte do decreto de 1913. Muito bem. Aquele decreto não mais existia no tocante ao horário do Acre.

Houve, politicamente, a vontade de se fazer uma consulta popular, e foi aprovado pelo Congresso Nacional um decreto legislativo, que é um instrumento hábil para consulta popular, e, por esse decreto legislativo, a população do Acre foi consultada e entendeu por bem voltar ao horário de 1913. Essa consulta popular tem o seu valor social. Queremos valorizar isso. No entanto, o decreto legislativo e o referendo não têm a força constitucional de revogar a lei de 2008, muito menos de ressuscitar, revigorar, repristinar a lei de 1913, que havia sido revogada no que tange ao horário do Acre.

Muito bem. Houve aquela discussão na CCJ, e eu, em conversa com os Senadores do Acre, aceitei apresentar esse projeto – e o apresentei – que dá vazão à vontade da população do Acre.

E é interessante que seja dito, Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente da CCJ, que, assim como esse decreto legislativo, que foi aprovado, foi realizado, com a concordância do TSE, existem outros do Estado do Pará e de outros Estados. Então, temos outros equívocos também nessas outras consultas populares.

Eu gostaria de deixar expresso que esse projeto de lei não altera o horário do Estado de Mato Grosso. Porque saiu na imprensa, no meu Estado, que eu havia apresentado um projeto para modificar o horário do meu Estado, do Estado que eu aqui represento, e isso não trata do Estado de Mato Grosso, só trata do Estado do Acre, voltando à situação de 1913, que é a vontade da população daquele Estado. Existem casos que deveremos analisar no tocante a parte do Amazonas – ali, Boca do Acre –, existe uma situação também no Estado do Pará. mas isto aqui se refere ao Estado do Acre. O projeto trata do Estado do Acre, é bom que se diga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aníbal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª poderia prestar um esclarecimento? Na realidade, eu havia conversado inclusive com o autor do projeto, e ele me garantiu: nós estamos revogando a lei. A lei aprovada mudou o horário em todos os Municípios do Estado do Acre e em alguns Municípios do Amazonas e do Pará. Agora, então, a lei não é como dizia o Senador Taques, ela não revoga a lei que muda o horário de todos os Municípios e somente se refere ao Estado do Acre. Se for assim, está errado, Sr. Presidente. Se for assim, nós não vamos aceitar que o projeto seja votado hoje, vamos pedir vista, porque ela tem que abranger todos os Municípios, absolutamente todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O projeto que está sendo analisado é especificamente para o Estado do Acre, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, não. Mas a lei não é específica do Estado do Acre, Sr. Presidente. A lei não era específica para o Estado do Acre, ela abrangia outros Municípios em outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª poderia apresentar emendas para estender a validade para outros Municípios.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agora.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Revoga-se a lei por inteiro. Se é consenso, revoga-se a lei por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 91, de autoria do Senador Taques, é fruto de um entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Econômicos e também da Comissão de Relações Exteriores. Ele apresenta um projeto justamente para tirar uma nuvem de fumaça que estava colocada sobre esse assunto no Estado do Acre. Por quê? Porque o Senador Tião Viana, ao propor a alteração da lei, do Decreto nº

2.784, também o fez levando em conta um anseio que estava colocado, que era a necessidade de colocar o Acre em um fuso horário que diminuísse a distância entre o Acre, Rondônia e Amazonas, principalmente, porque não fazia sentido nós temos um fuso de uma hora sabendo que um município...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria, por favor, silêncio. O Senador Aníbal está... Eu pediria, por favor, silêncio.

Senador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Senador Tião Viana, ao apresentar o seu projeto de lei, ele o fez tendo em conta a absoluta constitucionalidade da matéria. Conseguiu sua aprovação no Congresso e levou a efeito com a sanção presidencial e a entrada em vigor dessa lei.

O que aconteceu? Quando entrou em processo eleitoral, um ano antes do processo eleitoral já se começou a criar esse clima de contrariedade à decisão do Senador Tião Viana levando em conta que ele não havia feito uma consulta formal à população do Estado. Então, apresentou-se e foi aprovado no Congresso o decreto visando à realização do plebiscito, que foi feito exatamente no dia do segundo turno das eleições no Acre.

E o que eu tenho a afirmar aqui para reforçar a importância desse projeto apresentado pelo Senador Taques? É porque, em o referendo tendo acontecido no dia do segundo turno da eleição, o Senador Tião Viana já havia sido eleito Governador, porque ele foi eleito em primeiro turno. O Senador Tião Viana foi eleito Governador no primeiro turno. Ele podia muito bem usar da sua prerrogativa de Governador e fazer uma extensa e ampla e forte campanha do dia 3 de outubro até o dia 31 de outubro para fazer reverter essa situação em favor da tese que ele defendia. Mas ele, democraticamente, se apresentou na televisão e disse: "Apresentei um projeto de lei. Esse projeto está sendo questionado. Foi convocado um referendo. Então, deixo essa decisão para a opinião das pessoas, do povo do Acre, dos eleitores do Acre". Ele deu plena autoridade para o povo do Acre tomar essa decisão. E o povo do Acre decidiu, por 56,87% contra 43,13%, a favor da volta do horário como antigamente.

Qual é o problema que eu gostaria de colocar aqui? Porque, a partir do momento em que o eleitorado decidiu, o TRE reconheceu o resultado e o TSE também reconheceu o resultado, começou a se espalhar no Acre uma notícia de que não se aplicava o que tinha sido decidido por armação do Governo do Estado, dando a entender que não se estava respeitando a vontade do povo. No entanto, a vontade do povo foi respeitada, está sendo respeitada e vai ser respeitada. Só que tinha que ser regulamentado.

Então, o projeto apresentado aqui pelo Senador Taques faz justiça à verdade, porque simplesmente está regulamentando o que foi decidido pelo povo. É fundamental que fique claro para o povo do Acre que nem o Governador Tião Viana, nem o Senador Jorge Viana e nem o Senador Aníbal se colocaram contra a decisão do povo do Acre. Pelo contrário, o que nós queríamos era a regulamentação dessa vontade expressa no plebiscito, no referendo, exatamente para não haver volta, como está questionando agora a Senadora Vanessa, com muita propriedade, porque é um assunto polêmico. E nós não podemos, de maneira simplória, querer indispor a população do Acre contra suas autoridades mostrando que qualquer atraso nessa decisão aqui no Senado fosse fruto de uma articulação, de uma artimanha tentando impedir que a vontade do povo acontecesse.

Então, nesse sentido, Senador Taques, eu o cumprimento, eu o parabenizo por essa proposta de lei apresentada pelo senhor exatamente porque ela tira essa dúvida em definitivo. Uma vez regulamentado o assunto aqui no Senado e na Câmara Federal e sancionado pela Presidência, certamente, vai ser colocado em vigor, vai entrar em vigor aquilo que foi decidido pelo povo do Acre, e ponto final. E não precisamos mais fazer disso uma bandeira política, porque fica muito mal para os representantes do Acre parecer que a gente faz política como um samba de uma nota só. Até hoje há parlamentar do Acre que, todas as vezes em que ocupa a tribuna, o faz só para tratar do assunto do fuso horário do Acre.

Então, é preciso tirar essa bandeira, porque não está fazendo bem para a política do Acre e para o povo do Acre fazer dessa questão uma guerra, uma vez que o fuso horário do Acre, desde 1913, foi instituído com base numa situação... O que foi decidido em 1913 foi alterado em 2008 pelo Senado Tião Viana, mas tudo com base em possibilidades, quando, na realidade, se instituiu lá uma campanha dizendo que Tião Viana tinha alterado o horário de Deus. Ora, o horário de Deus! O horário com base na diferença de fuso escorado no horário de Greenwich...

Quando se decidiu, em 1913, que o Acre teria o quarto fuso horário e não o terceiro fuso horário, junto com Rondônia e junto com Amazonas, foi uma decisão que atendeu aquele momento. Quando o Senador Tião Viana apresentou um projeto em 2008 para alterar, ele também tentava atender uma exigência do momento. Se essa situação foi alterada pelo referendo, pronto. Vamos regulamentá-lo agora, com esse projeto do Senado Taques, e vamos por um ponto final nesse

assunto, e tocar a vida, porque o Acre e o Brasil precisam que a vida seja tocada para frente e não fiquemos apenas tratando de um fuso horário que não atrapalha em nada a vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aníbal.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio Amaral, Senador Eunício Oliveira, Srªs e Srs. Senadores, o assunto já foi debatido bastante e já vem desde a legislatura passada.

Quero apenas solicitar ao Senador Pedro Taques que possamos ampliar o parecer. O parecer do Senador Pedro Taques, a Senadora Vanessa estava equivocada, achando que resolveria o problema de todos os Estados que tiveram alterados os seus fusos horários pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008. E o projeto de lei do Senador Pedro Taques, melhor dizendo, só alterava o Estado do Acre.

Quando, na legislatura passada, se fez um decreto legislativo para o referendo no Estado do Acre, eu quis emendá-lo aqui no Senado Federal para incluir o Pará e o Senador Arthur Virgílio, o Amazonas. O Senador Geraldo Mesquita Júnior nos solicitou que não o fizéssemos, porque estava em estágio já terminativo aqui, e poderia atrasar o referendo. Atendendo essa solicitação, Senador Petecão, não o fizemos.

Em seguida, dei entrada no Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2009, que atendia os interesses dos Estados do Pará e do Amazonas, que tiveram também os seus fusos horários alterados em parte dos Estados, em alguns Municípios. Esse decreto legislativo, nós demos entrada aqui no dia 25 de novembro de 2009, e ele foi encaminhado à Câmara no dia 9 de dezembro de 2009. Não chegou a passar aqui 15 dias, Senador Delcídio, e está parado na Câmara até hoje, e o referendo não foi feito.

Então, o que eu quero solicitar ao autor do projeto, do PLS 91, de 2011? Que, como disse o Senador Demóstenes, que ele atenda uma emenda... O Relator, que é o Senador Ferraço, que ele atenda a emenda que nós vamos apresentar, o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Vanessa, para que se possa derrubar a lei como um todo, retornando os fusos horários tanto do Acre quanto do Pará quanto do Amazonas ao horário anterior.

Lamentavelmente, eu gostaria muito de ter feito o referendo para ouvir a população, como foi feito no Acre. O Acre fez o referendo, a população se mostrou favorável ao retorno do fuso anterior. Lamentavelmente, o referendo, na parte oeste do Estado do Pará, que foi atingida pela mudança, ficou parado na Câmara e não foi possível fazê-lo. Mas vamos aproveitar o projeto do Senador Pedro Taques para voltarmos ao estado anterior e, se houver, então, interesse, fazermos exatamente o contrário, alterá-lo para a frente.

Esta é a minha solicitação: que o Senador Ferraço possa atender a emenda que será encaminhada, para que a lei seja extinta na sua totalidade, ou seja, em todos os Estados que foram atingidos pela Lei nº 11.662 e não somente no Estado do Acre.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª concluiu, Senador Flexa? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para pedir a V. Exª uma orientação. Temos a esta altura duas emendas propostas: uma proposta pelo Senador Flexa e outra, pela Senadora Vanessa.

Peço a V. Exª que essas emendas possam chegar até a nossa assessoria para que possamos, enquanto o debate se desenvolve, fazer uma análise e uma adequação técnica dessas emendas enquanto o debate se dá.

Consulto, então, V. Exª se posso contar com o concurso da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – A sugestão, Senador Ferraço, é que, se V. Exª concordar com as emendas apresentadas, elas sejam incorporadas ao relatório e, consequentemente, nós as votaríamos, até porque só temos mais um orador inscrito, que é o Senador Petecão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – E, depois, começaríamos a votação nas três comissões.

Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós acatamos a sugestão do Relator da matéria, Senador Ferraço, e já encaminhamos a ele a sugestão de emenda, que não entraria como emenda, seria uma sugestão, e ele a incorporaria, mudando seu relatório, para fazer com que essa mudança ocorra em todos os Municípios, e não apenas nos Municípios do Estado do Acre.

De fato, o Senador Ferraço tem a preocupação de que não aconteceu o plebiscito nos outros Municípios que não pertencem ao Acre. Então, ele gostaria de saber qual é a opinião. Eu disse ao Senador Ferraço que não houve por conta de uma falha no projeto

de decreto que chamou o plebiscito. Nós queríamos que todos os Municípios tivessem sido ouvidos, mas, infelizmente, não aconteceu isso. Agora, são Municípios que têm uma interferência e uma ligação – por exemplo, os do Amazonas – muito mais próximas do Acre do que do Amazonas.

Para a gente chegar, Senador Ferraço, aos nossos Municípios do Amazonas, a gente precisa ir ao Acre e, de lá, voltar para o território do Amazonas. Então, eles sob a área de influência do Acre, culturalmente, comercialmente, economicamente, tudo. É uma reivindicação. Nós conhecemos a realidade, o Senador Petecão conhece. O próprio Senador Flexa, nos Municípios do Pará que são atingidos, também tem conhecimento de que a população não se sente satisfeita com essa mudança.

Então, o que precisamos é voltar à situação anterior, e é muito simples. O autor do projeto, na alínea "d" do Decreto nº 2.784, parou exatamente na redação, até onde cita o Acre. Só que a redação é mais ampla. Diz o seguinte: "o quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich, menos cinco horas, compreenderá o território do Acre e os Estados cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área a oeste da linha precedentemente descrita". Ou seja, esses Municípios estão na área oeste do que aqui descreve. Então, essa redação é simples: voltar à alínea "e" na sua integralidade.

É essa a sugestão, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Sr. Presidente, na condição de Relator, nós estamos, então, acolhendo e incorporando ao nosso parecer as manifestações e as contribuições da Senadora Vanessa e do Senador Flexa, na certeza de ambos, pela legitimidade que tem a Senadora Vanessa representando o Estado do Amazonas e o Senador Flexa representando...

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – A Senadora Vanessa, representando o Estado do Amazonas, e o Senador Flexa, representando o Estado do Pará, possam estar legitimamente manifestando e defendendo interesses dos seus Estados. Dessa forma eu acolho as emendas e as propostas da Senadora Vanessa e do Senador Flexa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PMN – AC) – Sr. Presidente, vou procurar ser bem breve para que nós possamos votar logo este projeto.

Presidente Eunício, queria lhe agradecer de público pelo seu empenho e seu apoio para que hoje nós estivéssemos aqui, nesta reunião conjunta. Com certeza, para o povo do Acre, é uma reunião histórica. O Presidente Delcídio, o Presidente Collor também, que não está presente, mas é uma pessoa que faz parte dessas três Comissões.

Na verdade, de nossa parte, só queremos agradecer o empenho e a participação de todos os senhores. Não gostaria de ser repetitivo, até porque quando o Senador Aníbal se refere a pessoas que vivem na tribuna e nas comissões falando todo dia eu tenho certeza de que ele se refere a minha pessoa, até porque foi um compromisso que assumi comigo mesmo e com o povo do Acre, para que nós fizéssemos valer a vontade do povo acreano.

No meu entendimento e no entendimento da população acreana, não havia necessidade de estarmos aqui, porque entendemos que não há instrumento mais democrático do que o referendo. Foi o povo do Acre quem fez a opção de escolher o horário em que gostaria de viver.

Então, à nossa fala eu gostaria de dar a maior celeridade possível, porque essa oportunidade é ímpar. Temos aqui um quórum expressivo das três comissões. E quero dizer à Senadora Vanessa que não houve intenção nenhuma na época, até porque ela acompanhou tudo e viu que essa coisa não é tão tranquila como o Senador Aníbal se refere. Ele não acompanhou o embate que tivemos lá na Câmara, na CCJ. Esse foi um projeto do então Deputado Flaviano Melo. E eu lhe peço desculpas, Senadora, porque naquele momento, eu achava que era mais uma articulação para tentar acabar com o nosso referendo, porque não foi fácil assim como o Senador se refere.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) Senador Petecão, só um aparte.

Em um minuto, eu só queria dizer que V. Exª é o grande construtor deste projeto. Nós o ajudamos, mas V. Exª é o mártir, V. Exª é o bandeirante e com a fé, eu diria, de um gladiador. V. Exª tem todo o nosso aplauso e tem o meu voto também.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) – Eu agradeço as palavras generosas, mas na verdade essa vitória é do povo do Acre.

Eu só queria agradecer a todos os Senadores, independente de partido. Nós não podemos politizar esse debate, porque acima dos interesses políticos, acima dos interesses partidários estão os interesses de um povo que diz que quer viver no horário. Lá nós chamamos, Senadora, de horário de Deus. O pessoal quer voltar ao horário antigo que nós tínhamos.

O Senador Tião Viana pode ter tido o melhor propósito em trazer o melhor, mas ele não trouxe. O pro-

blema é que não tiveram a humildade de reconhecer e o povo do Acre teve que ir às urnas. Mas, graças a Deus, nós estamos aqui hoje e eu tenho certeza de que a maioria dos senhores irá nos dar esse voto para que o povo acreano possa estabelecer o nosso horário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de ponderar com V. Exªs: a proposta apresentada não é tão simplista assim como alguns têm...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Hoje a Comissão de Assuntos Econômicos está bem conturbada, viu? Está difícil falar, os Senadores falarem. Há muita conversa paralela. Vou começar a dar 10 de comportamento, 9, 5, expulsar da classe.

Eu gostaria de sugerir a V. Exªs o seguinte: pelo que eu conversei com o autor do projeto, Senador Pedro Taques, as emendas que estão sendo apresentadas aqui, Senador Ferraço, simplesmente mexem com todo o fuso horário brasileiro.

Portanto, nós precisamos... nós não podemos tomar uma decisão aqui, três comissões reunidas, dessa forma açodada. Porque o texto que vimos aqui, nós vamos provocar um caos no País inteiro em função dos fusos horários, da modificação dos fusos horários. Então, o que sugiro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB - AM) – Apenas para concordar com V. Exª, mas ao mesmo tempo para aditar que a emenda da Senadora Vanessa Grazziotin, a qual subscrevi, não busca revogar a lei. Ela busca restabelecer o artigo que tratava do fuso horário do Estado do Acre bem como daqueles que foram acertados com o antigo Estado boliviano para se estabelecer, a partir de um limite da linha de Greenwich, um diferente fuso horário em território brasileiro. Portanto, a emenda da Senadora Vanessa Grazziotin é diferente de outras emendas que visavam obviamente anular a lei em vigor que rege o fuso horário brasileiro.

Portanto, apenas em aditamento à colocação de V. Exª, a emenda da Senadora Vanessa não cria o vácuo legislativo importante para a regulação do horário brasileiro e, portanto, entendo pertinente a emenda da Senadora, subscrita por mim e por demais Senadores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nós temos que entender o seguinte: a mudança de fuso horário não pode se dar em razão de novela, em razão de jogo de futebol. A mudança de horário tem repercussões físicas, emocionais, já tem comprovação sobre isso.

Muito bem. Em 1913, existia um decreto que estabelecia um horário para o Brasil todo. Este decreto foi modificado em 2008. Essa modificação não tratou só do horário do Acre. Tratou de uma reordenação do horário do Brasil todo. Muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campainha.)* – A Secretaria da Comissão está fazendo mais barulho do que a comissão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Nós os Senadores estamos levando a culpa, como se fôssemos muito barulhentos. Mas quero dizer que há assessores aqui que acham que aqui dentro tem cabine de telefone. Eu estou aqui atrás e quero dizer que não são só os Senadores os culpados, é todo o pessoal que está presente aqui neste evento. Senão, o Brasil inteiro que está nos assistindo vai achar que nós somos todos alunos desobedientes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E o professor Delcídio. (*Risos)*

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Não terminei ainda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Desculpe-me. O Taques não encerrou ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – A lei de 2008, Sr. Presidente, não trata só do horário do Acre. Portanto, ela não pode ser revogada na sua inteireza. Essa lei não estabeleceu nenhuma condição suspensiva ou resolutiva que determinasse a realização de uma consulta popular, como ocorreu no caso do desarmamento, em que um dos seus dispositivos disse: nós teremos a necessidade de uma consulta popular. Muito bem. A consulta popular que foi realizada e aprovada por um decreto legislativo tem o seu valor

simbólico, porque demonstra o que a população do Acre quer e precisa ser respeitado e está sendo respeitado por esse projeto que, em conversa com os três Senadores do Acre, eu me propus a apresentá-lo.

O projeto trata do Estado do Acre só – só –, fazendo com que o Estado do Acre volte ao horário de 1913. Isso. No entanto, a lei de 2008 trata de outros fusos horários. Portanto, se nós revogarmos essa lei, nós vamos ter transtornos no Brasil todo. O ideal seria nós não revogarmos essa lei. O ideal seria nós voltarmos à situação anterior no tocante ao Estado do Acre, e naqueles Estados em que houve modificação pela lei de 2008. Isso, só isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, primeiro o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Sr. Presidente, apenas para dar uma sugestão.

Já que todos concordam que deve voltar o horário original, restabeleça-se o texto da lei de 1913, que jamais deu problema. E pronto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –O Senador Pedro Taques, autor do projeto, tem toda razão quando disse que a Lei 11.662, que mudou o fuso horário, além de ter alterado o fuso horário nos Estados do Acre, Amazonas e Pará, alterou o horário também em outras regiões do País. Com isso, se derrubássemos a Lei por inteiro, poderia haver alterações em outras áreas do País.

Então, atendendo à ponderação correta do autor do projeto, a emenda que estou apresentando é tão-somente com relação ao Estado do Pará, para que possa ser acolhida junto com a que se refere ao Acre.

A Senadora Vanessa e o Senador Eduardo Braga estão apresentando essa mesma emenda com relação ao Estado do Amazonas. O restante, Senador Pedro Taques e Relator, Senador Ferraço, ficará como foi definido pelo dispositivo em 2008.

Era essa a informação a respeito da emenda que estou encaminhando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª se preparava para fazer uma sugestão diante da complexidade da matéria, que vai se tornando mais complexa, à medida que são apresentadas emendas. Eu estava aguardando a sugestão, porque eu quero dizer a V. Exª que eu não me sinto preparado para votar nessas condições. Eu gostaria de ter um tempo para examinar as emendas, suas repercussões, a repercussão das alterações legislativas.

Peço a V. Exª, por gentileza, que conclua a frase que estava dizendo no momento em que foi interrompido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – S. Exª traz informações que me obrigam a fazer uma reflexão sobre o que fiz aqui.

Nós tínhamos, no princípio, acolhido, mas no entendimento de que isso não traria as implicações que V. Exª analisa. Nesse contexto e sob essas premissas, eu me reservo o direito de solicitar à Consultoria que faça uma análise para que nós possamos ter uma visão clara e precisa dos impactos que essas emendas vão trazer para o País. Só então eu estaria apto a apresentar a minha posição, o meu posicionamento a respeito das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de sugerir...

Nós temos dois caminhos. Primeiro, a interrupção da reunião para uma análise do Relator junto com a Consultoria do Senado, para que a gente não tome uma decisão açodada, quer dizer, no calor da discussão, a gente poderia tomar uma decisão que depois comprometeria inclusive outros Estados que, absolutamente, não têm nada a ver com isso.

O que eu gostaria de sugerir é o seguinte: uma eventual suspensão da reunião por trinta minutos e depois voltaríamos a analisar essa matéria ou, então, um pedido de vista, para que a gente vote esse mesmo assunto na próxima semana

É importante registrar que nós temos aqui uma reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos com vários projetos importantes para serem votados, como empréstimos, que vão ser votados hoje ainda. Eu começo a me preocupar com o andar da carruagem. O horário está avançando. Não é uma decisão simples. Não podemos simplesmente tomar uma decisão a respeito do fuso horário da maneira como nós estávamos encaminhando a matéria. Acho que o bom senso seria haver um pedido de vista co-

letivo, na próxima semana reuniríamos as comissões e o Relator *ad hoc*, o Senador Ferraço, apresentaria uma proposta definitiva, porque é um tema delicado e, portanto, um tema sobre o qual temos responsabilidade ao votar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Muito boa ideia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero concordar com V. Exª, apesar de ter muita segurança na emenda que apresentamos, porque, de fato, a lei reorganiza o fuso horário brasileiro, entretanto, a alínea "e" é que trata da região cujo horário foi modificado. Acho que, para a segurança de todas as Srªs e dos Srs. Senadores, seria este o melhor caminho: o pedido de vista, e, semana que vem – para segurança do relator, inclusive –, nós o analisaremos. Mas a emenda está mantida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, acho que a sugestão que V. Exª apresenta, seja a interrupção da discussão, seja o pedido de vista coletivo, é importante. No entanto, o relator vem se debruçando sobre essa matéria já há bastante tempo. Ele é doutor nesse assunto, até por que vem se dedicando. O que quero sugerir? Que o relator, com a competência que lhe é peculiar, elabore um quadrinho sobre as consequências, região por região, Estado por Estado, das emendas apresentadas. Por exemplo: para a minha região Nordeste, a revogação da lei seria um desastre. Nós estaríamos votando uma coisa desastrosa. Esse assunto mexe com o dia a dia das pessoas. Não é negócio de novela! Mexe com o dia a dia das pessoas, horário de trabalho, escurece mais cedo, horário de escola. Isso é uma coisa muito séria.

Então, a solicitação que eu faria é que o Relator, Senador Ferraço, elaborasse um quadro com as emendas e suas consequências, região por região, Estado por Estado, para que nós pudéssemos votar com a consciência da responsabilidade que temos sobre o interesse nacional, passando pelos nossos Estados. Seja adiamento de votação, seja pedido de vista, é a sugestão que quero deixar ao Relator Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

Pela confusão estabelecida, peço prazo à Comissão para que eu possa avaliar, detidamente, adequadamente, a complexidade de tudo que foi dito aqui, por mais uma semana, para que eu possa reapresentar a proposta e analisar, com o cuidado que exigem, as emendas que foram propostas aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Muito bem. PSDB de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, na verdade, sinceramente, começo a me preocupar ainda mais, porque esse é um projeto para o qual foi feito um acordo, na CCJ, inclusive com a participação do Líder do Governo, de que estaríamos dando a maior celeridade possível para resolver essa situação. Trabalhamos para que esta Comissão se reunisse hoje, e, mais uma vez, o projeto do Acre, de interesse do Acre – fizemos o referendo, o povo se manifestou – está sendo adiado.

Vejo o Senador Agripino e não estou mais entendendo nada. As emendas modificam até o horário do Nordeste? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Da forma como algumas emendas foram apresentadas, nós mexemos no fuso horário do País. Por isso a preocupação de vários Senadores aqui, que agora estão preocupados em votar esse assunto e pedindo mais uma semana até para que o Relator Ferraço olhe essas questões e apresente uma proposta em condições de ser votada na próxima semana.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – E por que não votamos o horário do Acre, que está resolvido, já foi discutido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Petecão, essa não é uma questão de Estados, não diz respeito a Unidades da Federação, diz respeito à localização geográfica, à Linha de Greenwich. Quando se mexe com o Acre, é preciso mexer com outros Estados que estão na mesma posição da linha. É claro, Senador! Então, não pode... O Estado do Amazonas teve aproximadamente dez Municípios com o horário modificado em um projeto que veio do Acre. Então, para rever, vamos ter de rever a situação de todos, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – A senhora apresenta um projeto resolvendo a situação do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Apresentei a emenda já, Senador. Não quero mexer com o Brasil; somente para aquela região cujo horário foi modificado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

Depois, a última palavra do Relator, Senador Ferraço, para concluirmos esta reunião, porque outras

comissões vão começar a funcionar, e já avançamos demais no horário.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. *Fora do microfone*.) – Eu só gostaria de terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª não concluiu?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não, não terminei. A Senadora Vanessa não permitiu que eu terminasse.

Na verdade, eu gostaria aqui só de chamar a atenção dos Senadores, agradecer e chamar a atenção, porque esse problema mexe diretamente com a vida dos acreanos. Vocês não imaginam o tanto de pessoas que estão esperando por esta reunião de hoje, porque se criou a expectativa de que hoje nós iríamos resolver essa situação. Ela não é tão fácil como a gente pensa.

Então, preocupa-me porque vamos protelar mais uma vez. Da minha parte, eu aceito os argumentos da Senadora Vanessa, mas eu só gostaria de chamar a atenção dos colegas Senadores para que nós possamos estar juntos na próxima reunião, nessa reunião conjunta, para resolver, de uma vez por todas, essa situação do horário do Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Petecão.

Senador Pedro Taques e depois, por último, Senador Ferraço, que pegou um "pepino" danado aí.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, a questão não está no projeto, é bom que se diga. O projeto.. Foi feito um acordo lá na CCJ que nós mudaríamos o horário do Acre. Isso. Lá, nessa reunião, ao que me consta, estavam presentes Senadores de outros Estados da Federação.

Muito bem. Agora, estas emendas podem trazer sérios problemas. É a minha opinião. Agora, eu não sou o dono da verdade e nós temos que discutir isso. Agora, votar essas emendas agora, de afogadilho, sem maior análise, pode trazer problemas.

Então, nós, em razão da seriedade do tema, eu, como autor do projeto... O projeto trata do Acre. Estas emendas merecem uma melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu reafirmo aqui que, na condição de Relator *ad hoc*, me sinto seguro para votar a proposta na forma em que foi apresentada pelo eminente Senador Pedro Taques. Entretanto, não sinto a mesma segurança, à luz daquilo que S. Exª trouxe aqui de complexidade, não sinto segurança para relatar as emendas.

Então, temos duas questões: ou votamos o projeto hoje ou mais uma semana, para que eu possa analisar as emendas e poder retornar a esta Comissão com muita responsabilidade, com muita consequência a respeito de qualquer decisão que venhamos a adotar nesta Comissão pelos impactos que podemos ter em tantos Estados brasileiros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é de caráter prático.

O Município de Boca do Acre está, interligado por estrada, a uma distância de 112 quilômetros do Estado do Acre. Nós vamos ter o Estado do Acre retornando ao horário original e vamos ter Boca do Acre mantido num fuso horário com a cidade de Manaus.

Nós também temos Municípios... O Município de Guajará está a 80 quilômetros, por estrada, do Município de Cruzeiro do Sul. Nós vamos trazer o Município de Cruzeiro do Sul para o horário originário e vamos manter Guajará com o horário de Manaus.

Ou seja, eu não entendo, *data venia* as colocações anteriores, que a emenda apresentada pela Senadora Vanessa tenha qualquer tipo de ilegalidade ou qualquer tipo de desarranjo legal com relação à lei em vigor, Senador Ricardo Ferraço. Por quê? Porque, na verdade, o que ela está fazendo é voltando o texto original do artigo original da lei que foi alterada para que se possibilitasse, através de um referendo, mudar os horários de vários Municípios e do Estado do Acre e que, no caso do Estado do Amazonas, não ficou subordinado ao referendo.

Ora, portanto, a decisão legislativa é suficiente com relação ao Estado do Amazonas. Se retomamos, portanto, a forma original do artigo, como é proposto pela emenda da Senadora Vanessa, de forma alguma estamos criando qualquer impasse de ilegalidade ou qualquer vácuo legislativo com relação à questão do horário.

O que parecerá extremamente esdrúxulo é retornarmos o horário do Estado do Acre e mantermos essas cidades do Estado do Amazonas absolutamente desconectadas do horário que tem a vinculação cultural que tem a vinculação histórica, tradicional etc. com essa cidade.

Eu faço um apelo ao Relator e faço um apelo a esta Comissão no sentido de que seja aprovado o texto

do projeto de lei do Senador Pedro Taques com a emenda proposta pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, a decisão da Mesa e pelo que estou entendendo dos encaminhamentos aqui feitos... Não, o Relator, infelizmente, agora é o Senador Ferraço.

Infelizmente para V. Exª, porque V. Exª pegou um pepino do tamanho de uma jamanta, até porque esse assunto é um assunto complexo, esse negócio de fuso horário. Não é uma coisa assim tão simplista. É só consultar algumas cartas de horário pelo mundo para ver como é que essa historia de Greenwich já teve uma flexibilidade gigantesca. A Rússia está assim, a Europa está assim. Eu pessoalmente questiono um pouco. Alguns dizem que, mudou o fuso horário, o cara fica doente. Então, daqui para frente, está proibido mudar para Europa, mudar para Los Angeles, por causa de cinco horas, seis horas de diferença, as pessoas vão ficar doentes

Só para lembrar que foi falado do Nordeste, o Senador Agripino: Pernambuco, Recife, especificamente, se fosse seguir à risca Greenwich, não era o horário de Brasília, não. Foi, inclusive, alterado na época da República. Quando começou a República, foi alterado em função do Rio de Janeiro. Então, não é uma coisa simplista e assim uma coisa que alguns podem vir a explorar de uma maneira, em algumas situações até politicamente ou em alguns Estados até demagogicamente...

Então, eu quero deixar bem claro isso e entendo, pelo encaminhamento do Senador Ferraço e dos demais Senadores, esta reunião está suspensa por uma semana para que o Senador Ferraço analise as emendas e traga um proposta definitiva para votação, na próxima terça-feira, às 9h30 da manhã.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, só finalizando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu só não gostaria que fossem levadas em conta as novelas e que fosse levada em conta a vontade do povo. Se o povo tiver que se adequar às novelas, é brincadeira. As televisões que devem se adequar ao povo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A secretaria sugere que encerremos, porque vai ter que haver votação nominal. Portanto, vamos encerrar e, às 9h30, começamos uma nova reunião na terça-feira próxima.

Senador Blairo Maggi, que é favorável ao novo horário...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu já tenho problema suficiente no Mato Grosso, no Vale do Araguaia, não vou nem entrar nesta discussão, senão vai ser mais um tiroteio.

A minha pergunta, Sr. Presidente, é: encerra-se a reunião e não seguimos com a nossa reunião da CAE hoje também mais?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Agora nós vamos...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Encerra esta. Começa a outra. Ok, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a reunião, e, na terça-feira, às 9h30, nos reuniremos para deliberar sobre o fuso horário, agora não só do Acre, mas do Amazonas também e do Pará e, se Deus quiser, mantendo o resto do Brasil em paz.

Está encerrada a reunião, e daqui a cinco minutos, começamos a reunião da CAE.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Começa agora, Presidente. Começa agora, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 11horas e 24minutos)

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Waldemir Moka, Benedito de Lira,

Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Gim Argello e Randolfe Rodrigues e, ainda, dos Senadores Ataídes Oliveira e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Roberto Requião, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura das Atas das 13ª e 14ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1-Projeto de Lei da Câmara nº 93 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que "dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis, nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Cyro Miranda. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Em 10/5/2011, foi concedida Vista Coletiva. Iniciada a discussão, é apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Cyro Miranda, que recebe parecer favorável do Relator. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CAE. Item 2-Projeto de Lei da Câmara nº 189 de 2010, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social", tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 10/5/2011, foi concedida Vista Coletiva. Iniciada a discussão, é apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Romero Jucá, que recebe parecer favorável do Relator. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Luiz Henrique e a Senadora Gleisi Hoffmann. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Item 3-Aviso nº 3 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco - PR", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3 de 2001, de seus anexos e desse relatório, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis; pelo encaminhamento de expediente, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco - PR, comunicando a sujeição desse Município às sanções previstas no art. 23, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e posterior arquivamento do Aviso nº 3 de 2011. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Flexa Ribeiro, que solicitam Vista da Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que "altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta. Item 5- Projeto de Lei do Senado nº 114 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livro", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Acir Gurgacz, autor do Projeto, e Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE. Item 6- Projeto de Lei do Senado nº 194 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "acrescenta § 5º ao art. 128 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para obrigar a pessoa jurídica de direito privado a comprovar o uso da marca nos casos que especifica", tendo como Relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Em 10/5/2011, foi concedida Vista Coletiva. O Presi-

dente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa a Senadora Gleisi Hoffmann Relatora "Ad Hoc" da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). Item 7- Projeto de Lei do Senado nº 349 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "determina a isenção de taxas por uso de sistema eletrônico para participação em licitações, quando cobradas de licitantes interessados em ofertar bens e serviço para a administração pública e dá outras providências", tendo como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Luiz Henrique, que solicita Vista da Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista ao Senador Luiz Henrique, nos termos regimentais. Item 8- Projeto de Lei do Senado nº 308 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável do Projeto com a Emenda nº 1-CCT. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCT. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, que solicita Vista da Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista à Senadora Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais. Item 9- Projeto de Lei do Senado nº 527 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Em 19/4/2011, foi concedida Vista à Senadora Gleisi Hoffmann. Iniciada a discussão, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda, Relator da Matéria, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Armando Monteiro, Casildo Maldaner e Cyro Miranda. Durante a discussão, é apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, contrário ao Projeto. Colocado em votação, a Comissão rejeita o relatório do Senador Inácio Arruda. Vencido o Relator, o Presidente da Comissão designa, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal, a Senadora Gleisi Hoffmann Relatora do Vencido. O Voto em Separado, contrário ao Projeto, passa a constituir o Parecer da CAE. Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "dispõe sobre as sociedades cooperativas", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "dispõe sobre as sociedades cooperativas", tendo como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório pela rejeição do PLS nº 153 de 2007 e pela aprovação do PLS nº 3 de 2007 nos termos do Substitutivo que apresenta. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao PLS nº 3 de 2007, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário ao PLS nº 153 de 2007. Em 27/11/2007, foi realizada Audiência Pública para instruir as Matérias. As Matérias são retiradas de pauta a pedido da Relatora. Item 11- Projeto de Lei do Senado nº 148 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, para apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com a remuneração e formação de mão-de-obra prisional", tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator. Item 12-Requerimento nº 18 de 2011, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação do economista Luis Paulo Rosenberg, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior". Em 10/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da

Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 18 de 2011-CAE. Item 13-Requerimento nº 19 de 2011, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir a dívida dos Estados brasileiros com a União, com a presença do Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; do Sr. José Roberto Afonso, Servidor do Banco Nacional do Desenvolvimento; do Exmo. Sr. João Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; do Exmo. Sr. Marcelo Déda Chagas, Governador do Estado do Sergipe; do Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; e do Exmo. Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos, Governador do Estado de Pernambuco". Em 10/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 19 de 2011-CAE. Item 14-Requerimento nº 20 de 2011, de iniciativa dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da competitividade industrial, centrada na redução do custo Brasil, no estímulo à inovação e à isonomia competitiva com produtos importados, no incentivo às transformações microeconômicas que produzam um ambiente produtivo de maior eficiência, e na defesa de uma política fiscal que reduza os incentivos para valorização do real, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Abit; Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; Sra. Erenice Cabral, Presidente da Conaccovest; e Sr. José Roberto Mendonça de Barros, economista". Em 10/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 20 de 2011-CAE. Item 15-Requerimento nº 21 de 2011, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir o desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão decorrentes da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, de que trata o Acórdão nº 1055/2011) – TCU – Plenário (Processo nº TC 026.335/2007-4, com a presença do Sr. Bernardo Figueiredo – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; do Sr. Moacyr Servilha Duarte – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; do Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos - Secretário de Fiscalização de Desestatização 1 do Tribunal de Contas da União – SEFID1/TCU; e do Exmo. Sr. Aurélio Rios – Subprocurador-Geral da República". Em 10/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 21 de 2011-CAE. Item 16-Requerimento nº 22 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que "requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Simão Robison Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará, entre os convidados para participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 17 de 2011- CAE". Em 10/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 22 de 2011-CAE. Item 17-Mensagem do Senado Federal nº 73 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 115,700,000.00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Várzeas do Tietê", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Lindbergh Farias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 23, 24, 25 e 26 de 2011. O Requerimento n° 23 de 2011, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, requer a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011 - Complementar, que "altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes", com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Samantha Chantal Dobrowolski, Procuradora Regional da República da Terceira Região; Sra. Lucieni Pereira, Especialista em Finanças Públicas e Controle Externo e Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

O Requerimento n° 24 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, requer a realização de audiência pública destinada a discutir as implicações, para a economia brasileira, das interferências políticas e partidárias na gestão de empresas estatais e privadas, com a presença das seguintes autoridades: Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; Sr. Armínio Fraga Neto, Presidente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA; Sr. Gilberto Mifano, Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC; e Sr. Carlos Antonio Rocca, Especialista em Mercado de Capitais. O Requerimento n° 25 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a inclusão do nome do Secretário Estadual de Transportes do Estado de São Paulo, Exmo. Sr. Saulo de Castro, entre os convidados a participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 13 de 2011-CAE. O Requerimento n° 26 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a realização de audiência pública, com participação da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater sobre a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com a presença dos seguintes convidados: Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios - CNM. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está aberta a 16ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 13ª e 14ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy, em seguida, Senador Demóstenes, Senador Aloysio Nunes e Senador Alvaro Dias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, com respeito ao item 10, hoje na pauta, relativo ao projeto que define as diretrizes de funcionamento das sociedades cooperativas, quero agradecer a Senadora Gleisi Hoffmann por ter acordado sobre a possibilidade de transferir a decisão desse projeto para uma das próximas sessões, para que haja tempo suficiente, uma vez que diversas entidades representativas das cooperativas, como a Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários (Unisol), a Unicaf e também a Concrab, relacionada ao MST, fizeram um pedido no sentido de que S. Exª possa considerar e examinar algumas das observações dessas entidades, antes da decisão final de seu parecer. Assim, agradeço a oportunidade que S. Exª abriu para realizar uma reunião com essas entidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Portanto, o item 10 foi retirado de pauta a pedido da própria Senadora Gleisi Hoffmann e pelas considerações apresentadas pelo Senador Eduardo Suplicy.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, apenas para solicitar a V. Exª a retirada do item 11 da pauta, a pedido do Governo, para tentarmos um acordo.

Também peço a V. Exª que vote um requerimento que apresentei, antes de iniciar a votação dos projetos, porque, se aprovado, irá prejudicar hoje a apreciação do item 4.

Se V. Exª concordar, em seguida, explicarei a razão do pedido da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Demóstenes Torres solicita a retirada do item 11, para que S. Exª, que é o Relator da matéria, converse com a Liderança do Governo para buscar um acordo.

Senador Demóstenes Torres, com relação ao requerimento apresentado por V. Exª, em virtude dos atos aqui aprovados, só poderíamos ler o requerimento, mas deliberar sobre ele só na próxima reunião.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, como houve uma exceção, na semana passada, aberta para o Senador Romero Jucá, peço a V. Exª a mesma deferência, até porque

teremos de votar um projeto que o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Polícia Federal e o Coaf pedem para discutir melhor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Qual é o item?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sugiro a V. Exª, Senador Demóstenes Torres, a retirada de pauta, até porque também já fui procurado pelos membros do Ministério Público... Inclusive, a assessoria da oposição, por meio do Eustáquio, já havia me comunicado que V. Exª manifestou preocupação com relação a esse projeto e queria apresentar um requerimento para realização de audiência pública.

Então, lerei o requerimento. Aprovamos na semana que vem e agendamentos para o mais breve possível essa audiência pública.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E retiramos de pauta o item 4?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Retiramos de pauta o item 4.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Certo, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, de acordo com o Ato nº 1 da Comissão, peço a V. Exª a leitura do requerimento que convida as seguintes autoridades: Maria Helena dos Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários; Armínio Fraga Neto, Presidente do Conselho de Administração da BMF-Bovespa; Gilberto Mifano, Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; e Carlos Antonio Rocca, especialista em mercado de capitais, para audiência pública nesta Comissão.

Peço a V. Exª a leitura, conforme o Ato nº 1.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, só gostaria de pedir a V. Exª que esclarecesse ao Plenário quais foram os itens retirados da pauta, acordados aqui, e solicitar que as leituras e apreciações dos requerimentos sejam feitos na ordem do sumário que nós temos, na ordem da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O item 10 foi retirado de pauta por solicitação de V. Exª, e aqui apresentadas as ponderações pelo Senador Suplicy. O item 11 foi retirado de pauta pelo Relator, Senador Demóstenes Torres; e o item 4 também retirado de pauta, em função de um requerimento que será lido hoje aqui, solicitando audiência pública para discussão especificamente do item 4.

Se todos estiverem de acordo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, esse é o cenário, Senadora Gleisi Hoffmann.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da pauta dos nossos trabalhos para que seja votado em primeiro lugar o item que figura na pauta como de número 17. Trata-se de um pedido de autorização para financiamento externo, do interesse do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª solicita uma inversão de pauta, começando pelo item 17?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso. É o empréstimo do BID, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu queria saber de V. Exª de quem é a autoria do requerimento que tira de pauta, para análise posterior, o item 4, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Demóstenes Torres.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, nós vamos iniciar pelo item 17: Mensagem (SF) nº 73, de 2011.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas uma orientação, Sr. Presidente. Como eu tenho que ir a uma sabatina, está assegurado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos ler os requerimentos para votar

na próxima semana, Senador. Só por uma questão de seguimento da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, era isso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, depois de votarmos o item 17, por acordo de todos nós, volta-se ao item 1, na sequência?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aí, voltamos ao item 1.

ITEM 17

MENSAGEM (SF) Nº 73 DE 2011

(Não Terminativa.)

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Várzeas do Tietê.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda; representando o Tesouro Nacional o Sr. Rui Brasil, Coordenador do Programa Várzeas do Tietê, e o Sr. Marcelo Landucci, assessor da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo.

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente, obrigado. Antes, eu gostaria que o senhor pedisse silêncio, até por uma questão de respeito e educação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Cyro Miranda está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

O Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de São Paulo, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa Várzeas do Tietê".

O Programa objetiva contribuir para a recuperação das várzeas da Bacia do Alto Tietê. Para tanto, seu objetivo específico é a implantação do Parque Várzeas do Tietê (PVT) para conservar suas funções ecológicas, incluindo a redução das enchentes. Ele está estruturado em três componentes onde são previstas, entre outras, obras de construção de vias, pontes, remoção de disposição de resíduos das margens do rio, sistema de macro drenagem, além de ações orientadas para o reassentamento de aproximadamente 500 famílias que vivem em áreas sujeitas a inundações no Município de Guarulhos e de sustentabilidade ambiental e social.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, e as condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o número TA574558.

O financiamento será contratado sob a modalidade de Empréstimo do Mecanismo Unimonetário, com taxa de juros baseada na LIBOR, acrescida de margem de custo e *spread*. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo do empréstimo será da ordem de 5,97 % a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR, e, portanto, em patamar aceitável para aquela Secretaria, considerando o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Sr. Presidente, eu vou aguardar que se encerre a conferência que há lá atrás. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu pediria aos Senadores e Senadoras, jornalistas, assessores, enfim, estamos com o Senador Cyro Miranda relatando um projeto importante.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Obrigado, Presidente.

Vale destacar que o valor total dos investimentos no programa está estimado em US$199,780 milhões, com US$84,80 milhões em contrapartida estadual, a ser desembolsada em até cinco anos, juntamente com os recursos do empréstimo em exame.

Análise.

A análise da presente operação de credito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de

2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas constituem as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 348, de 6 de abril de 2011, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da STN, o Estado de São Paulo atende os limites e condições definidas pelas referidas Resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação, do comprometimento máximo da Receita Corrente Líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

De acordo com o Parecer nº 308, de 24 de março de 2011, também da COPEM, já considerado o empréstimo em exame, o Estado de São Paulo terá nível de endividamento equivalente a 1,62 vezes a sua Receita Corrente Líquida (RCL), portanto abaixo do limite de 2 vezes fixado pela Resolução nº 40, de 2001 (correspondente a 81,10% desse limite).

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às projeções da RCL, é decrescente até 2015, último ano da projeção realizada, quando atingirá valor desprezível, próximo de 0% (0,10%).

Já o comprometimento anual da RCL do Estado com o serviço de sua dívida será de 10,73% em 2010, sendo decrescente a partir do ano de 2020. No período apurado, que vai até 2035, e no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimentos será de 8,31%, bem inferior a 11,55%, fixados como limite máximo pelo Senado Federal. De acordo com a análise da capacidade de pagamento efetuada e consignada na Nota nº 659, de 23 de junho de 2010, da Coordenação Geral de Relações e Análises Financeiras de Estados e Municípios da STN, o Estado de São Paulo foi classificado na categoria B, suficiente para o recebimento da garantia da União. O Estado de são Paulo possui, portanto, capacidade de pagamento para fazer frente a totalidade de encargos da sua dívida já incluída na operação pretendida.

Ademais, a STN nos informa que o Estado se encontra adimplente com metas e compromissos assumidos com programas de financiamento e refinanciamento contratados com a União sendo que a operação em exame não implica qualquer violação do acordo de refinanciamento firmado com a União.

Com vistas à concessão da garantia da União que está submetida ao que determina o artigo 40 da LRF e aos limites de condições previstos na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, em seus artigos 9º e 10º, examinam-se os aspectos orçamentários de situação de adimplência do Estado de São Paulo em relação a União e as contragarantias oferecidas.

Assim verifica-se que a Lei estadual nº 14.209, de 27 de dezembro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011, contempla dotações para o projeto objeto da operação. Há declaração do governo do Estado informando que o ingresso de recursos relativo a operação e contrapartidas do Estado está prevista e contemplada na referida lei estadual cujas dotações serão suplementadas na decorrência de eventuais acréscimos. Nesta lei está também atendida a exigência de autorização legislativa para operação.

A Lei estadual nº 13.270, de 11 de 12 de 2008, autoriza o Poder Executivo a contratar essa operação de crédito e a vincular com contragarantias a garantia da União as parcelas necessárias e suficientes das receitas que se referem aos arts. 155, 157 e 159 na forma do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal e outras garantias e direitos emitidos.

Nos termos do estatuto sobre o comprometimento de transferências federais e receitas próprias do Estado de são Paulo, a STN concluiu que as contragarantias oferecidas pelo Estado são suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Segundo o estatuto, a margem disponível apurada é sempre positiva e crescente, compreendendo os anos de 2009 a 2019. O parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional informa que, em consulta eletrônica ao cadastro único de convênios, realizada em 15 de abril de 2011, constatou-se a existência de pendência relativa a prestação de contas de convênio por parte do governo do Estado de São Paulo. Vale enfatizar que a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, possibilita a comprovação da adimplência do ente garantido tanto financeira quanto da prestação de contas e recursos recebidos da União poderá ser atestada por ocasião da assinatura do contrato. Desse modo, a pendência acima referida não é impeditiva da autorização senatorial desde que se estipule como condição a eficácia da autorização a solução da pendência.

Por sua vez, não há registro de compromisso honrado pela União em nome do governo do Estado de São Paulo nos últimos anos em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente

com as instituições integrantes do sistema financeiro nacional. Conforme o relatório de gestão fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2010, existe margem para concessão da pleiteada garantia da União dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal nos art. 9º da Resolução nº 48, 2007.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por sua vez, atestou o cumprimento das formalidades previstas na contratação verificando que foram estipuladas as condições contratuais usuais das operações de crédito relativas com o BID e que, ademais, foi observado o que reza o artigo 48 da Resolução nº 48, de 2007.

O Senado Federal veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania e às ordens públicas, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

Em suma, a Secretaria de Tesouro Nacional entendeu que o Estado de São Paulo apresenta capacidade financeira e de pagamentos suficiente para contratação das operações em exame e fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União nas concessões da garantia solicitada. Manifestou-se favorável a sua concessão.

Conclui-se assim que estão satisfeitos limites e condições estabelecidos pelas referidas resoluções do Senado que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado de São Paulo para contratar operação de crédito externo nos termos seguintes:

"PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2011

Autoriza o Estado a contratar operação de crédito externo em garantia à União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US$115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID no valor US$115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. os recursos desta operação de crédito destinam-se a financiar o programa Várzeas do Tietê;

Art. 2º. A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Estado de São Paulo;

II – Credor: banco interamericano de desenvolvimento BID;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US$115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

V - Modalidade do empréstimo: mecanismo unimonetário;

VI - prazo de desembolso: cinco anos contados a partir da vigência do contrato;

VII – Amortização: prestações semestrais consecutivas e, sempre que possível, iguais, pagas nos dias 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, vencendo a primeira cinco anos após a data da vigência do contrato e a última até 25 anos após essa data;

VIII – Juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e cálculo sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, de uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros libor trimestral para dólar dos Estados Unidos da America, mais ou menos uma margem de custo relacionada ao empréstimo do BID que financia os empréstimos de mecanismo unimonetário, com taxas de juros baseadas na libor, acrescidos de spread para empréstimos de capital ordinário;

IX – Comissões: até 0,75% ao ano, a ser estabelecida periodicamente pelo BID, calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato exigida juntamente com os juros;

X - Despesa com inspeção e supervisão geral: até 1% sobre o valor do empréstimo, sendo que o valor devido em um semestre determinado não poderá ser superior a 1% do financiamento devido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas dos pagamentos do principal e dos encargos financeiros bem como dos desembolsos previstos podem ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º. Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na contratação de operação de crédito externo referida nesta resolução.

§ 1º. O exercício da autorização prevista no caput fica condicionado a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contrapartida sobre a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as

transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente de contas centralizadoras e arrecadação ao Estado e outras transferências federais.

§ 2º. Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de São Paulo quanto aos pagamentos e prestações de contas que se trata no art. 10 da Resolução nº 48, de 2007.

Art. 4º. O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Era isso que nós tínhamos que relatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas suas intervenções.

Obrigado, Professor Raimundo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –Obrigado, Senador Cyro Miranda.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o competente relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer a presteza com que V. Exª pautou esse item na nossa Comissão; o parecer competente do Senador Cyro Miranda; e o apoio de todos os Colegas Senadoras e Senadores a esse projeto que é muito importante para o Estado de São Paulo e, particularmente, para uma população de mais de três milhões de pessoas que vivem nas margens do rio Tietê, a partir da Barragem da Penha em direção a Salesópolis.

Também, nesta oportunidade, solicitar a V. Exª que submeta à Comissão um pedido de urgência, para que esse projeto possa ir, imediatamente, ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, só para registrar que o meu voto a favor desse financiamento para o Estado de São Paulo é também uma homenagem a esse grande Senador Aloysio Nunes, do Estado de São Paulo, que tanto batalhou pela aprovação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o "Senador *pop* mesmo!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Olha, eu vou começar a responder... (*Risos*.) Vou começar a responder. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação o requerimento de urgência, apresentado pelo competente Senador por São Paulo, Aloysio Nunes.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria segue para o Plenário do Senado Federal.

Voltamos, agora, para o Item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2010

(Não terminativo.)

Dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental público e privado.

Autoria: Deputado Lobbe Neto.

Relatoria: Senador Casildo Maldaner.

O relatório é favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Cyro Miranda.

A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Do relatório, em 10/05/2011, foi concedido vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo relator na 14ª Reunião, realizada em 10 de maio.

Pergunto ao Relator, Senador Casildo Maldaner, se deseja fazer uso da palavra?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Colegas, apenas para dizer que voltou do pedido de vista sem alterações, com a inclusão do Parecer do eminente Senador Cyro Miranda, que nós adotamos. Mas, para melhorar ainda mais essa proposta da merenda escolar, para que se reforce a vigilância, o Senador Cyro Miranda acrescentou ao art. 4º a seguinte emenda:

Emenda nº... -CAE

"Os órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização do cumprimento do disposto nos arts. 1º e 2º desta lei publicarão, semestralmente, relatório consolidado de suas atividades".

Então, Sr. Presidente, nobres Colegas, esta emenda do Senador Cyro Miranda, que é a segunda, ela apenas reforça a primeira, ela faz uma coisa circunstanciada para que vigilância faça, de seis em seis meses, um relatório para ver se na verdade nas escolas estão sendo cumpridas essas exigências em relação à alimentação.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, até para acrescentar isso. Não há necessidade de ler, porque já havíamos feito isso em outra ocasião. Apenas para concluir neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O parecer do Senador Casildo Maldaner é pela aprovação e favorável às emendas apresentadas pelo Senador Cyro Miranda.

Em votação o relatório do Senador Casildo Maldaner.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 e 2, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parabéns, Senador Casildo Maldaner, pelo relatório.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 189, DE 2010
(Não terminativo.)

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

O relatório é favorável ao Projeto.

Observações:

- A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto;

- A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Em 10/5/2011, foi concedida Vista Coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator na 14ª Reunião, realizada em 10 de março, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o relatório foi lido na reunião anterior, quando foi pedida vista, e, no intervalo entre a reunião anterior e esta, foi-me encaminhada uma Emenda de autoria do Senador Romero Jucá, Líder do Governo, alterando o Inciso II do Art. 12.

O Inciso II do Art. 12, no texto do parecer que institui o SUAS, tem a seguinte redação:

> "Art. 12 .....
> .....
> II – cofinanciar, por meio de transferência automática e obrigatória, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;

A Emenda do Senador Romero Jucá retira a palavra "obrigatória", deixando "por meio de transferência automática*".*

Eu acredito que automática é obrigatória. Eu não tenho nenhum problema em acatar a emenda do Senador Romero Jucá, desde que seja considerada uma emenda de redação e que o projeto não tenha que retornar à Câmara dos Deputados. Eu tenho um compromisso para que o SUAS seja instalado o mais rápido possível.

Tivemos o XIII Congresso dos Agentes de Assistência Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª foi ovacionado lá em Belém do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – (...) lá em Belém, e eu assumi o compromisso de que faria a apresentação do parecer o mais rapidamente possível. Tivemos duas audiências públicas aqui na CAE, o que não nos permitiu fazê-lo. Nós o fizemos na reunião anterior. Tivemos o pedido de vista e, agora, posso acatar a Emenda do Senador Romero Jucá desde que ela seja uma Emenda de Redação e não tenha o projeto que retornar à Câmara Federal.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, essa é a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o Senador Flexa Ribeiro, como competente Relator, acata a emenda de redação do Senador Romero Jucá, para que este projeto não retorne à Câmara.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o parecer do Senador Flexa Ribeiro é pela aprovação da emenda.

O Senador Luiz Henrique solicita a palavra também.

O SR, LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é um proje-

to muito importante, talvez dos mais importantes que aportaram nesta Comissão.

Eu tive a honra, Sr. Presidente, de, no exercício da Liderança do MDB, encaminhar a aprovação do projeto de lei que criou o SUDS – Sistema Unificado Descentralizado de Saúde, que gerou o atual SUS, como tal incluído no Texto Constitucional no capítulo da organização dos benefícios sociais.

Pois bem, Sr. Presidente, o SUS propiciou um grande avanço na assistência à saúde da nossa população, seja assistência básica, assistência primária, seja assistência hospitalar. E o SUAS cumprirá a mesma trajetória, porque se trata de um sistema descentralizado. Nada mais é tão importante neste País do que o novo pacto federativo e do que a descentralização dos serviços prestados centralizadamente pelo Governo Federal.

Por isso, apoio o projeto com as emendas a ele propostas

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, sabendo já hoje do périplo de V. Exª para chegar aqui ao Senado Federal, com o atraso do avião...

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora para debater o assunto, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Flexa Ribeiro, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto com a Emenda de nº 1-CAE.

A matéria vai á Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª GLIEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLIEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, apenas para registrar a importância deste momento com a aprovação do Sistema Único da Assistência Social. Eu queria parabenizar o Senador Flexa Ribeiro pelo trabalho, pela dedicação, pela agilidade em apresentar o parecer, que pudemos votar aqui nesta Comissão em tempo muito rápido, e, realmente, edificando uma das legislações mais importantes para a nossa sociedade.

Quero aqui fazer uma homenagem às Assistentes Sociais, e o faço na pessoa da Srª Márcia Lopes, a nossa ex-Ministra do Desenvolvimento Social, Assistente Social do meu Estado, uma das pessoas que mais colaborou, se empenhou e articulou para que tivéssemos um Sistema Único de Assistência Social.

Então, em nome da Márcia, quero cumprimentar hoje todas as Assistentes Sociais deste Brasil, pois a força da assistência social está mudando a realidade e a vida das pessoas;

Parabéns à Assistência Social! Parabéns a esta Casa, a esta Comissão que dá um passo importante na definição de uma política pública de grande alcance.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado. Faço coro às palavras da Senadora Gleisi Hoffmann.

Passemos ao item 3.

ITEM 3

AVISO Nº 3 DE 2011

(Não terminativo.)

Comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR.

Autoria: Ministro de Estado da Fazenda.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3, de 2011, de seus anexos e desse relatório, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis; pelo encaminhamento de expediente, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco – PR, comunicando a sujeição desse Município às sanções previstas no art. 23, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e posterior arquivamento do Aviso nº 3 de 2011.

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem. Sr, Presidente. Desculpe-me, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu só queria um esclarecimento. Como não se trata de um projeto, é um aviso, eu tenho interesse em olhar melhor essa matéria, até porque envolve um Município do meu Estado. E embora eu tenha falado com o Prefeito, o encaminhamento sugerido que eu vi rapidamente pode ter desdobramentos.

Eu não sei se é o caso de pedido de vista, se isso alcança um aviso, ou pedir ao relator a retirada para repautar. Eu só gostaria dessa orientação da Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O pedido de vista é possível, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Está bom. Então, o Senador Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *No objection.*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio, se V. Exª pudesse ler o relatório... E aí fica o pedido vista pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, V. Exª já adiantou à Comissão qual é o meu voto. Na verdade o que nós temos aqui, meus caros Colegas, é uma constatação por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – ratificada por uma resposta a uma consulta da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – e que o Município de Pato Branco fez uma operação financeira, operação de crédito que necessitaria de autorização legislativa. Autorização esta que não foi pedida nem obtida. Por essa razão, a operação foi considerada irregular, daí as providências que surgiram e que V. Exª leu ainda há pouco.

Resumidamente é isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E eu queria chamar a atenção dos membros da CAE para o fato de estarmos discutindo – estavam na pauta e foram retirados – projetos que visam flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo com que Municípios com menos de 50 mil habitantes que pretendam contrair empréstimos de valores inferiores a R$600 mil, possam ficar liberados das regras hoje de tramitação na STN.

Nós temos aqui um exemplo claro. Este processo que está aqui neste momento sendo relatado pelo Senador Aloysio Nunes é um exemplo de que nós temos que ter toda precaução ao discutirmos esses projetos. Nós temos dois projetos: um projeto legislativo do Senador Romero Jucá e um projeto do Senador Benedito de Lira, que tratam – ambos – exatamente da flexibilização com relação ao acesso dos entes federados a empréstimos sem que passe pela Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central.

Nós temos que não abrir guarda com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um instrumento da maior importância para que a sociedade brasileira e o Executivo possam ter o controle do endividamento dos Estados e Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Flexa.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concordo inteiramente com as observações do Senador Flexa. Entretanto, esclareço que, neste caso, o Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional foram de uma ortodoxia impecável nas providências que tomaram em relação a esse empréstimo considerado irregular.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Passamos, agora, ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114 DE 2010

(Não terminativo.)

Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livro.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão, para análise e manifestação, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, de 2010, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para atualizar a definição de livro e alterar a lista de equiparados ao livro.

O Projeto de Lei, Sr. Presidente, preserva a definição atual de livro, em seu formato encadernado ou em brochura, e inova ao admitir como do mesmo gênero e sujeitos a igual *status* jurídico os formatos digital, magnético e ótico, antes só equiparados ao modelo tradicional se destinados à leitura pelo sistema *Braille*.

Outro avanço importante é tratar como "livro" os equipamentos cuja função exclusiva ou primordial seja a leitura de textos em formato digital.

Na justificação, o ilustre Parlamentar lembra o anacronismo de se admitir como "livro", no mundo atual globalizado e profundamente dependente da informática, somente as publicações de textos escritos em fichas ou folhas, não periódicas, grampeadas, coladas ou costuradas, em volumes cartonados, encadernados ou em brochuras, e em capas avulsas.

O Senador prossegue, ainda na justificação, citando iniciativas recentes de digitalização de acervos, tanto no Brasil como no exterior, e revelando a abismal diferença de preços que já desponta entre as obras impressas e suas versões digitais, muito mais baratas. Evoca também as diretrizes da Política Nacional do Livro no sentido de estimular o acesso à leitura e apoiar a difusão do conhecimento.

O projeto responde a todos os aspectos constitucionais.

À CAE, nessa matéria específica, incumbe tão-somente opinar sobre a imunidade tributária, cabendo à Comissão de Educação entrar praticamente no mérito.

A minha posição é favorável ao projeto, com duas emendas restritivas. Tirei apenas um item que falava em perda tributária, porque, da maneira que ninguém pode tributar o vento, ninguém podia tributar o livro, por já ter uma imunidade constitucional.

Meu parecer é favorável.

E quero dizer que já conversei com o Senador Jucá. Havia uma restrição da Receita Federal, porque queria tributar o livro digital. Ele levantou essa objeção. De modo que eu acredito que exista uma posição favorável e um acordo para essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, nós vamos encaminhar favoravelmente aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque este é um projeto importante. Mas também é um projeto que precisa ser analisado com aspectos técnicos. Nós estamos discutindo aqui o futuro, e o futuro é a leitura em todos os instrumentos de informática e de computação.

Na verdade, é um projeto que vai para a Comissão de Educação. Aqui, nós vamos encaminhar favoravelmente, em homenagem ao Senador Dornelles – e não poderia deixar de ser diferente. Na Comissão de Educação, o Governo tem algumas ponderações que irá fazer em momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

A matéria continua em discussão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Acir Gurgacz, autor do projeto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, apenas para agradecer ao nosso professor, nosso Ministro, Senador Dornelles, o seu relatório, o seu apoio a esta matéria que entendo muito importante. E agradecer também a liberação do Governo, que vem a nos ajudar a deixar à disposição da população mais um instrumento para se trabalhar no ensino, no sentido de dar informação.

Entendo que esta matéria é muito importante para o ensino brasileiro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) **–** Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que não tinha visto a presença do Senador Acir Gurgacz, a quem presto homenagem também e que é autor do projeto. É uma dobradinha vitoriosa: Senador Dornelles e Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique, para discutir a matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) **–** Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, que supre uma lacuna da lei brasileira. Aliás, esse dispositivo reconhecendo meios digitais como similares aos meios impressos vem tardiamente, porque nós já lemos digitalmente, há muito tempo, neste País. De modo que voto com entusiasmo o parecer do ilustre Relator, Senador Francisco Dornelles, e quero cumprimentar o Senador Acir pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o Relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Francisco Dornelles ao projeto do Senador Acir Gurgacz, que é o Item 5 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 114, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Item 6 da pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2010
(Não terminativo.)

Acrescenta o § 5º ao art. 128, da Lei nº 9279, de 14 de maio de 1996, para obrigar a pessoa jurídica de direito privado a comprovar o uso da marca, nos casos que especifica.

Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatora: Senadora Ana Amelia.

O Relatório é favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Em 10 de maio de 2011 foi concedido vista coletiva.

O relatório já foi lido pela Relatora na 14ª Reunião, realizada em 10 de maio, ocasião em que foi concedido vista coletiva.

Como aqui concordamos que, às vezes, mesmo com o relator ou relatora ausente, nós devemos votar, para dar celeridade às matérias que estão sendo apreciadas, esta Presidência, portanto, coloca a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Ana Amelia.

As Senadoras e Senadores que concordam com o Relatório, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Designo a Senadora Gleisi Hoffmann Relatora *ad hoc* para o Item 6, por questões burocráticas e administrativas.

Ele já está lido e aprovado, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Mas eu vou ser *ad hoc* do quê?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É do relatório, porque a Senadora Ana Amelia... É por questão burocrática. A burocracia me fascina.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – (*Risos*). Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sou um homem fascinado pela burocracia.

Item 7 da pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2009
(Não terminativo.)

Determina a isenção de taxas por uso de sistema eletrônico para participação em licitações, quando cobradas de licitantes interessados em ofertar bens e serviços, para Administração Pública, e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

O Relatório é contrário ao projeto.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra a nobre Relatora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, obrigada.

O Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, tem por objetivo proibir a cobrança de taxas dos licitantes pelo uso do sistema eletrônico de licitação, destinada a selecionar fornecedores de bens e serviços para a Administração Pública.

A proposição é composta de dois artigos:

O art. 1º determina que os órgãos, empresas ou entidades subordinadas à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações, deverão assumir integralmente os custos relacionados ao uso de sistema eletrônico contratado para realizar suas licitações de bens e serviços.

O parágrafo único desse artigo reforça a determinação do *caput*, proibindo a cobrança de quaisquer taxas dos licitantes, inclusive a título de ressarcimento de custos.

A justificação da proposta aponta que os editais de convocação das licitações não podem conter cláusulas ou condições que comprometam,

restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame, como determina a Lei nº 8.666, de 1993. A despeito disso, o sistema de licitações eletrônicas desenvolvido pelo Banco do Brasil, amplamente empregado para contratações tanto no setor público quanto no privado, cobra dos licitantes cadastrados uma taxa de cerca de R$ 300,00 ao ano. Para o autor, o PLS vai ao encontro de reivindicações de pequenos empresários, desejosos de aproveitar oportunidades para participar de licitações públicas.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.

Não foram apresentas emendas à proposição.

II – Análise.

A competência para legislar sobre normas gerais de licitação e contratos administrativos é atribuída em caráter privativo à União, nos termos do art. 22, XXVII, da Constituição Federal. As normas gerais em matéria de licitação editadas pela União são de observância obrigatória em todas as esferas federativas, vinculando a atuação de Estados, Distrito Federal e Municípios.

A proposição em exame pretende estabelecer norma geral sobre licitações, determinando que os custos envolvidos na manutenção de sistemas eletrônicos usados para realizar os certames sejam arcados exclusivamente pelos órgãos e entidades da Administração Pública.

Consideramos meritório o intuito da proposição, de eliminar possíveis barreiras à participação de empresas interessadas em fornecer bens e prestar serviços à Administração Pública. A participação em licitações públicas deve ser efetivamente franqueada a todos os interessados, em observância ao princípio constitucional da isonomia. A cobrança de taxas para o uso de sistemas eletrônicos de licitações, no entanto, não representa uma limitação à participação, mas apenas uma compensação dos custos envolvidos na operação da estrutura.

As taxas cobradas para o uso dos sistemas eletrônicos de licitação são limitadas pelo princípio da modicidade das tarifas públicas, não podendo ser fixadas em patamar que exceda os custos decorrentes da manutenção do serviço. Submetida a essa limitação, a eventual cobrança de taxas não constitui um fator de restrição à competitividade dos processos de seleção pública. No caso citado na justificação do projeto, o sistema de licitações eletrônicas do Banco do Brasil, de acordo com informações da instituição, arrecada com a cobrança de taxa de utilização montante equivalente a apenas 20% dos custos de manutenção.

A proibição de cobrança de taxas poderia trazer danos ao interesse público, ao tornar inviável o emprego do sistema eletrônico de licitações, que é comprovadamente mais ágil e eficiente para a Administração, especialmente nos pequenos municípios, que não dispõem de condições para montar sistema eletrônico próprio.

Os licitantes também são beneficiados pela utilização de sistemas eletrônicos, uma vez que os custos incorridos com a participação nas licitações são reduzidos, pela supressão de gastos com transporte e pela celeridade nos procedimentos.

Devemos registrar, ainda, que a cobrança de taxas não ofende o caráter competitivo das licitações, pois é aplicada de maneira uniforme para todos os licitantes, não implicando qualquer tipo de favorecimento.

III – Voto.

Diante do exposto, deliberamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2009.

É o parecer.

Eu gostaria, entretanto, de fazer um adendo, e havia solicitado até que isso constasse do parecer – e não sei por que motivo isso não constou – que nós temos uma lei de 2002, a Lei nº 10.520, que criou a modalidade licitatória pregão e autoriza o ressarcimento pelos custos arcados com a disponibilização da tecnologia da informação.

No seu Art. 5º, diz:

> "É vedada a exigência de:
> (...)
> III – Pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo da sua reprodução gráfica e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso".

Além do mais, foi usando esse sistema da tecnologia da informação que possibilitou que milhares de fornecedores, inclusive os pequenos, pudessem fazer fornecimento para a União, Estados e Municípios, porque ele não implica no deslocamento de quem está participando de um processo licitatório.

Por outro lado, também tem um esclarecimento do Banco do Brasil que é importante ficar claro: que é apenas pelos custos gerados, e o valor ressarcido é revertido na melhoria do serviço, que tem que ficar 24 horas, de domingo a domingo, à disposição, além de evitar que fornecedores sem comprometimento com os processos ou condições financeiras participem e frustrem as compras, o que geraria prejuízo a todos.

Um outro dado importante é que o valor anual cobrado, que dá quase 300%, é reduzido no caso de utilização do sistema. Por exemplo: se o usuário utiliza o sistema apenas uma vez por ano, ele paga R$75,44; se ele utiliza duas, R$93,00; três vezes, R$112,00; e assim sucessivamente. Portanto, não tem impacto grande.

E vale observar que esse serviço do Banco do Brasil não é público, mas privado. Cabe ao interessado que não tiver disponibilidade ou não quiser pagar aderir a outro sistema de pregão eletrônico, o ComprasNet, que é público.

Portanto, por ser privado, esse pregão do Banco do Brasil não tem a sua disponibilização custeada pelo Governo Federal.

Por isso, opomo-nos ao presente projeto, Sr. Presidente, deixando claro que a atual cobrança de taxas não limita a participação de pequenos fornecedores;

muito pelo contrário, o sistema do Banco do Brasil, depois incrementado pelo ComprasNet de forma gratuita, faz com que vários fornecedores de pequeno porte tenham acesso a venda para a União.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

A matéria está em discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço vistas do projeto para uma análise mais acurada e para verificar se, efetivamente, a isenção dessa taxa promove a participação mais efetiva das pequenas empresas de informática já que esse é um setor muito atomizado, muito pulverizado em micros e pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Portanto, pedido de vistas do relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

Entramos agora nos itens nºs 8 e 9, cujas relatorias são do Senador Aloysio Nunes Ferreira e Inácio Arruda, respectivamente, que já avisaram à Secretaria da Comissão que estão chegando. (*Pausa.*)

Acabou de chegar o Senador Inácio Arruda.

Assim, o laborioso Senador Inácio Arruda já começa a relatar o item nº 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527 DE 2007

(Não Terminativo.)

Dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ;

- A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;

- Em 19/4/2011, foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann.

Pergunto ao Relator, Senador Inácio Arruda, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, apenas no sentido de informar que estou com o voto em separado em mão, apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann, e dizer que não encontrei, até agora, razões suficientes, mesmo nas comunicações feitas pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica, que arguiram resoluções editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central, em relação aos cadastros que se tem que consultar para oferta de empréstimos.

No caso, o que ocorre? Você está fazendo um projeto onde oferece o empréstimo para descontos na folha de pagamentos dos servidores públicos. Então, é como... Na verdade, não precisava de nenhum cadastro. Você já desconta mensalmente, quer dizer, é um empréstimo quase que sem risco ou com risco absolutamente nenhum. Hoje, você realiza empréstimos consignados em folha de pagamento para os aposentados tanto do sistema geral, como do sistema público, sem ser necessário cadastro algum, ou seja, a pessoa vai ao banco, tira o empréstimo e já tem o financiamento garantido. Então, não assiste mais razão para se incluírem as pessoas no Sistema de Proteção ao Crédito em função de um empréstimo consignado para a compra de imóvel. A pessoa compra e já paga na folha.

Então, considero o projeto do nosso colega gaúcho Sérgio Zambiasi procedente, justo. Gostaria de vê-lo aprovado na nossa Comissão, mesmo não sendo terminativo. O projeto ainda vai passar por outras Comissões, não é terminativo na nossa Comissão. Mas, mesmo não sendo terminativo, seria muito importante que o aprovássemos, tirando um pouco a burocracia que a população enfrenta – no caso, os próprios servidores públicos – para conseguir adquirir um imóvel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eminente Senador Inácio Arruda, foi apresentado o voto em separado de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que conclui pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, para proferir a leitura do seu voto em separado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero falar ao Senador Inácio Arruda que eu tinha pedido vista desse projeto e que o analisei. Eu tinha conversado com o Senador rapidamente e me convenci de que eu deveria apresentar este voto em separado, porque o projeto concede um tratamento diferenciado a alguém que, até por condições de empregabilidade, já tem uma situação mais confortável.

Na realidade, o projeto não alcança todas as áreas necessárias à obtenção de crédito.

Eu gostaria de ler meu voto em separado, em que levanto algumas ponderações a esse respeito, até, para se for o caso, a gente proceder ao debate. É preciso que haja tempo para que os Senadores analisem a matéria, visto que só consegui apresentar o voto em separado hoje, nesta reunião, Sr. Presidente.

O projeto em exame, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tem por objetivo dispensar a exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres na hipótese de consignação da prestação relativa ao financiamento da casa própria em folha de pagamento de servidor público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Na justificação, o autor argumenta que a proposta irá suprimir um entrave burocrático e, por conseguinte, simplificar e agilizar o processo de financiamento da casa própria de servidor público. Além disso, afirma que a consignação em folha de pagamento torna desnecessária a exigência de certidão negativa em questão, haja vista que todas as prestações serão descontadas diretamente, afastando-se o risco de inadimplência. Veja que falamos aqui de um contrato de longo prazo, porque se trata de financiamento de imóveis.

A matéria foi, inicialmente, remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou o relatório do Senador Epitácio Cafeteira, que passou a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Caberá à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle a decisão terminativa.

Por força do Requerimento nº 442, de 2010, do Senador Delcídio do Amaral, o presente projeto é submetido também à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além das Comissões constantes do despacho inicial.

No dia 19 de abril do corrente, foi lido o parecer do Relator nesta Comissão, o Senador Inácio Arruda, oportunidade em que requeri vista da matéria.

Análise.

Em que pesem os objetivos meritórios do autor da proposição, bem como o entendimento do Relator da matéria nesta Comissão, parece-nos que, ao procurar desburocratizar o trâmite dos contratos de financiamento imobiliário no caso dos servidores públicos, o projeto poderá resultar em impacto negativo para o conjunto dos consumidores no mercado bancário nacional.

O cadastro restritivo foi criado pela sociedade para evitar que pessoas inadimplentes na praça viessem a contrair novas dívidas, sem antes quitar as anteriores. E, caso venha a ser permitido que pessoas inadimplentes possam adquirir novos empréstimos, mesmo na modalidade de consignação em folha de pagamento, colocar-se-á em risco o equilíbrio sistêmico da relação de consumo. Além disso, na operação de crédito consignado, não está afastado o risco de inadimplência, que pode decorrer de ação unilateral da fonte pagadora, mediante a não concretização do repasse ao banco, bem como de atitude do próprio tomador.

Portanto, tendo em conta a boa prática bancária, as instituições devem obter todos os elementos necessários ao julgamento adequado da capacidade de pagamento ao tomador. Apesar de caracterizada a associação do risco de crédito a convenente para confirmação da contratação, são realizadas análises de cadastro e renda dos tomadores, observando, em determinadas restrições, também definidas em lei, condições impeditivas à efetivação da referida contratação.

A Resolução do Bacen nº 2.682/99, em seu artigo 2º, determina que as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar suas operações de crédito, observando os critérios determinados pela citada Resolução, a qual, notadamente, dispõe em seu parágrafo único: "A classificação das operações de crédito de

titularidade de pessoas físicas deve levar em conta, também, as situações de renda e de patrimônio bem como outras informações cadastrais

do devedor".

Convém ainda lembrar que o Brasil é signatário de acordos e tratados internacionais de suma importância para o funcionamento adequado do sistema financeiro mundial, tais como os acordos de Basileia I e II e, portanto, a observância efetiva do Banco Central reveste-se ainda de maior cuidado. Frise-se ainda que não deve ser concedido financiamento às pessoas cadastradas no Cadin (Lei nº 10.522, de 2002) ou inadimplentes perante órgão da Administração Pública federal ou que estejam com situação cadastral em desacordo com a legislação vigente a qual a instituição esteja obrigada a cumprir.

Por fim, caso a proposição prospere, é possível que o tratamento diferenciado dado exclusivamente aos servidores públicos, ainda que apenas aos servidores efetivos, conforme reza a emenda aprovada na CCJ, contribua para a elevação do já elevado *spread* bancário brasileiro. Afinal, em decorrência do aumento do risco de inadimplência, é possível e até provável que as instituições financeiras compartilhem com toda a sociedade o custo dessas operações, elevando as taxas de juros cobradas a todos os demais consumido-

res. Ou ainda, poderíamos assistir ao fim ou à redução expressiva de linhas de crédito oferecidas por bancos aos servidores públicos para aquisição de imóveis.

Voto.

Diante do exposto, contrariamente ao entendimento do Relator, voto pela rejeição, por esta Comissão, do PLS nº 527, de 2007.

É o meu voto em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Senadora Gleisi.

A matéria está em discussão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, veja que estamos tratando... Eu citei o caso dos aposentados, porque os aposentados podem acessar o sistema financeiro de forma ampla, não apenas os bancos públicos, mas de forma ampla, sem atender a esse critério. Ele acessa direto na conta para adquirir o seu empréstimo. Por quê? Porque é uma consignação, vai ser descontado na folha de pagamento.

No caso, trata-se de imóvel destinado exclusivamente para servidores públicos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. É claro que todos os outros cadastros serão examinados. A única dispensa que se está solicitando é a do cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito na área comercial em geral, pois quem compra uma geladeira e está um mês atrasado, fica fora do sistema financeiro. Então, tira-se esse entrave, tira-se esse incômodo do sistema.

Eu sempre vejo resistência, especialmente nos órgãos, não é exatamente uma resistência do Governo; é uma resistência da estrutura burocrática do Estado brasileiro. Lembremos a peleja gigantesca que travamos em torno do Simples, que começou no governo Fernando Henrique. Aprovamos a primeira matéria no final do governo Fernando Henrique contra toda a estrutura do Secretário da Receita Federal, do Ministro da Fazenda e até do fiscal da Receita Federal. Todos eram absolutamente contra. Dizia-se que ia ser um prejuízo para a Nação, que haveria queda na arrecadação. Tudo isso se mostrou absolutamente falso. Quando se aprovou o Simples, o primeiro Simples, houve aumento na arrecadação e foi tão positivo que nós ampliamos o Simples em seguida e já estamos discutindo uma ampliação ainda maior do Simples.

Por essa razão, considero positivo o voto em separado da nossa querida Colega Gleisi Hoffmann, mas imagino que seria mais ajustado aceitarmos as posições adotadas pelo Senador Sérgio Zambiasi. Acho que ele está em uma direção correta. Assim, a gente desembaraça um pouco o caminho daqueles que vão pagar na sua folha de pagamento. Saiu seu salário, já vem lá descontado. É bom demais, não tem quem não queira vender o imóvel para quem vai pagar desse jeito. O risco futuro, de perder o emprego, ser expulso do serviço público, ocorre em todo tipo de empreendimento. De qualquer maneira, valeria para todos esses tipos de prejuízo em perspectiva de poder acontecer alguma coisa. Sim, pode acontecer alguma coisa e aí eu não tenho como resolver. O objetivo que eu estou tratando de quem está na folha de pagamento.

Por isso eu peço a aprovação do projeto nos termos do que foi apresentado pelo nosso Senador Zambiasi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PMDB – MS) – Senador Acir Gurgacz. Depois, Senador Cristovam e Senadora Gleisi.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, Relator Senador Inácio Arruda, a preocupação, pelo que entendi, é que os bancos tenham a garantia do recebimento. Dessa forma, o banco terá total garantia do recebimento. A minha pergunta é: se esse cidadão já está no Cadin, já está endividado...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – No Cadin... Os outros cadastros não entram. Tem cadastros que são obrigatórios e ele vai atender.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Se ele já endividado, Sr. Presidente, como é que ele vai conseguir pagar... Pagar essa conta ele vai pagar, porque está garantido, vai estar consignado ao banco, mas e o feijão e arroz de casa?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas é para essa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Em outras palavras seria isso. As dívidas antigas vão ficar sendo renegociadas. Essa dívida nova terá garantia do pagamento porque vai estar consignada, mas ele vai estar ainda mais endividado porque já tem uma dívida.

É só essa a minha colocação, porque eu realmente tenho preocupação com o projeto. Não com a garantia do banco, mas com a garantia do trabalhador, porque ele que tem que ter a preocupação nossa em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Acir, querendo acrescentar algo mais. Nós estamos sendo muito liberais na economia brasileira com o endividamento das pessoas. Eu creio até que esta Comissão deveria se debruçar sobre o estado da economia bra-

sileira em relação ao endividamento das pessoas – nem falo do Estado.

Esta semana ouvi um jornalista na rádio dizendo que endividar-se é bom para o crescimento, porque as pessoas compram coisas, mas esquecem que uma dívida hoje é uma redução do consumo amanhã porque você vai ter que pagar a conta da dívida e não vai poder comprar o que deseja. E leva às famílias um risco claro social e um risco financeiro.

Eu vejo aqui um perigo ao fazer isso: a Caixa, feliz da vida porque sabe que vai receber seu dinheiro; e a pessoa, feliz porque vai poder comprar a sua casa – e isso é fundamental – não faça seu *cash flow*, da sua contabilidade no médio e longo prazo e, amanhã, entre em inadimplência. E se isso funcionar bem e esse projeto for bom, seriam dois, três, cinco milhões de pessoas e, aí, o problema que é de uma pessoa se transformará em um problema social e econômico muito grave. Não para a estabilidade da Caixa, mas para a estabilidade da própria economia e das famílias.

E eu creio que talvez valesse a pena considerar uma audiência pública sobre o estado de endividamento das famílias brasileiras nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Vou passar ao Senador Luiz Henrique e, depois, ao Senador Armando Monteiro e, aí, a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, data vênia tem razão a Senadora Gleisi Hoffmann por seu voto em separado, primeiro, pelo princípio de isonomia, princípio basilar da nossa estruturação jurídica, segundo o qual todos são iguais perante a lei. O Projeto efetivamente abre um privilégio para quem seja servidor público efetivo.

Por outro lado, pelas razões já elencadas pelo Senador Cristovam Buarque, duas coisas estão avançando perigosamente neste País: o endividamento das pessoas, principalmente das pessoas mais humildes, pela facilidade do crédito, pela facilidade do uso do cartão de crédito e tudo mais. E, segundo, a obesidade. São dois fatores que preocupam hoje o cenário brasileiro. O endividamento das pessoas e o avanço da obesidade. Por isso, no sentido de garantir a isonomia, no sentido de pôr uma trava no endividamento das pessoas, acompanho o voto em separado da Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na linha do que foi aqui colocado muito bem, a meu ver, pelo nosso eminente colega, Senador Cristovam, eu acho que essa questão do endividamento da pessoa física no Brasil é algo que merece uma avaliação ampla. Mas eu queria colocar aqui o elemento fundamental. Não é que o endividamento do Brasil seja medido sobre o PIB, sobre alguns conceitos elevados. É que o Brasil tem uma taxa de juros que é a mais alta do mundo. Então, dever no Brasil é um risco porque, quando se adotou essa modalidade do crédito consignado, alguns apontavam isso como sendo algo que indicava uma redução de *spreads* no Brasil. Como é uma garantia muito concreta que os agentes financeiros tinham, então, apontam que a taxa de juros é baixa. É o contrário, Sr. Presidente. As operações de crédito consignado são as que mais revelam o aspecto absolutamente inaceitável do regime de *spreads* vigente no Brasil. Porque é uma operação que não envolve risco para o agente financeiro a taxas de juros que estão sendo operacionalizadas – taxas reais – de 20% ao ano, 30, 32 nominais nas operações de crédito consignado. Então, nas condições do Brasil, meu caro Senador Cristovam, realmente, o endividamento é algo extremamente preocupante. Nesse sentido, eu me alinho com a preocupação da Senadora Gleisi, achando que não podemos facilitar esse processo, além dos aspectos jurídicos que foram tão bem trazidos pelo Senador Luiz Henrique e que dizem respeito à isonomia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Casildo, o Senador Cyro e, depois, Senadora Gleisi.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, além do princípio da isonomia, que é relatado pelo Senador Luiz Henrique, acho importante a questão levantada pelo Professor Buarque, do endividamento. Tenho amigos que comprometem mais ou menos 70% ou 80% de seus ganhos em compra de automóveis. Dizem: "Não, porque eu tenho um, minha senhora tem outro e tal". E comprometem esses valores porque é possível, porque têm esse crédito consignado. E aí vem aquilo que diz o Senador Armando Monteiro: o *spread*, o custo disso tudo, que é coisa do outro mundo. Depois de comprar um carro, paga-se outro também. É uma loucura! Isso é algo realmente preocupante, esse endividamento generalizado. Em relação a essa consignação, eu também tenho minhas restrições. Em que pese a idéia do Senador Zambiasi, de facilitar; em que pese a linha adotada pelo Senador Inácio Arruda, o que respeitamos, há o princípio que hoje se prega muito, que é o regime geral e o regime público, o que começa a criar um pouco de animosidade porque falta isonomia. Acho que isso realmente cria certa animosidade na própria sociedade. E como diz o

Senador Cristovam, nós temos aí uns 5 milhões, mais ou menos, que iríamos contemplar com facilidade, mas há também outros 170 ou 185 milhões... Quer dizer, isso cria um pouco de animosidade. Eu acho que, podendo levar as coisas mais ou menos genéricas para todos, talvez alguma regra geral, mas respeitando os princípios, o que é bem melhor.

Em razão disso, fico também com o Relatório Substitutivo da Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Cyro. Depois, concluindo o debate, a Senadora Gleisi.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente,... (*Fora do microfone. Inaudível.*)... até porque, acho que a gente peca em liberar um novo empréstimo, sendo que a pessoa é inadimplente.

Acho que o Senador Zambiasi se preocupou com o conforto de quem estaria fazendo empréstimo consignado; é confortável ter na folha de pagamento. Mas eu concordo plenamente com o que a Senadora Gleisi expôs, ou seja, que a gente tenha sempre esse cuidado com a isonomia, senão a dívida antiga nunca vai ser paga, porque ela está sendo ocupada por uma nova e não foi tomada nenhuma providência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, sinto-me contemplada pelos argumentos que me antecederam. Só gostaria de solicitar, com base no art. 311, do Regimento Interno, a preferência de votação para o voto em separado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, só um esclarecimento, pois a votação me parece que não precisa ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A votação é simbólica, mas nós estamos verificando aqui que, pelo posicionamento da grande maioria dos Srs. Senadores...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro, todo mundo aqui é bem sabido, é bem esperto, não tem dificuldade.

É só para esclarecer que a modalidade de empréstimo consignado não vai acabar. Parecia que ia acabar o empréstimo consignado, mas não vai acabar. O empréstimo consignado não vai acabar porque isso é uma galinha dos ovos de ouro.

Então a gente devia fazer um debate para acabar com esse modelo de empréstimo consignado, que endividou os aposentados extremamente, continua endividando, mas que se transformou num grande e fabuloso negócio no Brasil.

E o que quis o Zambiasi foi criar uma espécie de facilidade, tendo em vista que para os servidores públicos era quase uma garantia. É isto: não se mexe, os empréstimos consignados, para todas as modalidades, estão mantidos; ninguém vai mudar isso aqui, porque o Projeto não trata exatamente desta questão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – É um grande negócio. O Banco Rural de Minas Gerais que o diga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, se todas as Srªs Senadoras e todos os Srs. Senadores estiverem de acordo com a priorização da votação pelo voto em separado da Senadora Gleisi...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Claro! Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação o voto em separado da Senadora Gleisi Hoffmann.

As Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aprovado, com voto contrário, por razões óbvia, do Senador Inácio Arruda.

Vencido o relator, designo a Senadora Gleisi Hoffmann relatora do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

Retorno ao Item 8, que é do Senador Aloysio Nunes, e, depois votaremos só os requerimentos, para que a gente conclua a reunião de hoje.

ITEM 8:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2006
(Não terminativo.)

Altera a Lei nº 9279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações, relativos à propriedade industrial, para coibir concorrência parasitária.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O relatório é favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCT.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCT.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma consulta. Sei que o Senador Aloysio havia retirado este projeto de pauta, mas eu não me lembro se ele já havia lido esta matéria na Comissão, porque eu gostaria de solicitar vista do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Não foi lido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não me lembro. Na minha idade, Senadora – e para a senhora chegar a essa idade, vai demorar muito ainda –, a senhora verá que a memória, às vezes, para fatos recentes, nos foge.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Retorna a esta Comissão para apreciação o PLS nº 308, de 2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que visa promover alterações na Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996, a chamada Lei de Propriedade Industrial.

Segundo o autor, embora a referida lei proteja as marcas de alto renome em todos os ramos de atividade, as demais marcas, que não gozam desse *status*, somente encontram proteção nos ramos de atividade para o qual o titular tenha solicitado o registro. Isso possibilita que marcas medianamente famosas, com inegável prestígio e reputação, possam ser utilizadas maliciosamente em outros ramos de atividade para os quais não estão protegidas, já que o violador não é concorrente direto do detentor da marca.

Essa prática configuraria a concorrência parasitária, que pode causar o enriquecimento indevido do utilizador e gerar danos à imagem do produto ou serviço protegido pela marca.

No sentido de corrigir tal distorção, o autor propõe duas alterações na Lei da Propriedade Industrial. Em primeiro lugar, acrescenta parágrafo único ao art. 124, proibindo o registro de reprodução ou imitação capaz de causar confusão ou associação com a marca alheia, ainda que não idêntica ou semelhante, desde que o titular demonstre a concorrência desleal, o prejuízo a sua imagem ou utilização indevida de sua imagem corporativa ou de seu prestígio. Em seguida, adiciona o inciso XV ao art. 195, incluindo entre as hipóteses de cometimento de crime de concorrência desleal quem usa ou imita marca para denegrir a imagem da empresa, produto ou serviço, ainda que não concorrente no mesmo mercado, ou aproveita-se injustificadamente da fama, prestígio ou imagem corporativa de titular da marca, a fim de obter vantagem econômica em ramos de atividade no qual a marca não está protegida.

O PLS 308 de 2006 foi inicialmente distribuído à CAE. Mas, por força de aprovação do Requerimento 665/2007, do Requerimento 665/2007, do Senador Wellington Salgado, foi redirecionada para apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O Senador Antônio Carlos Júnior apresentou parecer favorável ao projeto, tendo sido aprovado nesta Comissão com reparo na numeração do artigo de vigência e Emenda de Redação que altera a ementa do projeto.

A proposição será posteriormente apreciada pela Comissão de Educação para decisão em caráter terminativa.

O PLS 308 está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o Inciso XXIV do art. 5º, que explicita as necessidades de lei para assegurar proteção à propriedade das marcas, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico do País. Atende também aos requisitos constitucionais referentes à competência legislativa da União (221) e às atribuições do Congresso (48) e à iniciativa das leis (61 *caput*). Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está de acordo com as regras da Lei Complementar 95.

Com relação ao mérito, julgamos pertinente a medida proposta no projeto em função de se coibir a prática de utilização do prestígio, do renome e fama de uma determinada marca, obtidas e construídas com dispêndio de numerário e criatividade, para promoção de outro negócio, sem nenhum risco e custo, mesmo no caso em que não exista uma concorrência direta no mercado.

O ato de depósito de marca alheia renomada, ainda que para designar produto ou serviço distinto do original, deve ser cerceado pois pode implicar a possibilidade de por um lado causar dano concreto à reputação da marca afamada e, por outro, o enriquecimento sem causa, ambas as situações a serem combatidas em prol do bom funcionamento da economia brasileira.

Dessa forma, o projeto vem preencher uma lacuna importante deixada na lei de propriedade industrial, que não protege a marca já consolidada a ser utilizada em outros segmentos do mercado, gerando prejuízos para o detentor original da marca e também para os concorrentes honestos dos potenciais violadores.

Em termos de técnica legislativa, conforme assinalado no parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, o projeto merece dois reparos. O artigo de vigência deve ser numerado como artigo terceiro, e não como segundo. E a ementa deve ser reformulada, a fim de explicitar tão somente que a Lei nº 9.279, de maio de

1996, regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, suprimindo a expressão "*para coibir a concorrência parasitária*".

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS Nº 308, de 2006, na forma aprovada pela CCT.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Em discussão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) - Sr. Presidente, gostaria de reiterar, conforme falei antes do Senador Aloysio Nunes iniciar a leitura, gostaria de pedir vistas desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Pedido de vistas ao Item 8, pela Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Pela ordem, a Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Nós entraremos agora nos requerimentos. Eu tenho um compromisso na Comissão de Relações Exteriores, que é um almoço às 13 horas, e já são 13 horas e eu tenho que – até porque tinha confirmado a minha presença.

Gostaria, se fosse possível, antecipar a votação do Item 15, que é um requerimento de minha autoria ou então, se não for possível, mesmo eu não estando gostaria que essa Comissão avaliasse e obviamente o aprovasse.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª submetesse ao plenário a proposta de que todos os requerimentos fossem votados em conjunto, em bloco.

Os pareceres são todos favoráveis e isso iria abreviar bastante a decisão do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Mais uma vez um objetivo Senador Dornelles.

Portanto, eu coloco em votação os Itens 12, 13, 14, 15 e 16.

ITEM 12

REQUERIMENTO N° 18, DE 2011

Do Senador Ricardo Ferraço, com relação ao PLS nº 72, Audiência Pública com o Economista Luis Paulo Rosemberg.

Ninguém é perfeito, o homem é Corintiano.

ITEM 13

REQUERIMENTO N° 19, DE 2011

De audiência Pública com a finalidade de discutir a dívida dos Estados brasileiros.

Com a presença do Sr. Caros Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil, Everardo Maciel, ex-Secretário, o Sr. João Raimundo Colombo, Exmº Governador de Santa Catarina, Marcelo Déda Chagas, Governador do Estado de Sergipe, Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo, Eduardo Campos, Governador de Pernambuco.

Autoria: Senador Luiz Henrique da Silveira.

ITEM 14

REQUERIMENTO N° 20, DE 2011

É com relação a examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira.

Com a presença:

- Sr. Robson Andrade, Presidente da CNI;
- Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente ABIT;
- Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da ABIMAQ;
- Srª Erenice Cabral, da Conacovest; e
- Sr. José Roberto Mendonça de Barros, economista.

Isso é iniciativa dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro.

ITEM 15

REQUERIMENTO N° 21, DE 2011

Discussão do desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão decorrentes da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais.

Com a presença:

- Sr. Bernardo Figueiredo, da ANTT
- Sr. Moacyr Servilha Duarte, da ABCR
- Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização 1 do Tribunal de Contas da União; e
- Sr. Aurélio Rios, Subprocurador-Geral da República

Esse é o requerimento apresentado pela Senador Gleisi Hoffmann.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Tem mais um item.

ITEM 16

REQUERIMENTO N° 22, DE 2011

Do Senador Flexa Ribeiro, para incluir na Audiência Pública de que trata o requerimento de nº 17,

de 2011, do Governador do Pará, Governador Simão Jatene.

Então esses são os requerimentos constantes dos itens 12, 13, 14, 15 e 16.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, para solicitar uma retificação. Que ao invés do Secretário da Receita Federal do Governo Fernando Henrique e o atual, seja o atual Secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho; e o *expert* nesse assunto, funcionário do BNDES, Sr. José Roberto Afonso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quer dizer que, no lugar do Secretário da Receita Federal do Brasil, o Dr. Arno...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim; o Secretário do Tesouro Nacional. E, no lugar do ex-Secretário da Receita Federal do Brasil, o...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O Sr. José Roberto Afonso, funcionário do BNDES à disposição do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Sr. José Roberto Afonso.

Se todos estiverem de acordo...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PT – CE) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – (...) permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Portanto, aprovados os itens de nºs 12, 13, 14, 15 e 16.

E nós vamos comunicar, Senador Ricardo Ferraço, todas as datas das audiências públicas. São muitas as audiências, e nós precisamos limpar a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aproveito também para ler aqui os requerimentos apresentados.

Há sobre a mesa requerimento do Senador Demóstenes Torres...

Os Srs. Senadores que tiverem outras atividades já podem se deslocar, uma vez que só vou fazer a leitura dos requerimentos, conforme determinam os atos aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, com base no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei do Senado de nº 86, de 2011-Complementar, que altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para tratar das transferências voluntárias a Municípios com população de até 50 mil habitantes, com a presença dos seguintes convidados:

- Srª Samantha Chantal Dobrowolski, Procuradora Regional da República da 3ª Região;

- Srª Luciane Pereira, especialista em finanças públicas e controle externo, 2ª Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e

- Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Portanto, este, o requerimento do Senador Demóstenes Torres.

O outro requerimento é de autoria do Senador Alvaro Dias.

Inclusive, registro que, como liberei os Senadores porque hoje tivemos duas reuniões da CAE – a primeira, principalmente, muito conturbada –, estamos abrindo uma exceção para ler os requerimentos na ausência dos Senadores.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, seja feito convite às autoridades abaixo relacionadas para que, em audiência pública no âmbito desta Comissão, sejam discutidas as implicações para a economia brasileira das interferências políticas e partidárias na gestão de empresas estatais e privadas.

Nesses termos, solicito que, para participarem da audiência pública acima citada, sejam convidadas as seguintes autoridades:

- Srª Maria Helena dos santos Fernandes de Santana, Presidente da CVM;

- Sr. Armínio Fraga Neto, Presidente do Conselho de Administração da BMF-Bovespa;

- Sr. Gilberto Mifano, Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); e

- Sr. Carlos Antonio Rocca, especialista em mercado de capitais.

Ainda mais um requerimento, este apresentado por mim mesmo.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado federal, a inclusão do nome do Secretário Estadual de Transportes do Estado de São Paulo, Exmº Sr. Saulo de Castro, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento de nº 13, de 2011-CAE.

Foi uma solicitação do Senador Aloysio Nunes para aquela audiência pública sobre ferrovias.

E também outro requerimento de minha autoria e do Senador Walter Pinheiro.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com participação da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, audiência pública com o objetivo de debater sobre a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional;

- Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística...

Muito possivelmente nós vamos juntar essa audiência pública com... Já temos audiência pública aprovada para ouvir, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente do IBGE e o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Esse é um requerimento apresentado pelo Senador Walter Pinheiro e por mim.

Portanto, nada mais havendo a tratar, darei por encerrada esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Informo que, na terça-feira, às 9h30...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgaz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, por sua atuação à frente desta Comissão!

Hoje, assuntos importantes foram tratados aqui.

Esse projeto da regularização do livro digital, que aprovamos hoje, é muito importante, para que nossos alunos e todos os brasileiros tenham acesso à leitura, a um custo mais baixo. Ele custa em torno de 10% a 15% do valor de um livro normal. Entendo que isso é importante.

Também fiquei contente pela referência que V. Exª fez ao meu time, o Corinthians.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Parabéns pelo projeto de V. Exª, aprovado hoje! Não posso parabenizá-lo pelo segundo item, lamentavelmente, até porque sou são-paulino.

Quero agradecer a todos.

Também agradeço a paciência à competente Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos, porque, hoje, o dia foi bastante confuso.

Marco uma reunião conjunta para a próxima semana. Às 9h30, Começaremos uma reunião conjunta entre a CAE, a CCJ e a Comissão de Relações Exteriores, para discutir o fuso horário. Espero que o Senador Ferraço, nessa tarefa hercúlea, apresente um relatório que atenda ao Estado do Amazonas e ao Estado do Pará. Depois, faremos a nossa reunião ordinária, a reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos!

(Levanta-se a Reunião às 13 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às onze horas e quatro minutos do dia onze de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Mário Couto, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, Renan Calheiros e Roberto Requião. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: O Presidente comunica aos Senhores Senadores e às Senhoras Senadoras o recebimento do Ofício/PGR/GAB/ Nº 557 do Ministério Público da União, por meio do Procurador-Geral da União, Dr. Roberto Monteiro Gurgel

Santos, que solicita autorização para o remanejamento de dotações orçamentárias no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de Reais), decorrentes de Emenda aditiva para a Ação: "Modernização das Instalações do Ministério Público Federal", de autoria desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para suplementação das Ações: "Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do MPDFT"; "Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça em Ceilândia"; e "Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário". O Presidente submete ao Plenário o remanejamento, que é aprovado. A Presidência determina a comunicação da aprovação ao Procurador Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, e o encaminhamento desta Ata, aprovada ao final da Reunião, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011** Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 31/03/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que recebeu Parecer pela prejudicialidade. Em 06/04/2011, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que recebeu Parecer pela rejeição. Em 13/04/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 04/05/2011, foi recebido Voto em Separado do Senador José Pimentel, com voto favorável à matéria, que foi incorporado parcialmente ao Relatório. Em 04/05/2011, durante a discussão, o Senador Pedro Simon apresentou sugestões ao Substitutivo, acolhidas pelo Relator. Em 11/05/2011 foi recebida a Emenda nº 4, de iniciativa do Senador Romero Jucá, acolhida parcialmente pelo Relator. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2011** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2011** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 4) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010** Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Em 27/04/2011, foi concedida vista aos Senadores Flexa Ribeiro e Marcelo Crivella, nos termos regimentais. A matéria será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 5) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2011** Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, posteriormente, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2010** Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela reautuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Adiado. REQUERIMENTOS APRECIADOS 1) REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a ouvir, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, a Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, sobre os avanços registrados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nestes 6 anos desde a sua criação." **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática– CCT; Assuntos Econômicos – CAE; Educação, Cultura e Esporte – CE; e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; alte-

ra a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados: Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA; Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL; Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; e Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos. Pediria um pouquinho de silêncio à assessoria para começarmos os trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Comunicado.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do Ofício nº 597, de 2011, do Senado Federal, da Primeira Secretaria, que dá conhecimento à CCJ do Aviso nº 11 – MF, do Sr. Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega, que, por sua vez, encaminhou ao Senado Federal o Memorando nº 371, de 2011, de 02 de maio de 2011, da Secretaria da Receita Federal.

O mencionado memorando responde ao Requerimento nº 769, de 2010, desta CCJ, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, ao Ministro de Estado da Fazenda, cópia integral das investigações realizadas pela Receita Federal para apurar responsabilidade sobre a quebra do sigilo fiscal de Eurípedes Soares da Silva, pai de Francenildo Santos Costa.

Em resposta, o Secretário da Receita Federal informa que não consta nos assentamentos da Secretaria nenhum registro relativo à alegada quebra de sigilo fiscal do contribuinte em questão. Logo, não há registro de pertinente apuração.

O referido documento será enviado para o gabinete dos membros desta Comissão via *e-mail*.

Comunico ainda às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do Ofício da PGR-Gabinete nº 557, do Ministério Público da União, por meio do Procurador Geral da União, Roberto Gurgel Santos, que solicita autorização para o remanejamento de dotações orçamentárias no valor de R$30 milhões, decorrentes de emenda aditiva para ação e modernização das instalações do Ministério Público Federal, de autoria desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para suplementação das ações de construção da segunda etapa do edifício sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); construção do edifício sede da Promotoria de Justiça em Ceilândia, em defesa do interesse público do Poder Judiciário.

Submeto ao Plenário desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o remanejamento das dotações orçamentárias nos termos da solicitação da Procuradoria Geral da República.

Alguém deseja se manifestar sobre este item, o Ofício nº 557?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, esta é uma matéria que foi decidida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no ano passado e, depois, referendada na Comissão de Orçamento.

Foi uma rubrica destinada integralmente ao Ministério Público da União, mas com o compromisso do Procurador Geral da República de repassar parte da verba para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Agora, o Procurador-Geral da República cumpre a sua palavra e pede que haja o remanejamento.

Então, quero parabenizar ao Dr. Gurgel. Com certeza, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com essas novas edificações, terá condições

de melhor atender ao público e proporcionar uma Justiça mais adequada.

De sorte que peço a todos que votem favoravelmente à aprovação deste ofício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo manifestação em contrário, apenas a manifestação do Senador Demóstenes Torres pelo acolhimento do Ofício nº 557, do Gabinete da Procuradoria Geral da República, declaro autorizado o remanejamento e dotação orçamentária, nos termos solicitados pelo Chefe do Ministério Público da União.

Será comunicada a decisão, por ofício, ao Exmº Sr. Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República, e encaminhada a ata desta reunião à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Apenas para lembrar que o arquiteto dessa operação que possibilitou melhorias ao Ministério Público do Distrito Federal, foi o então Relator Gim Argello, que aqui se encontra. Também, em reunião de que participou o Procurador-Geral da República, a Chefe do Ministério Público do Distrito Federal, ele encontrou essa engenharia, que agora o Procurador-Geral da República honra sua palavra e passa parte dos recursos para o Ministério Público do Distrito Federal.

Só para fazer o reconhecimento da atuação do Senador Gim Argello, nesse caso, em benefício do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Será comunicada a decisão por ofício ao Procurador-Geral da República e encaminhada ata desta reunião à Comissão de Orçamento. Por esse motivo, no final da presente reunião, vamos aprovar a ata da reunião de hoje, para que haja tempo hábil para entrega desse documento à Comissão Mista de Orçamento.

A reunião de hoje destina-se à deliberação dos itens 1 a 6.

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Autoria: Senador José Sarney e outros, inclusive este Presidente.

Relatoria: Senador Aécio Neves

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

– Em 31/03/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que recebeu parecer pela prejudicialidade;

– Em 06/04/2011, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que recebeu parecer pela rejeição;

– Em 13/04/2011, foi lido o relatório do Senador Aécio Neves e foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

– Em 04/05/2011, foi recebido voto em separado do Senador José Pimentel, com voto favorável à matéria original;

– Em 04/05/2011, durante a discussão, o Senador Pedro Simon apresentou sugestões ao substitutivo, acolhidas pelo Relator Senador Aécio Neves;

– Em 11/05/2011, foi recebida a Emenda nº 4, de iniciativa do Senador Romero Jucá;

– Em 04/05/2011, foi lido voto em separado de iniciativa do Senador José Pimentel, e feitas as considerações finais pelo Relator Senador Aécio Neves.

Coloco a matéria em discussão. No.

No entendimento desta Presidência, V. Exªs, depois de um longo debate, buscaram o que desejamos para esta Comissão, que ela não seja aqui o palco da disputa política, mas o palco dos entendimentos dos interesses de todos os brasileiros.

Eu concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Lindbergh Farias e, em seguida,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Lindbergh abre mão da palavra e, por esse motivo,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Abro mão, não. Eu fico em segundo, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Exª pede a permuta da palavra e não abre mão dela. Jamais o Rio de Janeiro faria isso, principalmente V. Exª que militou tão brilhantemente no movimento estudantil.

Passo a palavra ao Relator da matéria, esperando que, no dia de hoje, cheguemos a um entendimento. Ficaremos aqui, temos mais cinco itens na pauta, mas vamos esgotar esse item, que entendo ser importante para o Brasil.

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente Eunício, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, acho que todos, muito antes de chegarmos aqui

e principalmente depois de chegarmos ao Congresso Nacional, aprendemos a máxima de que o ótimo, muitas vezes, é inimigo do bom.

Eu apresentei algumas semanas atrás o meu substitutivo em torno de uma matéria que considero, entre todas, por estar na base daquilo que acontece no Congresso Nacional, talvez a de maior implicação e mais relevante, e, a partir do início da discussão, percebemos que ela realmente atraía não apenas o interesse do Congresso, do Senado da República, mas também de parcela expressiva da sociedade brasileira, cito em especial a Ordem dos Advogados do Brasil, com quem estivemos.

Na verdade, essa matéria busca regulamentar, reordenar a tramitação do instituto das medidas provisórias no Congresso Nacional. Os debates se iniciaram e muitos acreditaram que nós teríamos um impasse que impossibilitaria qualquer avanço. Mas devo aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, saudar, em primeiro lugar, V. Exª, pela paciência que teve, pela compreensão que teve, em razão da delicadeza do tema, ao nos dar o tempo necessário para avançar se não no limite que alguns de nós gostaríamos, mas, acredito, na direção correta.

O ilustre Senador Pimentel apresentou aqui um voto em separado, que foi uma contribuição enorme à construção desse novo texto. Inúmeros líderes partidários conosco discutiram. Lembro-me que o Senador Lindbergh talvez tenha sido o primeiro a se manifestar na busca da construção desse entendimento, ao lado do Senador Vital, do Senador Jorge e, por fim, as grandes lideranças da Casa, em especial Parlamentares que me ajudaram na construção do texto inicial, Senador Demóstenes, Pedro Taques, Aloysio, entre tantos, possibilitou-nos compreender, de forma muito clara, que todos queríamos a mesma coisa. Alguns tinham preocupações mais exacerbadas, até pelas responsabilidades circunstanciais que têm, como é o caso do nobre Líder Romero Jucá, que teve uma participação decisiva na construção desse texto, mas todos compreendemos que é necessária uma alteração na sistemática atual que impeça a utilização permanente e abusiva de medidas provisórias sobre temas que poderiam estar tramitando na Casa a partir de projeto de lei, mesmo que em regime de urgência urgentíssima. E uma preocupação acessória que vem nos preocupando a todos, independente de sermos base ou oposição, é o número de matérias não correlatas introduzidas numa mesma medida provisória, muitas vezes, por ação do relator da matéria.

Portanto, faço apenas essa rápida retrospectiva, já atendendo à solicitação anterior de V. Exª, não farei novamente a leitura completa do meu relatório, mas já que este deixa de ser, neste instante, o relatório do Senador Aécio para ser uma construção coletiva de toda esta Comissão, de base e de oposição, permito-me apenas fazer referências às alterações introduzidas naquele relatório que já consta dos Anais desta Comissão.

Não posso deixar de citar também o Senador Pedro Simon, que deu uma contribuição importante no artigo em grande parte incorporado a este projeto e cada uma das outras Srªs e Srs. Senadores que conosco contribuíram.

Passo à questão central daquilo que hoje aqui vamos votar.

A minha primeira preocupação, Sr. Presidente, em meu relatório, era introduzir aquilo que prevê a Constituição, o mecanismo que efetivamente analisasse a relevância e urgência, portanto, a constitucionalidade das medidas provisórias. Eu havia proposto inicialmente que as medidas provisórias passassem a viger apenas após a análise da constitucionalidade feita por uma comissão especial da Câmara e do Senado, mas, dentro do acordo, estamos fazendo a seguinte modificação: as medidas provisórias passam a viger a partir do momento da sua edição, mas é constituída, como propunha no meu relatório, uma comissão mista especial com 12 membros do Senado, 12 membros da Câmara, que terá o prazo de dez dias para discutir a constitucionalidade da medida e para o emendamento. Estou sugerindo, Srs. Líderes, que seja de, no máximo, oito dias, para que possa haver um prazo mínimo de dois dias ao final, para a votação na Comissão. E um dado extremamente relevante: passa a Comissão a poder decidir, quando for o caso, pela transformação da medida provisória em projeto de lei, a tramitar em regime de urgência na Casa. Portanto, essa me parece uma medida extremamente importante. Esta comissão, repito, seria uma comissão permanente, a minha sugestão é no sentido de que fosse composta anualmente pelas duas Casas para que não incorramos novamente no equívoco de termos comissões específicas para cada uma das medidas provisórias – comissões que não se têm reunido.

Então, esse é o ponto central ou um dos pontos centrais das modificações que apresento. A medida provisória vigora imediatamente após a sua edição; a comissão mista, de 24 membros – metade de cada Casa – se reúne no prazo de dez dias para julgar a admissibilidade, com um prazo de oito dias, dentro desses dez, para emendamento, podendo a Comissão Mista transformar a medida provisória em projeto de lei a tramitar em regime de urgência.

Passo ao segundo momento, que é a tramitação da medida provisória, a partir do momento em

que, findo esse prazo, ela passa a tramitar pela Casa iniciadora, que é a Câmara dos Deputados. Nessa Casa, ele terá um prazo de sessenta dias; no Senado Federal, de quarenta e cinco dias. Os restantes quinze dias seriam destinados ao retorno à Casa iniciadora para apreciação de eventuais emendas incorporadas ao texto. Faço aqui uma ressalva da maior relevância: cada Casa terá uma tramitação completa da medida provisória. Isso significa que, se a Câmara dos Deputados eventualmente, no novo prazo que agora lhe é ofertado, como diz o Senador Pimentel, de 60 dias, derrotar ou eventualmente não cumprir esse prazo, não votar a medida provisória, ela, como qualquer outra matéria, matéria de lei, não vai à Casa seguinte, ela vai a arquivo. Ela tem que cumprir o rito completo em cada uma das Casas até para garantir a constitucionalidade da sua aprovação. Não podemos ter o risco de virar lei uma matéria que não foi votada em uma determinada Casa, sendo votada apenas em uma das Casas do Congresso Nacional.

Terceiro aspecto e, também, da maior relevância. Estamos constitucionalizando, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, aquilo que hoje é tratado por lei complementar. Estamos tratando efetivamente da redefinição de que a medida provisória tem que ter objeto específico. É do que estamos tratando no §13º, portanto, estamos constitucionalizando até porque um eventual recurso agora pode ser feito através de Adin e não em instância ordinária. Na verdade, o texto passaria a vigorar da seguinte forma, reproduzindo aquilo que já estabelece o art. 7º no seu § 2º: "A medida provisória e o projeto de lei de conversão não conterão matéria estranha a esse objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão".

Espero estar sendo absolutamente fiel ao entendimento construído por nós. Com isso, estamos chamando a atenção, no momento em que constitucionalizamos essa matéria, para a importância de que as medidas provisórias não introduzam matérias estranhas ao objeto que justificou sua origem, seja na edição, seja no emendamento ou mesmo na ação do relator, que é o que vem efetivamente ocorrendo hoje.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou sendo o mais sucinto que posso, abdicamos de outras restrições que havíamos sugerido, inclusive no que diz respeito à criação de cargos e funções que, na avaliação pessoal deste Relator, não se configuram matérias, em qualquer instante, relevantes ou urgentes. Mas, na busca do entendimento, é preciso que se façam concessões.

Eu chego ao final desse esforço, Sr. Presidente Srªs e Srs. Senadores, absolutamente recompensado. Se não demos o passo gigante que gostaríamos, como diz o Senador Aloysio, demos um passo consistente na construção de um futuro de maior isonomia entre as instituições.

Da mesma forma que, no ano de 2001, avançamos de forma considerável para permitir ao Congresso Nacional discutir as medidas provisórias que, até então, eram reeditadas sucessivamente, sem qualquer necessidade de avaliação, de discussão ou de emendamento, a partir de agora, temos a expectativa de que o próprio Poder Executivo compreenda que a medida provisória é um instrumento excepcional – necessário, sim, todos o reconhecemos –, mas excepcional e que não pode versar sobre matérias que não tenham afinidade ou conexão entre si.

Fico, portanto, Sr. Presidente, com esse texto final, cuja redação está sendo preparada, as modificações centrais são essas, preservada a utilização da medida provisória pelo Poder Executivo, mas, acredito eu, contido o abuso e as distorções que temos assistido não ao longo deste Governo apenas – e encerro com esta consideração –, mas ao longo de vários governos. Cabe, portanto, ao Congresso Nacional, cabe ao Senado da República dar um passo correto e consistente na valorização do Parlamento e das suas prerrogativas.

Da mesma forma que, por várias vezes, disse que tivemos dias ruins no Congresso Nacional, penso que este é um dia positivo para o Senado da República e, em especial, para esta Comissão, presidida com tanta firmeza e com tanta serenidade por V. Exª.

E a todas as Srªs Senadoras e a todos os Srs. Senadores que contribuíram para este projeto, que é de todos, meu muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu fico feliz pela busca do entendimento.

Nós vamos discutir e debater a nova proposta construída pelo Plenário, pelos Srs. Líderes, e apresentada pelo Relator, Senador Aécio Neves.

Passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Romero Jucá.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu serei...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está inscrito aqui.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas é pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas me permita, Sr. Presidente. Eu faria um apelo ao Sr. Relator no sentido de que fizesse uma síntese de como é o andamento. A medida é editada e chega, mas, em termos de número de dias, como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, eu vou passar a palavra ao Senador Romero e, em seguida, passo a palavra ao Senador Aécio para que ele esclareça a V. Exª sobre o relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu posso esclarecer rapidamente ao Senador Pedro Simon. A medida provisória é editada valendo – ela começa a valer da sua edição. Ela tem dez dias em uma comissão permanente de 24 membros – 12 do Senado, 12 da Câmara. Essa comissão vai receber as emendas durante oito dias – porque haverá um prazo para emendas – e, em até dez dias, vai dar o parecer sobre a constitucionalidade, pela urgência e relevância. Se, no prazo, for aprovada pela urgência, relevância e constitucionalidade, ela segue para o Plenário da Câmara, onde, no prazo de 60 dias, será votada. Se ela não for votada, cai, perde a validade. Repito: se nos 60 dias ela não for aprovada na Câmara, ela perde a validade. Assim, ela não virá ao Senado sem ser votada, como previa a proposta do Presidente Sarney.

Essa é uma posição também de reforço à posição da Câmara e do Senado. Da mesma forma, sendo aprovada na Câmara, ela virá ao Senado, onde terá 45 dias...

Eu só pediria, Senador Aécio, que nós colocássemos que, nos últimos 10 dias, tanto na Câmara como no Senado (60 e 45, respectivamente), trancasse a pauta, como ocorre hoje, porque, efetivamente, dar-se-ia prioridade a esse processo de votação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – De acordo, Sr.Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, nós...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acrescentar, então, ao texto do Senador Aécio Neves... Eu quero deixar bem claro que nós estamos construindo com o plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Exatamente. Acrescentar que, nos últimos dez dias...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, nós reintroduzimos o que ocorre hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como nós estamos construindo com o Plenário, Senador Aécio Neves, esse texto, estou repetindo apenas para que fique registrado nas notas taquigráficas.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Nos último dez dias, tanto na Câmara como no Senado, tranca a pauta. O Senado terá 45 dias, dos quais dez trancando a pauta, e será votada no Senado. Havendo modificação, terá mais 15 dias para que ela possa voltar à Câmara, com prazo para ser votada e discutida.

Quanto aos temas, só caberão emendas de temas conexos, correlatos, ou seja, que tenham algum tipo de relação. Esse também é um ganho importante para que, efetivamente, as medidas provisórias se restrinjam a temas específicos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É uma nova introdução ao texto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Na verdade, é um reforço de um posicionamento que a lei já define, mas que, na verdade, nós teremos temas; é claro que não haverá um objeto só. Por exemplo, matéria tributária. Em matéria tributária, podem entrar diversos assuntos sobre matéria tributária. Matéria administrativa é outra questão também. Então, é importante deixar essa ressalva, mas isso será discutido, caso a caso no seu momento, pelo Plenário, tanto da Câmara como o do Senado, quando surgirem emendas.

Eu quero apenas registrar duas questões. Primeiro, que é muito importante essa posição do Senado, essa posição que está sendo tomada por todo o Senado da República, Senadores e Senadoras, independente de ser da Base do Governo ou da Oposição. É uma posição que o Senado coloca perante o Congresso Nacional, perante o País, da forma como esse procedimento deve ocorrer.

Da parte do Governo, quero dizer que não se pedem prerrogativas; essa é uma questão interna do Congresso. O Governo não se imiscuiu. Eu dei as minhas opiniões como Senador da República, entendendo que era necessário fortalecer o Senado. Para o Governo, o que é importante é que o procedimento funcione bem, que as duas Casas possam discutir, emendar e melhorar as medidas provisórias. O Governo se via numa situação muitas vezes complicada, de a matéria chegar ao Senado faltando dois, três dias para cair e, portanto, sem poder receber a contribuição desta Casa.

Esta forma, na ótica do Governo, melhora o funcionamento do Congresso, define o papel das duas Casas. Portanto, na ótica do Governo, esse é um papel importante, relevante, é uma medida provisória que nós vamos ajudar a aprovar no plenário, Sr. Presidente, da forma mais rápida possível.

Eu gostaria, inclusive, de conclamar os líderes de outras formas, de quebrarmos interstícios e votarmos rapidamente esta matéria no plenário, como já fizemos em outros assuntos. Porque este é um assunto sério, grave e precisa ir para a Câmara o quanto antes. Ontem mesmo, nós votamos uma medida provisória importante, do Programa Minha Casa, Minha Vida. Tivemos que aprovar ontem, sem emendas, porque cairia hoje essa medida provisória.

Esse tipo de postura não pode se perpetuar, e a liderança do Governo vai encaminhar favoravelmente ao acordo que foi construído com todos os Senadores e Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores da Oposição, prestem atenção no compromisso do Senador Romero Jucá, líder do Governo, que, inclusive, vai dar parecer favorável no plenário do Senado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para consultar de público, Presidente, pela ordem, para contribuir e para que não haja qualquer dúvida. Como V. Exª mesmo disse, estamos construindo o texto agora, em plenário. Nós estamos introduzindo algo novo, porque, pelo que ouvi do Senador Romero e era o meu sentimento, o prazo da comissão não conta dentro do prazo da Câmara dos Deputados. Nós teremos os 10 dias mais os 60 dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, a ideia era que contasse, porque, se não contarmos, ampliaremos para mais de 120 dias a medida provisória. Então, eu acho que o prazo de 60 dias conta, por isso é que a Câmara dos Deputados tem 60 e o Senado tem 45. A não ser que a proposta seja aumentar o prazo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Não, o inicial era ficar em 120 dias. Eu achei que V. Exª estava propondo um prazo...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, mantenho os 120 dias. E é importante dizer também que, nos 45 dias do Senado, se ela não for votada nesse prazo, cai no Senado também. Então, haverá prazo de votação nas duas Casas.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Isso é importante. A medida provisória só vigorará definitivamente se aprovada pelas duas Casas. É aquilo que eu chamei de tramitação completa em cada uma das Casas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para debater a matéria, concedo a palavra, agora sim. ao Senador Lindbergh Farias.

V. Exª tem a palavra, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, hoje é um dia de vitória para esta Casa. Este humilde Senador – e não falo isso para tentar capitalizar politicamente – dedicou os seus esforços de uma semana na tentativa de construção desse entendimento, discutindo, Senador Pedro Simon, e lembrando, Senador Aécio, desde o começo deste debate... Lembro as primeiras falas, em que o Senador Walter Pinheiro fazia um discurso em plenário dizendo o seguinte: "Nós não aceitamos esse papel do Senado Federal ter que votar medidas provisórias no último dia". Lembro-me do Senador Pedro Simon, me chamando para uma conversa, dizendo: "Vocês que são jovens, que estão entrando agora no Parlamento, têm que fazer alguma coisa".

Então, o espírito da PEC do Presidente Sarney surgiu de um movimento desta Casa como um todo.

Acho que o Senador Aécio Neves e a Oposição entenderam isso. E agora, vou-me dirigir ao Líder do Governo, Romero Jucá, que nós vamos ter dificuldade de aprovar esta proposta na Câmara dos Deputados; acho que o Líder do Governo vai ter um papel importantíssimo agora. E quero dizer ao Governo Federal que ele tem que mediar uma negociação com a Câmara dos Deputados. Nenhum Senador ficou confortável com a votação da medida provisória, na semana passada, que versava sobre oito temas.

De forma que eu quero acrescentar, Senador Aécio Neves, dentro dessa proposta de acordo, um tema que, para mim, ficou de fora, que é a doutrina Temer. O que fala a doutrina Temer? Essa é mais uma contribuição aqui. A doutrina Temer diz – e está funcionando na Câmara dos Deputados –, de forma muito suficiente, que em relação a trancamento de pauta, que matérias que não possam ser passíveis de edição por medidas provisórias, ficariam fora do trancamento de pauta. (*Pausa.*)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não; não está assim não. Não é só isso. Então, eu gostaria que prestassem atenção. Isso permite dizer que nós podemos votar PEC, projeto de lei complementar, projetos de lei... Isso está contemplado?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para registrar que isso está contemplado. Inclusive a Lei da Ficha Limpa nós votamos com a pauta trancada por medidas provisórias, fizemos uma sessão extraordinária, e votamos a Lei da Ficha Limpa.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas é importante V. Exª ressaltar, para ficar claro, mas na nossa interpretação isso está preservado. E foi um avanço extraordinário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Maravilha! Também acho que a proposta que foi apresentada a esta Casa dos prazos é mais fácil de ser aprovada pela Câmara. A gente dá um prazo para a Câmara de 60 dias, sob pena de perder a eficácia. Então é mais fácil convencer a Câmara deste projeto do que o projeto anterior, o do Presidente Sarney. Porque, na verdade, a gente estaria jogando para a Câmara dos Deputados uma situação parecida com a nossa hoje a de ser obrigado a votar em dez dias, sob pena de a medida provisória perder a eficácia.

Acho que esse texto do Senador Aécio Neves facilita a aprovação na Câmara dos Deputados.

Eu não tenho mais o que falar. Eu só tenho a dizer a todos os Srs. Senadores que desejo parabenizá-los por esse entendimento. Quando vi aquela cena, aqui no começo, fiquei feliz por ser um Senador que começou os seus trabalhos, mas vendo este momento desta Casa, a Casa discutindo o seu fortalecimento. E, por fim, dizer que esta é uma batalha que está em curso, há toda uma negociação com a Câmara dos Deputados, complexa. Mas, volto a dizer, o Líder do Governo Romero Jucá vai ter um papel importantíssimo, para dizer que o Governo vai ter que mediar essa negociação com a Câmara dos Deputados; dizer que foi um projeto aprovado por consenso entre todos os Senadores, que reflete esse espírito do Senado Federal.

Para encerrar, parabenizo o Senador Aécio Neves por sua postura conciliadora, por entender que este não é um debate Situação x Oposição, mas que este é um debate de fortalecimento da Casa.

Está de parabéns todo o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, para atender a uma necessidade regimental e agradecer as palavras do Senador Lindbergh, que disse inicialmente que, entre tantos, foi o primeiro a buscar esse entendimento, eu quero dizer que acolhi parcialmente também as emendas apresentadas pelo ilustre Líder Romero Jucá, assim como incorporei parcialmente no meu relatório partes importantes do voto em separado do Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela ordem de inscrição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, acho que o Senado hoje dá uma lição de maturidade ao Brasil. Evidentemente, que nós temos aí problemas gravíssimos na tramitação da medida provisória. É óbvio que eu queria algo mais radical, mais profundo, e assim também queriam o Senador Pedro Simon e o Senador Pedro Taques. Eu, por exemplo, sou contra medida provisória. Acho que, em regime presidencialista, não devia existir medida provisória, mas deve prevalecer a maioria, o possível e o que satisfaça a todos.

Eu confesso que estou satisfeito. Primeiro, vai dividir melhor o tempo entre Câmara e Senado. A Câmara fica com 75 dias e o Senado com 45. Setenta e cinco dias divididos: 60 no primeiro momento mais 15 no momento seguinte. Segundo, a medida provisória entra em vigor imediatamente, continua então satisfazendo o que o Governo queria. Nós criamos uma comissão definitiva; acaba-se com as temporárias, com mandato de um ano para analisar a constitucionalidade da medida. E essa comissão terá o prazo de dez dias, podendo decidir pela admissibilidade ou que não se trata de matéria para medida provisória, transformando-a em projeto de lei com urgência constitucional. Pode, inclusive, acabar com a medida provisória. Se a comissão...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – (*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Cai a medida provisória e se transforma em projeto com regime de urgência. Se a comissão não decidir nada, fica a decisão de tudo para o Plenário da Câmara e, em seguida, para o Plenário do Senado, com votações completas; ou seja, se, em 60 dias, a Câmara não decidir nada, cai a medida provisória. Se a Câmara decidir passar para o Senado em 45 dias e o Senado não decidir nada, cai a medida provisória. Se voltar para a Câmara e a Câmara não decidir nada nos últimos 15 dias, cai a medida provisória.

Assim, há uma possibilidade grande de nós discutirmos e principalmente acabarmos com aquela opressão que havia e que há em cima do Senado. A medida provisória chega aqui com dois, três dias para votar. Quando chega com muito tempo, chega com dez dias, tem que publicar, passar para o relator. Quantas são as vezes que nós...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Demóstenes, apenas para fazer um registro. Se nos dez dias a matéria for votada e for dito que não é constitucional, relevante e urgente, vira projeto de lei em regime de urgência. Se não for votada nos dez dias,

passa para o Plenário da Câmara para tratamento da votação do mérito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeitamente. Exatamente.

Então vejam que há avanços sistemáticos no que estamos decidindo aqui. E mais: acaba essa farra de incluir bodes nas medidas provisórias. O que é isso? Estamos recebendo medida provisória aqui que originariamente tratava de remuneração de estágio de medicina e aí incluíram, na Câmara, uma proposta que vai flexibilizar a licitação para os eventos que nós vamos realizar relativos às Olimpíadas e à Copa do Mundo. Vejam só como uma coisa não tem nada a ver com a outra!

Semana passada, votamos uma matéria que tinha sete, alguns dizem até que oito, temas diferentes. Então pega-se ali o texto da Lei Complementar nº 95, do art. 7º, inciso II e se constitucionaliza. Passa a dizer o seguinte: "A medida provisória e o projeto de lei de conversão não conterão matéria estranha ao objeto, a não ser por incontinência, por conexão, por pertinência temática etc.", o que é razoável, o que é correto. Tenho certeza de que ninguém, nem governistas nem oposicionistas, concorda em votar dessa forma, embora muitas vezes tenha que votar.

Então a medida provisória foi uma construção... Digamos que ela não é tudo o que eu queria, não é tudo o que o Senador Jorge Viana queria, não é tudo que queriam o Senador Romero, o Senador Pedro Taques, o Senador Lindbergh, o Senador Alvaro, o Senador Pedro Simon, a Senadora Marta, o Senador Pimentel e todos aqui, mas o Senador Aécio Neves – permita-me dizer –, hoje, V. Exª se credencia, na minha opinião, como candidato a Presidente da República. (*Risos*.)

Perdoe-me! E vou dizer o porquê. Gosto muito das palavras...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, não vamos politizar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Gosto muito das palavras...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o devido respeito a V. Exª, Senador Aécio, penso que não devemos politizar, para não atrapalharmos esse acordo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só vou concluir. Quero dizer o seguinte: gosto muito das palavras, mas gosto mais das ações. Como dizia Santo Agostinho, *ora et labora* – "fala, mas trabalha". V. Exª mostra na ação um trabalho prático que pacifica a Casa, com a ajuda de todos, e essa é a importância de um líder. Na minha opinião, V. Exª já veio aqui como líder, mas nasce, hoje, como líder da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Informo a V. Exª que não há médico de plantão neste plenário. O Senador Aécio ficou vermelho. (*Risos*.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E, da próxima vez que formos tomar um vinho, não vou deixar que ele dirija. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco PMDB – CE) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Alvaro Dias. Depois, falará o Senador José Pimentel.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com um motorista como V. Exª, Senador Demóstenes, vou até o fim do mundo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou aproveitar o embalo do Senador Demóstenes Torres para também aplaudir a competência com que se houve o Relator da matéria, o Senador Aécio Neves, que demonstrou toda a competência das Alterosas como grande articulador e que construiu o entendimento, envolvendo as lideranças do Governo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E V. Exª também acha que ele tem de se credenciar a Presidente, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Evidentemente, temos de destacar também o comportamento em defesa da instituição que adotaram os líderes do Governo, o Senador Romero Jucá e os demais.

Realmente, essa não era uma matéria para dividir, mas, sim, para unir. Não era uma matéria para estabelecer confronto entre governo e oposição, mas para nos colocar todos ao lado da instituição, que tem de ser sempre preservada. Eventualmente, podemos estabelecer enfrentamentos duros, mas a instituição deve estar sempre acima das nossas pendências, dos nossos impasses, das nossas contradições e das nossas expectativas partidárias ou pessoais.

Quero, Sr. Presidente, saudar também este momento, embora eu desejasse muito mais, como creio todos aqui desejassem, especialmente no que diz respeito à eficácia na edição.

Há, aqui, um comparativo, porque se trata da cooptação de um modelo italiano, do parlamentarismo italiano, que se deu durante a Constituinte de 1988. Todos aqui conhecem essa matéria. Sabem que a Constituinte tinha uma tendência para o parlamentarismo, e, quando essa tendência era exercitada, buscou-se um modelo parlamentarista italiano da medida provisória. Posteriormente, houve uma reversão de expectativa. E a Constituinte caminhou para o presidencialismo, mas manteve o modelo parlamentarista italiano da medida provisória.

A diferença é que, no modelo italiano, no parlamentarismo italiano, quando a medida provisória se torna eficaz no ato da sua edição e se, eventualmente, ela cai, cai todo o governo. Não é o nosso caso, e é por essa razão que essa diferença deve ser destacada a favor do atendimento da pretensão que tínhamos, agora já pretensão desfeita, anulada, uma vez que o entendimento houve na manutenção da eficácia a partir da edição. Mas creio que seria possível, com um pouco mais de ousadia, avançar e mudar a data da eficácia da medida, a partir do momento em que a Comissão julgasse constitucional a matéria.

No entanto, nós não conseguimos esse avanço, que, a meu ver, seria essencial. O avanço será não ter eficácia no momento da edição, mas apenas após a admissibilidade aprovada. Essa questão foi discutida aqui durante os debates, nos bastidores, para a celebração deste acordo, mas imagino que esse seria o grande avanço, seria uma espécie de redenção. Porque nós temos, no Brasil, um presidencialismo forte, e é exatamente por isso que as reformas só ocorrem, as reformas de profundidade, de amplitude, quando há vontade política de quem preside o País. Quando quem preside o País lidera o processo de reforma, ela ocorre. Nós tivemos reformas importantes: o Plano Real, por exemplo; porém, quando não há liderança da Presidência da República numa demonstração de vontade política de que ocorra a reforma, ela não se concretiza. É por isso que vivemos as dificuldades da reforma política, nós vivemos as dificuldades da reforma tributária, e, enfim, nos mantivemos aqui durante todos esses anos como chanceladores da vontade imposta pelo Poder Executivo.

Mas, sem dúvida, há alterações fundamentais. Fazer funcionar as comissões é uma tarefa que nos incumbe agora, evidentemente depois que a Câmara aprove. O Senador LIndbergh tem razão: há que se realizar um grande esforço, as lideranças da Casa, as lideranças partidárias, o Relator da matéria, Senador Aécio Neves, que já foi Presidente da Câmara dos Deputados e que tem lá uma grande inserção. Temos todos de nos empenharmos para que a Câmara dos Deputados aprove essa matéria.

Vejam que nós acrescentaríamos um outro dispositivo, e estamos abrindo mão dele exatamente para não constranger a Câmara dos Deputados. Qual seria esse dispositivo? Um dispositivo pelo qual ficaria estabelecido que emenda supressiva não resultaria em retorno da medida provisória à Câmara dos Deputados, ou seja, nós teríamos a prerrogativa de suprimir determinados dispositivos sem que a medida provisória tivesse de retornar à Câmara dos Deputados. Essa intenção não foi aqui transformada em atitude...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente, Senador Pedro Simon, porque nós teríamos dificuldades em fazer essa matéria transitar pela Câmara e, certamente, estaríamos criando determinados constrangimentos.

De qualquer maneira, é muito importante a constitucionalização daquela matéria que era apenas de lei complementar, o que possibilita, em função de ser lei complementar e não autorizar a ação direta de inconstitucionalidade, as árvores de Natal ou aquilo que se chamou de "feira paraguaia", enfim, com a utilização de penduricalhos... Sem menosprezo ao Paraguai, visto que hoje vamos votar uma matéria que diz respeito ao interesse daquele país.

Mas nós estamos verificando que a árvore de Natal perde prestígio com a constitucionalização desse tema, ou seja, de que matérias desconexas não podem ser admitidas. Mesmo que para alguns correlatas, sendo desconexas, são inconstitucionais e ensejarão ações diretas de inconstitucionalidade. Portanto, esse é um avanço importante.

Quero destacar também a contribuição do Senador Paulo Bauer, que apresentou uma emenda que tinha até precedência sobre a do Presidente Sarney, com alterações que significariam também grande avanço. Certamente, a proposta apresentada pelo Senador Paulo Bauer foi também útil para que o Senador Aécio Neves pudesse, no seu relatório, considerar as inovações que estamos hoje aqui aprovando.

Enfim, Sr. Presidente, em respeito à opinião pública, não devemos gerar falsas expectativas. Essa matéria vai transitar pela Câmara dos Deputados. O que devemos é certamente comemorar o avanço que estamos, com vontade política, produzindo aqui, na expectativa de que a Câmara possa também, na esteira dessa disposição do Senado, concluir a tramitação dessa proposta que significa, sim, recuperação de credibilidade da instituição se colocarmos em prática. Exatamente porque nós estamos promovendo alterações fundamentais para a produção legislativa e para a revitalização da imagem da instituição. Mas, se nós não tivermos competência para, na prática, fazermos valer essas alterações que significam avanços, certamente, decepcionaremos.

Portanto, sem gerar falsa expectativa, há esperança de que a Câmara dos Deputados possa, na linha da vontade política aqui exposta pelas lideranças, aprovar rapidamente essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, para discutir a matéria, o Senador José Pimentel, lembrando aos Srs. Senadores que ainda temos sete inscritos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, são momentos como este em que o Congresso Nacional cresce e o Senado se afirma. Acredito que essa construção coletiva envolvendo as várias lideranças políticas demonstra o espírito que nós temos de cada vez mais oferecer um Congresso que funcione com mais rapidez e que atenda às demandas da sociedade.

Portanto, fico muito feliz com esse acordo político coordenado pelo nosso Senador Aécio Neves em objeto da atuação de todos nós.

Queria propor dois acréscimos que não dizem respeito ao mérito do que foi tratado.Um item diz respeito às chamadas medidas provisórias zumbis, que estão aqui tramitando na legislação brasileira desde 2001 – não são leis, porque não foram votadas, mas têm efeito legal. São algo em torno de 50 medidas provisórias, um pouco mais, que estão no nosso ordenamento jurídico sem qualquer apreciação do Congresso Nacional.

Qual é a redação que estou propondo? As medidas provisórias editadas em data anterior à emenda à Constituição nº 32, de 2001, que estiverem em vigor na data da promulgação desta emenda à Constituição serão examinadas em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, continuando em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até que se ultime deliberação do Congresso Nacional.

Parágrafo único. Se até 31 de janeiro de 2015, término desta legislatura, não ocorrer deliberação definitiva deste plenário do Congresso Nacional sobre medida provisória editada em data anterior à emenda à Constituição nº 32, de 2001, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigências serão tidas como definitivas e a medida provisória considerada, a partir de então, ineficaz.

O que nós estamos fazendo com isso? Estamos dando segurança jurídica a todos os atos praticados durante esses dez anos por essas 50 e poucas medidas provisórias, que eu chamo de medida zumbi. Segundo, permitindo que sessão do Congresso trate dessas 52 medidas provisórias para transformá-las em lei. E caso elas não sejam votadas até janeiro de 2015, os seus efeitos estão valendo e ela deixa de existir.

Portanto, o objetivo aqui, nosso Pares, é exatamente resolver esse grave problema das 50 e poucas medidas provisórias que foram editadas até 2001 na emenda à Constituição nº 32.

Segundo item: para as atuais medidas provisórias, como nós não tratamos disso, quais são as regras que ficariam valendo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio, eu pediria a atenção de V. Exª porque, como relator, estou compreendendo que o Senador ...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Claro. É exatamente sobre a matéria. Estou só fazendo uma consulta, exatamente sobre a possibilidade de atender ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu pediria a V. Exª só a atenção porque há uma solicitação do Senador Pimentel de inclusão nesse relatório que nós vamos aprovar daqui a pouquinho.

Então, sei que V. Exª está tratando do mesmo assunto com a assessoria, mas só para que...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O segundo item diz respeito às medidas provisórias em tramitação e àquelas que foram editadas até a promulgação desta nova emenda.

O que nós estamos propondo? As medidas provisórias editadas após a emenda à Constitucional nº 32, de 2001, que estiverem em vigor na data da promulgação desta emenda à Constituição continuarão a tramitar segundo as normas em vigor na data da sua edição.

O que nós estamos dizendo? Para as medidas provisórias em tramitação, as regras são as atuais. Essas regras valerão para as que forem editadas a partir dali. O objetivo disso é resolver os zumbis que existem no Congresso Nacional e também dar regras claras para aquelas que estão em vigência.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu, a princípio, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, como Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Pimentel, do ponto de vista do mérito, nada a obstacular, nada a opor, ao contrário, V. Exª presta mais uma contribuição porque permite, esclarece o processo em relação àquelas que estão tramitando, para que não haja confusão em relação a prazos, principalmente, e busca. Ordenar uma situação jurídica anterior.

Eu pediria apenas um tempo a mais, enquanto outros oradores possam falar para ver se não há nenhuma incompatibilidade em relação ao nosso texto ou se isso seria tratado separadamente.

Se incorporamos no texto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Exª encontrar o momento adequado, darei a palavra a V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu pedirei a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Pedro Taques, para discutir a matéria.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma das coisas que eu aprendi aqui em cem dias é que, em política, o ótimo é inimigo do bom,não é isso?

O ótimo não seria isso. Nós estamos aqui na teoria do necessário e do possível. O necessário não seria isso. Isso que nós estamos discutindo aqui é o possível.

Pois bem, algumas premissas precisam ser levantadas, Sr. Presidente. Nenhum Presidente da República, não interessa o partido, não interessa o sexo, ele vive sem medida provisória hoje, tendo em conta a sociedade em que vivemos, que é uma sociedade de risco em que tudo é muito rápido. O futuro é hoje à tarde e o passado foi hoje de manhã. Tudo é muito rápido, notadamente nas questões econômicas, em razão da globalização, como todos sabemos. Um Presidente, um chefe de Executivo, não interessa se no parlamentarismo ou no presidencialismo, precisa de uma medida urgente como a medida provisória. Isso existe em Estados desenvolvidos no mundo todo.

Essa é a primeira premissa. A segunda é que a Constituição estabelece um sistema na participação do Presidente da República, do chefe do Executivo no processo legislativo. Primeiro ponto: o Presidente pode apresentar projeto de lei – está lá no art. 61 da Constituição. Se o Presidente tiver urgência na apreciação desse projeto de lei, ele solicita urgência – está no art. 64 –, até 45 dias na Câmara e até 45 dias no Senado. Se o Presidente não aguenta aguardar 100 dias, ele se vale da lei delegada – está no art. 68 da Constituição – e se ocupa da capacidade da iniciativa solicitando ao Congresso Nacional.

Agora, se o Presidente não pode aguardar nem que o Congresso Nacional autorize que ele possa inovar a ordem jurídica através da lei delegada, aí sim, num último momento, ele pode se ocupar da medida provisória – que está no art. 62.

No Brasil, desde a Constituição de 1988, todos os Presidentes, não importa o partido, já pulam diretamente para a medida provisória, fugindo do sistema que a Constituição assim estabeleceu.

Pois bem, o grande problema não é a medida provisória, é a tramitação da medida provisória no Congresso Nacional, que, em razão da demora do processo legislativo, enfraquece a independência do Legislativo.

Aí a culpa não é do Presidente da República, a culpa é de todos os Congressistas. Como nós podemos mudar isso? Esta PEC, muito bem trazida pelo Presidente Sarney, inicialmente resolvia o problema do Senado, mas não resolvia o problema do Brasil. Esses acordos que foram feitos, Sr. Presidente, significam um passo além para que possamos firmar a independência do Legislativo. O ideal seria, Sr. Presidente– e seria ótimo, não seria o bom , seria o ótimo – que uma comissão na Câmara e uma comissão no Senado analisassem os requisitos de urgência e relevância da medida provisória, e também o seu mérito, retirando do plenário da Câmara e do plenário do Senado a análise também a respeito do mérito. Isso seria autoritário, Sr. Presidente? Não seria autoritário porque a nossa Constituição já estabelece isso no art. 58, §1º. É o denominado processo legislativo abreviado, que nós trouxemos da Constituição italiana. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, pode, de forma terminativa, de acordo com o Regimento Interno, votar proposições legislativas. Por exemplo, o art. 91 do Regimento Interno do Senado permite que aprovemos projetos de lei de forma terminativa.

Nós poderíamos argumentar assim: "Mas isso não seria democrático, porque não estaríamos respeitando o direito das minorias. A minoria não teria voz dentro desta Comissão, que analisaria inclusive o mérito da medida provisória". Só que a própria Constituição já resolve isso. Isso seria o ótimo, para que nós, Senadores e Deputados, pudéssemos nos ocupar das mudanças estruturais da República. Por exemplo, a reforma política, o marco regulatório das comunicações, a questão do pré-sal e outros temas que são de suma importância para a sociedade brasileira. No entanto, o ótimo é inimigo do bom. Isso seria o ótimo, seria o necessário, mas não é o possível hoje.

Nós temos algumas questões, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer ao Sr. Relator.

Como esta Comissão vai decidir durante o período do recesso? Isso não foi contemplado, ou, ao menos não foi falado. No período do recesso, esta Comissão terá o poder da Comissão Representativa, previsto no art. 58, § 4º, da Constituição? Ou nós permitiríamos que a medida provisória produzisse efeitos, que continuasse a produzir efeitos inclusive durante o recesso do Congresso Nacional? Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Sr. Presidente: seria vedado ao Executivo, seria proibido ao Executivo a não edição de medidas provisórias durante o recesso parlamentar, porque aí... Eu queria saber se vai ficar assim, tipo A ou tipo B. Temos uma escolha a fazer aqui. Essa é uma questão que precisa ser respondida neste projeto que está sendo aqui gestado. Sem fazer presságio de

mau agouro, Sr. Presidente, mas confiando no bom, nós vamos transferir, com todo o respeito, a questão da tramitação da medida provisória depois que a Comissão Especial, com doze Deputados e doze Senadores, analisar os requisitos, mais uma vez para o plenário. E nós vamos sobrestar a pauta do plenário. Com todo o respeito à análise que foi feita – e vou aqui votar favoravelmente, porque o ótimo é inimigo do bom, precisamos construir esse consenso – , nós vamos transferir para o plenário, mais uma vez, o trancamento da pauta.

E aí eu quero sugerir a V. Exªs: nós precisamos debater, aqui na CCJ, uma proposta de emenda à Constituição que mude o processo legislativo dos projetos de leis ordinárias e de leis complementares. Este processo legislativo é do início do séc. XIX, e nós estamos acompanhando em todas as nossas Constituições. Imaginem: o Supremo Tribunal Federal vota no plenário, mas ele tem as suas Turmas. E as Turmas do Supremo Tribunal Federal têm os mesmos poderes do Plenário, salvo em matéria constitucional. Por isso, temos que pensar em ofertar maior poder às Comissões temáticas, para que elas possam, de uma vez por todas, resolver aqueles temas que nos desassossegam.

Vamos trazer um número: se nenhum Deputado, se nenhum Senador desta 54ª Legislatura apresentar projeto de lei, vamos ficar aqui mais ou menos 100 anos debatendo os projetos de lei que já existem.

Portanto, precisamos mudar o processo legislativo de tramitação de projeto de lei ordinária e de projeto de lei complementar, para que as Comissões tenham mais poder para resolver isso, garantida a proporcionalidade partidária, para respeitar o direito das minorias.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Para discutir a matéria, passo a palavra ao Senador Jorge Viana, pela ordem de inscrição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou tentar ser bem breve. Já tivemos aqui a atenção e o pronunciamento de vários Senadores, falando da relevância desta matéria, e o Senador Demóstenes inclusive aproveitou para fazer um misto de reconhecimento do trabalho do Senador Aécio Neves, mas já tomou a primeira atitude aqui de fazer o lançamento da candidatura e, ao mesmo tempo, o primeiro combate ao Senador Aécio.

Mas eu queria ficar só no reconhecimento e deixo a parte do entendimento entre o Democratas e o PSDB para que eles mesmo se entendam.

Eu queria fazer o reconhecimento... porque o Senador Aécio e eu, na semana passada, tivemos a oportunidade de conversar, mais o Senador Aloysio, do quanto seria importante darmos o devido tratamento a esta matéria, pois ela vem – eu queria fazer o registro aqui – com a chancela da experiência, que esta Casa acolhe, do Senador Pedro Simon, do Senador Itamar Franco e do próprio Presidente desta Casa. Eles levantaram esse tema, no início desta legislatura – eu sou recém-chegado –, puseram no plenário, puseram na Comissão de Justiça, com tanta propriedade e sabedoria que só o tempo, talvez, dê as condições, e o Presidente Sarney, imediatamente, eu diria até com ousadia, apresentou uma proposta que dá uma resposta a esta Casa.

Eu acho, também, que a relatoria caiu em boas mãos até pela relação – e faço aqui o reconhecimento – que o Senador Colega Aécio Neves tem com esse tema. Porque a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, foi sim um gesto ousado de alguém, que era da base do governo, e que entendia que deveria se ter um tratamento adequado a uma matéria tão importante, ou a um instrumento tão importante e poderoso para o Executivo, mas que não poderia criar um constrangimento para as Casas Legislativas. E aí tivemos uma primeira modificação importante na tramitação e no uso de medida provisória.

Depois, o hoje Vice-Presidente da República e ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, do PMDB, também deu uma contribuição do ponto de vista interpretativo, quando fez com que o Congresso adotasse, tivesse um encaminhamento diferenciado no trancamento de pauta para matérias importantes.

Então, eu só queria fazer este registro, primeiro para louvar o papel do Senador Itamar, do Senador Pedro Simon e do próprio Presidente da Casa. Acho que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, hoje, me faz ficar orgulhoso e de estar, de alguma maneira, tentando ajudar o meu país nesta Casa.

Eu queria parabenizar V. Exª, Sr. Presidente, pela maneira como conduziu um tema complexo, nos ajudando a tirar o enfrentamento político, que seria natural, dado um tema como esse, para buscar o entendimento político.

Aqui, uma parcela importante da base dos Parlamentares desta Casa já foi governo. Eles apoiaram e fizeram um bom uso e trabalharam para que as medidas provisórias ajudassem na governabilidade do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nós, da base do Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, estamos procurando fazer o mesmo: criar as condições de governabilidade para o nosso Gover-

no. Mas, tanto o PSDB, quando governo, quanto nós trabalhávamos para dar governabilidade aos nossos governos. E hoje, o Plenário da CCJ trabalha para dar governabilidade ao Senado e à Câmara.

Sem que a gente tenha ruptura, mas hoje nós estamos trabalhando pelo Senado e pela Câmara.

Esta proposta adequadamente, competentemente trabalhada pelo Senador Aécio, que contou, como foi dito aqui, com a colaboração de vários Senadores e Senadoras – eu, de alguma maneira, me incluo –, até porque a Proposta nº 11 do Senador Sarney é do Senador Sarney e outros, e eu sou outros também. Então estou contente de ver esse encaminhamento.

Eu queria fazer um registro final – e não vou discutir o mérito, não vou discutir os temas, porque já fizemos isso –...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Há um orador na tribuna. Por isso eu peço às assessorias um pouco de compreensão, para que o orador possa concluir o seu raciocínio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas, Sr. Presidente, concluo as minhas palavras, fazendo um registro do quanto está sendo importante a compreensão também do Governo da Presidente Dilma, porque nem todo governo teria a ousadia de, tranquilamente, entregar na mão de seus parlamentares de sua base a condução de uma matéria que interfere, sim – e o Senador Pedro Taques foi muito feliz quando defendeu um instrumento e questionou ele já ser usado de maneira direta.

Mas eu queria fazer um registro que é muito importante, que esse avanço que estamos tendo hoje aqui é também por conta da compreensão que o Governo da Presidente Dilma tem de que nós temos que aperfeiçoar esse instrumento importante para o Executivo, mas que de alguma maneira estava desmoralizando o Legislativo. Isso é um fato! Pela maneira como estava sendo usado, pela tramitação nessa Casa. E só com a experiência dos mais antigos e com a cobrança deles e a imposição deles de nós encontramos uma solução é que eu acho que nós trabalhos em favor dessa solução.

Então, parabéns ao Presidente. E tomara, eu faço só um apelo final, que esse entendimento que estamos tendo aqui hoje possa acontecer também entre Senado e Câmara para que ela possa ter uma tramitação adequada do ponto de vista do tempo na Câmara dos Deputados. Porque o Senado também foi generoso, o Senado não tentou tirar proveito. O Senado está colocando inclusive, um tempo maior de tramitação, uma volta para a Câmara que eu espero que isso seja um ponto importante para esse entendimento com a Câmara aconteça e o Parlamento brasileiro saia fortalecido desse processo e o papel de quem acompanha esse Parlamento também.

Obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Jorge Viana.

Para discutir a matéria, passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Eu começo por um pormenor que, nem por ser pequeno é menos importante. Permito-me chamar a atenção da Comissão para a necessidade de nós disciplinarmos, especialmente o Senador Aécio, a hipótese da perda de eficácia da medida provisória na Comissão de Inadmissibilidade. Porque hoje o art. 62, o seu inciso III, § 3º, determina que as medidas provisórias percam eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 60 dias. Cabendo ao Congresso Nacional disciplinar por Decreto Legislativo as relações jurídicas dela decorrente.

Nós estamos propondo acrescentar mais uma hipótese de perda de eficácia que é a perda de eficácia na comissão, com voto contrário a admissibilidade na comissão. Então a Constituição preveja também que este período de 10 dias, os efeitos jurídicos dessa medida sejam disciplinados nessa hipótese.

É apenas essa a observação, e no mais, cumprimentar o Senador Aécio Neves, que fez um extraordinário trabalho, que catalisou em torno de sua proposta uma vontade que estava latente no Senado de mudarmos o regime atual de edição e tramitação das medidas provisórias. Precisava ter alguém que pudesse costurar esse entendimento.

Eu considero o Senador Aécio Neves uma pessoa que tem todas as qualidades políticas para ocupar qualquer cargo que queira – condições políticas e votos para isso. Mas eu queria nesse momento ressaltar o seu trabalho nessa emenda constitucional. E lembrar que o Senador já foi responsável, como Presidente da Câmara, por duas mudanças constitucionais da maior importância. O primeiro passo para uma contenção dos abusos das medidas provisórias por parte do Poder Executivo foi dado sob a liderança de Aécio Neves quando ele era Presidente da Câmara dos Deputados.

Também na Presidência da Câmara, o Senador Aécio Neves liderou a Câmara e depois o Congresso, para que nós pudéssemos alterar um dispositivo constitucional que fazia parte do nosso ordenamento jurídico desde a Constituição de 1824, que é aquele que exigia uma licença prévia da Casa que pertencia o Parlamentar, uma licença prévia para que ele pudesse

se ser submetido ao processo penal. Essa mudança também se deve muito e essencialmente à liderança do Senador Aécio Neves.

Quero cumprimentá-lo, cumprimentar a todos os membros desta Comissão que colaboraram para que nós chegássemos a este resultado, que é o começo de um começo. Nós temos ainda, como lembrou o Senador Lindbergh Farias, uma longa tramitação no Senado, no plenário do Senado, e também na Câmara, para que nós possamos finalmente comemorar esse avanço de aprimoramento das nossas instituições.

Eu queria também, Senador Eunício, cumprimentá-lo, porque V. Exª soube dosar o ritmo de nossos trabalhos. V. Exª soube manter o processo, e processo quer dizer um passo depois do outro. Essa é a ideia de processo. E V. Exª soube dosar o ritmo da Comissão, percebendo os momentos em que era preciso interromper a deliberação, dar um prazo maior para o entendimento. V. Exª, portanto, conduziu, com muita sensibilidade e com mão de mestre, todo esse encaminhamento. V. Exª também está de parabéns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio, V. Exª engrandece esta Presidência e esta Casa.

Passo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, hoje é um dia muito importante para a Comissão de Justiça, para o Senado Federal e para V. Exª, que, com muita serenidade, muita competência, criou um crime muito propício à discussão de matéria tão importante.

Inicialmente, queria cumprimentar o Presidente José Sarney, por ter enviado a esta Casa proposta de emenda à Constituição, uma atitude muito coerente com as suas responsabilidades de Presidente do Senado.

Em segundo lugar, quero mencionar a competência, o entusiasmo, a profundidade do Senador Aécio Neves em enfrentar um problema tão delicado. Ele conseguiu uma negociação aqui que, realmente, eu não acreditava que tivesse tanto sucesso, e demonstrou, mais uma vez, a capacidade de somar, de aglutinar, que é uma de suas características. Eu quero aqui lembrar o que já disse o Senador Aloysio e o Senador Jorge Viana, que, quando Presidente da Câmara, ele conseguiu introduzir uma modificação muito importante, que foi a seguinte: as medidas provisórias tinham que ser votadas. Anteriormente, elas não eram votadas; ficavam quatro, cinco anos na Câmara. E foi em decorrência de uma proposta do Senador Aécio Neves que elas passaram a ser votadas.

Eu queria também ressaltar – e isso já foi levantado aqui pelo Senador Jorge Viana – a grandeza do Senador Pimentel, do Senador Jucá, de todos da base governamental, que, em nenhum momento, procurou trancar uma discussão sob o fundamento de que a iniciativa era de um Senador da oposição.

Sr. Presidente, este é um dia importante para o Senado, é um dia importante para a Comissão de Justiça, e eu faço este cumprimento ao Senado na sua pessoa, porque foi a maneira como conduziu, com serenidade, que propiciou e permitiu esse entendimento, esse acordo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Dornelles. Se V. Exª, que é um grande articulador desta Casa, demonstra ao Brasil inteiro a dificuldade que foi conduzir esse processo, isso, obviamente, engrandece esta Comissão de Constituição e Justiça, e todos nós aqui temos o dever e a obrigação de fazê-la grande.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique da Silveira; em seguida, ao Senador Pedro Simon; depois, à Senadora Marta, ao Senador Randolfe e ao Senador Crivella.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, neste momento, nós retornamos ao espírito pelo qual foi elaborada a nossa Constituição. Diferentemente de qualquer processo constitucional da história da humanidade, esta Constituição foi feita não a partir de um projeto de lei elaborado por ilustres juristas; foi feita a partir de propostas esparsas dos Constituintes, Senadores e Deputados, das comunidades e dos cidadãos. Essas propostas esparsas foram consolidadas em 24 subcomissões técnicas, que, posteriormente, tiveram os seus projetos reunidos em oito comissões temáticas. As 24 subcomissões temáticas elaboraram projetos que foram consolidados em oito comissões temáticas. E cada uma dessas comissões temáticas organizou um capítulo da Constituição.

Na comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo é que surgiu a proposta da medida provisória, por projeto do saudoso Deputado Egídio Ferreira Lima, que propôs a medida provisória para vigorar em regime parlamentarista.

O texto do projeto do ilustre Deputado constituinte pernambucano era o seguinte:

"O Presidente da República, por solicitação do primeiro-ministro, poderá adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional para conversão, o qual, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias. Os decretos perderão

eficácia desde sua edição se não forem convertidos em lei no prazo de 30 dias".

Quero lembrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que apresentei uma emenda que não foi acolhida dobrando esse prazo para 60 dias, porque eu o achava muito exíguo. Em que se baseou o projeto Egídio Ferreira Lima? Se baseou na Constituição de Weimar, que vigorou na Alemanha de 1919 a 1933, que foi a primeira constituição a agasalhar esse tipo de decreto a que chamamos de medida provisória.

O texto do ilustre Deputado constituinte pernambucano tem muita semelhança com o texto italiano. E, ao defender o seu projeto, ao defender o seu filho, como ele dizia, invocava constituições da França, da Bélgica, da Grécia e de Portugal, todos países que adotaram o regime parlamentarista.

Evidentemente que houve uma reação ferrenha à medida provisória, porque todos imaginavam que ela acabaria se convertendo, como quase se converteu, em decretos-leis. Eu lembro que constituintes como Itamar Franco, Adylson Motta, Haroldo Lima, Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Macarini, José Genoíno, Max Rosenmann e Jamil Haddad propuseram a supressão daquela proposta.

O nosso hoje Vice-Presidente, desejando, como sempre desejou, uma democracia baseada no equilíbrio entre os poderes assim se expressou.

Palavras do hoje Vice-Presidente, Michel Temer:

> *"Peço encarecidamente a atenção dos membros do Poder Legislativo porque o que está em pauta é a possibilidade de o Legislativo retomar a sua função da Constituição de 46 e legislar amplamente ou ao contrário. No caso de adoção das medidas provisórias, mantermos a incapacitação de um Legislativo brasileiro legislar na sua plenitude. Quero demonstrar, Srs. Constituintes, que a chamada medida provisória é o nome novo que se deu à coisa velha, o tal decreto-lei".*

Naquela mesma ocasião, defendendo ferrenhamente a adoção das medidas provisórias, o hoje Ministro Nelson Jobim assim se expressou:

> *"Não é verdade que, como o decreto-lei, estejamos instituindo a medida provisória. Não, não é verdade! O texto da Comissão de Sistematização diz claramente que, no prazo de 30 dias, a partir de sua publicação no Diário Oficial, esta Casa manifestar-se-á ou não. Se manifestar-se contrariamente, não se converterá a medida provisória em lei. É algo que não podemos controlar, é a circunstância de que situações emergenciais de extrema gravidade se ponham e exijam a intervenção do Estado de imediato. E essa intervenção se dará pelo Poder Executivo.*

Dizia Nelson Jobim que: "Graças a Deus, será um Executivo parlamentarista".

Infelizmente, Sr. Presidente, depois de uma campanha publicitária muito bem elaborada, em que uma pessoa rica arrancava o voto de uma pessoa pobre na hora em que ia votar e em que a pessoa pobre dizia "não tire o meu voto!", como se no parlamentarismo se substituísse a vontade popular por uma elite, em função daquela campanha publicitária, que gerou uma grande torrente popular contra o parlamentarismo, no dia 2 de junho de 1988, já no final da elaboração do processo constitucional, por 351 votos contra 209, o presidencialismo foi instituído.

As medidas provisórias foram instituídas no corpo constitucional, que tinha, como se fosse a construção de um barco, uma cavernagem parlamentarista, e, depois, por essa votação, colocaram-se as velas do regime presidencialista.

O que quero dizer com isso, Sr. Presidente? Quero dizer que este momento é fundamental não apenas no sentido de reafirmar o sistema de equilíbrio entre Executivo e Legislativo. Penso que, hoje, demos um passo não só para a reafirmação desta Casa, mas – queira Deus! – também para que, no futuro, instituamos o regime parlamentarista, que é o regime mais avançado. Não há um país desenvolvido, seja da Europa, seja do Oriente, que não adote o sistema parlamentarista.

Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª, pela paciência e pela capacidade de gerar esse acordo. Quero cumprimentar o Senador Aécio Neves, pela qualidade de articulação mais uma vez demonstrada. Cumprimento todos os que se empenharam na elaboração dessa decisão.

Voto na proposta, entendendo, como todos, que isso não é ainda o queremos para alcançar a plenitude dos poderes desta Casa. Mas é um avanço importante no caminho da construção de uma democracia adulta, de uma democracia madura, que seja coerente com o tamanho desta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

Estando ausente S. Exª, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, não vou me debruçar mais detalhadamente do que o Senador Luiz Henrique fez com maestria sobre a origem do instituto da medida provisória. O Senador Luiz Henrique já nos esclareceu

que o instituto da medida provisória foi objeto de controvérsia na nossa Assembleia Constituinte de 1988. Esclareceu também a ideia da medida provisória inspirada no *provvedimenti provvisori*, presente no sistema parlamentarista italiano. Portanto, a ideia da medida provisória é dar ao Executivo um instrumento, mas que, ao mesmo tempo, o Executivo não exorbitasse desse instrumento legislativo o quanto exorbitava do arbítrio do estado de exceção.

O instrumento anterior do Executivo para legislar, o decreto-lei, é um instrumento da exceção, um instrumento do arbítrio e não poderia a medida provisória surgir. E muito bem destacou o Senador Luiz Henrique: não à toa que a medida provisória, quando foi proposta em 1988, tanto foi questionada pelos Parlamentares. Como dizia Ulysses Guimarães em seu discurso final da promulgação da Constituição de 1988: "O espírito da Assembleia de 1988 foi o espírito da redemocratização, o espírito de aversão, de asco à ditadura e de asco a todos os instrumentos que relembrassem o período autoritário".

Então a medida provisória era introduzida no nosso ordenamento constitucional não para ser uma substituta de luxo do decreto-lei. A medida provisória foi introduzida no nosso ordenamento constitucional em 1988 para ser utilizada pelo Executivo quando, como bem diz o art. 62 da Constituição, existisse os pré-requisitos de relevância e urgência para utilização desse dispositivo.

Ocorre, Presidente, que ao longo dos últimos vinte e três anos de vigência do nosso texto constitucional, esse instituto passou a ser vulgarizado e deturpado do seu real sentido previsto na Constituição de 1988. Os executivos, os governos, todos eles, a partir de 1990, repetidamente, passaram a utilizar o instrumento da medida provisória não cumprindo os mandamentos previstos no art. 62, da necessidade de urgência e relevância. Mais que isso, Presidente, esta Casa, o Senado da República, o Senado Federal, teve aviltado o seu papel de Casa revisora das leis.

Estou aqui com assento no Senado há três meses e há três meses me assusta ver as medidas provisórias chegando aqui com menos de 24 horas para ser discutida, apreciada, colocando sobre o conjunto dos Senadores uma espada de Dâmocles, obrigando-nos a votar as medidas provisórias, pelos diferentes temas e pela urgência dos temas, na última hora, no último momento, sob o risco dela perder a sua validade. Essa situação agride o Senado como Casa revisora de leis e, agredindo o Senado, agride o nosso Parlamento Bicameral, o Congresso Nacional brasileiro.

Em bom tempo, quero aqui cumprimentar a iniciativa primeira do Senador José Sarney em ter apresentado essa proposta de emenda constitucional. E quero cumprimentar também meu querido amigo do PSDB, Senador Aécio Neves, pela iniciativa, aliás, por duas iniciativas. A primeira delas, por ter aprofundado a proposta apresentada pelo Senador José Sarney. Depois, eu o cumprimento por ter funcionado, de fato, como Relator, por ter reunido as diferentes propostas que existiam nesta Casa, para aperfeiçoar a proposta da medida provisória, apresentando uma ótima síntese. Em especial, quero cumprimentá-lo, porque o senhor não quis ficar restrito aos muros do Congresso. O senhor nos convocou, chamou a OAB e a sociedade a participarem desse debate, declarando, claramente, que esse não é um debate do PSDB, nem do PSOL, nem dos Democratas, nem do PT, nem do PSB, nem de governo, nem de oposição, mas, sim, um debate do Brasil, um debate da afirmação do Congresso Nacional.

Reitero o que disse aqui o Senador Luiz Henrique...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nem do PMDB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perdão! Nem do PMDB, é claro!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Faltou o PDT também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É um debate do Brasil, é um debate necessário para a afirmação do Congresso Nacional, pelo seu papel legiferante.

Senador Aécio, ressalto a decisão de hoje e o acordo a que se chegou. Com o Senador Romero conversando com V. Exª, com os líderes do Governo e o conjunto das lideranças desta Casa dialogando com a oposição, podemos chegar a um termo. Quando queremos, podemos pautar aqui agendas fundamentais para o Brasil e para a afirmação desta Casa. E, aqui, estamos recuperando o espírito do constituinte de 1988.

O Senador Aécio brincava, uma vez, dizendo: "Senador Randolfe, essa proposta pode ter o seu nome ou o nosso nome". Penso que essa proposta, Senador Aécio, tem o seu nome, tem o nome do Senador Presidente Sarney, o nome do conjunto dos Senadores desta Casa. Essa proposta de emenda constitucional poderia ser chamada de Emenda Ulysses Guimarães, porque foi ele a principal referência da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. No seu discurso final, ele dizia que, com a Constituição, o Poder Legislativo recuperava o seu papel de legislar e de fiscalizar, cumprindo o que deve cumprir num Estado Democrático de Direito, numa democracia. Deve ser recuperado o papel previsto, inclusive, por Niemayer na arquitetura

de Brasília, com o Parlamento ao centro, porque é o Parlamento bicameral a Casa do povo brasileiro, a Casa que deve fiscalizar a atuação dos demais Poderes. É esse o teor, é essa a alma, Sr. Presidente, que recupera essa proposta.

Eu queria, aqui, cumprimentar os autores da proposta, o Senador José Sarney e outros, e o seu Relator, o Senador Aécio, por um entendimento que construímos nesta Casa. É lógico que este é o primeiro passo, mas, como diz um provérbio chinês, toda grande caminhada precisa do primeiro passo.

É necessário vigilância desta Comissão, de todos nós. É preciso que continuemos mobilizados, dialogando, Senador Aécio, com a sociedade, para que essa proposta seja aprovada não só nesta Casa, mas também na Câmara dos Deputados, pois é a proposta que reafirma as atribuições do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, que estava inscrita. Em seguida, eu a concederei ao Senador Pedro Simon.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Eunício, quero parabenizá-lo pela condução de uma questão tão difícil.

Gostaria de parabenizar também o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, que teve um termômetro da insatisfação que os Senadores e Senadoras estavam vivendo, frente à rapidez com que tínhamos de apreciar as medidas provisórias, e pôs o peso da Presidência desta Casa ao enviar essa PEC.

Sabemos que vários países utilizam o instrumento da medida provisória, como o Chile, a Argentina, a Espanha e a França, porque isso faz parte da necessidade do Executivo de agilizar determinadas questões, frente à sua relevância e urgência. O Congresso, geralmente, demora mais tempo hábil para tomar uma posição. Tem havido um exagero no uso de medidas provisórias, mas estas são necessárias. Portanto, acredito que não tínhamos e não temos condição – nem o queremos – de engessar governos. Governos precisam das medidas provisórias. A forma por meio da qual estavam ocorrendo nos deixava em uma situação em que, muitas vezes, nos perguntávamos "o que estamos fazendo aqui deste jeito"? Agora, o Relator, Senador Aécio Neves, que teve um papel brilhante porque conseguiu não somente ser mais abrangente, conseguiu o que eu achava mais difícil além de conversar com a sociedade e ter também a contribuição dos juristas desta Comissão: ele conseguiu ter um entendimento com esta Comissão, com os membros desta Comissão, com o Líder do Governo, Romero Jucá que acredito que todos nos ficamos bastante satisfeitos não com o ótimo impossível, mas exatamente com a sua habilidade, Senador Aécio Neves, de conduzir o que foi conduzido aqui.

Acredito que isso mostra que, nas situações difíceis que teremos ainda que enfrentar nesta Casa, nós, Senadores e Senadoras, temos condições de chegar a um entendimento melhor para o nosso Congresso e para o Brasil. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu também felicito V. Exª pela tranqüilidade com que levou o debate desta matéria. É complicada a polêmica, é difícil. Prorrogando, mudando, chegamos a este final. Felicito o Presidente Sarney. A Senadora Marta Suplicy disse que ele usou o termômetro na hora exata. O Presidente Sarney sempre, nos seus cinquenta anos de vida pública, teve o termômetro na hora exata. Na hora exata, ele estava li, estava aqui, mas tenho dito que falam que há pessoas que nascem com aquilo voltado para a lua. Eu digo que o Presidente Sarney tem a lua no lugar daquilo dele, porque, na verdade, ele sempre tem o termômetro na hora certa.

Felicito o Senador Aécio. Não vi, por parte do Senador Alvaro Dias nem do ilustre Senador de São Paulo, o que eles achavam acerca do que disse o Senador Demóstenes Torres, ou seja, que V. Exª passou a merecer o voto dele para a Presidência. O meu também, embora eu não seja do PSDB. Eu hoje votaria pela reeleição da Dilma. Afora isso, vejo V. Exª com simpatia. O que mais faço hoje é rezar pela saúde da Presidente, por várias razões.

Sr. Presidente, sou muito sincero: votaria com o projeto como o Senador Aécio apresentou no início. Acho que, se tivéssemos tido um pouco mais de arrojo, o momento permitiria que isto acontecesse: votarmos o projeto dizendo que a medida provisória não entraria em vigor e que, em cinco dias, o Congresso teria que decidir. Se, em cinco dias, ele decidisse, a matéria estava resolvida. Essa questão, nós a mataríamos de vez, mataríamos de vez. Mais uma vez, está demonstrado por que o Ministro Jucá foi o líder do Fernando Henrique, líder do Lula, líder da Dilma e, Senador Aécio, não sei se não será o líder de V. Exª, porque, na verdade, é uma das coisas mais garantidas. Já me diziam na época que ele seria o líder do Serra, caso ele ganhasse.

Mas o Jucá nos envolveu e, na verdade, nos envolveu até o ponto de não votarmos a emenda do Aécio, que seria ideal, e ainda estamos, todos, contentes. Esse Jucá é realmente uma pessoa fora de série.

Estamos todos felizes. Como diz o Senador Pedro I, quem não pode o ótimo pode o bom.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não foi o Pedro II não?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Acho que não é não. O segundo sou eu. (*Risos*).

Esta é a matéria mais séria que temos neste Congresso. Foi um drama da Constituinte. Foi um drama. Fazia parte do parlamentarismo. Eu na época, Governador do Rio Grande do Sul, vinha aqui brigando e achava, Senador Demóstenes, que caindo o parlamentarismo, a comissão de redação final podia retirar essa emenda. E eles argumentava que não dava mais, que estava no final. Na redação final dá para retirar essa emenda porque ela é da essência do parlamentarismo. Caiu o parlamentarismo e perdeu a razão de ser dela. E ela ficou.

E se analisarmos a emenda do Senador Sarney, ela vem diretamente ligada a nós, porque o que estava acontecendo aqui é, além da medida provisória, nós nos desmoralizamos na regulamentação. Nós não tínhamos coragem para devolver medida provisória que não era constitucional. Havia uma série enorme de medidas provisórias que não eram constitucionais, que não tinham urgência e não tinham relevância e, no entanto, ninguém, a não ser o Garibaldi, devolveu uma medida provisória.

Então, o projeto do Senador Sarney foi importante naquilo de mais humilhante que o Senado passou nos últimos dez anos e deixou para gente votar no último dia. A Câmara ficava até o último momento, mandava para cá e nós tínhamos que votar ou sim ou cai. E às vezes era um crédito especial para uma seca ou uma desgraça e nós não tínhamos como deixar de votar. Então, nós tínhamos que aprovar embora quiséssemos rejeitar, porque não havia outra saída.

Então, o projeto do Senador Sarney tem esse mérito nessa questão. A emenda do Senador vem além, e o relator aprofunda a matéria entrando no seu conteúdo. Não é o ideal. O ideal era a sua emenda: cinco dias e, nesses cinco dias, nós tínhamos que decidir: ou entra em vigor ou cai. Era uma grande decisão. Já que não deu, vamos votar essa matéria. E eu não digo que é entre o ótimo e o bom, eu digo que é entre o bom e o ruim.

A emenda do Senador Jucá, quando V. Exª dizia que a medida provisória é seca, não tem mais nada, o Senador Jucá já acrescenta "a não ser matérias correlatas, afins, etc." Na verdade acho que é tudo igual. Na verdade, vai ficar tudo igual, porque tudo é correlato, tudo é afim...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, eu vou votar a favor, mas com restrição e dizendo que, se eu pudesse interferir, se eu tivesse chance, eu teria coragem de votar a emenda do Senador relator. Eu acho que seria um ato realmente histórico desta Casa, neste momento... E olhem nós teríamos que aproveitar porque a Presidente Dilma... Não vamos esquecer a primeira vez que uma medida foi devolvida pelo Senador Garibaldi foi com a Presidenta Dilma, que, mesmo assim, o escolheu para Ministro. Não guardou mágoa nem ressentimento nesse sentido.

Eu acho que este Congresso vai dar um passo positivo, eu concordo. Não vai dar o passo ideal. Penso que, se fôssemos mais duros, o Jucá não teria essa vitória fantástica que ele está tendo. O herói é o nosso Relator? É. Mas, atrás, a malícia toda e a competência do Jucá. Não há dúvida alguma que não é por nada que ele foi Líder do Fernando Henrique, Líder do Lula, Líder da Presidente, e, à época da campanha, todo mundo dizia que a única coisa que o Serra tinha como certo era que Jucá seria Líder, se o Serra ganhasse... E agora já vejo o namoro dele com o nosso mineiro, e ele é capaz de ser o Líder do Aécio também. (*Risos*.)

Não é o ideal essa matéria. E eu, com toda a sinceridade, meu amigo Demóstenes... Achei que o amigo até se adaptou. Eu ficaria no projeto do Aécio. Eu toparia, e acho que a Presidenta aceitaria, e nós teríamos dado o passo definitivo.

Infelizmente, voto a favor, acho que é importante, acho que é importante até porque vamos vender essa unanimidade de entendimento. Só espero que a Câmara aprove também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Temos ainda três oradores inscritos para debater esta matéria, e temos mais cinco outros itens na pauta, itens importantes como a criação de Varas do Ministério do Trabalho no Estado de São Paulo e em outros Estados.

Passo a palavra ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, serei muito breve. É apenas para celebrar o entendimento que foi feito. Estou muito com o discurso da Senadora Marta. Acho que hoje nenhum governo pode prescindir das medidas provisórias, e havia uma hesitação enorme por parte da Presidência, caso restringíssemos a validade da medida provisória com o instrumento, vamos dizer assim, de apenas cinco dias. Implantar isso vai ficar para a coragem do Aécio, se um dia ele chegar à Presidência da República. Realmente, hoje nós não votamos com o Presidente Aécio; votamos com o Senador Aécio.

Mas eu queria também, Sr. Presidente, dizer o seguinte: isso fica bem para a Câmara dos Deputados – era bom lembrar a eles -, porque o que diz a opinião pública é que a Câmara dos Deputados faz seus acordos – e a Imprensa coloca isso de uma maneira não muito digna -, e, para que o Senado não possa alterar o acordo que eles fizeram, e até com insinuações de interesses pessoais, eles mandam para cá no último dia, exatamente para que não possamos tocar no texto. Então, acho que hoje nós vamos favorecer também a Câmara dos Deputados, porque o debate fica mais transparente.

Quando retornar para lá com nossas emendas, eles terão dez dias. Aí eu penso que, se não deliberassem, podia até haver uma sanção tácita, porque eu fico com medo que, depois de tanto tempo de debate e de discussão da matéria nas duas Casas, ela caia exatamente porque a comissão não se reuniu.

Mas o acordo possível foi esse, o texto é esse, acho que caminhamos muito.

Vou votar favorável, Sr. Presidente, e esperamos que agora nós todos do Senado Federal possamos nos debruçar sobre a medida provisória e aperfeiçoá-la. Muitas das vezes, ficamos aqui tristes, porque tínhamos boas sugestões, e até o governo concordava, mas havia aquele argumento de sempre: "Não podemos mexer, porque, se não, ela cai" – e estávamos sempre na ultima hora.

Assim, é uma grande vitória, e a gente só tem que celebrar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o próximo orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, acredito que esta Casa já discutiu, em profundidade, todos os aspectos formais, constitucionais e legais desta medida provisória. Os pressupostos da medida provisória desta PEC já foram analisados amplamente por todos os membros desta Comissão.

Eu queria colocar com maior relevo, maior realce, a aprovação do § 13, que diz que a medida provisória e o projeto de lei de conversão à lei não conterão matéria estranha a seu objeto. Bastava este artigo para que essa alteração tivesse os elogios de todos nós.

Por isso eu quero dizer ao nosso Relator, Senador Aécio Neves, que tem grande experiência legislativa porque foi Presidente da Câmara dos Deputados e lá pontificou como um dos Parlamentares mais atuantes, que a sua experiência serviu, sem dúvida alguma, para que chegássemos a um texto consensual, não só com o apoio da Oposição, mas, também, com o apoio do Governo e do nosso Líder eterno, como disse o Senador Pedro Simon, Romero Jucá.

Mas eu gostaria também de dizer que a medida provisória é um mecanismo que substitui o decreto-lei; decreto-lei que teve a sua origem na Constituição de 1937, a famosa Constituição Polaca do ex-Presidente Getúlio Vargas, que implantou um regime ditatorial até os idos de 1945. Esse decreto-lei foi permitido também pela Constituição de 1967, mas não foi reeditado na Constituição de 1946.

Com o surgimento da medida provisória, com a ideia da medida provisória, o Congresso Nacional, então, resolveu instituir a medida provisória na perspectiva de que o Brasil poderia adotar o regime parlamentarista de governo. Infelizmente, houve um plebiscito que, politicamente, foi conduzido por candidatos a Presidente que queriam a continuidade do regime presidencial, aí o parlamentarismo, mais uma vez, foi derrotado, ele que já havia sido derrotado anteriormente por ocasião do Governo do Presidente João Goulart.

Por isso, Sr. Presidente, eu acredito que este acordo foi bom, sem dúvida alguma mudou a feição da edição de medidas provisórias. Mas fica ainda, a meu ver, com a devida vênia, Senador Aécio, uma espécie de teimosia no texto da recriação de uma comissão para fazer o julgamento dos pressupostos de constitucionalidade das medidas provisórias.

Ora, se nós temos uma comissão permanente na Câmara e temos uma comissão permanente no Senado que podem julgar os pressupostos de constitucionalidade, de legalidade e de relevância das medidas provisórias, por que não usaríamos essas duas comissões? A comissão da Câmara é uma das melhores, senão for a melhor comissão da Câmara dos Deputados, onde lá existem juristas, pessoas de todos os segmentos da sociedade, tratando de problemas os mais diversos, e que poderiam se dedicar, de corpo e alma, ao julgamento dessas medidas provisórias em caráter preliminar; como também a nossa Comissão de Constituição e Justiça, que tem dado um exemplo, tirando a minha parte, de competência, de brilho e dedicação nas decisões para as quais ela é chamada.

De modo que, até pela prática que temos aqui, esta Comissão permanente, já sabendo por antecipação que, não decidindo, o Plenário vai decidir, claro que não vai decidir nada; é uma perda de tempo! A realidade vai ser assim. Vejam o que estou dizendo hoje: a comissão dificilmente vai se reunir para decidir, principalmente em matérias divergentes, em matérias polêmicas. Sabemos que esta Casa age com sabedoria política: se alguém pode decidir no meu lugar uma coisa polêmica, por que eu vou decidir? Então, passa para o Plenário. E até quantas vezes passamos as

coisas para o Supremo? Imaginem internamente. Já sabendo que existe um órgão que vai decidir sobre os pressupostos da medida provisória, que é o Plenário, é claro que muita gente vai jogar de barriga e levar lá para frente, para o Plenário decidir.

De modo que, apenas discordando da criação dessa comissão permanente, porque isto deveria ser colocado até para prestigiar as Comissões de Justiça do Senado e da Câmara, nós deveríamos colocar essa matéria, sim, numa comissão permanente, que já existe lá na Câmara e já existe aqui no Senado.

Fora isso, Sr. Presidente, quero elogiar o Senador Sarney pela iniciativa, elogiar o nosso Senador Aécio Neves, pela característica que tem, de homem pacificador, de um homem que sabe fazer política, que vem das Minas Gerais e está dando lições de política aqui.

Voto favoravelmente à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Valadares.

Temos ainda dois Senadores inscritos sobre esta matéria.

Lembro aos senhores que, após a votação desta matéria tão importante, nós teremos ainda seis matérias importantes a serem votadas e debatidas no dia de hoje.

Passo a palavra ao Senador Suplicy e, em seguida, ao último inscrito, Senador Inácio Arruda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT– SP) – Sr. Presidente, quando V. Exª chegou aqui, às dez e pouco, pôde testemunhar algo histórico nesta Comissão de Constituição e Justiça, pois ali, onde estão os Senadores José Pimentel, Aécio Neves, Senadora Marta e Senador Pedro Simon, formou-se uma reunião, de aproximadamente uma hora, que eu pude também testemunhar. Achei muito construtivo estabelecer-se uma energia positiva, certamente tendo em conta a iniciativa do Presidente José Sarney, mas também pela disposição do Relator, Senador Aécio Neves, de aprofundar o diálogo com os Senadores Jorge Viana e José Pimentel. Depois chegou o Senador Romero Jucá, que aprofundou o entendimento, já com a disposição de se chegar a um melhor entendimento. Tenho a convicção de que esse acordo histórico aqui realizado vai modificar a qualidade do debate que caracterizou a vida do Senado Federal sobre as medidas provisórias nestes 20 anos que eu aqui estou.

Então, quero congratular-me com todos pelo espírito tão construtivo que prevaleceu e nos fez tomar uma decisão consensual para o bem do Brasil.

Meus cumprimentos a todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy.

O último orador inscrito para debater esta matéria é o Senador Inácio Arruda, a quem passo a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é evidente que estamos acertados para votar aqui no acordo. Acompanhei apenas parte da reunião porque tive que participar de duas outras, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação, que estavam em audiências públicas; e como eu fiz parte do processo de convocação, não poderia deixar os convidados sem a minha presença.

Mas quero fazer apenas dois registros. Um, frisando as palavras do Senador Luiz Henrique. O plebiscito sobre o sistema de governo criou um embaraço para as medidas provisórias, porque esse instrumento era para o parlamento governar diretamente – porque nós governamos também, mas governamos de forma indireta, nessa estrutura bem separada entre o Congresso Nacional e o Executivo.

Essa dificuldade, desde a decisão plebiscitária até hoje, nos incomoda. E muito! Incomoda quem está na oposição, principalmente – e vivi a maior parte da minha vida política na oposição e estava sempre muito incomodado com as medidas provisórias e V. Exª também – e incomoda quem participa do Congresso Nacional, seja da oposição ou da situação. Não apenas em função do prazo, porque votamos no Senado na última hora, porque não conseguimos, no Senado, fazer as alterações que beneficiem setores que achamos importantes serem beneficiados dentro da medida provisória, mas que, se colocarmos, vamos matar a medida provisória.

Temos esse problema, porque chegamos na última hora para votar e fica como mais uma espécie de questão político-moral para o Senado, como se essa fosse a questão central; e não é. A questão central é de natureza política mesmo e, não conseguindo, vamos argumentar no prazo, porque os Senadores – coitados! – ficaram sem tempo suficiente para fazer modificações. Não é esse o problema. O problema é de essência, é de natureza política.

A medida provisória é um instrumento para outro tipo de sistema e ficou neste, porque temos um modelo meio que copiado dos americanos, do sistema presidencialista, de imposição de força. Antes era o decreto, o decreto-lei e agora é a medida provisória. Então a estrutura que temos de poder no Brasil, em situação de país praticamente dependente, em que o Congresso não é de uma nação imperial, porque em uma nação imperial o Congresso se impõe também, como é o caso do congresso americano, porque lá é para determinar as relações daquela nação que domina parte significativa do Planeta e as decisões caem na

mão do congresso nacional. Uma estrutura de poder muito enxuta: só tem dois partidos. É bem diferente do nosso e por isso que o nosso requer força maior ainda para o Executivo. É isto que acontece com a medida provisória: força instantânea. Assim era o decreto-lei. Aliás, o decreto-lei era mais ameno que a medida provisória, porque o Congresso Nacional podia derrubá-lo pelo decurso de prazo. Caiu, perdia a eficácia. Agora, não; já tem a eficácia.

Então esse instrumento precisa, sim, da nossa alteração dentro do sentido político, não é porque nós ficamos numa espécie de saia justa, votando no último minuto do segundo tempo. Não é só por isso. É também porque, do ponto de vista político, é muito importante aperfeiçoar esse instrumento e diminuir a força bruta que ele detém dentro de si. É aqui que estamos buscando mexer, e o acordo é positivo nesse sentido.

Acho que encontramos o meio caminho. Agora precisamos dialogar mais ainda. Fizemos o diálogo no Senado – o Senador Aécio, o Senador Pimentel, o Senador Jucá, todos os Senadores que patrocinaram o acordo estão de parabéns –, agora precisamos fazer o diálogo do Senado com a Câmara, para garantirmos o êxito da medida na Câmara. É o caminho que devemos traçar: a nossa Mesa dialogar com a Mesa da Câmara não só para que seja votado, mas para que não seja mutilado o acordo que estamos patrocinando aqui no Senado.

Então, Sr. Presidente, agradeço a V. Exª e vamos votar com o acordo que foi objeto de um esforço grandioso dos nossos colegas Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após ouvirmos o 23º membro desta Comissão, ou seja, após todos os Senadores terem tido a oportunidade de fazer aqui seu pronunciamento em relação a essa matéria tão importante, reafirmamos o compromisso que todos assumimos aqui de fazermos gestões junto aos nossos companheiros na Câmara dos Deputados para que essa matéria tramite, lá também, em regime de urgência.

Eu pediria ao Senador Aécio Neves que, naquilo que foi alterado, apenas para que pudéssemos colocar essa matéria em votação, num brevíssimo relato, ele fizesse seu pronunciamento final, suas considerações finais. Assim, poderemos colocar em votação essa matéria tão importante.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Realmente, será brevíssimo o meu relato, Sr. Presidente.

Agradeço imensamente a participação nesta reunião a todos os Srs. Senadores, pelas referências, algumas exageradas, que fizeram ao nosso trabalho, deixando claro que essa foi uma construção conjunta do Senado da República, por meio da sua Comissão de Constituição e Justiça.

V. Exª começa por alertar que é essencial, é muito importante que todos nós trabalhemos junta à Câmara dos Deputados, para que aquela Casa possa, com a maior celeridade possível, aprovar essa proposta do Senado da República, que, na verdade, é uma proposta do Congresso Nacional.

Ao longo das últimas intervenções, alguns questionamentos foram feitos. Não acredito que seja necessário, mais uma vez, prestar esses esclarecimentos, até porque eles já constam do texto da proposta de emenda à Constituição que já está à disposição dos Srs. Senadores. Apenas para questão procedimental, confirmo parte da proposta apresentada pelo Senador José Pimentel, no que diz respeito ao que ocorrerá com as medidas provisórias que estão em tramitação. Nosso texto passa, portanto, a contemplar a proposta do Senador Pimentel. Obviamente, as novas regras só poderão vigorar após a promulgação dessa proposta, após a sua aprovação no Senado e na Câmara dos Deputados.

Em relação às questões pretéritas, há um contencioso jurídico que ainda existe. Vamos ainda enfrentar essa questão. Concordo com o Senador Pimentel, no sentido de que isso precisa ser feito. O Senador se refere àquelas medidas provisórias apresentadas até o ano de 2001, anteriores à Emenda Constitucional nº 32, de 2001. Realmente, fica aí um passivo a ser enfrentado, mas temos aqui o entendimento de construir um caminho, para que não haja qualquer dificuldade jurídica no futuro. E quem sabe possamos criar uma oportunidade, um consenso, na busca de uma solução para esse tema, para que todos possamos votar aquelas matérias, para que, inclusive, aqueles que não tiveram esse privilégio, possam, enfim, votar matérias como a do Plano Real de estabilidade econômica, entre tantas outras matérias!

A contribuição do Senador José Pimentel foi muito importante, sobretudo para que não haja dúvida em relação a todas aquelas matérias que se encontrarem em tramitação após a promulgação da nossa emenda à Constituição.

Quero agradecer a todos os Srs. Senadores.

Agradeço, em especial, ao Senador Randolfe pela companhia na ida à Ordem dos Advogados do Brasil. Já fiz referência ao Senador Pedro Taques, ao Senador Demóstenes, ao Senador Simon, entre tantos outros.

Sr. Presidente, sem mais delongas, passo a ler apenas o texto final. É muito importante que saibamos o que estamos votando, já que foi construído esse texto ao longo de toda esta manhã.

Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que qualquer objeção que houver terá de ser manifestada antes da votação da matéria, porque votaremos exatamente esta matéria que passo a ler.

> As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:
>
> Art. 1º. O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:
>
> 'Art. 62. (...)
>
> § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§11 e 12, perderão eficácia, desde o início da sua edição, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes, se forem consideradas inadmitidas na forma do § 5º ou se não forem aprovadas:
>
> I – pela Câmara dos Deputados, no prazo de cinquenta dias, contado de sua admissibilidade ou do prazo final a que se refere o inciso I do § 5º;
>
> II – pelo Senado Federal, no prazo de quarenta e cinco dias, contado de sua aprovação pela Câmara dos Deputados;
>
> III – pela Câmara dos Deputados para apreciação das emendas do Senado Federal no prazo de quinze dias contado de sua aprovação por essa Casa.
>
> § 4º Os prazos a que se referem os §§ 3º e 5º suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

Isso fruto do entendimento, diferente da nossa proposta inicial, que delegava à Comissão Representativa os poderes da comissão mista formada.

> §5º. Preliminarmente ao seu exame pela Câmara dos Deputados e pelo Senado federal, as medidas provisórias serão submetidas a uma comissão mista permanente, de doze Deputados e doze Senadores, para o juízo previ de admissibilidade, observado o seguinte:
>
> I – A comissão terá dez dias contados da publicação da medida provisória para se manifestar;
>
> II – Se a comissão não se manifestar no prazo a que se refere o inciso I, a decisão sobre a admissibilidade transfere-se para o Plenário de cada Casa do Congresso Nacional a ser feita no momento de sua apreciação.

Chamo a atenção para o inciso III.

> III – Se a medida provisória não for admitida, será ela transformada em projeto de lei em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 64, com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.
>
> § 6º. Se, no caso dos incisos I e II e do § 3º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, respectivamente, em até 40 e 35 dias [40 dias na Câmara e 30 dias no Senado, obviamente], a medida provisória entrará em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção daquelas que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.
>
> § 8º. As medidas provisórias após a sua admissibilidade ou ao final do prazo que se refere o inciso I do § 5º, terão a sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
>
> § 10. É vedada a reedição, na mesma Sessão Legislativa, de matéria constante de medida provisória que tenha sido inadmitida, que tenha sido rejeitada ou ainda que tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo.
>
> § 13. A medida provisória e o projeto de lei de conversão à lei não conterão matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

Portanto, esse tema também merece a atenção de todos os Senhores.

> Art. 2º revogam os § 7º e 9º do art. 62 da Constituição Federal.

E, atendendo preocupação do Senador José Pimentel:

> Art. 3º. Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às medidas provisórias [e apenas a elas] que venham a ser editadas após a sua publicação.

Encerro, Sr. Presidente, com uma breve consideração final, na certeza de que demos sim um passo adiante, mas ainda não o passo definitivo. Da mesma forma que em 2001 conseguimos avançar, permitindo que as medidas provisórias fossem objeto de deliberação e discussão nas Casas do Congresso Nacional, agora nós criamos alguns instrumentos que buscam – e esse é o efeito que todos aguardamos – inibir a utilização de medidas provisórias para assuntos que não tenham relevância e urgência.

O Senado Luiz Henrique, aqui, de forma muito própria, relembrou o espírito do Constituinte de 88, lembrando que as medidas provisórias eram previstas como instrumentos a serem utilizados em momentos extremos, portanto, excepcionalíssimos. E é o que nós estamos, de alguma forma, buscando introduzir com esses novos mecanismos aqui construídos pelas mãos de muitos parlamentares.

Fica, ao final, o sentimento de que esta Casa é capaz, nas questões que dizem respeito às suas prerrogativas e aos seus interesses do País, tratá-las não como questões afins à oposição ou ao governo. Nós as tratamos, sob a Presidência correta e sempre altiva e firma de V. Exª, como questões de interesse da sociedade brasileira. Portanto, se não avançamos tanto quanto gostaríamos, fomos na direção correta.

Sinto-me orgulhoso de ter contribuído, ao lado de tantos outros Senadores, para que o Plenário do Senado Federal possa, rápida e proximamente, discutir e aprovar essa matéria para que, em seguida, a Câmara dos Deputados possa fazer o mesmo.

Atendendo à convocação de V. Exª – e me permita aqui adentrar nessa sua seara –, acho justo e adequado que convide, como V. Exª já me fez, os senhores parlamentares para que possam estar, a partir das 15 horas, na Presidência do Senado da República entregando essa proposta aprovada, se isso ocorrer em seguida, ao Presidente do Senado, para que, com isso, se inicie um processo no qual ele terá um papel muito importante para que a Câmara dos Deputados possa, rapidamente também discutir essa matéria.

Sr. Presidente, agradeço a paciência e a compreensão de V. Exª e a paciência de meus Pares, mas hoje é um dia em que ganha o Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Aécio Neves.

Antes de colocar esta matéria tão importante em votação, eu quero agradecer a V. Exª e ao plenário desta Comissão que, na sua unanimidade, fez hoje uma demonstração ao Brasil do que somos capazes. Quando a gente toma uma posição e essa posição é a favor do povo brasileiro, eu tenho certeza de que nós estamos apenas cumprindo a obrigação que nos foi delegada pelo voto sagrado, universal e secreto.

Por isso, esta Presidência também hoje está cheia de orgulho por ter feito um entendimento em uma matéria tão difícil e tão importante. Muitos não acreditavam, inclusive, eu fui várias vezes questionado pela imprensa brasileira, a imprensa do meu Estado que essa medida provisória ia se tornar, aqui nesta Casa e nesta Comissão, em um debate político entre oposição e situação. Nós conseguimos fazer o entendimento nesta matéria relatada por V. Exª, e podermos dizer ao Brasil que o interesse brasileiro está acima das nossas posições políticas ou ideológicas.

Por isso eu felicito a todos os Srs. Senadores que participaram efetivamente desse entendimento para que tivéssemos um relatório construído obviamente pela generosidade, paciência e pelas mãos de V. Exª, que teve aqui seu nome tão lembrado nesta data de hoje. Levo a todo os senhores a minha gratidão pelo entendimento nessa questão tão importante. E sempre digo que quero fazer desta Comissão não um palco de divergências, mas um palco de entendimento a favor de todos os brasileiros.

O relatório de V. Exª será, neste momento, submetido aos Srs. Senadores.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para que não peque pela omissão, ninguém faz nada sozinho em momento nenhum da vida, e fiz aqui as considerações em relação aos Srs. Senadores, mas devo, por dever de justiça, cumprimentar a extraordinária assessoria desta Comissão, do Congresso Nacional e do Senado da República, da própria Câmara dos Deputados que se aproximou dessa discussão no início desses trabalhos, todos eles merecem o nosso reconhecimento. E me permitam a ousadia de homenageá-los a todos através dessa extraordinária figura de servidor do Congresso Nacional,Dr. Mozart Viana, hoje, para alegria minha, meu chefe de gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após aprovação desta matéria, eu quero convidar todos os Srs. Senadores para que às 15h – aquela ligação que fiz aqui não foi em desatenção aos senhores, foi em atenção à Comissão – estejamos todos no gabinete do Presidente Sarney entregando a aprovação desta matéria, para que ele, se assim entender, ainda hoje coloque em votação no plenário do Senado Federal.

Em votação o relatório do Senador Aécio Neves, construído por todos os membros desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa).*

Aprovado, o relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº1-CCJ.

A matéria vai ao plenário no dia de hoje.

Comunico aos Srs. Senadores que temos ainda mais cinco matérias importantes e vou submetê-las aos senhores.

Próximo item da pauta.

Item 2:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2011
(Não Terminativo.)

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Lobão Filho.

O relatório é favorável ao Projeto.

O Relator é o Senador Lobão Filho, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ser breves.

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho (Projeto de Lei nº 5.541, de 2009, na origem), que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e dá outras providências.*

Chega a esta Casa, para a fase revisional, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 4, de 2011, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, cujo objeto é a criação de duas Varas do Trabalho no Estado do Maranhão, sediadas nas cidades de São Luis e Imperatriz, cujas jurisdições respectivas serão definidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

É o relatório.

Análise.

Preliminarmente, não há reparos a fazer à técnica legislativa da proposição. Não há vício de iniciativa, em face da permissão constitucional federal (art. 96, II) para a provocação do processo legislativo pelo Tribunal Superior do Trabalho.

A Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) reserva, no item 2.6.4 do seu Anexo V, dotação específica para atender as despesas decorrentes do projeto em análise. Essa previsão, conjugada ao disposto no art. 81 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010), demonstra o cumprimento das prescrições do art. 196, § 1º, da Constituição Federal relativas ao incremento das despesas com pessoal.

No mérito, a proposição merece aprovação, sendo ocioso frisar-se a profunda carência de juízes de primeiro grau em todo o País, inclusive e especialmente na Justiça do Trabalho, cujos efeitos, mais do que conhecidos, são a protelação de feitos e o retardamento da prestação jurisdicional, muitas vezes comprometendo a sua efetividade.

Voto.

Somos, dessa forma, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2011, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão o projeto relatado pelo nobre Senador Lobão Filho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria relatada pelo nobre Senador Lobão Filho, criando Varas do Trabalho no seu querido Estado do Maranhão.

Próximo item da pauta:

Item 3:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2011
(Não Terminativo.)

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para proferir o seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O projeto de lei sob exame, oriundo do Tribunal Superior do Trabalho, temem por objetivo criar sessenta e oito Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), que abrange parte do Estado de São Paulo (art. 1º).

Os incisos do art. 1º distribuem as novas Varas por cidades paulistas, enquanto o art. 2º pontifica que as suas implantações ocorrerão na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em obediência ao § 1º do art. 169 da Constituição Federal. Cabe ao TRT-2 alterar e estabelecer a jurisdição dessas Varas do Trabalho, por meio de ato próprio (art. 4º).

Os Anexos I, II, III e IV que acompanham o projeto acrescem aos quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do TRT-2 os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções comissionadas a que se referem (art. 3º).

São os seguintes cargos e funções a serem criados:

Anexo I – 68 cargos de juízes do trabalho e 68 de juízes substitutos;

Anexo II – 408 cargos de analista judiciário, 136 de analista judiciário – execução de mandados e 583 de técnico judiciário;

Anexo III – 74 funções CJ-3 e 6 CJ-2;

Anexo III – 68 funções FC-04, 68 FC-03, 148 FC-02 e 84 FC-01.

O art. 5º dispõe que as despesas oriundas da execução da Lei que se quer aprovar correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região no orçamento geral da União.

A lei que advier da presente proposição entrará em vigor na data de sua publicação (art. 7º).

A justificação do projeto ressalta a necessidade do fortalecimento da atividade jurisdicional, dando-lhe condições de ser célere e eficiente, diante do aumento significativo de causas trabalhistas e das novas competências da Justiça do Trabalho. Alerta também para a imperativa descentralização da prestação jurisdicional, de forma a melhor atender ao jurisdicionado.

Ainda segundo consta da justificação, a estrutura de que hoje dispõe o TRT-2 não é suficiente para dar vazão ao volume de processos, e, a despeito do esforço de magistrados e servidores, o resíduo de feitos aguardando julgamento vem crescendo. O TRT-2 é o mais demandado do País.

O projeto veio a esta Casa, acompanhado do Relatório do Conselho Nacional de Justiça, pronunciando-se favoravelmente à matéria.

Análise.

O projeto se compatibiliza plenamente com as normas constitucionais e jurídicas, especialmente com o art. 96 da Constituição, que, respectivamente, nas letras *b* e *c* do seu inciso I, pontifica que compete aos tribunais organizar suas secretarias e serviços auxiliares, e dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correcional respectiva e prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.

Ademais, não contém vício de iniciativa e não dissente de nenhum mandamento magno relativo à organização do Poder Judiciário.

A proposta foi examinada e aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Conselho Nacional de Justiça.

No mérito, mostra-se louvável por vir ao encontro do grande interesse público e em poder contar com uma Justiça mais célere e eficaz, independentemente da classe social e do poder econômico do cidadão.

Em verdade, São Paulo, que já conta com dois Tribunais Regionais do Trabalho, comportaria mais um, o TR-2. O mais demandado do Brasil, supera em 100 mil o número de processos do outro TRT de São Paulo, da 15ª Região, que é o segundo nesse *ranking*.

Assim, a ideia de aumentar a atual estrutura jurisdicional é salutar e benéfica, pois a descentralização da Justiça contribui para a celeridade e a eficiência da prestação jurisdicional, operando em favor do pleno exercício dos trabalhadores. Aprimora-se, assim, o sentido da verdadeira justiça.

Dessa forma, pelo seu grande mérito e pela sua plena adequação às normas constitucionais que regem o assunto, cremos que o projeto merece acolhida no voto desta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Aprovada a matéria, o relatório passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

De autoria da Senadora Marta Suplicy, a matéria vai a plenário.

Item 4:

O Senador Eduardo Suplicy, como Relator, pede a retirada do item da pauta.

Passamos, então, ao **item 5**:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2001

(Não terminativo.)

> Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2001, que dispõe sobre o ensino na Aeronáutica, e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945; e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986, de autoria da Presidência da República.

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, posteriormente, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa naquela Comissão.

Para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2001, concedo a palavra ao Senador José Pimentel, do PT do Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado, Sr. Presidente, serei bastante sucinto.

Vem a exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o PLC nº 10, de 2001 (nº 5.785, de 2009, na origem), que dispõe sobre o ensino na Aeronáutica e revoga as leis citadas na ementa do nosso parecer.

Portanto, Sr. Presidente, trata-se de um projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, en-

caminhado nos termos constitucionais, ao exame do Congresso Nacional.

Com efeito, são respeitados os requisitos formais à constitucionalidade da matéria, uma vez observadas as disposições respectivas da Carta Magna sobre a competência da União, para legislar sobre o tema (art. 22, inciso I, da Constituição Federal), e do Congresso Nacional, para apreciar a matéria, respectivo ao art. 48. A iniciativa da lei cabe ao Poder Executivo, tal como estabelecido no art. 61.

No que se refere à constitucionalidade material, inexistem, seja no projeto inicial, seja no substitutivo da Câmara dos Deputados, qualquer ofensa à Constituição. E cabe notar que o substitutivo, como menciona o parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, contribui para sanar a lacuna pertinente ao inciso X do art. 142 da Constituição Federal, que trata, precisamente, da lei pertinente ao ingresso nas Forças Armadas, direitos, deveres, remuneração e prerrogativas dos militares.

Trata-se de providência que dá cumprimento à decisão unânime tomada pelo Supremo Tribunal Federal, em 9 de fevereiro de 2011, no Recurso Extraordinário nº 600.885, quando aquela Corte fixou a data de 31 de dezembro do mesmo ano para que o Congresso Nacional preencha a lacuna.

Quanto ao mérito da matéria, parece-nos que a proposição atualiza e aperfeiçoa, no plano jurídico, a disciplina legal da matéria, e o faz no momento próprio, razão porque a entendemos meritória, pois conveniente e tempestiva.

Voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2011, e voto por sua aprovação por esta Comissão nos termos do substitutivo aprovado por aquela Casa, a Câmara dos Deputados.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, apenas para dizer que esta é uma matéria que o Supremo Tribunal Federal discutiu e decidiu, dizendo que se deveria aplicar às Forças Armadas as mesmas regras da Lei de Diretrizes e Bases. Então, isto aqui está fazendo justamente essa atualização, e também dando importância aos cursos preparatórios, a qualificação, reconhecendo de nível superior os cursos fornecidos pela Aeronáutica.

É um projeto grande, bem relatado pelo nosso Senador amigo José Pimentel, e voto favoravelmente para que as Forças Armadas, especialmente a Aeronáutica, continuem se aprimorando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura e Esporte.

Há requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública destinada a ouvir, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, sobre os avanços registrados pelo Conselho Nacional de Justiça nestes seis anos desde a sua criação, justamente para nos informar sobre iniciativas como essas.

Partindo do ponto de vista da observância privilegiada dos fatos, entendo ser importante a oitiva da Srª Corregedora Ministra Eliana Calmon nesta Comissão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O item 6 da pauta está prejudicado tendo em vista a ausência do Senador Eduardo Suplicy... Desculpemme, do Senador Roberto Requião. O Senador Eduardo Suplicy pediu a retirada de pauta do item 4. Perdoemme, Srs. Senadores.

O requerimento aprovado é do Senador Vital do Rêgo.

Há requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

Requeiro, nos temos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE); e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle

(CMA), para debater o Projeto de Lei nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual e o acesso condicionado, altera a Medida Provisória nº 2.228, item 1, inciso I, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, e 5.170, de 7 de julho de 1966; Leis nºs 8.977, de 06 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências, tendo como convidados os Srs. Presidentes da Ancine, da Anatel, da Abert, da ABTA, da Abra, da Telebrasil, da ABPI TV e da ABTA.

Sala de reuniões, – Senador **Eunício Oliveira**.

Submeto à apreciação do Srs. Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu queria pedir a compreensão e a permissão dos Srs. Senadores para a aprovação da Ata da reunião de hoje, tendo em vista que vamos, às 15 horas – e convido todos os Srs. Relatores, mais uma vez –, entregar o relatório da PEC nº 11, de 2011, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e também para que possamos, ao aprovar esta Ata, encaminhar uma deliberação desta Comissão referente à Procuradoria-Geral da República, na modificação da movimentação orçamentária, a fim de que haja prazo previsto pela CMO – Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional.

Portanto, submeto à aprovação dos Srs. Senadores a Ata desta reunião.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tendo em vista a solicitação de dispensa da leitura da Ata pelo Senador José Pimentel, com a anuência e a concordância dos demais Senadores, coloco em discussão a Ata. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a Ata da reunião de hoje.

Agradeço a presença de todos os senhores mais uma vez e ao povo brasileiro pela audiência e pelo acompanhamento dos nossos trabalhos do dia de hoje, oportunidade em que esta Comissão deu uma demonstração ao Brasil, como um todo, da importância do entendimento de matéria tão importante como esta acerca do trâmite das medidas provisórias.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 44 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 17 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e treze minutos do dia dezessete de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número dezenove, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúnem-se as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e José Agripino, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Cyro Miranda, Paulo Bauer, e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Pedro Simon, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Gim Argello, João Ribeiro, Lobão Filho, João Vicente Claudino, João Pedro, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos e Fernando Collor e a Senadora Marta Suplicy. **Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Delcídio do Amaral) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM ÚNICO: Terminativo na CCJ – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2011** Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre. **Autoria**: Senador Pedro Taques. **Relatoria na CAE/CRE/CCJ:** Senador Luiz Henrique. **Relatoria *ad hoc* na CAE/CRE/CCJ:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório na CAE/CRE/CCJ:** Pela aprovação do Projeto. Nos termos do artigo 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria é feito em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa. A

votação será realizada separadamente, nos termos do art. 113, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: Iniciada a discussão, são apresentadas a Emenda nº 01, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e a Emenda nº 02, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A apreciação da Matéria é adiada.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (Senador Delcídio do Amaral) declara encerrada a presente reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, **e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. –** Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 15ª Reunião da CAE, 18ª Reunião da CRE e 16ª Reunião da CCJ. Reunião conjunta.

ITEM ÚNICO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
– Terminativo na CCJ –

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique

Por problemas aéreos, o Senador não conseguiu ainda chegar a Brasília. Há alguma coisa, Senador Petecão, conspirando contra esse projeto. Forças ocultas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – As informações é de que existem mais coisas no ar do que simplesmente os aviões de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou nomear um relator até porque fizemos uma mobilização das três Comissões. Às 9h já estávamos aqui presentes e, portanto, vamos nomear relator *ad hoc,* o Senador Ferraço. O relatório é pela aprovação do projeto. Por que o Senador Ferraço? Porque ele é membro das três Comissões, como também o é o Senador Luiz Henrique.

Nos termos do art. 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.

A votação, no caso, seria realizada separadamente. Como estamos fazendo uma reunião única, até para ganhar tempo, faremos essa votação nominal em sessão única. Se, evidentemente, não tivermos os votos suficientes para fazer uma votação nominal, adiaremos a votação, se os trabalhos das três Comissões transcorrerem dentro do que se espera.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Ferraço, do Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio. Ao cumprimentá-lo, estendo também o cumprimento ao nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício, e passo, sem mais delongas, a relatar o Projeto de Lei nº 91, de autoria do eminente Senador Pedro Taques.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 91, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre, alterado pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Nesse sentido, o art. 1º do Projeto promove alterações no mencionado Decreto para desmembrar o atual terceiro fuso em que se divide o território brasileiro, de forma que:

a) esse terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos quatro horas', permaneça compreendendo os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas, de Rondônia e de Roraima (alínea "c" do art. 2º do Decreto);

b) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', passe a compreender o Estado do Acre.

O art. 2º do Projeto determina a entrada em vigor da alteração depois de decorridos 30 dias da publicação oficial da norma produzida.

Na justificação, o autor esclarece que a apresentação do Projeto decorreu de entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a matéria, fruto dos debates travados nesse colegiado sobre a Consulta nº 1, de 2011, que tratava do referendo ocorrido no Estado do Acre sobre o assunto, realizado em 31 de outubro de 2010.

No referendo, 184.478 eleitores (56,87% dos votos válidos) votaram "não" ao fuso implantado pela Lei nº 11.662, de 2008, enquanto 139.891 votaram "sim" (43,13% dos votos válidos).

O PLS nº 91, de 2011, foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e à CCJ, cabendo à última a decisão terminativa. O despacho determina a aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 49 do Regimento Interno à tramitação da matéria,

o que fundamenta o seu estudo em reunião conjunta das Comissões.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

De início, verifica-se que não há reserva de iniciativa para a matéria veiculada pelo Projeto, conforme o art. 61 da Constituição Federal.

Além disso, o assunto figura entre as competências da União, a quem compete privativamente legislar sobre sistema de medidas, nos termos do art. 22 da Carta Magna. Não há também qualquer ressalva quanto à juridicidade e regimentalidade da matéria.

Sr. Presidente, se eu estiver incomodando, eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, é apenas para pedir às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, assessores e imprensa. O Senador Ferraço está lendo o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se eu estiver incomodando, eu peço desculpas e paro de relatar. Se houver protesto, eu paro o relato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso. Depois não venham... Eu ia fazer um comentário, mas...

Senador Ferraço.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vou concluir o relatório.

Até a edição da Lei nº 11.662, de 2008, o Acre enquadrava-se no quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas'. Com o advento dessa Lei, esse Estado passou a compartilhar com outros do terceiro fuso horário.

Ocorre que, posteriormente, o Decreto Legislativo nº 900, de 1º de dezembro de 2009, convocou referendo destinado a consultar o eleitorado sobre a conveniência e a oportunidade da alteração do fuso horário promovida pela Lei nº 11.662, de 2008, o que se efetivou por meio da seguinte questão: "Você é a favor da recente alteração do horário legal promovida no seu Estado?". Conforme antes mencionado, a população rejeitou a alteração promovida pela Lei, em referendo realizado concomitantemente com a primeira eleição subsequente à promulgação daquele Decreto Legislativo.

Em seguida, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à unanimidade, considerou atendidas as exigências legais e regulamentares relativas ao referendo e homologou o resultado proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC). Tal decisão foi comunicada ao Presidente do Senado Federal por meio do Ofício nº 453/2011/SPR, assinado pelo Presidente do TSE, Ministro Ricardo Lewandowski, que deu origem à Consulta nº 1, de 2011.

Instalou-se, então, controvérsia acerca dos efeitos do referendo realizado. Observe-se que a Lei nº 11.662, de 2008, não previu que sua eficácia dependeria do referendo da população (condição resolutiva). Por sua vez, o referendo convocado, muitos meses depois, pelo Decreto Legislativo nº 900, de 2009, não se referiu à Lei, limitando-se a questionar a posição do eleitor sobre a alteração do fuso horário do Estado. Embora seja o Decreto Legislativo instrumento hábil para convocar o referendo, levantou-se a dúvida se essa convocação – desvencilhada da Lei – serviria para estancar a eficácia desta e retomar a aplicação da norma anterior.

Além disso, foi consultado somente o Estado do Acre, quando a referida Lei – ato normativo de competência da União – abrangia também outras unidades da federação.

Embora se possam questionar os efeitos jurídico-legislativos do referendo ocorrido, não se pode olvidar da manifestação colhida junto à população. Ela é inequívoca, no sentido de repudiar a alteração promovida pela Lei nº 11.662, de 2008, no fuso horário do Acre. Como decorrência, até para prestigiar a democracia direta – contemplada no parágrafo único do art. 1º e no art. 14 da Constituição Federal – é dever do Congresso Nacional dar curso a essa manifestação.

Em relação aos aspectos econômicos, a mudança não trará impacto significativo para a economia do Acre. Nos últimos anos, o PIB do Acre vem tendo crescimento superior ao da média nacional, sem correlação apreciável com a mudança de fuso horário ocorrida em junho de 2008. Por essa razão, sob o prisma econômico, não há óbice para que o retorno ao fuso horário original seja implantado.

Para tanto, foi em boa hora apresentado o presente Projeto, cuja aprovação atenderá ao povo acreano e conferirá a segurança jurídica necessária à situação, na medida em que será a lei que dele advirá que promoverá a modificação, em sentido formal e material, da Lei nº 11.662, de 2008, no que foi repudiada pelo referendo realizado.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2011, de autoria do eminente Senador Pedro Taques, que contou com o entusiasmo e com a motivação do Senador Petecão, que se faz presente, acompanhando aqui *in pectore* essa manifestação e decisão de alto interesse do povo acreano.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão.

Para discutir, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois, Senador Pedro Taques, Senador Aníbal, Senador Flexa e Senador Petecão.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o relator da matéria, Senador Ricardo Ferraço, mas cumprimento o Senador Pedro Taques pela elaboração do projeto de lei. Aqui nós temos a participação do Senador Petecão, que foi, a partir da Câmara dos Deputados, um dos grandes responsáveis pela realização do referendo.

Percebemos não ter sido ele o instrumento correto, entretanto, o instrumento jurídico perfeito e correto para trabalhar essa questão, esse assunto, uma vez que a lei aprovada pelo Congresso não previa a realização de qualquer referendo para que entrasse em vigor ou não.

Entretanto, eu acredito, Senador Delcídio, que, mesmo sem ter validade jurídica sobre a matéria, o referendo teve uma importância política fenomenal, porque ele foi o instrumento capaz de mostrar ao Brasil qual o desejo do povo do Estado do Acre.

Só lamento, e o Senador Petecão sabe que eu apresentei na Câmara, quando o projeto estava em discussão, uma emenda de plenário, estendendo o plebiscito a Municípios de outros Estados, cujo horário havia sido alterado pela mesma lei. O Senador Petecão dizia que eu era contrária e desfez todo um acordo que havíamos fechado com as lideranças. A emenda não foi aprovada, e o referendo, infelizmente, não aconteceu em todos os Municípios que tiveram o horário modificado, mas tão somente no Estado do Acre.

Mas, enfim, acho que mesmo tendo sido o referendo realizado somente no Estado do Acre é uma sinalização aos Congressistas, aos Senadores, aos Parlamentares brasileiros, ao Parlamento brasileiro, de que o povo do Acre prefere manter o horário natural, porque muitos foram os transtornos. Do lado, por exemplo, de Cruzeiro do Sul, temos o Município do Amazonas chamado Guajará, e o sentimento dos amazonenses que vivem em Guajará não é diferente do sentimento de todo acreano em relação ao horário. Houve muitos transtornos nos horários do comércio e sobretudo no horário das escolas.

Entretanto, Senado Delcídio, acho que precisamos enfrentar... Aqui quero deixar claro: sou a favor do projeto, votarei a favor do relatório aqui apresentado. Entretanto, considero que precisam sentar – aqui fica uma sugestão – as Bancadas dos Estados da Amazônia, os Estados que têm horário diferenciado, para debater algumas questões que, de igual forma, nos prejudicam. Por exemplo, quando o horário de verão é estabelecido no Brasil, a diferença do Acre não é uma hora; são três horas. A hora no meu Estado, Amazonas, na maior parte dos municípios, porque em alguns municípios são três horas também – Tabatinga, Guajará e outros –, a diferença é de duas horas.

Está em vigência no Brasil, por exemplo, uma lei sobre o conteúdo programático, a classificação do conteúdo programático que passa nos meios de comunicação, na televisão. O Senador Eunício, ex-Ministro das Comunicações, domina perfeitamente a matéria.

Ocorre que com três horas de diferença, ou duas horas de diferença, nós somos obrigados a assistir a programas gravados, nós assistimos a programas gravados com duas ou três horas de atraso em nossos Estados. É preciso mudar isso, mesmo porque aqueles que vivem no interior vivem com muita dificuldade, mas têm sua antena parabólica e não são atingidos pela lei de classificação de conteúdo porque está a antena parabólica levando o sinal, via satélite, imediato, em tempo real.

Eu acho, Senador Petecão – já tivemos uma conversa com o Senador Eduardo Braga –, que precisamos trabalhar esse assunto, essa questão. Temos dificuldade com o horário bancário também, do sistema financeiro. Em vez de mudarmos o horário, vamos permanecer com o horário tal qual determina a ciência, mas mudar aquilo que pode ser mudado sem causar qualquer transtorno à população; ao contrário, vamos fazer essas mudanças para diminuir os transtornos que a nossa população vive. As novelas lá a gente assiste porque há novela das seis, há novela das sete, a gente assiste uma atrás da outra. O Jornal Nacional vem depois. Dependendo do horário de verão, temos telejornais gravados para serem adaptados ao horário da programação.

O conteúdo, a classificação do conteúdo é importante? É. Eu a defendo, mas ela não vigora para a maioria das pessoas na região. Não vigora por conta disso, por conta de sinais de satélites, que chegam diretamente e, quanto a eles, não há qualquer tipo de intervenção para mudança da programação.

Era o que queria dizer.

No mais, quero cumprimentar os Senadores, o autor da matéria, Senador Pedro Taques, o Relator, e sobretudo o Senador Petecão porque a gente acompanha a luta dele desde a aprovação da lei que mudou o horário. Acho que a persistência de V. Exª fez com que estejamos participando de uma região conjunta, o que não é comum. Esta é uma reunião conjunta de três Comissões para analisar de forma mais ágil o projeto de lei apresentado pelo Senador Pedro Taques, mas

que, sem dúvida nenhuma, teve uma interferência, uma participação direta de V. Exª, Senador Petecão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Vanessa Grazziotin.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para um esclarecimento, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Na verdade, há alguns Senadores inscritos, inclusive eu, para fazer esse debate. Existe uma possibilidade de fazer inversão para a gente votar logo? Estou com medo de perder o quórum e depois discutir a manhã toda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está em discussão, porque temos uma questão de votação nominal, de quórum, portanto eu pediria aos Senadores que... Eu não posso mudar a liturgia.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, consertar o erro é muito difícil, porque você já vem com o erro e aí tem que, muitas vezes, cometer outro erro. Neste caso, Sr. Presidente, existia um decreto de 1913. Em 2008 houve uma lei que modificou o decreto, o que é constitucional.

Em 2008, houve uma lei que modificou o decreto, o que é constitucional. No entanto, essa lei em nenhum momento estabeleceu uma condição resolutiva de que ela, essa lei, precisaria, para que produzisse efeito, tivesse eficácia jurídica e social, a necessidade de um referendo, de uma consulta popular. A lei foi aprovada, revogou a parte do decreto de 1913. Muito bem. Aquele decreto não mais existia no tocante ao horário do Acre.

Houve, politicamente, a vontade de se fazer uma consulta popular, e foi aprovado pelo Congresso Nacional um decreto legislativo, que é um instrumento hábil para consulta popular, e, por esse decreto legislativo, a população do Acre foi consultada e entendeu por bem voltar ao horário de 1913. Essa consulta popular tem o seu valor social. Queremos valorizar isso. No entanto, o decreto legislativo e o referendo não têm a força constitucional de revogar a lei de 2008, muito menos de ressuscitar, revigorar, repristinar a lei de 1913, que havia sido revogada no que tange ao horário do Acre.

Muito bem. Houve aquela discussão na CCJ, e eu, em conversa com os Senadores do Acre, aceitei apresentar esse projeto – e o apresentei – que dá vazão à vontade da população do Acre.

E é interessante que seja dito, Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente da CCJ, que, assim como esse decreto legislativo, que foi aprovado, foi realizado, com a concordância do TSE, existem outros do Estado do Pará e de outros Estados. Então, temos outros equívocos também nessas outras consultas populares.

Eu gostaria de deixar expresso que esse projeto de lei não altera o horário do Estado de Mato Grosso. Porque saiu na imprensa, no meu Estado, que eu havia apresentado um projeto para modificar o horário do meu Estado, do Estado que eu aqui represento, e isso não trata do Estado de Mato Grosso, só trata do Estado do Acre, voltando à situação de 1913, que é a vontade da população daquele Estado. Existem casos que deveremos analisar no tocante a parte do Amazonas – ali, Boca do Acre –, existe uma situação também no Estado do Pará. mas isto aqui se refere ao Estado do Acre. O projeto trata do Estado do Acre, é bom que se diga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aníbal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª poderia prestar um esclarecimento? Na realidade, eu havia conversado inclusive com o autor do projeto, e ele me garantiu: nós estamos revogando a lei. A lei aprovada mudou o horário em todos os Municípios do Estado do Acre e em alguns Municípios do Amazonas e do Pará. Agora, então, a lei não é como dizia o Senador Taques, ela não revoga a lei que muda o horário de todos os Municípios e somente se refere ao Estado do Acre. Se for assim, está errado, Sr. Presidente. Se for assim, nós não vamos aceitar que o projeto seja votado hoje, vamos pedir vista, porque ela tem que abranger todos os Municípios, absolutamente todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O projeto que está sendo analisado é especificamente para o Estado do Acre, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, não. Mas a lei não é específica do Estado do Acre, Sr. Presidente. A lei não era específica para o Estado do Acre, ela abrangia outros Municípios em outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª poderia apresentar emendas para estender a validade para outros Municípios.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agora.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Revoga-se a lei por inteiro. Se é consenso, revoga-se a lei por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 91, de autoria do Senador Taques, é fruto de um entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Econômicos e também da Comissão de Relações Exteriores. Ele apresenta um projeto justamente para tirar uma nuvem de fumaça que estava colocada sobre esse assunto no Estado do Acre. Por quê? Porque o Senador Tião Viana, ao propor a alteração da lei, do Decreto nº 2.784, também o fez levando em conta um anseio que estava colocado, que era a necessidade de colocar o Acre em um fuso horário que diminuísse a distância entre o Acre, Rondônia e Amazonas, principalmente, porque não fazia sentido nós temos um fuso de uma hora sabendo que um município...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria, por favor, silêncio. O Senador Aníbal está... Eu pediria, por favor, silêncio.

Senador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Senador Tião Viana, ao apresentar o seu projeto de lei, ele o fez tendo em conta a absoluta constitucionalidade da matéria. Conseguiu sua aprovação no Congresso e levou a efeito com a sanção presidencial e a entrada em vigor dessa lei.

O que aconteceu? Quando entrou em processo eleitoral, um ano antes do processo eleitoral já se começou a criar esse clima de contrariedade à decisão do Senador Tião Viana levando em conta que ele não havia feito uma consulta formal à população do Estado. Então, apresentou-se e foi aprovado no Congresso o decreto visando à realização do plebiscito, que foi feito exatamente no dia do segundo turno das eleições no Acre.

E o que eu tenho a afirmar aqui para reforçar a importância desse projeto apresentado pelo Senador Taques? É porque, em o referendo tendo acontecido no dia do segundo turno da eleição, o Senador Tião Viana já havia sido eleito Governador, porque ele foi eleito em primeiro turno. O Senador Tião Viana foi eleito Governador no primeiro turno. Ele podia muito bem usar da sua prerrogativa de Governador e fazer uma extensa e ampla e forte campanha do dia 3 de outubro até o dia 31 de outubro para fazer reverter essa situação em favor da tese que ele defendia. Mas ele, democraticamente, se apresentou na televisão e disse: "Apresentei um projeto de lei. Esse projeto está sendo questionado. Foi convocado um referendo. Então, deixo essa decisão para a opinião das pessoas, do povo do Acre, dos eleitores do Acre". Ele deu plena autoridade para o povo do Acre tomar essa decisão. E o povo do Acre decidiu, por 56,87% contra 43,13%, a favor da volta do horário como antigamente.

Qual é o problema que eu gostaria de colocar aqui? Porque, a partir do momento em que o eleitorado decidiu, o TRE reconheceu o resultado e o TSE também reconheceu o resultado, começou a se espalhar no Acre uma notícia de que não se aplicava o que tinha sido decidido por armação do Governo do Estado, dando a entender que não se estava respeitando a vontade do povo. No entanto, a vontade do povo foi respeitada, está sendo respeitada e vai ser respeitada. Só que tinha que ser regulamentado.

Então, o projeto apresentado aqui pelo Senador Taques faz justiça à verdade, porque simplesmente está regulamentando o que foi decidido pelo povo. É fundamental que fique claro para o povo do Acre que nem o Governador Tião Viana, nem o Senador Jorge Viana e nem o Senador Aníbal se colocaram contra a decisão do povo do Acre. Pelo contrário, o que nós queríamos era a regulamentação dessa vontade expressa no plebiscito, no referendo, exatamente para não haver volta, como está questionando agora a Senadora Vanessa, com muita propriedade, porque é um assunto polêmico. E nós não podemos, de maneira simplória, querer indispor a população do Acre contra suas autoridades mostrando que qualquer atraso nessa decisão aqui no Senado fosse fruto de uma articulação, de uma artimanha tentando impedir que a vontade do povo acontecesse.

Então, nesse sentido, Senador Taques, eu o cumprimento, eu o parabenizo por essa proposta de lei apresentada pelo senhor exatamente porque ela tira essa dúvida em definitivo. Uma vez regulamentado o assunto aqui no Senado e na Câmara Federal e sancionado pela Presidência, certamente, vai ser colocado em vigor, vai entrar em vigor aquilo que foi decidido pelo povo do Acre, e ponto final. E não precisamos mais fazer disso uma bandeira política, porque fica muito mal para os representantes do Acre parecer que a gente faz política como um samba de uma nota só. Até hoje há parlamentar do Acre que, todas as vezes em que ocupa a tribuna, o faz só para tratar do assunto do fuso horário do Acre.

Então, é preciso tirar essa bandeira, porque não está fazendo bem para a política do Acre e para o povo do Acre fazer dessa questão uma guerra, uma vez que o fuso horário do Acre, desde 1913, foi instituído com base numa situação... O que foi decidido em 1913 foi alterado em 2008 pelo Senado Tião Viana, mas tudo com base em possibilidades, quando, na realidade, se

instituiu lá uma campanha dizendo que Tião Viana tinha alterado o horário de Deus. Ora, o horário de Deus! O horário com base na diferença de fuso escorado no horário de Greenwich...

Quando se decidiu, em 1913, que o Acre teria o quarto fuso horário e não o terceiro fuso horário, junto com Rondônia e junto com Amazonas, foi uma decisão que atendeu aquele momento. Quando o Senador Tião Viana apresentou um projeto em 2008 para alterar, ele também tentava atender uma exigência do momento. Se essa situação foi alterada pelo referendo, pronto. Vamos regulamentá-lo agora, com esse projeto do Senado Taques, e vamos por um ponto final nesse assunto, e tocar a vida, porque o Acre e o Brasil precisam que a vida seja tocada para frente e não fiquemos apenas tratando de um fuso horário que não atrapalha em nada a vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aníbal.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio Amaral, Senador Eunício Oliveira, Srªs e Srs. Senadores, o assunto já foi debatido bastante e já vem desde a legislatura passada.

Quero apenas solicitar ao Senador Pedro Taques que possamos ampliar o parecer. O parecer do Senador Pedro Taques, a Senadora Vanessa estava equivocada, achando que resolveria o problema de todos os Estados que tiveram alterados os seus fusos horários pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008. E o projeto de lei do Senador Pedro Taques, melhor dizendo, só alterava o Estado do Acre.

Quando, na legislatura passada, se fez um decreto legislativo para o referendo no Estado do Acre, eu quis emendá-lo aqui no Senado Federal para incluir o Pará e o Senador Arthur Virgílio, o Amazonas. O Senador Geraldo Mesquita Júnior nos solicitou que não o fizéssemos, porque estava em estágio já terminativo aqui, e poderia atrasar o referendo. Atendendo essa solicitação, Senador Petecão, não o fizemos.

Em seguida, dei entrada no Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2009, que atendia os interesses dos Estados do Pará e do Amazonas, que tiveram também os seus fusos horários alterados em parte dos Estados, em alguns Municípios. Esse decreto legislativo, nós demos entrada aqui no dia 25 de novembro de 2009, e ele foi encaminhado à Câmara no dia 9 de dezembro de 2009. Não chegou a passar aqui 15 dias, Senador Delcídio, e está parado na Câmara até hoje, e o referendo não foi feito.

Então, o que eu quero solicitar ao autor do projeto, do PLS 91, de 2011? Que, como disse o Senador Demóstenes, que ele atenda uma emenda... O Relator, que é o Senador Ferraço, que ele atenda a emenda que nós vamos apresentar, o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Vanessa, para que se possa derrubar a lei como um todo, retornando os fusos horários tanto do Acre quanto do Pará quanto do Amazonas ao horário anterior.

Lamentavelmente, eu gostaria muito de ter feito o referendo para ouvir a população, como foi feito no Acre. O Acre fez o referendo, a população se mostrou favorável ao retorno do fuso anterior. Lamentavelmente, o referendo, na parte oeste do Estado do Pará, que foi atingida pela mudança, ficou parado na Câmara e não foi possível fazê-lo. Mas vamos aproveitar o projeto do Senador Pedro Taques para voltarmos ao estado anterior e, se houver, então, interesse, fazermos exatamente o contrário, alterá-lo para a frente.

Esta é a minha solicitação: que o Senador Ferraço possa atender a emenda que será encaminhada, para que a lei seja extinta na sua totalidade, ou seja, em todos os Estados que foram atingidos pela Lei nº 11.662 e não somente no Estado do Acre.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª concluiu, Senador Flexa? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para pedir a V. Exª uma orientação. Temos a esta altura duas emendas propostas: uma proposta pelo Senador Flexa e outra, pela Senadora Vanessa.

Peço a V. Exª que essas emendas possam chegar até a nossa assessoria para que possamos, enquanto o debate se desenvolve, fazer uma análise e uma adequação técnica dessas emendas enquanto o debate se dá.

Consulto, então, V. Exª se posso contar com o concurso da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – A sugestão, Senador Ferraço, é que, se V. Exª concordar com as emendas apresentadas, elas sejam incorporadas ao relatório e, consequentemente, nós as votaríamos, até porque só temos mais um orador inscrito, que é o Senador Petecão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – E, depois, começaríamos a votação nas três comissões.

Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós acatamos a sugestão do Relator da matéria, Senador Ferraço, e já encaminhamos a ele a sugestão de emenda, que não entraria como emenda, seria uma sugestão, e ele a incorporaria, mudando seu relatório, para fazer com que essa mudança ocorra em todos os Municípios, e não apenas nos Municípios do Estado do Acre.

De fato, o Senador Ferraço tem a preocupação de que não aconteceu o plebiscito nos outros Municípios que não pertencem ao Acre. Então, ele gostaria de saber qual é a opinião. Eu disse ao Senador Ferraço que não houve por conta de uma falha no projeto de decreto que chamou o plebiscito. Nós queríamos que todos os Municípios tivessem sido ouvidos, mas, infelizmente, não aconteceu isso. Agora, são Municípios que têm uma interferência e uma ligação – por exemplo, os do Amazonas – muito mais próximas do Acre do que do Amazonas.

Para a gente chegar, Senador Ferraço, aos nossos Municípios do Amazonas, a gente precisa ir ao Acre e, de lá, voltar para o território do Amazonas. Então, eles sob a área de influência do Acre, culturalmente, comercialmente, economicamente, tudo. É uma reivindicação. Nós conhecemos a realidade, o Senador Petecão conhece. O próprio Senador Flexa, nos Municípios do Pará que são atingidos, também tem conhecimento de que a população não se sente satisfeita com essa mudança.

Então, o que precisamos é voltar à situação anterior, e é muito simples. O autor do projeto, na alínea "d" do Decreto nº 2.784, parou exatamente na redação, até onde cita o Acre. Só que a redação é mais ampla. Diz o seguinte: "o quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich, menos cinco horas, compreenderá o território do Acre e os Estados cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área a oeste da linha precedentemente descrita". Ou seja, esses Municípios estão na área oeste do que aqui descreve. Então, essa redação é simples: voltar à alínea "e" na sua integralidade.

É essa a sugestão, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na condição de Relator, nós estamos, então, acolhendo e incorporando ao nosso parecer as manifestações e as contribuições da Senadora Vanessa e do Senador Flexa, na certeza de ambos, pela legitimidade que tem a Senadora Vanessa representando o Estado do Amazonas e o Senador Flexa representando...

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A Senadora Vanessa, representando o Estado do Amazonas, e o Senador Flexa, representando o Estado do Pará, possam estar legitimamente manifestando e defendendo interesses dos seus Estados. Dessa forma eu acolho as emendas e as propostas da Senadora Vanessa e do Senador Flexa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PMN – AC) – Sr. Presidente, vou procurar ser bem breve para que nós possamos votar logo este projeto.

Presidente Eunício, queria lhe agradecer de público pelo seu empenho e seu apoio para que hoje nós estivéssemos aqui, nesta reunião conjunta. Com certeza, para o povo do Acre, é uma reunião histórica. O Presidente Delcídio, o Presidente Collor também, que não está presente, mas é uma pessoa que faz parte dessas três Comissões.

Na verdade, de nossa parte, só queremos agradecer o empenho e a participação de todos os senhores. Não gostaria de ser repetitivo, até porque quando o Senador Aníbal se refere a pessoas que vivem na tribuna e nas comissões falando todo dia eu tenho certeza de que ele se refere a minha pessoa, até porque foi um compromisso que assumi comigo mesmo e com o povo do Acre, para que nós fizéssemos valer a vontade do povo acreano.

No meu entendimento e no entendimento da população acreana, não havia necessidade de estarmos aqui, porque entendemos que não há instrumento mais democrático do que o referendo. Foi o povo do Acre quem fez a opção de escolher o horário em que gostaria de viver.

Então, à nossa fala eu gostaria de dar a maior celeridade possível, porque essa oportunidade é ímpar. Temos aqui um quórum expressivo das três comissões. E quero dizer à Senadora Vanessa que não houve intenção nenhuma na época, até porque ela acompanhou tudo e viu que essa coisa não é tão tranquila como o Senador Aníbal se refere. Ele não acompanhou o embate que tivemos lá na Câmara, na CCJ. Esse foi um projeto do então Deputado Flaviano Melo. E eu lhe peço desculpas, Senadora, porque naquele momento, eu achava que era mais uma articulação para tentar acabar com o nosso referendo, porque não foi fácil assim como o Senador se refere.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) Senador Petecão, só um aparte.

Em um minuto, eu só queria dizer que V. Exª é o grande construtor deste projeto. Nós o ajudamos, mas V. Exª é o mártir, V. Exª é o bandeirante e com a fé, eu

diria, de um gladiador. V. Exª tem todo o nosso aplauso e tem o meu voto também.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu agradeço as palavras generosas, mas na verdade essa vitória é do povo do Acre.

Eu só queria agradecer a todos os Senadores, independente de partido. Nós não podemos politizar esse debate, porque acima dos interesses políticos, acima dos interesses partidários estão os interesses de um povo que diz que quer viver no horário. Lá nós chamamos, Senadora, de horário de Deus. O pessoal quer voltar ao horário antigo que nós tínhamos.

O Senador Tião Viana pode ter tido o melhor propósito em trazer o melhor, mas ele não trouxe. O problema é que não tiveram a humildade de reconhecer e o povo do Acre teve que ir às urnas. Mas, graças a Deus, nós estamos aqui hoje e eu tenho certeza de que a maioria dos senhores irá nos dar esse voto para que o povo acreano possa estabelecer o nosso horário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de ponderar com V. Exªs: a proposta apresentada não é tão simplista assim como alguns têm...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Hoje a Comissão de Assuntos Econômicos está bem conturbada, viu? Está difícil falar, os Senadores falarem. Há muita conversa paralela. Vou começar a dar 10 de comportamento, 9, 5, expulsar da classe.

Eu gostaria de sugerir a V. Exªs o seguinte: pelo que eu conversei com o autor do projeto, Senador Pedro Taques, as emendas que estão sendo apresentadas aqui, Senador Ferraço, simplesmente mexem com todo o fuso horário brasileiro.

Portanto, nós precisamos... nós não podemos tomar uma decisão aqui, três comissões reunidas, dessa forma açodada. Porque o texto que vimos aqui, nós vamos provocar um caos no País inteiro em função dos fusos horários, da modificação dos fusos horários. Então, o que sugiro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas para concordar com V. Exª, mas ao mesmo tempo para aditar que a emenda da Senadora Vanessa Grazziotin, a qual subscrevi, não busca revogar a lei. Ela busca restabelecer o artigo que tratava do fuso horário do Estado do Acre bem como daqueles que foram acertados com o antigo Estado boliviano para se estabelecer, a partir de um limite da linha de Greenwich, um diferente fuso horário em território brasileiro. Portanto, a emenda da Senadora Vanessa Grazziotin é diferente de outras emendas que visavam obviamente anular a lei em vigor que rege o fuso horário brasileiro.

Portanto, apenas em aditamento à colocação de V. Exª, a emenda da Senadora Vanessa não cria o vácuo legislativo importante para a regulação do horário brasileiro e, portanto, entendo pertinente a emenda da Senadora, subscrita por mim e por demais Senadores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nós temos que entender o seguinte: a mudança de fuso horário não pode se dar em razão de novela, em razão de jogo de futebol. A mudança de horário tem repercussões físicas, emocionais, já tem comprovação sobre isso.

Muito bem. Em 1913, existia um decreto que estabelecia um horário para o Brasil todo. Este decreto foi modificado em 2008. Essa modificação não tratou só do horário do Acre. Tratou de uma reordenação do horário do Brasil todo. Muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campainha.)* – A Secretaria da Comissão está fazendo mais barulho do que a comissão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Nós os Senadores estamos levando a culpa, como se fôssemos muito barulhentos. Mas quero dizer que há assessores aqui que acham que aqui dentro tem cabine de telefone. Eu estou aqui atrás e quero dizer que não são só os Senadores os culpados, é todo o pessoal que está presente aqui neste evento. Senão, o Brasil inteiro que está nos assistindo vai achar que nós somos todos alunos desobedientes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E o professor Delcídio. (*Risos)*

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não terminei ainda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Desculpe-me. O Taques não encerrou ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A lei de 2008, Sr. Presidente, não trata só do horário do Acre. Portanto, ela não pode ser revogada na sua inteireza. Essa lei não estabeleceu nenhuma condição suspensiva ou resolutiva que determinasse a realização de uma consulta popular, como ocorreu no caso do desarmamento, em que um dos seus dispositivos disse: nós teremos a necessidade de uma consulta popular. Muito bem. A consulta popular que foi realizada e aprovada por um decreto legislativo tem o seu valor simbólico, porque demonstra o que a população do Acre quer e precisa ser respeitado e está sendo respeitado por esse projeto que, em conversa com os três Senadores do Acre, eu me propus a apresentá-lo.

O projeto trata do Estado do Acre só – só –, fazendo com que o Estado do Acre volte ao horário de 1913. Isso. No entanto, a lei de 2008 trata de outros fusos horários. Portanto, se nós revogarmos essa lei, nós vamos ter transtornos no Brasil todo. O ideal seria nós não revogarmos essa lei. O ideal seria nós voltarmos à situação anterior no tocante ao Estado do Acre, e naqueles Estados em que houve modificação pela lei de 2008. Isso, só isso.

O SR. O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, primeiro o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, apenas para dar uma sugestão.

Já que todos concordam que deve voltar o horário original, restabeleça-se o texto da lei de 1913, que jamais deu problema. E pronto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –O Senador Pedro Taques, autor do projeto, tem toda razão quando disse que a Lei 11.662, que mudou o fuso horário, além de ter alterado o fuso horário nos Estados do Acre, Amazonas e Pará, alterou o horário também em outras regiões do País. Com isso, se derrubássemos a Lei por inteiro, poderia haver alterações em outras áreas do País.

Então, atendendo à ponderação correta do autor do projeto, a emenda que estou apresentando é tão-somente com relação ao Estado do Pará, para que possa ser acolhida junto com a que se refere ao Acre.

A Senadora Vanessa e o Senador Eduardo Braga estão apresentando essa mesma emenda com relação ao Estado do Amazonas. O restante, Senador Pedro Taques e Relator, Senador Ferraço, ficará como foi definido pelo dispositivo em 2008.

Era essa a informação a respeito da emenda que estou encaminhando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª se preparava para fazer uma sugestão diante da complexidade da matéria, que vai se tornando mais complexa, à medida que são apresentadas emendas. Eu estava aguardando a sugestão, porque eu quero dizer a V. Exª que eu não me sinto preparado para votar nessas condições. Eu gostaria de ter um tempo para examinar as emendas, suas repercussões, a repercussão das alterações legislativas.

Peço a V. Exª, por gentileza, que conclua a frase que estava dizendo no momento em que foi interrompido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) –S. Exª traz informações que me obrigam a fazer uma reflexão sobre o que fiz aqui.

Nós tínhamos, no princípio, acolhido, mas no entendimento de que isso não traria as implicações que V. Exª analisa. Nesse contexto e sob essas premissas, eu me reservo o direito de solicitar à Consultoria que faça uma análise para que nós possamos ter uma visão clara e precisa dos impactos que essas emendas vão trazer para o País. Só então eu estaria apto a apresentar a minha posição, o meu posicionamento a respeito das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de sugerir...

Nós temos dois caminhos. Primeiro, a interrupção da reunião para uma análise do Relator junto com a Consultoria do Senado, para que a gente não tome uma decisão açodada, quer dizer, no calor da discussão, a gente poderia tomar uma decisão que depois comprometeria inclusive outros Estados que, absolutamente, não têm nada a ver com isso.

O que eu gostaria de sugerir é o seguinte: uma eventual suspensão da reunião por trinta minutos e depois voltaríamos a analisar essa matéria ou, então, um pedido de vista, para que a gente vote esse mesmo assunto na próxima semana

É importante registrar que nós temos aqui uma reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos com vários projetos importantes para serem votados, como empréstimos, que vão ser votados hoje ainda. Eu começo a me preocupar com o andar da carruagem. O horário está avançando. Não é uma decisão simples. Não podemos simplesmente tomar uma decisão a respeito do fuso horário da maneira como nós estávamos encaminhando a matéria. Acho que o bom senso seria haver um pedido de vista coletivo, na próxima semana reuniríamos as comissões e o Relator *ad hoc*, o Senador Ferraço, apresentaria uma proposta definitiva, porque é um tema delicado e, portanto, um tema sobre o qual temos responsabilidade ao votar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Muito boa ideia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero concordar com V. Exª, apesar de ter muita segurança na emenda que apresentamos, porque, de fato, a lei reorganiza o fuso horário brasileiro, entretanto, a alínea "e" é que trata da região cujo horário foi modificado. Acho que, para a segurança de todas as Srªs e dos Srs. Senadores, seria este o melhor caminho: o pedido de vista, e, semana que vem – para segurança do relator, inclusive –, nós o analisaremos. Mas a emenda está mantida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, acho que a sugestão que V. Exª apresenta, seja a interrupção da discussão, seja o pedido de vista coletivo, é importante. No entanto, o relator vem se debruçando sobre essa matéria já há bastante tempo. Ele é doutor nesse assunto, até por que vem se dedicando. O que quero sugerir? Que o relator, com a competência que lhe é peculiar, elabore um quadrinho sobre as consequências, região por região, Estado por Estado, das emendas apresentadas. Por exemplo: para a minha região Nordeste, a revogação da lei seria um desastre. Nós estaríamos votando uma coisa desastrosa. Esse assunto mexe com o dia a dia das pessoas. Não é negócio de novela! Mexe com o dia a dia das pessoas, horário de trabalho, escurece mais cedo, horário de escola. Isso é uma coisa muito séria.

Então, a solicitação que eu faria é que o Relator, Senador Ferraço, elaborasse um quadro com as emendas e suas consequências, região por região, Estado por Estado, para que nós pudéssemos votar com a consciência da responsabilidade que temos sobre o interesse nacional, passando pelos nossos Estados. Seja adiamento de votação, seja pedido de vista, é a sugestão que quero deixar ao Relator Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

Pela confusão estabelecida, peço prazo à Comissão para que eu possa avaliar, detidamente, adequadamente, a complexidade de tudo que foi dito aqui, por mais uma semana, para que eu possa reapresentar a proposta e analisar, com o cuidado que exigem, as emendas que foram propostas aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito bem. PSDB de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, na verdade, sinceramente, começo a me preocupar ainda mais, porque esse é um projeto para o qual foi feito um acordo, na CCJ, inclusive com a participação do Líder do Governo, de que estaríamos dando a maior celeridade possível para resolver essa situação. Trabalhamos para que esta Comissão se reunisse hoje, e, mais uma vez, o projeto do Acre, de interesse do Acre – fizemos o referendo, o povo se manifestou – está sendo adiado.

Vejo o Senador Agripino e não estou mais entendendo nada. As emendas modificam até o horário do Nordeste? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Da forma como algumas emendas foram apresentadas, nós mexemos no fuso horário do País. Por isso a preocupação de vários Senadores aqui, que agora estão preocupados em votar esse assunto e pedindo mais uma semana até para que o Relator Ferraço olhe essas questões e apresente uma proposta em condições de ser votada na próxima semana.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – E por que não votamos o horário do Acre, que está resolvido, já foi discutido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Petecão, essa não é uma questão de Estados, não diz respeito a Unidades da Federação, diz respeito à localização geográfica, à Linha de Greenwich. Quando se mexe com o Acre, é preciso mexer com outros Estados que estão na mesma posição da linha. É claro, Senador! Então, não pode... O Estado do Amazonas teve aproximadamente dez Municípios com o horário modificado em um projeto que veio do

Acre. Então, para rever, vamos ter de rever a situação de todos, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – A senhora apresenta um projeto resolvendo a situação do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Apresentei a emenda já, Senador. Não quero mexer com o Brasil; somente para aquela região cujo horário foi modificado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

Depois, a última palavra do Relator, Senador Ferraço, para concluirmos esta reunião, porque outras comissões vão começar a funcionar, e já avançamos demais no horário.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. *Fora do microfone*.) – Eu só gostaria de terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª não concluiu?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não, não terminei. A Senadora Vanessa não permitiu que eu terminasse.

Na verdade, eu gostaria aqui só de chamar a atenção dos Senadores, agradecer e chamar a atenção, porque esse problema mexe diretamente com a vida dos acreanos. Vocês não imaginam o tanto de pessoas que estão esperando por esta reunião de hoje, porque se criou a expectativa de que hoje nós iríamos resolver essa situação. Ela não é tão fácil como a gente pensa.

Então, preocupa-me porque vamos protelar mais uma vez. Da minha parte, eu aceito os argumentos da Senadora Vanessa, mas eu só gostaria de chamar a atenção dos colegas Senadores para que nós possamos estar juntos na próxima reunião, nessa reunião conjunta, para resolver, de uma vez por todas, essa situação do horário do Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Petecão.

Senador Pedro Taques e depois, por último, Senador Ferraço, que pegou um "pepino" danado aí.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, a questão não está no projeto, é bom que se diga. O projeto.. Foi feito um acordo lá na CCJ que nós mudaríamos o horário do Acre. Isso. Lá, nessa reunião, ao que me consta, estavam presentes Senadores de outros Estados da Federação.

Muito bem. Agora, estas emendas podem trazer sérios problemas. É a minha opinião. Agora, eu não sou o dono da verdade e nós temos que discutir isso. Agora, votar essas emendas agora, de afogadilho, sem maior análise, pode trazer problemas.

Então, nós, em razão da seriedade do tema, eu, como autor do projeto... O projeto trata do Acre. Estas emendas merecem uma melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu reafirmo aqui que, na condição de Relator *ad hoc*, me sinto seguro para votar a proposta na forma em que foi apresentada pelo eminente Senador Pedro Taques. Entretanto, não sinto a mesma segurança, à luz daquilo que S. Exª trouxe aqui de complexidade, não sinto segurança para relatar as emendas.

Então, temos duas questões: ou votamos o projeto hoje ou mais uma semana, para que eu possa analisar as emendas e poder retornar a esta Comissão com muita responsabilidade, com muita consequência a respeito de qualquer decisão que venhamos a adotar nesta Comissão pelos impactos que podemos ter em tantos Estados brasileiros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é de caráter prático.

O Município de Boca do Acre está, interligado por estrada, a uma distância de 112 quilômetros do Estado do Acre. Nós vamos ter o Estado do Acre retornando ao horário original e vamos ter Boca do Acre mantido num fuso horário com a cidade de Manaus.

Nós também temos Municípios... O Município de Guajará está a 80 quilômetros, por estrada, do Município de Cruzeiro do Sul. Nós vamos trazer o Município de Cruzeiro do Sul para o horário originário e vamos manter Guajará com o horário de Manaus.

Ou seja, eu não entendo, *data venia* as colocações anteriores, que a emenda apresentada pela Senadora Vanessa tenha qualquer tipo de ilegalidade ou qualquer tipo de desarranjo legal com relação à lei em vigor, Senador Ricardo Ferraço. Por quê? Porque, na verdade, o que ela está fazendo é voltando o texto original do artigo original da lei que foi alterada para que se possibilitasse, através de um referendo, mudar os horários de vários Municípios e do Estado do Acre e que, no caso do Estado do Amazonas, não ficou subordinado ao referendo.

Ora, portanto, a decisão legislativa é suficiente com relação ao Estado do Amazonas. Se retomamos, portanto, a forma original do artigo, como é proposto pela emenda da Senadora Vanessa, de forma alguma

estamos criando qualquer impasse de ilegalidade ou qualquer vácuo legislativo com relação à questão do horário.

O que parecerá extremamente esdrúxulo é retornarmos o horário do Estado do Acre e mantermos essas cidades do Estado do Amazonas absolutamente desconectadas do horário que tem a vinculação cultural que tem a vinculação histórica, tradicional etc. com essa cidade.

Eu faço um apelo ao Relator e faço um apelo a esta Comissão no sentido de que seja aprovado o texto do projeto de lei do Senador Pedro Taques com a emenda proposta pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, a decisão da Mesa e pelo que estou entendendo dos encaminhamentos aqui feitos... Não, o Relator, infelizmente, agora é o Senador Ferraço.

Infelizmente para V. Exª, porque V. Exª pegou um pepino do tamanho de uma jamanta, até porque esse assunto é um assunto complexo, esse negócio de fuso horário. Não é uma coisa assim tão simplista. É só consultar algumas cartas de horário pelo mundo para ver como é que essa historia de Greenwich já teve uma flexibilidade gigantesca. A Rússia está assim, a Europa está assim. Eu pessoalmente questiono um pouco. Alguns dizem que, mudou o fuso horário, o cara fica doente. Então, daqui para frente, está proibido mudar para Europa, mudar para Los Angeles, por causa de cinco horas, seis horas de diferença, as pessoas vão ficar doentes

Só para lembrar que foi falado do Nordeste, o Senador Agripino: Pernambuco, Recife, especificamente, se fosse seguir à risca Greenwich, não era o horário de Brasília, não. Foi, inclusive, alterado na época da República. Quando começou a República, foi alterado em função do Rio de Janeiro. Então, não é uma coisa simplista e assim uma coisa que alguns podem vir a explorar de uma maneira, em algumas situações até politicamente ou em alguns Estados até demagogicamente...

Então, eu quero deixar bem claro isso e entendo, pelo encaminhamento do Senador Ferraço e dos demais Senadores, esta reunião está suspensa por uma semana para que o Senador Ferraço analise as emendas e traga um proposta definitiva para votação, na próxima terça-feira, às 9h30 da manhã.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, só finalizando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu só não gostaria que fossem levadas em conta as novelas e que fosse levada em conta a vontade do povo. Se o povo tiver que se adequar às novelas, é brincadeira. As televisões que devem se adequar ao povo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A secretaria sugere que encerremos, porque vai ter que haver votação nominal. Portanto, vamos encerrar e, às 9h30, começamos uma nova reunião na terça-feira próxima.

Senador Blairo Maggi, que é favorável ao novo horário...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu já tenho problema suficiente no Mato Grosso, no Vale do Araguaia, não vou nem entrar nesta discussão, senão vai ser mais um tiroteio.

A minha pergunta, Sr. Presidente, é: encerra-se a reunião e não seguimos com a nossa reunião da CAE hoje também mais?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Agora nós vamos...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Encerra esta. Começa a outra. Ok, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a reunião, e, na terça-feira, às 9h30, nos reuniremos para deliberar sobre o fuso horário, agora não só do Acre, mas do Amazonas também e do Pará e, se Deus quiser, mantendo o resto do Brasil em paz.

Está encerrada a reunião, e daqui a cinco minutos, começamos a reunião da CAE.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Começa agora, Presidente. Começa agora, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 11horas e 24minutos)

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino, Ciro Nogueira, Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, Marcelo Crivella e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2010** Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela reautuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel, nos termos regimentais. ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010** Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres e Lindbergh Farias, nos termos regimentais. ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2011** Altera o artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.040/69, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado: Concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais. ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2011** Acrescenta o inciso IV ao caput do art. 60 e o § 3º ao art. 61 da Constituição, e altera a redação do § 2º também do art. 61, para viabilizar a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular e facilitar a apresentação e a apreciação de projetos de lei respectivos. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg e outros. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta. Em 18/05/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Concedida vista ao Senador Ciro Nogueira, nos termos regimentais. ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2009** Altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais". **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 7) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2010** Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado inclua ao menos uma mulher. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 9) Não Terminativo REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CE** Requer, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento dos projetos de lei que versam sobre instituição de datas comemorativas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação a respeito da tramitação das matérias, uma vez que a Lei nº 12.345, publicada em 09 de dezembro de 2010, determina providências a serem adotadas antes da deliberação das referidas proposições. **Autoria:** Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Propõe que todos os projetos de lei encaminhados em anexo ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que ora se analisa, lhe sejam restituídos, juntamente com o presente Parecer; seja encaminhada cópia do Parecer adotado pela CCJ à Mesa para que dê ciência a todos os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras e com voto no sentido de que seja conferido o seguinte tratamento aos projetos de lei que instituam datas comemorativas e que estejam tramitando no Senado Federal: a) os projetos de lei apresentados antes ou depois da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, em 10/12/2010, ainda pendentes de apreciação pela CE ou pelo Plenário, e que descumpram o critério de alta significação estabelecido no art. 1º da referida Lei deverão ser rejeitados por injuridicidade; b) os projetos de lei que instituam datas comemorativas apresentados desde a

publicação da Lei nº 12.345, de 2010, devem atender aos requisitos procedimentais nela estabelecidos (arts. 2º a 4º) para que tramitem regularmente; c) caso, por alguma circunstância, seja admitida a tramitação de projeto de lei apresentado após a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, sem que estejam atendidos os requisitos nela estabelecidos, deverá ser ele rejeitado quando de sua deliberação pela CE, ou eventualmente pelo Plenário; d) os projetos de lei cuja tramitação se iniciou, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, antes da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, devem ser considerados válidos, pois foram apresentados na forma da legislação então vigente, e submetidos à apreciação da Comissão Educação, Cultura e Esporte, atendido o critério previsto no art. 1º da Lei (conforme o item "a", acima); e) no caso dos projetos descritos no item "d", a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, se assim entender necessário para formação de seu juízo, poderá realizar as consultas e audiências públicas de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 12.345, de 2010, com fundamento também no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: Aprovado o Parecer. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2011** Cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. ITEM 2) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2007** Altera o art. 18 da Constituição Federal, para exigir a realização de plebiscito nacional nos casos de incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados, para anexação a outros Estados ou constituição de novos Estados ou Territórios Federais. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. Tramita em conjunto com **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2007 Não Terminativo** Dá nova redação ao § 3° do art. 18 da Constituição Federal, para especificar a abrangência da população a ser consultada nos plebiscitos relativos à alteração da divisão territorial do País. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e outros. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de ambas proposições e no mérito, contrário à PEC nº 47, de 2007 e favorável à PEC nº 72, de 2007 com a emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer contrário à PEC nº 47, de 2007 e favorável à PEC nº 72, de 2007, com a Emenda nº 1-CCJ. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 93, I e II, do RISF, seja realizada audiência pública, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a presença do Excelentíssimo Senhor. Dr. Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros senhores senadores." **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às doze horas e trinta e oito minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **ITEM 5)** PLC Nº 18, DE 2011; e **ITEM 8)** PLS Nº 141, DE 2011 e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Solicitada a dispensa pelo Sr. José Pimentel.

Coloco em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação a ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 9.

Primeiro item da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª, Senador Alvaro Dias, e depois o Senador Dornelles.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, meu propósito é fazer uma solicitação a V. Exª.

A classe política tem a dívida da reforma política. Esta Casa, por meio do Presidente Sarney, construiu uma comissão que preparou uma proposta que deve ser debatida. Mas creio, Sr. Presidente, sem gerar falsa expectativa em relação a essa reforma – sabemos da sua complexidade e das dificuldades; no presidencialismo forte, só quando a Presidência da República assume a liderança do processo é que reformas de amplitude ocorrem –, que temos de cumprir o nosso dever e fazer a nossa parte.

Além da proposta que virá da comissão constituída, certamente temos outras propostas que não podem ser ignoradas. Todos os Senadores que apresentaram propostas devem ter preferência para o seu debate e a deliberação, antes que o Senado Federal transfira à Câmara dos Deputados a responsabilidade de concluir esse processo de reforma política.

A solicitação que faço a V. Exª, para resumir, Sr. Presidente, é que todas as propostas que digam respeito à reforma política sejam colocadas preferencialmente em deliberação nesta Comissão.

Essa é a solicitação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, o Senador Dornelles me pediu a palavra pela ordem. Vou conceder a palavra a S. Exª e, em seguida, respondo a V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem não para falar sobre problemas relacionados à reforma política. Os projetos vão chegar aqui, e acho que a proposição do Senador Alvaro Dias é extremamente importante. Tem todo o meu apoio e acho que tem de ser examinada.

Pedi a palavra pela ordem apenas para pedir o adiamento do item 5, do qual sou Relator, porque estou discutindo com o Governo uma possibilidade de entendimento, e ainda não chegamos a um acordo. Eu pediria apenas a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está retirado de pauta o item 5, por solicitação do Senador Dornelles, que, com certeza, fará uma boa negociação para o Governo, e aprovaremos a matéria depois da negociação.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª.

Antes, quero responder ao Senador Alvaro Dias que já pedi à Comissão que levantasse todos os projetos de lei que tramitam aqui na Comissão de Constituição e Justiça para que, assim que chegue a matéria, façamos aqui um mutirão – e me comprometi com isso – em relação a essa questão da reforma política; que analisemos cada projeto, se pode ser apensado ou se terá preferência o projeto apresentado pelos Srs. Senadores.

Mas, como eu disse aqui desde o primeiro dia, o objetivo aqui é fazer com que cada um de nós – e eu me incluo, é claro – possa exercer, na plenitude, o seu mandato. A comissão tão bem presidida pelo Presidente Dornelles, com certeza, trará matérias referentes à questão eleitoral e de reforma política extremamente importantes, que podem ser apensadas e condensadas aqui para que façamos o grande debate da reforma política que o Brasil tanto espera de todos nós.

Senador Rodrigo Rollemberg, V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, só convergindo com a preocupação do Senador Alvaro Dias, já temos a oportunidade de, hoje, começar a fazer um debate sobre reforma política, já que o item nº 4 da pauta, de minha autoria, é uma proposta de emenda à Constituição que propõe a redução do número de assinaturas para os projetos de iniciativa popular, ampliando também a possibilidade de apresentação de propostas de emenda à Constituição pela população.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª terá oportunidade de, no momento oportuno, colocar sua posição.

Pela ordem, pedem a palavra o Senador Aloysio, Senadora Ana Rita, Senador Lindbergh.

Senador Aloysio, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª a inclusão na Ordem do Dia hoje, extrapauta, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2011, proveniente do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos em comissão e funções comissionadas no TRT da segunda região. Esse projeto já foi aprovado na Câmara e tem parecer favorável do Conselho Nacional de Justiça. Há previsão orçamentária para fazer face aos encargos decorrentes do projeto de lei. Penso que, à semelhança de outros projetos originários dos Tribunais, poderíamos examiná-lo extrapauta.

É esse o meu requerimento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu solicito à secretaria desta Comissão que providencie de imediato o relatório para ser incluído extrapauta, conforme solicitação de V. Exª.

V. Exª será atendido no final desta reunião.

Senadora Ana Rita, tem a palavra pela ordem.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, considerando a orientação de V. Exª no sentido de que as matérias relacionadas à reforma política possam ser discutidas no conjunto das demais propostas da reforma, eu solicito a retirada de pauta do item 7, para que possamos discutir no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por solicitação da Senadora Ana Rita, o PLS 263, de 2010, fica retirado de pauta, para, na próxima oportunidade em que formos discutir matéria de reforma política, seja incluído no debate.

Está retirado de pauta o item 7.

Senador Lindbergh. (*Pausa*).

S. Exª dispensa a palavra?

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2010
– Terminativo –

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela reautuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

A votação será nominal

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para proferir seu relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 162, de 2010, de autoria do Senador Pedro Simon, que objetiva, mediante acréscimo de dispositivo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil – LICC), tornar mais claras as regras pertinentes à publicação e vigência das leis.

O art. 1º da proposta adiciona à LICC um art. 1º-A, para determinar que a lei só entrará em vigor se publicada em veículo de comunicação oficial na data de sua sanção, para os entes federados que dele disponham; e, nos demais casos – isto é, nas unidades da federação que não possuam órgão oficial de imprensa –, apenas depois de publicada em, pelo menos, um jornal de circulação local, se houver, ou de circulação regional regularmente distribuído na localidade, sem prejuízo da afixação do inteiro teor da norma em logradouros de grande circulação e de utilidade pública oficial ou privada. Exige-se ainda, nessa última hipótese, o decurso de um prazo adicional de trinta dias para o início da vigência da lei, ainda que haja previsão de outra *vacatio legis* em seu texto.

O art. 2º da proposição encerra a cláusula de vigência, coincidente com a data da publicação da norma que eventualmente dela resultar.

Na justificação, defende-se que, embora publicação e vigência estejam muito bem definidas na Lei de Introdução ao Código Civil como ações específicas, dependentes e vinculadas, a publicidade, de outra parte, constitui fonte inesgotável de problemas, levando diversas questões relativas à aplicação de normas jurídicas oriundas de entes da federação desprovidos de veículo de comunicação oficial para a esfera judicial.

Argumenta-se, a esse respeito, que o grande problema ocorre quando vemos a realidade inexorável de nosso País continental, onde a maioria dos municípios não dispõe sequer de um pequeno veículo de comunicação privado, de periodicidade definida e de fácil acesso à sociedade, de modo que a publicidade das normas geradas difere em expressivo grau da publicação das mesmas.

Cita-se, finalmente, matéria jornalística dando conta de recente decisão do Tribunal do Superior do Trabalho, em que se considerou inaplicável lei municipal que, instituindo regime jurídico único para os servidores públicos, não foi publicada em órgão oficial de imprensa, tendo sido apenas afixada na sede da prefeitura e nas dependências dos órgãos administrativos.

Não foram apresentadas emendas.

Julgamos conveniente mencionar que, na redação da presente peça, aproveitamos tanto a forma quanto os argumentos utilizados pelo Senador Alvaro Dias em seu relatório, que não chegou a ser submetido à deliberação.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão.

2 Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico, iii) possui o atributo da generalidade, iv) se afigura dotado de potencial coercitividade e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No que concerne à constitucionalidade, porém, a proposição, conquanto atenda aos requisitos formais relativos à iniciativa, está a merecer reparo. É que a Lei

de Introdução ao Código Civil, ao tratar da vigência, publicação e aplicação das normas jurídicas, versa sobre tema atualmente reservado à lei complementar – forma como foi, nessa parte, recepcionada pela Constituição Federal (CF) de 1988. Realmente, o parágrafo único do art. 59 do texto constitucional prescreve, a esse respeito, que lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Por decorrência desse dispositivo, foi editada, em 26 de fevereiro de 1998, a Lei Complementar (LC) nº 95, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, regulando a parte do objeto da LICC que a proposição em apreço pretende alterar.

Eu estou tendo dificuldade de escutar a minha própria voz, pelo nível de ruído da Comissão, Sr. Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Eunício Oliveira. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço a assessoria e aos Srs. Parlamentares que deem atenção ao relatório do Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ao apresentar-se, pois, sob a forma de "projeto de lei ordinária", o PLS nº 162, de 2010, além de dirigir-se ao diploma legal equivocado (a LICC, em lugar da LC nº 95, de 1998), viola frontalmente dispositivo constitucional, imperfeições que buscamos corrigir mediante a sua reautuação na forma do substitutivo que ao final apresentamos.

Valemo-nos da ocasião, ademais, para transportar da LICC para a LC nº 95, de 1998, as disposições a ela afeitas.

Quanto à técnica legislativa em sentido estrito, a matéria também não se acha isenta de críticas. Com efeito, sua ementa não indica o objeto da alteração pretendida, limitando-se a sinalizar a adição de artigo à Lei de Introdução ao Código Civil, o que não atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998. Outro aspecto a reclamar correção diz respeito ao *parágrafo único* do mencionado art. 1º-A, que faz referência a inciso não identificado do dispositivo.

No mérito, acedemos por inteiro à iniciativa do ilustre Senador Pedro Simon, capaz, a nosso juízo, de impor termo às dificuldades práticas envolvendo a vigência, publicação e publicidade das leis.

Convém explicar.

É que, embora seja suficiente, do ponto de vista formal, para a aplicação da lei, a sua *publicação*, é certo que, para a sua *efetividade* e *exigibilidade*, especialmente sob a ótica do cidadão-destinatário – que, por expressa disposição legal, não pode se escusar de cumpri-la alegando *ignorância* –, a *publicidade* da norma jurídica se revela tão importante quanto o ato oficial de sua divulgação.

A publicidade se torna ainda mais relevante no contexto da legislação municipal, cujo conhecimento não se mostra tão fácil ou acessível quanto o das legislações federal e estadual. Tomemos, como exemplo, o litígio apresentado na justificação da proposição em exame.

Nele, o Tribunal Superior do Trabalho considerou inaplicável lei do Município de Palhano, Estado do Ceará, que, instituindo regime jurídico único para os seus servidores, limitou-se a afixar o texto normativo nas dependências da prefeitura e órgãos administrativos, sem divulgá-la em órgão oficial ou privado de imprensa.

No caso, determinada servidora, que requeria o pagamento de diferenças salariais, recorrera à Justiça do Trabalho a fim de obtê-lo. O Município requerido sustentou, por sua vez, que era da Justiça comum a competência para julgar a lide, porquanto se tratava de demanda envolvendo não mais *empregada*, e sim *servidora pública*. Todas as instâncias judiciais que apreciaram a matéria, no entanto, decidiram que a lei instituidora do mencionado regime jurídico único municipal, para ter aplicabilidade (isto é, para ter *entrado em vigor*), deveria ter sido publicada em órgão oficial ou em diário privado de circulação regular, nos termos do art. 1º da LICC.

Note-se, pois, que não se considerou suficiente, para o início da produção dos efeitos da norma, a sua aposição nos prédios públicos municipais, decisão que nos parece a mais acertada, em face da função do ordenamento jurídico (que se destina não apenas a sancionar ou conceder benefícios, mas também a informar a sociedade sobre o comportamento exigido em dada situação). São casos como esse que o PLS nº 162, de 2010, busca, em boa hora, solucionar.

Aproveitamos a oportunidade, de todo modo, para aprimorá-lo, conduzindo suas disposições para o âmbito da LC nº 95, de 1998, que hoje disciplina o tema. A esse respeito, destaque-se que, desde o advento dessa lei complementar, perdeu sentido parte do disposto no art. 1º da LICC (*salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada*), porquanto o art. 8º da LC nº 95, de 1998, prescreve que toda lei, qualquer que seja a instância responsável por sua produção (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), deverá conter cláusula de vigência expressa, contemplando *prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento*:

> ***Art. 8º*** *A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.*

Expirou, pois, a vetusta regra segundo a qual, salvo disposição em sentido diverso, a lei começa a viger quarenta e cinco dias depois de publicada, disposição justificável apenas nos casos – não mais admitidos – em que o texto legal não continha cláusula de vigência.

Afigura-se-nos alvissareira a circunstância, ademais, para reunir, na LC nº 95, de 1998, dispositivos da LICC que a ela se afeiçoam, a saber, os arts. 1º e 2º:

> ***Art. 1º*** *Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.*
>
> *§ 1º Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.*
>
> ... .
>
> *§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.*
>
> *§ 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.*
>
> ***Art. 2º*** *Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.*
>
> *§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.*
>
> *§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.*
>
> *§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.*

Além disso, preconizamos que a primeira publicação da lei, qualquer que seja a modalidade utilizada, deverá ocorrer em até um dia da *promulgação* de seu texto, e não na *data da sanção*, que muitas vezes ocorre após o fechamento dos órgãos de imprensa, públicos ou privados.

Finalmente, engendramos, para a vigência de leis editadas por unidades da federação municipal que não possuam órgão oficial de imprensa, mecânica consoante a qual o texto normativo deverá ser publicado em, alem do veículo de comunicação oficial do respectivo Estado, em pelo menos, um jornal de circulação local ou regional regular, se houver, sem prejuízo da sua afixação, no dia seguinte ao da *promulgação*, em prédios públicos e logradouros de grande circulação.

III – VOTO

Em vista do exposto, somos pela reautuação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2010, como projeto de lei complementar e por sua aprovação, na forma do substitutivo que descrevemos e apresentamos.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O relatório do Senador Roberto Requião é pela reautuação da matéria, como projeto de lei complementar, nos termos da emenda substitutiva que acrescenta.

Portanto, vou colocar em discussão a reautuação da matéria e do projeto de lei complementar, nos termos da emenda substitutiva apresentada pelo Senador Roberto Requião.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Pedro Taques.

V. Exª tem a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como posso pedir vista até o momento em que a discussão se encerra, eu vou questionar alguns pontos aqui para avaliar se peço ou não vista.

Na proposta apresentada, que muda o art. 8º desta importante lei, a Lei Complementar nº 95, no seu § 1º, está vazado nos seguintes termos:

> ***Art. 8º*** *A vigência será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.*

Essa expressão, Sr. Presidente, se me afigura muito subjetiva. O que é uma lei de pequena repercussão? Para quem essa lei é de pequena repercussão? As leis devem ter a qualidade da generalidade, da impessoalidade. Muitas vezes ela pode ser de pequena repercussão para um milhão de pessoas, mas é de grande repercussão para uma pessoa. Penso que essa expressão de ordem subjetiva – e gostaria de ouvir o Sr. Relator – pode trazer grandes discussões judiciais a respeito da vigência da lei: se é ou não de grande repercussão. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto está lá no § 8º do mesmo artigo 8º: "A vigência da lei revogada só se restaura por dis-

posição legal expressa". Eu estava conversando com o Senador Pimentel e com o Senador Demóstenes, a redação da Lei de Introdução ao Código Civil penso, salvo melhor juízo, ela é mais expressa e deixa menos incertezas. Esse § 8º trata da chamada repristinação, ou revigoração, ou ressuscitação de uma lei. Eles ficam um pouco confusos porque a doutrina nacional entende que a repristinação só pode existir se for expressa na própria lei. Esses pontos iniciais...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quanto ao art. 8º, acho que a exigência está satisfeita. A repristinação só se restaura por disposição legal expressa. Agora, quanto à primeira observação, parece-me pertinente. Portanto, como Relator, recomendaria ao Senador Pedro Taques o pedido de vista e a providência necessária à correção do artigo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Talvez consigamos, eu sei que é...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Obrigado. O que diz o Senador Requião é de senso comum, é isso mesmo. Há leis de maior repercussão, de menor repercussão, mas, no texto legal, talvez fosse melhor colocar "de menor abrangência". Por exemplo, leis que dão nomes a viadutos, são leis, não é verdade?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A ideia foi exatamente essa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então talvez...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Por repercussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É, porque quando criaram o Juizado de Pequenas Causas logo em seguida trocaram o nome, porque as causas se revelaram, pelo grande número no Supremo, que não eram pequenas coisa nenhuma. Então sugeriria "menor abrangência", para resolver agora.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Se o Senador Pedro Taques estiver de acordo, eu acho que há uma dubiedade que iria implicar em grandes discussões.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Em leis de menor abrangência talvez. Se não...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sem querer polemizar, mas repercussão, abrangência têm um conteúdo jurídico. Essa repercussão, abrangência pode ser temporal, espacial, territorial e pessoal. Que tipo de repercussão? Que tipo de abrangência? A minha preocupação é só essa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Alguma sugestão?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio Nunes Ferreira pede vista do item 1 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 162, de autoria do Senador Pedro Simon, com relatoria do Senador Roberto Requião.

Vista concedida ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Mas algum Senador pede vista?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só uma sugestão. O Senador Requião usa um texto que, embora polêmico, está no Código Civil de 1916 e foi mantido agora na revisão de 2002, com essa expressão "pequena repercussão". Então, foi mantida na revisão de 2002, com a expressão "pequena repercussão".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está concedida vista coletiva da matéria constante do Item 1, já que o Senador José Pimentel também pede vista.

A matéria voltará à pauta na próxima quarta-feira, já que os Srs. Senadores pediram vista coletiva.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Relatoria: Senador Gim Argello.

Observações: – *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa*.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello, para proferir seu relatório.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, quero informar a esta Comissão que todos os presidentes regionais dos Conselhos estão aqui. Estão aqui presidentes da Paraíba, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Espírito Santo, de Pernambuco,

de Alagoas, do Distrito Federal, de Santa Catarina, de Minas Gerais. Todos se encontram aqui. Para eles, essa matéria tem uma relevância muito grande. Quero agradecer a todos os que aqui estão.

Vamos ao relatório!

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, promove alterações na lei de regência dos Conselhos Federal e Regionais dos Despachantes Documentalistas (Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002), para complementar a disciplina legal que regula as atividades da categoria.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto foi apreciado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo relatado, em ambas, pelo Deputado Sandro Mabel, recebendo, nas duas oportunidades, parecer pela aprovação.

Da forma como dispõe o Projeto, os Conselhos Federal e Regionais passam a ter personalidade jurídica de direito público; fica vedada a criação de mais de um Conselho na mesma base territorial; autorizam-se os Conselhos a fixar e cobrar contribuições, preços, serviços e multas; e torna privativo o exercício da profissão de despachante às pessoas habilitadas no conselho regional de sua base territorial.

A matéria foi, inicialmente, distribuída apenas para a deliberação da Comissão de Assunto Sociais (CAS) desta Casa. Em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 972, 973, 974 e 975, todos de 2010, a proposição veio a esta Comissão, para análise, antes da decisão terminativa da CAS.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do disposto no inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, deliberar sobre a presente proposição.

Do ponto de vista dos requisitos de constitucionalidade formal e material, o Projeto não apresenta vícios, porquanto foram observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo e de iniciativa, consoante o disposto nos arts. 22, I; 48 e 61 da Carta Magna, respectivamente, quanto à competência da União para legislar sobre a matéria, do Congresso Nacional para apreciá-la e do deputado para apresentá-la.

Os termos em que a proposição se formula não violam cláusula pétrea, e, no que se refere à juridicidade, o Projeto se acha livre de vícios, posto que utiliza o meio adequado aos objetivos pretendidos, inova o ordenamento jurídico e ostenta generalidade, coadunando-se com os princípios gerais de direito.

Sob a ótica da técnica legislativa, nada a opor, pois seus comandos encontram-se em conformidade com o que estatui a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, demonstram-se oportunas e propícias as modificações legais propostas. A Lei nº 10.602, de 2002, oriunda do Projeto de Lei nº 3.752, de 1997, foi promulgada com vários vetos parciais, o que acabou por fazer viger em nosso sistema jurídico uma lei incompleta, acarretando inúmeras dificuldades ao pleno funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais dos Despachantes Documentalistas.

A presente iniciativa busca dar novamente coesão ao texto da Lei nº 10.602, de 2002, para que ela seja, enfim, um instrumento hábil a permitir o bom controle e fiscalização dessa atividade tão relevante para a sociedade brasileira.

Com permissão, Sr. Presidente, vamos ao voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, tem a palavra o Senador Lindbergh Farias e, depois, Senador Luiz Henrique.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Se bem entendi, Senador Gim Argello, e peço permissão para discordar, temos o ponto nº 3, que fala sobre os Conselhos Federais de Contabilidade. Em relação ao exercício da advocacia, há o curso de advocacia; depois se faz uma prova para a Ordem, o exame da Ordem. Acerca da contabilidade, é a mesma coisa, esse é o nosso próximo ponto. Você faz o curso de contabilidade, depois faz o exame. Agora, despachante de documentos? Exigir e limitar o exercício da profissão aos profissionais habilitados pelo Conselho é demais. Acho demais! Vi esse projeto agora, mas faço essa intervenção de mérito, porque acho um exagero. Qualquer um pode ser despachante de documentos, qualquer um pode se colocar e disputar essa vaga no mercado de trabalho sem autorização do Conselho. Então, quero me posicionar – pelo licença ao meu amigo Gim Argello – contrariamente a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os despachan-

tes – sou testemunha disso no exercício do Governo – exercem uma função relevante, cada vez mais suprindo as deficiências do Estado na descentralização, na atomização, na pulverização dos trabalhos que o Poder Público deve prestar ao cidadão. Com todo respeito à opinião do colega Lindbergh, entendo que o projeto de lei organiza essa atividade, dá-lhe uma estrutura organizacional que vai aprimorar ainda mais a atividade que realizam os despachantes. Por isso, Sr. Presidente, voto a favor. Concordando com o relatório do Senador Gim Argello, peço a todos os Srs. Senadores que respaldem esse projeto, que é realmente importante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos vivendo um momento significativo para a sociedade brasileira. Na verdade, cada segmento que exerce uma atividade quer exatamente que as coisas sejam feitas dentro de um processo organizacional. Vou no mesmo raciocínio do Senador Luiz Henrique. Peço permissão ao Senador Lindbergh porque penso que uma atividade exercida por qualquer cidadão brasileiro exige que não seja qualquer um. Se qualquer pessoa se habilitar a ser despachante, poderemos ter problemas no decorrer da atividade, Primeiramente, ele vai cuidar de interesses de empresas e pessoas físicas.

Então, precisa haver um órgão para disciplinar, orientar, organizar e selecionar, inclusive.

Como bem disse V. Exª, para ser advogado, o indivíduo precisa cursar a universidade e prestar depois um exame de ordem. E assim são todas as outras atividades. Ora, o despachante é uma pessoa que precisa ter muita responsabilidade, de vez que vai tratar dos mais diversos assuntos e cuidar das atividades de empresas e de pessoas. Tem, pois, que ter o seu órgão que vai orientar. Não é qualquer um, permita-me discordar do ponto de vista de V. Exª no que diz respeito a isso.

Por isso, Sr. Presidente, acho que o projeto melhorou por conta dos vetos apostos ao projeto original. Ele está dando uma conotação bem diferente e com muita clareza.

Por essas razões, eu também voto favoravelmente ao projeto e peço aos Srs. Senadores que todos nós possamos definir, de uma vez por todas, na manhã de hoje, essa matéria.

Essa, a minha observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Peço desculpas aos Colegas e a V. Exª por entrar atravessado na discussão, mas me vali do pela ordem para solicitar a retirada da pauta, da reunião de hoje da CCJ, do item 6, um projeto de autoria do Senador Inácio Arruda do qual sou relator.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª será atendido. Será retirado de pauta o item 6 que é da relatoria de V. Exª.

Com a palavra o Senador Aécio Neves para discutir o item 2 da pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, uma palavra bastante breve, apenas para registrar a nossa concordância com o relatório do ilustre Senador Gim Argello.

Na verdade, essa proposta vai ao encontro do que prevê a Constituição quando esta não apenas externa, mas estimula o associativismo. No seu art. 5º, no inciso XVII, ela afirma que "é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar". E, na verdade, ela traz para a sociedade brasileira, a partir da descentralização e da sua organização, novos e importantes instrumentos. Tudo que se puder normatizar no campo do associativismo deve se bem-vindo.

Portanto, quero registrar aqui o meu ponto de vista pessoal em relação ao mérito, a minha posição favorável; registrar aqui a participação importante de vários parlamentares na construção desse projeto, em especial do Deputado Domingos Sávio, de Minas Gerais, que aqui prestigia esta reunião, na certeza de que estamos dando um passo além. Caberá, obviamente, do ponto de vista constitucional, a avaliação final por parte do Governo. Mas, do ponto de vista do mérito, eu quero externar a minha posição favorável ao relatório do Senador Gim Argello.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª.

Para discutir a matéria, está inscrito o Senador Alvaro Dias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para dizer que vou pedir vista da matéria, tanto desta quanto do item 3, para uma discussão não de mérito, mas de constitucionalidade. O Supremo decidiu que são autarquias especiais. Eu quero

pegar essa decisão do Supremo para ver se a gente consegue salvar o projeto, porque, senão, a Presidente vai vetar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou conceder vista a V. Exª após ouvir os Senadores Álvaro Dias, Roberto Requião, Vital do Rêgo e Pedro Taques, que estão inscritos para discutir a matéria.

Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, realmente há dúvidas em relação à constitucionalidade em função de um eventual vício de iniciativa. Assim, justifica-se, plenamente, o pedido de vista do Senador Demóstenes. Mas, quanto ao mérito, somos favoráveis, Sr. Presidente, até porque o projeto procura acrescentar, aprimorando o que já existe de legislação a esse respeito. Por exemplo, o § 5º diz que o Conselho federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil e os Conselhos Regionais dos Despachantes serão dotados de personalidade jurídica de direito público. Isso não consta da Lei nº 10.602; portanto, é um vácuo que é preenchido agora com essa proposta.

> *§ 6º – É expressamente vedada a criação de mais de um Conselho Regional para a mesma base territorial do Estado ou do Distrito Federal*.

É uma norma também ausente da Lei nº 10.602, que é, a meu ver, necessária, exatamente para evitar a pulverização com desorganização.

> § 7º – O *Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas do Brasil e os Regionais dos Despachantes Documentalistas, exercem suas atribuições por delegação do poder público.*

Também creio ser necessário preencher esse vazio da legislação vigente.

> *Art. 5º-A O Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas – CFDD/BR e os Conselhos Regionais de Despachante Documentalistas, em seus respectivos âmbitos, são autorizados, dentro dos limites estabelecidos em Lei, a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como preços e serviços e multas, que constituirão receitas próprias, considerando-se título executivo extrajudicial a certidão relativa aos créditos decorrentes."*

Portanto, organiza aquilo que não está previsto na legislação atual.

> *Art. 5-B O exercício da profissão de Despachante Documentalista é privativo das pessoas habilitadas pelo Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas de sua jurisdição, nos termos das normas baixadas pelo Conselho Federal."*

Também é uma ausência na legislação atual, que agora, com a proposta do Senador Gim Argello, se completa. Há o preenchimento desse vácuo.

> *Art. 5º-C Aplicam-se ao exercício da profissão de Despachante Documentalista, subsidiariamente, as normas de direito administrativo, as de direito processual civil e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, no que couberem e que não forem incompatíveis com esta Lei e com os estatutos e demais normas editadas pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais.*

Portanto, perfeito também a introdução dessa norma. Preenche um vazio.

Portanto, a proposta que estamos agora apreciando aprimora a legislação organizando o setor. Evidentemente, se não houver vício de iniciativa, o nosso voto será, o voto do nosso partido será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma homenagem ao novo Ministro da Desburocratização, o nosso Gerdau, que está uma sala ao lado da nossa Presidenta Dilma.

Esse projeto é altamente burocratizante e me preocupa, porque se insere naquela visão corporativa do Estado fascista italiano. Parece um projeto originado no manuelesco, com o seu célebre livro "Estado Corporativo".

É evidente que algumas profissões têm que se organizar de forma exclusiva por interesse social. Por exemplo, a medicina, a advocacia – o Lindbergh abordou muito bem esse aspecto – mas transformar num monopólio a profissão de despachantes de documentos é um passo a mais no caminho da complicação, da burocratização, do aumento de dificuldades e preços em toda essa gama enorme de necessidade de documentos na relação do cidadão com a administração pública.

Eu acho que não tem sentido algum. Seria mais ou menos a mesma coisa se propuséssemos um conselho nacional de consultores econômicos, que proibisse a participação, por exemplo, de médicos sanitaristas. É um privilégio que atrapalharia, por exemplo,

um número enorme de consultorias da república do José Serra, do Armínio Fraga, do Pedro Parente e do nosso Ministro Palocci.

O meu voto decididamente será contra a burocratização e essa visão corporativa da organização das profissões, como também sempre terá o meu voto contrário a oficialização da exigência do diploma de jornalismo para alguém escrever num periódico, dar uma opinião na mídia escrita ou na mídia televisiva ou radiofônica.

Era essa a minha manifestação, absolutamente contrária.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Vital do Rego.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, respeito as posições divergentes e espero a análise constitucional da matéria após o pedido de vista do Senador Demóstenes, Vejo a justeza do projeto e o aperfeiçoamento que o Senador Gim Argello fez, quando trouxe melhorias a uma legislação de 2002, que precisava, como colocou muito bem o Senador Alvaro Dias agora há pouco, de aperfeiçoamento. O projeto restaura vácuos que eram necessários e, pelo mérito, estou com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Constituição da República, no art. 5º, inciso XIII, diz que todas as profissões, trabalhos e ofícios são livres, permitida a regulamentação. Essa é uma conseqüência, Sr. Presidente, da nossa história praxista das ordenações filipinas, manuelinas e afonsinas. Nós temos o vezo de criar cartórios, algo corporativo.

Vou aguardar a posição constitucional aqui; o Senador Demóstenes vai nos trazer luzes, tendo em conta a decisão do Supremo Tribunal Federal, que trata da natureza da pessoa jurídica especial, autarquia especial desses conselhos, porque aqui fala "personalidade jurídica de direito público", e parece-me que o Supremo já decidiu diferente.

Portanto, antes da posição que o Senador Demóstenes trará sobre a sua constitucionalidade, vejo que esse projeto vem também burocratizar o direito fundamental do cidadão de ter acesso a documentos, acesso a informações.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, V. Exª vai pedir vista da matéria?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço vista apenas para examinar a constitucionalidade da matéria. E já antecipo o pedido de vista também do item 3.

Se quiserem retirar de pauta para se discutir, muito bem, porque é a mesma situação. É apenas para analisar a constitucionalidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero associar-me ao pedido de vista do item 2.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 2, vista coletiva. Senador Demóstenes e Senador Lindbergh pediram vista. Então, vista, para, na próxima semana, a matéria voltar à pauta.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu havia combinado com V. Exª que iria pedir a inclusão extrapauta do Decreto Legislativo nº 19, de 1999, que voltou da Câmara com substitutivo. Mas, considerando os entendimentos havidos, eu queria requerer a V. Exª que fosse incluído na pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta Presidência, com muito prazer, atende V. Exª.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Vital do Rêgo, tem a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, sou relator desta matéria e comunico a V. Exª que o relatório já foi entregue à Comissão. O relatório da matéria de que o Senador Mozarildo falou agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está entregue à Comissão...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Já está pronto, entregue à Comissão e pronto para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Atendendo a V. Exª e ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que ainda precisa fazer algum entendimento com V. Exª sobre esse relatório – e, mesmo ele já tendo sido entregue, até o momento da discussão, V. Exª poderá alterá-lo –, a matéria, que teria sua inclusão extrapauta, ficará para a pauta da próxima quarta-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o projeto de autoria do Senador Mozarildo que não mais terá sua inclusão extrapauta se refere ao plebiscito para ouvir a população do Estado do Pará sobre a criação do Estado Tapajós. Já aprovamos aqui, na legislatura passada, plebiscito para o Estado de Carajás. O plebiscito é um processo democrático de se ouvir a população. O processo de divisão territorial de um Estado não deve ser tomado pelos parlamentares; é um processo de tamanha importância, Senador Aloysio, que deve ser ouvida a população. E é essa a posição que nós tomamos aqui em relação ao projeto de Carajás e que tomaremos em relação ao Estado de Tapajós.

Houve aqui um acordo para que o projeto não entrasse extrapauta na sessão de hoje e, sim, na pauta normal da próxima semana. Com isso haverá tempo de todos os Senadores tomarem conhecimento do Relatório do Senador Vital do Rêgo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, é para complementar as colocações do Senador Flexa Ribeiro a respeito da questão desse projeto.

É um projeto que há anos vem sendo acalentado pelo povo daquela região do Estado do Pará. E posso testemunhar, inclusive, que quando Deputado Federal, nos idos de 1991, já era acalentado, na Câmara dos Deputados, se ouvir o povo do lado oeste do Estado do Pará, para a decisão em torno do desmembramento do futuro Estado do Tapajós.

Portanto, apenas para dizer da importância desse tema, desse projeto a fim de que volte à pauta na próxima sessão; louvar a iniciativa do Senador Mozarildo; louvar a diligência do Senador Vital do Rêgo que, extremamente diligente, providenciou o parecer para que pudesse estar à disposição desta Casa. E dizer que é extremamente democrático ouvir o povo paraense a respeito dessa importante decisão a respeito da criação do Estado do Tapajós, assim como do Estado de Carajás.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, é apenas para trazer uma informação importante para este debate: é que a aprovação do projeto que convoca o plebiscito para o Estado do Tapajós foi aprovado, por unanimidade, pelo Senado Federal há 11 anos. E a mesma proposta que trata do Estado de Carajás foi aprovada no ano passado. No entanto, houve, na Câmara dos Deputados, a inclusão de 5 Municípios, o que fez com que a proposta para o Tapajós retornasse a esta Casa. E a de Carajás já está pronta para ser convocado o plebiscito.

Portanto, está mais do que na hora de o Senado resolver definitivamente essa questão.

Eu conheço a região, estou amplamente favorável. Quero cumprimentar o Deputado Lira Maia pela sua luta, cumprimentar o Senador Mozarildo pelo seu relatório. E já está mais do que na hora de o Senado Federal aprovar o plebiscito para a criação do Estado do Tapajós.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Conforme compromisso assumido com o Senador Mozarildo Cavalcanti, na próxima quarta-feira esta matéria estará em pauta, aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, é apenas para dar uma informação a V. Exª e aos Srs. Senadores que o nosso Senador Eduardo Braga é paraense, nascido em Santarém, no oeste do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E o PMDB se orgulha muito de tê-lo em nossos quadros.

Item 3 da pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.040/69, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.

Autoria: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Portanto, concedo a palavra, para fazer a leitura do relatório do Item 3 da pauta de hoje, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2011, procura modificar a composição do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais, alterando a redação do atual parágrafo único do art. 1º, renumerado para o § 1º e introduzindo o § 2º.

Aprovado o projeto e convertido em lei, passarão os técnicos em contabilidade a contar com, em princípio, um único representante do Conselho Federal de Contabilidade e nos diversos Conselhos Regionais. Além disso, os ex-presidentes do Conselho Federal passam a ter assento honorário e vitalício no seu Plenário, tendo o direito de se manifestar, mas não de votar, em suas discussões internas.

Na justificativa, o autor do Projeto se refere às modificações que a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 promoveram no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que estabeleceu os Conselhos de Contabilidade e que regulamenta o exercício das profissões contábeis.

Particularmente, o Projeto diz respeito à modificação do perfil profissional dessas profissões, que já vinha se observando e que foi consolidada pelas alterações legais a que nos referimos. Nos termos da nova redação do Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, a partir de 2015, apenas os profissionais detentores de diploma de Bacharelado em Ciências Contábeis e que tenham sido aprovados em exame de suficiência poderão exercer a profissão, reservada essa possibilidade de exercício unicamente aos técnicos que, até a data, tenham obtido seu registro profissional.

Verifica-se, portanto, que a quantidade de técnicos contábeis em atividade, que já vem declinando, tende a sofrer uma drástica redução nos próximos anos, pelo que necessária, conclui o autor, a mudança da composição do órgão de classe.

A matéria do Projeto se encontra no âmbito de competência do Congresso Nacional, dado que o exercício das profissões e sua fiscalização profissional são matérias cuja regulamentação pertence à União.

O exercício das profissões é livre, nos termos do art. 5º, XIII da Constituição Federal, respeitadas as exigências legais. Em outros termos, o Poder Constituinte asseverou que, no tocante ao direito de escolher uma profissão e de exercê-la, a regra é a ampla liberdade.

Admite-se, contudo, que a legislação infraconstitucional possa demandar dos interessados o cumprimento de dados requisitos, sem o que serão vedados o acesso e a prática de algumas atividades. Isso decorre do interesse social de garantir que algumas profissões sejam exercidas por profissionais competentes, minimizando o risco que a presença de profissionais despreparados pudesse trazer a sociedade.

Ainda, é admissível que essas exigências evoluam com o tempo, dado que as condições que inicialmente as demandaram tendem a mudar com o tempo. Esse foi o caso das profissões contábeis, objeto que foram da alteração promovida pela Lei nº 12.249, de 2010, oriunda, por seu turno, de emenda do Relator à Medida Provisória nº 472, de 16 de dezembro de 2009.

A alteração do perfil profissional das profissões contábeis, com a quase completa eliminação do técnico em contabilidade acaba por gerar, indiretamente, uma distorção na representatividade das profissões no âmbito dos órgãos de fiscalização e representação profissional.

Com efeito, a redação atual do Decreto-Lei nº 1.040, de 1969, estabelece que 1/3 dos componentes dos Conselhos Federal e Regional deverá ser composto por técnicos, percentual que está sobrerrepresentado em face da atual composição das profissões, situação que tende a se agravar dado que a partir de 2015 não se admitirão mais técnicos nos órgãos de classe.

A mudança proposta adapta os órgãos a essa nova condição e acrescenta dispositivo meritório, o de que os antigos presidentes do Conselho Federal tenham assento no plenário e possam se manifestar, auxiliando com sua experiência, os trabalhos do Conselho Federal, sem alterar a sua representatividade, dado que não terão voto.

A legislação deve se adaptar à realidade e a presente proposição complementa o trabalho já iniciado pelo Congresso na Lei nº 12.249, de 2010, pelo que merece ser aprovado.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela aprovação do PLS nº 127, de 2011.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Confirmo o pedido de vista, Sr. Presidente, pelas mesmas razões.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para um registro de arqueologia legislativa. O Projeto de Lei que estamos examinando altera o Decreto-Lei nº 1.040, de outubro de 1969, que foi baixado pelos ministros da Marinha, da Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar: "Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica

Militar, usando as atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, combinado com § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam...". Apenas quero ressaltar a inspiração libertária da legislação que estamos alterando neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está concedida vista do projeto ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que inclua em pauta as Propostas de Emenda à Constituição nºs 47 e 72, que estão apensas. Essas Propostas tratam justamente da questão do plebiscito, o que tem muito a ver com o que vai ser discutido. Na próxima semana, poderemos discutir as alterações que estão sendo propostas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª será atendido.

O próximo item da pauta é o de nº 4.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2011 – Não Terminativo –

Acrescenta o inciso IV ao caput do art. 60 e o § 3º ao art. 61 da Constituição e altera a redação do § 2º também do art. 61, para viabilizar a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular e facilitar a apresentação e a apreciação de projetos de lei respectivos.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Em 18 de maio de 2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, para proferir seu relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, intenta passar a permitir que cidadãos e cidadãs brasileiros possam propor emendas à Constituição. Pelo dispositivo vigente, a Lei Maior pode ser emendada por proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Chefe da Nação e de mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados, cada qual por maioria relativa de seus membros.

A Proposta altera ainda o § 2º do art. 61 da Constituição, para passar a determinar que a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projetos de lei e de propostas de emenda à Constituição, com o apoiamento de eleitores correspondentes a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço ou mais das unidades federadas, com o mínimo de 0,1% do eleitorado que haja votado em cada uma delas. A redação vigente do § 2º permite a iniciativa popular a projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, cinco Estados. Não abre permissão, portanto, para a iniciativa popular relativa a emendas constitucionais e exige para a iniciativa popular a projetos de lei percentagem mais elevada do que a determinada pela PEC que se quer aprovar.

A Proposta ainda acrescenta o § 3º ao art. 61, no sentido de impor que os projetos de lei de iniciativa popular tramitarão em regime de urgência, a menos que haja decisão em contrário da Casa legislativa.

A justificação da medida começa por lembrar que a Constituição brasileira não contempla a possibilidade de o eleitorado iniciar propostas de emenda ao seu texto, permitindo a iniciativa popular apenas a projetos de lei ordinária. Ressalta, em seguida, que a lei dos partidos políticos existe para o registro do estatuto de cada partido que este tenha caráter nacional, assim considerado aquele que comprove o apoiamento de eleitores correspondentes a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição para a Câmara dos Deputados. Segue a justificação asseverando que o partido político é uma instituição fundamental para a democracia, e aponta a seriedade de que se reveste a criação de novo partido.

Entretanto, as exigências para a iniciativa popular a projeto de lei são bem mais rigorosas do que aquelas para a criação de um partido político, quando na verdade deveria ser facilitada, e não dificultada, como o faz o preceito do Estatuto Magno. Em face disso, a presente PEC objetiva tornar mais fácil a apresentação de projetos de iniciativa popular, ao tempo em que permite a apresentação de propostas de emendas à Constituição. Ademais, tenciona-se conferir regime de urgência para projetos iniciados pelos cidadãos, salvo decisão contrária do Plenário da Casa Legislativa onde a medida esteja tramitando. Contribui-se, assim, para aproximar a cidadania do Poder Legislativo, harmonizando-se a democracia representativa com a iniciativa popular.

A Proposta nº 03 de 2011 se afina com todas as exigências constitucionais para tramitação dessa espécie legislativa. Não fere nenhuma das cláusulas pétreas contidas no § 4º do art. 60, e possui número de assinaturas suficiente para seguir seu curso.

No mérito, não há objeções a serem apontadas. O nosso ordenamento constitucional é repleto de preceitos que dão respaldo a toda a iniciativa tendente a democratizar as instituições políticas e jurídicas.

Dessa forma, já nos primeiros dispositivos, relativos aos princípios que informam o sistema político entre nós adotado, a Lei Maior põe em relevo o estímulo à maior participação possível do povo nas grandes decisões nacionais.

Com efeito, o parágrafo único do art. 1º proclama que *todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.*

Em decorrência de tal princípio, base e alicerce da ordem democrática, ao lado de outros igualmente norteadores de toda a legislação, desponta a consagração da soberania popular, a ser exercida por meio de plebiscitos, referendos e iniciativas a projetos de leis ordinárias, conforme determina o art. 14 da Constituição.

Incompreensivelmente, ficou de fora dessa prerrogativa a possibilidade de os cidadãos iniciarem propostas de emendas constitucionais, cuja finalidade é justamente aprimorar o documento jurídico de maior estatura no Estado de Direito, a partir do qual todas as outras leis devem gravitar.

Em razão disso, é preciso que se conceda ao povo a faculdade de participar efetivamente do aprimoramento de nosso Estatuto Magno, o que equivale a contribuir para a evolução de nossas instituições, da qual vai depender a consecução cada vez maior do bem comum.

Concordamos, ainda, com o § 3º que se pretende inserir no art. 61, que certamente prestigia a democracia direta ao impor regime de urgência na tramitação de projetos ou propostas de emendas constitucionais advindos dos cidadãos.

Julgamos, entretanto, necessário alterar os termos da emenda oferecida ao § 2º do art. 61, para conferir maior grau de apoio popular, no caso de propostas de emendas constitucionais.

No texto vigente da constituição, o §2º do Art 61, determina que a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional,

distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos que três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Parece-nos adequado o estabelecimento de requisitos distintos para apresentação das duas espécies legislativas, com relação à exigência de número mínimo de subscrições por parte do eleitorado nacional. Sem tornar extremamente elevados esses patamares mínimos.

Sugerimos então que percentual proposto de 0,5% (meio por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados seja aplicado à iniciativa em projetos de lei e que seja aplicado aos projetos de Emenda Constitucional o percentual de 0,7% (sete décimos por cento).

Esse é o meu voto, esse é o meu relatório. Já sei que vários Srs. Senadores vão pedir vista, acho que este é um momento interessante de discussão, de como aprimorar. Tenho certeza de que aqui já não está em discussão o esvaziamento desta Casa, das nossas funções; muito pelo contrário, aproxima.

Devo dizer aos senhores que tenho discutido com alguns especialistas, com pessoas do Ministério da Justiça também o que espero apresentar na próxima reunião desta Comissão, ou seja, a assinatura digital. Isso, sim, eu acho que daria a esse projeto... A gente sabe a força das redes sociais, da Internet. E não tem jeito! Na discussão do nosso papel, o papel do Senado do futuro, nós vamos ter uma participação direta, no futuro, não só na apresentação de projetos de emenda à Constituição; Se a gente olhar para o futuro, veremos as forças dessas redes sociais, a conexão que pode existir, País afora, em temas. Então, a tese da assinatura digital, sim, pode trazer uma revolução à ideia de projeto de iniciativa popular.

Aqui, por ocasião da votação do projeto da Lei da Ficha Limpa, contaram-me, Senador Rollemberg, que foram necessários oito carrinhos de supermercado para carregar as assinaturas para o projeto da Lei da Ficha Limpa. Isso, no mundo atual, é inconcebível.

Então, como sei que vai haver o pedido de vista... Não ia apresentar hoje, mas o Senador Rollemberg, que é o proponente dessa PEC, pediu que a gente abrisse as discussões, porque, certamente, irão surgir emendas, e a ideia é de que disso aqui saia um projeto o mais consensual possível dentro do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscritos para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Depois estão inscritos o Senador Ciro Nogueira, o Senador Pedro Taques e o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Serei muito breve, Sr. Presidente. É apenas para cumprimentar o Senador Lindbergh e dizer do nosso objetivo de iniciar um debate nesta Comissão, ainda na reunião de hoje, sobre a ampliação dos instrumentos de participação popular na formulação política do nosso País.

Hoje estamos vivendo o maior período de democracia da nossa história, e é importante consolidar e aprofundarmos essa democracia. E, no momento em que o Congresso Nacional brasileiro caminha no sentido de ampliar os instrumentos de participação da população, chamando a população para o debate político, nós estamos contribuindo até de forma pedagógica para fortalecer a democracia.

E vejam que contradição, Sr. Presidente: hoje, para se criar um partido político no Brasil, que tem o monopólio da representação – todos nós só podemos estar aqui se estivermos filiados a um partido político –, são necessários 0,5% das assinaturas do total de votos válidos na última eleição, o que daria, hoje, algo em torno de 490 mil assinaturas para a criação de um partido político. No entanto, para apresentar um projeto de iniciativa popular, é necessário 1% de assinaturas do total de eleitores do País, o que exigiria algo em torno de 1,3 milhão de assinaturas para o projeto de iniciativa popular.

Também não consigo compreender, Sr. Presidente, porque a Constituição de 1988 previu a possibilidade do projeto de iniciativa popular apenas para projetos de lei ordinária e não para propostas de emenda à Constituição. E concordo, considero que o Relator, Senador Lindbergh, aperfeiçoa a matéria ao exigir um percentual um pouco maior para propostas de emenda À Constituição.

E entendo que, depois de um esforço do conjunto da cidadania, de centenas de milhares de brasileiros e brasileiras, para apresentar um projeto, este deve ser tratado com prioridade no Congresso Nacional, salvo se houver um entendimento diferente do Plenário de uma das Casas.

Esta, uma primeira contribuição que trazemos ao debate da reforma política, entendendo que um projeto como este, efetivamente, modifica as relações do Parlamento com a sociedade, ampliando os instrumentos de participação popular. Para isso, conto com o apoio dos Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Cyro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, conforme o Relator avaliou, essa é uma matéria que merece ainda muita discussão nesta Casa. Por esta razão, eu gostaria de solicitar vistas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vistas concedidas ao Senador Ciro Nogueira na forma regimental.

Próximo item da pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, só quero fazer umas considerações, V. Exª permitiu da outra vez...

SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para dizer o seguinte: eu considero essa proposta muito bem-intencionada, é uma proposta que, claro, busca a participação popular, mas é uma proposta que sepulta de vez o parlamento, já que, através de medidas provisórias, depois através todos os poderes, por exemplo, o Judiciário que está legislando infelizmente.

Mas a Constituição, já foi dada a possibilidade de fazer Emenda Constitucional com número bem restritivo. Por quê? Porque é o parlamento verdadeiro representando a população. Se não foi dada a proposta de alterar a Constituição, é porque a Constituição não dever ser alterada. No mundo inteiro a Constituição não deve ser alterada. É que aqui fizeram um colchão de retalhos e que, claro, garantiu – foi o grande valor desta Constituição – a democracia, mas teve que ser totalmente mudada na área econômica – na minha opinião, a grande responsável, claro que há outros fatores, pela crise de Segurança Pública que nós vivemos.

Muito bem, mas Constituição não deve ser mudada. Aqui nós vivemos uma crise em relação a isso, nós tentamos mudar a Constituição o tempo todo, porque a Constituição brasileira é um programa. Na realidade ela não tem essa característica orgânica como tem as demais Constituições de condensação, de defesa de princípios, etc.

Então, é por isso que não se dá azo, a propostas quaisquer que sejam de origem popular para mudar a Constituição. Simplesmente as leis. E quando vêm – por isso a dificuldade – vêm através de instituições extremamente alicerçadas na história como a CNBB, como o Mundo Evangélico, como a Ordem dos Advogados do Brasil. Então,é realmente feita com essa condição, para evitar... Hoje dei uma entrevista na CBN – grande parte dos Senadores dando entrevista – porque que nós estamos vivendo uma crise aqui que não conseguimos votar os projetos que temos. Excesso de subcomissão, excesso de comissão como definiu o Senador Pedro Taques na outra comissão, um processo ainda oriundo das ordenações manuelinas, filipinas. Quer dizer, coisas que nós devemos nos debruçar sobre ela.

Agora, faço um apelo a V. Exªs em nome da Constituição. Se formos aprovar, sei lá, vamos aprovar, é maioria, os tempos são outros. Mas não vamos mexer nesse quórum, porque isso aqui vai virar uma bagunça. E a hipótese de emenda – a emenda popular, então – me perdoe o Senador Antonio Carlos Valadares, todos os projetos que estão aqui podem ser emendados por emenda popular, todos, todo e qualquer proposta de emenda à Constituição, qualquer coisa. Os senhores imaginem onde é que nós vamos parar.

Então, eu acho que o projeto é extremamente prejudicial ao Poder Legislativo, à nossa função. Os Deputados foram eleitos para defender o povo e nós eleitos para defender a Federação, nossos Estados e o Brasil.

Agora se formos aprovar, que aprovemos apenas a inclusão da proposta de emenda à Constituição. Eu sou contra. Mas vejo que a maioria pode prevalecer. Sou contra. Mas a minha opinião nem sempre é a melhor. Agora, flexibilizar para diminuir o número de assinaturas e aceitar a possibilidade que todo e qualquer projeto que esteja em tramitação pode ser emendado é um desastre.

Então, a vista foi concedida, nós vamos aguardar para esse debate. Mas eu acho que nós deveríamos encontrar um consenso mínimo para, caso se aceite que as propostas de emenda à Constituição também possam ser oriundas de emendas populares, de propostas vindas da população, dos eleitores que nós tenhamos a consciência da gravidade que isso vai acarretar no trabalho diário do Congresso Nacional. Se nós já não estamos dando conta de votar o que nós temos aqui, imaginem o que vem pela frente, especialmente baixar o quórum em propostas.

É a minha opinião, respeitando logicamente a opinião de V. Exªs.

SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, veja como é perigoso abrir precedentes. Eu abri um precedente, hoje, na primeira matéria em que havia sido pedido vista; dei a palavra aos Senadores. E agora, sou obrigado, até o final da reunião, pelo menos a de hoje – e que não sirva de precedente para as próximas –, a dar a palavra aos Senadores inscritos, mesmo a matéria não estando mais na Ordem do Dia, por ter sido pedido vista.

Concederei a palavra ao Senador Aécio Neves; depois ao Senador Pedro Taques. E, após, iremos para o próximo item da pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas me confirme: foi pedido vista?

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, foi pedido.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Então, obviamente, eu vou me reservar para discutir a matéria no momento em que ela retornar.

Mas aproveito, e peço vênia a V. Exª, para tratar de outra questão – aliás, eu ia deixar para o final desta reunião, mas vejo que o nosso quórum está comprometido. Mas trata-se de algo relevante, Sr. Presidente.

Há poucas semanas atrás, nós construímos aqui, sob a Presidência de V. Exª, um acordo extremamente importante para o Parlamento no que diz respeito ao rito, à tramitação das medidas provisórias na Casa. Algo que levou a concessões de lado a lado, a compreensões das responsabilidades do Poder Executivo, das suas necessidades, assim como das responsabilidades e das necessidades também do Poder Legislativo. E esse acordo foi consagrado aqui por todos nós como um momento importante do Parlamento – a aproveito aqui, inclusive, a presença do ilustre Líder Renan Calheiros. E foi solicitado, pelas assinaturas regimentais, o fim do interstício. Então, esta matéria estaria, a princípio, pronta para ir a plenário ainda no dia de hoje.

Mas eu tive, Sr. Presidente, algumas informações ontem de que há intenção de alguns Srs. Senadores de emendarem o texto. Isso significa o rompimento daquilo que é essencial ao convívio parlamentar, que é o compromisso firmado, que é a palavra dada.

Esse emendamento que tem por objetivo, ou, pelo menos, teria como consequência, não sei se objetivo, mas conseqüência o retorno da matéria à Comissão, e o início obviamente de um novo debate, repito: em cima de algo que foi construído com altivez, com desprendimento e com uma visão republicana da nossa responsabilidade enquanto Congressistas, pode acabar sendo inviabilizado.

Portanto, recorro a V. Exª, que conduziu e presidiu esse acordo, para ponderar àqueles Srs. Senadores que, eventualmente, estejam dispostos a contrariar o acordo sobre o que isso significa do ponto de vista, inclusive, das relações dentro desta Casa.

Ninguém é obrigado a firmar acordo sobre absolutamente qualquer tema, mas a partir do momento em que ele é construído e firmado, é absolutamente fundamental, Sr. Presidente, que ele seja honrado.

Portanto, é com o sentimento de alguém que teve uma parcela de contribuição, como vários outros Senadores, na construção dessa alternativa de fortalecimento do Parlamento ou desse instrumento de fortalecimento do Parlamento, sem que ele significasse a qualquer tempo diminuição ou limitações à ação do Executivo naquilo que é essencial e extraordinário, eu peço a V. Exª e ao ilustre do PMDB, assim como aos demais Líderes desta Casa, como o Líder do PT e, em especial, o Líder do Governo, o fiador final des-

se acordo, para que façam as gestões necessárias à manutenção da palavra dada e, obviamente, a votação por convergência, a votação com o voto de todas as lideranças partidárias favoráveis ao projeto que não é apenas do Senador Sarney – obviamente é dele a iniciativa –, muito menos do Relator, é de toda esta Casa, é de todo o Senado da República, Sr. Presidente.

Era isso o que eu desejava dizer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, é só para falar ao Senador Aécio Neves que, na verdade, o entendimento que houve aqui, na semana passada, foi o entendimento de toda a Casa. E fiz questão de ressaltar aqui que a base governista – e nós defendemos o Governo da Presidenta Dilma –, nós não aceitamos aquele papel de votar medidas provisórias nos últimos dias, de discutir oito temas desconexos numa medida provisória. Esse acordo foi um acordo de toda a Casa.

Agora, ninguém está falando em rompimento de acordo. Há, sim, um Senador desta Casa, que é o Senador Walter Pinheiro, do Partido dos Trabalhadores, que V. Exª conhece há muito tempo, que há muito tempo discute isso, que tem uma opinião contrária.

Então o esforço do entendimento que houve nesta Comissão de Constituição e Justiça, o apelo que eu faço, com a habilidade de V. Exª, é que comece desde já, e o nosso Presidente Eunício pode conduzir isso, envolvendo o Presidente Sarney, essa nova pactuação no plenário. E digo com toda a sinceridade, não há nenhuma intervenção do Governo, muito pelo contrário, mas o Senador Walter tem uma posição que ele diz que aquela comissão, montada daquele jeito, desrespeita o Plenário. Então, o debate está sendo feito dessa forma, Senador Aécio.

Então quero deixar muito claro aqui, por parte de quem está vivendo esses debates por dentro, que não há nenhuma ideia, não há nenhuma movimentação do Governo, não há nenhuma intenção de romper acordo. Agora esse espírito que houve na CCJ tem que acontecer agora no plenário, envolvendo outras posições e outras opiniões. Eu acho, Senador Aécio Neves, que o Presidente desta Comissão, juntamente como Presidente Sarney, tem que conversar com o Senador Walter, pois tenho certeza de que esse entendimento vai continuar acontecendo no plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para complementar bem rapidamente. Fiz questão de dizer aqui, e está registrado nas notas taquigráficas, que eu vou cobrar de forma absolutamente clara – e acho que todos vão fazê-lo – a posição dos Srs. Líderes em relação ao acordo.

Ninguém pode impedir que qualquer Senador tenha uma posição divergente. Eu tenho, com o Senador Walter, uma relação histórica. Nós fomos líderes juntos no Congresso. Naquele tempo – que saudade daquele tempo! –, eu líder de Governo e ele líder da oposição. Hoje os papéis se inverteram. Espero que não pela eternidade. Mas, de qualquer forma, a capacidade de diálogo do Senador Walter é muito grande. Gostaria até que ele pudesse ter trazido essa sua posição para dentro da Comissão, no momento em que essa matéria estava sendo discutida. Certamente teria sido um momento propício para avaliarmos a sua proposta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ele não faz parte da CCJ.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas, sabendo que o tema estava sendo tratado, ele, que é um estudioso do tema talvez pudesse ter estado aqui. Obviamente que isso não tira dele o direito de discutilo no plenário, mas há uma questão que se sobrepõe a qualquer iniciativa individual, legítima, que deve ser respeitada, um acordo firmado pela oposição, pelo Governo, pelas lideranças de todos os partidos, que espero seja mantido se eventualmente não chegarmos a um acordo em torno da proposta do Senador Walter, que deve ser tratada como a proposta de um Senador, com todo o respeito, mas que não pode ser um fator de desestabilização do entendimento aqui firmado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, o Parlamento não é um cartório, onde a gente vai, faz uma escritura, coloca um carimbo, um selo e a transação está concluída. O entendimento que fizemos aqui nesta Comissão, e V. Exª teve o desprendimento de fazer um relatório que não foi feito apenas pelas mãos e pela inteligência e capacidade de V. Exª, esse relatório terminou sendo um relatório de todo o Plenário, da totalidade dos 23 Senadores e de alguns suplentes que compõem esta Comissão.

Eu quero deixar bem clara a posição deste Presidente, desta Comissão. O acordo que aqui foi celebrado vou lutar para que ele permaneça no plenário e, de antemão, quero declarar meu voto no plenário. Sou aliado da Presidente Dilma, apoio este governo não é de hoje, mas minha posição é clara. Fizemos aqui um entendimento e eu disse aqui que esse palco de entendimento terá que ser repetido pelos mesmos membros, pelo menos, que fizeram esse acordo aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Ninguém é obrigado a fazer acordo, mas houve o acordo, houve o entendimento e a plenitude de todos os senhores

membros da Comissão foi a favor do acordo. Portanto, neste relatório, V. Exª terá o meu apoio e o meu voto no plenário do Senado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª só engrandece esta Comissão e o Congresso Nacional, Presidente Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB –CE) – Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pediria a V. Exª, ouvidos os Pares, se pudéssemos fazer inversão de pauta para apreciar a PEC nº 72, que foi incluída extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ela é extrapauta, Senador Flexa Ribeiro. E eu pediria a compreensão de V. Exª pois, tendo em vista que os itens foram retirados de pauta, nós temos um último item aqui na pauta original, que é o item 9, uma matéria simples. Pediria a compreensão de V. Exª para concluirmos esta pauta e passarmos para a extrapauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos fazer a inversão de pauta daquilo que será colocado extrapauta após a pauta. É regimental. Peço a compreensão de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, V. Exª tem a palavra... Perdoe-me, peço-lhe que aguarde um minuto.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CE
– Não Terminativo –

Requer, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento dos projetos de lei que versam sobre instituição de datas comemorativas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação a respeito da tramitação das matérias, uma vez que a Lei nº 12.345, publicada em 09 de dezembro de 2010, determina providências a serem adotadas antes da deliberação das referidas proposições.

Autoria: Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir seu relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte faz uma consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que este colegiado se manifeste a respeito da tramitação das matérias que versam sobre a instituição de datas comemorativas. Qual é a razão disso? Em 09 de dezembro de 2010, foi publicada a Lei nº 12.345, que determina providências que devem ser adotadas antes da deliberação das referidas proposições.

Então, diz a Lei, primeiro, que, para haver uma legislação que institua uma data comemorativa, esta data comemorativa deverá ter alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Então, é preciso dar importância à data, porque muita gente, pressionada por um segmento ou outro, apresenta proposta que acaba sendo transformada em lei. Mas também não basta que a data seja de relevo para um segmento específico: profissional, étnico, religioso, político. A sociedade, como um todo, deverá ser homenageada quando se criar essa data.

O art. 2º da Lei fixa os requisitos procedimentais de como a definição de critério de alta significação será alcançada. Diz a Lei que o legislador ordinário deve, antes, prever a realização de consultas e audiências públicas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados. Quer dizer, isso já deve fazer parte da propositura da lei. Depois, deve haver um mínimo grau de consenso, uma aprovação, para provar que a sociedade brasileira deseja aquela data comemorativa. Isso é feito com a finalidade de impedir sugestões individuais sem o mínimo respaldo.

O art. 3º homenageia o princípio da transparência e da responsabilização do agente público, ao prever que a abertura e os resultados das consultas em audiências públicas serão objeto de ampla divulgação, admitida a participação dos veículos de comunicação social privados.

Por fim, o art. 4º estabelece condição de procedibilidade para apresentação do projeto de lei, que somente será aceito se acompanhado da comprovação da realização de consultas e audiências públicas a amplos setores da população. Então, esse projeto só será admitido se não estiver desacompanhado dos comprovantes dos instrumentos de consulta à população previstos nessa lei.

A Lei foi sancionada, e os questionamentos começam a aparecer. Os principais questionamentos

feitos pela Comissão de Educação dizem respeito, principalmente, à função dessa Lei, principalmente se os projetos já apresentados devem ter uma tramitação normal. Como é que nós vamos fazer com os projetos pendentes?

Muito bem. Eu dou o seguinte parecer: primeiro, a Lei nº 12.345, de 2010, é constitucional e seus critérios e procedimentos devem balizar a aprovação de projetos de lei específicos que instituam datas comemorativas. Segundo, a partir da data da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, deve ser rejeitado projeto de lei que institua data comemorativa sem que tenha atendido o critério norteador e percorrido o *iter* estabelecido nessa lei, por incompatibilidade com o Ordenamento Jurídico nacional. Ou seja: o parecer será pela injuridicidade. Terceiro, não há se falar em revogação da Lei nº 12.345 no caso improvável de aprovação pelo Congresso Nacional e sanção pelo Presidente da República de lei que institua data comemorativa específica, ao arrepio das balizas estabelecidas naquela lei, já que os âmbitos de abrangência das normas são distintos. Quarto, não é possível, após a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, a instituição de data comemorativa por decreto presidencial – a lei aboliu definitivamente.

Dessa forma, o meu voto é para que os projetos de lei apresentados antes ou depois da publicação da Lei nº 12.345, em 10/12/2010, ainda pendentes de apreciação pela Comissão de Educação ou pelo Plenário e que descumpram o critério de alta significação estabelecido no art. 1º da referida lei, deverão ser rejeitados também por injuridicidade.

Segundo, os projetos de lei que instituam datas comemorativas apresentados desde a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, devem atender aos requisitos procedimentais nela estabelecidos (arts. 2º a 4º) para que tramitem regularmente. Isso para os apresentados a partir da publicação. Caso, por alguma circunstância, seja admitida a tramitação de projeto de lei apresentado após a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, sem que estejam atendidos os requisitos nela estabelecidos, deverá ser ele rejeitado. Vale dizer; se ele não tiver alta significação, deve ser rejeitado.

Quarto, os projetos de lei cuja tramitação se iniciou na Câmara dos Deputados ou no Senado federal antes da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, devem ser considerados válidos, pois foram apresentados na forma da legislação então vigente e submetidos à apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, atendido o critério previsto no art. 1º da Lei, que é justamente o da alta relevância. E, no caso desses projetos que vão ter tramitação, nada impede que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realize as consultas e audiência públicas que não estão lá no projeto, porque a lei não contemplava, e que dê a tramitação de acordo com os arts. 2º e 3º da Lei.

Portanto, Sr. Presidente, proponho que todos os projetos de lei encaminhados em anexo por requerimento da Comissão de Constituição e Justiça, que ora se analisa, lhes sejam restituídos juntamente com o presente parecer caso ele seja aprovado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

As matérias retornam à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Eu pediria permissão aos senhores, tendo em vista que está sendo entregue neste momento o relatório da Comissão da Reforma Política, e há um convite para que eu lá compareça, já que essa matéria vem direto para a CCJ. E eu, então, pediria ao Senador Renan Calheiros que presidisse o finalzinho desta reunião. Só temos mais dois itens na pauta e um requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira para serem votados.

Senador Renan, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Item 1, extrapauta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2011
– Não Terminativo –

Cria cargos em comissão e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.

Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Com a palavra V. Exª

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei em tela foi aprovado já na Câmara dos Deputados e propõe a criação de cargos em comissão, 76 cargos em comissão e 1.275 funções comissionadas para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

A justificativa da proposição esclarece que a medida representa apenas a ratificação de transformações de cargos em comissão e funções comissionadas levadas a efeito por atos administrativos e que a proposta, por esta razão, não implica qualquer aumento de despesa.

A necessidade dos cargos e funções, de acordo com a justificativa, decorreria da elevada demanda

processual enfrentada pelo Tribunal, que é o tribunal de maior movimento no País.

Já há um parecer favorável no Conselho Nacional de Justiça e o projeto se encontra em condições de ser aprovado pela Comissão de Justiça do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco a matéria em votação. *(Pausa.)*

Em votação o parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço a V. Exª que mande retificar o nome na plaqueta. O nome de V. Exª é Renan Calheiros. Aí não dá!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, portanto, ao Projeto de Lei.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Item 2 da pauta.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2011

Altera o Art. 18 da Constituição Federal para exigir a realização de plebiscito nacional nos casos de incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados para anexação a outros Estados ou constituição de novos Estados ou Territórios Federais.

O primeiro signatário desta Proposta de Emenda Constitucional é o Senador Cristovam Buarque – Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores.

Tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2007, que dá nova redação ao § 3º do Art. 18 da Constituição Federal para especificar a abrangência da população a ser consultada nos plebiscitos relativos a alteração da divisão territorial do País, de autoria do nobre Senador Flexa Ribeiro. Do Senador Flexa Ribeiro e de outros Srs. Senadores.

O Relator da matéria é o Senador Demóstenes Torres.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu Relatório.

Com a palavra V. Exª

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, são duas as propostas. O Art. 18, § 3º, da Constituição Federal diz o seguinte:

> "Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais mediante a aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional por lei complementar."

Qual o problema? É a interpretação que ao longo dos anos vem sendo dada a essa expressão "mediante a aprovação da população diretamente interessada".

O Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores propõem que seja alterado para: "Mediante aprovação da população através de plebiscito nacional."

Então, se vai dividir o Estado do Pará ou o Estado do Amazonas, como isso tem repercussão no Brasil inteiro, que o Brasil todo tem que votar.

Segundo, a outra proposta, do Senador Flexa Ribeiro, diz que deve ser a população das unidades da federação envolvidas. Eu não voto favoravelmente à proposta do Senador Cristovam porque claro que diz respeito diretamente a toda a população do Brasil, mas onde vai se discutir repartição de impostos, fundo de participação dos Estados, tudo isso tem razão o Senador Cristovam Buarque. Só que eu acho que é novamente aquela espécie de preconceito contra nós, porque a lei já diz o seguinte: "...através de plebiscito e do Congresso Nacional por lei complementar."

Então, todos nós, na Câmara e no Senado, vamos ter a oportunidade de dizer que esse Estado não interessa ao Brasil; esse Estado não pode ser, ele não se sustenta; ou ele se sustenta, ele tem viabilidade; ou ele vai prejudicar o meu Estado.

Então, todos nós teremos oportunidade de dizer isso. Agora, chamar a população inteira do Brasil para opinar sobre a criação de um Estado lá no Pará, ou no Amazonas, ou que envolva Amazonas, Amapá, etc, não me parece justificável. Inclusive para deixar mais clara a proposta do Senador Flexa Ribeiro, para não deixar nenhuma dúvida, eu coloca assim: "Mediante a aprovação da população dos Estados envolvidos." Porque se se coloca "unidades da federação", como quer o Senador Flexa, a Constituição também considera Município unidade da federação. Então, deixa claro: são os Estados envolvidos. Se é um Estado só, é o Estado do Pará que vai dizer. Se é o Estado do Pará e do Amazonas, um pedaço, serão as populações dos dois Estados que vão se manifestar. E ao mesmo tempo, nós resguardamos a possibilidade de o Congresso Nacional, através das suas duas Casas, dizerem "sim"

ou "não" ao projeto através da lei complementar, independentemente do plebiscito que foi aprovado.

Então, fica vazada a emenda da seguinte forma – alteração: "Os Estados podem incorporarem-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para anexarem-se uns aos outros, ou formarem novos Estados ou territórios federais, mediante aprovação da população dos Estados envolvidos por meio de plebiscito ou do Congresso Nacional, por lei complementar.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com a palavra. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O parecer do nobre Senador Demóstenes Torres é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de ambas as proposições e no mérito contrário à PEC nº 47, de 2007, e favorável à PEC nº 72, com a emenda que apresenta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com a palavra. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, para discutir a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, nobre Senador Demóstenes, na verdade, essa matéria, quando foi incorporada à Constituição de 1988, §3º do art. 18, durante muito tempo, se estabeleceu uma controvérsia sobre a quem se referia como população envolvida.

Parece-me que essa controvérsia foi resolvida pela lei nº 9.709, que pacificou que a população envolvida é a população do Estado que está sendo desmembrado e do Estado que pode vir a surgir em função do desmembramento.

Votarei favorável ao parecer de V. Exª, que, mais uma vez, com o conhecimento jurídico que tem da matéria, dá uma contribuição, coloca no Texto constitucional o que já havia sido pacificado pela lei ordinária – Lei nº 9.709. E, no mérito, V. Exª se viu diante de dois extremos, um que propõe que todo o Estado brasileiro aferisse, fosse consultado num eventual plebiscito, e outro que restringiria somente à população que seria desmembrada. Parece-me que V. Exª encontrou um bom termo, que é o termo já consagrado no ordenamento jurídico, previsto na Lei nº 9.709. V. Exª agora dirime essa controvérsia da doutrina constitucional, durante muito tempo, que ocorria sobre quem, de fato, deveria ser consultado. Parece-me um pouco demais consultar o conjunto da população brasileira e redundante, visto que o Congresso Nacional terá que se manifestar sobre a matéria. E, ao mesmo tempo, parece-me também indevido um Estado que vai ser desmembrado não ser consultado sobre a possibilidade de perder parte do seu território e, em decorrência, ver dividida a sua principal transferência constitucional, que é o Fundo de Participação dos Estados.

Então, cumprimento V. Exª por ter encontrado, entre os dois extremos, o meio termo adequado e trazer para a Constituição o que ela deveria já ter resolvido em 1988, sem ter precisado da Lei nº 9.709 de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Continua em discussão a matéria.

Senador Flexa Ribeiro, com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Renan Calheiros, eu quero parabenizar o Senador Demóstenes Torres sobre o seu parecer.

O Senador Randolfe faz referência à Lei nº 9.709, que acredito que ainda deixa dúvida com relação a partes interessadas. E o parecer do Senador Demóstenes esclarece, por inteiro, essa questão.

O Senador, fazendo uma emenda de redação à PEC nº 72, de minha autoria, coloca a população dos Estados envolvidos e não a das unidades da Federação, para evitar que possa ser interpretado como o Município e não como o Estado. Acho que V. Exª está correto, Senador Demóstenes.

Eu só pediria, Senador Renan, que, depois de ouvidos os nossos pares, terminada a discussão e colocado em votação o parecer do Senador Demóstenes, nós pudéssemos, levada ao plenário esta PEC, agilizar a sua aprovação e encaminhá-la à Câmara, porque existe uma consulta, se não me engano, Senador Demóstenes, referente a Goiás, alguma consulta do interesse do Estado de Goiás que está no STF, exatamente sobre esta questão: qual a parte interessada – § 4º do art. 18 da Constituição. Se o Congresso não acelerar o processo para definir, nós vamos novamente ter o Judiciário legislando sobre uma questão que nós já deveríamos ter feito aqui, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou colocar em votação o relatório do Senador Demóstenes Torres.

Os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, contrário à PEC nº 47, de 2007, e favorável à PEC nº 72, de 2007, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

A matéria vai, portanto, ao plenário.

O Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, me pediu para colocar em votação, como item final da pauta, o requerimento

do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, pede para que seja realizada audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, com a presença do Exmº Senhor Doutor César Peluzo, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e de outros Srs. Senadores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, há também um requerimento de minha autoria, cuja cópia inclusive foi distribuída aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Pela orientação que nos passou – e estou apenas, circunstancialmente, substituindo o Presidente Eunício –, não há sobre a mesa esse requerimento para votação. O único requerimento que ele pediu para votar, e estou tentando me desincumbir da atribuição, foi exatamente o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu queria, também, fazer um adendo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Senador, apenas para esclarecer o fato.

O requerimento está sobre a mesa, e a cópia do requerimento foi distribuída aos Srs. Senadores. É evidente que, se houver votação nominal, nós não temos – e estou vendo a presença do Senador Romero Jucá, que, certamente, pedirá votação nominal –; um requerimento que pretenda defender a Instituição de acusações irresponsáveis, porque, sem indicação de endereços, acusa-se Senadores e não se diz quais são esses Senadores, numa generalização burra, infundada; uma generalização desonesta, infeliz, agressiva, afrontosa. E nós temos que trazer esses agressores para que apontem o dedo e digam quais são os Senadores passíveis de compra nesta Instituição.

Este é o nosso requerimento. É um requerimento de defesa desta Instituição. Mas se, evidentemente, quiserem submeter a voto nominal, eu aguardo a oportunidade, até porque é importante que cada Senador se posicione em relação à matéria dessa natureza que diz respeito à defesa da Instituição e, sobretudo, à integridade pessoal de cada um dos Srs. Senadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para registrar que, se houver o pedido de votação, eu vou pedir verificação. E, no momento, certo nós vamos discordar da posição do Senador Alvaro Dias. Eu penso exatamente o contrário: se formos chamar aqui qualquer boquirroto, qualquer picareta que faça qualquer alusão ao Senado ou à política, de um modo geral, sem citar nomes nós vamos virar uma delegacia de polícia.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas se nós não fizermos isso, Senador, é como se nós estivéssemos assinando embaixo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu acho o inverso: se qualquer Senador tivesse sido citado, aí sim, nós teríamos que apurar, não nesta Comissão, mas no Conselho de Ética. Mas o que houve na revista foi uma alusão genérica de um cidadão que disse que, se tivesse dinheiro, compraria um Senador. É uma alusão genérica. Acho que transformarmos a CCJ numa delegacia de polícia, eu, particularmente, votarei contra no momento oportuno.

Mas, hoje, como não há quórum para votação nominal, eu pediria verificação e, portanto, acho que é despiciendo nós termos a condição de colocar esse requerimento hoje.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu só quero discordar do Senador Romero Jucá.

Entendo que a impunidade que tem prevalecido no país é que desacredita as instituições públicas. Se nós não reagirmos a essas ofensivas, estaremos convalidando as denúncias caluniosas que possam ocorrer.

Evidentemente, sabemos que existem políticos que se vendem, mas a generalização é que é desonesta. Se eventualmente esses empresários puderem apontar o Senador que compraram, naturalmente estarão cumprindo um dever, porque se acusam devem citar o nome. Nós não podemos ficar sujeitos a esse tipo de generalização.

Entendo que a reação não ocorre em defesa de uns e de outros; ela ocorre em defesa da Instituição, uma Instituição que necessita com urgência recuperar a credibilidade, conceito, e melhorar a sua imagem, não pode ficar omissa diante de acusações dessa natureza.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, com todo o respeito pela preocupação de V. Exª, com a qual eu também faço coro, mas ontem, na sessão plenária, o senhor apresentou essa mesma

situação e fez um requerimento ao Presidente José Sarney que, de pronto, respondeu que a Advocacia do Senado já está tomando as devidas providências em relação a esses delatores.

Então, acredito que essa situação está resolvida, não há necessidade de um requerimento para convocação desse tipo de personagem aqui para a Comissão de Constituição e Justiça quando, na verdade, os mecanismos jurídicos já estão sendo acionados para que essa pessoa dê as devidas explicações.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para esclarecer o Senador que realmente eu solicitei ao Presidente Sarney que convocasse a Advocacia-Geral do Senado para uma interpelação judicial e, ontem, ela anunciou que o fará. Então essa é uma medida que, de certa forma, satisfaz.

Nós apresentamos concomitantemente o requerimento exatamente porque não sabíamos qual seria a deliberação do Presidente da Casa. Se houver a interpelação judicial, podemos sustar a votação do requerimento até que a interpelação judicial seja respondida. Se a interpelação judicial for suficiente, nós abriremos mão do requerimento. Como hoje não há quórum, embora eu gostaria que houvesse a deliberação hoje, antes mesmo da interpelação judicial, nós aguardamos a oportunidade da interpelação judicial. Se a interpelação judicial merecer a resposta esperada pela instituição, nós abriremos mão do requerimento. Se eventualmente a resposta não for suficiente, nós insistiremos com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Muito bom o encaminhamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, nós concordamos com o encaminhamento do Senador Alvaro Dias e acho inclusive que, se com a interpelação judicial houver a confirmação, efetivamente a nomeação de alguém, os desdobramentos vão levar a outras ações. Mas, neste momento, eu acho que o mais prudente é aguardarmos a resposta da interpelação judicial.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu também, Sr. Presidente, se me permite, gostaria de endossar o que disse o Senador Alvaro Dias, lembrando que, semana passada, tanto o DEM, como o PSDB, o PPS e também o PSOL, ingressamos no Ministério Público Federal pedindo que esse caso seja esclarecido. Portanto, se houver a interpelação, parece razoável que a primeira medida que tomemos seja aguardar a interpelação para, em seguida, apreciarmos o requerimento. Agora, a palavra do líder conforta – ontem, o Presidente disse isso também –, porque precisamos tomar uma decisão vigorosa em favor da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradeço a colaboração de todos e submeto à votação o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 38 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dezoito de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Mário Couto, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Roberto Requião, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira e a Senadora Marta Suplicy. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença do Sr. Promotor Lauro Nogueira, Presidente da Associação Goiana do Ministério Público; Sr. Promotor César Mattar Júnior, Presidente da CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Sr. Procurador Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Vice-Presidente da ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Sr. Procurador José Neto, Subprocurador Geral do Trabalho; Sr. Procurador Jefferson Coelho, Vice-Procurador Geral do Trabalho; Sr. Procurador Alessandro Tramujas, Procurador de Justiça de Roraima e do Sr. Bruno Dantas Nascimento, Consultor Geral do Senado Federal e Membro do Conselho Nacional do Ministério Público. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da

Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 27, DE 2011** Encaminha, nos termos do inciso III do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Tito Souza do Amaral, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, TITO SOUZA DO AMARAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte e um (21) votos favoráveis e uma (1) abstenção. ITEM 2) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 30, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 130-A, IV, da Constituição Federal, a indicação do nome do Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Desembargador Federal JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013, com vinte e um (21) votos favoráveis e uma (1) abstenção. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 27, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Tito Souza do Amaral, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 30, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às doze horas e trinta e dois minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 e 2.

Esta Presidência requer, nos termos do art. 281 do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 27, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Dr. Tito Souza do Amaral, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala das comissões, maio de 2011, **Eunício Oliviera**, Senador.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento sobre a mesa.

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 30, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães, para integrar o Conselho Nacional de Justiça do Ministério Público no biênio 2011/2013.

Sala das comissões, 24 de maio de 2011. – Senador **Eunício Oliveira**.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o segundo requerimento.

Convido para compor a Mesa o Sr. Promotor de Justiça Tito Souza do Amaral e o Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães. *(Pausa.)*

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 27, DE 2011
– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do inciso III do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, TITO SOUZA DO AMARAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Votação secreta.

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 30, DE 2011
– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 130-A, IV, da Constituição Federal, a indicação do nome do Desembargador Federal JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Votação secreta.

Havendo quebra de interstício, por parte desta Presidência, aprovada pelos Srs. Senadores, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir a leitura do seu relatório.

Tem a palavra V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, tenho a honra e o orgulho de poder relatar a indicação do Dr. Tito Souza do Amaral para fazer parte do Conselho Nacional do Ministério Público.

O Dr. Tito Souza do Amaral tem 50 anos de idade, é goiano, natural da cidade de Ceres, é casado e é um profissional com larga experiência no Direito.

Ele é Promotor de Justiça de Entrância Final na cidade de Goiânia. Já foi Promotor de Justiça dos Juizados Especiais. Hoje é membro do Ministério Público e atua perante os 1º e 2º Tribunais do Júri da Comarca de Goiânia, lembrando que é o recordista nacional de júris no mesmo dia. Chegou a fazer dez júris no mesmo dia, na Comarca de Goiânia, em um esquema que ele mesmo bolou, que ele mesmo imaginou, junto com o juiz de direito daquela Comarca.

Ele representa o Ministério Público Brasileiro, aqui na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça, desde 2003, na qual acompanha os trabalhos. Tem uma larga influência, podemos dizer, junto ao Ministério Público Brasileiro.

Atualmente, é também Promotor Eleitoral e atua perante a Turma Julgadora Recursal dos Juizados Especiais Criminais de Goiânia.

Tem curso de especialização em Direito Processual Penal pela Universidade Federal de Goiás. Foi professor de Direito Constitucional na Universidade Paulista, no *campus* de Goiânia.

Foi Assessor Especial da Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás. Foi também Gerente do Programa de Integração das Polícias do Governo do Estado de Goiás. Foi Secretário-Geral do Conselho Estadual de Entorpecentes de Goiás, e foi também Conselheiro desse mesmo Conselho Estadual de Entorpecentes de Goiás. Foi também professor da Academia de Polícia Civil nos cursos de aperfeiçoamento de delegados, de formação de peritos, de médicos legistas.

É um profissional de larga experiência. Foi advogado, delegado de polícia, militar do exército brasileiro. A única experiência por que ele não passou ainda, na área de Direito, foi ser magistrado.

Eu posso testemunhar pessoalmente quem é o Dr. Tito Souza do Amaral.

O Dr. Tito Souza do Amaral tive a oportunidade de conhecer quando ele fez o concurso para ingressar no Ministério Público do Estado de Goiás. Eu tive a honra de ser Procurador-Geral de Justiça naquele momento e de ter sido examinador do Dr. Tito nas matérias de Direito Penal e de Direito Processual Penal. E hoje posso dizer, com toda a tranquilidade, que o professor é ele: ele é quem me ensina Direito Penal e Direito Processual Penal.

É um homem honradíssimo, é um homem ponderado.

Quando eu tive a oportunidade de ser Secretário de Segurança Pública e Justiça, ele atuou decisivamente na área, principalmente de controle das polícias, de integração policial. Tivemos um resultado extraordinário. Naquela ocasião, o Dr. Tito – isso há muitos anos – já era admirado pelo hoje Governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia. Eu também aprendi a admirá-lo, porque ele, como Secretário Executivo do Ministério da Justiça, só liberava recursos para projetos bons.

Nós tivemos oportunidade de sermos campões nessa área de liberação de recursos. Para um Estado que, em número de habitantes, por exemplo, não chega perto do Estado de São Paulo, nós conseguimos praticamente os mesmos recursos que o Estado de São Paulo e o do Rio de Janeiro, porque o Dr. Tito era, também, o coordenador da área de projetos.

Então, acho que, desde 2003, os Senadores que aqui se encontram aprenderam a admirar o trabalho do Dr. Tito. Ele foi membro dessa comissão de notáveis que elaborou o anteprojeto do Código de Processo Penal que o Senado aprovou, tem uma interlocução privilegiada com os Senadores e com os assessores dos Senadores. Isso é muito importante, porque os assessores têm, muitas vezes, e eu confesso isso, mais informações que nós mesmos.

Já fui assessor, já fui chefe de gabinete. Até, numa certa feita, junto ao Senador Pedro Simon, quando nós discutimos com os assessores, eu disse: "Senador, pode me deixar conversando com os assessores, porque eu me dou muito bem com eles. Já tive oportunidade de ser, também, assessor."

O Dr. Tito é um homem severo, ao contrário do bonachão que aparenta ser – e é um bonachão, é um homem de bom relacionamento, haja vista que, aqui, tem assessores de todos os gabinetes: do PT, do PMDB, do DEM, do PSDB. Todo mundo está torcendo por ele.

Eu nunca vi, também: meu gabinete todo, sem ter sido liberado, se encontra aqui para assistir à sabatina do Dr. Tito Souza do Amaral.

Acho que os profissionais de imprensa o conhecem também largamente. Muitos o confundem, até, com o meu assessor, porque ele se utiliza do meu gabinete e de outros gabinetes dos Srs. Senadores, mas mais o meu, para poder prestar essa assistência ao Ministério Público.

É um crítico severo – e nisso eu comungo com ele – dos promotores de Justiça e procuradores da República, que, ao invés de exercer o seu mister, a sua função com discrição, acabam, muitas vezes, privilegiando os holofotes e, com isso, denegrindo injustamente a imagem do Ministério Público.

O trabalho do procurador da República, do membro do Ministério Público aparece por si só. Vejam o exemplo do hoje Senador Pedro Taques, que, devido a sua atuação, e é claro que também por outros fatores, sempre com discrição, conseguiu se eleger Senador da República pelo Estado do Mato Grosso, um dos melhores Senadores, hoje, da Casa.

Então, o Dr. Tito, creio eu, terá oportunidade de também fazer essa interlocução com o Senado. Muitos são os Senadores que reclamam de uma espécie de redoma que tanto os membros da Magistratura, quanto os membros do Ministério Público têm em relação à classe política. Acham que os políticos são uma espécie de pessoas que têm alguma doença infectocontagiosa.

Então, eu creio que, com a aprovação do Dr. Tito, nesses dois anos, se ele merecer a confiança do Senado Federal – eu tenho por ele uma admiração e tenho uma longa convivência –, tenho certeza de que ele vai fazer com que o Ministério Público do Brasil se torne mais responsável e continue desempenhando bem as suas funções. São altaneiras as suas funções na área de improbidade administrativa, de combate à improbidade, de preservação do meio ambiente, do direito do consumidor, de fazer prevalecer o respeito do Estado aos direitos dos hipossuficientes, ou o dever que o Estado tem para com os hipossuficientes.

Então, tenho certeza de que, se o Dr. Tito merecer a confiança desta Casa, ele vai poder desempenhar um papel à altura daquilo que estamos esperando há muito tempo do Conselho Nacional do Ministério Público. Sem uma crítica barata ou sem querer jogar pedras no Conselho Nacional do Ministério Público, entendemos, aqui – acho que é opinião corrente entre os Senadores –, que o Conselho Nacional do Ministério Público está a dever, em atuação, ao Conselho Nacional da Magistratura. Claro que o Dr. Tito não fará isso sozinho, mas tenho a certeza de que, com a experiência que ele adquiriu, com o preparo que tem, com a sobriedade que é característica dele, o Ministério Público brasileiro se engrandecerá com esse fiscal, com esse conselheiro, e também nós, no Senado, teremos acertado a mão em colocar ali um dos melhores quadros do Ministério Público do Brasil.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Registro, com prazer, as presenças do Promotor Lauro Nogueira, Presidente da Associação Goiana do Ministério Público; do Promotor César Mattar Júnior, Presidente da Conamp, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; do Procurador Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Vice-Presidente da ANPT, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; do Procurador José Neto, Subprocurador-geral do Trabalho; do Procurador Jeferson Coelho, Vice-Procurador-Geral do Trabalho; do Procurador Alessandro Tramujas, Procurador de Justiça de Roraima, e os convido a tomarem assento na terceira fileira, a das autoridades.

Passo a palavra, e o convido para fazer a leitura do seu relatório daqui da Mesa, ao Senador Cícero Lucena, para proferir a leitura do seu relatório em relação ao indicado, Desembargador Federal José Lazaro Alfredo Guimarães.

Tem a palavra V. Exª, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acho que esta Comissão já teve momentos de muita satisfação e, sem dúvida, este também entrará para os Anais desta Comissão, diria, não pela leitura do relatório sobre a

pessoa do Dr. Tito, mas pelo depoimento do Senador Demóstenes, dizendo da qualificação, do compromisso e do trabalho que o mesmo terá quando assumir esse cargo. Digo isso, abrindo o meu relatório, porque o meu sentimento é mesmo em relação ao Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães.

Passo à leitura do relatório, Sr. Presidente.

Mediante o Ofício "S" nº 30, de 2011, o Sr. Ministro Ari Pargendler, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, encaminha a este Senado Federal o currículo do Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães, indicado pelo referido Tribunal para compor o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013, nos termos do disposto no art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal.

De acordo com o art. 130-A, o Conselho compõe-se de 14 membros, dentre os quais dois juízes, sendo um deles indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (inciso IV).

Determina o referido dispositivo, que a autoridade indicada deverá ser nomeada pelo Presidente da República, após ter seu nome aprovado pelo Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Os membros do Conselho têm por atribuição constitucional proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, cabendo a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos, abaixo, o *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão pelo membro indicado.

O Sr. José Lázaro Alfredo Guimarães graduou-se em Direito pela Universidade Católica de Salvador em 1976, e possui mestrado na mesma área pela Universidade Católica de Pernambuco. Atua hoje como Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e leciona Direito na Universidade Católica de Pernambuco e na Faculdade Maurício de Nassau.

Frequentou os seguintes cursos: "Débito Internacional, Princípios Gerais do Direito", na Universidade de Roma Tor Vergata; "Negotiation", na Georgetown University; e Americar Federal System, no Federal Judicial Center.

Atuou, ainda, no Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia – Ceteba, como professor e coordenador do Núcleo de Processo, de 2003 a 2008; na Justiça Federal da Bahia, de 1982 a 1989; e na Justiça do Distrito Federal, de 1980 a 1982, entre outros cargos.

Recebeu prêmios e títulos, entre os quais a Medalha Pontes de Miranda, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e Ordem do Mérito Aeronáutico, do Ministério Aeronáutico e Presidência da República, e possui conhecimentos nos idiomas inglês, francês, espanhol e italiano.

Publicou treze artigos em periódicos, entre eles "A reforma da Execução Fiscal" – Revista Esmape, 2006; "Conflitos Raciais no Direito Brasileiro" – Ciência Jurídica, Belo Horizonte, 1994; e "Base para a Reforma do Poder Judiciário" – Revista da Associação dos Juízes Federais do Brasil, São Paulo, 1985.

É autor dos seguintes livros: "Tutela Efetiva: garantia constitucional de justiça eficiente" – Ed. Printer, 2006; "As Ações Coletivas e as Liminares contra Atos do Poder Público" – Brasília Jurídica, 1993; "Processo Civil, Teoria e Prática" – Ed. Visão, Salvador, 1998; e "Direito e Habitação" – Associação dos Magistrados da Bahia, 1984.

Fez algumas palestras em 2010 e ministrou dois cursos de curta duração em 2009, sobre Direito de Estado, Direito Municipal e Direito Eleitoral.

No tocante às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o Indicado informa que não tem companheira nem parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, como membro ou servidor do Poder Judiciário Federal; não sofre nem sofreu qualquer processo administrativo ou penal. Informa também que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo de Estado, Distrito Federal ou Município, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes.

Declara, em atenção ao Ato nº 1 de 2007 desta Comissão, que não há parentes seus que exerçam atividades públicas na Justiça Federal, de primeiro e de segundo graus, e que sua esposa e filhos exerceram, em época que inexistia proibição legal (de 1989 a 1999) funções de confiança em seu gabinete no Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Declara ainda que não participa nem participou como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais, que se encontra em situação fiscal regular no âmbito de todas as pessoas federativas, que não é autor nem réu em ações judiciais, e que exerce o cargo de juiz do TRF da 5ª Região desde 30 de março de 1989.

Anexos ao Ofício, constam a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a Certidão Negativa de Débitos Fiscais e a Certidão Positiva com Efeito de Negativa Imobiliária.

Ante o exposto, Sr. Presidente, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Esse é o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quero registrar também, com prazer, a presença do Dr. Bruno Dantas, que é Consultor nesta Casa e membro do CNMP.

Passo a palavra ao Dr. Tito Souza do Amaral, Promotor de Justiça do Ministério Público, e indicado para o Conselho.

V. Exª tem a palavra, Dr. Tito.

O SR. TITO SOUZA DO AMARAL – Obrigado.

Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira; Sr. Senador Demóstenes Torres...

Onde está o Senador Demóstenes? Meu relator. Gostaria que S. Exª estivesse aqui para tentar retribuir pelo menos em parte as palavras amáveis com que se referiu à minha pessoa, mas depois faço isso.

Srs. Senadores, desembargador Lázaro Guimarães – se Deus quiser, em breve seremos juntos colegas no Conselho Nacional do Ministério Público –; Senador Pedro Taques; Senador Gim Argello; Senador Magno Malta; Senador Jorge Viana; Senador Petecão; Senador Armando Monteiro; cumprimento também o Dr. César Mattar Júnior, Presidente da nossa Associação; Dr. Carlos Eduardo, do Ministério do Trabalho; Dr. Lauro Machado, Presidente da minha Associação; Dr. Jeferson e Dr. Alessandro, que, em breve, também estarão comigo no Conselho Nacional do Ministério Público, se formos aprovados por esta Casa; Dr. José Neto, do Ministério Público do Trabalho; quero cumprimentar também, de maneira muito especial, aos servidores desta CCJ, meus colegas, que estão comigo todos os dias; de maneira também especialíssima a todos os assessores dos Senadores que, com as suas amizades, com os seus carinhos, estão sempre comigo nesses últimos oitos anos; cumprimentar também os servidores do gabinete do Senador Demóstenes, que me ajudam a carregar o baú todos os dias, são pessoas especialíssimas, não era preciso dizer, mas eu faço questão de dizer que moram em meu coração; cumprimentar o Dr. Bruno Dantas, que é Consultor desta Casa e também Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; senhoras e senhores:

O Ministério Público, todos sabem, mas é imprescindível lembrar sempre, atravessou e continuará a atravessar mares revoltos. Vive momento crítico de reafirmação de seus princípios, os mesmos esculpidos na Carta Cidadã de 1988, promulgada, portanto, há mais de 20 anos.

Nessa caminhada, para afirmar-se como ente essencial ao regime democrático e à tutela dos mais relevantes interesses sociais, atravessou momentos delicados e enfrentou desafios portentosos.

Pela própria natureza das suas atribuições institucionais, está sempre sujeito a aplausos de um lado, e críticas de outro. Os aplausos, evidentemente, massageiam o ego, mas as críticas, as merecidas ou não, servem de ferramenta para o aprimoramento e amadurecimento profissional e institucional.

O membro do Ministério Público é naturalmente aguerrido e está sempre atrás de desafios. E essa intrepidez o leva, algumas vezes, sob o olhar de muitos, a cometer excessos. Sobre tais excessos, já ouvi diversos comentários, uns raivosos, outros do tipo "é melhor o promotor de Justiça pecar pelo excesso do que pela omissão". A tais pessoas respondo sempre que, sendo o Ministério Público a instituição a quem a Constituição da República incube a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, não é dado a seus membros o direito de pecar, nem pelo excesso, nem pela omissão. No Ministério Público, o promotor de Justiça tem de andar em cima da linha; ele não pode errar, mas do que ninguém isso tem de ser cobrado dele. E aí que reside a grande dificuldade. Qual critério deve ser usado para divisar o administrador mal intencionado daquele que elaborou em equívoco voluntário? Como separar o político virulento daquele que é alvo de perseguição? Como é que o Ministério Público tem de agir nesses casos?

Penso que o primeiro ingrediente da receita é centrar suas ações sempre no ato, jamais no cidadão, sob pena de se ver retirada da atuação ministerial a necessária impessoalidade, princípio constitucional exigido dos agentes públicos, inclusive dos agentes políticos pelo próprio Ministério Público. Se cobramos sempre a impessoalidade, nós devemos ser os primeiros a atuar com impessoalidade.

Mas, o Ministério Público que eu conheço mais, Srs. Senadores, não é este que vemos todos os dias nos meios de comunicação. Embora seja de relevantíssima importância a atuação ministerial, que é acompanhada pela mídia, os procuradores e promotores de Justiça anônimos também fazem, efetivamente, a história do Ministério Público brasileiro, porque, para o cidadão que busca o Estado a fim de ver valer os seus direitos, pouco importa se é o Ministério Público ou outra instituição que irá prestá-lo. O certo é que ao cidadão que busca o aparato estatal deve ter garantido o atendimento de suas demandas. E o promotor de Justiça da Comarca mais longínqua não pode abandonar o povo que o legitima e que lhe empresta os instrumentos para defendê-lo no regime democrático.

As garantias e prerrogativas do Ministério Público devem ser asseguradas pelo Congresso Nacional, onde seus representantes, onde nossos representantes de

classe vêm diariamente bater às portas dos gabinetes dos Srs. Senadores. Mas eles devem vir legitimados pelo cidadão. E a legitimação do Ministério Público repousa no reconhecimento social da sua relevância, na atuação de seus membros de forma mais próxima da comunidade, dos mais necessitados, dos desvalidos, dos mais carentes, enfim, daqueles de toda sorte hipossuficientes.

O promotor que não atende o público e troca a tentativa de dar efetividade à solução dos conflitos pela imediata judicialização dos problemas, como primeira etapa da sua atuação, está se afastando da sua missão constitucional e se distanciando da sociedade. O membro do Ministério Público não barganha, não negocia sua atuação, mas pode e deve ser vetor para a composição de litígios sempre que possível.

Eu lembro aqui quando ingressei no Ministério Público. Como disse o Senador Demóstenes Torres, que era Procurador-Geral de Justiça, a principal exigência que ele fazia a todos os membros do Ministério Público era que priorizassem o atendimento ao público. O Senador Demóstenes, quando Procurador-Geral, proibiu que promotor afixasse na porta do seu gabinete aquela plaquinha: "Atendimento ao público às terças e quintas, da 14 às 15 horas". O atendimento ao público tinha que ser integral, porque o sujeito que sai lá da roça, anda a cavalo por três, quatro horas, chega lá transpirando de nervosismo porque vai falar com o promotor de Justiça e não é atendido porque ele só vai atendê-lo depois de amanhã, isso representa um abuso àquela pessoa que procura o Estado na pessoa do representante do Ministério Público.

Sem deixar de lado o povo que o legitima, o Ministério Público também não pode se descurar da importância que tem o diálogo institucional. As políticas públicas serão pensadas e implantadas com mais racionalidade e eficiência se forem fruto da convergência que envolve o Ministério Público e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

E quando defendo o diálogo interinstitucional não me refiro somente às legítimas tratativas que são levadas a efeito entre a cúpula do Ministério Público e a dos Poderes sediados em Brasília ou nas capitais. Falo sim, e principalmente, do respeito mútuo – repito: respeito mútuo – que deve haver entre o promotor de Justiça ou o procurador da República e o vereador ou prefeito da menor cidade do Brasil. O respeito, não me canso de repetir, é uma via de mão dupla. Quando eu quero respeito, eu me dou o respeito. E tem que ser assim com o Ministério Público.

Uma das competências do Conselho Nacional do Ministério Público é o controle do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, da instituição ministerial, dentre os quais ressalto de observar com absoluto rigor, volto a dizer, o princípio da impessoalidade. O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) foi idealizado pelo Parlamento nacional, foi aprovado aqui nesta Casa, inclusive para o controle de eventuais excessos tidos como perpetrados pelos membros do Ministério Público. E, nesse aspecto, não somente o organismo como um todo, mas a Corregedoria Nacional do Ministério Público, em particular, tem realizado um esforço hercúleo para vencer as mazelas da instituição.

O CNMP já está findando sua terceira composição, e ele evolui a passos largos, técnica e estruturalmente. Mesmo sem deixar de ser rigoroso na apuração dos desvios de conduto que lhes são noticiados, o CNMP não é taxado como sendo uma grande corregedoria. Ao contrário, ele consolida, a cada dia e com mais força, sua vocação para o estabelecimento de políticas nacionais para todos os ramos do Ministério Público brasileiro – políticas que garantam o caráter nacional da instituição, reduzindo as discrepâncias observadas entre as diversas leis orgânicas estaduais e entre essas e as do Ministério Público da União, que acabam por reconhecer vários Ministérios Públicos dentro de uma mesma instituição.

O Ministério Público brasileiro, na sua moldura constitucional, é uno e assim deve ser tratado e reconhecido pelo Conselho Nacional do Ministério Público. E é para compor esse Conselho que submeto meu nome a V. Exªs.

Para tanto, apesar de o Senador Demóstenes já ter dito várias coisas – até imerecidas – a meu respeito, gostaria de dizer algumas coisas mais sobre a minha vida.

Nasci na cidade de Ceres, no Estado de Goiás, em 9 de novembro de 1960. Sou de origem humilde, como a maioria dos membros do Ministério Público brasileiro.

Comecei a trabalhar aos sete anos de idade, como vendedor de sorvete. Depois fui para a roça, onde trabalhei como trabalhador rural até os 14 anos. Daí voltei para a cidade e trabalhei como *office-boy*, até ingressar no Batalhão da Guarda Presidencial, em Brasília, no ano de 1979. Ou seja, sou colega de turma do Presidente Figueiredo. Quando ele entrou na Presidência, entrei como soldado no BGP, ou seja, somos colegas de turma.

Pois bem, fiquei no Exército por quatro anos, na graduação de Sargento Temporário. Em 1982, ainda no Exército, casei-me, com 21 anos de idade, com minha esposa, hoje psicanalista, Beatriz Amaral, e temos três filhos: João Paulo, o mais velho, advogado; Caio,

o do meio, acadêmico de Direito; e Larissa, a caçula, acadêmica de Medicina na PUC de Goiás.

Na área jurídica, exerci várias atividades fora do Ministério Público, que me dão uma boa visão do que seja o Ministério Público. Ou seja, tenho uma visão do Ministério Público não só do lado de dentro, como um de seus membros, mas principalmente vendo-o pelo lado de fora.

Depois de graduar-me em Direito pela PUC, em 1992, exerci a advocacia por pouco mais de dois anos. Naquele período, o Ministério Público estava estruturando-se, e, como parte no processo, tive oportunidade de ter vários embates, de tecer várias críticas e de admirá-lo. Portanto, tenho um relativo conhecimento do que seja o Ministério Público sob a ótica da advocacia.

Depois fui aprovado no concurso para Delegado de Polícia, embora não tenha tomado posse. Mas, após o curso de formação, fiz estágio em delegacias em torno de quatro meses. Naquele período, vi o quanto é importante a presença do Ministério Público ou pelo menos a possibilidade de um Promotor de Justiça ou de um Procurador da República chegar a uma delegacia de polícia e de estar acontecendo alguma coisa errada ali.

Portanto, evitam-se preventivamente muitos abusos, só diante desta possibilidade do exercício do controle externo da atividade policial, que muitos dizem que o Ministério Público não faz a contento. Eu digo que faz sim. A atuação do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial é muito importante. Portanto, tenho uma visão, um conhecimento do que é a polícia na visão do Ministério Público.

Em agosto de 1995, ingressei no Ministério Público. Passei por várias comarcas. Iniciei na comarca de Formoso – sempre em Goiás, evidentemente –, de Posse e depois de Anicuns – terra natal do nobre e querido Senador Demóstenes Torres –, até chegar à capital.

Quando cheguei à capital, o Senador Demóstenes era ainda o Procurador-Geral de Justiça e convidou-me para ser o coordenador do Centro de Apoio do Controle Externo da Atividade Policial. Fiquei lá por um ano, até que o Senador Demóstenes foi convidado pelo recém eleito Governador Marconi Perillo, que hoje novamente ocupa o governo de Goiás, para ser o Secretário de Segurança Pública de Goiás. O Senador Demóstenes me convidou e eu fui. Atuando na Secretaria de Segurança Pública de Goiás, tive também muitos embates com o Ministério Público e pude ver o que é que o Ministério, a Polícia, o Poder Executivo pensam do Ministério Público.

Quando o Senador Demóstenes deixou a Secretaria de Segurança Pública, ele foi eleito Senador da República e, no ano de 2003, iniciou seu mandato. Ele me convidou para vir aqui. Como não era possível eu ficar à disposição do Senado, a Procuradoria Geral de Justiça de Goiás acertou, como o Senador Demóstenes disse, para me enviar para acompanhar os trabalhos da CCJ, para acompanhar o que estava sendo feito aqui como observador. Nesse meio tempo, como estou aqui, utilizo o gabinete do Senador como base e aproveito para, informalmente, assessorá-lo, o que tenho feito nos últimos anos. No gabinete do Senador Demóstenes, tive e estou tendo oportunidade de ver o que é que o Parlamento pensa do Ministério Público.

A minha vinda para o Senado dependeu de três condições: eu não poderia ter qualquer ônus para o Senado, não poderia gerar qualquer despesa para o Ministério Público de Goiás, como diárias, ajuda de custos e despesa, e não poderia ter prejuízo nas minha funções institucionais. Foi assim então. Eu trabalho aqui no Senado terças, quartas e quintas e, em Goiânia, atuo no Tribunal do Júri todas as segundas e todas as sextas-feiras. É um trabalho exaustivo, mas muito bom de ser feito.

Como se já não fosse pouco, eu assumi, em fevereiro deste ano, a função de promotor eleitoral, em Goiânia, perante a 147ª Zona Eleitoral.

Atuei também, de 2005 a 2008, junto às Turmas Julgadoras Civil e Criminal dos juizados especiais de Goiânia.

Vez por outra, por solicitação ou designação da Procuradoria Geral de Justiça de Goiás, atuo em comarcas do interior em Tribunais do Júri, naqueles casos que envolvem acusados de alta periculosidade e integrantes de organizações criminosas.

Participo também, sempre que convidado ou designado, dos chamados mutirões da Justiça, a exemplo dos realizados para cumprir as metas do CNJ.

Integro também a comissão temporária para atualizar a lei complementar do Ministério Público do Estado de Goiás.

De vez em quando, sou convidado para ministrar palestras em eventos universitários da Magistratura, do Ministério Público, em vários Estados.

Um dia desses um colega me perguntou: por que você não faz um doutorado? Eu falei: por preguiça, só pode ser. Tem tanta coisa que tenho de fazer. Mas, enfim, é um trabalho árduo, cansativo, mas no qual aprendemos muito, principalmente trabalhar ao lado do Senador Demóstenes é uma oportunidade ímpar de se aprender muito. Além de ser esse Senador durão aqui, é um grande amigo, uma pessoa que está sempre nos ajudando, apoiando-nos, ensinando-nos. Conviver com ele diariamente é uma experiência muito rica.

Como ele disse, fui membro da Comissão Externa de Juristas, criada pelo então presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves Filho, para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal, que foi aprovado aqui e está em discussão na Câmara dos Deputados.

Participei, auxiliando o Senador Demóstenes, da equipe que fez a redação final do Código de Processo Civil, que também já foi para a Câmara.

Também acompanhei, juntamente com o Senador Demóstenes, comissões parlamentares de inquérito do Banestado, dos Bingos, do Apagão Aéreo, da Pedofilia e outras.

Então, senhores, era o que eu tinha a dizer por hora. Estou à disposição para as perguntas que certamente serão feitas. E já de antemão peço-lhes respeitosamente o apoio para que eu possa integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, que procurarei fazer com tranquilidade, com simplicidade e com a firmeza que sempre marcaram a minha vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Tito Souza do Amaral, pela exposição.

Concedo a palavra ao Desembargador Federal, José Lázaro Alfredo Guimarães, para sua exposição.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr. Relator, Senador Cícero Lucena, permitam-me os eminentes Senadores que os cumprimente na pessoa do Senador Armando Monteiro Neto, representante da terra que me acolheu.

É um momento muito especial para mim este na Câmara Alta do Senado Federal. Sinto-me neste momento como parte da história do meu País. O Senado que representa tantas lutas, tanta realização institucional, como a Casa que é responsável pela unidade nacional, é responsável pelo equilíbrio das instituições; a Casa que escolhe, aprova as mais altas autoridades do Poder Judiciário, do Ministério Público; a Casa que tem uma grande responsabilidade e que tem cumprido com elevada dignidade o seu papel; a Casa que há poucos dias o Presidente José Sarney, pela comemoração dos 185 anos do Senado, assinalava que se inspira na Casa dos Lordes da Inglaterra e, por isso mesmo, representando os Estados, fazendo com que se preserve a Federação significa a elite política nacional. Então, é um momento muito especial para mim vir aqui defender o meu, digo assim, retorno à instituição onde iniciei a minha vida profissional no Direito.

Ingressei no Ministério Público da Bahia em 1977 e, ali, atuei por três anos e meio até prestar concurso e vir exercer a judicatura aqui em Brasília como Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal, depois promovido a Juiz de Direito de Taguatinga; fiz concurso para Juiz Federal para poder voltar à minha terra, a Bahia, onde assumi a Justiça Federal, em março de 1982, até, por ironia do destino, ter que sair de lá novamente para integrar a primeira composição do Tribunal Regional Federal da 5ª Região sediado em Recife. E ali estou procurando cumprir a minha missão, que vai ser complementada, se receber a aprovação dos eminentes Senadores, com a atuação no Conselho Nacional do Ministério Público.

O Senador Cícero Lucena, no seu relatório, já falou a respeito do meu currículo. Aos eminentes Senadores, a cada um, tive o cuidado de encaminhar um resumo da minha atuação profissional. De modo que peço o apoio a esta indicação que partiu do Superior Tribunal de Justiça. Vou procurar cumprir o meu dever dando o melhor de mim para realizar esse trabalho, que é um trabalho importantíssimo desempenhado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Algum Senador deseja fazer alguma arguição?

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, ilustres indicados para compor esse Conselho Nacional do Ministério Público, gostaria de expressar aqui a minha convicção de que os dois indicados, pelas suas trajetórias, pelo conhecimento que adquiriram ao longo dessa trajetória e pela indiscutível idoneidade de que se revestem essas postulações, são merecedores da nossa chancela e do nosso apoio.

Gostaria, então, de expressar essa convicção e também me dirigir ao Desembargador José Lázaro, já que tenho a oportunidade de conhecê-lo mais proximamente, dizendo que a sua postulação se reveste indiscutivelmente do mérito. Portanto, tenho certeza de que merecerá a consideração dos nossos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mais algum Senador deseja fazer uso da palavra? Meu Líder Renan Calheiros? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. E dou prosseguimento à abertura da votação já feita antecipadamente pelos Srs. Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que não se encontram presentes nesta Comissão, por gentileza compareçam, pois estamos em um processo de votação nominal para escolha do Desembargador Federal José Lázaro

Alfredo Guimarães e do Doutor Promotor de Justiça do Ministério Público, Dr. Tito Souza do Amaral.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que estamos em um processo de votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Convido o Senador Demóstenes Torres, que deve estar em outra comissão, para o processo de votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª sempre tem preferência.

Por esse motivo, eu deixarei de votar para que V. Exª exerça, democraticamente, o seu direito.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estava só esperando V. Exª e o Senador Randolfe para encerrar esta votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todos votaram? *(Pausa.)*

Falta um voto do Bloco de Apoio ao Governo – PT, PR, PDT, PSB, PCdoB e PRB.

Declaro encerrada a presente votação e convido o Senador Armando Monteiro para, junto com o Senador Dornelles – já que o Senador Cícero Lucena foi Relator –, escrutinar e apurar os votos.

Cícero...

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só o fiscal? *(Pausa.)*

Você sempre facilitando nossa vida, Cícero! *(Pausa.)*

Cícero, você viu que eu disse "nossa vida"? Deveria ser "nossas vidas", mas o MEC diz que "nossa vida" está certo... *(Risos.)*

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Urna de Minas era quando ele apurava os votos para o Tancredo. Era assim: cheinha.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou declarar o resultado.

Proclamando o resultado da votação:

Houve 22 votantes.

Votaram SIM 21 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

A escolha do Promotor de Justiça Tito Souza do Amaral foi aprovada pela Comissão e a matéria vai a Plenário ainda no dia de hoje.

Próximo.

Senador Armando Monteiro, escrutinador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Houve 21 votos "sim" e uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votaram SIM 21 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

O nome do Sr. José Lázaro Alfredo Guimarães, Desembargador Federal, é aprovado por esta Comissão, a CCJ.

O resultado da escolha do Promotor de Justiça é positivo, com 21 votos e apenas uma abstenção.

A escolha foi aprovada e a matéria será hoje ainda encaminhada ao Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os Srs. Senadores, agradeço a presença e parabenizo ao Dr. José Lázaro Alfredo Guimarães pela escolha, agradeço e parabenizo ao Dr. Tito Souza do Amaral, agora escolhido.

A matéria vai ao Plenário do Senado ainda no dia de hoje para que a escolha seja finalizada da indicação de V. Exª, Dr. Tito, e para a indicação de V. Exª, Dr. Lázaro.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12horas e 32minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA ADMINISTRATIVA

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS QUINZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dezesseis horas e cinquenta e um minutos do dia dois de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária criada para analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma

Administrativa, com a presença dos Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço. Deixam de comparecer os Senadores Benedito de Lira e Cícero Lucena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara aberta a Reunião. **Passa-se à apreciação da Pauta: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº 96 de 2009 que** "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações". Autoria: Mesa do Senado Federal. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. CONVIDADA: CLÁUDIA LYRA, Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal**.** Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo, e o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara encerrada a presente reunião às dezoito horas e vinte e oito minutos, **e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente** (Senador Eduardo Suplicy) **e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. –** Senador **Eduardo Suplicy,** Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Subcomissão Temporária criada para analisar o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972 e posteriores modificações, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, do Senado, conforme Requerimento nº 5, de 2011, da Secretaria da DRA, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

Comunico que, em 13/04/2011, esta Presidência terminou encaminhamento aos membros desta subcomissão de cópia do Ofício 201, de 2011, da Secretaria-Geral da Mesa, em resposta às informações solicitadas à Comissão Diretora do Senado, nos termos dos Requerimentos 2, 3 e 4, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

Peço à Secretaria a gentileza de informar ao Senador Benedito de Lira que estamos iniciando a reunião.

Convido para assumir assento à Mesa a Drª Claudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal.

Gostaria de dizer que, de acordo com o art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: a convidada fará sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Senadores, na ordem de inscrição.

Então, queremos agradecer muito a disposição da Srª Drª Claudia Lyra de aqui expor a respeito da Secretaria-Geral da Mesa como uma parte das mais significativas na estrutura do Senado, tendo em conta o propósito desta subcomissão temporária da Comissão de Constituição e Justiça, que visa a justamente realizar a reforma administrativa.

Senador Ricardo Ferraço, nosso Relator, tem alguma consideração a fazer?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, tem a palavra a Drª Claudia Lyra, por favor.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Boa tarde, Presidente; boa tarde, Senador Relator. Agradeço imensamente esse convite para estar aqui.

Informo que esse material, tanto da apresentação quanto dos documentos que preparamos para os senhores e para todos os membros da subcomissão, é composto das transparências que serão apresentadas, do quadro comparativo, que disponibilizamos já naquela outra audiência pública pela Internet.

Vou pedir, então, para passar.

A Secretaria-Geral da Mesa no Senado tem, como característica, assessorar e secretariar tanto o que ocorre na área legislativa no Senado como no Congresso, não só ele reunido em sessões conjuntas, mas com toda aquela matéria que é relativa a Deputados e Senadores, independentemente de estar em sessão ou não. Nisso, nós nos distinguimos de qualquer outro assessoramento e secretaria de outras casas legislativas no País posto que as Casas legislativas estaduais são unicamerais; e nos distinguimos até mesmo da Câmara de Deputados, porque o Congresso está afeto ao Senado.

A Secretaria e suas instâncias. Nós atendemos ao Senado e Congresso, a todas as comissões, permanentes, temporárias e parlamentares de inquérito, sejam elas do Senado, sejam elas mistas. Hoje nós temos onze comissões permanentes no Senado, temos duas comissões permanentes no Congresso, que são

a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a CMO, e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, a CMMC. E temos as temporárias, tanto do Senado quanto do Congresso. Cada comissão do Senado pode ter até quatro subcomissões.

Conselhos e órgãos de Parlamento. É responsabilidade da Secretaria-Geral da Mesa de assessorá-los e secretariá-los. Por exemplo: Conselho de Ética, Corregedoria, Procuradoria, Ouvidoria, as do Congresso, uma parcela do Mercosul, não o Parlamento do Mercosul, mas a representação brasileira do Mercosul, nós também damos suporte junto com a Câmara dos Deputados. E ainda: a Ordem do Congresso, o Conselho de Comunicação Social e todas as premiações. E agora se criou também o Senado Jovem, assim como há na Câmara dos Deputados. Trata-se daquele trabalho com a juventude. Neste ano, o Senado vai ter também, esse trabalho do senador jovem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Os Senadores abaixo de 35 anos que vão chegar?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – De 16 a 19 anos, abarcando os estudantes de escolas, para que eles possam vir aqui vivenciar o que um Senador faz. Serão eleitos, eleito o presidente, enfim. Há vários conselhos e órgãos do Parlamento...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eles serão eleitos também?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Nós estamos fazendo um trabalho, porque já existia no Senado o conselho...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem os elegerá?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Eles próprios. No Senado, já existe o concurso de redação, e ganha um aluno de cada unidade da Federação. Estes serão os senadores: os que ganharem em cada unidade. Então, haverá um senador de cada Estado, e eles mesmo se elegerão, farão seu projeto. Algum projeto desses pode ir para a Comissão de Legislação Participativa e, se eventualmente algum senador o encampar, ele poderá virar lei. Esse é um trabalho novo no Senado.

As Mesas. A Secretaria-Geral da Mesa atende à Mesa do Senado e à Mesa do Congresso, que é uma instituição da Constituição de 88. Atende às lideranças também, lideranças do Senado e lideranças em sessão conjunta, quando há um trabalho em conjunto. Atende ainda aos Parlamentares, enfim, aos Senadores em geral e aos Deputados, quando se trata de matéria de interesse misto.

A SGM, na sua parte administrativa, coordena as suas unidades. Hoje nós temos sete secretarias, a Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado, a Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso, a Secretaria de Taquigrafia, de Ata, de Expediente, que constroem todos os textos oficiais da Casa, a Secretaria de Comissões e a Secretaria de Conselhos e Órgãos de Parlamento. Então, são sete as unidades que estão sob a responsabilidade da SGM. E a gestão da informação legislativa também; buscam-se todas as informações na Secretaria-Geral da Mesa. Na verdade, até já nos questionaram sobre esse nome: por que é Secretaria-Geral da Mesa, sendo que há um trabalho maior ainda, que é o do Legislativo?

Quanto ao processo legislativo, cuidamos das normas geradas, não só do processo legislativo em si e da sua tramitação, quanto também das normas geradas nas leis, nas resoluções, nos decretos, e da administração de todo o material que trata disso, dos processados. Há participação também em administrações da Casa. A Secretária-Geral, o titular, faz parte do Conselho de Administração da Casa. E há interação com diversos órgãos nossos. Temos parcerias fortes com o Prodasen, com a Comunicação Social, com a Consultoria Legislativa, com a Consultoria de Orçamento, com a Diretoria-Geral.

Há uma pergunta sobre o pessoal da Secretaria-Geral da Mesa. O total de servidores efetivos da Secretaria-Geral da Mesa, hoje, é um número bem flutuante. Por exemplo, não computamos aqueles que se aposentaram. O efetivo da Secretaria-Geral da Mesa, hoje, é de 385 servidores concursados da Casa. O total de cargos de Analistas Legislativos na área de Processo Legislativo existente no Senado é de 511, dos quais 114 cargos estão na Secretaria da Mesa; 233 cargos estão fora da Secretaria da Mesa; e 164 são cargos vagos, a serem preenchidos.

Então, aqui, estão os Analistas, de nível superior; e os Técnicos, de nível médio. Na área de Processo Legislativo, na Casa, existem 476 cargos, dos quais 86 estão lotados, estão em exercício na Secretaria-Geral da Mesa; 305 estão fora da SGM; e 85 cargos estão vagos. Na Secretaria da Mesa, não há só servidores da área de Processo Legislativo; nela, há servidores de outras áreas, de outras especialidades, e esses são, na Secretaria da Mesa, 185 cargos. Então, somando-se 114, 86 e 185 cargos, obtém-se o número lá de cima, de 385 servidores da Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Drª Claudia, o que significa dizer que 233 funcionários estão fora da SGM? E, depois, foi dito que 305 estão fora da SGM. Não entendi isso.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Não estão lotados na SGM. São cargos da área de Processo Legislativo. No Senado, há Analistas Legis-

lativos da área de Processo Legislativo, ou seja, são servidores que fizeram concurso para a Casa e que ocupam cargos de nível superior nessa área específica de Processo Legislativo. Duzentos e trinta e três estão fora da SGM. Sabemos que há servidores que fizeram concurso para a área de Processo Legislativo que estão na Administração da Casa, em outros setores da Casa, como, inclusive, no Serviço Médico, no SIS.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não é o que se chama de desvio de função?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Vou lhe dizer: uma vez...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Originalmente, em função do concurso que fizeram.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Eu gostaria muito que todos os que fossem da área de Processo Legislativo estivessem na área legislativa, Senador. Mas, por exemplo, há a Consultoria de Orçamento, há a Consultoria Legislativa, em que, logicamente, existem consultores, mas onde também é preciso que haja servidores analistas da área de Processo Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Seja bem-vindo, Senador Vital do Rêgo!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas, em resumo, são funcionários que fizeram concurso...

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Para a área de Processo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...e que não estão lá.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – E que não estão na área legislativa da Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Poderíamos ter informação sobre onde esses funcionários estão, em que áreas eles estão?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – A Diretoria-Geral pode informar isso. Fiz um levantamento, mas eu gostaria que a área administrativa da Casa fizesse isso, porque ela tem mais informações.

Eu gostaria, então, de solicitar essas que são funcionários em desvio de função para o concurso que prestaram à Casa: em que setores, em que departamentos, em que unidades, em que diretorias esses funcionários estariam trabalhando? Estariam ou estão naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E é em número significativo, porque, dos 511 cargos de analistas do Senado, 114 estão na Secretaria-Geral da Mesa, 233 fora, e gostaria de perguntar: os 164 cargos vagos são da Secretaria-Geral da Mesa?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Não, são analistas, de nível superior, da área de processo legislativo, que estão vagos ou por aposentadorias...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas aqueles 233 poderiam estar preenchendo esse cargos vagos?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Não, não. Isso é um número além, os 233. Se o senhor somar 114, 233 e 164, a soma dá os 511.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nesses 164 – a senhora mencionou agora -, estariam incluídos os que se aposentaram?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Sim, sempre. Todos. Por exemplo, são vagas que, num futuro concurso, podem ser preenchidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Portanto, aqueles 233 poderiam ocupar esses cargos se não estivesse foram das Secretaria-Geral da Mesa?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Sim. E aquilo que eu lhe digo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E, na área de cargos de técnicos do Senado, dos 476, há 86 na Secretaria-Geral da Mesa e 305 fora, quer dizer, um número muito considerável. Daí a relevância da informação que o Senador Ricardo Ferraço gostaria de ter.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador, eu gostaria de perguntar, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Drª Claudia, como é feito o processo de disponibilidade desses funcionários: 305 fora da Secretaria e lá 233? É um ofício? E quem é que disponibiliza essa, digamos assim, alteração do real exercício da função?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Sempre há os pedidos. Quero dizer que, desses 233 e 305, alguns estão na Consultoria Legislativa – estou falando apenas da Secretaria-Geral da Mesa –, outros estão na Consultoria de Orçamento, outros estão em gabinetes também, pois gabinetes também os requerem. Há necessidade deles, de processo legislativo, nessas três outras áreas além da Secretaria-Geral da Mesa, com certeza, Senador.

Quando eles chegam, eles vão à Diretoria-Geral para se fazer o que nós chamamos de PMS – Processo de Movimentação de Servidor. E não tenho assim como lhe responder diretamente....

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Esses funcionários não fazem falta na Secretaria-Geral da Mesa?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Muita falta. Com certeza, Senador. Apesar do concurso passado, por causa dessas aposentadorias, por causa de vários servidores que saíram no final da legislatura e no início desta legislatura para outros setores da Casa, tivemos uma movimentação de servidores da Secretaria-Geral da Mesa, no final do ano e no início deste ano, num total de 106 servidores. Ou seja, de 2010 até 12 de abril de 2011, 21 se aposentaram, houve 2 exonerações, houve 1 falecimento, 30 se movimentaram para fora da Secretaria-Geral da Mesa, e 13 se movimentaram no âmbito da...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vou fazer à senhora – se me permite, Sr. Presidente, pela oportunidade – a mesma pergunta que fiz à nossa Diretora-Geral do Senado: quando o atual Senador Aécio Neves presidia a Câmara dos Deputados, foi pactuado um entendimento na Câmara de que todos os funcionários efetivos ficariam obrigatoriamente trabalhando em suas funções originais; e os gabinetes na Câmara dos Deputados foram ocupados somente por quadros comissionados; como a senhora avalia isso e a oportunidade de uma medida como essa no Senado?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – A proposta, o projeto inclusive prevê que cinco servidores de cada gabinete sejam da Casa, e os outros todos viriam junto com o Senador. Para a Secretaria-Geral da Mesa, para a relação da Secretaria que é muito próxima de todos os gabinetes, no que diz respeito à área legislativa, eu vejo que é importante ter-se um número x, o projeto disse cinco, mas um número x de servidores da Casa, por quê? O Senador chega com o seu *staff* próprio e é muito provável que esse *staff* não conheça o trâmite da Casa, aonde ele vai pedir o que para poder atender ao Senador. E, muitas vezes, bate em vários setores.

Nós temos tido algumas situações em que um documento do Senador vai ao Protocolo Administrativo da Casa e, às vezes, o Protocolo não sabe o que fazer com aquele documento. Então ,ele imagina que aquele documento vai para o lugar x, e aí ele manda para o lugar x. Mas aí vem o Senador e nos questiona na Secretaria da Mesa – algumas vezes já aconteceu isso – perguntando pelo documento, onde ele se encontra, que ele está atrasado etc. E aí vamos à procura do tal documento. Isso já aconteceu algumas vezes.

Então, acho importante, quando o Senador chegar, ele ter um *staff* da Casa, com um número que for, que já conhece a Casa, sabe dos meandros, para onde vai o documento, quais os contatos, a fim de que possa facilitar a vida do Senador nesses momentos.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) **–** Drª Claudia, esses servidores que nós temos nos nossos gabinetes são todos eles ligados à Secretaria-Geral da Mesa? Peço até desculpas pela interrupção.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Não, é na área de processo legislativo.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – Então é na área de processo legislativo?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Não, eu não tenho essa informação. Isso é informação que vem mesmo da Administração da Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nós solicitamos à Direção-Geral da Casa a informação da lotação desses funcionários que estão em desvio de função da Secretaria-Geral da Mesa.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – É da área legislativa, Senador.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – É da área legislativa.

Bem, eu queria pedir desculpas, porque eu estava numa reunião da Comissão de Orçamento e cheguei um pouco atrasado. Mas, sobre esse assunto, eu quero dizer que, na condição de Senador de primeiro mandato, os cinco funcionários do Senado que trabalham em nosso gabinete fazem esse papel de facilitadores das coisas do Senado, de todo o procedimento legislativo, do procedimento interno, da Administração Interna e são bastante eficazes. Eu mesmo consegui, graças à política da Mesa, corrigir um problema meu, quando, da expedição de um requerimento, solicitando um acordo, um acerto no meu gabinete, o meu requerimento foi postado errado e perderia até os prazos se não fosse o processo de acomodação de situações.

Mas o que me preocupa, já que sei da importância da Secretaria-Geral da Mesa para o nosso papel, é a quantidade enorme de servidores fora do ambiente com a multiplicidade de trabalho que a Secretaria-Geral da Mesa tem. Eu estava vendo que nós temos mais de 44 comissões e subcomissões na Casa e isso tudo é carga para a SGM.

Então isso é um fato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A senhora saberia, complementando a informação de ambos os Senadores, se daqueles 233 fora da SGM, que prestaram concurso para serem da Secretaria, quantos estariam em gabinetes?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Não. Isso eu não tenho, mas a Diretoria-Geral pode.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, nós vamos obter. Eu pediria depois para informar à nossa Comissão, especialmente ao relator, mas para todos os membros.

A senhora pode prosseguir.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Vejo – e repito – vejo como é importante ter gente da área de processo legislativo em gabinetes, da Consultoria Legislativo e de Orçamento também. É um trabalho importante que eles fazem na área legislativa como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Embora já sendo de três mandatos, eu compartilho do seu ponto de vista, prezada relatora. Eu acho que ter alguns servidores de carreira do Senador, no meu caso, contribuiu muito para que todos os demais ficássemos sabendo dos trâmites normais do Senado.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Há um tempo atrás ouvi "a área de processo legislativo é a área genérica da Casa; por isso, poderia entrar em todos os setores da Casa." Ouvi isso e quero dizer que se trata de uma especialidade, é especialista no processo legislativo.

Houve uma questão sobre os comissionados da Secretaria Geral da Mesa. Quanto a esses comissionados, o que ocorre?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quantos são os cargos comissionados, que fazem parte, que compõem a Secretaria-Geral da Mesa? Temos uma apresentação dos efetivos.

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Os comissionados, não os tenho na planilha, mas vou passar para os Senhores em cópia.

Na Secretaria-Geral da Mesa, na verdade, temos quatro cargos cheios, que são assessores. São quatro cargos, sendo que três não podem ser divididos, e um pode ser dividido. A Secretaria tem hoje três servidores comissionados e um cargo dividido em quatro, que são sete servidores comissionados. Defendo que haja esses servidores, porque a Secretaria precisa de estatísticos. Não temos estatísticos no nosso quadro< mas precisamos deles. Depois, vou falar mais sobre eles, separadamente, mas temos um setor que precisa e lança as estatísticas a quem quiser, ao usuário. Nós munimos, nós fornecemos informação à Comunicação Social, que distribui essa informação a todos. Outro exemplo: precisamos, e não temos, de arquivistas. Precisamos de arquivistas. Defendo que haja esses comissionados, a não ser que se trate disso também em termos de servidor efetivo. A Secretaria tem, então, sete servidores comissionados.

No café dos Senadores e no plenário temos garçons, que também são comissionados. Não existe cargo de garçom no quadro efetivo. Nós os temos como comissionados também. Se não me engano, são sete. Temos esses sete na Secretaria-Geral da Mesa, trabalhando. No café dos Senadores, também não temos quadro de efetivos lá, nem no plenário, nos atendendo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Essa atividade meio, ao plenário, está vinculada à Secretaria-Geral da Mesa e não à Diretoria-Geral da Casa?

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Sim, à Secretaria. Eles estão vinculados à Secretaria. Como é um ambiente contíguo ao plenário, tudo o que acontece ali é responsabilidade da Secretaria-Geral da Mesa. Esses cargos são até da Diretoria-Geral, que estão sendo usados por nós há bastante tempo. Não tínhamos esses cargos.

Houve uma informação de que haveria 63 cargos comissionados na Secretaria-Geral da Mesa. Mas só temos esses. O que ocorre é que todo Presidente de Comissão tem à sua disposição 3 cargos que podem vir de fora, de assessoria técnica. Esses cargos podem, cada um, ser dividido em quatro. Mas não são cargos do *staff* da Secretaria-Geral; são cargos privativos do Presidente. Esses servidores podem prestar serviços nas comissões, com certeza, e são valiosos, uma vez que temos comissão que só conta com dois servidores efetivos. E é impossível uma comissão funcionar com dois servidores. Isso ocorre por falta de servidores efetivos. Temos a maior parte das comissões funcionando com cargos comissionados.

Eu lhe passo é que, por exemplo, a Comissão de Educação tem apenas dois servidores da Casa e tem cinco comissionados, desses que o Presidente, vamos dizer, nos empresta para trabalho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Isso é que me parece uma contradição: ao mesmo tempo em que falta, nós temos aproximadamente 550 funcionários trabalhando em outros setores.

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – É porque esses cargos são privativos do Presidente da Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É necessário porque, como a senhora mesmo acabou de dizer, tem poucos. Se não houvesse poucos... Se o Presidente tivesse, não haveria essa demanda e essa necessidade. Por não ter disponibilidade, é facultado ao Presidente de cada comissão permanente lançar mão de três cargos, na ausência da disponibilidade – não é isso?

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Havia, na época, quando esses cargos foram criados, a necessidade, de parte do presidente da comissão, de trazer pessoas de sua confiança para a sua assessoria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Foi em que época isso, Drª Cláudia?

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Já há alguns bons anos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Há alguns bons anos...

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Sim; mas eu trago. Trago-lhe a informação sobre quando eles foram criados – isso por uma resolução. Eles acabaram sendo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por exemplo, a Comissão de Constituição e Justiça, da qual a nossa Subcomissão é parte, só para ter uma ideia – e é a Comissão considerada mais importante –, quantos servidores tem, entre efetivos e comissionados?

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Na CCJ são quatro efetivos e cinco comissionados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E eles são, de alguma maneira, também da Secretaria-Geral da Mesa?

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Não, Senador; eles não. Eles nos auxiliam bastante... Eles não fazem parte do quadro da Secretaria-Geral da Mesa; eles auxiliam a Comissão, o colegiado. Alguns Senadores, inclusive, podem ter esses servidores, alguns deles, lotados em seus próprios gabinetes, não especificamente na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esse número da CCJ é aproximadamente o que as outras comissões têm também?

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Digo aqui. A CCT tem seis da Casa e quatro comissionados. A CMA tem oito da Casa e um comissionado trabalhando lá. A CRA tem quatro da Casa e cinco comissionados. A situação mais crítica é a da Comissão da Educação, que tem dois da Casa e cinco comissionados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E a CRE?

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – A CRE tem quatro da Casa e um comissionado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E a Comissão Mista de Orçamento?

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Não; esse é outro trabalho; é um trabalho diferente. O pessoal da Câmara dos Deputados... Agora, o Presidente tem uma estrutura de gabinete própria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pode prosseguir.

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Sim; ainda quanto ao pessoal, a Corregedoria, o Conselho de Ética, a Procuradoria Parlamentar, a Ouvidoria... Na verdade, o Ouvidor, o Procurador Parlamentar, o Presidente do Conselho de Ética e o Corregedor têm também esse *staff* de três comissionados cheios que eles podem dividir. Mas eles não fazem parte também da estrutura da Secretaria-Geral da Mesa. Alguns nos auxiliam bastante, mas não podem ser computados como da Secretaria.

Sobre o crescimento do volume de trabalho.

Em 89, eram seis Comissões Permanentes; hoje são onze. Hoje temos 34 subcomissões podendo chegar a 44. Temos as temporárias criadas pelo Plenário e as de Inquérito. Temos as permanentes do Congresso, que são a CMO, a CMMC e a FIPA, que é a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas. Há os conselhos e órgãos, como já citei alguns para os senhores.

Há sempre o incremento de tarefas de fiscalização. Por exemplo, sempre dizem que não existem muitas sessões do Congresso, mas o trabalho interno se mantém. Cada lei que cria uma fiscalização do Congresso é um trabalho que a nossa Secretaria de Congresso realiza. Por exemplo, o Fundo Soberano e todos os controles de gestão são trabalhos da Secretaria-Geral da Mesa, e, em cada um deles, há essa relação com a CMO também. Então, todos os relatórios de gestão, todos os relatórios de avaliação e receita de despesa, os relatórios do BNDES, os relatórios do PAC, as prestações de conta anuais dos vários órgãos da administração, o desempenho do Fundo Soberano, os relatórios das atividades da Petrobras, tudo isso gera trabalho. Quanto aos Fundos Constitucionais, como o FNO e o FCO, é preciso prestar contas ao Congresso. Tudo isso vem para a nossa Secretaria de Congresso.

Além disso, a Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da redação das leis, também determina uma técnica legislativa própria. Cada uma das matérias que passam pelo Senado nos é submetida, e nós as colocamos – fazemos isto naquela nossa sala da Secretaria-Geral da Mesa – numa técnica legislativa compatível com a lei e fazemos a consolidação legislativa, que a lei prevê.

É um trabalho de bastante volume. Não só o volume é grande, mas também a simultaneidade com que ele ocorre. Se a Secretaria recebe pedidos de seis ou sete Senadores, não posso dizer aos Senadores que vou fazer um depois do outro, pois esse trabalho é simultâneo. Há simultaneidade, às vezes com prazo bastante curto. Costumo dizer que o tempo da burocracia não pode atrapalhar o tempo político. Há duas frases que vivo dizendo para o meu pessoal: o tempo da burocracia não pode atrapalhar o tempo político, assim como – é o que sempre digo para o Prodasen – o tempo da tecnologia tem de estar a serviço do tempo político. Às vezes, o atendimento demora um pouco, e aí se perde o *timing*.

Informo que foi pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2003, que se criou aquela estrutura de assessor técnico.

Então, na sociedade de informação, há o avanço das comunicações e da informática, que é paradigma a partir do séc. XX. A presteza da informação exige que tudo seja feito *on-line*. Um novo paradigma gera, então, essas novas atribuições. Há necessidade de prestar essas informações em tempo real. E há a imprescindibilidade dos sistemas de TI.

Costumo dizer que, nesta gestão – tenho implantado isto –, há duas palavras muito importantes, que são "antecipações" e "parcerias". Então, a Secretaria-Geral da Mesa tem essas parcerias todas de que falei no início; tem parceria com a Casa toda, mas, primordialmente, com esses setores de que falei no início. E o Prodasen é fundamental para o nosso trabalho. Inclusive, em 2009, a Mesa constituiu, pelo Ato da Mesa nº 1, de 2009, a Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico. Foi distribuído aos senhores esse material que contém a Política de Gestão. Sem isso, é impossível seguir o Regimento, como ele está atualmente.

O Regimento é lento. Ele foi feito em 1970, teve algumas alterações, mas não seguiu essa necessidade de aplicação dessas novas tecnologias no processo legislativo. Por isso, em 2009, a Mesa instituiu a política de processo legislativo eletrônico, e nós temos trabalhado, de fato, mas não temos esse setor constituído.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Drª Claudia – com a permissão de V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, para a pergunta -, a senhora falou agora há pouco sobre o nosso idoso Regimento Interno; há buracos – as discussões, os antagonismos, a aplicação – que são resolvidos graças à sua competência e inteligência no comando da Secretaria-Geral da Mesa; o Prodasen, por meio desse ato, criou ou está estabelecendo essa gestão eletrônica do processo legislativo; eu pergunto à senhora: há estudos com vistas à atualização desse Regimento Interno por parte da Secretaria-Geral da Mesa?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Sim, Senador, inclusive a Secretaria participou, em 2008, juntamente com a Consultoria Legislativa, de uma tarefa para subsidiar uma comissão de Senadores à época, presidida pelo Senador Marco Maciel, para a reforma do Regimento. Ela está tramitando, a comissão de Senadores preparou e está preparando o projeto de resolução que altera o Regimento. Está aqui na CCJ.

A Secretaria da Mesa, aproveitando esse último concurso, observou o perfil de servidores que tinham esse perfil vinculado a TI. E fizemos um núcleo nosso de processo legislativo eletrônico, para pensar... Isso é um trabalho que tem início, mas não tem fim; é permanente. Trata-se de tudo o que se relaciona à necessidade de se introduzirem as novas tecnologias no tempo.

Então, o que temos providenciado nesses termos, do Senado, da sociedade da informação e da sociedade em geral? Uma interatividade com a sociedade, nas audiências públicas, nas sugestões legislativas, nas opiniões sobre projetos. A Secretaria recebe muitas correspondências, muitos telefonemas; o 0800 da Comunicação Social também recebe e nos repassa. Então, há essa interatividade grande, há uma participação da sociedade cada vez maior. E temos aqui uma relação de correspondências que chegam ao Presidente e que nós catalogamos e respondemos. São várias que temos aqui, e o destino. Isto nós recebemos em 2010. O Presidente recebe, em 2010, estas manifestações da sociedade, e algumas, por determinação do Regimento, são respondidas pelo próprio Presidente; outras são respondidas pela Secretaria-Geral da Mesa, para não deixar o nosso cidadão sem resposta. Respondemos sobre toda a tramitação, sobre como isso acontece. Nós fazemos essa interatividade.

A circulação eletrônica dos documentos. Desde que sai do gabinete do Senador – isso também já é uma implantação do processo legislativo eletrônico –, ela vem pelo Sedol, vai para a Secretaria-Geral da Mesa via eletrônica, depois vai para a Ata via eletrônica, depois vai para a Gráfica via eletrônica. Então, tudo isso é um fluxo que não está previsto no Regimento, mas já está implantado, com bastante agilidade, sem se perder a segurança do documento.

Outra questão sobre a implantação da circulação eletrônica de documentos: foi feito com o Serpro um convênio no padrão ICP Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas) e começamos a implantar a assinatura digital, a assinatura eletrônica. Isso também é piloto, porque, sendo implantado na Casa toda, vai permitir que o Senador apresente o seu projeto ou a sua emenda onde ele estiver. Se ele estiver no seu Estado, com a assinatura digital, a assinatura eletrônica, ele poderá apresentar. Mas isso precisa também de alteração no Regimento, porque hoje o Regimento diz que o Senador precisa estar presente para que apresente os seus documentos. Quer dizer, isso já é uma nova evolução, que precisa de respaldo também no Regimento. Ainda não está sendo implantado, mas o Presidente da Casa, por exemplo, já assina eletronicamente os diversos documentos, os autógrafos das rádios, decretos legislativos de radiodifusão, que são muitos, e às vezes, com um clique, ele economiza seiscentas e

tantas assinaturas. Isso também é uma implantação do processo legislativo eletrônico.

Quanto à ferramenta de apoio à produção de textos legislativos, o LexML, é uma ferramenta que está sendo introduzida na aplicação dos textos legislativos desde a sua produção – eu tenho uma outra planilha; daqui a pouco, eu já desenvolvo um pouco mais sobre este assunto.

A visibilidade de riqueza de informações do Senado e aperfeiçoamento dos mecanismos. Isso nós precisamos fazer ainda. Precisamos muito do Prodasen nesse sentido, e estamos trabalhando juntos.

O que ocorre? Todas as informações legislativas estão na Internet, estão no sistema MAT e muitas vezes reclamam que elas não estão. Eu fui procurar saber o que acontecia com isso. Se está tudo disponibilizado, por que se reclama que não está, sempre fazendo-se comparação com a Câmara.

O que nós percebemos? O cidadão comum, quando quer buscar uma informação, ele não busca o *site* do Senado; ele busca no Google, o buscador maior e mais usado pela sociedade em geral. Então, a partir daí, se formos pegar as informações do Senado pelo Google, elas não aparecem; quando muito, elas aparecem muito lá embaixo, e raras vezes. Então, nós percebemos que nós temos um indexador ainda não amigável. Ou seja, eu fiz uma pesquisa de votação, uma pessoa me fez essa provocação, uma provocação de um determinado Senador, e ninguém acessava. Por quê? Porque estava indexada ao que se chama URL, que é onde o Google busca as informações, assim: "Votação 1.203". Ninguém busca isso. Então, estamos trabalhando, junto ao Prodasen, para transformar a informação legislativa mais amigável para qualquer cidadão.

Isso aconteceu em 2008, o que eu já mencionei, quando nós fizemos um trabalho, uma comissão para diagnosticar todos os problemas. O que ocorria? Ocorria que a comissão "a" tinha um sistema próprio de informação. Quando um projeto ia para a comissão "b", tinha-se que começar todo esse projeto de novo porque a comissão "b" não lia aquilo que a comissão "a" fazia. Então, esse é um trabalho que foi realizado para fazer o fluxo da informação, buscando sempre colocar no e-Parliament, que é um padrão internacional da informação do parlamento eletrônico.

O que é o LexML? Qual é o facilitador do LexML para os senhores nesse trabalho? Por exemplo, o desenvolvimento dessas. O editor de proposições. Quando os senhores forem fazer um projeto, os senhores vão ter, através da ferramenta LexML, uma visualização do texto que existe na lei, vão poder fazer essa montagem do seu projeto em cima desse texto, e esse texto o senhor pode trazer o projeto, pois o próprio sistema vai adequar esse texto, se eventualmente houver uma remissão naquilo em que os senhores estão trabalhando, ou seja, a própria ferramenta vai conduzir os senhores a isso.

Também com editor de emendas, se os senhores quiserem fazer uma emenda, os senhores poderão fazer isso, tendo esse texto todo, tanto o texto da lei quanto o texto da proposição e mais a emenda. E, com isso, os senhores vão compatibilizar a norma, vão poder fazer isso de uma forma mais coerente, ou seja, as leis sairão de uma forma sempre mais adequada.

Esse trabalho é feito junto com o Prodasen, junto com o Serviço de Informação Legislativa e conosco, na Secretaria-Geral da Mesa.

Sobre o LexML, você gostaria de passar alguma informação, já que você é mais próximo do Prodasen? (*Pausa.*) Não.

Eu vou pedir para o Flávio Heringer explicar melhor, eu não tenho ninguém aqui que trabalha com o LexML, mas ele é do Prodasen. Eu gostaria que você explicasse melhor.

O SR. FLÁVIO HERINGER – Boa-tarde, Senadores.

O Projeto LexML...

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – O Flávio Heringer é Diretor das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por favor, Sr. Flávio Heringer.

O SR. FLÁVIO HERINGER – Obrigado.

O LexML é um projeto fomentado aqui dentro do Senado Federal e hoje tem duas grandes faces, duas grandes características: uma delas é um Portal de Legislação, que é chamado de Google das leis, que já está disponível e congrega documentos de normas jurídicas, proposições e jurisprudência de vários órgãos, tanto na esfera federal como estadual e municipal. Então, essa ferramenta, que é um aspecto do LexML, já está disponível, é gerida pelo Prodasen, um dos cabeças desse trabalho. A outra faceta do LexML é esse desenvolvimento de ferramentas para edição de proposições e documentos jurídicos. Esse é um trabalho que tem base científica em várias universidades do mundo, é um trabalho muito semelhante em vários países da Europa como a Itália.

Aqui, no Senado, nós estamos trabalhando há alguns anos já no editor de emendas. Qual é a ideia do editor de emendas? É que o texto da proposição legislativa é convertido para um formato chamado de XML, que é um formato aberto, conhecido por vários editores, e o Senador vai visualizar o texto da proposição e vai operacionalizar as emendas diretamente no texto. Então, ele vai pegar um artigo que ele quer modificar, vai corrigir aquele artigo, e o programa vai

gerar a emenda pronta para o Senador apresentar em plenário ou na Mesa.

Então é um produto que está sendo desenvolvido e, em breve, estará pronto.

Assim como ele, isso pode proporcionar outros produtos como o editor de proposições, ou seja, pegar uma lei que já existe e formatar uma proposição alterando essa lei; pode-se formar quadros comparativos a partir da análise de emendas com projetos, como esse que os senhores têm em mãos e que foi feito no *Word.* Mas isso pode ser feito de uma maneira mais baseada na inteligência do computador, fazer controle de vigência de dispositivos, fazer controle de remissões...

O espectro de atuação das ferramentas de edição do XML é muito maior, porque o computador passa a entender o texto legislativo, e não apenas o computador ser usado como uma máquina de escrever do século 21. Na verdade, a ideia do LexML é promover que o computador entenda o texto legislativo e possa operar sobre ele, com o auxílio, obviamente, com a direção de quem está conduzindo o trabalho.

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Inclusive o operador do Direito, se quiser saber, por exemplo, qual era a norma, a lei que estava vigendo no dia 20 de agosto de 1993, então, disso ele vai ter conhecimento.

Ao final do trabalho da Fundação Getúlio Vargas, um grupo esteve lá conosco, duas pessoas da Fundação. Estiveram lá ao final do trabalho do Senador Tasso Jereissati, conversaram conosco. Eles são *experts* na área, respeitadíssimos na área administrativa. E falei que entendia a dificuldade que tiveram na área legislativa. Então, tenho a dizer que a proposta que foi apresentada como substitutivo não atende à Secretaria-Geral da Mesa na área legislativa. Há alguns ajustes que necessariamente – vou colocar aqui para os Senhores, ajustes que acho que são necessários – devem ser feitos.

Eu disse à Fundação Getúlio Vargas que eles são *experts* , mas que a área legislativa é única. Não existe área legislativa na sociedade em geral. Então, a metodologia tem que ser, realmente, própria. E quem lida, às vezes, até pessoas que trabalham na Casa, no Senado, não entendem isso. E é normal, não há demérito nisso. Então, há alguns ajustes que entendemos necessários. Temos a necessidade de ajustes. A incorporação de algumas unidades para a racionalização do trabalho legislativo, por exemplo. Há novas demandas sobre o trabalho relacionado ao processo legislativo, há mudanças de trabalhos nos processo de trabalho e ajustes para equilibrar as responsabilidades e a hierarquia. E aí, entrando mais detalhadamente, a necessidade de espaço físico para a gestão do processo legislativo, inclusive processo legislativo eletrônico.

Tenho conversado muito com a Drª Dóris, Diretora-Geral, e a Casa, como um todo sabe disso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Seja bem-vinda, Drª Dóris.

A SRª CLÁUDIA LYRA DO NASCIMENTO – A Secretaria está esparsa, está em todos os lugares da Casa. Em todos os lugares, há um pedaço da Secretaria-Geral da Mesa. Precisamos de espaço físico adequado para atendimento ao usuário do processo legislativo eletrônico: Parlamentares, assessores, jornalistas, cidadãos. Por isso, gostaríamos de criar uma área para atendimento ao usuário do processo legislativo. Deve ser no meio da Casa, para que ele chegue lá e receba a informação. Também por telefone, por *e-mail*, claro, por todos os outros meios, mas, muitas vezes, eles precisam do atendimento físico. E acabam chegando à sala da Secretaria, onde os servidores estão fazendo outro trabalho e têm que parar para atender aquele usuário. O processo legislativo eletrônico está ocupando uma área do Prodasen. Então, existem alguns ajustes nesse sentido.

Bem, já está prevista a incorporação da Subsecretaria de Anais. O que é a Subsecretaria de Anais? Ela fabrica o que chamamos de Anais do Senado. Esse é um trabalho feito a partir do Diário do Senado. Trago aqui um exemplar para os Senhores dos Anais do Senado, em que eles fazem, a partir do Diário do Senado, que é um trabalho da Secretaria da Mesa, um trabalho de "tematização". Eles fazem um índice temático, separam o trabalho, os pronunciamentos, as proposições, atuação parlamentar, bancos, competência exterior, eles vão dando essa "tematização" a todos discursos e matérias que entram no Diário do Senado. Então, os Anais são uma consequência do Diário do Senado.

Hoje, eles estão ligados à Gráfica. É um trabalho conseqüência do nosso trabalho. Então, já está previsto no Substitutivo essa transferência, e acho interessante de ser mantida. Não há como pesquisar hoje nos Anais porque o *Diário do Senado* e os Anais não estão compatíveis um com o outro. Então, é muito importante que eles estejam lá.

Outro ajuste que nós acreditamos que sim: a incorporação da Subsecretaria de Informações, o que hoje é a Subsecretaria de Informações, que se chama SSINF, que atua no registro da legislação, fruto do processo legislativo. Ela cataloga e indexa discursos que são produzidos pelos Senadores e registrados pelas unidades da Secretaria-Geral da Mesa. Há uma pesquisa e recuperação de informação de tramitação de

matérias... Nós temos o nosso sistema da Secretaria-Geral da Mesa, mas eles têm outros. Hoje é a maior dificuldade. Nós temos uma pessoa lá que, se um dia se aposentar ou morrer, ninguém pesquisa mais.

Há os processos de trabalho que são complementares. A pesquisa de gerar um único resultado; o LexML, que está sendo implantado tanto neles quanto na Secretaria-Geral da mesa. E, inclusive, há uma manifestação da equipe lá de que gostaria de vir par a Secretaria-Geral da Mesa por causa disso. Então, eu entendo que a Subsecretaria é importante.

A redação legislativa é um trabalho de revisão de textos finais das comissões. O nosso trabalho... Inclusive, ultimamente, nós tivemos um contato com o Senador Eduardo Suplicy fazendo um texto de uma matéria que veio das Comissões e que nós precisamos fazer uma adequação. É um trabalho nosso.

Nós temos as resenhas mensais, construídas pela Secretaria-Geral da Mesa, que saem sempre no primeiro Diário do mês.

As estatísticas todas, os indicadores e relatórios.

Se você pudesse mostrar, por exemplo, um trabalho nosso lá na Secretaria... (*Pausa*.) Aquele primeiro quadro...

É um trabalho que nós fazemos e ofertamos aos Senadores. Por exemplo, as matérias deliberadas. Um quadro comparativo das matérias deliberadas em 2009 e 2010. Com isso, alguns Senadores puderam fazer discursos no plenário lançando mão desses dados comparativos.

Por exemplo, as matérias aprovadas. Em 2009, nós tivemos um grande número de matérias de natureza econômica aprovadas; em 2010, as matérias sociais. Com isso, por exemplo, o Presidente da Casa pôde fazer um pronunciamento dizendo o quanto o Senado estava afinado com a sociedade. Já que, em 2009, havia uma crise financeira, o Senado se debruçou mais sobre essas matérias. Em 2010, como a crise já havia terminado, o Senador se debruçou mais sobre as matérias sociais. Enfim, são estatísticas que nós vamos preparando para ofertar.

O nosso Departamento de Estatística prepara essas informações para lançar aos Senadores, para lançar na Internet. Esse é um trabalho que também nós acreditamos que eles não conseguiram entender o que é.

Nós temos um setor de controle de mandatos dos senhores e apoio às reuniões da Mesa e de Lideranças. Ele controla todas as licenças dos senhores, as missões, os relatórios que os senhores apresentam em função disso, os dados de posse, suplência, filiação ou desfiliação, o controle das matérias despachadas à Mesa, preparação dos requerimentos que vão lá. Enfim, tudo isso é o nosso setor. A Fundação Getúlio Vargas entendeu isso como sendo um colegiado ligado a um outro setor da Secretaria Mesa, ou seja, teria um intermediário entre a os Senadores da Mesa e o titular da Secretaria Geral da Mesa. Então, não há como, a assessoria tem que ser direta às reuniões da Mesa. Tem que ser a Secretaria-Geral, o titular da Secretaria Geral a estar assessorando a Mesa nesses momentos e não uma outra instância no meio. Mas foi entendido como tendo sido um colegiado – a Mesa é um colegiado, claro, mas entendemos que não vai funcionar onde foi proposto.

A Assessoria Técnico-Regimental existe hoje fazendo todos os estudos técnico-regimentais das matérias, ela faz os pareceres sobre as questões de ordem; o titular dá a informação e eles vão sistematizando tudo, inclusive as questões de ordem, as consolidações dos regimentos, acompanhando o acervo das matérias, e vejo que é importante ela se manter.

A Câmara tem isso bem estruturado, ela tem uma assessoria técnico-regimental bem estruturada. E eu vejo que isso auxilia muito no trabalho do dia a dia.

Quanto às comissões, na forma como está, há uma dificuldade de se estabelecer a distinção dos níveis hierárquicos. No que se refere aos secretários de comissões temporárias, está previsto que, a cada vez que se cria uma comissão temporária, se constitua um Secretário de comissão, se tire ele de outros lugares. Como é que vai se desestruturar um outro núcleo para, a cada comissão temporária que se cria, implantar uma nova secretaria?

Hoje, já existe dessa forma um núcleo que trabalha nas comissões temporárias, nas comissões de inquérito, é um suporte administrativo. Vejo que criar um núcleo, desestruturando outros a cada vez que se cria uma comissão temporária, é quase praticamente inviável.

A gestão do Congresso e do Senado. No substitutivo está colocado como um núcleo só. São dois universos. O Parlamento brasileiro é tricameral. Na medida em que existe uma Mesa do Congresso, existem matérias completamente distintas. O Congresso brasileiro é tricameral. Então, a gestão do Senado e a gestão do Congresso são dois universos absolutamente distintos, com ritos distintos, com matérias distintas, o número de trabalho é grande – já é grande hoje, separados; juntando, eu vejo que pode prejudicar o trabalho. Então, eu vejo que é preciso.

Quanto à Taquigrafia, hoje ela atende a todas as comissões; já não temos mais a terceirização da taquigrafia das comissões; então, ela atende hoje a todas as comissões e o plenário do Senado. O plenário do

Congresso é feito em parceria com a Câmara dos Deputados. Então, a Taquigrafia, hoje, tem um volume de trabalho imenso, trazendo *on-line* todos os eventos, inclusive seminários e outros eventos. Também vejo que ela precisa de alguma adequação do que foi proposto para que ela possa funcionar adequadamente.

O Registros Legislativos cuida de fazer todos os registros de plenário, as atas das reuniões do Senado, do Congresso, das comissões, faz toda essa publicação. E, para fazer essa publicação, na parceria com a Gráfica, não há que se juntarem todos os documentos e entregar à Gráfica. Há um trabalho de organização lógica para que ela conste, porque é a publicação oficial, vamos dizer, do Parlamento, acaba sendo a publicação do Senado. Por exemplo, quando a Presidência da República vai ratificar um acordo internacional, o texto que ela usa é o texto publicado pelo Senado.

Então é o trabalho da Secretaria de Ata, que está tendo uma proposta de reestruturação, inclusive, de acordo com proposta que já está incluída, os *Anais* estão vindo para a Ata.

Os autógrafos e documentos oficiais hoje são feitos pela nossa Secretaria de Expediente. A palavra "expediente" às vezes é mal colocada, inclusive há uma proposta de diferenciar, porque, quando se diz expediente, parece que é documento, e não é bem isso. Ela prepara todos esse autógrafos de assinatura, ela acompanha as matérias que são enviadas para tramitação na Câmara e acompanha as matérias que vão à sanção e vão à promulgação. É nossa estrutura da Secretaria de Expediente que trabalha nessa...

Conselhos e Órgãos de Parlamento.

O substitutivo coloca a Mesa nessa estrutura de Conselhos e Órgãos de Parlamento. E é minha sugestão que ela fique diretamente ligada ao titular da Secretaria-Geral da Mesa, porque se para assessorar as reuniões da Mesa, de Líderes, for o responsável por esse setor, há um intermediário entre o Secretário-Geral da Mesa e a Mesa.

Então, veja que é importante que se separe a Mesa desse núcleo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para bem compreender a sua proposição, existe o Presidente, existe a Secretaria-Geral da Mesa.

Qual é a sua sugestão, então?

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – De que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É uma mudança em relação ao presente?

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Não, é como está o presente. É manter o que está no presente. É manutenção do presente, na verdade, porque hoje todo o setor que trata do mandato dos senhores, que controla as licenças dos senhores, que assessora a reunião da Mesa está vinculado ao titular da Secretaria-Geral da Mesa. Então, há uma ligação absolutamente direta entre o Sercretário-Geral da Mesa e os membros da Mesa.

O que está sendo proposto é que esse setor...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está sendo proposto onde?

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – No substitutivo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No substitutivo do Senador Tasso Jereissatti.

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Nesse caso, foi uma proposta da Fundação Getúlio Vargas a ele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Da FGV.

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Que ficasse aqui dentro desse setor, ou seja, teria o Secretário-Geral da Mesa, teria o responsável por esse setor de Conselhos e Órgãos de Parlamento. Então, quem iria à reunião da Mesa não seria o Secretário-Geral; seria a pessoa responsável por esse setor.

Vejo que há necessidade de ter uma vinculação direta de quem lida com as reuniões da Mesa, com as reuniões de Líderes e com os mandatos dos senhores diretamente com o titular da Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ficou claro isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E o relatório do Senador Tasso?

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Na verdade, o relatório prevê...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, o relatório do Senador Tasso é diferente do que ela está propondo.

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – É diferente do que eu estou colocando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Esse debate consta do debate entre a FGV e o relatório do Tasso?

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Sim, consta. Consta sim. Dessa forma de trazer...

Na verdade, eles apresentaram a estrutura. Não está escrito, não está no relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pelo que entendi, a opinião da Drª Claudia é diferente do que consta seja do relatório da FGV, seja do relatório do Senador Tasso.

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É diferente a sugestão que ela formula. Não é isso?

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É importante...

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Para que haja...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ela acha que a Secretária-Geral da Mesa não deveria estar se desvinculando de ações como as que ela havia apresentado, inclusive das reuniões da Mesa e da reunião da Presidência com os Líderes, por exemplo. Foi isso que entendi.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Exato. E o controle do mandato dos senhores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB –ES) – Mantém o *status quo*, a manutenção do *status quo*.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Como está. Exato.

Bom, isso aqui são as nossas parcerias, que eu já havia falado desde o início. E agora vamos fechar as conclusões.

Bom, a proposta é assim: claro, a gente tem que fazer economia, mas temos que pensar muito, Senadores, que a agilidade do trabalho, a presteza e tem que ter um meio do caminho. Fazer economia, sim, mas de forma a que não prejudique essas responsabilidades.

A racionalização dos processos de trabalho já está sendo feita, sim, desde 2009 lá na Secretaria. A capacidade de manutenção de quadros da área técnica-legislativa, o que significa isso? Aquilo que eu disse no início, que a Secretaria perdeu para os outros setores da Casa vários servidores. O que ocorre? Muitos saíram da Secretaria por vários motivos, muitos foram para os gabinetes dos Senadores, sim, alguns por não precisar registrar o ponto; outros porque seis horas ali na Secretaria, principalmente naquela sala, pela simultaneidade do trabalho, às vezes a pessoa não tem liberdade nem de falar ao telefone, de jeito nenhum, em hipótese nenhuma. O trabalho é contínuo; então, alguns deram essa razão; outros porque precisavam de horário, enfim. Então, a Secretaria acabou perdendo muitos servidores, que foram para outros setores da Casa. Tanto que eu, de uma forma, disse: "servidor não sai mais da Secretaria; nós estamos ficando completamente desestruturados, para servir os senhores". Este é que é o fato: para servir os senhores.

Então, nós perdemos bastante gente. Há uma necessidade desse trabalho para que possamos ter algo que seja encantador para que os servidores venham para a Secretaria Geral da Mesa. Alguns servidores disseram: "Aqui se trabalha demais." Lógico. Eu ouvi várias falas nesse sentido. Ou outros que vêm para cá e dizem: "Vocês tem função, FC?" Não tem. "Eu quero muito ir para o processo legislativo, mas não tem FC, então, está bem, muito obrigado." Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy**.** Bloco/PT – SP) – O que é FC?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Função comissionada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy**.** Bloco/PT – SP) – Ah. Quer dizer que o servidor efetivo, às vezes, ele não quer ir para a Secretaria Geral da Mesa porque ali não haveria funções comissionadas que daria um acréscimo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não quer ir e não quer ficar, não é?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Não quer ir e não quer ficar. Então, isso também nos fez perder alguns bons servidores.

Na verdade a Secretaria forma servidores. Eu costumo dizer que o servidor pode estar há 30 anos no Senado, se ele vem para a Secretaria da Mesa, é tão específico o trabalho na área legislativa, que ele vai ter que aprender tudo, zero quilômetro. Eu costumo dizer que nós fazemos na verdade um *upgrade* para atender aos senhores, para atender à Casa.

Dessa forma, eu digo que há algumas alterações, alguns ajustes que eu vejo necessários para atender. E eu agradeço bastante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy**.** Bloco/PT – SP) – O Senador Ricardo Ferraço, como relator, se desejar formular algumas perguntas à Drª Claudia Lyra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito rapidamente, Drª Claudia Lyra: a senhora conhece muito bem as propostas da Resolução 96, conhece as propostas do Senador Tasso Jereissati e conhece o trabalho que foi estruturado pela Fundação Getúlio Vargas. Que avaliação a senhora faz dessas propostas e que julgamento a senhora considera que seria importante para que nós pudéssemos aprimorar ainda mais, porque o aprimoramento é sempre uma busca determinada nos trabalhos da Secretaria Geral da Mesa.

Se fôssemos fazer uma comparação entre o Projeto nº 96, a proposta da FGV e a proposta do Senador Tasso, naquilo que concerne à SGM, quais considerações a senhora faria?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – A Fundação Getúlio Vargas nos mostrou, naquela área, vamos dizer, de administração administrativa, que podíamos mudar naquilo que foi proposto no projeto de resolução. Então, naquilo que compete à administra-

ção administrativa dentro da Secretaria, foi bem, pois mostrou alguns setores daquela primeira proposta que podiam estar alterados. Aquela primeira proposta estava a mais. Então, nesse ponto, foi muito bom. Mas, quanto à administração legislativa, há aquilo que eu disse para os senhores e para a Fundação, quando esta nos procurou: que eu entendia perfeitamente que eles eram *experts* na área administrativa, mas que, na área de administração legislativa, por sermos únicos, seria preciso uma reestruturação.

Então, Senador, vejo que há a necessidade de um meio do caminho: nem o projeto de resolução, que, desde aquela época do trabalho realizado no ano passado, está inflado – mesmo para a Secretaria-Geral da Mesa, o projeto de resolução está, sim, inflado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Inflado em que sentido?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Em número de servidores, em pedidos na forma de estrutura. Mas a estrutura que a Fundação propôs – imagino que o Senador Tasso a tenha encampado – também não é compatível com os processos de trabalho legislativos. Então, teria de haver um meio do caminho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O primeiro projeto proporia servidores demais, e os projetos alternativos do Senador Tasso e da FGV, servidores de menos? É isso?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Estrutura demais, estrutura de menos. Falo de estrutura organizacional. E se misturam assuntos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está claro. Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Drª Claudia Lyra do Nascimento é a responsável, com uma experiência formidável, por aquele que é o coração do Senado. É o mais importante, é o nosso dia a dia de trabalho mais relevante. Tudo passa por esse coração do Senado. Então, o depoimento da Drª Claudia é da maior importância.

Quando observamos o quadro geral dos servidores, vemos que há 383 servidores efetivos e 63 servidores comissionados, somando-se 446 pessoas. Mas a senhora observou que muitos desses 446 servidores não estão ali efetivamente. Com respeito àqueles que ali estão, a senhora avalia como adequado o número atual de servidores na Secretaria-Geral da Mesa? Que recomendação teria a nos fazer e, em especial, ao Relator com respeito a esse número? Se, porventura, há excesso em alguma área, qual é essa área? Se há falta em alguma área, qual é essa área?

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Houve aumento do volume de trabalho, e esse trabalho tem de ser feito com simultaneidade. Mas não há espaço físico, e essa foi uma das falas. Por exemplo, no nosso Departamento de Redação e em quadros comparativos, quatro servidores estão trabalhando, num limite absoluto de trabalho, pela quantidade. Então, ou não vamos atender suficientemente, pelo limite humano – somente quatro servidores estão trabalhando –, ou eles terão de ter boa vontade, para trabalharem além das horas de trabalho compatíveis com as normas trabalhistas.

Veja que estou falando de um setor, mas vejo que é preciso mais servidores, sim, para atender ao trabalho, da forma como, cada vez mais, precisamos atendê-lo, mas não há espaço físico para fazer isso. Há um limite de espaço físico. Hoje, nesse nosso departamento, nesse nosso setor em que há quatro servidores, há trabalho para sete servidores, mas não há onde colocá-los. Então, precisamos sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esse diagnóstico que a senhora nos relata foi transmitido à Mesa Diretora do Senado? E houve alguma resposta sobre eventual modificação do espaço físico? Teria para onde ir? Foi sugerido? Acho que isto é importante: como é que a Mesa Diretora tem reagido a essas necessidades apontadas pelo seu relatório.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – O Senador Cícero Lucena, 1º Secretário, juntamente com a área da Diretoria-Geral, está estudando uma possibilidade de realocação, de remanejamentos de espaço físico, para atender tanto aos senhores, no tocante aos gabinetes, quanto à Casa. Já está vindo esse estudo, a Drª Doris está aqui, e ela pode atender a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Drª Doris Marize, gostaria de acrescentar algo aqui ao depoimento da Drª Claudia Lyra do Nascimento? (*Pausa.*)

Por favor. Seja bem-vinda à nossa Comissão.

A SRª DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Em primeiro lugar, peço desculpas por não ter chegado desde o início, mas a Rosa estava ao lado, eu estava despachando com o Presidente.

Eu queria fazer uma observação, sim. Eu acho que a reforma administrativa também passa por uma reforma e por uma informatização de procedimentos. Eu acredito que – e aí é claro que tem que se pensar mais –, no estágio em que estamos, do ponto de vista de informática, um estudo detalhado de processo de informação legislativo pode culminar – não estou dizendo que vai – com talvez um número menor de servidores necessários. Isso eu sinto na Casa como um todo, não somente na Secretaria Legislativa. Acho que, no momento em que se tem a informatização à disposição das estruturas, não podemos prever que o aumento de quadro de pessoal seja a tônica maior do

processo. Parece-me que devemos investir também na questão da informatização, e ela dar solução para a falta de pessoal, sob o risco de que nunca pararemos o processo de inchaço do quadro de pessoal do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Posso dar uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Drª Claudia.

A SRª CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Talvez fosse o caso de uma realocação de pessoas de volta à Secretaria-Geral da Mesa.

Isso que a Dóris colocou é importantíssimo, porque muitas vezes se fala em dar prioridade à área legislativa da Casa. Por exemplo, sei que o Prodasen luta com uma dificuldade imensa, mas a área legislativa – isso é um trabalho antigo, uma fala antiga – não tem sido prioridade no Prodasen. A Secretaria, por exemplo, precisaria ter um grupo de servidores trabalhando para a área legislativa. Quando eu falo Secretaria-Geral da Mesa, eu junto a área legislativa como um todo. Eu vejo que, na Secretaria, a gente se ressente... Eu já tenho conversado muito com a diretora do Prodasen, com a pessoa responsável pela área legislativa, e sei que eles lutam com muita dificuldade de pessoal também. Tenho essa consciência. Mas aquilo que eu coloquei no início eu digo a eles: o tempo da tecnologia precisa atender o tempo político, porque somos nós que vamos ser cobrados. São os senhores que vão ser cobrados. Nosso atendimento é que vai ser cobrado quando os senhores... Os senhores não vão cobrar alhures; com certeza, é aqui mesmo, é na Secretaria mesmo que os senhores têm de cobrar na área legislativa. Não tenho a menor dúvida disso!

Se for possível realocar mais servidores da área de processo legislativo na Secretaria-Geral, serão muito bem-vindos e necessários ao atendimento dos senhores. Por exemplo, cada vez que chega um relatório de medida provisória, há uma exigência – e é verdade – dos Senadores de que esse relatório chegue aos seus gabinetes, com uma antecedência mínima para que os senhores possam votar a medida provisória no plenário. Nós mandamos isso via *e-mail*, mandamos via papel, porque há uma exigência das lideranças que recebam via papel. Mandamos via *e-mail* aos Senadores e aos Chefes de Gabinete. E, algumas vezes, recebemos a informação de que não receberam. Já tentamos, há algum tempo, com o Prodasen, passar isso via telefone, mas recebemos a informação de que ainda não há essa disponibilidade pelo peso da informação; um relatório é pesado para passar para os telefones dos senhores, para o iPhone dos senhores. Então, estamos analisando de que forma nós podemos fazer isso; o Prodasen está estudando uma forma de se fazer isso. Mas ainda não é possível. Estou dando um exemplo.

Acho, sim, que nós devemos usar as novas tecnologias, e é o que fazemos desde 2009, com a instituição do Ato da Mesa do Senado de iniciar a política de processo legislativo eletrônico. Mas precisamos, sim, se os senhores puderem dar ao Prodasen um trato para que eles possam atender à área legislativa com real necessidade, a Casa sairá ganhando, os senhores sairão ganhando e a área legislativa toda. A informação legislativa disponibilizada a todo usuário do processo legislativo sairá ganhando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Srª Dóris, gostaria de fazer uma observação adicional?

A SRª DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Gostaria sim.

Com respeito a essa situação específica da priorização para o Prodasen desenvolver sistemas e dar o suporte tecnológico necessário à Secretaria–Geral da Mesa. Finalmente, foi entendido, e bem entendido, que é muito melhor, mais prático e mais efetivo que o Prodasen adquira no mercado *softwares* que deem à atividade administrativa, porque elas são comuns, um sistema de contabilidade, um sistema folha de pagamento, um sistema seja qual for de controle de arquivo, de protocolo, esses sistemas existem no mercado. O que nós não vamos encontrar é aquilo de que a Secretaria-Geral da Mesa e a atividade legislativa precisam. Então, esse tipo de orientação já está muito claro ao Prodasen, e o Prodasen tem desenvolvido as ações nesse sentido, de concentrar um grupo significativo de desenvolvedores para a Secretaria-Geral da Mesa. O único cuidado que eu recomendo é que, do ponto de vista técnico, eles sejam cedidos para o trabalho da Secretaria-Geral da Mesa sob orientação técnica do Prodasen. Se não, nós começamos a criar minisserviços tecnológicos aqui dentro. Isso não é bom para a instituição. São pessoas que têm que ficar com o controle técnico do Prodasen cedidos para um trabalho específico à Secretaria-Geral da Mesa. Essa tem sido a orientação ao Prodasen.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Drª Claudia, quer acrescentar algo mais?

A SRª CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Essa informação é importante, é excelente, porque nós temos, na Secretaria, um grupo que pensa nas necessidades da Secretaria, ele faz o *link*, vamos dizer assim, do que é processo legislativo para traduzir isso para

a área técnica da Casa. Então, isso será muito, muito bem–vindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Eu queria perguntar ao Senador Ricardo Ferraço, do ponto de vista dos nossos trabalhos, como V. Exª me informou que já está adiantando o relatório com o seu parecer, se poderíamos pensar – pensando alto –, num prazo.

Como ficamos de apresentar em maio, digamos, daqui a duas semanas, dia 16 de maio, nós marcaríamos uma reunião, onde V. Exª poderia apresentar o seu relatório e, durante esse tempo, V. Exª indagaria, consultaria todos os setores que avalia importante sejam ouvidos e, então, marcaríamos uma reunião para a leitura e apreciação do seu parecer, na semana do dia 16.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, com a apresentação da Drª Claudia e, evidentemente, que o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E já recebemos as respostas que a Drª Doris nos encaminhou de, praticamente, todas as informações contidas nos requerimentos que formulou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com a apresentação da Drª Claudia, e as apresentações anteriores, com as informações que solicitamos, que recebemos; com o trabalho também da anterior subcomissão relatada pelo Senador Tasso Jereissati, da qual S. Exª fez parte, o trabalho está sendo muito facilitado. Então, eu tenho sim condições de, em duas semanas, apresentar e submeter à Comissão o meu relatório.

De modo que, entre esta semana e a semana que vem, nós estaremos concluindo o nosso relatório. E não temos mais nenhuma necessidade de ouvir um outro quadro do Senado, porque as informações...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se V. Exª precisar poderá então consultar diretamente as pessoas e, inclusive, conforme tínhamos pensado anteriormente, V. Exª poderá ter o diálogo informal, seja com o Senador Tasso Jereissati, seja com o Senador Pedro Simon e os demais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas eu me julgo já em perfeitas condições de apresentar o parecer à subcomissão em até, no máximo, duas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Vamos consultar os Senadores Cícero Lucena, Benedito de Lira e, ainda, o Tasso, o Senador Vital do Rego para, em princípio, Sr. Edinaldo, marcarmos terça-feira, dia 17, de tarde, um momento para que V. Exª possa apresentar o seu relatório num horário de comum acordo, após a Ordem do Dia do dia 17. Vamos fazer isso?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB –ES) – Podemos. Podemos programar para o dia 17 eu apresentar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Então, fica, em princípio, programado para o dia 17 a nova reunião desta Subcomissão da Reforma Administrativa para apresentação do parecer do Senador Relator Ricardo Ferraço sobre a Reforma Administrativa.

Quero agradecer à Drª Claudia Lyra pelo comparecimento, assim como a de todos; à Drª Doris inclusive pela colaboração. Muito obrigado pela sua excelente análise e contribuição.

Obrigado.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às horas e minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2011.

Às onze horas e quatorze minutos do dia três de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rego, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Ribeiro, Magno Malta, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Armando Monteiro e Ana Amélia, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando

o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Dispõe sobre a Equoterapia". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista ao Senador Walter Pinheiro pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 011: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim e Paulo Davim, que requerem "Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater e encontrar possíveis soluções para as agressões sofridas por jovens, em decorrência do BULLYING. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: Ana Maria Bereohff – Psicóloga, Dra. Rosa Maria Melloni Horita – Psiquiatra, e outros nomes a serem indicados pelas Comissões. A Presidência encaminha o Requerimento à Subcomissão Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar, por se tratar de matéria correlata a sua competência. Logo após, o Senhor Senador Roberto Requião requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de dois Requerimentos, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Itens 001 e 002)**. Prosseguindo, a Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Lídice da Mata, João Durval e Walter Pinheiro, que "Denomina 'Engenheiro Vasco Filho' o trecho da BR-324 que liga os Municípios de Salvador e Feira de Santana, na Bahia". O relator designado é o Senador Vicentinho Alves e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 003: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Inácio Arruda ao **Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que "Altera o Art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a freqüência mínima exigida para aprovação". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que "Altera o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis fundamental e médio". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE, nº 02-CE e nº 03-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Veda a atribuição, a logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza, de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão-de-obra escrava". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável, com as emendas nº 01-CCJ/CE, nº 02-CCJ/CE e nº 03-CCJ/CE. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 012: Comunicado da Presidência:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do Aviso nº 437-Seses-TCU-Plenário do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 010.5765/2010-7, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação e, ainda do Relatório de Levantamento de Acompanhamento produzido pela 2ª Secretaria de Controle Externo, cujo objetivo foi verificar a regularidade dos procedimentos de concessão de empréstimos ou financiamentos aos governos estaduais ou municipais para obras de mobilidade urbana relacionadas com o evento da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 21/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Roberto Requião, que requer "... nos termos do artigo 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema 'A educação como objetivo principal da Administração Pública', com enfoque nos avanços obtidos na educação paranaense, quanto à criação do livro didático público; do portal da educação; da informatização escolar e do programa de formação continuada. Outrossim, sugiro que figurem como expositores da referida reunião: – a Sra. Ivelize Arco-Verde, Ex-Secretária de Educação do Estado do Paraná (2008-2010); – o Sr. Maurício Requião, Ex-Secretário de Educação do Estado do Paraná (2007-2008). O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 22/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Roberto Requião, que requerem "... nos termos do art.

93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, FERNANDO HADDAD, para esclarecer em audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes por que livros didáticos, aprovados pelo MEC, criticam o Governo Fernando Henrique Cardoso e elogiam o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, e, ainda, a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros) e a Editora Ática, na pessoa dos autores dos livros supracitados. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 260, de 2009; Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2010**; **Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 248, de 2009; Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2010; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2010.** O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa e leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação dela.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada.

Os Senadores iniciarão agora a discussão dos projetos em pauta.

Vamos iniciar com projeto não terminativo – que, portanto, não reclama o voto nominal dos Srs. Senadores – de autoria do ex-Senador Flávio Arns, que tem como relator o Senador Mozarildo Cavalcanti.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010 – Não Terminativo –

Dispõe sobre a Equoterapia.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examinar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 264, de 2010, de autoria do ex-Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a Equoterapia como método tanto educacional quanto terapêutico, de viés interdisciplinar.

O objetivo dessa técnica é o pleno desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência, conforme estabelece o *caput* do art. 1º da proposição.

Passo diretamente à análise, Sr. Presidente.

A matéria se enquadra entre aquelas passíveis de apreciação por esta Comissão, nos termos do que estabelece o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Segundo esse dispositivo, à CE compete opinar sobre o mérito de proposições que envolvam, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, diretrizes e bases da educação nacional, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, instituições educativas e outros temas correlatos.

No que diz respeito ao mérito, concordamos com o Senador Flávio Arns de que a Equoterapia pode ser um auxiliar importante para a socialização e o aprendizado de pessoas com deficiências.

É de relevância observar que a prática da Equoterapia já é oficialmente chancelada por muitas instituições administrativas e técnico-científicas, existindo, em território nacional, mais de duzentos centros destinados a essa prática. Um exemplo de instituição que pugna pela Equoterapia é a Divisão de Ensino Especial, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, que reconhece a prática da Equoterapia como método educacional que favorece a alfabetização, a socialização e o desenvolvimento global de alunos portadores de necessidades educativas especiais.

Nesse sentido, faz-se ver a toda a sociedade brasileira a luta que tem sido encampada por maiores e melhores métodos de tratamento para pessoas portadoras de necessidades especiais. O Senador Flávio Arns não tem poupado esforços em defender tal bandeira em todas as ocasiões possíveis, e facultar a Equoterapia a quem não tem condições de pagar por esse serviço é alargar o horizonte fraterno da nossa sociedade.

Cabe ressaltar ainda que a Equoterapia já tem seu Dia Nacional – 9 de agosto – estabelecido pela Lei nº 12.067, de 29 de outubro de 2009. Além dessa conquista, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.499, de 2005, (originalmente Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2003), de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para tornar disponível a Equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Assim sendo, julgamos que medidas como essa que ora analisamos são importantes para garantir à população mais carente acesso a níveis mais elevados de atendimento educativo e terapêutico, preparando-a, assim, para o exercício pleno da cidadania.

O art. 8º merece alteração a fim de remover comando que contém violação ao princípio da separação dos Poderes da República, obrigando o Poder Executivo a proceder à regulamentação nas condições que especifica.

A proposição requer também alguns reparos no que diz respeito à técnica legislativa e à redação. Por exemplo, a enumeração dos incisos emprega, no início de cada item, letras ora maiúsculas, ora minúsculas. E no art. 1º, *caput*, usa esta expressão *todo o,* que significa inteiro, quando se quer dizer *todos* ou *cada um dos*, sendo, portanto, necessário excluir o artigo definido empregado.

Voto.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, com as emendas a seguir:

Primeira emenda: no art. 1º do Projeto de Lei nº 264, de 2010, substitua-se a expressão *todo o* por *todo*;

Segunda emenda: nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do projeto de lei, inicie-se cada item da lista com letra maiúscula; e

Terceira emenda: suprima-se o art. 8º do Projeto de Lei nº 264, de 2010.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o voto pela aprovação, com as emendas aqui lidas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, para discutir.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, se me for permitido, eu gostaria de pedir vista dessa matéria. Talvez fosse mais producente no sentido, inclusive, de apresentar por escrito a minha contestação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vista, até a próxima reunião ordinária da Comissão, ao Senador Walter Pinheiro.

A Mesa tem em mãos um requerimento do Senador Paulo Paim e Senador Paulo Davim. Eles não estão presentes. Mas eles propõem dois especialistas: Ana Maria Bereohff, psicóloga; e Rosa Maria Melloni Horita, psiquiatra, para discutirem o *bullying.*

Como nós já temos uma subcomissão destinada à discussão do *bullying*, a Mesa remete para a subcomissão este requerimento, e não o coloca em votação.

Dois requerimentos extrapauta, sendo um de minha autoria.

Estou requerendo a realização de uma audiência pública para debater o tema Educação como objetivo principal da Administração Pública, com enfoque nos avanços obtidos pela educação paranaense quanto à criação do livro didático público, do Portal da Educação, da informatização das escolas, das televisões com *pen drive* em apoio aos professores, ao Programa de Informatização Escolar e ao Programa de Formação Continuada.

E sugiro que, como expositores, sejam convidados a ex-Secretária de Educação Yvelise Arcoverde e o ex-Secretário de Educação Maurício Requião.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queiram discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores contrários que se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu tenho em mãos um requerimento do Senado Cyro Miranda.

O Senador não está presente.

Ele requer seja ouvido o Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad, para esclarecer, em audiência pública, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, por que os livros didáticos aprovados pelo MEC criticam o Governo Fernando Henrique Cardoso e elogiam o Governo Lula.

O Senador Cyro Miranda não está presente, mas o PSDB anunciou em plenário que faria esse requerimento.

Eu gostaria de esclarecer, inicialmente, que este livro citado não é de autoria do MEC; é de autoria da Editora Ática, que, se não me engano, é propriedade do Grupo Abril.

Se o Plenário me conceder a possibilidade de ampliar o convite – já consultei o Ministro, que, de muito bom grado, aceitaria o convite de vir a esta Comissão –, gostaria de convidar, então, o Ministro Fernando Haddad. Também, para a mesma reunião, um representante da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros) e um representante da Ática, que, afinal, é quem, ao fim e ao cabo, redigiu o livro e o está oferecendo e vendendo ao Ministério da Educação.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer, para encaminhar o pedido.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Exatamente.

Com relação ao requerimento do Senador Cyro, considero ser absolutamente pertinente, uma vez que a mídia nacional fez menções a respeito do assunto e já pudemos constatar, inclusive pelas redes sociais e pela Internet, várias manifestações a respeito desse tema, que já preocupa a classe dos educadores e principalmente a sociedade.

Evidentemente, não podemos fazer com que, no âmbito da escola, se processem julgamentos de governos, sejam eles quais forem, seja o atual, sejam os passados. O que é possível e é preciso é o relato de fatos e não o julgamento de fatos. O relato é sempre pedagógico e permite a construção do conhecimento, contribuindo para isso.

Portanto, tenho a convicção de que o convite ao Ministro, para aqui informar a respeito desse assunto, além de pertinente para o caso em análise, permitiria a S. Exª falar um pouco mais sobre a questão do livro didático como um todo, ainda porque, na reunião da qual participou, deu notícias a respeito de uma forma muito abrangente, muito sucinta, bem como falar a respeito de mudanças que o MEC pretende fazer e de avanços que pretende implementar nessa área. Eu acredito, então, que seria oportuno para as duas coisas.

Entretanto, permita-me, Presidente, apenas divergir – e, naturalmente, submeto-me à vontade da maioria – com relação à sua proposição de convidar aquela editora citada. Nós não vamos julgar a editora; não vamos dizer se o livro dela é bom ou ruim, ainda porque, certamente, outros livros podem merecer questionamentos. Assim, entendo que o convite ao Presidente da entidade que representa as editoras é pertinente, é adequado. Talvez, até possa haver outro segmento a ser chamado, mas convidar a direção da editora responsável por aquele livro, modestamente, no meu ponto de vista, seria abrir um precedente para, amanhã ou depois, termos outras várias empresas convidadas a participar e a explicar por que participam ou por que vedem para o Governo.

Essa era a contribuição que eu gostaria de oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na minha opinião, seria muito bom que a editora autora do livro viesse explicar. Inclusive, não sabemos se o livro não é uma exposição mera e simples dos atos do Governo. Nós estamos raciocinando por indicações hauridas na famosa imprensa brasileira, que podem ou não ser verdadeiras. E pode também ser uma briga editorial, nesse processo, entre editoras que não venderam os livros questionando as que venderam.

De qualquer forma, na minha opinião, a Editora Abril não é exatamente uma parceira do Governo Lula através do tempo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Se me permite, Sr. Presidente, quero aduzir que não se trata de olhar quem é ou quem não é ou quem foi. Até me valendo da sua manifestação, diria que, se fôssemos convidar o autor, talvez se justificasse mais do que a própria editora. É uma tentativa de contribuir, porque, na minha opinião, convidada essa editora... E cito, Sr. Presidente, um fato curioso: quando fui Secretário de Educação de Santa Catarina, uma comissão decidiu pela compra de um livro, inclusive premiado e recomendado pela Universidade Federal do meu Estado para ser utilizado no vestibular e tudo mais. Quando o livro já havia sido comprado pela Secretaria, por processo licitatório, e estava sendo distribuído, fui informado pelo Secretário de que aquele livro continha informações e determinadas expressões absolutamente contrárias ao processo educativo. Obviamente, o processo licitatório foi correto, a análise da equipe – o MEC também tem gente analisando qual livro deve ser aplicado – também foi correta. Mas houve necessidade de recolher aquele livro e destiná-lo a um outro tipo de aluno que tivesse mais compreensão daquela matéria. Mas, em nenhum momento, se falou com a editora e, sim, com o autor. O autor, renomado inclusive, justificou a sua obra e ajudou a Secretaria na época, orientando para qual público seria mais bem aplicado aquele texto. Só para citar um fato que vivi pessoalmente. E, efetivamente, não se trata de dizer aqui o que o MEC deve ou não deve comprar. A questão é saber onde e quando aplicar aquela obra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer, a minha dificuldade, ao fazer esse adendo ao requerimento do Senador Clésio, é que não sei se o livro tem autor ou autores. Se V. Exª admitir, convidamos a editora para que traga à Comissão o autor ou autores do livro. Eu formularia dessa forma. Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero ir ao encontro do que V. Exª apresenta como proposta, de forma até muito ajustada ao que lhe retornou o Ministro Fernando Haddad, no sentido de que não há motivo algum para que esse "esmiuçar" que V. Exª propõe não seja feito. É muito mais producente que seja feito. Portanto, não vejo problema algum nessa decisão. Como bem disse o Ministro Fernando Haddad, não há uma posição do Ministério em escolher esta ou aquela pauta, digamos assim, ou muito menos fazer, de modo próprio do Ministro, uma escolha deste ou daquele texto. Concordo plenamente, acho que o

Senador Bauer tem razão, em que é importante que tenhamos um nível de acuidade, de cuidado do Ministério porque, mesmo não tendo a intenção da escolha, o próprio processo de supervisão deve ser rigorosamente, eu diria, exercido para evitar que fatos como esse aconteçam. Lembro-me de que, em um período bem recente, tivemos um problema desses acerca de uma tira utilizada em um livro didático produzido pela Secretaria de Educação no Estado da Bahia, por uma forma leviana – vou usar essa expressão – patrocinada por alguém lá na ponta. O texto, além de ser modificado, foi modificado usando inclusive palavrões. Então, é óbvio que, se na etapa final, na etapa da revisão, houver não exatamente negligência, mas uma confiança extrema, Senador Bauer, pode acontecer de se ter que conviver com uma situação desse tipo. Avalio, então, que uma posição sensata que V. Exª propõe é pegar a origem, apontar quem tem efetivamente a responsabilidade para, além de buscar saber autores ou correr atrás de quem quer que seja, identificar onde a falha se processou. Isso serviria não somente para resolver o problema como para banir, de uma vez por todas, atitudes dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se é que essa falha existe, porque estamos todos de acordo com o Senador Paulo Bauer. A função do livro é expor. Se expõe situação de um governo, expõe dos outros. Mas o partidarismo, a tomada de partido seria ruim hoje, como seria ruim amanhã quando não estivermos no Governo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Por isso, não acredito que seja uma atitude tomada com essa intenção. Talvez seja na própria linha que o Senador Bauer mencionou: alguém procurou fazer a chamada explicitação da verdade do que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tanto que o Ministro se dispôs, imediatamente, a comparecer à Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É lógico. Então, esse encaminhando do Senador Paulo Bauer...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se o Senador Paulo Bauer me permite, convidamos a Abrelivros e a Ática a trazerem aqui o autor ou os autores responsáveis pela redação do livro. E convidamos o Ministro a aqui comparecer em data a ser estabelecida pela nossa comissão de pauta.

Declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Embora haja no livro o quórum necessário para votação nominal, em função da já tão comentada sobreposição de Comissões e de Subcomissões, não há no plenário o quórum necessário para realizar uma votação nominal. No sentido de adiantar os trabalhos da Comissão, podemos iniciar a apreciação de um projeto terminativo, com a leitura, pelo menos, por parte do Relator do projeto.

Iniciamos pelo Item 8, que trata de projeto terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2011
– Terminativo –

Denomina "Engenheiro Vasco Filho" o trecho da BR-324 que liga os Municípios de Salvador e Feira de Santana, na Bahia.

Autoria: Senadores Lídice da Mata, João Durval e Walter Pinheiro.

Relatoria: Senador Vicentinho Alves.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 66, de 2011, denomina "Engenheiro Vasco Filho" o trecho da BR-324 que liga os Municípios de Salvador e Feira de Santana, na Bahia.

A proposição que passo a relatar é de iniciativa conjunta dos ilustres representantes do Estado da Bahia, a Senadora Lídice da Mata, o Senador João Durval e o Senador Walter Pinheiro, que está presente nesta reunião. É destinada a atribuir ao trecho da BR-324 que liga os Municípios de Salvador e Feira de Santana, na Bahia, a denominação "Engenheiro Vasco Filho".

Segundo registra a justificação apresentada, o Engenheiro Vasco Filho chegou à Bahia ainda na primeira metade do século passado, inicialmente como engenheiro da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro e, a partir de 1940, como chefe do 7º Distrito do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), com jurisdição e trabalho nos Estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco e de Goiás. No exercício dessa função, foi pioneiro das estradas de rodagem na Bahia, destacando-se, de modo especial, na construção da Rio-Bahia. Foi responsável também pelo planejamento e pela construção da principal ligação rodoviária entre a capital do Estado e o interior, a chamada estrada Bahia-Feira, que, atualmente, integra o traçado da rodovia federal BR-324.

Eleito Deputado Federal pela Bahia em 1950, permaneceu na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, por cinco Legislaturas. Durante os vinte anos que

atuou como Deputado Federal, presidiu a Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados por várias vezes. O ponto alto de sua atuação na Câmara dos Deputados foi a elaboração do Plano Nacional de Viação, um trabalho que consagra o então Deputado Federal Vasco Filho como engenheiro parlamentar. O Plano Nacional de Viação mostra claramente sua luta pela integração nacional.

A proposição em exame promove justa homenagem ao Engenheiro Vasco Filho. Foi graças à inteligência, à dedicação e à competência do criador da antiga Bahia-Feira que, há exatos 60 anos, o Estado da Bahia passou a contar com um eixo rodoviário fundamental para o desenvolvimento da região.

Tal como vislumbrado pelo engenheiro que a concebeu e implantou, a ligação Salvador-Feira de Santana, hoje incorporada à BR-324, tanto contribui para equacionar o escoamento da produção, inclusive pela via portuária com promoveu a sonhada articulação da capital do Estado com as demais regiões do País a partir dos grandes eixos rodoviários com ponto de passagem por Feira de Santana.

Do ponto de vista do mérito, Sr. Presidente, nada mais pertinente e oportuno que a proposta de associar definitivamente o nome de Vasco Filho ao trecho da BR-324, compreendido entre Salvador e Feira de Santana. Já que a iniciativa vem do reconhecimento da dedicação com que o homenageado conduziu a obra rodoviária que alavancaria o desenvolvimento do Estado da Bahia e ocorre justamente quando a estrada Bahia-Feira completa 60 anos de sua construção.

Quanto à conformidade com o ordenamento jurídico vigente, verifica-se que o Projeto atende aos pressupostos atinentes à competência da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa legislativa tal como disposto respectivamente nos art. 21, inciso XXI, §§ 41 e 61 do *caput* da Constituição Federal.

A técnica legislativa não demanda correções, estando de acordo com os preceitos da lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Destaca-se, por fim, que o trecho rodoviário objeto da homenagem não recebeu até o momento outra denominação além daquela prevista na nomenclatura oficial.

Pelo exposto, Srªs e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2011. E ressalto aqui, Presidente Requião, que, para nossa alegria, o seu neto, o companheiro de trabalho é assessor nosso, servidor de carreira do Senado, grande Dr. Paulo, que ali está. Com certeza, a família através dele se sente lisonjeada e agradecida – não é isso, Paulo?

Portanto, é esse o nosso voto, pela aprovação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Feito o relatório, em discussão.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é, na realidade, um projeto de homenagem a uma figura que dedicou sua vida a pensar principalmente de todas as formas os nossos modais no País. Então, mais do que uma homenagem, é o reconhecimento de um trabalho de alguém que teve a coragem, num momento de dificuldade, de fazer e projetar estradas, pensar novos corredores de transporte, imaginar, naquela época, portanto sem usar o GPS, sem ter as facilidades de hoje, tendo que correr trechos e trechos para fazer leitura, não só de solo, mas de oportunidades e ser um visionário. Acho que é importante fixar isso.

Poucas pessoas comentam, mas eu tive o trabalho de me dedicar um período à busca aqui nesta própria Casa de documentações, de processos que aqui foram inclusive discutidos, muitos deles contam parte da nossa história. E esses documentos trazem passos de figuras como Vasco Filho e poderia estender, inclusive para o Vasco Neto, que num passo seguinte toca os trabalhos como Deputado Federal, como engenheiro, como pensador desse desafio.

Imagine, meu caro Senador Requião, alguém numa época muito difícil tratar de determinados vetores de desenvolvimento imaginando que esses vetores serviriam de forma considerável para integrar Estados, disponibilizar ferramentas e oportunidades e, ao mesmo tempo, criar toda uma infraestrutura de logística para um futuro celeiro do mundo. E eu me refiro, meu caro Vicentinho, à coragem desses homens, tanto Vasco Filho quanto Vasco Neto, a partir do pensamento numa região que poucas pessoas sequer conheciam, quanto mais apostar nela. Refiro-me à região Centro-Oeste do nosso Brasil e, particularmente, essa ligação Tocantins-Bahia. Hoje é fácil falar de Tocantins, nessa relação, como um grande celeiro, essa região do oeste da Bahia. Mas, naquela época, era muito difícil alguém apostar que esse seria, inclusive, um grande celeiro da humanidade. E no particular aqui, a proposta apresentada é a principal via, o principal corredor da capital. Não é só uma ligação Salvador-Feira. A BR-324 é hoje a única entrada e saída da capital baiana. É a principal rota de carga, de fluxo, de acesso, e é, inclusive hoje, condição de tráfego. Mesmo tendo alcançado o litoral norte, ela não é, de forma nenhuma – essa via que é uma via estadual –, até pela sua posição muito próxi-

ma ao mar, a melhor alternativa para a interiorização e a relação desse interior com a capital.

Então, essas figuras tiveram a capacidade de pensar no futuro. Hoje talvez seja muito fácil. E tendo aqui o Sr. Neto, portanto, uma pessoa que teve a oportunidade de acompanhar de perto, nessa relação não só com o avô, mas com o seu pai, o que significava na cabeça desses homens um desafio.

Eu me lembro muito, mais numa relação direta com Vasco Neto, que praticamente o Brasil inteiro conheceu, Vicentinho, daquela figura que ocupava um espaço aqui no Congresso Nacional e na televisão, como se fosse uma cantilena, repetindo, por diversas vezes, que havia solução para esse sistema modal brasileiro. Ele teve a coragem de criar pelo menos o debate de abrir esse foco.

Estamos fazendo uma homenagem a uma figura que, de certa maneira, contribuiu não só para a Bahia, mas contribuiu para o Brasil. Parte do trabalho que chegou a ser manipulado, tanto por Vasco Filho como por Vasco Neto, Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de vasculhar aqui na Casa e encontrar, Vicentinho, coisas de 1896, proposituras que nós sequer imaginávamos que alguém fosse rabiscar, quanto mais apontar como solução para integração do nosso País. Ou o desafio que nós estamos fazendo agora na Bahia: a Ferrovia Oeste-Leste, que sairá do Tocantins até o sul da Bahia, até o litoral. E quando Vasco Neto falava dessa ferrovia, muita gente o classificava como maluco. E ele chegou a arriscar muito mais: o seu primeiro traçado, a sua grande defesa não é só do Tocantins até o sul da Bahia. O seu primeiro traçado é do Pacífico, no Peru, até o Atlântico, na região de Ilhéus, na Bahia. Naquele período, inclusive, a proposta dele, que depois achou guarida no Presidente Juscelino Kubitschek, fez o que os brasilienses, na época, chamavam de porto Brasília. Chegou, inclusive, a construir-se uma estrutura portuária em Campinhos, na cidade de Maraú, mais conhecida aqui, por todo mundo, como Barra Grande, uma área muito bela próxima à Baía de Camamu, à Baía de Barra Grande, de praias belíssimas. Portanto, naquela época, ele ganhou o apoio, na década de 60, de Juscelino Kubitschek. Então, nós estamos fazendo uma homenagem digna a alguém que teve coragem de pensar, há muito tempo, nesses corredores de transporte. E talvez, se isso não tivesse sido feito, nós ainda estivéssemos na base das dificuldades. E quero encerrar, fazendo uma comparação – tenho insistido muito nisso –, para que tenhamos ideia do que isso representa para cada um de nós, essa coisa de corredores e infraestrutura. O polo petroquímico de Camaçari, que, diferente da época de Vasco Filho... Estou falando de 1974, quando o polo foi pensado e implantado.

Nós estamos fazendo hoje, Senador Requião, a primeira infraestrutura nesse polo depois de 1974, que é o corredor ferroviário de Camaçari até o porto. Imaginem que, algo que foi pensado em 1974, não foi, de forma alguma, pensado em conjunto estrutura ou os modais que permitissem o escoamento da produção e uma melhor estrutura de logística. Diferentemente do que fez Vasco Filho, do que fez Vasco Neto, em tempos anteriores a esse.

Portanto, essa figura é merecedora da nossa homenagem, e creio que a sua família não só fica satisfeita com esta homenagem, como também é um prêmio àqueles que a vida inteira se dedicaram. E aqui vale para o seu neto Paulo, que aqui está, a importância desta homenagem, o reconhecimento a Vasco Filho, a Vasco Neto, a todas essas figuras que contribuíram decisivamente para que a Bahia, para que o Centro-Oeste tivessem estradas tão importantes quanto as que eu citei e tivessem obra como a que iniciamos agora na Bahia.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o relatório do Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, estamos aguardando mais dois membros para o quórum, não é? (*Pausa.*)

Um?

Apenas um.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo quórum para a discussão, fica sobrestada a votação até que haja quórum, ou ficará sobrestada para a próxima reunião.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Informaram-me que aqui eu era o quórum, Excelência.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de complementar a fala do eminente Senador da Bahia, grande Walter Pinheiro, quero dizer que nós também apresentamos, pela Ferrovia Leste Oeste, a denominação de Vasco Neto.

Presidente Requião, se V. Exª ler o livro dele...

Quantos anos atrás, Walter? (*Pausa.*)

Mais de cinquenta anos. O traçado dessa ferrovia, sem GPS, sem a tecnologia de hoje, não alterou em nenhum quilômetro, desde a Bahia até o então norte de Goiás e hoje Tocantins.

Portanto, é uma família que merece realmente toda a atenção do Congresso Nacional, do Governo Federal, pelos relevantes serviços que prestaram, tanto Vasco Filho, quanto Vasco Neto.

Assim, apresentamos um projeto nesse aspecto, porque contempla o Tocantins, colocando a Ferrovia Leste-Oeste com a denominação de Vasco Neto, quer será apreciado por esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, no momento, temos quórum para votação.

Vamos colocar em votação o Item 8 da pauta.

Em votação, o relatório do Senador Vicentinho Alves.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favorável à matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Com o relator, embora eu não entenda por que isso passa por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Somos dois, mas é o Regimento. (*Risos.*)

Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado, por unanimidade.

Vamos ao Item 3 da pauta.

ITEM 3

– Terminativo -

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2007

(Turno Suplementar)

Altera o art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação.

A matéria estava aguardando emendas do Plenário da Comissão.

Não tendo havido emendas, está automaticamente aprovado.

Que conste da Ata.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, DE 2007
– Terminativo –

Altera o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis fundamental e médio.

Autoria: Senador Wilson Matos

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, obrigado.

Leio o relatório: em exame o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2007, de iniciativa do Senador Wilson Matos.

A proposição modifica, consoante o seu art. 1º, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, para elevar

a carga horária mínima anual do ensino fundamental e médio. Com a alteração, a nova carga passa a ser de 960 horas/anual, excluindo o tempo reservado a exames finais.

Em seu art. 2º, o PLS estabelece o início da vigência da medida para dia 1º de janeiro do ano subsequente ao de publicação da lei que ele resultar.

Para justificar a mudança, o autor argúi a insuficiência dos conteúdos oferecidos aos alunos, seja em termos qualitativos, seja em quantidade. Com efeito, a carga proposta pode viabilizar a qualificação e a ampliação dos conteúdos trabalhados em aula, de modo a contribuir, de maneira mais eficaz, para a construção de competências esperadas dos alunos.

Distribuída à apreciação terminativa desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a proposição não recebeu emendas.

Em vista da atualidade e pertinácia da análise efetuada pelos Parlamentares anteriormente designados para relatar a matéria, o Senador Wellington Salgado de Oliveira e a Senadora Rosalba Ciarlini permitiram-me aproveitar *in totum,* com pequenas modificações, o relatório oferecido por S. Exªs ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, o objeto do PLS nº 388, de 2007, integra o rol de matérias sujeitas à apreciação da Comissão de Educação. Considerando, ainda, o disposto no art. 91, inciso I, do citado, deve o Colegiado se pronunciar acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa da proposição.

Tendo em mente o art. 22, inciso XXIV, combinado com o art. 48, *caput*, ambos da Constituição Federal, resta caracterizar a legitimidade da iniciativa.

Ademais, a proposição não envolve matéria reservada à iniciativa privada do Presidente da República, consoante prescrição do art. 61, inciso I da mesma Lei Maior.

De resto, a espécie escolhida para inclusão ou modificação das normas do ornamento jurídico é igualmente pertinente.

No que se refere ao mérito, a proposição tem de fato potencial para melhorar o ensino na educação básica. A educação constitui direito fundamental que dispensa qualquer justificação adicional. Além disso, o contexto de vulnerabilidade da juventude brasileira corrobora as políticas de qualificação do ensino.

A literatura dos estudos a respeito da duração do tempo letivo e de sua extensão aponta alta correlação positiva desse fenômeno com rendimento ou desempenho dos alunos. Essa constatação tem sido amplamente usada na defesa do ensino de tempo integral que, a propósito, foi aprovada nesta Casa Legislativa por meio do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra.

Nessa mesma linha, o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, para o decênio 2011/2020, ora em apreciação na Câmara dos Deputados, também confere destaque ao ensino em tempo integral, propondo meta que o torne realidade em 50% de escolas básicas do País.

Por tudo isso, enquanto não se chega ao ideal da escola de tempo integral, os governos municipais e estaduais podem ir se preparando para a sua gradual implantação.

A propósito, começar com uma hora de acréscimo à jornada diária atual pode fornecer importantes lições.

No mais, a proposição pode ser aprimorada em pelo menos três pontos. Esse aperfeiçoamento, em qualquer caso, pode ser obtido sem prejuízo da substância do projeto original, por meio de emendas, sendo duas delas de redação. A primeira incide sobre a redação dada ao inciso I do art. 24 da LDB pelo art. 1º do PLS, tão somente para retificar o número "novecentos" para "novecentas", de modo a concordar com o substantivo "horas".

A segunda diz respeito ao prazo para implantação da mudança. Aparentemente simples essa prescrição engendra grande alteração no planejamento dos sistemas de ensino e modificações não desprezíveis na infraestrutura das escolas e na jornada de trabalho dos professores. O prazo mínimo de um ano, contado da publicação da lei, para a implantação da nova jornada parece mais razoável.

Finalmente, para que sirva aos seus fins, a legislação educacional deve manter o máximo de precisão conceitual. Assim, impõe-se, no caso, pequeno ajuste na ementa do projeto, pois na LDB os dois níveis da educação brasileira correspondem ao superior e ao básico. E neste, sim, há etapas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Feitas as modificações aventadas, e uma vez ausente qualquer óbice à tramitação da matéria no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, o projeto se mostra oportuno e relevante, a merecer, *ipso facto*, acolhida pelo Senado Federal.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2007, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE
(DE REDAÇÃO)
(ao PLS nº 388, de 2007)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2007, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar a carga horária mínima anual nos ensinos fundamental e médio."

EMENDA Nº – CE
(DE REDAÇÃO)
(ao PLS nº 388, de 2007)

Dê-se ao inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 24. *.....*

.....

I – a carga horária mínima anual será de novecentas e sessenta horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

....." (NR)

EMENDA Nº – CE
(ao PLS nº 388, de 2007)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 2º *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de janeiro do segundo ano letivo subsequente."*

Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão.

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, gostaria aqui de fazer algumas considerações. Primeiro, valorizar a importância do projeto e a intenção do Senador autor da matéria, uma vez que a sua preocupação é realmente melhorar as condições de ensino do nosso País.

No entanto, Sr., Presidente, penso que, primeiro, devemos aguardar uma discussão que está sendo feita hoje na Câmara dos Deputados com relação ao Plano Nacional de Educação (2011-2020). E essa discussão do Plano Nacional de Educação tem como uma de suas metas e estratégias a implantação gradativa de uma jornada maior do processo formativo. E o Plano Nacional de Educação deverá também ser debatido nos Estados e Municípios para que estes também possam se adequar a esse novo plano.

Ampliar o tempo de ensino, como está proposto pela matéria, para 960 horas, ou seja, com um aumento de 160 horas efetivas na carga horária, é extremamente importante. No entanto, isso vai causar um impacto muito grande nos Estados e também nos Municípios. Penso que é recomendável, Sr. Presidente, que se aguarde, de fato, a efetivação do Plano Nacional de Educação, que deverá ser implantado gradativamente e deverá também ser discutido pelos Estados e Municípios para que possamos ter, de fato, uma qualidade efetiva do ensino. Penso que poderíamos – quero aqui propor – sobrestar essa matéria para que possamos aguardar a aprovação do Sr. Presidente, Plano Nacional de Educação bem como dos planos estaduais e municipais de educação.

Então, a minha solicitação é esta, Sr. Presidente: que seja sobrestada a matéria para que possamos aguardar a aprovação do Plano Nacional de Educação bem como dos planos estaduais e municipais de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB –SC) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores, sem duvida, esta matéria é de alta relevância. Precisamos nos convencer de que os alunos brasileiros estudam pouco. É necessário que tenhamos mais tempo de estudo e qualidade de estudo. Evidentemente, isso passa, como foi mencionado pelo Relator, Senador Cyro, por uma reestruturação das escolas, pela contratação de mais professores e qualificação destes e obviamente por uma mudança cultural que se precisa processar em todo o ambiente da sociedade. Os pais, a família, precisam participar deste processo de forma intensiva porque sabemos que esta proposta de lei não vai resolver o problema do turno integral. Ele apenas caminha ou encaminha o processo educacional para essa direção.

Se em 1996 foi estabelecida essa condição de quantificar o número de horas-aulas por período letivo, agora a proposição de aumentá-la para 960 horas é, sem dúvida nenhuma, importante. Concordo com a Senadora Ana Rita quando propõe que isso seja analisado á luz do PNE. Porém, entendo que, se aguardarmos a Câmara votar o PNE, depois o Senado fazê-lo e, depois disso, ainda encaminharmos nossa proposição para a Câmara, aprovada – poderia ser aqui – obviamente teríamos um lapso de tempo muito grande até a implementação desse projeto, desse propósito de 960 horas anuais.

Por isso, entendo que deveríamos, sim, votar essa matéria, já que está em caráter terminativo, para que fosse encaminhada à Câmara dos Deputados, onde vai tramitar seguramente por um bom tempo. Se me permite o Relator, no nobre Colega Cyro, eu proporia que, em seu relatório, se é que isso é possível, fizesse luma pequena alteração – já a fez? – em relação à proposta inicial. Mas eu proporia que, ainda assim, revisasse a sua manifestação, a sua decisão ou a sua sugestão. No projeto original, fala-se que esta lei, uma vez aprovada, será implementada no primeiro dia do ano letivo seguinte à da aprovação da outorga da lei. E o Senador Cyro sugere que seja no ano seguinte, após um ano da aprovação. Ora, se esta lei for aprovada no mês de abril teríamos que implementa-la em abril do ano seguinte, quando as aulas já começaram há um mês. Portanto, é inaplicável a lei naquele ano seguinte, não há como fazê-lo. E, para que ajustássemos isso, eu sugeriria ao Relator que transformasse a expressão "após um ano da sua publicação" em implementar a lei no primeiro dia letivo do ano subsequente ao da outorga da publicação da lei. Isso daria a toda estrutura educacional do País o tempo restante daquele ano, mais um, e só no seguinte é que nós teríamos uma implementação efetiva. Sem dúvida nenhuma, isso permitiria uma melhor gestão da implantação desse novo projeto.

Naturalmente, essa é uma sugestão ao relator que faço, e, se ele acolher, certamente o Plenário poderá considerá-la viável ou não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa consulta o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. Agradeço ao nobre colega. Inclusive, aqui, diz no art. 2º: "Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de janeiro do 2º ano letivo subseqüente."

Do segundo já está contemplado eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, todos os técnicos e os assessores que aqui nos acompanham, se nós formos aguardar a aprovação do PNE e todo o rito regimental que as duas Casas obrigam a ser cumprido, nós teríamos que os obrigar a suspender praticamente toda a pauta referente aos projetos que tratam da questão educacional aqui na nossa comissão. Estou dizendo isso, não sem considerar o que a Senadora Ana Rita nos colocou, a importância, inclusive, do plano nacional de tratar deste tema. Mas eu acho que, até como uma provocação política, no bom sentido, alguns temas relativos ao conteúdo das metas previstas no Plano Nacional de Educação em debate no Congresso podem ser antecipados, podem ser antecipados no sentido de formarmos um juízo de valor, de socializarmos as diferenças existentes aqui para que possamos encontrar uma síntese que reflita o conjunto da intencionalidade da defesa dos que aqui atuarão na aprovação do Plano Nacional de Educação. Lembrando, inclusive, Senador, que amanhã está prevista uma audiência em que nós vamos fazer um balanço do plano nacional vigente, que é, para nós, uma condição *sine qua non* para que possamos dar o passo seguinte no sentido refletir sobre o debate que via chegar a esta Casa.

Então, nesse sentido, eu queria dizer da importância do aumento dessa carga horária. Eu acho que a educação, para ter qualidade, para interagir com os temas transversais diversos, debatidos e discutidos nos Municípios brasileiros, as decisões que as assembleias legislativas têm tomado no sentido de aumentar cada vez mais esse fluxo temático que a escola precisa interagir, se relacionar e ajudar no enfrentamento de problemas que estão no cotidiano da vida, não apenas escolar, mas da vida cotidiana das crianças, dos adolescentes, dos alunos da escola pública brasileira, se faz necessário que programemos uma carga horária que dê conta desse contingente curricular que, cada vez mais, a sociedade exige da escola.

Então, nesse sentido, eu queria propor acompanhar o relator na aprovação do projeto e que isso sirva de elemento cumulativo para o debate sobre o Plano Nacional de Educação.

Essa é a minha posição e é a posição do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o projeto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero aqui, primeiro, louvar a iniciativa, dar um testemunho. Eu acho que não há nenhuma proposta mais forte do que essa da implantação do ensino de tempo integral. Essa é a primeira comprovação.

Nós iniciamos no meu Estado, e tem várias experiências, em vários Estados brasileiros, e isso muda completamente a relação do aluno, tanto no que diz respeito à qualidade como no que diz respeito a outros aspectos. Chamo apenas a atenção para um fato: é caro, e eu digo aqui como ex-governador de um Estado brasileiro. Nós estamos falando aqui de ensino fundamental e ensino médio. Estamos falando aqui de um custo em que a União entra apenas com uma peque-

na fatia. Para você ter uma ideia, hoje, boa parte da sustentação da educação é com recursos do Fundeb. O Fundeb – pouca gente se toca para isso – é a maior fatia dos Estados; a União entra com, por exemplo, de mais ou menos 50, 60 bilhões que aplicamos, por ano, na educação de ensino fundamental e ensino médio, a União, que não colocava quase nada, passou a colocar aí 5, 6, 7 bilhões de complementação. Então, o impacto é muito forte, terá que haver professor de tempo integral, o que é uma coisa formidável, porque passa a haver condição de dedicação do quadro da educação naquela escola, porém, reconheço aqui como caro.

Para o que eu quero chamar atenção aqui? Eu acho que a proposta da Senadora Ana Rita nos abre a necessidade de uma discussão. Ora, nós estamos discutindo o Plano Nacional de Educação para uma década. A própria proposta do PNE já vem com uma indicação do que – e eu creio com base em estudos – é possível de alcançarmos: 50% das escolas com tempo integral até 2020. É a meta colocada. Nós podemos ouvir aqui se podemos ir além disso ou não. Repito: temos que ouvir não só a União; temos que ouvir Estados e Municípios.

Então, por essa razão, penso em sobrestar até que tenhamos condição de tratar deste tema. A rigor, eu acho que ninguém aqui pode votar contra uma proposta como esta. O que eu coloco aqui, na verdade, é mais o *timing* de aprovação.

Há um projeto tramitando nesta Casa, e fiquei feliz porque, no mandato anterior, esse debate já era levantado. Acho que não estamos dando importância, Senadora Marinor, nem quem é do Norte, nem que é do Nordeste, nem quem é do Sul e de outros Estados, do Centro-Oeste. Nós temos o projeto do pré-sal, que é um volume de recursos para o qual ninguém está olhando, na situação em que nós estamos. Estamos deixando tocar isso aqui da forma do "deixa como está para ver como é que fica". Mas acho que precisamos tratar disso.

E aqui me dizia o Senador Inácio Arruda que isso já vem da legislatura anterior. Se nós tivermos a coragem de destinar 50% do Fundo Social – estamos falando, para se ter uma ideia, de um volume que, para 2019, é estimado em mais de R$1,3 trilhão de rendimento, mais os *royalties* –, carimbando a ida para Estados e Municípios, com uma destinação já prefixada, inclusive a maior fatia para a educação de novo, algo em torno de 50% do que for distribuído para Estados e Municípios, nós teremos condições de fazer. Eu digo isso para dizer que é possível até num tempo que não seja tão elevado quanto quer a proposta do PNE pelo governo, e que também não pode ser tão curto como coloca aqui. Eu quero apenas que tenhamos condições...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington, se V. Exª permite, a Mesa gostaria de fazer uns esclarecimentos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós já tivemos, na Câmara, em relação a essa matéria, audiências públicas em Manaus, audiências públicas em Pernambuco, audiências públicas em Fortaleza. Isso vem tramitando há muito tempo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu vejo que há, no espírito da Comissão – não coloquei em votação –, um sentimento de que nós devemos votar a matéria. Existem duas possibilidades de sobrestar uma matéria: ou a concordância da maioria da comissão, ou o pedido de um Senador em plenário. Se nós votássemos a matéria agora, nós estaríamos dando uma indicação da vontade da Comissão para aumentar a carga horária das nossas escolas. E a discussão sobre o sobrestamento ou não poderia ser feita posteriormente no plenário.

Pelo que vejo, nós não vamos conseguir maioria para sobrestar na Comissão. E, depois de tantas audiências públicas localizadas em Unidades da federação, não me parece que fosse o papel da Comissão de Educação sobrestar. Nós não votaríamos mais nada se começássemos a sobrestar matérias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, então veja o que eu quero aqui lembrar. Eu acho que a aprovação, nos termos como foi relatado, para entrar em vigor em dois anos... E sou sincero aqui: pelo que conheço da realidade dos Municípios e dos Estados brasileiros, eles não cumprem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, mais um esclarecimento. Mesmo que a nossa Comissão votasse o sobrestamento, seria só uma indicação de que teríamos que mandar essa recomendação ao Plenário, que a sobrestaria lá.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Wellington, V. Exª me permite rapidamente o diálogo?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Apenas um minuto, Senador, apenas para dialogar com o Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Se essa lógica permanecesse aqui, nós não teríamos aprovado, no Congresso, o piso salarial dos professores, que, inclusive, ainda está sendo questionado na justiça por alguns Estados.

Então, eu queria fazer coro com esta questão que o Senador Requião está nos colocando. Acho que nós pararíamos de debater aqui todos os projetos que estão diretamente relacionados. E não há como não estar relacionado com o Plano Nacional de Educação. Nada impede que, no Plano Nacional, todas as questões sejam rediscutidas. Eu acho que o amadurecimento desse debate é positivo para que nós tenhamos uma posição acumulada, que seja a síntese da preocupação que os Senadores têm trazido sobre os temas aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marinor, uma última observação. Se nós sobrestarmos essa matéria porque o PNE está sendo votado na Câmara, eu sugeriria aos Srs. Senadores um encerramento da Comissão de Educação, porque tudo que discutirmos aqui se refere ao Plano Nacional de Educação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu não havia me tocado para as questões regimentais, mas estou falando de uma questão real do País. Inclusive, pego aqui o argumento da Senadora Marinor para colocar o seguinte: alguém aqui tem dúvida de que os Municípios brasileiros vão ter dificuldade para cumprir o piso?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA. *Fora do microfone.)* Não, mas a sua colocação...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pronto, beleza. Estou só dizendo. E estamos falando do piso, que é pequeno, ainda que todo mundo deseje que ele seja ampliado. Mas nós estamos aqui querendo colocar tempo integral. Isso significa mais despesas para as escolas. Sou favorável, mas só estou colocando aqui a minha posição, pela experiência e pela responsabilidade que tenho, de que a gente só precisa encontrar o *timing*. E estou apontando o caminho: esta Casa tem nas mãos a possibilidade de ter um tempo, que pode não ser o tempo de dois anos, mas pode ser um tempo bem menor que aquele que o próprio Governo propõe no Plano Nacional de Educação.

O Governo está propondo 50% das escolas até 2020. Creio que, se considerarmos um percentual carimbado de receitas novas como essas do pré-sal, por exemplo, para que a gente tenha fonte nova de receitas para Estados e Municípios, e para a própria União, nós podemos conseguir fazer provavelmente nesse mesmo tempo para todos.

Então a posição de implementar em dois anos, a meu ver, é uma posição temerária, para que a gente não coloque mais dificuldades.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador, essa é meta do Governo é para quem não quer resolver o problema. Por exemplo, eu discordo dela.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tudo bem. Eu só estou colocando aqui um argumento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero falar para o meu amigo Wellington. Acho, companheiro e amigo Wellington, a sua posição muito conservadora. Não tem nada a ver com o seu passado de homem de luta, de querer transformar a sociedade. Nós temos que fazer isso, porque é uma necessidade fazer isso e porque já deveríamos ter feito isso há 50 anos atrás, E, ao fazer isso, Sr. Presidente, a gente cria a demanda, e, ao criar a demanda, a gente vai atrás dos recursos. Não vi essa posição na hora de aprovarmos o trem-bala. O trem-bala vai custar muito mais do que isso para servir um simples eixo, não para servir o Brasil inteiro. O Brasil inteiro seria se pegássemos os R$50 bilhões do trem e distribuíssemos para os metrôs de todo o Brasil, para mudar o sistema público de transporte no Brasil inteiro. Tínhamos que fazer isso. Essas crianças não vão esperar só crescer daqui a alguns anos. Elas crescem todos os dias. Além disso, o PNE – o Presidente trouxe o assunto – defende isso. Se a gente não aprovarmos isso, é porque não estamos levando a sério o PNE. O PNE fala em aumentar a carga, fala, inclusive, em horário integral.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É uma posição conservadoríssima, muito conservadora, acanhada, tímida. Agora, além disso, por trás dessa posição, está uma visão que não vai fazer a mudança da educação brasileira. É a ideia de que o problema da educação é dos Municípios. Enquanto a educação de base neste País não for uma questão de Estado nacional, não vamos ter a mudança que queremos. Amanhã vamos discutir o Plano, o PNE. O Plano é conservador, o Plano é apenas de intenções, repete as mesmas propostas de 10 anos atrás, que não foram cumpridas. Temos que avançar. O Senado tem que dar sinais de avanço. Acho que esse projeto do Senador Wilson merece o nosso apoio, temos que votar, a aí vamos, juntos, resolver, no Orçamento que

vamos fazer daqui a alguns meses, para os próximos aos, de onde virão os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos colocar o relatório em votação, testando a possibilidade do pedido de sobrestamento no plenário do Senado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Veja, pelo Estado do Piauí, fui um dos poucos Senadores a ao assinar a ação para o Supremo e a me manifestar publicamente à época. Cumprimos o piso, da forma como foi interpretado ainda na mesma época e contribuímos para com os Municípios do meu Estado, repassando 65% da receita com educação para esses Municípios. Agora, sou conservador porque não consegui fazer tempo integral, como eu queria, no meu Estado. Mas não foi só. V. Exª também foi governador e também não o fez, o Senador Cristovam também foi governador e também não fez.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E ninguém faz sem o Governo Federal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não é porque não quer, é uma questão de receita. Estou aqui apontando uma saída. Não vejo aqui essa mesma luta em relação ao pré-sal, não vejo. Não vejo aqui essa luta em relação a uma receita nova que tem todas as condições de ser aprovada. Estou falando aqui de previsões do próprio governo. Ou seja, que em 2019 ou 2020, teremos R$1 trilhão ou mais de R$1 trilhão no chamado fundo social. Estamos falando aqui de R$110, 120 bilhões de distribuição anual de *royalties* e participação especial para Estados e Municípios. Temos uma fonte, e V. Exª – eu o elogio – defendeu aqui exatamente o que estou dizendo. Se não fizermos uma combinação, podemos fazer, jogar para a plateia, aprovam favoravelmente no plenário, mas sabendo que estamos tratando aqui do Município de Xapuri, do Município de Morro Cabeça no Tempo, no Piauí, que são Municípios que não vão suportar implementar no tempo em que está colocado. É basicamente isso. E aqui, não está sendo apontado que é a União que vai colocar; está apontando que é para o ensino fundamental e médio. Não há nenhum lugar aqui dizendo que é a União que vai bancar isso. Então, é isso que estou colocando, é para isso que estou chamando a atenção.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A Educação é responsabilidade das três esferas de poder.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Presidente que preside não fala, mas vou exceder um apouco essa prerrogativa.

A questão do piso, por exemplo, teve a minha contradição no Paraná. Por quê? Porque o projeto foi mal feito. O Paraná paga algumas vezes mais que o piso. Nunca houve a preocupação do Estado do Paraná em reduzir os salários dos professores, e temos o melhor plano de cargos e salários, ainda hoje, se não me engano, do País. O que aconteceu com o piso? O piso não levou em consideração a multiplicidade de planos de cargos e salários das unidades administrativas do Brasil. Cada prefeitura tem um plano de cargos e salários diverso, cada Estado com um plano diverso também.

Então, o que acontece com o piso? O Município que, porventura, tiver tido a felicidade de ter prefeitos e vereadores preocupados com a educação tem um plano generoso de cargos e salários. Você coloca o piso sob a incidência desse plano, e ele pode se transformar em algo absolutamente impossível de ser resgatado. Por outro lado, Municípios que jamais se incomodaram com os salários dos professores e com a educação pagarão apenas o piso.

A posição do Governo do Paraná sempre foi a de substituir esse projeto do piso, com as distorções, com a incidência da diversidade dos planos, por um projeto que suportasse um piso nacional, no fundo com a participação do Governo Federal e dos Municípios, para que a ele ainda fosse agregado um plano de formação continuada de professores. Não é só o salário que resolve o problema da educação. Com a democratização do ensino, há uma horizontalização formidável, que não foi acompanhada pela qualidade das nossas escolas. Temos de trabalhar com o melhor salário possível, acompanhado de um plano de qualificação.

Eu me coloquei contra o piso e fui ao Supremo Tribunal Federal para me posicionar contra o piso por essas razões. Faltou reflexão quanto à incidência da diversidade dos planos de cargos e salários sobre o piso.

Criamos uma dificuldade com a votação que vamos fazer hoje aqui, mas essa dificuldade vai ensejar a possibilidade de resolvermos isso, com ou sem pré-sal, mas, concretamente, daremos um passo firme no caminho da melhoria da qualidade da educação do País.

Acredito que podemos colocar em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu queria fazer uma indagação a V. Exª, que falou muito das questões regimentais. Todos nós sabemos que, ainda que ponderemos e que estabeleçamos uma busca de parâmetros para calçar essa questão... Esse é um desejo. O Senador Cristovam disse isso com muita

propriedade, até pelo fato de ser alguém que conhece sobejamente bem essa realidade e pelo fato, inclusive, de ter sido Governador do Distrito Federal e de ter sido Ministro. Portanto, S. Exª é capaz de ter toda essa compreensão. Eu me refiro, Senador, ao financiamento da educação do ensino fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Abro, aqui, um parêntese, se V. Exª me permite: S. Exª foi um excelente Ministro da Educação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É lógico. É isso.

Expresso essa minha preocupação. Penso que podemos ganhar, sim, a linha da pressão, para cima do pré-sal, para estabelecermos como prioridade o financiamento nacional da educação. Não é responsabilidade dos Municípios a educação nessa etapa, tanto do ponto de vista da sua sistemática, ou seja, da forma integral, como do ponto de vista da abrangência desde o início da educação.

O que segue essa linha? Acredito que esse é o desejo que une os Governadores. Aliás, há algo singular ou, eu diria, até plural. São três Estados com características bem diferentes e três Governadores aqui presentes desses três Estados com essa diversidade, com essa pluralidade, mas com o mesmo objetivo de buscar uma alternativa em nível nacional, com financiamento, para bancar e superar o grave problema.

O Governador Wellington fala do Piauí. O que diria a Senadora Lídice da Mata e eu da nossa velha Bahia, com dificuldades estruturais em mais de trezentos Municípios?

Então, eu queria fazer uma pergunta a V. Exª. Vamos lá! Poder-se-ia, em consequência da aprovação, acreditar que há apensação dessa matéria ao Plano Nacional? Esse é o primeiro questionamento. Poderia haver um nível de amarração, o que nos daria, Senador Cristovam, a possibilidade maior de usar essa matéria como elemento provocador, de pressão, para uma discussão que vai muito mais além. Não nos cabe, por exemplo, na prerrogativa, a sugestão de fundo, porque o correto seria que já adotássemos a medida dessa questão com a possibilidade efetiva de destinação de recursos extraída seja do pré-sal ou de onde quer que seja. Então, se essa apensação...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Permita-me uma sugestão?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu, particularmente, tenho entrado com alguns projetos aqui no Senado a respeito de diversos assuntos e, ao mesmo tempo, tenho pedido a Deputados da minha bancada, do velho MDB de guerra, que entrem com os mesmos projetos na Câmara, para provocar uma discussão simultânea. Apensação não é possível, somos câmaras diversas, mas podemos – eu, V. Exª e os Senadores aqui – assumir a responsabilidade de conversar com as nossas bancadas e, aprovado o projeto no Senado, imediatamente levá-los à bancada para que elas deem...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – À Comissão de Educação da Câmara – é isso que eu estou propondo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Comissão de Educação da Câmara. Mas nós levaremos como sugestão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É por isso que estou fazendo essa apensação via Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É informal. Nós podemos informalmente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu sei que é informal, mas V. Exª pode – por exemplo, eu estou tentando – criar um ambiente parecido com esse com uma matéria que envolve Municípios, entre a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Nós vamos tentar fazer, na semana que vem, algo parecido: juntar as iniciativas das duas comissões para resolver problemas municipais.

Então, nesse sentido, nós poderíamos fazer a mesma coisa, ainda que consideremos informal...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A mesma coisa. E a Câmara saberia que tem sinal verde para um projeto que já foi aprovado no Senado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Nós faríamos isso, e seria a indicação para a Câmara no sentido de absorver essa matéria, apensando-a ao projeto que tramita...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Uma indicação extra-regimento, mas feita de uma forma profícua.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu diria de uma forma até formal dentro da informalidade que nos permite o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós já temos a singularidade da pluralidade dos governadores, agora teremos a formalidade na informalidade da proposta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Dentro da informalidade das comissões. Ia ser esse o encaminhamento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu tenho o sentimento de que aqui a gente consegue acumular, até unanimemente, para importância da aprovação desse projeto. Eu queria deixar aqui um indicativo para que a gente possa aprovar por unanimidade tendo esse projeto como parâmetro para um debate posterior, para o debate que vai tratar do financiamento público da educação. Se nós não aprovarmos alguns projeto que enfrentem os problemas, inclusive, das desigualdades regionais, da sobrecarga que têm os Municípios, nós não vamos forçar em momento algum o Congresso Federal a debater o financiamento em uma outra perspectiva.

Tem vários projetos que eu apresentei que alteram a lei do Fundeb nesta perspectiva de criar novas alternativas para o enfrentamento das desigualdades regionais, Estado a Estado ou entre os Estados.

Eu queria fazer um apelo pela aprovação unânime do projeto porque acho que ele vai auxiliar o debate posterior e trazer resultados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Cyro, inscrito. Mantém a inscrição?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mantenho.

Eu quero só salientar que corroboro plenamente com as palavras do Senador Cristovam Buarque e com as da Senadora. Quero só alertar para uma coisa: a educação tem pressa; nós estamos atrasados e qualquer movimento para nós aqui de deliberarmos isso depois, vão ser gerações que não vão ser atingidas.

Então, eu acho que essa é uma maneira que nós temos de pressionar. A educação tem muita pressa neste País. Então, nós vamos ver de que maneira nós envolvemos o Governo Federal nisso, mas depois. Eu acho que isso é uma pressão.

Eu quero lembrar que, hoje, já tem um grande número de Municípios que já implantaram, ou no todo ou em parte. Então, eu acho que essa é a maneira de pressão que nós vamos ter e não podemos parar por aqui.

Essa é a minha avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro, eu acho que a boa vontade do Governo Federa nesse sentido é manifesta; mais do que pressão, nós podemos votar o projeto e formular uma solução para sua implementação. Com a Presidenta Dilma e o Ministro Fernando Haddad, acho que não seria impossível isso.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Acredito que está na hora de votar um projeto como este e as pessoas vão ter que se manifestar, porque o que nós precisamos mesmo não é só – e aí eu discordo um pouco do meu querido amigo Senador Cristovam – federalizar a educação fundamental. Eu acho que nós precisamos de um novo pacto federativo em que os recursos possam estar nos Municípios e nos Estados de acordo com as necessidades deles para implementarem aquilo que a Constituição de 1988 lhes deu: deu muitas tarefas e não lhes deu o aporte financeiro para isso. Eu acho que isso é o que poderíamos fazer. Nós estamos com um projeto nesta Casa para ser votado no plenário, apoiado pelo Governo Federal, que mexe com recurso do ICMS dos Estados. Quer dizer, começa uma reforma tributária pelos Estados. Eu acho que tinha que começar uma reforma tributária por aqueles recursos que são afetos à União, que pudesse redistribuir melhor as riquezas nossas para que os Municípios e os Estados tivessem condições de aplicar bem esses recursos naquilo que é prioritário. Portanto, voto favoravelmente ao projeto. Acho que tem que ser assim. Acho que temos que brigar por isso. A nossa luta tem que ser esta desta Comissão. Se esta Comissão for trabalhar contra a educação, então não tem por que nós estarmos aqui. Nós temos que trabalhar a favor da educação, garantir que a educação se faça no País.

Quem leu, na última revista *Veja*, uma reportagem sobre o Chile deve ter ficado assim...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu já não recomendo isso para ninguém.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Está bem. Mas quem leu deve ter ficado estático com aquilo que está escrito naquela reportagem sobre educação no Chile. Dá para ver o quanto nós estamos aquém de um País, pequeno claro, como se diz, do tamanho do Estado de São Paulo em termos de número de habitantes, mas que mostra que, quando se quer, é possível. Em dez anos, eles conseguiram passar todas as escolas para tempo integral. Em dez anos, conseguiu-se isso. Com uma proposta de Estado e não de Governo Federal, conseguiu-se fazer com que isso acontecesse. Então, eu acho que aqui tem que haver boa vontade nossa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, eu só quero lembrar que este projeto não é a escola de tempo integral; ele está aumentando 40 minutos apenas. Então, não tem esse impacto todo.

É o primeiro passo para a escola integral. Nós não estamos discutindo a escola integral aqui; são 40 minutos a mais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita-me, Presidente. Eu não quero tomar tempo, mas, na linha do Senador Cyro, conversei com o Senador Wilson na época. O verdadeiro objetivo deste projeto, Wellington, é aumentar o número de dias de aula, que hoje é para greve, é para férias, é para feriados, mais do que o número de horas por dia. Então, não aumenta gastos. Apenas reduz os dias de folga que atualmente a educação tem.

E eu queria lembrar, Presidente, que o filho ou neto de qualquer um de nós tem muito mais horas de aula do que isso, muito mais. Nós os pegamos na escola e os levamos para a aula de inglês, para o caratê, para não sei mais o quê. Como não fazemos isso para os outros?

Creio que não dá para deixar de votar um projeto desses. E é pouco ainda. Vamos ter que subir, em breve, para 1,2 mil horas por dia. Mil e duzentas horas, não novecentos e sessenta, garantindo os cento e oitenta ou duzentos dias por ano e aumentando o número de horas. Aqui só se assegura o número de dias; nem toca no número de horas por dia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa fica com a recomendação do Senador Walter Pinheiro: vejam o Chile, mas não pela *Veja.*

Passo a palavra ao Senador Mozarido Cavalcanti, pela ordem de inscrição.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente Roberto Requião, Srªs e Srs. Senadores, nós estamos aqui mais preocupados com a função do Executivo do que com a função do Legislativo. Nós temos que legislar. Se o Executivo vai encontrar o mecanismo de se adaptar ao que está colocado, nós devemos ter essa preocupação, no entanto, temos que aprovar o projeto e deixar as funções executivas para o Executivo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, manifestando-me pela estratégia do Senador Walter Pinheiro. Mas não poderia deixar de alertá-los de duas coisas. A primeira, Senadora Marisa, o Chile teve a coragem de, há 43 anos, pegar 40% da sua receita com o cobre e colocar para a educação. Essa é a diferença. Nós não estamos tendo a mesma coragem aqui com uma riqueza das gerações futuras, que é o pré-sal. Nós não temos a coragem aqui de aprovar a reforma tributária.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É que a prioridade é a dívida pública.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não é. Nós não temos a coragem aqui de aprovar a reforma tributária. A origem e destino do ICMS é uma coisa naturalíssima, e ninguém tem coragem aqui de votar.

Então, essa mesma valentia que vejo para algumas coisas aqui eu não vejo para a hora da verdade da realidade dos Municípios brasileiros e dos Estados brasileiros.

Em segundo lugar, só quero clarear aqui: não está dizendo aqui no texto o que estão discursando aqui. Aqui não está dizendo que estamos jogando pressão sobre a União não. Aqui nós estamos jogando sobre os Municípios e sobre os Estados.

É bom lembrar aqui que a rede de ensino técnico já tem isto aqui. O Instituto Federal já faz isto aqui. Estamos falando aqui é de Municípios e Estados.

Então, se a estratégia é esta, de votarmos aqui... Aliás, na minha concepção, eu tinha entendido inclusive que era de tempo integral. Esse negócio de aumentar 40 horas aí é que é conservador mesmo, porque eu acho que tem de ser é de tempo integral. Tem de ser casado com uma fonte que dê sustentação e que seja de tempo integral.

Conservadora é esta proposta aqui, de colocar mais 40 horas.

Então, o que eu quero colocar aqui, dentro da estratégia do Senador Walter Pinheiro, é de que nós possamos tratar disso, estou votando aqui favoravelmente. Mas não posso deixar de fazer estes alertas, para entendermos do que estamos tratando aqui, porque, se não, vamos sair daqui achando que estamos votando uma coisa que não é bem o que está no discurso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Srs. Senadores, encerrada a discussão.

Em votação o projeto. Votação nominal.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Favorável, Sr. Presidente, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda. (*Pausa.*)

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Vicentinho Alves. (*Pausa.*)

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Eu coloco em votação agora não nominal, porque estão todos presentes, as emendas.

Os Srs. Senadores que mantêm o voto do relator com as emendas permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata com a palavra, pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a todos os Senadores que apoiaram nosso projeto do Item 8, da nossa bancada da Bahia, que homenageia o Dr. Vasco Filho. Temos projeto em direção semelhante, dando o nome dele à Ferrovia Leste-Oeste, como iniciativa da bancada da Bahia e da bancada do Tocantins, que veremos posteriormente.

Mas quero agradecer a gentileza de todos na aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Srs. Senadores, se mantiverem a presença, teremos quórum para continuar a votação. Se não, a Mesa será obrigada a encerrar a reunião. (*Pausa.*)

Temos quórum ainda? (Pausa.)

Então, vamos ao próximo item.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2005
– Terminativo –

Veda a atribuição, a logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza, de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão de obra escrava.

Autor: Senador Marcelo Crivella.

Relator: Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Senador, antes de iniciar seu relatório, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, informou-me, há poucos instantes, que o projeto do audiovisual vai ter um pedido de urgência no Senado.

Aprovado o pedido de urgência, o normal é que o Presidente da Comissão fosse o relator do projeto no Plenário.

Da maneira como nós estamos convivendo nesta Comissão tem me feito evitar essas prerrogativas de Presidente da Comissão. Nós podemos convocar, se os Srs. Senadores concordarem – quero ter a certeza de que vamos ter quórum –, na quinta-feira de manhã, uma reunião extraordinária da Comissão de Educação, para discutirmos esse projeto.

Se os Srs. Senadores concordam, permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Exª sabe que a base desse projeto é um projeto de autoria deste Senador que vos fala, que é o PL nº 332, na Câmara dos Deputados. Portanto, estarei aqui na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sim, na quinta-feira estaremos presentes.

Nós perdemos o quórum.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, para a leitura do seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 377, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, propõe seja vedada a atribuição a logradouros públicos do nome de pessoas vinculadas à exploração do trabalho escravo.

Para tanto, a proposição altera a redação do art. 1º, da Lei nº 6454, de 24 de outubro de 1937, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e dá outras providências.

E acrescenta parágrafo único, art. 2º, da Lei nº 6682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

Na cláusula de vigência, a proposição estabelece que a nova lei entra em vigor na data da sua publicação.

Em sua justificação, o Senador Crivella defende a iniciativa como uma importante ação em favor da erradicação da escravidão e da exploração da mão de obra escrava em todo o Território Nacional.

A matéria foi distribuída para apreciação das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Esportes, esta última em decisão terminal, que é o que nós estamos votando.

Na CCJ, a proposição foi aprovada mediante a apresentação de três emendas, no sentido de sanar os vícios de inconstitucionalidade e de técnica legislativa então constatados.

Análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno, do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre mérito de proposições que versam sobre homenagens cívicas, matéria que trata este PLS.

De fato, como enfatiza o Senador Marcelo Crivella, a prática de exploração do trabalho escravo requer do Poder Público e da sociedade atitudes explícitas de repúdio e condenação.

Na contramão dos avanços sociais observados no País, especialmente desde as últimas décadas do século 20, o ultraje contra os direitos humanos configurados pela prática desse teor tem contribuído para o aviltamento da cidadania e para o comprometimento da imagem do Brasil.

Sendo assim, a iniciativa devia dar homenagens cívicas que tenham como escopo atribuição de nomes de pessoas vinculadas a essas práticas ilegais aos bens e locais públicos é muito oportuna.

Tal medida em nada compromete a oportuna intenção do projeto, qual seja, a de avançar em direção à erradicação do trabalho escravo em nosso País.

Digo isso porque, no que se refere às emendas da CCJ, as alterações visam escoimar o vício de inconstitucionalidade identificado, no sentido de assegurar os direitos individuais, prevenindo contra julgamentos precipitados em relação a pessoas cujos nomes passam a ser vinculados a bens públicos, por meio das referidas homenagens.

Nesse sentido, nos termos do Parecer da CCJ, o mérito da proposição em epílogo está perfeitamente justificado, razão pela qual, diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo quórum para decidir, coloco em discussão, e esta fica sobrestada para a próxima reunião.

Uma sugestão para o Plenário: uma vez que o Ministro Fernando Haddad se dispõe a comparecer a esta Comissão, nós poderemos usar o espaço desta Comissão na próxima terça-feira para ouvir o Ministro, a Associação dos Editores e os Autores através da Ática.

Se os senhores concordam, fica aprovado e fixaremos para a próxima terça-feira.

Recebo um comunicado nos seguintes termos:

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 437 do Tribunal de Contas da União, do Exmº Sr. Presidente do Tribunal, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº , bem como o relatório e o voto que fundamentaram aquela deliberação e ainda o relatório de levantamento e acompanhamento produzido pela 2ª Secretaria de Controle Interno, cujo objetivo foi verificar a regularidade dos procedimentos de concessão de empréstimos ou financiamentos aos governos estaduais ou municipais, para obras de mobilidade urbana, relacionadas com o evento da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Os Senadores que desejarem cópias encontrarão as mesmas com a Secretaria da Comissão.

Amanhã, nós nos encontraremos às 10 horas, na audiência pública.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quatro de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto**

Requião, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Benedito de Lira, Ana Amélia, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Marinor Brito, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 20/11–CE, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Marinor Brito e Paulo Paim, destinado a discutir o tema **"O aspecto conceitual do Plano Nacional de Educação, o balanço do plano anterior (2011-2010) e as perspectivas para o próximo PNE (2011-2020)"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Excelentíssimo Senhor Senador Cristovam Buarque, Senador da República e Educador; Senhora Marta Vanelli, Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Senhor Célio da Cunha, Professor da Universidade de Brasília – UnB e Consultor da UNESCO; Senhor Carlos Augusto Abicalil, Secretário de Educação Especial do Ministério da Educação – SEESP/MEC e Excelentíssima Senhora Senadora Marinor Brito, Senadora da República e Educadora**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Bauer, Marisa Serrano e Ana Rita. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dezesseis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. **–** SENADOR **ROBERTO REQUIÃO**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há número regimental. Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a sua aprovação. (*Pausa.*)

Senador Paulo Bauer e Senador Garibaldi, únicos Senadores em plenário, estão de acordo com essa dispensa? (*Pausa.*)

Então, com a aprovação do Senador Garibaldi Alves e do Senador Paulo Bauer, está dispensada a leitura da Ata.

A presente reunião atende ao requerimento de autoria dos Srs. Senadores Cristovam Buarque, Marinor Brito e Paulo Paim, para a realização de audiência pública destinada a discutir o tema "O Aspecto Conceitual do Plano Nacional de Educação, o Balanço do Plano Anterior (2001-2010) e as Perspectivas para o próximo PNE (2011-2020)".

Dando início à audiência, passo a palavra ao primeiro expositor, que é a Senadora Marinor Brito, pelo tempo que julgar necessário, mas dentro sempre daquele espírito de concisão e resumo, que caracteriza a atuação de V. Exª no Senado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Agradeço as referências feitas pelo Senador Requião.

Quero dar bom dia a todos e a todas! Agradeço a presença aos nossos convidados.

O Senador Cristovam e eu ficamos responsáveis, na Comissão de Educação, de organizar uma metodologia que fizesse com que a sociedade brasileira, a sociedade civil, pudesse interagir com o debate que se avizinha desta Casa e que já está sendo feito na Câmara Federal sobre o Plano Nacional de Educação. Além de outras audiências específicas, temáticas, que pretendemos realizar, achamos importante fazer este primeiro momento de discussão sobre o Plano Nacional de Educação, iniciando com uma tentativa de balanço do plano vigente, que ainda não foi substituído.

Coube a mim a responsabilidade de, em breves palavras, para ser concisa, como recomenda o nosso Presidente, fazer uma apresentação que, por falta de dados do MEC, talvez, tenha algumas limitações, embora tenhamos nos utilizado dos dados do Pnad de 2009 para fazer esse balanço. Gostaríamos de ter todas as informações, para que a discussão das perspectivas do novo Plano Nacional de Educação pudesse estar abalizada em uma leitura crítica e construtiva do que se conseguiu até agora.

Falo das preliminares. Em janeiro de 2001, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 10.172, que institui o Plano Nacional de Educação. Essa Lei estabeleceu as diretrizes e as metas que deveriam ser efetivadas pelo Estado brasileiro, no decorrer de dez

anos, para todas as modalidades e etapas da educação, seja ela pública, privada ou comunitária. Sua aprovação foi fruto de intensa disputa política entre o projeto apresentado pelo Governo Federal *versus* o projeto da sociedade civil e foi marcada por vetos importantes ao seu texto, especialmente nas metas que envolviam elevação de gastos públicos em educação.

Passados dez anos, o balanço não é muito positivo. Apenas um terço das metas foi cumprido. Infelizmente, o Plano não serviu de referência para as ações governamentais, mesmo que essas tenham contribuído para melhorar os indicadores educacionais. A maioria das metas não foi alcançada, e os indicadores mostram que o acesso à educação e a permanência na educação continuam tendo um forte componente de desigualdade de renda, de raça e também de região. Os mais pobres, os que vivem nas regiões Norte e Nordeste e os negros são os mais excluídos.

Falo da educação básica. Foi no ensino fundamental que mais ocorreram avanços. Em 2009, 97,8% das crianças de 6 a 14 anos estudavam. Na faixa etária de 4 e 5 anos, esse percentual alcançou 74,8%. Em 2009, ainda havia 1.419.000 crianças de 4 anos e 5 anos fora da escola. Os avanços no atendimento em creche foram muito pequenos. Em 2009, apenas 18,4% das crianças de 0 a 3 anos estudavam; apenas 18,8% dos pobres conseguem acessar esse direito. Na área rural – considero isto muito grave –, apenas 8,8% frequentam uma creche, e, no Norte, esse atendimento cobre apenas 8% da população nessa faixa etária.

Há 85,2% dos jovens de 15 a 17 anos na escola, mas apenas 50,9% estão no ensino médio. O mais grave é que apenas 31,3% dos mais pobres conseguem essa façanha. É uma façanha mesmo! Apenas 43,5% dos jovens negros chegam nessa idade ao ensino médio; no Norte, esse percentual é de apenas 39,1%.

O brasileiro consegue concluir 7,5 anos de estudo, em média, ao completar 15 anos de idade; em 2001, eram 6,3 anos. Na área rural, essa média de anos de estudo é de apenas 4,8 anos. Os negros conseguem concluir apenas 6,7 anos de estudo, contra os 8,4 anos concluídos pelos brancos. Os mais pobres chegam a concluir apenas 5 anos de estudo, contra os 10,4 anos concluídos pelos ricos.

O Brasil não conseguiu erradicar o analfabetismo. É bom que isso esteja bem frisado neste balanço. Em 2009, apenas 9,7% da população maior de 15 anos estavam nessa situação. A pior situação é a do Nordeste: 22,8% da população da área rural e 19% dos pobres. Nesse ritmo, levaremos mais duas décadas para resolver o problema, e estamos pensando em um Plano Nacional para uma década, é bom lembrar isso.

Quanto à educação superior, entre os jovens de 18 a 24 anos, a Pnad de 2009 mostrou que 30,3% estão estudando, mas apenas 14,4% estão no ensino superior, e que 52,7% dos jovens ricos chegam ao ensino superior na idade correta, mas apenas 7,9% dos pobres conseguem igual proeza. Entre os negros, esse percentual é de 8,3%, e, na área rural brasileira, apenas 4,3% dos jovens nessa faixa etária conseguem uma vaga. As matrículas no ensino superior são majoritariamente privadas.

A qualidade está muito distante do desejável em nosso País. A média esperada de conclusão ainda é muito baixa. De cada cem alunos, apenas 53,8% vão concluir o ensino fundamental, e apenas 66,6% vão terminar o ensino médio. As notas do Saeb são muito baixas.

Os nossos professores ganham, em média, apenas 65% do valor recebido por outros profissionais com igual formação. Pelos dados de 2009, na educação básica, ainda havia 32% de docentes sem nível superior. Nas creches, esse percentual era de 52%. A recente aprovação da Lei do Piso foi uma importante conquista, mas ainda não se tornou uma realidade. Já faz dois anos que essa Lei foi aprovada, mas, até hoje, ela não foi efetivada. O valor do piso ainda é muito baixo, e persistem polêmicas acerca de vários dispositivos da Lei, visto os recursos feitos ao Supremo Tribunal Federal, que ainda vai julgar, nesta semana, a hora/atividade dos professores. Aliás, o Supremo julgou isso na semana passada, não é?

O que menos avançou nesses dez anos foi o investimento público em educação. Em 2000, o setor público aplicava 3,9% do PIB com educação, e os dados de 2009 mostram que chegamos a 5%. A Lei do Plano Nacional de Educação anterior votada pelo Congresso estabeleceu 7%, mas esse dispositivo foi vetado. Esse é um tema importante, sobre o qual a gente deve refletir. O Senador Cristovam vai fazer referência a ele na proposta que chegou ao Governo, de manutenção do percentual do PIB. Em oito anos de Governo Lula, período em que esse Governo assumiu a coordenação do Plano, não se conseguiu chegar ao teto que se propõe agora.

Aqui, há uma tabela que mostra o percentual de investimento público direto em relação ao PIB. É interessante ressaltar que, na segunda coluna, mostra-se que o investimento na educação básica só aumentou a partir de 2006, depois do Fundeb. A gente vai disponibilizar esse material, mas são absolutamente precários os resultados de 2009 em termos de investimentos. Vejam que houve um investimento de 0,7% na educação superior, a base da formação dos nossos educadores.

O total do percentual de investimentos diretos foi de 5% em 2009: a União colocou 0,98%; os Estados e o Distrito Federal, 2,05%; e os Municípios, 1,95%. Os recursos aplicados em educação repetem a desigualdade tributária brasileira, que arrecada mais, gasta menos; quem tem menos recursos está mais sobrecarregado. Como mostramos, a União participou com 0,98%; os Estados, com 2,05%; e os Municípios, com 1,95%. Certamente, essa é uma das explicações para que as metas e diretrizes não tenham sido cumpridas. É óbvio que, se tivesse havido mais investimento, sobretudo, por parte da União, que é quem arrecada mais, essas metas poderiam ter sido cumpridas; não seria apenas um terço de metas cumpridas.

E mais: o crescimento do investimento é recente, provocado, sobretudo, pela aprovação do Fundeb no final de 2006.

Esta breve exposição visa apenas a demonstrar que o País evoluiu em termos educacionais na última década, mas sua evolução se deu em ritmo muito lento, muito aquém do seu potencial. O desafio é dar um verdadeiro salto de qualidade na próxima década. E, para isso, nós, Parlamentares que compõem esta Comissão, sobretudo os que estão diretamente envolvidos na organização deste debate, pretendemos colher as contribuições da sociedade, pretendemos sensibilizar o Governo Federal, para que as metas propostas no próximo Plano Nacional de Educação sejam mais ousadas, demonstrem a vontade política do Governo Federal de enfrentar os desafios propostos em todas as esferas em que o debate nacional esteja acontecendo – os educadores brasileiros o têm realizado no Brasil –, que se refletiram nas decisões tomadas na última conferência nacional.

Esperamos, sinceramente, que esse movimento que se inicia na Comissão de Educação possa mobilizar mentes e corações Brasil afora e, sobretudo, possa passar da antessala da Presidenta Dilma. Que a Presidenta tenha a responsabilidade política de dar o salto de qualidade que esperamos que seja dado na educação pública brasileira!

Muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A segunda expositora é a Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marta Vanelli.

Tem a palavra a Srª Marta Vanelli.

A SRª MARTA VANELLI – Obrigada, Sr. Presidente da Comissão de Educação. Cumprimento V. Exª e também o meu colega Carlos Augusto Abicalil, que está representando o Ministério da Educação; o Dr. Célio Cunha; o Senador Cristovam; a Senadora Marinor.

Agradeço-lhes a oportunidade de, aqui, apresentarmos alguns elementos, sob o ponto de vista dos trabalhadores da educação, relativos a essa proposta do Plano Nacional de Educação.

Elenquei aqui umas quatro preliminares a esse projeto de Plano Nacional de Educação, que consideramos importante. A primeira preliminar é que o Brasil ainda não fez sua tarefa de casa em relação à educação básica. Na América Latina e mesmo no Mercosul, vários países avançaram muito mais, em termos de educação, do que o Brasil, que é um dos mais atrasados. Exemplo disso é o alto grau de analfabetismo, o menor tempo de educação obrigatória – ainda há somente nove anos de educação obrigatória no Brasil; somente em 2016, vamos chegar aos quatorze anos – e um dos menores tempos de escolaridade da população.

Então, esse é um diagnóstico que precisamos considerar, quando pensamos em um novo Plano Nacional de Educação, porque são elementos que temos de tratar com muito carinho, para, daqui a dez anos, não continuarmos sendo um dos países mais atrasados na área da educação de toda a América Latina ou mesmo do Cone Sul.

A segunda preliminar que consideramos importantíssima nesse projeto de plano está respaldada numa ampla base social, que participou da Conferência Nacional de Educação (Conae). Acho que nem tudo o que a Conae discutiu está nessa proposta de plano. Mais de 90% do que está nesse Plano são deliberações da Conferência Nacional de Educação, com ampla participação da sociedade.

Mesmo assim, consideramos que é muito importante que este Parlamento debata essa proposta de plano, no sentido de adequar-se. Têm de ser feitas muitas adequações a essa proposta de plano, sempre à luz das deliberações da Conferência Nacional de Educação, daquilo que a sociedade brasileira já discutiu, porque, quando participamos do processo de educação, pensamos num projeto libertador de educação, para que houvesse a promoção da cidadania e do desenvolvimento social.

Uma quarta e última preliminar é que há várias leis aprovadas por este Parlamento que ainda não foram cumpridas pelos governos estaduais e governos municipais. As redes e os sistemas precisam se organizar, precisam se preparar, e, para isso, tem de haver um aporte de recursos consideráveis nessa preparação. Cito a obrigatoriedade da educação de 4 anos aos 17 anos até 2016, e, para isso, é preciso haver uma preparação da estrutura física, de formação dos professores. Lembro o que, ontem, foi aprovado pela Comissão de Educação. É importantíssimo o aumento para 960 horas/ano do tempo de permanência do

aluno na escola – neste ano, esse número é de 800 horas/ano –, mas, para isso, há de ser feita toda uma preparação das redes. Isso não é simples, vai demandar mais estrutura física e a contratação de mais professores, para se cumprir o que foi deliberado ontem, que consideramos muito importante. Nossa defesa é por uma educação integral de, no mínimo, 7 horas por dia de aula.

Então, essa proposta de plano não consolida o sistema nacional de educação. A proposta em si não o consolida, pois é preciso mais elementos para consolidarmos um sistema nacional de educação. Essa é uma discussão que toda a comunidade educacional realizou no processo constituinte de 1988, mas, nesse aspecto, houve uma derrota. Não conseguimos organizar, em 1988, no processo constituinte, um sistema nacional de educação, mas foram criados três sistemas de educação: o federal, os estaduais e os municipais. Não há um sistema nacional.

Acredito que, agora, a gente precisa consolidar, de fato, um sistema nacional de educação, para melhorar a educação em nosso País. Para isso, é preciso aprovar a lei de responsabilidade educacional, o que é fundamental para a gente consolidar um sistema nacional de educação. É preciso haver uma punição para os administradores públicos que não honrarem os compromissos firmados em regime de colaboração ou de cooperação. Há, no nosso País, uma impunidade velada para quem não cumpre os acordos firmados.

A gente tem de intervir no projeto de reforma tributária, no sentido de garantir os parâmetros do custo aluno/qualidade, pois a gente só conseguirá avançar na qualidade da educação quando houver um custo aluno/qualidade e também um aumento do percentual do PIB em educação – esse dinheiro, até hoje, só mantém, com péssima qualidade, os atuais alunos que estão na escola. Portanto, a gente precisa de aportes de recursos muito maiores, para podermos avançar.

Quero falar ainda da institucionalização da gestão democrática do sistema de ensino. Não só o sistema nacional, com fóruns organizados e com a participação da sociedade, mas também os conselhos, que são órgãos normatizadores da educação, têm de ter uma composição paritária; isso deve existir desde o conselho deliberativo escolar. Esses organismos democráticos têm de ser fortalecidos, e temos de institucionalizar essa gestão democrática do sistema de ensino.

Em penúltimo lugar, também é preciso requerer regime de urgência em dois projetos de lei fundamentais que já estão tramitando no Congresso Nacional. Um deles é o de nº 1.592, de 2003, de autoria do ex-Deputado Carlos Abicalil, que institui as diretrizes nacionais de carreira dos trabalhadores, dos profissionais de educação; e o segundo, o de nº 2.738, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar. O que foi aprovado serve aos profissionais do magistério, e, na Constituição, no seu art. 206, o piso é dos profissionais da educação escolar.

Por último, é preciso haver uma modificação da Lei nº 9131, de 2006, que institui o Conselho Nacional de Educação, para torná-lo, de fato, um órgão normativo, deliberativo e fiscalizador das políticas de Estado e para tratar, em especial, da sua composição de forma democrática. Hoje, entendemos que a forma de composição do Conselho Nacional de Educação ainda não é democrática. E, com isso, é preciso haver uma recomendação para que os entes federados, os Estados e os Municípios, também indiquem a composição democrática e reformulem as atribuições dos conselhos estaduais e municipais de educação.

Com isso, eu queria apontar algumas perspectivas desse novo Plano Nacional de Educação. Nós, da CNTE, já estamos com nossas emendas prontas e queremos apresentá-las, para melhorar essa proposta.

Primeiro, é preciso, de fato, a instituição do sistema nacional de educação, para podermos superar a questão da fragmentação no sistema de ensino, para transpormos as barreiras que impedem a concretização dos princípios de colaboração e cooperação entre os entes federados. É claro que esse é o objetivo, para a gente poder universalizar a escolarização dos brasileiros sob os princípios da qualidade e da equidade federativa.

A Senadora apresentou os dados da questão do analfabetismo no País. Então, precisamos pensar neste País continental, que apresenta muita diferença regionalizada.

Uma segunda perspectiva é a questão do controle social e a qualidade da educação. Para nós, esse Plano tem de tratar, com muita propriedade, dessa questão do controle social e da qualidade. E aí a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional seria uma espécie de amarra para segurar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas nessa proposta de plano, assim como a formulação dos planos estaduais e municipais de educação. O fato de haver um plano nacional não significa – isto não é automático – que, nos Estados, haja planos estaduais e municipais de educação. O Estado de Santa Catarina, onde sou professora na rede pública estadual, ainda não tem um plano estadual de educação aprovado.

Na questão da qualidade, precisamos avançar nos parâmetros do estabelecimento do custo aluno/qualidade, que seria um dos elementos importantes que precisamos apontar nesse Plano.

Sobre a questão do financiamento da educação, sabemos, com muita clareza, que os atuais investimentos públicos para a educação pública no nosso País são investimentos necessários para a atual situação da educação. Se quisermos outra educação, teremos de fazer outro tipo de investimento. É preciso muito mais investimento na educação e, principalmente, na organização e preparação das redes do sistema, para avançarmos na universalização e na qualidade.

O PIB, para nós, é uma referência importante. Estou trazendo aqui o que a Conae deliberou na sua conferência nacional e foi discutido em todos os Estados e na maioria dos Municípios. Lá definimos que, até 2014, queremos chegar a 10% do PIB em educação. Qual era a proposta aprovada? Em 2011, seriam 7% do PIB e, a partir daí, 1% a mais ao ano. Portanto, em 2014, chegaria a 10% do PIB. Então, esse seria um recurso para a gente poder universalizar e pensar na qualidade de quem está sendo atendido.

Quanto à questão do recurso do pré-sal, do fundo do pré-sal, entendemos que é muito importante que 50% sejam destinados para a educação. É uma estratégia para chegarmos ao percentual de 10% do PIB.

Quanto à questão dos recursos vinculados nos Estados, nos Municípios e na União, entendemos que os 25% dos Estados e dos Municípios e os 18% da União são insuficientes. Por isso, a Conferência Nacional de Educação deliberou em elevar o percentual dos Estados e dos Municípios para 30% e, para 25%, o da União, percentuais relativos aos recursos vinculados à educação.

Além disso, há uma grande quantidade, em nível da União, de contribuições sociais, que é uma forma de arrecadação, mas que, na verdade, não estão vinculadas aos recursos da educação e da saúde. Portanto, precisamos pensar numa vinculação dessa arrecadação a esses recursos educacionais.

Quero falar ainda da questão da avaliação da educação. É preciso que, neste País, a gente consiga estabelecer mecanismos democráticos de avaliação dos planos nacional, estaduais e municipais da educação. Na educação básica, ainda não está implementada uma avaliação institucional da educação. A LDB fala nisso, mas ainda não há uma proposta concreta de avaliação institucional da educação básica do nosso País. Entendemos que os instrumentos do Ministério da Educação avaliam parte daquilo que entendemos de uma proposta, de uma avaliação institucional; não se avalia a educação como um todo. No nível superior, já se avançou por meio do Sinaes, mas a educação básica ainda não conta com uma proposta. Então, queremos instituir um sistema de avaliação da educação e também – não temos contrariedade quanto a isso; fiz questão de dizer isto aqui – um sistema de avaliação dos profissionais da educação, desde que não seja uma avaliação puramente meritocrática, para saber se o professor merece ou não determinada gratificação, se ele merece ou não progredir na sua carreira. Não se pode desvincular isso da formação continuada e da sua valorização profissional, e também há todas as questões das condições de trabalho. Por isso, uma avaliação institucional balizaria um pouco ou melhoraria um pouco a questão da avaliação dos profissionais da educação.

Também há a questão do acesso permanente e do respeito às diferenças. O art. 2º da lei já traz dez diretrizes, estratégias e metas para a educação, que são importantes, mas é preciso alguns ajustes. Temos de avançar nas estratégias que garantem o pleno atendimento de qualidade aos diversos segmentos sociais, negros, indígenas, pessoas portadoras de deficiências, que foram colocados à parte de todo o processo educacional. O Brasil tem uma dívida histórica com os indígenas, com os negros. Há toda uma diversidade na nossa educação. Precisamos avançar nessa estratégia, para superarmos essas deficiências, essa dívida histórica que o Brasil tem com esses segmentos.

E, por último, e não poderia deixar de ser, falo sobre a questão da formação e valorização dos profissionais de educação. Com certeza, não vamos melhorar a educação em nosso País se não pensarmos na questão da valorização profissional. Não adianta pagar baixos salários e querer que a educação melhore, porque isso não resolve. É óbvio que somente salários melhores não resolvem a qualidade da educação; tem de haver um conjunto de elementos, no qual exista a valorização profissional.

Por isso, para nós, alguns elementos são indissociáveis: a questão da carreira; o vencimento inicial, com a implantação do piso salarial profissional nacional; a formação inicial continuada ofertada pelo Poder Público – não é que isso deixe de ser uma iniciativa individual de cada profissional da educação –; a jornada de trabalho, com a questão do aumento da hora/atividade em um terço da jornada. É fundamental se pensar nas condições de trabalho dos professores, para o pleno êxito de suas atividades.

É óbvio que precisamos pensar sobre isso, com condições equânimes em todo o País, a fim de evitar as disparidades no exercício profissional e na aprendizagem dos estudantes. Precisamos pensar o Brasil como um todo, no Brasil federado, para que tenhamos qualidade na educação do Oiapoque ao Chuí, do extremo oeste do Acre até a Paraíba, ao extremo nordeste do nosso País.

Então, eram essas as contribuições.

Eu queria lhes agradecer.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O próximo palestrante é o Professor Célio Cunha, professor da UnB e consultor da Unesco, a quem concedo a palavra.

O SR. CÉLIO CUNHA – Bom dia a todos e a todas!

Primeiramente, quero cumprimentar o Presidente desta reunião, Senador Roberto Requião; o Senador Cristovam Buarque; a Senadora Marinor; o ex-Deputado, hoje Secretário do Ministério da Educação Dr. Abicalil; a Drª Marta, da CNTE.

Começo, dizendo que acho importante fazer um reconhecimento à Comissão de Educação do Senado, por iniciar os debates sobre o Plano Nacional de Educação simultaneamente aos debates na Câmara, até para apressar o processo. A educação no Brasil tem urgência, e o PNE precisa tramitar com o máximo de urgência nas duas Casas do Congresso Nacional.

Inicialmente – é um pedido que está no convite –, quero dizer qual é a concepção de plano.

Um plano de educação não pode ser um plano como o do tempo do Capanema, detalhista; o plano precisa concentrar-se no essencial, em metas estruturantes, sem excesso de prioridades. Muitas prioridades acabam, realmente, confundindo a opinião e dificultam até o estabelecimento de políticas de educação. Então, o plano precisa ser acompanhado de um diagnóstico e precisa ter fundamento. É muito importante o plano ter uma concepção do país onde ele vai ocorrer, onde ele será implementado, onde ele será implantado. A educação supõe uma filosofia, supõe um rumo de país. Então, um plano tem de estar concertado com um plano geral de país, tem de ter um sólido fundamento e um diagnóstico.

Digo isso, levando em conta uma longa trajetória da minha carreira na própria educação brasileira e procurando ver também a educação brasileira ao longo de sua trajetória.

É preciso dizer, inicialmente – nunca será demais afirmar isto –, do atraso secular da educação brasileira. Não são cem anos de atraso; são mais de 150 anos de atraso. E, só muito recentemente, o Governo Federal começou a acordar para a importância da educação. Em certo sentido, estamos refazendo, agora, o erro cometido no Ato Adicional de 1834, quando a responsabilidade pela implementação da educação básica foi delegada aos Estados, às Províncias e aos Municípios. Só nos últimos decênios, talvez nos últimos vinte anos, a educação básica começou a merecer do Governo Federal uma atenção maior. E, nesse sentido, nunca será demais cumprimentar os parlamentares que têm lutado nessa direção, entre eles o próprio Senador Cristovam, que tem ressaltado a importância do plano federal, da participação federal nos destinos da educação no País.

Hoje, estamos corrigindo um atraso de mais de 150 anos. É importante frisar isso. É importante frisar também que a educação brasileira tem feito alguns avanços que precisamos reconhecer. E acredito que esses avanços – isso é muito importante – decorrem também de um novo modelo de desenvolvimento que o País começa a adotar. Nesse sentido, fiz, recentemente, uma leitura de um interessante artigo de um professor da Universidade de Hong Kong, que, analisando os casos da China, dos Tigres Asiáticos, da Coreia do Sul, identifica, nesses países, um novo modelo de desenvolvimento, que ele chama de modelo desenvolvimentista, que surgiu numa crítica ao pensamento neoliberal na educação. Esse é o modelo que valoriza muito a participação do Estado na educação, valoriza o mercado interno, valoriza a coesão social. E esses países, ao adotarem esse modelo, com uma participação mais sólida, mais incisiva do Estado, têm conseguido alguns progressos realmente notáveis – Coreia do Sul, Singapura, China, os Tigres Asiáticos de modo geral, Taiwan. Então, isso é importante.

São importantes, na educação brasileira, no momento, progressos a que me vou referir rapidamente e que se deram também em decorrência de uma nova ótica de desenvolvimento que o País vem adotando. A educação brasileira vem somando alguns avanços que precisamos anotar e registrar, porque estamos no ponto de dar um novo salto. Esse novo salto tem de reconhecer os avanços feitos, e temos de fazer as críticas das deficiências e das lacunas que existem, para podermos avançar no novo PNE.

Entre esses avanços, nunca será demais lembrar o expressivo progresso da escolaridade obrigatória, que já foi citada; o expressivo aumento também da escolarização no ensino médio brasileiro; as taxas do ensino médio e do ensino fundamental, que aumentaram de forma considerável nos últimos anos; a cobertura da educação infantil, em que houve também um expressivo aumento; a existência do ProUni, beneficiando mais de 700 mil bolsistas nas universidades, sobretudo nas privadas; a educação técnica e tecnológica; o recente lançamento do Pronatec, outro avanço que deve ser saudado; a interiorização de universidades no Brasil, de escolas técnicas, atingindo regiões distantes e regiões paupérrimas, o que, realmente, foi um avanço que precisa ser registrado; o piso salarial, que é outro avanço que precisa ser levado às últimas consequências.

Nunca será demais lembrar aqui que, na passagem pelo Ministério da Educação, o Senador Cristovam havia pensado, e começou a fazer, um plano decenal de valorização do docente, para que, ao final desse plano, os docentes estivessem pelo menos no mesmo nível salarial médio dos outros profissionais.

O Brasil registra também um avanço no Pisa. Apesar de as estatísticas do Pisa serem ainda extremamente desfavoráveis ao Brasil, houve um avanço; em Matemática, por exemplo, chegamos a avançar 52 pontos.

A promulgação da Emenda nº 59, a eliminação da DRU, é outro avanço que precisamos comemorar, porque devolve à educação brasileira uma quantidade apreciável de recursos.

Houve também a extensão do Fundef para Fundeb e a questão de infraestrutura e das novas tecnologias. Na questão do analfabetismo, conseguimos um avanço, pois saímos dos dois dígitos; o analfabetismo, agora, está em 9%. Esse também é um avanço, apesar do grande contingente de analfabetos.

A associação – isto é importante, e precisamos avançar mais nessa direção – da política educacional com a política de transferência de renda, que está na matriz do Bolsa Escola do Distrito Federal, também é uma meta importante, uma política importante que precisa ser ajustada, precisa ser melhorada. Mas houve avanço nessa direção. E ressalto ainda a adoção de uma política de metas.

O Ideb é outro avanço, porque há pelo menos uma sinalização sobre o que queremos atingir, os índices que precisamos alcançar.

Ao relacionar esses avanços, isso não significa que estamos bem. Estamos ainda muito distantes dos países, por exemplo, da Comunidade Europeia, porque os outros também avançaram. É preciso dizer: avançamos, mas os outros também avançaram. O Chile também avançou, a Argentina também avançou, mas, pelo menos, esses avanços colocam o Brasil numa posição muito boa, para, nos próximos anos, dar um avanço mais significativo ainda, e este deve ser o grande objetivo do Plano Nacional de Educação.

E os novos desafios, quais são eles? Ora, um deles é radicalizar a luta pela universalização, pelo menos, dos 4 aos 17 anos de idade. É claro que a creche também é importante e deve ser considerada. É preciso também reduzir o analfabetismo pelo menos a níveis aceitos internacionalmente. O analfabetismo atual é incompatível com os sonhos do Brasil, com as aspirações do País. Essa é uma questão que precisa ser radicalizada também. Não podemos mais aceitar isso. Uso uma expressão ao gosto do Senador Cristovam: temos de nos indignar com isso!

Outro desafio é a qualidade do ensino, que já foi mencionada aqui. Temos de reduzir também a repetência, para se chegar a níveis aceitos internacionalmente, pelo menos a 2%, 3%. Hoje, a repetência ainda está em torno de 17%, 18%, como média nacional. Não se pode reduzir a repetência pela via da ligeirização, mas, sim, pela via da qualidade, pela via da formação de bons professores e de boas carreiras no magistério, pela via de alcance de aprendizagens fundamentais para o nosso século.

Mas existe outro desafio pouco mencionado, hoje, publicamente, que é um desafio em que temos condições de mexer um pouco: a média nacional – prestem muita atenção nisto! – do tempo de aula, do tempo de aprendizagem, que é pouco mais de 60%. Ou seja, é o tempo da aula que é gasto efetivamente em conseguir boas aprendizagens. Em alguns locais no Brasil, esse percentual chega a 40% ou até 37%. A média dos países da OCDE é de 85%. Então, surge um novo capítulo: a economia em sala de aula. Essa é uma questão na qual podemos avançar; não custa nada aumentar esse tempo efetivo de aprendizagem. Aí vai um grande desafio para a gestão educacional brasileira, a gestão da sala de aula.

Há outro avanço que podemos alcançar: as auditorias federais em Municípios que são auditados por sorteio constatam, pelo menos em 35% desses Municípios auditados, corrupção, recibos falsos e superfaturamento – isso é constatado na auditoria, nos que estão documentados. Pode haver um avanço na questão da ética em educação. É um grande desafio também para a gestão. Isso significa que, entre os atores da política educacional, o Judiciário e o Ministério Público, os Tribunais de Contas passam a ter uma importância muito grande nos próximos anos.

A profissão docente, que já foi muito bem lembrada aqui pela Marta, a formação, a carreira, a remuneração, tudo isso é vital. Nenhum país avança se não estruturar essa área, se não valorizar e dignificar a profissão docente. Isso precisa ser mensurado mês a mês. O piso salarial deve representar um piso mesmo, para uma profissão digna. Isso deve ser bastante contemplado no plano – já está contemplado no PNE –, e a sua implementação precisa ser radicalizada.

Há algo importante no País hoje: um maior respeito à instituição escolar, uma valorização da escola. A escola é uma agência de cidadania. A escola precisa ser respeitada e valorizada e precisa ter padrões mínimos de funcionamento, mas, mesmo no Distrito Federal, onde todas as escolas deveriam ser muito bem equipadas, isso não acontece. É lamentável a situação de algumas escolas do Brasil, apesar dos progressos feitos em muitos Municípios, em muitos

Estados. A esse respeito, a França chegou a fazer uma campanha de valorização da escola, de respeito à instituição escolar.

Mas um plano precisa ser pensado também em termos de estratégias. Esse é um avanço que o PNE pode fazer. O plano tem de ter uma estratégia.

Falamos muito – e a Marta se referiu a isto também – sobre o aumento do PIB, de 7%, 8%, 9%. Concordo que, quanto mais, melhor. Mas eu acrescentaria também uma cobrança por metas. Por que a cobrança por metas? Se estabelecemos uma meta, vamos verificar, depois, nos Estados e nos Municípios, se essa meta está sendo cumprida ou não e, em caso negativo, por que ela não está sendo cumprida. Isso pode significar 8%, 9%, 10% ou menos em investimento. Então, o importante é se a meta está ou não está sendo cumprida e por que não está sendo cumprida. Então, o plano deve estabelecer metas, e essas metas devem ser monitoradas. Isso deve vir periodicamente ao Congresso Nacional, para se avaliar se as metas estão ou não sendo cumpridas, se há falta de recursos, um problema da gestão ou ainda outros problemas que acontecem na educação brasileira.

Então, simultaneamente ao aumento, temos de estabelecer um plano por metas e monitorar essas metas. Essa me parece uma estratégica fundamental. Mas, para isso, precisamos fazer algo que é um gargalo na educação brasileira e que se chama gestão federativa da educação. Enquanto União, Estados e Municípios não trabalharem olhando numa única direção, fica muito difícil. Muitas vezes, o Governo Federal exerce um protagonismo muito grande – e acho necessário –, mas as salas de aula estão sob a responsabilidade dos Estados e, sobretudo, dos Municípios. Do total de anos de escolaridade da educação brasileira obrigatória, a maior parte, hoje, está sob a responsabilidade dos Municípios.

Então, essa questão da gestão federativa, que pode ser aperfeiçoada no plano, é vital. Precisamos criar alguns mecanismos que favoreçam essa articulação. O advento do Fundef e do Fundeb foi um importante mecanismo para dar um avanço nessa direção. Mas novos mecanismos precisam ser criados. Lamentavelmente, nunca regulamentamos o art. 23 da Constituição Federal, que estabelece a possibilidade de uma divisão de responsabilidades em vários setores, inclusive na área da educação.

Então, a gestão federativa, a necessidade de criar mecanismos de compatibilização de metas e de compromissos entre as três instâncias, é absolutamente fundamental num plano de educação.

O professor, como já falei, condiciona todas as demais metas. São inúmeros os estudos feitos em vários países. Ou seja, não há melhoria de qualidade se não melhorar o professor. Então, o projeto do ex-Deputado Abicalil sobre as diretrizes de carreira é um projeto fundamental. Temos de radicalizar. O plano não pode ser aprovado se, realmente, não sinalizar, de forma concreta, como o Brasil quer o seu professor, como o Brasil imagina aquele que educa o País. Então, essa é uma questão maior dentro do plano.

E a Lei da Responsabilidade Educacional? Há um projeto já tramitando. Há, inclusive, uma pergunta: se o próprio plano já não poderia incorporar também uma lei da responsabilidade ou alguns artigos da lei da responsabilidade. É uma questão a ser estudada. Mas a Lei da Responsabilidade Educacional, dividindo as tarefas que cabem ao Estado, ao Município e à União, que cabem à escola – acredito que esse é o avanço que poderia existir –, será um divisor de águas na educação brasileira.

De modo geral, esses desafios estão contemplados no PNE. Acho que pode ser aperfeiçoada a questão da gestão federativa, que é muito importante. A questão docente também pode ser melhorada, bem como a questão do financiamento, em que há um compromisso de 7% da Presidenta Dilma. Acho que há reivindicações maiores, e tenho a impressão de que poderíamos estabelecer uma gradação. Mas acredito que há uma perspectiva. É um assunto que também não tem sido bem tratado na educação brasileira.

Os estudos demográficos da educação brasileira apontam uma redução da população escolarizável. Isso significa que é essa a condição que vamos ter nos próximos anos, aliada à ampliação dos investimentos e aliada a uma política de efetiva avaliação. E eu agregaria essa avaliação que o Ministério da Educação faz hoje a uma avaliação de processo. Por que uma avaliação de processo? Não basta apenas eu avaliar, via Saeb, a cada dois ou três anos, e constatar o fracasso. Tenho de constatar esse fracasso mensalmente, semanalmente. Então, periodicamente, precisávamos fazer avaliações, sorteando escolas ou Municípios no Brasil. Hoje, há instituições de pesquisas especializadas que sabem fazer isso com muita competência, sorteando escolas e Municípios, para saber como está indo a educação brasileira, como ela está caminhando no dia a dia, para, com isso, fornecer subsídios ao Governo Federal, aos Governos estaduais a aos municipais também para os reajustes de suas metas e de sua política.

Por último, há um dado que considero muito importante – e está aqui o Senador Requião, que acaba de governar importante Estado da Federação –: penso que o Estado tem de ter responsabilidade também em relação aos Municípios, e isso está embutido na LDB. Então, temos de orquestrar estas três instâncias

– União, Estados e Municípios –, de forma que nenhum Município de um Estado pode ser indiferente também à administração estadual. Ele tem de estar atento a isso. Então, o plano estadual de educação que vai decorrer do PNE tem de ser um plano feito em cooperação com os Municípios. Acho esse regime de articulação e essa gestão federativa na educação brasileira de extrema importância.

Se possível, eu gostaria de fazer aqui, por último, uma sugestão, para encerrar esta breve apresentação.

O Ministério da Educação, mesmo na ausência de mecanismos mais efetivos de articulação, poderia avançar em relação, por exemplo, à criação de um conselho de gestão da educação brasileira constituído pelos 27 secretários de Estado da Educação brasileira, os 27 presidentes da Undime, o presidente da CNTE, mais ou menos nessa direção, para que os atores principais da educação brasileira estejam na mesa presidida pelo Ministro. Periodicamente, poderiam se reunir e tentar orquestrar isso, tentar eliminar os conflitos, eliminar os pontos de atrito que, muitas vezes, existem entre o Município e o Estado. Poderiam caminhar nessa direção, tentando organizar isso.

Enfim, sintetizo minha apresentação naquilo que deve ser o PNE: o PNE deve ser convertido numa política de Estado da educação brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Secretário de Educação Especial do Ministério da Educação, Carlos Augusto Abicalil.

O SR. CARLOS AUGUSTO ABICALIL – Prezado Sr. Presidente Roberto Requião; Senador Cristovam Buarque; Senadora Marinor, em nome de quem quero saudar todos os Senadores e Senadoras presentes nesta reunião; minha colega de profissão e dirigente da CNTE, Marta Vanelli; senhoras e senhores, trago, em primeiro lugar, um abraço de confirmação da vinda do Ministro Fernando Haddad, na próxima semana, a esta Comissão, se tudo se confirmar nessa direção.

Neste momento, quero também saudar a iniciativa da Comissão de Educação e Cultura do Senado de, mesmo antes de o projeto de lei cumprir sua tramitação na Câmara, inaugurar esse processo de diálogo, num debate afirmativo, propositivo e crítico sobre o balanço da década encerrada, por disposição da Lei nº 11.072, de 9 de janeiro último, fazendo uma projeção para a próxima década, dentro de um novo ordenamento jurídico importante que, nesta década, ocorreu.

Inicio por um ordenamento alterado por iniciativa desta Casa, o Senado. A Emenda Constitucional nº 59, de 2009, alterou aspectos importantes do ordenamento das relações federativas com as responsabilidades educacionais, notadamente, para além da supressão da Desvinculação de Receitas da União, no art. 211, § 4º, da nova disposição relativa à responsabilidade federativa com a expansão da escolaridade obrigatória.

A primeira disposição, portanto, que eu gostaria de ressaltar aqui é que, além de termos ampliado a escolaridade obrigatória no final da última década – incluímos, agora, crianças de 4 anos e 5 anos no pré-escolar, e a meta é a de universalizar o atendimento até 2016, por ordenamento constitucional, independentemente do plano –, buscamos expandir essa mesma obrigatoriedade a jovens até os 17 anos de idade. Queremos considerar a integralidade da educação básica, não mais como era vigente no plano anterior, o ensino fundamental de 8 anos de duração com o recorte etário de 7 a 14 anos de idade da população. Essa marca, portanto, representa, do ponto de vista institucional – e reitero que isso se deu por iniciativa desta Casa –, uma demanda de organização da educação brasileira bastante superior ao que ordenava o antigo Plano Nacional de Educação.

Não bastassem essas ampliações institucionais de compromisso público, que, por um lado, estabelece direito da população brasileira e, por outro lado, responsabilidades do Estado brasileiro, essa emenda constitucional afirma que a responsabilidade pela educação básica, anteriormente, apenas na colaboração entre Estados e Municípios, inclui um ator nessa responsabilidade em igualdade de condição solidária: a União. Esse dispositivo constitucional, portanto, que introduz a União igualmente responsável na garantia da escolarização obrigatória do povo brasileiro, em regime de colaboração, é um salto qualitativo para o conjunto do debate já apresentado aqui, desde o balanço inicial da Senadora Marinor, passando pela exposição feita pela CNTE, alcançando aquilo que, do ponto de vista normativo, ético e de valoração apresentou o Professor Célio e, seguramente, perpassando os desafios a que o Senador Buarque fará referência. Nesse novo contexto, é também um novo *status* assegurado ao Plano Nacional de Educação.

O que estava vigente até janeiro, Senador Bauer, fazia referência ao cumprimento de um ordenamento de disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases. O que está em debate é uma disposição do art. 214 da Constituição Federal – portanto, o *status* é bastante superior ao que era considerado no ordenamento anterior a 2009 –, indicando que esse novo Plano deve ser o articulador do sistema nacional. Vale aqui dizer que, pela primeira vez na República, um dispositivo constitucional menciona um Sistema Nacional de Educação diferente do ordenamento anterior, que

era Sistema Federal, Sistemas Estaduais e Sistemas Municipais.

Portanto, é qualitativamente diferente tratar um Plano com tais abrangências, com tais relações federativas e com tal alcance diante da população, frente às disposições que orientaram o plano anterior. Isso diz respeito diretamente à condição constitucional do Plano. Desta feita, o Plano, obrigatoriamente, deve orientar uma relação entre o patamar de investimento público para atendimento de suas metas e a evolução do Produto Interno Bruto. Por mais discussão que isso provoque, e é bom que a provoque, mais do que dizer qual é o percentual – 7%, 8%, 9% ou 10% –, a significação de vincular o crescimento econômico do País ao cumprimento de suas obrigações educacionais, notadamente expandidas frente ao direito do povo brasileiro, tem uma marca importante de compromisso nesse cenário. E a isso, seguramente, somam-se as iniciativas, por exemplo, de ampliação de recursos vinculados nos orçamentos públicos, como já foi apresentado nesta discussão de hoje.

Dadas essas considerações iniciais importantes sobre o conceito desse Plano, é importante também ressaltar que ele dialoga com um processo de sua composição diferente da bipolaridade da composição do plano anterior, em que notadamente, para efeito do debate parlamentar em especial, confrontavam-se diretamente um projeto originário da sociedade civil e um projeto originário do governo de turno. Evidentemente, essa bipolaridade trouxe ganhos e perdas para cada um dos projetos, mas, por outro lado, resultou numa avaliação, acompanhada por esta Comissão no ano de 2004 e, depois, novamente, no ano de 2009, pelo Conselho Nacional de Educação, que tinha empoderamento para tal, definido pela lei, pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, com algumas vicissitudes importantes, entre as quais, do ponto de vista do formato do Plano, está a consideração de que um Plano que formulava mais de duas centenas de metas dispersas e, ao mesmo tempo, muito fragmentadas dificultava a qualquer gestor público, com as atribuições que tinha, pontuar os indicadores de metas que efetivamente deveriam garantir o controle social e o cumprimento dos compromissos por ele indicados.

Ao mesmo tempo em que havia, portanto, uma dispersão das metas e a avaliação geral dessas instituições que mencionei, as Comissões de Educação das duas Casas legislativas e o Conselho Nacional de Educação confluíram numa sequência de debates organizados pelo próprio Poder Executivo, iniciados ainda na primeira gestão do Presidente Lula, que trouxe alterações institucionais importantes. Uma delas – sua concepção inicial se deu no período em que o Senador Cristovam Buarque era Ministro da Educação – foi a primeira iniciativa relativa ao Fundeb, ao novo ordenamento do Financiamento da Educação Básica, de novo com uma maior intensidade de participação da União frente ao dispositivo anterior. Isso cumpriu boa parte das condições demonstradas pela própria Senadora Marinor, impulsionada pela nova regulação do Fundo, de ampliação obrigatória de investimentos em educação básica, inclusive do ponto de vista do Poder Público da União.

Essas disposições apontadas também alcançaram outras alterações institucionais importantes no cenário da educação brasileira, que vieram corroborando o cumprimento das metas, embora, como eu disse aqui, elas estivessem dispersas no outro Plano Nacional de Educação, conferindo novas institucionalidades.

Nesse sentido, por exemplo, na expansão da oferta do ensino superior, há o aproveitamento da imunidade tributária gozada pelas instituições de ensino superior há mais de 50 anos, com a oferta de bolsas integrais ou parciais do Programa Universidade Para Todos, com garantia de acesso por concurso público universal, na consecução daquilo que as empresas já ofereciam como vagas, necessariamente para compensar a imunidade tributária de que gozam.

Esse Programa Universidade Para Todos, nos últimos seis anos, beneficiou 800 mil brasileiros com acesso ao ensino superior, com um nítido recorte de renda de origem de escola pública, em muitos casos, inclusive, funcionando como fator de inclusão de família de maneira muito decisiva, tendo em vista a alteração da própria convivência, a expectativa e a aspiração dessas famílias, por um lado, e o próprio ambiente universitário, por outro lado.

Houve ainda a expansão do ensino superior federal, por meio do Programa Reuni, concebido no ano de 2007. Houve uma forte expansão da oferta de ensino público federal, o que, agora, se equilibra, com um maior avanço público na década anterior, o que foi feito, notadamente, Senador Requião, pelas universidades estaduais, tendo em vista as restrições que sofriam, inclusive, as próprias instituições federais naquele período.

Houve uma recente expansão dos institutos federais de educação técnica e tecnológica, rompendo um impedimento legal de expansão do ensino médio técnico, especialmente pela via pública, e alterando de maneira radical a concepção da década anterior de que a educação técnica profissional, especialmente a de nível médio, não servia para garantir o direito do estudante e era mais uma via de acesso ao ensino superior, tendo em vista as análises daquele período,

do que efetivamente uma garantia de direito para o cidadão brasileiro, por um lado, e uma resposta necessária ao setor produtivo, por outro lado. Creio que essa visão está absolutamente superada, tendo em vista não apenas o êxito da expansão federal, como o apelo reiterado dos setores produtivos, desde a agricultura familiar até o sistema federativo das indústrias, quanto à necessidade de qualificar, de maneira cada vez mais elevada, com escolaridade ampliada e com qualificação profissional, os jovens e adultos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Dentro dessa conceituação também, o Plano que, hoje, é apresentado ao debate do Congresso Nacional é originário, portanto, de uma série de alterações realizadas a partir da audiência dos setores interessados, por formulação de projetos legislativos que tramitaram aqui, tanto na Câmara quanto no Senado, com forte empenho de contribuição crítica propositiva e de melhoria do Congresso Nacional em todas as iniciativas de lei que ocorreram nesse período. Ao mesmo tempo, é resultado de um debate organizado com a sociedade, ainda no ano de 2006, e com a Conferência de Educação Técnica e Profissional; em 2008, com a Conferência Nacional de Educação Básica; em 2010, com a Conferência Nacional de Educação; e também com a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, um tema, inclusive, que vem ganhando maior relevância, tendo em vista que a população indígena brasileira cresce mais que o dobro do conjunto da população brasileira e tem seus direitos afirmados de maneira cada vez mais consistentes frente ao cenário nacional.

Ao mesmo tempo, nesse período, o Brasil assinou a Convenção da Unesco do Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência, traduzindo-se, portanto, em preceitos equivalentes a preceitos constitucionais no universo da inclusão, da acessibilidade e, evidentemente, do exercício da cidadania de milhões de brasileiras e brasileiros nesse período recente.

Essas afirmações são importantes, porque elas reúnem um conjunto de proposições que abrem o texto da Lei, com alterações institucionais importantes, entre as quais está o dispositivo das diretrizes e princípios da educação brasileira e das condições de inclusão e ação afirmativa, que não estão no texto constitucional, mas que estão presentes em diversas outras normas e constituem princípios e diretrizes deste Plano, adicionalmente ao texto que já era presente na LDB, e, ao mesmo tempo, os temas relativos à sustentabilidade, também acrescidos nas diretrizes e metas deste Plano.

Outra consideração importante é que, respondendo a uma demanda da própria sociedade brasileira, o Projeto de Lei nº 8.035 institui um Fórum Nacional de Educação, com três tarefas bastante definidas nessa proposição. O Fórum é reivindicado desde os anos 30 do século passado. Como todos nós viemos do século passado, não nos assustamos com essa data. Mas isso significa um esforço de corresponder ao movimento dos pioneiros, inclusive, nessa significação de haver um fórum organizado da sociedade, que acompanha, propõe e, ao mesmo tempo, organiza as conferências de oitiva da sociedade nos seus mais diversos segmentos e interesses.

Notadamente, no projeto, são apontadas duas conferências no período da década, e a primeira delas se deu no quarto ano de vigência do novo Plano, com tarefas revisoras das metas e aplicações de recursos, expressamente manifestados nesse texto, evidentemente reorientando o debate parlamentar que for necessário para a adequação da própria lei que vier a ser sancionada.

Este é um aspecto importante de qualidade desse novo Plano: reconhece ao Sistema de Avaliação da Educação Básica um dispositivo de lei que autoriza o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) a ampliar a consideração em torno do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, considerando, inclusive, a profissionalidade docente na referência à avaliação da educação básica.

Como os senhores e senhoras sabem, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior é constituído por uma lei própria, que regula os diversos instrumentos e ferramentas que correspondem verdadeiramente a um sistema nacional que tanto impõe regulação e normas validadas ao ensino superior público, como também se estende à normatização e regulamentação do ensino superior privado, garantindo, do ponto de vista do regulador, que é o Poder Público estatal, a condição de universalidade e de previsibilidade aos diversos atores que atuam na educação brasileira, tendo em vista que, para além das autonomias federativas, é dispositivo constitucional e legal a liberdade de oferta a partir do setor privado na multiplicidade de organizações já contempladas em lei: filantrópicas, comunitárias, confessionais, que hoje são quase inexistentes, e beneficentes da Assistência Social sem finalidades lucrativas.

Essa nova composição, portanto, aponta uma condição para o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais fazer uma ampliação das suas tarefas vocacionadas aos processos avaliativos de âmbito nacional e, necessariamente, uma articulação com competências próprias dos Estados, que é a organização dos seus sistemas avaliativos frente ao desempenho da educação no âmbito do Estado e dos Municípios, posto que,

na disposição da organização do sistema da educação brasileira, não existem nos Municípios competências de avaliação sistêmica, que cabem à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

Nesse novo cenário, portanto, a colaboração federativa é intrínseca ao processo de composição do Plano. Nessa direção, considerando as exposições que já apresentei, o novo Plano tem um formato que corresponde à avaliação crítica realizada, num passado recente, por esta Casa, pela Câmara e pelo Conselho Nacional de Educação, que buscaram adensar as metas – estão estabelecidas vinte metas – e reforçar uma visão que ultrapassa o sentido anterior, de haver um Plano Nacional de Educação normativo, para alcançar um novo Plano Nacional de Educação mais estratégico e operacional. Por isso, o conjunto das metas se faz acompanhar de um conjunto de estratégias, e perpassam, no conjunto dessas estratégias, as condições de cooperação federativa.

Aqui, reforço o posicionamento já apresentado pelo Professor Célio sobre a necessidade de regulamentação do art. 23 da Constituição Federal da República, que prevê onze atribuições de competência comum entre a União, os Estados e os Municípios e prevê, no seu parágrafo único, leis complementares para a regulamentação desses conjuntos de atribuições de competência comum. Mas, até hoje, ano de 2011, essas leis complementares não existem. Devemos lembrar que, até a Emenda nº 59, esse dispositivo era regulado no singular. Havia uma única lei complementar para onze atribuições de competências comuns, o que trazia um trabalho extremamente complexo para regulação futura. A tentativa, portanto, no plural, é de favorecer, neste novo cenário, a regulamentação do art. 23 da Constituição.

Nessa mesma composição, com vinte estratégias, contempla-se, de maneira equilibrada, o compromisso novo da União com a escolaridade obrigatória e com a educação básica, com a expansão necessária, indispensável e urgente da educação infantil, notadamente para 4 anos e 5 anos, incorporada na obrigatoriedade.

Ressalto o novo papel, cada vez mais presente, reforçado e indispensável da qualificação profissional de trabalhadores, sejam jovens e adultos subescolarizados, fazendo-se acompanhar da elevação da escolaridade daqueles que, hoje, estão concluindo o ensino fundamental e se candidatam ao ensino médio e à profusão do ensino superior.

Ao mesmo tempo, há uma conexão com a Ciência e a Tecnologia, posto que o Brasil joga hoje no cenário global um papel efetivamente superior ao da década passada, com capacidade de irradiação não apenas continental, na América Latina, mas com efeitos globais.

Ao mesmo tempo, indicam-se referências importantes sobre princípios da educação brasileira, como, por exemplo, o que foi destacado pela CNTE, o de gestão democrática da educação, considerando não apenas os conselhos no âmbito das escolas, os conselhos estaduais e o Conselho Nacional de Educação, mas também uma regulação que oriente, de maneira nacional, os patamares de participação desejáveis, sem ferir as autonomias federativas, que são o tema de delicadeza principal, inclusive, de atribuições mais próprias do Senado, que é a representação da Federação dos Estados.

Efetivamente, a reforma tributária tem íntima relação com o cumprimento das metas e com a ampliação de recursos sinalizados por todos os oradores até agora, como também guarda íntima relação com o financiamento da educação, que, no caso do Brasil, tem como seu principal imposto financiador o ICMS. Evidentemente, há normas concorrentes e recorrentes de alteração dessas capacidades. Por exemplo, a desoneração da exportação primária, que é uma regulação nacional, tem efeito direto na base de tributação dos Estados, que, por sua vez, pactuam parte do seu ICMS com Municípios, e ambos são os principais financiadores da educação básica pública brasileira.

Então, não dá para dissociar, evidentemente, o Plano Nacional de Educação da década com o debate candente, que é o da reforma tributária. Efetivamente, esta Casa, especialmente, tem muita sensibilidade, sabedoria e capacidade de conduzir um debate procedente em relação a esses temas.

Ao mesmo tempo, já caminhando para a conclusão desta intervenção inicial, este Plano aponta, necessariamente, uma condição de cooperação federativa que justifica, do ponto de vista da organização do Ministério da Educação, a criação de duas áreas categorizadas, com secretarias próprias, e uma delas é vocacionada à regulação. A Secretaria de Regulação está prestes a ser constituída, tendo em vista o que ela significa para a ampliação de credenciamento, a autorização de cursos e o reconhecimento de cursos oferecidos tanto pelo setor público como pelo setor privado, em franca expansão. Tendo em vista a melhoria da renda geral do povo brasileiro, é normal que haja uma aceleração da expansão de oferta da educação privada, seja na educação presencial, seja na educação a distância. Ao mesmo tempo, há uma expansão forte no sistema patronal de oferta de educação profissional, notadamente no chamado Sistema "S", seja no Senai, no Senar ou no Senac, e agora se inclui também o Sebrae nesse circuito de maneira importante, com o

Fundo Parafiscal, porque o que sustenta essas redes é recurso obrigatório de imposto sindical.

Ao mesmo tempo, nesse mesmo cenário, há a criação de uma secretaria de articulação com os sistemas de ensino, pela qual deverei responder tão logo a nova funcionalidade do MEC esteja consolidada e regimentada em decreto da Presidência da República.

Notadamente, essas duas estruturas correspondem a um ordenamento do Plano Nacional, que é todo pautado pelo regime cooperativo do ponto de vista das relações federativas, pela forma participativa e dialogal com Estados e Municípios na concepção das estratégias e no alcance das metas e, evidentemente, por formas de colaboração, que deverão ser pactuadas nas diferentes regiões brasileiras, tendo em vista as inúmeras desigualdades que não são somente verificadas entre as grandes regiões administrativas. Não se desconhece, do ponto de vista educacional, a intensa desigualdade nos centros metropolitanos, por mais que eles possam representar de peso proporcional no Produto Interno Bruto, como também não são desconhecidas – assim dizem os próprios dados trazidos pela Senadora Marinor – as desigualdades entre campo e cidade, para ter outra referência, ou entre as faixas de renda.

O fato é que o que acumulamos neste período de década é positivo, embora todos nós reconheçamos um nível, talvez, de velocidade inferior ao que é desejável. E a oportunidade que temos para a próxima década também está apontada por uma convergência cronológica importante. E concluo com essa consideração.

Neste ano, inaugura-se uma Legislatura tanto na Câmara, como no Senado. Neste ano, discute-se o Plano Plurianual de Investimentos, o PPA, que, ainda no final deste semestre, deve chegar à Câmara dos Deputados, à Comissão Mista de Orçamento, Plano e Gestão, e que, portanto, será considerado pelas duas Casas. Já no final do ano, será discutido o orçamento validado para 2012, no âmbito dos Estados, dos Municípios e da própria União, o que converge também com a confecção de um plano decenal, que, por disposição constitucional, subordina os planos plurianuais que são de duração menor e de alcance menor.

Portanto, reitero esta oportunidade desta Comissão, ainda que não tenha chegado o projeto de lei para a sua apreciação direta. Iniciar os seus trabalhos com este debate é, para nós, do ponto de vista do setor da educação das políticas públicas, muito alvissareiro.

Concluo, dizendo que podem contar com nossa presença, com a presença do Ministério da Educação, todas as vezes que for necessário e conveniente aos Srs. Senadores e Senadoras, para que este debate se aprofunde, independentemente de a matéria já estar consolidada e aprovada na Câmara dos Deputados. Nós o faremos com respeito, com a clareza que o Senado da República merece e com a altivez da tarefa de aprovar um plano de Nação, vinculado, portanto, a um projeto que supera os tempos de governo, os tempos de mandato, os patrimonialismos ainda presentes na cultura de gestão pública do País e, ao mesmo tempo, profundamente respeitador da autonomia federativa e das liberdades privadas, por um lado, mas, mais do que isso, intimamente comprometido com a garantia dos direitos do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao nosso ex-Ministro da Educação no Brasil, atual Senador da República Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, acho que dizer que estou com a palavra foi uma generosidade sua. Não estou com a palavra, porque não estou em condições de falar como deveria. Mas eu não podia faltar a um encontro como este. Peço desculpas aos senhores se em algum momento eu não conseguir falar, como ontem.

Quero começar, lembrando uma frase que cada um disse aqui.

A Marta deixou-nos a ideia de que o Plano deve ser debatido. Há interesses de pessoas que querem que ele seja atropelado.

Já a Marinor disse que falta ousadia e que este Plano é muito parecido com o Plano anterior.

O Célio lembrou bem que, em 1834, delegamos aos Municípios e aos Estados a educação, e os nossos Municípios e Estados são desiguais, distantes. Não podia dar outro resultado, a não ser o que deu.

E o Abicalil disse que o PNE foi bastante debatido pela sociedade civil, e isso é importante levarmos em conta.

Para mim, o primeiro Plano e o segundo Plano se parecem muito. E, lamentavelmente, são dois Planos de intenções, não são Planos de ações concretas.

Quando se lança o Plano de Transportes, diz-se quantas pontes serão feitas, quantos quilômetros serão pavimentados. A gente não vê esse tipo de coisa. Além disso, não ficou claro o objetivo, o que a gente quer, apesar das metas. Segundo, não passa a convicção de que a educação é o vetor do progresso. A educação continua sendo vista como um serviço – como há os serviços de água e de luz, há a educação –,não como um instrumento para construir o futuro do País. É diferente, essas duas convicções mudam a maneira de um Plano. Quando se faz uma ponte, tem-se a convicção de que aquela é uma ponte que liga um lado ao outro

do rio. Quando se faz educação, devemos ter a convicção de que é uma ponte do presente para o futuro, muito mais que um serviço prestado às crianças.

Finalmente, como eu disse, falta responsabilidade, como já foi dito por outros. Ao dizer que pertence aos Estados, aos Municípios e a União, a gente vai ficar adiando décadas para conseguir compor isso.

Vou fazer uma análise, dentro da perspectiva que tenho, de que o conhecimento é a vantagem comparativa que o País tem daqui para frente. Quando o Brasil começou, era a terra que nos dava a vantagem comparativa; depois, eram os incentivos fiscais, que atraiam as indústrias. A revista *The Economist* da semana passada dizia que a vantagem comparativa que um país tem hoje em relação aos outros é a soma do conhecimento das suas pessoas. O Plano deveria se propor a fazer com que o Brasil tivesse uma vantagem comparativa, fundamental em relação aos outros países.

Mas vou entrar no detalhe do que quero mostrar. Vou usar o *power point*, sobretudo, porque, se eu não conseguir falar, vocês poderão ler.

O PNE anterior consolidou-se como uma carta de intenções.

Podem passar rapidamente.

Aí está o ensino fundamental, a ampliação da matrícula, a redução das ofertas, a ampliação do atendimento, a redução da repetência, a erradicação do analfabetismo.

Conseguimos ampliar bastante as matrículas de ensino superior. Houve melhoria substancial dos indicadores, o que se conseguiu pouco. Conseguiu-se alcançar uma melhoria das condições de trabalho, mas não com o radicalismo que, a meu ver, um plano de dez anos deveria ter. Também há a ideia de mais recursos, que não considero como objetivo central. Mais recursos são um meio; o ideal mesmo era fazer a revolução, gastando menos, por mais eficiência. É claro que isso é impossível, sobretudo por que o grande gasto é com salário de professores, e o salário dos professores tem de aumentar bastante.

É preciso lembrar que, quanto às conversas da sociedade civil – o Abicalil lembrou bem –, neste ano, conseguiu-se convergir; no outro ano, essas conversas foram paralelas. A sociedade civil queria 10%; no fim, chegou-se a 7%, e, mesmo assim, Fernando Henrique vetou. Dessa vez, não sei por que os movimentos sociais ficaram conservadores e não pediram mais os 10%; pediram 7%.

O SR. CARLOS AUGUSTO ABICALIL – No projeto, estão os 7%. Os movimentos continuam pedindo 10%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, a convergência não foi tão boa, mas o resultado do pouco empenho do Plano 1 terminou nisto aqui.

Fiz esse gráfico, que, obviamente, é apenas simbólico, não é quantitativo. Melhoramos a educação, há uma evolução, só que as exigências são muito maiores, crescem mais que a nossa evolução. Este é o nosso problema, Senador: melhoramos menos que o necessário; então, ficamos para trás.

Há pouco, conversei com empresários que desistiram de investir em um projeto no Brasil por falta de qualificação profissional. Perguntei qual era o empreendimento, e eles disseram que era criação de cavalos. Eu, por mais que defenda a educação, disse: "Criação de cavalos? Qual é a qualificação dos vaqueiros?". Eles disseram: "Nossos cavalos custam R$3 milhões. A gente só deixa na mão de quem saiba ler a bula dos remédios, em inglês, porque são importados". É claro que não são todos os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E os cavalos falam inglês também, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, mas a bula dos remédios vem em inglês. Mais que isso, disseram: "Nossos cavalos são acompanhados dia a dia no computador, para sabermos o peso, o remédio, o quanto eles saltam, o quanto eles pulam. Muitos dos nossos funcionários têm que saber usar computador. Investimos e vamos embora, administramos de longe, precisamos estar interligados". É claro que não são todos que funcionam assim.

Quando ele disse que precisava ler, creio que ele não disse tudo. Penso que, na verdade, eles contratam veterinários, não mais o tradicional vaqueiro do tempo da gente. Então, há uma brecha crescente, e aqui pus este número – que é o que todos falam, como também a Presidenta Dilma – de oito milhões de profissionais, que foi a capa da revista *Exame* há algumas semanas. Vamos tentar agora. A Presidenta disse que seu grande desafio é formar esses oito milhões de profissionais. Não vamos conseguir fazê-lo como deveríamos, porque, hoje, um profissional técnico precisa de um bom ensino fundamental. Já passou o tempo em que havia mão-de-obra; bastava habilidade, e o cara virava um bom soldador, um bom torneiro mecânico, um bom operário da fresadora. Hoje, as máquinas conversam. Precisamos de operadores, que precisam de formação. Pegar pessoas que não saibam ler não vai formar um bom profissional, pegar quem tem medo de computador também não.

Mas não há só essa brecha. Há outra brecha: a social. A educação dos pobres está melhorando, mas a educação dos ricos está melhorando muito mais. Hoje, já é comum horário integral em escolas particulares para

pessoas de alta renda. Hoje, já não se aprende inglês como no meu tempo, com professor particular; hoje, os alunos vão fazer esses intercâmbios no exterior. Então, a educação deste pessoal aqui está melhorando, mas não a deste aqui. A consequência disso – quero passar mais rapidamente – é que, em 2008, continua havendo um funil da perversão brasileira. Este é o número de crianças que começam a primeira série; este é o número dos que vão terminá-la. É claro que esse é um funil construído. Veja a diferença: é a metade. Depois, aumenta um pouco, porque muitos que a deixaram voltam. Mas, no fim, isso termina em 1,5 milhão. De 4,1 milhões de alunos, 1,5 milhão terminam o ensino médio. Isso ocorre na escola pública; na particular, vê-se que quase todos o terminam.

Aqui, há outra perversão: estes vão para o ensino superior público, e estes outros vão para o ensino particular. É quase o mesmo número no ensino público e no ensino particular. Temos de superar isso. O Plano tem de dizer como é que, daqui a alguns anos, no final, essa pirâmide vai ser um retângulo. Não acredito que isso ocorra em dez anos, mas que isso se dê em vinte anos.

O que eu gostaria de ver no Plano? Vou aproveitar esta oportunidade para dizer isso.

Parece que ouvi a Marinor dizer antes que se repetem metas. Não se planeja para o período de uma geração; fica-se preso ao período de dez anos. Não se ampliam significativamente os recursos. Mais uma vez, não se criam mecanismos de responsabilização, e todos falaram aqui da Lei de Responsabilidade. Não se estabelece o que é responsabilidade de cada ator. Já se passaram 23 anos desde a promulgação da última Constituição, e não pagamos ainda essa dívida social e, sobretudo, não construímos ainda esse motor do progresso. Não é só uma dívida social, é um atraso econômico.

Vamos continuar, dizendo o que imagino, com base nas metas do Plano. Peguei algumas metas do Plano, não todas; juntei algumas, como, por exemplo, a universalização de atendimento. Para mim, a universalização precisaria dessas ações. É preciso atender com cuidado as crianças do pré-escolar. Falo do ensino fundamental, mas, se a criança, até os quatro anos, ficou sem comer bem, ela não vai acompanhar bem o ensino fundamental. No Distrito Federal, havia um programa que dava acompanhamento psicológico e pedagógico a crianças de 0 a 4 anos e uma cesta pré-escola, com comida e com brinquedos pedagógicos. A saída mesmo é a creche, mas, enquanto não houver creche, podemos dar um atendimento.

É preciso garantir vaga. Hoje, uma lei de minha autoria garante vagas, mas ninguém está praticando, até porque os pais não procuram.

Também temos de identificar e trazer todas as crianças que compõem os 5%. Esse documento meu é antigo; hoje em dia, já é menos de 5%. Mas temos de identificar e trazer todas as crianças. No MEC, no meu tempo, começamos a fazer isso. Fizemos um trabalho em que formamos trinta mil pessoas para descobrirem onde estavam as crianças. Eram trinta mil agentes de identificação, para tentar atrair as crianças. É claro que isso foi feito com a bolsa-escola. Lamentavelmente, isso parou. Assim que saí, não sei para onde foram os trinta mil agentes.

É preciso ainda retomar a bolsa-escola com a educação. Para retomar mesmo isso, a bolsa-escola não pode ser administrada pelo Ministério da Ação Social, que não tem compromisso com a educação. Ouvi o Ministro Patrus dizer – e eu diria também – que não vai deixar de pagar bolsa-família para uma família que passa fome. Do ponto de vista da ação social, isso está correto; do ponto de vista da educação, isso está errado. Pegue as famílias que passam fome e a criança que não está na escola e as leve para outro departamento, mas não pague a bolsa-escola. E temos de mudar o nome de volta. A família que recebia bolsa-escola pensava: "Recebo esta bolsa por que meu filho está na escola". A que recebe a bolsa-família pensa: "Recebo esta bolsa por que minha família é pobre". Muda-se o conceito. O imaginário da população pobre não dá valor à educação. A maior realização da bolsa-escola estava no nome, pois se botava a escola na cabeça dos pobres. Nós tiramos isso. Para mim, foi algo muito ruim que o Presidente Lula fez na formação da consciência dos pobres brasileiros.

Finalmente, é preciso separar a bolsa-escola de vale-gás, de vale-alimentação e de todos os programas e criar a poupança-escola, que é um programa que existiu aqui, no Distrito Federal. Para a criança que passa de ano, colocamos um dinheiro na caderneta de poupança, que só é retirado se a criança terminar o Segundo Grau. Se a criança não o termina, ela perde tudo.

Vamos adiante!

É preciso garantir uniforme. Isso é fundamental, não só para evitar o *bullying*, mas também para se criar uma unidade na escola. Acaba essa discussão de roupa.

Além disso, temos de atender todos os portadores.

Temos ainda de garantir transporte. Sem transporte e passe livre, as crianças não vão à escola.

É preciso ainda determinar a obrigatoriedade. Já foi aprovada uma lei no Senado, também de minha autoria, que foi sancionada pelo Presidente Lula, da mesma maneira que a dos quatro anos.

E, aqui, há uma proposta que ajudaria a preencher a lacuna de profissionais e, ao mesmo tempo, daria chance de emprego por meio da escola: aumentar de três para quatro anos o ensino médio, para todo jovem tem de sair do ensino médio com um ofício simples.

Ainda mais, devemos garantir bolsa para todo aluno universitário em curso de licenciatura nas áreas prioritárias.

O ProUni nasceu com o nome de Programa de Apoio a Educação (PAE), no meu tempo de Ministro, Senador, mas lá está escrito: "Só recebe a bolsa quem estudar nas áreas de licenciatura e se for, durante seis meses, seis horas por semana, alfabetizador de adultos". É claro que isso tira voto, porque o rapaz que receberia essa bolsa do PAE não sentiria que tinha uma obrigação com o governo, porque ele não dava; aí se contratava ele. O ProUni dá, e, por isso, dá mais voto. Mas é ruim para a educação. É melhor o ProUni do que não haver o ProUni. O ProUni é um projeto social importantíssimo, mas, do ponto de vista educativo, é limitado, porque a gente não aproveita esse profissional. Grande parte dos alunos do ProUni sai para profissões que estão sobrando. Socialmente, o ProUni foi bom: levou alunos da escola pública, alunos pobres, para a universidade. Evitou suicídio. Conheço um pai – não é que ele se suicidou –, um taxista que morreu de trabalhar para poder pagar a prestação de duas filhas. Morreu em Taguatinga. Se houvesse o ProUni, ele não teria morrido, porque ele não precisaria trabalhar tanto.

O segundo item é a ampliação da qualidade. Aqui, começo a radicalizar. Até aqui, fui bem comportado. Não vejo saída, a não ser transformar o MEC em Ministério da Educação de base, ou criando um Ministério do Ensino Superior ou levando universidade para o Ensino de Ciência e Tecnologia. Enquanto o MEC cuidar da educação de base e do ensino superior, o ensino superior domina completamente. Para o estudante, há a UNE, sindicato nacional. Eles abrem a porta do Ministro e entram. O pobre do secretário municipal não entra. Então, se não se fizer isso, não se vai conseguir avançar.

Também seria preciso criar uma agência nacional para proteção da criança e do adolescente, que não existe no Brasil. Há secretaria de jovem, de negros, de mulheres. Há a Funai, dos índios. Para a criança, não há secretaria. E o governo, desde o Governo Lula, nega-se a fazer isso. Tenho um projeto desse há 6 anos, 7 anos. A gente está vendo oito mil crianças morrerem assassinadas. Não há responsável para ver como a gente evita isso. Não há quem cuide da prostituição infantil, porque a Presidenta, às vezes, tem de cuidar da Polícia Federal, do Ministério Público, do Ministério do Trabalho. Deve haver alguém que cuide disso. O MEC só se preocupa mesmo com quem já está na escola. A gente tem de se preocupar com criança o tempo todo.

Temos de garantir a centralização gerencial, mas com federalização da coordenação de responsabilidade e padrões. Temos de federalizar a educação de base, mantendo a descentralização gerencial e a liberdade pedagógica, como a gente faz com as escolas técnicas, com o Colégio Pedro II, com os Institutos de Aplicação, com as universidades, com os Colégios Militares.

As escolas federais são as melhores do Brasil. A média das federais, de educação de base, é melhor do que a média das particulares. A melhor de todas deve ser particular, em que há gente muito rica, mas a média é a do Pedro II, de escolas técnicas. Mas são só duzentas. Temos de fazer duzentas mil federais. E vou dizer qual é a minha proposta para fazer isso: temos de ampliar... Ontem, houve uma grande discussão, para se aumentar aqui... Quanto foi que a gente aumentou as horas?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para 160 horas a mais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O total ficou de 960 horas. A minha proposta é de 1,2 mil horas. Se as crianças não ficarem 1,2 mil horas por ano na escola... Aqui, já se inclui horário integral, com duzentos dias e seis horas de aula. Aqui vai a radicalização. No MEC, criei o programa Escola Básica Ideal, para que todas as escolas de uma cidade sejam reformadas, com salários altos etc. Temos de radicalizar por cidade. Não dá para aumentar para R$5 mil o salário dos dois milhões de professores do Brasil, nem isso adiantaria muito. Honduras fez isto: dobrou o salário de um dia para o outro. Mas isso de nada adiantou. Mas a gente pode fazer o que vem depois, que é estabelecer a lei das metas para a educação, mas com responsabilidade educacional, senão não adianta.

É preciso implantar uma rede de centros e pesquisas de desenvolvimento. Isso, gente, é fundamental. É o que faz o Inep. O Inep foi criado para ser um centro de pesquisas, mas virou um centro de avaliação. Então, o Inep tem de voltar a ser um centro de pesquisa, até porque a educação evolui muito rapidamente, tem de se usar computador. A gente não sabe como usar computador. Daqui a pouco, vai haver remédio que ajuda o aprendizado, com a bioquímica. E o que

é que a gente faz com isso? Deve haver um centro de pesquisa, e se cria um centro de avaliação.

Temos de construir trinta mil escolas, fora daquelas cidades – vou falar sobre isso depois.

É preciso garantir equipamento moderno de teleinformática e definir padrões nacionais para edificações. É preciso haver uma lei federal de Habite-se. Hoje, um Prefeito faz o que, em Pernambuco, chamamos de mocambo e diz que é uma escola. Isso não pode ocorrer. Para abrir um *shopping center*, é preciso o Habite-se; para começar um aeroporto, é preciso o Habite-se, mas, para abrir uma escola, não é necessário o Habite-se. Um prefeito pode dizer que qualquer prédio é uma escola. Por isso, acho que metade das escolas brasileiras não é escola, é quase escola, é semi-escola, parece escola. Tem de haver o Habite-se Federal, para se dizer se aquilo é ou não uma escola.

Esse número de página... Há um documento que vou distribuir aos senhores em que está isso.

Aqui, fala-se da criação de padrões nacionais. Isso é a federalização, é a criação de um Plano Nacional da Carreira do Magistério. Na verdade, isso já existe, é o do Colégio Pedro II. A gente precisa levar esse plano de carreira para o Brasil inteiro. Como é que a gente leva isso para o Brasil inteiro? Não dá para fazer isso de uma vez. A minha proposta é que a gente selecione cem mil professores por concurso federal, pagando R$5 mil, o que ainda não é bom quando a gente compara com outros salários. Mas isso já atrairia bons jovens. Esses cem mil professores iriam para as mesmas cidades. Eles não iriam trabalhar onde eles querem. Funcionário do Banco do Brasil vai para onde o Banco do Brasil manda; o do Ministério Público vai para onde o Ministério manda. Você já faz o concurso sabendo para onde vai.

Essas escolas aonde eles vão... Todos os professores seriam dessas escolas. Todas essas escolas seriam bonitas, bem equipadas e modernas, em horário integral. Se espalharmos esses professores no meio dos outros, eles se perdem; se colocarmos esse professor bom numa escola com goteira, sem computador, ele se perde. Quanto ao dinheiro, não é caro formar cem mil professores, que atenderiam dez mil escolas em 250 cidades, atendendo três milhões de crianças. O resto continuaríamos melhorando aos poucos, mas, nessas, faríamos a revolução. Se são 250 cidades, com 100 mil professores, em dez mil escolas, chegamos, em vinte anos, a todas, ou seja, seria uma rede nacional de professores. Não basta a universidade, que não está formando bons professores. E há o Conselho do Magistério.

Implantar um sistema de residência é uma ideia do Marco Maciel. Se deve haver curso de residência para médico, deve haver curso de residência também para o professor.

É preciso criar a dedicação exclusiva. A gente tem de pagar bem, mas professor não pode fazer mais nada a não ser dar aula naquela escola. Professor que faz bico não é professor, não consegue ser professor, não por culpa dele. Temos de oferecer a todo professor remuneração adicional à sua dedicação, relacionada ao aprendizado de seus alunos. Isso é muito polêmico. Os sindicatos não gostam disso, mas não sou contra isso. A gente estava gastando um dinheirão para fazer Olimpíadas, em que serão dadas medalhas para quem saltar alto. Mas não se quer dar medalha para quem consegue fazer com que seus alunos aprendam. Só que a melhor medalha é dada em dinheiro. A melhor medalha não é a de ouro, mas a que é dada em real. Por que a gente se nega a reconhecer o mérito do professor que consegue fazer seu serviço melhor do que outros? Só que acho que isso não deve ser feito por professor, mas para todos os professores de uma escola. E aí os professores, inclusive, entre eles, vão se cobrar mais.

É preciso universalizar o ensino técnico. A Presidenta Dilma está fazendo um grande esforço nesse sentido, está aumentando isso. Mas, sem a educação fundamental, isso vai fracassar.

Quanto ao ensino a distância, quanto mais, melhor! Isto, sim, é importante. E o Plano passou por alto por isso, não definiu isso.

O que é que a gente vai colocar na cabeça dos meninos? Uma boa escola. Coloquei aqui, se não me engano, doze itens: ética, solidariedade social, respeito à natureza, respeito à diversidade, indignação diante de preconceitos e de injustiças, habilitação para o uso dos instrumentos de informática. Espera aí, ainda faltou alguma coisa. Mas não importa. Eu digo o que está faltando: ensino de línguas; ensino de Matemática para valer – o Brasil abandonou a Matemática nas escolas –; aprendizado pleno de pelo menos um idioma, além do português; gosto pela cultura; hábitos sociais e físicos saudáveis; Matemática e Ciências – o ensino de Português e do resto já está contemplado –; capacidade de aprender e reaprender depois da escola – a escola, dez anos depois, no conhecimento, está superada, salvo no caráter, e o aluno tem de aprender –; inserção de cada aluno na perspectiva do aprendizado contínuo e permanente. Tudo isso deve ser ensinado desde as primeiras séries do ensino fundamental.

Aqui, fala-se do estabelecimento de metas de aplicação. Aqui, há tenho uma coisa importante a dizer: temo que se jogue dinheiro demais nas escolas. Se chover dinheiro na escola, isso vira lama na primeira chuva. O dinheiro só deve entrar na escola quando a

gente souber quando ele chega aos neurônios das crianças. Sem um plano muito eficaz de uso do dinheiro, é melhor que ele não venha, porque se vai desmoralizar o dinheiro. Se a gente aumenta muito o salário do professor e se a educação não melhora, a gente vai desmoralizar uma luta secular de melhoria da valorização do professor. O dinheiro só deve vir quando ele for capaz de fazer a transformação. Mesmo assim, acho que se deve trabalhar com essa perspectiva.

Vamos em frente!

Aqui, está como é que foi apresentado o primeiro PNE. Aqui, está o segundo. É mais ou menos como está lá, mas coloquei aqui até 2030. Mas sou mais moderado: não dá para fazer tudo isso até 2020. Até 2020, se subirmos o percentual para 7%, talvez, joguemos dinheiro fora.

Vamos em frente!

Aqui, fala-se da difusão dos princípios da equidade e do respeito e da criação de um Proesb. Não há o ProUni para a universidade? Sou favorável ao Proesb, para que se pague para o aluno estudar na escola particular onde não houver uma escola pública razoável. Não sou favorável ao *voucher*, em que se dá o dinheiro, e o aluno estuda onde quer. Não! Mas onde não houver uma boa escola, não vejo por que não pagar por um programa desse.

Aqui, há algo fundamental: criar uma Escola Nacional para Gestores. A gente não pode escolher os gestores na caneta do governador, mas também a eleição direta que implantei aqui não funciona bem. A minha ideia é que a gente crie uma Escola de Gestores. Quem tiver o diploma diz "quero ser diretor" e aí se candidata. Aí os colegas o elegem, e aí a gente casa o mérito com a democracia. Só a democracia não funciona, só o mérito também não funciona. Então, essa escola daria o mérito. Está escrito aqui: "mérito-democracia".

Vamos em frente!

É preciso tratar como crime hediondo o desvio de verbas e toda a forma de corrupção. É um absurdo, mas se devia verba.

Temos de aprovar uma lei específica para criminalizar com rigor o vandalismo. Todo mundo ficou chocado, corretamente, com o caso de Realengo. Um monstro louco, doido, entrou na escola e matou doze crianças. Mas a gente tolera que se quebrem os vidros das escolas, que se quebrem os computadores, que se levem os computadores para casa. Há uma diferença, é claro, entre um bandido que mata e um vândalo que destrói a escola, mas os dois merecem punição, punições diferentes.

Aqui, falo de se criar a agência federal para coordenação da segurança escolar. Eu, no Governo, criei o batalhão escolar, mas ele ainda era da PM. Isso aí tem de ser administrado pelo Ministério da Educação, obviamente o Ministério da Educação de base, colaborando com a PM. A gente deve fazer um grande pacto de paz nas salas de aula, na linha do que você disse.

Sobre a poupança escola, já falei antes.

Aqui, falo de se criar o sistema nacional de avaliação e fiscalização. Hoje, há um razoável sistema de avaliação, mas não o de fiscalização. Proponho uma espécie de TCU da educação, mas não para saber se você gastou bem o dinheiro – para isso, já existe o TCU –, mas para saber se deu resultado. Temos de fiscalizar os resultados da escola.

Vamos lá! Aqui, há algo polêmico. A ideia seria retomar uma coisa que havia no meu tempo: o inspetor federal. Foi fechado pelo Paulo Renato. Tem de voltar a existir um sistema federal de fiscalização, que visita as escolas, que visita os pais. Com dois mil inspetores, a gente consegue cobrir uma boa parte do território.

Temos ainda de estimular o envolvimento midiático na educação. No mundo de hoje, a educação é da escola, da família e da mídia. Não adianta a gente colocar o menino, por seis horas, na sala de aula, se ele chega à sua casa, liga a televisão, e a televisão o deseduca totalmente. Há um projeto do Senador Pedro Simon neste sentido: pode-se livremente deixar que as emissoras de televisão façam programas educativos, mas, se não os fizerem, a gente as pune. E as pune como? Tomando horas da programação televisiva, para colocar os nossos programas educativos. Uma novela pode ser muito educativa. Então, haveria uma instância que daria esse aval.

E, aqui, trato da erradicação do analfabetismo. Há uma boa meta, mas não se diz como fazer isso concretamente. Proponho algo que já propus, inclusive, internacionalmente na Unesco. A alfabetização não é uma questão de educação. A alfabetização de adultos é uma questão de direitos humanos. Eu nunca vi ninguém, Requião, dizer que tortura é uma questão do Ministério da Saúde, porque o torturador quebrava o braço do torturado. Ninguém dizia que isso era uma questão de saúde. Você até poderia ver a tortura como uma questão de saúde, mas não; é de direitos humanos. O mesmo se dá com o analfabetismo de adultos. É uma questão de direitos humanos; não é uma questão de eficiência. Por isso, a gente tem que alfabetizar até os velhinhos. Sugiro que se tire isso do MEC e que se crie uma secretaria para a erradicação do analfabetismo na Secretaria dos Direitos Humanos. Aliás, essa secretaria eu a criei no meu Ministério e nunca entendi por que, em 2004, ela foi fechada. O gesto do Ministro que me sucedeu foi uma coisa raríssima. No Brasil, depois que você cria uma caixinha no organograma,

isso pode não servir para nada, mas você deixa lá. Ele conseguiu fechar uma caixinha, mas uma caixinha que era útil, onde havia alguém encarregado de criar o programa Alfa, que consistia em dar uma bolsa para o analfabeto que aprendesse a ler. Fiz isso no meu governo. Ele ganhava R$100,00 quando escrevesse sua primeira carta. E aí vem o caminho. Eu não acredito na alfabetização dentro das escolas. A alfabetização é um trabalho de instituições públicas e privadas: prefeitura, governo estadual, igreja. O movimento evangélico foi fundamental na experiência, em 2003, do esforço em torno da erradicação do analfabetismo – a erradicação levaria alguns anos para ser alcançada.

Quanto ao incentivo para universitários serem alfabetizadores, aqui, entrava a ideia inicial do ProUni, com um programa de leitura, de leituração, porque, se você alfabetiza alguém e não o mantiver lendo, ele perde esse hábito rapidamente.

Havia programas bonitos no MEC. Por exemplo, a gente pegava as novelas e mandava reescrevê-las em uma linguagem simples. E os carteiros levavam os livros e os deixavam nas casas. Diziam: "Daqui a alguns dias, eu os levo de volta". É claro que se perderam muitos livros, mas não faz mal, pois o livro ficou na casa.

Esta é uma questão de direitos humanos: erradicar o analfabetismo de adultos, num prazo curto. Não pode ser em 2022; tem de se antes. Quando digo erradicar, não se trata de chegar a zero, porque isso não existe. Mas temos de chegar a 1% ou 2%. Essa tem de ser uma campanha nacional. E essa é a única parte que um presidente pode cumprir seu mandato, porque o resto todo leva mais de quatro anos e até mesmo mais de oito anos se ele for reeleito.

Então, meu caro Abicalil, o que sinto no Plano é, como disse a Marinor, falta de ousadia. Não é um plano revolucionário; é um plano bem acomodado para continuar a evolução, se for cumprido, se não acontecer o que aconteceu com o primeiro, em que nem isso foi feito, ou seja, não conseguiu ser cumprido.

Essa é a proposta que eu gostaria de ver no plano e em torno da qual a gente tem de trabalhar, Sr. Presidente, para saber se a gente consegue ou não fazer emendas, voltando a discutir com a comunidade, não passando por cima dela, mas também não fazendo mais uma conferência. Vamos fazer reuniões, para ver o que interessa e o que não interessa.

É isso, Sr. Presidente. Fico muito feliz de ver aqui um grupo com o qual a gente pode discutir. É possível, sim, fazer do conhecimento vetor do progresso. É possível fazer a revolução, não apenas a evolução na educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Terminadas as exposições, a Mesa vai abrir a palavra aos 27 Senadores e aos 27 suplentes que participam da Comissão de Educação.

O primeiro inscrito é o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSBD – SC) – Sr. Presidente, prezados colegas Senadores e Senadoras, cumprimento aqui os palestrantes Marta Vanelli, Carlos Augusto Abicalil e o Professor Célio Cunha. É, sem dúvida, muito valiosa a exposição que aqui foi feita por todos os que compõem a Mesa.

O tema é muito importante, e, sem dúvida, é preciso que o Senado comece a ter maior contato com o assunto, já que, após o trâmite na Câmara dos Deputados, ele passará a ser analisado e votado no âmbito do Senado Federal. Assim, é muito importante que todos dispensemos ao Plano Nacional de Educação uma análise cuidadosa e ofereçamos sugestões adequadas e apropriadas.

Por isso, quando recebi a comunicação desta audiência pública, fiz questão de participar dela por todo o período, sem me ausentar, porque os três pontos que estavam aqui indicados como assuntos desta audiência me chamaram a atenção, uma vez que eles balizariam o que faríamos em seguida quando o projeto aqui chegasse.

O aspecto conceitual do Plano Nacional de Educação, creio, foi muito bem abordado e situado para os que atentaram para as exposições aqui feitas. O balanço do plano anterior, lamento dizer, não foi apresentado e não foi considerado nesta audiência pública, salvo algumas rápidas observações feitas pela Senadora Marinor e pelos demais participantes, considerando que não houve balanço nenhum, zero. Não se utilizou o PNE anterior, suas metas e seus propósitos para o efeito desta audiência, Fica devendo a Comissão aos Senadores uma nova oportunidade de análise.

Não é por outra razão – e até considero que, talvez, por isso, o assunto não tenha sido abordado hoje – que apresentei ao Plenário do Senado Federal um requerimento, solicitando que o MEC enviasse um diagnóstico completo de todas as informações que orientaram a definição das vinte metas do novo PNE.

Apresentei esse requerimento ao Plenário do Senado Federal no dia 02 de março, mas, lamentavelmente, por razões que desconheço, até o dia 29 de abril, a Mesa do Senado Federal precisou de tempo para despachar o meu requerimento ao Ministério. Portanto, somente a partir de 29 de abril é que começou a ser contado o prazo de trinta dias para o MEC nos enviar essas informações. Sei que, na Câmara dos Deputados, também há um pedido semelhante, que

já teve os seus trinta dias vencidos sem que o MEC passasse as informações.

Mas também lembro, Presidente Requião, que o Ministro Fernando Haddad, quando esteve aqui no dia 15 de março, instado por vários Senadores a respeito das informações que orientaram a elaboração do PNE, assumiu um compromisso aqui, de público, de enviar a V. Exª todas as informações, todos os dados da área do Ministério, e V. Exª, no mesmo dia, comprometeu-se a redistribuí-los aos membros da Comissão. Consultada a assessoria da Comissão, soubemos que, até ontem, o Ministério da Educação não nos enviou qualquer dado. Na terça-feira, vamos cobrar isso do Ministro aqui. S. Exª, o Ministro Haddad, ainda disse, naquele dia, que esses dados são públicos, que não há por que não serem revelados, e eles, obviamente, devem orientar todas as informações e todas as avaliações que fizermos do novo PNE proposto pelo Executivo.

Considero que é muito importante o PNE ser elaborado agora com base no diagnóstico, com base na audiência que se fez à sociedade e ao setor da educação, por meio da realização do Conae e de outros eventos, e entendo que estamos aqui para contribuir. Sou da oposição e disse ao Ministro, aqui presentes todos os meus colegas de oposição, que, em educação, não existe ideologia; em educação, não há situação e oposição; em educação, tem de haver compromisso e responsabilidade. Quero contribuir e vou contribuir. Entretanto, sem dados que nos demonstrem onde erramos, onde não alcançamos resultados, onde tivemos deficiências, é muito difícil estabelecer, Senador Cristovam, como fazer e quando agir para se recuperar o que eventualmente se deixou de fazer.

Não importa se foi o Governo Lula, se foi o Governo Fernando Henrique, ou quem foi Ministro. Esse é um item que não devemos considerar para efeito de estabelecimento de um plano para dez anos à frente.

Aliás, Senador Requião, quando fui Secretário de Educação de Santa Catarina na primeira oportunidade, no período de 1991 a 1994, tive oportunidade de conhecer o sistema educacional da Alemanha, quando a Alemanha era um país que se destacava no mundo por ter uma educação muito adiantada, muito eficaz. Só para se ter uma ideia, naquele tempo, na Alemanha, nenhum professor era contratado por nenhum Município; todo professor era contratado pelo seu Estado. Só existia um tipo de professor na Alemanha; o professor contratado pelo Estado. Entretanto, toda a gestão escolar – obras, manutenção da escola e tudo mais – era de competência do Município. Portanto, essa política salarial, que a gente diz precisar existir no Brasil, eles já a tinham na Alemanha há quinze anos. E eu a reputo extremamente positiva. Se tomarmos, no Brasil, 27 Estados e mais de cinco mil Municípios, teremos 27 mais cinco mil leis diferentes, uma em cada lugar, cada qual tentando administrar essa questão salarial, essa questão da remuneração, que é muito complexa, é muito difícil, com os componentes políticos, com as questões que envolvem a remuneração de aposentados, com as questões que envolvem a capacitação. Assim, a gente nunca chega lá. Aliás, sempre digo que, se pudéssemos eliminar da folha da educação a conta dos aposentados e transferi-la para o Poder Público, como deveria ser, efetivamente, dobraríamos a remuneração dos professores em atividade no Brasil, em poucos minutos. Evidentemente, isso não é possível na maioria dos Estados. Por quê? Porque nem todos os Estados têm condições de fazer essa operação. Já nos Municípios, o pagamento dos professores é mais elevado, porque eles são mais recentes do que os Estados, são mais novos.

Em Santa Catarina, o meu Estado, a gente convive com situações curiosas: Municípios que têm 30 anos de idade pagam aos seus professores duas vezes mais do que paga o Estado ou do que pagam Municípios que têm mais de 100 anos de idade, porque os Estados e os Municípios mais velhos têm o encargo dos professores aposentados, lançado na conta dos 25% da educação, o que tem de ser eliminado no menor prazo possível, dentro da nossa estrutura administrativa nacional, estadual e municipal.

Mas eu dizia que, se na Alemanha a gente viu aquele momento de grande avanço, nos Estados Unidos, que também conheci na época, a gente via a educação sofrendo, naquele período, há quinze anos. Eu diria que a Alemanha estagnou, de lá para cá; ela continua a mesma. Já os Estados Unidos não construíram uma grande evolução no seu ensino básico; pelo contrário, eles ainda vivem dificuldades. E, no mesmo período, a Finlândia deu um salto, como também a Coreia do Sul. O sistema coreano eu não conheci, mas o da Finlândia, sim.

Quero dar esse depoimento aqui, apenas para dizer o seguinte: o que a Finlândia construiu em termos de avanço educacional foi um PNE, foram dois PNEs ou, talvez, três, porque, agora, eles já vão para o terceiro. Não há dúvida de que o que estamos fazendo aqui é o melhor instrumento para se construir o futuro da educação. Não tenho dúvida quanto isso. A gente precisa estabelecer parâmetros pragmaticamente.

Tenho, por exemplo, uma grande divergência de entendimento com o Senador Cristovam Buarque diante da exposição que fez. Tudo o que ele disse é correto, tudo tem de ser, evidentemente, aplaudido. Mas ele tem a teoria e a tese da centralização: ele quer fazer tudo nacionalmente. E quero fazer isso de forma des-

centralizada. Acredito que isso funcionaria melhor se fossem da competência do Estado e da competência do Município muitas das ações que o Senador Cristovam pretende sejam orientadas e coordenadas em nível nacional pelo Ministério ou por outros órgãos que viriam a ser criados. Mas, de forma nenhuma, considero que suas propostas não sejam adequadas para a educação avançar. A questão é só de como fazer, porque o que fazer todos nós sabemos, sem dúvida.

Por outro lado, eu diria que, se o PNE de 2001 era mais normativo, como disse o nosso sempre Deputado e amigo Carlos Abicalil, na verdade, ele foi o primeiro. E o primeiro sempre terá características que não são as mais adequadas. Se o Presidente Fernando Henrique Cardoso vetou 7% foi por que, efetivamente, naquele momento, o percentual de 7% era algo impossível de se assumir. Hoje, há propostas no PNE que falam de 7%, que falam de 10%, que estão, por meio de emendas, na Câmara dos Deputados, que nem a Presidente Dilma irá sancionar. Não adianta sonharmos.

Precisamos, sim, estabelecer e compreender quais os mecanismos de financiamentos da educação mais adequados, mais apropriados, porque, se não dermos o caminho das pedras em termos de dinheiro, não adiantará fazer o que o professor Célio falou, que é conferir e monitorar o cumprimento das metas em menos do que quatro anos. Se a proposta é de quatro anos, como está apresentado no PNE em discussão na Câmara, e se não dermos muito dinheiro e um dinheiro bem definido, obviamente, vamos ter dificuldade de avaliar isso em um ano, em dois anos ou três em anos, ou a cada ano, ou constantemente. É muito difícil.

Estamos vivendo no Brasil com os humores econômicos, ora com contingenciamento de receita, ora com eliminação de determinados tributos. Eu, por exemplo, fazia críticas, como Secretário de Estado, no ano passado, àquele encaminhamento dado pelo Governo Federal – e vou apresentar, no momento oportuno, uma proposta ao Congresso... Por exemplo, quando houve a crise econômica internacional, o Governo Federal, muito acertadamente, reduziu os impostos dos veículos, para permitir que a economia nacional, o emprego, tudo isso fosse mantido. Quando decidiu por isso, obviamente, com a contribuição e a participação dos Estados, fez muito bem, mas quem perdeu mais do que tudo com isso foi a educação, porque perdemos os 25% relativos àquela redução de carga tributária sobre determinados índices. E um país tem de fazer tudo, pode fazer tudo, mas não pode tirar dinheiro da educação num momento como esse. A educação tem de continuar avançando, porque, senão, você salva emprego, salva economia, salva a base monetária do país, mas o prejudica no seu curso histórico e no seu desenvolvimento de uma maneira geral e integral.

Portanto, eu queria saudar a Senadora Marinor e o Senador Cristovam pela iniciativa. Quero registrar aqui que fica pendente a questão do balanço, que precisamos fazer e vamos fazer oportunamente.

Quero também cumprimentar os palestrantes e me solidarizar com suas observações e com suas propostas e me colocar à disposição para fazermos o melhor. Mas é preciso ter muito cuidado. Não sei se é possível, Sr. Presidente, travarmos uma discussão no Senado com a Comissão da Câmara e, quem sabe, com o relator de lá. Tenho receio de que, uma vez aprovada lá, a matéria venha para cá e de que, como sempre, a pressão sobre o Senado comece a ser muito intensa. E, como queremos contribuir, somos entendidos como aqueles que estão atrapalhando, que estão prejudicando. Talvez, o próprio MEC devesse assumir essa posição, chamando pessoas do Senado e aqueles que estão na Câmara, para discutirmos juntos, em conjunto, alguma estratégia para fazer o PNE avançar, sem dificuldades no seu encaminhamento, principalmente quando chegar ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Marinor quer fazer algumas observações sobre a conferência brilhante e paralela do Senador Paulo Bauer. (*Risos.*)

V. Exª está com a palavra.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria também de falar posteriormente. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª está inscrita.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que concordo com o Senador Paulo Bauer sobre o fato de a gente não ter conseguido entrar na essência do balanço. No início da minha fala, eu disse que não recebemos – e V. Exª confirmou – qualquer relatório do MEC, qualquer balanço do MEC que pudesse balizar um balanço político mais consistente.

Segundo – e V. Exª tem razão –, acho que essa atividade de hoje já cumpriu o objetivo, que é o de provocar os Senadores, o de provocar o Senado, para que possamos aprofundar a discussão acerca do Plano Nacional de Educação. Este não é possível sem que haja um balanço, uma síntese, com um mínimo de unidade, sobre as dificuldades, o descumprimento das metas e o detalhamento de cada meta dessa relativa à valorização do magistério, ao financiamento da educação, ao ensino superior e à pós-graduação, ao ensino pro-

fissionalizante, ao ensino médio e fundamental, à EJA, à educação integral, à educação infantil etc.

É preciso chegar a um grau de detalhamento, embora eu tenha a posição de que já se tem aprofundado um pouco mais esse assunto, em nossos debates que fazemos nos núcleos políticos que envolvem educadores, dos quais participo. Mas é necessário que isso seja socializado, à luz de um documento oficial. O MEC não se pode eximir de fazer um balanço dos dez anos de Plano Nacional: dos dois anos em que o Plano foi coordenado pelo ex-Presidente Fernando Henrique e dos oito anos em que foi coordenado pelo Governo Lula. Quero deixar isso bem claro aqui.

Em terceiro lugar, quero dizer que a proposta original, que concebemos e que acabou não sendo efetivada nesse primeiro momento, previa dois tempos de discussões: um deles destinado à discussão do conceito; o outro, a um balanço em perspectivas, o que nos permitiria aprofundar mais, à luz da conceituação do Plano Nacional, o conteúdo do balanço e o conteúdo das perspectivas. Felizmente, essa provocação veio, e espero que isso seja refletido pelo conjunto da Comissão de Educação, para que possamos reordenar nosso calendário.

Sr. Presidente Roberto Requião, é preciso dizer, para conhecimento de todos os Senadores e Senadoras e também de nossos convidados, que estão previstas, nesse processo de discussão que antecipa a chegada do Plano no Senado, várias audiências para detalhar cada elemento contido no Plano Nacional. Temos um calendário, que está começando hoje, que vai ser distribuído por todo o mês de maio e de junho, quando pretendemos ter uma síntese da discussão, nesta Comissão de Educação, sobre o Plano Nacional, à luz das contribuições da sociedade civil, que será convidada.

Por último, Sr. Presidente, com relação ao pronunciamento do Senador Paulo Bauer, eu queria alertar a nossa Comissão, o Senado e até o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, que, se é verdade que há urgência para o novo Plano, também é verdade que não está havendo movimentação política do Governo para que isso aconteça. Só na Câmara Federal, há uma perspectiva, já aprovada, de sete audiências públicas pelo Brasil. E, até agora, nenhuma delas aconteceu. Então, o tempo de debate na Câmara, o período de programação pode não refletir o tempo de debate que se faz necessário no Brasil sobre essa questão.

Por isso, digo que o Senador tem razão: a matéria vai passar um tempo enorme lá, e eles não vão aprofundar o debate qualitativamente. A matéria, quando vier para cá, chegará aqui de afogadilho. É por isso que resolvemos antecipar algumas discussões, para que não sejamos surpreendidos, como tem acontecido historicamente no Senado. O Senado se vê pressionado a votar, sem que, aqui, tenhamos a possibilidade sequer de apresentar emendas, sem que haja o respeito regimental por parte da Mesa Diretora de nos permitir fazê-lo, para nos inserirmos na discussão e com ela contribuirmos.

Então, eu queria deixar essas coisas bem claras. Vamos ter de avançar mesmo a respeito desse balanço. O MEC terá de trazer a documentação, para que a gente possa melhorar as condições e refletir sobre o que aconteceu, nesses últimos dez anos, com o Plano Nacional de Educação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Cristovam Buarque está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não tenho o que responder.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, obrigada.

Quero pedir desculpas aos nossos convidados, ao Senador Cristovam e à Senadora Marinor, porque sou titular também da CAS, e o Ministro Padilha estava lá. Hoje, a saúde é o problema maior que a população brasileira enfrenta – todas as pesquisas indicam isso –, e, por isso, eu queria estar lá para discutir essa questão também.

Mas, tratando do nosso Plano Nacional de Educação, é claro que falamos dos oito anos do Governo Lula e dos dois anos do Governo Fernando Henrique.

O Senador Paulo Bauer estava falando aqui dos 7%, e ouvi isso ontem. Aí falei: "Mas o Lula podia ter mudado isso aí, podia ter colocado mais recursos na educação". Era possível fazer isso. O orçamento está aí para isso. Mas a questão não é essa. A questão, agora, é ver o Plano e ver qual é o sentimento que temos do Plano. O sentimento é o de melhorar a qualidade da educação? Quando a gente termina de ler o Plano, a gente sente que é essa a vertente? Estão ali colocados os ingredientes necessários para que isso aconteça?

Fala-se da expansão naquilo que precisamos expandir. Eu estava dando uma olhada aqui: analfabetismo, hoje, está em 9%; creche, com 18%; pré-escola, com 74%; ensino fundamental, com 97%; ensino médio, com 50%; ensino superior, com 14%. Então, a expansão é necessária? É necessária. Mas o sentido da qualidade está colocado? Qualidade significa o quê?

Significa tempo, carga horária do aluno em sala de aula – esse é um item da qualidade –; significa a garantia de contarmos com um bom profissional de educação em todos os sentidos, a valorização do professor em todos os sentidos; o material, todas as novas tecnologias existentes; e o gerenciamento da educação em cada localidade. Não me refiro apenas ao gerenciamento em termos de estrutura de governo; o gerenciamento nas escolas é fundamental também.

Então, não podemos ver o PNE como uma panaceia que vai resolver todos os nossos problemas. Às vezes, tenho ouvido alguns professores falando que, agora, o PNE vai resolver todos os nossos problemas. Não vai! Mas se tem de dar um rumo. E é para isto que ele serve: para dar o rumo. E qual o rumo que o PNE está nos dando? É da qualidade da educação? É isso que acho que temos de acompanhar.

Quero terminar, dizendo das duas propostas que acompanhei como Deputada Federal: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 – eu era Deputada Federal, estava lá na discussão e na votação da lei –, e o primeiro PNE, em 2001. Demos um rumo; normativo ou não, havia ume rumo.

Agora, precisamos avançar. De que jeito? Não podemos ficar na mesma situação, precisamos garantir essa evolução – e isso não vi no PNE novo –, para que possamos garantir que realmente a educação no Brasil vai dar um salto de qualidade. E, nesse salto de qualidade – concordo com o Cristovam, para encerrar –, não podemos andar com passinhos lentos, devagar. Chegamos a um momento em que ou damos um salto na educação ou não o damos.

Para terminar mesmo, quero dizer que o Ministro da Saúde acabou de dizer que questão de saúde é questão de educação. Então, temos de garantir educação ao povo brasileiro, até para resolver o problema da saúde.

Era só isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos conceder a palavra à Senadora Ana Rita. Faremos a resposta em bloco.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero, Sr. Presidente, apenas parabenizar a Mesa por este debate. Aqui, tudo acontece ao mesmo tempo. Então, temos de estar presentes em várias Comissões ao mesmo tempo. Fui convocada rapidamente para ir a outra Comissão, não tive oportunidade de ouvir todos, mas, às pessoas que pude ouvir, quero dizer que me senti contemplada.

Quero aqui reafirmar que este momento, na verdade, marca o início da participação da nossa Comissão no debate do Plano Nacional de Educação. Estamos acompanhando a discussão do PNE na Câmara dos Deputados; temos participado de uma Comissão especial. Quero dizer que precisamos, inclusive, estreitar relações com a própria Câmara. É importante fazermos o debate aqui, mas é importante também acompanharmos o debate na Câmara dos Deputados, para que possamos caminhar juntos nesse processo.

Então, é possível avançarmos lá antes de o projeto chegar aqui. É possível a gente oferecer contribuições também à Câmara dos Deputados antes de o projeto chegar aqui. Acredito que ele possa chegar aqui da forma mais perfeita possível, para que a gente não precise fazer tantas observações.

Eu me senti bastante contemplada, particularmente, pela fala do Professor Célio – ouvi atentamente sua fala, desde o início até o final – e pela fala do Secretário de Educação do Ministério, o Sr. Carlos Augusto Abicalil.

Quero dizer que esse é um tema a que, de fato, precisamos nos dedicar profundamente. O Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos precisa ter um olhar preferencial tanto da Câmara dos Deputados, como desta Casa, o Senado Federal, para que possamos oferecer as contribuições que forem necessárias, mas acreditamos que ele, por si só, já é um grande avanço. Na verdade, o Plano é fruto de todo um processo que já vem sendo construído ao longo de alguns anos e, à medida que o tempo vai passando, com a experiência acumulada, vai se qualificando mais ainda.

Então, hoje, já existe um avanço, mas, com certeza, precisamos ainda avançar em muitas coisas. Vocês puderam demonstrar isso aqui hoje. Quero parabenizar vocês e dizer que estamos felizes. Com certeza, esse assunto será retomado em diversos outros momentos. Queremos contar com a participação e contribuição de vocês sempre que precisarmos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A primeira manifestação é do representante do MEC, Carlos Augusto Abicalil.

O SR. CARLOS AUGUSTO ABICALIL – Meu caro Presidente Requião, demais membros da Mesa, Senadoras e Senadores presentes aqui, quero, em primeiro lugar, reiterar aqui a nossa solidariedade. Ressalto a disposição da Comissão do Senado em iniciar o debate. Ao mesmo tempo, quero referendar essa proposta importante de articulação dos debates aqui com aqueles já iniciados na Câmara dos Deputados.

Também devo registrar que a Câmara dos Deputados tardou em definir qual era o procedimento de debate próprio, de modo que a Comissão especial definida pela Câmara tem funcionado há duas semanas.

Então, é importante reiterar aqui o nível de comprometimento da base do Governo ou próprio Governo em relação aos processos legislativos. Há dinâmicas próprias definidas de maneira legítima pela autonomia dos Poderes. Então, na Câmara dos Deputados, há uma Comissão Especial com duas reuniões de trabalho realizadas; nesta semana, haverá a terceira reunião. Isso é importante, porque há uma prevalência legítima do processo definido autonomamente pela Casa legislativa, o que não diminui nosso empenho, como Governo, como Poder Executivo, nem o empenho das lideranças partidárias no sentido de realizar essa sintonia, na metodologia mais apropriada, de modo que aquilo que puder ser alcançado de modo unitário entre as lideranças representativas no Congresso Nacional, seja na Câmara seja no Senado, como espelho de preocupação legítima de deliberação que possa favorecer uma contribuição para o Plano, seja alinhavado desde então. Isso, para nós, é fundamental.

A segunda consideração, eu a faço, particularmente, ao Senador Paulo Bauer, tendo em vista o requerimento cuja cópia acabo de receber. Devo adiantar a V. Exª que o compromisso do Ministério da Educação em oferecer a nota técnica de diagnóstico e de justificativa de cada uma das metas está se consolidando, e, pelo que li do seu requerimento, todos os dados estarão contemplados no documento que o MEC está finalizando, com o compromisso, expressado pelo próprio Ministro Fernando Haddad, de entregá-lo seja ao Senado, seja à Comissão Especial da Câmara. Do que pude ler do seu requerimento, creio que todos os pedidos estarão contemplados no texto que está sendo finalizado pelo Ministério da Educação.

De maneira geral, agora, considerando o conjunto do nosso diálogo aqui, há um pressuposto importante que esta Casa, especialmente, tem competência e atribuição institucional para fazer: que federalismo nós queremos? E aí a distinção entre Finlândia e Alemanha é muito grande; a distinção entre Alemanha e Estados Unidos é muito grande; a distinção entre os três e o Brasil é maior ainda. O Brasil é o único mecanismo federativo que atribuiu autonomia aos Municípios. Não existe outra república federativa que considerou Municípios entes federativos. Portanto, nossa situação é peculiar.

Repito: não há outro lugar melhor para debater o modelo de federalismo do que o Senado da República, por suas prerrogativas próprias, constitutivas no nosso ordenamento jurídico. Isso tem a ver com as diversas concepções possíveis de plano. É evidente que, quando o Senador Cristovam aponta uma série de organismos federais, atrás disso há uma leitura de qual seja o papel da União frente ao conjunto das atribuições da educação brasileira. Alguns dos temas listados aqui com legitimidade e justeza poderiam implicar até emendas constitucionais, se considerados no Plano, pela exposição feita pelo próprio Senador. Há competências normativas, inclusive, que não são de âmbito da União, são do âmbito dos Estados, como, por exemplo, a de segurança pública.

Então, há um pressuposto importante: estamos falando de um Plano que alterará o regime federativo brasileiro ou estamos falando de um Plano que preservará as condições da cooperação federativa e da colaboração dos sistemas de ensino normatizados hoje na Constituição brasileira.

Ao mesmo tempo, é importante relatar aqui a referência que o ex-Secretário Paulo Bauer fez a dispositivos já constituídos na lei que, até hoje, não são praticados, como, por exemplo, o repasse decendial dos recursos vinculados à educação em conta do órgão próprio gestor da educação de Estados, de Municípios e da União – isso está regulado no art. 69 da LDB. A então Deputada Marisa Serrano colaborou conosco, sociedade civil, para que esse dispositivo ficasse na lei, dando autonomia de gestão dos recursos que são obrigatórios e vinculados. Entretanto, qual é o percentual de cumprimento desse dispositivo da lei de 1996? De que maneira os Tribunais de Conta entendem a aplicação dos arts. 70 e 71? O que pode ou não estar nos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)?

Os próprios Tribunais divergem sobre os aposentados, Senador Paulo Bauer – o senhor deve ser testemunha disso, acredito –, divergem sobre como contabilizar a despesa com aposentados, em que pese, desde em 1988, isso ser compromisso do Tesouro. Mas isso é compromisso do Tesouro, sem se definir como é a fonte que paga, como separar a conta. São temas absolutamente pertinentes, e esta Casa tem prerrogativas institucionais, tem sabedoria política, tem a experiência necessária para firmar passos decisivos nessa condição. E esses são pressupostos do que vem depois.

O percentual da riqueza nacional como referência de comparação é importante, mas importa outros debates.

A evolução do percentual de crescimento do Produto Interno Bruto necessariamente repercute na mesma direção dos impostos vinculados à educação? Não é toda a receita que é vinculada à educação. Parte da receita é vinculada à educação.

V. Exª, de novo, tem razão: cada vez em que se desonera o ICMS, por alguma razão de incentivo fiscal local, está se onerando o Município, que deixa de receber o percentual da participação municipal e, evi-

dentemente, o percentual da educação, mesmo com tributos federais que sejam impostos, que não sejam taxas e contribuições.

Em relação à responsabilidade educacional, cabe aqui uma visão importante que, talvez, eu tenha me olvidado de pronunciar na primeira participação. No entendimento do Governo, a responsabilidade educacional deve ser tratada em lei própria, não como uma lei do Plano, até porque ela deve ser vigente para este Plano e, como ordenamento normativo, para qualquer plano que estabeleça metas, responsabilidades e compromissos. Por essa razão, a opção de governo foi a de oferecer um projeto de lei que atua sobre improbidade administrativa e responsabilidade. E se encontram na Câmara outros três projetos, alguns dos quais alteram até o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dar abrangência do termo.

Iss não significa dizer que tenha havido, do ponto de vista da visão de governo e da própria Conae, qualquer tipo de desprezo pelo tema da responsabilidade. Apenas do ponto de vista da natureza da lei de plano, entende-se que a lei de responsabilidade deve ser distinta da lei de plano. E chamo a atenção: pelo menos no dispositivo apresentado pelo Projeto de Lei do Poder Executivo nº 8.039, de 2010, essa disposição não alcança apenas a responsabilidade sobre o que estiver escrito em lei, mas também sobre o pactuado, o que é um avanço. Lembremos que, por exemplo, o Ministério Público pode organizar os chamados Termos de Ajuste de Conduta. Em alguns casos, por exemplo, nos Municípios, já estão avançando sobre a obrigatoriedade de quatro anos e cinco anos de idade antes da meta de 2016. São Termos de Ajuste de Conduta vigentes, que se antecipam à própria meta que a lei estabeleceu. Temos de entender, portanto, que há outros organismos no cenário a serem observados.

Em relação às considerações da Professora e Senadora Marisa Serrano sobre o viés da qualidade, que deve ser um dos indicadores – talvez, o principal – de superação dessa nova etapa da educação brasileira, faço aqui menção ao fato de que é uma meta julgada como ousada, que precisará depois ser debatida, que é a de metade das escolas públicas brasileiras avançar para o tempo integral, a oferta de tempo integral; de coesionar a oferta do sistema patronal de educação profissional com o ensino médio, ampliando a jornada de permanência dos estudantes no ensino médio, numa integração entre a oferta da educação básica geral com a educação profissional – parte disso é correspondente ao recém-lançado Pronatec, que será objeto também de debate por meio de lei no Congresso Nacional; das tecnologias, da gestão e dos resultados, assim como uma meta específica dos processos de aferição do mérito acadêmico e das habilidades próprias dos gestores desde o âmbito escolar até os gestores de sistema, como meta.

Evidentemente, vamos lidar com qual federalismo? O limite das autonomias, de organização do serviço público – prerrogativa de cada governador, de cada prefeito municipal –, de ordenamento da organização curricular, que, se eu for ao texto da lei, é de cada escola, embora não seja praticado assim. Digo isso só para entendermos.

Então, há alcances que temos de conceber, do ponto de vista de governo, para o nível de um plano com a magnitude de ser um plano decenal de educação, sobre os níveis de governabilidade que cabe a cada esfera. Há quem discuta hoje que, consequentemente à confecção de um plano nacional, para além dos planos municipais previstos na lei, deveria ser subsequente um plano federal. Portanto, distingue-se plano federal de plano nacional. Assim como o plano nacional orienta os estaduais e os municipais, deveria orientar – e aí isso dialoga muito com as posições do Senador Cristovam Buarque – um plano federal consequente, que diz respeito especificamente àquilo que é diretamente vinculado às iniciativas do poder da União. Nesse sentido, há um debate a ser prosperado, em função de que, na concepção originária, não há essa previsão. Mas nada impede, dependendo do federalismo que tivermos concebido dentro dessa relação federativa, que possa prosseguir desse modo.

Ressalto as preocupações apresentadas pela Senadora Ana Rita.

Senador Requião, Senador Cristovam, Senadora Marinor, Professor Célio, nossa querida companheira Secretária-Geral da CNTE, Marta, quero dizer que, do ponto de vista do Ministério da Educação, essa iniciativa é profundamente salutar. Tenho absoluta convicção de que, dentro das condições de debate, o Congresso Nacional, como sempre tem feito, contribuirá muito para aperfeiçoar o conceito, a formulação e aquilo que possa envolver a operacionalização do novo Plano Nacional de Educação, com uma atenção específica ao avanço da democracia, que é necessária, e, ao mesmo tempo, à qualidade, que é reivindicada justamente pela sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria agradecer aos Professores Marta Vanelli, Carlos Abicalil, Célio Cunha. Também gosto de ser chamada de professora. É um privilégio termos conseguido superar etapas de dificuldade que vivemos no proces-

so educacional brasileiro e continuarmos assumindo, com responsabilidade, nossa profissão. Obrigada pela presença de vocês.

Agradeço aos Senadores que participaram deste debate também, aos técnicos, às equipes do Senado, que sempre trabalham na perspectiva de que as atividades da Comissão de Educação sejam, cada vez, melhores e sejam cumulativas, para que tenhamos avanços, para enfrentarmos com qualidade os passos seguintes do debate do Plano Nacional que se avizinha.

Queria aqui lembrar que os 7% aprovados no Plano Nacional anterior foram vetados pelo Governo Fernando Henrique, a exemplo de quase mil vetos que foram feitos nesses últimos períodos, incluindo os projetos educacionais; nenhum deles foi votado até hoje. Isso, sem dúvida alguma, demonstra, Senador Requião, um descompromisso, um descompasso do Senado Federal e da relação que o Senado tem com o Poder Executivo, no enfrentamento das situações relativas à educação. Então, é fundamental que a Comissão de Educação possa cobrar da Mesa Diretora da Casa a avaliação dos vetos de leis que são importantes, que estão vigentes em nosso País e que trazem conquistas para a área de educação.

Outra coisa que eu queria falar aqui, para finalizar minha intervenção, é que tenho um bom nível de concordância com a avaliação do Senador Cristovam. Aliás, nós nos espelhamos muito, em Belém do Pará, no modelo educacional que ele implantou quando foi Governador de Brasília. Implantamos a bolsa-escola nessa perspectiva e tivemos resultados qualitativos importantes na cidade de Belém, quando era Prefeito Edmilson Rodrigues, que, hoje, é Deputado Estadual pelo PSOL, o mais votado do Estado.

Está provado que, se não houver um acompanhamento desse procedimento, que é importante para se tirar da situação de miséria e de desarticulação uma família, e, sobretudo, se não houve um acompanhamento da criança na escola, não haverá resultado, e o investimento feito não vai ser traduzido em melhoria da perspectiva daquela criança e daquele adolescente. Esse acompanhamento tem de ser feito com o rigor necessário, vinculando esse trabalho, como foi feito em Belém, com perspectivas de geração de emprego e renda para a família.

Não podemos entregar uma bolsa-escola, uma bolsa-família, uma bolsa qualquer e não criar condições para que aquela família saia daquela situação e, em pouco tempo, em curto espaço de tempo, sobreviva do seu próprio trabalho. Isso é essencial e pode ser um elemento auxiliar no processo educacional, não um movimento permanente, como se aquela criança fosse viver na situação de indigência o resto da vida.

Eu queria colocar aqui o nosso mandato e a nossa bancada do PSOL no Senado e na Câmara Federal também como linha auxiliar dos que querem ver a educação ser transformada, numa perspectiva que revolucione, que altere a relação que o Poder Executivo hoje tem em relação à visão de educação. Hoje, quase 50% dos recursos no nosso País são destinados ao pagamento da dívida pública. E não conseguimos sensibilizar, até hoje, o Governo Federal, mesmo diante de toda a discussão feita pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que hoje tem, no seu trabalho, no seu debate com a sociedade civil, o reflexo do que há de melhor no Plano Nacional de Educação que chegou ao Congresso Nacional.

Queremos 10% do PIB para educação. Queremos que seja revisto esse modelo tributário no País, porque, enquanto os Municípios brasileiros tiverem a maior responsabilidade sobre a educação e estiverem de pires na mão junto aos Estados e à União, para dar conta de cumprir as metas dos planos municipais, não vamos conseguir avançar na qualidade da educação.

Deixo um abraço a todos.

Parabéns, Senador Requião, pela sensibilidade que está tendo com nossas propostas, para que a gente possa avançar e envolver, cada vez mais, a sociedade civil, as entidades. Com certeza, temos de convidar a Comissão de Educação inteira da Câmara para interagir nos próximos debates, para que a gente acumule coletivamente, para que o debate de lá seja o reflexo do debate realizado aqui e para que o debate daqui seja reflexo do de lá.

Muito obrigada.

Peço licença, porque vou participar de uma audiência agora, para cuidar de outros temas na Casa.

Muito obrigada. Até mais!

Eu não trouxe o que você falou ainda agora; só há uma pessoa da minha assessoria aqui. Não digo isso a vocês. Esta é uma resposta que eu estou dando a uma conversa de bastidores, porque ele disse que eu trouxe aqui claque para bater palmas.

Um abraço! Obrigada. Bom dia a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antes de passar a palavra à Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, eu queria ressalvar ou ressaltar que, no Senado, há 81 Senadores. A nossa Comissão envolve 54 Senadores, 27 titulares e 27 suplentes, mas a falta de presença na Comissão não é devido à desídia, mas a uma grande confusão administrativa. Havia cinco Comissões permanentes no Senado; hoje, são

onze. E mais de 36 Subcomissões estão funcionando. Por exemplo, nove Comissões estão funcionando simultaneamente. É evidente que estamos diante de um impasse que tem de ser resolvido pela reforma administrativa.

De qualquer forma, as exposições foram excelentes e trouxeram uma contribuição muito importante para a discussão do Plano Nacional de Educação não só ao Senado, mas fundamentalmente ao País, para que a opinião pública fique informada sobre tudo que está acontecendo aqui, sobre o caminho dessas discussões. Foram palestras de excepcional qualidade de todos os interventores.

Para encerrar a reunião, passo a palavra à Srª Marta Vanelli.

A SRª MARTA VANELLI – Sr. Presidente, eu só queria agradecer-lhes o convite à Confederação e dizer que, para este ano, há duas metas de atuação: uma delas é a luta nos governos municipais e estaduais para o cumprimento da lei do piso salarial profissional nacional; e a outra é o acompanhamento e o debate do Plano Nacional de Educação. Para nós, 2011 é o ano de debate da educação. Nós já elaboramos todas as nossas emendas. Na semana passada, fizemos a Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, elaboramos nosso material "A Educação quer mais". Vários Senadores e Deputados vão receber esse material, com as nossas emendas.

Na próxima semana, dia 11, será um dia de paralisação nacional, em que vamos fazer atos nos Estados e nos Municípios, mas, também no Congresso Nacional, faremos o lançamento das emendas da CNTE ao Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E, se pararmos o Congresso Nacional também nesse dia, como é que fica?

A SRª MARTA VANELLI – Não há problema, pode parar. Se, para defender a educação de qualidade, o Congresso parar, isso terá uma importância significativa para nós, profissionais de educação básica no nosso País. Mas vamos atuar, passo a passo, em toda a tramitação do Plano Nacional de Educação, que, para nós, é muito importante.

Sr. Presidente, conte sempre com a CNTE para todos os debates nesta Comissão sobre o Plano Nacional de Educação ou sobre outro tema relativo à educação brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Dessa forma, encerramos a nossa reunião, convocando a próxima reunião da Comissão de Educação para a próxima terça-feira, às 11 horas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 16 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dez de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorim, João Alberto Souza e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Dispõe sobre a Equoterapia". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE, nº 02-CE e nº 03-CE, é aprovado. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, que "Veda o estabelecimento de conteúdo programático de nível de escolaridade superior ao exigido pelas atribuições a desempenhar nos processos seletivos que especifica". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2007 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o regime de tributação incidente sobre as creches e pré-escolas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional", **que tramita em conjunto com**

as seguintes matérias: Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2007 – Complementar, de autoria do Senador Osmar Dias, que "Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional" e **Projeto de Lei do Senado nº 701, de 2007 – Complementar**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "Altera o § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir a atividade de corretagem de seguros no Simples Nacional". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2007 – Complementar, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2007 – Complementar e do Projeto de Lei do Senado nº 701, de 2007 – Complementar, que tramitam em conjunto. É aprovado o parecer favorável ao PLS 481, 2007 – Complementar e pela prejudicialidade do PLS 242, de 2007 – Complementar e do PLS 701, de 2007 – Complementar. Logo após, a Senhora Senadora Marisa Serrano requer, oralmente, a inclusão extrapauta de três Requerimentos, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Itens 001; 002 e 003)**. Prosseguindo, a Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que 'dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências', de forma a que seja dada preferência a projetos vinculados a escolas de educação básica das redes públicas de ensino". A relatora designada é a Senadora Gleisi Hoffmann e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Veda a atribuição, a logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza, de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão-de-obra escrava". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CCJ/CE, nº 02-CCJ/CE e nº 03-CCJ/CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Roberto Alves, que "Confere ao Munícipio de Holambra, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Flores". O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Confere ao município de Florestópolis, no Estado do Paraná, o título de Município-berço da Pastoral da Criança". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e nº 02-CE, aprovadas por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Dr. Talmir, que "Inscreve os nomes de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo – MMDC, heróis paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932, no Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalvanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 012: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 23/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Marisa Serrano, que requer "Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministério da Educação, as seguintes informações: a) Informação sobre os municípios atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, volume de recursos repassados, no ano de 2010; b) Informação sobre os municípios a serem atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, com informação do volume de recursos a serem repassados, no ano de 2011; c) Informação sobre a atuação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar e/ou Centros de Referência, previstos na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009 que deveriam por meio de parcerias com Instituições e Entidades de Ensino e Pesquisa e Associações Técnico-científicas, para que possam prestar apoio técnico e operacional na implementação da alimentação saudável nas escolas, bem como o desenvolvimento de outras ações pertinentes à boa execução do Programa; d) Informação sobre a instalação e atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE – colegiado deliberativo, que deveriam ser instituídos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e) Informação sobre os nutricionistas contratados que foram informados ao FNDE pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, tendo em vista o disposto na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 2009". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 24/11-CE**, de caráter não

terminativo, de autoria da Senhora Senadora Marisa Serrano, que requer "Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pela Controladoria Geral da União, as seguintes informações: a) Auditorias realizadas em municípios atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, no ano de 2010 e resumo dos resultados alcançados; b) Informação sobre ao volume de auditorias a serem realizadas em 2011 nos municípios atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar; c) Levantamento nas auditorias realizadas da existência e atuação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar e/ou Centros de Referência, previstos na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009 que deveriam por meio de parcerias com Instituições e Entidades de Ensino e Pesquisa e Associações Técnico-científicas prestar apoio técnico e operacional na implementação da alimentação saudável nas escolas, bem como o desenvolvimento de outras ações pertinentes à boa execução do Programa; d) Levantamento nas auditorias realizadas sobre a instalação e atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE – colegiado deliberativo, que deveriam ser instituídos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e) Levantamento nas auditorias sobre a veracidade da informação prestadas pelos Estados, Municípios e Distrito Federal sobre os nutricionistas contratados que foram informados ao FNDE tendo em vista o disposto na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 2009; f) Informação das medidas de correção de procedimentos emitidas e penalização de responsáveis pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 25/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Marisa Serrano, que requer "Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pelo Tribunal de Contas da União auditoria especial no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 260, de 2009; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2010 e Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 248, de 2009**. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **ROBERTO REQUIÃO**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há número regimental. Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião ordinária tinha uma alternativa que era da oitiva, da audiência do Ministro da Educação, do Presidente da Associação dos Editores de Livros Didáticos (Abrelivros) e da Editora Ática. O Ministro optou por vir na próxima terça-feira, o que ainda depende de confirmação. A Abrelivros e a Editora Ática declararam não ter possibilidade de estar aqui neste momento, inclusive o autor do livro, que está fora do País.

Então, vamos prosseguir esta reunião na qualidade de reunião ordinária da Comissão.

Item 3:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010

(Não terminativo.)

Nós já fizemos a leitura do Item 3, de caráter não terminativo.

O autor é o Senador Flávio Arns. O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

A discussão já foi iniciada. Estou dando aos Srs. Senadores a oportunidade da continuidade da discussão.

Os Senadores que queiram se inscrever, por favor, tomem a iniciativa. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação.

As Srªs e os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2010

A autoria é do Deputado Eduardo Cunha.

Relator: Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o projeto pretende vedar, nos concursos públicos, a cobrança

de conteúdo programático de nível de escolaridade superior ao exigido para o cargo objeto do certame, sob pena do seu cancelamento.

Nos termos do projeto, a vedação aplica-se aos concursos da Administração Pública direta e indireta, incluídos, de maneira tácita, aqueles realizados pela União, Estados e Municípios.

Eu vou ler o relatório, Sr. Presidente, já que temos tempo, até que possamos ter o quórum para a votação.

No mérito, em que...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos quórum. Não é terminativo o projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

No mérito, em que pesem as boas intenções do autor, o projeto parece-nos inadequado para dar resposta aos problemas apontados na justificação, além de dar azo a uma interpretação restrita dos conteúdos passíveis de cobrança nos concursos públicos.

A Constituição Federal, em seu art. 37, diz:

> Art. 37 – .....
> .....
> .....
> ....
> II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;"

Assim, julgamos já estar contemplada a preocupação do autor de que os conteúdos das provas dos concursos estejam relacionados, em termos de adequação e complexidade, ao cargo a ser preenchido pelo certame.

Ao dispor sobre conteúdos programáticos relacionados a determinado nível de escolaridade, o projeto leva ao entendimento de que os concursos só poderiam cobrar conteúdos escolares ministrados nos estabelecimentos de ensino básico ou superior.

Assim, nos concursos de nível médio, as provas passariam a corresponder apenas às disciplinas dessa etapa da educação básica – português, matemática, geografia, química, física, etc. – e não aos conhecimentos específicos para o cargo em questão.

E como proceder nos concursos para cargos de nível superior, abertos a candidatos portadores de diplomas de qualquer área do conhecimento? Quais seriam as disciplinas a serem cobradas nesse caso, senão as que são afetas ao desempenho das funções do cargo, independentemente dos cursos em que são ministradas?

Na justificação, o autor argumenta que, por conta das elevadas exigências dos concursos públicos, em sua visão incompatíveis com as atribuições dos cargos, profissionais de nível superior têm ocupado vagas destinadas a profissionais de menor escolaridade. Ora, embora seja verdade que cada vez mais candidatos de nível superior concorrem e são aprovados, em certame de nível médio ou fundamental não nos parece que a razão para tal esteja nos conteúdos programáticos das provas.

De fato, trata-se de situação ensejada pela combinação de dois fatores: de um lado, o expressivo aumento do número de graduados no ensino superior no País; de outro, a atratividade dos salários e das condições de trabalho dos cargos e empregos públicos frente ao setor privado. Resulta, portanto, do próprio funcionamento do mercado de trabalho e não do conteúdo ou da estrutura das provas dos concursos públicos.

Assim, não seria simplificando os conhecimentos exigidos nos certames de nível médio ou fundamental que se impediria os candidatos de nível superior de serem aprovados. Pelo contrário, exames menos complexos, calcados nas disciplinas da educação básica, poderiam ser ainda mais fáceis para os detentores de escolaridade superior.

Por esse motivo, julgamos que a proposição não deverá prosperar.

A norma constitucional sobre o assunto, o citado art. 37, II, já contempla a matéria de forma mais abrangente e adequada.

Em vista do exposto, somos pela rejeição do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lido o relatório, o projeto está em discussão.

O Senador Alvaro Dias opinou pela rejeição do projeto.

Os Srs. Senadores que quiserem discutir, por favor, se inscrevam.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma colocação acerca deste projeto. Não há como restringir o conteúdo daquilo que a Constituição já diz. Se a Constituição diz que é de acordo com a natureza e a complexidade do

cargo ou emprego que se têm que ser organizados os concursos públicos, não há como restringirmos mais. Vai depender do conhecimento do indivíduo.

Não dá para dizer "até aqui vai e até aqui não vai" em um concurso público. Não temos como. Não teríamos as condições mínimas de olhar todos os concursos públicos no País e dizer até onde pode ou não pode ir a verificação dos conteúdos.

Portanto, acredito que o Senador Alvaro Dias tem toda razão a respeito deste projeto, embora eu tenha certeza de que a perspectiva do autor tenha sido justamente a de facilitar a vida daqueles que fazem concursos públicos no País. Todavia, não há como esta Comissão tomar uma atitude restritiva como esta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram; os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado.

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 514, DE 2009

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, chega para exame terminativo da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que tem por escopo dar maior incentivo a projetos esportivos vinculados a escolas de educação básica das redes públicas de ensino, mediante duas alterações propostas na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências à Lei de Incentivo ao Esporte.

O art. 1º da proposição altera o § 1º do art. 2º da supracitada lei, para incluir os projetos esportivos destinados a desenvolver a iniciação esportiva nas redes públicas de ensino entre aqueles que podem receber recursos oriundos dos incentivos previstos.

No art. 2º, insere § 1º, novo, no art. 5º da mesma lei, renumerando os §§ 1º e 2º existentes, a fim de estabelecer preferência para projetos que beneficiarem estudantes da educação básica das redes públicas de ensino quando da análise feita pelo Ministério do Esporte.

Por fim, o PLS prevê, no art. 3º, a entrada em vigência da lei proposta na data de sua publicação.

A autora da iniciativa argumenta que "o desporto educacional será diretamente beneficiado e, sendo porta de entrada para o esporte competitivo, permitirá que uma nova geração de esportistas de alto rendimento possa bem representar o País já nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, além de elevar definitivamente os padrões esportivos para as demais competições que se seguirem".

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto. Em 2010, o Senador Flávio Arns apresentou relatório sobre a matéria, que não chegou a ser apreciado pela CE, mas cujo teor incorporamos neste novo relatório, por concordar com o entendimento esposado pelo nobre Parlamentar.

II – ANÁLISE

O PLS nº 514, de 2009, chega para exame terminativo desta Comissão, nos termos do art. 102, combinado com o art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). É de caráter louvável a proposta de se estender os benefícios dados pela Lei de Incentivo ao Esporte aos projetos ligados às iniciativas esportivas nas escolas públicas de nosso País, além de atribuir-lhes preferência na análise. É no meio escolar que as crianças e adolescentes têm o primeiro contato com o esporte. Devemos, pois, promover, de toda forma, incentivo ao desporto educacional.

Assim, este Parlamento deve sempre apoiar projetos que pretendam melhorar a infraestrutura esportiva para o atendimento estudantil, ou, como no caso do presente PLS, permitir a sociedade civil tornar-se patrocinadora dos projetos esportivos nas escolas da rede pública de todo o País.

Não verificamos óbices quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade do projeto, que, além disso, apresenta boa técnica legislativa.

III – VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2009.

Parabenizo a autora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o Projeto nº 514, de autoria da Senadora Marisa Serrano, com a relatoria da Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas par cumprimentar a Autora e a Relatora. Acho que esse é um projeto que pode, sim, começar a dar a complementação que falta à nossa educação. Educação não é apenas aula de teoria. É também –

desde os gregos se sabe – o uso do corpo. Então, nos esportes, nas atividades lúdicas, na dança. E o projeto da Senadora Marisa vem nessa direção.

Por isso, quero manifestar, publicamente, meu apoio e meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o Item nº 1 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica sobrestada a votação por falta de quórum, uma vez que o projeto é terminativo.

Vamos ver se temos outro projeto não terminativo aqui.

Acho que é o Item nº 6 da pauta.

Item 6:

PROJETO DE LEI Nº 481, DE 2007 Complementar

Autoria: Senadora Patrícia Saboya.

Relatoria: Senadora Ana Amelia.

Senadora, com a palavra.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Roberto Requião, o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2007, complementar, de autoria do Senador Osmar Dias, seu conterrâneo, modifica o art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Essa lei instituiu o regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte.

O objetivo dessa proposição é incluir escolas de ensino médio e pessoas jurídicas prestadoras de serviços de representação comercial e corretagem de seguros entre as empresas legitimadas a aderir ao Simples Nacional.

Inicialmente distribuída à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, a proposição foi submetida à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em razão da aprovação do Requerimento nº 902, de 2007, de autoria do Senador Gilvam Borges.

Aprovada nesta Comissão de Educação sem modificações, em 04 de março de 2008, a proposição retornou à CAE. Entretanto, por força da aprovação do Requerimento nº 834, de 2008, do Senador Romero Jucá, a matéria passou a tramitar conjuntamente com os Projetos de Lei do Senado nºs 481 e 701, ambos complementares, de 2007.

O Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2007, complementar, de iniciativa da Senadora Patrícia Saboya, reduz a tributação incidente sobre atividades de creches e pré-escolas já incluídas no Simples Nacional.

Na prática, a proposição faculta a essas entidades a opção pelo modelo de tributação aplicável a empresas comerciais, nos termos do Anexo I à Lei Complementar nº 123, de 2006, agraciando-as, ainda, com sistemática de recolhimento bem mais flexível, de modo a lhes permitir, nesse último caso, o acesso a incentivos locais diferenciados, no que tange ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, o ISS.

Já o Projeto de Lei do Senado nº 701, de 2007-Complementar, do Senador Arthur Virgílio, inclui as empresas corretoras de seguros no rol de entidades com direito de opção pelo regime de tributação do Simples Nacional, conferindo-lhes, ainda, o direito de recolher a contribuição patronal previdenciária para a Seguridade Social de que trata o art. 13, §6º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, de acordo com a legislação prevista para os demais contribuintes.

De maneira geral, as justificativas dos autores ressaltam a importância das empresas para a geração de empregos e para a economia do País, e chamam a atenção, ainda, para o aumento da formalização, que, ao cabo, redunda em aumento da arrecadação.

Em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2007-Complementar, a autora, ao tempo em que afirma a relevância social de creches e pré-escolas, destaca a necessidade de restabelecimento do tratamento fiscal mais favorável de que essas entidades gozavam na vigência da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que dispunha sobre o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, o Simples.

As proposições não receberam emendas no prazo regimental.

Considerando a atualidade e o acerto das ponderações apresentadas pelo relator anteriormente designado, Senador Adelmir Santana, permitimo-nos aproveitar sua proposta de parecer com pequenos ajustes.

De maneira geral, o direito de opção pelo regime tributário do Simples Nacional tem impacto imediato favorável às empresas. Via de consequência, não há dúvida quanto à relevância da matéria para a economia do País como um todo. Não obstante, sem prejuízo da apreciação oportuna desse aspecto, cumpre restringir a nossa análise, por hora, à verificação do mérito das matérias, no que tange à educação. A esse respeito, cabem algumas considerações.

A legislação fiscal e, notadamente, as normas que tratam de impostos interessam, ainda que indiretamente, à área educacional. Isso se deve ao fato de que o grosso do investimento público na área depende da arrecadação dessa espécie de tributo.

Nesse diapasão, a apreciação das proposições pela Comissão Temática específica da Educação é justificável e até desejável.

Particularmente, as proposições em exame têm relevância social por envolverem a concessão de facilidades tributárias que, ao cabo, têm implicações para a educação pública.

Assim, no caso dos PLS nºs 242 e 481, de 2007 – complementares –, os benefícios fiscais a escolas de ensino médio e de educação infantil, portanto, instituições educativas, essa implicação é direta. Por sua vez, o tratamento fiscal diferenciado a empresas de corretagem de seguros e representação comercial, objeto dos PLS nºs 242 e 701, de 2007 – complementares –, embora menos sensível à área de educação, interfere na arrecadação de receitas vinculadas ao financiamento do ensino público.

No que tange às empresas, em sentido lato, uma das formas de aferir o mérito para a educação da mudança alvitrada é avaliar os efeitos da implantação da medida para a arrecadação. Se positivos, há bom indício de que as inovações devem ser acolhidas. Essa análise não pode prescindir de evidências de que as inclusões no Simples Nacional implicam aumento ou, no mínimo, a manutenção do atual patamar de arrecadação, pois, mesmo no último caso, a preservação dos recursos atualmente destinados à educação envolve efeitos positivos (externalidades) decorrentes do incremento da economia.

Ao que nos consta, as informações atinentes ao aumento da receita associadas à formalização de empresas por meio do Simples Nacional são alentadoras. No Ministério da Previdência, por exemplo, tem-se comemorado, desde junho de 2007, o aumento de arrecadação, atribuindo-o a esse processo de saída da informalidade, proporcionado pelo Simples Nacional. Segundo dados daquele órgão, o número de empresas formais saltou de 1,3 milhão naquele período para 3,1 milhões em dezembro de 2008.

Em relação à espécie empresa educativa, além do potencial para influenciar positivamente a receita pública, deve-se ponderar a contribuição da medida para a sociedade e para o Estado. No caso específico das creches e pré-escolas, é importante ressaltar que se trata de instituições atuantes em áreas menos cobertas pelo setor público, razão por que o Governo tem sido instado a supri-las, notadamente as primeiras, com o apoio da sociedade em geral, o que inclui a iniciativa privada. Assim, a sua inclusão em segmento de contribuintes suscetíveis a menor carga tributária no âmbito do Simples Nacional, e flexibilidade no recolhimento de impostos específicos, é razoável, ainda que, para tanto, sejam equiparadas a organizações de natureza comercial.

Cumpre registrar, ademais, que a Lei do Simples Nacional (LC nº 123, de 2006) vem sendo contínua e constantemente modificada, para acolher aprimoramentos suscitados pelo conjunto do segmento de micro e pequenas empresas, tal qual ocorre com os projetos em análise. Uma das inovações ali introduzidas, por força da Lei Complementar (LC) nº 128, de 19 de dezembro de 2008, consiste na inclusão das escolas de ensino médio no Simples Nacional, a teor do disposto no inciso I do § 5º-B do art. 18 da referida LC nº 123, de 2006. Desse modo é de se considerar parcialmente satisfeita a proposta do PLS nº 242, de 2007-Complementar.

No que concerne ao outro intento do PLS nº 242/2007, de beneficiar empresas de corretagem de seguros e representação comercial, é forçoso apontar a impossibilidade de acolhida por esta Casa, face à deliberação recente a respeito da matéria. É que a inclusão dessas empresas no Simples Nacional havia sido proposta no projeto originário da LC nº 123, de 2006. À ocasião da sanção da norma, o Presidente da República vetou o benefício, ante a arguição de que fomentaria privilégio para as empresas, com visível afronta ao espírito do art. 146, III, d, da Carta Magna, não extensivo aos profissionais que exercem a mesma atividade como autônomos ou assalariados. Infelizmente, à oportunidade da apreciação do veto, ocorrida somente em 6 de maio de 2009, o Congresso Nacional dobrou-se ao entendimento do Chefe do Poder Executivo.

Dessa forma, essa parte da matéria deve ser prejudicada, consoante disposição do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Por via de consequência, cabe igualmente a declaração de prejudicialidade, pelas mesmas razões do PLS nº 701, de 2007, que trata exclusivamente da inclusão das empresas de corretagem de seguros no Simples Nacional.

A par disso, restaria passível e merecedora de acolhimento do Senado Federal tão somente a proposição da Senadora Patrícia Saboya. Ainda assim, considerando que a mencionada LC nº 128, de 2008, promoveu alterações significativas na LC nº 123, de 2006, inviabilizando a aprovação do projeto em sua forma original, entendemos necessária a apresentação de emenda substitutiva à matéria, inclusive para fins de adequação aos ditames da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF).

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 481, de 2007 – Complementar, nos termos da emenda substitutiva a

seguir, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 242 e 701, de 2007 (Complementares).

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2007
-Complementar-

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a sistemática e as alíquotas de tributação de creches e pré-escolas no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

*"**Art. 13.** .....*

.....

.....

.....

VIII – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de creche e pré-escola previstas no inciso I do § 5º-B do art. 18, as quais farão o recolhimento deste tributo segundo a legislação aplicável aos demais contribuintes ou responsáveis;

.... "(NR)

*"**Art. 17.**.....*

....

§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º-B a 5º-E e 5º-I do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.

....." (NR)

*"**Art. 18.** .....*

....

§ 5º-B. .....

....

I – estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nos incisos II e III do § 5º-D deste artigo;

....

§ 5º-I. A microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora de serviços educacionais de creche e pré-escola será tributada na forma do Anexo I desta Lei Complementar, descontada das alíquotas correspondentes a parcela relativa a ICMS, hipótese em que não será incluído no Simples Nacional o imposto previsto no inciso VIII do caput do art. 13, o qual será recolhido de acordo com a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

....." (NR)

Art. 2º Com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente desta Lei Complementar e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei Complementar, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Está apresentado o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Apresentado o relatório, coloco-o em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, apenas para fazer referência...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Gostaria de fazer referência à participação de três Senadores: Osmar Dias, Arthur Virgílio e Patrícia Saboya.

O Simples foi um avanço importante para a sobrevivência das microempresas no País. E esse alargamento para alcançar a área educacional é fundamental. Nós temos que dar força a essa tentativa.

Apenas destacando, por coincidência, hoje é aniversário do autor do projeto, o Senador Osmar Dias. É aniversário também da cidade de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Posteriormente, Senador, vamos abrir um intervalo para que V. Exª possa cantar os parabéns.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Acho que o melhor cantor barítono aqui é V. Exª. Vamos aguardar, então, a sua iniciativa, Senador Roberto Requião, que preside a reunião.

Parabéns ao Senador Osmar, pelo projeto e pelo aniversário. E aproveitando, Sr. Presidente, quero dar os parabéns a Maringá, que hoje comemora aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o projeto.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar a Senadora Ana Amelia pelo relatório, pelo parecer que apresentou, que, sem dúvida, está focando todos os aspectos legais e também de repercussão social desse projeto. Devemos aprová-lo, sem dúvida nenhuma.

E fico muito feliz por verificar que creches e escolas de ensino fundamental, mesmo que privadas, possam ser incluídas no sistema do Simples Nacional, beneficiando-se dessa forma de recolhimento de tributos unificado e simplificada. E faço isso, Sr. Presidente, nobres colegas, na condição de Relator da Lei do Simples, que originou a Lei Complementar nº 123, de 2006.

Eu, como Deputado Federal, lembro que a medida provisória apresentada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, na forma da lei existente à época, permitiu que criássemos, naquela ocasião, a primeira lei brasileira que reduziu a carga tributária para as atividades empresariais e comerciais.

Mas houve, na época, um apelo muito forte dos setores que tinham mão de obra intensiva – construção civil, escolas e outras atividades –, que queriam ingressar no Simples. Naquele momento, no entanto, o Governo não tinha condições de atender àquele pleito. Depois, fez-se uma nova lei complementar que criou um mecanismo diferenciado para aquelas empresas de mão de obra intensiva. Isso tudo para não prejudicar a arrecadação da Previdência Social.

Ora, agora com esses dois modelos de inclusão, de um lado, de empresas que têm uma intensiva utilização de matérias-primas e trabalham para a sua transformação e, de outro lado, daquelas empresas, daquelas atividades que têm mão de obra intensiva, como, por exemplo, escritórios de contabilidade, academias e outras atividades que já estão contempladas, quero registrar que fico muito feliz com a iniciativa de hoje estarmos votando o que vai permitir que escolas também se beneficiem desse modelo de arrecadação, que, aliás, precisa ser ampliado.

Defendo que o Simples vá mais além. A reforma tributária é importante, mas mais do que ela é necessário reduzirmos a carga tributária e permitirmos que todos estejam dentro da formalidade, pagando impostos de forma justa e em um valor adequado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o relatório da Senadora Ana Amelia. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco-o em votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. que estão de acordo queiram permanecer como se encontram; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório como consta do seu texto, ficam prejudicados os Projetos...

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Existem sobre a mesa três requerimentos de minha autoria que gostaria de verificar se V. Exª poderá colocá-los para apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos examinar essa possibilidade.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Ficam prejudicados os Projetos nºs 242 e 701.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – (...) os Projetos nºs 242 e 701.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer como se encontram; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quais são os requerimentos da Senadora? (*Pausa.*)

Senadora Marisa Serrano, com a palavra, para expor seus requerimentos.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Acredito que todos aqui, como a maior parte do povo brasileiro, viram domingo, no "Fantástico", uma denúncia feita sobre a merenda escolar em alguns Municípios brasileiros, em alguns Estados brasileiros.

Esta Comissão, que é a Comissão de Educação, não tem como não dar uma resposta, não tem como não procurar saber mais sobre a merenda escolar que as nossas crianças consomem nas escolas brasileiras. Até porque criança não vem aqui, criança não faz greve, criança não tem a voz suficientemente forte para reivindicar, e a função desta Comissão é exatamente

acompanhar o que se faz na educação do País e como as nossas escolas recebem as nossas crianças, as crianças brasileiras.

Portanto, em respeito às crianças, em primeiro lugar, e, depois, às famílias dessas crianças, é importante que tomemos algumas informações a respeito da merenda escolar. Por isso, sou autora de três requerimentos. E gostaria de contar com a aprovação dos nobres Pares.

Um deles é ao Ministério da Educação, solicitando informações a respeito dos Municípios atendidos pelo programa; informações sobre o volume dos recursos repassados; informações sobre os centros colaboradores em alimentação e nutrição escolar, centros de referência previstos na Resolução do FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009; informações sobre a instalação e atuação dos conselhos de alimentação escolar, o CAE, colegiados deliberativos que deveriam ser instituídos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; informações sobre as nutricionistas contratadas, que foram informadas ao FNDE pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, tendo em vista o disposto na Resolução do FNDE nº 38, de 2009. Esse é o requerimento ao Ministério da Educação.

O outro é à Controladoria-Geral da União, pedindo uma série de informações nessa mesma linha, sobre as auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União nesse âmbito da merenda escolar.

E o terceiro requerimento é ao Tribunal de Contas da União, solicitando uma auditoria especial no programa nacional de alimentação escolar do Ministério da Educação.

Então, a preocupação maior é com toda a educação, principalmente com a educação básica, nas escolas públicas brasileiras. E para que esta Comissão possa ter esses dados e poder repassá-los para a sociedade brasileira.

Eram esses os teores dos requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão os requerimentos da Senadora Marisa Serrano. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Gostaria de dizer apenas que são oportunos e necessários. E têm o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em votação os requerimentos de informação ao Ministério da Educação e à Controladoria-Geral da União.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o requerimento da Senadora Marisa Serrano, pedindo uma auditoria especial ao Tribunal de Contas da União no programa de alimentação escolar. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em regime de extrapauta, foram votados os três requerimentos da Senadora Marisa Serrano.

Já temos quórum para votação de matérias terminativas.

Vamos reabrir a discussão do item 1 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2009, relatado pela Senadora Gleisi Hoffmann, de autoria da Senadora Marisa Serrano. Foi relatado no início desta reunião.

Em discussão o projeto.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria apenas de ressaltar, aprovar. De minha parte, apoiei não só o projeto da Senadora Marisa, mas também a relatoria da Senadora Gleisi, que já foi apresentada a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Garibaldi Alves? (Pausa.)

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora e a autora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a autora e a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado, pela unanimidade dos presentes.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria só de agradecer aos nobre Pares, porque acredito que, tendo em vista as Olimpíadas de 2016, não acredito em um país que entre em uma olimpíada mundial e que não tenha na base a formação específica para o desporto das nossas crianças. Portanto, apoiar as nossas escolas, apoiar as nossas crianças, apoiar o ensino básico na área do desporto também é uma função desta Comissão, vez que o esporte e a educação são duas vertentes desta Comissão.

Portanto, fico muito feliz e agradecida pelos votos que recebemos neste momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – **Item 2**:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2005

O projeto já foi relatado pelo Senador Cristovam Buarque.

Autoria do Senador Marcelo Crivella.

Em discussão o Projeto. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocá-lo em votação.

A votação será em duas fases: o Projeto e, posteriormente, as emendas, que passarão a ser emendas da Comissão.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Meu voto é favorável. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – (*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudinho. (*Pausa.)*

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Em votação as emendas.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Favorável às emendas, conforme o relatório do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado pela unanimidade dos Senadores presentes.

Item 5:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, DE 2010
(Terminativo)

Confere ao Município de Holambra, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Flores.

Autoria: Deputado Roberto Alves.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

O relatório é favorável

Com a palavra o Relator, Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 157, de 2010 (nº 6.180, de 2009, na origem), de autoria do Deputado Roberto Alves, propõe que seja conferido ao Município de Holambra, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Flores (art. 1º). Uma vez aprovada a proposição, a lei entrará em vigor na data de sua publicação (art. 2º).

Como justificação, o autor argumenta que o Município de Holambra, criado em 1991, destaca-se nacional e mundialmente pela produção de flores. Tal condição foi consolidada ao longo de cinco décadas, desde a chegada à região de imigrantes holandeses, fugidos da 2ª Guerra Mundial e que ali se estabeleceram para viver, criar e produzir. Tal tem sido o destaque de Holambra, que é reconhecida pela Embratur como estância turística brasileira, sendo a cidade responsável por 80% da exportação de flores do Brasil.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada conclusivamente pelas Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), as quais opinaram favoravelmente a sua aprovação.

No Senado Federal, o PLC nº 157, de 2010, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em foro de decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Adicionalmente, por se tratar de distribuição exclusiva e terminativa, compete à CE pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e adequação

regimental da proposição. Sobre tais aspectos, nada há a obstar.

O voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador João Vicente Claudino, favorável ao projeto. (*Pausa*.)

Não havendo que peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, acabei de chegar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Deixo para chamar a Senadora ao final do processo de votação, porque S. Exª acaba de adentrar o recinto.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Garibaldi Alves?

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amelia?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Marisa Serrano?

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? (*Pausa.*)

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado, pela unanimidade dos Senadores presentes.

O próximo item da pauta é o de nº 7.

Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2010

(Terminativo.)

Confere ao Município de Florestópolis, no Estado do Paraná, o título de Município-berço da Pastoral da Criança.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, é uma satisfação relatar o projeto pelo autor, em razão do seu objetivo. O Senador Flávio Arns, que foi um companheiro nosso da Casa, que, agora, é Vice-Governador do Estado do Paraná e que é figura exemplar de homem público, apresenta o projeto que confere ao Município de Florestópolis, no Estado do Paraná, o título de Município-berço da Pastoral da Criança.

Só nos resta homenagear o autor do projeto e a saudosa Drª Zilda Arns Neumann, que iniciou, exatamente no Município de Florestópolis, onde havia um índice de mortalidade infantil perversamente significativo, os trabalhos da Pastoral da Criança. Aquele Município foi, portanto, o berço da Pastoral da Criança,

com resultados extremamente conhecidos, já difundidos nacionalmente, o que assegurou a importância da Pastoral da Criança e fez com que esse trabalho tivesse continuidade. Esse foi o estímulo essencial, primacial, para que o projeto pudesse ser apoiado na esfera pública, e tivemos oportunidade de fazê-lo quando governamos o Paraná; outros governadores agiram da mesma forma.

Ressalto, sobretudo, a notável liderança da Drª Zilda Arns na condução da Pastoral da Criança, salvando vidas preciosas não só no Paraná, porque, depois, houve a amplitude dessa iniciativa, alcançando todo o País e até mesmo o exterior. Vimos a Drª Zilda Arns perdendo sua vida no Haiti.

Portanto, fazemos nossas homenagens e declaramos nosso voto favorável à aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Alvaro Dias. (*Pausa*.)

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um destaque. Esse projeto é extremamente importante, porque valoriza a Pastoral da Criança. E foi por essa cidade do Paraná que se iniciou esse trabalho, que é uma parceria feita pela sanitarista Drª Zilda Arns com a CNBB. E a Pastoral da Criança, hoje, está presente em todas as cidades brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está presente não só no Brasil.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está presente não só no Brasil, mas principalmente no Brasil, salvando muitas vidas, salvando muitas crianças. Então, é com muita alegria que temos a oportunidade aqui de apreciar esse projeto, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer esse destaque, em homenagem à Pastoral da Criança.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que me esqueci de fazer referência ao fato de que apresentei duas emendas de redação, tão somente, sem alterar o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Não havendo que peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota a Senador Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, conforme o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves?

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amelia?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano?

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarido Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Os Senadores que mantêm os votos nas emendas do Relator permaneçam como estão; os contrários manifestem-se. *(Pausa.)*

Aprovado, com a emenda de redação apresentados pelo Relator.

Item 8:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, DE 2009
(Terminativo.)

Inscreve os nomes de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo – MMDC, heróis paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Dr. Talmir.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator da matéria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, vou passar diretamente para a análise do projeto, dispensando, portanto, a leitura do relatório, já que é do conhecimento dos Srs. Senadores.

II – ANÁLISE

A matéria se insere no âmbito da competência desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), conforme o art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), por se tratar de uma homenagem cívica.

Quanto a seu mérito, deve-se considerar que o Movimento Constitucionalista de 1932 representa uma mobilização popular das mais importantes na história de São Paulo e do País.

No olhar já distanciado da história, não se admite uma visão maniqueísta de um momento político de alto dinamismo, no qual as forças que tomaram o poder com a revolução de 1930 mostravam-se ao mesmo tempo comprometidas com a renovação das instituições republicanas e imbuídas de um forte pendor autoritário.

O clamor paulista pela convocação de uma assembléia nacional constituinte e pelo retorno ao Estado democrático de direito revela-se não só acertado como alcança o cerne da contradição do período que se tornou conhecido como a Era Vargas.

Temos, após a derrota militar do movimento, a eleição de uma assembleia que irá promulgar a Constituição Federal de 1934, configurando expressivos avanços políticos e sociais. A principal reivindicação da insurreição paulista parecia, assim, ter sido atendida.

No entanto, três anos depois, a Constituição democrática de 1934 é rasgada, e implanta-se o regime ditatorial do Estado Novo, que se estenderá por oito anos, até que a derrocada dos regimes fascistas europeus torne insustentável sua continuidade.

Assim, com outras considerações e mediante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2009 (Projeto de Lei nº 2.002, de 2007, na origem), com a emenda de redação a seguir apresentada.

EMENDA Nº – CE
(De redação)
(ao PLC nº 177, de 2009)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2009

(Projeto de Lei nº 2.002, de 2007, na origem), a seguinte redação:

"Art. 1º *Serão inscritos no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, os nomes de Mário Martins de Almeida, Euclydes Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza e Antônio Américo de Camargo Andrade, historicamente conhecidos como Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo – MMDC, heróis paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932."*

É o voto, pela aprovação, com a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Não havendo Senadores que queiram discutir, coloco em votação, sem a emenda. Posteriormente, votaremos a emenda.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Garibaldi Alves?

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amelia?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marisa Serrano?

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado por unanimidade.

As Srªs e os Srs. Senadores que mantêm o voto na emenda permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada a emenda.

Não há mais relatores presentes na reunião – o Senador Pedro Simon e o Senador Eduardo Amorim. Então, poderíamos dar por encerrada esta reunião. Mas há um pedido feito por entidades interessadas na discussão do projeto de lei do Senador Walter Pinheiro, da Câmara, dos audiovisuais. Havia um pedido para colocar em algumas posições. Então encerro esta reunião ordinária desta Comissão. Amanhã nós teremos...

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente.

Eu queria fazer um convite, se me permite, antes do encerramento da reunião. Quero convidar todos os Senadores e Senadoras para o lançamento do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar da Cultura, amanhã, às 8 horas, no 10º andar da Câmara, no Espaço VIP.

Vamos ter representantes de todas as áreas culturais, que fazem parte do Conselho Consultivo da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, amanhã temos esse convite da Senadora e nossa reunião aqui, para discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino técnico profissionalizante. Requerimento da Senadora Ana Amelia, Marisa Serrano, Marinor Brito e Cristovam Buarque, com a presença de Eliezer Moreira Pacheco, Rafael Lucchesi, Daniel Klüppel Carrara, Maria Nilene Badeca da Costa, Francisco Aparecido Cordão e Anna Beatriz Waehneldt, Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Faço aos Senadores o convite, se assim desejarem, para permanecerem na sala da Comissão para uma reunião informal com Alvaro Barros, Diretor da Viacom; Alessandra Pontes, Diretora de Distribuição da Discovery; Carlos Alckimin, Diretor-Executivo da ABPTA (Associação Brasileira dos Programadores de Televisão por Assinatura); e Júlia Vianna, da Umbelino Lôbo Assessoria e Consultoria. Pediram uma reunião com os Senadores para conversar sobre esse projeto posteriormente a esta reunião aqui. Será uma reunião rápida de informação e informal.

Está encerrada a nossa reunião, convidando os senhores para estar aqui amanhã às 10 horas e aos Senadores que se interessarem pelo projeto de audiovisual que permaneçam na nossa sala.

(Levanta-se a reunião às e minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011. – AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia onze de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Marta Suplicy, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir

Moka, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Magno Malta, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Marisa Serrano, José Agripino, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 16/11–CE, de autoria das Senhoras Senadoras Ana Amélia, Marisa Serrano e Marinor Brito e do Senhor Senador Cristovam Buarque e nº 17/11-CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinados a promover a segunda discussão sobre o Plano Nacional de Educação, com o tema **"A situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino técnico profissionalizante"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Deputado Federal Jorge Boeira (PT/SC). Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Eliezer Moreira Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC; Senhor Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhor Daniel Klüppel Carrara, Secretário Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR; Senhora Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED; Senhor Francisco Aparecido Cordão, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE e Senhora Anna Beatriz Waehneldt, Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – CNC/SENAC**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na reunião. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ana Amélia, Cyro Miranda, Wellington Dias, Inácio Arruda e Ana Rita, e o Senhor Deputado Federal Jorge Boeira. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Décima quinta reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Os contrários manifestem-se. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião atende aos requerimentos de autoria das Srªs Senadoras Ana Amelia, Marisa Serrano, Kátia Abreu, Marinor Brito e do Sr. Senador Cristovam Buarque, e de requerimento da autoria da Senadora Ana Amélia, para realização da segunda audiência pública inserida nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação, destinada a discutir o tema "A Situação Nacional e os Caminhos para Melhorar a Qualidade do Ensino Técnico Profissionalizante".

Dando início à audiência pública, passo a palavra ao primeiro expositor, que terá um tempo de dez minutos.

O primeiro expositor é o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco. Com a palavra.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Bom dia, nobres Senadores e Senadoras que compõem esta Mesa e o Plenário, demais pessoas que prestigiam este evento, dado ao número de expositores, eu não vou me ater tanto aos *slides,* mas falar mais da concepção do atual Governo a respeito da educação profissional e tecnológica. Posteriormente, nos questionamentos, a gente pode entrar nos detalhes.

Eu diria que o grande mérito do governo Lula, que iniciou esse ciclo de pesados investimentos na educação profissional e tecnológica no País, foi ter percebido o papel da educação profissional e tecnológica dentro de um projeto de desenvolvimento soberano, democrático e inclusivo no País. Infelizmente, essa não foi a realidade dos governos anteriores – e de todos, todos, sem exceção.

Na rede federal, por exemplo, de educação profissional, o governo Lula encontrou 140 unidades, o que, para um País das dimensões do Brasil é um número extremamente irrisório.

As poucas tentativas que existiram de investimento na educação profissional redundaram num grande fracasso. Eu me refiro ao Proep, Programa de Expansão da Educação Profissional, que é um dos maiores fracassos de qualquer política educacional

já ocorrida na história brasileira. Foram investimentos bastante pesados, com financiamento internacional, que tinham uma concepção equivocada, embora bem-intencionada, que era a de financiar instituições privadas ou comunitárias. Essas teriam a obrigação, em contrapartida, de disponibilizar 50% das suas matrículas de forma gratuita.

Ora, isso obrigava que os outros 50% pagos tivessem uma mensalidade elevada, para compensar os 50% que não pagavam. Como a clientela da educação profissional é uma clientela com dificuldades financeiras, o Proep, com raríssimas exceções, fracassou em todas as suas tentativas.

Nós aproveitamos grande parte dos prédios inaproveitados na expansão da rede federal. Eles foram, então, federalizados e aproveitados na expansão da rede federal.

Nós partimos de um outro pressuposto, que foi o reconhecimento de que a educação profissional necessita de investimentos estatais, públicos, porque a educação profissional de qualidade não é barata, ela é cara. Portanto, tanto para instituições privadas sem fins lucrativos, como para Estados e Municípios, é muito difícil manter uma escola técnica de qualidade.

Já na rede federal, todos sabem, nós temos um desempenho de excelência. O desempenho da rede federal está acima daquele dos países do chamado Primeiro Mundo, em termos das avaliações internacionais que são feitas, o Pisa e outras, porque exatamente há a necessidade de investimentos significativos e também de manutenção da atualidade tecnológica. Não tem nenhum sentido ter uma escola técnica que utilize tecnologia que o próprio industrial já não mais utiliza. Então, as escolas técnicas necessitam também de atualização permanente de seus recursos tecnológicos.

O Governo Dilma lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), de responsabilidade basicamente do Ministério da Educação, mas também do Ministério do Trabalho e Emprego. Na verdade, o Pronatec é um conjunto de programas que envolve um conjunto de atores, inclusive o Sistema S, que está aqui na mesa. Portanto, quando chegarmos na parte do Sistema S, eu não vou fazer qualquer referência, vou deixar que o próprio Sistema S faça referência a ele mesmo. Então, é um conjunto de ações que visa a ampliar a oferta de vagas na educação profissional. Pode passar. E que tem estes objetivos: expandir, interiorizar, democratizar, fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional tecnológica, contribuir para a melhoria da qualidade dos ensino técnico público, por meio da educação profissional, ampliar as oportunidade educacionais dos trabalhadores por meio do incremento de formação profissional.

O público beneficiado são estudantes e trabalhadores, e não necessariamente estudantes.

Pode passar. Vai se utilizar tanto do curso técnico, chamado de nível médio, com um mínimo de 800 horas, como do curso de FIC, que são cursos de Formação Inicial e Continuada, com o mínimo de 160 horas.

Quem serão os ofertantes? Rede federal de educação profissional tecnológica, redes estaduais de educação, Sistema S, redes privadas de educação sem fins lucrativo, se bem que no caso Fies pode ter fins lucrativos.

Vamos adiante. O Bolsa Formação vai atingir tanto estudantes do ensino médio da rede pública, que complementarão sua formação profissional em outro turno, no caso daqueles que fazem o ensino médio, assim como os trabalhadores. Sistema S, redes públicas, entidades privadas sem fins lucrativos serão os ofertantes.

O Bolsa Formação para estudante é aquilo que alguns chamam de v*oucher.* O estudante vai receber um vale para poder fazer o curso técnico, concomitante – faz o ensino médio, em geral, em uma escola e, concomitantemente o curso técnico. Essa bolsa é destinada aos estudantes do ensino médio da rede pública. Esse recorte vai ser definido em conjunto com os sistemas estaduais, evidentemente, que é o principal ofertante do ensino médio. A meta é atingir 530 mil estudantes que estão no sistema hoje com essas bolsas.

Vamos seguir. A Bolsa Formação do trabalhador visa capacitar os beneficiários do seguro-desemprego e de programa de inclusão produtiva com formação inicial continuada (leia-se aqui Bolsa Família).

Depois vou entrar em mais detalhes, mas, hoje, 30% dos beneficiários do seguro-desemprego são reincidentes. Por algo completamente misterioso, praticamente todos eles cumprem os seis meses do seguro-desemprego. Ninguém arruma emprego antes de terminar o seguro-desemprego. Arrumam exatamente ao término dos seis meses. E mais um dado importante: tem mais seguro-desemprego do que desempregados no País. Como isso é possível, é algo a ser aprofundado depois.

Qual é o objetivo? São os reincidentes.

No PL que está no Congresso Nacional propõe-se a mudança na legislação, porque o reincidente só receberá o seguro desemprego se fizer qualificação profissional, com duas únicas exceções: uma, que ele já tenha a qualificação, porque aí o problema dele não é falta de qualificação, é algum outro; o segundo, que não haja oferta na comunidade dele. Isso será ofertado pelo Sistema S, redes públicas, entidades privadas

sem fins lucrativos. A meta a atingir é de 2.400 milhões de trabalhadores.

O Fies técnico é nos mesmos moldes e dentro da mesma lei que hoje já beneficia as universidades privadas e os estudantes que a elas recorrem. Ele será estendido para o ensino privado técnico. Isso terá um efeito colateral muito importante, porque hoje nós não temos nenhuma ingerência sobre a oferta privada de ensino profissional. Ele está no âmbito dos conselhos estaduais de educação. E nós sabemos que esses conselhos não têm condições, vamos ser francos, de fazer essa fiscalização. Como a lei do Fies exige que, para receber o Fies, seja avaliado, isso vai nos permitir avaliar o ensino privado profissional com fins lucrativos, as escolas privadas.

O sistema é o mesmo das universidades privadas. Depois, podemos dar mais detalhes. Claro! Com mais tempo de financiamento, com a carência maior, com juros mais baixos, para o estudante do ensino profissional.

Vamos seguir.

O Fies Técnico Estudante é linha de crédito, então, para quem está estudando e vai fazer a parte técnica em uma escola técnica. Tanto estudantes como egressos do ensino médio que fizeram o chamado científico e não têm formação profissional nenhuma. E também do Sistema S e instituições de ensino privadas habilitadas pelo Pronatec, ou seja, 3 mil instituições. É igual ao atual Fies.

Podemos seguir adiante.

O outro Fies é o Fies Empresa. É o financiamento para as empresas que queiram qualificar seus trabalhadores, as mesmas regras. Porém, a empresa, que é uma empresa grande, diz: eu quero formar os meus trabalhadores. Ela terá esse financiamento subsidiado para que possa organizar ou contratar, enfim, alguém que faça a formação dos seus trabalhadores. É o chamado Fies Empresa. Então, haverá o Fies direto para o estudante e também para a empresa que queira organizar a qualificação.

O Brasil Profissionalizado é esse sistema de financiamento para as escolas dos sistemas estaduais. Nós já conveniamos R$1,5 bilhão nesses dois primeiros anos, atingindo 23 Estados. Todo Estado pode aderir, 23 aderiram. Hoje estão sendo construídas 176 novas escolas técnicas, e estão sendo ampliadas e reformadas mais 518 escolas dos sistemas estaduais. Estamos destinando pelo Pronatec mais R$320 milhões para os sistemas estaduais que queiram qualificar suas escolas técnicas, ou implantar escolas técnicas, ou transformar a escola do ensino propedêutico em escola profissionalizante. A nossa meta é de 827 mil estudantes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Já foi o meu tempo? Como é que está o meu tempo aí?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O senhor tem mais dois minutos para encerrar.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Está bem. Então, vamos ver o que temos de ver ainda do Pronatec.

O e-Tec Brasil é a educação profissional a distância, que nós queremos ampliar. Hoje ainda está um pouco restrita: temos 29 mil matrículas. Queremos chegar a 315 mil estudantes fazendo educação profissional a distância. Estamos adquirindo laboratórios móveis e caminhões para podermos dar assistência a isso aí.

Vamos adiante.

Expansão da Rede Federal. Hoje temos 354 escolas. Queremos chegar a 418 mil matrículas. Queremos chegar a 600 unidades e 720 mil matrículas até o final do atual Governo.

A parte do Sistema S eu vou deixar para o próprio Sistema S falar, que é a continuidade do acordo de gratuidade e a ampliação desse acordo.

Bom, ao fim e ao cabo, nós queremos gerar até o final do atual Governo algo em torno de 8 milhões de matrículas na educação profissional, o que enfrentará o grave problema de qualificação que temos hoje. Embora, a partir do governo Lula, os investimentos sejam muito pesados, como já falei em outras circunstâncias, em educação não há resultado a curto prazo. Vamos começar a sentir o impacto desses investimentos em dez anos. Em cinco anos vão começar a dar resultados, já começam a dar alguns resultados, mas o impacto mesmo será em dez anos. Não há mágica em educação. É assim mesmo. Às vezes, em 20 anos é que se completa todo o ciclo de formação.

Então, para ficar no meu tempo, Senador, agradeço a oportunidade. Vou ficar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. *Fazendo soar a campainha*. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria – CNI, que dispõe de 10 minutos.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Obrigado, Senador Roberto Requião. Agradeço o convite. Cumprimento toda a Mesa, assim como o Senador Armando Monteiro Neto, ex-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, o Senador Inácio Arruda, a Senadora Ana Amelia e o Senador Cristovam Buarque.

Vou fazer uma apresentação muito rápida, vou contextualizar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e, depois, outros comentários acerca do tema em tela.

Por favor, a próxima lâmina.

A missão do Senai é promover educação profissional e tecnológica, auxiliar as empresas na agenda de inovação e transferência tecnológica para a indústria, visando sobretudo a competitividade da indústria brasileira e também a oportunidade para a juventude mais carente do País.

Próxima lâmina.

Nossos referenciais são:

– Cultura empresarial. O Senai é administrado pela indústria;

– Atendimento à demanda da indústria, de maneira a haver sempre uma mudança ajustada ao deslocamento da fronteira tecnológica;

– Flexibilidade nesse atendimento. O Senai tem uma capilaridade tanto nas suas escolas fixas como também nas suas unidades móveis e tem uma abrangência de aproximadamente 50% do território nacional;

– Atendimento de forma continuada ao trabalhador ao longo da vida, sobretudo com escolaridade variada e deficiente.

Próxima.

Somos o maior sistema de educação profissional do Brasil e um dos maiores do mundo. Em 2010, ofertamos dois milhões e trezentas mil matrículas e somos responsáveis por mais da metade de toda educação profissional feita no País.

Próxima.

Os números impressionam. São 561 mil matrículas nos cursos de iniciação profissional; 513 mil nos cursos de formação inicial; e 1 milhão 121 mil nos cursos de formação continuada, no aprendizado ao longo da vida para a educação profissional, que é estranhamente importante. Temos 147 mil vagas nos cursos técnicos de nível médio – só para ter uma ideia, o total das matrículas de ensino médio da rede federal é de 85 mil – e 18 mil nos cursos superiores de graduação.

Próxima.

Todas as áreas da indústria são atendidas pelo Senai. Muitas delas...

Próxima.

O Senai é a única instituição formadora. Um outro diferencial importante na atuação do Senai...

A seguinte.

...é que o Senai tem...

A próxima, por favor.

O Senai tem um papel extremamente importante para assegurar a atualização tecnológica das empresas brasileiras. Apenas em 2010, atendemos a 18 mil empresas. Se nós pegarmos todas as empresas que foram apoiadas pelo Sistema de Inovação Tecnológica do Brasil nos últimos dez anos, eles somam mil e quinhentas empresas. O Senai tem atendido, por ano, próximo de vinte mil empresas, em serviços de ensaio, calibragem, serviços de inspeção, informação tecnológica, assessoria de gestão em processo produtivo, segurança e meio ambiente, pesquisa aplicada, desenvolvimento e certificação de novos produtos, sem contar a agenda de TIB (Tecnologia Industrial Básica), passando por serviço de engenharia, ação de desenvolvimento técnico e pesquisa aplicada.

Próxima.

Somos, nessa atividade, o maior sistema de apoio à capacitação técnica e tecnológica da indústria brasileira, com aproximadamente cem mil serviços técnicos e laboratoriais efetivos prestados, quatorze mil serviços de informação técnica, dez mil serviços de assessoria técnica e tecnológica, dois mil serviços de desenvolvimento tecnológico, 582 certificações de processo de produto, somando um total de mais de dois milhões de homem/hora.

Próxima.

Somos a maior rede laboratorial credenciada e certificada pelo Inmetro no País, com 87 laboratórios acreditados, vinte em fase de acreditação, fora os outros, que, pelas especificidades, são acreditados pelos Ministérios específicos.

Próxima.

Temos 29 cooperações internacionais, com 48 projetos. Temos um papel extremamente importante com a Chancelaria brasileira, o Ministério das

Relações Exteriores e a Agência Brasileira de Cooperação Internacional. Como se dá no cenário internacional a participação do Senai, *vis a vis*, aos outros sistemas de educação profissional no mundo? O Senai, hoje,...

Próxima.

Tem um papel importante na organização da Olimpíada do Conhecimento no Brasil, que é uma forma de competição entre as habilidades industriais.

Próxima, por favor.

Bianualmente, organizamos a Olimpíada Brasil, que é uma forma de estimular a competição, difundir a excelência, estabelecer novos padrões para a nossa ação, o que é importante para a nossa participação intercalada na Olimpíada Internacional.

Próxima.

O Senai representa o Brasil no World Skills, e nós temos uma participação singular. Eu estive recentemente na reunião do *boarding* do World Skills em Madri e constatei a elevada respeitabilidade e reputação de que goza o Senai. Representado pelo Senai na última competição, que ocorreu no Canadá, o Brasil foi terceiro colocado.

Próxima.

Tivemos uma clara evolução ao longo das catorze edições de que participamos. Participam do World Skills governos de aproximadamente cinquenta países.

Próximo.

Está aí a representação do Senai, o grupo que representa o Brasil. Nós temos uma participação, uma parceria do Senac nessa agenda. A participação é majoritariamente do Senai, mas temos a parceria do Senac, que é extremamente importante. E temos aqui a nossa evolução: nós somos o segundo, terceiro colocado. Detalhe: são 36 habilitações de atividade profissional, e o Senai participa de todas as dezoito da indústria e, além dessas, das cinco de serviços vinculados à indústria. Se nós pegarmos só essa participação, o Senai é primeiro colocado no mundo, o que dá uma distinção à nossa participação.

Próxima.

Temos um desafio em relação ao Brasil, que é o de elevar a produtividade, ampliar o esforço inovativo das empresas brasileiras, ampliar a nossa capacidade exportadora de manufaturados com maior conteúdo tecnológico. Para isso, um grande esforço de qualificação da mão de obra se faz necessário.

Próxima.

Nós temos hoje gargalos que se relacionam à mão de obra no Brasil, o que coloca uma enorme necessidade de expansão para novos empregos na indústria. Só para dar um detalhe: nos últimos cinco anos, o número de trabalhadores na construção civil dobrou, o que demanda um enorme esforço, um esforço que está além da nossa capacidade de atendimento direto, dada a expansão do investimento que a indústria brasileira tem. De maneira muito oportuna, o Governo apresenta o Pronatec, com a expansão do modelo de financiamento ao qual o Senai e o sistema Indústria se somam, ampliando as suas fontes para se alinhar à agenda brasileira de capacitação técnica profissional.

Como é esse modelo no mundo? O Senai incorporou, desde a sua criação, em 1942... Tiveram um enorme *insight* os criadores da indústria brasileira naquele momento ao criarem um sistema que incorporou toda a tradição europeia de educação dual e também as séries metódicas russas e suíças numa organização que deu um grande contributo para a indústria brasileira. Nós temos três sistemas prevalentes no mundo.

O sistema da Alemanha, da Áustria e da Suíça, de educação dual, que teve uma influência extremamente importante na montagem do sistema Senai, inclusive no que diz respeito à nossa capacidade de atendimento técnico e inovativo. É como se fosse uma Fraunhofer na Alemanha, nós desempenhamos um papel semelhante no Brasil. Há também um modelo típico da Europa, mais preconizado pela França e distribuído no modelo asiático, das escolas técnicas, agrícolas e industriais de educação profissional – há muita semelhança com as nossas escolas técnicas no Brasil, mas há algumas diferenças, porque não é exatamente dual, não é uma cultura tão empreendedora e com relacionamento com a indústria. Há também o sistema americano, que é um sistema mais diferente do nosso sistema. E há alguns modelos mais caros, difíceis para nós replicarmos, como o da Finlândia, que tem um custo enorme, uma estrutura mais ampla.

O que acontece hoje com relação à indústria brasileira? Oitenta e nove por cento das empresas de construção civil do Brasil colocam a mão de obra como o grande gargalo de competitividade; 84% das empresas de vestuário; 83% de equipamento e transporte; 82% de limpeza e perfumaria; 80% de móveis. Faltam trabalhadores qualificados na área gerencial: 62%; administrativo: 66%; produção – engenheiros: de cada cem graduados formados no Brasil, apenas cinco são engenheiros. Nós temos o problema da matriz. Nós temos o problema de acesso: apenas 11% da população de jovens que deveriam estar cursando universidade estão, de fato, na universidade e, daqueles que se formam, apenas 5% são engenheiros.

Nós temos uma agenda importante com relação à capacitação técnica no Brasil, mas temos um grande problema, que reside na má qualidade da educação básica, o que, inclusive, é atestado por essa pesquisa da CNI. Segundo ela, a má qualidade da educação básica prejudica a qualificação dos trabalhadores.

Essa agenda, como falou o Secretário Eliezer Pacheco, evoluiu, avançou nos últimos anos, mas o ponto de largada é muito ruim e nós temos problemas claros.

Nós temos, hoje, a universalização assegurada, ou seja, 97,9% das crianças de 07 a 14 anos estão na escola e apenas 84% dos jovens de 15 a 17 anos também estão na escola, dos quais metade não está no ensino médio. Ou seja, o Brasil tem a terceira maior taxa de repetência. No que isso se traduz? No Pisa. Apesar de termos melhorado em leitura, nós ocupamos, de 65 países, a 57ª posição em matemática; a 53ª, em ciência.

Ou seja, a agenda de educação profissional tem um avanço na agenda do Pronatec, na visão inteligente de fazer um esforço combinado, articulado com instituições como o Sistema S, mas nós temos de atacar, também, a agenda de educação como um todo, porque elas interagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A próxima intervenção é de Daniel

Klüppel Carrara, Secretário Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Com a palavra, Daniel.

O SR. DANIEL KLÜPPER CARRARA – Senador Roberto Requião, Srs. Senadores presentes, colegas de Mesa, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural foi criado dentro do Sistema S em dezembro de 1991. Portanto, estaremos fazendo 20 anos de criação neste ano.

Inicialmente, em função da necessidade de estruturação, todas as nossas ações foram executadas baseadas na formação inicial e continuada, em cursos de curta duração voltados para o trabalhador rural, prioritariamente, colocados e executados em ambientes pedagógicos montados em propriedades rurais. Portanto, até 2008, o Senar não tinha escolas. Nós trabalhávamos nas cinco milhões de propriedades rurais existentes no Brasil, o que fez com que a gente conseguisse ter ação em todos os Municípios do País hoje, inclusive nos da Região Norte, com acesso só por via fluvial.

Essa priorização por cursos de curta duração teve base num conselho tripartite, que é o que compõe o nosso Conselho Nacional, em função do atraso e da necessidade que nós tínhamos de recuperar o atraso na formação profissional do nosso setor rural, via de regra com baixa escolaridade e muito disperso, o que demandava uma necessidade de capilaridade muito grande da nossa instituição.

Assim, durante 18 anos, formando e capacitando trabalhadores e pequenos proprietários rurais, trabalhadores empregados ou desempregados, formamos em torno de um milhão de pessoas/ano. Essa é a meta normal, por ano, do Senar em cursos de 32, 48, 50 horas. E, nos últimos cinco anos, de até 200 horas, com sobreposição de clientela, obviamente, em 167 ocupações, que são o volume de ocupações com que trabalhamos no nosso setor rural e que, via de regra, são propriedades multiocupacionais. Dificilmente você tem uma propriedade que trabalhe com uma ocupação só, mesmo nas grandes lavouras, no caso de grãos.

Isso fez com que o Senar tivesse muita dificuldade de trabalho com jovens, em função da portaria do Ministério que estabelece as atividades insalubres e perigosas, que, em 2008, trouxe o Decreto nº 6.481. Fez, também, com que o Senar iniciasse o trabalho voltado para a montagem de centros de treinamento em 2008. Nós passamos 18 anos fazendo uma melhoria, um aperfeiçoamento da mão de obra existente e, a partir de 2008, tomamos a iniciativa de iniciar os nossos trabalhos em centros de treinamento.

Assim fizemos com ações de longa duração, algumas voltadas para o jovem aprendiz e outras voltadas para os cursos técnicos. Dessa forma, iniciamos projetos-piloto em Minas Gerais, todos eles voltados para a formação por competência, baseados numa consultoria, em orientações da própria OIT, do Cinterfor, e temos, já, iniciativas sempre vinculadas a iniciativas privadas, como Fundação Roge, em Minas; como as escolas de famílias rurais, no Paraná; em Araguacema, Tocantins, centros voltados para a silvicultura; e, ultimamente, estamos lançando o centro de formação, em Luís Eduardo Magalhães, voltado para a mecanização agrícola e produção de grãos, concomitante ao ensino formal. Essa é uma iniciativa nova para a nossa instituição.

Nos últimos dois anos, temos interagido muito e avançado com o Sistema S. A ideia é que seja uma das nossas prioridades a partir de então.

Uma iniciativa muito interessante também foi firmada com o convênio Arcafar/Sul para trabalhar a questão da pedagogia da alternância, metodologia pedagógica muito interessante para o nosso setor, para o jovem, principalmente para os pequenos produtores que precisam estar vinculados a uma unidade produtiva que não necessariamente sejam escolas. O custo de manutenção de uma escola agrícola, tenho certeza de que o nosso Secretário conhece bem, é muito alto e você tem de ter uma fazenda produtiva com diversas atividades. Manter uma fazenda já é caro, com diversas propriedades, com espírito pedagógico e funcionário público é mais caro ainda. Então, a pedagogia da alternância é uma alternativa muito factível para o setor, e nós estamos investindo pesado nisso.

Tomamos conhecimento do Pronatec pela imprensa, e ainda não tivemos a possibilidade de conversar com o MEC sobre essas interações. Isso certamente vai ocorrer nos próximos dias, em função de uma demanda muito clara do nosso setor, que tem, entre jovens de 14 e 24 anos, em torno de 6,7 milhões de jovens no setor rural, apenas 6,4% dos brasileiros que vivem no meio rural têm ensino médio completo. Das escolas federais existentes, 218, 48 oferecem cursos para o setor rural, nem sempre voltados para o setor de produção. Das escolas estaduais, 17.730 mil, 1.833 oferecem algum tipo de iniciativa para o setor rural; e das 568 escolas municipais, 96 oferecem alguma iniciativa para o setor rural . De toda a rede privada e pública, de um milhão de matrículas, 51 mil pessoas matriculadas têm relação como setor. Se considerarmos que o curso tem duração de três anos, temos 15 mil técnicos agrícolas indo para o mercado todos os anos apenas. Também considerando que o Pronatec, no seu objetivo primeiro, fala em expandir, interiorizar, democratizar oferta de curso de educação profissional técnico de nível médio e de cursos de programa

de formação inicial continuada, ou qualificação de trabalhadores. Julgo que o Senar tem muito a contribuir com esse programa, pois temos muito o que aprender e a ensinar em função das características bem específicas do nosso setor, e permanecemos à disposição, com a nossa capilaridade e o conhecimento do nosso setor para interagir com essa nova iniciativa do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião.Bloco/PMDB – PR) – Só queria acrescentar dois dados paranaenses. Quem quer ser universal tem que cantar a sua aldeia. Quando assumi o Governo do Estado, tínhamos 13 mil alunos matriculados em ensino profissionalizante, ensino profissional; deixei o Estado com 100 mil. Tínhamos as escolas agrícolas fechadas, abrimos novas, e deixei o Estado com 21 escolas agrícolas. Apenas uma discordância inicial quanto ao custo de uma escola agrícola: ela tem o mesmo custo de qualquer escola regular e ainda amortiza o seu custo com a própria produção. Temos 21 escolas agrícolas funcionando no Paraná, inclusive com o programa de abertura de vagas para paraguaios, numa movimentação de solidariedade e integração latino-americana. Temos 180 alunos paraguaios, com bolsa do Estado do Paraná, frequentando as 21 escolas agrícolas do Estado.

Com a palavra, Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Roberto Requião e, em seu nome, cumprimentar os Senadores aqui presentes e também os componentes da Mesa e assessores.

Eu vou apresentar rapidamente alguns dados com relação ao crescimento da educação profissional nos Estados.

Pode passar.

Com relação ao Brasil, vemos que o Sudeste é que apresenta o maior número de atendimentos à educação profissional. Depois, vem a Região Sul e a Região Centro-Oeste, onde fica meu Estado, Mato Grosso do Sul. Agora que estamos crescendo e dando um atendimento. Esses dados são referentes a 2009.

Pode passar o próximo.

A rede estadual, a rede federal, por região também, o crescimento. A Região Norte, por aqueles dados, teve um crescimento de 55%. Gradativamente, todo esse crescimento nós sentimos, os Estados, com o apoio, como o Secretário Eliezer disse, do programa Brasil Profissionalizado, com a sua construção. O programa foi implantado em 2008/2009, para o apoio financeiro e também técnico aos Estados na construção de centros de educação profissional e também para o apoio à construção de laboratórios, para melhorar a aprendizagem dos alunos do ensino médio.

Pode passar o próximo.

Aí são os atendimentos: o concomitante, em que o aluno cursa o ensino médio junto com a educação profissional; o subsequente, em que o aluno já tem o ensino médio e retorna para fazer só as disciplinas profissionalizantes; e o Proeja, que é para atender os alunos oriundos da educação de jovens e adultos. E ele também é um atendimento diferenciado.

Pode continuar.

Eu vou falar um pouquinho do meu Estado, Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul ficou prejudicado muitos anos, porque não tinha os antigos Cefets, hoje Institutos Federais de Educação. Mato Grosso do Sul, o Acre e outro Estado não tinham esse tipo de atendimento. Hoje, já estão sendo construídos sete Institutos Federais de Educação, com possibilidade de expansão.

Em 2007, quando assumi a Secretaria de Estado de Educação, não tínhamos nenhum curso técnico. As indústrias, as usinas estavam se instalando e não tínhamos a mão de obra. Hoje, nós temos 52 cursos técnicos, em Mato Grosso do Sul, buscando parceria com as empresas privadas e também com os Municípios. Como o Senador Requião disse, estão aproveitando aquele espaço das antigas Escolas Agrícolas Municipais. Então, temos uma parceria oferecendo cursos técnicos, aproveitando essas antigas escolas.

Pode passar o próximo.

A matrícula. O Crescimento que tivemos em Mato Grosso do Sul. Vocês podem ver que, em 2010, temos um atendimento muito maior com relação aos cursos técnicos, principalmente na educação integrada com o ensino médio.

Pode passar.

Esses são os atendimentos do Instituto: sete *campi,* e os cursos que são oferecidos em cada *campus*, em Mato Grosso do Sul.

Pode passar.

Rio Grande do Sul nos mandou esta informação: dos 152.147 alunos, 32.117 frequentam a educação profissional. Isso corresponde a 21% desse atendimento.

Pode passar.

São Paulo: de 1.839.535 alunos, 329.180 frequentam a educação profissional. Então, são 15%.

Pode passar.

São Paulo, também, o atendimento por rede. Na rede estadual, 85,2%; municipal, 1,2%; federal, 1%; e particular, 13,5%.

Pode passar.

O que é necessário para melhorarmos o aperfeiçoamento?

A criação e a aprovação de um fundo de manutenção para o desenvolvimento da educação profissional. Temos certeza de que, agora, o Pronatec vai incentivar muito, principalmente esse aluno, esse jovem, a permanecer em sala de aula e concluir seu curso; a viabilização de políticas educacionais que priorizem os cursos técnicos; e a integração de diferentes parceiros na operacionalização dos cursos técnicos.

Foi bastante rápido, mas dá para dar uma visão de como está a educação na rede estadual do nosso Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A próxima intervenção é do Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Francisco Aparecido Cordão, que dispõe da palavra por dez minutos.

O SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO – Bom dia, Senador Roberto Requião, demais Senadoras e Senadores, educadores aqui presentes.

Minha ênfase será, obviamente, nas diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico.

O seguinte, por favor.

Na estrutura da educação nacional, hoje, temos dois níveis de educação: a educação básica e a educação superior. E, complementarmente a esses dois níveis da educação regular – básica e superior –, temos a educação de jovens e adultos, para quem, na chamada idade própria, não concluiu seu ensino fundamental ou ensino médio; e temos a educação profissional, como o Professor Eliezer já falou, com as três modalidades: formação inicial e continuada, ou qualificação profissional, técnico de nível médio e o tecnológico de graduação e de pós-graduação.

O seguinte, por favor.

Na educação superior, o tecnológico é essencialmente graduação. Quer dizer, nós temos como alternativas para a graduação o bacharelado, a licenciatura, que é voltada especificamente para a formação de professores, e a tecnologia, voltada para atender as exigências do mundo do trabalho. E a pós-graduação, inclusive mestrado e doutorado profissional, também.

O seguinte.

De acordo com a Lei nº 11.741, de 2008, que promoveu alterações na atual LDB, nós temos estas três alternativas, modalidades de educação profissional: formação inicial e continuada, ou qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e a educação profissional tecnológica, de graduação e de pós-graduação, incluindo mestrado e doutorado profissional.

O seguinte.

Formação inicial e continuada deve ser organizada preferencialmente de forma integrada com o EJA (Educação de Jovens e Adultos), atendendo a uma dupla orientação: elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores e qualificação para o mundo do trabalho. Organizado segundo itinerários formativos que possibilitem contínuo e articulado aproveitamento de estudos, de tal maneira que o trabalhador possa fazer um curso de qualificação profissional, por exemplo, de 160 horas, articulado com o novo curso de qualificação profissional, no mesmo itinerário formativo, até chegar a técnico de nível médio. Por exemplo, na área de hotelaria, ele começa recebendo uma qualificação na área de recepção de hotel ou na área de sala, com curso de garçom, depois para *maître*; ou começa na cozinha, como ajudante de cozinha, cozinheiro, chefe de fila, etc., chefe de cozinha, gerente de comidas e bebidas, técnico em hotelaria. Ela vai crescendo dentro da estrutura ocupacional. Então, cursos que possibilitem contínuo e articulado aproveitamento de estudos até o técnico.

O Proeja é um programa de que o Secretário Eliezer já falou. É o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em relação tanto ao ensino fundamental quanto ao ensino médio. Praticamente 70% da nossa população economicamente ativa não concluiu o ensino fundamental. Então, é essencial que esse programa, o Proeja, desenvolvendo a educação de jovens e adultos e a qualificação profissional, seja oferecido aos nossos trabalhadores.

O ProJovem é um programa experimental, coordenado pelo Governo Federal, que integra o EJA – de ensino fundamental –, a educação profissional e atividades de ação comunitária.

O seguinte, por favor.

Agora, educação profissional técnica de nível médio. A educação profissional técnica de nível médio pode ser desenvolvida de maneira integrada com o ensino médio – a Srª Secretária de Educação já falou sobre isso –, tanto na modalidade de educação regular, quanto na educação de jovens e adultos. É o Proeja de ensino médio.

Como o ensino médio é essencialmente etapa de consolidação da educação básica, o desenvolvimento de programas integrados de educação profissional, obviamente, implica um acréscimo de carga horária desse ensino médio, que pode ser feito de forma integrada com o ensino médio regular – o curso, em vez

de ser de três anos, será de quatro anos, integrando conteúdos de educação geral e de educação profissional – ou concomitantemente com o ensino médio, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis, seja na mesma instituição de ensino, seja em instituições distintas, próximas. Nesse caso, o aluno faz, em um turno, o ensino médio e, no contraturno, a educação profissional.

A educação profissional técnica de nível médio também pode ser desenvolvida de forma concomitante com o ensino médio, em instituições distintas, mas com projetos pedagógicos unificados. Quer dizer, duas escolas, uma de educação profissional, uma de ensino médio. Elas oferecem o ensino médio de forma concomitante, praticamente integrada, integrando o projeto pedagógico, planejando de tal maneira, que o aluno, por exemplo, na segunda-feira, vá a uma escola técnica, na terça-feira, vá a uma escola de ensino médio e vice-versa, durante a semana. É um projeto integrado, das duas escolas.

A educação profissional também pode ser oferecida de forma subsequente ao ensino médio, realizada tanto no ensino regular ou subsequentemente à educação de jovens e adultos. O aluno que termina o ensino médio pode, na sequência, fazer um curso técnico de nível médio. Ou, se ele já terminou o ensino médio, matricula-se exclusivamente no curso técnico de nível médio.

Mas, em qualquer das alternativas, de forma integrada, concomitantemente com um planejamento integrado, aproveitando-se o regime de intercomplementaridade, ou subsequentemente, os cursos técnicos de nível médio devem ser organizados por eixos tecnológicos, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, que é administrado pelo MEC e atualizado anualmente, incorporando-se novas demandas de cursos técnicos de nível médio, possibilitando-se a construção de diferentes itinerários formativos, a partir da qualificação profissional.

Ninguém tem muito tempo a perder. É importante não ficar atirando para todo lado. Faz-se um curso de qualificação, faz-se outro, na sequência, que possibilite o aproveitamento, até a conclusão do ensino técnico de nível médio.

O seguinte, por favor.

A educação profissional e tecnológica de graduação e de pós-graduação é essencialmente um curso de graduação, com o mesmo nível do bacharelado e da licenciatura, e também obedecendo a um catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia, que foi implantado em 2006, e, a partir daí, está disponibilizado pelo MEC.

Seguinte.

Termino a minha apresentação com esta transparência. O compromisso da educação profissional é com o desenvolvimento de competências profissionais. As diretrizes curriculares nacionais estão voltadas para esse compromisso da educação profissional. Em termos de desenvolver a capacidade nos seus alunos de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, é fundamental conhecimentos tecnológicos. A técnica de trabalho exige conhecimento tecnológico, o desenvolvimento de habilidades para o exercício profissional de atitudes, valores e emoções para o adequado desenvolvimento profissional. Essa competência profissional beneficia tanto os alunos quanto os empregadores dos futuros alunos e a sociedade, pelo trabalho competente. O objetivo é promover o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho para responder aos novos desafios diários da atuação profissional e do exercício social da cidadania. Quer dizer, competências profissionais devem ser definidas com clareza pela instituição educacional a partir da identificação dos perfis profissionais de conclusão, caracterizados pela escola que pretende oferecer o curso técnico.

As competências técnicas exigem conhecimento tecnológico e cultivo dos valores da cultura do trabalho; quer dizer, o saber do trabalho informa o saber tecnológico e vice-versa. O desenvolvimento de competência profissional significa compromisso ético da instituição escolar para com seus alunos, os futuros empregadores e a sociedade em termos de resultados de aprendizagem. Não é simplesmente uma concepção pedagógica específica; é um compromisso em termos de organização curricular, que é prerrogativa da escola.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em seguida, a diretora de educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem – Senac, Anna Beatriz Waehneldt.

A SRª ANNA BEATRIZ WAEHNELDT – Bom dia a todos! A apresentação está estruturada em duas partes. No primeiro momento, a situação brasileira, em que apresento um resumo muito resumido. Trago alguns dados que expressam o chamado apagão de mão de obra. Na segunda parte, apresento informações qualitativas e quantitativas com relação à atuação do Senac: como o Senac atua frente a esses desafios, a essa demanda do setor produtivo, do mundo do trabalho e especialmente do setor terciário. Então, a situação brasileira.

Pode passar.

Na verdade, dados deste ano colocam que 1,6 milhão de vagas formais de trabalho estarão abertas em 2011, e 79% dessas na Região Sudeste – parece-me.

Em março de 2010, o Ipea divulgou um estudo mostrando que setores como comércio, hotelaria, indústria, saúde, educação e construção civil teriam dificuldades para encontrar profissionais. Fala-se, então, em 320 mil postos de trabalho que estariam abertos naquele ano e que teriam dificuldades em encontrar profissionais. No setor de comércio, por exemplo, faltavam 204 mil pessoas qualificadas somente na Região Sul/Sudeste. Pode passar, por favor.

Aí o que o Ipea chama de apagão de mão de obra. O quadro geral no Brasil mostra, de um lado, um grande contingente de desempregados com deficiências em sua formação, do ponto de vista educacional e profissional; e, do outro lado, uma sobra de postos de trabalho para profissionais qualificados.

Pode passar, por favor.

Como o Senac tem atuado, através de números e de informações mais qualitativos, com esse cenário e com esses desafios postos à educação profissional.

Por favor, pode passar.

Os cursos do Senac hoje. O Senac tem muitos tipos de cursos, mas eu fiz um recorte de dados relativamente à capacitação e à habilitação, que são os dois cursos que, de fato, formam para as ocupações e para as demandas do mercado de trabalho, que formam para ocupações e funções mais complexas, e ocupações já definidas no mercado de trabalho.

Hoje, o Senac tem 144 títulos de capacitação e 63 títulos de habilitação técnica. A capacitação está vinculada à modalidade formação inicial e continuada, e a habilitação técnica, ao nível técnico de ensino, de nível médio. Carga horária mínima: capacitação, 160 horas; habilitação, 180 horas.

Todos esses cursos estão distribuídos ao longo de oito eixos tecnológicos, e isso deixa claro os setores e segmentos nos quais o Senac atua: gestão e negócios; hospitalidade e lazer; ambiente, saúde e segurança; infraestrutura; informação e comunicação; apoio educacional; produção cultural e design.

Pode passar, por favor.

Quais são, hoje, os títulos que demandam do mercado de trabalho, que demandam maior número de profissionais qualificados? Em primeiro lugar, o técnico em segurança no trabalho; em segundo, o técnico em enfermagem; técnico em administração; técnico em estética, informática e design de interiores.

Qual é a demanda futura, setores que percebemos que têm tendência de crescimento e em relação aos quais o Senac pretende, também através de planos estratégicos para esses segmentos, incrementar o aumento de matrículas? O técnico em hotelaria, em meio ambiente, em segurança da informação e comércio exterior, guias de turismo, massoterapia. Isso, no caso de habilitação técnica, cursos de oitocentas horas.

Pode passar, por favor.

Dentre os cursos de capacitação, quais são os títulos mais procurados pelos alunos do Senac? O de cabeleireiro, historicamente, aparece em primeiro lugar. Em qualquer lugar em que se abra curso de cabeleireiro, há procura. Web designer, que tem uma demanda grande atualmente, muito grande; vendedor; garçom; operador de computador; cozinheiro.

Qual é a demanda futura que nós pretendemos incrementar? Massagista; administrador de redes; monitor de recreação. Algumas ocupações são novas. Desenvolvedor de *games* tem uma tendência de crescimento; cuidador de idoso, que tem uma demanda muito importante, inclusive social, não apenas do ponto de vista econômico; organizador de eventos.

Pode passar, por favor.

Qual é o número total de matrículas por modalidade? Aí eu fiz o recorte pela capacitação e habilitação. Esses números representam a entrada de matrículas no ano. Então, em 20090, você tem 1.126.378 e uma tendência de crescimento. Você tem 1.150.948 alunos que ingressaram – matrículas – no Senac. Desse número, você tem, na capacitação, este ano, 198.216 – foi o número de matrículas feitas no Senac para capacitação.

No caso da habilitação, este ano tivemos 149.366. Note que nesse número se observa uma concentração em torno de 60% na região Sul-Sudeste, que é onde você tem os melhores indicadores de ensino médio. Como bem falou o Rafael Luchesi, a educação profissional técnica de nível médio está necessariamente vinculada ao ensino médio, aos indicadores do ensino médio. Quer dizer, se você tem um crescimento no ensino médio, necessariamente você vai ter um incremento no número dessas matrículas – as instituições Senac e Senai estão preparadas para isso. Enquanto não houver um incremento desses números do ensino médio, esses números vão ficar sempre muito aquém dos números dos demais tipos de cursos.

Pode passar, por favor.

Então, a nossa previsão de atendimento, até 2014, é chegar a 600 mil alunos em cursos técnicos.

Pode passar, por favor.

Em cursos de capacitação, chegar a 800 mil alunos até 2014.

A previsão de atendimento global, capacitação e técnico – e aí não estou contando os demais tipos de curso: 1 milhão e 400 mil.

Por favor. (*Pausa.*)

Agora, uma análise qualitativa. Os números, por si sós, não falam completamente do que nos interessa,

que é garantir a entrada, a permanência e a ocupação de fato no mercado de trabalho, e, com isso só, você fazer um trabalho de qualidade.

Então, quais seriam os três indicadores que considero fundamentais para uma instituição de educação profissional fazer um trabalho de qualidade? Primeiro, como é que esse currículo está estruturado? Depois, como você prepara o seu docente? E, terceiro, as tecnologias educacionais.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Na questão da estrutura curricular, nós trabalhamos com o currículo por competência, como muito bem apresentou o Prof. Francisco Cordão. O currículo por competência significa, muito resumidamente, você dizer que todo conhecimento está estruturado em favor, em detrimento de uma ação reflexiva crítica. Ou seja, o aluno tem de estar preparado para resolver os problemas que se apresentam a ele, com os quais ele se defronta quando vai para o mercado de trabalho, ter autonomia intelectual e saber resolver os problemas práticos e não apenas ter o conhecimento. O conhecimento deve ser colocado em ação. E, por isso, você tem toda a estruturação de um currículo por competência.

Por favor, pode passar. (*Pausa.*)

Itinerário formativo. Como o Prof. Francisco Cordão também colocou, todos os cursos do Senac estão colocados dentro de um itinerário formativo. Ou seja, se o aluno entra na capacitação, que é a formação inicial, é apresentado um itinerário a ele. Depois que fez essa capacitação, ele pode dar prosseguimento a um técnico, depois a uma especialização técnica e pode chegar ao tecnólogo. Ou seja, ele tem a possibilidade de progredir nos seus estudos e também na sua colocação no mercado de trabalho obviamente.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Docência. Hoje, as universidades brasileiras não possuem formação desenhada para a educação profissional. As instituições de educação profissional, então, estão tendo que formar os seus próprios docentes.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

O Senac, na verdade, criou o curso Docência para Educação Profissional, implantado nos termos do Parecer nº 7, de 2009, do CNE, que prevê oferta de pós-graduação *lato sensu* para formação de professores. Nós temos hoje, no quadro efetivo, 7.433 docentes, e a nossa meta é que todos passem por esse curso.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Esses são os objetivos do curso de especialização. Eu gostaria de passar mais rápido porque eu devo ter pouco tempo, mas quais são as características do curso?

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Na verdade, a gente teve uma primeira turma piloto com 1.447 alunos e a gente pretende, até o final de 2012, terminar esse curso.

Por favor, pode passar. (*Pausa.*)

Na verdade, quais são os diferenciais? Ele planeja medir e avaliar. Ele deve ter essas condições e é todo calcado em três ambientes simultâneos: laboratório, que é a sala de aula dele; o ambiente muda para onde há os conteúdos e a comunidade de prática, que é um lugar hoje onde todos os docentes do Senac se encontram para trocar as boas práticas e os pontos críticos de sua formação. O curso acaba, mas a comunidade de prática dos docentes do Senac permanece.

Então, essa foi uma inovação que esse curso propôs.

Por favor, pode passar. (*Pausa.*)

Pode passar. (*Pausa.*)

Pode passar. (*Pausa.*)

Tecnologias educacionais e, finalmente, eu termino. Na verdade, hoje a gente trabalha com o conceito de educação flexível. Ou seja, estamos procurando acabar com esta distinção entre presencial e a distância, porque são os cursos a distância que lidam mais com as tecnologias. As tecnologias devem estar presentes em todas as salas de aula, em todos os momentos e até de modo a flexibilizar a carga horária, flexibilizar o desenvolvimento dos conteúdos e para que o aluno possa ter acesso a diferentes mídias e a diferentes tecnologias, tecnologias de informação e comunicação.

Então, hoje a gente está fazendo um grande banco, o nosso espaço digital Senac, onde todo conteúdo que o Senac já produziu está sendo alocado como objeto de aprendizagem. Tanto o aluno quanto os professores poderão fazer uso desses objetos. Só isso merecia uma apresentação.

Então, é isso. São os três indicadores que eu considero relevantes para uma análise qualitativa da educação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Neste momento, abrimos a nossa conversa do Plenário com os palestrantes de hoje.

A preferência regimental é para a intervenção dos autores do requerimento.

Eu darei a palavra, em primeira mão, ao Senador Cristovam Buarque e, em segundo lugar, à Senadora Ana Amelia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, se quiser, eu não tenho nenhum problema em ceder, inicialmente, à Senadora Ana Amélia, se ela preferir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A minha alteração da ordem é porque

a Senadora Ana Amelia teve de permanecer numa comissão onde havia uma audiência pública e voltou à nossa Comissão agora. E V. Exª já está há algum tempo a nos observar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito bem. E é dessa observação, Sr. Presidente, que quero parabenizar todos os participantes pela firmeza, empenho, confiança no ensino profissionalizante e na competência com que apresentaram seus projetos. Também quero parabenizar o Governo brasileiro, desde o Presidente Lula, que descobriu a importância da escola técnica numa maneira mais forte do que antes.

Mas eu tenho muitas preocupações, que tenho manifestado e quero deixar aqui a pergunta: como é que vocês resolvem o problema do despreparo do aluno que entra no curso profissionalizante? Como é que vocês resolvem a possibilidade de dar um curso médio profissional a estudantes que são analfabetos funcionais, que não sabem o que é ângulo reto, que não sabem regra de três?

Ontem, conversei aqui com o Subsecretário do Trabalho de Minas Gerais, que é encarregado da formação profissional no Estado. E ele diz que, de cada tantos novos alunos, ele tem que dispensar uma boa parte, porque não conseguem ler.

Eu vi aqui a apresentação da Profª Anna Beatriz e eu quero lembrar os cursos de mais demanda: técnico em segurança do trabalho; técnico em enfermagem. Como é que se forma um analfabeto funcional para ser um técnico de enfermagem se ele não sabe ler a bula de um remédio ou entender? Técnico em administração. Como, se não sabe matemática? Técnico em estética? Técnico em informática? Se ele chega sem uma familiaridade, como ele faz? Design de Interiores? Hotelaria, sem ter o mínimo de idioma? Técnico em Meio Ambiente? Técnico em Segurança? Técnico em Comércio Exterior? Guia de Turismo? Técnico em Massoterapia? Mesmo cabeleireiro e garçom, como, sem ter um mínimo de ensino fundamental?

Eu temo. E a minha pergunta é: como é que vocês resolvem isso? Mas eu temo que a gente possa substituir daqui a pouco, graças ao bom esforço do Governo, o apagão de profissionais pelo apagão de alunos nas escolas profissionais. Eu temo que isso venha a acontecer. Nós estamos criando mais vagas – e quanto mais vagas, melhor, claro; eu quero um ensino fundamental bom – do que alunos que são capazes de absorver o conhecimento.

E isso a gente vê hoje na universidade. E a conseqüência, qual é? Puxar para baixo a qualidade do curso. Aqui, na UnB, quando eu saio da minha aula, eu passo por onde tem os cursos de engenharia e os alunos estão aprendendo a matemática que deveriam ter aprendido no ensino médio. Ou seja, a universidade perde tempo para fazer a reciclagem dos alunos. Isso eu acho que pode vir a acontecer nos cursos de vocês.

Então, apesar da satisfação e da alegria de ver esse empenho pelo ensino profissionalizante, eu temo que a gente esteja cometendo o erro de anos atrás e que começou pela universidade, sem fazer uma educação de base boa. Aí estamos fazendo um profissionalizante reagindo à demanda da economia. A economia precisa; então, tem que ser feito.

Eu tenho citado o fato de um encontro que eu tive, há uns dois anos, numa pequena cidade chamada Maragogi, em Alagoas, Senador Wellington. Eu estava no restaurante e o dono me reconheceu e trouxe dois senhores para falar comigo. Eles me disseram que eram empresários e estavam investindo em Alagoas. Mas eles foram logo dizendo que desistiram de investir por falta de mão de obra qualificada. E eu perguntei qual era o ramo deles: criação de cavalos. E eu disse – fui até um pouco grosseiro: "Mas qual é a formação dos vaqueiros de vocês?". E eles: "Nós não temos vaqueiros. Os nossos cavalos valem dois, três, quatro milhões de reais. A gente não deixa na mão de quem não souber ler a bula do remédio em inglês [porque é importado o remédio] e nós preferimos contratar veterinários. Tem mão de obra não qualificada para cortar grama e tudo isso, mas o grosso tem que ter formação. E, mais do que isso, nosso cavalos são acompanhados *on-line*: o quanto pesa, o quanto salta, o quanto come, remédios, o quanto come. Eu preciso de funcionário que saiba usar computador. E, além disso, a gente investe e vai embora. A gente fica administrando de lá da Europa. Nós precisamos de pessoas familiarizadas com a Internet na administração. Por isso nós não vamos ficar aqui".

Então, criação de cavalo começa a precisar de gente com qualificação. E esta é a minha pergunta: como é que vocês vão resolver esse problema? Ou talvez não seja um problema; o que me disse o Subsecretário de Minas Gerais talvez não seja comum em outros lugares.

Finalmente, outra pergunta: o que vocês acham de ampliar o ensino médio para quatro anos, e todo mundo sair do ensino médio com um ofício? Os ofícios mais simples a gente pode ensinar durante... Nem tão simples assim: ele pode sair como fotógrafo, pode sair como cozinheiro, pode sair como técnico em diversas atividades. Então, o que vocês acham da ideia de, além das escolas técnicas profissionalizantes, o ensino médio oferecer um ofício a cada aluno? É preciso divulgar mais a Escola Técnica de Jacarepaguá, da Confederação Nacional do Comércio, em que o

aluno mora lá dentro. Aquilo não é possível repetir no Brasil, mas eu gostaria que o presidente da Comissão levasse outros membros para visitar aquela escola, para ficarem perplexos ao ver como é possível fazer uma escola de nível tão alto – que não defendo para o Brasil inteiro, porque é impossível. Os alunos moram lá dentro, professores moram na própria escola, com salários de R$9 mil por mês. Ou seja, um pequeno paraíso. De qualquer maneira, eles saem de lá com certo ofício, em três anos apenas.

Eu deixo estas duas perguntas: como vão resolver? É ou não verdade que pode haver um apagão de alunos? Em segundo, como é que vocês estão resolvendo o baixo nível dos alunos que entram? A outra pergunta é o ensino médio em quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos processar essas intervenções em blocos de três.

Vou passar a palavra agora para a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, embora V. Exª tenha feito a ressalva da minha ausência aqui, é preciso repassar aos convidados, aos quais agradeço muito, por ter sido uma das requerentes desta audiência pública, e não tomo como admoestação a minha ausência aqui, porque tive que fazer a escolha de Sofia: ou o câncer ou a educação profissionalizante. Minha assessoria está aqui também acompanhando, porque tenho muito interesse nessa matéria.

Reforço a questão levantada pelo Senador Cristovam a respeito da questão do apagão em relação à mão de obra tecnicamente qualificada. Mas gostaria de levantar ao Prof. Eliezer uma questão sobre os programas que o Governo vem aplicando na área do ensino técnico profissionalizante. Diante do contingenciamento orçamentário, esse programa tem algum risco de sofrer alguma carência de recursos?

E gostaria de ouvir um comentário seu sobre a situação do Rio Grande do Sul: parece que o Estado tem uma divisão percentual entre ensino médio e ensino profissionalizante, e também superior, um pouco equilibrada; por que isso acontece? O Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios têm alguma participação, ou o setor privado? Então, essa questão de como também o Rio Grande do Sul pode melhorar o seu desempenho no ensino técnico profissionalizante, já que é um Estado industrializado e também com uma demanda no setor agropecuário relevante.

Agora, queria dirigir a questão ao Sistema S: em 2008, o governo federal e o Sistema S, por meio do Decreto nº 6.633, de 2008, fez um acordo que amplia as vagas em cursos técnicos e a gratuidade dos serviços de educação ofertados.

O art. 51 desse decreto dispõe que:

> Art. 51. O percentual de recursos destinados à oferta de gratuidade, previsto no parágrafo único do art. 3º, deverá ser alcançado, em 2014, obedecida a seguinte gradualidade:
>
> I – no ano de 2009, vinte por cento;
>
> II – no ano de 2010, vinte e cinco por cento;
>
> III – no ano de 2011, trinta e cinco por cento;
>
> IV – no ano de 2012, quarenta e cinco por cento;
>
> V – no ano de 2013, cinquenta e cinco por cento;
>
> VI – no ano de 2014, sessenta e seis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento.

Eu queria saber se esse acordo está sendo cumprido. Qual é o número de alunos atendidos por cursos gratuitos desde que o acordo foi firmado? O oferecimento de cursos gratuitos tem gerado impacto nos demais cursos? Os cursos gratuitos têm a mesma qualidade dos que são pagos?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Terceiro inscrito é o Senador Cyro Miranda, com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, senhores convidados, fico muito contente com o que estou ouvindo hoje aqui, essa preocupação em todas as áreas. Venho de uma época, Senador, que talvez o senhor se lembre, em que se estudava onze anos: primário, ginásio... Na nossa época, era científico ou colegial. Depois de onze anos, nós não tínhamos uma habilidade. Esse era o grande diferencial. Nós tínhamos então... Se tivesse alguma intercorrência na vida de uma família, o cidadão não sabia – na nossa época – bater à máquina, não sabia o que era uma promissória, não entendia de nada. E eram onze anos de estudo. Agora, tínhamos trabalhos manuais, espanhol, geografia, sabíamos todas as capitais do mundo, as ilhas gregas, mas não sabíamos nada sobre a sobrevivência.

Evidente que isso veio evoluindo. Mas me deixa um pouco triste quando vejo os dados da Drª Maria Nilene, ainda de São Paulo, um dos maiores centros nossos, com 15% só voltados para o curso profissionalizante. Nós tivemos um equívoco, acredito eu, na nossa educação, quando batemos muito na formação universitária. Que só com curso universitário o cidadão conseguiria uma vaga no mercado de trabalho adequada. Com isso, foram se abrindo faculdades em cada esquina, sem critérios. Hoje, nós temos ai uma

série de faculdades em que o coitado paga uma fortuna por aquilo, trabalha e paga uma fortuna e continua na mesma profissão.

Então, hoje nós estamos voltando, mas eu tenho algumas preocupações. Uma delas é que nós nos preocupamos muito com o perfil da educação técnico-profissionalizante, sobretudo quanto às especificações regionais. Porque os cursos devem ser voltados às demandas dos diferentes mercados, que podem variar enormemente de uma região para outra. Como V. Sªs avaliam essa questão e como isso tem sido tratado?

A segunda, a evidência: o Brasil continua bastante atrás no quesito educação profissional, se comparado a outros atores mundiais. É interessante que, hoje, nas empresas em geral, já não se procura mais um profissional com apenas uma habilidade. Ou seja, o perfil técnico dá lugar a uma demanda por profissionais capazes de atuar em diferentes frentes. É como se, aliado ao perfil de especialista, fosse demandada também uma percepção maior do mundo e do conjunto das atividades inerentes a qualquer negócio. Em outras palavras, aliado ao fazer, ao *know-how* de cada profissão, cremos necessário estimular os alunos a saber o conhecimento no sentido mais amplo. Como é tratado esse aspecto na educação técnico-profissionalizante?

Essas são as minhas questões.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Da esquerda para a direita, à medida que tenha alguma resposta a dar, indagados ou não pelos Senadores, eu passo a palavra, por três minutos, no máximo, a cada um dos palestrantes.

Começa com Eliezer Moreira Pacheco.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Obrigado,

Bem, as questões levantadas pelo Senador Cristóvam, especificamente no se refere a questionamento sobre o ensino médio, eu vou deixar o Prof. Cordão, porque o CNE está debruçado exatamente sobre essa questão do ensino médio, aprovou recentemente diretrizes importantes. Acho que é a pessoa mais habilitada aqui da Mesa para abordar essa questão.

Quanto à questão que a Senadora levanta do contingenciamento orçamentário, nós não fomos atingidos Senadora. A não ser... Isso é uma tradição que vem do governo Lula. O governo Lula, mesmo quando havia contingenciamento, sempre deixava fora saúde e educação. No atual Governo, persiste essa orientação. O contingenciamento que houve foi de custeio: diárias, passagens... Nunca de investimento. Portanto, nós não tivemos nenhuma redução dos nossos projetos em relação a eventuais contingenciamento.

Eu confesso que não entendi bem a segunda questão, mas se refere a equilíbrio de ensino profissional e superior. Eu acho que é isso, não é? Eu não tenho dados aqui. Os dados que o Consede apresentou, eu realmente não tenho como saber se são exatamente isso. O Consed fala em 152 mil matrículas no Rio Grande do Sul: 32 mil no ensino profissional e 76 mil só no ensino médio, o que dá 50%, contra 21%.

Eu realmente não tenho como questionar esses dados do Rio Grande do Sul. Seja como for, é um dos Estados que apresentam participação maior. O Rio Grande do Sul já teve a maior rede de educação profissional estadual do Brasil. Hoje, acho que é o Paraná que tem, em grande parte devido aos grandes investimentos que o Governo Federal fez na época do Governador Requião, o projeto Brasil Profissionalizado. Nós temos um convênio bastante significativo...

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu só pediria, com a permissão do Presidente Requião, para o Prof. Eliezer: existem pesquisas sobre o eventual grau de evasão escolar no ensino profissionalizante? Qual é o percentual?

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Nesta sabatina, eu vou ser reprovado, Senadora. (*Risos.*)

Na educação profissional, especialmente quando se trata de EJA, Proeja, a evasão é acentuada, em torno de 50%, em média; não tenho como dar dados específicos de cada Estado. Por isso que, hoje, especialmente na rede federal, estamos considerando extremamente importante a assistência estudantil. A educação profissional tem que ter assistência estudantil, porque é um público extremamente sacrificado, que trabalha durante o dia, estuda à noite; quando estuda de dia, são de famílias carentes. Então, entendemos que uma das prioridades nossas hoje é estabelecer uma política de assistência estudantil – não estamos chamando de bolsa; estamos chamando de assistência estudantil – para os alunos da educação profissional.

O SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO – A educação profissional – concordo com os Senadores que levantaram a questão – assenta-se sobre uma sólida educação básica. Quanto melhor for a educação básica, melhor será a educação profissional.

Quando uma escola profissional recebe um aluno que tem deficiências graves, por exemplo, em língua portuguesa e em matemática, tem que fazer uma complementação de língua portuguesa e de matemática antes de entrar no conteúdo propriamente profissionalizante.

No Conselho Nacional de Educação, estamos no momento discutindo o conjunto das diretrizes curriculares nacionais, por exemplo, diretrizes para o ensino

fundamental. Uma das diretrizes, um dos compromissos que estão sendo assumidos pelo MEC, em regime de cooperação com os Estados e Municípios, é de efetiva alfabetização até no máximo oito anos de idade. Tem que haver um esforço nacional de implantar esse ciclo de alfabetização de seis a oito anos, para garantir a alfabetização aos oito anos, que vai garantir a continuidade de estudos no restante ensino fundamental e ensino médio.

É essencial que, no ensino médio, não tenhamos, de novo, o retorno à Lei nº 5.692, do governo militar, do ensino médio obrigatoriamente voltado para a profissionalização, mas que se possa trabalhar, de maneira integrada, ensino médio com as dimensões de cultura, ciência, tecnologia e trabalho,.

O ensino médio integrado com a educação profissional deverá, necessariamente, ser de quatro anos. Não dá para fazer em três anos. Três anos seria o ensino médio "tradicional". Mas eu posso também, em três anos, fazer o ensino médio com a educação profissional no contraturno: parte de ensino médio, parte de educação profissional. Ou, para o aluno que conclui o ensino médio em três anos, na sequência, ele pode fazer, em mais um ano, o curso técnico de nível médio, o que significa os quatro anos para conclusão com educação profissional.

Rapidamente, são essas as questões.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Senador, com relação à primeira questão, acho que o Prof. Cordão já avançou bastante.

O Sesi e o Senai têm uma experiência bem-sucedida de ensino articulado, que consegue ter um êxito muito grande, e não são necessários quatro anos. Tem a competência da formação Senai e uma boa formação Sesi.

Com relação ao apagão da mão de obra, quando o Brasil cresce acima de 4% ao ano, por um período prolongado de anos consecutivos, nós revelamos um dos maiores problemas de nossa infraestrutura, que é a educacional. A agenda social e política brasileira é predominada por discussões de temas como inflação, macroeconomia, e esquecemos do principal fator preparatório para a sociedade do conhecimento, em que pese algumas poucas pessoas, como o senhor, que têm acentuado essa agenda.

Com relação à defasagem do aluno no que se refere à educação, isso se atesta no Senai. Ou seja, 90% dos alunos do Senai são da rede pública, são os melhores da rede pública e a grande maioria deles tem que ter nivelamento pelas dificuldades de compreensão de português, compreensão de texto, e raciocínio abstrato, de matemática. E os dados que a gente viu do Pisa, que eu rapidamente abordei, são reveladores disso.

A população brasileira, diferentemente do senso comum, ela não está apenas satisfeita com a matrícula. Pesquisa que fizemos em parceria com o Ibope revela que a baixa qualidade do ensino vai prejudicar o desenvolvimento do país. E teve a concordância de 61% dos entrevistados; e 24% concordam parcialmente.

Uma outra questão. A renda de uma pessoa será maior quanto mais anos de educação ela tiver. Essa também teve a concordância em torno de 85% das pessoas entrevistadas.

Então eu acho que isso é revelador de que temos uma agenda e que hoje é uma a agenda sensível e percebida pelo país.

Com relação ao acordo, que a Senadora pergunta, todos os cursos gratuitos têm a mesma matriz do Senai, sem nenhum problema de diferença de qualidade. Quando nós fizemos o acordo, o Senai já praticava 51% de gratuidade. E o importante a se dizer é o seguinte: o Senai é uma organização que não tem lucro. Os outros cursos são subsidiados, na sua grande maioria, o que é importante porque assegura, inclusive, financiamento voluntário das famílias e da sociedade, das empresas. E isso é importante inclusive para ampliar a matriz. Há uma falsa dicotomia quando se coloca gratuidade e cobrança. O aluno que não tem renda, ele vai ter a gratuidade; as famílias que podem financiar, elas financiam. O Senai tem 90% dos seus alunos que vêm da escola pública de baixa renda. Nós temos diversas instituições que são plenamente gratuitas e a sua composição não é uma composição social semelhante à do Senai.

Então, acho importante que se compreendam essas questões.

Com relação à mobilidade social que um curso técnico tem, há um estudo da PUC que atesta que a formação do Senai assegura 15% a mais de renda para o aluno formado pelo Senai, seja informação inicial, seja no nível técnico.

Com relação às especificidades regionais, o Senai atua em função da demanda. Então essa calibragem se dá de maneira automática, seja nos eixos informativos, seja na mudança da flexibilidade da oferta; ou seja, nós não vamos ofertar formações, como muitas vezes acontece na nossa rede pública que está descasada da necessidade local. E cito como exemplo a Universidade do Estado da Bahia, que tem 200 vagas para Geografia, na cidade de Alagoinhas, todos os anos. Nunca se fez um estudo sobre a calibragem da relação de mercado. E vai continuar sempre tendo as 200 vagas, porque é uma relação de não diálogo da estrutura pública.

A escola de educação profissional tem que ter respeito ao trabalho, à realidade das pessoas e às necessidades da empresa e da sociedade.

Obrigado.

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Com relação a esse percentual do Rio Grande do Sul – é a informação que recebemos no Consed –, 21% na educação profissional; e, de São Paulo, 15%.

Ao Senador Cyro Miranda, sobre as especificidades regionais, cada Estado vê de acordo com a sua região. Vou lhe dar o exemplo de Mato Grosso do Sul, cuja realidade conheço bem, pois sou a Secretária.

Nós fizemos um estudo, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, verificando quais as indústrias, as usinas que estariam se instalando no Estado, e lá nós oferecemos o curso profissional. Por exemplo, um Município que fica a 340 km de Campo Grande, onde estava uma usina de açúcar, nós oferecemos o curso técnico em açúcar e álcool, em parceria com a usina, porque nós não tínhamos laboratórios. Então, a prática foi na própria usina. E, desses 32 alunos que concluíram, 20 já ficaram empregados na própria usina.

Então, nós buscamos atender à demanda de oferta de emprego, a possível oferta de emprego em cada região. E posso falar também do Estado do Ceará, onde os cursos profissionalizantes são em período integral. As escolas oferecem período integral para que o aluno tenha, nesse contraturno, esse reforço desse conteúdo que ele deixou muitas vezes de aprender em português ou em matemática.

Então, acho que cada Estado está buscando fazer essa complementação de estudo e, da melhor maneira, atender esse crescimento da demanda e oferta de emprego.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas não existe uma regulamentação, porque isso vai ficar a cargo de cada Estado, do bom senso, e do dinamismo do Secretário de Educação. Esse que é o problema. Como não tem uma regulamentação, às vezes, o foco que é dado por um Secretário não é dado por outro. Essa é que é a preocupação, porque alguns Estados continuam dando cursos profissionalizantes que nada têm a ver com a realidade do Estado. Essa que é a preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anna Beatriz.

A SRª ANNA BEATRIZ WAEHNELDT – (*intervenção fora do microfone)* ...alunos egressos do ensino básico ou da educação básica, seja ela ensino fundamental ou médio, apresentam quando ingressam na educação profissional. Essa é uma realidade da educação profissional, com que lidamos desde que... Sempre. Ela não é nova, e ela nunca foi e nunca será motivo de paralisia. O Senac tem isto como uma estratégia dentro das suas diretrizes de educação profissional: garantir que esse aluno não saia da instituição em função desse problema. Então, há várias estratégias que são previstas para isso. Como, por exemplo, o acompanhamento individual através da supervisão pedagógica; a utilização de cursos, de 40 a 80 horas, de português instrumental e matemática básica, matemática financeira. O Senac tem uma categoria de cursos chamados cursos instrumentais, que são oferecidos tanto para o público em geral como são agregados, dependendo da necessidade, aos cursos de capacitação e técnico. Então, isso já é algum coisa com que nós lidamos tradicionalmente. E, com o PSG (Programa Senac de Gratuidade), que começou em 2009 e hoje nós já estamos no terceiro ano, esse público – que inicialmente tinha um salário e meio de renda *per capita* familiar e hoje tem dois salários e meio de renda *per capita* familiar, esse é o corte para o aluno entrar no programa PSG... Nós estamos pensando em como incrementar essas políticas, fazer um trabalho especialmente com o docente, não ficar só a cargo de supervisor, mas também que o docente tenha estratégias para lidar com essa situação. Mas o nosso número de evasão é baixo. Inclusive, tem sido baixo no PSG, o que para nós é motivo de grande felicidade.

Agora, com relação a PSG, que foi uma pergunta da Senadora Ana Amelia, o Senac... Os dados: claro que nós continuamos com esse programa que muito nos orgulha, com certeza. Tem um caráter de inclusão social fortíssimo – capacitar é incluir, sem dúvida alguma. Então, no acordo, neste ano de 2011 nós teríamos que estar empregando 35% da receita compulsória, o Senac está empregando 38% e o número de matrículas é de 212.941, distribuídos em curso de aprendizagem, capacitação e técnico. O curso que o aluno do PSG... Na verdade, ele está na mesma turma, inclusive com aluno que não é PSG. Esta é a nossa proposta, a inclusão. Procuramos até não separar turmas, é na mesma turma, o mesmo curso, a mesma professora, a mesma qualidade. Não há nenhuma diferença com relação a isso.

Até saiu uma pesquisa sobre egressos... Nós fazemos pesquisa sobre egressos anualmente para saber como anda a colocação dos nossos alunos no mercado de trabalho. Fizemos uma especialmente para o aluno do PSG e verificamos que 50% dos alunos estão empregados. E o índice de análise de satisfação com relação ao curso do Senac foi – o índice vai de 1 a 5 – de 4,39. A pesquisa acabou de sair. Essa é a avaliação. Nós estamos procurando fazer uma avaliação específica para esse programa.

O SR. DANEIL KLÜPPEL CARRARA – Com relação às questões do Senador Cristovam, a melhoria da formação do ensino médio, nós temos resolvido, ou tentado resolver, por intermédio de apoio às escolas estaduais. Esse é o nosso corte; nós não trabalhamos com inscrições abertas. Como só fazemos o concomitante ou subsequente, nós trabalhamos com apoio às escolas estaduais para esse reforço, no que é possível, obviamente. Em termos de infraestrutura, esse tipo de coisa está mais complicado o nosso apoio do Senar.

Nós temos algumas ações voltadas para a cadeia do cavalo, Senador. Mas é interessante que esse caso de Maragogi. Eu conheço a pessoa, inclusive. Esse é um caso extremo na área do cavalo no Brasil. Nós temos tentado resolver os casos médios, vamos dizer assim, em que nem sempre são necessários os cursos técnicos. Temos iniciativas sempre vinculadas a grupos fechados, como a Associação de Mangalarga Marchador de Minas. Os jovens saem de lá com um aperfeiçoamento, coisa de 400 horas, um curso técnico, todos empregados como gerente de haras. Via de regra, talvez sabendo mais da prática que veterinários. Essa é uma característica das nossas ações voltadas para o campo mesmo. Obviamente, é necessário reforço escolar prévio, que também é feito nessa parceria.

Eu acho que, como nós trabalhamos com ações voltadas para Municípios específicos, não existe matrícula no Senar. Eu trabalho com uma turma fechada ou com uma turma encaminhada por um setor específico, como cana e assim por diante. Eu resolvo a parte de apoio anterior à parte profissionalizante e tento resolver as questões relacionadas a multiocupações baseadas nos Municípios. Por exemplo, em Araguacema, nós temos o currículo fixo e a área de concentração em silvicultura e piscicultura. São duas cadeias que, no Estado, são muito importantes.

Com relação à questão da Senadora Ana Amelia, nós não participamos do acordo de gratuidade; as ações do Senar não são cobradas.

Eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mais uma rodada será aberta...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Posso tecer um pequeno comentário?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Claro, Senador Cristovam!

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O que a gente percebe é que a saída para o apagão de alunos tem duas bases. Uma é, como disse a professora Anna, gastar tempo e dinheiro cuidando dos deficientes – chamemos assim. Isso aumenta o custo. E a outra, na linha do Rafael, por exemplo, que faz esse trabalho de efeito. Mas é a pequena escala no número de formados.

Quando a gente quiser colocar 8 milhões, não haverá jeito. Não vai haver recurso no Senac para dar complementação aos que precisam aprender a ler. Não haverá condições para vocês fazerem isso.

Quando nós quisermos 8 milhões, que é o número que se fala por aí, não se vai conseguir, a não ser que se faça revolução no ensino fundamental. E é isso que é tão difícil de a gente convencer este País. Até porque – era uma pergunta que eu ia fazer ao professor, mas não vou fazer porque vem de outros – eu não vejo como fazer essa revolução sem a federalização da educação de base, sem fazer com que toda escola seja como o Colégio Pedro II, como o Colégio Militar e como as 300 escolas federais que o Brasil tem e que são as melhores do País. A média das federais públicas é melhor que a média das particulares. Temos que ampliar esse número, até que todas sejam federais. Município não tem condições de arcar com o custo de uma boa escola, nem os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos para outro bloco de perguntas.

Senador Wellington Dias, Senadora Ana Rita e Senador Inácio Arruda.

Começamos com o Senador Wellington Dias. Com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero saudar aqui todos os membros da Mesa e parabenizar a iniciativa desse tema.

Acho que a palavra do Senador Cristovam Buarque sobre a avaliação que fazemos da relação de ensino técnico com ensino superior é a grande decisão que o Brasil precisa ter. Os próprios dados, queria até dizer à Drª Maria Nilene que estou achando muito baixo os dados em relação ao quadro dos Estados e do Governo Federal. Só no meu Estado, no ensino técnico, são 12 mil. Esse, é claro, é um dado de 2010 e o seu é de 2009 e está dando 3.500. Quando eu estudei, já eram 2.400 alunos na escola técnica federal. Bom, não é bem esse o termo. Acho que bate o principal. É algo em torno de 10% o número de alunos em sala de aula de ensino técnico *versus* o número de alunos de aluno superior. Isso, por si só... Se imaginarmos quantos técnicos, engenheiros e arquitetos são necessários para se fazer uma obra! Quantos técnicos, médicos e enfermeiros de nível superior são necessários para cumprirem com suas funções na área de saúde e assim por diante! Basta olharmos o exemplo dos países que atingiram um grande nível de desenvolvimento para vermos que temos uma grande distorção.

Vou além do que disse o Senador Cristovam. Considero o cúmulo do desperdício um país como o Brasil colocar alguém em sala de aula durante doze, treze anos e a pessoa sair sem nenhuma formação. Isso é um escândalo! É algo que temos que rever com todo o carinho. A escola precisa oferecer isso. Discutimos aqui outro dia a ideia da escola de tempo integral, ou seja, para que se tenha uma boa base de conhecimento do ensino básico, mas que se tenha também a condição de uma profissão. Eu fiz o ensino técnico e disse, outro dia, em outro debate com o Dr. Eliezer, que quase todo mundo fez. Isso me gerou o meu primeiro emprego. Eu não passei no meu primeiro vestibular, que fiz para Medicina – para sorte do Requião, que não ia ter um médico como eu –, não passei, não fui aprovado, depois terminei fazendo o curso de Letras. Eu queria ter feito Comunicação, mas como não tinha, terminei fazendo Letras.

Mas, veja, o que quero extrair daqui é a necessidade da gente... Eu tenho dialogado com o Ministro Haddad, com a Presidente Dilma e acho que a ideia do Pronatec nos abre um caminho novo, mas temos que ser mais agressivos ainda no sentido da ampliação do ensino superior. Qualquer dinheiro novo que possamos ter para a educação, passa por aí.

O segundo ponto que queria colocar é a necessidade – acho que o Rafael da área das indústrias pode colocar sua experiência –.... Tive o privilégio de ser governador do meu Estado e tive oportunidade de dialogar com a área do comércio, dos serviços, da indústria, da agricultura. A grande queixa do investidor não é só a falta de profissionais de algumas áreas, é também a qualidade do formado. Eles diziam que, muitas vezes, as pessoas aprendiam mesmo quando chegavam na empresa; que a empresa tem que investir um ano, dois anos para dar a eles a bagagem necessária do conhecimento.

Existem experiências, que precisam ser aprimoradas, do modelo da alternância, em que se tem a parte teórica com a parte prática, onde se atua num laboratório real, e não nesse laboratório artificial, que normalmente se tem. Queria ouvir um pouco sobre isso. Tem um modelo que já tratei aqui com o Dr. Eliezer que precisa ser ampliado. Ou seja, normalmente, quando a educação desloca o aluno de onde ele vive para fazê-lo em outro lugar, tanto o de nível superior como o técnico, muitas vezes, não voltando para seu *habitat* natural.

Então, creio que, hoje, é possível, com a tecnologia de que dispomos, haver uma educação... Por exemplo, no PAC, na área do programa Luz para Todos e na área do PAC Habitação, há um caminhão de formação, onde há laboratório e sala de aula, que se desloca para um determinado local, o que, para o Pronatec, para um curso como esse, é fundamental. Em alguns lugares, não é preciso que haja tantas pessoas formadas em determinadas áreas. Isso facilita as coisas perfeitamente.

Eu queria destacar a necessidade de se trabalhar, tanto no nível médio, como no nível superior – e eu queria dizer do nível médio –, pelo mundo em que a gente vive hoje, com a ideia da inclusão digital e da língua, de outras línguas, além do português. Hoje, há uma facilidade enorme de se trabalhar isso num modelo a distância e num modelo presencial. Enfim, eu queria ouvir sobre isso.

Por último, quero tratar do planejamento – esta pergunta é mais dirigida ao Dr. Francisco Cordão – dos Conselhos. Sempre travei um debate com o Conselho do meu Estado.

Compreendo o seguinte, Senador Requião: não creio que o MEC, centrado muitas vezes em Brasília, tenha condição de fazer esse planejamento das verdadeiras carências de todo o território nacional. E isso não cabe só à Secretaria da Educação. É preciso que haja um conselho estadual de educação, envolvendo o setor público e o setor privado, para planejar, em cada território de desenvolvimento ou região de cada Estado, qual o rumo do desenvolvimento ali colocado e planejar, em cada cadeia produtiva, quais as profissões. Essa é uma necessidade. Tenho cobrado isso. Acho que o MEC, com o Ministério do Desenvolvimento e com outras áreas, precisa trabalhar, urgentemente, essa questão.

Eu queria também ouvir o Dr. Eliezer. Há algumas experiências em andamento. Lutei muito para criar o curso técnico em prevenção e tratamento de dependentes químicos. Há alguma experiência implantada no Brasil nessa área? Esse é um rumo novo.

Também há a ideia, pelo que estou acompanhando, de haver um técnico em ressocialização do dependente químico. Essa é uma vertente que engloba dezoito milhões de brasileiros e que está desamparada. Agora, a Presidente Dilma, com o MEC e com 49 universidades, lançou a capacitação para algumas áreas de assistência social e de saúde, mas sinto que, também no nível técnico, precisamos de uma atenção especial.

São esses os pontos que eu queria apresentar aqui.

Parabenizo-o, aqui, por esta oportunidade, por esse planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agora, pela ordem de inscrição, destaco a voz poderosa do Ceará, na palavra do Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não há dúvida. O Ceará está em todo lugar. É só pesquisar.

Quero cumprimentar nossos colegas que tomaram a iniciativa de fazer a discussão sobre o ensino técnico profissionalizante no Brasil.

Não tenho exatamente uma pergunta a fazer, Sr. Presidente. Quero é ver como estabelecemos essa relação articulada. Muitos de nós somos do tempo em que a escola atendia a uma meia dúzia; mas, agora, queremos que a escola, instantaneamente, atenda a todos. Não conseguimos isso ainda. Universalizamos uma grande conquista, o ensino fundamental. O fato de 97,9% da população estarem na escola é extraordinário. Essa é uma conquista extraordinária! E existe uma estrutura para isso. Construíram-se escolas.

Assisti a uma palestra do Márcio Pochmann, que disse o seguinte: "Vamos raciocinar sobre o futuro". Ele disse mais ou menos o seguinte: "Menos estatística e mais raciocínio, para chegar aos dados". O que pode ocorrer no futuro? A ideia de construir escolas é uma coisa que parece ser boa, mas, daqui a pouco, com a taxa de natalidade caindo rapidamente no Brasil, numa velocidade altíssima, você pode ter uma demanda muito menor de alunos para essas escolas. Então, agora, que nós conseguimos os 97%, nós temos que avançar para a educação infantil, para universalizar a educação infantil. Este é o passo nosso: qualidade no ensino fundamental e básico e o casamento com o ensino médio.

O Prof. Pacheco nos disse aqui, na reunião passada desta Comissão, da dramática situação de um milhão de estudantes no ensino técnico e seis milhões no ensino universitário. Ou seja, uma disparidade gigantesca: tínhamos de ter 20 milhões no ensino técnico e, se fosse para fazer essa média, uns oito ou nove milhões na universidade. Quer dizer, nós temos um ensino médio para coisa nenhuma, para formação nenhuma. Basicamente é isso que nós temos.

Uma boa parte dos países liga imediatamente o ensino técnico com ensino médio, e o aluno sai como um profissional, ele tem uma profissão. Então, essa é uma conquista extraordinária. E nós temos uma estrutura. Acho que o salto dado por Lula... Discutindo esse assunto com o Presidente Lula, sempre se tinha a ideia de, primeiro, cuidar da educação infantil, só depois nós cuidamos dessa outra. E o Lula, a meu ver corretamente, disse: "Não, vamos cuidar de entrar na educação infantil, mas vamos fazer o ProUni, vamos fazer o ReUni e vamos retomar as escolas técnicas". Quer dizer você não fica no primeiro isso e depois aquilo.

Uma parte da nossa elite joga um pouco com essa ideia: primeiro vamos fazer a educação infantil, vamos corrigir um conjunto grave de deficiências e, depois, daremos a oportunidade de você chegar a uma universidade. É mais ou menos nessa que ele não teria chegado ao Senai, ou seja, por aí, ele não teria feito o curso do Senai, como muitos brasileiros não teriam tido uma formação mínima profissional, pois não teriam conseguido chegar à educação infantil, que não havia, que não existia, e, também porque perdurou, até pouco tempo atrás, essa ideia de que não é preciso educação infantil para a massa da população. O Brasil se formou para uma meia dúzia; é um Brasil para uma elite. Ela se forma, ela conhece, ela tem as ideias, ela sabe das coisas, ela compreende o País e basta, isso é o suficiente. Acho que agora nós estamos dando passos que nos permitem universalizar.

Entendo a audiência pública nesse sentido. O que o governo está fazendo, o que a Dilma está propondo em termos de ampliação do ensino técnico, ou seja, fazer mais duzentas escolas técnicas, articulando-se com os Estados para quinhentas novas escolas técnicas e se articulando com essa estrutura, espalhada no Brasil inteiro, do Senai e do Senac especialmente, depois o Senar... Hoje, nós temos o Senat, que é só ligado ao setor de transportes. Parece que há outros nascendo aí, subdivisões dentro da estrutura do comércio etc.. Quer dizer, é uma estrutura grande que nos permite darmos uma velocidade na formação profissional e até mais qualidade. Então, acho que devemos investir aqui.

Ao lado desse conjunto, nós temos o PNE sendo discutido. No PNE, nós temos de dizer "universalização da educação infantil". No PNE, nós mudamos isso. E vamos amarrar o quanto vamos gastar e de onde vamos tirar o dinheiro para gastar na educação, nessa formação regular, digamos assim, que temos de ter para o povo brasileiro. Acho que nós temos de combinar esses dois movimentos.

Eu considero que a estrutura, hoje, do Senac e a estrutura do Senai, especialmente, para as áreas urbanas e de comércio e indústria, devem ser exploradas de forma extraordinária pelo Governo. São duas estruturas públicas na verdade. Essas duas estruturas são públicas, nas mãos, digamos assim, do setor produtivo. Mas são duas estruturas públicas! A estrutura das escolas técnicas federais, das escolas técnicas estaduais e as estruturas de Senac, Senai etc. Então, acho que nós temos de entendê-la desse modo, com formatos diferentes da gestão, do encaminhamento, mas são duas estruturas públicas que considero extraordinárias.

E quero dar uma sugestão – o Senat já deve ter essa experiência na mão –, mas nós temos lá, em uma cidade do interior do Ceará chamada Independên-

cia, uma experiência que foi construída por um bispo chamado Dom Fragoso, um homem também voltado para a educação. E ele construiu lá uma escola técnica agrícola, compreendendo bem a realidade rural, do trabalhador rural. Então, essa escolazinha está localizada ali, no Independência. Você poderia articular com o povo do Estado do Ceará, para podermos, se for o caso, até ampliar, já que se trata de uma experiência bem-sucedida, muito boa, que vocês poderiam agregar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR.) – Para conversar com a Mesa, a voz do Espírito Santo na palavra da Senadora Ana Rita. Com a palavra, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Requião. Quero, inicialmente, dizer que é muito importante participar de um debate como este porque essa participação nos faz ver o quanto avançamos na área de educação. O Senador Cyro Miranda dizia que se lembrava do passado, da sua história, e fiquei me lembrando também do meu passado, da minha história, em como eram as coisas há trinta, quarenta anos. Mas, hoje, avançamos num passado muito recente. Quero aqui dizer que se trata de um processo de construção que vem, com certeza, há longos anos. No entanto, de um passado muito recente para cá, conseguimos dar passos importantes principalmente no que se refere à educação profissional, à educação tecnológica.

Quero aqui dizer que passos importantes nós demos, avançamos bastante, ainda temos muitos desafios pela frente. É preciso ainda expandir as redes de educação tecnológica nos Estados, nos Municípios. Precisamos avançar muito, e o desafio é fazer com que a educação, de fato, seja uma educação profissional, em sintonia com as demandas locais. Que essa educação profissional possa garantir a elevação das escolaridade e a qualificação profissional de forma contextualizada para atender, de fato, às demandas locais e às demandas regionais que temos no nosso País.

Quero resgatar um ponto: no segundo mandato do Presidente Lula, foram assumidas metas na área de formação. Uma delas trata de apoiar o funcionamento das escolas Família Agrícola e Casas Famílias Rurais para oferecer uma educação profissional adequada aos alunos do campo. Quero aqui fazer uma pergunta acerca desse tema, já que venho de um Estado, o Espírito Santo, que tem uma experiência de educação em alternância que eu considero muito rica, mas, ao mesmo tempo, enfrenta dificuldades para assegurar a essas escolas o financiamento, a condição de sobrevivência.

Tenho sido muito demandada por essa população organizada no campo, principalmente pela juventude, no sentido de que é preciso ter uma atenção especial voltada para a educação em alternância. Ou seja: combinar a formação desses alunos com a realidade em que vivem, a realidade rural. As escolas têm a experiência de utilizarem o tempo da seguinte maneira: parte do seu tempo dentro da escola e uma outra parte no campo, combinando a formação com a realidade. Eu gostaria de ouvir a opinião de vocês, de quem puder. Não sei se o Francisco pode falar ou o próprio Daniel. Enfim, qual é a perspectiva que temos de avançarmos nesse sentido? O Plano Nacional de Educação visa a contemplar essa preocupação que o Estado do Espírito Santo traz e que, com certeza, outros Estados brasileiros também trazem? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR.) – Temos, na nossa audiência pública, a presença do Deputado Federal, de Santa Catarina, Jorge Boeira. O Deputado deseja dirigir-se à Mesa?

O SR. JORGE BOEIRA (PT – SC) – Seria uma alegria e um prazer...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR.) – Para nós também. Com a palavra, V. Exª.

O SR. JORGE BOEIRA (PT – SC) – ...fazer uso da palavra em uma casa tão importante para o Brasil e para a democracia brasileira.

Cheguei aqui depois que todos os expositores fizeram sua fala. Educação é algo que está sempre presente. Eu dava uma folheada aqui nas apresentações e me chamou a atenção o Pronatec. Em uma das suas páginas, ele diz que a situação atual das escolas, dos institutos federais no Brasil hoje são em número de 354 e 418 mil matrículas. Eu lembrava que, em 2003, quando assumi como Deputado Federal – e talvez muitos tenham assumido, aqui, como Senadores –, o primeiro passo para nós construirmos todas essas escolas no Brasil foi alterar a legislação, porque a legislação não permitia que o Governo Federal construísse as escolas e as administrasse, as mantivesse. Ele construía as escolas e as cedia à iniciativa privada. Ele não poderia gastar recursos com a operacionalização e com a operação dessas escolas.

A primeira coisa que nós fizemos foi mudar a lei para que o governo pudesse construir escolas no País como um todo e administrar e gerir essas escolas. Inclusive, numa boa parte dos casos, foram estatizadas novamente, foram federalizadas essas escolas que já haviam sido cedidas à iniciativa privada, como em alguns casos no meu Estado de Santa Catarina. O que eram em torno de 140 escolas – me corrija, Dr. Eliezer – em 100 anos de escolas técnicas no Brasil, em 8 anos chegamos a 354. Evidentemente, algumas construídas e algumas federalizadas.

E nós temos aqui como meta – o que me deixa muito satisfeito – 600 escolas técnicas no Brasil num limite de 720 mil matrículas.

Agora, depois de todas essas considerações, eu tenho uma preocupação, Dr. Eliezer, com relação ao corpo docente. Nós estamos vivendo um momento – e tem avaliação de que deve ser assim, a meta principal do Governo Federal é o controle da inflação –, então, evidentemente, que nós temos que ter um controle de gastos.O Governo aplicou uma economia anticíclica – no final de 2008, 2009, principalmente –, que nós apoiamos, e o Governo Federal incentivou os financiamentos e crescemos 7,5% no ano passado.

É claro que a gente não tem condição de crescer 7,5%, porque, evidentemente, vem a escassez e a escassez é inflação. E o Governo Federal, neste momento, está trabalhando muito com duas políticas: a política monetária e a política fiscal. E, é claro, associadas a isso, as políticas macroprudenciais. E uma das medidas que a gente ouve é a do controle das contratações, inclusive nas educação, na saúde. Mesmo as contratações daquelas pessoas que já tiverem passado em concursos públicos, evidentemente, serão proteladas.

É claro que não tenho conhecimento, por dentro do Governo, de todas essas informações. E aproveitaria o momento, Dr. Eliezer, se não for indelicado, que se tivesse mais informações sobre essas questões... Porque tenho também discutido esse tema nos vários institutos federais de Santa Catarina – não que tenha me tornado uma referência no meu Estado, mas trabalho muito a questão da educação, a educação tecnológica e o ensino universitário. Então, os professores muitos têm me procurado para discutir o tema. E tem um tema que particularmente me chamou a atenção: temos contratado professores, porque devem funcionar não só os cursos técnicos como também, de forma integrada, segundo grau e cursos técnicos. Algumas escolas, Dr. Eliezer, já têm o professor de física, de matemática, todos contratados já, mas faltam o de filosofia, sociologia, até porque as escolas tinham a visão de que esses professores poderiam ser deixados para a fase final, lá pelo terceiro ano, e a LDB diz que todo semestre tem que ter sociologia, tem que ter filosofia. Mas alguns desses institutos não têm os professores de sociologia e de filosofia. Portanto, não podem já dar início ao sistema integrado por conta disso, deixando inclusive, eu diria, na "ociosidade" – evidentemente que não é, porque sempre há tarefas nessas escolas, os outros professores já contratados.

Então, essa é uma preocupação que trago aqui, que trago do meu Estado também, e tenho convicção de que a Medida Provisória 525 vem nessa direção, a partir do momento em que ela permite a contratação temporária, de um ano até mais um ano. Isso é uma solução imediata, mas também fica a preocupação com a precarização dessas contratações, porque queremos professores concursados e contratados, e que não haja solução de continuidade.

Portanto, quero agradecer ao Presidente desta Comissão, pela oportunidade de estar aqui e de falar também sobre educação tecnológica. Sou engenheiro mecânico, venho da área, tenho alegria de dizer isso. A minha vida foi dentro de fábrica, por trinta anos aproximadamente. Então, evidentemente, a gente conhece um pouco dessas questões. Fui também professor de escola técnica; enquanto eu era estudante de engenharia, eu fui professor de escola técnica. Então, esse é um tema que sempre nos é caro.

Aproveito a oportunidade de dizer, Sr. Presidente, não abusando da boa vontade, que sou grato ao Estado brasileiro, porque sempre estudei em escola pública, fui professor de escola pública e me formei em escola pública. Portanto, entendo que todos devem – o Senador Arruda não se encontra mais – ter a mesma oportunidade. E, pela própria Constituição, todos somos iguais perante a lei. Agora, os diferentes têm que ser tratados de forma diferente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Da minha direita para a esquerda, a Mesa passa a responder as indagações do Plenário.

O SR. DANIEL KLÜPPEL CARRARA – Bem, com relação.... Mesmo ele não estando presente, e já fazendo um gancho com o questionamento da Senadora Ana Rita, a alternância é, sim, uma excelente opção para o nosso setor. E o Senar tem investido nisso em todas as suas iniciativas, em parceria com as Casas de Famílias Rurais, que têm passado uma série de problemas em função da perda de alguns financiamentos internacionais. Então, estamos em contato direto com a associação que congrega as Casas de Famílias Rurais do Sul, que são as mais tradicionais, que são 82 na Região Sul, com sede em Dionísio, e já estamos com processo de apoio e ampliação dessas Casas de Famílias Rurais no Brasil como um todo.

As Casas de Famílias Rurais, da forma como estão postas hoje, estão completamente voltadas para a agricultura familiar e para a manutenção do jovem no campo. Estamos estudando uma forma de ampliar um pouco isso, para que a gente use a metodologia também para as pessoas que têm interesse em ser funcionários, técnicos que têm interesse em entrar no mercado de trabalho como funcionários.

Considerando em todas as escolas – uma outra situação colocada pelo Senador Wellington Dias -, as

características e as cadeias prioritárias das regiões. É uma característica das Casas de Famílias Rurais, é considerar como área de concentração as cadeias prioritárias de cada uma das regiões envolvidas, como Casa Luiz Eduardo Magalhães, que é grãos – não adianta fazer um curso de leite lá, porque a pessoa vai sair de lá desempregada, ou vai migrar para outra região, o que também não é o nosso interesse.

Com relação à inclusão digital – pergunta feita pelo Senador Wellington dias –, lançamos, há um ano e meio, um grande programa de inclusão digital rural. Esses conteúdos são repassados como conteúdos transversais em todas as ações do Senar e também atividades específicas, visando à ampliação da possibilidade de uso de educação a distância. Um dos maiores problemas da nossa capacitação hoje são as grandes distâncias no setor rural.

Eu acho que é basicamente isso.

A SRª ANNA BEATRIZ WAEHNELDT – Com relação a dois aspectos citados, um deles a importância de vinculação necessária entre o curso, a programação de educação profissional e as demandas locais produtivas, do setor produtivo local – questão mencionada pelo Senador Wellington Dias, e também a Senadora, de alguma forma, mencionou essa preocupação –, eu só gostaria de mencionar que os planos de curso do Senac são montados da seguinte forma: no primeiro momento, pensa-se no perfil profissional de saída. Para se chegar ao perfil profissional de saída, você faz pesquisa de demandas futuras e de demandas atuais daquele segmento, faz uma mobilização local com aquele segmento, para poder definir que perfil de saída é esse. E, aí, você monta, da saída, para o currículo de um modo completo; quais são as competências necessárias para que ele possa chegar àquele perfil de saída e, de fato, ingressar no mercado de trabalho.

Então, toda a montagem, toda a articulação e estruturação curricular são baseadas numa análise de demanda e nesse perfil de saída.

Com relação à inclusão digital, o Senai, que trabalha há 60 anos com educação a distância, que tem uma rede de pós-graduação de educação a distância, que oferece cursos livres a distância, tem como nossa maior preocupação os professores. Porque os nossos alunos, eles são incluídos digitalmente: se eles não têm um computador em casa, eles acessam em diversos outros locais. Então, esses dados mostram isso. Apesar do nosso baixo índice de computadores domiciliares, a gente tem um índice cada vez maior de acesso à Internet, principalmente às redes sociais. O Brasil é campeão em acesso via rede social. Então, o nosso aluno não é exatamente um problema. A gente só precisa transformar a busca pela informação em conhecimento. É todo um trabalho que o nosso projeto Espaço Digital/Senac, que foi mencionado anteriormente, pretende trabalhar. Quer dizer, quais são as competências que trabalhamos em cada curso, e como, na verdade, nós podemos usar a Internet, os recursos de TIC para desenvolver essas competências. Essa é uma preocupação nossa, e esse projeto trabalha exatamente isso.

E os docentes hoje estão todos num curso *on-line*. Então, necessariamente, os nossos 8.000 docentes estão fazendo um curso de formação de pós-graduação, e todos estão *on-line.* Então, eles estão, necessariamente, de uma forma indireta, sendo convidados a conhecer e se aprofundar nas TICs.

Então, são essas duas questões.

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Respondendo à Senadora Ana Rita com relação às escolas família agrícola, realmente, em vários Estados, nós temos esse atendimento aos filhos oriundos de assentamentos.

Eu posso falar por Mato Grosso do Sul, em que o Estado apóia, através de convênio, essas instituições da família agrícola, porque Mato Grosso do Sul é um Estado que tem muito assentamento. E realmente é o segundo Estado em assentamento. Nós temos o assentamento da grande Fazenda Itamaraty, em que apoiamos, através de convênio, através de repasse financeiro, para se ter essa manutenção, esse atendimento nesse período de alternância, em que ele trabalha um pouco lá no seu assentamento, no seu lote, e frequenta uma escola, no outro período.

Nessa metodologia de alternância, achei importante a sugestão do Senador Wellington com relação a oferecer cursos, de ter uma pessoa para atendimento aos dependentes químicos e também à ressocialização. Nós estávamos até conversando, e achei a sugestão muito importante. Então, vamos nos preparar para isso.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Bom, colocando aqui as últimas considerações, e respondendo à questão colocada pelo Senador Cristovam, acho que as pessoas traduzem muito as suas convicções; e elas derivam da sua práxis. O Professor Cristovam tem uma trajetória mais acadêmica. Então, ele tem essa percepção.

A proposta de federalização de escolas técnicas, ela esbarra em duas questões lógicas: uma é que toda a agenda de redemocratização do Brasil passava exatamente por pensar os espaços subnacionais, como forma de melhor adequação às realidades locais. E essa é uma agenda que se ajusta à agenda da eficiência. Você pode ter eficiência ou baixa eficiência. Agora, isso pode avançar, ouviu Senador?

A segunda questão é que seria muito lamentável para o setor produtivo se houvesse a federalização das escolas técnicas para além dessa discussão regional, porque acho que tem que haver adaptação às realidades locais; e discutindo-se a questão da qualidade, que V. Exª coloca de maneira correta, nós temos que discutir também uma outra questão.

Por exemplo: o Senai, o Sistema S tem um papel extremamente importante nesse sistema educacional, e ele inclusive sob o ponto de vista de vagas, se formos pensar só o Senai, é maior para vaga de ensino técnico de nível médio do que as Escolas Técnicas Federais. Se você pensar das 400 mil vagas, que foram aqui colocadas, em torno de 85 mil é de técnico de nível médio nas escolas técnicas.

Nós temos um problema no Brasil, porque nós alcançamos a universalização, mas nós temos que avançar na qualidade. Isso é ponto passivo.

Temos um outro problema que é uma excessiva cultura acadêmica que vem – o que o Senador e Governado Wellington coloca – de nós investirmos 12, 13 anos na formação do aluno e ele sair sem formação nenhuma. Temos que avançar em mudar a nossa cultura do bacharelismo, diversificar modelos ao invés de federalizar; ao invés de uniformizar, diversificar, investir na diversificação, para que tenha uma agenda inteligente, que é envolver todas as estruturas na sua diversidade em torno da Agenda Nacional de Educação Profissional. Eu acho que essa é uma compreensão que incorpora exatamente a diversidade num país continental de múltiplas soluções. Eu acho que essa é uma agenda importante.

Uma questão que o Senador Wellington levanta, que é importante, é a atualização na formação. Na verdade, é a calibragem do processo formativo. E eu acho que essa é uma discussão importante, em que pese eu achar que nós temos que resolver o nosso problema de matriz, e a estrutura pública tem que avançar fortemente na direção da educação profissional. Nós temos 6 milhões de universitários, isso é importante, temos 9 milhões no ensino médio, dos quais apenas um na educação profissional.

Temos que avançar muito, mas nós temos que discutir também o contexto que é feito, não é só discutir a qualificação do professor. Mas nós queremos uma escola técnica federal de qualidade ela não pode ter qualidade propedêutica, ela não pode ter uma cultura de resistência à lógica empresarial. O professor que lá está, concursado público, ele tem uma cultura antiempresarial e você vai ver onde está o aluno quatro, cinco anos depois, ele vai estar na universidade. E a própria estrutura das vagas nas escolas técnicas elas tem progressivamente voltado para a questão da graduação tecnológica, que é importante também. Acho que elas devem ampliar. Mas nós temos que entrar na discussão, é uma discussão delicada, complexa mas do etos das nossas escolas. Temos que formar uma escola que sirva às famílias, às pessoas, aos projetos individuais e à geração de riqueza do país.

O Senai, o Senac tem uma vantagem com relação a isso que é flexibilidade de governança, é encaixado na lógica da demanda do setor produtivo. E eu acho que esse é um patrimônio importante para o Brasil.

E eu acho que com isso eu respondi as questões todas.

O SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO – Eu vou começar respondendo a questão do Senador Wellington sobre o planejamento articulado entre União, Estados e Municípios.

A nossa Constituição e a nossa LDB preveem o regime de articulação entre União, Estados e Municípios para o atendimento às necessidades educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, isso é fundamental. Tanto que o Conselho Nacional de Educação está privilegiando esse regime de articulação, a implantação de programas articulados para resolver os problemas educacionais.

E, em termos de educação profissional, é essencial garantir a qualidade dessa educação profissional em termos de compromisso com o desenvolvimento de competência profissionais, como aquela capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, emoções isso é muito importante. E, do ponto de vista metodológico, essa articulação entre teoria e prática que a Senadora levantou, citando a pedagogia da alternância e outras alternativas de articulação – teoria e prática –, é de fundamental importância.

Nós estamos discutindo agora no Conselho Nacional de Educação a atualização das diretrizes sobre o estágio supervisionado. Estágio supervisionado tanto para o ensino médio, para a educação profissional em todas as modalidades e para a educação superior. Quer dizer, é essa articulação entre teoria e prática e melhor utilização das oportunidades de estágio, com efetivo cooperação das empresas na formação desses profissionais, orientados, guiados pelo desenvolvimento tecnológico promovido pelas escolas da maior importância.

E, quanto à questão levantada pelo Deputado, com relação à formação do corpo docente para educação profissional, tanto a universidade quanto as instituições de educação profissional, as instituições tecnológicas do sistema federal, dos sistemas estaduais, do chamado Sistema S – Senai, Senac etc. – precisam investir pesadamente na formação de docentes para

educação profissional. Estamos concluindo, no Conselho Nacional, um parecer de diretrizes curriculares nacionais para formação de docentes para formação profissional, que é da maior importância para dar sustentabilidade a uma proposta como a do Pronatec e uma proposta de expansão da educação profissional e tecnológica.

Muito obrigado.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Talvez o nosso debate tivesse sido mais interessante, embora tenha sido produtivo, se tivéssemos começado pela última intervenção do Lucchesi, porque ficaram bem caracterizadas as diferentes visões da educação profissional, que nós respeitamos. Trabalhamos juntos, mas, evidentemente, temos visões diferenciadas quanto ao papel do Estado e do Poder Público na oferta da educação.

Mas eu só queria responder e esclarecer o Deputado Jorge Boeira. Na verdade, tranquilizá-lo. O problema que tivemos de docentes, de técnicos foi só em função da transição de governo, mudança da equipe do planejamento, do que propriamente contingenciamento. Nós não tivemos nenhum contingenciamento na educação, tanto de docentes quanto de recursos. Nós contratamos, recentemente, 2,8 mil docentes, em torno de mil técnicos e instalamos o banco do professor equivalente também – as universidades já tinham – para a educação profissional, que é a possibilidade que elas têm agora de substituir automaticamente, através de concurso, aqueles que se aposentam, que são exonerados. Felizmente, está resolvida essa questão.

Também queria fazer um esclarecimento a respeito da intervenção do Lucchesi. Na verdade, quando ele fala em 90 mil técnicos, está pegando técnico puro. Hoje nós trabalhamos basicamente com ensino médio integrado. Nós temos 408 mil matrículas, dessas, 300 mil são de técnicos, só que são também técnicos integrados, porque nós privilegiamos técnico integrado. Aí, na estatística do Lucchesi, talvez esses não tenham aparecido, porque são estudantes que fazem ensino médio também. Então, nossas matrículas, evidentemente, são muito superiores a isso.

Queria ainda me referir, embora muito rapidamente, à questão da escola família agrícola – alguns Estados chamam de educação agrícola. Nós temos profundo respeito por esse trabalho; nós o achamos extraordinário, mas até hoje não descobrimos uma forma de apoiá-los porque são de direito privado. Então, nós temos dificuldade em transferir recursos. Mas nós os apoiamos na medida do possível. As nossas escolas agrícolas hoje também transitam para a pedagogia da alternância, para possibilitar que estudem e ajudem os pais ao mesmo tempo.

Para não me estender, Senador, quero agradecer o privilégio de ter estado aqui presente hoje esclarecendo, embora minimamente, as políticas que o Governo vem desenvolvendo na área da educação profissional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Comissão agradece a presença e intervenção dos palestrantes e dos Srs. Senadores que participaram da reunião.

Está encerrada a reunião e convocada outra ordinária para a próxima terça-feira.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 37 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011. – AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e doze minutos do dia dezessete de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 22/11–CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Roberto Requião, destinado esclarecer **"Críticas ao Governo Fernando Henrique Cardoso e elogios ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva, nos livros didáticos aprovados pelo MEC"**. Como expositor, comparece à Audiência Pública o **Senhor Jorge Yunes, Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares – ABRELIVROS**. Antes de iniciar a Audiência,

o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, faz os seguintes esclarecimentos ao Plenário: 1. Tão logo aprovado o Requerimento para realização da Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddah, em contato com a Presidência desta Comissão, manifestou a intenção de participar do debate com os setores envolvidos; 2. O Ministro designou integrantes do Ministério da Educação para representá-lo na reunião; 3. A Presidência e este Colegiado entendem que seria de fundamental importância a presença do próprio Ministro na Audiência Pública. Após debate com o Plenário fica decidida a renovação do convite ao Ministro para comparecimento em data a ser agendada e a realização da presente reunião apenas com o Presidente da ABRELIVROS, Senhor Jorge Yunes. Logo após, o Senhor Senador Cristovam Buarque solicita, em aditamento ao Requerimento nº 22/11-CE, que seja incluído o seguinte tema a ser discutido na Audiência Pública com o Ministro de Estado da Educação: "ensino da língua portuguesa na educação de base". O Requerimento é aprovado. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na reunião. Usam da palavra o Senhor Senador Cyro Mirando, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Alvaro Dias, Valdir Raupp, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Paulo Bauer, Inácio Arruda, Ana Rita, Waldemir Moka, Walter Pinheiro e Marisa Serrano. Após as considerações finais do expositor, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados e os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião atende ao requerimento de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Roberto Requião, para realização de audiência pública destinada a esclarecer críticas ao Governo Fernando Henrique Cardoso e elogios ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva nos livros didáticos aprovados pelo MEC.

A Mesa esclarece que havia entrado em contato com o Ministro da Educação, que havia confirmado o seu desejo de comparecer à Comissão. Convocamos os autores e o Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros, Sr. Jorge Yunes, que está presente.

O Ministro não compareceu à reunião e mandou três representantes. Não tem cabimento essa representação. A convocação da Comissão foi feita à pessoa do Sr. Ministro da Educação, desta forma, dispensei a presença dos três representantes do Ministério e passo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela iniciativa, não é momento de se enviar representantes. Há uma indignação. Ainda hoje a Academia Brasileira de Letras se manifesta protestando contra aquilo que popularmente denominamos de lambanças do Ministério da Educação. Querem transformar o Ministério da Educação em um comitê eleitoral, utilizando-se indevidamente de um livro didático para proselitismo político; oferecem aquilo que não é ortografia, mas pode ser denominado de pornografia gramatical, deseducando, encaminhando a centenas de escolas do País um livro com erros grosseiros de português, merecendo contestação nacional – e o Ministro foge ao debate. Não há justificativa.

Por que o Ministro não comparece? Qual a razão da sua ausência? Não creio que seja menosprezo ao Senado Federal, não creio que seja menosprezo a esta Comissão, não creio que ele esteja considerando esta Comissão de segunda classe, enviando seus representantes, seus subordinados para, em nome do Ministério, aqui falar. Portanto, Sr. Presidente, lavramos o nosso protesto, são questões fundamentais que deveriam ser discutidas com o Ministro. Ele é autoridade, ele é o responsável, cabe a ele responder, primeiramente, essa questão do proselitismo político através do livro didático. Em segundo lugar, há aí uma questão que é levantada constantemente, sobre o denominado "kit gay". Há essa questão dos erros gramaticais. Enfim, são várias as questões que caberiam ao Ministro da Educação responder.

O requerimento do Senador Cyro Miranda e de V. Exª, Sr. Presidente, justificou-se exatamente em razão desses questionamentos que chegam até a Academia Brasileira de Letras e está na mídia nacional, especialmente na mídia virtual, com muita intensidade – e não há como não esclarecer a opinião pública brasileira sobre essas questões. Portanto, registramos o nosso protesto e esperamos que o Ministro compareça, quem sabe, na próxima semana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, é louvável a sua atitude e a nossa indignação como requerentes, co-autores com V. Exª. Como bem disse o Senador Alvaro Dias, esta é uma audiência extremamente necessária e tem que ser respeitosa. Continuamos fazendo questão da presença do senhor Ministro, pelas razões já impostas. Inclusive, peço permissão a V. Exª para que seja distribuído trechos dos dois livros onde está a polêmica em questão.

Continuo mantendo o entendimento sobre a necessidade da vinda do Ministro da Educação.

Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para não deixar dúvidas, não sou contra livro didático; ao contrário, sou favorável ao livro didático, mas penso que os Governadores e os Prefeitos deveriam devolver esse livro na forma com que foi editado e com os erros que são denunciados, sobretudo em razão do proselitismo político. Um livro didático não se presta a elogiar um líder político e a criticar outro, não é esta a finalidade do livro didático.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Comissão convidou, seguindo o seu Regimento Interno, o Ministro, que pode aceitar ou não o convite, mas não pode mandar representantes, isso não tem cabimento. A Presidência da Comissão não aceitou essa representação. Agora, cabe à Comissão ou renovar o convite, ou, se assim decidirem os Srs. Senadores, fazer a convocação. Mas isso não cabe mais à Mesa.

Com a palavra, para sua intervenção, o Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), Sr. Jorge Yunes.

O SR. JORGE YUNES – Senador Requião, Senadores, bom dia a todos. A Abrelivros é uma entidade que engloba 27 editoras do mercado escolar. Fomos fundados em 1991, para representar os interesses dos livros escolares, e temos trabalhado em conjunto com o Governo Federal e Estadual todos esses anos, tentando aprimorar e defender os programas do livro didático.

Como o próprio Senador Alvaro Dias falou, o livro didático é um instrumento importante. O mercado hoje é muito grande, existem hoje mais de 40 milhões de alunos, Senador Cristovam. O senhor foi Ministro e sabe bem como é difícil atender a toda essa demanda, a todo esse público de alunos. São milhares e milhares de professores – duzentos, trezentos mil professores, só em alguns Estados –, realmente creio que a Educação é levada muito a sério neste País.

A Abrelivros tem trabalhado para tentar melhorar os critérios de avaliação dos livros, existem algumas falhas, mas penso que cada vez mais vem se aprimorando. O senhor lembra, Senador, que, em 1998, começaram as avaliações. Antes disso, não havia nem avaliação dos livros didáticos, os mesmos eram comprados, e a qualidade do livro realmente melhorou muito. Existem falhas? Sim, penso que existem falhas, mas existe uma pluralidade de autores, uma pluralidade de livros, então creio que deveríamos contextualizar de uma forma melhor e maior, não só apontar, talvez, algum erro ou outro. Realmente não podemos negar que existem alguns problemas.

Fico à disposição de todos os senhores para qualquer pergunta, Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a exposição do Presidente da Abrelivros, passo a palavra ao Plenário.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, queria apenas falar ainda sobre o convite, se me permite, do Ministro Fernando Haddad. Ele já esteve várias vezes, durante o ano passado e esse ano, inclusive, aqui no Congresso, e acredito que, se reformularmos o convite, ele marcará uma data e virá à Comissão. Não tenho nenhuma dúvida e penso ser o melhor caminho para eliminar esse impasse gerado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Coloque isso em forma de proposição, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Exatamente, de proposição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão a proposta do Senador Valdir Raupp, de reformulação do convite ao Ministro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, creio que deve convalidar o requerimento que fiz em co-autoria com V. Exª, porque ele não foi cumprido, acho que continuamos esperando. É só continuar esperando a presença do senhor Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Valdir concorda? (*Pausa.*)

Determino, então, à Secretaria que renove o convite ao Sr. Ministro da Educação, mas que não me mande mais representante.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Angela Portela, com a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu queria dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, pelo que se observa aqui, na Comissão de Educação, o Ministro Fernando Haddad tem sido sempre muito receptivo às nossas demandas, já veio aqui, já prestou esclarecimentos, e, certamente, a sua ausência nesta audiência pública se deve a algum compromisso já firmado anteriormente, porque aqui é inegável sua disposição, a disposição do Ministro da Educação para estar prestando esclarecimentos a esta Comissão de Educação aqui no Senado.

Então, eu queria dizer que concordo com a proposição do Senador Valdir Raupp, mas queria deixar registrada aqui a minha compreensão da aceitação, da forma como o Ministro sempre foi receptivo às demandas, à necessidade de fazer esclarecimentos aqui entre os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar também para dar apoio à proposta do Senador Valdir Raupp. Vamos dar outra chance para que o Ministro compareça. Acho que vale a pena.

Mas eu quero saber se a gente pode continuar a audiência e fazer perguntas ou se vamos suspender a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Esta é a ideia, Senador: aproveitar a presença, inclusive em respeito à boa vontade do nosso Presidente da Abrelivros.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu me inscrevo, então.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita, com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, apenas para ratificar o que a nossa Senadora Angela Portela disse. O Ministro da Educação tem sido muito receptivo, todas as vezes que foi convidado esteve aqui presente, tivemos oportunidade de recebê-lo algumas vezes, e, certamente, por uma questão de agenda, não foi possível estar presente.

Então, ratifico também a solicitação dos demais Senadores de que numa nova oportunidade nós possamos ouvi-lo.

Nada impede que hoje façamos uma discussão sobre a questão da Abrelivros. Acho que também o Senador que fez a solicitação também tem os seus motivos e aqui vamos debater esse tema.

Eu gostaria, então, apenas de ratificar o que os nossos colegas já disseram.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, os elogios ao Ministro Fernando Haddad aqui nesta Comissão nunca foram poupados. Eu, pessoalmente, tenho uma história, como ex-Governador do Paraná, com o Ministro e o Ministério da Educação de excepcionais resultados.

O Ministro podia concordar com o convite ou não concordar com o convite. O que ele não pode é mandar representantes a uma Comissão que não convidou representantes.

Então, nós chegamos ao ponto de renovar o requerimento do Senador Cyro Miranda, que é do Senador Cyro Miranda e de minha autoria. Eu assinei o requerimento depois de consultar o Ministro se ele gostaria de vir à Comissão. Ele me confirmou: "Quero muito discutir esse assunto na Comissão".

Agora, representante não, não é, Senadora?

Pela ordem...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu concordo com o senhor, mas muitas vezes nós também temos dificuldade de agenda. Algum motivo houve. Houve justificativa?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não, nenhuma.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, assim, acho que é importante, primeiro, saber qual é o motivo da não presença dele aqui hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Bastava que o Ministro dissesse que não podia comparecer nesta terça-feira e nós não teríamos marcado a reunião e teríamos marcado posteriormente.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está certo. Concordo com o senhor, mas acho que é importante saber quais são as razões da não vinda dele aqui hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O autor do requerimento, naturalmente, é o primeiro inscrito para conversar com o nosso Presidente da Abrelivros.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito bom dia, Sr. Jorge Yunes. Nossas boas-vindas e obrigado por atender ao nosso convite.

Certamente, eu não preciso... Acho que está bem pontuado, acho que a *História em Documento* e *História & Vida Integrada*, os dois livros que estão aqui, são explicativos em questões de doutrina política.

Primeiro, pergunto se a Abrelivros tem conhecimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O SR. JORGE YUNES – Bom dia, Senador.

Sim, a Abrelivros acompanha o Programa Nacional do Livro Didático desde a sua formação. Ele tem mais de vinte anos. É um programa que distribui, hoje, só o Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, para o ensino básico, mais de 130 milhões de livros anuais aos alunos da rede federal e tem sido aprimorado a cada ano que passa.

Então, sim, a Abrelivros tem conhecimento e acompanha e representa basicamente todas as editoras que têm seus livros inscritos nesses programas, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de elogiar, inclusive, essa medida. Esses livros didáticos realmente são fundamentais para o nosso ensino.

Mas acontece que, aqui, se passou por cima, primeiro, dos critérios da avaliação, aprovação das obras didáticas, até porque vimos agora, recentemente, o MEC dizendo que não tem obrigação de fazer avaliação dos livros. Então, aqui nós somos regulamentados de todas as maneiras, mas o que mais nos chama atenção é que um dos parágrafos aqui diz: "serão excluídas do PNLD as obras didáticas que vincularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, ético, racial, de gênero, de orientação sexual" etc. Depois, abaixo, ele diz "discriminação ou violação dos direitos"; "os que fizeram doutrinação religiosas e/ou políticas, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público".

Então, a lei é bem clara. Esse tipo de comportamento de elogiar ou de dilapidar a imagem de alguém não cabe nesse livro didático, e isso aconteceu ao arrepio da lei. Então, como vocês consentiram? Porque isso cabe agora, da nossa parte, uma representação para que sejam recolhidos esses livros. Certo? Nós não vamos concordar que seja feita uma doutrina política com esses livros. Inclusive, há outros casos que depois – não estão aqui – vamos debater também com relação à ortografia e a como estão se reportando agora os livros para o ensino médio e fundamental.

O SR. JORGE YUNES – Senador, é importante a gente explicar como funciona o processo, para que todos os Senadores possam entender que há um contexto. Então, o processo é feito... Os autores começam a escrever os seus livros muito antes das inscrições nesses editais como esse que o senhor leu. Três, quatro anos antes, os autores já começam a escrever os seus livros, preparar os seus livros, para entregar no prazo que o edital obriga, vamos chamar assim.

Então, os autores têm liberdade, as editoras dão liberdade aos seus autores para que eles possam fazer, desde que sempre digam a verdade. A história é contada de várias formas desde que seja verdadeira, a gente sempre diz. Então, as editoras dão autonomia para seus autores para que possam escrever os seus livros da forma que eles bem entendem. As editoras não cerceiam a vontade e o direito dos autores de escrever, senão todos os livros... Talvez, se tivesse que dizer "tem que escrever desse jeito ou desse jeito", talvez todos os livros fossem iguais. E há uma pluralidade de autores, autores que estão nas editoras há muitos anos, autores que têm mais de 20 anos, 30 anos nas editoras. Os autores normalmente ficam muitos anos nas editoras e têm-se aprimorado cada vez mais.

Então, é feito o trabalho dos autores, que preparam os seus originais. As editoras, com uma equipe enorme. Hoje são mais de três mil profissionais que trabalham só nessa área, para poder preparar os livros, preparar os bonecos, preparar os livros para poder entregar para o governo, nas inscrições do governo; e seguir o edital, como o senhor falou, em que estão os processos, os procedimentos todos, que são bem observados pelas editoras.

É importante dizer que a Abrelivros não influencia nisso. As editoras têm a sua autonomia. A Abrelivros não diz em que contexto, de que forma que os livros devem ser escritos. Então, os livros são preparados, são entregues ao próprio governo, que faz uma grande avaliação. E não é o MEC que faz essa avaliação. É por intermédio obviamente do MEC, mas são feitas pelas universidades federais, com isenção total. São contratados avaliadores das universidades federais, coordenados pela Secretaria do Ensino Básico, que observam todos esses detalhes que existem no edital. E é obvio são milhares e milhares de paginas, e, às vezes, pode acontecer de passar alguma coisa. Mas eu tenho visto, nos últimos anos, que a avaliação tem sido muito criteriosa, e realmente não tem passado nada que possa trazer prejuízo à educação, porque é importante a gente trabalhar na educação.

Em relação a doutrinar, a elogiar um, a elogiar outro depende do contexto que a gente olhar. Acho que está distribuída aos senhores uma comparação de um desses livros, que mostra até em números de paginas o que fala bem de um governo e de outro de um governo. Então, fala dos dois. Acho que, basicamente, fala dos dois.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu entendi. Da parte de vocês, está feito. O Governo é que não fez a parte dele, conforme os anexos de princípios e critérios para avaliação e obras. O Governo é que deixou passar. Então, acho que a nossa conversa aqui vai ser com o Ministro da Educação. Porque, conforme falam páginas, falam o mesmo número de páginas de um e de outro – um fala mal e outro fala bem. Quer dizer, se achar que isso faz justiça... Mas acho que não entro nem nesse mérito de falar bem ou falar mal. Não cabe, aqui não é o fórum de debate para isso, certo? Não é o livro didático que vai para os alunos que tem de mexer nessa área. Isso é doutrinação, isso é uma coisa que inclusive fere totalmente a lei que o próprio Governo seguiu até hoje. Diga-se de passagem que é a primeira vez que isso vem acontecendo. Aliás, como algumas coisas, sempre tem a primeira vez que neste Governo vem acontecendo. Sempre se primou muito, e lembro bastante quando era Ministro o Senador Cristovam, havia uma acuidade muito grande. E, até hoje, veio; até mais recentemente. Agora, aqui começaram. Então, sabem que isso realmente tem outro propósito. Mas isento vocês, porque apresentam uma obra e têm aqui todo um escopo para fazer a triagem, para fazer a lei ser exigida. Era só devolver e dizer, no prelo ainda, vamos cortar, isso aqui não aceitamos. Mas a gente vê que isso é, deliberativamente, mal intencionado.

Muito obrigado ao senhor pela gentileza de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, depois de esse assunto ser levantado, recebi alguns documentos. Um deles de editoras, mostrando estatísticas em que haveria favorável a um e favorável a outro.

Hoje recebi uns documentos que, de fato, mostram a diferença de tratamento. Não vou negar. Por exemplo, quando fala do Presidente Lula, diz que ele criou o Bolsa Escola; quando fala do Fernando Henrique Cardoso, no mínimo tinha de dizer que ele criou o Bolsa Escola. No mínimo. Então, por esse documento aqui, nota-se que há uma diferença – documento da Editora FTD –, mas a Editora Ática me mostrou uma série de estatísticas em que não haveria privilegiamento ideológico-político. Creio que esse assunto a gente deveria discutir com a vinda do Ministro.

Quero aproveitar para fazer outro debate, que, acho, não está sendo feito. É um equívoco, a meu ver, que o curso de História seja baseado em termos contemporâneos**.** A contemporaneidade a gente devia analisar num curso sobre leitura de jornais, num curso sobre conjuntura. Claro que isso exige horário integral e ninguém quer gastar dinheiro para ter mais do que as duas, três horas de aula em nome das quatro. Curso de História devia ser sobre a história e não sobre a conjuntura. Acho que aí é que está o erro. O que alguns me dizem? É que o tema atual atrai o aluno. Hoje, o que atrai o aluno é a mídia usada, não é o tema. Um curso sobre os faraós bem feito, pela televisão, pelo computador, com recursos de mídia, atrai muito mais do que Lula e Fernando Henrique, sem dúvida alguma. Um curso sobre Roma, um curso sobre Deodoro da Fonseca atraem muito mais.

O que quero perguntar, porque eles não têm culpa nenhuma, eles recebem apenas a demanda, nem o MEC; na verdade, o MEC recebe a demanda dos professores. Agora, o MEC é que determina esse tema da história contemporânea, e os meninos estão saindo sem saber nada de história. Eles estão lendo nos livros o que está nos jornais. A gente tem de ter um curso de atualização de assuntos da contemporaneidade. Mas quero perguntar se vocês estão se preparando para a nova mídia que é preciso ser usada. Livro não vai ser aposentado, mas livro vai ficar como um auxiliar na mídia pedagógica. A mídia que atrai o aluno hoje é a mídia da teleinformática. Por meio dela, vamos poder atrair para os livros. Então, a minha pergunta é esta: vocês estão se preparando para, dentro de mais cinco anos, no máximo, o livro didático ser complementado, até superado, substituído, em parte, pelas novas mídias?

A outra pergunta, acho que vou deixá-la para o Ministro de Educação: até que ponto o curso de história não deveria ser de história e não de temas da contemporaneidade? Isso até para que se evite esse riscos.

Sobre os livros, a minha posição é essa. Tenho estatísticas que confirmam que não houve privilégio, mas, nesses dois documentos, está claro que houve privilégios. Quando lemos aqui a relação de um e de outro Presidente.

O SR. JORGE YUNES – Senador Cristovam, o senhor citou algo importante que me esqueci de falar. Quem escolhe os livros são os professores. E esse é um grande ganho do Programa do Livro Didático. Os professores têm acesso a vários livros, por meio de um guia. Os professores têm acesso às resenhas e até a cópias desses livros, para que eles possam olhar, dentro da sua realidade, qual mais se ajusta a sua classe.

O Brasil é enorme, como sabemos. Em Manaus, os Correios entregam o livro de barco. Então, no Brasil, há uma grande variedade de realidades.

É importante citar que o grande ganho desse programa de entrega de livros – o senhor como Mi-

nistro sabe disso – é de o professor poder escolher o livro. Esse é o maior ganho. Ninguém impõe nada ao professor, e ele dispõe de vários livros. Só de história foram mais de 50 livros à disposição, não necessariamente este ou aquele, mas ele tinha mais de 50 livros à disposição, para que ele pudesse escolher.

Então, a capacitação desses professores é importante. Sei que o MEC hoje trabalha com programa de capacitação de professores para aperfeiçoar a escolha, para que eles possam ter mais critérios em suas escolhas. Isso é algo importante.

Em relação às mídias digitais, é importante frisar que é algo muito novo. Apesar de a mídia digital estar indo muito rápido, nos livros, é algo muito novo. Então, em praticamente todas as editoras, e a própria Abrelivros tem uma comissão digital em que discutimos um pouco como imaginamos o futuro. Hoje, os parâmetros curriculares nacionais ensinam a história dessa forma, o senhor sabe disso. Mas estamos discutindo como serão as próximas mídias. O próprio MEC criou e tem trabalhado a quatro mãos conosco, porque é importante que saibamos o que o Governo quer fazer, como o Governo quer caminhar, para que as editoras possam caminhar na mesma direção. Há tempos, cada um caminhava em uma direção e, ao final, não nos encontrávamos em lugar nenhum.

Então, hoje, essa relação a quatro mãos com o MEC se dá para que possamos entender o que o Ministério está pensando sobre essa mídia digital. Isso está sendo desenvolvido. Realizamos várias reuniões para desenvolver. A própria SEB tem uma comissão de mídia para discutir como será o ensino no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadores, sem dúvida, essa reunião é muito importante.

Permitam-me fazer a seguinte introdução em português correto:

Estamos aqui para discutir importante assunto. Avaliar as razões que levaram o Ministério da Educação à compra de livros didáticos com teor que merece questionamento é necessário.

Agora, vou ler como MEC quer que os alunos compreendam:

> "Tamo aqui pra discutir importante assunto. Avaliá as razão que levou o Ministério da Educação a compra livro didático com teor que merece questionamento são necessário".

Fica bom? Acho que não. Não sou professor. Tive a honra de ser Secretário de Educação em Santa Catarina por duas vezes; conheço todos os membros desta Comissão como eméritos educadores, homens públicos e Senadores, e quero dizer a V. Exªs que, no meu País, no País onde meus filhos estão estudando e se tornando cidadãos, eles não vão aprender a dizer "tamo aqui". Se eles quiserem dizer, poderão, mas no livro pago com o dinheiro público, no meu País, se depender de mim, não vai estar escrito assim.

Entendo, Sr. Presidente, que o Programa Nacional do Livro Didático é, sem dúvida nenhuma, exemplar para o mundo. Ele não é do Governo Lula, ele não é do Governo Fernando Henrique, ele não é da Direita, ele não é da Esquerda, ele não é do regime militar, não é do regime democrático. Ele é brasileiro. E, sem dúvida, merece aplausos.

Entendo, Sr. Presidente, que a presença do Dr. Jorge Yunes, Presidente da Associação de Editores de Livros Escolares, nesse momento é importante, mas não é dele que esta Comissão pode cobrar alguma coisa, porque, evidentemente, ele representa o setor que vende, o setor de fornece, o setor que produz. E, como tal, idêntico a uma construtora de estradas, faz a obra de acordo com a encomenda do contratante. E, como ele mesmo informou, a obra escolar ou a obra do livro didático é elaborada a partir de orientações que o MEC fornece ao mercado e que, obviamente, merecem o trabalho e a dedicação de todos.

Estou absolutamente certo e seguro de que, na questão da educação, principalmente na questão da língua, nós temos, sim, que considerar, digamos, os costumes, as coisas que são adotadas aqui ou ali, mas não se pode fugir da regra básica, não se pode fugir da norma que orienta o estudo da língua. E é necessário que isso seja feito com perfeição para que a gente aceite a imperfeição. Nós não podemos partir do errado para tentar chegar ao certo. Nós temos que partir do certo para fazer concessões quando algo, eventualmente, for colocado em prática de forma errada.

Assim como, no Brasil – nós sabemos –, nós temos estradas pavimentadas em todo o País... E quando anda no Brasil ou na Europa a gente vê, Governador Requião, as estradas do seu Estado, construídas por V. Exª, que sem dúvida merecem aplauso, como as do meu, mas a gente vê pelo Brasil afora que as nossas estradas não são as melhores do mundo em termos de pavimentação, em termos de acesso, em termos de vias de contorno etc. e tal. Mas a gente sabe que essa é a nossa realidade. Isso, contudo, não permite que a gente diga que as faculdades agora vão ensinar os engenheiros a fazer as rodovias com desníveis, com curvas acentuadas ou com coisas irregulares. Nós queremos que as faculdades continuem a ensinar-lhes a engenharia perfeita. Se depois, na hora de praticar

isso, não for possível, há que se ter alguma condescendência.

No caso do livro didático, acho que o MEC comete pecados muito grandes se orienta o setor nesta direção de fazer avaliação, como bem disse aqui o Senador Cristovam, ou melhor, de focar a história contemporânea de acordo com fatos ocorridos e de uma forma, no meu ponto de vista, muito equivocada, porque quando faz menção a este ou àquela governo, dizendo que diziam, parecia, registrou-se, soube-se de determinados fatos para um, e para outro não se diz absolutamente nada disso, porque o outro provavelmente não teve nenhum "sabia-se", nenhum "ouvia-se", nenhum "se disse", evidentemente, mostra uma situação de tendência muito clara que o MEC precisa corrigir urgentemente.

Sempre falo que há tempo para corrigir erros e, antes que me acusem de um, eu já citei nesta Comissão: quando fui Secretário de Educação comprei essa obra aqui para distribuir na rede estadual de Santa Catarina, uma obra premiada. E, depois de comprada e paga, descobrimos que ela não poderia ser distribuída para crianças do ensino fundamental, porque fala de uma forma muito violenta e agressiva de Deus, classificando Deus – depois eu posso distribuir para quem quiser – de uma forma que eu nem ouso mencionar aqui. Mas discorre também a respeito da relação de um menino e de uma menina, a que ponto podem chegar os seus carinhos. E aí eu não condenei o autor; apenas mandei recolher os livros e os destinei para outro nível de ensino onde fosse possível compreender essas manifestações do autor.

Agora, fui bombardeado pela grande imprensa nacional, que disse que eu estava discriminando o autor de uma obra premiada, e não é verdade. Apenas não se pode deixar uma criança entender que Deus é um "fdp", como está escrito. Mesmo para quem não acredita em Deus, não se pode incutir esse tipo de opinião na faixa de 8 a 14 anos de idade. Então, eu sei por já ter sido vítima e por isso não quero aqui culpar o Ministro, não quero culpar o Ministério e muito menos livros. Mas eu acho, Sr. Presidente, que esse assunto mereça uma atenção muito séria, muito cuidadosa, para que a gente chegue a um bom termo e a uma boa solução.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Senador, a gramática e a ortografia não existem para humilhar ninguém. Se não me engano, essa frase é do Emílio de Menezes. Mas nós estamos numa grande confusão ortográfica. Por exemplo, o Brasil aprovou uma reforma que Portugal não aprovou ainda. De qualquer maneira, a língua será sempre dinâmica, a língua está sendo construída no dia a dia dos povos, no processo de elaboração cultural, no processo civilizatório.

Mas, "*Senadô, tendo em vista seus argumento, nói vamo passá a palavra agora ao Seu Jorge Yunes, pra produzi a sua fala*".

O SR. JORGE YUNES – Senador Bauer, olhado nesse contexto, realmente fica estranho a gente ensinar e mostrar coisas diferentes. É Importante dizer que esse livro sobre o qual a gente está falando hoje e que os jornais disseram que tinha esse problema todo de erros é um livro feito para o Programa Educação de Jovens e Adultos, que é um programa para meninos de 14/15 anos. Eu não vou dizer que é um programa menor, mas é um programa menor em relação ao Programa Nacional do Livro Didático, Senador. Esse programa engloba mais ou menos a faixa de 8 a 10 milhões de livros.

Então, a gente tem de observar o contexto desses livros. Eu não tenho aqui em que contexto está essa formação. Às vezes o livro está querendo ensinar o cotidiano, alguma coisa. Acho que não pode ser ensinado errado, mas é importante olhar o contexto, se dentro do contexto está dizendo: olha, se a gente for ensinar dessa forma, talvez as pessoas falem dessa forma. Eu não estou justificando nada, Senador, mas eu acho que a gente tem de olhar o contexto da obra. Realmente, lido dessa forma, isoladamente, fica bastante esquisito "*nóis falá assim*". Então, eu acho que é importante a gente olhar o contexto da obra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, é evidente que a gramática é dinâmica, mas a gente sempre tem de ter em mente o seguinte: se você quer dar uma informação sobre alguma coisa que está sendo introduzida, ou que está sendo assimilada, ou que está sendo aceita como norma, mesmo que ferindo regras, você tem que também dar a regra do que é o correto. E aí é que vem a questão. Se você não ensinar primeiro a regra e apresentar os aspectos relacionados a como essa regra está sendo interpretada, mesmo equivocadamente, se não fizer a primeira parte, você vai ensinar a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E muitas vezes, Senador, a regra é arbitrária. E, assim como as leis arbitrárias, muitas delas não pegam nos usos e costumes. Não pegam inclusive nos grandes autores, que divergem da maneira de redigir ortograficamente as suas obras, inclusive variam, utilizando palavras com "z" ou com "s" na mesma obra, a mesma palavra, de forma alternada.

Senador Inácio Arruda, com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Senador Requião, acho que o tema,evidentemente, preocupa a todos, porque o programa do livro no Bra-

sil... O Brasil é um país continental, então você, de repente, tem uma orientação do Ministério da Educação e Cultura e tem um esquema nacional de produção de livros que se oferece no mercado. Acho que essa é uma das questões.

Por exemplo: o Brasil da Amazônia, do Nordeste, de Pernambuco, do agreste, a zona da mata, o semiárido, quer dizer, discutir essas regiões, precisa de um debate lá mesmo. E às vezes compra-se um livro sobre esse assunto de uma editora fora dessa região, que não conhece... Às vezes, a pessoa que está editando nasceu em Pernambuco ou no Ceará, mas só fez nascer; com um ano de idade, transportou-se para São Paulo e, de lá, está escrevendo sobre a região, sobre os hábitos, os costumes, com uma pesquisa limitada, sem o conhecimento adequado. Então, esse é um problema de livros no Brasil.

O outro é a novidade da língua escrita. Quando surgiu a língua escrita na Grécia, já existia a grande civilização grega. Vocês vejam que os incas, os maias e os astecas nem tiveram língua escrita e já tinha uma civilização avançadíssima.

Eu estou levantando essa questão para somá-la à intervenção que V. Exª fez há pouco de que a língua é dinâmica e que ela se adequa à realidade objetiva de cada região, mesmo em um país que fala uma única língua. Então, nós falamos uma única língua, o português, num país imenso, continental, e temos variações de uso dessa língua em cada região. E hoje, ao produzir o livro didático, nós vamos fazendo uma pasteurização da língua no Brasil inteiro. Isso se dá na produção de livros e se dá também na produção feita pelos demais meios de comunicação.

Esse livro de textos escritos é um meio adequado de comunicação, mas, depois, vem a televisão. A televisão passa o dia inteiro mostrando a ponte de uma cidade, como se aquilo fosse o Brasil. Diz: "Olha, essa ponte..." Todo dia, o ano inteiro. Eu digo: puxa, não tem outras coisas no Brasil para mostrar? Não é possível! Mas é porque centraliza: o que existe de avançado é essa ponte aqui; isso é o mais moderno; está aqui nesse local e nesse Estado.

Acho que assim se dá também com a produção de livro didático no Brasil. Eu acho que existe um esquema mesmo que pasteuriza o livro didático brasileiro. E muitas vezes acho que há esforços do MEC, das editoras, mas ainda persiste esse problema. Nós tivemos um caso recente, há poucos anos, dois, três anos atrás, que até o mapa do Piauí sumiu de um dos livros didáticos distribuídos nas escolas. Depois é que se viu que não havia esse mapa. O Paraguai sumiu outro dia também de um mapa. Quer dizer, então você vai estudar Mercosul, América Latina, América do Sul e sumiu o mapa daquela região.

É uma produção em escala, é um meganegócio. É importante se dizer que, por trás dos livros, há um meganegócio no Brasil. Livros ainda se mantêm muito caros no Brasil. Eu examino às vezes. Compro, nas bancas de jornais, livros, capa grossa, produzidos pelos espanhóis, mais baratos do que os nossos. Baratos! Seis reais, cinco reais, oito reais! Eu digo: será possível que eles entram sem impostos, e nós pagamos impostos tão caros para poder ter um livro no Brasil?

Acho que o esquema do livro tem que ser bem discutido, não é apenas a língua que está em jogo, não é apenas a geografia e a história da nossa nação e das outras que temos que estudar. É também um grande negócio que a gente precisava destrinchá-lo para poder entendê-lo melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, na verdade, a língua está em constante evolução. E nós vamos incorporando gírias de outros países como se fosse uma coisa chique. O lunfardo penetrou na gíria brasileira e está incorporado nos dicionários. A linguagem típica do *parigot*, do francês de Paris, também é incorporada como uma elegância. E eu lembro um fato ocorrido comigo e com o Senador Franco Montoro, muitos anos atrás, Senador Cristovam, em Assunção, no Paraguai, numa reunião do Mercosul. Lá pelas tantas, eu fiz uma citação: ***co****gito ergo sum*. E o Senador, imediatamente, me corrige: "Senador Requião, é ***co****gito ergo sum*".

Ora, eu e V. Exª sabemos que não existe acentuação gráfica no latim antigo e não existe a memória da palavra pronunciada. Eu acabei acatando a pronúncia do Senador Montoro, fazendo uma brincadeira: "Senador, eu vou aceitar o seu ***co****gito* em vez de *co****gi****to*, porque, dada a sua idade" – àquela época já era muito superior à minha –, "provavelmente o senhor é contemporâneo dos antigos povos de língua latina". Há uma grande confusão nesse processo, mas a língua vai, sem sombra de dúvida, evoluindo.

Nós temos o português bacharelesco dos advogados e dos leguleios e, quando lemos um romance antigo, temos dificuldade para entender as palavras grafadas na forma como são grafadas. Então, há uma constante evolução. Agora, Senador Paulo Bauer, *modus in rebus*. Não transformemos tudo numa anarquia. Mas as regras muitas vezes são rigorosa e absolutamente absurdas. Portanto não são seguidas.

Então não me parece uma coisa tão indigesta incorporar ao vernáculo uma forma nordestina de se pronunciar uma palavra quando estamos assimilando

a gíria, os anglicismos, os galicismos numa normalidade absoluta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já tem até o verbo "deletar".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pois sim; já há até o verbo "deletar".

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, eu quero aproveitar a colocação do Senador Inácio Arruda e sugerir que, na vinda do Ministro, nós incluamos também esse problema do ensino da Língua Portuguesa, por esses recentes comentários de que estaríamos ensinando, através de livro didático, o português de uma forma errada. Eu gostaria de propor que se incluísse isso também.

E quero dizer que, sim, existe forma errada de se falar o português. Preocupa-me muito que, em nome de se quebrar o preconceito contra quem fala o português errado, nós comecemos a nos acostumar com dois tipos de falar português. Porque, na hora em que o pobre que fala português errado fizer um concurso público, ele não passa. Então nós estamos criando duas formas de se falar o português que beneficiam uma parte da sociedade. Isso é diferente de sotaque, e eu faço questão de carregar e manter o meu, de nordestino. Aliás, nem preciso fazer esforço. Isso não tem a ver com vocabulários. Não, vocabulário tem que haver o mais rico possível. Até aceitar o "deletar" a gente pode, como aceitamos o futebol no passado, desde que traduzamos e coloquemos no nosso dicionário "deletar". Isso tem que se adaptar. Agora, gramática e ortografia têm que ser uma ou então não é um país.

O país se divide quando tem línguas diferentes. A Itália é um país que não existia cento e poucos anos atrás, porque era uma soma de principados. Quem fez a Itália foi a escola, ensinando italiano de uma só forma.

Nesse sentido, eu tenho uma posição muito clara. Gostaria de ver também incluído na convocação do Ministro, que não pode vir hoje, o assunto do livro didático que ensina português e qual é a justificativa de, para quebrar um preconceito, é verdade, a gente comece a fazer uma dessas saídas que o Brasil costuma: pela metade.

Não é só o português. Algum tempo atrás, fui Governador e comecei a querer tirar a população de rua. E me disseram que o povo tem direito de viver na rua. O povo tem direito de ter casa, tem direito de não ser arrancado da cidade, mas de ser convencido e levado, é uma obrigação do governante. Lembro que daqui consegui tirar todos os meninos de rua, salvo os que tinham mais de 16 anos. E arranjei um lugar para levá-los, muito bem instalados. E um juiz me disse que se eu os levasse – porque com mais de 16 anos não tinha ninguém que quisesse adotar, e eu pagava uma bolsa escola e as famílias adotavam –, eu seria preso. Eu lembro que eu disse a ele: o senhor devia me prender porque eu sou governador há dois anos e ainda não tirei essas crianças, deixando-as na rua. Mas não me prende. Minhas filhas, quando chega uma hora da noite, a gente não deixa sair. Os filhos dos pobres têm direito de sair a qualquer hora e ficar na rua.

Então, o português, na gramática e na ortografia, tem de ser um só. É um erro dividirmos português de rico educado e português de pobre não educado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Algumas pessoas, com elegância, alteram algumas coisas. Não é à toa que outro dia, aqui mesmo na Comissão, o Man**te**ga, o nosso Ministro, o Man**te**ga, assim no dialeto bergamasco, é chamado elegantemente por **Man**tega. E eu não vejo reclamações em relação a essa corrupção do nome de S. Exª. Agora, uma nordestinidade qualquer é reclamada como falta de elegância. Eu acho que temos de ter moderação nesse processo, porque a língua vai evoluir, queiramos ou não nós. As regras não vão consolidá-la de forma definitiva e cristalizada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, eu proponho que adotemos a maneira que o povo fala. Em vez de dizer "nós podemos", adotemos como "nós pode". Eu não teria nenhum problema que fosse adotada a maneira que o povo fala. Aliás, se a maioria fala "nós pode", devemos adotar. Mas aí quem falar "nós podemos" não passa nos concursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ficamos com **Man**tega ou com Man**te**ga?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Depende da próxima taxa de inflação. (*Risos.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Se for baixa, Man**te**ga. Se aumentar, **Man**tega.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quem me deu essa explicação foi minha mulher, que é de origem italiana, de Bergamo, e o Mino Carta, editor e proprietário da *Carta Capital,* que é bergamasco também: "Que história de **Man**tega?" *Man**te**ga*, em italiano, é "burro", o que não tem nada a ver com o nosso Ministro, que, aliás, é um belo Ministro.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de ratificar aqui a importância de fazermos de fato esta audiência pública, em outro momento, com representantes do MEC, para que possamos fazer o debate,

ouvindo inclusive o MEC com relação à seleção dos livros didáticos.

Eu só gostaria de fazer uma observação sobre a questão da gramática, que é o debate que está sendo colocado aqui, agora, e que acho importante fazer. Outra coisa é com relação ao conteúdo dos livros didáticos. Recebemos, hoje, uma série de subsídios que é importante que avaliemos, para que possamos participar mais ativamente da audiência pública.

Pelo que percebo do livro didático, não tem penas elogios ao governo Lula e críticas ao governo FHC. Muito pelo contrário, há elogios e críticas aos governos.

Mas o que eu quero destacar de fato é que, muitas vezes – e me lembro aqui da minha infância –, a verdadeira história do nosso País nos foi negada por muitos e muitos anos. É importante que os livros didáticos digam qual é a real história nossa. Dizer quais são os pontos a favor e críticas ao governo é fundamental, para que os alunos possam, desde as primeiras séries, ter uma avaliação crítica de sua história, para que conheçam de fato qual é a verdadeira história, pensando o seu futuro. Essa verdadeira história, durante longos e longos anos, nos foi negada. Passamos por um período em que não conhecemos, de fato, o que estava por detrás dos fatos e dos acontecimentos que nós tivemos como ensinamento nas nossas escolas, inclusive no ensino de História, de Geografia, nos foi negado muito isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E daí a insistência da nossa Presidenta, do nosso Governo, com a quebra do sigilo dos documentos oficiais dos governos que se sucedem.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É isso mesmo. É importante, é necessário. Também concordo com V. Exª.

Quero ler com mais atenção, porque o material nos foi entregue agora, o conteúdo dos livros. Percebo, numa breve análise aqui, que há críticas e elogios aos dois governo. É importante que os nossos alunos, desde as primeiras séries, tenham uma avaliação crítica de sua história, tanto de um governo, quanto de outro; tanto de um governo de esquerda, quando de um governo de direita.

É importante conhecer os partidos políticos, quais os seu programas; o que norteia os nossos governos, quais os seus projetos, quais são seus programas, o que cada governo busca. Então é importante. Acho que é um debate necessário.

Estou aqui solicitando que essa audiência pública realmente aconteça. É importante esse debate, é importante conhecer a fundo a proposta apresentada e que possamos ter tempo porque recebemos uma série de documentos agora. É importante que a gente leia esses documentos, para conhecer de fato o que está sendo debatido. Digo isso apenas para referendar a necessidade da audiência pública num outro momento e não na manhã de hoje, apenas com um representante, que, como todo carinho e respeito, acolhemos aqui, mas não é suficiente para que possamos fazer o debate aqui a contento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Novamente, pela ordem, a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senadora Ana Rita, eu acho que Lula e Fernando Henrique ainda não são personagens históricos; eles são personagens políticos. Personagem histórico é Napoleão, Getúlio. Nós ainda não temos a distância de um texto capaz de captar o que se chama realidade do que aconteceu no governo deles, porque nós temos a paixão da análise, nós estamos envolvidos, nós votamos em um ou outro, nós somos amigos de um ou de outro, ou dos dois que seja. Nós não temos o distanciamento político. Por isso, os temas da contemporaneidade têm, sim, ser debatidos. E é aqui quero usar um verbo diferente. Por isso, que o português tem que ser ruim, viu? Uma coisa é debater ou coisa é ensinar. História a gente ensina; temas da contemporaneidade a gente debate. Não tinha nenhum problema se distribuir um texto elogioso ao Lula, outro elogioso a Fernando Henrique Cardoso e debater com os alunos. Agora, colocar com história, creio que é temerário. Além disso, vi as estatísticas que uma editora me entregou, de fato, pelas estatística parece não haver diferença.

Agora esse aqui tem diferença e tem erro. Dizer que a bolsa família nasceu em 2004 sem dizer que, em 2001, Fernando Henrique criou a bolsa escola é errado. Aí é um debate inclusive manipulado. Nesse aqui, não sei se em todos.

Agora, repito, não dá para colocar a culpa no MEC. Ministro da Educação não escolhe os livros. Os livros são escolhidos pelos professores. E aqui fica a dúvida: se os livros são escolhidos pelos professores, a gente tira toda a responsabilidade do Ministério ou cria uma instância, dentro do Ministério, que analise as escolhas dos professores? Que, aliás, existe, a gente tem que saber se leva ou não com mais rigor ou não isso. Mas eu insisto que isso aqui é tema da contemporaneidade para debate; história é tema de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A história ou o Cristovam?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeita, a tese do Senador Cristovam.

O Senador Moka está protestando lá atrás, que eu não lhe dei a palavra. O Senador Moka da fronteira do Mato Grosso vai defender a introdução de termos indígenas tupi-guarani na nossa língua...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Aproveitando essa onda do Português, poderia dizer agora "a gente temos que dar preferência"... E olhe que quando se diz "a gente temos" parte-se do princípio de que o 'a gente' é mais de um. Então pode ser até que o verbo tenha que ser flexionado...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A gente aqui na Mesa "vamos" lhe assegurar a palavra. Em seguida, passaremos a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então nós devemos passar a palavra para ele primeiramente, porque antiguidade é posto. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só comentava com o Senador que eu gosto de ouvi-lo na Presidência porque, além de presidente, V. Exª atua como âncora também.

Eu queria dizer duas coisas. A primeira é que concordo com a Senadora quando diz que a audiência necessariamente é importante e precisa da representação do MEC. E quero elogiar aqui a fala do ex-Governador de Brasília Senador Cristovam Buarque que é perfeita; não podemos confundir o que é contemporâneo com história. Até porque, se a gente não tomar cuidado, daqui a pouco... E como são os professores que escolhem – eu acho isso perfeito –, acho que poderia ter uma seleção realmente dos professores que vão escolher para não se incorrerem em algumas... Porque me parece muito claro aqui. Há algumas coisas neste livro, Senador Requião, para quem lê, que mostram clara manipulação. Mas como foi escolha, é importante registrar uma coisa. Não foi o MEC que escolheu. Se o MEC tem alguma culpa é a de se omitir depois da escolha. Mas é perfeito o processo.

Agora, essa questão dos livros didáticos, com a atualização da concordância, Presidente, não é possível! Aonde vamos chegar com isso? Eu dei aula durante 15 anos da minha vida. É verdade que foi de física e química, mas acho que os professores de português, de gramática, de literatura... Não é possível! Quero crer que, se consultados, se pesquisados, 80%, 90% deles não vão concordar com isso! Não é possível!

Para terminar. V. Exª me coloca como da fronteira. Lá no Paraguai, na fronteira, existe um ditado que diz "quando o povo quer, quando o povo decide, não tem ninguém que segure o povo". Não há regra, é verdade. Agora, por conta disso, vamos fazer com que todo mundo agora... Vai começar nos livros didáticos sem concordância, sem nenhum tipo de regra? Não é possível isso, Presidente.

Era essa a colocação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu concordo com V. Exª também, Senador Moka, e, na sua linha fronteiriça, o presidente que preside fica quieto e não fala.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, desde a reunião passada, quando V. Exª inclusive foi enfático, até nesta questão da necessidade de o tema vir a debate nesta comissão, temos que considerar principalmente qual o papel e de quem, na realidade, podemos cobrar responsabilidades. É importante separarmos as coisas. O que não deve entrar em discussão aqui é se tem uma quantidade de críticas a um e uma quantidade de elogios a outro; se isso pode ser mensurado pela quantidade de páginas que elogiam Fernando Henrique ou a quantidade de páginas que criticam Fernando Henrique Cardoso.

O que temos que discutir é qual a assertiva, qual é o correto para a elaboração de livros didáticos. É importante que o debate caminhe talvez até na linha do que falou o Senador Cristovam. O que efetivamente deve compor um livro de História? De que forma devem entrar em debate relatos, informações e fatos contemporâneos? Como isso se estabelece? Que publicação nós tratamos enquanto uma publicação é efetivamente um livro de História ou um conjunto de informações para utilização de forma didática numa sala de aula?

Portanto, esse é o debate que nós temos que fazer inclusive com o MEC, para definirmos qual deve ser a orientação didática para adoção de material em sala de aula. Porque, se fosse assim, Sr. Presidente, nós entraríamos em uma seara que talvez aqui para o fato histórico ou para a história, a gente tenha a capacidade de ficar escorregando por conta das imprecisões ou dessa boa chamada que o Senador Cristovam fez e de forma que, no tempo, vamos classificar o que verdadeiramente é um fato histórico ou que ainda não constitui um fato histórico. Essa relação se estabelece inclusive com o passar do tempo. O que não se processa, por exemplo, com a aplicação do material didático da matemática, das ciências exatas, em que se têm elementos que não se relacionam com fatos históricos nem produzidos por homem, a partir de suas atitudes, da relação política, da ocupação de cargos públicos. Ainda que, na própria matemática ou na físi-

ca, tenhamos de utilizar cada vez mais elementos do cotidiano para, digamos assim, melhorar a absorção de uma etapa do ensino.

Portanto, Sr. Presidente, acho que, se esse é o foco, não tem por que a gente aqui pegar e trabalhar numa lógica de que a Comissão vai discutir aqui e, agora, vamos trazer aqui um – sei lá como a gente podia chamar isso –, para medir de que forma esse ou aquele foi contemplado.

Se há erro na origem, se tem erro na concepção desse material produzido, o debate tem de ser feito não só com quem produziu, mas com quem orienta essa prática no Brasil, que é o nosso Ministério da Educação. É importante que o Ministério da Educação perceba que a sua participação num debate como esse não é para só prestar esclarecimentos, porque isso se consagrou, mas é com o objetivo de corrigir o rumo e produzir algo concernente e consequente para ser aplicado em sala de aula.

Portanto, esse é o foco do debate, de que forma, porque, senão, não cumpriríamos o nosso papel aqui – só para avaliar, está bom, fez isso, não fez e tal. E aí vai fazer o que com esse material? Recolhe e produz qual material? Qual deve ser o material a ser produzido? Então, se tem essa crítica, o correto não é nem satanizar aqui a Associação Brasileira de Editores nem tampouco achar que neste debate, *a posteriori*, o MEC pode entrar. Na minha opinião, isso é algo que tem que ser feito prioritariamente com o MEC, definindo essa questão. Aí chegaremos à conclusão de que o material produzido tem sobre a concepção, ou seja, encontra divergências com a concepção para a sua produção. A partir daí, discutir-se-á a possibilidade efetiva da mudança desse material, do seu recolhimento e de outras atitudes.

Creio, Senador Cristovam, que o mais prudente, com todo respeito à presença do membro da Associação Brasileira de Editores, que deveríamos fazer primeiro esse nível de debate e, consequentemente, já discutir com a associação quais devem ser as mudanças.

Eu parto do princípio de que não dá para achar que o MEC não tem nada a ver com isso. Não é bem assim. Eu não estou dizendo que o MEC é responsável, responsável pela publicação, mas o MEC é responsável pela orientação, pelo planejamento, pela definição, pelo que deve ser aplicado. Esse é o organismo. Não é a Associação Brasileira de Editores que é responsável pela condução desses processos de educação no Brasil. Ela é responsável pela edição. Não é responsável pela conceituação do que deve ser aplicado em sala de aula e do que deve ser produzido para ser distribuído aos nossos estudantes em todo o País, ou seja, na nossa educação.

Portanto, seria importante que organizássemos esse debate nessa linha, porque aí teríamos condição de, talvez, entre nós, trabalharmos melhor a questão desse conceito e, partir daí, até ouvir a associação para dizer a partir do que foi feito, que orientação, onde há negligências, e com a intenção que, creio, é a de V. Exª e a de todos nós, ou seja, buscar corrigir se, porventura, falhas encontrarmos ou sob a nossa ótica ou, efetivamente, sob a ótica do coletivo que aqui se apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – De qualquer forma, Senador, o debate desta reunião foi produtivo.

Em seguida, vamos ter a sabatina da Srª Vera Zaverucha, que foi indicada pela Presidenta para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Cinema.

Após a intervenção da Senadora Marisa Serrano encerro esta reunião e, em dois ou três minutos, para abrirmos outra reunião destinada a sabatinar a candidata à Ancine.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não tive oportunidade de ouvir o Sr. Jorge Yunes, mas quero apenas fazer uma colocação, combinando aqui com o que pensam os meus colegas que acabaram de falar: o Walter, o Cristovam e o Moka.

É que as duas questões são muito sérias e aconteceram na mesma época, na mesma quinzena.

Eu queria colocar essa questão da preocupação, como o Senador Walter colocou, com o conteúdo, com a ideologia, com a aceitação do que é correto, a formação. Isso é questão de quem dirige a educação no País. E o MEC tem a obrigação, sim, de discutir conosco, de discutir com o País, porque alguém tem que ser responsável.

Quem é responsável pelo que é correto, pelo que é ensinado às nossas crianças? Quem é responsável pela formação – boa formação – e pela aceitação daquilo que é tido como certo, o conteúdo que deve ser dado às nossas crianças? Tem que ter alguém responsável. Se não é a editora – e não vai ser a editora –, tem que ser quem dirige a educação deste País.

Portanto, quero parabenizar V. Exª, Sr. Presidente, dizendo que é bom ouvir o Sr. Ministro aqui. Concordo com o Senador Walter. Ele tem uma explicação a dar ao povo brasileiro e a todos nós.

E quero dizer principalmente que, além dessa questão ideológica colocada nos livros, e a visão é a crítica, como vimos nessa questão, a população brasileira está extasiada ou estática, digamos assim.

Ontem estive numa universidade de Mato Grosso do Sul, a UCDB – Universidade Católica Dom Bosco e ouvi de vários professores a questão da utilização da Língua Portuguesa. E a língua serve justamente para preparar a pessoa para a cidadania, preparar para que ela tenha uma vida profissional ativa, e, se a língua não vai servir para isso, eu imagino um país como a Índia, por exemplo, ou como a China com a quantidade de dialetos que têm e uma língua oficial única, todos são obrigados a falar. O que liga e faz com que o país cresça e se desenvolva é a língua oficial. Se nós não tivermos uma língua oficial correta, se todos não nos reverenciarmos a ela, nós nos tornaremos aqui a casa da mãe Joana. É uma coisa absurda. Nunca vamos saber o que é correto e o que não é correto.

Esse negócio de se dizer que é uma discriminação contra quem fala assim ou de outro jeito é uma brincadeira. Encontra-se discriminação em tudo neste País. Daqui a alguns dias não poderemos fazer mais nada. Tudo é fator discriminatório, qualquer coisa que fuja um pouquinho ao entendimento de qualquer pessoa.

Então, quero parabenizar V. Exª e dizer que acho importante estarmos com o Ministro da Educação discutindo essa e outras questões. Como eu disse, justamente nessa quinzena, as duas questões envolvem livro didático.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, achei interessantíssima a sua abordagem sobre a China.

A China tem uma forma ideográfica única, mas tem 500 dialetos. A forma de escrever por ideogramas é uma só, mas são 500 dialetos que convivem e é uma das dificuldades da unidade nacional chinesa.

Damos por encerrada esta sessão e dentro de três minutos convidaremos a Srª Vera Zaverucha para a sua sabatina.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e22 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia dezessete de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, João Vicente Claudino e Marinor Brito. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item Único: Mensagem do Senado Federal nº 061, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora VERA ZAVERUCHA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – Ancine, na vaga do Senhor Paulo Xavier Alcoforado". O relator designado é o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senhora Vera Zaverucha para fazer sua exposição sobre assuntos pertinentes ao cargo a ser ocupado. Dando prosseguimento a reunião o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores para que se dê início à sabatina. Usam da palavra os Senhores Senadores José Agripino, Marisa Serrano, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Ana Rita e Ângela Portela. Terminada a sabatina, o Presidente da Comissão determina a realização da votação, por escrutínio secreto, designando os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Cristovam Buarque para servirem como escrutinadores. Encerrada a votação e a apuração dos votos a presidência declara aprovado o nome da Senhora Vera Zaverucha para o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – Ancine por dezoito (18) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Edu-

cação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade apreciar a Mensagem do Senado Federal nº 61, de 2011.

ITEM ÚNICO – Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 61, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Vera Zaverucha para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine) na vaga do Sr. Paulo Xavier Alcoforado.

Peço à Secretaria que introduza na sala da Comissão a Srª Vera Zaverucha. (*Pausa.*)

(É introduzida no recinto a Srª Vera Zaverucha.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Walter Pinheiro, ou melhor, Senador Inácio Arruda. É que o Walter Pinheiro relata tantas matérias e é tão participante da nossa Comissão, que me confundo algumas vezes.

O SR WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Talvez, seja seu subconsciente me acusando.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A próxima relatoria será do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, eu tinha destinado a relatoria ao Senador Walter Pinheiro, mas o Senador Inácio Arruda fez questão de assumi-la.

Tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Senhora Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Vera Zaverucha para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga do Sr. Paulo Xavier Alcoforado.

A referida Mensagem obedece ao mandamento da Constituição Federal, que, em seu art. 52, III, *f*, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos titulares de órgãos nos casos em que a lei assim o exija. No caso específico da Agência Nacional de Cinema (Ancine), tal determinação encontra-se prescrita no art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001. De acordo com esse dispositivo, a Ancine será dirigida, em regime de colegiado, por uma Diretoria composta de um Diretor-Presidente e de três Diretores, com mandatos não coincidentes de quatro anos. Como critério para escolha, a lei estabelece que os membros da Diretoria deverão ser brasileiros de reputação ilibada e elevado conceito no seu campo de especialidade, escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados após aprovação pelo Senado Federal.

O currículo da indicada, que acompanha a Mensagem Presidencial nº 61/2011, de conformidade com o art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, atesta sua qualificação acadêmica e profissional, como demonstrado a seguir.

A Srª Vera Zaverucha é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo concluído o curso em 1976. No magistério, entre 2003 e 2010, atuou como professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no curso de Formação Executiva em Cinema e TV e no curso Cinema Documentário. Na condição de conferencista e de palestrante, participou de inúmeros congressos e seminários, tratando dos assuntos de sua maestria acadêmica e profissional.

Entre as publicações de sua autoria, destacam-se as obras *Lei do Audiovisual Passo a Passo*, Edição da Autora, de 1997, e *Manual de Produção – como se faz um filme*, do Instituto Nacional de Cinema de Moçambique, de 1982. Supervisionou, ainda, a publicação do *Guia do Projecionista*, pela Fundação do Cinema Brasileiro, em 1987.

Por seu desempenho profissional foi agraciada com o Prêmio de Emulação Socialista – Trabalhadora de Vanguarda, do Instituto Nacional de Cinema da República Popular de Moçambique.

No exterior, participou, como representante das instituições em que trabalhava, em diversos festivais internacionais e também na Organização Mundial de Comércio.

No campo profissional, tem histórico de atuação tanto na iniciativa privada quanto na administração pública, em funções e cargos que a qualificam para a indicação feita por intermédio da Mensagem nº 61, de 2011.

Na iniciativa privada, de 1976 a 1977, a Srª Vera Zaverucha chefiou o Departamento de Audiovisual da Zoom Cinematográfica, com direção, produção e montagem de audiovisuais de treinamento, didáticos e institucionais.

Foi assistente de produção dos filmes "Se Segura, Malandro" (1976), de Hugo Carvana; "A Queda" (1976), de Ruy Guerra; "O Bom Marido" (1977) e "Nos Embalos de Ipanema" (1978), ambos de Antônio Calmon; "Memórias do Medo" (1980), de Alberto Graça.

Em 1982, trabalhou na Empresa Meios de Produção e Comunicação – MPC; em 2000 e 2001, atuou na Empresa de Distribuição Cinematográfica MA Marcondes/Art Films; e, desde fevereiro de 2010, é consultora do Serviço Social do Comércio (Sesc) do Rio

de Janeiro e responsável pelo projeto Salas de Cinema Digital.

No setor público, de 1982 a 1989, trabalhou na Embrafilme Distribuidora de Filmes S.A., em diversas funções, como a de Gerente de Departamento de Produção e de Assessora Técnica da Diretoria-Geral, Assessora da Diretoria de Operações; entre 1988 e 1990, serviu à Fundação do Cinema Brasileiro, como Diretora de Operações e Coordenadora de Produção.

Em 1991 e em 1992, atuou no Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, onde acompanhou as medidas adotadas em prol do cinema nacional após o desmonte na área cinematográfica acontecido em 1991, entre elas a implantação e operacionalização da Lei do Audiovisual. Em 1992, foi, ainda, Chefe da Assessoria de Eventos Especiais da Fundação Roquete Pinto e coordenou até 1996 a Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura, nas áreas de aprovação de projetos para financiamento por meio das leis de incentivo, na elaboração e gerenciamento de projetos institucionais no setor audiovisual, e também em outras atividades de alta complexidade administrativa.

Entre 1996 e 1999, foi Superintendente de Cinema, TV e Vídeo na Secretaria de Estado da Cultura e Esporte do Rio de Janeiro. De 2000 a 2002, novamente na administração pública federal, foi Assessora da Casa Civil da Presidência da República e do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (Gedic), período em que, adicionalmente, colaborou para a redação da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

A partir de 2002, na Ancine, ocupou o cargo de Assessora-Chefe do Diretor-Presidente, tendo atuado na configuração da instituição e na elaboração do mecanismo de recolhimento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica nacional (Condecine). Em 2006, ocupou o cargo de Superintendente de Acompanhamento de Mercado da Ancine, onde foi responsável pela idealização de sistemas de acompanhamento do mercado de salas de exibição, vídeo doméstico, TV paga e TV aberta. Nesse cargo, gerenciou a equipe de análise das informações sobre o setor audiovisual, cujo produto serve de base para as políticas públicas vigentes para o setor cinematográfico e de audiovisual brasileiros.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esses são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pela Senhora Presidenta da República, da Srª Vera Zaverucha para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga do Sr. Paulo Xavier Alcoforado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lido o relatório, passo a palavra à Srª Vera Zaverucha, para que faça uma exposição sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado.

A SRª VERA ZAVERUCHA – Boa tarde!

Exmº Sr. Presidente, Senador Roberto Requião; Exmº Sr. Relator, Senador Inácio Arruda; Exmªs Senadoras e Exmºs Senadores que integram esta Comissão, demais autoridades presentes, colegas e amigos, é uma honra estar nesta Casa, tendo a possibilidade de falar sobre os avanços e as questões que, acredito, devem ser alvo de discussões para que o cinema e o audiovisual brasileiros avancem ainda mais, seja na capacidade de conquista cada vez maior do mercado, seja em seu espaço de prestígio como cinematografia de vanguarda e de pesquisa de linguagem.

Pesquisas indicam que, nas próximas décadas, as indústrias do entretenimento e da comunicação estarão entre as maiores atividades econômicas mundiais. No Brasil, segundo pesquisas, a indústria do entretenimento deverá ter uma taxa de crescimento de 8,8% ao ano, até 2014, ficando atrás apenas da indústria da China. Dentro da indústria do entretenimento, a que mais fatura hoje é a indústria de jogos eletrônicos, seguida pela indústria cinematográfica e de audiovisual. Na América Latina, essa indústria foi avaliada em US$50 bilhões em 2009, sendo que o Brasil responde por US$23 bilhões desse montante. Sendo assim, a questão que se coloca é: com que produtos o mercado será ocupado por essa indústria?

O cinema tem uma economia sofisticada e complexa. À exceção do bloco Estados Unidos-Canadá e da Índia, nenhum país tem um mercado interno capaz de recuperar os custos altíssimos que envolvem a produção cinematográfica. Com aproximadamente 39 mil telas de cinema e com uma média de 4,3 ingressos vendidos por pessoa, perfazendo um total de 1,4 bilhão de ingressos vendidos em 2009, o cinema norte-americano é um dos únicos que consegue sobreviver do seu próprio mercado. No Brasil, com 191 milhões de habitantes, vemos que apenas 0,6 ingressos foram vendidos por habitante no ano de 2009, num total de 112,5 milhões de ingressos. Estima-se que apenas 7% dos brasileiros frequentam salas de cinema, enquanto, nos Estados Unidos e no Canadá, a estimativa é de 67%. Apenas 7% dos municípios brasileiros possuem sala de exibição, e esse é um dos fatores que impedem que a cinematografia brasileira tenha uma *performance* melhor.

O cinema e o audiovisual, além de movimentarem recursos significativos, contribuem para a formação de hábitos de consumo, definem padrões de comportamento, geram empregos e, por sua dimensão cultural, têm um caráter estratégico no fortalecimento da identi-

dade cultural. Mas o que acontece ainda no Brasil? A produção cinematográfica brasileira ocupa uma fatia de mercado ainda muito pequena. Dessa forma, assim como em outras partes do mundo, é necessário construir um arcabouço regulatório capaz de estimular a entrada no mercado de empresas produtoras, distribuidoras e exibidoras de produtos brasileiros para os diversos segmentos de mercado, salas de exibição, passando pelas televisões e, mais recentemente, pelas novas mídias, como a Internet e a telefonia móvel. É necessário dotar o Brasil de estruturas empresariais privadas e públicas capazes de atender à grande demanda de conteúdos genuinamente brasileiros destinados não só a abastecer o mercado interno nacional, mas também visando à exportação para os mercados internacionais. Mas, para isso, é preciso enfrentar as assimetrias do nosso mercado. A necessidade de uma agência capaz de regular e dar conta dessas assimetrias fez com que se criasse a Agência Nacional do Cinema (Ancine).

A Ancine, neste ano, completa dez anos de existência. Já são dois ciclos completos de gestão: o primeiro ciclo, sob o comando do Diretor-Presidente Gustavo Dahl, e o segundo ciclo, sob o comando do Diretor-Presidente Manoel Rangel. Os avanços nesses dez anos foram muitos. Em 2001, o público que frequentou salas de cinema foi responsável por 75 milhões de ingressos. Dez anos depois, o número de ingressos no Brasil teve o incremento de 79%, ou seja, foram vendidos em 2010 cerca de 135 milhões de ingressos nas salas de cinema. Em relação ao público do filme brasileiro, o incremento foi ainda maior: enquanto em 2001, sete milhões de espectadores assistiram aos filmes nacionais, no ano de 2010, foram vendidos 25 milhões de ingressos, um crescimento de 260%. Finalmente, a participação do filme brasileiro no mercado de salas em 2001 foi de 9,3% e, em 2010, de 18,78%.

Esses números também podem ser verificados em outros segmentos de mercado. Cada vez mais, podemos ver o interesse de televisões em co-produzir com produtoras independentes. Vários são os filmes de longa-metragem que têm a participação de canais abertos e fechados. Reforçar essas relações parecenos fundamental. Mas os avanços do cinema brasileiro não devem ser medidos apenas por dados econômicos. Enquanto as manchetes de jornais em 2001 davam pouquíssimo destaque aos filmes brasileiros, podemos ver, hoje, cada vez mais, notícias, notas e artigos prestigiando nossa cinematografia. A participação em festivais também aumentou significativamente.

Vale ressaltar que esses resultados não se deram apenas em função das políticas públicas. Um forte componente desse sucesso foi resultado da compreensão por parte das produtoras de cinema e das distribuidoras de que o público deseja um produto de qualidade e de maior comunicação com o mercado. Com isso, nosso cinema, já criativo no passado, agrega qualidade técnica à sua produção e compensa o custo financeiro com o aumento do número de espectadores.

A diversidade da produção impacta positivamente nos resultados dos filmes, já que possibilita a afluência de um público também diversificado. É certo que ainda não podemos falar de autossustentabilidade, mas já há indicadores que possibilitam tanto ao mercado, quanto ao Governo entenderem o que está dando certo. Investimento na criatividade e no enredo de histórias brasileiras com maior comunicabilidade, aliado à qualidade técnica e artística e à diversidade, tem dado resultados positivos. Uma prova disso são os filmes brasileiros que têm chegado ao mercado e que têm atraído um público recorde, superando até mesmo a bilheteria dos *blockbusters* americanos.

No entanto, existem questões que precisam ser enfrentadas dentro e fora da Ancine: a burocracia em excesso precisa ser objeto de estudo – ela não pode impactar na criatividade, impedindo a agilidade necessária e inerente à atividade artística –; melhoria na comunicação entre os setores privados e a Ancine; simplificação de processos, sem perda de controle; sistemas de informação mais eficientes e menos invasivos naquilo que diz respeito à coisa privada. Essas são reivindicações que tenho ouvido nos últimos meses e que, acredito, devem ser consideradas e analisadas.

No novo cenário de convergência digital, os segmentos com maior possibilidade de expansão para o conteúdo brasileiro são a TV por assinatura, a telefonia móvel e a Internet, já que permitem novas modalidades de acesso, como, por exemplo, vídeo por demanda. Esse novo cenário de redução das fronteiras leva a Ancine a um grande desafio: propor marcos regulatórios que possam dar conta desse novo cenário econômico e tecnológico.

É necessário que se construa, dentro da Ancine, uma regulação que possa corrigir os desequilíbrios do mercado, possibilitando uma maior e mais forte presença dos agentes econômicos nacionais e do conteúdo brasileiro no mercado interno, sem se esquecer de mencionar a criação de condições para a sua inserção no mercado internacional. Combinar ações de Estado e ações de mercados voltados ao interesse dos agentes econômicos brasileiros e ao desenvolvimento do conteúdo audiovisual nacional deve ser um objetivo a ser perseguido pela Ancine.

Minha experiência nessa área é grande, principalmente no setor público, onde militei por 27 anos. Acompanhei a evolução desse período, participando

desde a proposta de texto da Lei nº 8.685, de 1993, conhecida como Lei do Audiovisual, até a sua implantação dentro da Secretaria do Audiovisual, primeiro como Coordenadora-Geral e, posteriormente, como Secretária do Audiovisual. Junto ao Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (Gedic), participei da elaboração do plano estratégico para a atividade e da redação da Medida Provisória nº 2.228, que cria a Ancine. Posteriormente, colaborei na implantação da Agência, em seus primeiros anos, onde trabalhei como Assessora Chefe e Superintendente, acumulando conhecimento, que pretendo agora transformar em contribuições ainda mais efetivas em prol do crescimento e desenvolvimento da Agência e da atividade que ela regula.

Estou certa de que, com minha experiência, tendo trabalhado dentro e fora do Governo sempre nesse mercado, poderei continuar contribuindo para o desenvolvimento da atividade cinematográfica e audiovisual brasileira. Espero, para isso, ter o privilégio de contar com a confiança do Senado Federal para ocupar o cargo de Diretora da Agência Nacional de Cinema.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A nossa candidata trouxe a claque? O Senador Inácio Arruda foi o puxador, mas não sei se foi o organizador da claque.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Agripino, a quem concedo a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Depois de ouvir a indicada, a Drª Vera, e o voto do Relator, eu queria perguntar ao Presidente se há possibilidade de abrir a votação, tendo em vista que temos outros compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, a votação será feita depois da sabatina, como determina o Regimento do Senado e da Comissão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Está bem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Drª Vera Zaverucha e de fazer alguns comentários muito rápidos.

É muito bom votar em pessoa que tem competência para exercer a função, por experiência vivida. A indicada, Vera Zaverucha, tem uma longa carreira no segmento. Ela foi da Embrafilme, foi Secretária de Audiovisual do MEC e, mais do que funcionária da Ancine, participou da formatação da Agência Nacional de Cinema ainda à época do governo Fernando Henrique Cardoso, quando Pedro Parente era Secretário Executivo. Então, ela é do ramo e tem uma folha de serviços prestados que poderá ser muito útil ao sistema brasileiro e que dá muito prestígio ao Brasil.

A arte e a cultura colocam países no plano internacional no nível superior, médio ou inferior. A cultura brasileira – música, artes plásticas – tem muito bom padrão. O cinema está galgando um padrão cada dia melhor. E a participação de profissionais da área, com competência, vai nos ajudar, vai ajudar não só o sistema brasileiro, vai ajudar a que o Brasil se posicione no contexto internacional num plano acima do que poderíamos pretender. Então, a cultura é um braço importante na fixação da imagem internacional do nosso País.

Com essas considerações, quero dizer que vou votar muito confortavelmente na hora em que V. Exª abrir o processo de votação, entendendo que está sendo indicada para presidir a Ancine uma pessoa com qualificação e com méritos para fazer o Brasil crescer no conceito internacional das nações pela cultura, pela boa condução do cinema, que é um braço importante na cultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigada, Sr, Presidente.

Quero cumprimentar a Drª Vera. Seja sempre bem-vinda a esta Casa!

A gente tem uma preocupação, que acredito seja de todos os brasileiros conscientes, em torno da importância das agências reguladoras e, principalmente, do aparelhamento dessas agências. Às vezes, colocam-se ali pessoas que não têm a devida competência e o devido conhecimento para exercerem um trabalho efetivo pelo País.

E fico muito contente de ouvir aqui, pela leitura do parecer do Senador Inácio Arruda, a sua história, o seu currículo.

Concordo que o entretenimento é um dos mercados que mais crescem no mundo e é irreversível. A população mundial aprendeu a dividir entre trabalho, lazer e entretenimento a sua vida. Mas eu queria que, em poucas palavras, V. Sª elencasse, entre tudo aquilo que disse, quais são os óbices nas políticas públicas, porque cabe à Ancine também a avaliação das políticas realizadas vigentes e das políticas a serem propostas. Portanto, que óbices, em termos de recursos, logística, conteúdo, enredo, linguagem, ainda temos que atacar para que o cinema brasileiro, mais celeremente, consiga as vantagens que queremos?

A SRª VERA ZAVERUCHA – Em primeiro lugar, ainda temos de conseguir fazer com que o público brasileiro tenha a possibilidade de acessar salas de cinema, já que, em somente 7% dos Municípios brasileiros, há essas salas. Este é um grande desafio: aumentar o acesso da população às salas de cinema. Outra questão que se apresenta ainda é que, apesar de ter melhorado o acesso do cinema nas televisões, nos canais tanto de TV a cabo, como de TV aberta, ainda precisamos aumentar a participação do nosso cinema e do audiovisual em geral nesses mercados. Esse também é ainda um desafio.

A questão da regionalização da produção também precisa ser estudada e melhorada. Acho que, hoje, já há uma produção fora do eixo Rio/São Paulo bastante significativa, mas ainda pequena, talvez pela dificuldade que os Estados que não estão dentro desse eixo ainda enfrentam para acessar as empresas que utilizam as leis de incentivo para a produção cinematográfica.

Então, acho que, conseguindo a regionalização da produção e o acesso dessa produção aos meios, nas salas de cinema e nas televisões, haverá uma melhoria muito grande para o cinema brasileiro e para o audiovisual.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqui, quero também corroborar com as posições já colocadas acerca da qualificação, da importância de indicarmos para as agências, particularmente uma agência como a Ancine, pessoas que tenham a capacidade de aliar a vida prática com a necessidade que esse segmento tanto clama, de uma reestruturação e, principalmente, um olhar cada vez mais regional nesse aspecto cultural em nosso País.

Quero tocar nisso a partir deste debate que se estabelece, no Brasil, hoje, sobre a questão da produção do conteúdo, que é um ponto emblemático. Lamentavelmente, tratamos essa questão da política de produção do conteúdo ou da ação cultural no Brasil como algo submisso ou periférico à economia, não como um vetor econômico dos mais importantes. Considero decisivo para um país como o nosso, que busca ampliar o universo de oportunidades, fazer crescer outro tipo de indústria, nesse particular, a indústria que vem do conhecimento, que vem da arte, que vem da destreza, da proeza que brota em todos esses cantos no nosso País.

Na realidade, eu diria que a cultura nacional, que, na prática, ao longo dos anos, tem clamado por estímulo, tem de contar por parte da Ancine com um papel muito mais estimulador. Na minha opinião, a Ancine tem de cumprir o papel de provocar os outros segmentos.

Há pouco, a senhora falava na possibilidade de adentrar esse mundo de convergência de mídias, que é o fato de entrarmos numa área, até então, muito fechada e – sem nenhum tipo de fobia – restrita à produção cultural geralmente de fora do nosso País. Então, uma produção deve respeitar, sim, essa pluralidade da nossa sociedade, seja de gênero, seja de raça, de etnia. É importante que haja um nível de oportunização, e isso só se faz quando essa cultura tem possibilidade de adentrar os meios. Isso não acontece por acaso.

No País, ainda convivemos com uma prática em que poucos concentram a produção cultural, e também na mão de poucos se concentra a distribuição dessa produção cultural. Então, vivemos um cenário difícil. O problema é que não temos uma rica produção cultural? Não, isso não é verdade. Nós a temos. O que não temos é política para utilização dessa produção cultural, a oportunização, a abertura de espaço. Esta Comissão vai ter oportunidade de debater o PL nº 116, e, meu caro Presidente, um dos pontos centrais do PL nº 116 é exatamente esse. Discutimos a política de cota, não só por uma questão de abrir espaço ou de tentar mexer na grade de programação, enfrentando produção daqui ou de acolá. Na realidade, buscávamos disponibilizar espaço, para que essa rica produção cultural nossa pudesse se apresentar e ganhar esses canais e para que, ao mesmo tempo, fosse gerada, na ponta, toda uma indústria dessa cultura.

A senhora tocou, nesse instante, no mercado americano. Se observarmos a indústria cinematográfica americana, veremos que, do ponto de vista da economia, ela, talvez, seja tão forte quanto a indústria bélica. Hoje, é até mais bombardeada a indústria bélica do que qualquer outra coisa. Então, isso entrou na ordem do dia, faz parte de uma cultura da economia americana. Ao contrário, no nosso caso, existe isso fortemente, mas não na cultura da nossa economia. Em qualquer região do País, vamos encontrar uma produção cultural intensa, mas sem oportunidade.

Por isso, que é importante o trabalho Ancine, por exemplo, numa combinação de esforços entre o que é uma agência efetiva e o que é também uma agência de fomento, de estímulo. A Ancine não é uma agência com característica exclusivamente reguladora, tem um caráter mais de agência executiva, com um papel de regulação, principalmente com a capacidade – e este é o papel que a Ancine deve ter – de ligar as diversas pontas. Fui um dos defensores da Ancinav. Portanto, tenho clareza de que essa não é uma coisa qualquer. A própria questão da produção do audiovisual brasileiro

deveria estar contemplada, para nos permitir exatamente focar nessa linha que estou citando aqui, agora.

Então, eu queria levantar esses pontos para a senhora, mas no sentido de me tranquilizar, pelo seu próprio currículo, pela sua vida, por sua militância como profissional nessa área. Tenho a certeza de que, na Direção da Agência, estará alguém que tem a formação para esse cargo e, mais do que isso, que escolheu como vocação atuar nessa área. É necessário, principalmente, esse elemento. Não basta só a formação teórica; é preciso que haja, principalmente, a vocação e a militância para romper isso.

Lamentavelmente – vou encerrar, Sr. Presidente –, quando se trata de cultura e de lei, há um processo extremamente delicado no nosso País. Lei, as pessoas costumam até rasgar; cultura, não. Ao longo dos anos, nesse segmento, a gente não conseguiu escrever leis que garantam, que insiram, que oportunizem e que enxerguem essa rica produção cultural, mas se estabeleceu uma cultura no Brasil de que a produção de cultura é algo restrito a poucos, como se somente às sofisticadas estruturas fossem permitidas as condições para que se pudesse laborar e trabalhar a questão cultural. Penso que uma das tarefas que a senhora terá pela frente será exatamente a de romper essa cultura, e não sei se posso chamar isso de cultura ou de anticultura. Mas a senhora terá de nos ajudar a romper isso, estabelecendo uma nova cultura no País, com um olhar mais criterioso, permanentemente pela inclusão das diversas formas de cultura que existem no País.

A SRª VERA ZAVERUCHA – Senador, obrigada pelas suas palavras.

Eu queria dizer que, realmente, foi uma opção minha dedicar-me, durante toda a minha vida, à questão do cinema e do audiovisual, em geral, dentro do governo, dentro da coisa pública. Sei que precisamos realmente aumentar nossa capacidade não só de produção, mas também de inserção do nosso produto dentro dos meios de comunicação. Realmente, a área audiovisual tende a crescer no mundo inteiro, e precisamos garantir para o Brasil esse espaço dentro do mercado internacional. É importante que esteja na pauta do dia a questão do audiovisual e a questão da cultura em geral, que realmente vão ser as fontes de divisas no futuro. Realmente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, quero saudar a Drª Vera e chamar a atenção para a importância da Agência Nacional do Cinema.

Drª Vera, quero lembrar que esse estímulo a que se referiu o Senador Pinheiro, creio, está muito vinculado às formas de financiamento do cinema nacional, que precisamos discutir. Esse é um dos grandes vazios, um dos grandes hiatos existentes para a produção se efetivar.

Na Bahia, terra de muitos cineastas, terra de Glauber, muita gente está produzindo e tentando fazer cinema. Um dos grandes empreendimentos se volta para a questão do financiamento. Acabei de vir da Subcomissão do Nordeste, onde discutíamos formas de financiamento. Precisamos regular a forma de patrocínio cultural proporcionado pelas grandes empresas estatais do Brasil e aperfeiçoar todo o sistema, já discutido, do Fazcultura, para que o financiamento seja democratizado.

Recentemente, estive em uma batalha na área do audiovisual com o cinema. Uma experiência baiana de longa-metragem com animação no cinema foi premiada e concorreu a um edital dentro das empresas relacionadas à área do Ministério de Minas e Energia. A Chesf, uma empresa puramente nordestina, participa do bolo geral, do fundo geral, determinado pelo *pool* dessas empresas, mas, no momento em que se vai fazer a seleção, ganha um projeto, no edital, do Sul/Sudeste. Portanto, é um refinanciamento do Sudeste, que já é o grande financiado em todas as manifestações artísticas, mas, especialmente, de forma determinante, no audiovisual, em que há a grande produção televisiva do País.

Temos um projeto, ao qual, depois, a Deputada Jandira Feghali deu continuidade, logo após a Constituinte, que diz respeito à democratização da produção de audiovisual no Brasil. Tenho a certeza de que V. Sª será uma grande estimuladora, uma grande parceira, dessa discussão que estamos travando no Brasil inteiro, na área cultural, em torno da questão de a produção audiovisual contar, realmente, com um financiamento nacional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, não tenho sabatina a fazer, mas faço um apelo, um pedido, para que se dê atenção a um projeto meu que visa a se levar cinema brasileiro às escolas. Creio que já está muito perto de esse projeto ser sancionado. Gostaria de ter seu apoio, no sentido de que possamos fazer isso. Precisamos definir a maneira com que devemos fazer isso. Alguns consideram que isso é difícil, é impossível, mas creio

que isso não é difícil, nem impossível, sobretudo com os novos recursos de DVD.

Então, faço um apelo, para que a senhora, no cargo que vai ocupar, ajude as crianças brasileiras, desde cedo, a se acostumarem com a linguagem do cinema brasileiro. A melhor maneira de, no futuro, não precisar pedir dinheiro a banqueiro, a ninguém, é contar com o mercado. O mercado começa formando as crianças desde cedo.

Obviamente, ajude também a selecionar os filmes, porque já ouvi críticas no sentido de que pornochanchada será divulgada nas escolas, no sentido de que os filmes não serão os melhores. De fato, meu projeto não diz como os filmes serão selecionados. A Ancine, talvez, possa ajudar a fazer com que os filmes sejam bem escolhidos.

A SRª VERA ZAVERUCHA – É um projeto de extrema importância, Senador. O senhor pode estar certo de que considero a exibição de cinema na escola e de cinema brasileiro na escola fundamental para a formação de público no cinema no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Ana Rita tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentar a Srª Vera Zaverucha, que está sendo indicada pela nossa Presidenta para exercer o cargo de Diretora da Ancine.

Drª Vera, estou olhando o currículo de V. Sª. É um currículo muito intenso. Quero destacar que, por seu empenho profissional, V. Sª foi agraciada com o Prêmio de Emulação Socialista – Trabalhadora de Vanguarda, do Instituto Nacional do Cinema da República Popular de Moçambique. Quero parabenizá-la por isso. Isso é muito importante. É um reconhecimento do seu trabalho profissional.

Quero também me colocar à disposição da senhora, porque faço parte da Frente Parlamentar Mista da Cultura. Se, porventura, a senhora precisar de alguma coisa com que a Frente Parlamentar possa contribuir, coloco-me à disposição para intermediar sua possível demanda ou qualquer necessidade que houver de diálogo com a Frente Parlamentar de Cultura.

Parabenizo-a pela indicação. Com certeza, estaremos bem representados por V. Sª.

A SRª VERA ZAVERUCHA – Muito obrigada, Senadora. Também me coloco à disposição da senhora se eu vier a ocupar o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Ana Rita foi a última inscrita. Não havendo mais nenhum Senador inscrito... Ou melhor, ainda está inscrita a Senadora Angela Portela, a quem concedo a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que me sinto contemplada com as propostas da Drª Vera na Direção da Agência Nacional do Cinema. É uma pessoa que tem um vasto currículo e que mostra que tem competência e experiência na área cultural.

Drª Vera, eu gostaria apenas de fazer duas perguntinhas, tendo em vista que, em relação às demais, eu me senti contemplada com a sua fala.

Uma das funções da Ancine é promover o combate à pirataria de obras audiovisuais. Qual a dimensão que essa pirataria já atingiu no Brasil? Que medidas a senhora pretende implementar para resolver esse problema?

Tem sido mencionada também a possibilidade de substituição da Ancine pela Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), o que ampliaria tanto a abrangência da agência reguladora quanto o papel do fomento. Eu gostaria de saber se a senhora acha recomendável essa função.

Muito obrigada. Parabéns!

A SRª VERA ZAVERUCHA – Pirataria é uma questão que vem sendo estudada dentro da Ancine já há algum tempo. É necessário que ela seja combatida, pois o prejuízo que o País tem é muito grande. A indústria da música praticamente faliu, e, no audiovisual, também temos esse problema, porque, com a banda larga, é muito fácil baixar filmes da Internet. E também há a pirataria da mídia física. Portanto, é necessário que haja ações conjuntas com o Ministério da Justiça, que também é responsável pelo combate à pirataria, e com a Receita Federal, para coibir esse tipo de prática. Ou seja, uma série de *links* precisa ser feita, para que a gente consiga combater melhor a pirataria. O fato de as nossas fronteiras serem muito grandes dificulta as nossas tarefas.

Com relação à questão Ancine/Ancinav, o primeiro projeto da Ancine era a Ancinav. Era para ser uma agência do cinema e do audiovisual. Acho isso necessário, porque a gente não pode apenas se restringir à indústria cinematográfica. É preciso abrir o espaço para o cinema e para o audiovisual. Quanto ao audiovisual que vai para as televisões, existe um projeto que vem sendo discutido, que não é mais o da criação da Ancinav, mas, sim, o PL nº 116, que, na verdade, de certa forma, ajuda a trazer o audiovisual para dentro da Ancine, sem se restringir apenas à questão cinematográfica. Então, acho que estamos nesse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais oradores inscritos, está aberta a votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores podem votar. (*Pausa.*)

Pela ordem, tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, quero fazer um breve registro de presença. Aqui, está o nosso cineasta Rosemberg Cariry, que acaba de realizar um congresso, em que houve a sua sucessão na presidência do Congresso Nacional de Cinema. Não é assim? É o nosso diamante, e já tivemos a oportunidade de sabatiná-lo, como Diretor da Ancine. Também está aqui a Srª Ana Paula Santana, que é diretora do audiovisual da Agência de Cinema; o Sr. Roberto Moreira, do Sindicato da Indústria de Audiovisual de São Paulo; e também a Srª Odete Cruz, que é da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de TV e Audiovisual. É muito significativa a presença dessas pessoas. Não era exatamente uma claque, mas são pessoas que tem grande compromisso com o audiovisual brasileiro, que acompanham esta discussão, este debate que realizamos aqui no Senado Federal, na Comissão de Educação. Todos estão ansiosos para vermos a apuração e, com certeza, a aprovação do nome da Srª Vera Zaverucha.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há grande expectativa sobre a apuração. O escrutínio está sendo realizado pelo Senador Walter Pinheiro e pelo Senador Cristovam Buarque.

De qualquer forma, depois dessas referências, temos a certeza de que V. Exª será convocado, no mínimo, para ser astro num filme nacional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que V. Exª não acompanha...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E os cineastas citados não podem receber nenhum benefício da Ancine. Estão sob suspeição.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A V. Exª, que não tem acompanhado com tanto rigor a produção cinematográfica brasileira, sugiro assistir ao filme "O Homem que Engarrafava Nuvens". Já estou presente nesse filme.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Walter Pinheiro vai proclamar o resultado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – São dezoito cédulas. Portanto, são dezoito votantes, e todos eles votaram "Sim".

Portanto, está mais do que aprovada a indicação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Declaro encerrada a nossa reunião.

Convoco a próxima reunião para a próxima terça-feira, quando, provavelmente, ouviremos o Ministro Fernando Haddad.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 29 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 13ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, COM AS COMISSÕES, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; DO SENADO FEDERAL, DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; DO CONGRESSO NACIONAL: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2011, NO PLENÁRIO N° 2 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia cinco de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização(CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio(DEIC/CD); e Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), Dr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referente ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, atender aos requerimentos de autoria dos Deputados Audifax, Cláudio Puty, Alfredo Kiffer, Rui Palmeira e Arlindo Jardim, todos demandando a sua presença para fazer alguns esclarecimentos acerca da política financeira e cambial conduzida por aquele Órgão. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: – Deputados: Aguinaldo Ribeiro, titular da CFT/CD; Alexandre Santos, titular da CFFC/

CD; Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD; Andre Moura, titular da CDEIC/CD; Andre Vargas, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; André Zacharow, titular da CMO/CN; Arlindo Chinaglia, titular da CMO/CN; Audifax, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD; Carlos Brandão, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Claudio Cajado, titular da CMO/CN; Cláudio Puty, titular da CFT/CD; Danilo Forte, suplente da CMO/CN; Delegado Waldir, titular da CFFC/CD; Domingos Sávio, suplente da CMO/CN; Dr. Carlos Alberto, titular da CDEIC/CD; Edmar Arruda, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Eduardo Cunha, suplente da CFT/CD; Fábio Ramalho, titular da CMO/CN; Fernando Francischini, titular da CFFC/CD; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Jean Wyllys, titular da CFT/CD; João Carlos Bacelar, suplente da CMO/CN; João Dado, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; José Airton, suplente da CMO/CN; José Guimarães, titular da CFT/CD; José Humberto, titular da CFT/CD; Luciana Santos, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Marçal Filho, titular da CMO/CN; Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN; Roberto Britto, titular da CMO/CN; Roberto Teixeira, suplente da CMO/CN; Rubens Bueno, titular da CMO/CN; Rui Costa, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Rui Palmeira, titular da CFT/CD; Sérgio Barradas Carneiro, titular da CFFC/CD; Sérgio Brito, titular da CFFC/CD; Sueli Vidigal, suplente da CMO/CN; Weliton Prado, suplente da CMO/CN e Zé Geraldo, suplente da CMO/CN. ; – Senadores: Delcídio Amaral, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Eduardo Braga, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF; Eunício Oliveira, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF; Flexa Ribeiro, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Gleisi Hoffmann, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF; Inácio Arruda, suplente da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Jayme Campos, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Jorge Viana, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Lídice da Mata, suplente da CMO/CN e titular da CAE/SF; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF; Rodrigo Rollemberg, titular da CMA/SF; Vanessa Grazziotin, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Vital do Rêgo, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Walter Pinheiro, titular da CMO/CN; Compareceram, ainda, os Deputados Oziel Oliveira, Guilherme Campos, Dr. Grilo e Izalci, parlamentares não integrantes das Comissões participantes. ABERTURA: A reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; Deputado Claúdio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Carlos Brandão (PSDB/MA), Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Delcídio Amaral (PT/MS), Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e o Senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O Presidente informou que de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. O Presidente anunciou a presença de autoridades do Banco Central do Brasil: Sr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Fiscalização; Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração; Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica. Destacou, ainda, as presenças do Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), Relator-Geral da proposta orçamentária para 2012; e da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Relatora do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015. Em seguida, o Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini saudou o Presidente, cumprimentou os parlamentares e autoridades presentes e fez apresentação em datashow sobre o tema em referência, dividindo-a em quatro partes: 1. demonstrações financeiras; 2. avaliação das políticas conduzidas pelo Bacen; 3. desafios econômicos de curto prazo; e 4. perspectivas para a economia brasileira. Finalizou a exposição às onze horas e vinte e sete minutos. O Presidente teceu comentários enaltecedores à apresentação e anunciou o início do debate, concedendo a palavra aos membros da mesa. Antes, convidou o Senador Delcídio Amaral (PT/MS), Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. O Presidente em exercício, Senador Delcídio Amaral (PT/MS), deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra ao Deputado Claúdio Puty (PT/PA), que teceu alguns questionamentos relativos ao tema. Interpelaram, ainda, o expositor, os Deputados Carlos Brandão (PSDB/MA), Alfredo Kae-

fer (PSDB/PR), os Senadores Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) e Lindbergh Farias (PT/RJ). O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. O Presidente em exercício anunciou a continuidade da discussão, outorgando a palavra ao segundo bloco de inscritos. Antes, convidou o Deputado Claúdio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. Participaram do segundo bloco de interpeladores a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) e os Deputados Rui Palmeira (PSDB/AL), Edmar Arruda (PSC/PR), Audifax (PSB/ES), Alexandre Santos (PMDB/RJ), Domingos Sávio (PSDB/MG), Osiel Oliveira (PDT/BA), Fábio Ramalho (PV/MG), Eduardo Cunha (PMDB/MG) e Rui Costa (PT/BA). Foi assegurada réplica aos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Audifax (PSB/ES). O expositor respondeu os últimos questionamentos proferidos, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e ao Presidente. O Presidente em exercício, Deputado Claúdio Puty (PT/PA), agradeceu a presença do Dr. Antonio Tombini, dos Diretores e Equipe Técnica do Banco Central, em nome das Comissões e ressaltou a confiança da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no trabalho do Ministro frente àquele Órgão. ENCERRAMENTO: não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu as presenças dos parlamentares remanescentes e demais autoridades, e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados às treze horas e quarenta e sete minutos. Para constar, eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Havendo número regimental, declaro, sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2011, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Bom dia a todos.

O tema a ser debatido na manhã de hoje será este: Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, com referência ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para honra desta Comissão, anuncio a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, convidado que já se encontra à mesa.

Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central: o Diretor de Fiscalização, Sr. Anthero de Moraes; o Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; o Diretor de Política Econômica, Sr. Carlos Vasconcelos Araújo.

Vou chamar os representantes das Comissões. Pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o Deputado Cláudio Puty; pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara do Deputados, o Deputado João Maia (caso não esteja presente, chamo o Deputado Felipe Bornier ou o Deputado Natan Donadon); pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente Sérgio Brito ou o Deputado Carlos Brandão, seu representante; pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, meu colega Senador Delcídio do Amaral, que já se encontra presente; pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, o seu Presidente, o rápido Senador Rodrigo Rollemberg, que foi votar no Senado e já se encontra aqui.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, podendo ser aparteado desde que antecipadamente o permita.

Conforme estipulado também no art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição,pelo prazo de 3 minutos. Tem o interpelado igual tempo para responder. É facultada a réplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Registro a presença de dois Relatores desta Comissão: o Relator da Lei Orçamentária Anual, o Deputado Arlindo Chinaglia, e a Relatora do Plano Plurianual, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Exmo. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exmo. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Exmo. Deputado Federal Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmos. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, estou hoje aqui, na condição de Presidente Banco Central do Brasil, para, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, sobre o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2010.

Pretendo ainda atender a requerimentos em que se demanda a minha presença em algumas Comissões que integram esta audiência conjunta.

Destaco o Requerimento nº 23, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Audifax, para discorrer sobre políticas de combate à inflação; o Requerimento nº 20, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Cláudio Puty, para discorrer sobre a liberalização financeira e a questão dos controles de capitais; o Requerimento nº 25, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Alfredo Kaefer, para discorrer sobre política cambial; o Requerimento nº 15, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Rui Palmeira, para discorrer sobre política econômica nacional diante da ameaça inflacionária; e o Requerimento nº 26, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Arnaldo Jardim, para discorrer sobre medidas de combate à inflação.

(Segue-se exibição de imagens.)

O roteiro da minha apresentação hoje está dividido em 4 partes: item 1, as demonstrações financeiras do Banco Central propriamente ditas; item 2, avaliação das políticas conduzidas pelo Banco Central; item 3, desafios econômicos de curto prazo; e item 4, perspectivas para a economia brasileira.

Em relação às demonstrações financeiras que aqui apresento, no primeiro semestre de 2010, o resultado do Banco Central do Brasil foi positivo em 10,8 bilhões de reais. De acordo com a legislação aplicável,

o resultado do primeiro semestre de 2010 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro do ano passado. Quanto ao resultado do segundo semestre de 2010, o Banco Central apresentou resultado líquido positivo de 4,9 bilhões de reais. Esse resultado foi transferido, de acordo com a legislação em vigor, para o Tesouro Nacional em março de 2011.

Aqui está o resultado. Algumas rubricas do exercício de 2010. Na última linha, o resultado do período: os 4,9 bilhões do segundo semestre. Para o ano como um todo, 15 bilhões e 730 milhões de reais de resultado positivo do Banco Central do Brasil, resultado esse transferido como acabei de mencionar.

Aqui estão abertas algumas rubricas, como resultado das operações de mercado aberto: depósitos compulsórios, que é uma rubrica de despesa; juros com o Governo Federal; remuneração da conta única do Tesouro no Banco Central do Brasil; resultado das operações com instituições em liquidação; marcação a mercado dos ativos em poder do Banco Central; operações de moeda estrangeira; outras receitas e despesas administrativas e outras despesas financeiras. Isso compõe as principais rubricas do balanço do Banco Central, o resultado sumarizado desses 15 bilhões e 700 milhões para todo o ano de 2010.

Reservas internacionais. Custo de captação, 7,74%. Rentabilidade, 1,88% ao longo do exercício de 2010. Ou seja, um custo de carregamento líquido de 5,86%, em 2010, que, aplicado ao saldo médio das reservas internacionais brasileiras convertidas em reais, daria esse resultado de custo de carregamento de 26,6 bilhões de reais, custo das reservas no exercício de 2010.

Políticas do Banco Central – o material foi distribuído a V.Exas. e a assessores, para que acompanhem a apresentação. Vou dividir a questão das políticas conduzidas pelo Banco Central em política monetária, creditícia, cambial e os efeitos fiscais, conforme mencionei, da política monetária.

O Banco Central é o encarregado de operacionalizar a política monetária adotada pelo Brasil. O arcabouço institucional remete ao Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, que diz, em relação ao cumprimento das metas, em seu art. 4º, o seguinte:

"Art. 4º Considera-se que a meta [de inflação] foi cumprida quando a variação acumulada da inflação – medida pelo índice de preços referido no artigo anterior [Índice de Preços ao Consumidor], relativa ao período de janeiro a dezembro de cada ano calendário – situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância."

Esse é o art. 4º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999. A aferição do cumprimento ou não da meta de inflação se dá a cada fim de ano, em 31 de dezembro de cada ano.

O Conselho Monetário Nacional, por meio das Resoluções nºs 3.748 e 3.880, respectivamente, estabeleceu as metas de inflação a serem seguidas pelo Banco Central para 2011 e 2012 em 4,5%, com tolerância de mais ou menos dois pontos percentuais. Essa é inflação medida, naturalmente, como todos sabemos, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE em bases mensais.

O regime. Esse regime vem servindo bem ao País, tem ajudado a política econômica, a política macroeconômica, a coordenação das expectativas, a ancoragem das variáveis nominais na economia, que é um ponto importante para permitir o planejamento, as decisões de consumo e investimento de longo prazo. Vemos, quanto a esse regime, desde a sua criação, em 1999, como evoluiu a inflação – está representada nessa linha escura, azul –, o centro das metas e as bandas, a tolerância.

Vemos que, afora alguns períodos em que, de fato, a inflação escapa por razões diversas, esse regime permite que o Governo da época e, enfim, o Banco Central consigam trazer a inflação de volta para um processo de convergência. Vemos que, ao longo do tempo, esse regime tem contribuído para a estabilidade macroeconômica no País.

Estamos vendo a evolução recente. Nessa pequena tabela, na parte superior direita da transparência, do slide, observamos as expectativas de mercado coletadas por aquele sistema que o Banco Central utiliza toda a semana. Vemos a inflação para 2011. O dado está atualizado levando-se em conta a última pesquisa Focus, de segunda-feira passada. A expectativa de inflação para 2011 está na casa dos 6,37%; para 2012, 5%; para 2013 e 2014, mais a longo prazo, está cravada, no centro da meta, em 4,5%. Vemos, no gráfico, a inflação corrente acumulada em 12 meses, tocando o índice de 6,37%.

Conseguimos manter a inflação estabilizada dentro das metas, girando ao redor do centro da meta de inflação com uma política monetária, com ciclos monetários ao longo do tempo, e podemos ver que, de fato, as taxas de juros de mercado têm baixado consistentemente desde 2001, ainda que oscilem em torno de uma trajetória. Essa oscilação indica os diversos ciclos monetários por que passa a economia, mas a trajetória das taxas de juros de mercado é claramente descendente.

Portanto, conseguimos manter a inflação estabilizada ao redor da meta, ao longo do tempo, afora alguns episódios, com uma taxa de juros de mercado declinante. A taxa de juros real também é declinante. Cresce nos ciclos monetários, como é o caso desse ciclo, mas com uma trajetória consistentemente declinante ao longo do tempo.

Política creditícia. Vou expandir rapidamente a questão do acesso ao sistema financeiro. Nós não temos metas de crédito. Temos o objetivo de ampliar, ao longo do tempo, a oferta e o acesso da população ao crédito e ao sistema financeiro, mais amplamente falando, mas não há metas formais nesse sentido. Tem havido progressos importantes no aprofundamento do mercado de crédito, assim como no sistema financeiro em geral.

Por meio de uma moderna regulação prudencial, a ideia é sempre que o Banco Central procure garantir expansão de crédito sem comprometimento da estabilidade financeira.

Acesso a serviços financeiros. A tabela 14 é interessante, pois mostra como evoluiu o número de contas, de clientes bancários, de agências, de postos de atendimento. No final dessa tabela, vemos que, hoje, 100% dos Municípios brasileiros, os 5.566, são atendidos com serviços bancários em alguma dessas modalidades.

Vemos alguns números impressionantes. Contas do sistema bancário. Em 2002, eram 55 milhões e 700; hoje, são 90 milhões e 600 contas.

Em termos de clientes, um conceito mais abrangente, eram 87 milhões e 600 mil clientes em 2002; hoje, são 161 milhões clientes do sistema financeiro, quase o dobro. Isso é muito importante, cria condições econômicas, amplia o acesso ao sistema financeiro, às condições econômicas.

É importante também do ponto de vista da própria política monetária. Quanto mais pessoas tiverem acesso ao sistema financeiro, tanto pelo lado do crédito quanto pelo lado dos instrumentos de investimento e poupança financeira, tanto mais eficaz tende a ser a nossa política monetária. Por exemplo, agora, no ciclo de aperto em que estamos, cria-se um incentivo para o poupador, que vai ser mais bem remunerado nas suas aplicações financeiras. Se quiser adiar o consumo, moderar o consumo presente para consumir mais adiante, este é o momento de fazê-lo, em que o rendimento das aplicações financeiras está em elevação, em função da política monetária.

É igualmente um aspecto importante. Eu acho que devemos olhar o sistema financeiro não só pelo lado do acesso ao crédito, mas também pelo lado das oportunidades de investimentos financeiros, em particular no momento em que a remuneração desses investimentos se eleva. São 31 milhões de pessoas com

acesso ao crédito bancário, um crescimento bastante forte ao longo do período, com novos entrantes. São oportunidades, geram algumas questões a que o Banco Central tem que estar atento, como regulador, para que esse crescimento se dê em bases sólidas e trate de questões que não coloquem em risco a estabilidade financeira. Esse é o nosso papel. Temos atuado de forma ativa nessa matéria.

Aqui nós temos uma ideia da participação do crédito sobre o Produto Interno Bruto. O que nós vemos é que, desde, por exemplo, 2002, 2003, o crédito era um quarto da economia, 25% do PIB; hoje, está perto de 50% do PIB. Nós vemos a importância desse segmento da economia, desse canal de transmissão da política monetária. O mercado de crédito, de fato, cresceu bastante em relevância econômica e em importância para o País.

Isso tudo se dá com segurança. Esse gráfico expressa a reserva de capital dos bancos. Aquela linha vermelha representa o que é cobrado hoje. Isso está mudando lá fora, mas, atualmente, o requerimento de capital de Basiléia cobra que 8% dos ativos de um banco têm que estar em reserva de capital. O nosso requerimento sempre foi maior, na faixa de 11% – é o que representa a linha verde.

As barras azuis indicam a média do colchão de capital do sistema. Está acima do mínimo. Tem-se mantido acima, com certa folga. Isso demonstra que esse crescimento, essa expansão, esse acesso é possível, como vimos por meio dos números, e que é possível fazê-lo com segurança, como tem ocorrido no País.

Em relação à política cambial, vou focar dois aspectos: o regime de câmbio flutuante e a política de acumulação de reservas internacionais.

A taxa de câmbio está expressa em vermelho, na escala do lado direito. Nós vemos que o câmbio tem flutuado, por razões de fundamentos na economia brasileira, que melhoram ao longo do tempo, mas também por outras questões relacionadas aos fluxos de capitais, enfim, à política de outros países, o que vou explorar mais adiante, quando abordar os desafios de curto prazo. Eu queria demonstrar aqui que o câmbio tem seguido o regime flutuante.

Em azul, nós vemos as intervenções do Banco Central, ou seja, as aquisições no processo de acumulação de reserva. Estamos formando esse colchão de liquidez, que, certamente, foi muito útil naquele período da crise. Vemos as barrinhas azuis abaixo da linha zero. Foi o momento em que o Banco Central virou a intervenção, o País começou a dar liquidez para o mercado, para as suas empresas, para os seus exportadores, para fazer a ponte quando secou o crédito internacional, quando não havia recursos disponíveis para a economia brasileira, para o setor exportador, para as empresas que captaram lá fora. Nós acabamos provendo essa liquidez, o que gerou essas intervenções de venda de moeda estrangeira naquele momento, mas logo em 2009 recompusemos a política de aquisição, política que está sendo mantida.

Volume das reservas. Hoje, são 328 bilhões de dólares que temos em reserva. Houve uma grande acumulação, desde 2004 mais especificamente. Serviu bem ao País.

Podemos comparar este nível de reserva, 328 bilhões, com o dos países que compõem o BRIC, com o de países comparáveis ao Brasil, nós veremos. A última barra, que é a barra do Brasil, mostra a proporção entre reservas internacionais e o tamanho da economia, o Produto Interno Bruto. O que vemos é que a Índia tem cerca de 20% do PIB como volume de reservas internacionais, como colchão de liquidez; a Rússia, cerca de 32% do PIB; a China, cerca de 47% do PIB. O índice do Brasil, a despeito de estar fazendo um colchão de liquidez importante, é de 14,4%, gira em torno de 15% do PIB. É um nível mais moderado, em relação ao desses países.

Os benefícios das reservas internacionais. Nós vimos o custo de carregamento nas primeiras transparências. Em relação aos benefícios, as reservas funcionam como um seguro, garantem a rolagem de empréstimos externos em períodos de maior estresse, impedem o contágio do sistema financeiro doméstico, como foi o caso, de fato, em 2008, 2009; geram menor impacto sobre a atividade econômica quanto a emprego e renda. No caso, nós fomos um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair dela, o que demonstra a importância da reserva naquele momento.

Isso permite que a política monetária e, mais amplamente, a política macroeconômica sejam anticíclicas ou contracíclicas. No momento em que há o choque externo, pelo fato de o setor público ter uma posição credora em divisas, em moeda estrangeira, o primeiro impacto, com a desvalorização, como foi o caso em 2008, é melhorar a situação fiscal ou a situação patrimonial do setor público. Isso sugere um espaço para fazer política anticíclica, reduzir juro, ampliar gastos, expandir o crédito interno, sem colocar em risco a estabilidade financeira, a estabilidade econômica, justamente porque há esse espaço.

Cortou-se aquele círculo vicioso de uma desvalorização cambial gerar dúvidas em relação à capacidade de pagamento da dívida, e mais desvalorização, na realidade tendo o Governo que, em momento de estresse, de maior dificuldade na economia internacional, subir juros, aumentar o fiscal. Política pró-cíclica,

como acontecia no passado, isso foi superado, muito em função dessa posição líquida credora no setor público brasileiro, em moeda estrangeira.

Também ajuda a ampliar a confiança no câmbio flutuante, amplia a sustentabilidade das contas externas e, como eu mencionei, funciona como um estabilizador automático da dívida líquida do setor público, o que eu vou considerar mais adiante.

Dívida externa líquida. Esse gráfico mostra, a partir de 2007, posição credora, dívida externa líquida do setor público negativa. Isso quer dizer que nós somos credores líquidos de moeda estrangeira.

O comércio avança. A corrente de comércio já supera a casa dos 400 bilhões, quando somamos exportações e importações. As exportações têm evoluído mais que as importações no Brasil, nós continuamos com superávit na balança comercial. Essa história se dá no meio de um país com regime de câmbio flutuante, com a moeda de apreciando, com constituição de reservas, ao longo do tempo, nas proporções que vimos agora há pouco.

O crescimento das exportações é sempre uma preocupação. A despeito da força relativa da nossa moeda ou, de outra forma, da fraqueza global do dólar, o que já vem de algum tempo, no primeiro trimestre de 2011, em comparação com o primeiro trimestre de 2010 – está sendo considerada só a evolução da exportação em quantidade, não o efeito preço –, as exportações cresceram 3,6%. A história da quantidade exportada é dominada por semimanufaturados, mas também os manufaturados cresceram 4,5% nesse ambiente. Enfim, o comércio exterior está dinâmico no País.

Conta corrente. Nós temos uma conta corrente de 2,3% do PIB de déficit. Esse foi o valor que fechou o ano de 2010, é o valor acumulado em 12 meses, na posição de março de 2011. Isso demonstra que havia expectativas de que, em função da economia global, em função da posição do País, teríamos um alargamento do déficit de conta corrente este ano.

Todas as revisões que estão sendo feitas nas projeções de conta corrente têm sido de melhora da conta corrente. Havia uma projeção inicial de que a conta corrente fosse para 3% do PIB. Nós estamos vendo que está em 2,3% ainda, e está caminhando mais para 2% do que para 3% do PIB o déficit de conta corrente, déficit esse que é altamente financiado, por exemplo, pelo investimento estrangeiro direto.

O investimento estrangeiro direto fechou o ano passado com déficit de conta corrente de 2,3% do Produto. Um investimento direto de 2% do produto se equilibrou, e, neste ano, acumulado até março de 2011, nós temos 2,8% do PIB de investimento estrangeiro, meio ponto do PIB acima do déficit de conta corrente. Então, o déficit de conta corrente é amplamente financiado inclusive pelo investimento estrangeiro, que é um fluxo de capital mais estável ao longo do tempo.

Efeitos fiscais da política monetária. Eu vou tratar de dois grandes temas, principalmente do primeiro, redução do custo de rolagem da dívida pública ao longo do tempo, e alongamento do perfil de vencimentos da dívida mobiliária do Tesouro Nacional.

Esse é o quadro da dívida líquida em proporção do PIB. Nós vemos consistentemente desde 2002, para não ir muito para trás, a redução da participação da dívida líquida sobre o Produto Interno Bruto. Está, em março de 2011 – o último dado que eu trouxe para os senhores e para as senhoras –, em torno de 40% do PIB.

Essa evolução da dívida líquida se dá ao longo do tempo, como mencionei. A política monetária vem sendo conduzida entregando a meta para a inflação dentro de um ambiente de redução consistente ao longo do tempo, os juros nominais, os juros reais, afora os ciclos monetários, mas oscilando numa tendência claramente declinante ao longo desse período. Vemos os juros nominais pagos pelo setor público também declinantes ao longo de todo o período considerado nessa transparência.

Fatores condicionantes da dívida líquida do setor público. O que afeta a dívida líquida do setor público? Considerei fatores selecionados. Obviamente há arrecadação do primário do outro lado, mas só para ver alguns fatores que nós sempre temos em mente e que têm a ver com as políticas do Banco Central. Aqui estou prestando contas a respeito delas. Basicamente os principais fatores condicionantes de aumento ou diminuição da dívida são a taxa SELIC, a variação cambial e a inflação. Sabemos que essa taxa é um fator, é a base da remuneração da dívida, e não necessariamente a taxa SELIC, mas responde a taxa SELIC, que está aí representada em vermelho. Então, responde por uma parte significativa do aumento da dívida líquida do setor público.

Quero mostrar também que a variação cambial tem afetado a nossa posição credora. Vemos que, em relação a 2008, a barra verde está abaixo da linha zero, o que indica que o câmbio reduziu a dívida líquida do setor público. Quando houve a desvalorização cambial em decorrência da crise, a situação patrimonial do setor público brasileiro melhorou. Isso dá condições de se adotar no País, naquele momento, uma política macroeconômica de expansão do crédito, de redução de juros, de aumento do gasto público, em função dessa característica hoje das finanças públicas brasileiras.

Nesse gráfico, há uma parte amarela, que diz respeito à inflação. A inflação também é um fator impor-

tante para aumentar a dívida líquida do setor público. Se a SELIC for baixa, insuficiente para fazer com que a inflação fique estabilizada, não escape do controle, nós certamente veremos aquela barra amarela subindo, trazendo como consequências, por exemplo, o aumento da dívida líquida do setor público.

Então, temos que controlar esses fatores. Obviamente, o objetivo do Banco Central é fazer com que a inflação convirja para a meta de inflação. Temos essas políticas, tanto a cambial quanto a monetária, que são políticas do Banco Central. Isso é só para ilustrar os fatores condicionantes da base, que tem relação com o que fazemos lá no Banco Central.

A composição da dívida do setor público. Na segunda linha, índice de preços, uma fatia considerável, 30% na posição mais recente, de 11 de março de 2011. A prefixada, 35%. O índice de preços, 29,8%, 30%. A pós-fixada, 33%. E há os outros fatores menores em relação à dívida mobiliária.

Custo médio da dívida mobiliária interna, também ao longo desse período. Já é um período mais recente, de 2006 para cá. Mostra-se uma redução ao longo do tempo, uma tendência de redução.

Esse também é um enfoque por meio do qual podemos ver o custo fiscal das políticas, da política monetária, da política macroeconômica. Assim que o País evolui e reduz o risco macroeconômico, isso é refletido, por exemplo, no risco soberano, medido pelo default de crédito. Vemos uma redução pronunciada do Risco País ao longo do tempo. Isso permite que o setor público, por exemplo, capte a custos menores no mercado internacional, mas também permite que as empresas brasileiras financiem a um custo menor, já que o Custo Brasil, o prêmio de Risco Brasil vem diminuindo consistentemente ao longo do tempo, muito em função das nossas políticas macroeconômicas, incluída aí a política monetária.

Desafios econômicos de curto prazo. Em nossa opinião, na opinião do Banco Central, são dois. Eu recentemente falei sobre isto, e volto nesta prestação de contas a enfatizar: fazer a inflação convergir para o centro da meta, mesmo diante do forte aumento dos preços das commodities agrícolas, do petróleo, ambos no contexto internacional, e das pressões inflacionárias internas. Esse é um desafio. O Banco Central está endereçando esse desafio nesta administração, certamente vem endereçando isso desde janeiro.

O segundo desafio é lidar com esse intenso fluxo de capitais estrangeiros, que, em nossa opinião, são inflacionários, dependendo do volume. Isso não quer dizer que o Brasil não precise de capitais estrangeiros ao longo do tempo. Nós somos um país aberto ao capital. Nós vimos aí como o investimento estrangeiro direto evoluiu ao longo do tempo. Nós temos uma série de desafios em que esse capital será importante.

Agora, a depender da intensidade, esses fluxos trazem desafios. O primeiro deles é a inflação. Por quê? Porque eles servem de combustível para rápida expansão interna do crédito. Isso vira liquidez interna, expande o crédito numa velocidade maior do que deveria no momento em que se precisa de moderação e também impacta diretamente o preço dos ativos. Há mais dinheiro em reais, em função dessa liquidez ampla que entra no País, e isso vai refletir em preços de ativos, imóveis, terras etc., inclusive na taxa de câmbio, que é um ativo. A taxa de câmbio responde aos fundamentos econômicos, mas, em determinado momento – nós vimos isso no País –, ela também tem o impacto dessa liquidez global que está aí à procura de retorno e que, de certa forma, vem entrando no País nos últimos tempos.

Inflação corrente. Há um gráfico por meio do qual se pode mostrar rapidamente a V.Exas. como está o quadro da inflação corrente no mundo. Aqui, o acumulado em 12 meses, em março, considerando uma fonte única. Nós vemos primeiro os BRICs: Rússia, com 9,5% de inflação ao consumidor; China, com 5,4% de inflação acumulada, inflação corrente; Índia, com 8,8% de inflação, preço ao consumidor. África do Sul, 13,7%. Indonésia, 6,8% de inflação ao consumidor. Reino Unido, inflação de 4%, preço ao consumidor. Zona do euro, com uma inflação de 2,7%. |Os Estados Unidos, também com o mesmo nível de inflação, 2,7%.

É um conjunto de países que têm economia comparável à economia brasileira. Percebe-se uma elevação, no momento, da inflação corrente. Isso, no caso dos emergentes, tem relação com o preço das commodities agrícolas. Alimentos, por um lado, pesam mais quanto aos índices. Isso tem a ver também com aquecimento. Foram economias que saíram mais rápido da crise, que, em 2010, já estava com uma expansão forte.

Isso tem a ver também com o aquecimento da economia nos países emergentes e tem a ver, mais recentemente, com os preços da energia, do petróleo. O choque mais recente atinge não só os emergentes, mas também, em cheio, os países desenvolvidos, pois a energia pesa mais na cesta do consumidor dessas economias, digamos assim, mais maduras.

Em relação às expectativas de inflação para 2011, também com a mesma base, esperada pelosrespectivos mercados, para a Rússia, 9,1%; para a China, 4,6%; para Índia, 8%; para África do Sul, 4,7%; para Indonésia, 6,7%; para o Reino Unido, 4,1%; para a Zona do Euro, 2,4%; para os Estados Unidos, 2,7%.

Então, temos aí o quadro das expectativas de inflação para 2011. É um quadro de expectativa de inflação elevada, de maneira geral refletindo o que vem ocorrendo com a inflação corrente e o desafio que os países e os seus respectivos bancos centrais têm pela frente, para fazer com que essa inflação baixe num período com um horizonte um pouco mais largo.

Países com metas de inflação. Regimes análogos ao regime de política monetária que temos no Brasil. Então, vamos ver em vermelho primeiro os países que estão acima do nível de tolerância das suas metas. Temos a Zona do Euro, que está acima do nível de tolerância, a inflação, como nós vimos, está em 2,7%; o máximo que eles almejam é ligeiramente abaixo de 2%. Então a inflação está acima. O Reino Unido tem uma meta de inflação de 1%, com uma banda de mais ou menos 1%, e a inflação está em 4%, ou seja, está acima da banda.

Turquia, Israel, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia, Chile, esses países estão com a inflação corrente acima da meta de inflação para 2011. Nós temos aqueles países que estão acima da meta e dentro da tolerância, em verde: Suécia, Hungria, República Tcheca, Polônia, África do Sul, Coreia do Sul, Filipinas, Canadá, México, Colômbia, Peru, Brasil. Então, são esses os países que têm inflação acima do centro da meta, acumulada em 2011 em relação à meta, mas estão ainda dentro da tolerância. Abaixo da meta há dois países: Noruega e Suíça.

E aqui temos países que não possuem metas explícitas de inflação, mas que estão com a inflação elevada. São países de relevância econômica. Temos a China, a Rússia, a Índia e os Estados Unidos também com uma inflação elevada, ainda que não tenham o regime, mas, se tivessem, certamente estariam por cima de suas metas de longo prazo.

Ouvindo o caso do Brasil, nós temos o preço das commodities. É uma parte importante para explicar a elevação da inflação, não só no caso do Brasil, mas os emergentes, como mencionei agora há pouco. Nós temos, de julho de 2010 a abril de 2011, a evolução dos preços de commodities medidas pelo ICBr. Esse é o índice de commodities feito pelo Banco Central, que pega o preço internacional das commodities e traduz isso para nossa cesta de consumo do índice de preços ao consumidor.

Então, nós vemos uma aderência muito grande entre o que acontece aí e o que vai bater na inflação de IPCA ali na frente. Isso dá 78% de julho de 2010 a abril. O preço das commodities em reais e em dólares também apresenta uma evolução de 56% de julho de 2010 a abril de 2011. Nós vemos uma viradinha em ambos os casos, uma viradinha na ponta em relação ao preço das commodities.

A nossa história tem commodity, mas também tem uma economia que cresceu fortemente em 2010 e ainda continua em ritmo bastante dinâmico e bom, e isso se reflete, entre outras coisas, na inflação do serviço. A inflação do serviço tem a ver... No Brasil, está girando, no acumulado de 12 meses, acima da inflação medida pelo IPCA. Isso não é novo, não é de hoje e tem a ver com aspectos estruturais da economia brasileira, onde 30 milhões de pessoas ingressaram na classe média e demandam serviços. Isso tem um impacto importante sobre

o preço dos serviços, mas também existe a questão conjuntural de uma economia aquecida, por isso que estamos no Banco Central tratando de conter as pressões inflacionárias e de fazer a inflação convergir para a meta em 2012. O centro da meta é de 4,5%.

A evolução do IPCA. Nós temos aqui, ao longo do tempo, limite superior e a meta central. Como mencionei, no nosso regime, a cada 31 de dezembro verificamos se a inflação está na meta, fora da meta, enfim, há toda uma governança estabelecida, uma institucionalidade do regime de metas da inflação. Essas são as metas para cada um desses períodos, entrando também no futuro, 2011, 2012.

Nós temos a evolução da inflação ao longo do tempo e vimos que ela cumpriu as metas nos meses de dezembro de cada ano. Daqui para a frente, estou considerando a expectativa de mercado atualizada, publicada segunda-feira pela Pesquisa Focus, que demonstra expectativa de inflação para 2011, como mencionei anteriormente, de 6,37%, ou seja, um pouco abaixo do limite superior da meta, mas acima do seu centro, convergindo para 5% em 2012, ligeiramente acima do centro, mas bem dentro do intervalo de tolerância para esses 2 anos.

Sobre medidas de combate à inflação, nós tivemos três reuniões e aumentamos a taxa de juros de 125 pontos. Há um esforço importante do Governo. O primeiro corte nos gastos é de 50 bilhões, e o primário é de

117. E os resultados, até o momento, têm sido bastante positivos em relação ao cumprimento da meta de superávit primário para o ano de 2011, inclusive com um resultado fiscal bem mais forte do que foi no ano passado, contribuindo seguramente com o esforço de combate à inflação.

Há uma série de medidas macroprudenciais que visam à estabilidade financeira e têm repercussões sobre a demanda, que foram colocadas. Uma série de medidas, no final do ano passado, aumentou o requerimento de capital para o financiamento ao consumo,

dando mais segurança para as operações, mas gerando também impacto sobre o crédito concedido para o financiamento ao consumo.

Depósitos compulsórios. Também foram retirados, no final do ano, cerca de 80 bilhões, num total de 200 bilhões retirados no pós-crise. Portanto, essa liquidez que estava no sistema financeiro voltou para o Banco Central.

Há algumas outras medidas, que vou listar aqui rapidamente: a questão do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, que sobe para 15% em junho de 2011 e 20% em 1º de dezembro de 2011. Essa é uma medida importante, uma medida prudencial, que visa conter riscos de superendividamento, uma vez que o financiamento no cartão de crédito é concedido a taxas bastante elevadas. Então, aumenta-se o pagamento mínimo da fatura nesse cronograma.

Efeitos das medidas macroprudenciais. Já houve efeitos importantes sobre as linhas de financiamento. Se examinarmos as concessões de crédito na margem e os dados mais recentes de março de 2011, comparados ao dado de pré-medida de novembro de 2010, veremos que há uma retração da concessão. Quando se analisa o estoque, observa-se que ele vai crescendo, principalmente porque a taxa de juros está crescendo. Mas, quando se analisam as concessões, vemos que há uma contenção das concessões, o que é importante neste momento, e as medidas têm mostrado sua força.

Em relação aos fluxos de capital, vou falar rapidamente. Esse é o fluxo acumulado em 12 meses, que está na faixa dos 170 bilhões (fluxo bruto). Temos aqui dois tipos de fluxo, renda fixa e ações, que têm mostrado moderação ao longo do tempo. Renda fixa foi objeto de IOF de 6% no ano passado. Essa linha vermelha mostra uma certa moderação no ingresso líquido.

Em relação aos fluxos que cresceram mais, nos últimos tempos, em preto está o investimento estrangeiro, que cresceu fortemente desde o final do ano e vem crescendo com bastante força no início de 2011. Temos também os títulos privados e empréstimos, ou seja, as captações de empresas feitas diretamente no exterior e as captações de bancos também cresceram muito fortemente.

Os volumes de ingresso desses capitais montam em 54 bilhões em 2011, no período de janeiro a abril. Podemos ver a força desse ingresso no início do ano, se comparado a anos anteriores. Aí nós vemos algumas modalidades, como títulos privados e empréstimos, na faixa de 30 bilhões nesses 3 meses; no ano passado, eram 14 bilhões; em 2009, era negativo; em 2008, era pequeno.

Constatamos que alguns fluxos cresceram muito e muito rapidamente, gerando preocupações relativas a impactos inflacionários e também a possíveis riscos para a estabilidade financeira. No dia em que as políticas lá fora se reverterem e esses fluxos saírem do País, poderão potencialmente gerar riscos para a estabilidade financeira. É disso que estamos cuidando de tratar também no Banco Central, para mitigar, reduzir e minimizar esses riscos.

Esse é o saldo do balanço de pagamentos. Peguei 3 meses só para ilustrar o que eu estava dizendo. São 35 bilhões de dólares que entraram liquidamente no País nos 3 meses, comparados a 24 bilhões de dólares que ingressaram em todo o ano passado. Analisando esses 3 meses, vemos o mês de abril como produto do ambiente internacional, mas também das medidas tomadas, moderando bastante esse saldo líquido do balanço de pagamentos, quero crer também que em função das medidas que foram tomadas, sobretudo das medidas sobre captações diretas de empresas e captações de bancos lá fora.

Isso tem uma outra implicação para a política monetária, que é fazer com que as condições monetárias que prevalecem no País tenham mais efetividade de atuar sobre a demanda agregada e sobre os preços, porque, com um fluxo menor de captações diretas lá fora, reduz-se esse vazamento da política monetária, ou seja, nós apertamos as condições aqui, e bancos e empresas vão buscar dinheiro supostamente mais barato lá fora, na presunção de que não há risco cambial, quando, na verdade, há.

Com essas medidas e com a redução desses fluxos, nós temos também trazido mais efetividade e tração para a política monetária em curso no País.

Como uma das medidas para lidar com o excesso de capitais, temos as intervenções. Eu demonstrei a acumulação de reserva ao longo do tempo, mas temos também as medidas macroprudenciais, a adoção de compulsório sobre posição vendida de câmbio, o que foi importante, além do aumento do IOF nos ingressos de capital.

Aqui estão algumas medidas selecionadas sobre a renda fixa, sobre o recurso para composição de margem no mercado de derivativos, mas sobretudo este último sobre os empréstimos e títulos com maturidade inferior a 720 dias, ou seja, captações de curto prazo que vinham sendo feitas lá fora.

Só para fechar, temos a última transparência. Falamos da prestação de contas propriamente, das nossas políticas, dos desafios de curto prazo. A visão do Banco Central é que o País tem excelentes perspectivas futuras, perspectivas de crescimento forte e sustentável nos próximos anos, ampliação da classe

média, um processo que se intensificou e continua aumentando. Há ainda a questão do bônus demográfico, ou seja, mais pessoas no Brasil em idade ativa em ralação a inativos e indivíduos fora da idade mais produtiva. Isso gera uma maior capacidade de poupança e maior produtividade na economia até 2025, mais uma década e meia. Por isso, é importante aproveitar essa fase. Certamente, nós no Brasil aproveitaremos esse período de bônus demográfico.

Há diversas oportunidades de investimento, como exploração na camada do pré-sal, ampliação e modernização da infraestrutura, vastas reservas de commodities de minerais, potencial de ampliação da área cultivável, incremento da produção agrícola e eventos esportivos já definidos para 2014 e 2016. Essas são perspectivas que certamente tornam o País muito atrativo. Nós devemos aproveitar ao longo dos próximos anos essas excelentes perspectivas.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Estou à disposição dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sr. Presidente do Banco Central, esta Presidência no mínimo pode dizer a V.Exa. que se sente tranquila após ouvir sua brilhante exposição, segura, coerente, prudente, pois vem de um técnico de sua grandeza, criado no Banco Central, com uma formação extraordinária. Esta Comissão certamente se sente muito lisonjeada em receber V.Exa.

Por isso, sem mais delongas, vamos iniciar com a palavra da Mesa. Peço inclusive que nós tenhamos rapidez nas intervenções, por força da multiplicidade de inscrições. O Presidente Tombini responderá a todas as indagações desta Comissão.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso querido Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Peço ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para me suceder nesta Presidência. Tenho audiências na Presidência da Comissão Mista de Orçamento e devo receber outras autoridades. Assim, peço a V.Exa., Senador Delcídio do Amaral, que comande esta reunião. Tenho certeza de que ela estará sob comando muito melhor do que o meu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Com a palavra o Deputado Cláudio Puty. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Bom dia, Sr. Presidente; saudações, Senador Vital do Rêgo, Senador Delcídio do Amaral.

Saúdo o nosso Presidente do Banco Central, na pessoa de quem saúdo todos os Deputados, Senadores e Senadoras presentes, assim como os membros da Diretoria e técnicos do Banco Central, senhoras e senhores da imprensa.

Sua apresentação, Presidente Tombini, como disse o Senador Vital do Rêgo, nos deixa muito tranquilos em relação ao rumo que o Banco Central tem dado à condução da política monetária no Brasil. Deixa-nos mais tranquilos à medida que percebemos que há total afinação, total harmonia entre os distintos Ministérios do Governo Dilma.

Há poucos dias, estivemos aqui com a Ministra Miriam Belchior, que obviamente discorreu sobre a LDO e falou muito de política fiscal, mas, no que se refere a aspectos da política monetária, percebemos que há uma grande sintonia entre os diversos Ministérios do Governo. Como nós sabemos que na história dos governos brasileiros nem sempre foi assim, isso nos permite crer que o nosso risco de prêmio esteja sob controle, ou seja, há um grau de harmonia entre as metas fiscais e monetárias do Governo brasileiro.

Eu diria que nós vivemos tempos interessantes no Brasil e gostaria de fazer algumas perguntas associadas a isso.

Não obstante o crescimento do IPCA nos últimos meses, nós temos uma queda no IGP, se eu não me engano. Nós produzimos um gráfico sobre o IGP e o IGPM de fevereiro a abril. Em fevereiro, o IGPM era de 1%; em março, 0,62% e em abril, 0,45%. Obviamente, o IGPM não é o índice utilizado para as metas de inflação, mas gostaria de saber se, de uma maneira ou outra, essa queda refletiria algum previsor futuro no que se refere a comportamento de preço ao consumidor, à medida que o IGP é um indicador mais amplo do que o IPCA. Talvez isso já seja efeito das medidas de controle da inflação.

Em relação às medidas macroprudenciais, gostaria que V.Exa. avaliasse o seguinte. Apesar do aumento do requerimento de capital, apesar das outras medidas macroprudenciais tomadas, nós ainda temos um boom de crédito no Brasil, talvez associado à enorme inclusão social proporcionada pelo nosso Governo. Nos últimos 3 meses, mesmo com as restrições aqui elencadas, tivemos a variação percentual de 2,7%, e as operações de crédito para pessoa física nos recursos livres tiveram participação expressiva, com aumento de 3%. E, nos 12 meses, ocorreu variação nominal de 20% no crédito, mesmo em situação de restrição monetária. Temos, como eu disse, tempos interessantes. Gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso.

Em uma reunião alguns meses atrás, na Comissão de Finanças e Tributação, tivemos a honra de receber a Diretoria do Banco Central e tratamos do custo de carregamento das reservas. Foi mencionado, en passant, eu diria, que obviamente há um processo

de esterilização das reservas e parte disso envolveria oferta de moeda, no que se refere à ampliação da base da monetária.

Gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre se há, no processo de esterilização das reservas, aumento da oferta monetária obviamente por parte do Banco Central, e se isso poderia ser também um dos elementos de vazamento de fomento ao crédito, além do influxo internacional de capitais.

São essas as questões que eu faço no sentido de provocar o debate aqui, reafirmando a total confiança nos rumos da política monetária do nosso Governo.

Aqui deixo as minhas saudações e meus parabéns pela tranquilidade, prudência e seriedade com que o Banco Central tem conduzido a política monetária do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Vou passar agora a palavra ao Deputado Carlos Brandão.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO – Bom dia.

Primeiro gostaria de cumprimentar o nosso Presidente Alexandre Tombini, que fez uma bela exposição. Cumprimento também o Presidente Delcídio, os Deputados e Senadores.

Quero fazer apenas uma colocação que nos preocupa muito, Presidente Alexandre: é sobre a questão do câmbio. Nós nunca tivemos, na história do Brasil, um câmbio tão baixo, e isso nos preocupa. Por um lado, isso é bom para o consumidor, que sai daqui para o exterior para fazer compras, para passear. No entanto, os exportadores, que vendem em dólar, estão tendo um imenso prejuízo, o que termina preocupando.

Estamos, de certa forma, ansiosos, aflitos, por saber até quando a moeda americana, uma moeda sólida, mesmo com os problemas orçamentários, imobiliários, toda essa questão que houve nos Estados Unidos, até quando isso vai durar ou se isso não é uma bomba-relógio. Qual é a sua preocupação quanto ao que isso pode comprometer a inflação aqui no Brasil?

Essa é a nossa preocupação. Para os consumidores, está muito bom lá fora, mas os exportadores estão sofrendo um problema sério, tendo prejuízos, e isso pode afetar sensivelmente a nossa balança comercial. Gostaria que V.Exa. nos dissesse de que forma o Banco Central está se preocupando com essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Deputado Carlos Brandão.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral. Quero cumprimentar V.Exa., assim como cumprimento o Deputado Cláudio Puty e o Deputado Carlos Brandão.

De forma muito especial, cumprimento o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, e todos os Parlamentares aqui presentes, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados.

Quero compartilhar com os oradores que me antecederam a confiança em relação à condução da política monetária realizada pelo Banco Central nos últimos anos, o que trouxe estabilidade econômica ao Brasil.

Eu quero ser muito breve ao fazer duas indagações. Uma das características marcantes dos dois últimos Governos, especialmente o segundo Governo do Presidente Lula, foi ter conseguido aliar crescimento econômico com geração de milhões de postos de trabalho, redução da pobreza, redução das diferenças sociais e das diferenças regionais com o controle da inflação. E o que nós percebemos é o aumento da pressão inflacionária, especialmente em função do aumento do preço do petróleo e das commodities, o que tem levado o Banco Central a aumentar a taxa de juros. Isso pode vir a comprometer o crescimento econômico. A pergunta que faço é: como compatibilizar crescimento econômico, importante para o País, com combate à inflação?

Segunda questão: na sua apresentação, V.Exa. mostra que, no primeiro semestre de 2010, o resultado positivo do Banco Central, repassado ao Tesouro, foi de 10,8 bilhões de reais, e no segundo semestre foi de 4,9 bilhões de reais, ou seja, menos da metade do resultado do primeiro semestre. Que fatores econômicos levaram a uma diferença tão grande em relação aos resultados do primeiro para o segundo semestre de 2010?

São esses os questionamentos que faço, cumprimentando mais uma vez o Presidente Alexandre Tombini pela sua apresentação e pela sua gestão à frente do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Eu só queria fazer um registro, meu caro Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Primeiro, parabenizo V.Exa. pela didática, competente exposição e pela maneira equilibrada e serena com que vem conduzindo o Banco Central, tendo, mais do que nunca, a percepção nítida de que nós temos de combater a inflação e fazer com que o País continue se desenvolvendo, crescendo e distribuindo renda. Essa composição não é simples, não é fácil, mas eu tenho

absoluta convicção do papel que o Banco Central cumprirá exatamente no sentido não só de controlar a inflação, mas de manter o crescimento do País e a distribuição de renda.

Eu só quero fazer duas perguntas a V.Exa. Lendo o último relatório do COPOM, observamos que a questão da taxa de juros volta com destaque. A pergunta é: os juros voltaram novamente à ribalta, uma vez que nós temos visto que as medidas macroprudenciais estão fazendo efeito e são alternativas importantes para combate da inflação?

Segundo ponto: no ano passado, se eu não estou equivocado, nos meses de junho, julho e agosto a inflação foi próxima a zero. A partir do momento em que esses três meses saírem da anualização, o pico anualizado ficará dentro da banda, ou seja, entre os 4,5% e os 6,5% previstos pelo sistema de câmbio flutuante adotado pelo Banco Central para economia brasileira?

São essas as duas perguntas. Se todos estiverem de acordo, eu gostaria que o Presidente Tombini respondesse às perguntas da Mesa e, em seguida, abriríamos para o Plenário, para os inscritos, e faríamos em blocos de cinco.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Sr. Presidente, não daria para neste bloco falarem mais uns três? É claro que advogo em causa própria, pois estou inscrito, sou o segundo e tenho que presidir a Comissão da Pessoa com Deficiência lá no Senado. (Risos.)

Se puder aumentar para mais uns três, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – O problema é que nós estamos com um enxame, com uma inflação de Comissões. E essa inflação está difícil de debelar.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Por isso é que temos de aplicar macroprudência...

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Nós temos que adotar medidas macroprudenciais no Senado para fazer frente a essa inflação de Comissões e Subcomissões.

Eu sei que essa audiência pública no Senado é muito importante, especialmente para o Senador Lindbergh. Por isso, peço a V.Exas. que se abra somente essa exceção. Vou conceder a palavra para o Deputado Alfredo, que chegou aqui pontualmente às 10 horas, e depois para o Senador Lindbergh. Em seguida, o Presidente Tombini responderá e, em seguida, faremos blocos de cinco Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Agradeço a V.Exa. e a todos os Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Se todos estiverem de acordo,... (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, obrigado pela deferência.

Meus cumprimentos ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, às Sras. e aos Srs. Deputados e Senadores. Eu considero que a economia tem três pilares onde tudo se sustenta: o pilar do câmbio, o pilar do juro e o pilar da tributação. V.Exa. está inserido em dois aspectos: juros e câmbio. Vou fazer, dentro disso, as minhas considerações e as minhas indagações.

A estabilidade, todos sabem, é uma conquista da sociedade. Não foi só implantada no Governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, mas também foi o fator de sustentação deste atual Governo. Se nós não tivéssemos tido a estabilização econômica do Plano Real e a tomada de providências em paralelo, certamente não teríamos passado à margem dessa crise da forma como passamos.

Então, a dúvida da volta da inflação é algo que nos deve atormentar e preocupar a todos. A estabilidade não é uma conquista de um Governo ou de outro. É, realmente, uma conquista da nossa sociedade.

Outra situação é a do câmbio. Vemos, nas demonstrações, a situação de inflação de outros países, mas temos que levar em conta que aqui tivemos o impacto de commodities, que têm preços internacionais listados, mas aqui nós tivemos inclusive uma redução da nossa taxa. Ou seja, em vez de contribuir com a inflação, a taxa de câmbio, com a redução do valor do dólar, praticamente equilibrou a situação desse impacto que as commodities poderiam ter em cima dos preços.

Muitas vezes ficamos em dúvida se o Banco Central quer, de fato, manter o dólar estabilizado ou num patamar competitivo ou se, por outro lado, isso não é interessante. É absolutamente certo. Se nós tivéssemos um dólar de R$1,90 ou de R$2,00, o que seria razoavelmente competitivo para os nossos exportadores, principalmente em alguns setores, e refrearia também a importação de tantos outros produtos, isso seria impactante e, certamente, essa inflação, que está fora da meta, estaria ainda mais descentralizada.

Então, indago aqui o seguinte: a ata do COPOM, como já foi dito, sinaliza efetivamente que a inflação de 6,3% pode ir para 7% dos preços livres. Alega-se sempre que as commodities internacionais são o impacto, mas, na verdade, o que se vê é que os preços livres, os preços dos serviços é que têm impactado a inflação, porque as commodities têm refreado pelo simples fato de que o dólar caiu de valor. Não é essa

a função, não é essa a situação que vai fazer com que tenhamos a inflação fora da meta.

O Banco Central cumpre a sua obrigação, e às vezes fazemos a mesma indagação que fiz no ano passado para o Presidente do Banco Central e toda a equipe, quando debatíamos o assunto do Banco Panamericano. O Banco Central está tão perto da Caixa Econômica Federal, e um não sabia que o outro tinha problemas. Às vezes indagamos: o Banco Central é uma instituição de Estado, está tão próxima da Fazenda, mas parece que não existe sintonia entre o Banco Central e a área econômica. O Banco Central tem todo o empenho em relação a taxa de juros e depósito compulsório para tentar segurar a inflação, e me parece que a área econômica não faz essa sintonia.

Eu fiquei abismado, por exemplo, quando vi o Ministro Guido Mantega no Senado, outro dia, usando um discurso que nós ouvimos no Plano Cruzado, de pedir aos empresários que segurem os preços. Ora, quando chegamos à situação de pedir preço ou começar a falar em controle de preços, aí a coisa vai para a linha do absurdo.

Outra coisa me preocupou muito. A pesquisa Focus apresenta todo o enredo de sinalização da inflação. Eu queria saber se procede a informação de que o Banco Central estaria mudando a forma, a metodologia de avaliação disso. Isso é preocupante. Em outras épocas, mudamos a forma de medir a inflação, ou seja, quebramos o termômetro para impedir a medição da temperatura do paciente com febre ou da temperatura do paciente da economia, que é a inflação.

Pergunto também outra coisa: nós aprovamos aqui o Fundo Soberano, e a indagação é a respeito de como V.Exa. vê a área econômica, o Ministério da Fazenda fazendo uma espécie de competição com o Banco Central sobre aquisição de moeda, que é, classicamente, uma atribuição do Banco Central, e não da Fazenda, no momento em que constitui um Fundo Soberano para comprar dólares e tentar frear a queda da moeda.

A situação do custo das reservas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Deputado Alfredo Kaefer, eu peço a V.Exa. que objetive as perguntas, porque há muitos Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Vou acelerar.

Sr. Presidente, dediquei muito tempo a esta audiência, porque eu tinha uma solicitação pessoal, mas vou tentar abreviar.

Ao custo de carregarmos essa reserva internacional, até quando vamos suportar isso? Vinte e seis bilhões sinalizam 60 bilhões de custo. Estamos comprando dólar, deixando o dólar lá fora, aplicando-o a 1% ou 2% e pagando aqui a taxa SELIC.

O Fundo Monetário e as instituições internacionais têm inclusive recomendado a países emergentes o controle de fluxo de capitais, e essa é uma indagação e uma preocupação que temos. Há uma tese acadêmica da época do Governo do meu partido, o PSDB, que preconiza o dólar flutuante. Seria melhor situação se estivéssemos em situações normais, mas esta era uma tese que valia no momento em que precisávamos de fluxo de capitais de entrada. Por que hoje nós continuamos insistindo com o dólar flutuante sem nenhum controle ou com pouco controle, apenas com o IOF, que apenas serviu para aumentar a arrecadação e não contribuiu com a freada da redução da moeda?

A China, por exemplo, há muitos anos faz controle de fluxo de capitais. Eu pergunto: há falta de investimentos naquele país? Outros países têm feito controles sistematicamente, de uma forma ou de outra, e nós apenas insistimos em comprar os dólares, interná-los aqui dentro, emitir títulos públicos, pagar taxa SELIC de 12% ao ano e deixar o dinheiro aplicado no Tesouro americano a 1%.

Eu teria muitas indagações, mas, em respeito aos demais colegas que também querem fazer suas indagações, reservo-me a isso. Acho que, se o Presidente responder dentro dessa linha, já estaremos satisfeitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS -Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, confesso, Presidente Tombini, que, por muito tempo, até no Governo do Presidente Lula, quando nós tínhamos possibilidade de discutir sobre o Banco Central, nossa postura era muito crítica.

Eu venho aqui pela primeira vez, neste último período, defendendo não uma mudança, mas um aperfeiçoamento da política monetária do Banco Central, a utilização de outras ferramentas, como medidas macroprudenciais e intervenções no câmbio.

Ao contrário do que disse o Deputado Alfredo Kaefer, eu acho que, pela primeira vez, nós temos tido uma ação articulada de todo o Governo no combate à inflação.

Eu quero inclusive citar o discurso da Presidenta Dilma em que ela diz que o Governo está atento a todas as pressões inflacionárias, venham de onde vierem, fazendo permanente análise delas e discutindo as causas da inflação.

Semana passada, na sexta-feira, houve autorização do Governo Federal para que houvesse a redução da participação do álcool na gasolina até 18%. É um instrumento de fora, preocupado com a inflação.

Eu quero falar também ao Deputado Alfredo Kaefer sobre o esforço fiscal. Na semana passada, nós tivemos a divulgação dos números do superávit, e eu sei que existe uma inquietação por parte do mercado sobre a dureza dessa consolidação fiscal, se iria acontecer de fato esse aperto fiscal.

Pois bem, foram 40 bilhões em um trimestre. Ultrapassamos a meta do quadrimestre. Eu falava inclusive a alguns Deputados e Senadores que o problema foi a farra fiscal do Governo do Presidente Lula. Ora, o que fez o Presidente Lula no final do seu Governo? Medidas de expansão do crédito e desoneração tributária. Eu não vi ninguém defendendo que a desoneração do IPI, por exemplo, deveria acabar antes de março de 2010. E nós vemos concretamente, pelos números, que chegamos, em 2009, a 42% do PIB, a relação dívida/PIB; em 2010 caímos para 40%; em 2011, a previsão é 37%.

O nosso déficit nominal, Srs. Senadores, Srs. Deputados, está em 2,6%, e a previsão para este ano é que chegue a 1,9%. Vale dizer que a Inglaterra está acima de 10%, e os Estados Unidos estão na faixa de 9% de déficit nominal. O que nos falta então? Um esforço fiscal coerente do Governo. Todos sabemos que o Governo aumentou a taxa SELIC.

Então, qual é a grande diferença? Este é o grande debate em que o Parlamento tem que entrar. O debate com alguns articulistas da imprensa e com o mercado se dá da seguinte forma: alguns acham que o Banco Central tinha que ter tomado uma postura mais forte, tinha que ter aumentado não 0,25%, mas 0,50% na última reunião do COPOM.

Eu quero parabenizar o Governo, neste momento, pelo esforço de combater a inflação, não só com a taxa SELIC, mas com vários outros instrumentos, com a preocupação também de não derrubar a economia, e isso ficou claro na fala da Presidenta Dilma no Conselhão, ao mencionar dois de seus compromissos: combate à inflação e não derrubar a economia.

Por isso eu faço as seguintes perguntas, Presidente Tombini: quando discutimos o IPCA e os números da inflação, observamos claramente que houve uma diminuição do peso do preço das commodities e um aumento de serviços. Refiro-me aqui ao final de 2010, quando o IPCA estava em 5,9%, sendo que 2,3% correspondiam a alimentos e bebidas e 1,8%, serviços. Agora, aumentou para 2 pontos.

De fato, há uma pressão em cima de despesas pessoais, como serviços prestados por cabeleireiros e empregadas domésticas. Há uma pressão também nos serviços educacionais, serviços sazonais. Mas a minha pergunta a V.Exa. é a seguinte: o que houve em relação ao relatório trimestral da inflação e essa ata do COPOM? O relatório trimestral da inflação apontava um caminho. Ele falava centralmente das medidas macroprudenciais. Na última ata do COPOM, há uma mudança de linha. No seu item 30, o COPOM fala de um ajuste mais prolongado das taxas básicas de juros.

Eu queria perguntar a V.Exa. o que houve nesse período. Houve uma mudança significativa no cenário? O que há de diferente entre o relatório trimestral da inflação e a ata do COPOM?

E a última pergunta, em relação às medidas macroprudenciais, ao aumento no compulsório dos bancos em dezembro, enquanto em janeiro, fevereiro e março houve uma grande entrada de capitais no País, superior a todo o ano passado, superior em 40%: será que o Banco Central não levou um drible de algumas instituições financeiras que foram captar recursos a 0,25% fora do País e colocaram de volta uma grande liquidez no mercado? A partir do aumento do IOF, por parte do Governo Federal, vemos que essa entrada de recursos no País foi moderada.

São estas as duas perguntas que deixo para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra o Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Seguindo a determinação de V.Exa., Sr. Presidente, serei breve nas respostas, para que possamos evoluir no debate.

Primeiro, gostaria de agradecer por todas as perguntas.

O Deputado Cláudio Puty, na sua intervenção, fez três perguntas. Em relação ao IGPM, a notícia é alvissareira. O IGPM mensal está recuando, está em linha com o que já foi feito lá atrás em termos de política, mas também existe uma sazonalidade marcada. Há a questão das commodities, um certo recuo na margem. Há a questão da própria taxa de câmbio, que foi mencionada. Recentemente, o dólar conseguiu se desvalorizar ainda mais em relação a várias moedas, inclusive ao real.

Há também a questão da entrada da safra doméstica, mas esse é um indicador antecedente que, num prazo de alguns meses, veremos refletido nos preços ao consumidor. Sem dúvida, é uma informação importante que está dentro das nossas avaliações.

Em relação às medidas macroprudenciais, a sua questão, diferentemente de outros Parlamentares, foca no fato de que já adotamos uma série de medidas,

mas, na sua visão, ainda não estaria totalmente refletida nos números.

Procurei mostrar na minha apresentação que, quando saímos da questão da evolução do estoque de crédito e olhamos as concessões na margem, ajustando isso para efeito de sazonalidade e também efeitos da própria inflação, vemos uma redução, em termos reais, dessazonalizados, das principais linhas que foram afetadas pela política macroprudencial.

Deixo aqui a apresentação, que tem um slide específico que trata um pouco do impacto das medidas prudenciais. É fato que nos 12 meses acumulados, até o mês de março, o crescimento está ainda na faixa de 20%, mas obviamente que ao longo do ano esse crescimento, em nossa visão, fechará num nível menor. O Banco Central estima algo entre 10% e 15%, na realidade, em torno de 13%. Esse dado hoje está na casa dos 20%, mais as concessões nas margens. O efeito das macroprudenciais não está integralmente sentido. O efeito do próprio ciclo de aperto da política monetária refletirá nessa questão do crédito. E o crédito evoluirá mais em linha com o que o Banco Central tem pensado.

Em relação ao custo de carregamento das reservas, V.Exa. faz uma observação específica, uma questão sobre como se dá o processo de esterilização e se não estaria sobrando recurso e ampliando a oferta monetária, uma espécie de vazamento para a política monetária. De fato, o Brasil tem adotado essa política de cumulação de reservas e, ao mesmo tempo, uma política monetária independente em relação ao resto do mundo. Quer dizer que nós conseguimos manter as nossas condições monetárias para atingir a meta de inflação, ainda que tenhamos de conviver com entrada de recursos, adquirir esses recursos da moeda estrangeira, esterilizar o impacto monetário. Ou seja, quando o Banco Central adquire essas reservas do mercado, ele injeta reais, então, capta esses reais de volta e faz este processo que nós chamamos na economia de esterilização das intervenções.

Obviamente, a depender do volume, da intensidade e da rapidez que esse processo se dá, como foi agora no começo do ano, a esterilização nunca é perfeita, não se retiram todos os reais, sobra dinheiro em cima da mesa. E esse dinheiro vai alimentar a expansão do crédito, vai alimentar eventualmente alguma elevação de preço de ativos.

E é isso que estamos fazendo, buscando, com as macroprudenciais, cercar essa questão de modo a que os fluxos internacionais, que dão origem à aquisição, que depois dão origem à política de esterilização – e existe esse impacto que V.Exa. mencionou... Estamos procurando, com medidas anteriores, medidas macroprudenciais, o IOF na captação, por exemplo, reduzir, moderar esse fluxo de entrada.

Há as questões do Deputado Carlos Brandão sobre o câmbio tão baixo, sobre quanto vai durar essa questão norte-americana. Estou olhando para o Deputado Sérgio Brito, mas o Deputado Carlos Brandão, que estava também compondo a Mesa, fez esta pergunta sobre quanto tempo vai demorar para que a situação Internacional, em particular nos Estados Unidos, se reverta.

Essa é uma questão em aberto. Há sinais, obviamente, de recuperação da economia norte-americana, o que tende a levar a uma situação de maior normalidade das condições monetárias e financeiras. Isso reequilibraria a questão do dólar no mercado internacional.

Por outro lado, há também dados que indicam na direção de que esse processo demora. Há a própria evolução do mercado de trabalho norte-americano e a questão do mercado imobiliário. Não sou especialista em Estados Unidos, mas obviamente tenho que entender um pouco daquela economia: os mercados, por exemplo, têm uma expectativa de princípio de normalização das condições monetárias para o início de 2012.

Neste momento, não temos por que pensar muito diferente, ou seja, há um processo pela frente em que o dólar ainda reflete o impacto das políticas domésticas daquele país. Agradeço ao Senador Rollemberg as palavras de confiança na condução da política monetária nos últimos anos e nesta gestão.

Sobre a questão de como compatibilizar, ao longo do tempo, o combate à inflação e o crescimento econômico, creio que essas duas importantes variáveis macroeconômicas não são incompatíveis. Obviamente, temos ciclos monetários em que uma ênfase no controle deve ser maior, como neste momento, mas o nosso País investiu bastante nos últimos anos, tem progredido em diversas áreas, tem uma capacidade de produção maior do que no passado e tem um produto potencial que cresce a uma determinada velocidade, a oferta da economia.

Em tudo o que fazemos no Banco Central, procuramos controlar, nesse período, a demanda da economia, para que as pressões inflacionárias diminuam. Convergimos para a meta, mas, ao longo do tempo, é possível, sim. Não dá para crescer sustentavelmente com inflação descontrolada. Também de nada vale uma inflação controlada com uma economia que não cresce. Em determinados momentos, há queda e moderação. Neste momento, estamos moderando. Saímos de uma taxa de crescimento de 7,5%, em que a demanda crescia 10,5% em 2010. Certamente, não estamos mais

nesse mundo, mas num mundo de crescimento. Sobre uma base maior é possível crescer, sim. As projeções do Banco Central indicam um crescimento significativo da economia este ano.

Vamos combater a inflação e continuar crescendo. Ao longo do tempo, obviamente, inflação sob controle é condição não suficiente, mas necessária para alargar os horizontes, as decisões de consumo de longo prazo das famílias e das pessoas, as decisões de investimento. É fundamental que haja esse controle, que ajuda inclusive a baratear o custo, porque os prêmios de risco da economia vão diminuindo, como vimos na apresentação. As duas coisas são totalmente compatíveis.

A segunda pergunta de V.Exa., mais específica, é em relação à prestação de contas e aos fatores que levaram o Banco Central a sair de 10,9 bilhões de reais no primeiro semestre de 2010 para 4,9 bilhões de dólares no segundo semestre.

Vou ser breve. Basicamente, quando se olha a abertura no slide nº 5, o que se vê essencialmente é a remuneração dos compulsórios. Como no ano passado e começo deste ano trouxemos cerca de 200 bilhões de reais de volta para os cofres do Banco Central, uma boa parte desse dinheiro que estava no sistema e que retorna ao Banco Central é remunerado. Isso não havia no primeiro semestre. Foi escalonado a partir de abril. Então, isso pegou mais em cheio no segundo semestre. Esse é o impacto da política de esterilização desses recursos via retorno dos compulsórios para o Banco Central.

Ainda sobre as perguntas, também gostaria de agradecer ao Presidente da Mesa, Senador Delcídio do Amaral, pela convicção na condução da política, no controle da inflação com crescimento e distribuição de renda.

Há uma questão mais ou menos na linha do que foi perguntado pelo Lindbergh Farias, mas vou responder cada pergunta individualmente.

A primeira pergunta é se a taxa de juros volta com destaque à ribalta, uma vez que a macroprudencial está funcionando, como eu mesmo demonstrei. Vai na linha do que foi dito aqui também pelo próprio Senador Lindbergh. Há um esforço articulado em várias frentes nesse combate à inflação.

Em nenhum momento, o Banco Central abdicou do seu instrumento. Pelo contrário, no relatório de inflação já tínhamos 100 pontos de aumento de SELIC. Não abriremos mão de macroprudenciais doravante, até porque elas têm o objetivo precípuo de assegurar estabilidade financeira e econômica ao longo do tempo. Na medida em que vejamos riscos para instituições ou para segmentos da economia, vamos atuar com as macroprudenciais. Atuando com as macroprudenciais, elas têm impacto econômico.

Vimos aqui o canal de crédito subindo de 25% para 50% do PIB. Se atuarmos em cima do canal do crédito, certamente haverá um impacto sobre a demanda e, consequentemente... Dois terços de uma economia é consumo; 50% da economia é financiada. Logo, uma larga parte do consumo é financiado, que é o que move a economia. Portanto, as medidas macroprudenciais que já foram tomadas e as que eventualmente forem tomadas com o objetivo de assegurar estabilidade econômica e financeira serão levadas em conta no processo de aperto das condições monetárias que está em curso para trazer a inflação definitiva e consistentemente para o centro da meta no horizonte 2012, como já comunicamos.

Então, não há mudança alguma. Simplesmente, na comunicação, estamos tratando de dar o destaque necessário para o instrumento convencional, sem esquecer que as macroprudenciais têm o seu papel. E há outras políticas. Não vou abordá-las aqui, mas já foi dito. Eu inclusive mencionei que a questão fiscal também vem cooperando, ajudando bastante nesse processo.

V.Exa. menciona, em sua segunda pergunta, na mais específica, junho, julho e agosto de 2010, aquele período em que a inflação ficou muito baixa, próxima de zero. O que gostaria de enfatizar, na apresentação não o fiz, é a questão da evolução da inflação neste ano. Este mês ainda é de inflação alta. Sexta-feira, sairá o resultado. Veremos: inflação alta. Este primeiro quadrimestre foi de inflação no preço ao consumidor girando mensalmente na faixa de 0.80, acima do que é compatível com o centro da meta, certamente. É reflexo de tudo o que falamos aqui, da demanda, mas também das commodities, da energia, enfim.

A inflação mensal começa a cair. Em maio vai cair bem. Vimos aqui o próprio Deputado Cláudio Puty mencionar a evolução do IGP. Com alguma defasagem, ele vai bater as commodities. Então, crescimento mais moderado. Tudo o que já foi feito em política monetária, apesar de haver uma defasagem de 6 a 9 meses – mas já foram feitas coisas lá atrás, em 2010 –, está começando a impactar a economia.

Veremos a inflação mensal rodando consistentemente com a meta. Qual é o equivalente mensal da meta de 4,5? Entre 0.35 e 0.40. Mais especificamente, 0.37 seria o 4,5 anualizado. Então, veremos a inflação já convergindo mensalmente para a meta. Inclusive, há, no mercado, expectativa de que a inflação de junho e julho fique muito baixa, até abaixo do que seria o centro da meta. Enfim, não estamos contando com isso no momento, mas essa é uma questão mais de

detalhe da própria inflação. Não depende da política em si. Mas veremos uma inflação mensal girando a valores mais baixos. Talvez não tão baixo quanto giraram em junho, julho e agosto de 2010.

Portanto, no acumulado de 12 meses, quando sai um mês de inflação zero e entra um de 0.20, a inflação acumulada em 12 meses, por definição sobe 0.20, ainda que a inflação esteja hoje sob controle e caminhando para a convergência da meta; ou seja, teremos uma inflação mensal já nos padrões de centro de meta e uma inflação acumulada de 12 meses em função de tudo o que aconteceu neste primeiro trimestre e no último trimestre, adicionada do efeito estatístico, dos zeros que saem lá de 2010, uma inflação de 12 meses que cresce, ainda que esteja sob controle e que estejamos caminhando para o seu controle.

Esse seria basicamente o meu comentário em relação à pergunta mais específica de V.Exa. sobre a inflação no Brasil.

O Deputado Alfredo Kaefer tem uma série de questões em relação a se o Banco Central manterá o real competitivo. O nosso regime é de câmbio flutuante, como mencionado. Há uma segunda pergunta de V.Exa. em relação a isso. Temos flutuado em patamares. Estava em 1,76, em meados do ano passado. Fomos para 1,66 e ficamos assim por um bom tempo. Hoje estamos no nível de 1,60, 1,55. Quer dizer, tem flutuado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Ajudou na queda da inflação?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O dólar ajuda um pouco menos. O que existe na nossa política monetária é um traço já consagrado em relação à política monetária no regime de meta de inflação. Quando temos experiência com campo flutuante – e lá se vão 11, 12 anos com isso –, a contribuição das variações cambiais para a inflação diminuem ao longo do tempo. O chamado repasse cambial vai diminuindo. Esse é um fato estilizado, aconteceu em várias economias. Por quê? Quando o câmbio é fixo e muda de repente, quase a integralidade é passada para os preços, porque se sabe que aquele novo patamar é permanente. Quando o câmbio é flutuante, aquele patamar pode não permanecer. Há uma certa resistência em fazer o ajuste no preço a qualquer flutuação no câmbio. Então, diminui a contribuição das variações de câmbio para a variação de inflação. A contribuição do câmbio para a inflação diminui ao longo do tempo. Não dá para contar com isso para fazer a inflação convergir. Então, não é essa a ferramenta do Banco Central. Certamente, não é, porque o câmbio é flutuante.

Obviamente, nós temos preocupações em relação a fluxos, porque o próprio câmbio pode refletir não só os nossos fundamentos, como os termos de troca, que estão muito bem, porque os preços das commodities ainda continuam bastante elevados e as perspectivas de crescimento da economia brasileira são amplas. Enfim, há uma série de fundamentos que fazem com que o nosso País seja atraente do ponto de vista dos recursos externos. Por outro lado, há também uma massa de recursos em função das políticas que foram adotadas nas economias maduras, em particular, na Europa e nos Estados Unidos. Então, houve aí um volume de recursos. Tem a ver com afrouxamento quantitativo, com compra de títulos soberanos, com juros muito baixos. E esse volume de recursos acaba afetando as diversas economias, as economias emergentes, no caso, a do Brasil; entre outras coisas, afetando o preço dos seus ativos. Sendo a taxa de câmbio também um ativo financeiro, afeta também a taxa de câmbio. Ou seja, pode ser que a taxa, em alguns períodos, esteja além do que ela seria justificada pelos fundamentos. Por isso, nós temos atuado também com as medidas para moderar os fluxos internacionais.

Nos últimos 5 dias, o real foi uma das moedas que mais se desvalorizaram em relação ao dólar, junto com o dólar australiano. Nos últimos 30 dias, o real vem apresentando uma desvalorização, enquanto as outras moedas comparáveis se valorizaram em relação ao dólar. O fato é que, independentemente do regime e das condições econômicas, na semana anterior à Semana Santa, o dólar australiano chegou, por exemplo, na máxima de 30 anos. Desde 1983, o dólar australiano não estava tão forte em relação ao dólar norte-americano. O dólar canadense, para citar economias um pouco diferentes da nossa, mas também exportadoras de commodities, estava no seu valor máximo em 3 anos.

Esse é, de fato, um problema internacional. Nós temos procurado neste momento moderar esse ingresso de recursos para evitar problemas de outra natureza, como V.Exa. mesmo mencionou, o potencial efeito inflacionário desses fluxos e o potencial efeito desestabilizador da economia, do setor financeiro, de uma entrada muito grande de fluxos. Quando há reversão desses fluxos, pode gerar riscos à estabilidade financeira. Então, nós estamos olhando para o câmbio pela dimensão dos fluxos.

Creio também que foi explorada a questão da articulação das políticas. Acho que a política fiscal contribui no trabalho de combate à inflação. Nós temos visto resultados primários realizados até março. Isso tem sido bastante forte. Quer dizer, há indicativos seguros de que o primário de 117 bilhões para este ano está bem, está numa boa trajetória para ser atingido. Vimos também, por exemplo, a despesa nominal cres-

cendo abaixo do crescimento do PIB. Isso também dá uma ideia, um indicativo da qualidade do ajuste, que é importante para a política monetária.

A Focus é uma pesquisa importante. Não há qualquer mudança à vista. Há muita falação, certamentenão vinda do Banco Central. É uma pesquisa reconhecida, que segue os padrões internacionais de qualidade. Eu, inclusive, fui um dos precursores que criaram, lá atrás, em 1999, esse grupo. Não há qualquer mudança na linha que V.Exa. aludiu na sua intervenção.

Em relação ao Fundo Soberano, creio que olhando estrategicamente o País desenvolvendo seus recursos naturais lá na frente e gerando superávit em conta corrente, o Fundo Soberano vai ser um veículo importante. Em algum momento, lá na frente, o Banco Central vai chegar ao julgamento de que o seu colchão de liquidez, suas reservas internacionais estão com um nível suficiente. Mas ainda continuam crescendo. Estou falando hipoteticamente, lá na frente. Continuam crescendo, porque a economia cresce. Então, em relação à economia, ainda que o volume cresça, se mantém constante, uma vez decidido que aquele colchão de liquidez é suficientemente amplo para a economia brasileira.

Mas não creio que a aquisição de reservas, a aquisição de moeda estrangeira cesse, principalmente tendo em vista as perspectivas da economia brasileira. Então, no desenvolvimento desses recursos naturais lá na frente, quando tivermos um expressivo superávit em conta corrente, teremos que encontrar um outro veículo. Esse veículo de aquisição dessas moedas estrangeiras será, na minha visão – enfim, estamos desenvolvendo isso –, o Fundo Soberano do Brasil.

Então, a diferença em relação à aquisição por parte do Banco Central é que o Fundo Soberano também tem a segurança como seu primeiro critério, mas a liquidez não é o segundo critério. A reserva internacional tem que ter a liquidez presente. Quando a liquidez está presente, tem de haver a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso as reservas. Consequentemente, as aplicações são mais de curto prazo, mais líquidas e menos rentáveis. Então, o custo de carregamento de recursos no Banco Central vis-à-vis um custo de carregamento no Fundo Soberano, lá na frente, pode ser mais vantajoso.

Em relação à competição, não há nada de competição. Inclusive, há um convênio já firmado entre Banco Central e Tesouro Nacional. No momento em que o Fundo Soberano quiser fazer uma leilão de aquisição

– nós já temos todo o leilão definido –, o Banco Central o fará, porque tem a expertise, colocará a placa do Fundo Soberano. O mercado vai saber que quem está atuando é o Fundo Soberano. Não há confusão nenhuma; pelo contrário, há uma boa articulação nesse sentido. Estamos nos preparando para o futuro nesse caso.

Custo da reserva, até quando isso? O FMI sugere o controle, por que não mudar? Acho que a parte da mudança do FMI também tem a ver com o que o Brasil tem feito e defendido internacionalmente. Hoje a questão é global. Tem muito mais a ver com os fatores das economias centrais, que estão tentando se recuperar ainda da crise; ainda estão administrando as consequências das políticas de recuperação da crise, a crise soberana na Europa e outras questões de natureza fiscal. Estão com as suas políticas de liquidez bastante amplas. Enfim, existe um nível extraordinário de liquidez hoje no mundo. Isso tem-se refletido nos países emergentes.

É legítimo, é necessário. Nós temos que fazer, estamos fazendo, faremos mais, se for possível, para nos proteger em relação a esses fluxos. São fluxos temporários. Entram e, em algum momento, sairão quando as condições normalizarem-se lá fora.

Creio que estamos fazendo isso dentro de um regime de câmbio flutuante, lembrando, como eu mesmo mencionei, que, às vezes, a própria taxa do câmbio, que é um ativo financeiro, pode refletir coisas além dos fundamentos econômicos, e nós temos não só a legitimidade, mas temos instrumentos e estamos agindo nessa matéria.

Então, é isso. Acho que procurei atender às perguntas do Deputado Alfredo Kaefer.

Senador Lindbergh Farias, também agradeço os comentários relativos à questão do aperfeiçoamento do regime, à própria articulação do Governo nas diversas áreas nesse processo de combate à inflação. Certamente, concordo com as suas palavras.

Em relação ao IPCA, a questão dos serviços foi mencionada. Os serviços, de fato, estão pressionados. Em função disso, refletem-se questões estruturais, mas também questões conjunturais de demanda. Por isso, nós estamos também atuando com a política monetária, nesse ciclo monetário que estamos adotando hoje no País.

Uma pergunta relacionada – eu até mencionei na resposta ao Senador Delcídio do Amaral –, sobre o que mudou no Banco Central. Não mudou absolutamente nada. O Banco Central vem fazendo a sua política articulada. Tem recebido contribuições de outras áreas do Governo no combate à inflação. É apenas uma questão de ênfase, mas se forem lidos com detalhe todos os documentos do Banco Central, a postura tem sido consistente ao longo do tempo. O próprio relatório de inflação sinaliza que poderia haver uma mudança de estratégia, um ajuste na estratégia, talvez, por exem-

plo, prolongando o ciclo num nível menor, como foi, de certa forma, sinalizado mais recentemente.

Essa é uma necessidade. Isso é feito porque nós precisamos, de fato, ter garantias de que a inflação, em 2012, convergirá para o centro da meta.

Como mencionei recentemente, não se trata de uma corrida de 100 metros; é um esforço prolongado. Obviamente, a política monetária opera com defasagens. A política macroprudencial tem reforçado a política monetária, mas também tem as suas defasagens.

Então, tudo o que foi feito nesta administração, nos 3 meses, não tem condição de atingir a inflação corrente. Vai atingir ao longo do tempo. Nós estamos levando isso em consideração na nossa conta. O que nós estamos fazendo é ter segurança de que aquela elevação da inflação acumulada de 12 meses volta já no terceiro e no quarto trimestre deste ano e ruma, com segurança, na direção dos 4,5% em 2012.

Em relação a controle de capital, pergunta se o Banco Central levou um drible do mercado. Creio que não. Enfim, o País continua extremamente atraente aos investidores internacionais. Boa parte desses fluxos tem a ver com investimento direto, de médio e longo prazos. Há uma série de questões de eventos, de necessidade de investimento no País. Estão sendo atendidas.

Em relação às captações, sim, talvez tenha havido um pouquinho de antecipação, mas o fato é que nós estamos vendo já, na margem, uma moderação. Esses recursos são, de qualquer maneira, o que se capta lá fora e depois se paga.

São essas as minhas breves palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) – Muito obrigado, Presidente Tombini.

Vamos ouvir agora 5 Parlamentares. Os próximos são: Senadora Gleisi Hoffmann, Deputado Rui Palmeira, Deputado Edmar Arruda, Deputado Audifax e Deputado Alexandre Santos.

Vou começar pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Vou passar a Presidência ao Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, porque sou Relator de um dos projetos apreciados por uma Comissão que está funcionando neste momento no Senado.

Parabéns ao Presidente Alexandre Tombini e à sua equipe. Todos nós estamos empenhados, trabalhando duro e torcendo para que o Banco Central continue fazendo esse excelente trabalho pelo bem do País, pelo bem dos brasileiros e brasileiras. Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer uma saudação ao nosso Presidente do Banco Central e a toda a sua equipe. Saúdo também a Comissão Mista de Orçamento e todas as Comissões que participam desta audiência conjunta.

Gostaria de parabenizar o Banco Central e o Governo pela condução da política econômica. Há muita coesão da equipe econômica. Nós temos sentido isso tanto na divulgação dos resultados econômicos como nas intervenções que fazem.

Quero dizer que temos muita segurança e muita tranquilidade com a condução dessa política, que tem um histórico e já demonstrou resultados importantes para a nossa economia.

Nós já tivemos a nossa dívida líquida em relação ao PIB em cerca de 60%, em 2002. Hoje, nossa dívida está em 40%. Já tivemos taxas de juros reais de 16%, quando o Presidente Lula assumiu. A taxa foi derrubada para 6% e a perspectiva é a de que com a Presidenta Dilma vá para 3,8%. O nosso crescimento médio saltou de 2,5% para 4,5%. E nunca é demais lembrar que, em dezembro de 2002, estávamos com um pico inflacionário, na realidade, quase um descontrole inflacionário, na casa de 12,5%, e chegou-se em maio a 17%. E todas as administrações feitas na política econômica trouxeram a inflação no último período na casa de 5%, em média.

Então, o nosso passado nos dá total confiança de que tanto o Banco Central como a área econômica do Governo estão com o controle da inflação. Aliás, é uma política econômica que tem como tripé o controle sistemático da inflação, o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, o que está dando sustentabilidade ao País.

Presidente, eu quero lhe dizer que, além dos dois desafios econômicos de curto prazo que V.Exa. apresenta, como fazer a inflação convergir para o centro da meta e lidar com intenso fluxo de capitais estrangeiros, que são inflacionários, acho que V.Exa. e o Banco Central também têm que administrar as expectativas de mercado, porque eu não tenho dúvida de que a expectativa inflacionária é muito prejudicial ao processo que estamos vivendo.

V.Exa. citou o art. 4º do Decreto nº 3.088, de 1999, dizendo que a meta cumprida é aquela que está dentro do exercício de janeiro a dezembro do ano. Porém, quando se divulga a inflação acumulada dos últimos 12 meses, nós observamos um quadro que não demonstra isso. Daí a importância do controle das expectativas de mercado, até porque o Banco Central trabalha com a expectativa através da pesquisa Focus, que é também um instrumento de avaliação.

O que vai acontecer? Chegaremos a julho ou agosto, como disse V.Exa., com uma inflação de pico,

quase 7%, porque se considerará a leitura dos últimos 12 meses e retiramos destes últimos 12 meses o período de inflação baixa – junho, julho e agosto do ano passado –, quando houve inflação quase zero.

Isso, com certeza, cria uma expectativa de mercado de não controle do processo inflacionário, embora o IGP, que antecipa o futuro, já esteja mostrando que nós estamos numa linha de queda.

Portanto, quero perguntar a V.Exa. como nós podemos trabalhar nisso, quais são os mecanismos utilizados por V.Exa. e que o Banco Central possui para fazer com que não haja essa expectativa e para controlar esse processo, que, a meu ver, é hoje o mais danoso, porque, na realidade, as profecias pessimistas muitas vezes acabam incutindo na sociedade uma necessidade de autodefesa que não existe, que remonta ao passado. Isso é importante.

A segunda questão diz respeito à SELIC. Parece-me que o Banco Central está muito coordenado em relação a essas políticas. Apresentava, em determinado momento, 0,5 pontos percentuais, mas houve uma redução de 0,25, porque há outros instrumentos.

Quero aqui fazer um elogio a isso. Nós precisamos realmente desse equilíbrio. Mas, no mercado, principalmente antes das reuniões do COPOM, há sempre uma ofensiva quase especulativa para que a taxa SELIC aumente mais, e dizem que o Banco Central não está sendo firme nas questões relativas ao combate da inflação.

Então, para que fique claro, seria bom que V.Exa. nos dissesse qual é verdadeiramente o impacto da SELIC no controle inflacionário e quanto tempo isso demanda, para que tenhamos plena consciência de que ela não é o instrumento, como no passado, mas um dos instrumentos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Deputado Rui Palmeira.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA – Presidente Cláudio Puty, Deputado Sérgio, Presidente Tombini, Sras. e Srs. Congressistas, eu ouvi com atenção parte do debate. São muitos os temas importantes, como fluxo internacional, medidas macroprudenciais, política de esterilização, ciclo monetário, enfim. O Deputado Reguffe, que é economista, se esforçava para me explicar, porque eu confesso que tenho dificuldade de compreender, Presidente Tombini, essas questões extremamente técnicas que os senhores, economistas, entendem.

Então, vou ser extremamente direto e objetivo. Presidente Tombini, V.Exa. tem ido à feira? Não se constranja. Eu também não sou frequentador de feiras ou de supermercados. Vou a esses lugares esporadicamente, Presidente.

No jornal Correio Braziliense de hoje, observamos a variação anual dos preços. A carne sofreu variação de 21%; o feijão, 6,35%; o pão, 5%; o café, 8%; a banana, 10%; e o óleo, 25%.

Presidente, o cidadão sai desconsolado do supermercado e depois se dirige ao posto de gasolina. No ano passado, o preço da gasolina no DF era de R$2,64. Hoje a média é de R$2,94 – 30 centavos a mais por litro, Presidente Cláudio!

São interessantes as opiniões e as informações do Governo.

O site G1, do dia 15 de abril, informa: "Mantega diz que, nos Estados Unidos, o preço da gasolina não sobe em abril". Ele deve ter-se referido ao preço da gasolina nos Estados Unidos, porque aqui o preço da gasolina disparou, como quase tudo, Presidente Tombini.

Ontem, acho que o Deputado Alfredo Kaefer já transmitiu, foi divulgado: "Mantega pede ajuda para conter preços". Isso mostra que o Governo parece perdido na questão do combate à inflação.

É extremamente lamentável que a estabilidade econômica, a maior conquista deste País nos últimos anos, comece a deixar toda a população inquieta, porque a inflação volta a ser manchete dos principais jornais e revistas, como acontecia nos anos 80, quando éramos garotos. A maior preocupação do brasileiro, de acordo com as pesquisas, era sempre a inflação, e hoje, infelizmente, essa preocupação está de volta.

Parece-nos que estas tão propaladas medidas macroprudenciais – o Deputado Reguffe vai-se esforçar para me explicar do que se trata – são, na verdade, microefetivas, sobretudo para o bolso do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA – Ministro Alexandre Tombini, quero parabenizá-lo pela exposição. Temos confiança de que o Banco Central está atento ao que precisamos para, como disse a Senadora Gleisi Hoffmann, com a qual eu concordo plenamente, conter essa expectativa inflacionária.

Eu, que sou empresário e vivo isso no dia a dia, tenho algumas preocupações com relação à questão das taxas de juros. Parece-me que há uma certa contradição quando a equipe econômica diz que a inflação está ocorrendo em nível mundial. Inclusive, houve uma comparação com Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, China e a zona do euro. E que essa inflação tem como base o preço das commodities. Até

aí, estamos de acordo. Mas eu não consigo visualizar o aumento da taxa de juros, a SELIC, já que essa inflação não é de demanda. Geralmente aumentamos os juros quando existe uma inflação de demanda ou uma falta de oferta de produtos. E parece-me que não é essa a questão.

No que se refere à questão do preço das commodities, realmente percebemos um aumento, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Mas o que me preocupa, primeiro, é a questão dos próprios juros. Acho que foi prudente o Banco Central quebrar a expectativa do mercado, de 0,5 para 0,25. Isso foi importante. Quero parabenizar o Banco Central por isso.

No que se refere ao IOF em viagens internacionais, para mim, fica um pouco descasada a questão das commodities.

Ministro, o que me preocupa mesmo e que é o ponto central da minha pergunta é a tendência à indexação da economia. Eu votei favoravelmente, como membro do PSC, partido da base do Governo, à proposta do salário mínimo enviada pelo Governo, já indexando o salário mínimo nos próximos anos. E me parece que isso funciona como uma locomotiva no resto da sociedade.

Então, eu não pude me manifestar nesse dia, até porque isso era importante, inclusive para o trabalhador, mas me parece que essa proposta tem uma sensação falsa de ganho para o trabalhador, Senadora, e nos leva, no setor produtivo, a uma indexação.

Por exemplo, nós temos na construção civil contratos de até 12 meses sem reajuste. Temos um teto de 41 mil reais para o Programa Minha Casa, Minha Vida, que já faz um ano e meio que está sem reajuste, e quando indexamos o salário mínimo gera-se uma preocupação muito grande, porque todo mundo começa a querer indexar. Essa indexação – pelo menos vimos bastante na escola – é o que alimenta a inflação, e assim fica difícil combatê-la.

Então, nós precisamos realmente cortar toda e qualquer situação com relação à indexação da economia, principalmente por parte do Governo. Fica essa preocupação, para que V.Exa. possa nos dar um alento.

Vou pedir perdão a V.Exa. porque, apesar de eu ter utilizado a palavra, vou verificar a sua resposta depois, na gravação e na transcrição da palestra. Tenho um compromisso agora, meio-dia e meia, e infelizmente não posso permanecer para ouvi-lo, o que gostaria muito.

Parabéns pela sua apresentação. Estamos torcendo, Ministro, para que V.Exa. possa conduzir o Banco Central de forma com que consigamos realmente estar, em dezembro, no centro da meta da inflação, porque isso vai ser muito bom para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra Deputado Audifax e, depois, o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX -Sr. Presidente do Banco Central, inicialmente eu queria parabenizar V.Exa. e toda a sua equipe pela conduta. Queria também parabenizar V.Exa. pela exposição feita com muita propriedade.

Farei, basicamente, quatro perguntas, querendo reforçar o companheiro Deputado que me antecedeu quanto à questão da indexação, não só salarial, mas também nos aluguéis e nas próprias tarifas públicas.

A minha pergunta também se traduz na página 25 do relatório que V.Exa. apresentou. V.Exa. abordou a questão das exportações, do crescimento que aconteceu no primeiro trimestre deste ano em comparação com o ano passado. Eu queria que V.Exa. falasse sobre as importações nessa mesma comparação – não vi a apresentação, mas me parece que não há no quadro –, o comportamento dos produtos básicos, dos semifaturados e manufaturados no que diz respeito às importações.

Segunda pergunta. Esteve no Senado Federal, uma semana atrás, o Secretário do Tesouro Nacional, que destacou a necessidade de uma reforma tributária. Um dos pontos que S.Sa. abordou diz respeito à guerra fiscal, basicamente à questão do ICMS. S.Sa. manifestou toda a preocupação com a inflação no que diz respeito aos produtos importados, em função de alguns Estados estabelecerem tarifa zero para esses produtos, e aí haveria um impacto muito grande de inflação.

Eu queria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso. Se poderia me informar que impacto é esse, qual é o tamanho desse impacto em relação à reforma tributária, ao ICMS sobre produtos importados; e se não é o contrário, ou seja, com todo o cuidado da questão industrial, se esses produtos importados não ajudariam no combate à inflação, e não como foi afirmado, com todo o respeito, pelo Secretário do Tesouro Nacional.

Além dessa questão, repito, da indexação dos aluguéis, não só da indexação salarial, como foi dito, e também das tarifas públicas, pergunto se há alguma previsão de mais redução dos prazos de financiamento, como já aconteceu no início do ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Agora, estão inscritos o Deputado Alexandre Santos e mais seis Deputados.

Eu gostaria de sugerir ao Presidente e aos Srs. Deputados e Senadores presentes que todos os Parlamentares fizessem as perguntas e depois passássemos para as considerações finais do Presidente do Banco Central. (Pausa.)

Então, com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Sr. Presidente Cláudio Puty, Sr. Presidente Sérgio Brito, Sr. Ministro Alexandre Tombini, sou daqueles que advogam que o Banco Central deveria ser independente, o que, com certeza, daria para todos nós muito mais garantias em algumas de suas ações.

Estou de acordo com o que disse o Senador Lindbergh Farias acerca dos momentos de entrada de capitais em nosso País. Acho que foi ida e volta, uma vez que, nas primeiras medidas que o senhor tomou, pararam de migrar créditos fáceis para o Brasil.

Mas o que me traz aqui, além do objetivo de parabenizá-lo por sua apresentação, são notícias que venho acompanhando atentamente e que foram capa de jornais nesta semana. Há pouco tempo, tivemos o processo do PanAmericano, o que deixou o conhecido apresentador rindo da gente. Cada vez mais, viu-se aumentar o grande buraco deixado para o Fundo Garantidor arcar. Isso ocorrem em razão das más gestões dos bancos privados e também é um processo de inflação, pois O FGC é uma imposição em todas as regras bancárias. Para se fazer o FGC, alguém está pagando – e é a ponta quem paga tudo isso –, e, assim, gera-se inflação.

Findo o caso do Banco PanAmericano, vemos agora o Banco Schahin, que, além de todos os processos com a PETROBRAS, tem equipamentos e empresas. Ontem, no jornal Valor Econômico, os próprios chineses já anunciaram que não entregariam os equipamentos, face a não complementação dos pagamentos a esse grupo.

Independentemente de todas as notificações que o Banco Central teve ou que o Fundo Garantidor teve, obtivemos a informação de que, para a compra, o BMG usou 800 milhões do Fundo Garantidor de Crédito e mais 270 milhões que tiveram de ser acoplados. Todos esses recursos são de aplicações pagas na ponta. Por isso, venho dizendo que sou defensor da independência do Banco Central.

O senhor tem ciência de uma reunião que houve ao mesmo tempo, em três salas separadas, dos Bancos BMG, Morada e Schahin? O senhor recebeu algum procedimento de alerta, jurídico ou administrativo, sobre essa transação e o perigo que ela representava? Isso tudo foi uma determinação, uma vez que o BMG também está com suas finanças não consolidadas?

É preocupante o processo por que passa agora o BMG para a Caixa Econômica adquirir todo esse acervo.

Gostaria que o senhor nos dissesse se tem conhecimento ou não disso, porque o Fundo Garantidor de Crédito é uma instituição de Direito Privado, sem fins lucrativos.

Na próxima semana, solicitaremos ao Ministério Público Federal uma fiscalização no Fundo, o que é de direito quando se tem ao menos conhecimento dos procedimentos que estão passando pelo mercado. São mais de 7 bilhões de rombo. E temos de tomar atitudes como a que estamos adotando aqui e como fizemos na CPI da Energia Elétrica, quando avisamos que o Banco Schahin iria quebrar. Mais uma vez, estamos vendo que a ponta é quem paga a conta, e esse é um dos grandes gargalos também para o combate à inflação no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado Alexandre Santos.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, Ministro Tombini, colegas Deputados e Senadores, inicio fazendo uma referência à importância da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, estamos aqui reunidos num procedimento por ela previsto e com a feliz coincidência de estarmos comemorando esta semana os 10 anos de sua edição.

Lembro-me bem de, quando Prefeito, pude observar, sobretudo na Marcha dos Prefeitos à Brasília, manifestações de apreensão quanto a essa lei. Na quase totalidade, havia discordância. Fui, de certa forma, a voz dissonante e não apenas me manifestei favoravelmente, mas também aplaudi essa norma que considero um divisor de águas na gestão pública.

Imagino que V.Exa. concorde em que, sem dúvida, a Lei de Responsabilidade Fiscal contribui – e muito – para alguns números positivos e, inclusive, para a queda do percentual do PIB com relação à dívida pública e para uma série de outros fatores positivos que se observam na última década.

O certo é que uma decisão apenas não resolve todas as questões da economia.

Não compartilho de todo o "economês" aqui exposto, mas tenho as minhas convicções pela experiência e pela vivência de gestor público. No meu entendimento, é preciso trazer uma linguagem mais direta para uma reunião como esta. Não há dúvida de que houve avanços, que começaram no século passado

com a implantação do Plano Real, mas muitos tentam, inclusive, encobrir o mérito disso.

Ainda hoje, houve uma nova tentativa de colocar em situação de demérito o Governo anterior, relembrando a inflação do período que antecedeu à posse do Presidente Lula. Uma tentativa absolutamente clara.

Ministro, o senhor é um homem muito mais da área econômica do que da área política e sabe que aquele foi o resultado da apreensão da sociedade com relação à assunção ao poder de um partido que votou contra o Plano Real, de um partido que votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e que, ao assumir o comando da economia brasileira, gerava toda uma expectativa negativa.

Nós, do PSDB, hoje na Oposição, não propugnamos expectativas negativas, e a inflação que aí se encontra não é fruto de especulação. Aqui foi observado de maneira clara. Tentar dizer que os três meses de inflação baixa, que hoje impactam a média anual, deixarão de fazê-lo daqui alguns dias, de certa forma é maquiagem, é um absurdo! A média vem sendo usada, inclusive, por princípios técnicos há vários anos. Então, não vamos começar a querer criar alguma maneira de camuflar, não. O que existe é inflação real.

Agora, vou ser objetivo e trazer algumas preocupações bem pontuais.

Primeiro, a questão do combustível. Ora, é preciso ter seriedade com o povo brasileiro! Aqui foi lembrado que não temos inflação de demanda, mas, de repente, no caso dos combustíveis, temos, sim, porque houve um crescimento do preço no mercado internacional. Nas duas últimas campanhas, foi anunciada a autossuficiência do Brasil em petróleo, foi anunciada para o Brasil inteiro a nossa condição de exportador de petróleo. E o próprio Ministro afirmou que não haveria aumento da gasolina, mas, de repente, no dia seguinte, o povo estava pagando um aumento muito pesado. Isso é preocupante.

Outra coisa: na análise dos desafios econômicos de curto prazo, o senhor destacou dois itens: fazer a inflação convergir para a meta, o que é óbvio; e lidar com o intenso fluxo de capitais externos.

Embora eu também comungue desse sentimento de que o Banco Central tem de ser independente, há uma série de ações de políticas econômicas e de políticas de governo que interferem diretamente nisso. Aliás, esses dois itens impactam a inflação.

Mas existe um terceiro, e fico surpreso em que o Banco Central não o aborde e talvez isso ocorra por não ser independente. Refiro-me à questão do controle dos gastos públicos. Não tem cabimento um organismo que tem a responsabilidade de discutir a inflação no Brasil e trabalhar para que possamos convergir para a meta sequer apresentar o controle dos gastos públicos como desafio de curto prazo. Afinal, segundo entendo, desafios de curto prazo são para a Nação.

A Nação brasileira não pode ignorar a questão dos gastos públicos. Podem até dizer: "Ah, mas houve um corte lá de 50 bilhões". Sim, mas, simultaneamente, mandaram para cá uma medida provisória para liberar 20 bilhões que, depois, viram mais de 30 bilhões para um trem-bala, um tema que não foi discutido; mandaram uma medida provisória para fazer a revisão de um acordo de algo que já está comprado e negociado, que é a energia do Paraguai, cujo gasto é de mais de 6 bilhões de reais. Então, não há controle. Enviaram uma medida provisória criando a Autoridade Olímpica e, se a Oposição não brigasse, criavam mais de 480 cargos de livre nomeação.

Então, é preciso enfrentar o problema do gasto público e do déficit fiscal.

Com essas duas perguntas e os comentários que me permiti fazer pelo momento grave que vivemos, encerro com mais esta interrogação: por que não há uma abordagem mais objetiva de quem comanda a política econômica com relação a gasto público? Essas perguntas são de segmentos, mas, embora o Banco Central tenha a macroeconomia, de certa forma está entrando na vida dos cidadãos de modo geral.

Quero ainda me referir ao cooperativismo de crédito. Há uma coisa bonita nessa análise de que o Brasil hoje tem serviço bancário em todas as cidades brasileiras e que cresceu, em menos de uma década, de 10 milhões para mais de 30 milhões o número de pessoas que têm acesso a crédito. O cooperativismo de crédito teve papel importantíssimo nisso, e está sendo discriminado. Então, deixo com o senhor não só uma interrogação, mas também um pedido.

O cooperativismo de crédito continua sendo impedido de operar com instituições públicas, o que é absurdo. Se ele tem todo o acompanhamento do Banco Central, se o cooperativismo de crédito, tanto mútuo quanto rural, presta um serviço fantástico ao País, uma socialização maior do acesso às questões de capital, por que impedir que as Prefeituras operem com ele? Há cidades que só têm a cooperativa de crédito, e a Prefeituratem de movimentar uma conta na cidade vizinha, porque não pode fazê-lo na cooperativa de crédito. É um absurdo! Portanto, é preciso que o senhor analise isso, e o Banco Central nos ajude.

Uma última indagação: como o senhor vê, nas excelentes perspectivas – e concordo com a maioria delas e com essa também, que é objeto da minha indagação –, o potencial de ampliação da área cultivável? Numa exceção mundial, o Brasil tem o potencial de ampliar sua área cultivável. Aliás, ano a ano, a safra brasileira

tem crescido, e isso vem de vários Governos, da luta do produtor rural e do trabalhador brasileiro. Pois bem. Temos a possibilidade de continuar ampliando, sim, a nossa agricultura, e sem fazer desmate desordenado. Temos a possibilidade de ampliar, mas precisamos ampliar tendo respeito ao produtor.

Há um grupo que continua insistindo, e ainda nessa madrugada ouvi manifestação no sentido de que estavam querendo voltar novamente com a ideia de moratória no Código Florestal. O que seria essa moratória? Uma pequena cláusula que diz que, durante 5 anos, não poderá haver, em lugar algum do País, qualquer tipo de supressão vegetal nova para plantio. Vejam que se trata de qualquer supressão vegetal, mas aqueles que querem simplesmente condenar falam apenas em desmatamento. Não é só desmatamento! Uma área, por exemplo, que já foi agricultada há 20, 30 anos e que novamente precisa ser preparada terá de ter licença para a supressão do que chamamos de vegetação remanescente, e aquilo está em risco.

Corremos o risco de, se aprovarmos isso, não termos crescimento da nossa área de agricultura e, pior, de termos dificuldade não só de continuar a crescer na exportação – e o senhor sabe o quanto ela ajuda na balança de pagamento – como de haver pressão inflacionária, porque aí vem alta do preço do alimento. Então, vamos impedir o produtor de plantar, sem lembrarmos que é esse alimento que, se faltar, vai aumentar a inflação e comprometer a balança.

Então, tenho dois pedidos e algumas perguntas. Primeiro, que o senhor olhe a questão do cooperativismo de crédito, porque não é justo ele ajudar tanto e ser punido, e que também acompanhe, junto com o Governo, pois uma das coisas que o senhor mesmo considera como perspectiva, que é óbvio, é o potencial do Brasil na agricultura. Há aqueles que não entendem nada disso e querem colocar uma cláusula absurda, para valer no território brasileiro inteiro, por intermédio da qual ficaríamos 5 anos sem permissão de plantio novo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Oziel Oliveira.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA – Sr. Presidente, Deputado Cláudio Puty; Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, inicio fazendo referência ao excelente trabalho que o Ministro vem prestando à Nação brasileira na Direção do Banco Central – e estendo esta menção aos Ministros que, desde a era Lula e agora com a Presidente Dilma, valorizam a relação que têm com esta Casa.

Ontem mesmo, na discussão da proposta do Código Florestal, tivemos a presença do Ministro Wagner Rossi, da Ministra Izabella Teixeira e do Ministro Luiz Sérgio. Isso é muito importante, porque podemos discutir nossos assuntos, como acabaram de ressaltar os meus antecessores, tanto os Senadores como os Deputados.

Mas, Ministro, também sou do setor produtivo e venho falar da produção. Sou produtor rural na região oeste da Bahia, que representa 6% da produção nacional de grãos, e me preocupo com as altas dos juros que já vêm incomodando nossa produção de soja e algodão e com os aumentos que ocorrem no setor quanto à composição dos preços. Estamos vendo subir muito os preços do adubo, dos combustíveis, das peças e de uma série de componentes da produção agrícola. De fato, isso preocupa muito, e gostaria que V.Exa. expusesse sua posição quanto às estratégias da produção agrícola, uma vez que a produção nacional é uma questão também de segurança nacional. A produção agrícola não é somente uma questão de exportação, mas, de segurança nacional.

Há um embate toda vez que chega essa onda de inflação. E quem sempre segura e tem segurado nos últimos anos a balança comercial e a inflação é exatamente a produção agrícola.

Portanto, Sr. Ministro, faço essa indagação para que, de acordo com as novas fundamentações da área econômica e com toda a questão da alta dos juros, V.Exa. possa ter um cuidado especial para esse setor, que representa 22,4% do PIB nacional e 37% dos empregos gerados no Brasil.

Preocupa-nos – e não somente na Bahia, Estado aqui também representado pelos Deputados Sérgio Brito e Rui Costa – a perspectiva de crescimento da agricultura no Brasil e, nessa questão, o potencial de ampliação da área de cultivo, que o Deputado acabou de relacionar ao falar da proposta de reforma do CódigoFlorestal. É algo que muito nos preocupa e que também traz insegurança jurídica.

Faço essa solicitação aos Parlamentares, à equipe econômica e, enfim, a todo o Governo, porque essa questão da moratória traz enorme prejuízo ao Nordeste do País e é uma medida que não pode ser colocada como moeda de troca na reforma do Código Florestal. A Bahia, por exemplo, perderá enormemente sua condição de crescimento. Por intermédio do Governo Lula e, agora, da Presidente Dilma, os investimentos têm chegado à região, onde agora estão sendo implantadas áreas de fronteira agrícola; ao Cerrado e à Caatinga, para onde estão sendo levados investimentos do projeto de transposição do Rio São Francisco e serão

necessários novos investimentos na produção agrícola. Não podemos ficar 5 anos sem plantar.

Parabéns, Ministro, pelo seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os nobres colegas e o Ministro Alexandre Tombini e sua equipe, que só têm aperfeiçoado o trabalho do Banco Central com competência e sabedoria.

A elevação da taxa de juros contém a demanda agregada, mas impacta as contas públicas com o pagamento de juros, que, em 2010, alcançou o patamar de 200 milhões. Esses recursos poderiam ter sido usados para a melhoria do sistema de saúde, preocupação da maioria dos brasileiros, da educação e também serem alocados para as obras de infraestrutura necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Qual a política correta que o País deve adotar para sair dessa armadilha?

Pergunto também, Presidente Alexandre Tombini: quando se aumentam os juros – e sei que os bancos ganham muito mais –, por que o ganho dos bancos não pode ser estipulado num patamar, e esse aumento dos juros não vai totalmente para o Banco Central? Não há algum mecanismo para que esse aumento de juros, devido à questão inflacionária e outras, não seja alocado somente para o Banco Central, a fim de que apenas o Banco Central obtivesse esse lucro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Deputado, agradeço a V.Exa. a objetividade.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha. E, depois, o último orador, Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em primeiro lugar, quero trazer o cumprimento da Liderança do PMDB, que me pediu que aqui a representasse na condição de Vice-Líder. Cumprimento o Ministro pela exposição, que não pude acompanhar na íntegra devido à necessidade de estar também no plenário.

Ministro, ouvimos muitas coisas aqui, mas sabemos que a inflação funciona um pouco como expectativa inflacionária. Falar que preço A, B ou C está subindo não significa dizer que temos inflação. Alta de preço não quer dizer inflação. Inflação é alta continuada de preço. O que vemos, na prática, com o mercado muito aquecido de uma maneira geral, é que o poder aquisitivo aumentou. E, se a inflação estivesse corroendo, seria justamente o contrário. O poder aquisitivo estaria diminuindo, não estaríamos nessa febre que estamos vendo aí.

É claro que estamos vivendo também uma inflação de demanda. O aumento dos preços das commodities que vem do mercado internacional está agregado ao crescimento da inflação de demanda queestamos tendo. É claro que não concordamos em que o instrumento de aumento continuado de taxa de juros seja suficiente para controlar a inflação. Estamos vivendo momento em que o aumento da taxa de juros pode significar aumento da despesa pública de pronto. E, necessariamente, não vai haver nenhum impacto na contenção da demanda, até porque, como estamos vendo, uma parte dessa inflação é importada.

Um dos grandes fatores de estímulo para o aumento dos preços das commodities é a falta de destino dos capitais especulativos. E eles mesmos são os grandes patrocinadores do próprio aumento de preços de commodities e de alimentos no mercado internacional. Eles têm de buscar o capital, tendo em vista o fim da bolha imobiliária e o fato de que não têm rentabilidade nem juro. Ou seja, vão buscar mecanismos de derivativos por meio das bolsas de Chicago e das bolsas de commodities. E, com isso, forçam também o aumento de preços, o que é inclusive uma forma de seus executivos conseguirem manter o seu rendimento de bônus, mecanismo que, de certa forma, foi subtraído com o fim da bolha imobiliária. Então, esse é um aspecto que tem influência.

A meu ver – em primeiro lugar, elogiando a sua atuação –, as intervenções pontuais são importantes. Todavia, preocupa-me muito o fato de que o capital especulativo tenha uma porta aberta demais no nosso País. Por meio do mecanismo do IOF, V.Exa. está controlando ou tentando sustar esse ingresso exagerado do capital especulativo, porém sabemos que o especulador estrangeiro faz a conta. Enquanto o IOF ainda é líder em rentabilidade, ele vai continuar trazendo para cá esse tipo de capital. O IOF vai servir apenas para diminuir um pouco a despesa pública com a remuneração da SELIC.

Não existe por parte – é a pergunta que formulo – do Banco Central algum estudo ou alguma tentativa de tentar impor prazo de permanência para o capital que não é aplicado em investimento? Esse talvez seja um fator que nos impossibilite impedir a apreciação exagerada da nossa moeda.

Em relação ao segundo ponto, pego o gancho de um colega e, no mesmo sentido, manifesto preocupação com a forma com que os recursos do Fundo Garantidor estão sendo utilizados.

Existe algum problema de risco que necessite de intervenção maior do Banco Central acerca da liquidez

de bancos que possam ter ficado abalados em razão da quebra do PanAmericano e, em consequência, utilizaram os recursos do Fundo Garantidor para sobreviver? Existe algum planejamento do Banco Central? Será necessário adotar alguma medida ou o mercado já está prontamente regulado?

Ressalto que o Fundo Garantidor é dinheiro dos correntistas. Houve uma mudança no seu procedimento de um tempo para cá, e os recursos desse Fundo passaram a ser emprestados sem qualquer tipo de juros, apenas com a correção. Isso, de certa forma, é um subsídio indireto dos contribuintes, que por meio de suas contas bancárias, sustentam o Fundo Garantidor, sem remuneração.

Preocupam-nos não as especificidades de uma operação A, B ou C, mas, sim, o sistema, para que não haja qualquer tipo de abalo com relação ao processo dos bancos médios e pequenos depois da quebra do Banco PanAmericano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Por último, e não menos importante, como diriam os nossos vizinhos ao Norte, Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Sr. Presidente, Ministro Alexandre Tombini, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, quero me somar a todos os outros que parabenizaram a apresentação do Ministro pela precisão e didática. No entanto, apesar de ter sido muito didático, alguns dos presentes não conseguiram captar a mensagem do Ministro.

Fiz questão de registrar esta minha intervenção porque algum desavisado que chegasse à reunião não conseguiria entender a lógica do comportamento de alguns Parlamentares. Digo isso, porque algumas semanas atrás, quando estávamos discutindo a questão do salário mínimo, muitos defenderam arduamente valores maiores e acusaram a atual política de compressão e arrocho salarial para os mais pobres. Chegaram a apresentar emendas ao projeto dizendo que o País tinha todas as condições de sustentar valores maiores para o salário mínimo.

Essas mesmas correntes, porém, hoje afirmam que um dos fatores inflacionários é o valor definido para o salário mínimo e a garantia de reposição dos seus percentuais para os mais pobres. Realmente, pelo menos quando a diferença de tempo fosse tão curta assim, de semanas, um pouco de coerência faria bem ao País. E acho que essa coerência faria bem à compreensão dos que não entendem de economia e querem a política tocada com um pouco mais de seriedade e conteúdo verdadeiro, de quem se preocupa com os destinos do Brasil e do povo mais pobre.

Então, fiz questão de fazer este registro. Em algum momento, isso tem de ser dito. Não é possível que, com diferença tão pequena de tempo, haja posições tão diferentes, e o que valha seja apenas o discurso fácil da Oposição. Há duas semanas, o discurso era para aumentar o valor do salário mínimo. Agora, o salário mínimo é o responsável pela inflação.

Mas, Sr. Presidente, parabenizo também o Ministro pela decisão de aumentar o mínimo para o pagamento do cartão de crédito – e o mínimo é uma rolagem de dívida com base em taxas de juros absolutamente altas e inaceitáveis. Isso fará com que a demanda possa ser um pouco mais real em relação à renda de cada cidadão, e não seja rolada uma dívida a preços absurdos, como os hoje cobrados no cartão de crédito.

Pergunto se medida similar está sendo adotada também em relação a prazos de financiamento. Hoje, temos alguns bens que são financiáveis quase que pelo mesmo prazo dos financiamentos de imóveis. De certa forma, isso também é uma antecipação de renda futura. Diversos bens são financiados a prazos muito longos e, evidentemente, com taxas de juros bastante elevadas.

Para quem quer manter patamares altos de preços, isso é uma garantia daquele patamar mínimo de consumo, uma vez que aquilo é rolado a perder de vista. Embora pareça ser uma facilidade, há aí um custo, seja o custo dos juros altos, seja o custo inflacionário, na medida em que esses segmentos não reduzem preços porque conseguem manter uma demanda mínima graças a esses financiamentos extremamente longos.

Gostaria também de saber se o Banco Central tem estudos sobre preços relativos e estoque de inflação no Brasil. E, se os tiver, eu gostaria muito de ter acesso a eles.

Na análise de muitos, os preços são altos em alguns segmentos no País, e algo deveria ser feito para restabelecer preços relativos, e comparam nossos preços com os de outros países em vários segmentos produtivos. Se houver esses estudos, então, eu gostaria de ter acesso a eles.

Em relação à possível moratória prevista na proposta de reforma no Código Florestal – e o tema não faz parte da pauta desta reunião –, acho que o assunto está superado. Mais uma vez, ontem foi afirmado que existem apenas dois pontos a serem acordados, e essa moratória não está entre eles.

É evidente que, em relação à moratória, somo-me à opinião dos que aqui falaram. Temos de regular os critérios – e eles devem ser rígidos – da utilização e preservação do meio ambiente. Não podemos parali-

sar o País por qualquer tempo que seja. Exija-se mais rigor, e que a lei traga os rigores necessários.

A moratória significa paralisação de investimentos, quando precisamos, até para combater a inflação, alargar os investimentos, principalmente na área de produção agrícola. Isso não impede nenhum descuido com relação ao meio ambiente, até porque a exigência é a de que a lei a ser aprovada seja cumprida.

Parece-me, contudo, que isso está superado, uma vez que não consta entre os dois únicos pontos restantes a acordar. Apenas quis somar minha opinião.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que me conceda 1 minuto para eu fazer um esclarecimento breve pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, há pouco, um colega fez uma referência sobre aqueles que propuseram um reajuste maior do salário mínimo – e nós, do PSDB, também defendemos, naquele momento, que era possível dar um reajuste melhor ao trabalhador brasileiro, até um salário de 600 reais.

Quero, então, esclarecer que quem se manifestou dizendo que estava preocupado com a indexação – e isso está gravado – disse: "Sou da base do Governo e votei o projeto do reajuste do salário mínimo que indexa, inclusive, para os próximos reajustes..." Portanto, não foi a Oposição que veio aqui dizer isso, e eu não ouvi nenhum colega do PSDB reclamar do reajuste dado, que é ínfimo.

Hoje, o jornal O Globo divulga: "O Governo do PT, cujo berço é a luta sindical, vai defender que os trabalhadores sejam mais comedidos na hora de negociar reajustes salariais nos próximos meses". Portanto, é preciso deixar isso claro. Como Líder do PSDB nesta reunião, deixo claro que o partido, em momento algum, acha que o reajuste foi o responsável pela inflação, porque a inflação já estava alta antes do reajuste, que foi dado agora. E o reajuste foi aquém do que achamos que era justo dar ao trabalhador naquele momento. Agora, indexação para o futuro é outra história, inclusive vai ser por decreto – e naquele momento fomos contra ser isso feito por decreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Deputado.

Vamos passar a palavra ao Ministro Alexandre Tombini para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX – Presidente, questão de ordem. Quero responder, primeiro, com todo o respeito aos Deputados presentes e aos Deputados que se ausentaram... Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Deputado, como todas as questões versaram sobre o mesmo tema, acho que esse é um problema que não teremos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado a todos pelos comentários elogiosos, pelas perguntas e questionamentos.

Começando pela ordem, a Senadora Gleisi Hoffmann mencionou a questão da evolução da inflação acumulada em 12 meses, como isso pode afetar as expectativas e o que pode ser feito para controlar esse processo daqui para frente.

Em outra intervenção, respondendo a uma pergunta do primeiro bloco, mencionei que, muito provavelmente – e estamos trabalhando para isso –, a inflação mensal já começará agora a convergir para níveis compatíveis com o centro da meta anual, 4,5%; no mensal, seria algo entre 0,35% e 0,40%. Muito em breve, portanto, estaremos trabalhando nesses patamares. Maio, junho e julho tradicionalmente são meses de inflação um pouco mais baixa. Nosso trabalho continua, porque tudo o que é feito pelo Banco Central, inclusive as macroprudenciais, tem defasagens.

Vou voltar rapidamente a esse tema mais à frente ao responder uma pergunta específica, mas, no caso da política monetária e dessas defasagens, principalmente em 6 e 9 meses, o impacto mais cheio da política monetária sobre a inflação se dá em 3 trimestres. Então, tudo o que estamos fazendo é para fazer a inflação convergir para a meta no horizonte de 2012. Ao longo desse processo, veremos inflações mensais já compatíveis com o centro da meta, ainda que o acumulado esteja crescendo. Como fazer para isso não contaminar expectativas? Acho que, sendo consistente a própria política do Banco Central no combate à inflação, não há por que esse processo de contaminação ocorrer.

Então, quanto mais os indivíduos, inclusive o mercado, acreditarem que essa política é consistente para gerar esses resultados, tanto menor será esse problema. Agora, vai ser um esforço contínuo de consistência e de comunicação também. Esse já é um primeiro passo, mas acho que exigirá um trabalho pela frente.

A segunda questão é vinculada à SELIC, seus impactos sobre a inflação. Como já mencionei, em 9 meses, tem-se o impacto mais integral da SELIC sobre a inflação. Esse é um processo documentado, temos 12 anos de sistema e temos avaliado isso ao longo do tempo. Ela pode variar; mas, na média, o impacto máximo da política monetária sobre a inflação, sobre o aumento de preço, ocorre em 3 trimestres, em 9 meses.

O Deputado Rui Palmeira mencionou alguns aspectos específicos da inflação importantes – o preço na feira, o preço no posto de gasolina – e levantou al-

gumas questões sobre as medidas macroprudenciais, que, segundo a sua visão, têm microefeitos.

Tenho de discordar do nobre Deputado. Acho que as medidas têm surtido efeito, inclusive a política monetária hoje adotada pelo Banco Central surtirá efeito. Não tenho dúvida em relação a esse processo. E o cidadão comum vai sentir, sim, essa inflação mais baixa ao longo do ano e uma inflação convergindo para o centro da meta estabelecida pelo Governo, de 4,5% para o preço ao consumidor.

Em relação a um considerável grupo de produtos agrícolas, temos visto algum alívio na margem, no período mais recente. Isso ajuda, e vamos acompanhar os preços.

No que se refere à inflação, como alguém mencionou, não se trata de produtos específicos, mas, sim, do global, é um processo contínuo, persistente – acho que foi o Deputado Eduardo Cunha que mencionou isso. Em tudo o que está sendo feito, a política monetária atinge a economia como um todo, e é justamente para controlar e fazer com que esse processo de elevação de preço convirja para o objetivo do Governo, ou seja, 4,5% de inflação ao consumidor.

O Deputado Edmar Arruda também mencionou a questão das expectativas e perguntou se não haveria uma certa contradição entre aumento de juros e inflação. Disse o Deputado que a inflação não é de demanda. Essa não é a visão do Banco Central. A visão do Banco Central é a de que há múltiplos fatores por trás da elevação da inflação, vimos alguns que são comuns a todos os países, às principais economias, às economias comparáveis com o Brasil, às economias emergentes e à América Latina. Há alguns fatores que são comuns.

O que foi mencionado aqui pelo Deputado Rui Palmeira, quando se refere à feira e ao posto de gasolina, são dois fatores comuns que estão afetando a inflação em todo o mundo – nos países emergentes, mais os alimentos, porque pesam mais na cesta de consumo; e gasolina e energia, nos países desenvolvidos e economias maduras, embora tenham também impacto em países emergentes, em desenvolvimento.

Então, há essa questão dos fatores comuns, dos fatores vinculados talvez à demanda global, que aumentou muito o consumo de proteína e, consequentemente, manteve e elevou o preço das commodities, mas também há outros fatores que têm a ver com a política monetária extremamente expansiva no mundo, dando liquidez a esses mercados e mantendo os preços talvez acima do que estariam, caso não houvesse a política.

Agora, o Banco Central sempre reconheceu que um dos fatores tem a ver com a demanda, ou seja, a demanda cresceu, e cresceu bem no último ano, 10,5% à frente do crescimento do PIB, inclusive. Então, há o aspecto da demanda, isso é refletido, por exemplo, no preço do serviço, que roda um pouco acima da inflação. E é por isso, inclusive, que o Banco Central tem adotado essa política de combate à inflação, ainda que ajudado por outras políticas e também pelas políticas macro de outras áreas do Governo. Essa política visa justamente combater esse processo. E acho que estamos no caminho seguro para fazê-lo nos próximos meses.

Em relação à indexação, a questão foi tratada também pelo Deputado Audifax, que abordou sua preocupação com a indexação mais generalizada da economia. Creio que temos um arcabouço institucional no Brasil que já vem de longa data em relação a aluguéis e a outros preços. Aqui não se confunde o combate à inflação neste momento com uma agenda estrutural de médio prazo, de tratar de reduzir o grau de institucionalização da indexação de preço, coisa que já foi feita no passado. Houve progresso. Talvez essa seja uma área importante, e o Parlamento tem um papel relevante no sentido de avançar na questão da desindexação. Ela não deve ser confundida com o que estamos fazendo agora, o combate à inflação. Temos de combater a inflação com o arcabouço institucional vigente, ainda que se façam progressos paralelos. E também temos a ideia de que, se houvesse um pouco menos de indexação, poderia ser mais fácil.

Há países que têm indexação forte, como, por exemplo, o Chile, e a sua política monetária tem atuado nesse ambiente.

Resumindo, esse é um assunto importante de uma agenda de médio prazo, mas temos de combater a inflação, levar a inflação para a meta com o ambiente institucional vigente.

Ainda na sua exposição, o Deputado Audifax mencionou a questão das importações, que, de fato, não fez parte da nossa apresentação. Em relação à importação, ao quantum, temos, no primeiro trimestre, bens de consumo duráveis aumentando 36% em relação ao mesmo período do ano passado, os não duráveis, 18%; as matérias-primas, 10,6%; os bens de capital, 27%, um aumento expressivo; e os combustíveis e lubrificantes caindo nesse primeiro trimestre. O total das importações em relação ao primeiro trimestre do ano passado foi um crescimento de 12,4%. As exportações aumentaram mais de 3%, sendo que o aumento das de manufaturados foram de 4,5%. Isso tem a ver com o fato de que a economia está crescendo bem no Brasil, a demanda está robusta. Inclusive é um dos elementos que está por trás desse crescimento das importações no primeiro trimestre.

Em relação ao ICMS de produtos importados, não acompanhei muito bem a discussão. Mas, resumindo o que V.Exa. perguntou, se as importações têm um papel a cumprir na estabilização, no controle da inflação, creio que sim. Acho que esse tem sido o caso do Brasil.

O Brasil, de fato, é uma economia que se abriu ao longo do tempo. Hoje, a corrente de comércio é de 400 bilhões. Mais de 15%, quase 20% da economia se abriu em termos do comércio exterior, o que é importante no combate à inflação.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX – Presidente...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX – O Secretário do Tesouro Nacional esteve aqui para falar da reforma tributária. E foi ao Senado, na semana passada, incentivando essa questão da reforma, falando que o Governo está mandando a reforma por partes e priorizando a questão da reforma tributária no que diz respeito à questão do ICMS, numa tese de que esse ICMS deveria, principalmente em relação aos produtos importados – proposta do Senador Romero Jucá –, cair para zero entre os Estados. E uma das alegações a favor disso é a de que seria bom no que diz respeito à inflação.

A minha pergunta é: a reforma tributária, principalmente no que se refere ao ICMS, contribui, tem peso significativo na inflação?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Isso teria que ser avaliado, Deputado. Se V.Exa. me permite, vou fazer uma digressão rápida. Se a reforma tributária é consistente no sentido de ser neutra em relação à arrecadação, pode contribuir. Se não for neutra, se reduzir a arrecadação, tudo mais permanecendo do jeito que está – uma redução de arrecadação levando a déficit numa unidade da Federação, por exemplo –, isso pode não ajudar na inflação. Então, as implicações têm que ser avaliadas no seu sentido global, e não simplesmente o impacto direto sobre um preço específico. Eu teria que ver a arquitetura dessa reforma para poder fazer uma análise mais precisa por parte do Banco Central.

Em relação à sua quarta pergunta, V.Exa. menciona a questão dos prazos de financiamento, pergunta se haveria alguma medida macroprudencial. Acho que isso também foi mencionado numa pergunta posterior. Temos trabalhado, sim, na questão dos prazos. Houve um conjunto de medidas prudenciais em dezembro, no qual estabelecemos um requerimento de capital, ou seja, a reserva que o banco tem que deixar de lado para fazer frente a riscos não esperados na sua carteira de crédito. Caso o financiamento se desse em prazos alongados – há uma regra, acho que está na apresentação –, cobra-se mais capital do banco. Ou seja, não há proibição, mas há necessidade de se deixar mais recursos apartados nessas operações de financiamento. Por exemplo, foi mencionado aqui um financiamento com prazo dilatado, acima da vida contábil da garantia, da vida útil da garantia, o que é uma operação mais arriscada, que merece um castigo de capital maior por parte das instituições financeiras. Essas medidas já foram tomadas. No futuro, se preciso for, tomaremos medidas adicionais nessa matéria para conter o risco.

O Deputado Alexandre Santos fez uma série de observações em relação ao Banco Central, à sua independência e a alguns episódios na área financeira bancária. Algumas dessas operações mencionadas são aquisições de venda e mudança de controle, que são operações privadas na sua essência. Obviamente, assim que consumadas elas têm que ser submetidas ao Banco Central, que as avalia em duas dimensões. Primeiro, se o ato de concentração – porque em geral envolve algum ato de concentração – tem repercussões sobre a concorrência no sistema. Havendo, pode-se exigir contrapartidas, inclusive não aprovar a operação. O Banco Central avalia também sob uma outra dimensão, que é a dos seus aspectos societários: quem detém o controle, como fica a nova configuração, qual é o acordo de acionistas, quem será responsabilizado num evento de solução final, por exemplo, da nova instituição. Então, avaliamos essa operação sob essas duas dimensões, e temos um tempo regulamentar para avaliar e tomar uma decisão.

O fundo garantidor é uma entidade de natureza privada, como foi mencionado aqui, regulada e tem amparo, previsão, inclusive, na Lei de Responsabilidade Fiscal, festejada por todos nós. Essa lei prevê a constituição de fundos privados que detêm a exclusividade de entrar no processo de prevenção de insolvência. Só para relembrar à Comissão, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 28, veda o uso de recursos públicos para socorrer instituições financeiras, salvo mediante lei específica. Havendo lei específica, poderá haver o uso de recurso público para o socorro à instituição financeira. Esse tema foi, de certa forma, relacionado na sua intervenção. O fundo garantidor de crédito é um instrumento definido pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 28, §1º. Ou seja, é um fundo privado, constituído sob Direito Privado, que tem entre suas funções a prevenção da insolvência e também de outros riscos. O fundo funciona como um seguro, mas pode entrar nas etapas anteriores, se assim for decidido, para prevenir uma solução mais extrema em relação à instituição, porque ao fim e ao cabo o fundo garante o depósito. Ele garante os depósitos gerais até 70 mil reais, como V.Exa. bem sabe, e garante os depósitos a prazo, com garantia especial, até 20 milhões de reais por CNPJ, por CPF. Então, o fundo faz sua avaliação

econômico-financeira também para saber se vale a pena ingressar no processo, na prevenção.

Nós, obviamente, como reguladores do Sistema Financeiro Nacional, consideramos que o fundo tem um papel importante dentro da rede de proteção do sistema financeiro, e vemos um papel relevante do fundo garantidor para ser exercido num momento anterior à solução final. Na solução final, ele só chega para cobrir esses depósitos garantidos pelo fundo. Então, vemos com tranquilidade esse processo de participação do fundo garantidor nos casos mencionados. Obviamente, são decisões privadas. Chegando qualquer denúncia ao Banco Central, será naturalmente avaliada em detalhe pelo seu departamento jurídico, pela Procuradoria-Geral, enfim, pelos departamentos diretamente envolvidos com esse tipo de assunto naquela autarquia.

O Deputado Domingos Sávio festejou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agradeço os elogios à apresentação. S.Exa. também fez duas perguntas mais específicas. Para responder à primeira, certamente não tenho a expertise. A segunda é para discorrer a respeito da questão da expansão da área cultivada, como isso se relaciona com a discussão que está havendo aqui. Acho que o Deputado já ofereceu algumas informações adicionais sobre esse processo que está em curso no Parlamento. Eu queria dizer que, de fato, o Brasil é um dos poucos países que tem área arável adicional para o futuro, respeitando, naturalmente, o que for decidido neste Parlamento em relação às questões ambientais ressaltadas por V.Exa.

Em relação às cooperativas de crédito, somos entusiastas do segmento. Temos patrocinado uma mudança importante na regulação do segmento cooperativista de crédito. Temos uma interlocução muito forte com todos os ramos, com todas as grandes federações do cooperativismo. Nos últimos anos tenho a satisfação de ver o cooperativismo de crédito se expandindo, com o número de associados indo de 3 milhões para 5 milhões num curto período, com as cooperativas de livre admissão, que congregam vários ramos de cooperados. Enfim, isso tem sido um caso de sucesso, pela capilaridade, não tanto pela participação no sistema financeiro, que ainda é pequena. Pela capilaridade e pela reciclagem da poupança local. Vimos que tivemos a crise financeira de 2008 e não tivemos problema nesse segmento. Estou à disposição para entrar no detalhe da sua questão junto com o diretor da área para evoluir na participação dos entes públicos no cooperativismo.

O Deputado Oziel Oliveira menciona uma área que obviamente festejamos, agricultura. Não conheço os detalhes, a não ser a questão do crédito rural, que tem relação com o Banco Central, com o Conselho Monetário Nacional. A visão mais estratégica é, de fato, de que esse segmento continue dando a contribuição de âncora verde, dando grande contribuição às nossas contas externas ao longo do tempo. Isso não deve ser diferente para a frente no que diz respeito às políticas de financiamento, que têm participação, uma definição por parte do Conselho Monetário do Banco Central.

O Deputado Fábio Ramalho menciona alguns aspectos da política monetária, elevação dos juros, bater na demanda agregada, basicamente isso. O instrumento de política monetária é utilizado para controlar e para afetar a demanda agregada. Isso afeta a inflação em 6 a 9 meses, como mencionei anteriormente.

Agora, como vimos também na apresentação, um outro fator macroeconômico que afeta a dívida pública, além dos juros, é a inflação. Então, juros insuficientes, baixos, que não controlam inflação, geram inflação. E a inflação acaba elevando o custo de financiamento do setor público. Então, essas coisas não têm essa relação tão direta, é uma relação um pouco mais complexa.

Naturalmente, ele menciona que a economia com juros poderia gerar recursos para emprego também. O pagamento de juros tem a ver com o que já foi feito no passado em termos de acumulação de déficit que se tornou dívida – a dívida precisa ser servida, remunerada.

É o que eu tenho a comentar em relação às perguntas do Deputado Fábio Ramalho.

Em relação às questões do Deputado Eduardo Cunha, eu já mencionei alguns aspectos citados na sua apresentação. Em relação a sua primeira pergunta, a quarentena não está no radar do Banco Central. Agora, obviamente, nós temos, como eu procurei apresentar na minha exposição, inclusive em alguns slides, a preocupação de lidar com esses fluxos, porque eles refletem uma situação extraordinária, que não vai perdurar no mundo, que é uma política monetária de juro zero, com afrouxamento quantitativo, na Europa e nos Estados Unidos, com o Japão também injetando liquidez em função do próprio desastre do terremoto. É uma situação global que não é permanente, mas que pode deixar marcas permanentes em algumas economias que não se protegerem em relação a essa abundância de capital, porque parece tudo muito bom, dinheiro fácil e barato, mas em um momento a maré vira e, se não tivermos condição de moderar esse fluxo, poderemos ter problema na saída, na virada.

Creio que o Brasil está se preparando bem. Nós constituímos um colchão de reservas internacionais acima do que tínhamos antes da crise de 2008, mas, em relação ao tamanho da economia, é mais ou menos a mesma coisa, em torno de 14%, 15%. Temos um colchão de liquidez também em reais, depósito compulsório depositado no Banco Central já acima de 400 bilhões. Então, as nossas defesas foram restabelecidas.

Estamos bem para um momento mais adverso. Mas, obviamente, como vimos em 2008, essa absorção de liquidez desenfreada sem nenhum cuidado pode gerar impactos também na economia real, no setor privado não financeiro, que começa com a percepção de que não há risco cambial, de que a direção é uma só. Isso nós bem sabemos que pode virar e, ao virar, pode gerar uma saída de fluxo, afetar o preço relativo da moeda e comprometer a capacidade de pagamento dos que contraíram financiamento sem proteção em moeda estrangeira.

Em relação à questão do FGC, também eu faço referência às respostas que passei ao Deputado Alexandre Santos. Quero dizer que, quanto à questão dos bancos, do segmento que V.Exa. mencionou, o modelo de negócios de originar créditos e distribuir, seja no mercado de capitais ou para as outras instituições, está sendo reforçado com o aumento da capacidade de retenção das carteiras dentro das instituições onde se originam, sem perder de vista que securitização é um instrumento importante para o futuro.

Essa não é uma discussão brasileira, mas global. O modelo de originação e distribuição, onde se têm fontes de funding das instituições do sistema, que não são aquelas fontes pulverizadas, de milhares de depositantes, de maior estabilidade. Enfim, essa é uma discussão na Europa e nos Estados Unidos; e não é diferente no Brasil, mas, mais uma vez, o Brasil está na frente, olhando para as questões. O próprio sistema tem reagido de forma robusta aos episódios que ocorreram. O próprio segmento tem dado passos seguros na direção do seu fortalecimento.

Eu creio, com isso, que ficam, então, respondidas as perguntas do Deputado Rui Costa em relação à questão do aumento do prazo. Também agradeço as suas palavras em relação à didática da apresentação.

Vou procurar na próxima também levar em consideração os comentários feitos por outros colegas seus na apresentação. Mas, em relação às suas perguntas específicas, quero dizer que quanto à questão do prazo de financiamento, como eu mencionei, nós já estamos endereçando, em alguns casos, não com proibição, mas com requerimento de capital adicional. Pode-se fazer a operação, ela é mais arriscada, tenha consciência disso, mas ponha mais capital apartado para que, numa eventualidade, perdas não esperadas não criem um desequilíbrio patrimonial na instituição.

Em relação aos preços relativos, tenho ideia de que há especialistas, sim, que tratam da matéria, mormente quanto à frequência de ajuste de preços, preços relativos. Terei o prazer de passar, via Assessoria Parlamentar, o nome das pessoas para futuros contatos e debates.

Muito obrigado, Presidente. São esses os meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Obrigado, Ministro Tombini.

Eu quero agradecer, em nome das três Comissões da Câmara dos Deputados e das duas do Senado Federal, que aqui promoveram esta audiência pública, pela presença do Ministro, assim como da Diretoria do Banco Central, dos Diretores presentes, Anthero Meirelles, Altamir Lopes e Carlos Hamilton.

Agradeço pela presença de todos vocês e de toda a equipe técnica do Banco.

Agradeço aos Parlamentares que resistiram até quase 2 horas da tarde sem almoçar e ao nosso Ministro, que demonstrou uma notável resistência física e intelectual.

Quero falar da confiança que nós, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, temos em relação ao trabalho que sua equipe tem desenvolvido, Ministro, no sentido de garantir padrões de crescimento econômico e o combate à inflação como a prioridade do Governo Dilma, mas sem fazer como em outros Governos, quando a dose do remédio matava o paciente, jogando o Brasil em crises recessivas.

Hoje o Brasil não é a jabuticaba do crescimento mundial, no sentido de estar sempre no fim da fila. Ao contrário, lideramos um bloco de países latino-americanos que têm um crescimento expressivo.

Acredito que a política do Banco Central, prudente, múltipla, diversificada nas ações e também comprometida com o crescimento econômico conseguirá debelar esse leve repique inflacionário e garantir o crescimento econômico mantido nos últimos 8 anos.

Agradeço a todos o comparecimento.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA.

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMA (DESIGNADA PARA ÀS 11h30), NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às treze horas e oito minutos do dia quinze de março de dois mil e onze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício da Senhora Senadora **MARISA SERRANO**, nos termos

do artigo 88, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, VANESSA GRAZZIOTIN, JOÃO PEDRO, MARISA SERRANO e PAULO DAVIM.** Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) **WALDEMIR MOKA** e **VITAL DO REGO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa a apreciação da pauta, que é destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Em escrutínio secreto são eleitos por unanimidade como Presidente da Subcomissão a Senhora Senadora **MARISA SERRANO,** com seis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, e para Vice-Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **PAULO DAVIM**, com seis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Após, usa da palavra a Senhora Senadora **KÁTIA ABREU.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente da Subcomissão Permanente da Água.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Subcomissão Permanente da Água, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior, do ano passado ainda, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Foi registrada até o momento a seguinte chapa: para Presidente, Senadora Marisa Serrano, aqui presente, e para Vice-Presidente, Senador Paulo Davim.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após chamada nominal para votação. Será feita chamada nominal obedecendo às composições partidárias.

Antes de passar à votação, como sei que todos votam e depois têm outras preocupações, queria apenas dizer da importância desta Comissão: uma comissão que trata das enchentes, e estamos vendo isso em todo o País; uma comissão que trata do excesso das chuvas e do monitoramento delas; e da prevenção que pode ser feita; prevenção e preservação dos nossos mananciais; da utilização dos nossos rios – para energia, para transporte, para turismo, para pesca e assim por diante; a legislação dos rios transfronteiriços, que nós não temos. Não há uma legislação que garanta que o Rio Amazonas não vá ser prejudicado durante o seu percurso. E nem o Rio Paraguai que passa pelo meu Estado e que é um rio tipicamente do Mercosul, porque passa pelo Brasil, pelo Paraguai, pela Argentina e pelo Uruguai. E não há uma legislação de rios transfronteiriços, nem de rios transnacionais, como é o caso do Rio Amazonas.

O pagamento da conservação das nascentes. A Agência Nacional de Águas já está com a legislação pronta, em execução, alguns monitoramentos feitos em algumas regiões do País, pagando o produtor rural que cuida das suas nascentes. Essa é uma legislação nova e que temos de acompanhar também aqui, uma legislação do primeiro mundo, e principalmente discutir outras questões, como assoreamento dos rios, por exemplo.

Então, há questões sérias que têm de se tratadas nesta subcomissão, e acredito que é uma subcomissão permanente – não é temporária – e, portanto, eu gostaria muito aqui de pedir a todas as Senadoras e os Senadores que tenham maior carinho e consideração com esta Subcomissão.

Portanto, passamos à votação.

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Senador João Pedro. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Wilson Santiago. *(Pausa.)*

Encerrada a votação, convido o Senador Antonio Carlos Valadares, que já está aqui, a postos, para ser escrutinador. Convido também o Senador Taques.

Da relação dos Senadores e Senadoras que se inscreveram para a Subcomissão Permanente de Águas, não consta o seu nome.

(Intervenção fora do microfone)

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Você é minha suplente. Eu já votei.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, o resultado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Resultado.

Primeiro voto: Marisa Serrano, Paulo Davim; segundo voto: Marisa Serrano, Paulo Davim; terceiro voto: Marisa Serrano, Paulo Davim; quarto voto: Marisa Serrano, Paulo Davim; quinto voto: Marisa Serrano, Paulo Davim; sexto voto: Marisa Serrano, Paulo Davim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Boa de urna!

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Por unanimidade, então, a chapa encabeçada por mim e pelo Senador Paulo Davim foi eleita.

Deixo a palavra livre caso alguém dela queira fazer uso.

Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Senadora Marisa, quero parabenizá-la pela Presidência dessa Subcomissão tão importante para o Brasil, que é a Subcomissão de Águas. Não pude dela ser titular por conta das acomodações partidárias, mas estou muito feliz com a sua constituição e estou pronta a colaborar mesmo como suplente.

Gostaria de deixar um alerta para essa Subcomissão, apenas a título de sugestão. Pelos estudos que estamos fazendo constantemente com relação a água e solo, principalmente por conta de nossa presidência na CNA, chegamos à conclusão de que é preciso focar a questão dos riscos nas encostas, aliar a contribuição da Embrapa e de toda a academia brasileira no sentido de demonstrar que do que o Brasil precisa, com urgência, é de mapas de solo com uma escala suficiente para encontrar os riscos urbanos de moradia, para mostrar a ocupação urbana nos morros do País.

Hoje, infelizmente, as escalas dos mapas brasileiros de solo são de apenas 1 para 200.000. Portanto, é impossível verificar os riscos a que essas pessoas que moram nos morros e nas encostas estão sujeitas. As escalas indicadas pelos pesquisadores que estão nos orientando são de 1 para 15.000 ou de 1 para 20.000. Esses mapas não são caros, não é uma questão orçamentária; ao contrário: é uma questão de vontade política, de decisão de fazer esses exames de solo em todas as encostas do País para evitar tragédias como aquela a que assistimos recentemente no Rio de Janeiro e em outros Estados em outros anos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Kátia.

Uma das questões de que tratei, a primeira que mencionei aqui, foi justamente a das enchentes. Fazer esse levantamento das encostas é fundamental.

Não havendo mais quem queira se pronunciar a respeito, dou por encerrada a reunião.

Agradeço imensamente aos pares a oportunidade que temos, eu e o Senador Paulo Davim, de estarmos à frente dessa Subcomissão de Águas.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMA (DESIGNADA PARA ÀS 11h30), NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às treze horas e dezoito minutos do dia quinze de março de dois mil e onze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, nos termos do artigo 88, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, ANIBAL DINIZ, EDUARDO BRAGA, CÍCERO LUCENA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, PAULO DAVIM e RODRIGO ROLLEMBERG.** Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) **VITAL DO REGO e EUNÍCIO OLIVEIRA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Em escrutínio secreto são eleitos, por unanimidade, como Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **BLAIRO MAGGI,** com sete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, e para Vice-Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, com sete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Foi registrada até o momento a seguinte chapa: Senador Blairo Maggi para a Presidência da Comissão e o Senador Cícero Lucena para a Vice-Presidência.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Será procedida a chamada nominal obedecendo as composições partidárias.

(Passa-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Eu voto em primeiro lugar, depois o Senador Pedro Taques.

Senador Aníbal Diniz
Senador Vital do Rego
Senador Eunício Oliveira
Senador Eduardo Braga
Senador Cícero Lucena
Senador Paulo Davim
Aqui só votam os titulares?
Senador Rodrigo Rollemberg
Senador Walter Pinheiro
Senador Vicentinho Alves
Senador Valdir Raupp
Senador Waldemir Moka
Senador Lobão Filho
Senador Flexa Ribeiro
Senador Jayme Campos
Senador João Vicente Claudino
Senador Aloysio Nunes Ferreira

Encerrada a votação, convido o Senador Ivo Cassol e a Senadora Vanessa Grazziotin para servirem como escrutinadores.

Podem começar a contar.

(Procede-se à contagem das cédulas.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Foram sete votos para Blairo Maggi, Presidente, e sete votos para Cícero Lucena, Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado aos meu Pares.

Terminada a apuração, declaro eleitos como Presidente Blairo Maggi e Cícero Lucena, Vice-Presidente, com sete votos cada um. Eleitos por unanimidade. Prometo-lhes muito trabalho e relatórios atualizados.

Está encerrada a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO CONJUNTA DA CMA (DESIGNADA PARA ÀS 10H), NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às treze horas e cinquenta e sete minutos do dia cinco de abril de dois mil e onze, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, VITAL DO REGO, EDUARDO BRAGA, CÍCERO LUCENA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, PAULO DAVIM, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, EUNÍCIO OLIVEIRA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão. O Presidente designa Relator o Senhor Senador **VITAL DO RÊGO**, que faz a leitura do Plano de Trabalho. Em discussão, são apresentados aditamentos pelos Senhores Senadores **EDUARDO BRAGA, PEDRO TAQUES** e **FLEXA RIBEIRO**. Colocado em votação, a Subcomissão aprova o Plano de Trabalho, com os aditamentos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta

a segunda reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apresentação do plano de trabalho desta subcomissão. E quero convidar o nosso Relator, Senador Vital do Rêgo, para apresentar aqui o plano de trabalho que a subcomissão elaborou, e posterior aprovação, porque nós temos que começar a trabalhar.

Outro dia, vi uma declaração do Presidente da FIFA, na qual ele disse que a Copa do Mundo é amanhã, e nós estamos achando que ela é depois de amanhã. Na realidade, estou de acordo com ele, a Copa do Mundo é para amanhã. Estamos atrasados nas obras. Aliás, desde o início, quando o Brasil foi escolhido como sede, eu já achava que a gente devia começar a trabalhar noutro dia. E já se passaram dias, meses e ano e a gente não trabalhou. Agora, temos que correr atrás do prejuízo, e me preocupa muito se a nossa subcomissão aqui não for agilizar, tentar conversar, chamar, tentar desobstruir os canais que, às vezes, estão obstruídos, nós vamos acabar colaborando para aquele velho problema brasileiro de deixar tudo para a última hora e, no final, ter que liberar licitação, ter que fazer isso e aquilo, e acho que nenhum dos Senadores gostaria de compactuar com esse tipo de coisa.

Então, cabe a nós aqui, desta subcomissão, a partir desta instalação, já convidar o nosso Senador Vital para ler a proposta do plano de trabalho e, se aprovado, iniciarmos a produção dos nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para uma questão de economia processual, tenho a impressão de que foi distribuído para todos os membros da Subcomissão o plano de trabalho. Creio que bastaria ao nosso Vice-Presidente, Senador Vital do Rêgo, ler os principais tópicos para levar à aprovação, e não ler todo o documento, já que ele está distribuído individualmente para cada Senador ter ciência do que está votando.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Concordo com V. Exª.

Com a permissão do Presidente, a quem agradeço de forma penhorada a indicação para esta relatoria sobre um assunto tão importante ao nosso mundo e, essencialmente, a este País, quando teremos um evento dessa magnitude, e estar ao seu lado, para mim, Sr. Presidente, é muito honroso pela sua história, pelo seu trabalho, por tudo o que o senhor já prestou a este País.

Como bem disse o Senador Eduardo, nós temos feito, e fizemos com o apoio da Consultoria Legislativa – e aqui já agradeço esta proposta –, um plano de trabalho dividido em seis grandes etapas.

A primeira, constitui um portal para acompanhamento de todos os gastos destinados à Copa. De forma imediata, nós vamos fazer isso.

O segundo item será um requerimento de informações aos Srs. Governadores, aos ministérios para saber como andam, como disse o Sr. Presidente, as ações do que deveria ter sido feito ontem. E já estamos atrasados.

Então é a ação, os Estados da realização da obra, o custo previsto, o cronograma de execução, os órgãos responsáveis.

Depois, num segundo momento, montando esse banco de dados, requerer aos governadores e prefeitos das sedes dos jogos, a listagem das ações detinadas à copa. O que os Estados têm feito com relação às obras, aquisição de bens. Depois o evento propriamente dito com os governadores, prefeitos e conselheiros do Tribunal de Contas e os relatórios. Na medida em que os dados da copa forem inseridos no portal, essa diretoria apresentará relatórios especiais destinados a divulgar o andamento e dar transparência a todas as ações.

Uma outra etapa, essas etapas são correlatas efetivamente, as audiências públicas, onde vamos ouvir os ministros, os governadores e prefeitos dessas cidades. E numa etapa final, as visitas da subcomissão a esses locais de maior necessidades. Esses são os seis temas, Sr. Presidente, que acontecem de forma simultânea e espero, com o apoio de todos, oferecer um relatório que mostre a necessidade e a importância de que esta comissão e o Senado acompanhem essas obras.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para sugerir ao relator que não apenas no item 5, audiências públicas, mas também no item 2, requerimento de informação, que não ficasse restrito apenas a Ministros de Estado, Governadores e Prefeitos.

Vejamos:

A questão da aviação comercial e a questão dos aeródromos não estará mais vinculada a um ministro mais a uma secretaria específica e a uma agência, no caso a ANAC, e a uma autarquia no caso a infraero. Portanto precisaríamos aqui no plano de trabalho de ter a inclusão não só de ministros mas de autarquias, empresas e secretarias afins.

No mais parabenizar a propositura do plano de trabalho que é concisa, objetiva como deve ser o trabalho dessa subcomissão, para que nós possamos efetivamente contribuir e sermos o facilitador para a construção da copa no Brasil.

Aproveitando, Sr. Presidente, quero apresentar , nos termos regimentais, requerimento à Mesa que sejam convidados os senhores Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero , Ricardo Laser Gonçalves, Secretário Nacional de Esportes de Alto Rendimento, para comparecerem a essa subcomissão a fim de informarem sobre as providências adotadas no quadro preparativo do Brasil para a Copa do Mundo de 2014, e eu faria aqui também a inclusão, além da questão da Infraero, da Anac.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT-MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi Bloco/PR-MT) – Pois não Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT-MT) – Quero também parabenizar pela proposta de trabalho o Sr. Relator e a assessoria técnica da subcomissão e expressar uma preocupação. Penso que essa subcomissão não possa ser apenas uma subcomissão de acompanhamento de infraestrutura. Temos que acompanhar o legado da copa. O que nos preocupa além da infraestrutura é se os recursos públicos que serão dispendidos serão bem aplicados. Nós temos que nos preocupar com o pós-copa; o que restará da copa para a República Federativa do Brasil. Dou como exemplo o Estado que, aqui, represento com muito honra, Mato Grosso, que a copa em razão de um trabalho desenvolvido pelo Governador, hoje Senador, Blairo Maggi, foi contemplado como sede da copa. Teremos ali não mais que três ou quatro jogos, 75% de ingresso para esses jogos ao que consta já vem vendido com pacotes internacionais. Teríamos aqueles locais apropriados para a população apreciar os jogos, portanto, a preocupação que essa subcomissão deve ter é com o pós-copa. Quero saber, e vou fazer essa solicitação por escrito, é quantos brasileiros serão contemplados com isso depois da copa, quantos brasileiros serão qualificados; o saneamento que a Copa do Mundo deixará para a República Federativa .do Brasil. Quero cumprimentá-lo e dizer que essa proposta é muito interessante para o início dos trabalhos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu queria incorporar, *in totum*, na sua totalidade, a preocupação do nosso Senador Pedro Taques e dizer a ele que, no nosso portal, já há uma abertura, um *link*, que traduz toda a preocupação de S. Exª com relação ao legado. Até porque temos de ter essa necessária preocupação em virtude de um certo fracasso que tivemos com o legado do Pan-Americano.

V. Exª pensou nisso e aqui quero exteriorizar como objetiva a formação desse conceito sobre o legado como um dos instrumentos desta Comissão. Em Cuiabá, graças à força e ao empenho deste administrador, o nosso Presidente, vamos ter o anel viário, que ficará como um grande legado em termos de mobilidade urbana, além de outros importantes que deverão ser erigidos após a Copa.

Parabenizo e agradeço a preocupação de V. Exª com o pós-Copa também, que deve ser objeto desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Quero convidar o Senador Cícero Lucena, nosso Vice-Presidente, a tomar assento na Mesa conosco. Ele é o Vice-Presidente da Subcomissão.

Com a palavra, o Senador Eduardo Braga. Depois...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu queria, Presidente, não só concordar com o Senador Pedro Taques, mas eu gostaria de adicionar que, nessa questão do legado da Copa, existem – além da mobilidade urbana, além da infreestrutura na área de aeroportos, de portos, em meios de comunicação, em que vamos, sem dúvida nenhuma, avançar – dois legados que poderão advir da Copa que são extremamente importantes e esta Comissão deveria priorizar: segurança pública e saúde pública.

Quem está acompanhando o noticiário nacional, a imprensa nacional, nos últimos dias, percebe claramente que tanto a questão da segurança pública quanto a questão da saúde pública precisam avançar, e avançar muito, no Brasil; e precisam avançar, e avançar muito, nas cidades sede da Copa, sob pena de termos durante a Copa do Mundo riscos muito graves de uma exposição do Brasil para a comunidade internacional.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Eduardo, me permite...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Acho que o senhor já poderia colocar no seu requerimento, para ganharmos tempo, a convocação, pelo Governo Federal, do Senasp ou... Não sei quem é responsável por isso, vamos levantar, para trazer aqui. Porque essa é uma grande preocupação, e não vi nenhuma movimentação até agora nesse sentido. Talvez, prioridade nessa questão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Aceita a sugestão do nosso Presidente. Vamos colocar como um adendo no nosso requerimento. Sugeriria,

inclusive, a vinda do Ministro da Justiça, porque várias declarações absolutamente díspares nós já ouvimos, inclusive a de que nós vamos liberar os policiais para fazer trabalho *freelancer*, conhecido como...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bico.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ...bico, na área da Copa do Mundo.

Acho que temos um outro problema gravíssimo, Senador Blairo, principalmente na nossa região, na Amazônia. Manaus é sede da Copa do Mundo, Cuiabá é sede da Copa do Mundo; no entanto, estamos com graves problemas para controlar dengue e malária na nossa região. Imagine: a Copa do Mundo acontece no mês de junho, é exatamente o período entre a transição de inverno e verão. Portanto, um período que, se nós não estivermos com a dengue extremamente controlada, com a dengue extremamente equilibrada, com a malária etc., nós não teremos... Talvez seja esse um dos maiores legados da Copa.

Ontem, havia uma matéria veiculada na imprensa nacional dando conta de que a Fiocruz, juntamente com institutos americanos, dava início à fase da vacinação contra a dengue. Ora, Sr. Presidente, esta Subcomissão poderia fazer gestões junto ao Governo Federal, junto à Fiocruz, junto aos institutos do Ministério da Saúde para tentar antecipar os protocolos dessa vacina. Se pudéssemos estar imunizados... Eles estão anunciando para 2015.

Ora, a Copa é em 2014. se pudéssemos fazer um redesenho dos cronogramas e dos protocolos da vacinação da dengue, poderíamos chegar na Copa do Mundo dando um grande exemplo. A dengue não é mais propriedade da Amazônia, a dengue não é mais privilégio dos amazônidas.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Estamos convivendo com o tipo IV, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Aconteceu o primeiro registro de tipo IV no interior de São Paulo, a paciente, graças a Deus, já está fora de perigo, já retomou o trabalho no dia de hoje. O Amazonas teve os primeiros casos de dengue tipo IV, cujo vírus entrou pela Venezuela, há todo um conhecimento e um controle sobre isso, o Brasil tem hoje circulando quatro tipo de vírus de dengue (I, II, III e IV), além, obviamente, do hemorrágico.

Mas o que quero destacar aqui ao Sr. Presidente é que acho que podemos adotar nos legados e nas prioridades não apenas, como bem disse o Senador Pedro Taques, as obras, a infraestrutura, mas as questões humanas, que têm repercussões no futuro e na imagem do Brasil, têm repercussões na economia, têm repercussões em segmentos importantes como turismo. Se tomarmos,, nesta Comissão, a vanguarda – repito, por exemplo, a vacinação contra a dengue – poderemos prestar um grande serviço à nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi Bloco/PR – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, os grandes avanços da humanidade, Senadores, acontecem nos momentos mais difíceis, principalmente nos momentos de guerra, em que se faz investimentos sem muita preocupação com orçamento porque é obrigado a fazê-los. Acho que, quando o Brasil foi escolhido como sede da Copa do Mundo – trabalhei para que Cuiabá fosse escolhida sede também, tenho certeza de que V. Exª também – foi exatamente nesse espírito, ou seja, vamos chegar a um momento em que vamos fazer porque vamos ter que fazer. Essa sua proposição de avançar um ano ou trazer um ano para frente aquilo que vai acontecer em 2015 é exatamente o esforço de Copa do Mundo e outros esforços que temos que fazer.

Vamos convidar o Ministro da Saúde para estar aqui, com sua equipe, para que possamos detonar esse processo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sugiro, Sr. Presidente, o Ministro da Saúde e o Presidente da Fiocruz, bem como o Secretário da área de imunização, de controle de endemias, no Ministério da Saúde, porque, obviamente, o Ministro vai dar a decisão política, mas a operação passa pela vontade na base dos cientistas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi.Bloco/PR – MT) – Muito bem. Como veem V. Exªs, vamos ter muito trabalho aqui.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, primeiramente, parabenizá-los pelo desafio desta subcomissão e pela relatoria do Senador vital e Vice-Presidência do Senador Cícero, de fazer um acompanhamento para a Copa de 2014. Como disse o Senador Blairo Maggi, não é amanhã, mas temos que estar atentos, porque 2014 já é daqui a pouco. E se nós não estivermos atentos, vamos ser surpreendidos pelos cronogramas que deve ser cumpridos. Quero parabenizá-lo pela proposta de trabalho. Acho que o Senador Eduardo enriqueceu a proposta com a inclusão dessas duas áreas importantíssimas – segurança e saúde – para serem previstas, porque, sem sombra de dúvidas, trata-se de duas áreas que trarão a decisão da vinda ou não dos torcedores e dos turistas ao Brasil durante os eventos.

E acredito que poderíamos também, Presidente Blairo, criar, não sei se nesse portal que o Senador

Vital propõe, mas criar um acompanhamento de datas importantes, um cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O portal já tem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois é, definindo datas em que a Comissão possa acender uma luz vermelha se aquela data não for cumprida, porque não dará para que a Comissão acompanhe *pari passu* todos os eventos da construção, mas se não acontecer tal evento já sabemos que o risco de não concluir será aumentado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nossa Comissão terá que ter cronograma, até que para amanhã não digam que a nossa Comissão está dentro dessas obras e dentro desses programas atrasados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exatamente, ou seja, se a obra atrasar, a Comissão não atrasará em tornar público o atraso das obras.

Então, quero parabenizar a Presidência, a Relatoria e a Vice-Presidência e aos membros da Comissão por esse trabalho que vai ser exaustivo, mas importante para a nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado Senador Flexa.

Então, vamos fazer a seguinte proposta: dentro do plano de trabalho aqui colocado, as sugestões que foram aqui levantadas pelo Senador Taques, Senador Eduardo, Senador Flexa, e que foram discutidas na mesa, colocamos todas dentro do plano de trabalho e depois apresentamos aos Senadores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Presidente, só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Seria, portanto, um adendo no item 2 do plano de trabalho, no que diz respeito à questão porto, aeroporto, mobilidade urbana, segurança e saúde, não restrito apenas aos Ministros, mas também às demais autoridades afins. E, no item 5, nas audiências públicas, também com relação a porto, aeroporto, mobilidade urbana, segurança e saúde, com a mesma extensão às autoridades afins. E a CBF também.

O SR.VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A CBF que deverá ser uma das primeiras a ser chamada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – A Confederação Brasileira terá que ser, obviamente, uma das primeiras a ser chamada.

O SR.VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu recolho para o relatório, a partir da aprovação de V. Exªs, e me comprometo, tão logo esse documento estiver pronto, enviar ao gabinete de V.Exªs para análise final. E fico permanentemente aberto para novas sugestões. Esse relatório é votado, mas não estará fechado, obviamente, porque na primeira reunião nossa, quantas sugestões ricas e importantes nós recolhemos.

Agora, para terminar, para que possamos também colocar no plano de trabalho, Presidente,eu gostaria que V. Exª consultasse sobre qual seria a melhor data para as reuniões porque quero também incluir no nosso plano de trabalho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Só para eu concluir a questão de ordem, e seria o último ponto que eu gostaria de abordar, todos nós estamos percebendo, com relação à questão dos mecanismos de controle que estão havendo em relação às obras da Copa, um certo paralelismo de ações entre Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e Ministério Público. Acho que esta Comissão, que está dentro da Comissão de Fiscalização e Controle, pode ser o fórum adequado para que possamos acabar com esse paralelismo de ação. Paralelismo de ação que, independentemente, do nosso dever, obrigação de ter controle, fiscalização e transparência pode estar fazendo redundâncias que levem ao atraso das obras. Portanto, esta Comissão precisa acompanhar, debater porque acho que precisamos ter um procedimento que não seja redundante nem repetitivo na fiscalização e no controle dessas obras da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito bem, Senador, isso nó vamos descobrir na primeira reunião, quando nós chamarmos cada uma das cidades que vamos ouvir para ver o seu plano de trabalho, o que está acontecendo e as dificuldades. Certamente, vamos chegar à conclusão de que algumas redundâncias estão acontecendo. E vamos por esse caminho.

Então, gostaria de fazer a seguinte proposta: aquilo que está escrito aqui,que já está explicitado, que fique aprovado. Quer dizer, eu coloco em votação pela Comissão. E as sugestões nós incluímos e, na próxima reunião, de posse da leitura, fica aprovado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, apenas por economia, aprove com os adendos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Por mim não há problema algum Eu só não quero atropelar nada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Aprove com os adendos, e a redação final virá para ser aprovada na Ata da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, aprovado o nosso plano de trabalho com as sugestões colocadas aqui nesta reunião.

E queria agora definir as datas das reuniões. Vejam bem: às terças, quartas e quintas-feiras eu acho que quase todo mundo aqui está abarrotado. Eu, por exemplo, não tenho muito espaço em nenhum desses três dias. Eu sei que às segundas e sextas-feiras todo mundo está viajando. Então, a minha proposta inicial seria a de que trouxéssemos essas reuniões para as segundas-feias, por exemplo, a partir das 16h, pois poderemos chegar aqui e teremos tempo, porque nós vamos trazer as pessoas para essas reuniões e precisamos de tempo para discutir. Podemos entrar pela noite, fazendo as discussões, Caso contrário, Senador Eduardo, ficaremos nesse negócio de que não deu tempo para discutir, não deu tempo para finalizar. Como se trata de uma comissão de extrema importância, eu diria que parte do sucesso ou não da Copa pode estar nas nossas mãos. Eu gostaria de propor que nós tivéssemos tempo realmente e, para isso, nós temos de fazer um sacrifício. E o sacrifício é puxar isso para as segundas-feiras à tarde.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu Presidente, pela ordem. Eu gostaria de fazer uma ponderação. V. Exª sabe que eu moro no Amazonas, longe portanto, e com fuso horário não coincidente com o de Brasília. Eu poderia fazer uma proposta que seria bastante interessante por causa do voo que vem de Manaus para cá nas segundas-feiras. Eu chegaria aqui por volta das 17h. Então, se houvesse reunião nas segundas-feiras às 17h, eu poderia chegar quase que no limite, mas estaríamos chegando aqui e, assim, faríamos a reunião na segunda-feira.

Eu creio, não sei se é equívoco da minha parte, que se verificarmos... Porque serão concluídos já, já os trabalhos da Comissão da Reforma Política, cuja última reunião é nessa sexta-feira. Se nós ocupássemos o calendário que era da Comissão da Reforma Política com a Copa, creio que teríamos mais visibilidade para o nosso trabalho e teríamos, com certeza, quórum suficiente, tendo em vista que é uma comissão que está funcionando, na qual todos os Senadores estão presentes e vem funcionando regularmente toda terça e toda quinta, fora dos horários das comissões, às 14h.

Então, quero fazer a sugestão, tendo em vista que está terminando a Comissão da Reforma Política, de que nós, quem sabe, possamos fazer as reuniões....

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A que horas, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu faria às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – E a Ordem do Dia? Nós não podemos entrar no período da Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Às quintas-feiras nós não temos muito problema com a Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu concordo com o Senador Eduardo Braga. A experiência das segundas-feiras... O Senador Collor, na Legislatura passada, fez, às segundas-feiras, uma série de debates e de audiências debatendo temas na Comissão de Infraestrutura e, realmente, o quórum era praticamente nenhum, porque eram poucos os Senadores que se deslocavam às segundas-feiras para Brasília. Assim, concordo que é mais eficaz nós tentarmos marcar as reuniões para as quintas-feiras à tarde, visto que a atividade em plenário diminui e nós poderíamos fazer as reuniões das subcomissões;

Eu farei essa mesma tentativa com a Subcomissão de Belo Monte. Faríamos a reunião da Subcomissão da Copa e, em seguida, a de Belo Monte, as duas às quintas-feiras à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bem, estamos em um impasse. A vantagem da segunda-feira é que muito provavelmente teríamos a TV Senado à disposição, e é uma discussão importante para o País. Eu, particularmente, gostaria que a reunião fosse segunda-feira às 17h. Porém, vi que vários Senadores estão mais inclinados a que seja às 14h30 de quinta-feira. Então, podemos tentar 14h30 ou 14h de quinta-feira e, se houver necessidade, fazemos uma alteração. A única dificuldade das quintas é que os Senadores estão se preparando para viajar, tem voos às 3h, às 4h, aí é uma correria para terminar, a gente faz pergunta não consegue ouvir a resposta. Talvez na segunda-feira, como a gente entra à noite, nós não tivéssemos problema. Seria uma discussão bem mais tranquila, com tempo, com ponderação. Então, vamos tentar 14h30, porém podemos fazer uma alteração para as segundas-feiras.

Antes de finalizar, eu quero apresentar o Rodrigo Figueiredo. O Rodrigo veio do Ministério das Cidades e está no meu gabinete, ele era Vice-Ministro ou Secretário Executivo e estou disponibilizando-o para, em tempo integral, tomar conta junto comigo ou me representar nas questões internas desta Comissão. Como ele conhece o funcionamento do Governo, vamos poder utilizá-lo, junto com a Comissão, com aqueles que estão aqui já fixos e presentes, para fazer o azeitamento dentro do próprio Governo. Nós temos que procurar, de todas as maneiras, ser o agente facilitador desse processo.

Então, queria apresentar o Rodrigo e passar a palavra, para finalizar, ao nosso Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena, para que ele faça as considerações. Da minha parte, encerro por aqui. Muito obrigado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Só para registrar minha satisfação e alegria de compor esta Comissão na condição de Vice-Presidente com a certeza de que a colaboração de todos os membros será muito importante no sentido de que possamos cumprir o nosso papel: V. Exª na presidência, o Senador Vital do Rêgo como suplente ou como Relator e os demais membros com a visão de cobrar, porém, mais do que isso, de colaborar.

É um projeto que independe de Governo, independe de partido e, consequentemente, todos nós temos a obrigação, porque estamos tratando de um projeto importante para o Brasil e para os brasileiros. Fico com a confiança renovada de que nós cumpriremos o nosso papel.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito bem, então eu quero agradecer a presença de todos, do nosso Relator, Senador Vital do Rêgo, do Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena, e dos demais Senadores.

Muito obrigado e encerro esta reunião.

(Levanta-se a Reunião às 14h29)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia doze de abril de dois mil e onze, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, ANÍBAL DINIZ e JAYME CAMPOS.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **VITAL DO REGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA e PAULO DAVIM**. Justificou a ausência o Senhor Senador **CÍCERO LUCENA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras. Comparecem os seguintes convidados: Yênes Jesus de Magalhães, Diretor Presidente da AGECOPA – Estado do Mato Grosso e Agripino Bonilha Filho – Diretor de Articulação Interinstitucional da AGECOPA – Cuiabá/MT. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **PEDRO TAQUES** e **JAYME CAMPOS**. Com a autorização da Comissão, o Presidente permite a palavra ao Senhor **Deputado Valtenir Luiz Pereira**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi . Bloco/PR-MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Nossa pauta do dia de hoje é uma audiência pública, que se destina a coletar informações sobre a preparação das cidades sedes da Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infraestrutura e o andamento das obras, em conformidade com a aprovação do Plano de Trabalho de 5 de abril do corrente, com os seguintes convidados: Yenes Jesus Magalhães, Diretor-Presidente da Agecopa, que é a agência da Copa do Mundo em Mato Grosso; o Sr. Agripino Bonilha Filho, que é diretor de Articulações Interinstitucional da Agecopa.

Quero agradecer a presença do nobre Senador Pedro Taques, que também é nosso conterrâneo mato-grossense.

Esta Subcomissão tem por objetivo ajudar e auxiliar as 12 cidades que estarão desenvolvendo os trabalhos para fazermos a Copa do Mundo de 2014.

A nossa Comissão é de fiscalização, acompanhamento, meio ambiente, é um nome bastante grande, mas especificamente nesse assunto queremos um acompanhamento. Os Senadores que fazem parte desta Comissão deliberaram já um plano de trabalho, em que inicialmente vamos ouvir as 12 cidades sedes, ouvir de cada uma as preocupações, as angústias e,

senão tiver nenhuma preocupação, nenhuma angústia, melhor para o evento de 2014.

Esta Comissão tem como objetivo ser um elo de ligação das diretorias ou dos comitês locais com o Governo Federal, com os órgãos de financiamento, com os tribunais, no caso, Tribunal de Contas da União e, se for necessário, conversar com os tribunais estaduais. Nós queremos ser, como já disse, esse elo de ligação, um facilitador para que possamos chegar a 2014 em condições de fazermos um bom evento, uma boa Copa do Mundo.

Particularmente, no dia de hoje, sinto-me bem tranqüilo e feliz inclusive de receber aqui o Yenes e o Bonilha, porque enquanto eu era Governador do Estado, Mato Grosso, Cuiabá, foi escolhido como sede da Copa do Mundo de 2014, portanto, a condução até o final, aliás, até 31 de março de 2010, estava sob o meu comando no Estado do Mato Grosso e a criação dessa agência foi exatamente pensada no sentido de que pudéssemos deixar de fora a política partidária, a política do dia a dia, os embates políticos, que são normais acontecerem nos estados.

Do momento em que somos escolhidos até o momento da Copa, vamos passar por uma eleição, já passamos por uma eleição estadual ou nacional, uma eleição municipal e vamos nos preparar para uma próxima eleição estadual, a troca de Governo novamente.

Então, o objetivo da criação da Agecopa sempre foi no sentido de brindar, de dar condições necessárias e tranqüilas para que um grupo de pessoas escolhidas pela sociedade pudesse levar adiante, então, os trabalhos lá no Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá.

Hoje, na condição de Senador, eu e o Senador Pedro Taques, que somos do mesmo Estado, convidamos o Senador Jayme para estar presente, daqui a pouco ele deve estar por aqui.

Vamos ouvir agora o Secretário Yenes, para vermos como estão os trabalhos na cidade de Cuiabá. No final, vamos apresentar, Yenes e Bonilha, depois de ouvir as 12 cidades, vamos apresentar um relatório e procurar cada uma delas para fazer os ajustes. Não se preocupem com o número de pessoas que está aqui para ouvir, ou coisa parecida, mas o importante é que a Comissão tenha condições de levar aos demais Senadores, inclusive ao plenário, depois, como é que o Senado Federal recebeu a orientação e as informações de cada uma das cidades ou das 12 cidades que farão parte da Copa do Mundo.

Convido para virem à nossa Mesa o Bonilha, que é diretor também, junto com o Yenes.

Vou passar de imediato a palavra ao Yenes, para que ele fazer a explanação. Você terá vinte minutos, depois eu passo então ao Bonilha também.

O SR. YENES JESUS MAGALHÃES – Boa tarde a todos os presentes, Senador Blairo Maggi, Senador Pedro Taques do nosso Estado.

É uma honra estar aqui, principalmente, Senador, depois da vossa colocação em relação à proposição de criar uma agência, para que pudéssemos tentar sair do viés político.

Hoje o que a gente tem para relatar, enquanto agência, Senador Pedro Taques, é um fato que os senhores terão a oportunidade de conversar com a FIFA e com o COL – Comitê Organizador Nacional. Tanto a FIFA quanto o COL têm elogiado muito o Estado de Mato Grosso pela constituição da Agecopa, porque na maioria dos estados existem problemas políticos entre governador e prefeito. Em Mato Grosso, como o prefeito na época disse ao Governador Blairo Maggi: se o senhor trouxer a Copa pra Cuiabá, Mato Grosso, o Governo vai ter de assumir 100% dos custos dessa copa. Então, o Governo do estado assumiu a responsabilidade. O Governador, na época Blairo Maggi, aportou um bilhão, por meio de uma lei, 250 milhões ao ano, do orçamento do Estado, para que Cuiabá pudesse sediar a Copa.

No primeiro momento, o Governador Blairo iria bancar totalmente, 100%, a Arena. Houve críticas em nível nacional, hoje mudou a realidade, hoje 100% das 12 cidades sedes vão tocar a Arena com financiamento do BNDES, quer dizer, com dinheiro público. Esse foi um fator muito importante.

Aqui vou tentar ser o mais breve possível, para ficarmos à disposição de alguns questionamentos. Essa é uma visão de futuro, Senadores, que retrata o anseio da população mato-grossense.

A Copa do Mundo, FIFA, 2014, Cuiabá, será um exemplo de competência e modernidade, que irá ressaltar nossa capacidade de realização de grandes eventos esportivos. Divulgará nossas belezas naturais, cultura e hospitalidade, consolidará nossa imagem de preservação ambiental, demonstrará a força e a sustentabilidade de nossa economia, bem como promoverá Mato Grosso ao cenário nacional e internacional.

Bom, nós apresentamos na época à FIFA uma matriz técnica onde dividimos a copa em 28 projetos; esses 28 projetos cada um deles, nós somos seis diretores, o Bonilha é um dos nossos diretores. Na época o Governador Blairo disponibilizou a prefeitura indicar um representante, mesmo a Agência sendo o Estado. Naquele momento, o prefeito da capital indicou o Agripino Bonilha para que pudesse compor

esse grupo. E esses 28 projetos estão divididos entre os seis diretores.

A matriz de responsabilidade que todos os estados assinaram, o Governador Blairo assinou junto com o prefeito, na época, e o Ministro Orlando Silva.

Essa matriz de responsabilidade para as 12 cidades sedes se resumem a seis fatores que são inegociáveis para a FIFA: Arena, em torno da Arena, Centro de Treinamentos, Fanparque, Mobilidade urbana, todos os cinco de responsabilidade do Governo do Estado.

O único ponto na matriz que é responsabilidade do Governo Federal é portos, e, no nosso caso lá, aeroporto.

Hoje o governo do Estado está finalizando um convênio com a Infraero, com o Ministério da Defesa, onde o Estado está solicitando a possibilidade dele licitar a obra. Se não licitar, pelo menos a fiscalização vai ficar por conta do governo do Estado.

O primeiro passo que a gente tomou na agência foi a construção do planejamento estratégico para a Copa. Então, são sete projetos que abrangem toda a necessidade da Copa.

Não vou entrar em detalhes, mas, é só um exemplo. Construindo a Copa é um dos projetos, e ele se divide em projetos, ação, atividades, metas, indicadores e orçamento também para cada um desses itens.

Essa é a previsão de recurso para este ano. Então, ainda tínhamos aqui embaixo a fonte de recursos em relação ao DNIT porque seria um convênio, mas, deixou de ser convênio, o DNIT vai executar. Mas, de qualquer forma, são investimentos que vão ocorrer, principalmente em Cuiabá e Várzea Grande.

Desenvolvemos, Senador Blairo, um trabalho junto com a Secretaria de Planejamento e a Universidade Federal de Mato Grosso, que é um estudo que termina em janeiro de 2014. Esse estudo vai levantar o aporte de recursos que o governo do Estado e as prefeituras farão para a Copa. Porque hoje a gente só sabe aquele que é controle da G-Copa. Mas, existem recursos, na saúde, na segurança pública, em todo os setores que vão ser aportados para a Copa e, ao final, a gente saberá qual é o montante de recursos que estará sendo aportado, recursos públicos, se são estaduais ou municipais ou federal, para que realmente a Copa aconteça.

Desenvolvemos, Senador, um site www.cuiabá2014.mt.gov.br, o qual tem três páginas. A primeira página traz informações, essa parte de conteúdo de imagem atualizada, a FIFA referendou, estamos com uma câmera filmando a arena 24 horas por dias. Só que, por questões de segurança, a FIFA nos determinou que não fosse colocada essa imagem na Internet.

Então, todo dia é feita uma foto da construção da arena e você vai acompanhar, durante dois anos, essa execução com foto diária. Por questão de segurança a FIFA não disponibiliza a imagem, mas, já foi determinado, para as outras, uma cidade sede que também façam esse mesmo tipo de controle.

Aí é um fator bastante importante, que é a segunda página, que é a G-Copa, onde a gente se preocupou porque, quando fui para a agência, recebi uma solicitação do então governador Blairo. Ele falou três palavras para mim quando assumir a G-Copa: transparência, transparência e transparência.

Então, a gente está buscando, através dessa página, todas as nossas ações, todas as licitações, todos os contratos, tudo que é encaminhado está disponibilizado para o cidadão, no mundo inteiro, e também o orçamento do Estado. O Estado hoje é o único Estado que acabou de ganhar um prêmio no Canadá, é a única plataforma que não é mais SIAFI, Rodrigo, é o FIPLAN, que vai do planejamento ao orçamento financeiro e contabilidade. É a única plataforma existente hoje na administração pública. Nós recebemos o prêmio no Canadá por esse trabalho.

E a última página, não menos importante, que é o turismo. É um trabalho de parceria com a SEDTUR. Senador Blairo, ele está disponibilizado em seis idiomas, por enquanto, porque, a gente sempre diz que ninguém foi buscar a Copa simplesmente por causa de quatro jogos que deverão ocorrer lá em Cuiabá.

Fomos buscar a Copa, a orientação do governador na época, do governador Blairo, era a possibilidade de a gente poder estar mostrando Mato Grosso, sua potencialidade, para o mundo.

A parte de turismo é bem rapidamente. Os legados na área de turismo, a infraestrutura turística, qualificação, promoção, divulgação e sustentabilidade. Na verdade, Rodolfo, a Copa já está trazendo um grande legado para o Estado de Mato Grosso. São 350 milhões do PRODETUR para o turismo no Estado de Mato Grosso. Isso é um fator extremamente importante para o Estado no que diz respeito ao turismo.

As cidades, não vou ler todas, mas...

As cidades, não vou ler todas, é com um raio de 200 km que estamos trabalhando. Isso porque a gente abrange desde Cáceres, que está a 200 km de Cuiabá, até Rondonópolis e Campo Verde, que proporciona a Mato Grosso hoje um turismo que é pouco divulgado no Brasil, que é o turismo tecnológico. Antes, os nossos produtores saíam, iam para os Estados Unidos aprender, e hoje é o contrário. Hoje vem vôos charter de várias partes do mundo para o pessoal ver como Mato Grosso faz sua produtividade, como Mato Grosso produz alimentos.

Isso é um trabalho em relação ao que vai ser feito juntamente com o IPHAN, rebaixamento da energia.

O Grignon é um programa da FIFA, é uma exigência onde ele estabelece essas diretrizes e todas as nossas ações vão seguir o Grignon. Foi a única exigência que tem em relação a todas as ações. Mas, começamos pela primeira ação que é a arena. Então, a arena foi toda desenvolvida nos conceitos de sustentabilidade.

A próxima transparência é o LEED. Das doze cidades sedes, a única cidade sede que elaborou seu projeto já partindo para a Certificação LEED foi Mato Grosso. Já saímos com 38 pontos da certificação LEED. Para você obtê-la ao final da construção, precisamos de 49 pontos. Então, precisamos de 11 pontos durante a sua execução. E hoje, para quem for em Cuiabá, vai ver que a gente está seguindo todos os conceitos e todas as exigências para que a gente receba a certificação no seu grau máximo.

Aí uma antiga arena. Aí é só uma imagem da localização da nova arena. A antiga arena não atendia a inclinação em relação ao sol. Nem para centro de treinamento ela servia, quer dizer, houve a necessidade de você fazer a realocação dessa arena para atender à exigência da FIFA.

A nossa arena hoje chega a um nível de 55% dos assentos ótimos e 45% bom. Então, temos hoje o maior índice de visibilidade das doze arenas do Brasil e também ganhamos já dois prêmios nacionais e um internacional. Hoje o Arena Pantanal é considerado o melhor projeto de arena do mundo. Ele resume todos os conceitos de leveza, de sustentabilidade econômica, social, ambiental, sinalização, todos os conceitos na fase de projeto. O que a gente vai ter que trabalhar agora é para que esse projeto realmente receba essa certificação como a melhor arena que reúne todos os conceitos.

Estamos investindo dez milhões a mais na arena só para permitir que a arquibancada norte e sul possam ser desmontável. Não significa que ela vai ser desmontável, mas, ela vai ser montada em estrutura metálica e de concreto que, para sua sustentabilidade econômica, ela pode cair de 42 mil assentos para 26 mil assentos.

Tivemos, nos últimos dez anos, nunca choveu tanto em Cuiabá. E, para as obras não atrasarem, o pessoal deixou de fazer muito trabalho de campo e passaram a fazer os trabalhos que eram possíveis ser realizados.

Aí são as sapatas. Ao todo, vamos ter 1.800 estacas para sustentação da arena. Já estamos com 1.600 implantadas.

A parte de drenagem, 80% já está executada. São 1.800 estacas hélices, 1.600 unidades já estão prontas. Temos duas perfuratrizes. Cada uma está fazendo uma média de 10 a 12 estacas hélices por dia. Então, nas próximas duas semanas, a gente deverá estar concluindo esta fase.

Aí a parte de gabião, 50% da estrutura já pronta.

É uma visão do todo. Nós já estamos com 90% da parte de terraplanagem executados. E esse é um fator bastante importante, porque toda a estrutura de pré-moldados está sendo, foi montada uma fábrica dentro do complexo arena/pantanal. Nós não teríamos como locomover uma estrutura dessa. Então toda a estrutura de pré-moldado está sendo confeccionada dentro da arena, para que a gente possa ganhar velocidade.

A parte de mobilidade urbana. São as obras que vão abranger a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e são: Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio, e Nossa Senhora do Livramento.

Aqui temos o corredor CPA/Aeroporto, número um, que sai de Cuiabá, Várzea Grande; dois, é a entrada do Brasil, em Cuiabá – e são as BR-163, a BR-364 e a BR-070; a três é a Miguel Sutil e, definitivamente, agora ela vai fechar, vai ser realmente um anel; a quatro é a Andreazza, que é a entrada do norte do Estado, do Norte do Brasil, porque é por ela que a gente tem a entrada do país e também dos países vizinhos, porque a gente vai ter muitos bolivianos que vão a Cuiabá assistir à Copa, sem dúvida; a cinco é uma exigência da FIFA por causa da localização do aeroporto. Se tiver alguma coisa na um, a cinco vai servir de desafogo. Então, a cinco vai ser duplicada, que é guarita, e a quarta também vai ser duplicada, inclusive a ponte, e aí você vai poder chegar na arena algo em torno de cinco a oito minutos. Rapidamente.

A última é importante do ponto de vista de... não seria nem de mobilidade, mas de acessibilidade, porque a população vai chegar na arena a pé. Então é um trabalho, a Avenida 8 de Abril e ela vai ser totalmente recuperada, totalmente estruturada, urbanizada, para que as pessoas possam chegar à arena.

Aqui é o terminal de CPA, o Terminal André Maggi, que muda de posição, ele vem para o aeroporto – e nós estamos em negociação com a Infraero.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Dá para trocar o nome, Edison?

O SR. EDISON – Não, senhor. (*Risos.*) Não vai trocar o nome não, assim como o senhor também não permitiu. A única exigência, Senador Pedro Taques, que o governador na época fez é que a nova arena pode ser demolida, se adequar aos padrões da FIFA,

mas o nome é Estádio Governador José Fragelli. Foi a primeira determinação que ele nos deu.

Aqui são as questões das estações, porque cada ponto de ônibus que está na calçada, ele vai para o canteiro central e vira uma estação de integração.

Aí já é em Várzea Grande até o aeroporto.

Aqui é o coxipó, que é a entrada das três BRs, que passa pelo centro de Cuiabá. Aqui é o retorno para os ônibus.

Aqui é uma estação toda adaptada, os projetos já estão prontos, para os deficientes físicos, com rampa, segurança, informatização. Para ser considerada hoje uma BRT não vai mais um corredor exclusivo de ônibus. Tem uma séria de fatores, exigências para ser um BRT.

Aí são as obras que vão ser realizadas em cada percurso: viaduto, trincheira, adequações viárias.

Aqui à esquerda nós temos a cabeceira do aeroporto. Hoje é um grande transtorno: tem um semáforo, é muito difícil, e com essa trincheira nós vamos liberar totalmente o trânsito para quem vai para o aeroporto e para quem está chegando também.

Aqui é saindo lá do Tijucá, o que é na BR-163 com a BR-070, até o centro de Cuiabá. São as obras também.

Aqui temos o exemplo de um projeto. Logo na frente tem uma maquete dela. São projetos que estão todos prontos, cem por cento dos projetos entregues ou ao Dnit, ou à Caixa Econômica.

Aqui temos uma maquete eletrônica. E nós estaríamos aqui embaixo, onde está a marca Agecopa/Governo do Estado, seria a BR-364. Para você ir para Fernando Correia da Costa, você pega o viaduto; quem quer ir para os bairros, ele mantém no nível; e quem quer ir para Arquimedes Pereira Lima vai pegar a trincheira. Então para a entrada da cidade vai ser uma obra muito importante.

Aqui temos as obras das BRs-364, 163 e 070. O Dnit acabou de lançar, depois de praticamente dois anos de tratativas, começou com o Governador Blairo e, agora, com o Governador Silval e o Senador Blairo junto, para encaminhar R$357 milhões em obras a serem executadas nas BRs. Nós temos três BRs passando por dentro de Cuiabá e Várzea Grande. Isso é muito importante.

Essas são obras de desbloqueio que a gente vai fazer, porque quando a gente for executar aquelas grandes obras, nós precisaremos dar deslocamento para a população, dar tráfego em outras áreas.

Aí é questão do entorno da arena, como eu já disse, é um raio de 1,5km, aonde você vai chegar de ônibus ou de veículo. Esse 1,5km todo mundo chega até a arena, com exceção de chefe de estado e as seleções.

Bom, aí são investimentos que serão feitos em Cuiabá e em Várzea Grande, financiamentos no caso do BRT/Caixa Econômica, financiamentos cujos projetos já foram entregues à Caixa Econômica, de 422 milhões; a Mário Andreazza também é financiamento da Caixa Econômica, de 32 milhões; a travessia urbana/Dnit, é 357 milhões; a mobilidade urbana, o financiamento no entorno da arena, esse raio de 1,5km, é de 140 milhões; e as obras complementares que serão feitas pelo Governo é de 160 milhões. Então é um aporte, na capital e em Várzea Grande, de 1 bilhão e 111 milhões.

Esses são os legados que a gente está trabalhando. A passagem da Copa ela tem que deixar alguma coisa para o Estado, para Cuiabá e para Várzea Grande. Então, o social é a qualificação, é a capacitação, são as coisas que vão ocorrer para o ser humano, não só as melhoras em relação às obras, mas o que vai acontecer nesse percurso até a realização da Copa.

No ambiental, nós temos a percepção de que dois Estados que vão ser mais cobrados na questão ambiental é Mato Grosso e o Amazonas. A Copa é por causa da Amazônia e do Pantanal.

Do conhecimento, a parte da tecnologia de informação vai ser a Copa da sustentabilidade, mas também vai ser a Copa da TI, vai ser a Copa mais assistida no mundo. Então isso vai proporcionar um ganho para a população, principalmente da rede hoteleira, que vai ter que se ajustar; o Governo do Estado vai se estruturar para isso; o esportivo é um sonho que a gente tem de conseguir galgar degraus melhores no campeonato brasileiro.

O urbano são as obras. Não é só mobilidade urbana, é arena, mobilidade urbana, e também as obras do turismo que serão feitas nesse raio de 200 km. E na promoção que é a possibilidade de mostrar um Estado único no mundo com pantanal, floresta amazônica e cerrado. Não existe um outro Estado que tenha essa potencialidade de beleza cênica. E a gente vai aproveitar essa oportunidade, porque só com a passagem da Copa nós vamos ter 1.500 jornalistas em Cuiabá. Eu tenho dito sempre, Coutinho, que esses 1.500 jornalistas poderão falar bem, mas poderão falar mal. Vai depender de todos nós nessa construção.

O que eu tinha para apresentar, muito rapidamente – e peço dois minutos a V. Exª, Senador –, é colocar alguns problemas que a gente tem de encaminhamento, em relação à questão, por exemplo, ambiental.

Nós tivemos, há duas semanas atrás, uma reunião com o Conselho Estadual do Meio Ambiente, de Mato Grosso, onde ficou definido quais seriam as obras

que seriam flexibilizadas, que não teriam a exigência de ir à RIMA, e quais as que teriam a exigência de ir à RIMA. Mas, mesmo assim, acho que há necessidade de se fazer algumas discussões, porque para quem é de Mato Grosso, sabe que nós temos um canal que passa bem no centro de Cuiabá, que é o Canal da Prainha, que é 99% esgoto e 1% de córrego. Mas como ele se enquadra numa APP, Área de Preservação Permanente, a Sema exigiu e a Rima, para que a gente possa executar a obra.

Na verdade, esse Canal da Prainha foi construído há 30 anos atrás.e não tem estrutura para suportar o peso que vai ter em cima. Então, nós vamos abrir o Canal da Prainha, de ponta a ponta, são 2 km, e vamos reforçar. O termo técnico é envelopar. Vamos envelopar o Canal da Prainha. E com isso, já que a gente vai abrir, a primeira obra que a gente vai ter nesse grande corredor vai ser a reestruturação desse canal. Como a gente vai abrir, nós vamos colocar dois coletores, Senador Pedro, de esgoto, um de cada lado. Quer dizer, a Copa já está proporcionando uma obra em que você retira o esgoto que vai no Pantanal.

Do meu ponto de vista, sei que a Lei deve ser cumprida, acho que há necessidade de se fazer uma flexibilização, porque você vai prestar um benefício ambiental nesse caso. E o Mané Pinto também, que é na Avenida 8 de Abril, que é totalmente só esgoto. E aí pedem a Rima, não que a gente seja contra, só que a gente tem a data do primeiro jogo. Então, até você fazer, licitar empresa, contratar para fazer a Rima, para depois ter aprovação, e aí licitar é um tempo muito grande. Nós temos um problema que a gente não conta muito e que aconteceu este ano: foram meses de chuvas torrenciais que não dava para fazer quase nada.

Um outro ponto muito importante que aconteceu em Cuiabá, e tenho que aproveitar a oportunidade para dizer, porque as pessoas acham que as obras em Cuiabá estão atrasadas. Na verdade, as obras não estão atrasadas. Nós tivemos uma reunião das cidades-sede, há duas semanas, em Belo Horizonte, e, ao terminar essa reunião, todas as cidades-sede querem ir a Cuiabá. Eu perguntei: por que ir a Cuiabá? Porque eu não ofereci Cuiabá. Primeiro, o Governo Federal está dizendo que Cuiabá é onde está mais avançado. Quando a gente diz que está mais avançado é porque a nossa arena hoje é a mais avançada. Tivemos problemas de chuva, mas agora, com a finalização dessas 200 estacas hélices, automaticamente, a gente vai dar uma velocidade muito grande, porque as colunas que vão ser colocadas já estão sendo construídas. E se não fosse do momento em que houve a classificação das 12 cidades-sede para cá, houve um atraso sim, mas do Governo Federal. O Governo Federal levou dois anos, da classificação, para decidir que iria financiar a arena em mobilidade urbana. Da definição, nós tivemos um avanço, foi uma ideia fantástica na época do Governador Blairo, que foi buscar a Ampa Aprosoja Climat, que é a Associação Mato-Grossense de Produtores de Algodão, Associação Mato-Grossense dos Criadores e Associação Mato-Grossense dos Produtores de Soja. Eles doaram os projetos. A Ampa e a Aprosoja doaram todos os projetos que foram entregues ao Dnit, no ano passado, dia 8 de março de 2010. E o Dnit publicou agora o edital, há duas semanas, dia 10 de maio abre, mas foi fruto de um trabalho, porque se a gente fosse licitar, esses projetos ainda não estariam prontos.

Em relação ao BRT, também, os projetos básicos a Ampa e Aprosoja doaram para o BRT. Por isso, no dia 18 de março, eu entreguei os projetos básicos à Caixa Econômica. Se a gente fosse licitar esses projetos, só estariam prontos no final do ano. E a Climat doou o Plano de Mobilidade. Isso é uma exigência. O Ministério das Cidades reuniu conosco, há duas semanas. Enquanto o Plano de Mobilidade não for aprovado pelo Conselho da Região Metropolitana, não tem liberação de recursos da Caixa Econômica.

Então, são fatores em que a gente conseguiu acelerar o passo. Se não fosse a iniciativa do então Governador Blairo, à época, de buscar esses parceiros para doar os projetos, a gente ainda estaria na fase de elaboração, muito atrasados.

Talvez seja por isso que a gente esteja à frente das outras cidades. Não existe, hoje, uma cidade que esteja com obra de mobilidade urbana na rua, do PAC da Copa para cá, e agora com o PAC da Mobilidade. Ninguém tem. O único Estado que assinou convênio..

O único Estado que assinou contrato com a Caixa Econômica foi o Mato Grosso, no dia 20 de setembro do ano passado. O Ministro das Cidades acabou de prorrogar o prazo para 30 de setembro deste ano, para que as outras cidades possam assinar o contrato. Então, conseguimos avançar.

Agora, outro fator muito importante, Srs. Senadores, é em relação à questão do aeroporto, a questão com a Infraero, a questão com o Ministério da Defesa, porque começamos uma tratativa, foi um Brigadeiro daqui, que se reuniu conosco, e a Superintendência de Patrimônio da União tem sido uma grande parceira, mas precisamos acelerar o passo para fazermos esse acordo com o Ministério da Defesa para que possamos, definitivamente, implantar esse terminal lá. Ele não vai atender só o terminal de integração de transporte coletivo. Na verdade, ele traz um solução inclusive para o aeroporto. Quem conhece Cuiabá sabe que ali existe um cotovelo para se entrar para o

aeroporto que é uma coisa ridícula, e aí vamos dotar onde está... Não vamos tirar toda a vila militar. São sete casas apenas que vão sair, e vai ser feita uma grande rótula, continuar essa avenida. É um projeto de futuro, essa avenida vai seguir em frente; para a direita, ela sairá em frente à Prefeitura de Várzea Grande e, para a esquerda, o projeto já está pronto, e seria uma nova ponte ligando o Parque do Lago, no Cristo Rei, ao Jardim Atalaia, ou seja, ligar ao Coxipó. Então, ali é um ponto extremamente importante, porque, nessa localização, logo após a ponte, é onde será construído o Hospital Universitário Júlio Müller e é onde o Governo do Estado comprou uma área de 100 hectares digna para o Parque de Exposições de Cuiabá. O Estado do agronegócio hoje tem um parque de exposições de 17 hectares, muito acanhado. Ele está indo para uma área de 100 hectares, o que é digno, por ser o Mato Grosso o Estado do agronegócio.

Então, temos esse encaminhamento relativo a essas necessidades, Senador Blairo, em relação ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Aeronáutica, à Infraero no tocante ao aeroporto.

Outro ponto também muito importante é que agora foi formada uma rede nacional de controle – Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral de União –, e ninguém é contra isso, em hipótese alguma. Hoje, dentro da Agecopa, temos a Procuradoria-Geral do Estado, a Auditoria-Geral do Estado, e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso tem uma sala dentro da Agecopa. O Tribunal de Contas inaugurou, no Brasil, o primeiro trabalho, uma auditoria 100% real, concomitante. Em relação a todos os processos, se eu quiser fazer a requisição de um copo, tem que passar por auditores do Tribunal de Contas. Eu não consigo licitar. Eu não sou contra, só que a tratativa no restante do Brasil não é dessa forma. Não que a gente seja contra. A única preocupação nossa é que nós temos prazo. Você diz: "Nós vamos inaugurar uma escola daqui a seis meses"; se você inaugurar em dois anos, não acontece nada. Agora, em relação às obras para a Copa, há prazo para o primeiro jogo. Não que a gente esteja pedindo uma flexibilização, mas algo precisa ser feito, porque esse modelo que está implantado em Mato Grosso e que se inaugurou na Agecopa vai ser replicado para as outras cidades. E aí, sim, poderemos ter problemas em todas as cidades-sede, porque o processo leva mais tempo. Eu acho que a auditoria, o controle tem que ser feito, sem dúvida alguma. Para mim hoje, que estou Presidente, é fantástico, porque, como sou auditado diariamente, quando concluir o trabalho, já estou 100% auditado, não terei mais problema. Há essa vantagem. Agora, você também tem prazo, e prazo curto para se cumprir. Se pegarmos o cronograma que temos de três anos pela frente e considerarmos, em cada ano, três ou quatro meses de chuvas, não há tanto tempo assim. Parece que há tempo sobrando, mas não é verdade. Há um dificultador muito grande.

Senador, estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Gostaria de saber se o nosso Diretor Bonilha deseja fazer alguma colocação.

O SR. AGRIPINO BONILHA FILHO – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, apenas para dizer que o trabalho de concepção da Agecopa não foi só uma blindagem para efeitos circunstanciais políticos, mas também foi uma blindagem de integração, ou seja, lá se trabalha, de forma muito harmônica, com a Prefeitura de Cuiabá. Institucionalmente, é a Capital e é a Prefeitura que, em todo o Brasil, deveria estar respondendo pelas responsabilidades da organização da Copa, inclusive pela estruturação de toda essa mobilidade urbana. Entretanto, em todo o Brasil, é o Governo do Estado que arca com essas responsabilidades. Se tivemos o Senador Blairo Maggi, então Governador do Estado, na África do Sul, e nós ouvimos que vários aspectos retardativos das obras da África do Sul foram por desavenças políticas entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, tenho a impressão de que essa lição o Senador Blairo Maggi tirou para a criação e a edificação da Agecopa, e eu represento a Prefeitura dentro da Agecopa.

A integração na Agecopa é total, a nossa comunicação com o prefeito municipal é permanente, quase que diária, e não burocratizamos as integrações, até porque, para se elaborarem todos esse projetos, foi necessária muita contribuição técnica da prefeitura municipal, e não fizemos uma avenida burocrática; permitimos que houvesse total liberdade de os técnicos se comunicarem, para que nada fosse atrasado e nada fosse deixado por fazer.

Portanto, foi apresentado praticamente um trabalho de materialização de obras, só que a Copa do Mundo não é só isso. São 28 projetos, eu mesmo respondo, voluntariamente, por 6 ou 7 desses projetos, que são aqueles que a FIFA leva em conta pela responsabilidade do êxito, do recebimento da Copa, da organização da Copa, da racionalização da Copa. Há vários projetos que envolvem educação, saneamento, segurança, enfim, todos os aspectos inclusive de desenvolvimento da área esportiva de Mato Grosso, que tem no seu futebol um ponto fraco, e estamos fazendo um trabalho interessante e de profundidade que é um diagnóstico do porquê nos encontramos nessa situação, para depois propormos situações novas que possam levar a resultados práticos.

De maneira que era só um depoimento de que essa forma de organizar a Copa proposta pelo então Governador Blairo Maggi permitiu essa integração, essa harmonia e esses avanços que os senhores acabaram de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado ao Bonilha e também obrigado ao Yênes.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Yênes, Sr. Agripino Bonilha e demais membros desta assistência, não quero transformar esta audiência, que é da subcomissão do Senado, em uma lavação de roupa suja do Estado de Mato Grosso. Não é esse o objetivo de uma subcomissão importante como esta, presidida pelo Senador Maggi, de que eu, com muita honra, faço parte.

Quero cumprimentar o Senador Maggi pela elaboração da proposta de trabalho. Esta é a primeira audiência desta subcomissão, para que possamos ouvir as sedes da Copa do Mundo. Mas, como estamos a tratar da Copa de Cuiabá – que sempre digo que é uma Copa de Mato Grosso, não é só de Cuiabá -, tenho algumas perguntas a serem feitas.

A primeira delas: o Presidente da Fifa veio ao Brasil, disse que o Brasil está pensando que a Copa é para depois de amanhã, e a Copa é para amanhã. Eu queria que V. Sª esclarecesse a nós e ao público brasileiro a diferença do cronograma das obras da sede de Cuiabá para o de outras sedes. Essa é a primeira indagação.

A segunda é se, no Brasil, para essas sedes existe uma pessoa jurídica tal qual a Agecopa, ou se isso poderia ser desenvolvido pela própria Secretaria de Infraestrutura ou outra secretaria a que leve outro nome. E gostaria de saber qual é a vantagem da Agecopa.

Como consequência dessa segunda pergunta, eu gostaria de saber de V. Sª se o sistema da Agecopa, com suas decisões horizontais, por meio da diretoria, não burocratiza as decisões, e se isso não transforma a Agecopa num assembleísmo. Não seria melhor a Agecopa com decisões verticalizadas, para que essas decisões pudessem ter operacionalidade? Essa é a outra indagação.

Outra pergunta é a seguinte: estamos acompanhando, no Estado de Mato Grosso, a chamada politicalha discutindo a Agecopa, sem nenhum conhecimento técnico. Então, precisamos conhecer tecnicamente primeiro, para que possamos ao menos criticar ou falar a respeito do que está sendo feito pela Agecopa. Não estou defendo aqui a Agecopa, porque não é papel nesta subcomissão. Eu gostaria que V. Sª explicasse – e o Sr. Bonilha fez referência ao que ocorreu na África do Sul e em outros países também – as questões políticas, partidárias muitas vezes, com pensamento em eleições futuras, prejudicando a realização de um evento que é muito importante não só para Cuiabá, como eu já disse, mas muito importante para o Estado de Mato Grosso, pessoas sem fundamento técnico palpitando com achismo a respeito do que está a ocorrer ali.

Indago se essa participação do Tribunal de Contas do Estado nesse acompanhamento *on-line* – vamos chamar assim -, direto não burocratiza a necessidade de realização dessas obras. Essa é outra indagação.

A respeito do aeroporto de Cuiabá, vamos realizar um "puxadinho" ou vamos ter um novo aeroporto, um novo terminal?

Por fim, indago se a sede de Cuiabá estará preparada para a Copa das Confederações, que é um ano antes.

A última pergunta, que é para o Dr. Bonilha: a minha preocupação nesta subcomissão, não só com a sede de Cuiabá, mas com a Copa do Mundo no Brasil, é o legado que esta Copa poderá nos deixar Então, pergunto se estamos preparados para preparar pessoas. Para se qualificar o cidadão, é preciso ensino fundamental, ensino médio, se não o cidadão não vai... Se ele não sabe falar o português, se ele não sabe ler em português, na nossa bandeira, a inscrição Ordem e Progresso, ele não vai poder ler em outra língua. Gostaria de saber se estamos atentando para isso.

Prometo uma última indagação, Sr. Presidente: a respeito desse legado, se o Estado de Mato Grosso está contribuindo com a questão educacional e a questão de segurança, porque isso não é obrigação da Agecopa.

São esses os temas e, mais uma vez, quero parabenizar o presidente desta subcomissão. Votei no Senador Maggi para presidir esta subcomissão, e não vou ficar viciado em votar em V. Exª. Como eu já disse, já votei no Senador Maggi quatro vezes aqui no Senado, já estou quase viciado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – E eu já disse ao Senador que vou devolver todos os votos ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de anunciar aqui o empresário Rodolfo Borges, o Fernando Mendonça, do Estado de Mato Grosso, o Deputado Federal Valtenir Pereira e o Neri Geller, que muito nos honram com sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sejam bem-vindo à nossa subcomissão.

Pois não, Yênes.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – Senador, vou pedir ajuda ao senhor, pois foram muitas as perguntas. O senhor só fala uma, e eu respondo rapidamente, se o senhor puder me ajudar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A primeira pergunta é relativa à afirmação do presidente da FIFA, que disse que a Copa é para amanhã, e não para depois de amanhã.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – Foi o que eu disse na minha fala: eu concordei com a fala do Blatter, porque, da classificação do Brasil, levou dois anos para a definição de financiamentos. Nós íamos fazer a Copa com aquele um bilhão que o Governador tinha preparado, mas aí não haveria BRT (Bus Rapid Transit), não haveria aeroporto, não haveria uma série de atividades. Mas, para fazer aquilo que é o básico – Arena, Centros de Treinamento, Fanparque -, isso a gente iria fazer. Então, houve essa demora por parte do Governo Federal, sem dúvida alguma.

A segunda pergunta, por favor.

O SR. AGRIPINO BONILHA FILHO – Eu queria complementar aqui: o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, foi que se alvoroçou em fazer novas defesas e, na realidade, ele fez uma declaração algum tempo atrás, dizendo que o problema brasileiro era aeroporto, aeroporto e aeroporto. De maneira que o presidente da Fifa está absolutamente correto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A segunda pergunta, que decorre dessa, é se nós estaremos preparados para a Copa das Confederações, ou se isso não passa pela ideia da Agecopa.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – A Copa das Confederações só tem duas exigências: arena e centros de treinamento. Até quatro meses atrás, eram dois centros de treinamento, mas agora chegou um documento da Fifa, dizendo que são três: dois titulares e um de reserva. São as duas únicas exigências para a Copa das Confederações. O restante é para 2014 mesmo, não há problema, e nosso cronograma, tanto da arena, quanto dos centros de treinamento, é dezembro de 2012, que é o prazo estabelecido pela Fifa para nós. Tranquilo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – As duas outras perguntas: a necessidade de criação da Agecopa, se isso não poderia ter sido realizado via uma Secretaria, de Infraestrutura ou outro nome, e o prejuízo que causa para a administração as decisões serem horizontais, por meio de um grupo. Isso cria quase que um assembleísmo, para que você possa decidir se o melhor não seria a verticalização dessas decisões.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – São duas questões. Eu entendo que, quando o Governador da época, Blairo Maggi, tomou a decisão, ele deve ter pensado que uma Secretaria de Infraestrutura tem 141 Municípios para serem atendidos. E a cobrança é muito grande, e os recursos não são suficientes para todas as necessidades. Quando houve uma decisão de governo, uma priorização, quando se estabeleceu a Copa como uma prioridade para alavancar não só a região metropolitana, mas o Estado de Mato Grosso, por meio de apresentar para o mundo, houve essa decisão do Governador na época, o Blairo, de constituir uma agência que só pensa em Copa. Ela não pensa um outro Município. Ela pensa Cuiabá, mas é grande; no máximo na questão do turismo, ela avança para esses 200 km, mas a gente não tem outra atividade, a gente não recebe prefeitos diariamente. Então, você foca bem para o resultado.

Em relação à questão de colegiado presidencialista, eu disse ao Governador Silval e aos cinco diretores que a gestão tinha que ser presidencialista. E é isso que está ocorrendo agora, essa mudança. Por que eu digo que a gestão tem que ser presidencialista? Há dois fatores muito importantes, Senador: primeiro, quem responde perante a Justiça, perante o Tribunal de Contas, é o ordenador de despesas; segundo, o Governador Silval tomou uma decisão inédita, não sei se só no Brasil, ou no mundo: eu nunca ouvi falar de um governador que fosse, todas as segundas-feiras, para uma instituição. Todas as segundas-feiras, o Governador Silval vai para a Agecopa. Ele despacha na Agecopa. Então, ele assumiu a Copa, ele assumiu o ônus e o bônus. Ele assumiu toda a responsabilidade sobre a Copa. Eu disse aos diretores: "Em sendo presidencialista, enquanto estou como presidente, vou continuar discutindo com todos, mas a palavra final é do governador". E o Governador Silval fez uma solicitação. Ele me disse: "Yênes, eu estou toda segunda-feira aqui; eu não gostaria que nada fosse feito sem meu conhecimento". Para mim, bastou. Eu acho que a presença dele lá é que faz com que a decisão realmente possa ser discutida entre a diretoria, mas a palavra final é do governador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se em outros Estados existe agência igual à Agecopa.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – Não. Nós tivemos, na semana passada, uma visita do pessoal de Fortaleza, de Natal e de Manaus, e eles solicitaram... Eu não sei se eles vão fazer agência, companhia, mas eles estão trilhando, porque, como eu disse aqui na abertura, tanto o Loc,quanto a Fifa têm feito essas recomendações para os outros.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A outra pergunta é sobre a questão do Tribunal de Contas, sobre a burocratização, se isso não está prejudicando.

É lógico que nós temos o dever de fiscalizar a aplicação de recursos públicos, mas indago se essa experiência está dando certo, na opinião do senhor.

Por fim, a questão da politicalha, porque, só na última semana, já ouvi meia dúzia de presidentes novos para a Agecopa. Não sei até agora, 15h35min, mas eram seis novos presidentes. Quem sabe já deve ter o sétimo lá indicado. Se isso não está prejudicando o andamento dos trabalhos.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – Sem dúvida alguma.

Em relação a essa questão, a gente acaba perdendo muito tempo. Você gera uma insegurança muito grande em toda a Agecopa. Então, você passa muito tempo tendo que dar entrevistas, toda a hora você tem que responder a muitas inverdades que vêm sendo colocadas.

Eu acho que o fator que foi decisivo para a Agecopa, que era um fator técnico, que era para sair do viés político... Quando eu falo do BRT, o Yênes não tem preferência pelo BRT (Bus Rapid Transit – trânsito rápido de ônibus) ou pelo VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). O que nós temos é um estudo e uma decisão de governo tomada, seja pelo governador na época, Blairo, seja pelo Governador Silval, porque, como eu disse aqui, todos os projetos foram feitos para isso, o contrato com a Caixa foi assinado para isso. Quer dizer, o plano de mobilidade levou um ano para ser construído. Quer começar de novo? A Agecopa vai cumprir. Ela cumpre determinação. A Agecopa não decide o que vai ser feito. Na verdade, houve uma decisão de governo, inclusive aprovada pela assembleia legislativa. O financiamento que a assembleia aprovou é para BRT. Se quiser mudar o modelo, é uma decisão de governo, e a Agecopa cumpre, executa a decisão de governo. Só isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só faltam mais duas perguntas. Sobre a contribuição do Estado de Mato Grosso, pois a Agecopa tem essas prioridades, essa metas, mas o Estado de Mato Grosso precisa fazer a sua parte, porque não é a Agecopa que vai construir hospitais, e nós vamos precisar de hospitais.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – Exatamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não é a Agecopa que vai preparar o cidadão para o ensino fundamental, para que ele seja qualificado. Ele precisa ser qualificado pela Agecopa por meio desse projeto. Então, gostaria de saber sobre a contribuição do Estado.

Por fim, a questão do legado, não só o legado na qualificação, mas temos que levar a imagem do Estado de Mato Grosso, como de outras sedes da Copa do Mundo, para o mundo. As cachoeiras de Curvelândia terão que ser conhecidas. As águas de Nobres terão que ser conhecidas. Então, gostaria de saber como estamos trabalhando isso. Minha preocupação inicial aqui, nesta subcomissão, não é só passagem urbana, mobilidade urbana, arena – não são essas obras -, mas, sim, gente. Como que a Agecopa está pensando nisso?

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – Vou confessar para o senhor que o ano passado foi um ano muito difícil. Por dois motivos: era o último ano da gestão que começou com o Governador Blairo e terminou com o Governador Silval. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o critério de não se deixar dívida para a próxima gestão. Assim, o governo de Estado estava puxando o freio de mão para poder zerar – tinha que zerar, era uma determinação legal -, e a Agecopa tinha que acelerar. Então, estávamos num contrapasso. E aí também houve um ano eleitoral, o que prejudicou muitas discussões.

Agora, no começo do novo governo, com secretários novos, e essa decisão do Governador Silval de ir para a Agecopa, então, não é a Agecopa que é importante; a ida dele diz: "A Copa é importante para Mato Grosso". E não fui eu quem o orientou, mas achei fantástica a decisão do Governador Silval, porque, para a Copa ser perfeita, eu tenho dito que não vamos fazer a mais cara, nem a maior, mas temos condição de fazer a melhor. Para a Copa ser perfeita, todas as políticas públicas têm que estar funcionando.

Então, quando a gente apresentou aqueles 28 projetos, ali dentro estão: saúde, segurança, saneamento, todas as áreas. Então, a Agecopa tem o papel de articular, de coordenar a ação.

Então, a Fifa e o comitê organizador nacional cobra da Agecopa, e ela faz esse trabalho com a Secretaria de Segurança... Quer dizer, há uma exigência de quanto policiais, quantos armamentos, quantos helicópteros vão ser aportados para a Copa. Daí que apresentei aquele estudo que a gente vai fazer durante os quatros anos, que são recursos que vão ser aplicados na Secretaria, nas instituições, que não são da Agecopa. Eu só tenho o controle daquele um bilhão. Provavelmente, o Estado vai gastar o dobro disso com as outras políticas públicas, principalmente segurança, educação e, no caso aí, saneamento, um fator muito importante.

O SR. AGRIPINO BONILHA FILHO – Eu só queria complementar: o legado, evidentemente, é toda essa infraestrutura projetada... Alguma coisa não foi registrada com detalhe aqui, que é a educação, a saúde, a segurança, etc. Isso falando em legado.

Eu acho que, quando o Governador Blairo Maggi buscou levar a Copa para Mato Grosso, o grande legado que ele, tenho certeza, projetaria são os números que temos fornecidos pela Fifa, que são uma coisa impressionante. Cada partida de futebol – e nós teremos quatro – terá 800 horas de TV para 213 países, de divulgação daquele time que vai jogar, da cidade, do Estado, do País em que aquele acontecimento vai se realizar. Multiplicado isso tudo, serão 3.400 horas de divulgação.

Dá-se muito destaque ao turismo. O turismo é importante porque vamos ter R$411 milhões para investir em infraestrutura em torno dessa Copa. Até porque, por uma questão de logística, o País que jogar em Brasília vai jogar em Cuiabá e vai jogar em Manaus. Esses turistas não ficarão mais do que três dias, e três dias não são suficientes para ele ir para Alta Floresta, para ir aqui ou ali. Eles vão ficar restritos ao entorno de Cuiabá, e é ali que os jornalistas vão observar o Estado. Mas não é o aspecto de legado só do turismo. A Alemanha, que é o quarto país em desenvolvimento, quando fez a sua Copa, pôde promover o turismo, pôde promover a imagem do povo alemão – que era uma imagem negativa turisticamente -, e pôde promover o "invista na Alemanha".

Ora, os indicadores econômicos de Mato Grosso são fantásticos, e essa é a grande oportunidade que Mato Grosso vai ter de mostrar a sua economia e tentar abrir as portas de todos os mercados para a economia mato-grossense, por meio de uma Copa do Mundo.

Portanto, o legado é fantástico, e o esforço que se faz, o investimento que se faz que dá um legado natural ao próprio Estado dará muito mais se soubermos aproveitar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Pedro Taques, a palavra está contigo ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Agradeço, e quero cumprimentar mais uma vez pela realização da audiência.

Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado ao Senador Pedro Taques.

Yênes, eu tenho uma pergunta quanto à questão dos financiamentos. Na Caixa Econômica, por exemplo, está tudo pronto para as liberações, uma vez que você conclui... A concorrência pública vai ser feita, não é?

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – A licitação.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Quanto à licitação, você tem condições hoje de acessar os recursos? Eles já estão disponíveis hoje?

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – Não, senhor. Na verdade, Senador, são três frentes de trabalho para que se possa colocar em execução as obras: primeiro são os projetos básicos; segundo, licenciamento ambiental; terceiro, desapropriação, porque quase todas as obras são passíveis de desapropriação.

Então, Senador, eu posso lançar a licitação sem a desapropriação. Eu não posso dar a ordem de serviço com a desapropriação ainda em andamento, mas, para lançar o edital de licitação, eu tenho que ter licença ambiental. E não tínhamos, Senador, como antecipar esse licenciamento ambiental, porque os projetos ficaram prontos agora no mês de março.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR-MT) – Vou fazer uma pergunta bem específica.

Se você tivesse tudo pronto hoje, os recursos estão disponíveis?

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – Estão disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR-MT) – Não há qualquer empecilho, o Governo não atrasou o dinheiro na Caixa, está lá pronto para ser pego?

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – O Sr. – O superintendente disse que o dinheiro já está no caixa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR-MT) – É isso que interessa, o resto é por tua conta. Por conta da Agecopa, você tem que correr atrás, agora.

O Deputado Valtenir está louco para falar, e eu sou obrigado a consultar o Pedro Taques, os Senadores, se podemos conceder a palavra ao Deputado na reunião.

Infelizmente você está sozinho, vai ter que responder por isso.

O SR. – Com muita honra nós viemos ao Congresso Nacional e o Deputado Valtenir e os demais Deputados , com certeza, devem ter algo a contribuir com este debate que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR-MT) – Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PSB-MT) – Presidente, Senador Blairo Maggi, Diretor Agripino Bonilha, Presidente Yênes Jesus de Magalhães, da Agecopa, nobre colegas Parlamentares, Senador Pedro Taques, enfim todos aqui presentes; quero também cumprimentar a minha mãe que está aqui nos acompanhando,cujo nome é Lúcia... semelhante ao nome da mãe do Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR-MT) –. Igual o da minha mãe.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PSB-MT) – ... semelhante ao nome da mãe do Senador Blairo Maggi.

Quero parabenizar, Senador, pela constituição dessa Subcomissão.

Temos visto lá em Mato Grosso toda uma agitação a respeito da Agecopa, se vai conseguir ou não fazer as obras... Acho que nós devemos concentrar esforço em arrumar dinheiro porque a Agecopa já tem os projetos prontos, os levantamento, os dados, as necessidades. Agora, temos que concentrar esforços, principalmente, aqui no governo federal,porque o governo do Estado, pelo que tenho percebido tem ido em busca de empréstimo, tem feito a sua reserva, tanto para atender o interior do Estado, como para atender ao compromisso firmado que é para organizar o ambiente para receber a Copa do Mundo em Cuiabá.

Precisamos ver também o compromisso do Governo Federal com a agilidade na disponibilidade dos recursos. A data está se aproximando, como disse o Presidente da FIFA – "a Copa é para amanhã, não é para depois de amanhã". Então esse é o esforço que nós Parlamentares em Brasília, os três Senadores de Mato Grosso, os oito Deputados Federais e aqui nós estamos com o Deputado Ságuas e, também Roberto Dornas aqui participando desta reunião em envidar esforços neste sentido, porque aí tenho certeza nós não teremos dificuldades.

De modo que me coloco à disposição, já tenho feito gestão junto ao Ministério da Integração Nacional, tem lá 160 milhões de reais de desobstrução para que possamos avançar. Quero agradecer a oportunidade que me foi concedida aqui nesta Subcomissão Permanente do Senado Federal de poder registrar aqui a nossa sugestão. Precisamos ver qual é a parte do Governo Federal... Mato Grosso precisa entre 5 e 8 bilhões de reais para poder realizar a Copa. Então, qual é a participação do Governo Federal? Sabemos que o Governo Federal já tem contribuído, mas ainda está muito tímido, precisa aportar mais, até porque arrecada mais. Mais de 70% do bolo tributário nacional fica por conta do Governo Federal. Precisamos saber, ver, por isso a importância dessa Subcomissão para exatamente ver o termômetro que o Governo Federal vai poder ajudar não só Mato Grosso mas também outras subssedes que, tenho certeza, deve estar enfrentando dificuldades financeiras para poder realizar as obras necessárias para receber esse grande evento.

Gostaria de deixar esse registro, agradeço a oportunidade e peço desculpas porque aqui há votação nominal, é uma coisa atrás da outra, é tudo remontado. Um grande abraço, obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR-MT) –. Muito obrigado, Deputado Valtenir, para nós também não é diferente. Estou olhando o relógio e faltam 13 minutos para as 16 horas. As 16 horas começa a votação nominal nossa e temos que correr.

Consulto o Senador Jayme Campos, que acabou de chegar à nossa reunião, se V. Exª quer fazer alguma observação. Nós ouvimos aqui as explicações do Secretário Yênes e do Secretário Bonilha sobre o andamento das obras em Cuiabá, os projetos que estão sendo desenvolvidos e a situação em que se encontram. E aqui ficaram 3 pontos que o secretário trouxe que nós da Subcomissão vamos dar uma sequência, uma ajuda que é sobre a questão do aeroporto. Achei que essa questão já havia sido resolvido, pois, pelo que li a Infraero havia passado isso para o Estado. Então é uma preocupação que tenho. Há a questão do Consema, questão da exigência do EIA/Rima para obras dentro da cidade, como por exemplo, canalização, remoção da canalização da prainha, que, no meu entendimento, não precisa é uma coisa já vencida e passada.

Particularmente são os dois problemas colocados aqui pelo Yênes, quero passar a palavra a V. Exª para suas considerações.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM-MT) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, cumprimento e saúdo nosso querido amigo Yênes Magalhães que nos honra hoje com a sua presença nesta Subcomissão da Agecopa da Comissão de Infraestrutura, amigo Bonilha, velho companheiro e sobretudo competente. Saúdo e cumprimento os Deputados aqui presentes, Roberto, Ságuas e o Deputado Valtenir que acabou de deixar este recinto. Saudar e cumprimentar o ex-secretário do Ministério das Cidades, companheiro Figueiredo; saúdo nosso amigo Rodolfo, grande empresário de Mato Grosso; saúdo aqui o Dr. Fernando Mendonça, grande empresário daquele Estado que, certamente, tem todo interesse na agilização das obras para que Mato Grosso possa ter a sub-sede para a Copa do Mundo. Particularmente, tenho certeza absoluta de que este evento foi muito promissor, até para dirimir algumas eventuais indagações que todos nós gostaríamos de fazer. Tenho a certeza de que, aos poucos, vão acontecendo não só os projetos, mas a realização dessa importante obra para que tenhamos de fato a Copa do Mundo de 2014 em Mato Grosso.

A preocupação que o Senador Blairo Maggi tem em relação não só ao aeroporto, mas sobretudo às obras de mobilidade urbana, todos nós temos. Era o sonho de todos nós mato-grossenses que um dia nos tivéssemos essa oportunidade ímpar de ter um grande evento do tamanho, da envergadura da Copa do Mundo e Mato Grosso ser contemplado com uma das sub-sedes em nosso Estado. Todavia, meu caro amigo Yênes Magalhães, eu confesso a minha preocupação diante do tempo que se está exaurindo. Temos prazo

para iniciar e prazo para concluir as obras, na medida em que são obras, talvez não pelo seu custo financeiro, mas pelos entraves em sua consecução. Primeiro que são obras urbanas e não se pode desconhecer que são obras complicadas, difíceis e, muitas vezes, não depende do gestor, depende de entraves burocráticos, como é o caso mencionado pelo Senador Blairo Maggi sobre a questão do Consema, do EIA/Rima, obras que já existem há muitos anos. Mas, nesse caso, muitas terão que ser reformuladas, reestruturadas e exigem, por conseguinte, até mesmo Rima.

E não é só nas obras, Senador Blairo, nesse caso particularmente está sendo exigido, para que V.Exª tenha conhecimento fui relator de uma matéria, na Comissão de Orçamento, em relação a uma BR federal que demanda o Estado do Amazonas a Porto Velho, que é a BR-320. Esta obra já existia na década de 70, na implantação da Transamazônica. A obra foi paralisada e o que me consta, até agora, não andou quase nada. Eram quase 80 milhões de reais disponíveis no orçamento da União, através do Ministério dos Transportes, porque o IBAMA foi lá e disse que deveriam ser feitos alguns ajustes, sobretudo na questão de bota dentro e retirada de material das laterais dessa rodovia e tiveram que mexer com alguma vegetação que já havia sido mexida no passado.

Feito isso, o IBAMA embargou a obra, o TCU não permitiu liberar os recursos isso já demandava mais de um ano e cinco meses. Coube-me como membro da Comissão de Orçamento, como relator, precisou que o Senador e atual Ministro Alfredo Nascimento me procurar para dar informações precisas e para que emitíssemos o relatório para liberar os recursos.

Esse é um caso particular nosso de Mato Grosso, Cuiabá, com relação aos entravas. Nossa preocupação é diante do tempo que está se exaurindo, e o caso do aeroporto internacional nosso que já decorre alguns anos, só como Senador aqui estou com um pouco mais de 4 anos e essa história já vem se arrastando há muito tempo. Lamentavelmente, a estação de desembarque foi construída na década de 70, bastante acanhada e até certo ponto vergonhosa para nós recebermos os turistas e pessoas que vão a Mato Grosso, sobretudo para Cuiabá, recebermos numa estação ultrapassada, arcaica. A grande obra que fizeram lá foi uma esteira rolante que foi retirada, parece-me, do Aeroporto de Confins e levada para lá. Foi o grande presente. O outro presente que me falaram na última audiência que tivemos na Infraero foi que Mato Grosso tinha a primazia de receber um ônibus para transportar os passageiros que vão para a estação.

Creio que é muito pertinente a presença de V. Exª, sobretudo, a demonstração do Senador Blairo Maggi no sentido de darmos mais agilidade. Queremos nos colocar à disposição, aqui, para vermos de fato a participação do Governo Federal, em que situação está a liberação dos recursos, que não é pouco, reconhecemos. Não se vai fazer as obras previstas, pelo menos as que foram anunciadas, vimos que é uma demanda enorme. Precisamos ter recursos, bons projetos para executarmos essas obras. Portanto quero, nessa oportunidade, colocar-me à disposição, e imagino que todos os demais Deputados federais os Senadores Blairo e Pedro Taques, para darmos a nossa contribuição. Vamos torcer para que as coisas aconteçam, sejam agilizadas. Temos que tirar os entraves. Estamos entrando no mês de maio, depois junho, no final de setembro começam as primeiras chuvas em Mato Grosso, já é uma regra, outubro, novembro e chega o fim do ano, e entramos em 2012.

Quero pedir aos senhores que são gestores nessa agência que agilizem e, sobretudo, podem contar com o nosso apoio. Já destacamos nossas emendas de bancada, algo em torno de 25 milhões de reais que V. Exª tem conhecimento para a construção do CT, Centro de Treinamento do Município de Várzea Grande. O restante de todas as nossas emendas destacamos para que o Governador Sinval Barbosa faça melhor uso sobretudo os investimentos necessários para que, de fato, tenhamos a realização desse grande evento em Mato Grosso.

Agradeço a oportunidade de dizer ao Senador Blairo Maggi, Presidente desta Subcomissão, muito importante, não só para Mato Grosso mas para o Brasil que eu imagino que as coisas estão acontecendo muito bem e que as providências serão tomadas para que num trabalho em conjunto com a Comissão de Infraestrutura possamos dar, de fato, o devido crédito que merece tão importante evento em nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi . Bloco/PR-MT) – Agradeço ao Senador e ex-governador Jayme Campos, e consulto se o Deputado Ságuas ou o Deputado Dornas querem fazer alguma colocação, já que o Deputado Valtenir se posicionou, aqui.

Nada mais a tratar na Comissão, agradeço a presença do Yênes Magalhães, a presença do Agripino Bonilha Filho e a presença de todos aqui.

Do trabalho que fica para esta Comissão nós vamos correr atrás, Yênes, e dar uma posição para os senhores daquilo que foi colocado.

Depois de ouvirmos as outras cidades, as 11 cidades, vamos emitir um relatório para que o Congresso como um todo possa se posicionar a respeito desse assunto.

Agradeço a presença de todos, muito obrigado, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 15 horas e 56minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA nº 48, de 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas quarenta e seis minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e onze, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, VITAL DO RÊGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, RODRIGO ROLLEMBERG** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, EDUARDO BRAGA, CÍCERO LUCENA** e **PAULO DAVIM**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras. Comparece o seguinte convidado: Renan Araújo, Secretário Executivo da Secretaria da Copa do Mundo do Estado da Bahia. Após a explanação do convidado, usam da palavra os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI** e **PEDRO TAQUES**. O convidado responde aos questionamentos feitos e apresenta suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Sessão da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54º Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da última reunião permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

No dia de hoje, nós convidamos o Secretário Executivo da Secretaria da Copa do Mundo, da Bahia, Sr. Renan Araújo, que já está conosco. Também convidamos, e ele aceitou, mas hoje mandou um fax dizendo que não poderia estar presente, o Sr. Leonel Leal Neto, que é gestor do escritório municipal da Copa, da Prefeitura de Salvador. Ele encaminhou para a comissão o Ofício nº 79/11, endereçado a mim, que diz o seguinte:

> Sr. Senador, ao cumprimentá-lo cordialmente, gostaria de parabenizá-lo pela excelente iniciativa dessa subcomissão de promover um ciclo de debates sobre a preparação para a Copa do Mundo da Fifa de 2014.
>
> A participação do Senado Federal no monitoramento dessas ações, juntamente com as demais esferas de governo e a sociedade civil, será de grande valia para a realização exitosa do referido evento.
>
> Por força de compromisso pré-agendado, lamento informar que não poderei comparecer à audiência pública marcada para o dia 26 de abril. Não obstante, ponho-me à disposição para contribuir com os trabalhos dessa subcomissão em ocasiões futuras.
>
> Sendo o que me reserva para o momento, reitero o cumprimento a todos e manifesto os mais sinceros votos de estima e consideração.
>
> Leonel Leal Neto.

Então, eu pergunto ao nobre relator se quer fazer uso da palavra.

Com a palavra, o relator.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, é só para me congratular com V. Exª. Nós sabemos do esforço de V. Exª para formatar os trabalhos desta subcomissão. Posso e devo ajudá-lo, na condição de relator, e peço vênia a V. Exª. No meio de 33 subcomissões que o Senado tem hoje – 35, agora –, eu ocupo a vice-liderança do Governo, a 1ª

vice-liderança do PMDB e estou à frente da Presidência da Comissão Mista de Orçamento.

Hoje, nós vamos receber a Ministra Miriam Belchior, às 15 horas, e eu não poderia deixar de estar presente, e até quando possa, porque entre tantas de que faço parte, 17 subcomissões, esta é uma das que mais me estimulam a acompanhar um tema tão importante.

Com a palavra, o nosso representante baiano.

O SR. RENAN ARAÚJO – Boa tarde, Senador Blairo Maggi e Senador Vital do Rêgo, respectivamente presidente e relator desta subcomissão.

É uma honra muito grande estarmos aqui, participando desta sessão de debate, como foi muito bem colocado pelo Senador Maggi, que seria uma reunião com o espírito de obter um conhecimento mais amplo da conjuntura que diz respeito à realização dos preparativos para a Copa do Mundo e colocar ao Senado Federal a disposição no sentido de correção de possíveis entraves, dificuldades, pontos de estrangulamento por que os Estados e cidades-sedes porventura estejam passando, no sentido de cumprir esse desafio muito grande que é preparar o Brasil para o evento Copa do Mundo e, sobretudo, garantir legados importantes em todos os aspectos da vida do País, tanto de mobilidade e de infraestrutura, mas também os legados culturais, da qualificação da nossa mão-de-obra, os legados de valorização e desenvolvimento do futebol, e de desenvolvimento do nosso País.

O Secretário Ney Campello, titular da Pasta da Secopa – Bahia, não pôde estar presente por estar retornando de uma viagem de pequenas férias, então me determinou que o representasse.

Daí por que vou tentar apresentar para os senhores um panorama da situação da Bahia hoje.

Temos quatro grandes projetos referentes à Copa do Mundo na Bahia. O primeiro projeto é a construção da própria Arena Fonte Nova, Arena Multiuso; temos projetos relacionados à melhoria da situação de mobilidade urbana em Salvador, cidade que enfrenta pontos de estrangulamentos e dificuldades no trânsito e na mobilidade. Então, vemos a Copa do Mundo como um momento importante, singular, no sentido de corrigirmos problemas sérios de mobilidade urbana; melhorias do porto e do aeroporto de Salvador.

Inicialmente, no Arena Fonte Nova, pelo menos alguns dos senhores são sabedores, tínhamos um estádio chamado Fonte Nova, construído na década de 50, e ampliado, com a construção do anel superior, na década de 70. Essa estrutura se apresentava obsoleta, inclusive estava interditado por causa de um acidente havido em 2007, com a morte de 7 torcedores, jogo com um público de 60 mil torcedores. Então, esse estádio foi completamente demolido e, nessa área, que é central, está sendo construído o Arena Multiuso, âncora para o desenvolvimento do centro integrado de turismo, negócios e entretenimento da central de Salvador. A capacidade é de 50 mil espectadores, coberto, com camarotes, salões de negócios e convenções, com previsão de um museu do futebol, restaurante panorâmico e com a perspectiva de funcionamento sustentável. Ele está sendo construído numa parceria público-privada, em que a responsabilidade da construção é do consórcio Fonte Nova Participações (FNP), uma associação da OAS e da Odebrecht, duas grandes construtoras baianas, que têm atuação internacional. No contrato dessa parceria público-privada, existe a realização anual mínima de eventos – shows internacionais, jogos de futebol – e atividades que garantam essa sustentabilidade no processo de operacionalização da Arena. *(Pode passar, por favor.)*

Temos, aqui, fotos de momentos da evolução da obra. Como já disse, o estádio foi todo destruído. Essas fotos são de cerca de um mês atrás. Hoje já podemos ver o que seria o contorno do estádio, com a construção dessas colunas. *(Pode passar, por favor.)*

Aquela foto de cima, é do momento da implosão, que durou cerca de 30 segundos mais ou menos e, no local, está sendo construída o Nova Arena, que respeita, de certa maneira, o que seria os contornos da Arena antiga, mas completamente modernizada e em condições de, durante décadas, garantir o funcionamento sustentável na capital baiana. *(Pode passar, por favor.)*

Para esta Arena Multiuso, a previsão orçamentária é de R$591 milhões; as fontes de financiamento é o Desenbahia – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia –, que entrou com R$50 milhões; o Banco do Nordeste, com um investimento da ordem de R$250 milhões, e o BNDES, com R$323 milhões. Nós já tivemos 100% do desembolso do Desenbahia, e está-se aguardando a liberação das primeiras parcelas por parte do Banco do Nordeste e do BNDES.

Em relação ao BNDES, nós tivemos, na última reunião de monitoramento do GT Copa, um avanço importante no entendimento do BNDES em relação a uma das condicionalidades de liberação das parcelas. O BNDES entendia que teria de haver uma evolução em outras obras de mobilidade que ficam claramente fora do entorno da Arena, para que houvesse a liberação das parcelas. Houve essa desvinculação. Havia uma vinculação da principal obra de mobilidade, que é do BRT Lauro de Freitas-Acesso Norte, e houve essa desvinculação. Então, mais tranquilamente teremos essa relação com o BNDES.

Um problema que tem acontecido e que se tem apresentado como uma perspectiva de significar um atraso, caso não seja resolvido com brevidade, é um relatório do Tribunal de Contas do Estado, de um determinado conselheiro, apontando possíveis indícios de irregularidade no contrato da PPP, inclusive com um entendimento que nós consideramos que não se justifica porque a modalidade de PPP é diferente, não se aplica à Lei nº 8.666, por exemplo. Mas o Governo do Estado tem sido incisivo no sentido de tratar com o próprio Tribunal de Contas do Estado. Já foi realizado um seminário na semana passada e é possível que nos próximos dias essa situação do relatório desse conselheiro vá ao plenário e o plenário resolva e de uma vez por todas dirima essas dúvidas, para que o problema seja solucionado.

Estamos aguardando também a liberação do Banco do Nordeste. Em relação a isso aí, não há nenhum tipo de questionamento no momento.

E a previsão da conclusão das obras da Arena, ainda hoje, é de dezembro de 2012, o que possibilita Salvador ser sede da Copa das Confederações, como estamos pleiteando, já em junho de 2013.

Em relação à mobilidade urbana, o principal projeto que existe... Temos aí desenhos e mapas de três projetos que fazem parte da matriz de responsabilidade, que é o BRT ligando o aeroporto ao início do metrô de Salvador. Aquele slide, aquela fotografia do meio seriam rotas de acessibilidade de pedestres ao Arena, que fica justamente na ponta daquela área azul, que é o Dique do Tororó. Então, aqueles desenhos em azul, verde, amarelo e vermelho seriam rotas para pedestres, que ligariam o centro histórico de Salvador àquela área verde, que é o Pelourinho, aquela região histórica. Aquela parte amarela seriam áreas do comércio onde fica o Porto de Salvador, que dista cerca de um quilômetro da Arena e de outras áreas do centro de Salvador.

Esse outro é um conjunto de pistas e viadutos para microacessibilidade ao estádio, quer dizer, ficam muito próximos ao estádio da Arena Fonte Nova.

Esse corredor estruturante Aeroporto-Acesso Norte, que é a obra do BRT, está orçado em R$570 milhões, já com uma previsão de financiamento com o dinheiro do Tesouro Nacional, da Caixa Econômica Federal. O Estado entraria com uma contrapartida de R$28 milhões e a Caixa com R$541 milhões.

Nós estamos numa fase de elaboração do projeto básico, de contratação do projeto básico. Semana passada, houve uma rodada de visitas da Caixa Econômica Federal no sentido de verificar mais de perto o que seria esse projeto, inclusive reunindo a Prefeitura, o Governo do Estado e os órgãos envolvidos.

O contratante dessa obra é o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a Sedur, e esse projeto é originário da Prefeitura de Salvador. Mas, devido às dificuldades que a Prefeitura tem enfrentado no momento, o Governo do Estado abraçou o projeto e o está tocando por meio da Sedur.

Paralelamente a isso, o Governo do Estado, em 26 de março deste ano, publicou, por meio da Sedur também, um documento chamado PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse, em que publiciza uma consulta sobre qual seria o modelo mais adequado para a resolução do problema de transporte de massa em Salvador, nesse aspecto do principal eixo, que é o eixo aeroporto–acesso norte. E houve uma consulta a empresas e a consórcios de empresas a respeito do estudo de viabilidade técnica, econômica, de sustentabilidade, de menos impacto ao meio ambiente, enfim, de todos os aspectos da operação de funcionamento do transporte de massa nesse trecho aeroporto–acesso norte, com possibilidade de articulação com outros modais.

E dez empresas ou consórcios se inscreveram para participar desse estudo, ou seja, demonstraram interesse em participar.

Agora, no final do mês, encerram-se, então, os 30 dias da publicização desse processo, e as empresas devem apresentar estudos preliminares de viabilidade dessa questão, o que pode vir a trazer uma conclusão pela viabilidade de, em vez de termos o BRT, como está no projeto, fazermos a opção pelo VLT, o veículo leve sobre trilho. E um dos objetivos desse aprofundamento do estudo é a tentativa de viabilizar o funcionamento do metrô de Salvador, de que os senhores têm conhecimento, que é um metrô de apenas seis quilômetros.

Ele estava previsto para inicialmente funcionar com 12 quilômetros. Com as dificuldades de financiamento, essa coisa vem-se protelando durante 12 anos. O metrô hoje está pronto, com os veículos, os equipamentos comprados pelo Governo do Estado, mas a Prefeitura não tem condições de colocá-lo em funcionamento, porque a passagem custaria, para torná-lo sustentável, R$12,00, para um trecho de seis quilômetros.

Então, tem de haver uma articulação com outro tipo de modal, e um estudo mais profundo sobre esse funcionamento, para que não seja necessário que o setor público subsidie ou que se lance mão de outro artifício qualquer.

Então, na tentativa de viabilizar o metrô, estamos abrindo a discussão sobre se é o BRT que vai possibilitar o equacionamento desse problema do metrô ou sobre se teríamos de lançar mão de uma opção de

VLT que se articule melhor com esse metrô, que está demonstrando-se inviável no sentido da operação.

Então, o Governo do Estado vai pronunciar-se a partir desses estudos que estão encomendados de maneira prévia. E o estudo definitivo por parte dessas empresas e consórcios interessados deve ser concluído com 60 ou no máximo 100 dias, podendo ser prorrogado até 100 dias.

Enquanto isso, na matriz de responsabilidade, temos o BRT com esse orçamento definido. Então, se nada for dado como positivo, como viável, nesse PMI e nesses estudos que estão encomendados, toca-se com o BRT, com a previsão de término das obras em maio de 2013. *(Próximo, por favor.)*

Essas rotas acessíveis são aquelas quatro que mostrei, para pedestres. Há um financiamento de R$5,5 milhões também aí, com esse cronograma, com projeto básico concluído, com término previsto para 2012. *(Pode passar, por favor.)*

A microacessibilidade, que seria aquele conjunto de pistas na proximidade do estádio e aquele conjunto de viadutos, com projeto básico concluído também, com a previsão de início das obras para junho de 2011, com previsão de término para junho de 2012. *(Pode passar, por favor.)*

O porto de Salvador, de responsabilidade da Codeba (Companhia das docas do Estado da Bahia), instituição responsável pelo porto, se localiza – não sei se os senhores conhecem – na região do comércio, Avenida da França, numa região muito bonita. Trata-se de um porto muito extenso na área central da cidade, na cidade baixa. Este slide é com base no projeto desenvolvido pela Codeba, que é o órgão responsável pela administração do porto. Seria o aproveitamento desses dois primeiros armazéns, que seriam desativados para cargas, e seria a criação de um terminal de passageiros e de alguma estrutura de recepção e de comércio para juristas para a recepção dos transatlânticos que chegam na alta estação em grande quantidade a Salvador. Em um dos dias do carnaval, tínhamos cerca de nove transatlânticos desses operando na Baía de Todos os Santos para atracar nesse terminal, que hoje é uma estrutura bastante rudimentar, do ponto de vista da operação e do atendimento a turista. Esse projeto é limitado, porque ele é apenas uma recuperação dos barracões que impedem a relação do turista, do cidadão de Salvador com o mar, uma área que é muito bonita.

Foi feito um acordo com a Codeba, prefeitura de Salvador e governo do Estado e o governo do Estado encampou uma proposta que é a de derrubar os dois primeiros armazéns, construir uma estrutura de metal e transparente, de vidro, que revele essa relação da cidade com o mar, criando aí uma esplanada, uma área de acesso ao mar. Quer dizer, recuperando isso, num processo inclusive de recuperação do bairro do comércio, de incentivo a que esse bairro se torne uma área de turismo, de hotéis, já que é uma área, hoje, com certo nível de degradação. E, consensualmente, está se abrindo mão desse projeto que está mostrado, ilustrado aí, para um projeto mais ousado e que garante, do ponto de vista do legado, uma incorporação bem maior à cidade de Salvador, uma área muito bonita, uma área turística.

Amanhã nós teremos uma reunião – o martelo já foi batido, digamos assim – para transformar, utilizar aquele orçamento que está previsto para incorporar o outro projeto como projeto consensual a ser tocado ainda para a Copa do Mundo. *(Pode passar, por favor.)*

A ideia é trabalharmos num regime de mutirão e de ritmo acelerado, para cumprir esse cronograma que está aí. A Secretaria Especial de Portos inclusive tem participado das reuniões e tem dado o aval para essa mudança no rumo do projeto original. *(Pode passar, por favor.)*

O aeroporto de Salvador – e esses aeroportos foram motivo de muita polêmica com aquele relatório do Ipea – hoje é um dos três aeroportos considerados pelo próprio estudo como adequados, do ponto de vista do funcionamento, da quantidade de passageiros/ano. Então, ele não está em uma situação de estrangulamento como outros aeroportos e, portanto, o que está previsto de investimento para as obras do aeroporto é uma intervenção mais modesta no momento.

E, segundo a Infraero, essas intervenções que serão feitas garantem, viabilizam o funcionamento do aeroporto para a Copa do Mundo com certa tranquilidade. Então, seria: melhorias nas vias de acesso; construção de um edifício-garagem e articulação desse edifício-garagem com o terminal de passageiros; ampliação, melhorias, modernização do terminal de passageiros e ampliação dos pátios de aeronave.

Então, esse é o conjunto das intervenções previstas e com uma empresa já contratada para elaboração do projeto licitável. *(Pode passar, por favor.)*

Seria um investimento da ordem de R$30 milhões. Comparado aí com mais de R$1 bilhão de Rio de Janeiro e outros Estados, é um investimento muito pequeno, porque a intervenção é muito específica. Então, o projeto básico já foi contratado. Esse cronograma de maio de 2012 está cumprido. Já foi contratado o projeto, com previsão de início das obras em abril de 2012 e término em abril de 2013 – um ano de intervenção.

Existe também interesse do Governo de Estado do ponto de vista do legado, de construção de uma

segunda pista, mas não vinculando isso à Copa do Mundo. Tem-se trabalhado nessa perspectiva, mas a segunda pista implica intervenção em uma área de dunas, que são tombadas. Há um estudo de impacto ambiental já encomendado pela Infraero, que duraria no mínimo 390 dias para ser concluído. Então, não faz parte do escopo da intervenção da Copa. O que faz parte é esta reforma: reforma e modernização do terminal; acesso viário ao terminal de passageiros; ampliação e reforma do edifício-garagem, com uma passarela de ligação com o terminal de passageiros; reforma e ampliação dos pátios de aeronaves e modernização de equipamentos e sistemas, investimento aí na área de tecnologia de informação e melhoria dessa área de esteiras, sanitários, da área interna utilizada por passageiros do nosso aeroporto. *(Pode passar, por favor.)*.

Uma segunda intervenção seria a construção de uma segunda torre de controle, investimento da ordem de R$15 milhões, que está aí com projeto básico concluído, com previsão de início da obra em junho de 2011 e término em dezembro de 2012. *(Pode passar, por favor.)*

Órgãos responsáveis então: Arena Fonte Nova, a contratante é a Setre – Secretaria do Trabalho e Esporte; Mobilidade Urbana, Conder, Sedur – Conder é um órgão da Sedur, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano. O porto é responsabilidade da Codeba, mas temos tratado essas mudanças com a Secretaria Especial dos Portos, com a prefeitura e com o governo do Estado, quer dizer, todos interessados de maneira consensual. E o aeroporto, que é obra de responsabilidade da Infraero. *(Pode passar, por favor.)*

Então, seria essa nossa prestação de contas, essa a nossa intervenção, e estamos à disposição do Senador Blairo Maggi e dos senhores para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Renan a explanação.

Antes de abrir a palavra aos demais Senadores, gostaria, Renan, de fazer aqui um comentário breve. Pelas suas explanações e pelas fotos que vimos, parece-me que a questão da Arena está bem equacionada. Já demoliram o antigo e já estão subindo a segunda parte. Com a parte financeira da Arena, não há problema. Está toda equacionada, embora não tenham desembolso ainda dos demais parceiros da obra. É isso?

O SR. RENAN ARAÚJO – Estamos trabalhando na perspectiva daquele orçamento de R$591 milhões, necessitando desse desembolso do BNDES e do Banco do Nordeste, porque o que acontece na relação do contrato da PPP? Parte do desembolso se dá pelo consórcio também O consórcio já fez um desembolso percentualmente cabível.

Então, é necessário esse fôlego para a continuidade das obras no ritmo em que está hoje.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – E a contratação pelo BNDES, como é que está o andamento?

O SR. RENAN ARAÚJO – Nós estamos aguardando a liberação dessa parcela, que...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Mas já houve o contrato?

O SR. RENAN ARAÚJO – Não, existe o contrato, tudo estabelecido. Os problemas – vou retomar aqui – são os seguintes.

No Tribunal de Contas do Estado, um relator questiona possíveis indícios de irregularidade na contratação. Esta é uma das condicionantes de liberação por parte do BNDES: que esteja tudo o.k. em relação a essa questão. Então, quanto a essa questão, o Governo do Estado está trabalhando junto ao Tribunal de Contas do Estado. Deve ser realizada uma plenária nos próximos dias para analisar de maneira mais profunda essa questão da contratação, e nós acreditamos que a questão será resolvida. Então, assim, estaria o caminho livre para a liberação da primeira parcela do BNDES.

Um outro problema que havia era o entendimento do BNDES de que deveria ser condicionada a liberação da parcela à obra do BRT. Ele abriu mão dessa análise e desvinculou uma coisa da outra, o que facilita também a liberação dessa primeira parcela. Nós não estamos vendo grandes problemas neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Consulto o Senador Pedro Taques se deseja fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, antes de fazer indagações ao Sr. Secretário, eu queria expressar minha preocupação à V. Exª com a criação de outras subcomissões para discutir a Copa. Isso é um absurdo, porque significa esvaziar uma comissão para criar outra. Daqui a pouco, vamos criar uma outra comissão na CCJ para discutir os aspectos judiciais. Já temos 32 subcomissões, e faltam Senadores para debater temas importantes como este aqui. Portanto, quero expressar a V. Exª, Presidente desta Subcomissão, meu apoio para que possamos discutir isso junto à Mesa, junto à Presidência desta Casa.

Parabenizo V. Sª, Sr. Secretário, e apresento-lhe algumas indagações.

Gostaria, em primeiro lugar, de saber se o senhor tem condições de nos esclarecer a diferença técnica e econômica entre o BRT e o VLT. Essa é a minha pri-

meira preocupação. Além disso, gostaria de saber por que vocês adotaram o BRT.

Eu tenho outras indagações. Se o Presidente permitir, vou fazendo uma a uma.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, pode prosseguir assim.

O SR. RENAN ARAÚJO – Na verdade, nós temos trabalhado na Bahia sem criar essa contradição entre uma modalidade e outra de transporte. O que foi contratado, porque já havia um projeto da Prefeitura em andamento, o Governo do Estado incorporou.

No curso dessa discussão, o Governo do Estado notou dificuldades como esta: como é que o BRT se articula com o metrô que já existe – são seis quilômetros de metrô – para torná-lo sustentável? Essa é a principal discussão.

Existe uma corrente que defende que o VLT permitiria uma articulação melhor e garantiria um funcionamento mais sustentável do ponto de vista econômico e financeiro do sistema. Então, diante de questionamentos e de dúvidas que surgiram já com o processo em andamento, o Governo do Estado achou por bem aprofundar essa discussão.

Agora estamos na fase de dar curso a esse procedimento de manifestação de interesse que foi tornado público em 26 de maio pelo Governo do Estado. Trata-se de ouvir interessados, empresas e consórcios – Camargo Corrêa, a própria Odebrecht, OAS e outras – que demonstraram interesse em realizar esses estudos.

Qual seria o melhor sistema para Salvador? Sabemos que o VLT é mais caro, mas, do ponto de vista ambiental e de funcionamento, talvez se mostre mais eficiente, ainda que a construção das obras vá exigir um tempo maior.

Então, há prós e contras que tem de ser pesados nesse estudo para que se possa fazer uma opção mais embasada, algo de que o Governo do Estado sente a falta neste momento. Como ele está contratando essa obra através da Sedur, está buscando esse estudo, com uma certa brevidade, para assumir um posicionamento.

Talvez se conclua que se deva esquecer a opção pelo VLT, tocar o BRT como está. Mas não é uma coisa conclusiva; não há uma posição do governo do Estado em relação a esta opção. Nós pensamos, sim, em articular os diversos modais de transporte de uma maneira sustentável, garantindo o funcionamento e a solução dos estrangulamentos que temos em Salvador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É lógico que a questão da mobilidade urbana depende da particularidade da geografia de cada centro urbano ou região metropolitana. O senhor tem condições de afirmar se, economicamente, o BRT é mais viável – economicamente não para o empreendedor, mas para o cidadão consumidor – do que o VLT?

O SR. LEONEL LEAL NETO – Não. Estamos justamente aguardando esses estudos; o governo do Estado está aguardando esses estudos. Mas já há uma comissão nomeada para, na próxima semana, abrir os envelopes, analisar e definir tecnicamente qual seria a opção. No momento, estamos aguardando esses estudos para definir de uma maneira mais abrangente qual sistema permite melhor articulação com outros modais, pois temos, em Salvador, transportes por ônibus, por trens suburbanos, temos o ferry boat, que liga a ilha de Itaparica a cidade, o metrô. Então, para essa articulação dos diversos modais é que se faz necessário um estudo mais completo e mais abrangente. Por isso, o governo do Estado está lançando mão dessa PMI.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por que o governo da Bahia entendeu por bem deslocar as atividades da Copa para uma secretaria executiva, uma secretária extraordinária, e não criar uma agência para resolver isso como no Estado do Mato Grosso, por exemplo?

O SR. LEONEL LEAL NETO – O governo do Estado criou essa figura do Secretário Extraordinário da Copa... É uma secretaria que funciona até então com seis cargos e com cerca de 25 a 30 pessoas trabalhando no geral. É, sobretudo, uma secretaria de articulação. Mas o governo do Estado entende que essa forma de funcionamento garante uma melhor articulação, portanto, garante uma melhor governança...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Em termos de gestão?

O SR. LEONEL LEAL NETO – ... em termos de gestão. Inclusive, está sendo criada uma Secretaria Estadual para assuntos da Copa do Mundo, ou seja, ela deixa de ser extraordinária, apesar de ter data de vencimento definida, que é 31 de dezembro de 2014.

Nesse funcionamento, nessa governança, nesse arranjo, temos uma estrutura acima da secretaria, que é o Comitê Gestor da Copa do Mundo, do qual participam nove secretarias de Estado. E estamos assinando com a Prefeitura de Salvador, no dia 2, um protocolo de intenções, uma relação com a prefeitura, de instalação de uma mesa de monitoramento mais sistemático de acompanhamento das obras da Copa e de uma articulação melhor com a prefeitura.

Portanto, o entendimento do governo do Estado é que essa secretaria tem que ganhar um certo corpo, ser um pouco maior agora, tendo cerca de 23 cargos em comissão, com uma melhor sofisticação do seu quadro técnico, tudo para que possamos fazer melhor essa articulação, que é tão necessária.

A Secop articula esse comitê gestor e coordena os grupos executivos de trabalho que são temáticos; são nove grupos executivos de trabalho que tratam dos temas da mobilidade, da arena, das questões culturais e das relacionadas diretamente à questão da arena propriamente dita. É uma opção que se tem mostrado eficiente nesse sentido.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – No tocante à fiscalização, Sr. Secretário, existe um acompanhamento, ao mesmo tempo em que estão sendo realizadas as obras, pelo Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público? Isso foi feito? Existem convênios entre essa secretaria e as entidades fiscalizadoras?

O SR. LEONEL LEAL NETO – Nós temos tido... Em relação à questão da transparência e do controle, um dos grupos executivos de trabalho é o Grupo da Transparência e Controle. Aí temos a Advocacia Geral do Estado, temos a Procuradoria Geral do Estado participando, temos a Ouvidoria do Estado, e essa comissão é aberta ao Ministério Público, ao Tribunal do Estado no sentido de buscarmos, desses órgãos, uma atuação mais próxima, mais pró-ativa e que evite o dessabor de, posteriormente, haver questionamentos, interrupções e atropelos nesse cronograma que apresentamos. Sabemos que é um cronograma apertado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A respeito do orçamento para segurança pública e saúde. Sabemos que a Fifa exige intervenções em algumas áreas, por exemplo, necessidade dessa nova arena, mobilidade urbana, não chegar carros a 1,5 mil metros dessa arena, a não ser de pessoas VIPs. Gostaria de saber, em relação à segurança pública e à saúde, se houve um incremento do orçamento do Estado de 2009 a 2010, em razão da Copa de 2014. Isso tendo em conta que nós sabemos – e todos ficamos muito tristes – do índice de violência da Bahia, que não é diferente do de outros Estados do Brasil. Digo isso porque ministro aulas na Universidade Federal da Bahia e conheço o bairro do Canela e toda aquela situação. O senhor pode nos informar a respeito do incremento do orçamento para saúde e segurança?

O SR. LEONEL LEAL NETO – O governo do Estado tem aumentado consideravelmente o investimento na saúde nos últimos anos. Ano passado, foi inaugurado um hospital, que foi a primeira parceria público-privada para gestão hospitalar. É o hospital do subúrbio, com 268 leitos, de atenção sobretudo ao trauma de alta complexidade, portanto tem ressonância magnética, tomografia computadorizada, equipes com neurocirurgião, com ortopedista, com as todas as especialidades relacionadas às urgências. É um hospital de ponta, já em pleno funcionamento desde março deste ano.

Tem havido investimentos na melhoria dos demais equipamentos hospitalares. Um desses grupos executivos de trabalho é o grupo de segurança e saúde. E tem havido a participação da Secretaria de Saúde, uma participação muito sistemática.

Em relação à segurança, o principal projeto é o da criação da central de monitoramento. Isso está previsto como uma das intervenções.

Em relação à saúde, investimentos têm sido feitos e também a Secretaria de Saúde tem acompanhado essas discussões, no sentido de melhorar ainda outros equipamentos da cidade de Salvador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Uma última pergunta. O senhor disse que o Aeroporto Luís Eduardo Magalhães não vai precisar de nenhuma intervenção mais grave, vamos chamar assim. O senhor tem noção desses puxadinhos que estão sendo feitos pela Infraero? Pode nos explicar o que é isso? O senhor tem noção, comparado ao aeroporto de Salvador?

O SR. LEONEL LEAL NETO – Não tenho com relação a outras situações. Mas o que estamos observando nessa obra proposta pela Infraero não é, de maneira nenhuma, um puxadinho. São intervenções no sentido da modernização, de garantir melhor conforto e agilidade no atendimento dos passageiros. A informação é que o movimento que há hoje no aeroporto de Salvador, Senador, está relacionado a poucas horas do dia. Então, há um movimento intenso por cerca de seis horas do dia e existe um subaproveitamento do equipamento nas outras horas. Então, há uma concentração de voos. Há condições de se programar melhor e com modernização, com investimento em tecnologia da informação, troca das esteiras, melhoria no terminal, melhoria nas vias de acesso, melhoria de estacionamento, construção da segunda pista, garantiria... Porque a previsão do movimento de passageiros/ano, em 2014, seria em torno de 10 milhões. Então, salvo engano, daria para suportar a segunda avaliação da Infraero sob o aspecto da quantidade de passageiros que seriam recebidos inclusive durante a Copa do Mundo. Estamos considerando os estudos feitos pela Infraero, respeitando-os e trabalhando com eles.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao nobre Senador Pedro Taques pela participação.

Sr. Leonel, agradeço-lhe a presença, pela explanação.

Eu gostaria que, assim que você tiver pronto, aliás, o Estado tiver pronto o estudo entre VLT e BRT, você pudesse encaminhá-lo a esta Comissão, porque nós temos outras cidades também que estão ainda na

dependência de um estudo para tomar a decisão, o que vai acontecer com esse modal de transporte.

Então, seria de grande importância para esta Comissão se nós pudéssemos receber do Governo da Bahia a posição final. É claro que a gente compreende as particularidades de cada cidade, mas seria importante que a gente pudesse receber esse estudo depois.

Quero agradecer, então, a sua presença. Nós vamos compilar as suas informações depois, no relatório. E, como eu disse antes a você no início da nossa apresentação, ali em particular, esta Subcomissão tem por objetivo só ajudar. Nós não queremos aqui atrapalhar ninguém, nós não queremos criar nenhuma complicação. Entendo que é uma tarefa bastante grande o que se tem pela frente. O tempo é muito pequeno. Eu vi que os seus cronogramas estão todos apertados. E não estamos aqui considerando problemas que surgem, de ordem da natureza, de ordem da construção civil e de uma série de coisas que podem vir pelo meio e apertar ainda mais esse cronograma. Nós queremos colocar-nos à disposição, nesta Comissão, para qualquer problema que vocês, na Bahia, tiverem. Em qualquer momento que enroscar em qualquer órgão público, por favor, nos acionem, pois esta é a principal missão nossa aqui: ajudar a azeitar, a lubrificar essas relações, um pouco com o próprio Tribunal de Contas, ou com o BNDES. Se começarem a demorar um pouco as liberações, por favor, nós queremos aqui estar prontos, estaremos prontos a ajudá-los aqui no que for necessário.

Também vamos marcar, com antecedência e com tempo, uma visita à cidade de Salvador. Esperaremos um pouco mais as obras estarem em andamento para podermos também visitar cada uma dessas obras e termos a certeza de que tudo estará pronto, no caso de vocês, em 2013, já que estão pretendendo também fazer a Copa das Confederações.

Então, quero agradecer a sua presença. Leve os nossos cumprimentos ao governador. Desejamos a ele e a toda a equipe que tenham muito sucesso nessa empreitada. Como eu já disse, não é fácil, mas, com toda a certeza, nós daremos conta desse processo.

Antes de finalizar, convido os nobres Senadores para amanhã, às 14h30min, ouvir aqui o Amazonas e a cidade de Porto Alegre, duas cidades que estarão presentes amanhã.

Então, amanhã, às 14h30min, neste mesmo local.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Mais uma vez, muito obrigado.

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA nº 48, de 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e onze, na Sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, VITAL DO RÊGO, EDUARDO BRAGA, WALDEMIR MOKA, FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores**, ANÍBAL DINIZ, EUNÍCIO OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, ALOYSIO NUNES FERREIRA e PAULO DAVIM.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras. Comparecem os seguintes convidados: Miguel Capobiango Neto, Coordenador da Unidade Gestora do Projeto Copa do Estado do Amazonas; Fabrício Silva Lima, Secretário Municipal da Secretaria de Desporto, Lazer e Juventude da Prefeitura de Manaus; Évison Osvaldo Nickele Córdova, Assessor para Assuntos da Copa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; e Newton Baggio, Secretário Municipal da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico da Prefeitura de Porto Alegre. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **EDUARDO BRAGA**, **VANESSA GRAZIOTIN**, **JOÃO PEDRO**, **ANA AMÉLIA**, **BLAIRO MAGGI, VITAL DO RÊGO** e, com a autorização da Comissão, o Presidente permite a palavra à Senhora Deputada **REBECCA GARCIA.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. A seguir, é aprovada a inclusão EXTRAPAUTA dos seguintes Requerimentos: **Item 1) REQUERIMENTO nº 1, de 2011-CMACAPOLIM** que, com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de

audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sra. **Regina Miki**, Secretária Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira as propostas de segurança pública e a aplicação dos recursos federais para a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga. Colocado em votação, a subcomissão aprova o Requerimento. **Item 2) REQUERIMENTO nº 2, de 2011-CMACAPOLIM** que, com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Dr. **Márcio Pochmann**, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e Dr. **Antônio Gustavo Matos do Vale**, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, principalmente as relacionadas à infraestrutura aeroportuária. Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga. Colocado em votação, a subcomissão aprova o Requerimento. **Item 3) REQUERIMENTO nº 3, de 2011-CMACAPOLIM** que, com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sr. **Carlos Eduardo Pellegrino**, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, principalmente as relacionadas à infraestrutura aeroportuária. Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga. Colocado em votação, a subcomissão aprova o Requerimento. **Item 4) REQUERIMENTO nº 4, de 2011-CMACAPOLIM** que, com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sr. **Wagner Bittencourt de Oliveira**, Ministro da Secretaria de Aviação Civil, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, principalmente as relacionadas à infraestrutura aeroportuária. Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga. Colocado em votação, a subcomissão aprova o Requerimento. **Item 5) REQUERIMENTO nº 5, de 2011-CMACAPOLIM** que, com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sr. **Lucas Furtado**, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, sobretudo, a respeito da flexibilização da Lei de Licitações para adequação das obras. Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga. Colocado em votação, a subcomissão aprova o Requerimento. **Item 6) REQUERIMENTO nº 6, de 2011-CMACAPOLIM,** que com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Exmo. Sr. Ministro **Benjamin Zymler**, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, sobretudo, a respeito da flexibilização da Lei de Licitações para adequação das obras. Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga. Colocado em votação, a subcomissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Quero convidar, para fazerem parte da nossa Mesa, o Sr. Miguel Capobiango Neto, Coordenador da

Unidade Gestora de Projetos da Copa do Mundo do Amazonas; o Sr. Fabrício Silva Lima, Secretário Municipal da Secretaria de Esporte e Lazer da Juventude da Prefeitura de Manaus; o Sr. Evison Osvaldo Nickele Cordova, Assessor para Assuntos da Copa do Mundo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Newton Baggio, Secretário Municipal da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico da Prefeitura de Porto Alegre.

Quero dar as boas-vindas a todos os senhores, agradecer a presença neste evento e dizer que a nossa Subcomissão, que vem da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle... Ela criou esta Subcomissão ainda em 2008, para acompanhar o andamento das obras das questões da Copa Mundo. Nesta Legislatura, coube a mim dirigir esta Comissão, junto com os demais Senadores.

Está aqui o Senador Pedro Taques, que também é do Estado de Mato Grosso. Convidei todos os Senadores dos dois Estados para estarem presentes. Cada um tem seus compromissos, mas disseram que estariam aqui para poder ouvi-los também.

Nosso objetivo, muito mais do que fiscalizar, é de fato acompanhar, criar uma possibilidade de que, se em algum momento, daqui para a frente, os senhores, nas suas atividades, nas suas cidades, nos seus Estados, encontrarem alguma dificuldade para que possam levar adiante as obras a contento e que possamos chegar ao prazo final com tudo assentado, programado e realizado, conforme o programado... Esta Comissão quer se colocar à disposição, está se colocando à disposição para ser o elo de ligação e de ajeitamento e de azeitamento dessa burocracia toda que a gente sabe temos aqui no Brasil.

Não será e não é uma tarefa fácil. O tempo é bastante curto para levarmos adiante todas as questões que são colocadas com respeito à Copa do Mundo, mas também não temos como desistir. Ninguém vai desistir. Temos que ser pró-ativos e, ao invés de um tentar atrapalhar o outro, a ideia é o contrário, é criar um clima positivo em que todos possam se ajudar e a gente consiga sair e fazer uma Copa do Mundo, conforme todos queremos e desejamos e o mundo espera do Brasil também.

Então, como já disse muito antes de qualquer fiscalização, que é obviamente nossa função também, a Comissão tem muito mais os olhos voltados para ajudar, facilitar e buscar os entendimentos para que a gente possa andar.

Nessa primeira fase, a ideia da Comissão é ouvir todas as cidades – já ouvimos duas e hoje são mais duas, Manaus e Porto Alegre –, para que a gente tenha um raio X, uma fotografia deste momento; se, deste momento até o final do prazo, estamos dentro dos nossos cronograma; se estaremos dentro do nosso cronograma lá na frente também. A partir do momento em que as coisas estiverem andando de ouvirmos todas essas cidades, a Comissão pretende depois fazer também uma visita em cada uma das cidades, das unidades e olhar *in loco* o que vem acontecendo. Mais uma vez, a nossa ida significa no aspecto de ajudar.

Então, quero colocar aqui à disposição dos senhores esta Subcomissão, primeiro a Subcomissão, depois a nossa Comissão. Tenho certeza de que os 81 Senadores e Senadoras que estão aqui na Casa têm como objetivo ajudar e tentar resolver os problemas para que a gente tenha, então, como já disse, uma Copa do Mundo exitosa.

Quero passar a palavra, então, para o Miguel, que vem de Manaus, a quem tive oportunidade de conhecer ainda em 1996, 1997, quando o Miguel era um Deputado Estadual do Amazonas. Tive oportunidade de ver, Senador Pedro Taques, de envergar lá o corredor do Noroeste, o corredor da Amazônia. O senhor estava na época em Porto Velho como procurador. O Miguel e todo Governo do Amazonas foram muito solícitos, a exemplo do que aconteceu com Porto Velho também, em Rondônia. Hoje a gente tem um belo de um corredor funcionando no Madeira, Amazonas, Itacoatiara, já transportando mais de 3 milhões de toneladas de grãos, ganhando o mundo inteiro por Itacoatiara. Foi modelo para outras empresas se instalarem também na hidrovia.

Enfim, Miguel, tenho imenso prazer de recebê-lo aqui e aproveitar, já passados todos esses anos, e agradecer a sua ajuda, que foi importante para que a gente pudesse levar adiante aquele projeto que foi bom para Mato Grosso, foi bom para Rondônia e muito bom para o Amazonas também.

Com a palavra, o Sr. Miguel Capobiango.

O SR. MIGUEL CAPOBIANGO NETO – Senador Blairo, boa tarde.

Quero agradecer o convite formulado pela Comissão para que possamos falar um pouco do que está sendo realizado em Manaus, mais especialmente no Estado do Amazonas.

Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, a nossa Unidade Gestora de Projetos da Copa do Mundo foi criada este ano, quer dizer, no final do ano passado, no finalzinho já de dezembro. Ela começou a ter uma atividade mais efetiva este ano, a partir de janeiro. Estamos gerenciando praticamente todas as ações relacionadas à Copa.

Somos uma unidade gestora, mas não temos uma ação executiva. Todas as ações executivas são gerenciadas diretamente pelas secretarias afins, seja

na parte de obras, seja na parte de esporte, na parte de turismo. Todas as ações são executadas pelas secretarias afins, e nós fazemos o gerenciamento do projeto como um todo.

Dividimos nossas atuações usando esse princípio de... nominando Copa sustentável, Copa ética, Copa desportiva, ou seja, fizemos uma divisão de todos os projetos que estão relacionados com a Copa para que pudéssemos gerenciar melhor, até porque nossa unidade é pequena. Se não tivéssemos uma atuação de gerenciamento de projetos mais efetiva, teríamos uma dificuldade muito grande de poder gerenciar, até porque o volume de demandas e de questões relacionadas à Copa é muito grande.

O primeiro grande projeto nosso, que é um projeto em que temos tido oportunidade de ter um êxito muito grande em relação ao atendimento de cronograma, é o projeto da construção da nova Arena da Amazônia, que iniciou sua demolição no ano passado. Já teve concluída a etapa de demolição.

É bom lembrar que a arena, o antigo estádio Vivaldo Lima foi todo demolido e está sendo todo reaproveitado, cumprindo não só a determinação, como a recomendação da Fifa e da CBF, para que tivéssemos uma certificação lide, que é uma certificação que busca a sustentabilidade de todo o projeto, desde o início da sua obra até a sua execução, a sua instalação e sua atividade. Tivemos a demolição das arquibancadas, desmontagem dessa cobertura que hoje vai ser instalada no estádio Manacapuru, que é um Município do interior do Amazonas. Os assentos e as instalações de louças que serviam ao Vivaldo Lima estão todos hoje já instalados nos estádios do interior do Estado. O material de construção de concreto propriamente dito foi todo demolido e vai ser reutilizado na construção da nova arena.

Este *slide* mostra uma maquete esquemática da estrutura da arena. Nosso projeto tem um cronograma de contrato para junho de 2013; foi dada a ordem de serviço em julho de 2010; a demolição está toda concluída; temos as fundações, as estacas de 30 cm de diâmetro estão todas concluídas. E temos, em instalação, outras estacas e já fazendo blocos de coroamento dessas estacas de fundações. Tivemos o projeto executivo já entregue, o primeiro executivo já pronto, o das arenas já estão todos completos e já entregues para o BNDES e para os órgãos de controle. E, basicamente, nosso projeto está orçado, inicialmente, no total de R$489 milhões, com o adendo dos projetos executivos e do contrato de gerenciamento.

Este é o espaço da cidade onde está localizada nossa arena. Está com seu entorno mais ou menos aqui, nesta região aqui. Esta área é uma localização extremamente interessante, exatamente porque está em um dos trechos principais, norte e sul da cidade. Tem, no seu entorno, uma série de instalações permanentes que já fazem parte do dia a dia da cidade. Aqui é o sambódromo, uma instalação que, anualmente, reúne mais de 100 mil pessoas por dia, na época do Carnaval. Temos aqui ao lado os galpões das escolas de samba, galpões que servem de apoio à preparação de todo o evento do Carnaval; aqui ao lado está sendo construído um centro de convenções, com o apoio do Ministério do Turismo; aqui eu chamo de Arena Amadeu Teixeira, que é um pequeno ginásio de esportes, e tem esta área toda que será utilizada como apoio a nossa arena.

Este é um detalhe da arena com nosso entorno. Aqui já estão algumas instalações que estão previstas para serem utilizadas como apoio para a Copa. Não sei se vocês sabem, mas o evento, Copa do Mundo, envolve um universo muito grande de apoio para organizações de mídia, TVs, jornalistas, questões de patrocinadores da Copa. Há uma estrutura muito grande que tem de ser montada em torno da arena. Felizmente, por termos essa estrutura permanente, nós poderemos acomodar todas essas estruturas provisórias, tidas como provisórias, nestas instalações permanentes que nós temos aqui.

Normalmente, um evento como o da Copa envolve todos – como falei a vocês – esses apoios provisórios. Vou dar exemplos a vocês.

Este é um estádio padrão com seu entorno livre. No dia do evento, acontece isto aqui: é o volume de instalações provisórias que são preparadas para o dia do evento. Isso é um custo extremamente grande, porque são instalações não só de toldos e coberturas, mas, principalmente, instalações de fibras óticas, principalmente de cabos elétricos, de *backups* de energia que são importantes para a manutenção do sucesso do evento. No nosso caso, vamos poder instalar todas essas questões provisórias nestas instalações permanentes que nós temos, e, de certa forma, deixaremos essas instalações com uma estrutura muito melhor do que a que existe hoje.

Aqui é mais próximo para se ver os detalhes: centro de convenções, sambódromo, escolas de samba, ginásio. Aqui é onde está hoje a atual Vila Olímpica de Manaus.

Nosso estádio tem uma preocupação muito grande com o volume de pessoas que vão utilizá-lo. Assim, ele tem um acesso fácil de entrada e de saída, porque toda essa área de apoio aqui vai servir de fuga, caso haja algum problema de necessidade de evacuação do estádio, rapidamente. Nós estimamos que no máximo em 15 minutos conseguiremos evacuar toda a arena

por conta de todas essas saídas que dispomos ao longo dela. O acesso àquele quadro em torno da arena é exatamente este, que a gente chama de pódio. Este é o acesso principal da arena, onde você tem entrada e saída muito fácil, tanto para subir para as arquibancadas superiores, quanto para as inferiores. Dos dois lados é a mesma coisa: existe acesso de serviços em baixo, e as arquibancadas inferiores e superiores todas dão acesso pelo pódio.

Bem, aqui são as preocupações dessa certificação relativa às preocupações ambientais, não só em termos de ventilação, mas com a questão de manutenção de temperatura interna da arena, facilidade para a entrada dos poucos ventos que temos na região, pois é uma região carente de ventilação. Mas a cobertura procura aproveitar toda ventilação disponível naquela região.

A questão do aproveitamento da água. Toda água vai ser captada e armazenada para ser reutilizada, não só na parte sanitária do estádio, mas também na hidratação do entorno. Quer dizer, ela vai ter uma drenagem toda feita no entorno da arena para poder receber, captar essa água da chuva. E, também, para irrigação do estádio. Toda parte de irrigação da grama, do campo de futebol, poderá ser feita com o aproveitamento de água da chuva.

A energia. Nós estamos buscando, no projeto executivo, o máximo possível de utilização de *leds* para economizar energia futuramente. O grande problema da arena, depois, é a manutenção dela. Então, quanto menor for o gasto de energia necessária será melhor. Estamos utilizando, o máximo possível, *leds*. Tentaremos aproveitar, na ventilação interna, a utilização de fluxo de ar por baixo do solo, para que o ar, aproveitado na coleta do ar condicionado, seja mais fresco e use menos energia.

Aqui também existe um estudo que está sendo feito com o apoio do KFW, um banco governamental alemão, para a instalação de coletores fotovoltaicos no entorno da arena. Inicialmente, nós estávamos imaginando que seria possível aproveitar os coletores na própria estrutura da arena, mas, como a área de superfície é muito pequena – aqui são exemplos de onde estão as estruturas metálicas -, nós achamos mais rentável a instalação possível no entorno da arena, seja na Arena Amadeu Teixeira, naquele ginásio de que falei a vocês, ao lado do centro de convenções e também onde é hoje o Instituto Hemocentro, que é próximo também e tem uma área de cobertura interessante e que vai poder receber esses coletores fotovoltaicos. Isso está sendo estudado ainda, com o apoio do governo alemão, quanto à sua viabilidade econômica.

Bem, o segundo grande projeto é a questão da mobilidade urbana. A mobilidade urbana em Manaus foi concebida a partir de um grande anel de estruturação viária, e esse anel seria alimentado pelas linhas de ônibus convencionais, que serão reestudadas para poder alimentar esse sistema. Metade dele é exercido por um BRT – *Bus Rapid Transit* –, um modelo de ônibus articulado, e o setor norte da cidade, pela principal via da cidade, que é o eixo Torquato Tapajós com Constantino Nery, será a partir de um monotrilho, que teria uma capacidade de carregamento bem maior. Nosso monotrilho está previsto com 20,2km, com nove estações de intermodalidades com os ônibus, utilizaria dois terminais; um deles, um terminal na Cidade Nova, que é bem aqui, mais ou menos; o outro, o terminal quatro, que é bem aqui, já na zona leste da cidade, que é a área mais populosa da cidade.

É bom lembrar que a zona leste é a área mais populosa da cidade, hoje. Mas ela, por ter um comércio muito forte, o deslocamento de pessoas em direção ao centro é bem menor do que o deslocamento da zona norte da cidade para o centro. Então, o estudo de mobilidade identificou que o volume de pessoas da zona norte que se deslocam para o centro é muito maior do que o da zona leste. Então, a modalidade do monotrilho, que tem um carregamento maior, uma possibilidade de carga maior, ele foi utilizado nesse eixo da zona norte para o centro da cidade e o BRT, que tem uma capacidade um pouco menor, está sendo utilizado na zona leste da cidade.

Este é o traçado, basicamente, do monotrilho, com um valor estimado, em seu projeto base, em R$1,327 bilhão com mais a estimativa de R$86 milhões em desapropriações. Essas desapropriações estão ocorrendo, em sua maioria, nos pontos onde há estações, porque seria necessário um pequeno alargamento de vias para poder receber suas estações de passageiros.

Quanto ao BRT, ele sai do mesmo T4, que seria um terminal intermodal. Viria pela zona leste da cidade até a proximidade de balão do Coroado. Iria até as proximidades do distrito industrial da cidade – aqui é o distrito industrial da cidade -, e faria o carregamento de toda essa parte do distrito para cá até o centro da cidade.

É importante lembrar que hoje, em Manaus, a estrutura de transporte coletivo está toda estruturada em direção aos bairros e centro. Então, todas as linhas, basicamente, seguem em direção ao centro, seja pelo eixo norte/sul, seja pelo eixo leste/sul. Quer dizer, esses são os eixos estruturais e os bairros, basicamente, são alimentados, todos eles, em direção ao centro da cidade. Com a estruturação desse novo anel viário, nós teríamos uma nova forma de deslocamento em

Manaus, as linhas de bairro, em vez de irem para o centro, iriam até esse anel, na estação mais próxima, fariam o carregamento, e as pessoas se deslocariam nesse anel estruturante e, eventualmente, se fossem para outro bairro, saltariam numa estação intermodal dessas e tomaria um outro ônibus de linha convencional de bairro.

A estimativa inicial do BRT (*Bus Rapid Transit*) prevê um custo de R$231 milhões de obras, uma estimativa inicial também de R$30 milhões de desapropriações. Não foi feito ainda o cadastramento, por isso que esse número ainda pode ser alterado, e os ônibus, na verdade, que fazem parte desse sistema não estão nesse custo; o custo deles estaria diluído na tarifa de ônibus. Então, o custo total do sistema não é só isso, tem também o custo da aquisição dos ônibus. O BRT está aqui. Inicialmente, são 19 quilômetros, com 20 estações. O número de estações é maior porque o carregamento é mais lento e, por isso, é necessário um número maior de estações para poder ter entrada e saída de pessoas. A velocidade operacional também é mais lenta, é de 25 km/h por hora. A velocidade média normal do monotrilho é de 40 km/h, podendo chegar até 80 km/h. Os veículos são articulados e biarticulados – vocês devem ter ouvido falar nos novos biarticulados, que estão sendo lançados em Curitiba, são de grandes carregamentos, chegam a ter 270 passageiros num ônibus. No caso do monotrilho, o projeto que está em andamento na nossa licitação é de carregamento de até 1.000 pessoas em um carro, em um veículo. Então, o sistema que está previsto é basicamente esse, com uma via seletiva com passagem nas estações.

Diferentemente do que está se mostrando aqui, este é um sistema que está implantado em Bogotá, onde há duas vias paralelas, o que dá uma capacidade de trânsito um pouco maior, mas demanda um volume de desapropriação muito maior. O caso de Bogotá é um caso que, de certa forma, serve de exemplo, onde o BRT foi dado como prioridade em detrimento de todo tipo de modal que existe na cidade. Houve uma intervenção muito grande na cidade, que demandou duas estações para cada sentido. Realmente, é um eixo muito grande na cidade. No nosso caso de Manaus, será uma faixa seletiva com ponto de ultrapassagem nas estações.

Na questão de segurança, já existe um projeto em andamento por conta do Governo do Estado não só para efeito da Copa, mas também por conta das necessidades normais do Estado. Então, para a questão da Copa, basicamente, já está em execução. É uma análise global de riscos que está sendo feita não só pela Secretaria de Segurança, mas também por todo o sistema.

Na parte de sistema de comando e controle, temos hoje em Manaus o que se chama de Ciops, Centro Integrado de Operações de Segurança, que vai ser transformado num sistema de comando e controle, que envolve todos os órgãos de atuação, não só estaduais, mas a ideia é que haja uma interface muito grande com todos os órgãos, inclusive federais, de controle de segurança na cidade. Essa consolidação do plano integrado de segurança também está em estudos com a Secretaria de Segurança e os órgãos afins, que pressupõe cinco ações básicas, como a contratação de servidores, a capacitação desses servidores, o reequipamento de todos os órgãos, inclusive com compra de viaturas, prevenção de violência por conta não só de treinamento pessoal, mas também com as campanhas de conscientização da população e repressão qualificada, que vai exigir um treinamento muito grande da equipe de segurança do Estado.

Na área de turismo, temos um amplo programa de qualificação principalmente, que está sendo implementado para que possamos melhorar esses índices de aceitabilidade do turista. Na verdade, nós temos um atendimento, vamos dizer, simples em relação ao turista. Isso já foi aferido pela Amazonastur e estão focando, em cima desses indicadores, formas de melhorar esses indicadores, basicamente no treinamento de pessoal, investimento na qualificação hoteleira através de financiamento do BNDES.

A Afeam, Agência de Fomento do Estado do Amazonas, também está com alguns programas de melhoramento de investimento na área de hotelaria, programas de empreendedorismo que a Amazonastur tem tentado fazer nesse setor de turismo, investimento em qualificação de guias turísticos e condutores, aquelas pessoas que trabalham numa determinada área, num ponto turístico da cidade, e o programa Jovem Trabalhador, que são levados não só pela Amazonastur, mas também com grande apoio do Cetam, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, e da Setrab Secretaria de Estado do Trabalho do Amazonas, todos eles buscando investimentos não só do Governo do Estado, mas também com algum apoio federal.

No caso da Copa, temos um programa que está sendo implementado pelo Ministério do Turismo, o Bem Receber Copa, que está investindo muitos recursos nos Estados, basicamente pelas Secretarias de Trabalho e pelas Secretarias de Turismo, mas também com grande apoio do Senac. Inclusive, no caso do Amazonas, já foi feito um primeiro lançamento desse programa com o apoio do Ministério do Turismo.

Na parte de oferta hoteleira, este é o contingente de acomodações que temos no Estado hoje, e temos em projeto um número significativo de novos empre-

endimentos, de cinco a nove novos empreendimentos, que vão dar uma soma total de mais de 2.744 leitos novos no quadro. Estamos agora aguardando novas fontes de recursos, que poderão abrir também mais algumas alternativas de leitos de hospedagem de pessoas em Manaus.

Além disso, temos também uma oferta significativa de barcos regionais, que fazem apoio ao turismo regional, o que é uma característica da nossa região.

Na área de desenvolvimento sustentável temos algumas ações sendo feitas com o intuito de potencializarmos o prato típico amazonense. Essas ações estão sendo feitas não só com o apoio da Amazonastur e Secretaria de Cultura, mas também com grande aporte de informações da Secretaria de Produção Rural, que está identificando quem produz e que insumo é necessário nessa região metropolitana que envolve Manaus para que possamos potencializar essa produção não só em termos de quantidade, mas, principalmente, em qualidade, qualificando aquele produto que é produzido naquela região em torno de Manaus.

O outro ponto importante é esse parque Encontro das Águas, que vai ser um ponto turístico da cidade, mas que vai ser um ponto de eventos, um evento paralelo que ocorre em todas as cidades-sede, que é o *fun park*, o local onde vão acontecer todos os eventos paralelos, onde as pessoas vão poder assistir aos jogos da Copa, que são realizados não só em Manaus, mas em outras cidades-sede. Esse evento é potencializado com algumas ações da própria Fifa, com apoio estadual, onde vamos poder promover grandes festas não só para os turistas, mas, principalmente, para a população que não vai ter acesso aos estádios, até porque os ingressos são muito caros, e a população vai ter dificuldade de ter acesso. Então, a estimativa é de que tenhamos oportunidade de ter algo em torno de 20 a 30 mil pessoas assistindo a esses jogos, assistindo a esses shows paralelos que vão acontecer nessa região do Encontro das Águas.

Este é o símbolo, basicamente, do Projeto Niemeyer, que tem uma área de exposições aqui embaixo. Aqui dá para ver bem o encontro das águas. O que significa o encontro das águas? É o encontro do rio Amazonas com o rio Negro. Fica essa linha divisória por alguns quilômetros, onde as águas não se misturam. É um local realmente interessante, há um mirante da Embratel que será transformado num mirante do encontro das águas, para que possamos ter potencializado mais esse ponto turístico na cidade de Manaus.

Aqui temos mais uma visão do encontro das águas.

Basicamente, essas são as ações que estão planejadas para a Copa, fora a questão de campos de treinamento de seleção, que é mais uma questão que ainda não foi decidida pela Fifa, quais seriam os nossos campos de treinamento, mas nós já estamos com os projetos em andamento.

Isto é um pouco do que estamos fazendo lá em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Miguel pela explanação.

Convido, então o representante da Prefeitura, Sr. Fabrício Silva Lima, para fazer sua explanação, durante quinze minutos.

O SR. FABRÍCIO SILVA LIMA – Senador Blairo Maggi, Senador Eduardo Braga, Senador Flexa Ribeiro, Dr. Miguel Capobiango, representante do Estado do Rio Grande do Sul, o que foi colocado aqui pelo Dr. Miguel Capobiango imita muito o que eu tenho a dizer em relação à Copa do Mundo na cidade de Manaus.

Nós estamos sendo monitorados pelo Governo Federal, existe um trabalho hercúleo por parte desse Poder em relação à fiscalização, desdobramento, desburocratização principalmente de tudo o que se trata da Copa. Entre as principais preocupações: estágio, mobilidade urbana, aeroportos e portos.

Em relação a estádio, a responsabilidade é do Governo do Estado – o Dr. Miguel Capobiango colocou muito bem -, e o Governador do Estado, Dr. Omar, não tem medido esforços para conseguir liberação de recursos e desburocratização junto ao BNDES, para liberação de verbas. Até hoje, apenas 20% dos recursos do estádio foram liberados. Então, nossa meta de ter o estádio pronto até dezembro de 2013 muitas vezes fica um pouco prejudicada, em nome dessa burocratização em relação à liberação de verbas para construção do estádio.

A Prefeitura acompanha parte disso e aposta na responsabilidade com que o Governo do Estado vem conduzindo essa questão, mas acompanha essa luta quase que diária para a liberação dos recursos, e esses recursos acabam não sendo liberados na medida em que o Governo espera.

Em relação à mobilidade urbana, há um trabalho em conjunto, como foi colocado aqui pelo Dr. Miguel Capobiango, em que a responsabilidade de Prefeitura é o BRT, e a responsabilidade do Governo do Estado é o monotrilho. Eles são trabalhos independentes, mas harmônicos, um depende do outro para funcionar, e vêm fazendo com que a cidade possa sonhar, através da Copa do Mundo, em ter um sistema de transporte coletivo harmonizado como nunca teve anteriormente.

Em relação ao aeroporto, é uma preocupação que foi colocada na última reunião que tivemos aqui em Brasília, porque o projeto base já teve três datas, a construção do aeroporto outras três, e agora estamos

com a previsão de dezembro de 2013 para a conclusão do aeroporto. Isso nos coloca em sérias desvantagens para concorrermos, por exemplo, para sermos sede da Copa das Confederações. Nosso aeroporto já está estrangulado, o Senador Eduardo Braga foi governador do Amazonas e sabe disso, acompanhou muito bem o trabalho da Drª Flávia Grosso para poder manter o distrito funcionando. Hoje, com essa demanda de Copa do Mundo, fica impraticável o seu funcionamento.

Em relação ao porto, temos uma demanda judicial há nove anos, entre um porto que foi privatizado e o Governo Federal. Estamos dependendo dessa demanda ser resolvida de uma vez por todas, para que a obra do porto seja iniciada. Pelo que sabemos, pelo que nos foi informado, o projeto básico já está pronto. Nós estamos apenas aguardando essa pendenga judicial para que possamos, de uma vez por todas, ter o porto com as suas obras devidas e possamos ainda, como colocou muito bem o Dr. Miguel Capobiango, ter barcos servindo ali como hotéis, como vai acontecer em Santos, em Salvador e em outras capitais que possuem portos e têm, na sua adjacência, essa situação de receber barcos transatlânticos para fazerem parte dessa questão hoteleira.

No mais, quero dizer que a Prefeitura e o Governo do Estado estão trabalhando de maneira harmônica, responsável, coisa que não acontecia há dois anos. O Senador Eduardo Braga praticamente levou a Copa para Manaus sozinho, a Prefeitura não participava. Depois, de dois anos para cá, quando o Prefeito Amazonino assumiu, passamos a trabalhar em parceria, de maneira conjunta.

O que eu tenho a dizer aos senhores é que, graças a Deus, não chegamos aqui em situação de risco ou de estarmos sendo cobrados por algo que esteja atrasado; pelo contrário, as obras estão andando em Manaus, e, apesar de boa parte da responsabilidade ser do Estado, a Prefeitura vem tentando contribuir e contribuindo para que a Copa possa acontecer da melhor forma na cidade.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Sr. Fabrício.

Convido, para fazer sua explanação, o Sr. Evison Osvaldo Cordova, assessor para assuntos da Copa no Rio Grande do Sul.

O SR. EVISON OSVALDO NICKELE CORDOVA – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite do Senador Blairo Maggi para nós virmos falar sobre a cidade sede de Porto Alegre com relação à Copa do Mundo de 2014.

Vou fazer uma breve explanação, depois o Secretário Municipal Newton Baggio vai fazer a complementação de como estão as obras e quais os projetos para Porto Alegre.

Nós assumimos agora, no começo do ano, com o novo Governador Tarso Genro, e existia, até então, uma secretaria extraordinária de assuntos da Copa. Ela foi extinta e criado, a partir de 1º de janeiro, um Comitê Gestor para Assuntos da Copa 2014, em âmbito estadual. Esse Comitê Gestor ficou dentro da Secretaria do Esporte e Lazer, que foi criada a partir do início do ano. O Secretário Kalil Sehbe Neto é o coordenador desse Comitê, onde têm assento todos os Secretários Estaduais, para que possam tramitar os assuntos da forma mais célere possível em relação ao atendimento dos prazos que temos, porque a Copa tem data para início, tem data fixa, e esta é a nossa grande preocupação: atender a todas as exigências dentro desse período.

Também temos uma coordenação executiva, está assumindo o nosso árbitro Carlos Eugênio Simon, que também vai estar nessa coordenação executiva. A partir de então, temos uma proximidade muito grande com o Comitê, com a Secretaria Extraordinária da Copa do Município de Porto Alegre. Estamos trabalhando em conjunto, no próximo dia três de maio serão instaladas câmaras temáticas.

Em âmbito estadual, estamos fazendo da mesma forma que o Governo Federal fez de todas as nove câmaras temáticas para assuntos específicos. Estamos trabalhando em sintonia, fazendo espelhamento, mas não em âmbito estadual, e, sim, em âmbito da cidade sede. Então, não teremos uma câmara temática do Estado e uma câmara temática da Prefeitura; lá em Porto Alegre, temos uma câmara temática da cidade sede de Porto Alegre, onde haverá uma coordenação estadual e uma coordenação municipal, para que todos aqueles atores que estejam envolvidos não sejam chamados duas vezes, mas uma vez só, para que possam trabalhar articulados nesse sentido.

Uma grande oportunidade que estamos olhando com relação ao turismo seria a pesquisa apresentada pelo Ministério do Turismo, que entrevistou turistas que estiveram na África do Sul na última Copa. Lá, 80% deles disseram que não conheciam, que ainda não haviam visitado o Brasil, e, desses, apenas 3% afirmaram conhecer Porto Alegre. Então, nós temos uma oportunidade imensa, por toda a mídia que vai estar associada ao evento Copa do Mundo, de também mostrar ao mundo não só Porto Alegre, mas todas as cidades sedes. Está estimado que vamos ter, em termos de acesso ao *site* da Fifa, em torno de seis bilhões de acessos, o que aconteceu na África em 2010. A ideia é de que se projete uma venda turística

do Brasil e dessas cidades num potencial muito maior do que aconteceu naquela época.

Feitas essas colocações, passaria ao Secretário Baggio para dar continuidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra, o Secretário Baggio.

O SR. NEWTON BAGGIO – Boa tarde a todos, boa tarde, Senador Blairo.

Nós, em Porto Alegre, estamos nos preparando há bastante tempo, desde a candidatura da cidade à sede da Copa do Mundo.

Eu vou apresentar rapidamente as obras todas da Copa. Existe toda uma construção institucional e temática, mas vou me deter mais nas obras de infraestrutura, em especial nas de mobilidade urbana. Depois, num segundo momento, vou mostrar o que nós fazemos em Porto Alegre junto à Caixa Econômica Federal, porque essas obras todas são financiadas com recursos da Caixa Econômica Federal, e, em nosso gabinete de gestão integrada, mensalmente são examinadas, são repactuadas e são verificadas dificuldades no andamento das obras.

Os recursos são da Matriz de Responsabilidades, que foi assinada, em janeiro de 2010, pelos Governos do Estado e da União. Depois, nós, em Porto Alegre, recebemos um aditivo em 29 de abril, organizando em dez ações de projeto de mobilidade. O termo aditivo incluiu a reforma do Aeroporto Internacional Salgado Filho e o estádio do Internacional como itens da Matriz de Responsabilidades, embora os recursos, esses não sejam tomados pelo município.

Todas as obras de infraestrutura que aqui vão ser relatadas, no valor de R$483 milhões, incluindo a contrapartida, são de responsabilidade do Município de Porto Alegre. As obras do Aeroporto são de responsabilidade do Governo Federal e, felizmente, para nós do Rio Grande do Sul, o estádio é privado, portanto, a responsabilidade é do Internacional. Nós temos, nesse sentido, dado todo apoio ao clube, preparando, aprovando, dando condições das licenças municipais, mas os recursos são privados.

Foram publicados contratos assinados em julho de 2010.

E ali são corredores, monitoramento, BRTs, prolongamento de avenidas, complexos, elevadas, o estádio do Internacional e a infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Avenida Tronco, para nós, é considerada a obra mais importante, porque ela tem uma relação muito direta por estar próxima ao estádio do Internacional e por fazer a conexão com a zona sul da cidade de Porto Alegre. Para vocês terem uma ideia, esta é a visão da Avenida Tronco, que começa no que nós chamamos lá de Terceira Perimetral e se dirige, passando por um vale, chegando até o Hipódromo. Próximo, à direita, nós temos já uma vista do Esporte Clube Internacional. Esta é a obra mais emblemática, porque, além de serem quase 5 quilômetros de via urbana, ela tem uma remoção, um deslocamento em torno de 1.800 famílias. Isso propõe uma dificuldade social imensa, o que a gente diariamente tem que estar administrando.

Esta é a outra visão. Também já estamos em nível de projeto geométrico. Aquelas pontinhas vermelhas são as casas que estão no leito. E, só para colocar, esta Avenida Tronco está prevista no Plano Diretor de Porto Alegre em torno de 50 anos. Ao longo do tempo, áreas foram desapropriadas, mas foram invadidas com a complacência dos governos, o que nos criou essa dificuldade que temos hoje.

Esta é outra grande avenida, que é a duplicação da Edvaldo Pereira Paiva, conhecida em Porto Alegre como Avenida Beira-Rio, que passa em toda orla do rio Guaíba e tem um valor total de R$82 milhões. Esta é a orla, o lago Guaíba e aqueles trechos ali, onde serão os financiamentos da Caixa. Entre os dois trechos, temos umas partes que serão financiadas com emendas ao Orçamento Geral da União – portanto, elas não estão aqui indicadas como obras financiadas. Mas haverá a completa ligação entre o centro de Porto Alegre e a zona sul também.

Ali vocês podem ver o Estádio do Internacional.

Esta é uma conexão, uma rótula, próxima ao centro de Porto Alegre.

A terceira obra de arte na Terceira Avenida Perimetral. Nós, em Porto Alegre, temos uma estruturação em avenidas perimetrais – Primeira, Segunda e Terceira Avenida Perimetral –, que, ao longo do tempo, produziram dificuldades por estarem inconclusas, dificuldades de circulação e de transporte. E, na Avenida Terceira Perimetral, não foram executadas cinco trincheiras elevadas e viadutos que agora nós estamos... Ali vocês podem ver, à esquerda, a península de Porto Alegre e a Avenida Terceira Perimetral, com as obras todas que estão previstas.

Esta é a Avenida Farrapos, onde é a entrada da cidade. A Plínio Brasil Milano. Aqui é também um cruzamento aqui, uma trincheira. A Voluntários da Pátria e a duplicação da avenida, uma das avenidas mais antigas de Porto Alegre, num valor de R$30 milhões. É a duplicação, com a consequente desapropriação.

Esta é a... Ela chega até a área central, vindo da BR-448, que está sendo executada. Ligará o centro de Porto Alegre com a futura Arena do Grêmio, que, mesmo não sendo uma obra que vai receber jogos da

Copa do Mundo, receberá, com certeza, treinamentos e outros eventos.

A Avenida Severo Dullius é outra avenida necessária, em especial para o Aeroporto Internacional Salgado Filho. Nós estamos completando a sua relação. Aqui ela segue ligando a parte existente até a Zona Norte da Avenida Assis Brasil.

E o aeroporto, vocês podem ver, está impedido de seguir por duas vilas. Lá em Porto Alegre, nós chamamos as áreas de construção popular como vilas. São áreas invadidas, a Vila Nazaré e a Vila Dique, com aproximadamente três mil famílias que terão que ser removidas. Além da Vila Floresta, que, aí sim, tem um nome de vila, mas é uma área regular e que já foi desapropriada pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal.

O complexo da rodoviária é um local em Porto Alegre bem no centro que, por meio daquela adequada elevada, terá resolvido o problema que historicamente, coisa de gaúcho, dizemos: aqui é o "x" da rodoviária. Então, é um "x" onde há cruzamento para todos os lados. Nós entendemos aí, essa é a proposta da empresa de transportes para resolver essa questão. Ali é a rodoviária, bem no centro de Porto Alegre. Aqui é a Via Dutra e a estação rodoviária.

Sistema de transporte, no caso o BRT. Um primeiro monitoramento dos nossos corredores. Nós temos corredores de ônibus implantados em Porto Alegre desde a década de 80. Agora, com a implantação dos BRTs, além do monitoramento dos corredores, haverá a total reforma e recuperação dos corredores.

A BRT da Protásio Alves. Ele é um BRT que vem lá da zona leste e chega até junto à rodoviária de Porto Alegre, no centro.

O corredor da Assis Brasil. Vem lá da zona norte, mas também passa e chega até o centro de Porto Alegre. Se for implantado o metrô em Porto Alegre – e temos a expectativa de que, no dia 12 de junho, o Governo Federal indique a cidade de Porto Alegre como uma das que vão receber o metrô –, provavelmente vai ser alterado o projeto desse corredor.

Bento Gonçalves é outra região também muito popular. É onde será implantado o sistema BRT também.

Esses três corredores são terminais de ônibus na Antônio de Carvalho, próximos. Para quem conhece Porto Alegre, é passando a PUC e próximo à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Esta é a visão completa de todas as obras da Matriz de Responsabilidades. Essa construção toda teve origem em 2008, quando nós, para nos candidatarmos à cidade sede, construímos a ideia de que nós temos o "território preferencial da Copa". Esse território preferencial da Copa e todas as suas melhorias se constituiriam, vamos dizer, de dois âncoras: ao sul, o estádio do Internacional; e, ao norte, o estádio da Arena do Grêmio. Embora não acorram jogos da Copa no estádio do Grêmio, eles constroem uma nova realidade do ponto de vista de equipamentos esportivos na cidade. Então, todos os investimentos são para que se dê a plena funcionalidade a essa grande região da cidade.

Isso é o que nós temos como o nosso acompanhamento da infraestrutura. Para os outros itens, seja voluntariado, turismo, hotéis, teremos as câmaras temáticas, e a Secretaria da Copa do Município, junto com os órgãos estaduais, vai desenvolver as suas ações.

Só vou mostrar rapidamente também o que se chama nas reuniões do GGI, no Gabinete de Gestão Integrada, junto à Caixa Econômica Federal.

Esta é relativa ao Departamento Municipal de Habitação.

Aqui, quando se faz a reunião, identifica-se o problema e imediatamente se colocam os encaminhamentos que serão adotados para uma determinada questão. Aqui era da questão habitacional. Aqui, já é relativo às obras da Copa, onde se repactuam prazos, conclusões de obras e necessidades essenciais.

Este *slide* é só para mostrar que esse acompanhamento é mensal. Estamos implantando um sistema de acompanhamento de monitoramento, por meio de um *site*, uma ferramenta WEB, a que todos terão acesso. Estamos em reunião com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas do Estado, com todos os órgãos de fiscalização do Estado do Rio Grande do Sul, de forma a que eles tenham acesso a esta ferramenta e que possam, além de exercer as suas prerrogativas de fiscalização e de acompanhamento, também nos auxiliar naquilo que for necessário.

Só para relatar, estávamos com a licitação de uma obra e, infelizmente, o Tribunal de Contas glosou um item do edital do contrato. A obra foi suspensa e, agora, nós conseguimos resolver.

Mas tudo isso faz parte, até esses entendimentos... (*Pausa*.)

É a Avenida Beira-Rio.

E era um item: brita, para quem é da área de engenharia saber. Só que o item que o Município usa inclui o transporte; o item do Sinapi, da Caixa, não inclui o transporte. Então, a gente fica numa discussão terrível, como se nós tivéssemos sobrevalorizando ou criando situação.

O que nós achamos fundamental disso tudo é o diálogo. Por isso, nós estamos construindo essa relação no Rio Grande do Sul, de forma que a gente minimize as dificuldades para a realização das obras. Era isso.

Talvez seja, como o colega está dizendo, um legado cultural. E, no dia 12 de maio, vamos apresentar ao Tribunal de Contas, a todos os assistentes técnicos, a todos os auditores – não aos conselheiros, é claro –, para que eles percebam a importância dessa ferramenta. A um contrato que a Prefeitura de Porto Alegre fizer eles poderão ter acesso via WEB. A um orçamento realizado e contratado eles poderão ter acesso. Assim, quando vierem discutir, já se falará com bastante conhecimento dos atos e dos elementos das obras.

Era essa, rapidamente, a minha apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Newton Baggio.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Blairo Maggi, primeiro parabenizo V. Exª pela condução desta importante Comissão do Senado da República. Creio que esta é um bela oportunidade para que o Congresso Nacional, e o Senado de forma especial, possa interagir com os Estados e com os Municípios no sentido de apoiar e no sentido de sermos facilitadores para que as obras, para que os investimentos e para que todo o controle necessário possa ocorrer com transparência, como bem disse o Secretário Municipal de Porto Alegre. Creio que nós estamos criando uma nova cultura neste País com as obras da Copa e com as obras das Olimpíadas.

Nunca se debateu tanto a questão de tabelas de preço de obra, como Sinapi, etc. Nunca se buscou tanta transparência em torno das obras. Isso, talvez, tenha sido um aprendizado em função do que aconteceu recentemente com o Pan-Americano no Brasil. Mas a verdade é que esta Comissão e este Senado têm um papel importante para apoiar e para assegurar aos Estados e os Municípios que a União se fará, estará presente nos investimentos da Copa em 2014. Afinal, essa será uma grande vitrine do Brasil para a comunidade internacional e um grande momento de exposição para o Brasil, que vive este momento tão positivo em nível internacional. A Copa de 2014 pode ser o coroamento deste momento tão positivo e as Olimpíadas de 2016, um grande congraçamento.

Quero parabenizar a apresentação tanto do representante do Governo do Estado do Amazonas, meu companheiro Miguel Capobiango, como a do Secretário Municipal Fabrício Lima, aqui presente, representando o Município de Manaus.

Quero dizer, Sr. Presidente, que esta apresentação sobre os investimentos na cidade de Manaus mostra a transformação que isso trará para a nossa cidade, mas, ao mesmo tempo, desperta uma grande preocupação.

Ao cumprimentar o Senador João Pedro, que chega neste momento à Comissão, e a Deputada Rebecca, que comparece, gostaria de destacar, com grande preocupação, os investimentos do Governo Federal com relação a aeroporto e porto na cidade de Manaus.

Ainda há pouco, depois de longas tratativas, acabamos de conseguir uma confirmação, pela Senadora Vanessa, de uma audiência com o Presidente da Infraero e com toda a Bancada do Estado do Amazonas, para que finalmente possamos ouvir do Presidente da Infraero a resposta sobre aquilo que o Secretário Fabrício Lima acabou de colocar com relação ao nosso aeroporto: três datas já foram marcadas sobre o projeto básico, várias datas já foram marcadas sobre a licitação do aeroporto. Creio que em Cuiabá a situação também não deve muito ser muito diferente do que está acontecendo no Amazonas. Em Porto Alegre, também não deve ser muito diferente. Efetivamente, essa é uma grande preocupação.

Eu diria, Presidente, que esta Comissão... Inclusive estou com o requerimento pronto para apresentar a V. Exª e a esta Comissão, não mais convidando, creio, mas convocando. Acho que o Senado da República precisa fazer valer a sua autoridade para com o Presidente da Infraero e para com o Secretário de Aviação Civil, bem como com relação à questão de portos. O porto de Manaus, bem disse o Secretário Fabrício, está com uma pendência jurídica há nove anos. Em que pese uma comissão de transição para a retomada desse porto já esteja instalada, nós continuamos apreensivos em relação a isso. E sem investimentos em aeroporto e porto, todas essas ações anunciadas aqui pelo Estado e pela Prefeitura serão absolutamente mal sucedidas e nós não teremos realizado essa grande ação em prol da Copa do Mundo.

Creio também que nós precisamos ter muita preocupação quando se trata de realizar investimentos como concessão dos aeroportos extremamente lucrativos no Brasil em detrimento dos outros que também precisam de investimentos. Nós precisamos encontrar um grande equilíbrio.

Faço essa consideração, Sr. Presidente, para destacar o esforço do Governo do Estado do Amazonas, realizado pelo Governador Omar e toda a equipe comandada pelo Miguel Capobiango, e também o esforço que o Secretário Fabrício e o Prefeito Amazonino vêm fazendo. Quero aqui cumprimentá-los por esse entendimento entre Governo do Estado e Prefeitura que, no caso do Amazonas, é extremamente positivo.

Fico feliz por perceber que há finalmente um entendimento, a reafirmação de um compromisso que já havia sido firmado entre Estado e Prefeitura com re-

lação ao sistema de transporte urbano da cidade de Manaus, o que é muito importante para a consolidação dessa mobilidade. Manaus vive um momento muito interessante nesse sentido. São mais de 500 mil veículos na cidade e, até 2014, entrarão mais 250 mil. Assim a manter o ritmo de emplacamento de veículos na cidade de Manaus, em quatro anos, teremos crescido aproximadamente 50% da nossa frota. Isso obviamente tem impacto na mobilidade urbana, no trânsito da cidade, no acesso à Copa do Mundo, principalmente para os moradores, os habitantes da cidade de Manaus, uma das cidades cujo PIB *per capita* tem crescido de forma vertiginosa – graças a Deus! – nesse momento positivo do Brasil.

Portanto, quero cumprimentá-los e dizer que, além das questões com aeroporto e porto, esta Comissão, Sr. Presidente, deveria fazer tratativas para receber informações sobre os financiamentos, porque nenhum dos Estados nem Municípios terão capacidade financeira para realizar esses investimentos se os financiamentos não forem liberados de forma oportuna e a tempo.

No mais, parabenizo o nosso Secretário Miguel Capobiango pela exposição, bem como o Secretário Fabrício Lima, cumprimentando o Governo do Estado do Amazonas e a Prefeitura de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo, que foi, sem dúvida alguma, o responsável por ter levado essa etapa da Copa do Mundo para a cidade de Manaus. Não pensava ser uma tarefa fácil, mas agora estou vendo que a parte mais fácil foi levar. Duro será fazer funcionar tudo isso.

Cumprimento V. Exª pelo posicionamento e aproveito para dizer que já temos sobre a Mesa alguns requerimentos cujo assunto é convidar pessoas a virem aqui: representantes da Anac, da Infraero e também o Ministro da Aviação Civil. Como ainda não foram lidos os requerimentos, podemos subscrevê-los em conjunto. Depois apresentarei um requerimento no sentido de convidarmos a vir aqui a Srª Regina Miki, responsável pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Estou vendo que todas as cidades estão passando por problemas e a questão da segurança pública está ficando meio de lado sem que saibamos exatamente quem vai agarrar, quem vai fazer acontecer esse negócio.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, do Estado do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senador Blairo Maggi. Na realidade, eu me inscrevi apenas para cumprimentar V. Exª por aqui, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, ter proposto, em boa hora, a criação desta Subcomissão de acompanhamento.

Nós sabemos que a tarefa principal de preparar o Brasil para a Copa é do Poder Executivo, dos Municípios sedes, dos Estados e do Governo Federal. Entretanto, como disse o Senador Eduardo Braga, nós temos a obrigação não só de acompanhar, mas de tentar ajudar naquilo que for preciso e possível.

Sei que os Municípios e os Estados têm feito um grande esforço. Sei também, Senador Blairo Maggi, que tem havido um problema comum a todos que diz respeito ao Tribunal de Contas, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério do Meio Ambiente que faz com que as obras sejam retardadas.

No período a que chegamos, o Congresso tem que cumprir a sua parte. Nós estamos aprovando mudanças na legislação para facilitar isso, o que não significa abrir qualquer brecha – é bom que isso fique claro – para a ilicitude, para a ilegalidade, mas nós necessitamos mudar pontos na nossa legislação para facilitar que essas obras alcancem o ritmo necessário para 2014.

Senador Blairo, cumprimento V. Exª. Acho que, de todas as Subcomissões que tratam da Copa, se não me engano, são três, V. Exª tem feito um trabalho brilhante de acompanhamento efetivo. Não adianta apenas pegar o papel, pois ele diz uma coisa, mas a prática, a realidade diz outra. Esse trabalho é muito importante.

Só queria, por fim, sugerir a V. Exª, Senador Blairo, em relação aos requerimentos da Anac, do sistema aero e aeroportuário brasileiro, da Secretaria Nacional de Aviação Civil e da Infraero, que façamos uma audiência pública conjunta. Na Comissão de Infraestrutura já está aprovado o requerimento; na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo também já está aprovado; e aqui no âmbito desta Subcomissão de Acompanhamento da Copa, pois acho que será uma grande audiência pública com temas muito palpitantes.

Não vou repetir o que disse o Senador Eduardo, mas pergunto: será que a concessão, neste momento – nem quero discutir os princípios da concessão -, vai ser solução para os problemas? Vimos ontem que não. Ontem nós tivemos debates, o senhor participou de parte deles, tanto com técnicos de sindicato quanto das empresas aeroviárias e do próprio Ipea. E hoje li na imprensa exemplos de Hong Kong, de Pequim, de Dubai, de Nova Déli de alguns projetos de empresas públicas e outros de empresas privadas, cuja realização demorou dois, três, quatro anos, dependendo da obra. E olhem que, na China, trabalham sem parar, em jornada ininterrupta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sem Ministério Público Federal, sem Tribunal de Contas, sem CGU, sem Meio Ambiente, sem nada disso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Então, eu acho, Senador Blairo, que V. Exª tem razão: nossa principal tarefa, principalmente de nós que somos dos Estados-Sedes, é nos unir para tentar ajudar os Governos locais e o Governo Federal para preparar da melhor forma o Brasil.

Quero dizer ao Dr. Newton e ao Dr. Evison que o Rio Grande do Sul não fez sua tarefa, não cumpriu com seu dever. Não há nenhum Parlamentar do Rio Grande do Sul aqui. Em compensação, a bancada do Amazonas está completa, também para prestigiar o Rio Grande do Sul. Ali está a Deputada Rebecca presente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – E foram convidados, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois é. Não fizeram a tarefa de casa, não cumpriram o dever, Senador Blairo. Nem um. Não sei se a imprensa do Rio Grande do Sul está aqui...

Enfim, no mais, Senador Blairo, coloco-me à disposição. Não faço parte desta Subcomissão. Faço parte da Comissão, mas não da Subcomissão. O Senador me ligou cedo, e eu disse: estarei lá, porque essa é a nossa tarefa principal neste momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço a Senadora Vanessa, sempre muito atuante nas nossas Comissões. A gente passa no corredor e vê a Vanessa na tribuna. Daqui a pouco, está na Comissão. Ela anda o dia inteiro aqui pelo Senado.

Passo a palavra ao Senador João Pedro, Senador do Amazonas que também se faz presente

Só para registrar, a Senadora Ana Amelia passou por aqui, no início da reunião, disse que iria a outra Comissão – assim como nós, que temos várias Comissões ao mesmo tempo – e ainda não retornou.

Com a palavra, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi; Srs. convidados e autoridades do Rio Grande do Sul e do meu querido Estado do Amazonas – o Secretário Municipal e o Miguel Capobiango, um engenheiro renomado, um homem público conhecido no Amazonas e coordenador da Unidade Gestora dos Projetos da Copa do Mundo para o nosso Estado.

Primeiro, eu quero agradecer o convite do Presidente Blairo Maggi, que praticamente me acordou, chamando a atenção para a agenda de hoje à tarde.

Segundo, Presidente, eu gostaria de compor esta Subcomissão. Eu sou membro da Comissão do Meio Ambiente.

O SR. NEWTON BAGGIO – Aqui é Infraestrutura?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não. Meio Ambiente e Controle. Como sou membro da Comissão, estou querendo pleitear para ser membro da Subcomissão. Acho que há uma vaga como suplente na Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – V. Exª já está nomeado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com nomeação do nosso Presidente. Segundo, eu considero importante esse acompanhamento do Senado. Eu quero fazer uma reflexão: mesmo o Estado que não seja contemplado com o evento da Copa do Mundo, como sede ou subsede da Copa do Mundo, é uma agenda do Brasil. Nós precisamos mobilizar todas as nossas forças para fazermos uma agenda do Brasil para o mundo. Essa agenda passa a ser do mundo, porque é o momento – o futebol – muito importante para a convivência, para a paz mundial, para, enfim, a troca de culturas, o intercâmbio. Então, quero chamar a atenção para a agenda da Copa do Mundo, para que ela seja uma agenda de todo o Brasil. E aí a Subcomissão acompanha.

Eu gostaria, Sr. Presidente, no passo seguinte à audiência, ouvindo as autoridades regionais para termos um bom diagnóstico de como andam os projetos, a execução dos projetos, de fazermos uma agenda com as instituições nacionais em seguida, porque nós vamos ter uma série de informações e podemos aqui, com as representações políticas, com a Comissão, trabalhar junto ao BNDES, ao Tribunal de Contas, ao Ipea, coordenando um conjunto de forças, de entendimentos por conta da importância da agenda. Não é uma agenda do Rio Grande do Sul, de Manaus, do Amazonas. É do Brasil, da Secretaria de Aviação Civil. Precisamos ter isso aqui conosco, em audiências públicas, com essas instituições.

Vou apresentar um requerimento nesse sentido. Não sei se V. Exª está trabalhando com o passo seguinte, porque é tratar...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador João Pedro, nós já temos um plano de trabalho que foi estabelecido, em que consta os passos seguintes do que vamos fazer na Comissão. É claro que sugestões são sempre bem-vindas, mas vou pedir ao secretário da Comissão para passar-lhe o cronograma de trabalho que temos pela frente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Perdi a exposição inicial, mas ela se complementa...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Você estava dizendo exatamente sobre, depois de ouvirmos as cidades, termos uma agenda com os

órgãos nacionais, para que possamos resolver os problemas que eles vão trazer aqui.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Principalmente a Secretaria de Aviação Civil...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Exatamente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ...que é uma secretaria nova, que tem um foco na questão dos aeroportos, mas nós precisamos tocar e acompanhar, ajudando os portos, a mobilidade urbana. Nós precisamos fazer todo um acompanhamento – principalmente a Subcomissão, o Senado da República – dessas agendas para que nenhuma fique para trás. Elas precisam.

Lendo, acompanhando os últimos noticiários, eu vi a liberação de recursos para os aeroportos, quatro aeroportos, mas nós precisamos trabalhar com a mesma velocidade para que não haja esse descompasso. Liberação de recursos para as arenas, para as doze arenas. Vamos lá. Acho que nós precisamos criar esse acompanhamento do Senado para que nenhuma agenda apareça de forma retardatária. Por que não saiu, ou seja, da Subcomissão fazer esse acompanhamento – eu quero chamar a atenção mais uma vez? Porque ela não é a agenda do Rio Grande do Sul. Ela é uma agenda do Brasil. Então, nós precisamos ajudar nesses encaminhamentos, nessas articulações. Enfim, eu gostaria de perguntar, no caso de Manaus... Primeiro, colocar-me à disposição.

Segundo, eu perdi o início da exposição porque estava no Ministério dos Transportes fazendo um acompanhamento de um pleito do Ministério da Cultura. Duas casas no Porto de Manaus são do Iphan, e eles têm um projeto da Biblioteca Thiago de Mello. São dois prédios belíssimos e antigos. E, nessa contenção de recursos, o Ministério da Cultura já está pedindo socorro. Como estou acompanhando essa revitalização do porto – a conversa foi do Ministério da Cultura com o Ministério dos Transportes... Olha, dá para encaixar esses dois prédios – tem um píer de 60 metros, além do tradicional, que eles estão revitalizando, mas compõem o Porto de Manaus. É no Porto de Manaus. Há a luta do Governador Eduardo Braga, que hoje é Senador, no sentido de recuperar o Porto de Manaus. Eu espero que isso... As coisas estão acontecendo. O Ministério dos transportes...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Estão às vésperas de...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ...desse desenlace. Enfim, para o bem de Manaus, para o bem do espírito público, tem a revitalização e o Ministro dos transportes ficou sensível ao pleito do Ministério da Cultura e vai incorporar esses dois prédios, que compõem a revitalização do Porto como um todo.

Eu quero fazer uma pergunta para o nosso secretário Miguel Capobiango no sentido de ir ajudando. Por exemplo, acerca da liberação do BNDES: que fase a liberação desses recursos, do ponto de vista da arena? Qual é o custo? A arena tem um custo "x". O entorno da arena é um outro recurso, é um outro orçamento? Em que fase está isso? Eu gostaria de receber essas duas respostas.

No mais, quero dizer que me coloco à disposição para ajudar o Estado, com os Deputados Federais – aqui está a nossa querida Deputada Rebecca – e a Bancada do Senado, no sentido de jogar toda a minha alma neste projeto de nós, junto com os outros Estados, fazermos o melhor pelos nossos Estados, mas também pelo Brasil e por essa agenda. E quero dizer do meu espírito extremamente positivo no sentido de nós atravessarmos todos os desafios. O Brasil tem *expertise*. O Brasil tem inteligência. O Brasil tem engenheiros. O Brasil tem criatividade, tem força humana para nós cumprirmos essa agenda para deixar orgulhoso o povo brasileiro.

Então, o meu espírito é muito otimista quanto a isso. Eu acho que nós temos um tempo, e nós vamos cumprir esse tempo com todas essas articulações. Acho que o Presidente Blairo Maggi dá um exemplo de articular a força política dentro do Senado. A Câmara está fazendo isso, os Deputados. Mas nós devemos fazer uma grande mobilização para que nós possamos cumprir, com muito orgulho, essa agenda, perpassando os desafios.

Quero me colocar à disposição do meu Estado e do Brasil para ajudar nessa empreitada.

Muito obrigado.

Eu fiz duas perguntas que ficaram...

O SR. MIGUEL CAPOBIANGO NETO – Bem, Senador, boa tarde. É um prazer imenso recebê-los aqui, poder fazer uma exposição para os Senadores da Amazônia principalmente.

Em relação à Arena, nós temos a arena propriamente dita. O senhor não teve oportunidade de ver na exposição. Está contratada só a arena com o seu pódio de apoio.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quando eu vi, um tempo atrás, era um grande cesto, belíssimo.

O SR. MIGUEL CAPOBIANGO NETO – Exatamente. Modéstia à parte, acredito que seja uma das mais belas arenas dessas doze que serão construídas agora.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O Rio Grande do Sul está aqui e não vai gostar.

O SR. MIGUEL CAPOBIANGO NETO – Não, não! É "uma" das mais belas. Uma das mais belas.

Mas o contrato que foi assinado contempla apenas a arena e o seu pódio de apoio. Não contempla o entorno. O custo do contrato para a construção da arena é de R$499 milhões; com mais o gerenciamento e o projeto básico, o total ficou em R$583 milhões. Isso contempla o projeto da arena, o projeto básico, que serviu de apoio para a licitação, o gerenciamento da obra, que está sendo feito por uma empresa independente, e a construção propriamente dita, que é R$499 milhões.

Em relação ao entorno da arena, o entorno que servirá de apoio não só para as empresas e as emissoras de televisão, jornalismo, hospitalidade de convidados especiais, os patrocinadores, todo o apoio do entorno da arena, o projeto está em desenvolvimento, com o apoio da própria Fifa. A Fifa está nos dando suporte técnico para que nós possamos, em vez de fazermos instalações provisórias, como tem sido feito ao longo do tempo em todos os eventos de Copa anteriores, no nosso caso de Manaus, usarmos aquelas unidades que o senhor bem conhece: o sambódromo, o Ginásio Amadeu Teixeira, e o Centro de Convenções, que está sendo construído com recursos do Ministério do Turismo. Essas unidades servirão de apoio como instalações permanentes, ou seja, elas estarão à disposição do evento nos dois meses do entorno da Copa, para que nós possamos fazer ali todas as instalações necessárias para que o evento possa ter o seu pleno êxito.

Assim, esse entorno... Como as instalações tidas como provisórias serão instaladas nessas permanentes de sambódromo, Ginásio Amadeu Teixeira, Centro de Convenções, e os galpões das escolas de samba também estarão à disposição desse evento, nós faremos mais instalações elétricas, instalações de cabos de fibra óptica, alguma coisa de pintura talvez, mas, no geral, nós economizaremos bastante nessas instalações provisórias, em função de nós utilizarmos essas instalações permanentes que temos no entorno.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Qual o custo, o valor?

O SR. MIGUEL CAPOBIANGO NETO – Do entorno nós não temos ainda o final. Está sendo desenvolvido.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com o apoio da Fifa. Isso!

O SR. MIGUEL CAPOBIANGO NETO – Nós estamos adaptando essas instalações provisórias dentro dessas instalações permanentes que nós temos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – E a previsão para concluir isso?

O SR. MIGUEL CAPOBIANGO NETO – O projeto?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com esses valores.

O SR. MIGUEL CAPOBIANGO NETO – O projeto de estudo provavelmente estará pronto acreditamos em julho. Ontem mesmo nós recebemos um relatório deles já elencando uma série de série de ajustes que precisam ser feitos em termos de instalações nesses locais. Em julho, acredito que nós tenhamos esse desenho de quanto custarão essas instalações.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Passo a palavra à Senadora Ana Amelia, do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Blairo Maggi, eu queria, em primeiro lugar, agradecer-lhe a gentileza de ter-me alertado sobre esta audiência pública, sobre um tema que interessa, como disseram os nossos colegas, de interesse de todo o Brasil, não apenas de Manaus ou de Porto Alegre. E também dizer que o Beira-Rio e a Arena do Grêmio ficam rivalizando lá com Manaus. Não fiquem achando que vocês estão com a bola toda, porque as duas... Eu sou colorada, mas vejam só: eu sou colorada, mas reconheço que as duas arenas são show de bola, show de bola.

Estou aqui também – como é que se diz? – para desfazer a cobrança da Senadora Vanessa, porque a bancada gaúcha está presente aqui para tratar desse assunto, para prestigiar.

Dizer também que em todas as visitas... Grande parte das obras são de mobilidade urbana, no caso de Porto Alegre. A Arena do Grêmio é um projeto privado do próprio clube que está fazendo isso. O tempo que vai ser obedecido... No final de 2012, estará pronta uma das mais revolucionárias obras do futebol, que é um novo estádio, num lugar completamente diferente. E o antigo estádio olímpico será implodido no mesmo dia da abertura; ou seja, não haverá a tristeza de uma história toda construída de um grande clube, como é o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. E o Beira-Rio, que é hoje um cartão postal do meu time, o Internacional, vai estar totalmente remodelado para os jogos da Copa de 2014.

Então, no plano, Presidente, das obras de mobilidade urbana, metrô, as obras viárias todas, no entorno inclusive das duas arenas, porque serão necessárias ampliações das vias de trânsito e também especialmente na área onde vai ser a Arena do Grêmio, são todas elas, a maior parte do âmbito do Ministério das Cidades, comandadas pelo Ministro Mário Negromonte. Eu tenho acompanhado todas as audiências que o Prefeito Fortunati... A direção do Grêmio recentemente, Paulo

Odone... Estive participando dessa audiência com os representantes da bancada gaúcha. Então, nós estamos permanentemente dando um reforço político.

Penso que esta audiência, Presidente Blairo Maggi, é extremamente útil, até porque o acompanhamento dessas obras, dada a relevância que elas têm para a economia do País, especialmente diante do risco levantado pelo órgão oficial, que foi o Ipea, sobre os aeroportos, a gente tem que exatamente monitorar esse processo.

Eu cumprimento a representação do meu Estado do Rio Grande do Sul, que veio aqui, o Dr. Evison Nickele e também o Dr. Baggio, porque nós já estamos usando o acompanhamento das licitações através da Internet. Então, é um iniciativa importante essa, porque a sociedade vai acompanhar para não haver nenhuma dúvida a respeito desse trabalho. Então, eu estou aqui para dizer e renovar o interesse.

Eu queria apenas perguntar-lhe, Dr. Baggio, nessa questão da... Para muitas obras serão necessárias indenizações, desapropriações. Eu queria saber se nesse processo haverá algum risco de atraso em função dessas desapropriações.

Para o Dr. Nickele, eu queria saber o seguinte: o senhor levantou aqui uma pesquisa que foi feita na Copa da África do Sul, em que grande parte dos turistas que estavam lá não conheciam e Brasil e, desses que vieram ao Brasil, só 3% conheciam Porto Alegre, mesmo tendo a capital realizado o Fórum Social Mundial, que foi um evento de grande envergadura, que deu a conhecer a capital gaúcha para o mundo inteiro, embora sendo evento de caráter político; então, eu queria saber que ações, no âmbito da divulgação, serão feitas para exatamente projetar Porto Alegre.

E dizer que o meu atraso aqui se deveu porque eu estava com o Presidente José Sarney, levando uma comitiva de Pelotas, terra dos dois, porque a cidade vai fazer duzentos anos e está preparando as comemorações, e foram fazer o convite para o Presidente do Senado.

Muito obrigada.

O SR. NEWTON BAGGIO – Boa tarde, Senadora. É um prazer me dirigir à senhora. Nunca tive esta oportunidade.

Gostaria de dizer o seguinte: nós, gaúchos, somos muito orgulhosos daquilo que fazemos. Nós entendemos que estamos fazendo o melhor. A Prefeitura de Porto Alegre tem a responsabilidade de toda essa estrutura viária, de mobilidade. Nós nos constituímos em comissões, em câmaras temáticas, e cada setor tem a sua, vamos dizer assim, liderança.

A desapropriação é um grupo especial coordenado pela Secretaria de Fazenda. Os recursos estão alocados no orçamento, e, à medida que os projetos geométricos forem sendo concluídos, são identificadas as áreas e imediatamente são feitos decretos de utilidade pública, seja para uma negociação direta, seja para uma negociação judicial ou para um ação judicial futura. Então, eles estão, inclusive, incluídos nos cronogramas das obras. Quanto à desapropriação, é evidente que cronograma é uma referência, mas não é aquilo que a gente gostaria. Mas, como eu tenho a coordenação específica das obras viárias, a Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico, nós faremos o possível para que as desapropriações não se tornem um gargalo. Teremos algumas obras que já identificamos como sendo as mais complexas, como a Avenida Tronco, que, além da desapropriação dos imóveis regulares, envolve áreas irregulares ocupadas. E, como o conceito que temos é de que se trata de um remanejamento involuntário, nós temos que buscar uma indenização às famílias que serão removidas.

Assim, é um trabalho grande e está todo ele... E vou lhe encaminhar, Senadora, uma senha para a qual a sua assessoria pode ter acesso à ferramenta *web* de acompanhamento de todos os processos, tanto os documentos, como os cronogramas, como as ações que são feitas, caso a caso, obra a obra também.

O SR. EVISON OSVALDO NICKELE CORDOVA – Boa tarde, Senadora. Eu fiz menção a essa pesquisa feita pelo Ministério do Turismo junto àqueles turistas internacionais que estiveram na África. E para nós ficou uma oportunidade.

Nós estamos encarando o Rio Grande do Sul, a cidade de Porto Alegre, como uma grande oportunidade para podermos vender não só a cidade-sede, mas a cidade-sede do conceito estendido, que é onde está o estádio, o Município onde está o estádio, o Estado onde está o estádio.

Então, tanto o Governador Tarso Genro quanto o Secretário Kalil Sehbe nos orientam no sentido de trabalharmos a Copa de todos os gaúchos. A nossa região ali envolve o bioma pampa, e há bastante acesso à fronteira com a Argentina, com o Uruguai. Muitos turistas entrarão de avião – esperamos muitos –, mas muitos vão entrar de veículo, e, assim que eles passarem a fronteira, que os nossos conterrâneos gaúchos lá da fronteira também estejam com esse espírito imbuído da Copa.

Para que as cidades-sedes possam atrair, trazer isso, para ver quais as delegações que vão querer fazer a fase de aclimatação dentro do Rio Grande do Sul, há um movimento bastante grande. A gente vem dando continuidade. Vinte e nove cidades se candidataram e se inscreveram na primeira etapa. Na segunda parte, já são 22. E agora a Fifa vai começar a fazer um afunila-

mento, umas verificações, que devem resultar, a gente imagina, entre oito, dez cidades que vão continuar como cidades-sedes para as delegações irem para lá. Eles que escolhem, não é indicação. Mas há indicações de quais aquelas que têm aquela estrutura.

E também existem ações da Secretaria de Esportes no sentido de trabalhar esses pontos turísticos de todo o Estado, não só aqueles dois onde existe a indução natural, que é Gramado, Canela e também a região de Bento Gonçalves, mas todo o Estado. A gente está trabalhando nesse sentido, essa é uma oportunidade ímpar, e isso tem de ser colocado no *site* da Fifa, que já está lá. Na Copa de 2010, foram em torno de seis bilhões de acessos. Então, há uma área específica para as cidades-sedes.

Então, há um trabalho articulado nesse sentido da Prefeitura de Porto Alegre com as demais prefeituras, para que nós possamos vender, sim, o nosso Estado, além da cidade de Porto Alegre.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu agradeço, então, à Senadora Ana Amelia.

Para ser justo, no dia em que Mato Grosso veio aqui, nós tínhamos vários deputados federais, e foi concedida a palavra a eles. Então, eu consulto à Deputada Rebecca se quer fazer uso da palavra aqui neste evento. Já que está de aniversário hoje, parabéns.

A SRª REBECCA GARCIA (PP – AM) – Amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Ah, é amanhã.

A SRª REBECCA GARCIA (PP – AM) – Obrigada.

Eu gostaria de colocar aqui que, no ano de 2010, eu fiquei como relatora da Comissão de Fiscalização e Controle dos recursos para a Copa de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. E, já no relatório, nós indicávamos à Presidência da República a necessidade e urgência nos aeroportos. Colocávamos também uma situação com a qual eu até fiquei muito satisfeita: na última semana, assistindo a uma entrevista aqui no Distrito Federal, ouvi que o Distrito Federal acatou a questão da acessibilidade, que é uma preocupação muito grande e que tem sido pouco debatida. E nós sabemos que você encontra um turista europeu, por exemplo, fazendo turismo sozinho, sendo um cadeirante. Nós precisamos também dar condições a esses turistas que virão ao Brasil, que virão conhecer o Brasil, para que eles possam sair do aeroporto, chegar a um hotel, sair do hotel, chegar ao estádio, com dignidade.

Então, acho importante incluir na pauta da Comissão a questão da acessibilidade, que considero de grande importância. E isso só vai levar a uma imagem melhor do nosso País depois do Mundial, que será a vitrine. Não podemos perder a oportunidade de deixar um legado para a nossa população. O Mundial, nós sempre lembramos, são apenas 30 dias, mas o legado que vai ficar para a população é uma oportunidade que talvez não tenhamos mais.

Então, gostaria de agradecer ao Senador Blairo pela oportunidade e parabenizá-lo pelo seu trabalho. Gostaria de colocar também a Câmara à disposição, somos parceiros aqui. E, no que for preciso, a Câmara e a Comissão de Fiscalização e Controle também está nessa parceria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Tenho sobre a mesa, então, os requerimentos extrapauta, que vou ler e colocar sob a apreciação dos colegas, Senadores e Senadoras, que são os seguintes:

ITEM 1
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011-CMACAPOLIM

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sra. Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira as propostas de segurança pública e a aplicação dos recursos federais para a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga.

ITEM 2
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CMACAPOLIM

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Dr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a apli-

cação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, principalmente as relacionadas à infraestrutura aeroportuária.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga.

ITEM 3
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CMACAPOLIM

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, principalmente as relacionadas à infraestrutura aeroportuária.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga.

ITEM 4
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CMACAPOLIM

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro da Secretaria de Aviação Civil, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, principalmente as relacionadas à infraestrutura aeroportuária.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga.

ITEM 5
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CMACAPOLIM

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sr. Lucas Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, sobretudo, a respeito da flexibilização da Lei de Licitações para adequação das obras.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga.

ITEM 6
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CMACAPOLIM

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Exmo. Sr. Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, sobretudo, a respeito da flexibilização da Lei de Licitações para adequação das obras.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga.

Então, eu gostaria de colocar para apreciação e votação os requerimentos, para a gente convidar essas autoridades a estarem aqui.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovados.

Bem, eu quero agradecer a presença dos nossos convidados no dia de hoje. E vou só fazer uma pergunta final aqui, para sair com a consciência tranquila. Eu ouvi tanto Manaus, ouvi tanto aqui Porto Alegre, mas, em nenhum momento, nenhuma das duas cidades deixou transparecer que o tempo já nos preocupa – vamos chamar assim. Parece que está todo mundo com o cronograma na mão ainda. É claro que desde as coisas ocorram dentro da sua normalidade.

Então, só para ter essa confirmação: se a cidade de Manaus está tranquila com o seu cronograma. E depois faço a mesma pergunta também para a cidade de Porto Alegre. E, mais uma vez...

Pois não, nosso relator.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A praticidade de um ex-governador obreiro como V. Exª faz com que a pergunta final seja chave. O cronograma estando em dia, as preocupações são menores. Que falem os dois Estados.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ... a presença do Danrlei de Deus, que dispensa apresentações.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bem-vindo.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Para dizer que foi reforçada a bancada gaúcha em defesa dos interesses da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Viva o Rio Grande.

O SR. MIGUEL CAPOBIANGO NETO – Bem, Sr. Presidente, em relação ao cronograma das ações da Copa, de forma geral, logicamente preocupa, porque temos um desafio enorme, e os recursos, principalmente aqueles que dependem de liberação federal, não têm sido liberados com a velocidade que gostaríamos.

A Arena da Amazônia é das arenas a que está conseguindo avançar mais por um esforço muito grande de toda a equipe do Governo de Estado principalmente, junto ao BNDES especificamente e também junto aos órgãos de controle, buscando todos os esclarecimentos necessários para que não haja solução de continuidade na liberação desses recursos. Até o momento, só recebemos parte dos recursos relacionados ao projeto executivo, que está orçado em R$17 milhões, sendo R$11 milhões da parte federal. Desses R$11 milhões, só R$6 milhões foram liberados até agora.

Foi solicitada a liberação da segunda parte, que é de R$5 milhões, e já fizemos a solicitação da liberação de mais 20% relativos à obra, que foi a parte sinalizada pelo Tribunal de Contas da União como adequada ao momento, já que o projeto executivo foi entregue agora, e eles estão analisando o projeto executivo para que possam referendar essas liberações em toda a sua complexidade, até porque o projeto é muito grande e, para os senhores terem uma ideia, são 1.600 pranchas de projeto relativas ao projeto executivo, que foram entregues aos órgãos de controle e ao BNDES, para que possamos ter acesso aos 20% que foram liberados até o momento.

Estamos cumprindo a nossa parte, mas dependemos da liberação desses recursos com mais celeridade.

O SR. NEWTON BAGGIO – Primeiro, dizer que nos preocupa, sem dúvida, a questão da execução das obras, porque, se fosse uma obra de engenharia – sou arquiteto e já estive envolvido em obras –, se fosse só engenharia e material, conseguiríamos resolver, às vezes adiantando e às vezes com algum atraso. Agora, há obras lá em Porto Alegre que com certeza são complexas, porque temos famílias que moram nessas áreas, e aí há toda uma construção social da relocalização das famílias.

Para os senhores terem uma ideia para esclarecer, na Vila Dique, 1.476 famílias estão sendo retiradas; na Vila Nazaré, 1.322 famílias já estão sendo retiradas. Para expansão do aeroporto, elas precisam sair, e já estão sendo retiradas. A responsabilidade coube ao Município. O Estado está liberado dessa, e até o Governo Federal foi lá e deu uma mão, dando dinheiro para desapropriar o que era irregular. Nós compramos as áreas e estamos construindo as casas e removendo as famílias para um lugar muito melhor, com equipamentos e tudo, mas não é só obra do aeroporto, que aí, sim, é responsabilidade federal. A previsão é que a obra se estenda até o primeiro semestre de 2013, isso a obra da pista do aeroporto.

Em relação ao estádio do Internacional – vou falar só das duas grandes obras –, a previsão é de que as obras estejam concluídas em dezembro de 2012; terão um custo estimado em R$250 milhões, e as obras do entorno do estádio Internacional estão sendo executadas e serão executas pela Prefeitura. A previsão é a conclusão no primeiro semestre de 2013.

Na questão do Internacional, é mais facilitado, porque não há grandes remoções. Há algumas áreas ocupadas por casas de passagem, mas estamos todos bem. Agora, fico preocupado quando leio o seguinte: "ONU acusa o Brasil de desalojar pessoas à força, por conta da Copa e das Olimpíadas". Nós na Prefeitura de Porto Alegre é que estamos carregando isso, e, para mim, é uma coisa complexa, porque não estamos agindo como está aqui na notícia. Porto Alegre não age assim. Porto Alegre vai lá, dialoga com as famílias, faz reuniões; há problemas, sim, mas não tratamos as famílias que sejam regulares ou irregulares da forma como diz uma notícia dessas. Isso provoca para nós, gaúchos, um questionamento: o que será depois? Somos muito ciosos do que fazemos. Fazemos certo, fazemos bem, e fazemos de forma honesta. Então, não podemos nos submeter a esse tipo de colocação.

Por isso, acho que nesse contexto, se o Senado assume um papel de calibrar essas questões também, auxiliar as cidades no Brasil inteiro a desenvolver seus trabalhos de forma adequada – e sabemos que teremos problema –, nós não ficaremos chocados ou desmotivados quando surgirem manchetes desse tipo. Desculpem o meu desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço aos nossos convidados. Mais uma vez, quero reiterar que esta Subcomissão está aqui para ajudar. Então, em qualquer momento que estiverem sentindo dificuldade no trâmite junto com o BNDES ou qualquer outra coisa, por favor, nos comuniquem, entrem em contato conosco, que levaremos adiante as reivindicações e ajudar no trâmite.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Só a título de sugestão, para que houvesse uma conversa como essa com o BNDES e a Caixa Econômica sobre a burocratização da liberação das verbas. O Dr. Nassif, nosso representante aqui em Brasília do Estado, praticamente mora na Caixa Econômica e no BNDES tentando desburocratizar, e muitas vezes são coisas pequenas que atrasam tanto as obras que, de repente, seria importante uma reunião para trazer a harmonia entre BNDES, Caixa Econômica, Tribunal de Contas, CGU, que são agentes importantes no processo e que acabam travando, por pequenos detalhes, obras grandes e atrasando esses prazos que preocupam Senadores, Deputados em relação à Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Exatamente isso que estamos propondo aqui. Se houver dificuldades, por favor, nos procurem para trazer à discussão. Enquanto não trouxermos, podem fazer um encaminhamento que vamos tomar a providência de conversar com o BNDES e com os outros órgãos também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas para sugestão. Acho que a gente poderia, pela Comissão, solicitar que cada Estado apresentasse, mês a mês, um relatório para a Comissão, a fim de que pudéssemos acompanhar o cronograma de cada um dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vamos ter, Senador Eduardo, um portal que está sendo desenvolvido pela Casa onde tudo isso vai estar ao alcance de todos nós, etapa por etapa do que vem acontecendo, inclusive das obras físicas também.

Enquanto isso não ocorrer, aceitamos sugestões e vamos procurar conversar. O que na realidade não queremos é ser mais um a ficar incomodando quem está trabalhando. Queremos ajudar.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, a preocupação do Senador Eduardo e a preocupação de V. Exª se irmanam com a construção desse portal, da integração dos 12 Estados, cujo acompanhamento é de responsabilidade da Comissão.

Aquilo que disse o Secretário Municipal de Lazer e Esportes sobre a necessidade de uma intervenção da Comissão é porque a intervenção da Comissão passa a ser mais forte do que a intervenção do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, do Governo do Estado do Amazonas.

Então, se soubermos, com antecedência mínima, que a CGU está bronqueando, que as coisas não estão acontecendo dentro do cronograma, um discurso de V. Exª no plenário resolve muitas vezes a questão, um discurso de um Senador, um posicionamento da Comissão.

Por isso, acho importante essa interface permanente da Comissão com os doze Estados que têm obras de infraestrutura importantes para a Copa.

O SR. EVISON OSVALDO NICKELE CORDOVA – Apenas fazer uma colocação: acho que ela pode ser subsidiada também com isso. Agora, no mês de maio, o Ministério dos Esportes vai implantar a câmara temática da transparência, que, aí, sim, é um espaço a mais para acompanharmos, porque somos obrigados mensalmente a alimentar o sistema de acompanhamento do Ministério dos Esportes, onde há todas as nove câmaras temáticas e, agora, no final de maio, será instalada a Comissão Temática da Transparência, da qual a CGU será o órgão que vai controlar essas informações. É mais um. De repente até o Senado se incorporar, se for o caso, nesta...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito bem, além do nosso Secretário da Comissão que está aqui, lá, no meu gabinete, destaquei o Rodrigo Figueiredo, que foi do Ministério das Cidades por muito tempo, para acompanhar *pari passu* esse processo. Portanto, tanto o Rio Grande do Sul quanto o Amazonas podem se dirigir diretamente lá, no gabinete, ou aqui, na Comissão.

Mais uma vez, só queremos ajudar. Não queremos atrapalhar ninguém, queremos ser um agente facilitador desse processo, porque, para atrapalhar, já tem muita gente, e não quero me dar esse serviço de ser mais um.

Então, quero agradecer a presença dos Senadores e da Senadora. Tenho que fazer o reconhecimento, Senadora Ana Amelia, de que a bancada do Amazonas ganhou hoje da bancada do Rio Grande do Sul. Ela veio em peso aqui. Lamento...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Ah, Presidente, dá um empate, dá um empate... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Embora eu seja gaúcho, não posso me associar agora com a Senadora...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – V. Exª é gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Está bom.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA nº 48, de 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às treze horas e trinta e três minutos do dia onze de maio de dois mil e onze, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **PEDRO TAQUES**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VALDIR RAUPP** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, VITAL DO RÊGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, CÍCERO LUCENA** e **PAULO DAVIM.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras. Comparecem os seguintes convidados: Luiz Carlos de Carvalho, Secretário Municipal da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 da Prefeitura de Curitiba; Pedro Pereira Benvenuto, Coordenador de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo; e Susana Lins Affonso da Costa, Assessora Técnica do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. O Senhor Senador **BLAIRO MAGGI** assume a presidência da reunião às dezesseis horas e dezenove minutos. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, EDUARDO SUPLICY** e **BLAIRO MAGGI.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, esta audiência pública destina-se a coletar informações sobre a preparação das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infraestrutura e o andamento das obras, conforme plano de trabalho aprovado em 05 de abril do corrente ano.

A audiência conta hoje com a participação dos seguintes convidados: o Sr. Luiz Carlos de Carvalho, Secretário Municipal da Secretaria Extraordinária da Copa 2014 da Prefeitura de Curitiba, no Paraná, e o Sr. Pedro Pereira Benvenuto, Coordenador de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Convido o Sr. Pedro Pereira Benvenuto para tomar assento a esta Mesa e também o Sr. Luiz Carlos de Carvalho.

Srª Susana Lins Affonso da Costa, por gentileza, V. Sª tome assento à Mesa.

Srs. Senadores, sem maiores delongas, eu passo a palavra ao Sr. Pedro Pereira Benvenuto, Coordenador de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, para que S. Sª faça a sua exposição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso fazer uma pergunta de natureza normal do brasileiro? Por que time o Sr. Pedro Pereira Benvenuto torce?

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – É um homem de sorte, porque torce para o São Paulo!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, vai assistir à final Santos e Corinthians com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Está certo, Senador Suplicy.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E o Senador Suplicy por que time torce?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu torço pelo Santos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Perdeu os votos dos outros times todinhos!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Todos compreendem! Isso é da democracia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – O que seria do azul se não existisse o vermelho? Não é isso, Senador Suplicy?

Passo a palavra ao Sr. Pedro Pereira Benvenuto.

V. Sª pode trazer as informações que reputar necessárias.

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – Boa tarde a todos.

Na realidade, eu preparei cinco transparências para dar um pouco a noção aos Srs. Senadores de como São Paulo está organizado e, na sequência, depois, esclarecer eventualmente alguma dúvida que ficar da minha exposição.

São Paulo criou o Comitê Paulista para a Copa 2014, que é um comitê integrado por secretários de Estado do Estado de São Paulo e por secretários municipais da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Esse comitê é presidido pelo Secretário de Economia e Planejamento, o qual represento – estou como suplente. Esse comitê tem uma secretaria executiva, e há uma sede desse comitê na secretaria executiva, onde todos os trabalhos de preparação para a Copa 2014, com o objetivo de São Paulo vir a ser a sede dos jogos de abertura, estão sendo realizados.

Para esse comitê foram traçados três grandes objetivos: a gente está olhando a Copa como oportunidade importante de se consolidar São Paulo como destino de eventos internacionais; alcançar níveis de excelência na prestação de serviços ao turista e garantir obras e ações como um legado à população. Esse é um objetivo muito importante, que fez com que a gente conseguisse imaginar e pensar bastante os investimentos de infraestrutura, de sorte que se constituíssem realmente em legado para a população, como no caso do transporte urbano e, principalmente, do sistema viário de articulação e transposição da região metropolitana de São Paulo.

Nós desenvolvemos um grande plano diretor para toda essa atividade, que tem um elenco de ações a serem realizadas no ano de 2011. Essas ações parecem não importantes agora – porque agora o que se discute mais é infraestrutura –, mas são fundamentais no nosso entendimento, porque se não tivermos esse planejamento, dificilmente conseguiremos executar a Copa.

Eu citaria como criar, por exemplo, um plano de turismo adequado para o Estado de São Paulo, um plano de saúde para atendimento de todos os atletas, a família Fifa e todas as federações que estarão na cidade e praticamente são planos operacionais que, de certa forma, nos nortearão na realização e que agora estão na fase de planejamento.

Em 2012, nós já vamos entrar numa fase mais ativa de iniciar nas escolas as campanhas educativas, a produção de material informativo, a capacitação técnica já de profissionais de turismo e começar a fazer verificação com o plano de testes, como se nos preparássemos para o grande evento, fazer checagem de pontos para ver se esse planejamento está sendo seguido.

Em 2013, já são os testes que coincidem com a Copa das Confederações, em que já vamos treinar seleção e, treinando voluntários, já faremos eventos testes, grande parte testando toda a parte de implantação das orientações de trânsito e no sistema metroferroviário, que nós vamos implantar bilíngue em todas as estações do metrô e do trem metropolitano, e esse aperfeiçoamento, então, da equipe técnico-operacional.

E, finalmente, em 2014, aí sim, esperamos montar o IBC. São Paulo é candidato para que o Centro de Mídia da Copa do Mundo se estabeleça no Estado. Aí, imaginando que nos próximos dias tenhamos a decisão final, ele seria montado no Anhembi. A montagem de todo aparato turístico de interesse turístico, a montagem da infraestrutura do perímetro externo do estádio e a montagem das Fan Fests. Nós somos obrigados pela Fifa a montarmos uma Fan Fest. Sabemos que não vai toda a população ao estádio. Então, as Fan Fests são organizações, espaços para o público, com grandes telões. A Fifa obriga que tenhamos uma Fan Fest. São Paulo está programando para fazer cinco Fan Fests na região metropolitana. Evidentemente que, com isso, teremos uma logística de transporte bastante complexa na medida em que haverá cinco Fan Fests ao mesmo tempo em que haverá jogo no Estádio de Itaquera; teremos toda uma mobilização da cidade para que isso aconteça. *(Pode passar, por favor.)*

Como o assunto mais em voga é o estádio. A localização terrena onde será construído o estádio, essa é a localização. *(Pode passar, por favor.)*

O estádio vai ficar num local onde nós já temos uma infraestrutura de duas estações de metrô e trem. Essa região já é servida pelo metrô e pela CPTM, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, que tem um atendimento. Então, essa área tem duas estações que vão atender o estádio. É muito importante destacar

que, desde o início, tanto o Governo como a Prefeitura de São Paulo optaram no sentido de que não haveria investimentos com recursos públicos para construção de um novo estádio. De início, houve a candidatura do São Paulo Futebol Clube, que avançou no seu projeto até o momento em que a Fifa não o aprovou; foi descartada a hipótese do São Paulo. Então, nós tivemos que iniciar uma segunda alternativa e, dessa feita, a candidatura do Corinthians, como estádio privado, na montagem dessa arena que está em processo final. Recentemente, a Fifa aprovou o projeto do Corinthians. Falta agora, até o final do mês, a aprovação do plano de financiamento desse estádio. Do ponto de vista do projeto arquitetônico e de todas as eventuais adaptações necessárias ao estádio do Corinthians, todas foram aprovadas pela Fifa. *(Pode passar, por favor.)*

Portanto, o projeto do estádio do Corinthians é esse, que foi concebido e desenvolvido por um escritório brasileiro e é um empreendimento privado, num entendimento entre o Sport Club Corinthians e a Construtora Odebrecht.

Hoje, os estádios de Copa do Mundo têm uma cifra utilizada como parâmetro de comparação: custa R$10 mil o assento para um estádio de Copa do Mundo. Evidentemente, o cálculo para 65 mil ocupantes é algo em torno de R$650 milhões de investimento.

Senador, para o financiamento, foi disponibilizada uma linha de crédito do BNDES de R$400 milhões, em condições satisfatórias, inclusive com tempo e juros adequados. O Corinthians, como clube, não pode tomar o financiamento diretamente. Portanto, quem irá tomar o financiamento será a construtora, que deverá fornecer todas as garantias diretamente para o BNDES. Esses são os acertos desse plano de financiamento que a Odebrecht está finalizando com o Corinthians. Pelo fato de o estádio estar situado na zona leste, a Prefeitura de São Paulo e o Estado de São Paulo têm um interesse enorme no desenvolvimento da região leste e, recentemente, publicou-se uma iniciativa no sentido de incentivos fiscais para qualquer empreendimento que se estabelecer naquela região. Então, na engenharia financeira, para cumprir isso, tanto o Corinthians como a Odebrecht em parte estão contando, para o financiamento, com os incentivos fiscais que advirão do aproveitamento dessa legislação municipal, que seriam no sentido de gerar desenvolvimento e emprego para a região. *(Pode passar, por favor.)*

Do ponto de vista de grande parte do sistema viário daquela região – como a nova arena vai se situar em uma região onde já há um complexo de manutenção do metrô de São Paulo, vai ser instalado um fórum. Está prevista também a instalação de escolas técnicas e de outros equipamentos urbanos que se constituem no Pólo Institucional de Itaquera – uma série de desenhos, de adequações viárias naquela região foi discutida entre a Prefeitura e o Estado de São Paulo. Já foi assinado, recentemente, convênio entre o Estado de São Paulo e a Prefeitura, para que o Governo do Estado de São Paulo, através da Dersa, realize uma série de melhorias naquela região. *(Pode passar, por favor.)*

Aqui é uma vista em que estão inseridos o estádio e outros equipamentos urbanos interessantes. Há até a previsão de uma nova rodoviária, dividindo um pouco o fluxo das rodoviárias concentradas no centro de São Paulo. Há um plano de se fazer rodoviárias vinculadas às estações de metrô e está-se prevendo fazer uma nova rodoviária na zona leste também. *(Pode passar, por favor.)*

Este é o plano de acesso ao estádio, que foi desenhado e aprovado com a Fifa, porque, no dia dos jogos, um raio de um quilômetro do estádio será bloqueado e teria todo o tráfego de acesso dos torcedores. Provavelmente, seria um dos únicos estádios em que os torcedores chegariam normalmente, fora o VIP e a região da Fipe, que vão chegar em vans. Mas, de uma maneira geral, os torcedores, chegarão ao estádio pelo trem e pelo metrô.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A distância da estação do metrô ao estádio é de aproximadamente, a pé...

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – Nas duas estações se caminha a pé 150 metros ou 200 metros.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só isso.

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – *(Pode passar, por favor.)*

Portanto, o estádio do Corinthians hoje já tem uma acessibilidade, a localização da nova arena já está acessível pelo metrô por meio da linha 03 e também pela CPTM, com duas estações. Mas, mesmo assim, o Estado de São Paulo já está com planos de modernização e de incremento de trens nesses dois sistemas, de sorte que, até 2014, teremos o incremento programado de passar de 1,4 milhão de passageiros na linha 03 do metrô para 1,6 milhão de passageiros. Da mesma forma, a quantidade de passageiros na CPTM passaria de 172 mil para 370 mil. Ou seja, seria um incremento de 50% de oferta na CPTM e de 20% no metrô.

Outra coisa muito importante e que se constitui num legado é que a reunião de todos os esforços que já vinham sendo feitos pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de São Paulo não eram projetos para a Copa, mas projetos que já estavam no esforço de organiza-

ção de diversos sistemas de transporte. No comitê, foram organizados os cronogramas e foi organizada a concentração de esforço para que eles possam ser executados com antecedência ou serem concluídos até a realização do evento.

Então, o total de investimentos, que não são investimentos para a Copa em si, mas que refletirão positivamente para a região metropolitana, chega à ordem de R$50 bilhões. Eu destacaria todo o esforço que está sendo feito em relação à transposição da região metropolitana, que é o rodoanel, que, de forma segura, é o que vai viabilizar as melhorias de circulação na região metropolitana. E também a modernização dos 250 Km de trilhos da CPTM e as novas linhas do metrô...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – O Rodoanel Leste está com o cronograma para que fique pronto até lá. Quanto ao Rodoanel Norte, recentemente foi fechada a equação financeira dele: são recursos que serão de financiamento do BID, recursos do PAC e recursos do Governo do Estado.

A obra está em fase final de licenciamento e com a previsão de assinatura, com a previsão de terminar as negociações com o BID para que possa vir ao Congresso a autorização para a assinatura do financiamento até o final do ano.

Então, está caminhando muito bem.

Tenhamos a esperança ainda, apesar de não estar garantido no programa, que pelo menos um trecho, Senador, que sairia de Guarulhos, da Fernão Dias e Dutra, também do Rodoanel Norte, estivesse pronto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aquele aeroporto é o de Guarulhos? "Expresso aeroporto"?

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – Esse expresso aeroporto é o de Guarulhos. Um dos projetos que, recentemente, nós paralisamos por um tempo, por conta das negociações sobre o trem de alta velocidade. Havia um conflito entre a possibilidade de o serviço de um vir a concorrer com o serviço do outro. E isso, como evidentemente já iríamos fazer esse projeto, os dois, com parceria público-privada, do ponto de vista do setor privado, houve um certo risco que nós não conseguimos mitigar. Então, os empreendedores se sentiram inseguros.

Nós estamos optando agora por reprojetar, acertar um pouco esse projeto, para que possamos ainda lançar o Expresso aeroporto a tempo de ter na Copa, pelo menos, esse projeto ser feito. Talvez num estilo monotrilho, para que ele possa ser implantado com mais rapidez. O único projeto a que, na matriz de responsabilidade que assinamos com o Governo Federal, eu quero aqui fazer menção, porque a matriz de responsabilidade é importante para o cumprimento das obrigações com o Município de São Paulo, e o Governo do Estado de São Paulo assumiu, este compromisso que nós assumimos foi a Linha 17 – Ouro, que é a linha que liga também o Aeroporto de Congonhas. Ele é muito importante porque ele liga o Aeroporto de Congonhas à rede e, principalmente, ele atende toda a região hoteleira da metrópole de São Paulo. Então, temos que lembrar aqui, porque o evento da Copa do Mundo atrai, nós estamos estimando, cerca de 600 mil turistas, que, evidentemente, não serão turistas que vão ao estádio. Eles vão se apropriar da cidade e circular na cidade, portanto a questão da Linha 17 foi uma prioridade que nós identificamos na matriz. Por outro lado, nós estamos esperançosos que o governo Federal consiga resolver o problema dos aeroportos, que hoje o problema, para nós, de Viracopos e Guarulhos são os problemas hoje mais críticos de infraestrutura para o atendimento, para a gente estar preparado para a Copa, porque a capacidade de Guarulhos é de cerca de 17 milhões de passageiros-ano e hoje nós estamos transportando 22 milhões de passageiros-ano com a mesma infraestrutura. Portanto, se nada for feito até 2014, dificilmente nós vamos conseguir sobreviver, porque o Aeroporto Internacional de Guarulhos é *hub* do Brasil inteiro, então toda logística da aviação se baseia em São Paulo. O.k.? Então, Srs. Senadores, foi uma apresentação rápida, e fico à disposição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É apenas um complemento, pode ser, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sr. Pedro Pereira, em nome desta Subcomissão, agradeço a V. Sª e passo a palavra aos Srs. Senadores.

Senador Aloysio, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É uma pergunta, Dr. Pedro Benvenuto, aliás duas perguntas: o senhor disse que estava esperando cerca de 600 mil visitantes em São Paulo para a Copa. Comparando esses 600 mil com outros grandes eventos que nós sediamos em São Paulo, como, por exemplo, a Fórmula 1, ou a Parada Gay, ou Parada LGBT, o que é que isso representa? E em segundo lugar, do ponto de vista do financiamento de todos esses empreendimentos, qual é a participação do Estado, prefeitura e governo federal? Em largos números.

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – Senador, eu posso afirmar que os 600 mil, já escutei dos especialistas, é um número superior ao que temos observado nesses grandes eventos, mas não tão superior. Ele é superior, e esta é uma estimativa otimista,

mas os últimos eventos em São Paulo, Fórmula Indy e Fórmula 1 – a última Fórmula 1 inclusive –, acho que tivemos algo em torno de 400 mil. Então, 600 mil é um número superior, mas não é tão superior assim. E quanto aos investimentos, Senador, a maior parte dos investimentos federais, talvez, a participação que nós estamos tendo diretamente do Governo Federal são o Rodoanel, que foi no Rodoanel Sul e no Rodoanel Norte agora, que tem recursos do PAC. Os demais recursos são recursos do Governo do Estado, da prefeitura e financiamentos, aí sim, financiamentos obtidos junto ao Banco Mundial, financiamentos obtidos com o Banco Interamericano e financiamentos com a Caixa Federal e uma parcela considerável de recursos privados, que São Paulo fez, por exemplo, no Rodoanel Leste, uma parceria público-privada, desculpe, uma concessão em que o parceiro privado está investindo R$5 bilhões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Um minuto, por gentileza, Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª está satisfeito?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Eduardo Suplicy, a palavra está com V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Pedro Taques, quero agradecer o Senador Blairo Maggi por ter convidado especialmente os Senadores por São Paulo para poder ouvir o depoimento do responsável, no Governo do Estado de São Paulo, pela preparação de São Paulo para a Copa.

Relacionado à pergunta do Senador Aloysio e desdobrando-a, se há uma estimativa, nesses 600 mil que estão sendo aguardados, entre estrangeiros e brasileiros de outros lugares do Brasil; se isso também está considerado e se há uma comparação, por exemplo, à África do Sul na última Copa do Mundo: as suas principais cidades, onde houve os jogos de Copa, receberam aproximadamente quanto? Esse número que lá existiu serviu de base para a estimativa de previsão dos que visitarão, em especial vindos do exterior? Essa é uma questão.

A outra questão refere-se ao seu time de preferência. Até pediria para colocar de novo a maquete do estádio do Corinthians, porque é natural a curiosidade. Eu até acho que há aspectos muito positivos em Itaquera, na zona leste, haver o estádio que vai representar um desenvolvimento para a grande São Paulo e numa área que um dia foi muito popular; hoje, mais e mais, tem-se desenvolvido, e certamente o estádio vai contribuir para que toda a zona leste de São Paulo tenha um desenvolvimento que venha a equiparar-se, por exemplo, ao desenvolvimento da zona sul, ali onde está o estádio do Morumbi.

Mas é natural que nos perguntemos o que aconteceu com o São Paulo, porque, afinal, esse estádio com 65 mil pessoas de capacidade não é assim tão maior do que o estádio do Morumbi. Recentemente, estive lá no show do U2, e houve lá 70 mil pessoas. Sim, ocupavam também o gramado, mas a capacidade do estádio do São Paulo não está tão distante, acredito, daquilo que foi solicitado pela Fifa. Quais foram as limitações que a Fifa verificou no estádio do São Paulo? Por acaso, o estádio do Morumbi também, dada a sua qualidade, o seu tamanho e também a facilidade – o povo de São Paulo está acostumado a ir lá –, e o próprio estádio municipal do Pacaembu poderão, eventualmente, ser também utilizados para as competições da Copa? Ou está previsto mais, simplesmente, esse estádio do Corinthians, em Itaquera? Quem sabe até o estádio de Vila Belmiro possa ser aproveitado.

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – Senador Suplicy, eu vou ficar devendo a resposta à primeira pergunta – e vou pedir desculpas – porque, como não sou especialista da área de turismo, esses números... Mas eu posso encaminhar ao Senador, se assim o desejar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT –SP) – Obrigado.

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – Posso levantar com nossa área de turismo. Não tenho de cabeça os dados a respeito da África do Sul e também a partição a que o senhor se referiu e que é muito importante, mas tenho certeza de que a nossa área, tanto a São Paulo Turismo como a CPTur estão trabalhando com base de dados. Infelizmente, não me preparei para ter essas informações aqui. Mandarei para o senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – Quanto à questão do estádio do São Paulo. O São Paulo caminhou por um ano e meio de aproximações sucessivas, em projetos inicialmente desenvolvidos para que a Fifa fosse aprovando. Um estádio para a Copa do Mundo tem uma série de requisitos, e principalmente esses requisitos são maiores e mais significativos quando a gente se candidatou para ser a abertura.

Por exemplo, um estádio de Copa precisa ter todos os sistemas duplicados, como o sistema de energia, por exemplo, para que não haja surpresas na transmissão mundial. E, sendo abertura, também

tem que ter todo um espaço de mídia, uma ala para chefes de Estado, uma série de adaptações se faziam necessárias. Essas o São Paulo conseguiu equacionar nos arranjos arquitetônicos, sem que houvesse, vamos dizer assim, decisões de derrubada de arquibancadas ou coisa assim.

Outra exigência é que os vestiários saíssem do meio do campo, não das pontas. Isso é uma exigência da Fifa.

Para que a área de imprensa e toda a área tivesse comunicação por meio de dois níveis, para que os atletas pudessem ter área também para atender a imprensa, com essa possibilidade de atender no mesmo nível, isso o São Paulo também conseguiu adequar, fazendo um prédio novo, que era até interessante para o São Paulo, porque ele iria ser depois revertido em outra utilidade no campo.

E o São Paulo chegou a um projeto, vamos dizer assim, que atendia bastante das exigências da Fifa, mas não todas, e esse projeto custava R$170 milhões para o São Paulo. E havia um equacionamento financeiro para R$270 milhões.

As coisas começaram a se complicar no São Paulo no ponto da visibilidade que a Fifa exigia, porque havia uma questão de áreas, de pontos cegos, que ela mediu, e seria preciso fazer algumas adaptações estruturais nas arquibancadas, destruindo-se algumas delas, e essa destruição das arquibancadas afetava diretamente a receita do São Paulo, que era toda a área de camarotes. Todos os camarotes hoje - e talvez o senhor tenha tido a oportunidade de visitar algum deles –, aquela área de camarotes precisaria ser sacrificada, para que fossem atendidas as exigências de visibilidade. Aí o Clube desistiu, o Clube não quis ir adiante, não quis fazer esses investimentos, manteve o projeto, e a Fifa, então, rejeitou o projeto.

Essa é a história.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Deputado Devanir Ribeiro veio da Câmara, porque queria acompanhar, e é torcedor do Santos, como eu.

A última pergunta que eu fiz foi se por acaso a Vila Belmiro está prevista de... Só se for amistoso das Seleções da Copa?

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – É difícil até amistoso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) - Quero muito agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Cumprimento o Deputado Ribeiro. Seja bem-vindo a esta Comissão.

Passo a palavra ao Senador Maggi.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me assinalar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Temos aqui a visita ilustre da Juíza Luislinda Dias de Valois Santos, do Tribunal de Justiça da Bahia, que foi a primeira juíza negra designada para ser desembargadora no Brasil, há 24 anos, não é?

A SRª LUISLINDA DIAS DE VALOIS SANTOS - Vinte e sete anos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ela hoje visita o Senado e, como veio me fazer um visita, eu a convidei para assistir um pouco a nossa comissão. Queria registrar a visita dela, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Eu

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Eu quero também dizer que é uma honra para nós, desta subcomissão, recebermos a magistrada estadual aqui. Quero dizer que nós todos estamos empenhados em fazer com que o Brasil seja um país mais justo, em todas as áreas.

Parabéns pelo seu trabalho, e seja bem-vinda a esta Casa.

Passo a palavra ao Senador Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, primeiro eu quero pedir desculpas, porque passei um pouco mal, caiu a minha pressão, e tive que ser atendido no nosso reservado. Já queriam me levar de maca para lá, e eu disse: "Não. Se forem me levar de maca para lá, antes de chegar no postinho, eu já morri lá no meu Estado. Então, é bom ficarmos aqui".

Quero agradecer ao...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Eu sou testemunha de que V. Exª está vivo. (*Risos*.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quero agradecer a presença dos Senadores aqui, do Deputado de São Paulo, que convidei para vir a este evento hoje, e agradecer, Pedro, a você por estar tocando a nossa reunião.

Eu não acompanhei o depoimento do Dr. Pedro, mas queria fazer só uma pergunta, até pelo adiantado da hora, pois temos também sessão plenária a partir das 16 horas: o Estado de São Paulo considera-se, neste momento, dentro de todos os cronogramas? Se tudo continuar ocorrendo da forma como está, São Paulo consegue chegar a 2014 em condições daquilo que está se propondo a realizar durante a Copa do Mundo de 2014?

A minha pergunta é só esta, quer dizer: estamos em dia? Estamos no cronograma?

Esta subcomissão é de acompanhamento e fiscalização, mas nós somos mais de acompanhamento

do que de fiscalização. Já tem muita gente fiscalizando todo mundo, e nós nos propusemos aqui, quando assumimos a subcomissão, a ser um elo facilitador entre as mais diversas esferas da nossa Federação, de todos os órgãos que fazem essa fiscalização, que fazem esse acompanhamento.

Então, se, em determinado momento, precisarem do apoio da subcomissão para ajudar a destravar, ajudar a resolver alguns problemas, eu queria colocar a comissão à disposição. Queremos ser acionados por vocês, e nós, Senadores, vamos correr atrás para tentar ajudar a resolver e a chegar em 2014 com as coisas todas prontas.

Então, a minha pergunta é bem básica e simples. Se estivermos em dia, ótimo. Vamos só acompanhar.

Obrigado.

O SR. PEDRO PEREIRA BENVENUTO – Respondendo à sua pergunta, eu diria o seguinte: hoje São Paulo está preparado para receber grandes eventos. Para citar a rede hoteleira, temos 39 mil quartos, número bastante superior à exigência da Fifa para atendimentos desse porte.

Quanto à infraestrutura de transportes, hoje já está sendo bastante satisfatória, e, provavelmente, estará melhor em 2014.

O único ponto que nos traz preocupação é o estádio, porque, como eu disse no início, o Poder Público optou por não investir recursos públicos na construção do estádio. Como existem, na cidade de São Paulo, diversos clubes, e todos eles têm o seu estádio, e já existe um estádio público, que é o Pacaembu, seria um investimento que ficaria depois com o equacionamento de utilização muito baixo, porque os clubes utilizam seus campos. Então, essa foi uma decisão de início, de converter todos os investimentos públicos em equipamentos que virassem legados para a população.

Portanto, a gestão desse empreendimento, de pôr em pé a tempo, a gente participa e acompanha com ansiedade. Mas é um empreendimento privado.

Segundo as últimas informações que temos, talvez as obras comecem segunda-feira, dia 16 de maio de 2011. São as informações mais recentes que tenho. Independentemente do equacionamento financeiro, a construtora vai iniciar a terraplenagem no dia 16.

São 30 meses previstos para a construção. Evidentemente, sabemos que um cronograma de obra tem algumas superveniências no tempo que podem atrasar ou adiantar. Imagino que, se pegar um período, como pegamos em alguns anos, de chuvas intensas, podemos ter um cronograma que vai começar a nos preocupar.

Então, temos que estar atentos. Hoje ainda está bastante sob controle, mas temos de estar atentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já estamos imaginando ali as jogadas de Neymar e Ganso naquele gramado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Deputado Ribeiro, agradecemos a presença de V. Exª, e franqueio a palavra a V. Exª, se entender por bem em questionar o Sr. Pedro Pereira.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Eu não tenho o que questionar. Eu só quero pedir desculpas também. Hoje talvez tenha sido um dia complicado no Congresso. Estamos votando um projeto de suma importância, estamos discutindo e tentando votar, que é o Código Florestal, e há outros projetos pendentes que se acumulam. Estamos também com a visita dos prefeitos de todo o Brasil. Então, estamos assoberbados de tarefas. Mas ontem o Rodrigo, secretário do Senador, me ligou, hoje conversei com o Senador, e fiz questão de, mesmo atrasado, chegar aqui. Primeiro porque somos paulistas, paulistanos e amantes do futebol. Quem não gosta de samba e de futebol é doente da cabeça e do pé. Alguém fez um samba sobre isso.

Até parafraseando, Pedro Taques é uma estrada na baixada santista, que é dos portugueses, que nos lembra, que nos honra muito. O senhor nos honra muito, porque somos santistas. Então, já existe o Pedro Taques lá, que é a nossa grande avenida que desemboca na nossa Imigrantes.

Tirando isso à parte, como somos amantes do futebol, estou vendo aqui no Itaquera e fico preocupado. Passei por lá há mais ou menos uma semana, e vi algumas máquinas virando por lá. Não parei lá para saber, não sei se era o Corinthians que estava querendo mudar, que estava querendo plantar algo na fazendinha. No futebol, nós somos alvinegros da Vila, e alguns são alvinegros da fazendinha. Na fazendinha, quando não jogam futebol, eles plantam tomate, cebola. Então, pensei que a máquina estava funcionando dessa forma.

Tirando a brincadeira, acho que é importante esse estádio não só para a Copa, mas é importante para nós da Capital, porque é uma região carente, que carece de desenvolvimento. Estamos bem próximos de onde estamos levando um *campus* da Unifesp, a universidade federal, temos um grande hipermercado que vai abrir do lado, temos alguns equipamentos do Estado, e há o metrô que chega ali. Então, para nós, para o desenvolvimento da região leste, no fundo da zona leste, é muito importante.

E sou um dos defensores de que não vamos fazer feio. Tenho certeza de que São Paulo, Senador Pedro, não vai fazer feio, nem que seja para jogarmos no campo da Portuguesa, ali no Javari, onde eu moro, no campo do Juventus, mas vamos receber a Copa do

Mundo com tranquilidade e com a hospitalidade que merecem todos os nossos visitantes.

Quero dizer que eu também sou preocupado, como o Senador Maggi, como o Senador Eduardo Suplicy, de que possamos receber da melhor forma possível, e também concordo com a posição do Governo do Estado e do prefeito da Capital de não investir dinheiro público num projeto desses, porque podemos depois ficar com um elefante branco. O Brasil já se desenvolveu, estamos nos desenvolvendo bem, estamos combatendo alguns males históricos, e não podemos brincar com o dinheiro público. Acho que o dinheiro público tem de ser preservado.

E o futebol tem de ser mais bem explorado no Brasil, como é explorado no mundo. Temos que fazer disso uma indústria mesmo, para que ela possa, além de nos alegrar, também ser uma forma de renda e de distribuição de renda inclusive.

Estou também aqui à disposição. Hoje é a primeira reunião de que participo, a convite do Senador Maggi, mas estou à disposição, até porque moro na cidade

Hoje é a primeira reunião de que participo, a convite do Senador Maggi, mas estou à disposição, até porque moro na cidade e, além de gostar de futebol, quero receber a Seleção em 2014, eu que, em 1958, na nossa primeira Copa no Maracanã, já tinha 14 anos. Depois vi sermos campeões em 1962, em 1970. Então, sou um amante do futebol, mas, antes do futebol, também sou um brasileiro, sou um paulista e defendo o nosso torrão aqui.

Então, eu agradeço e peço desculpas, mais uma vez, pelo atraso, até devido à nossa tarefa que estamos desenvolvendo. Sou coordenador da bancada paulista e tenho que atender os prefeitos, tenho que conversar com eles e também com os vereadores. Então, estamos assoberbados, mas coloco-me à disposição para que possamos discutir a fundo, e, naquilo que for possível, ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado por sua presença, Deputado, que enriqueceu muito o trabalho desta Subcomissão.

Sr. Pedro Pereira, em nome da Subcomissão e da Comissão do Meio Ambiente do Senado, agradecemos a presença de V. Sª, que trouxe informações muito ricas para que possamos desenvolver o nosso trabalho de fiscalização e acompanhamento desse evento que é importante para nós, brasileiros.

Muito obrigado.

Eu passo a Presidência desta subcomissão ao Sr. Presidente, Senador Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Quero agradecer ao Senador Pedro Taques mais uma vez, por ter assumido a presidência. E passo a palavra ao Dr. Luiz Carlos de Carvalho, que é Secretário Municipal da Secretaria Extraordinária da Copa da cidade de Curitiba, para que ele faça as considerações iniciais, e depois teremos uma apresentação de *power point* da Susana.

Com a palavra, o Sr. Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS DE CARVALHO – Presidente Blairo Maggi, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Devanir, nossa magistrada, senhores, senhoras, Curitiba também, como disse o meu colega Pedro, optou por um estádio privado, exatamente por, na cidade, já haver alguns equipamentos, de grande porte até, e equipamentos em pleno funcionamento. Assim, optamos por trabalhar com um clube da cidade para que ele desenvolvesse e executasse esse projeto para que, assim, pudéssemos dedicar 100% dos investimentos prioritariamente a obras públicas e obras que pudessem, no futuro, efetivamente, trazer benefícios à nossa população.

Dentro dessa ideia, buscamos a aprovação de alguns projetos do PAC da Mobilidade, ou PAC da Copa, como o gabinete da Presidência assim o chama, e conseguimos aprovar, tanto a Prefeitura de Curitiba quanto o Governo do Estado do Paraná, na ordem de R$500 milhões em investimentos públicos, dinheiro esse oriundo de empréstimos, financiamentos junto à Caixa Econômica Federal. E, dentro dessa ideia, Curitiba, que já é uma cidade referenciada em algumas áreas, mas principalmente na organização de grandes eventos e na recepção de seus visitantes, também estará se preparando um pouco mais para atender às exigências da Fifa, que não são poucas, porque tem o seu grande produto e precisa de uma bela vitrine para expor esse produto, que é a Copa do Mundo Fifa 2014 dentro do Brasil.

É nesse sentido que Curitiba está se preparando, juntamente com o Governo Municipal, Estadual e também o Governo Federal.

Eu gostaria agora, atendendo a um pedido do Presidente, que a engenheira Susana, que me assessora neste projeto, apresentasse aos senhores as perspectivas das obras que serão executadas em Curitiba e dos benefícios que ficarão para a população curitibana e paranaense, haja vista que já vivemos o espírito de Copa do Mundo no Brasil, mas o evento em si acontece durante 30 a 40 dias e, posterior a isso, temos que deixar um grande legado a toda a população, principalmente a população mais carente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, então, Sr. Luiz Carlos de Carvalho.

Passo a palavra, então, à Susana Lima Affonso da Costa, para que possa proceder à apresentação.

A SRª SUSANA LIMA AFFONSO DA COSTA – Boa tarde, Sr. Presidente e demais Senadores; boa tarde, Deputado.

Vou mostrar um pouco do que o Ippuc desenvolve. O Ippuc é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. É o órgão responsável pelo planejamento da cidade e pelo acompanhamento e revisão do plano diretor da cidade. E quero dizer que os projetos vinculados à Copa do Mundo são todos projetos de interesse da cidade, que vão atender não só ao evento, como também às nossas necessidades, necessidades do cidadão que lá mora e vive.

Eu tenho uma apresentação ampla, e vou passar rapidamente e focar exatamente nos pontos onde falamos dos recursos do PAC.

Este é o mapa geral da mobilidade em Curitiba. Nós focamos projetos integrados aos projetos do Estado, que são os da região metropolitana, e eles têm foco de mobilidade urbana, sistema de transporte, acesso ao estádio e acesso aos pontos de turismo.

Temos projetos únicos, mas com trechos tanto do Estado como da Prefeitura e que estão totalmente integrados e num planejamento único. Então, a gente focou o corredor aeroporto–rodoferroviária, que é o acesso desde o aeroporto até a rodoviária, onde se liga ao sistema de transporte da cidade. O sistema de transporte é uma rede integrada que atende aos Municípios da região metropolitana além de Curitiba, e carrega em torno de 2,2 milhões de passageiros/dia. Então, Curitiba já tem um planejamento estruturado e pretende, com a Copa do Mundo, acelerar alguns investimentos e melhorar a condição de mobilidade na cidade.

O sistema integrado de mobilidade pretende organizar um pouco os fluxos e os sistemas de controle.

O corredor Avenida Cândido de Abreu é um corredor de acesso aos centros cívicos e a alguns pontos turísticos da cidade.

Quanto ao BRT, extensão da linha verde sul, este trecho em verde é uma linha que está sendo totalmente reurbanizada, a antiga BR, que cortava a cidade em dois trechos.

Reforma do terminal Santa Cândida. Também é um terminal importante de integração com a região metropolitana.

Requalificação da Avenida Marechal Floriano também é uma alternativa de acesso desde o aeroporto até o estádio e até a rede de transporte.

Vou apresentar um pouquinho das imagens de cada projeto.

A acessibilidade para a rodoviária é hoje um pouco conturbada. Pretendemos fazer mais um acesso.

Este é um desenho do que é a diretriz. Há um novo viaduto facilitando a entrada na cidade e fugindo um pouco do fluxo ao redor da rodoviária.

Esta obra, a trincheira Guabirotuba, fica nesse trecho aeroporto–rodoferroviária e já está em execução, quase em conclusão. É a primeira obra que se iniciou vinculada à Copa do Mundo.

Este elevado na Francisco H. dos Santos é também nessa mesma avenida. Pretende ser um cartão postal no acesso à cidade.

Agora são várias imagens seguidas. É uma nova maneira de liberar o acesso.

O corredor Cândido de Abreu é um importante acesso ao centro cívico. É uma importante ligação ao setor histórico até o centro cívico. A ideia é, focando o transporte coletivo o deslocamento de pedestres, criar um grande calçadão ao longo da Avenida Cândido de Abreu, que tem um trecho vinculado ao PAC, que é esse do meio, e o trecho A e o trecho B, que vão ser executados com recursos próprios do Município.

Esta é a situação atual da avenida.

Aqui é uma situação projetada dela. Há um grande *boulevard* ao centro, uma grande área de convivência, acessibilidade de transporte coletivo, pontos de parada com liberação de pistas para os veículos. É uma grande avenida para bicicletas, para passeio. É uma grande avenida no estilo de uma Las Ramblas, em Barcelona, de um *boulevard*, em Paris, em que se pode ter eventos cívicos, manifestações, áreas para pequenas festas, para feiras.

Este projeto está totalmente concluído, já está na Caixa Econômica para validação final e liberação do financiamento da obra.

Estes são detalhes do projeto.

Aqui são mais detalhes do projeto.

Uma rua portátil. A ideia é que possamos ter algumas feiras móveis em vários trechos da avenida e que possamos recolhê-las ou recolocá-las onde a gente bem entender.

Aqui são alguns detalhes de acessibilidade em calçamentos.

A requalificação da Avenida Marechal Floriano é o segundo eixo do aeroporto. Temos um trecho já executado.

Este trecho 2, em vermelho, é o trecho do PAC da Copa. A ideia é termos o mega BRT, que é o sistema de transporte criado em Curitiba e que tem a capacidade de 250 passageiros. É o maior ônibus do mundo, com combustível ecológico, o biodiesel. Esse ônibus já está circulando nessa avenida, e a ideia é aumentar e melhorar a condição desse trânsito.

O sistema de mobilidade é esse sistema de informática e de equipamentos que pretende reunir todos os sistemas de controle de trânsito e de sistemas de transporte. Podemos ter mensagens variáveis, desvios e controles de acordo com o que seja necessário para o evento e para o dia a dia da cidade.

A extensão da linha verde sul é um trechinho que faltava. Parte dos demais trechos já está executada e inaugurada do ano passado. O trecho norte está sendo executado com a Agência Francesa de Desenvolvimento, e esse trecho integra a cidade toda, com uma grande avenida urbanizada, onde antigamente havia uma rodovia.

Este é o PAC da Mobilidade da Região Metropolitana. São intervenções num corredor metropolitano que circunda a cidade de Curitiba e que vai evitar deslocamentos desnecessários dentro da cidade de Curitiba. Ele é de responsabilidade do Estado do Paraná.

Aí é um resumo dos nossos investimentos, com a responsabilidade da cidade e a responsabilidade do Estado, diferenciadas e identificadas, num total de R$463 milhões mais ou menos. O diferencial no financiamento da prefeitura e do Estado é que a prefeitura adiantou a sua contrapartida de projetos e está pagando com recursos próprios, e o Estado está financiando integralmente o projeto. Então, há um pequeno descompasso entre esses inícios de projeto, porém, ao longo do projeto e da obra, recuperamos isso e conseguimos concluir as obras de maneira integrada, como se quer.

Quanto aos prazos, estamos pleiteando a Copa das Confederações; então, temos a meta de concluir todas as obras até o final de 2012, no mais tardar, no princípio de 2013, para que possamos abrigar a Copa das Confederações. Apesar de que nem tudo precisa estar pronto, precisamos testar a cidade num evento de menor porte; o corredor metropolitano é o único que está além de 2012, e não vemos nenhum prejuízo nisso.

Temos ali três projetos concluídos, aguardando a finalização da Caixa Econômica para liberação da obra.

O projeto do sistema integrado de mobilidade é em conjunto com o Estado e é um sistema e são equipamentos para implantação. Está sendo preparada a especificação desses materiais.

A Comec, Coordenação da Região Metropolitana de ***Curitiba,*** é o órgão metropolitano que está licitando todos os projetos relativos ao Estado.

O Aeroporto Afonso Pena, temos aí uma preocupação com relação a equipamento e com relação ao clima de Curitiba na época da Copa do Mundo, porque temos muito fechamento do aeroporto pela neblina.

(Próximo, por favor.)

Os Fan Parks estamos iniciando o planejamento também. Esse é um compromisso com a Fifa e um recurso próprio.

(Próximo, por favor.)

Temos aí três sugestões, já iniciamos os estudos.

(Próximo, por favor.)

O plano de decoração da cidade, também já estamos iniciando os estudos.

(Próximo, por favor.)

Aí uma idéia do que será.

(Próximo, por favor.)

Voluntários, não tem a ver com o assunto aqui.

(Próximo, por favor.)

Os campos oficiais e treinamento são os campos da cidade-sede. Teremos três na cidade de Curitiba. A Fifa já fez a inspeção prévia nas cidades-sede. Nós indicamos nove locais, dentro da cidade e na região metropolitana.

(Próximo, por favor.)

Está aí uma localização.

(Próximo, por favor.)

Os centros de treinamento de seleções, nós indicamos três locais no Paraná e nove em Curitiba. E tivemos a notícia da pré-seleção da Fifa em 12 locais no Paraná.

(Próximo, por favor.)

E aí as cidades que poderão abrigar os centros de treinamento de seleções, que são a cidade de Cascavel, em Curitiba também, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí e São José. Esses locais vão sofrer visitas do comitê organizador local e vão ter um diagnóstico, que deverão sofrer adaptações para poder abrigar algumas seleções.

(Próximo, por favor.)

Aí uma imagem desses campos.

(Próximo, por favor.)

A imagem da nossa arena do Clube Atlético Paranaense, nosso parceiro. Nós temos um convênio financeiro entre o Município, o Estado do Paraná e o Clube Atlético Paranaense. Uma divisão de recursos tripartite. E o governo do Estado e o Município de Curitiba estão arcando com a despesa dos seus dois terços, em potencial construtivo, que é um instrumento de política urbana, largamente utilizado na cidade e que prevê a participação da iniciativa privada nesse recurso. Então, não temos recurso público também no Estádio de Curitiba.

(Próximo, por favor.)

Aí uma imagem do que será o estádio depois de concluído, com uma nova área de estacionamento ao lado, naquela área livre. Área com cobertura completa,

porque aquela área que hoje não está coberta é uma exigência da Fifa que se faça a cobertura. E com as adaptações que são necessárias, é necessário retirar toda a cobertura anterior. Então, está sendo proposta uma nova cobertura.

(Próximo, por favor.)

Temos ainda o planejamento do perímetro externo, todas as áreas temporárias, que também estamos iniciando com o comitê.

(Próximo, por favor.)

Temos aí um desenvolvimento com o comitê de projetos, de projeto básico-executivo, para que tenhamos essas estruturas tanto na Copa das Confederações, como na Copa do Mundo.

(Próximo, por favor.)

Então, aí, o prazo do comitê para a Copa das Confederações. Devemos entregar um estádio em 2012. Para a Copa do Mundo devemos entregar o estádio no máximo 2013. E nesse meio do caminho aí montar as estruturas temporárias.

(Próximo, por favor.)

Aí uma imagem do que é um estádio sem as estruturas temporárias e durante o evento, com tudo o que a Fifa exige para a Copa do Mundo. Nosso estádio tem uma capacidade de 40 mil lugares, para abrigar até a etapa de quartas de final, o que é coerente com a capacidade hoteleira da cidade também. Então, total condição de receber.

(Próximo, por favor.)

Então, a nossa situação atual é esse convênio assinado. Os projetos básico-executivos do estádio em fase final, de aprovação, de adaptação com as exigências da Fifa. Esse é o último caderno, lançado em fevereiro de 2011.

Nossa lei de potencial consultivo já foi aprovada pela Câmara Municipal. Já aprovamos as nossas isenções. E o processo de seleção da empresa construtora vai ser iniciado pelo Clube Atlético Paranaense. E o prazo de conclusão pactuado no convênio é dezembro de 2012.

Então, era isso que eu tinha aí, rapidamente, apresentar.

Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

Parabéns. Estão nos chamando para a Ordem do Dia que foi anunciada.

Quero agradecer muito e cumprimentar tanto o Sr. Luiz Carvalho, como a Srª Susana Affonso da Costa. E ao Sr. Pedro Pereira Benvenuto, meus cumprimentos.

E muito obrigado, Sr. Presidente Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu é que agradeço, Senador Suplicy, a sua presença. Deputado coordenador da bancada de São Paulo, obrigado pela sua presença.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Assisti à apresentação da arquiteta – engenheira? Não estou rebaixando, não, porque tudo está dentro do CREA; estamos juntos lá – Susana Lins. Lins é a cidade onde nasci, e Paranavaí onde morei. Então, temos dois estádios: um no Paraná e um em São Paulo. Não vá dizer que é coisa de político, mas é coincidência. Fico contente de o Paraná dar uma demonstração de pujança e do empenho do Governador, dos Prefeitos e do esporte no Paraná.

Acho que estamos indo no caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco PR – MT) – Muito obrigado, Deputado, pela sua presença e participação.

Agradeço aqui à Susana e ao Dr. Luiz Carlos.

Pelo que percebi – não preciso fazer a minha tradicional pergunta –, parece que a cidade de Curitiba está em dia com suas propostas para chegarmos a 2014 com tudo organizado, tudo pronto para fazermos uma bela Copa do Mundo na cidade de Curitiba.

O SR. LUIZ CARLOS DE CARVALHO – É Senador, trabalhamos para isso e vejo que o Governador Beto Richa e o Prefeito Luciano Ducci, com grande cumplicidade, trabalham na mesma linha para que este grande evento que o Brasil espera seja recebido em Curitiba, no Estado do Paraná, de forma muito eficiente e calorosa, como todos os paranaenses sabem receber.

Quero me desculpar pela pressa com que a engenheira Susana passou os *slides,* até pelo adiantado da hora e os compromissos de agenda do Senado, mas acredito que o Senador Blairo entendeu, assim como o Senador Eduardo e V. Exªs.

Agradeço a oportunidade de mostrar o andamento dos projetos de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Na segunda-feira, haverá um evento em Curitiba, e recebi um convite da Comissão de Desenvolvimento Regional, que vai fazer com a Câmara um evento comum. Vou estar na cidade de Curitiba, no final de semana, e aproveitar para, na segunda-feira, participar desse evento e buscar mais informações.

Também quero pedir desculpas pelo atraso do início de nossas atividades, mas havia sido marcada uma outra reunião para o local – os senhores até acompanharam –, de forma que atrasamos muito hoje.

Quero pedir desculpas pelo atraso e dizer para São Paulo e para Curitiba, mais uma vez, que esta Comissão não tem o intuito de pegar no pé de ninguém;

muito pelo contrário, queremos ser um elo de facilitação, ajudando a resolver os problemas.

Se, em determinado momento, os senhores sentirem necessidade de conversarem com um órgão da estrutura, com Ministério Público Federal, com a CGU, com o Tribunal de Contas ou qualquer um dos órgãos envolvidos, nós aqui estamos prontos a ajudar e acompanhar.

Quando terminarmos a primeira etapa, vamos fazer uma visita a cada uma das cidades, para conhecer *in loco* o processo e a etapa de cada uma dessas obras propostas que estão sendo feitas, e também fazer interlocução junto com o Governo Federal, junto com a Caixa Econômica, pois sabemos da burocracia, da demora. Um dia, é uma coisa; noutro dia, outra coisa. Então, estamos aqui para ouvi-los e fazer as intervenções necessárias. Nenhum dos Senadores dos Estados vai se negar a participar de um mutirão para resolver algum problema. Convidei quase todo mundo para vir hoje aqui, mas cada um tem seus afazeres e não foi possível estarem aqui. Mas tenho certeza de que, em assuntos específicos, em que haja necessidade da presença de mais Senadores – os senhores podem ficar tranqüilos – poderemos contar com cada um dos Senadores do seu Estado e da sua cidade.

O senhor tem alguma consideração ainda?

O SR. LUIZ CARLOS DE CARVALHO – Dentro dessa linha de os parlamentares, tanto do Senado quanto da Câmara, estarem apoiando e colaborando, tenho certeza de que nós, cidades e Estados, podemos contar com isso.

Lembro que está prevista já para o dia 30 de maio uma agenda da Presidente Dilma com os governadores e prefeitos das doze cidades-sede. A discussão já está aberta no Congresso sobre algumas medidas para que se possam flexibilizar as contratações das obras, e tenho certeza de que todos os parlamentares estão empenhados, preocupados com as suas respectivas sedes, com as suas respectivas cidades, para que o Brasil possa assim estar recebendo este evento.

Dentro dessa ideia, aqui empenho para que realmente essa flexibilização aconteça, é claro que de forma responsável, porque o gestor público tem que agir dessa forma para que possamos, assim, agilizar essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço aqui então a presença do Dr. Pedro Pereira Benvenuto, representante do Estado de São Paulo, também do Dr. Luiz Carlos de Carvalho e da Susana, que fez aqui a apresentação. Agradeço, mais uma vez, pelas presenças, pedindo desculpas pelo atraso, nós já devíamos ter terminado há algum tempo esta reunião. Mais uma vez colocamo-nos à disposição de vocês para ajudá-los a resolver os problemas. Esperamos que vocês não tenham problemas, mas como acho impossível não ter problema num projeto tão grandioso como esse e com tanta burocracia que temos, estamos à disposição para ajudá-los.

Em nome da nossa comissão permanente e da Comissão do Meio Ambiente, muito obrigado.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO CONJUNTA DA CMA (DESIGNADA PARA ÀS 10h), NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às treze horas e trinta e sete minutos do dia cinco de abril de dois mil e onze, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, nos termos do artigo 88, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, RODRIGO ROLLEMBERG, DELCÍDIO DO AMARAL, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, PAULO DAVIM, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES** e **ALOYSIO NUNES FERREIRA.** Deixa de comparecer o Senhor Senador **VALDIR RAUPP.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Em escrutínio secreto são eleitos como Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO,** com cinco votos favoráveis, e para Vice-Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **IVO CASSOL**, com cinco votos favoráveis. Votaram, nominalmente, os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, RODRIGO ROLLEMBERG, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO** e **PEDRO TAQUES**. O Senhor Presidente designa como Relator desta subcomissão o Senhor Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**. Após, usa

da palavra o Senhor Senador **DELCÍDIO DO AMARAL.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) - Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião de instalação da Subcomissão destinada a acompanhar a execução das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão.

Eu fui escolhido para presidir esta reunião de instalação por ser o mais experiente.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: Presidente: Senador Flexa Ribeiro; Vice-Presidente: Senador Ivo Cassol.

Pergunto se algum outro Senador gostaria de registrar outra chapa.

Tem que ser feita votação nominal.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação. Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composição partidárias.

Senador João Pedro, por favor, para exercer seu direito democrático de voto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT - AM) – Sr. Presidente, eu vou votar em V. Exª na chapa, mas gostaria de colocar se há condições de eu compor a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – V. Exª vai votar por ser membro da Subcomissão. V. Exª é membro da Subcomissão; por isso, exercerá seu direito de voto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT - AM) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Delcídio Amaral.

Senador Ivo Cassol.

Senador Valdir Raupp.

Senador Flexa Ribeiro.

Senador Paulo Davim.

Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Encerrada a votação.

Convido o Sr. Senador Pedro Taques para que sirva de escrutinador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Cinco cédulas.

Primeiro voto: Flexa Ribeiro e Ivo Cassol.

Segundo: Flexa Ribeiro e Ivo Cassol.

Terceiro: Flexa Ribeiro e Ivo Cassol.

Quarto: Flexa Ribeiro e Ivo Cassol.

E, por fim: Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O Cerimonial convida os eleitos a ocuparem seus lugares à Mesa – eu já estou aqui, e agora o nosso Vice já se encontra em seu lugar – e a usarem da palavra.

Eu quero apenas agradecer a confiança dos companheiros e dizer que nós retomamos o trabalho iniciado na legislatura passada, de acompanhamento da instalação da Usina de Belo Monte no Estado do Pará. É o maior projeto em andamento no Brasil, uma obra do PAC. Eu, como Presidente, tenho a delegação de escolher o Relator da Subcomissão e o faço na pessoa do Senador Delcídio Amaral, que já era o Relator na legislatura passada.

O Senador Delcídio Amaral é um técnico do setor energético e foi Ministro de Minas e Energia. Barrageiro, atuou na construção da Usina de Tucuruí. Deixou grandes lembranças no Município de Turucuí, no Estado do Pará, raízes profundas no nosso Estado, pela sua competência, tanto que hoje o Pará tem a usina totalmente instalada, com 23 turbinas – e já se fala, Senador Delcídio, em uma nova ampliação de Tucuruí para mais 10 turbinas.

O que não se pode mais aceitar é que se repitam, na instalação de novas usinas de geração hídrica no Brasil, os erros cometidos em Tucuruí. O próprio Senador Delcídio sabe disso. E esta Subcomissão tem a tarefa de acompanhar *pari passu*, com a ajuda de V. Exªs, a instalação da Usina de Belo Monte, a fim de que, quando em funcionamento, torne-se um exemplo para o mundo de que é possível fazer um projeto dessa magnitude numa região como a nossa, cuja visão mundial está voltada para a Amazônia. E que ela sirva de exemplo também de compatibilização da necessidade de geração de energia, do valor dessa energia gerada, que tem que ter viabilidade econômica do projeto, com o atendimento da questão ambiental e social.

O Ministério Público, Senador Pedro, tem se colocado de forma repetida e eu diria até atenta com relação às obras de Belo Monte, se posicionando contrariamente, porque ele se mostra apreensivo que o Governo Federal não cumpra com os compromissos assumidos e pede que eles sejam antecipados à execução da barragem, o que não pode acontecer. Eles têm que ser paralelos. Isso é o que a Comissão fará, acompanhado, e o nosso relator, Senador Delcídio, com a experiência que tem, levará a bom termo.

E V. Exª, como membro desta Comissão e membro licenciado do Ministério Público, nos ajudará bastante a fazer essa relação entre o Ministério Público, o Senado Federal e a Norte Energia que é a empresa que executará Belo Monte.

Então, passo a palavra ao Senador Delcídio para que ele possa fazer a sua apreciação inicial desse trabalho que nós já passaremos a iniciar ainda neste mês de abril.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero só cumprimentar o Senador Flexa pela presidência desta subcomissão e todos os Senadores que vão participar desse trabalho.

Acho que o Senador Flexa foi bastante amplo e nós começamos esse trabalho no ano passado, ouvimos inicialmente os técnicos do Ministério de Minas e Energia e também da Eletrobrás. Foram os primeiros movimentos no sentido de entender um pouco o projeto de Belo Monte. Evidentemente que agora nós vamos ampliar essas oitivas, inclusive ouvindo representantes da área ambiental, porque nós estamos acompanhando muitos questionamentos no que se refere à Belo Monte, especialmente esse compromisso social dos empreendedores, principalmente numa obra com essa dimensão.

Eu quero dizer a vocês que fui visitar Belo Monte quando se chamava Cararaô. E eram dois projetos: Cararaô e Babaquara. Mas naqueles moldes de Tucuruí. Então, eram usinas com grandes reservatórios de acumulação. E a gente sabe muito bem o que foi Tucuruí, o que foi Balbina, o que foi Samuel, usinas muito questionadas e está aqui o Senador Eduardo Braga, que conhece muito bem. Manso também, lá com o Senador Blairo. Nós sabemos, Senador Pedro Taques, o impacto que esses projetos trouxeram, mas, agora, como disse muito bem o Senador Flexa, houve uma mudança sensível. Os projetos têm sido bastante aperfeiçoados, fruto dessa experiência. Convém lembrar que, hoje, esses grandes projetos na Amazônia são usinas a fio d´água, portanto são usinas que utilizam praticamente a própria calha do rio e, portanto, funcionam basicamente com a vazão do rio para gerar energia – isso já foi um grande avanço. Como também Belo Monte é um grande avanço sob o ponto de vista de investimento no social.

O meu tempo era um tempo em que a gente fazia uma vila residencial, que era separada da cidade que existia e, portanto, trazendo uma série de distorções, depois que a obra terminava. A população local sempre foi colocada à margem de todo um processo de desenvolvimento, que tem que ser aproveitado, até porque são fundamentais para o País, mas impactam diretamente as pessoas e o meio ambiente que circundam esses grandes investimentos.

As pessoas e o meio ambiente que circundam esses investimentos. Eu já vi esse filme e o Senador está me mostrando aqui: *"OEA solicita suspensão de Belo Monte".* Eu já vi esse filme antes, em preto e branco, lá atrás, várias vezes. Nós vamos ter que nos defrontar com esse tipo de posicionamento de instituições internacionais e mesmo de instituições aqui do País, mas o importante é, democraticamente, o Senado assumir o seu papel de fiscalizador, de alguém que vai acompanhar o dia a dia de uma obra tão importante. Nós precisamos dessa energia, nós precisamos de segurança energética. Se o Brasil não tiver segurança energética não teremos condições de crescer. Eu entendo que a vocação brasileira é voltada, especialmente, para a energia renovável. Também não podemos achar que com usinas a fio d'água nós vamos resolver tudo. Como o próprio nome diz, usina a fio d'água não é como bacia de acumulação, tem que ter complementação térmica. Então, aí, entra o gás natural, entre em alguns casos o óleo diesel, como no Nordeste, por exemplo. O Senador Vital, que está aqui, conhece bem isso. E a energia nuclear, que teve um abalo aí com Fukushima. Mas, o nosso Programa, sob o ponto de vista tecnológico, pelo menos as usinas que estão em operação, é diferente de Fukushima, a tecnologia é diferente, os procedimentos são diferentes, mas evidentemente isso vai ser uma discussão ampla. Agora, nós vamos ter um sistema predominantemente voltado para energia renovável, com energia eólica também, que dependendo do local, quanto mais venta, menos água tem em outras regiões. Ao contrário, muita água se tem numa região quando venta menos. Então, um complementa o outro. Mas, sem dúvida alguma, as hidrelétricas têm um papel muito importante e a complementação térmica também. Isso é inegável.

A gente ouve muita gente falar de energia solar, não sei o que mais. Isso não tem em escala, ainda; tem um custo muito elevado. Com o tempo as coisas vão melhorando, mas não é para agora. Nós temos que buscar soluções agora. Energia de biomassa, queimar cana para gerar vapor, e vapor rodar turbina.

Então, temos várias alternativas, o Brasil é um país rico nesse aspecto.

Acho que Belo Monte é um projeto muito especial, é um projeto que o Brasil não pode prescindir dele. Acho que, sob o comando do Senador Flexa nós vamos ter a oportunidade de fazer um grande debate sobre Belo Monte, acompanhar, fiscalizar e estar presente também lá no canteiro. O canteiro começa agora a deslanchar, com a assinatura dos contratos...

O SR. *(Fora do microfone.)*

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, não. Esse canteiro é um canteiro bem diferenciado, não é a mesma coisa.

E aproveitar também para discutir esses... Belo Monte, naturalmente, vai entrar nesse rol desses grandes canteiros que estão passando por problemas sérios aí, paralizações sérias, como é o caso de Jirau, Santo Antônio, outros projetos, como o Reneste, a refinaria da Petrobrás lá no Nordeste. Então, acho que vamos ter condições de discutir tudo isso e eu, como Relator, estarei ombreado aqui com o nosso Presidente e com os Senadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Bom, agradeço a presença dos Srs. Senadores.

Peço ao Senador Delcídio para que elaboremos o plano de trabalho para que na próxima reunião nos possamos apresentar, discuti-lo e colocá-lo em votação para aprovação, para que possamos, imediatamente, voltar aos trabalhos, porque Belo Monte está já iniciando as suas obras.

Não havendo mais quem queira usar da palavra, agradeço novamente a confiança dos companheiros que nos retornaram à Presidência desta Subcomissão, a vice-Presidência do Senador Ivo Cassol, e ao Senador Delcídio Amaral por aceitar novamente continuar na relatoria, nos ajudando nesta tarefa

E dou por encerrada a reunião desta Subcomissão de Acompanhamento de Belo Monte.

(Levanta-se a Reunião às 13h57)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO+20

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO+20, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA PELO RMA nº 25, DE 2011, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 09h, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e quatorze minutos do dia cinco de maio de dois mil e onze, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, nos termos do artigo 88, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável a ser realizada no Rio de Janeiro, neste ano. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, RODRIGO ROLLEMBERG, CÍCERO LUCENA, PAULO DAVIM, VANESSA GRAZIOTIN, ANTÔNIO CARLOS VALADARES e PEDRO TAQUES.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e encaminha a deliberação da pauta, que se destina à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Presidente passa à leitura do Requerimento nº 25, de autoria do Senador Cícero Lucena, que deu origem à criação desta Subcomissão. Em escrutínio secreto são eleitos como Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **JOÃO PEDRO,** com quatro votos favoráveis, e para Vice-Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **PAULO DAVIM**, com quatro votos favoráveis. Votaram, nominalmente, os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, PAULO DAVIM, VANESSA GRAZIOTIN e PEDRO TAQUES**. O Senador **RODRIGO ROLLEMBERG** passa a palavra ao Vice-Presidente eleito, Senador **PAULO DAVIM** e ao Presidente eleito, Senador **JOÃO PEDRO**. Após, usam da palavra os Senhores Senadores **CÍCERO LUCENA, PEDRO TAQUES e RODRIGO ROLLEMBERG.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **João Pedro,** Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+20 da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Comissão. Quero dizer que estou profundamente constrangido de estar presidindo esta reunião na condição de Senador de maior idade. Eu imaginava que iria demorar muito a acontecer isto comigo. Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador João Pedro; e para Vice-Presidente, Senador Paulo Davim. Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação. Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

Quero saber se alguém tem alguma observação a fazer, algum comentário. Senadora Vanessa, Senador Pedro Taques, Senador Paulo Davim... Abro a palavra aos membros. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, passo à votação.

Senador Pedro Taques. (Pausa.)

Senador Paulo Davim. (Pausa.)

Senadora Vanessa Grazziotin. (Pausa.)

Senador Rodrigo Rollemberg. (Pausa.)

Já há número regimental para fazer a apuração dos votos. Consulto os nobres Senadores se encerro ou se aguardo mais um instante para que outros Parlamentares da Subcomissão ainda possam exercer seu direito de voto. (Pausa.) Vamos aguardar mais alguns instantes. (Pausa.)

Bom, vou ler rapidamente o requerimento que deu origem a esta Subcomissão:

Requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena, que requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, com prazo até conclusão da tarefa.

Justificativa:

A cidade do Rio de Janeiro será sede da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012. O encontro recebeu o nome de Rio+20 e visa renovar o engajamento dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do Planeta 20 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio 92. Serão debatidas a contribuição da economia verde para o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza, com foco sobre a questão da estrutura de governança internacional na área do desenvolvimento sustentável. A Rio+20 insere-se, assim, na longa tradição de reuniões anteriores da ONU sobre o tema, entre as quais a Conferência de 1972, em Estocolmo, Suécia, e de 2002, em Joanesburgo, na África do Sul.

Pelo exposto, consideramos ser de interesse nacional a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+20, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, motivo pelo qual acreditamos contar com o empenho do apoio dos ilustres Pares.

Eu quero registrar a composição da Subcomissão: Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Ivo Cassol, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Paulo Davim, como titulares; Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Marisa Serrano e João Vicente Claudino, como suplentes.

Quero informar, também, que uma subcomissão similar a esta foi criada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que tem como Presidente o Senador Cristovam Buarque, o que faz com que necessariamente tenhamos que trabalhar conjuntamente as duas Comissões para o bom andamento dos trabalhos e para que o Senado possa ter uma participação bastante expressiva, por meio das suas subcomissões e das comissões temáticas na agenda da Rio+20.

Convido os nobres Senadores Pedro Taques e Vanessa Grazziotin para serem os escrutinadores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, quatro cédulas. Primeiro voto: João Pedro e Paulo Davim; segundo voto: João Pedro e Paulo Davim; terceiro voto: João Pedro e Paulo Davim; quarto e último voto: João Pedro e Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro, então, eleitos Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, os Senadores João Pedro e Paulo Davim.

Passo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, na ausência do Presidente da Subcomissão Temporária Rio+20, Senador João Pedro, e na condição de Vice-Presidente, dirijo algumas palavras aos presentes. Primeiro, de agradecimento pela confiança de todos, aproveitando também para ressaltar a importância desta Subcomissão. A Comissão de Meio Ambiente tem uma importância inquestionável nos trabalhos do Senado Federal, sobretudo

no momento atual, no contexto internacional em que vivemos. E esta Subcomissão, que vai acompanhar os trabalhos da Rio+20, juntamente com a subcomissão formada na Comissão de Relações Exteriores, tendo como Presidente o Senador Cristovam, tenho absoluta certeza de que haverá uma interação mais que perfeita, uma homogeneidade de ações e de discussões, de forma que haja uma adição nos trabalhos das duas subcomissões.

Entendemos que o Brasil e o mundo vivem um momento de profunda reflexão das questões ambientais. Um dos temas é de enfrentamento do grande contingente de pessoas que estão na linha de extrema pobreza. Não é demais relembrar os dados publicados pelo IBGE e pelo Ministério do Desenvolvimento Social de que o Brasil, apesar de ser a 6ª economia do mundo, apesar de ter essa pujança, ainda ostenta um número preocupante: 16,2 milhões brasileiros na linha de extrema pobreza. Mais do que nunca, está em voga a discussão do desenvolvimento sustentável. Estamos às portas de um debate importantíssimo, caloroso, que é sobre o Código Florestal, que já está em vias de votação na Câmara dos Deputados e, logo, logo, chegará a esta Casa.

Temos absoluta certeza, nós que fazemos parte desta Subcomissão, Sr. Presidente, de que há um único interesse, qual seja, o interesse da Nação, o interesse de que o Brasil continue na vanguarda da legislação ambiental, sem tirar do nosso horizonte esse potencial agrícola que o Brasil tem, essa vocação para ser o celeiro alimentar do mundo. Mas, não obstante essa vocação, não poderemos jamais negligenciar o nosso ecossistema, os nossos biomas, o nosso patrimônio natural. Então, há, sim, condição de avançarmos com sustentabilidade. Nós temos condição, sim, como falei em pronunciamento ontem, no Senado, de avançar, de otimizar as técnicas produtivas no campo, haja vista que, na década de 60, o Brasil produzia um pouco mais de 700 quilos de grãos por hectare e, hoje, produzimos mais de três mil quilos por hectare. O Brasil tinha uma relação boa em hectare, na década de 60, de 0,49; hoje, temos de 1. Avançamos, mas podemos avançar mais ainda. Países que têm um rebanho bem menor do que o brasileiro conseguem uma relação de dois, três e até de três e meio. Então, tem saída, sim. Acho que temos como otimizar essa produção agropecuária. Queremos, sim, um agronegócio forte no Brasil. Isso, cada vez mais, vai dar ao Brasil uma condição de autossuficiência alimentar, mas precisamos avançar com segurança, com responsabilidade. E este debate que nós fazemos na Comissão de Meio Ambiente é um debate profícuo, que tem contribuído muito nas questões ambientais do Brasil. E não será diferente com a Subcomissão Rio+20. Nós estaremos todos juntos, discutindo, acompanhando de forma responsável e em parceria com a subcomissão presidida pelo Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Senador Paulo Davim. Eu peço desculpas por não ter chegado, mas vim trazer a minha solidariedade, também, a V. Exª e ao Senador João Pedro; dizer da minha alegria de poder estar aqui com vocês, até porque tivemos, ao lado de outros companheiros, a iniciativa desta Subcomissão, com a visão clara da sua importância nesse momento em que o mundo todo está discutindo a questão ambiental, cada vez mais com as informações científicas. Está sendo identificada a necessidade da ação de todos nós, principalmente dos legisladores, que precisam, com suas iniciativas, dar as condições necessárias para que os governos e o cidadão de um modo geral possam ter práticas ambientais devidamente corretas.

Então, esta Subcomissão é temporária porque tem prazo até o Rio+20. E aqui eu não posso deixar de reconhecer que há uma expectativa muito grande, em âmbito internacional, para esta Conferência Rio+20, sendo que, nesta oportunidade, diferentemente de outros fóruns internacionais, temos uma excelente expectativa de uma participação massiva de parlamentares, através da Globe International, da qual nós participamos aqui e temos a honra de estar presidindo a Globe Brasil, ao lado de outros companheiros, a exemplo de Rollemberg.

Vamos ter um encontro uma semana antes do Rio+20, quando pretendemos trazer os representantes dos parlamentos mundiais. Temos um projeto de trazer, possivelmente, cerca de trezentos parlamentares do mundo todo, para que possamos trocar as experiências exitosas, termos preocupações com aquelas que contribuíram de forma negativa e, consequentemente, por meio dos parlamentares, termos iniciativas, nos nossos parlamentos, que venham contribuir com essa que é uma preocupação global.

Sem dúvida, a iniciativa do Presidente Collor, lá atrás, quando propôs o encontro do Rio de Janeiro, em 92, e agora, 20 anos depois, também por iniciativa dele, vai dar uma belíssima contribuição não só nos debates, na troca de experiências, nas iniciativas já registradas em alguns países, em alguns segmentos, mas devemos também, já que o problema do meio ambiente é um problema global, ter iniciativas na mesma linha.

Então, V. Exª, juntamente com o Senador João Pedro e os demais Membros desta Comissão, têm uma tarefa bastante significativa e importante para acompanhar, participar e contribuir neste grande evento que é para o bem de todos nós. Meus parabéns e que Deus proteja a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –Obrigado, Senador Cícero Lucena. Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu também quero me associar a este trabalho desta Subcomissão, que reputo de suma importância. E me pareceria esdrúxulo, esquisito, estranho, se a Comissão de Meio Ambiente do Senado não se envolvesse nesta discussão do Rio+20. Existia uma subcomissão na Comissão de Relações Exteriores, que vejo também como interessante, mas nós, desta Comissão do Meio Ambiente, não poderíamos ficar de fora.

É lógico que esse trabalho deve ser feito em conjunto entre essas duas subcomissões, no entanto o tema central, o assunto central desse debate que ocorrerá no Rio de Janeiro no ano que vem é o meio ambiente. Desta feita, esta Subcomissão tem que se fazer presente.

Recordamo-nos que, em 1972, houve a Convenção em Estocolmo; depois no Rio de Janeiro, em 1992; e agora vamos discutir a chamada Rio+20. Nós não podemos nos esquecer que Rio+20 não quer dizer passado. Vinte anos comemoramos daquela convenção, daquele encontro no Rio de Janeiro. Mas esses 20 que estão aí depois do Rio, temos que pensar no futuro; e o futuro é algo recente na história universal. O homem só passou a pensar no futuro recentemente, isso por volta de 6.000 anos antes de Cristo, quando nós chegamos à conclusão de que as nossas necessidades são maiores do que as possibilidades; ou seja, os bens são finitos e as nossas necessidades são infinitas. E isso tudo tem a ver com meio ambiente, porque, quando se fala em desenvolvimento, muitos pensam que é só desenvolvimento ambiental. É também desenvolvimento ambiental, mas também este desenvolvimento ambiental não pode se separar do desenvolvimento social. Nós todos sabemos que os países mais pobres também poluem muito. Então, nós temos que superar esta diferença entre os países desenvolvidos e aqueles subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, apesar de sermos a sexta economia do mundo.

Muito bem, Sr. Presidente. Esta Subcomissão tem um papel importante também na consolidação do denominado Estado cooperativo. O que é isso? O Brasil não pode se fechar ao mundo. O Brasil deve estar aberto ao mundo. E uma questão como esta ambiental é um exemplo de que os problemas que atormentam o Brasil não são somente os nossos, são problemas do mundo todo.

Eu parabenizo a V. Exªs, Srs. Senadores João Pedro e Paulo Davim, pela condução desses trabalhos e me coloco à inteira disposição para somar junto com os senhores neste ideal de termos um Estado melhor para todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador João Pedro tem a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente Rollemberg, primeiro quero pedir desculpas pelo atraso, já agradecendo a confiabilidade dos membros da Comissão de Meio Ambiente em me dar essa incumbência, que eu aceito com muito prazer, para trabalharmos junto com o nosso companheiro Paulo Davim, como Vice-Presidente.

Devolvo a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Senador João Pedro; Sr. Vice-Presidente, Senador Paulo Davim desta Subcomissão; meus companheiros de Subcomissão, Senador Cícero Lucena, Senador Pedro Taques, Senadora Vanessa Grazziotin, eu quero, em primeiro lugar, registrar, Sr. Presidente, que V. Exª é muito bom de voto. V. Exª conquistou a unanimidade desta Subcomissão sem fazer campanha, mas em função do reconhecimento do seu trabalho, do seu compromisso. Eu considero esta Subcomissão da maior importância. Nós tivemos, recentemente, na nossa Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, um grande debate sobre a Rio+20, economia verde, com as presenças do Subsecretário-Geral da ONU, Dr. Achim Steiner; do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; do Embaixador Figueiredo, que é Diretor do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, do Itamaraty. Para mim, Senador Pedro Taques, Senador Cícero Lucena, a quem quero cumprimentar pela autoria deste requerimento, o que ficou demonstrado de forma cristalina é que só há uma forma de desenvolvimento possível no estágio em que se encontra a humanidade hoje, que é o desenvolvimento sustentável. E, para ser sustentável, tem que ser considerado o capital natural de que as nações dispõem, e saber utilizá-lo de forma inteligente, de forma sustentável, investindo em muito conhecimento, em muita inovação tecnológica, para transformar o conhecimento em riqueza e distribuir essa riqueza.

Outra condição fundamental para o sucesso da humanidade e para a garantia da qualidade de vida do nosso Planeta é que todos os processos econômicos levem à extinção da pobreza no mundo. Relatório re-

cente, publicado no Brasil, demonstra que aqui ainda há 16 milhões de brasileiros em extrema pobreza. O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente demonstra que a economia verde é a forma mais eficiente de acabar com a pobreza no mundo, gerando desenvolvimento econômico, gerando empregos verdes e, portanto, melhorando as condições de vida dos brasileiros.

Eu terei a oportunidade de, nesta semana, representar o Senado, em Londres, num evento de parlamentares envolvidos com a questão ambiental, promovido pela Globe International, que tem como Presidente aqui no Brasil o Senador Cícero Lucena. Terei a honra de explicitar as condições diferenciadas que o Brasil tem para liderar um processo global de mudanças de paradigmas para o desenvolvimento e que coloque a questão ambiental como um ativo fundamental.

Temos grande parte da nossa energia elétrica de matriz limpa, de matriz renovável; temos uma matriz energética extremamente diversificada; temos grande parte da água doce, da água potável do Planeta; temos uma imensa biodiversidade. Neste momento em que o Brasil se prepara para sediar a Rio+20, temos a responsabilidade de sermos grandes anfitriões, como fomos na Rio 92, há vinte anos, que ficou conhecida como a conferência das Nações Unidas mais bem organizada mundialmente. Mas o papel na Rio+20 vai muito além disso. A nossa responsabilidade é de liderar um processo mundial de mudanças de paradigmas para o desenvolvimento.

Ainda nesta segunda-feira, visitando a cidade do Rio de Janeiro juntamente com Senadores de outra subcomissão que vai acompanhar a Rio+20, na Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Fernando Collor, e a subcomissão presidida pelo Senador Cristovam Buarque, nós tivemos a oportunidade de visitar o centro de operações do Rio de Janeiro, de visitar a área portuária onde se realizará o encontro, de conversar com diversos diplomatas sobre a grandiosidade desse evento. O Ministro Laudemar nos informava que está previsto o credenciamento de 50 mil pessoas para participar oficialmente dessa conferência, que tem uma parte restrita aos Chefes de Estado e, uma outra parte, com ampla participação da sociedade civil: de empresários, de organizações não governamentais, da comunidade científica, demonstrando a grandiosidade desse evento.

Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, recomendo que esta subcomissão atue em parceria absoluta, em harmonia com a Comissão de Relações Exteriores, somando esforços do Senado Federal. Acredito que o Senado tem um papel importante no sentido de definir a agenda brasileira para a Rio+20, que terá como pontos principais a economia verde e a governança internacional para garantir a transição para a economia verde.

V. Exª, como representante do Estado do Amazonas, Estado que conseguiu aliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, tem uma grande responsabilidade, mas que está, tenho certeza disso, à altura da sua competência e de seu compromisso com o Brasil, com o desenvolvimento sustentável para que esta subcomissão possa cumprir o seu papel.

Desejo muito sucesso a V. Exª, Senador João Pedro, e ao Senador Paulo Davim nessa grande tarefa que assumem neste momento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Quero agradecer pelas suas palavras. V. Exª, com sua experiência e a incumbência de presidir a Comissão de Meio Ambiente, dá um rumo à importância dessa pauta que teremos em junho de 2012, que é a Rio+20. Esta Subcomissão pode, e deve, trabalhar com as outras subcomissões. Essa é minha ideia no sentido de construirmos agendas que possam culminar com esse evento no Rio de Janeiro, de importância não só para o Brasil, mas também para o Planeta Terra. É um evento da ONU, é um evento que guarda grande responsabilidade, e nossa Subcomissão Rio+20 pode ter um papel de protagonista nesse debate. Nós precisamos evidentemente...

Já conheço a Subcomissão, em andamento, da Comissão de Agricultura, a Subcomissão Rio+20 da Comissão de Relações Exteriores e hoje estamos instalando a nossa. Vou ter todo o empenho, a motivação, para que possamos fazer eventos no sentido de contribuir com o Estado brasileiro, para que no evento possamos levar as contribuições, os conhecimentos, as pesquisas, os saberes, as opiniões da sociedade civil, do Senado da República, do Congresso brasileiro, para que o Brasil não apenas seja a sede, mas também o verdadeiro protagonista nesse debate sobre a economia verde, sobre a questão do desenvolvimento sustentável, sobre as políticas públicas nacionais e internacionais.

Quero registrar aqui a presença do Senador Cícero Lucena, que é protagonista nessa propositura, e que propôs esta Subcomissão. V. Exª é um Senador de muita experiência, vem de uma região importante, que faz o debate do desenvolvimento sustentável; região brasileira que precisa evidentemente de mais atenção, de mais recursos, de mais políticas públicas, para responder, principalmente, à parcela pobre deste País, que vive no Nordeste brasileiro.

V. Exª, na reunião passada da Comissão de Meio Ambiente, falava sobre o papel desta Subcomissão. En-

tão, assumo essa tarefa com muita satisfação. Quero agradecer os votos, a confiança dos Senadores. Conversei com o Senador Paulo Davim, para que possamos ouvir os Membros desta Subcomissão – Senadora Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Ivo Cassol, Eduardo Braga, Cícero Lucena, que está aqui, Valdir Raupp –, para que possamos combinar um programa, uma agenda para que a Subcomissão comece a trabalhar tanto no Senado como fora do Senado. Acho que nós podemos viajar a alguns Estados, a alguns biomas brasileiros, para que possamos construir uma proposta para a Rio+20. Era o que eu tinha a dizer. V. Exª quer usar a palavra, Senador Cícero?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado pelo gesto.

Temos certeza e confiança, ao depositarmos o voto em V. Exª para presidir este trabalho. Como bem disse o Senador Rollemberg, V. Exª é de uma região que muito tem a contribuir com relação a essas preocupações que hoje são de todos nós. Então, fico muito feliz em ver V. Exª como Presidente desta Subcomissão, e estarei ao seu lado dando a contribuição para a qual for convocado a fim de que ela possa ter pleno êxito nesse evento que todos estamos acreditando, e que vai virar uma página, mas vai estar bem escrita na história como uma bela contribuição do Parlamento brasileiro, em particular do Senado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Cícero. Presidente Rollemberg, nós já podemos encerrar? (Pausa.) Está certo. Então, vamos encerrar a nossa reunião e instalar uma próxima, depois de uma conversa profunda com os Membros desta Subcomissão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às 9 horas e 49 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO+20, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA PELO RMA nº 25, DE 2011, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMA (MARCADA PARA AS 11H30).

Às treze horas e quarenta e seis minutos do dia dezessete de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **JOÃO PEDRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, RODRIGO ROLLEMBERG, PEDRO TAQUES, IVO CASSOL, EDUARDO BRAGA, CÍCERO LUCENA, PAULO DAVIM, VANESSA GRAZZIOTIN, ANTÔNIO CARLOS VALADARES e MARISA SERRANO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta, destinada à aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão. Realizada a leitura pelo relator, Senador **PEDRO TAQUES**, é aprovado o Plano de Trabalho, que segue em anexo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **João Pedro,** Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20. As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho da Subcomissão, conforme disposição do Relator Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo à leitura da minuta do plano de trabalho.

A 64ª Assembleia Geral da ONU decidiu, por meio da Resolução nº 64.236, organizar nova conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável a ser realizada no Rio de Janeiro entre 4 e 6 de junho de 2012. A conferência tem sido denominada Rio+20.

O evento constitui a quarta grande conferência mundial sobre meio ambiente, tendo sido antecedida pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, Estocolmo 1972; pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, em 1992; e pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johanesburgo, de 2002.

Os objetivos gerais da conferência serão renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso e identificar gargalos e novos desafios à implementação das ações previstas nas conferências anteriores. O foco da Rio+20 e do processo preparatório da reunião incluirá: 1) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; 2) estrutura institucional de governança do desenvolvimento sustentável.

As contribuições oficiais dos Estados serão aceitas até o dia 1º de novembro deste ano de 2011, Sr. Presidente, e deverão ser feitas por escrito, via respectivas chancelarias. Objetivo geral deste plano de trabalho:

O objetivo geral da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável será acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Além dos preparativos para realização da cúpula, os trabalhos desta Subcomissão terão foco principalmente na abordagem temática dos assuntos que serão debatidos. Assim, a Subcomissão preocupa-se não apenas com a criação da infraestrutura física e de segurança para realização da Conferência, mas também com a formação da posição brasileira em relação aos diversos temas que serão tratados na aludida reunião. Atividades propostas:

Considerando as competências regimentais da Comissão de Meio Ambiente, o foco da atuação desta Subcomissão será o tema economia verde, tendo por objetivo analisar experiências concretas e políticas públicas voltadas para o tema. A abordagem deverá, além disso, priorizar o papel do Poder Legislativo e da sociedade civil.

Para otimizar o tempo e os recursos disponíveis, serão realizadas reuniões de trabalho, audiências públicas no Senado Federal e diligências a algumas regiões do País: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.

Conforme calendário de atividades ao final deste documento, haverá treze semanas úteis para o desenvolvimento das atividades propostas, até o início do mês de setembro de 2011, que é a data para a apresentação. Após isso restarão ainda pouco menos de dois meses para possibilitar a incorporação das conclusões da Subcomissão à contribuição oficial brasileira à Conferência.

A proposta é a realização de uma audiência pública a cada duas semanas. Com isso, seriam possíveis seis reuniões dessa natureza.

A primeira atividade da Subcomissão será uma reunião de trabalho com representantes do Ministério das Relações Exteriores para que os integrantes da Comissão tomem conhecimento da dinâmica planejada para a Conferência. Após cinco audiências públicas temáticas, será realizada uma sexta audiência pública com a presença de representantes do Ministério das Relações Exteriores para que esta Subcomissão apresente as suas conclusões.

Os temas propostos para debate na Subcomissão são os seguintes: economia verde/mecanismo de desenvolvimento limpo e mecanismo REDD; economia verde/agropecuária; economia verde/serviços ambientais; economia verde/água; economia verde/energia; audiência com o Ministério das Relações Exteriores para apresentação das conclusões.

Para enriquecer ao máximo as reuniões, cada uma delas deverá contar com a participação de representantes do Governo, da Academia, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. Resultados esperados:

Espera-se, ao final dos trabalhos, atingir as seguintes metas, Sr. Presidente: contribuir para o planejamento e realização da Rio+20, elaborar documento destinado a contribuir para a formação da posição brasileira em relação aos temas a serem abordados na Rio+20, proporcionar a disseminação, no Senado Federal e na sociedade, dos conhecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável, de forma a subsidiar os novos debates sobre o tema.

Cronograma de atividades.

Tendo em vista as prioridades estabelecidas e o prazo disponível para oferecimento das contribuições, propomos o seguinte cronograma de atividades: nós temos, Sr. Presidente, na primeira semana apresentação e votação do plano de trabalho, que é esta coleta de informações preliminares; na segunda semana, economia verde/ agropecuária, quando convidaremos entidades do Governo e da sociedade civil organizada; na quarta semana, economia verde/MDL e REDD, quando também serão convidadas entidades aqui elencadas; na sexta semana, economia verde/ serviços ambientais. Nós teremos uma audiência na Amazônia. Sempre teremos, Sr. Presidente, instituições governamentais, não governamentais, a sociedade civil organizada e também empreendedores.

Teremos a sétima e a oitava semanas. Na nona semana, economia verde/ água, conjunta com a Subcomissão Permanente da Água. Aqui ouviremos, a título de exemplo, Sr. Presidente, a ANA, a Marinha, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a sociedade civil organizada e empresas. Teremos o recesso parlamentar.

No segundo semestre, nas semanas de nº 11 e 12, economia verde/energia, quando ouviremos também

entidades governamentais e não governamentais. Aqui eu só teria um acréscimo, Sr. Presidente, nas empresas. Seria interessante nós buscarmos a Associação das Empresas de Energia Eólica – não um único empreendedor, mas quem sabe a associação. Teríamos também, no Centro-Oeste, uma audiência, no Estado de Mato Grosso.

Na décima terceira semana, a apresentação das conclusões da Subcomissão junto ao Ministério das Relações Exteriores; na décima quarta semana, apresentação e discussão do relatório final; na décima quinta semana, votação do relatório final e, por fim, período para levar conclusões ao Poder Executivo e prazo final para contribuições oficiais dos países.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, do plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Em discussão o relatório com a proposta. Vou fazer um parêntese aqui para agradecer as colaborações, as contribuições da nossa assessoria, da sociedade civil, porque veio uma representação dos assessores do Senado. Enfim, muito obrigado pelas contribuições. Quero chamar a atenção que o Vice-Presidente, Paulo Davim, tem acordo. Considero aprovada a propositura lida pelo Relator Pedro Taques.

Comunico a realização de audiência pública pela Subcomissão da Copa 2014 às 14h30, neste plenário. Está encerrada a nossa reunião da Subcomissão.

(Levanta-se a Reunião às 13horas e 55minutos).

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMARIO20)

PLANO DE TRABALHO

1. Introdução

A 64ª Assembléia-Geral da ONU decidiu, por meio da Resolução nº 64/236, organizar nova Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada no Rio de Janeiro, entre 4 e 6 de junho de 2012. A Conferência tem sido denominada Rio+20.

O evento constitui a quarta grande conferência mundial sobre meio ambiente, tendo sido antecedida pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) e pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002).

Os objetivos gerais da Conferência serão renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso e identificar gargalos e novos desafios à implementação das ações previstas nas conferências anteriores. O foco da Rio+20 e do processo preparatório da reunião incluirá: (i) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e (ii) estrutura institucional de governança do desenvolvimento sustentável.

As contribuições oficiais dos Estados serão aceitas até 1º de novembro de 2011, por escrito, via suas respectivas chancelarias.

2. Objetivo geral

O objetivo geral da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável (CMARIO20) será acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada entre 4 e 6 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Além dos preparativos para a realização da Cúpula, os trabalhos da CMARIO20 terão foco principalmente na abordagem temática dos assuntos que serão debatidos. Assim, a Subcomissão preocupa-se não apenas com a criação da infraestrutura física e de segurança para a realização da Conferência, mas também com a formação da posição brasileira em relação aos diversos temas que serão tratados na reunião.

3. Atividades propostas

Considerando as competências regimentais da CMA, o foco da atuação da CMARIO20 será o tema **economia verde**, tendo por objetivo analisar experiências concretas e políticas públicas voltadas para o tema. A abordagem deverá, além disso, priorizar o papel do Poder Legislativo e da sociedade civil.

Para otimizar o tempo e os recursos disponíveis, serão realizadas reuniões de trabalho, audiências públicas no Senado Federal e diligências a algumas regiões do País (Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste).

Conforme calendário de atividades ao final deste documento, haverá 13 semanas úteis para o desenvolvimento das atividades propostas, até o início do mês de setembro de 2011. Após isso, restarão ainda pouco menos de dois meses para possibilitar a incorporação das conclusões da Subcomissão à contribuição oficial brasileira à Conferência.

A proposta é a realização de uma audiência pública a cada duas semanas. Com isso, seriam possíveis 6 reuniões dessa natureza.

A primeira atividade da Subcomissão será uma reunião de trabalho com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para que os integrantes da CMARIO20 tomem conhecimento da dinâmica planejada para a Conferência. Após cinco audiências

públicas temáticas, será realizada uma sexta audiência pública com a presença de representantes do MRE, para que a CMARIO20 apresente suas conclusões.

Os temas propostos para debate na Subcomissão são os seguintes:

1. Economia verde: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Mecanismo REDD+
2. Economia verde: Agropecuária
3. Economia verde: Serviços Ambientais
4. Economia verde: Água
5. Economia verde: Energia
6. Audiência com o MRE para apresentação das conclusões da CMARIO20

Para enriquecer ao máximo as reuniões, cada uma delas deverá contar com a participação de representantes do governo, da academia, da sociedade civil organizada e do setor empresarial.

4. Resultados esperados

Espera-se, ao final dos trabalhos, atingir as seguintes metas:

Contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20;

Elaborar documento destinado a contribuir para a formação da posição brasileira em relação aos temas a serem abordados na Rio+20;

Proporcionar a disseminação, no Senado Federal e na sociedade, dos conhecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável, de forma a subsidiar os novos debates sobre o tema.

5. Cronograma de Atividades

Tendo em vista as prioridades estabelecidas para a Subcomissão e o prazo disponível para o oferecimento de contribuições oficiais, propomos o seguinte cronograma de atividades (ver legenda ao final):

PRIMEIRO SEMESTRE				
Semana	**Tipo**	**Tema**	**Convidados**	**Local**
1 (17/5)	RA	Apresentação e votação do plano de trabalho.		SF
	RT	Coleta de informações preliminares	MRE	SF
2 (23.a 27/5)	AP	Economia verde: **agropecuária**	**Gov**: MMA, MAPA **Acad**: SBPC **SCiv**: Articulação Nacional de Agroecologia **Empr**: CNA	SF
3 (30/5 a 3/6)				
4 (6.a 10/6)	AP	Economia verde: **MDL e REDD+**	**Gov**: MCT, IPEA **Acad**: UnB, INPA, MPEG, INPE (Thelma Krug) **SCiv**: Carta de Belém (várias organizações) **Empr**: Representante da Prefeitura de São Paulo (Aterro Bandeirantes), AES-Tietê	SF
5 (13.a 17/6)				
6 (20.a 24/6)	AP	Economia verde: **serviços ambientais**	**Gov**: MMA, INPA, Instituto Mamirauá **Acad**: **SCiv**: FASE, Movimento de Pequenos Agricultores (região Sul) **Empr**: Natura	SF
	DIL	Amazônia		AM
7 (27/6 a 1/7)				
8 (4.a 8/7)				
9 (11.a 15/7)	AP	Economia verde: **água** (Conjunta com a Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA)	**Gov**: ANA, Marinha **Acad**: UFRGS (Carlos Tucci) **SCiv**: ASA **Empr**: CEIVAP	SF
	DIL	Nordeste		RN
17.a 31/7	**RECESSO PARLAMENTAR**			

SEGUNDO SEMESTRE				
Semana	**Tipo**	**Tema**	**Convidados**	**Local**
11 (1.a 5/8)				
12 (8.a 12/8)	AP	Economia verde: **energia**	**Gov**: MME (Márcio Zimmerman), EPE (Maurício Tolmasquim), Petrobrás **Acad**: UFAM **SCiv**: Greenpeace, WWF, **Empr**: Empresa de energia eólica (região Nordeste)	SF
	DIL	Centro-Oeste		MT
13 (15.a 19/8)	AP	Apresentação das conclusões da Subcomissão	MRE	SF
14 (22.a 26/8)	RA	Apresentação e Discussão do Relatório Final		SF
15 (29/8 a 2/9)	RA	Votação do Relatório Final		SF
3/9 a 31/10	PERÍODO PARA LEVAR CONCLUSÕES AO PODER EXECUTIVO			
1/11	PRAZO FINAL PARA CONTRIBUIÇÕES OFICIAIS DOS PAÍSES			

LEGENDA

AP	Audiência pública
DIL	Diligência externa
RA	Reunião administrativa
RT	Reunião de trabalho

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2011 – Senador **João Pedro,** Presidente. – Senador **Pedro Taques,** Relator.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e um minuto do dia onze de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença o Senhor Senador Paulo Paim e o Senhor Senador Cícero Lucena Justifica ausência dos trabalhos do Senado Federal, no período de 10 a 18 de abril de 2011, por motivo de estar em representação do Senado Federal no 10º encontro Internacional de Investimento Empresarial Economia e Comércio, na China. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único –** Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 30, de 2011 - CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 24/03/11, que requer a realização de Audiência Pública, para a **comemoração ao Dia Nacional do Sistema Braile**. Convidados que comparecem e fazem uso da palavra, nesta ordem: Senhor Geovane Alziro Fróis Lima, Aluno da Escola Centro de Ensino Médio Setor Leste de Brasília; Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE; Professor Jonir Bechara Cerqueira, Especialista em Educação de Deficientes Visuais; Regina Fátima Caldeira de Oliveira, Coordenadora de Revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos; Telma Nantes de Matos, Vice-Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil; Paulo Roberto Pereira Brandão, Consultor em Sistema Braile do Senado Federal; Loni Eliséte Manica, Especialista de Desenvolvimento Industrial, em representação da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Antônio José do Nascimento Ferreira, Chefe de Gabinete, em representação ao Senhor Humberto Conceição Lippo Pinheiro, Secretário da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e Florian, Diretor da Gráfica; Santos Fagundes, Assessor do Senador Paulo Paim em Porto Alegre – RS. O Senhor Presidente abre os trabalhos e nomeia os convidados que comparecem e solicita que tomem lugar à mesa. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas considerações iniciais. Após a explanação dos Senhores convidados e Senadores o Senhor Presidente franqueia a palavra a lideranças de organizações civis representantes de organizações civis defensoras dos direitos das pessoas com deficiência visual, presentes no plenário da Comissão. O Senhor Presidente solicita ao aluno Geovane Alziro Fróis Lima, da Escola Centro de Ensino Médio Setor Leste de Brasília, para decodificar do Braile o poema "Braile Somente". O Aluno Geovane declama o poema, que é acompanhado de aplausos. O Senhor Presidente faz o encaminhamento para que esta audiência pública seja publicada e encaminhada a autoridades públicas. O Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, Senador Cícero Lucena, solicita ao Senhor Florian, Diretor da Gráfica do Senado Federal a informar que foi autorizado a impressão em Braile e tinta desta Audiência Pública. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaramos aberta a 10ª reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª. Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 30, de 2011-CDH, de autoria deste Senador, aprovado em 24/03/2011, em comemoração ao Dia Nacional do Sistema Braille.

Vamos listar os convidados para estar neste evento. Vou citar aqui a relação, e faremos duas mesas. Começamos com o Sr. Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade); convidamos também Jonir Bechara Cerqueira, professor especialista em educação de deficientes visuais; convidamos também para compor a Mesa Regina Fátima Caldeira de Oliveira, coordenadora de Revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos; também conosco Telma Nantes de Matos, Vice-Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil.

Também, para compor uma segunda Mesa, Cláudia Pereira Dutra, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad; também Antônio José de Nascimento Ferreira, chefe de gabinete, em representação ao Sr. Humberto Conceição Lino Pinhei-

ro, Secretário da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

E também, já conosco nesta Mesa, Paulo Roberto Pereira Brandão, consultor em sistema braille aqui do Senado Federal.

Também está conosco e depois vou convidá-la para estar na Mesa, representando a CNI, o Senai, todo o Sistema S – eu tive alegria de ser formando pelo Senai, onde fiz o curso, acho, mais importante da minha vida. Lá, aprendi durante quatro anos uma profissão –, a Srª Loni Mânica, especialista no desenvolvimento industrial. Ela me deu um cartão aqui com o sistema braille. Depois, ela vai falar o que a indústria está fazendo nessa área.

Queria também registrar que estão conosco neste plenário alunos deficientes visuais do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais, Associação de Amigos do Deficiente Visual, Associação Brasiliense de Deficientes Visuais, Biblioteca Braile Dorina Nowill e também o Colégio Setor Leste, todos alunos que estão fazendo o sistema e consequentemente aprendendo.

Eu queria iniciar dizendo a quem está assistindo à TV Senado – a Câmara correu já neste momento – que 99,9% das pessoas que estão aqui no plenário nos lugares dos Senadores e também nas laterais são todas pessoas com deficiência visual. Vamos dar uma salva de palmas a vocês que se deslocaram, vieram para este evento. *(Palmas.)*

Que seja um grande evento! Que seja uma homenagem a vocês, mas ao mesmo tempo que a gente saia daqui avançando mais em todo sentido: na legislação, na prática, no dia a dia, para assegurar a todos o que eu sempre digo. A todos, sejam deficientes, sejam cegos, sejam negros, sejam brancos, sejam índios, sejam ciganos, um lugar ao sol.

Quero também destacar a presença conosco aqui – aqui está escrito a mão e, se eu pronunciar de maneira errada algum dos nomes, podem me corrigir sem problema algum – os professores: Ilma Araújo, Valentina, professora, diretora e vice-diretora; coordenadores: Alessandra, Cláudia, Fernanda, Lenilda, Rita de Cássia, Cleusa, Fernanda Rodrigues e Ângela Pimentel. Uma salva de palmas às nossas professoras que estão aqui colaborando com este momento. *(Palmas.)*

Eu queria também cumprimentar a todos dizendo que este é um momento muito importante. Permitam que eu faça uma rápida introdução sobre essa homenagem que estamos fazendo, ressaltando que essa iniciativa foi de vocês, que nos procuraram, pedindo que fizéssemos esse movimento. O Moisés e outros nos procuraram e, de pronto, acatamos. No dia 8 de abril, sexta-feira, foi o Dia Nacional do Sistema Braille, e nesta sessão de homenagens fazemos também algumas reflexões sobre o tema.

A Comissão de Direitos Humanos tem muito orgulho de recebê-los, atendendo a esse pedido da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, nesta audiência pública transmitida para todo o Brasil. Neste dia 11, com certeza, estamos cultivando um dia de suma importância, um dia em que vocês todos fizeram esse encaminhamento tão gratificante para todos nós, semente responsável por levar adiante as almas, que é o Dia Nacional do Sistema Braille. Essa data simboliza o importante sistema para inclusão das pessoas cegas em todo o mundo.

O maravilhoso nessa reflexão, como disse alguém aqui e repito, é que são seis pontinhos. Seis pontinhos em Braille têm o formato de sementes e cultivadas pelos dedos das pessoas cegas, que fazem germinar nas suas almas o conhecimento que, por sua vez, é responsável pela formação intelectual e profissional de todos vocês, enfim, de todas as pessoas com dificuldade visual no mundo.

Hoje, estamos aqui, no Senado da República do nosso querido Brasil. É o momento de reconhecimento sobre a importância da persistência e da criatividade, pois foi através delas que Louis Braille buscou criar instrumento para acelerar o conhecimento e para que vocês pudessem, por intermédio dele, enfim, acessar, ler e operar. Leio aqui uma frase que ele escreveu no seu diário. Disse Louis Braille: "Se os olhos não me deixam obter informações sobre os homens, mulheres e eventos, sobre ideias e doutrinas, terei de encontrar uma outra forma". E ele então encontrou.

Vejam, então, senhores e senhoras, a grandeza desse francês, Louis Braille, que nasceu em 4 de janeiro de 1809, na França. Seu pai, Simon René Braille, era um fabricante de arreios a sela.

Eu termino por aqui e, no encerramento do evento, vou concluir o meu pronunciamento, porque entendo que vocês, mais do que ninguém, poderão falar desse tema com conhecimento de causa. Estamos aqui na Mesa e no plenário com intelectuais que estudaram a sua vida toda. Então, o momento é de vocês. Como diz sempre o meu amigo Santos Fagundes, o nosso papel é dar palco para quem, muitas vezes, não tem o palco para falar das suas coisas, da sua vida, do seu dia a dia, das suas dificuldades e do seu conhecimento. Digo sempre que sei que vocês têm muito, muito a dar para o País, muito a dar para toda a nossa gente.

O programa Cantando a Diferença trabalha com as pessoas com deficiência e com as que também não têm deficiência, mas no fundo todo mundo tem algum tipo de deficiência. Eu sempre digo que as pessoas com deficiência só querem oportunidades. Deem opor-

tunidades que elas mostram toda sua competência, a sua qualidade, enfim, a sua eficiência.

Eu sempre dou dois exemplos que eu vivo no dia a dia do meu gabinete. O Santos Fagundes, que já deve estar aqui, a não ser que o voo tenha atrasado. *(Pausa.)* Atrasou. Ele vem do Caí, interior do Rio Grande do Sul e é o meu coordenador político do gabinete. Moisés o conhece bem há nove anos, quase dez. Ele participou da minha primeira campanha ao Senado, participou da segunda, e hoje estaria aqui.

E o Luciano, que está aqui – Luciano, levante-se, por favor. O Luciano inaugurou aqui no Senado o cão-guia. O Luciano, com o seu cão-guia que está aqui, a Mitzi, também vai falar conosco. O cão-guia do Luciano aqui dentro do Senado anda livre, leve e solto. Liberdade, liberdade. É isso, Luciano? Aqui dentro do Senado, não tem limite. E aqui o Senado está convivendo... Vocês sabem que o Senado tem feito um belo trabalho nessa área.

Eu inclusive tinha convidado uma das diretoras do Senado que cuida das questões relacionadas à deficiência aqui no Senado para que estivesse também aqui. Espero que ela consiga vir para falar do trabalho que o Senado tem feito.

Eu tenho o nome do nosso poeta, que vai falar agora. Já me deram o nome, que está aqui na minha mesa, na minha frente. Ou terei que ler Braille para decifrar o nome dele? *(Pausa.)* Estou provocando os assessores, porque o nome do nosso poeta tinha de estar aqui na mão, mas não está. Onde está? Chegou! Está vendo: cobra, chega rápido. Ninguém vai ser demitido. Isso é só para descontrair o ambiente.

Então, meus amigos, muito mais do que o meu pronunciamento, que farei no fim, com muito orgulho, depois de ouvir aqui vocês, eu o farei na tribuna do Senado, à tarde, sobre o momento alegre que estou vivendo aqui com vocês.

Nós vamos ter agora um poema que será apresentado pelo aluno Giovanni Alziro Fróes Lima, 18 anos, cego, aluno do primeiro ano do ensino médio no Centro de Ensino Médio – Setor Leste, de Brasília, durante a audiência deste dia. O Dia Nacional do Sistema Braille foi o dia 8, e estamos festejando hoje.

Então, de imediato, seja passado o microfone para o Giovanni. Vamos receber o Giovanni com uma salva de palmas e queremos ouvi-lo.

(Palmas.)

Está com você a palavra.

O SR. GIOVANNI ALZIRO FRÓES LIMA –Bom dia a todos!

Eu vou ler a poesia "Braille Somente", de Jonir Bechara Cerqueira.

Braille do gênio chamado Louis.
Braille na cultura e na educação.
Braille de nosso trabalho diário
Braille em nossa reabilitação
Braille para as crianças inocentes
Braille dos jovens esperançosos
Braille para os adultos que ficaram cegos
Braille dos idosos reconhecidos, que a ele muito devem
Braille dos livros de estudo
Braille da música sublime
Braille dos versos que enlevam
Braille das cartas de amor
Braille por pais e mães abençoado
Braille dos que enxergam e a ele honestamente se dedicam
Braille dos que alcançaram sucesso
Braille dos cegos que ainda não têm sequer um ganha-pão
Braille do silêncio dos surdos-cegos
Braille dos nossos competentes professores
Braille para os que ainda não o conhecem
Braille de nossos amados benfeitores
Braille dos movimentos necessários
Braille das justas reivindicações
Braille que ensina, incentiva e acalenta
Braille em sua universal revolução
Braille nas noites de insônia
Braille dos amigos diletos
Braille em nossas diversificadas instituições
Braille dos seminários, encontros e congressos
Braile em suas modalidades diversas
Braile com divergências também
Braile para estudo dos especialistas
Braile e sua desejável unificação
Braile da Bíblia Sagrada,
Braile das revistas amigas
Braile com os modernos softwares
Braile junto às avançadas tecnologias
Braile de nosso dia a dia
Braile simplesmente para ler e escrever
Braile dos que já morreram,
Braile para os que ainda irão nascer.
(Palmas)

Obrigado por nos dar esta oportunidade. Agradeço ao Senado, que sempre abre suas portas para nós. Somos deficientes visuais e somos cidadãos, então, nós temos o direito de expressar nossas opiniões.

(Palmas.)

Estava dizendo que temos o direito também de expressar os nossos sentimentos, as nossas opiniões. Estou muito feliz. O que quero dizer é que o Sistema Braile é, realmente, a base de nossas vidas, é a base da nossa cidadania, é através do Braile que nós apren-

demos a ler e escrever e, quando alguém lê e escreve, é um cidadão.

Então, agradeço aos professores que desde criança me ensinaram com paciência, me instruíram. Agradeço em nome de todos os deficientes visuais. E repito: o Sistema Braile é tudo para nós.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As palavras do Geovani, claro, mexem com todos nós...

Há dias na vida em que sinto orgulho de ser Senador. Hoje é um desses dias. Estou orgulhoso de estar aqui com vocês. Este é o nosso papel no Congresso Nacional, e vocês estão me dando esta alegria tão grande.

Só posso dizer obrigado, muito obrigado a todos vocês.

(Palmas.)

Desculpem a minha emoção. Eu tive uma irmã que ficou cega quando tinha em torno de trinta anos. Ela viveu praticamente ao meu lado – passou a morar pertinho da minha casa – e morreu depois de um período. Eu aprendi a importância da luta de vocês talvez pelo dia a dia ao lado dela. Sei que ela está lá no alto com Deus. Agora estou olhando este momento bonito de vocês, aqui.

Eu queria também que déssemos uma salva de palmas – para o Geovani já demos – para o Jonir Bechara Cerqueira, que foi quem escreveu essa poesia e está aqui na mesa à minha direita. Peço que o câmera tente focá-lo. O Joanir, aqui à minha direita, é o poeta autor dessa poesia. Parabéns, Joanir! Bela poesia! *(Palmas)* Esse que está no vídeo é o autor dessa poesia.

Vamos dar continuidade à nossa audiência pública, agora com os nossos painelistas. O primeiro já falou, que foi o nosso poeta, fez uma declamação brilhante.

Passamos a palavra para o Sr. Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Muito bom dia a todos.

Quero, inicialmente, cumprimentar o Exmº Senador da República Paulo Paim, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Quero cumprimentar também o professor Joanir Bechara Cerqueira, o Sr. Paulo Brandão, a professora Telma Arantes de Matos e a professora Regina Fátima, que compõem esta primeira Mesa.

O movimento das pessoas com deficiência, em especial o movimento das pessoas com deficiência visual, agradece muito a oportunidade que o senhor concede a esse segmento. Termos no dia de hoje a oportunidade de, dentro do Senado Federal, fazermos uma audiência pública em alusão e em comemoração ao dia 8 de abril, Dia Nacional do Sistema Braile, assim definido por lei recentemente, é uma grande alegria e motivo de muita responsabilidade para todos nós que compomos esta Mesa. Nesta data, Senador Paim e nossos telespectadores, nós reverenciamos o sistema Braile, nós comemoramos esse sistema, mas também temos de refletir sobre alguns pontos que preocupam bastante o segmento das pessoas com deficiência.

Nós vivemos no Brasil um momento singular, com o desenvolvimento de tecnologias, com a implementação de muitos recursos, muitas escolas, muito investimento nessa área. Porém, percebemos também que o Sistema Braile não está sendo valorizado como deveria e como já o foi neste País.

Senador Paim, o senhor poderá conhecer nas falas dos nossos expositores em seguida que o Brasil foi um dos países pioneiros na América Latina por possuir uma Comissão Brasileira do Braile na estrutura do governo, no âmbito do Ministério da Educação, comissão que primou sempre pelo cunho técnico-científico, usando o conhecimento que as instituições historicamente produziram e produzem em Braile em nosso País – cito o Instituto Benjamin Constant, uma instituição pública da qual o professor Joanir Bechara, que está compondo esta Mesa, já foi diretor e professor por muitos anos; a Fundação Dorina Nowill para Cegos em São Paulo, uma instituição privada e que tem um histórico de trabalho desenvolvido em favor das pessoas cegas reconhecido no mundo todo.

Essas instituições sempre ofereceram suporte à Comissão Brasileira do Braile e primaram pelo trabalho técnico-científico em harmonia com o que se tratava e desenvolvia em outros países do mundo. De três anos para cá, Senador, essa comissão foi reformulada, e nós hoje não temos o caráter técnico-científico garantido nessa comissão.

Essa comissão, que era composta por oito membros, todos eles selecionados após a análise de currículo, com critérios bastante rigorosos, vinha procurando também fazer ocorrer uma renovação gradual, evitar que houvesse renovação de todo o grupo para não se perder o trabalho e a linha de pensamento que vinha se desenvolvendo. Em 2008 essa estrutura toda foi esfacelada e foram adotados critérios de elegibilidade por região do País, não se analisando mais currículo, não se analisando mais o cunho técnico-científico. Isso nos preocupa bastante. Já fizemos referência a esse fato em outras oportunidades, e isso continua nos preocupando.

Outra preocupação que temos é a adoção de tecnologias de livros no formato digital em séries iniciais. E quando falo em séries iniciais, não estou falando das quatro ou cinco primeiras séries do ensino fundamental, mas do ensino fundamental todo e até do ensino médio.

Há uma tendência muito grande, Senador Paim e telespectadores, de que os alunos, o mais cedo possível, passem a ter acesso ao livro pelo meio digital, através de computadores, de livros no formato Daisy, que são lidos e reproduzidos no *software* Mecdaisy, desenvolvido pelo Ministério da Educação. Entendemos que essa tecnologia pode ser uma grande ferramenta, e o é, de complementação ao sistema Braile, mas não em substituição ao sistema Braile.

Nós percebemos que a produção de livros no Brasil em Braile está cada vez mais escassa e cada vez mais sem supervisão, sem controle de qualidade. Temos, sim, grandes investimentos por parte do Ministério da Educação na estruturação de centros de apoio pedagógico ou salas multifuncionais com estrutura de produção Braile, porém, estamos falando de estrutura material, e a produção do Braile exige muito conhecimento humano, muito recurso humano, muita qualificação de mão de obra para que essas publicações saiam realmente com qualidade. E com isso o Ministério da Educação do Brasil não está se preocupando. Está preocupado em fazer número, comprar, investir em recursos materiais, agora, quanto à qualificação dos recursos humanos, não estamos percebendo nenhuma ação. Então, fica aqui a nossa reflexão, a nossa preocupação e a nossa crítica no sentido de contribuir para que essa realidade melhore nos próximos meses e nos próximos anos.

Não vou me estender, queria apenas fazer esta fala de reflexão e de agradecimento ao Senado Federal, ao Senador Paulo Paim especialmente, que nos dá essa oportunidade de comemorar o dia 8 de abril como o Dia Nacional do Sistema Braile aqui no Brasil e comemorar também este grande invento, este grande feito da humanidade, que é o sistema Braile. Tenho certeza de que os nossos expositores, que me sucederão, vão poder colocar muitas das informações que vão ajudar na nossa comemoração e também na nossa reflexão.

Agradeço a oportunidade mais uma vez e desejo que tenhamos aqui uma excelente audiência pública neste dia 11 de abril. Muito obrigado a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Moisés. Conhecemos o Moisés há muito, muito tempo. Posso dizer que ele é um militante das causas populares, que defende todos sem olhar a quem, defende a causa de todo o nosso povo e de toda a nossa gente com ênfase, claro, para essa luta das pessoas com deficiência.

Vamos passar a palavra agora ao autor desse belo poema que nos emocionou a todos: o professor e especialista em educação de deficientes visuais, Sr. Jonir Bechara Cerqueira.

O SR. JONIR BECHARA CERQUEIRA – Exmº Senador Paulo Paim, Sr. Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil, autoridades presentes, colegas professores, caros alunos, este é um momento muito grato para todos nós que militamos no tema Braile, entendendo o Braile não apenas como um sistema de escrita e leitura, mas como um patrimônio histórico, cultural, social e educativo da humanidade – assim ele é entendido por todos aqueles que entendem o Braile em toda a sua profundidade.

A comemoração brasileira era devida, porque o dia 4 de janeiro, dia do nascimento de Louis Braille, é considerado universalmente como Dia Mundial do Braile. É uma data que não está inserida em nosso calendário escolar. 4 de janeiro se insere, por exemplo, nos calendários escolares europeus, não no brasileiro. Então, a comemoração do Dia Mundial do Braile sempre foi um pouco esquecida por nós.

No ano de 2008, por trabalho da Comissão Brasileira para o Bicentenário de Louis Braille, o Senador Flávio Arns encaminhou a esta Casa um projeto de lei para a instituição do Dia Nacional do Sistema Braille, como outros países o fizeram fora da data universal de 4 de janeiro. A data indicada foi o dia 8 de abril, data do nascimento de José Álvares de Azevedo, um homem, um jovem que trouxe da França o Sistema Braille para o Brasil, em 1850.

(*Palmas*.)

O projeto tramitou pelas Casas Legislativas e mereceu a sanção do Presidente da República no ano de 2010. Este é o primeiro Dia Nacional do Sistema Braille a ser comemorado. E, graças a Deus, aqui estamos comemorando com dignidade.

Helen Keller, a genial surdo-cega, já que referida, falou que os pontos do Braille foram como farois que incidiram sobre a sua vida. Nosso saudoso amigo Edson Ribeiro Lemos, professor, conferencista e estudioso do Braille definiu: Louis Braille, seis pontos, duas épocas.

Por que os farois? Por que as duas épocas? Viveu a humanidade, desde tempos pré-históricos, com o problema das deficiências sendo encarado como aquele que classificava os indivíduos como incapazes, como fracos, como inúteis para a sociedade. Mas em apenas 70 anos, de 1784 a 1854, a situação mundial dos cegos se transformou. Setenta anos! Em 1784,

um homem vidente, Valentin Haüy, criou uma escola para cegos, o primeiro centro onde se estudou, se analisou e se pesquisou sobre as possibilidades educativas dos cegos.

Nessa escola, Louis Braille estudou, e também pesquisou e produziu um alfabeto tangível, a melhor possibilidade de escrita e leitura, o que foi chamado posteriormente de Alfabeto Braille.

José Álvares de Azevedo, nascido em 8 de abril de 1834, estudou na França, na mesma escola. Trouxe para o Brasil, em 1850, não apenas o Braille, mas lutou pela criação de uma escola como a de Paris. Convenceu a sociedade do Império sobre as possibilidades das pessoas cegas. E assim foi criada, no Brasil, a primeira escola para cegos da América Latina.

A partir daí, fazendo um bosquejo histórico, podemos dividir a trajetória do Braille no Brasil em quatro períodos: de 1850 ou 1854 a 1942, o Braille foi aqui aceito; os primeiros cegos começaram a estudar e apresentar a sociedade os primeiros resultados positivos de pessoas capazes de trabalhar, de produzir, de constituírem famílias, de contribuírem para a evolução social da época do Império.

No início do século XX, outras escolas, outros centros foram também criados para a educação de cegos. Mas por que em 1942? Porque em 1942 houve uma reforma ortográfica da Língua Portuguesa e o Braille trazido da França, usado praticamente de forma integral na matemática, na música, na Língua Portuguesa, foi ligeiramente modificado. Isso não significou um outro Braille, mas uma codificação mais atualizada em 1942.

De 1942 a 1963, temos um outro período muito rico. Nesse período, o Braille já estava mais modernizado, já contando com codificação matemática mais extensa, com a produção de Braille feita em escala maior no Rio, em São Paulo. E em 1950, os primeiros estudantes já puderam atuar nas escolas comuns no ensino integrado. Esse período, então, é marcado pela produção maior do Braille e pela utilização do Braille também nas escolas comuns, não mais em escolas especiais.

Por que 1963? Já entramos no terceiro período. Em 1963, houve um primeiro acordo entre Brasil e Portugal para a unificação do Braille, a codificação comum do Braille. Isso é um aspecto técnico que não vale a pena aprofundar, porque são detalhes dispensáveis no momento.

O período de 1963 a 1995 foi marcado também por vários estudos técnicos em seminários e congressos, e acordos de nível nacional e de nível regional em torno do Braille. E a educação seguia já com os alunos cegos chegando às universidades, atuando em profissões liberais, no serviço público, enfim, o Sistema Braille cumprindo o seu papel na sociedade brasileira.

Nos anos de 1900, surgiu a produção informatizada do Braille, uma nova realidade. Quer dizer, a produção de Braille no mundo todo passou a ser quantitativamente maior, atendendo a especificidades diferentes daquelas utilizadas até a época. E sentimos, aqui no Brasil, que havia necessidade de atualizar o Sistema Braille para ser utilizado na informática, para ser utilizado na química e na própria matemática, que requeria simbologia mais ampliada.

A União Brasileira de Cegos, então, criou a Comissão Brasileira de Braille em 1995, da qual tive a honra de fazer parte. Essa Comissão iniciou seus estudos e, através de encontros com especialistas portugueses, começamos a esboçar a produção de documentos comuns atualizados.

Algumas pessoas, à época, começaram a questionar o motivo pelo qual se mudaria o Braille. A codificação Braille estava sendo mudada em todo o mundo. Na própria França, o berço do Braille, a codificação estava sendo alterada. Não era um novo Braille, mas uma codificação diferenciada, mais atualizada.

Através de estudos aprofundados, em um período que durou cerca de cinco anos, adotamos o código matemático unificado que todos os estudantes e professores devem conhecer. E, com Portugal, começamos a aprofundar outros estudos.

Em 1999, a titular da Secretaria de Educação Especial propôs ao Ministro da Educação à época a oficialização da comissão que era da União Brasileira de Cegos para passar a ser uma comissão do Ministério da Educação. Alguns elementos foram aproveitados e nós continuamos nesse trabalho. Em 1999, também se comemorou os 190 anos do nascimento de Louis Braille.

Em 2000, foi assinado um protocolo internacional entre Brasil e Portugal nas áreas de uso e produção do Sistema Braille e passamos a trabalhar de maneira conjunta. A comissão produziu, entre 1999 e 2007, sete documentos básicos para o uso do Braille no Brasil que ainda estão sendo usados: a grafia Braille para a Língua Portuguesa, as técnicas para produção de textos em Braille, código matemático, de química, a musicografia e a estenografia Braille. Foi um trabalho do qual tive a honra de participar, mas, naturalmente, outros seguidores, outros estudos, outras atualizações devem merecer atenção, pois o trabalho deve prosseguir, deve ser enfatizado em benefício da educação do cego brasileiro.

Tracei um quadro um tanto sucinto, mas quero enfatizar o seguinte: Louis Braille, o cego a quem devemos a invenção do sistema, era um homem cego,

porém de visão. Ele teria escrito um pequeno texto que vou ler agora para vocês sentirem a profundidade de suas ideias. Vou ler devagar para que sejam absorvidas as frases do texto. É um texto muito pequeno.

Teria dito ele:

"O acesso à comunicação em seu sentido mais amplo é o acesso ao conhecimento. Isso é de importância vital para nós se não quisermos continuar sendo desvalorizados ou protegidos por pessoas videntes bondosas. Não necessitamos de piedade nem de que nos lembrem que somos vulneráveis. Temos que ser tratados como iguais. E a comunicação é o meio pelo qual podemos consegui-lo".

A esse homem, com essas ideias, devemos o maravilhoso Sistema Braille. E agradecemos, comovidos, o seu legado e o respeito que a sociedade brasileira tem por esse trabalho, agora cristalizado na criação do Dia Nacional do Sistema Braille.

Muito obrigado, amigos.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao professor Jonir, que, com muita competência – ele foi sucinto, como disse –, deu-nos uma aula sobre a importância do Sistema Braille. E também uma aula de otimismo. Permita-me fazer um comentário rápido, professor Jonir, vocês não querem que ninguém tenha pena; vocês só querem oportunidades.

O SR. JONIR BECHARA CERQUEIRA – Louis Braille disse e nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns a V. Sª.

(*Palmas*.)

De imediato passo a palavra à Srª Regina Fátima Caldeira de Oliveira, Coordenadora de Revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Por favor, meu amiguinho, um de vocês, se não eu vou ter de ir para lá. Um assessor. Tem de ter foco total, moçada! Não estou reclamando de assessoria, ninguém pense que é isso.

A SRª REGINA FÁTIMA CALDEIRA DE OLIVEIRA – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, Ilmº Dr. Moisés Bauer, Senhoras e Senhores, Jovens presentes, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ao Dr. Moisés Bauer, Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil, pelo convite para que eu pronunciasse algumas palavras nesta audiência pública comemorativa do Dia Nacional do Sistema Braille.

Quero também manifestar os meus agradecimentos ao ex-Senador Flávio Arns, que foi o primeiro parlamentar a acatar a nossa proposta de instituição do Dia Nacional do Braille.

(*Palmas*.)

Em 2009, em diversas partes do mundo, foram desenvolvidas ações comemorativas do centenário de nascimento de Louis Braille. Muitas dessas ações, que classifico de cunho emocional, remeteram-nos ao passado para reverenciar a memória daquele que é considerado o maior defensor das pessoas cegas de todo o mundo. Quer de maneira singela, como a redação de um pequeno texto alusivo ao evento, quer de maneira grandiosa, como a realização de uma conferência mundial em Paris, as pessoas cegas de todo o planeta reverenciaram a memória do grande gênio.

Outras ações, que classifico de cunho racional, foram desenvolvidas por especialistas e educadores preocupados em buscar maneiras de continuar oferecendo às pessoas cegas, especialmente crianças e jovens, um Braille sempre moderno, capaz de acompanhar as cada vez mais rápidas mudanças na representação escrita e de continuar, juntamente com a informática e as novas tecnologias, contribuindo de maneira inestimável para a independência e autonomia dessas pessoas.

Em março de 2009, por iniciativa da Fundação Once para a América Latina e da União Latino-Americana de Cegos e com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, reuniram-se em Cartagena de Índias, na Colômbia, especialistas no uso e na aplicação do Sistema Braille da América Latina e da Espanha.

Juntamente com os dirigentes das organizações promotoras, esses especialistas traçaram estratégias para reativação do Conselho Ibero-Americano do Braille. Esse Conselho havia sido criado em 1997, mas, por dificuldades diversas, alheias à vontade daqueles que o tinham criado, não havia sido possível levar a cabo os seus objetivos. Agora, em condições mais favoráveis, o grupo reunido na Colômbia decidiu pela sua reativação a partir de 4 de janeiro de 2010.

O Cibe, que é a sigla do Conselho Ibero-Americano, está integrado pelo Brasil, Espanha, países latino-americanos de língua espanhola e por Portugal. Ele é constituído por um comitê executivo e por seis comissões técnicas que são responsáveis pelas seguintes áreas: adaptação de materiais em relevo, adaptação e transcrição de textos em Braille, ciências, que vai englobar física, química, biologia, matemática, estenografia, informática e musicografia.

O Comitê está integrado por um integrante de cada uma das áreas abrangidas pelo Conselho, ou seja, Brasil, Espanha, os países latino-americanos de língua espanhola e Portugal.

A coordenação geral do Conselho é exercida obedecendo à ordem alfabética das regiões que o integram. Dessa forma, coube ao Brasil a primeira coordenação que teve início em janeiro de 2010, com término previsto para janeiro de 2012.

O Conselho tem como principais objetivos promover e difundir o uso do Sistema Braille e de materiais em relevo, fixar as normas relativas a todas as modalidades de uso e de aplicação do Sistema; estimular as pesquisas destinadas a contribuir com o ensino e a aprendizagem do Sistema Braille, bem como para melhoria da qualidade e da quantidade dos textos produzidos nesse Sistema; estimular o intercâmbio de materiais em Braille entre pessoas e instituições.

Para fortalecer a representatividade dos países latino-americanos dentro do Conselho, a União Latino-Americana de Cegos instituiu a Comissão Latino-Americana de Braille, que está integrada por quatro especialistas que, além de terem um vasto conhecimento do Sistema Braille, conhecem também a realidade de seus países e dos demais países da América Latina.

Em 2009, foi reativado também o Conselho Mundial do Braille, que está vinculado á União Mundial de Cegos. Mesmo tendo se reunido presencialmente por apenas duas vezes, uma na Espanha, em novembro de 2009, outra na Índia, em janeiro de 2011, os membros do Conselho Mundial vêm desenvolvendo um trabalho muito profícuo. Podemos destacar as seguintes ações desse Conselho até o momento.

Ainda que, a princípio, pareça algo impossível, estão sendo concentrados esforços para unificação do Sistema Braille, especialmente por grupos lingüísticos. O objetivo principal da unificação é facilitar o intercâmbio, especialmente por professores e alunos, necessidade que é cada vez maior, face à globalização.

O alfabeto fonético internacional representa o primeiro grande avanço, no sentido da unificação e deverá ser apresentado brevemente pelo Conselho Mundial aos usuários. E o Conselho vai recomendar a sua utilização por todos os grupos lingüísticos.

A preparação da terceira edição do livro *Braille no Mundo*, que é uma obra indispensável aos especialistas no assunto. Esse livro foi publicado pela primeira vez na década de 50, uma segunda edição saiu nos anos 90 e agora está sendo preparada uma terceira edição.

Uma outra ação do Conselho Mundial foi a aprovação de documento relativo à sinalização e à etiquetagem de produtos de consumo em Braille, preparado por três dos seus membros.

O Conselho também está empenhado em um trabalho conjunto com o comitê técnico do padrão ISSO, visando a adotar critérios globais relativos a essa sinalização e etiquetagem de produtos.

A recopilação de materiais relativos ao ensino do Sistema Braille, com vistas a melhorar a qualificação dos profissionais que atuam nessa área, bem como favorecer, cada vez mais, a produção de textos em Braille. Também está sendo preparada a produção de um catálogo internacional de obras produzidas no Sistema Braille em todas as partes do mundo.

Por meio de um documento orientador, o Conselho vem também incentivando a criação de autoridades Braille, em nível nacional ou regional. Essas autoridades são o que nós chamamos de comissões Braille.

O Conselho está preparando uma conferência mundial, que deverá realizar-se, em setembro, em Leipzig, na Alemanha, e que tem como patrono a Chanceler Angela Merkel. A conferência vai ter como lema Inovações do Braille no Século XXI e vai abordar os seguintes temas: educação e alfabetização, capacitação profissional, emprego e formação continuada, pesquisa e desenvolvimento, melhoria no acesso à informação, o Braille como parte do desenho universal e o papel do Braille na conquista de uma vida independente.

Talvez essas informações tenham sido um pouco cansativas para todos, mas teve como objetivo mostrar que o Sistema Braille permanece vivo no cenário mundial. Lamentavelmente, porém, Brasil e Portugal, dois dos países que, na década de 1990 e no início dos anos 2000, desenvolveram um relevante trabalho no que diz respeito à unificação e à normatização da simbologia Braille, elaborando documentos que hoje servem de base ao trabalho que está sendo desenvolvido pelo Conselho Ibero-Americano do Braille. Lamentavelmente, hoje, esses dois países não contam com representantes nesses dois conselhos, as comissões oficiais não estão representadas nesses conselhos. As pessoas que estão nesses conselhos não integram a comissão brasileira nem tão pouco o núcleo de Braille de Portugal.

Alguns desses documentos mencionados pelo professor não foram publicados pela Comissão Brasileira do Braille, prejudicando a continuidade de um trabalho realizado com muito critério, com muito conhecimento.

Como eu já disse, Portugal, até o momento, sequer indicou o seu representante dentro do comitê executivo do Conselho Ibero-Americano. Isso certamente vai acarretar grandes dificuldades para o trabalho que o Conselho pretende desenvolver.

Como nos mostra a história da evolução do Sistema Braille, o Brasil sempre protagonizou ações pioneiras na América Latina, mas, nos últimos anos, o sistema natural de escrita e leitura das pessoas cegas vem

sendo colocado em um plano inferior, em benefício de outros formatos de textos, que também têm inúmeras vantagens mas que não são substitutos e sim aliados do sistema inventado por Louis Braille.

Concluindo, quero dizer que o Braille que hoje nós, adultos e especialistas, defendemos é para nós sinônimo de independência e autonomia, mas é, antes de tudo, um instrumento de alfabetização natural de crianças cegas. É o instrumento que vai permitir que essas crianças conheçam e aprendam a usar os símbolos científicos, que as ajudará a dominar a ortografia da língua portuguesa e de outros idiomas e que, segundo mostram alguns estudos, é essencial para o seu desenvolvimento cognitivo.

Graças ao cada vez mais rápido avanço tecnológico, já podemos oferecer, a crianças e jovens, equipamentos que, entre outras vantagens, resolvem as dificuldades de armazenamento de textos em Braille. O Braille sem papel, oferecido, por exemplo, pelas linhas Braille, já é uma realidade, assim como outros equipamentos de última geração podem servir de estímulo ao exercício da leitura natural.

É cada vez mais comum nós vermos pontos em Braille estampados em jóias, objetos de adorno ou então, lado a lado, com textos em tinta, muitas vezes utilizado até como forma de propaganda e marketing.

Vemos, de maneira positiva, essa divulgação, mas, por outro lado, é cada vez maior o número de pessoas cegas que não sabem ler e escrever e torna-se, inclusive, mais difícil encontrar pessoas que possam atuar, por exemplo, como revisores de texto em Braille.

A minha mensagem final: façamos de cada dia um Dia Nacional do Sistema Braille, para que esse Sistema não se transforme em objeto de vitrine, que muitos podem olhar mas poucos podem tocar.

Muito obrigada.

(*Palmas*.)

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns. V. Sª foi precisa e nos passou dados importantíssimos. Eu falava aqui com o Moisés... Passe-me, por favor, o pronunciamento dela. A minha assessora já está aqui a minha esquerda.

Quem está vendo, neste momento, a TV Senado, veja que para nós que não sabemos ler em Braille – 99% dos que dizem ter visão não sabem ler em Braille – é uma folha branca com uns pontinhos. E eles, tanto um quanto o outro, que fizeram a leitura, fizeram uma leitura precisa. Eles leem, digamos, melhor do que eu que enxergo as letras em português, fazem uma leitura precisa. Mais uma vez, eu digo que as pessoas têm de ter sensibilidade.

Dizia-me o Moisés, permita-me que eu use seus dados, que somente três de cada cem pessoas com deficiência que estão empregadas na política de quotas são cegas. Nós temos que trabalhar para dar oportunidade ás pessoas cegas para mostrarem todo potencial que estão mostrando aqui.

Quem está assistindo à TV Senado agora, neste plenário, repito, 99% são cegos. Queria fazer um exercício com quem está assistindo à TV Senado: fechem os olhos por alguns segundos. E os que estão aqui na sala e não são cegos também: fechem os olhos por alguns segundos. Eu vou fechar os olhos. (*Pausa*.)

Percebem a luta deles? Eu estou sentindo a energia e a luta deles para buscar um lugar ao sol, com a deficiência visual.

Por isso, faço um apelo a todos os empresários – e sei que muitos, muitos estão vendo este programa; sei que estão vendo ao vivo, pela TV Senado: deem oportunidade para as pessoas cegas. Elas têm um potencial enorme, e, com certeza, vocês se sentirão bem melhores. Vai ser um bem enorme para cada um que fizer esse gesto.

Vejam que ele me dizia também – agora já abri os olhos; tenho que correr aqui, porque não tenho a memória que eles têm em relação aos dados que ele me deu, porque vou ter que lê-los – que, no Brasil, há mais de dois milhões de cegos. É isso?

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Isso. Dois milhões e meio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dois milhões e meio. Já comi o meio, porque não tenho a memória que ele tem. Veja que vocês têm muito mais competência do que eu. São dois milhões e meio de cegos. Em condição de trabalhar – em condição de trabalhar! E querem trabalhar, querem ter sua oportunidade. Somente dez mil estão empregados.

Então, faço um apelo. Vamos estar aqui, a CNI estará presente, e vamos pedir a todos os empresários. Vamos fazer um painel ainda aqui, buscando dar oportunidade para todas as pessoas com deficiência.

Mas, hoje, homenagem ao Braille. Para os empresários que estão nos ouvindo neste momento, a Comissão de Direitos Humanos se coloca à disposição para ajudar nessa campanha, em nível nacional, para que a gente dê espaço para aqueles que precisam de espaço.

Parabéns a vocês! Estamos ao lado de vocês nessa campanha nacional, para que deem oportunidade.

(*Palmas*.)

Passamos agora, de imediato, a palavra à Srª Telma Nantes de Matos. Ela me assessora aqui. Dis-

se-me ela: "Está com dificuldade de ler? Eu te ajudo!" Muito bem, parabéns!

Ela é Vice-Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil.

Por favor, Telma, é uma alegria te ouvir!

A SRª TELMA NANTES DE MATOS – Cumprimento os telespectadores, os presentes e a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, que, sensível à nossa causa, marcou esta audiência pública para que nós, pessoas com deficiência, que vivemos um momento histórico, que vivemos em tempo de convenção da ONU, que tem *status* de emenda parlamentar... Nós, pessoas com deficiência, temos o dever de sermos protagonistas da nossa cidadania; temos que estar participando das políticas que venham a nos beneficiar.

Nossos colegas profissionais falaram sobre o sistema Braille, sobre a importância, sobre a luta, sobre o destaque que foi no decorrer da nossa história, no pioneirismo do nosso Brasil, que, muitas vezes, distribuiu livros até mesmo para países que falam a língua portuguesa. Os livros impressos aqui, no Brasil, serviram de referência, de apoio, nas escolas dos países que falam a língua portuguesa.

E, hoje, estamos vivendo um fenômeno que muitos profissionais que atuam na área denominam de desbraillização. Por que está acontecendo a desbraillização? Se nós concordamos com Louis Braille, que o sistema Braille é acesso à comunicação, à informação, à cultura, e a pessoa com deficiência só consegue superar sua deficiência se tiver as informações... E o Sistema Braille é a primeira tecnologia que utilizamos para o acesso à informação.

Hoje, com diversas tecnologias que chegam, não podemos dispensar o Braille, porque o Braille, sempre digo, nos ensina a usar nossos tatos, nos ensina a usar o tato do dia a dia, nos ensina a ser cegos, e o Braille está presente nas atividades da nossa vida diária. Isso, nós, pessoas cegas, não podemos negar.

Muitas vezes, aprendemos o básico do Braille; outras vezes nós o aprendemos para nossa formação acadêmica. Enfim, ele está presente no processo de habilitação e reabilitação, e, muitas vezes, são realizados pelas instituições especializadas que hoje sofrem um desrespeito imenso do Poder Público; um desrespeito que desconsidera toda a história que, há séculos, foi modelo na educação nacional. Hoje, sofremos um descaso.

Digo isso porque sou Presidente e Diretora de um instituto, do Instituto Sul Matogrossense para Cegos, onde atendemos as pessoas que passam pelo processo de habilitação e reabilitação, e trabalhamos, harmonicamente, com o processo de inclusão.

Muitas vezes, falamos em inclusão. E essa inclusão total e irrestrita muitas vezes não respeita nossas necessidades. E nós, pessoas com deficiência visual e profissionais, também exigimos que o processo de inclusão seja com recursos pedagógicos e recursos tecnológicos totais e irrestritos. A ONCB se coloca dessa maneira e diante desse fato histórico e se coloca com os Ministérios da Educação e da Cultura para fazer essa política de acesso à informação e à cultura; fazer essa política acontecer.

O que ocorre com a desbraillização, que comentamos? Muitas vezes, podemos culpar os dados estatísticos. Hoje, trabalhamos com estimativas da Organização Mundial de Saúde, com as quais constatamos que 14% das pessoas têm deficiência. Uma certa porcentagem, com deficiência visual, cegos ou com baixa visão. Cinco milhões de pessoas são cegas e usuárias do Braille. Essas são estimativas. Não temos dados estatísticos, mas trabalhamos com essa estimativa.

O Ministério da Educação trabalha com censo escolar. Esse censo só computa as pessoas que estão nas escolas. Ele se esquece das outras pessoas, que estão no processo de reabilitação e, muitas vezes, de crianças que estão fora do contexto da educação, que são muitas no Brasil.

O Brasil é imenso. Precisamos criar uma política que venha a ser participativa. Já que vivemos numa gestão democrática, não é possível que sejamos tão ditadores ao colocar uma proposta de educação, de reabilitação e de apoio sem consultar a base. Então, precisamos observar os dados estatísticos para que nossas propostas venham a atender as nossas necessidades.

Hoje, minha fala vai ser pontuar algumas situações que estamos vivendo justamente para fazermos uma reflexão. Em relação à alfabetização e à educação infantil, como elas estão acontecendo no Brasil afora? Em todos os lugares do nosso Brasil, em todos os Estados – acredito que há telespectadores de todos os locais do Brasil –, peço que façamos uma reflexão: como está acontecendo a educação infantil e a alfabetização?

Esse processo só vai ter qualidade quando pensarmos na formação dos profissionais, na formação do especialista, que, hoje, muitas vezes, está acontecendo *on line*, e na formação de um profissional que vai atuar como especialista para atender pessoas com deficiência, ou para produzir um sistema, ou para produzir recursos pedagógicos. Isso não é tão simples assim.

A formação, a informação e a orientação dos professores que irão receber essas crianças na sala de aula são muito importantes, porque não precisa-

mos que nossas crianças estejam presentes na sala de aula. Queremos que essas crianças tenham seus recursos pedagógicos disponibilizados em suas mãos para que ele consiga desenvolver sua formação acadêmica com qualidade.

Outra questão é a do apoio pedagógico. Muitas vezes, o que está acontecendo no nosso Brasil é um grande investimento em tecnologia, como impressoras, que são disponibilizadas, *softwares*, que são reinventados e disponibilizados, esquecendo-se do apoio pedagógico de fato necessário. O que o educando precisa, realmente, é do material impresso em Braille, estando ele na alfabetização, ou na educação infantil, ou no ensino fundamental, ou no ensino médio, ou no superior. Precisamos do recurso pedagógico, do material acessível.

Determinadas tecnologias, como o *software* de voz, os *softwares* sintetizadores de voz, são complementos. Muito importantes? Muito importantes, mas são complementos. Se não tivermos a base, não vamos ser profissionais de excelência de formação.

(*Palmas*.)

Podemos reivindicar aqui, se falamos em tecnologia... Hoje, nos países em desenvolvimento e nos desenvolvidos, temos a linha Braille. E, no Brasil, temos a reglete, muitas vezes, para o aluno; e hoje o estão disponibilizando para o aluno com *software* de voz.

Temos a linha Braille, que tem o formato de uma régua, que se conecta ao computador, e toda a tela sai em relevo nessa régua. Essa é a tecnologia que precisamos; essa é a tecnologia que buscamos.

Questiono isso, e as pessoas dizem: "O custo é muito alto." Mas quero falar aos Senadores que, quando falamos em apoio pedagógico, em recursos tecnológicos para pessoas com deficiência, isso não é custo. É investimento.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A SRª TELMA NANTES DE MATOS – Faço um apelo desde aos coordenadores de escola até a nossa Presidenta, no sentido de que façam investimento; façam esse investimento para as pessoas com deficiência. Com certeza, não haverá arrependimento, porque, há quase 200 anos ou há mais de 100 anos, aqui, no Brasil, houve esse investimento e houve uma evolução muito grande na conquista da formação das pessoas.

Hoje, na realidade, temos diversos centros de produção. Com todo o respeito e admiração, são propostas maravilhosas; porém, quando o material chega às mãos dos educandos, geralmente isso ocorre no fim do ano ou no próximo ano. É lamentável isso! Não podemos admitir que o material chegue depois que passou todo o conteúdo, depois que terminou o ano. Não tem razão de chegar esse material naquele momento.

(*Palmas*.)

Questiono ao Brasil: qual pai e qual mãe que tem uma criança no ensino regular, em que o professor da sala de recursos, ou da sala multifuncional, disponibiliza a essas crianças, dentro da sua sala de aula, seus recursos pedagógicos? Digo para vocês: raramente acontece isso. E os pais, e os atendidos devem reivindicar isso, porque é um direito garantido. É um direito garantido e é uma proposta do nosso ministério, do nosso Governo e das nossas esferas, tanto municipais quanto estaduais.

Queremos construir toda essa estratégia também para que isso aconteça. Qual é a estratégia para que isso aconteça? São criações de novos centros de produção? Investimentos na linha Braille ou em pequenas impressoras que ficam nas escolas? É a capacitação dos profissionais, que pode acontecer dentro do próprio Estado ou dentro da própria escola? É desmistificar e perder esse medo de lidar com nossa diferença?

Precisamos do respeito à nossa diferença. É isso o que reivindicamos e que temos que reivindicar.

Quanto à difusão e à normatização do Braille. Temos que respeitar toda essa história que ocorreu no nosso Brasil, que foi exemplo, como Portugal, a Professora Regina disse, na produção, na normatização e na difusão do Braille. Fomos exemplos.

Hoje, o Braille tem um representante em cada região. Digo ao Senador aqui que ele não tem a força, nem a capacidade científica, nem o apoio do Ministério para que aconteça. Precisamos discutir a braillização, a distribuição, a democratização do Braille. Como vamos fazer isso? Com profissionais técnicos, com uma comissão Braille, que vai realizar esse trabalho Brasil afora, já que temos um por região.

Temos que fazer essa luta da normatização. Faltam poucas coisas. A comissão anterior normatizou uma série de situações. Hoje, há os fonemas, a grafia das tecnologias, temos a questão da química e da física já normatizadas; porém, não editada. Então, são questões de base para que o Braille seja democratizado no nosso Brasil.

O Braille é ultrapassado? Não, nunca vai ser ultrapassado. Por quê? Porque ele é a única maneira com que a pessoa consegue ler e escrever com autonomia e independência.

(*Palmas*.)

Eu pontuei, aqui, algumas situações que nós estamos vivendo e para que temos de tomar providências urgentes. Conto com Senadores, Deputados estadu-

ais e federais, vereadores, governadores, prefeitos, a comunidade, principalmente, e conosco, pessoas com deficiência, que temos de ser protagonistas da nossa cidadania. Então, nós temos de ter uma atitude de nos posicionar e de reivindicar toda essa situação. Não podemos nos calar diante desse descaso.

A tecnologia é importante? O computador está na bolsa de cada uma das pessoas cegas? A linha Braille poderá estar nas nossas mãos e nas mãos das nossas crianças? A tecnologia é um investimento? Então, vamos lutar por isso e que o poder público, digo aqui, que o poder público aceite as nossas reivindicações como diretrizes das suas políticas públicas.

(*Palmas*.)

Num último momento, quero agradecer a oportunidade de estar aqui. Confesso a vocês que fico muito emocionada quando falo sobre o Sistema Braille, porque eu perdi a visão na idade adulta e ele é tão importante para mim, na minha atividade da vida diária. Agora, imaginem para uma criança que nunca enxergou, que vai enxergar só tocando: tocando os mapas, tocando as tabelas, as planilhas, as letras e os materiais adaptados. É essa a nossa grande luta!

Obrigada a todos.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Drª Telma, porque foi um *show*. Quero dizer, Telma, que você, inclusive, dá luz para nós quando você cobra dos governantes – nós somos governantes – que têm de dar estrutura. Não adianta só falar em tecnologia e não permitir, por exemplo, que as crianças cegas tenham um computador ao alcance da mão, com o sistema Braille.

Eu queria te dar os parabéns por todas as propostas. Nós vamos recebê-las e nós vamos, em nome da Comissão de Direitos Humanos, encaminhá-las, inclusive, para os órgãos do Governo Federal.

Fiquem tranquilos porque o celular, aqui, está liberado para vocês, porque outros usam celulares. Fiquem tranquilos.

Então, parabéns a você, Telma. Foi uma bela contribuição.

Nós vamos transformar esta audiência. Esta audiência vai para um livro que vamos imprimir no Senado, em Braille, para ser encaminhado a todos os governantes. Está ok?

(*Palmas*.)

Passo a palavra, agora, ao Paulo Roberto Pereira Brandão, consultor em Sistema Braille do Senado. É o último desta Mesa, todos já falaram. Eu só peço à assessoria que dê uma mão aqui, por favor. Depois, nós vamos fazer a segunda Mesa.

Está com a palavra o Paulo Roberto, que vai falar, aqui, em nome do Senado.

O SR. PAULO ROBERTO PEREIRA BRANDÃO – Muito bom dia a todos.

Meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim, às demais autoridades presentes, aos membros componentes da Mesa.

Inicialmente, quero agradecer o convite que me foi feito para estar presente aqui, nesta audiência pública. Eu gostaria de cumprimentar, também, os professores e alunos aqui presentes, especialmente os funcionários, servidores e alunos do CEEDV, que é o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais, escola na qual eu me alfabetizei e tive todo um acompanhamento durante longos anos, até concluir o meu ensino médio.

Hoje, eu sou um bacharel em Direito, com toda a minha base formada em Sistema Braille e com acompanhamento dessa escola que, para mim, foi um suporte fabuloso.

Eu também gostaria de cumprimentar a professora Glória, que tem sido uma professora extremamente atuante durante todo esse movimento de muitos anos para cá.

(*Palmas*.)

A Glória, para quem não sabe, foi minha professora. Ela não gosta que eu diga isso em público, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vem aqui na frente para dar um abraço nele e para nós batermos palmas. A TV Senado vai te mostrar como exemplo para todo o Brasil.

(*Palmas*.)

Ela vai te dar um abraço.

A SRª GLÓRIA – Vai denunciar a minha idade, não é, Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Valeu, valeu.

O SR. PAULO ROBERTO PEREIRA BRANDÃO – Você merece. Você merece.

A SRª GLÓRIA – É um produto do Braille.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem.

(*Palmas*.)

O SR. PAULO ROBERTO PEREIRA BRANDÃO – Então, durante esses longos anos, aí, que não nos interessa contar, até para não entregar a idade de alguns, muito menos a minha... Eu entrei para o ensino especial logo que foi inaugurada a primeira escola de deficientes visuais aqui, em Brasília. Vão, aí, já alguns anos. Foi por volta de 1974 – ainda ontem, não é?

Então, de 1974 até aqui, eu tenho acompanhado e tenho procurado compreender toda essa problemá-

tica relativa à pessoa com deficiência visual. Tendo o acompanhamento dessa escola, eu sou fruto desse processo de inclusão tão propalado hoje em dia, mas que, à época, era algo tão novo que sequer tinha um nome específico para esse tipo de acompanhamento.

O processo de inclusão, para os telespectadores que não tiverem acesso a esse tipo de nomenclatura, é um processo pelo qual o aluno tem o acompanhamento de professores e pessoal especializado e tenta, com maior ou menor grau de dificuldade, cursar toda a sua vida escolar em ensino regular, em sala de aula com alunos sem problema de visão.

Isso gera toda uma discussão. Nos dias de hoje, essa discussão está em estado de ebulição. Há toda uma discussão, há todo um aquecimento nessas ideias e os senhores, provavelmente, no momento oportuno, devem tocar nesse assunto.

O fato é que eu consegui concluir o ensino médio através do sistema de inclusão, entrei para o Senado Federal em 1983 – também já vão, aí, alguns anos – e elaborei um projeto de impressão, de transcrição de toda a legislação brasileira para o sistema Braille, um projeto extremamente ambicioso à época.

Nós mobilizamos uma verdadeira campanha de conscientização dos Srs. Parlamentares, de 1986 a 1987, e tentamos implantar esse projeto durante a Assembleia Nacional Constituinte. Infelizmente, não foi possível. Apenas dez anos depois esse projeto foi acolhido em definitivo pela Casa e, então, em 1998, conseguimos inaugurar o sistema de impressão Braille dentro do Senado Federal. Aí, nós conseguimos galgar um pioneirismo que até hoje se verifica: o Senado continua a ser o único parlamento, no mundo, a abrigar, em suas instalações, um serviço de impressão Braille.

Essa é uma conquista nossa, de todos vocês.

(*Palmas*.)

Dentro desse projeto, sempre na tentativa de aprimoramento desse projeto, nós conseguimos, como obra inaugural, já na inauguração, fazer a transcrição da nossa primeira obra, que foi a Constituição Federal. A ela se seguiram diversas outras publicações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Doação de Órgãos, o Estatuto do Idoso, o Código de Defesa do Consumidor. E, com certeza, vários terão muitos títulos a sugerir. Eu não me lembraria de todos, até porque beiram os 150 títulos, atualmente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação também é um título que eu reputo como de extrema utilidade para todos nós.

Então, o Senado foi-se firmando como um agente transmissor de informação, de informação voltada para um público específico, que é o portador de necessidades especiais e, mais especificamente ainda, a pessoa com deficiência.

Hoje, o Senado conta com quatro revisores Braille e dois transcritores Braille. Temos um parque gráfico respeitável, com a utilização de equipamentos computadorizados, equipamentos de última geração, que nos têm permitido atender à demanda interna da Casa, ou seja, solicitação de parlamentares e, eventualmente, a solicitação de algumas entidades voltadas para o atendimento a pessoas com deficiência.

Dentro dessa nossa política de atendimento à pessoa portadora de deficiência visual, nós implementamos uma linha editorial, que é uma linha muito afeita aos trabalhos realizados pelo Senado, que é uma linha voltada para a atividade legislativa.

Nós temos um acompanhamento rigoroso e a atualização sistemática da Constituição Federal em todas as suas emendas. Nós fazemos um trabalho diário de acompanhamento dessas alterações sofridas pela nossa Carta Magna e procuramos mantê-la sempre atualizada.

Também fazemos um trabalho de atualização dos códigos: Código Civil, Código de Processo Civil, Penal, Processo Penal.

Portanto, se tiver algum profissional como eu, ligado à área jurídica, o Senado tem uma vasta literatura, que pode interessar a vocês.

O Senado tem uma política de distribuição gratuita desse material. Nós fazemos toda a parte de transcrição, revisão e impressão de textos, e disponibilizamos esse material através da Secretaria de Edições Técnicas. Essa Secretaria procede à distribuição desse material, de maneira gratuita, para todo o Brasil.

Nós atendemos a um cadastro de entidades, que recebem esse material através do fornecimento de pequenas informações básicas, como nome, endereço, área de interesse. A partir do cadastramento dessas entidades, que pode ser feito através do nosso 0800... Aí, eu faço questão de passar o telefone desse seviço: 0800612211. Através do Alô, Senado, as entidades podem-se cadastrar e passar, então, a receber gratuitamente todo o material impresso nas dependências do Senado Federal.

Como eu sei que aqui, hoje, estão presentes especialistas, pessoas do mais alto nível de capacitação, e como são inúmeros os temas a serem tratados, com relevância sobremaneira maior que o tema que desenvolvemos aqui, eu gostaria de me colocar à disposição para quaisquer esclarecimentos, através do telefone já mencionado, e parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, agradecer pelo convite e dizer que nós estamos nessa luta com o apoio do Senador e dos demais parlamentares, sempre buscando o aprimo-

ramento. Para isso, nós contamos com a sugestão e as críticas de todas vocês.

Muito obrigado a todos.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência, mais uma vez, cumprimenta o Paulo Roberto Pereira Brandão. Desde que chegamos ao Senado – eu estou no segundo mandato –, sempre foram referências para nós a sua história, a sua vida e as conquistas.

Ele falou rapidamente, mas aqui estão alguns diretores do Senado, assistindo. Nós temos uma semana da pessoa com deficiência, em que todo o Senado, naquela semana, se volta para esse momento tão bonito. Agente faz debates, traz especialistas, usamos o Auditório Nereu Ramos, usamos o plenário do Senado, são chamados artistas que têm compromisso com essa causa.

Às vezes, as pessoas pensam que o Senado nunca fez nada. O Senado fez muito e vai continuar fazendo, não é Brandão? O Senado tem feito um trabalho magnífico. Eu mesmo sou convidado inúmeras vezes pelos diretores que estão aqui. "Senador Paim, vai fazer uma palestra tal dia lá pra nós, porque temos outro evento no Senado". Eu não tenho ido em todos porque não consigo dar a volta, vocês são mais ligeiros do que eu.

Mas quero, aqui, pedir uma salva de palmas para essa direção do Senado, que tem se dedicado, e eu sei o esforço que eles têm feito.

(Palmas.)

Inclusive montaram uma comissão especial para analisar todo o Senado nessa questão da acessibilidade. Foi aí que surgiram os elevadores, as rampas... Esta comissão trabalhou nesse sentido.

Antes de eu passar a palavra para o próximo convidado, vou dar a palavra ao Moisés, que a solicitou.

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Senador Paulo Paim, e todos os que nos prestigiam nesse momento, gostaria de mostrar a vocês, aos que podem ver – depois os cegos vão poder tocar – um busto, a imagem, a face, em bronze, em alto relevo, para nós, cegos, a tocarmos também, de José Álvares de Azevedo.

José Álvares de Azevedo, como muito bem disse o professor Jonir, foi o responsável em trazer o Sistema Braille para o Brasil, no século XIX, e que, com a sua iniciativa, o seu trabalho, o seu empenho, fez com que, em 1854, D. Pedro II inaugurasse o Instituto Imperial para os Meninos Cegos do Brasil, hoje conhecido por Instituto Benjamin Constant.

Vou aproveitar, brevemente, Senador, ao mesmo tempo que, em nome da Organização Nacional dos Cegos no Brasil (ONCB) agradeço esse presente valiosíssimo que o professor Jonir Bechara oferece à ONCB, para dizer, com bastante preocupação, que hoje venho com uma fala preocupada, mas, infelizmente, não pode ser diferente, porque este Instituto que hoje é chamado Benjamin Constant, que José Álvares de Azevedo, em 1850, ao trazer o Braille para o Brasil, foi o grande responsável por estimular a sua criação, está ameaçada de fechar, Senador. Há duas semanas foi noticiado o interesse do Ministério da Educação em fechar esta escola especial para cegos. E ela não é só uma escola especial, ela é uma grande imprensa Braille, ela produz muito Braille, produziu muito Braille para nós. Tem toda uma discussão: o Ministro Haddad já recuou, disse que não é bem assim, que não vai fechar, mas a gente teme muito por esse fechamento. Estamos alertas. E, aqui, gostaria de fazer um apelo muito forte ao Ministério da Educação para que não feche esta escola, que não feche essa instituição, que é referência para a América Latina toda. Não feche essa instituição! *(Palmas.)* Que, ao invés de fechá-la, abra-lhe as portas – fica a nossa sugestão – para que outros alunos sem deficiência passem a estudar com os alunos cegos que lá estão, para fazerem a inclusão que todos defendemos sim. Não precisa fechar escola nenhuma, basta abrir escolas.

Muito obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento, mais uma vez, o Moisés pela iniciativa. A obra que ele agora mostrou aqui, depois todos poderão tocá-la, para conhecer esse homem que marcou sua época e seu tempo...

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) trazendo o Braille para o Brasil.

Neste momento, vou passar a palavra – ela pode usar o microfone da Mesa – à Srª Loni Elisete Manica, que aqui representa a CNI. Eu diria, permitam-me, que quase todo o Sistema S, mas falo especificamente do recado que você mandou para a Mesa, que achei interessantíssimo.

Está com a palavra.

A SRª LONI ELISETE MÂNICA – Primeiro, cumprimentar à Mesa, parabenizer o Senador Paim por este evento e por estar sempre preocupado com essas questões. É bom nos lembrarmos do Senador Flávio Arns, que também sempre esteve conosco, mas agora está no Paraná, como Vice-Governador, mas que também sempre esteve à frente desse trabalho.

Na verdade, eu não fiz nenhum discurso, não me preparei para isso, mas, no momento em que o Senador, hoje, no início dos trabalhos, disse que eu falaria, preparei, aqui, rapidamente, os pontos que o Senai e a

Confederação Nacional da Indústria (CNI), através do Senai tem feito em relação às questões das pessoas com deficiência visual.

Então, como hoje estamos no Dia do Sistema Braille, e homenageando o grande inventor, de séculos e de época, pois perpassa todas as épocas, é importante que possamos contar que o Senai desenvolveu, agora, o terceiro curso em Braille para os docentes do Senai. Desenvolvemos um curso de português, depois desenvolvemos um curso de atualização em Braille, e, dia 24 de março, encerramos o curso, de um ano de duração, de matemática, em Braille, para os nossos docentes. Qual o grande objetivo? Preparar os nossos docentes para que pessoas que cheguem às escolas do Senai, o nosso docente, conheçam minimamente o que é o Sistema Braille. Esta é uma das ações do Senai.

Temos também desenvolvido todos os nossos materiais em Braille. Temos uma gráfica nossa, assim como o Senado tem, localizada na cidade de Itú, São Paulo, que desenvolve todo o nosso material em Braille. Inclusive tivemos, há pouco tempo, o material do Telecurso, que foi encaminhado para o CDV, que deve ter recebido, através da Joana, que levou lá, que foram algumas sobras de documentos e materiais de matemática, português, geografia, que, então, repassamos ao CDV. São materiais impressos pela nossa gráfica, que trabalha para atualizar as nossas escolas, com material em Braille também.

Temos também um projeto que desenvolvemos, em que colocamos, em cada escola, uma impressora Braille em cada Estado, para que os nossos docentes tenham a possibilidade de imprimir em Braille.

É importante enfatizar que as nossas regletes, nossas punções são fabricadas nas nossas escolas. Elas não atendem o público externo, mas atende ao nosso docente para poder trabalhar com o Sistema Braille.

Temos também um trabalho muito forte da CNI hoje, com a inclusão. Temos o Leo, que trabalha conosco nos recursos humanos, que tem o seu cão-guia, como aqui no Senado. Todos os dias ele entra na CNI com o seu cão. Temos a Joana, que está aqui do meu lado, que também é cega, e trabalha na nossa unidade de educação do Senai, que tem nos apoiado nesses cursos em Braille. Paralelamente a isso, pessoal, é importante dizer que estamos abrindo agora, dia 20 de abril, a primeira aula de um curso de informática para os docentes atuarem com alunos cegos. Qual é a intenção? Vamos trabalhar com os nossos docentes, um material todo especializado, e tivemos mais de 19 apostilas prontas, e os nossos docentes vão receber todo o trabalho de Jaws Virtual Vision, NVDA e Dosvox. Qual é o grande objetivo? Instrumentalizar os nossos docentes, para que o aluno cego que chegue às nossas escolas também possa fazer os cursos de informática como qualquer outro. Isto já acontece atualmente. Temos, inclusive, vários docentes que são cegos. Temos um docente que é cego e não conhecia o Sistema Braille, veio a fazer o curso de Braille conosco, mas era formado em informática.

Então, contar para vocês um pouquinho e parabenizar essas instituições de cegos. Eu também, particularmente, penso que tem um grande papel na nossa sociedade, essas instituições que são ricas, que são aquelas que nos instrumentalizam e desenvolvem os pré-requisitos necessários para a educação profissional acontecer para essas pessoas. Muitas vezes, são elas que nos trazem essas pessoas que não tiveram acesso a uma escola regular, são elas que nos fornecem essas pessoas com os pré-requisitos para a educação profissional.

Parabenizar todos os deficientes visuais que aqui estão pelo Dia do Sistema Braille, e agradecer ao Senador Paim mais uma vez pelo espaço concedido à indústria também, que tem feito o seu papel e procurado desenvolver a inclusão dentro de um sistema de educação profissional.

Obrigada a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Temos mais um convidado, a quem peço que venha aqui na frente.

Convido o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, Chefe de Gabinete, que está representando o Sr. Humberto Conceição Lippo Pinheiro, que é Secretário Nacional da Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que vai poder sentar-se aqui. Mas se quiserem trocar...*(Pausa.)* Isso. Só para ele usar o microfone, viu meu poeta. Sente-se aqui ao lado, e ele, para usar o microfone, sentará aqui.

Quero registrar a presença de Marcos Bandeira, do Conad; Antônio Leitão, da Diretoria Especial de Educação do D. F.; Maria Lúcia Rodrigues da Cunha, que está estudando Braille para o vestibular. É isso? Levante-se, por favor, Maria Lúcia. Ela está estudando, em Braille, para fazer o vestibular!

(Palmas.)

Parabéns, parabéns! Também presente o Fernando Cota, Coordenador para a Inclusão da Pessoa com Deficiência (CODE-D.F.).

De imediato, passamos a palavra para o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, que está representando o nosso querido amigo Humberto Conceição Lippo Pinheiro, que é nosso Secretário da Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Por favor, Antônio. Você está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Bom dia a todas e a todos. Faço esta primeira saudação fora do microfone para que os companheiros com deficiência visual possam ter exatamente a idea da posição em estamos aqui na Mesa.

Quero saudar e parabenizar pela iniciativa o Senador Paulo Paim; quero saudar o Presidente do Conade, o nosso amigo Moisés Bauer; quero saudar a professora Regina, o professor Jonir Bechara, a representante do CNI e a professora Telma Matos, na oportunidade, representando a Organização Nacional de Cegos no Brasil; saudar todos os professores presentes; amigos; gestores públicos; alunos; funcionários desta Casa.

Venho aqui, com muita alegria, representando a Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na pessoa do nosso Secretario Nacional, Humberto Lippo, e também trazendo um abraço para vocês da nossa Ministra Maria do Rosário Nunes.

Na verdade, 8 de abril, data em que comemoramos recentemente o Dia Nacional do Sistema Braille, data de muito significado, que traz, na pauta, a temática acerca da importância do Sistema Braille na vida das pessoas cegas no mundo e no Brasil.

Mas, gostaria de não me ater aqui nesta pequena explanação aos aspectos técnicos da importância do Sistema Braille na vida de uma pessoa cega, porque isso aqui já foi muito bem feito pelas pessoas que nos antecederam, nas falas da Professora Regina e do Professor Jonir Bechara. Na verdade, eu gostaria de me ater um pouco àquilo que é o pensamento do Governo, o desejo do Governo no que se refere a políticas públicas afirmativas para pessoas com deficiência e também para pessoas com deficiência visual, obviamente.

Mas sem, de algum modo, tornar menos importante eu queria somente, seguindo esse mote e a menção que as pessoas têm dado, dizer que eu também sou um produto do braile, porque tive acesso ao sistema braile pela primeira vez aos doze anos, visto que na minha cidade, São José do Egito, no interior de Pernambuco, a 420 quilômetros do Recife, ninguém na minha época de infância sabia que o braile existia. Não que na cidade não tivesse mecanismo, não tivesse impressora, não tivesse professores capacitados. Na verdade, na cidade, ninguém sabia que existia o sistema braile. É bem diferente. E aí só aos doze anos, com a chegada de um padre italiano que levou essa informação às pessoas da cidade, eu tive a oportunidade de saber pela primeira vez que os cegos poderiam ler e escrever, mas eu ainda não sabia o nome do sistema. É interessante isso. Em Recife, já existiam escolas de cegos desde 1909, e naquela cidade do interior do meu Estado ninguém sabia. Foi quando tive oportunidade de ir à capital aprender o sistema braile, que me deu a possibilidade de ingressar na educação e hoje estar aqui trabalhando na Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Então, para mim, é muito singular e significativo falar hoje aqui nesta Casa.

Quando se fala em acessibilidade, um tema candente, bastante divulgado, difundido, principalmente por conta da luta das pessoas com deficiência... Hoje a gente consegue ouvir e ver várias pessoas falando acerca de acessibilidade e, às vezes, se esquece de mencionar a importância do braile nesse aspecto da acessibilidade. A acessibilidade tem toda a sua importância nas questões arquitetônicas, para que possa garantir o ir e vir das pessoas, e o Sistema Braille, que é o acesso à informação. E aí, muitas vezes, esse aspecto da especialidade nos remete a uma coisa muito distante, muito difícil. Remete também isso à sociedade. As pessoas acham que, muitas vezes, só nós entendemos dessas questões que discutimos. Por isso a importância de estarmos aqui hoje falando para todo o Brasil. Na verdade, o Sistema Braile é um componente dessa acessibilidade, desse elemento de acesso à informação. As pessoas cegas necessitam muito mais ter acesso às informações escritas do que, por exemplo, utilizar uma rampa. Não que uma coisa seja menos importante que a outra, mas todos esses componentes fazem parte desse elemento da acessibilidade.

Ontem eu tive oportunidade de fazer compras. Eu estava na sessão de frios, verificando algumas pizzas para comprar, se bem que estou tentando fazer regime, mas ali eu escolhi justamente a marca que tinha o sistema braile, para poder valorizar...

(*Palmas*.)

Para poder valorizar justamente o sistema, embora o fabricante não tenha se preocupado em levar pela escrita braile todas as informações que estavam em tinta, pelo menos o nome do fabricante, o peso do produto e o sabor já estavam ali escritos em braille. Eu pude saber isso sem ter que pedir ajuda. Então, isso é autonomia. E ficamos felizes, muitas vezes, em encontrar esse sistema à disposição em embalagens etc. Estou apenas dando um exemplo da acessibilidade que traz o sistema braile.

E por que nós estamos passando por esse aspecto sobre o qual a Telma tão bem falou, a "desbrailização"? Ou seja, muitas vezes, não visualizamos, não percebemos as pessoas dando tanta importância ao Sistema Braile.

O Senador Paulo Paim disse, com muita propriedade, que ao apresentar o que estava escrito era uma folha em branco. De fato, as pessoas olham para o braile e veem apenas uma folha em branco. Muitas vezes, não dão ao braile a importância que ele tem por não visualizarem bolinhas, pontinhos, sementinhas, como quiserem chamá-los, coloridos, que sejam também agradáveis à vista. As pessoas, às vezes, não conseguem entender isto: "Mas uma folha em branco aqui é tão importante? Eles conseguem ler?" Eu vou explicar, tentar falar aqui, sem entrar muito nas questões técnicas, que muitas vezes isso passa despercebido porque o braile não tem todo esse colorido aos olhos, porque ele foi feito para os dedos. O braile traz todo o colorido para quem toca, não para quem vê. (*Palmas.*) Por isso é importante que as pessoas tenham acesso ao braile.

Eu trago sempre como costume, embora tenha acesso a *notebook*, que é bastante útil, mas costumo fazer minhas anotações em braile, porque é a maneira que temos também de difundir o sistema braile, de mostrar às pessoas a sua importância. A todas as minhas secretárias eu sempre ensino o braile. Às vezes elas passam comigo anos, vão embora, mas é uma pessoa a mais que já sabe do braile, além, Regina, da maravilha de receber os recados em braile. Então, isso é uma coisa bastante significativa.

Eu vou só dizer uma coisa a vocês e ao restante do Brasil: o braile é uma sistema mais seguro do que os mais altos e complexos sistemas de Internet, porque não permite que entre vírus. Só o vírus da ignorância.

(*Palmas.*)

Então, quando a gente faz uma correspondência em braile e manda para outras pessoas... Se eu começar a escrever em braile aqui nesta sala, as pessoas que não sabem braile não vão ter a informação, só quem sabe braile. Por isso que é um sistema bastante seguro – eu costumo brincar.

Meus amigos, na verdade, eu acredito que o Ministério da Educação ainda vai chegar aqui – a Professora Cláudia ainda não chegou, não é? –, mas estou aqui para informar o seguinte: houve, de fato, essa informação de que o Instituto Benjamin Constant e o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) estariam aí para fechar, para encerrar suas atividades. O nosso Ministro Fernando Haddad já informou que o Governo não tem esse interesse. E o Governo tem feito um investimento forte nas salas de recurso multifuncional. Hoje já há em torno de 24 mil salas de recurso multifuncional implantadas no Brasil, muitas delas, uma quantidade bem significativa destas salas com recursos braile e com recursos para a produção braile. Então, isso aí já é uma prova de que o Governo está interessado.

Na minha avaliação, e eu tenho feito esse debate dentro do Governo, nós precisamos investir mais em capacitação de técnicos e de profissionais e na difusão do sistema braile, para que sejam do conhecimento de todas as pessoas, não só das pessoas cegas. Às vezes, as pessoas se dedicam a aprender muitas coisas e poderiam também se dedicar a aprender o braile, aprender libras, que são, de fato, sistema de leitura e escrita e língua – a libras é uma língua – que permitem a pluralidade da informação, a disseminação das informações.

O Ministério da Educação tem feito todo o investimento sim. Isso é inegável, já foi inclusive ressaltado aqui nesta Mesa. Onde está o nosso problema? Onde está a nossa fragilidade hoje? No fortalecimento da rede que fará e que precisa fazer com que esse sistema de fato funcione, o sistema de produção.

Muitas vezes, o Governo Federal coloca nos Estados impressoras, mas a contrapartida dos governos estaduais, que é de manter ali o profissional, não é atendida satisfatoriamente. O resultado é que a iniciativa federal muitas vezes não chega aos seus objetivos porque essa parceria não se conclui. Então, esta é uma fragilidade que precisamos sanar, precisamos resolver. Já a identificamos e precisamos resolvê-la.

A produção dos livros se faz necessária. É preciso verificarmos, de fato, o que é necessário fazer para que as pessoas cegas possam ter os livros didáticos ao mesmo tempo em que as crianças, os jovens, na educação inclusiva, recebem esse material.

O Governo também está preocupado – estamos trabalhando isso na Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia – justamente com o acesso a tecnologias assistivas. Abrimos já o debate, a pedido da nossa Ministra Maria do Rosário, com o Ministério da Fazenda e o Ministério da Ciência e Tecnologia, para que possamos encontrar um caminho de viabilizarmos o acesso às tecnologias. É um absurdo hoje termos ainda tanta dificuldade de adquirir aparelhos auditivos, impressoras braile, tudo aquilo que é produzido fora do País e que entra aqui para o atendimento das pessoas com deficiência ainda com impostos tão altos ou sem que tenhamos uma política de isenção de imposto para que essas pessoas possam ter sua plena inclusão social a partir do acesso a essas tecnologias.

Então, queria informar aqui, em primeira mão, que já existe um grupo de trabalho estudando as formas e maneiras para que tenhamos acesso às tecnologias assistivas a preços populares, a preços acessíveis, e não que tenhamos que pagar cerca de R$10 mil para

termos acesso a uma pequena impressora braile de produção meramente residencial, de uso pessoal. Estamos trabalhando nisso para poder resolver.

Outra ação que interessa diretamente às pessoas com deficiência visual: o Presidente Lula estabeleceu o decreto do uso e do acesso ao cão-guia. Até hoje esse decreto tem sido muito importante no que se refere ao uso do cão-guia, ao direito de ir e vir com o cão-guia, tanto que o Senador falou do Luciano, que caminha bem com o seu cão-guia aqui no Senado Federal. Mas como ter acesso a um cão desse? Nós estamos trabalhando, juntamente com a Setec, a Secretaria de Tecnologia do Ministério da Educação, e acredito que até o final de 2012 inauguraremos o primeiro centro de formação e fornecimento de cães-guias do Brasil, que acontecerá em Balneário Camboriú, dentro do centro de tecnologia da antiga Escola Técnica, hoje Instituto Federal de Camboriú. A ideia é que esse centro seja o fomento para o desenvolvimento de pelo menos mais quatro centros, um por cada região, para que finalmente as pessoas cegas possam ter acesso ao cão-guia, que é um apoio bastante importante para garantir o ir e vir das pessoas cegas com autonomia.

Por fim, eu gostaria, mais uma vez, de parabenizar a todos e a todas. Quero dizer que o Governo Federal está bastante empenhado em melhorar a vida dos cidadãos brasileiros e, é claro, das pessoas com deficiência, das pessoas cegas, que fazem parte desse quantitativo de pessoas.

Um grande abraço a todos. Muito obrigado. Vamos ficar aqui até o final.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Antônio, que, como sempre, faz uma fala muito feliz, muito didática e pegou aquele exemplo que mostrei aqui, o de que, para nós, que não entendemos nada em Braille, é uma folha em branca, mas para vocês é luz, é vida, é alegria, é cor, é tudo. O exemplo dele foi muito feliz, e, oxalá, um dia possamos – nós, que somos metidos a saber enxergar – lembrá-lo também, como vocês; que possamos dizer com orgulho... Quem sabe fazemos um cursinho aqui...

Mas quero dar uma notícia boa para vocês. Ele queria que eu anunciasse. Eu disse: "Não, anuncie você em nome da Casa". Então, vou passar a palavra a um dos diretores do nosso Senado, o Dr. Florian Augusto Madruga.

Por favor, Florian, anuncie para eles.

(Palmas.)

O SR. FLORIAN AUGUSTO MADRUGA – Bom dia a todos os presentes a esta audiência pública promovida pelo Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar todos os presentes aqui, em nome do Paulo Brandão, nosso companheiro, que já falou, muito bem, sobre o serviço de impressão em Braille da Gráfica do Senado.

Sou o Diretor da Gráfica do Senado e dizia, agora há pouco, ao Senador Paulo Paim que já estou autorizado pelo 1º Secretário da Casa, Senador Cícero Lucena, a imprimir em tinta e em Braille o resultado desta audiência pública.

(Palmas.)

E gostaria também de dar-lhes a notícia – eu a passei também para o Presidente Paulo Paim – de que a direção do Senado já autorizou, neste ano de 2011, o Serviço de Publicações em Braille a imprimir em Braille todas as leis orgânicas das capitais brasileiras.

(Palmas.)

Acho que é uma homenagem. É a primeira vez em que se imprime em Braille a lei orgânica de uma capital. É a lei da capital, é a lei da cidade que representa os Estados. Então, já começamos esse trabalho e esperamos, até dezembro, Senador Paulo Paim, ter as 27 leis orgânicas das capitais brasileiras impressas em Braille, fazendo parte do acervo das publicações do Senado Federal.

Parabéns a todos vocês, e disponham, na Gráfica do Senado, do Serviço de Impressões em Braille. É só conversar com o Paulo Brandão, que representa muito bem esse setor do Senado Federal.

Muito obrigado e um bom trabalho para todos.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, sei que alguns dos alunos vão ter de se retirar, porque têm prova no dia de hoje, disseme a professora.

Antes que eles saiam, só queria dizer que estou muito orgulhoso não do meu trabalho, mas do trabalho de vocês; por tudo que ouvi aqui, muito orgulhoso do trabalho das professoras. Sei que alguns vão sair e não tenho palavras para abraçá-los. Então, só vou dar uma grande salva de palmas para aqueles que tiverem de sair e para aqueles que ficam também.

(Palmas.)

Antes ainda, a Simone Dutra Oliveira quer falar sobre a impressão Braille junto com o tipo ampliado.

A Simone está? Aí, Simone, pode usar... Fique à vontade.

A SRª SIMONE DUTRA OLIVEIRA – Bom dia. Eu queria falar sobre o deficiente de baixa visão, que também encontra algumas dificuldades, como o pessoal do Braille.

Tenho deficiência visual de baixa visão desde que nasci e sempre estudei com pessoas ditas normais, em escola pública normal. Mas a gente encontra bastante dificuldade, então sugiro que, junto com a impressão

em Braille, seja feita também a impressão com letras ampliadas, para que outros alunos que tenham baixa visão possam também conseguir – como esse exemplo que estou tendo aqui, que foi impresso pela Fundação Dorina Nowill, que é o portfólio de produtos Natura, que dá a vários deficientes acesso para comprar os produtos e conhecer a empresa.

Acho que, dessa forma, contemplam-se muitas pessoas também. O deficiente visual de baixa visão às vezes sofre uma discriminação dupla, porque não é uma pessoa normal, mas tem a aparência como se o fosse, e as pessoas às vezes não percebem isso. Ele não está nem no grupo dos cegos, nem no grupo dos normais.

Então, fica a sugestão.

E aqui o Braille não está branco, Senador. O Braille tem tinta junto, ampliada, para que as pessoas possam ver com facilidade, para que ele fique mais público para as pessoas que enxergam normalmente. Essa é a minha sugestão.

Obrigada.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A partir da sugestão da Simone, fica aqui a recomendação de que o Sistema Braille seja, de fato, colorido também, o que ajudaria as pessoas com uma visão diminuída, que usam o Braille, mas que, ao mesmo tempo, estariam vendo em parte.

Fica a sugestão, Simone, que a Mesa acata.

Queria, neste momento, convidar os outros que vão fazer uso da palavra. Convidaria o Santos Fagundes a usar o microfone. Por favor, o Santos Fagundes.

O Santos Fagundes é cego e é o Coordenador Político do meu gabinete, há cerca de nove anos.

Santos, com a palavra. Pode falar aqui ou à frente também. Então, por favor. Depois vai falar o Luciano, ainda. Peço ao Luciano que se sente já, ali.

O SR. SANTOS FAGUNDES – Primeiramente, quero saudar todos os presentes, professores, lideranças de entidades.

Quero saudar o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, e dizer da alegria de poder estar aqui comemorando o Sistema Braille, junto com a nossa Organização Nacional dos Cegos, junto com o nosso Presidente Moisés Bauer, escutando também o Paulo Brandão, que foi um amigo, Senador Paulo Paim, no início da caminhada do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Saúdo o Antônio José, nosso Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional pela Promoção de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência, do nosso Secretário Humberto Lippo, assistindo à Professora Delma, que não sei se se encontra ainda aqui.

Que bom, professora, escutá-la e, junto com a senhora, o Professor Valdir de Lima. Lá, no Rio Grande do Sul, a gente conseguiu chegar ao lugar em que estamos. Então, graças a pessoas que foram persistentes, que sinalizaram para nós, cegos, que o Sistema Braille seria o melhor caminho para chegarmos à dignidade, à cidadania... E o mostra esta sala aqui, repleta de professores, de advogados e de outros profissionais que foram contemplados por essa sementinha jogada por um professor, Louis Braille, lá na França.

Então, quando temos um projeto coletivo, quando acreditamos que o benefício que estamos construindo não será bom só para nós ou só para o eu, mas sim para a comunidade em geral, esse projeto não morre. E o Sistema Braille está aí se mostrando, já há mais de 200 anos, mais vivo do que nunca. E cabe a nós, aqui presentes, que fomos contemplados, que fomos assistidos por esse sistema, não deixar que o sistema social, que o sistema de Estado esqueça esse instrumento, essa estrutura que foi construída por uma pessoa cega lá atrás.

E ele dizia que, se não temos os olhos, deveremos cavar outro instrumento, para escrevermos e podermos, sim, abraçar as estrelas, a lua, o amor, as águas. E só o Sistema Braille faz com que os cegos se aproximem, então, das estrelas, da lua, do sol, dos pássaros, por isso acredito que não podemos deixar esse sistema cair no limbo.

Acredito que não é vontade de nenhum agente político fazer com que o Braille não continue vivo nas mãos e nos dedos das pessoas cegas.

Senador Paulo Paim, sei que há mais gente para falar, mas gostaria de homenagear uma pessoa que, em 2003, quando chegamos ao Senado... O Senador me convidou para fazer parte do gabinete dele, para fazer a articulação do debate do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e aqui, no Senado, conheci uma pessoa que se colocou à disposição, para nos ajudar na apresentação para a sociedade cega do Estatuto em Braille. E consegui, Senador Paulo Paim, achar esse exemplar lá na minha casa e penso que é um dos poucos que existem à disposição.

Então, gostaria de chamar aqui o meu amigo pessoal, o Professor Paulinho, do Braille do Senado Federal, para devolver a primeira cartilha que saiu em Braille pela Gráfica do Senado, com 123 páginas.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, neste momento, o nosso convidado Santos Fagundes entrega a Paulo Roberto Brandão, que ele chama carinhosamente de Paulinho, um exemplar do Estatuto da Pessoa com Deficiência em Braille, que o

Paulo ajudou, na época, que fosse impresso. Ele foi lançado na Feira do Livro, em Porto Alegre.

O SR. PAULO BRANDÃO – Tenho direito a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro. Agora. A palavra é sua.

O SR. PAULO BRANDÃO – Sempre muito gentil o meu amigo Santos Fagundes, lembrando essa época de bastante trabalho, que foi esse período de gestação do Estatuto do Portador de Deficiência.

Realmente, confesso que não me lembrava mais de ter presenteado o amigo com esse raro exemplar, mas ele vai para a minha coleção de raridades. Fico muito feliz com a lembrança e também com o avanço que, nas suas competentes mãos, teve o Estatuto.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, vou passar a palavra para o Luciano.

O Luciano quebrou os tabus dentro do próprio Parlamento, não é, Luciano? Você foi o primeiro cego que entrou com cão-guia no plenário do Senado e que subiu, inclusive, à Mesa...

O SR. LUCIANO FAGUNDES – À tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) para me cumprimentar, na época em que eu estava presidindo os trabalhos.

Está ali a Mitzi, toda faceira, toda simpática.

O SR. LUCIANO FAGUNDES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela sabe que você vai falar. Está quase batendo palma.

O SR. LUCIANO FAGUNDES – Certamente. Ela também quer falar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fale você primeiro.

O SR. LUCIANO FAGUNDES – Antes de eu começar a falar o que me propus a falar realmente, quero lembrar uma frase que ouvi muito, há dois anos, quando da comemoração do bicentenário do Braille. Achei muito bacana, muito bonita a frase. Todos podem ler, mas só os cegos podem sentir as palavras, podem tocá-las. Achei isso muito poético.

Enfim, quanto às falas que me antecederam, o Santos começou a falar disso, tocou nesse assunto; o Paulo Brandão falou um pouco sobre a caminhada do Estatuto; e, se não me engano, foi a Professora Telma, que também chegou a mencionar que estamos vivendo momentos de convenção internacional da pessoa com deficiência. E aqui a minha fala não se direciona apenas para os cegos, vai a todas as pessoas com deficiência.

Dia 6 deste mês, assisti – o Moisés também; ele está aí ainda? – o Moisés também esteve lá e assistimos ao seminário cuja questão fundamental era se o projeto de lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência poderia ser um instrumento a dar eficácia à Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência. Nesse evento, falaram juristas que trabalham com essa questão da pessoa com deficiência, consultores das duas Casas, Câmara e Senado, que também trabalharam com o Estatuto, e eles opinaram tentando dar essa resposta. No meu entendimento, eles foram unânimes em responder que sim, que o Estatuto pode ser esse instrumento a dar eficácia à Convenção Internacional.

Foram várias, inúmeras, centenas de audiências e reuniões de trabalho, para a formulação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O ex Senador Flávio Arns também trabalhou, foi o Relator do Estatuto, trabalhou intensamente nisso, ouvindo a sociedade, ouvindo os movimentos, ouvindo as entidades de pessoas com deficiência. Foi um trabalho grandioso, gigantesco. O Estatuto que saiu com cerca de 70 artigos, hoje tem quase 300.

Enfim, o Estatuto é, sim, um instrumento que pode dar eficácia à Convenção. Adequações no texto, é claro, podem ser feitas, adequações pontuais, mas o Estatuto já vive um momento maduro. Ainda tem pessoas que podem dizer que ainda precisam ser feitas várias alterações. É claro que o debate não vai terminar nunca, uma legislação perfeita, a gente jamais vai conseguir, até mesmo porque os conceitos evoluem, então o conceito de deficiência está em constante evolução, e a legislação vai estar também em constante evolução, para se adequar à atualidade, à sofisticação da sociedade. A gente tem que estar sempre tendo que voltar e rever a legislação, para se adequar aos novos conceitos.

Mas o Estatuto vive um bom momento, o movimento de pessoas com deficiência vive esse bom momento de poder contar com esse instrumento de trabalho. O Estatuto foi aprovado aqui e agora está na Câmara, que tem interesse de estar trabalhando também junto com o Senado, para a gente construir um texto de consenso para adequá-lo da melhor maneira possível à Convenção Internacional, dando a eficácia que esse instrumento internacional exige para estar melhorando a vida das pessoas com deficiência.

É isso, Senador.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Pediu a palavra também o companheiro Charles Jatobá, que gostaria – ele me mandou aqui à Mesa – de falar rapidamente sobre a PEC nº 6761, que trata

da criação da função de recursos Braile, defesa do Instituto Benjamin Constant e acessibilidade programa de Braille de eventos promovidos pelo Governo.

Com a palavra Charles, para alegria de todos nós.

O SR. CHARLES JATOBÁ – Senador Paulo Paim, muito obrigado pela oportunidade, a todas as autoridades presentes, a toda plenária. Vou comentar esses três assuntos de maneira muito rápida. Primeiro, é de seu gabinete o projeto que tenho em minhas mãos, e vou ler só o artigo primeiro.

Projeto de Lei do Senado Federal nº 67, de 2011. Então deu entrada ainda este ano, em janeiro. Quero agradecer ao assessor Canindé, que recebeu a nossa reivindicação com muito carinho. Esse projeto, graças a Deus, está no Senado e é de autoria de V. Exª.

Vou ler só o primeiro artigo, que diz:

"Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em Braille.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Na produção de textos no Sistema Braille, com fins comerciais, educacionais ou culturais, é obrigatória a participação do transcritor e do revisor de textos em Braille".

Esse é apenas o primeiro artigo, para dizer o seguinte: estamos lutando para que o revisor e o transcritor de textos em Braille sejam reconhecidos, porque, hoje em dia quem revisa Braille – não é o caso do Senado Federal, onde atua como revisor de texto em Braille, e o Paulo já falou sobre esse trabalho que é feito aqui – geralmente é um deficiente que passou para atuar em uma área e não se sabe o que fazer com ele e acabam colocando ele para revisar Braille. Não é bem assim. O profissional revisor de textos em Braille e o transcritor são pessoas de extrema qualificação, que exige extremo preparo, e a gente quer o respeito enquanto profissional da área.

Foi aprovado, no ano passado, em setembro, um projeto, de autoria do Senador Paulo Paim, que criou a profissão de intérprete de libras, o que valorizou o profissional. E a gente quer a valorização também para os profissionais de Braille. *(Palmas.)*

Porque acontece que quando a gente chega hoje ao mercado, às placas de acessibilidade, vemos que não se tem compromisso de fazer uma transcrição correta, que dê ao deficiente o emprego correto da grafia Braille; estão imprimindo Braille por imprimir, e a gente quer a valorização dos profissionais de revisão e de transcrição de textos em Braille.

Quero agradecer em nome de todos os revisores e transcritores a aceitação do Senador Paulo Paim desse projeto que está tramitando. Quero pedir apoio, através da TV Senado – a gente é visto em todo Brasil –, a todos os Senadores que, sensíveis a esse projeto, o aprovem o mais rápido possível.

O segundo tema é o seguinte. A gente fala muito em acessibilidade. Acessibilidade é fundamental. Mas, o que é mais lamentável é que nos eventos feitos pelos ministérios, pelas Casas Legislativas e até pelas entidades que dizem garantir o direito do deficiente, a gente não ter as informações em Braille. Eles fazem o evento, a gente chega lá e me entregam um folheto em tinta para eu ler. Espera aí, o evento é de deficiente mas não se tem nada em Braille. Lamentável que isso se faça.

Quero aproveitar a audiência da TV Senado, do Senador Paulo Paim e das demais autoridades para dizer que estudei e fui formado pelo Instituto Benjamin Constant e quero saudar a todos que, nesta manhã, deram um abraço no Instituto Benjamin Constant, fizeram um movimento lá na frente do Instituto, para garantir a manutenção daquele Instituto.

(Palmas.)

E dizer que fiquei orgulhoso de ver o presidente da ONCB (Organização Nacional de Cegos do Brasil), Moisés Bauer, falar sobre Benjamin Constant, que até então não tinha ouvido dele um pronunciamento oficial. Fiquei muito orgulhoso porque – talvez ele não tenha estudado lá – ele é uma das pessoas que sabe da importância que Benjamin Constant tem para toda a coletividade das pessoas cegas. É caro? Não, educação jamais tem preço, educação não se estima em dinheiro. Educação é fundamental, então não se deve ficar discutindo se manter o Instituto Benjamin Constant é caro ou é barato. Ele é nosso. Foi criado para nós. Temos que melhorar aquela casa. Educação de pessoas cegas é um direito nosso.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os nossos cumprimentos ao Charles, pela sua fala. Ouvimos com alegria o seu pronunciamento, de alguém que chegou lá, enfim, está aqui conosco no Senado.

Agora, da Biblioteca Braille Dorina Nowil, a Prof. Dinorá Couto quer fazer um convite para a semana da Ação Mundial, a realizar-se no dia 02 de maio, às 14 horas, em Taguatinga.

A SRª DINORÁ COUTO – Bom dia! É com muita alegria que participo dessa audiência convidando a todos a comparecer, em Taguatinga, ao lado da nossa Biblioteca Braille Dorina Nowil, em homenagem à Fundação Dorina Nowil, a pessoa presente à Mesa. Temos dessa biblioteca, como patrona, a grande Dorina Nowil pelos livros que nós recebemos há quinze anos e continuamos recebendo. Então, a nossa patro-

na Dorina Nowil recebeu essa homenagem da nossa biblioteca.

É o quarto ano que comemoramos a semana de ação mundial. O mundo inteiro comemora, dias 02 a 08 de maio, e no dia 02, na abertura da semana, a nossa biblioteca fará um evento comemorativo cujo tema deste ano é "Educação não discriminatória", e o lema é: Diferença, sim; desigualdade, não.

Se todos que puderem comparecer ao evento comemorativo na biblioteca; ficaremos muito felizes.

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos a palavra também, pois que pediu para dar uma rápida saudação à nossa audiência pública, à Srª Rita de Cássia de Souza Barros.

A SRª RITA DE CÁSSIA DE SOUZA BARROS – Obrigada pela oportunidade.

Quero colocar aqui uma solicitação sobre duas publicações que foram trabalhadas por comissões especialistas, uma de química e outra de Soroban, e já tem dois anos parado no MEC e não se faz essa publicação. Eu queria colocar aqui em público essa nossa ansiedade por essas publicações de tanta importância para a nossa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Moisés quer fazer uma consideração.

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Agradeço a oportunidade, Senador, de mais uma vez fazer uso da palavra.

Aproveito essa reivindicação que a Prof. Rita de Cássia apresenta para dizer ao senhor e a todos que nos assistem que a Organização Nacional de Cegos do Brasil, assim como a Universidade Federal de Brasil vêm cobrando do Ministério da Educação a publicação desse material, que já foi produzido pela Comissão Brasileira de Braille na outra composição, até 2008. É um trabalho que a comissão, quando tinha aquele cunho, o caráter que entendemos como técnico/científico, produziu. O trabalho está todo pronto. Basta que ele publique e dê conhecimento desse trabalho a todas as instituições brasileiras, as escolas, os profissionais, os alunos. O MEC não tem respondido às nossas solicitações nem para apresentar alguma justificativa. Ofícios solicitando audiências para o Ministério da Educação foram já protocolados nos últimos meses para tratar desse e de outros assuntos e não temos resposta também.

Cabe aqui o registro, com muito pesar, da nossa parte, de que mais uma vez o MEC tem oportunidade de conversar com o movimento de pessoas com deficiência, em especial neste caso, hoje, o movimento das pessoas com deficiência visual e não comparece.

Esse distanciamento do Ministério da Educação com as pessoas com o segmento das pessoas com deficiência é o que nos tem preocupado muito, e pensamos que por mais que se façam investimentos, todo o desenvolvimento da educação inclusiva para as pessoas com deficiência, carece ao Ministério da Educação, na nossa modesta opinião, um senso democrático de estar discutindo com o próprio segmento das pessoas com deficiência as suas ações.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Vamos passar ainda para as considerações finais da Mesa, mas eu queria dizer que quero insistir com aquela tese de a gente – e aí mais uma vez vou me dirigir à minha amiga Loni, da CNI – fazer uma campanha nacional. Queria dialogar depois com todos os setores, da indústria, do comércio, enfim setor primário, secundário, terciário deve ser chamado, para que a gente tenha cada vez mais pessoas com deficiência e aqui, no caso, as pessoas cegas.

O que eu percebi muitas vezes? A pessoa até cumpre a cota, coloca a pessoa com deficiência, mas se esquece de promovê-la muitas vezes. "Estou cumprindo uma cota". Eu quero deixar essa lembrança no ar, já que a gente fala tanto que eles estão competentes, que eles sejam promovidos também.

Eu quero aqui dar dois exemplos só e vou dar não porque sou bonzinho. Não tem essa história de que papai noel bonzinho. O Santos aqui do lado foi promovido recentemente, por quê? Porque ele é competente. Quando eu digo ser promovido não é só elogiá-lo, é também no salário. Eu quero dizer que ele foi promovido, não foi uma grande promoção, mas foi, e dizer que o Luciano que estava aqui também foi promovido recentemente, é uma indicação da Casa, eu trouxe para o meu gabinete. E agora nós estamos selecionando – e não é nenhum tipo de discriminação. Quero que vocês entendam que é a discriminação ao contrário, eu diria. Como tenho dois homens no gabinete cegos, agora nós estamos discutindo para trazer uma mulher cega para o gabinete para também trabalhar na nossa equipe, estar conosco e algumas já estiveram lá. É um trabalho que a gente foi fazendo lentamente, mas eu estou dando como exemplo. Tudo indica que a menina que vai assumir o gabinete é mulher, é negra e é cega. Ela provavelmente vai ser a nossa contratada. Quero dizer que sendo branca, sendo negra, sendo índia, enfim todos têm de ter oportunidade.

Então, como o Luciano teve uma promoção, ela entraria no lugar agora do Luciano. Então, eu deixo

essa lembrança. Se cada um de nós, por menor que seja, fizer a sua parte, dando oportunidade para as pessoas com deficiência, com certeza, elas mostrarão todo o seu valor, toda a sua competência, toda a sua capacidade, e nós, o nosso coração, a nossa alma vai-se sentir muito, muito bem. Não é só fazer o bem ao próximo.

Eu sempre digo que, no fundo, a gente é meio egoísta. E por que eu digo egoísta? Porque a gente quando faz o bem ao próximo, no fim a gente fica bem. A gente fica tão bem, a alma fica iluminada, enfim a gente fica em um espaço acima daquilo que seria o natural. Então, nós nos sentimos bem fazendo bem ao próximo.

Por isso que, apesar do apagar das luzes, eu queria deixar essa mensagem àqueles que estão nos ouvindo neste momento. Estou só dando um exemplo. Eu tinha um, vi a capacidade dele, que foi o Santos, depois veio o Luciano, e agora virá essa menina também, que, vou deixar bem claro para todos, é negra, é mulher, está fazendo o seu vestibularzinho, está estudando para isso, e nós estamos também contratando. Tudo caminha nesse sentido.

Eu estou dando como exemplo só. Se cada um de nós fizer a sua parte, quem sabe mais Deputados, mais Senadores contratem para seus gabinetes. Não estou exigindo nada, não, para depois não me cobrarem ali quando eu sair. Como seria bom que mais Deputados, mais Senadores, mais empresários, mais universidades contratassem para o corpo das universidades, mais estatais, mais bancos, que já tivemos aqui uma vez. Fizemos uma bela mesa aqui com os representantes dos bancos, contratando profissionais com deficiência. Não é só ser cegos, são profissionais com deficiência.

Tem alguém que gostou de apagar a luz, vamos descobrir quem é.. Quem é que está brincando de apagar a luz aí? Acho que é pela simbologia do momento.

Pois não.

É só um apelo.

A SRª LONI ELISETE MÂNICA – Bom, Senador, acho que é um apelo que a gente leva para a nossa instituição, mas é importante que a gente registre aqui que é uma prática dentro das indústrias que as pessoas contratadas seguem o mesmo plano de carreira do que qualquer outra.

Então, vai valer a sua competência, a sua classificação para crescimento ou não. Eu desconheço uma forma diferente de avaliação dessas pessoas. Aqui está a Joana, ela participa do processo de avaliação lá dentro e, dentro das condições, do crescimento que ela tem individualmente, da sua qualificação e do seu ela vai render, ela vai ter os mesmos direitos que os outros a concorrer à ascensão.

Agora é importante também que a gente registre que nós temos uma gama de pessoas, de deficientes, que ainda, Senador, se encontram no nível de analfabetismo. Nós sabemos que o nível de analfabetismo dessas pessoas é muito relevante, e isso impacta dentro da educação profissional e também na indústria, porque fica difícil de contratar uma pessoa que seja analfabeta e também fica difícil de capacitar uma pessoa que também não tenha os pré-requisitos mínimos para educação profissional.

Então, eu acho que isso é uma caminhada, nós estamos todos avançando e é importante o registro de que a indústria brasileira tem feito o seu papel dentro da inclusão e das possibilidades que lhe tem oferecido. Ela tem abraçado todas elas e tem marcado o seu papel historicamente. Dentro da história da indústria, nós temos marcado um papel relevante da inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu entendi, Loni, mas eu conheço bem a área e não é só indústria. Eu conheço setores, e não estou me referindo a indústrias, nós estamos fazendo aqui uma parceria para a gente conversar. Não vou dizer qual o setor. "Não, eu tenho que cumprir a lei, eu tenho que ter a política de cota". Então, coloca um cidadão lá e esquece – "eu cumpri a lei", e esquece de promovê-lo, esquece que isso existe. Como existe com negro, existe com índio, existe a discriminação. Eu não estou referindo-me a um ou outro setor.

A SRª LONI ELISETE MÂNICA – Não, a gente sabe também até da dificuldade de eles participarem de concursos públicos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro.

A SRª LONI ELISETE MÂNICA – Que os concursos que são abertos pelo Governo exigem a escolaridade. Então, eles não têm e muitas vezes ficam fora de concurso público também por conta disso.

Então, historicamente, eu acredito que aos poucos a gente vai avançar nessas questões, mas, hoje, nós temos que também pensar que nós temos pessoas que são analfabetas, que são de um sistema, que não tiveram todas as oportunidades, mas que eles também são cidadãos e que têm de ser inseridos de alguma forma. E, muitas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É esse o apelo que eu estou fazendo. Eu estou dizendo o seguinte: não sei se você entendeu...

A SRª LONI ELISETE MÂNICA – Entendi sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou falando para o Brasil, não estou falando especificamente para um setor. Apenas disse para

você da importância da formação, da importância do preparo. Fui o primeiro a elogiar aqui o Sistema S, por exemplo, que, além de cumprirmos a política de cotas, nós temos que ter um olhar solidário no conjunto do País para que as pessoas com deficiência não estejam lá só para cumprir a política de cotas, porque como eu sei da capacidade delas... Eu recebi pedido já de setores: "olha, eu tenho que cumprir a política de cotas, consegue-me algumas pessoas competentes?" Até consegui, só que depois, você veja, passou um ano, dois anos, três anos, ninguém foi promovido. Então, o que eu estou fazendo aqui é um apelo, não nem uma é cobrança. Que a gente além de cumprir uma política de cota, avance na promoção daqueles naturalmente que mostram toda sua competência e toda sua capacidade.

É um apelo que eu estou fazendo.

A SRª LONI ELISETE MÂNICA – Eu acho que isso, Senador, é muito bem colocado. Eu não estou falando aqui... Eu falo como cidadã, Loni. É importante que a gente registre que nós temos um trabalho. Hoje eu vi aqui participar como cidadã, a convite da Glorinha. É importante que a gente diga que a Glória não é só bem querida pelos cegos, pelos deficientes visuais, mas também pelos que não são. Tive o privilégio de trabalhar com ela no Ministério da Educação, uma grande parceira.

Então, como cidadã, eu posso dizer que isso é uma preocupação de todos, que a gente, aos poucos, possa evoluir não somente na qualificação profissional dessas pessoas. Penso que isso será automático.

No momento em que elas crescem na sua qualificação profissional e na sua formação, aos poucos elas também vão galgando os seus espaços

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou entendendo a sua posição, mas eu quero só dizer que há uma discordância de fundo entre nós. Eu entendo que, no Brasil, existe discriminação contra o negro, contra o índio e contra a pessoa com deficiência. É uma discriminação que eu conheço, existe.

(Palmas.)

Como é que eu vou dizer que não existe? Eu estaria mentindo, eu estaria mentindo, eu tenho que dizer que existe a discriminação, e nós temos que combater a discriminação.

Aqui não estou criticando ninguém individualmente, nem esse, nem aquele setor, eu só estou querendo dizer que nós temos obrigação de combater todo tipo de preconceito. Ora, não há preconceito contra a mulher? Há. Por que a mulher ganha praticamente a metade do salário do homem? É desconhecermos isso. É uma verdade, é fato. Por que, como aqui foi dado, das pessoas com deficiência, de cada cem, só há três cegos, por exemplo? Existe um certo obstáculo, achando que o cego não vai ser tão competente quanto. Estão enganados. É tão competente quanto, por isso eu dei meus exemplos daqueles que estão comigo.

O Santos que está aqui, permita-me, a senhora já deu o exemplo dela, o Santos é coordenador político no meu gabinete, e vitorioso, porque me reelegeu duas vezes. Ele naturalmente e uma equipe, o grupo. E eu não mudei o coordenador. Não mudei. Estou dando um exemplo dele. Claro que estou aqui elogiando toda equipe, toda equipe, os que têm deficiência, os que não têm deficiência.

Mas quero só aqui, aproveitando esse dia, que é um dia mundial para mim, do combate a todo tipo de preconceito, que a gente tenha esse olhar cada vez mais grandioso, porque nesse momento estamos falando para o Brasil. Cada um que está em Casa saiba que esse movimento é um movimento daqueles que chamo dos homens e mulheres do bem, que só querem que ninguém seja discriminado, seja pela religião, seja pela orientação sexual, seja pela idade. Vejam bem, vou fazer uma audiência pública aqui, para vocês terem uma ideia, contra a discriminação das pessoas com mais de 45 anos. Vejam bem! E virão aqui as pessoas falarem – deixe-me só concluir, depois passo – com os dados. As pessoas chegam no mercado de trabalho, se têm mais de 45 ou 50 anos e estão desempregadas, e não podem se aposentar, porque o tal fator exige que você tenha mais de 61 anos, e muitas vezes são discriminadas. Elas virão aqui. Está marcado o dia. Teremos essa audiência pública para esse debate. O jovem, às vezes, com 16 ou 18 anos não entra para o mercado porque dizem que ele não tem conhecimento técnico, não está preparado. Ele é afastado. Sabemos o número de jovens que estão desempregados hoje. O cidadão com mais de 45, 50 anos é porque tem idade muito avançada, enquanto em outros países onde isso amadureceu muito mais...

Tive oportunidade de ficar no Japão por um mês com uma delegação de empresários. Fui em nome do Congresso Nacional. Vi que lá, por exemplo, o cidadão idoso é considerado um mestre, um trabalhador experiente. Ele tem uma sabedoria acumulada e passa a dar aulas em outras empresas de formação profissional. Por isso, nessa audiência vou convidar o setor empresarial, naturalmente, como vou convidar os banqueiros – digo banqueiros como representantes dos bancos, nada aqui de discriminação –, para que a gente debata isso. Como a gente tem uma política de inclusão do jovem, que está a procura do seu primeiro emprego, e do cidadão chamado experiente, que já tem alto conhecimento do mercado. Eles estão assistindo agora essas duas ONGs, que já conheço, a nível nacional, e

são milhares que já são sócios. Eles trarão aqui seus currículos, seus dados e, quem sabe, a gente contribua inclusive para colocá-los no mercado.

Teremos essa oportunidade. Todos serão convidados para esse debate no dia adequado.

Nesse momento, vou dar aqui as últimas considerações a todos que estão na Mesa.

Podem saber que a Comissão de Direitos Humanos vai combater eternamente todo tipo de preconceito, seja até contra o empresário, porque tem muita gente que acha que ser empresário é crime. Não tem nada a ver. Quero mais que os empresários vão bem para que possam gerar mais empregos. Todos sabem da minha posição. Combater preconceito, buscar inclusão de todos, se possível, é uma meta da Comissão de Direitos Humanos.

Vou passar para a Mesa para suas considerações finais. Vamos começar com meu amigo que foi o último a falar, o Antônio.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Bem, quero aqui agradecer mais uma vez o convite enviado pelo Senador, enviado por esta Casa, agradecer a oportunidade de estar aqui nesta Mesa debatendo essas questões tão relevantes, de suma importância, acerca do sistema Braile e também as necessidades das pessoas com deficiência. Sem querer entrar no mérito, mas tem toda procedência a dificuldade que as pessoas com deficiência hoje tem de ingressar no mercado de trabalho. Quero parabenizar também o Senador pela iniciativa de ter aí... Talvez seja o Senador nesta Casa que mais tenha pessoas com deficiência trabalhando no seu gabinete. Oxalá, pelo menos os demais Pares, aqui no Senado, cumprissem a lei de cota nos seus gabinetes! Nesse caso, teríamos uma boa quantidade de pessoas com deficiência trabalhando aqui no Senado. Quem sabe, depois também não contaminaríamos positivamente a Câmara e as demais Casas Legislativas dos Estados e Municípios.

Bom, reafirmar aqui nosso compromisso do Governo Federal, da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos em cada dia mais trabalhar para garantir melhoria de vida para as pessoas com deficiência, lutando contra qualquer que seja a forma de discriminação para que de fato possamos ter cada dia mais nossos direitos garantidos.

Muito obrigado!

Mais uma vez, muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra a Srª Regina, por favor.

A SRª REGINA FÁTIMA CALDEIRA DE OLIVEIRA – Quero mais uma vez agradecer ao Senador por essa oportundiade de comemorarmos tão condignamente o dia nacional do Sistema Braille e quero aproveitar para agradecer também à representante da biblioteca Dorina Nowil pela homenagem, a Dona Dorina. Realmente nós sempre nos sensibilizamos com todas as homenagens que se façam a ela, porque ela foi uma pioneira. Tenho certeza de que, onde quer que ela esteja, deve estar muito contente com essa cerimônia de hoje, com essa oportunidade de podermos falar sobre o Sistema Braile, pelo qual ela tanto lutou. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Por favor, Srª Telma.

A SRª TELMA NANTES DE MATOS – Agradecer essa iniciativa, Senador Paulo Paim, e dizer que é mais fácil a gente superar a nossa deficiência do que superar o preconceito. Hoje lutamos pelo acesso ao Braile, acesso à informação, acesso à comunicação, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer e acesso ao emprego. Quando falamos que não cumprimos a lei de cotas porque não temos profissionais capacitados, isso é julgar mais uma vez a culpa na pessoa com deficiência. Não podemos admitir isso, por quê? Há muitas pessoas que têm capacitação, formação, graduação e pós-graduação que estão sendo discriminadas. Então, não podemos jogar mais essa culpa na pessoa com deficiência, mas, sim, já que sabem o problema, vamos criar estratégias para que essas pessoas sejam o foco da informação e possibilitem o acesso à informação... É mais fácil superar a deficiência do que superar o preconceito.

Obrigada, Senador!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Sr. Jonir, por favor.

Estou acelerando aqui por causa do nosso tempo para concluir às 13h.

O SR. JONIR BECHARA CERQUEIRA – Gostaria de agradecer á direção, à Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do Senador Paulo Paim, à OMCB e dizer que, como usuário do Sistema Braile, como professor, como cidadão brasileiro, espero sempre que a Nação, incluindo nosso Governo, compreenda e respeite essa construção tão importante que é o Sistema Braile no nosso País. Muito obrigado!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Brandão, com a palavra.

O SR. PAULO BRANDÃO – Gostaria de agradecer ao gentil, à delicadeza do convite do Senador

Paulo Paim. Gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa da instituição dessa audiência pública. Gostaria de transmitir aos nossos telespectadores também da TV Senado que o serviço de publicações em Braile continua sempre fortalecido pela direção e pelos parlamentares no firme propósito de oferecer o nosso melhor. Nesse dia nacional do Braile, enfatizo que o Braile no Senado é tratado com muito carinho e como um assunto de extrema relevância, prova é a robustez e o carinho com que é tratado pela direção e pelos Parlamentares. Tenham certeza, contem conosco sempre! Muito obrigado! Boa tarde!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Peço ao Moises que faça suas considerações finais.

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Senador Paulo Paim, ainda antes das considerações finais, propriamente ditas, queria brevemente aqui ressaltar a frase as professora Telma Arantes de Matos: o preconceito é mais difícil de ser superado do que as nossas próprias deficiências. E fala a professora Telma muito pela sua própria experiência, porque evidentemente ela não quis falar de si, mas vou citar no dia de hoje só como exemplo, a situação que a professora Telma, com todos os seus títulos e sua formação, sofre no seu Estado, Mato Grosso do Sul: professora, aprovada em concurso público de provas e títulos, tem negado o seu acesso ao emprego por ser uma pessoa com deficiência visual. Os profissionais que fazem a avaliação médica daquele Estado afirmam que ela, por ser uma pessoa com deficiência visual, não pode ser professora.

No Estado do Rio Grande do Sul, Senador, nosso Estado de origem, há, neste momento, entre outras tantas, sem dúvida, uma pessoa em especial, que chega ao meu conhecimento e ao seu também – estou sabendo que chegou ao seu gabinete uma mensagem eletrônica, nesses últimos dias, falando da situação da Drª Cláudia Kronbauer –: uma jovem, bacharel em Direito, cega, que, em 2006, fez concurso para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul para o cargo de oficial escrevente, um cargo de nível médio – ela tem formação superior ao exigido para o cargo. Os profissionais de Medicina que fazem a avaliação antes da nomeação disseram, em 2006, que ela não tinha condições, que as deficiências dela não eram compatíveis com as atribuições do cargo. Mas ela é uma lutadora, assim como todos nós aqui somos, e agora, em 2010, tentou novamente um concurso para aquele tribunal, confiante no nosso ordenamento jurídico – agora temos uma convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, com força de norma constitucional. Ela fez o concurso, mais uma vez é aprovada e, pasmem os senhores, mais uma vez tem negado o seu acesso ao emprego por um órgão do Judiciário do nosso País. Se o Poder Judiciário tem condutas dessa natureza, o que vamos dizer dos demais? Precisamos mudar essa realidade, Senador. Precisamos da sua sensibilidade, da sua força política, da sua força de trabalho efetivo. O senhor, que hoje é o Senador com mais votos no Estado do Rio Grande do Sul, uma grande liderança no Governo brasileiro hoje, precisa cada vez mais estar conosco nessa luta. A sua luta é muito importante para nós, Senador.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me um aparte, Moisés. Eu queria de pronto pedir para a Secretaria que façamos um documento – e eu vou assinar – das duas denúncias que foram colocadas aqui: da Telma, e remeter à Prefeitura Municipal de Campo Grande; e eu vou assinar, sem dúvida, a Comissão de Direitos Humanos, em relação à Claudia, no Rio Grande do Sul, ambas competentes, preparadas. O exemplo da Cláudia: fez concurso e simplesmente diz que não pode. Então, preparem os dois documentos, que eu assinarei, pedindo que sejam reconsideradas as duas questões. Pelo menos eu farei a minha parte. E faria isso também na área privada, onde fosse, nas universidades, nos hospitais, faria esse movimento com a mesma tranquilidade. Era só esse aparte.

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Ok. Senador, fica, como considerações finais, o nosso agradecimento pela sua luta, que não é de hoje. Sua luta começa há muitos anos, dando exemplos, sendo o autor do projeto de lei que propõe a instituição do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que provocou esse debate, que já dura mais de dez anos e espero que estejamos próximos ao seu final para que possamos, efetivamente, ter uma legislação forte, concreta e que torne eficaz a convenção dos direitos da pessoa com deficiência.

Em nome do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, colegiado que estou presidindo, em nome da Organização Nacional de Cegos do Brasil, instituição que também estou presidindo, trago o agradecimento dos segmentos das pessoas com deficiência ao seu trabalho, à sua dedicação e digo que contamos, cada vez mais, com seu trabalho e sua dedicação. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Queria só informar a todos que amanhã, terça-feira, vamos ter aqui a instalação da Subcomissão em Defesa da Mulher. Vai estar presente a Ministra Maria do Rosário, de Direitos Humanos, e – acho – a Ministra da Secretaria da Mulher. O debate vai ser, inclusive,

sobre a Lei Maria da Penha, que é superdesrespeitada infelizmente. A agressão contra a mulher continua de forma absurda. Qualquer tipo de agressão é absurdo. Teremos esse debate amanhã. Na quarta, teremos audiência pública conjunta com a CCT para debater o acesso à informação. Na quinta, a reunião é deliberativa. No sábado, nós teremos a diligência desta Comissão na Usina de Belo Monte. Na segunda-feira, teremos audiência pública sobre a reforma política. Quero dizer que, também nesta terça-feira, nós teremos a Subcomissão de Trabalho e Previdência, em que sou coordenador, que vai discutir os fundos de pensões, inclusive o Aerus e também outro problema seriíssimo no Fundo do Banco do Brasil Previ. Vamos discutir isso amanhã já. Eu vou me dividir entre... Depois de eu instalar a Comissão das Mulheres, elas vão assumir. A Senadora Angela Portela, que provavelmente será a Presidente, assume a partir do momento, e eu vou para outra Comissão.

Enfim, eu termino dizendo a todos que nós faremos aqui um debate sobre todos os temas que foram clamor da sociedade, como esse. E vamos chamar sempre, com certeza absoluta – hoje é uma sessão de homenagem –, os empresários, os trabalhadores, o Governo. E há casos em que nós vamos, dentro do possível, interagir nos Governos Municipais, que é o seu caso, Telma, lá da Prefeitura de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Vamos mandar um ofício sobre a discriminação que aconteceu lá em relação à Telma, fazendo um apelo ao prefeito para que revise a posição, como também vamos mandar para o Tribunal de Justiça do meu Estado. Vou fazer contato com o Tribunal de Justiça, dizendo que não é uma posição do Paim, do Presidente desta Comissão, mas uma posição da Comissão de Direitos Humanos.

Assim, nós vamos terminar a presente audiência pública. Eu fiz um pronunciamento longo, mas não vou judiar de vocês agora. Eu só vou terminar com uma última frase, Moisés. Encerramos, então, a homenagem proposta pela Organização Nacional de Cegos no Brasil, por meio do nosso amigo e Presidente Moisés Bauer, cumprimentando todas as lideranças que aqui se fizeram presentes, de todos os setores, que usaram da palavra e expressaram, respeitosamente, o seu ponto de vista. Termino com uma frase da professora Dorina, que diz: "Todas as histórias têm um fim, mas a minha continua."

(Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às doze horas e cinquenta e três minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia doze de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **(Ana Rita),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença os Seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim.** O Senhor Senador Cícero Lucena Justifica ausência dos trabalhos do Senado Federal, no período de 10 a 18 de abril de 2011, por motivo de estar em representação do Senado Federal no 10º encontro Internacional de Investimento Empresarial Economia e Comércio, na China. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único –** Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 29, de 2011 - CDH**, de autoria da Senadora Ângela Portela, aprovado em 24/03/11, a fim de debater a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), e possíveis alterações em função da Jurisprudência. Convidados que comparecem e fazem uso da palavra, nesta ordem: Ministra Carmen Lúcia, Ministra do Supremo Tribunal Federal, em representação do Ministro Cezar Peluzo, Ministro Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Ministra Iriny Lopes, Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres; Ministra Luiza Bairros, Titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e Eduardo Dias, Coordenador Geral de Democratização do Acesso à Justiça, em representação ao Ministro José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça. A Senhora Presidente abre os trabalhos e nomeia os convidados que comparecem e solicita que tomem lugar à mesa. Em seguida, a Senhora Presidente faz suas considerações iniciais e às onze horas e vinte e nove minutos passa a Presidência a Senadora Ângela Portela. A Senhora Presidente, Ângela Portela, concede a palavra a Juíza de Direito Maria Izabel da Silva, Diretora-Tesoureira da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB e para a Senhora Francinity Maia, Vice-Presidente do Movimento Girassol Maria da Penha do Interior do Estado do Amazonas. Fazem uso da palavra as Senadoras e Senadores Ana Rita e Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com

a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Declaro aberta a 11ª reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro aprovada a Ata da reunião anterior.

Dando sequência aos trabalhos, vamos realizar agora uma audiência pública, nos termos do Requerimento nº 29, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria da Senadora Ângela Portela, aprovado em 24 de março de 2011, a fim de debater a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 2006, que voltou a figurar nos noticiários, no Judiciário e na sociedade. Possíveis alterações em função de interpretações díspares sobre a sua aplicabilidade.

Portanto, convidamos para compor a nossa Mesa a Ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; a Ministra Maria do Rosário, acho que teve que se ausentar; a Ministra Luiza Bairros, da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial; também convidamos a Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal; e convido, agora, em homenagem, a nossa Presidenta da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, a Senadora Ângela Portela, para presidir esta audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Gostaria de convidar para a Mesa o Sr. Eduardo Dias, Coordenador Geral de Democratização do Acesso à Justiça, em representação ao Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. (*palmas.*)

Para iniciarmos a nossa audiência pública, eu gostaria de passar a palavra para a Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal.

A SRª CARMEM LÚCIA – Srª Senadora Ângela Portela, em nome de quem cumprimento todas as Senadoras e Senadores aqui presentes, querendo que cada um se sinta pessoalmente cumprimentado por mim, assim como as Srªs Deputadas, Congressistas, enfim; Srªs Ministras que compõem esta Mesa; senhores participantes desta audiência pública, eu quero que as minhas primeiras palavras sejam palavras de agradecimento ao Senado, Srª Presidente, especialmente a esta Subcomissão de Defesa dos Direitos da Mulher, pela oportunidade que me dão para que, em nome do Supremo Tribunal Federal, também esteja presente e possa, portanto, fazer algumas manifestações e me manifestar sobre a Lei Maria da Penha e, de pronto, fazer também dois pedidos de desculpas:

O primeiro é porque, em razão de sessão de julgamento no Supremo Tribunal Federal, eu vou ter que me ausentar logo após a minha fala. Eu gostaria muito de ficar não apenas para ouvir, mas aprender com o que vai ser posto aqui hoje, e também ouvir eventuais questionamentos do que se extrai muito mais aquilo que é preciso pôr à reflexão e a conclusão de cada uma de nós.

Eu não terei esta oportunidade, mas, eventualmente, farei isso pelos meios de mídia que serão certamente disponibilizados. Mas quero me desculpar, justificando que eu não falto às sessões. Aliás, eu até presido a sessão da tarde. Por essa razão eu não poderei me atrasar. Essa é a razão da minha ausência imediata. Peço desculpas por isso.

E peço ainda desculpas pela circunstância de ser limitada naquilo que posso falar sobre a Lei Maria da Penha, porque, na condição de juíza, como sabem, há um questionamento sobre a validade constitucional dessa lei em alguns de seus pontos. Nós já fizemos isso, numa primeira ocasião, no caso específico de um *habeas corpus*, quanto ao art. 41, mas há outras pendências. E, como todo cidadão brasileiro sabe, um juiz não antecipa votos, não antecipa decisões. Portanto não vou me dedicar a questões pontuais dessa legislação para não despertar, nem de longe, o sentimento de qualquer brasileiro de que estaria aqui a antecipar ideias, o que seria evidentemente inadequado e impróprio.

De toda sorte, eu queria fazer as minhas observações sobre a Lei Maria da Penha em três pontos fundamentais, e vou fazer isso com a visão do direito e com o que tenho vivido na minha experiência anterior de advogada, de quem batalhou por questões relativas à mulher. Acho que já andei pelo menos umas três vezes o Brasil todo e, por isso, conheço realidades muito diferentes da situação das mulheres. Mesmo com os problemas de direitos humanos, que são muito peculiares às nossas condições de mulher, nem por isso temos os mesmos e idênticos problemas. Temos problemas que nos afinam, temos dores que nos afinam, temos alegrias que nos unem, mas, claro, temos situações muito diferentes. A partir disso, eu gostaria de fazer observações em três pontos: o primeiro ponto, especificamente, sobre o que me parece representar a Lei Maria da Penha e o que seja essa conquista; o segundo, sobre a questão específica de como a violência pode, de alguma forma, ser enfocada e tratada a partir da Lei Maria da Penha, a partir da sua aplicação; e o terceiro dado que eu gostaria de enfatizar é sobre as vergonhas e medos e a Lei Maria da Penha.

O primeiro ponto, portanto, que eu faria observação, sobre a Lei Maria da Penha, sobre o que representa essa Lei Maria da Penha para cidadãos brasileiros, nós, homens e mulheres brasileiros.

Eu chamaria, e disse isso uma vez numa conferência, sobre o piano e o violão. Nós, mulheres que tivemos alguma condição de ter estudo, famílias estruturadas, e digo isso porque há tantas pessoas no Brasil quem nem têm isso para ser oferecido, mas nós tivemos sempre a tendência das famílias a nos levar a estudar piano, a tocar piano. E eu sempre imaginava por que os meus irmãos iam para a aula de violão. E demorou um tempo para eu descobrir que o violão é algo que se carrega e se vai para a rua, e o espaço do homem é o espaço público, é o do boteco. E eu tinha que ficar bonitinha, arrumadinha, esperando a visita para tocar e mostrar que eu era uma moça comportada. Claro que, depois, eu resolvi não só aprender violão, resolvi aprender de uma vez bandolim, que era ainda mais leve. Portanto, eu gostava era da rua mesmo. *(Palmas.)*

Isso para dizer que toda estrutura social não é ocasional. E, por isso, eu gosto tanto da Chiquinha Gonzaga, que aprendeu, sim, o piano e foi para a rua com o seu piano, carregando o piano, muito mais do que eu tinha imaginado quando era uma, para usar a expressão da minha juventude, menina moça. Eu era uma menina moça que precisava tocar; ela, não. Ela carregou o seu piano, e carregou o mundo nas costas, e carregou a todos os namorados, e foi tudo muito bem, obrigada, e não teve medo de tentar ser feliz. É que vem da educação. Por isso há pouco eu dizia que há um dado essencial que a gente precisa de prestar atenção. Eu digo todos nós, cidadãos brasileiros, como digo homens e mulheres. Eu tive um namorado, uma vez, que me dizia: "*Não, mulher, esposa, namorada é suplente; titular é só uma: a mãe.*" E eu descobri que é isso mesmo. Enquanto ela não morre, nós somos sempre a que tinha que substituir, vem depois. Isso quer dizer que a mãe tem uma responsabilidade essencialíssima, porque ela educa esse homem para depois lidar com todas as mulheres do mundo. E nós somos responsáveis não por uma ou outra pessoa; nós somos todas responsáveis pela humanidade. Ninguém tem útero impunemente. Nós somos responsáveis pelo nascer de novas vidas, pelo nascer de novas propostas, pelo nascer de um novo mundo e pela realização desse novo mundo.

Portanto, como não é ocasional e como os espaços não eram demarcados só juridicamente, eram demarcados fisicamente, o piano era isso, o seu limite é o umbral da porta de casa, espere no baile até que o homem venha te chamar para dançar porque "o que é isso? Você não pode ser uma mulher oferecida?", que era a expressão então usada.

Isso tudo para dizer que essa demarcação nos demarcava psicologicamente, mentalmente e, é claro, juridicamente. O que nós conquistamos nos últimos cinqüenta anos? Conquistamos uma situação inteiramente nova, uma situação em que somos todos homens e mulheres responsáveis pelo mundo que temos e pelo mundo que queremos ter e, portanto, temos igual responsabilidade pela construção desse mundo e não podemos ficar entre quatro paredes porque, entre quatro paredes, não resolvemos as coisas.

Nessa conquista que veio desde as declarações de direitos, declarações de direitos da mulher até a convenção de Belém do Pará, que é da década de 90, nós conquistamos direitos e é fato que essa conquista de direitos é da maior importância, mas, como citava há pouco, em nosso primeiro encontro com o Presidente deste Senado, o grande momento do Direito na humanidade não é a conquista de novos direitos apenas nos textos legais, mas também nos textos legais e é da maior importância. Por isso os Parlamentos e por isso não existe democracia sem parlamentos.

Não queremos um Estado em que o voluntarismo de quem está no poder seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário, possa fazer o que bem entender. Não queremos que o voluntarismo sejam formas de submissão de outros seres humanos. É claro que a lei é imprescindível, mas mais do que a lei ser feita é preciso que a lei seja respeitada, aplicada, efetivada, tanto juridicamente quanto socialmente.

O momento que nós vivemos e, por isso, eu citava Norberto Bobbio, quando dizia que esse século XXI começaria com a questão eficácia dos direitos, de por em vigor aquilo que está conquistado no papel. Não queremos uma democracia de direito de prateleira. Queremos esse direito que vai para a rua e se transforma na vida dos outros.

A exatos cinco anos vim a este Senado na Comissão de Constituição e Justiça para ser sabatinada para o meu cargo no Supremo Tribunal e expliquei aos Srs. Senadores então que tinha escrito, alguns anos antes, que o direito pelo juiz fazia com que a lei, que é o direito criado pelo legislador, se transubstanciasse na vida das pessoas, porque a palavra prisão que para um de nós, aqui, hoje, é apenas uma palavra, hoje à tarde será a vida de muitos brasileiros, réus em processos que vão se levantar e o juiz vai dizer que a pena dele pelos próximos tantos anos é de prisão. E a prisão, que é só uma palavra que o legislador pôs num determinado texto legal, se transforma na vida da pessoa. Por isso a força da lei. Como diria Cecília

Meirelles, *Ai palavras, ai palavras, que estranha potência vossa!*

A palavra que o legislador põe no papel tem uma força transformadora da humanidade, da vida de cada uma das pessoas.

A Lei Maria da Penha veio fazer isso: transformar aquilo que eram direitos declarados como direitos humanos... O art. 3º da Lei nº 11.340 afirma isso: *Toda mulher tem o direito à vida digna, sem violência, no espaço público e no espaço particular*, exatamente para transformar um estado de vida de dignidade que é estampado no art. 5º da Constituição, dignidade da pessoa humana como princípio maior, na realidade, na forma de se escusar de qualquer violência contra ela praticada.

Por isso essa Lei Maria da Penha, como dizia há pouco, mudou muito mais do que este Congresso Nacional é capaz de supor, porque ela não mudou a vida das mulheres; ela mudou o Direito brasileiro. E digo por quê.

Algumas coisas que nós estamos vivendo neste momento de grande transformação da humanidade, por exemplo, o que é espaço público e o que é espaço privado, que até hoje a gente dizia: o que se passa dentro da casa das pessoas é privado; o se passa em praça pública é público. Negativo! Aquilo que escutei a vida inteira de que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Mete sim! Se a colher for violenta, o Estado entra no quarto. O que era físico deixou de ser, mas não deixou de ser só para a Lei Maria da Penha; significa que esta lei vai muito além e pôs um outro paradigma para o Direito brasileiro que nem nós, juízes, ainda fomos capazes de entender inteiramente, de explicar inteiramente. Nós estamos apenas ventilando e aplicando. Aquilo que se passa no quarto de um casal, se for com violência, será objeto de tratamento pelo Estado porque o Congresso brasileiro assim decidiu. Aquilo que eu falo no telefone, em praça pública, com o meu pai é problema só meu – não é público; é particular. Portanto, o que é espaço público e o que é espaço privado agora não é mais físico, porque o Congresso Nacional assim o disse, e disse para a Lei Maria da Penha, mas, talvez, até sem ter plena consciência do que estava fazendo, formalizou num texto legal o que é a nova realidade da humanidade.

O segundo dado para o qual eu chamo a atenção ainda sobre esse ponto relativo à lei Maria da Penha é que nós não vivemos – e talvez este seja um dos mais graves problemas brasileiros – uma única humanidade no Brasil. Há estados no mundo – vou citar a Finlândia, porque a Finlândia é onde se tem a menor desigualdade no mundo – em que todos estão no século XXI. No Brasil, há mulheres que não podem dizer nada, nem dentro de casa, porque teve medo do pai, tem medo do marido, do irmão e de quem mais for. E há mulheres que vão ao trabalho de helicóptero. Nós temos várias humanidades.

O Congresso Nacional faz leis para um Brasil que não chegou inteiro ao século XXI. Há alguns no século XIX e há outros no século XXI, no que há de melhor. Há mulheres que têm problemas de saúde e não têm um posto de saúde, às vezes, para tratar o mínimo; há mulheres que podem receber, graças a Deus, o que nós queríamos receber: o melhor tratamento – e não o queremos só para mulheres, mas para homens e mulheres igualmente. Este é um dado que, no caso da mulher, é muito mais grave, porque nós vivemos uma história que ainda vem lá de trás, em situações muito, muito diferenciadas entre elas. Nós temos que chegar, nós todos, ao mínimo existencial para todos os brasileiros, em termos de saúde, de educação, segurança pessoal e segurança social, E as mulheres muito mais por conta dessa história pesada de violências, de algemas, de mordaças. Muitas vezes, já não precisa nem de alguém de fora para fazer isso, uma vez que ela mesma já introjetou essa situação.

Então, a Lei Maria da Penha, a meu ver, representa um grande avanço, um grande momento de transformação, não de reformas, porque o momento não é realmente mais de reformas, pois o mundo é outro. Em alguns pontos, vejo que nós estamos maquiando cadáveres. Já morreu uma ideia e, mesmo assim, a gente faz de conta que ainda dá para aproveitar alguma coisa. Como ainda não nasceu inteiramente um novo dia, nós ainda estamos naquele lusco fusco de não saber o que acontece. A Lei Maria da Penha já é o amanhecer plenamente clareado de uma nova possibilidade para que a gente viva um dia diferente para todas as mulheres,

O segundo ponto que eu colocaria rapidamente diz respeito à violência, que é coibida expressamente, taxativamente, objetivamente com a Lei Maria da Penha. A violência é de tal forma carimbadora das mulheres e das pessoas que a sofrem, de qualquer pessoa que sofra uma grande violência que, mesmo depois de passada, ela deixa uma memória difícil de ser apagada. A pessoa que sofre uma violência – e, nesses últimos dias, temos ouvido falar muito do trauma pós-situação de sofrimento – essa violência não deixa marcas apenas no momento; ela deixa marcas na psicologia e na psique das pessoas. E, portanto, às vezes, mesmo não acontecendo, a própria pessoa repete a situação de subserviência, de submissão, de medo de essa violência voltar a acontecer. E a Lei Maria da Penha, ao coibir isso, faz com que tenhamos a possibilidade de tornar mais eficazes instrumentos que

o Brasil tem e que outras pessoas ainda não têm. Por exemplo, a criação da delegacia das mulheres, que data de 1985, é uma possibilidade que se abriu para que as mulheres não tivessem medo de ir até o órgão próprio para denunciar a violência sofrida. E isso é realmente um dado da maior importância e da maior significação, porque as mulheres dizem que chegavam na delegacia e eram duplamente violentadas. Às vezes, quando contavam, sempre tinha alguém para perguntar se ela não tinha dado causa a isso, ou debochar, que é uma forma de violentar novamente e desmoralizar aquela que conta e que já tem tanta dificuldade em expor esse sofrimento até porque, com isso, se fragiliza a pessoa. A Lei Maria da Penha representa isto: a possibilidade de termos agora novas criações, por exemplo, de varas especializadas no Judiciário, no julgamento desses crimes praticados contra a mulher, de ter determinadas estruturas em que elas se sintam mais confortáveis para expor suas dificuldades. Tudo isso vem no fluxo da aplicação da Lei Maria da Penha.

O terceiro ponto para o qual eu chamaria a atenção é que sempre acho que há duas formas de se quebrantar a estrutura e a força de uma pessoa: é pela vergonha e pelo medo. Basta constatarmos que, se entrarmos em algum lugar e nos sentirmos desconfortáveis com o que vestimos, não damos conta de prestar atenção ao que está acontecendo e não nos fazemos fortes o suficiente para nos posicionarmos de maneira correta. A vergonha, por menor que seja, faz com que agente não tenha força para reagir contra as coisas que nos são postas. E não é incomum vermos narrativas de mulheres que se sentiam com tanto medo que se envergonhavam porque passavam a achar que elas devem ter feito alguma coisa errada. E é celebérrima a frase que prevaleceu no Brasil, de um grande escritor brasileiro, que diz que, quando um homem bate em uma mulher não sabe por que está batendo, mas a mulher sabe por que está apanhando. E essa situação fez com que muitas mulheres vivessem permanentemente, como ainda vivem, em estado de medo, e o medo é um grande inimigo da nossa estrutura de sermos capazes de lutar pelos nossos direitos: direitos humanos, direitos fundamentais, enfim, de sermos capazes não apenas de fazer valer nossos direitos, mas nem sequer de podermos dizer que somos titulares do direito.

O Brasil teve, até 2002, portanto, até outro dia, menos de dez anos, um estatuto político da desigualdade nas leis brasileiras, a inferioridade das mulheres. Não é de se esquecer que até muito pouco tempo a mulher não tinha o direito de votar, que o homem era cabeça do casal, que, mesmo a mulher convivendo o tempo todo com os filhos, acompanhando o dever de casa e etc, se tivesse qualquer discordância no casal, o cabeça do casal é que definiria qual educação dar, qual caminho a tomar, qual a força a ser implementada por determinada política. Tudo isso para dizer que o medo e a vergonha, se não passaram de tudo – aí é a luta de cada um – pelo menos, com certeza, com a Lei Maria da Penha nos deu instrumentos pra que pudéssemos lutar para superar esse tipo de dificuldade e criar um novo momento para as mulheres brasileiras. Não tenho dúvida nenhuma de que, quanto mais eu ando e quanto mais conheço a realidade das mulheres brasileiras em todos os rincões deste País, sei que há muito a ser feito. Eu, que por força da minha profissão, sou obrigada a acompanhar e frequentar situações de mulheres em carceragem, contato que ver tudo o que acontece multiplica minha dor. Mas, como dizia Paulo Mendes Campos, se multiplicam as minhas dores, quando vejo leis como a Maria da Penha, multiplica-se também a minha esperança de termos um mundo melhor.

Acho que o Congresso Nacional deu um grande passo com a Lei Maria da Penha, sinto-me orgulhosa de ter um Parlamento que é capaz de saber e de pensar e de votar leis como essa, que faz com que nos, mulheres brasileiras, possamos batalhar com instrumentos jurídicos específicos para que possamos ter a possibilidade de superar esses momentos e de sermos iguais, homens e mulheres, cidadãos brasileiros, lutando por um Brasil mais justo para todos.

Termino agradecendo mais uma vez. Eu poderia citar algum jurista para dizer o que nós, do direito, pensamos dessa Lei. Mas prefiro citar um dos sete autores que estão na minha cabeceira permanentemente, a grande Cecília Meirelles. E, num célebre poema, Mulher no Espelho, a Cecília Meirelles termina dizendo: *já fui loura, fui morena, fui Margarida e Beatriz, fui Maria e Madalena, só não pude ser como quis*. O que nós mulheres do mundo inteiro queremos é ser o que queremos. Num mundo em que isso está cada vez mais difícil, com certeza, digo que todas juntas somos mais. E acredito que nós, homens e mulheres brasileiros, num espaço democrático desta nossa pátria, cada vez mais estamos juntos.

Muitíssimo obrigada e, mais uma vez, desculpa pela minha ausência. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Ministra, pela sua presença aqui entre nós, pela forma maravilhosa com que a senhora contribuiu, pelos conhecimentos que mostrou aqui conosco. Queremos continuar contando com a sua contribuição, com a sua colaboração aqui na Subcomissão dos Direitos das Mulheres.

Eu gostaria de registrar aqui a presença da ex-Senadora Serys Slhessarenko, que foi uma grande batalhadora na luta dos direitos das mulheres na legislatura passada, e era membro da Subcomissão dos Direitos das Mulheres. Muito obrigada por sua presença.

Quero registrar também a presença do nosso Líder, Senador Humberto Costa. Muito obrigada por estar aqui participando da nossa audiência. Quero, mais uma vez, registrar a presença da nossa coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados, Deputada Janete Pietá, que precisou se ausentar, e se desculpou pela sua ausência.

Registro, também, a presença da Deputada Célia Rocha, Deputada Carmen Zanotto, Deputada Rosane Ferreira, Deputada Gorete Pereira, Deputada Flávia Morais. Muito obrigada pela presença de todas.

Após a explanação das Ministras, vamos abrir o debate para que vocês possam estar conosco nessa reunião de discussão da Lei Maria da Penha.

Passo a palavra para a Ministra Iriny Lopes, a Ministra de Mulheres.

A SRª IRINY LOPES – Bom-dia a todas e a todos. Novamente quero cumprimentar e parabenizar a nossa Senadora Angela Portela e a nossa Senadora Lídice da Mata, por conduzir esta Subcomissão que, com certeza, terá um papel relevante no debate dos diversos aspectos das questões que interessam e dizem respeito às mulheres brasileiras. Vou dizer aqui o que falei lá na reunião com o Presidente Sarney que este espaço será de discussão, debate, mas a nossa expectativa é de que ele seja um espaço para que possa gerar acordos, que possa formar maiorias ou que possa fazer as mediações necessárias para que a gente tenha não só nos conteúdos dos debates um avanço da compreensão e da mobilização e da solidariedade em torno dos temas que nos interessam, as mulheres brasileiras, bem como a votação de leis que serão instrumentos importantes, não só para fazer valer os direitos, porque às vezes algumas leis fazem valer os direitos e outras despertam as pessoas para compreensão dos direitos que têm. A partir daí, conseguem gerar uma movimentação transformadora na sociedade.

Então, parabenizo a constituição e a instalação desta subcomissão. Tenho certeza de que estarei aqui por muitas vezes, discutindo os mais variados temas que dizem respeito às mulheres. E procurarei dar a minha contribuição para o êxito e para que a gente consiga os avanços que as mulheres que não estão aqui e que são, na verdade, o objeto do nosso interesse, elas que são objeto da nossa ação, elas que são ao fim e ao cabo aquelas a quem nós interessamos chegar com essas políticas e com quem queremos contribuir para que vivam uma vida de dignidade, uma vida de cidadania plena.

Eu quero fazer alguns comentário sobre os desafios da Lei Maria da Penha.

Tive a honra de relatar a Lei Maria da Penha na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, e não foi um debate fácil. Foi um debate complexo, em primeiro lugar porque até pessoas bem intencionadas, com essa questão do machismo e dessa cultura patriarcal dominante, nem sempre as pessoas compreendem conscientemente que estão praticando discriminação e tratando pessoas de maneira desigual perante a Constituição. E as leis da própria natureza deveriam ser consideradas iguais.

Então foi um debate permeado, em grande medida, pelos aspectos jurídicos e constitucionais, mas em muitos aspectos foi permeada pela visão ideológica que as pessoas têm da sociedade e a reprodução do pensamento dominante, que é de exclusão. Portanto, a não compreensão e a não aceitação de que nós tivéssemos uma lei específica para tratar a violência praticada contra as mulheres e uma insistência na manutenção da Lei nº 9.099, como se ela pudesse resolver os problemas da violência praticada contra a mulher.

Quais são os problemas da lei anterior?

A lei anterior trata de maneira diferente os diferentes e igualmente os iguais. Isso não nos interessa. Nós precisamos tratar de maneira igual os desiguais. Só assim podemos avançar no sentido da justiça, porque, como disse a Ministra Carmen Lúcia na sua brilhante intervenção, as pessoas não são iguais. O Século XXI ainda não chegou para um conjunto grande da nossa população. Enquanto convivemos com as formas mais avançadas de tecnologia, ainda tem gente que não tem luz elétrica em casa. E isso é o básico, é o mínimo. Enquanto alguns setores da população têm acesso, porque a sua condição econômica lhes garante acesso não só a tratamentos de saúde, mas a níveis mais avançados de ensino, à capacidade de utilização da mais fina tecnologia, há um conjunto enorme da população brasileira, entre ela os mais pobres e, entre os mais pobres, nós sabemos que a composição é de mulheres, e de mulheres negras, e dos seus dependentes: jovens, adolescentes e crianças que nem sequer têm água tratada, encanada e esgoto. Então estamos falando desse mundo e deste Brasil. E é sob essa ótica de dar igualdade de oportunidades, de condições e de justiça aos desiguais que é necessária uma lei como a Lei Maria da Penha. Nós devemos, temos a obrigação ética de repudiar e de não nos calar diante de qualquer ato de violência praticado contra qualquer pessoa, independente de quem seja o agressor, se o agressor é um homem embriagado, morador de uma

favela ou se ele é um grande empresário da Avenida Paulista ou algum político com muito poder. Então, nós estamos falando de coisas complexas, estamos falando de tomada de postura por parte da sociedade a partir do conjunto de situações que a Lei Maria da Penha aborda. Então, não nos serve, não nos interessa a Lei nº 9.099, porque se temos que repudiar todo e qualquer ato de violência, devemos entender a origem e a motivação da violência. E a violência praticada contra as mulheres não tem materialidade em si, não é porque houve uma briga por causa de um carro, de um terreno ou de uma agressão física. Ela é motivada ela ideia ainda predominante na sociedade de que não é crime bater em mulher, não é crime humilhar mulher, não é crime exercer violência psicológica contra as mulheres, não é crime manter mulher em cárcere privado, porque sou eu que pago o aluguel da casa, sou eu que pago a roupa que ela veste, sou eu que mantenho a comida que vai para a mesa daquela mulher. Então, não nos serve a Lei 9.099. Nós precisamos de uma lei específica para tratar a violência em todos os níveis, motivada pela diferença de gênero. Isso é que norteia o debate no geral e a ideia de que a opressão sobre as mulheres não é algo episódico, é algo incrustado na civilização humana e data de tempos imemoriais. Recuperar em curso espaço de tempo essas diferenças é um desafio enorme que temos à nossa frente. Nós precisamos nos debruçar neste novo período – e aqui eu quero caminhar para o meu encerramento, porque queremos ouvir os outros companheiros e companheiras que aqui estão à mesa –, encarar com a maior seriedade – e aí eu recorro novamente à fala da Carmem Lúcia –, encarar com muita responsabilidade cada um onde estamos – eu e a Luíza que estamos no Executivo, mais aqui o Eduardo, que representa o José Eduardo Cardozo, nosso Ministro da Justiça, que estamos no Executivo, as nossas companheiras Senadoras, a Ângela, Ana Rita, a Lídice, as nossas Deputadas que aqui estão, os movimentos sociais, porque nós não somos iguais, temos papeis diferenciados, mas podemos trabalhar juntos quando convém o avanço das melhores condições para o povo brasileiro. E o Judiciário, e a imprensa, cada um tem o seu papel. Para quê? Para enfrentarmos os desafios que o milênio nos coloca.

A ONU colocou como desafio do milênio a igualdade das mulheres. O Norberto Bobbio, muito sabiamente identifica e nós que participamos da vida parlamentar sabemos que na maioria dos casos não se trata de produzir novas leis, mas se trata de desenvolver mecanismos para garantir a efetividade da execução das leis aprovadas. Isso, em parte, diz respeito ao Judiciário, em parte diz respeito aos Executivos, em parte diz respeito ao Legislativo e, em muita medida, diz respeito à sociedade – e, na sociedade, incluo mídia, movimentos sociais, iniciativa privada, empresas, tudo isso.

Quero dizer o seguinte: a Lei Maria da Penha foi considerada uma das três melhores leis de enfrentamento à violência contra a mulher no mundo. O mundo acompanha com atenção essa questão. Sou Ministra há três meses e já tive oportunidade de, em fóruns internacionais, observar que os olhos do mundo se voltam para o Brasil. As leis não estão hierarquizadas, como Lei 1 ou Lei 2 ou Lei 3. Escolheram três leis.

A Lei Maria da Penha determina o sujeito de agressão e quem é vítima. Portanto, essa lei desnaturaliza a questão. Se há vítima, isso se dá por que não está naturalizada a agressão contra as mulheres. Não é natural que as mulheres sejam vítimas de agressão. A Lei determina responsabilidades aos Executivos. Determina aos Executivos que, se queremos dar materialidade às nossas preocupações – é o que a Senadora Gleisi aqui disse –, isso tem de estar pautado para nós, porque, entre nossas responsabilidades, está a ampliação dos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres, a ampliação das delegacias especializadas, a ampliação dos núcleos de atendimento, a ampliação dos equipamentos públicos, como restaurantes comunitários, creches. Isso tudo custa dinheiro e, portanto, tem de ser preocupação do Orçamento e do PPA. Vamos começar a colocar nossos deveres de casa, para que a Lei Maria da Penha possa ser integralmente cumprida.

No Legislativo, deve ocorrer a mesma coisa. O Legislativo tem de instalar as Varas especializadas, os Juizados especializados. Há Estados em que não há uma Vara especializada sequer. Em São Paulo, um Estado daquele tamanho, esse serviço está restrito à grande São Paulo.

Não existem mulheres agredidas somente nos grandes centros urbanos. Agora, estamos em diálogo com o Colégio de Procuradores, porque queremos dar oportunidade de atendimento às mulheres vítimas de violência na roça e que não contam com uma delegacia perto de casa. E não há essa coisa de ir ao ponto de ônibus e pegar o ônibus para ir à delegacia. Às vezes, nessas localidades, há transporte uma vez por dia ou nem isso. Como sou da roça, eu usaria o caminhão do leite, mas nem sei se, em todos os lugares, ainda existe esse caminhão, porque a tecnologia do tempo em que eu era criança e morava na roça mudou muito. E ali não há vizinho, viu, pessoal? A mulher não mora num prédio. Não é possível que ela grite da janela, para que alguém que more do lado, embaixo ou cima possa ajudá-la, quando tem coragem e consciência para isso e não pensa que, "em briga de marido e mulher, nin-

guém mete a colher". Às vezes, há quilômetros entre uma casa e outra. Então, o Ministério Público precisa ter estrutura itinerante para atender essas mulheres, para chegar ao local a tempo de fazer um laudo, antes que desapareçam as marcas da violência e não haja provas para dar prosseguimento ao processo.

E, por fim, dizer a vocês todos que nós fizemos uma coisa muito bacana, muito interessante e quero agradecer em público, em especial às Senadoras, que no julgamento do *habeas corpus* que tivemos no Supremo, há uns 15 ou 20 dias, no prazo de duas ou três horas nós conseguimos levar a maioria de vocês lá. Isso demonstrou um compromisso e mostrou à Suprema Corte brasileira que respeitamos republicanamente os poderes constituídos, mas não estaremos alheios a nada que se passa em nenhum deles quando se trata de fazer valer a Lei Maria da Penha, de proteger as mulheres brasileiras. Ao proteger as mulheres brasileiras nós estamos construindo uma sociedade de paz, respeito e tolerância que vai repercutir sobre as novas gerações. Para além de processos judiciais, estamos construindo processos de constituição de novos cidadãos e cidadãs com postura de respeito aos direitos da pessoa humana, em especial aos direitos das mulheres.

Muito obrigada. *(Palmas)*

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Ministra Iriny Lopes, sua contribuição é de fundamental importância para esta Subcomissão. Tenho certeza de que vai haver uma bela parceria para que a gente possa ampliar os debates, para que a gente possa dar a nossa contribuição para avançamos nessas conquistas.

Eu gostaria também de registrar a presença da Aparecida Gonçalves, nossa amiga Cida, que é Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Obrigada pela presença, Cida.

Da Suzane Cabral, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, da Ana Cláudia, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

Muito obrigada pela presença de todas.

Eu queria dizer também que a nossa Ministra Iriny Lopes daqui a pouquinho vai precisar se ausentar, porque tem uma reunião.

Passo agora a palavra para a Ministra Luiza Bairros, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A SRª LUIZA BAIRROS – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todas. Cumprimento em primeiro lugar o Senado Federal, por meio da Comissão de Direitos Humanos, por essa decisão da criação da Subcomissão das Mulheres, e gostaria, neste momento, de levantar talvez duas questões inspiradas pelas falas que me antecederam. Mas antes, lembrando que no último dia 15 de março nós instalamos no Governo Federal o Fórum de Direitos e Cidadania, que reúne um conjunto de Ministérios do qual a Seppir, a SPM, Direitos Humanos e Cultura fazem parte, junto com a Secretaria-Geral, e para o qual também são convidados outros Ministérios com agendas afins naquilo que diz respeito mais especificamente à promoção da igualdade.

E foi muito importante porque, no momento da instalação desse Fórum, a Presidenta Dilma fez uma falta, alertando para a importância do trabalho que esses ministérios realizam dentro do Governo, que é feito através de programas, de ações muito concretas, dirigidas a determinadas dimensões da vida social, mas que também é esse Fórum, e aí reside a novidade da fala, que é responsável por induzir valores novos para a sociedade brasileira.

Essa orientação, dentro do trabalho desse fórum, ganha uma importância muito grande, porque passa a colocar como necessidade para todas e todos nós pensar para além daquilo que representa a possibilidade de as pessoas terem acesso à alimentação, à habitação, à escola, à saúde, que são dimensões consideradas importantes tradicionalmente na sociedade. Para além desses direitos, nós devemos também fazer um esforço no sentido da mudança das mentalidades, porque é assim que vamos tornar essas que são as conquistas dos direitos básicos sustentáveis no longo prazo.

Nesse processo de mudança de mentalidades, a existência de novas leis que apontem para formas novas de relações sociais no Brasil ganha uma importância fundamental.

Todas as leis criadas a partir da Constituição de 88 que se dirigem a questões relativas ao combate ao racismo e à discriminação racial, à igualdade de direito entre brancos e negros, igualdade de direitos entre homens e mulheres fazem parte desse lastro legal de que nós precisamos para poder fazer valer essas novas formas de pensar as relações sociais.

Dentro disso, sem dúvida alguma, se insere esse nosso debate sobre a Lei Maria da Penha, que abrange todas as questões relativas à violência doméstica e familiar. Assim acho importante abordar um aspecto. Para nós outras que não somos da área jurídica e que temos uma dificuldade grande em entender por que a Lei Maria da Penha já teve questionada sua constitucionalidade ou por que ainda hoje se defronta com tantos problemas do ponto de vista das interpretações, eu acho que isso não tem a ver especificamente com a lei que, conforme já disse a Ministra Iriny, é considerada um dos três melhores instrumentos legais no mundo para tratamento dessa questão.

Então se isso não tem a ver com a questão da legislação em si, é óbvio que essas dificuldades dizem respeito ao campo das mentalidades. Acho que essa lei, mais do que qualquer outra no Brasil, toca profundamente na questão da dominação masculina. É simples assim. A Lei Maria da Penha, quando define como formas mais comuns de violência a patrimonial, a sexual, a moral, a psicológica e, no limite, a violência física, está dizendo que os homens não podem ter direito de vida ou morte sobre as mulheres, que os homens não podem exercer sobre o corpo da mulher qualquer tipo de domínio. É disso que se trata. E quando trata disso, atinge mortalmente os poderes que são criados no cotidiano das nossas relações com os homens, poderes esses que, no cotidiano, reafirmam, inclusive, a possibilidade de o poder institucional ainda ser praticamente uma prerrogativa dos homens. Então, é por isso que a Lei Maria da Penha é, e será durante algum tempo, tão importante. A lei, apesar de ser uma das mais conhecidas... Aliás, nunca vi uma lei ser distribuída na mão das pessoas que se beneficiam dela. Isso aconteceu graças ao movimento de mulheres que se encarregou de fazer essa reprodução e de tornar essa lei conhecida em todos os cantos do país.

Então, acredito que uma parte da nossa tarefa, da nossa responsabilidade em relação a essa lei, é tornar visível aquilo que ela tem de mais essencial: é uma lei contra a dominação masculina, sim, e, se não deixarmos isso evidente, corremos o risco de ficar trabalhando em cima de questões aparentemente concretas, aparentemente técnicas, como podem muitas vezes ser construídas as questões do Direito, e isso não será suficiente para fazer com que tenhamos essa lei aplicada na plenitude em que deve ser aplicada, em benefício de todas as mulheres e de toda a sociedade brasileira.

Além desse primeiro aspecto, gostaria de levantar uma segunda dimensão nesse debate. Esta sim tem um caráter mais prático e diz respeito a todo um esforço que foi feito e tem sido feito pela Secretaria de Políticas para as Mulheres no sentido de constituir no Brasil as redes de atenção às mulheres em situação de violência. Isso foi e tem sido objeto de um grande investimento do governo federal, num trabalho em parceria com os governos estaduais. Mas o que percebo em relação a essa possibilidade de fazer com que as redes sejam construídas e fazer com que tenham um efeito concreto na vida das mulheres é que nós precisamos ganhar um apoio mais efetivo dos governos estaduais e das prefeituras municipais para que essas redes se concretizem. *(Palmas)*

É muito importante, portanto, que, *pari passu* com essa luta, que considero mais ideológica, que se desvende, como eu falei, o que existe de mais essencial na lei. Que nós possamos também desenvolver um trabalho no sentido de fazer com que os compromissos dentro do pacto federativo de enfrentamento à violência contra a mulher sejam efetivamente cumpridos.

Nós precisamos fazer com que os centros de referência que foram criados sejam encarados na sua função de complementaridade em relação às delegacias policiais. Nós precisamos fazer com que, cada vez mais, as delegacias cumpram o papel policial propriamente dito, deixando para outros pontos dessa rede todo o apoio de que a mulher necessita em situações de violência, como assistência social, apoio psicológico etc. E nós precisamos fazer também um trabalho mais efetivo junto aos governos estaduais na sua relação com os tribunais de Justiça para que possamos assegurar recursos para a criação das varas especializadas, como foi levantado pela nossa Ministra Iriny.

A aplicabilidade da Lei Maria da Penha é algo, como já foi dito aqui, e eu aproveito para reforçar, que dependa exclusivamente de uma determinada esfera de poder ou de uma determinada esfera de governo. Mas precisamos fazer com que todos esses atores sociais, todos esses agentes governamentais ou não passem a agir de uma forma que já está definida pela ação da Secretaria de Mulheres. Para isso, precisamos contar com uma presença mais efetiva das Parlamentares, dos Parlamentares, tanto da Câmara como do Senado, no sentido dessa pressão dentro dos seus Estados, a fim de que esses mecanismos que foram criados se viabilizem da forma em que foram planejados.

Acho que dessa forma tiramos um pouco de um certo isolamento, eu diria, os órgãos de políticas para as mulheres, que têm ficado com a responsabilidade quase que exclusiva de levar essa agenda adiante. E é fantástico pensar que, mesmo nesse isolamento, conseguimos avançar tanto nos últimos anos.

Certamente atingimos, hoje, um patamar do qual só poderemos sair com esse compromisso efetivo que deve ser assumido na mesma medida, com a mesma convicção, por todos os outros setores da sociedade e por todas as outras instituições.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Ministra Luiza Bairros. Sem dúvida nenhuma, a nossa Presidenta Dilma fez uma belíssima escolha, com ministras competentes, comprometidas e que mostram conhecimento e sabedoria na realização dos seus trabalhos. Quero, portanto, agradecer imensamente à Ministra Luiza pela excelente explanação feita nesta Subcomissão.

Gostaria de dizer que a Ministra Irene já precisa se ausentar. Também quero dizer que o Ministro da

Saúde, Alexandre Padilha, vai fazer agora uma explanação sobre o trabalho realizado no Ministério da Saúde que diz respeito à saúde da mulher. Por isso, a pressa que temos em concluir os trabalhos desta audiência pública.

Mesmo assim, passamos a palavra ao representante do Ministério da Justiça, o Sr. Eduardo Dias.

O SR. EDUARDO DIAS – Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de agradecer à Senadora Angela Portela pelo convite de estar aqui presente hoje; também gostaria de cumprimentar a Ministra Luiza Bairros que está aqui presente conosco; um cumprimento especial também para a amiga, colega, Secretária Cida, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Estou hoje aqui com a missão de representar o Ministro José Eduardo Cardozo e com a tarefa muito difícil de falar após as três Ministras que nos brindaram com as suas brilhantes palavras.

Então, dado o adiantado da hora, venho trazer algumas rápidas palavras. Quero dizer que o Ministério da Justiça, no âmbito do pacto de enfrentamento à violência contra a mulher, ficou responsável por articular com os órgãos do sistema de justiça para a criação de equipamentos públicos de proteção à mulher.

Ao longo desses três anos, começamos praticamente em 2008, conseguimos grandes avanços. Trago aqui, a título de exemplo, a criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar. Tínhamos, em 2008, 15 juizados e atualmente já são 45. E, desses 45, 27 com apoio do Ministério da Justiça.

Mas, de fato, como bem colocado pela Ministra, precisamos avançar e interiorizar esse serviço. A maioria dos juizados, hoje, está localizada na capital dos Estados. O grande desafio é levar para o interior. E isso, claro, envolve a questão orçamentária.

Temos priorizado essa questão no Ministério da Justiça, mas aqui fica o registro da necessidade de ampliar, privilegiar essa temática, ampliar o aporte de recursos para poder levar esse serviço para o interior, proteger as mulheres vítimas de violência doméstica.

Como colocado também, essa lei é considerada uma das três mais avançadas no mundo, então, de fato, o desafio que se coloca é criar mecanismos para efetivar a lei, e esses mecanismos passam então pela implementação da rede de proteção à mulher e pela implementação de uma rede qualificada. Temos avançado e estamos vendo com bons olhos alguns juizados, como, por exemplo, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que têm atendimento humanizado da mulher. Isso é muito importante. É importante que nos juizados e em todo equipamento público estejam presentes psicólogos e assistentes sociais para fazer um atendimento qualificado à mulher que é vítima de violência doméstica.

Outra questão muito colocada é a da aplicação da lei. Nesse sentido, têm sido grandes os esforços do Governo Federal, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Reforma do Judiciário e do Conselho Nacional de Justiça no sentido de se buscar uniformizar o entendimento da aplicação da lei. Então, está sendo planejada e discutida – e hoje está havendo uma reunião com a Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) – a criação de um curso à distância para capacitar servidores em todos os juizados do País e também para aperfeiçoar os juízes e magistrados que hoje aplicam a lei.

Então, nesse sentido, a ideia foi só trazer aqui esse apanhado, reforçar a importância de implementar esses equipamentos públicos, colocar que o Ministério da Justiça continua priorizando essa temática, sendo parceiro de todos aqui na aplicação e na efetividade da lei. Confiamos que, em breve, os tribunais superiores, o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal também darão posicionamentos para aclarar todas as questões que hoje em dia têm gerado dúvidas na aplicação da lei.

Muito obrigado.

Boa tarde. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Eduardo. Muito obrigada ao Ministro pela presença do Ministério da Justiça entre nós.

Eu gostaria de registrar a presença da Juíza do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Brasília, Drª Maria Isabel da Silva. *(Palmas.)*

A senhora está com a palavra.

A SRª MARIA ISABEL DA SILVA – Boa tarde. Agradeço a oportunidade de participar desta audiência, de ouvir os debates. Como Juíza do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Brasília, já fiz mais ou menos oito mil audiências, então, já ouvi mais de oito mil mulheres vítimas de violência doméstica. Então, acho que tenho alguma coisa a dizer nesta audiência pública.

Pois bem, o Poder Judiciário do Distrito Federal, por excelência, já está bem estruturado, é bem organizado para o atendimento das vítimas de violência doméstica, assim como quase todo o Distrito Federal. Embora tenhamos uma delegacia de violência doméstica estruturada, também as outras delegacias têm profissionais capacitados e aptos ao atendimento às mulheres.

Mas o que ocorre, o que é a nossa frustração, Ministra? O que ocorre conosco? A nossa angústia é que a vítima de violência doméstica sai da nossa vara

com um título executivo – digo um titulo executivo, uma sentença – condenando o seu agressor, e daí, o que ocorre na vida dela, qual a mudança na vida dessa mulher? O que o Estado faz na vida dessa mulher? O que o Poder Executivo faz por essa mulher? A violência doméstica, hoje, está restrita unicamente ao Poder Judiciário nas condenações, e não pode ser somente esse o enfoque de aplicação, de aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Nós precisamos de políticas públicas que possam assegurar uma independência, a emancipação feminina. É isso que sentimos que urge, que é necessário que se faça neste País.

Não temos creches; principalmente no Distrito Federal, não temos creches, não temos creches, não temos escola em tempo integral. Há um artigo da lei que diz que o juiz determinará o encaminhamento da mulher para os programas de assistência. Eu não consigo inserir uma mulher num programa, porque está tudo fechado, ou está em andamento, estão fazendo uma renovação, está em adaptação. Eu não consigo colocar nenhuma mulher!

Eu prendo o agressor, eu determino a prisão do agressor, a mulher vai com os filhos para a rua pedir esmola porque ela não tem quem mantenha a casa.

Então, eu fico nessa angústia, porque não podemos pensar em violência doméstica somente com medida judicial, somente com ação penal. Não pode ser somente esse o enfoque, e a Lei Maria da Penha não é para isso.

Então, é só esse desabafo. Eu gostaria muito que o Estado, que o Poder Executivo, que o Poder Legislativo obrigassem esses agentes de políticas públicas, os Governo estaduais e municipais para que, efetivamente, implementem os centros de atendimento à mulher vítima de violência.

Ontem mesmo, estava com uma mãe cuja filha está presa, uma menina de 22 anos. Tenho muitos filhos presos, porque são viciados em drogas, e a primeira pessoa a ser agredida, porque está na frente, é a mãe, aquela que diz não naquele momento. Ela me disse: "Doutora, eu só quero que a senhora me arrume um lugar para eu colocar a filha, para eu internar minha filha". Até determinei uma liberação. Estou concedendo uma liberdade provisória, porque ela está procurando uma clínica onde ela possa internar essa menina, mãe de dois filhos.

A fila do SUS para laqueadura de trompas aqui do Distrito Federal tem três mil pessoas. São mulheres que não querem mais ter filhos, três mil pessoas na fila. Estamos pensando um movimento junto a empresários para que possamos possibilitar essa laqueadura de trompas, porque a fila é muito grande.

Então, precisamos de medidas efetivas para acabar com a violência doméstica.

Muito obrigada, é o meu desabafo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada Drª Maria Isabel da Silva, por usar participação.

Se ninguém quiser se manifestar, gostaria de abrir...

A SRª FRANCINETE MAIA - Meu cordial bom dia para as mulheres e homens que se fazem presentes à mesa, na pessoa da Srª Angela Portela...

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Gostaria que a senhora se identificasse.

A SRª FRANCINETE MAIA – Meu nome é Francinete Maia, Vice-Presidente do Movimento Girassol Maria da Penha, do interior do Amazonas, Iranduba. Estou aqui com o companheiro Daniel. Lá temos um movimento muito grande em cinco municípios do interior do Estado. O que realmente vemos é a falta de compromisso de alguns poderes conosco, com os moradores do interior. Somos pescadoras, agricultoras, somos índias precisando de amparo, de respeito, e não temos.

Foi lembrado aqui vários pontos importantes, mas lutamos hoje pela criação e implantação de conselhos municipais. Hoje criamos, em Iranduba, em Manacapuru, em Novo Airão, Careiro Castanho e Presidente Figueiredo, comissões municipais, mas não temos o amparo do Poder Executivo. Num dos artigos da Lei Maria da Penha - que daqui a alguns meses completará cinco anos -, não temos o respeito que merecemos ter...

Então, viemos de Manaus para participar desta audiência, para nos comprometermos, cada vez mais, com esse tema, com essa temática, para que possamos levar para nossos municípios a verdade face do nosso direito, vamos dizer assim.

No Movimento Girassol Maria da Penha, temos, espalhados na zona rural e urbana, vários núcleos que trabalham a publicização dessa lei. Falta-nos material, amparo do Poder Judiciário, do Poder Executivo e também do Legislativo. Temos muitos problemas a enfrentar, porque ainda existe muito machismo, não existe o compromisso que deveria.

Então, penso que, como diz o ditado, a união faz a força, a parceria, o apoio dos órgãos comprometidos com a causa deva fazer a diferença, mais a sociedade civil constituída por nós, movimentos sociais, onde conseguimos eleger uma pessoa nossa, do povo, e agora, uma mulher.

Penso que esse sonho vai, sim, se tornar realidade.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Francinete Maia, que veio lá do Amazonas para estar conosco aqui, participando desta audiência. Nós somos de Roraima, sabemos da dificuldade do interior da região amazônica como um todo.

Esta Subcomissão vai ser de muita importância para trazer esses casos concretos, essas dificuldades que a mulher vivencia lá no interior do Ceará, no interior do Amazonas, de Roraima, nas grandes cidades.

Então, eu penso, Ministra Luiza Barros, que esta Subcomissão vai poder contribuir muito para que possamos realizar um trabalho junto ao Poder Executivo, para que também se consiga incluir recursos no orçamento, como aqui foi colocado pela Senadora Gleisi, que faz parte da Comissão Mista de Orçamento, para que possamos implementar as políticas públicas voltadas para as mulheres, o Pronaf Mulher, projetos que possam dar independência financeira e econômica para as nossas mulheres.

Vejo uma dedicação, uma sintonia da Presidenta Dilma com as questões relacionadas aos interesses das mulheres. Então, penso, Francinete, que, com o Governo da Presidenta Dilma, iremos avançar na implementação dessas políticas públicas, que são de fundamental importância para garantir à mulher uma vida mais digna.

Nesses três meses de mandato, Sua Excelência já anunciou inúmeros projetos importantes voltados para a mulher. O Rede Cegonha, lançado recentemente, para dar maior assistência à mulher grávida, no pré-natal e no pós-parto e ao seu filho até dois anos; no Amazonas, também recentemente, projeto de prevenção e combate ao câncer de mama e de colo do útero. Na região Norte, o Ministério da Saúde já apresentou dados que comprovam que a mulher da região Norte, Ministra, tem duas vezes e meia a mais possibilidade de ter câncer de colo de útero. Então, a Ministra já foi lá e lançou esse programa.

Acreditamos veemente que o Governo Federal vai buscar uma parceria maior com estados e municípios, também, para implementação da Lei Maria da Penha. Dos 5.600 municípios brasileiros, não chega a 500 os que já têm a delegacia especializada em atendimento a mulheres.

Então, há um longo caminho a percorrer para que superemos todas essas dificuldades e para que possamos alcançar a tão sonhada igualdade de direito entre homens e mulheres.

No mercado de trabalho, há uma luta constante, mas, felizmente, as mulheres têm elevado a sua escolaridade, o que lhes tem permitido mais espaços no mercado de trabalho. Infelizmente, ainda somos maioria nos mercados precários, nas estatísticas de desemprego e no emprego informal, mas a disposição da mulher para evoluir, para marcar presença na sociedade e mostrar o seu valor já é muito grande.

Penso que há, sim, espaço para avançarmos nessas discussões e lutarmos veementemente, Congresso Nacional, Poder Executivo, Poder Judiciário, para que possamos, efetivamente, assegurar à sociedade brasileira um mundo melhor e mais digno para as mulheres brasileiras.

Gostaria de encerrar esta audiência pública, dizendo que me sinto muito feliz e honrada em presidir a Subcomissão dos Direitos das Mulheres no Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Levanta-se a Reunião às 12h44min)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia cinco de maio de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 10ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. A Presidente propõe e o Plenário acata a inversão dos itens da pauta, apreciando-se primeiro os itens 2, 3 e o item extra-pauta. **ITEM 2 – Requerimento nº 19, de 2011 – CI,** de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização

de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE com a presença das seguintes autoridades: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; um representante do Departamento de Proteção do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC; e um representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS". Usam da palavra os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço. A matéria é aprovada. **ITEM EXTRA-PAUTA: Requerimento nº 21, de 2011 – CI**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos Regimentais, que se adicione à discussão da Audiência Pública prevista no Requerimento nº 19, de 2011 – CI, destinada a debater a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE, o tema cumulatividade da tributação na tarifa de energia elétrica, com a presença do representante da empresa Price Waterhouse Coopers". A matéria é aprovada. **ITEM 3 – Requerimento nº 20, de 2011 – CI,** de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura – CI, denúncias envolvendo supostas irregularidades nas obras de duplicação da Rodovia BR 101, uma das principais obras do PAC Nordeste, nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, com a participação das seguintes autoridades: Dr. LUIZ ANTONIO PAGOT, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; DR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral da Polícia Federal; DR. MÁRIO AZEVEDO JAMBO, Juiz Federal do Rio Grande do Norte; UM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL". Usa da palavra o Senador Vital do Rêgo. A matéria é aprovada. A Presidente convida o Sr. Pedro Brito do Nascimento para compor a mesa. Os Senadores Francisco Dornelles e Ricardo Ferraço anunciam a presença do Ex – Ministro de Estado de Cidades, Sr. Márcio Fortes. A presidente anuncia a presença do Sr. Tiago Pereira Lima, Diretor da ANTAQ. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2011,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Pedro Brito do Nascimento para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga do Senhor Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa." A Presidente concede a palavra ao Senhor Pedro Brito do Nascimento para fazer sua exposição. Após a exposição do indicado, a Presidente atende solicitação do Senador Vital do Rêgo e declara aberto o processo de votação. A Presidente concede a palavra aos Senadores **Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Lindbergh Farias, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Jayme Campos e Inácio Arruda**. A Presidente fez o registro da presença do ex-Senador do Amazonas, Gilberto Miranda. Às dez horas e cinquenta e oito minutos o Senador Flexa Ribeiro assume a presidência da Comissão. Às onze hora e dois minutos a Senadora Lúcia Vânia reassume a presidência da Comissão. A Presidente convida os Senadores **José Pimentel** e **Vanessa Grazziotin** para serem os escrutinadores. A Presidente solicita, por sugestão do Senador Ricardo Ferraço, que o Senhor Pedro Brito do Nascimento encaminhe à Comissão informações à cerca do volume de investimentos públicos e privados a serem aplicados no sistema portuário brasileiro. A seguir, a Presidente proclama o resultado, sendo Aprovada a indicação do Senhor Pedro Brito do Nascimento para Diretor da ANTAQ por 16 votos Sim, um 1 voto Não e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 10ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Informo à Srª e aos Srs. Senadores que vamos fazer uma inversão de pauta, uma vez que estamos aguardando o Relator da matéria que enseja a sabatinar do indicado à Presidência da Antaq.

Passemos ao item nº 2 da pauta:

Item 2:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93 do inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a tarifa social de energia elétrica, com a presença das seguintes autoridades: Sr. Nélson José Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); um representante do De-

partamento de Proteção do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça, e um representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Autor: Senador Vital do Rêgo

Em discussão o requerimento. (Pausa)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB - PB) - Srª Presidenta, esse requerimento, por si só, é auto-explicativo, mas fiz questão de desenvolvê-lo agora, por força de uma necessidade. E aí peço a V. Exª, com a fineza de sempre, o agendamento para o mais rápido possível, se aprovado for por esta Comissão, eis que os prazos que estão contando para o cadastramento dos consumidores da tarifa social.

Parece-me que há uma acomodação do governo, uma acomodação principalmente das empresas de energia elétrica para, na forma da lei, divulgarem ao País, nos quatro cantos, que é necessário o cadastro, para que o consumidor tenha o direito à tarifa social.

Essa tarifa representa, muitas vezes, 60% a 65% na conta. Isso quer dizer, se o consumidor não se cadastrar no prazo da lei, ele vai amanhecer o dia, no primeiro dia após o não-cadastramento, com um valor 65% mais alto na sua tarifa. E aí não tem mais nada o que fazer. O que nós estamos querendo com essa audiência pública? Dar visibilidade à legislação e fazer um apelo, para que todos os órgãos envolvidos, públicos e privados, possam encaminhar à Nação Brasileira, ao povo brasileiro, essa lei que é tão útil àqueles mais pobres, que não têm como pagar uma tarifa cheia e precisam recorrer à tarifa social.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Informo ao Senador Vital do Rêgo que, na próxima audiência pública, na próxima semana, nós faremos realizar o objeto desse requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) - Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) - Em discussão.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) - Eu queria pedir exatamente para me incorporar e me associar à preocupação do Senador Vital do Rêgo, tendo em vista a necessidade de aprofundarmos o debate, porque isso está se transformando num dos maiores gargalos ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Ou seja, nós temos incorporado à essa questão tributária um custo Brasil de elevadas conseqüências para a manutenção do crescimento econômico nessa mesma intensidade.

Então, considero absolutamente tempestivo e apropriado que nós possamos fazer um debate e possamos, inclusive, trazer a esta Comissão especialistas que estão detalhando essa situação. Existe um trabalho feito pela consultoria internacional *Price Waterhouse*, Senador Vital do Rêgo, que faz uma abordagem detalhada sobre esse tema. E, quem sabe, traremos aqui o responsável, o especialista que cuidou ou os coordenadores que cuidaram desse assunto, para que esta comissão possa se debruçar sobre o tema.

Então, estou propondo que nós possamos convidar a Consultoria Internacional *Price Waterhouse*, que fez um trabalho detalhado, apontando a direção das mudanças que precisam ser conferidas.

Era, pois, apenas para incorporar essa sugestão e me congratular com o Senador Vital do Rêgo pela oportunidade do tema que traz à Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB - PB) – A sugestão do Senador Ferraço é sempre muito interessante pelo vasto conhecimento que ele tem no setor. É um executivo importante, a serviço hoje, no Senado. E incorporo *in totum* a sugestão de S. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Solicito ao Senador Ferraço que formalize a sua reivindicação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

Item 3:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, denúncias envolvendo supostas irregularidades nas obras de duplicação da Rodovia BR-101, uma das principais obras do PAC do Nordeste, nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, com a participação das seguintes autoridades: Dr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Dr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal; Dr. Mário Azevedo Jambo, Juiz Federal do Rio Grande do Norte; um representante do Ministério Público Federal.

Autor: Senador Vital do Rêgo.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB - PB) – Permita-se, Srª Presidente, antes de adentrar a discussão do requerimento, de novamente dizer que, quando sou instado a estar nesta Comissão, sinto-me à vontade pela fineza do tratamento que recebo de Sua

Excelência, e dizer da competência da Comissão. Este *clipping* é inédito. Ainda não o vi em nenhuma outra Comissão. E esse esmero, eu queria transferir a V. Exª e a todos os membros técnicos da Comissão, do seu secretariado, porque já recebi o primeiro. É a segunda vez que recebo um *clipping* dessa natureza, com informações dos assuntos de infraestrutura, que são fundamentais para o descortino do nosso mandato. Parabéns a V. Exª!

Com relação ao requerimento, ele é o eixo fundamental do desenvolvimento dos três Estados. A duplicação da Rodovia BR-101, que liga os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, é a maior obra do PAC Nordeste para os três Estados, sem dúvida, na questão do modal rodoviário. E há indícios de irregularidades, há problemas que foram colocados junto ao Dnit, que provocou essa questão. E eu tenho certeza da oportunidade que o Dnit tem para desenvolver esse tema aqui, na comissão. Por isso, solicito a aprovação dos nossos Pares.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Agradeço, Senador Vital do Rêgo, o elogio sobre o *clipping*.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido para compor a Mesa o Sr. Pedro Brito do Nascimento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP - RJ) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP - RJ) – Peço autorização a V. Exª para cumprimentar o ex-Ministro Márcio Fortes, que está aqui, assistindo esta audiência. É uma pessoa do maior gabarito, que honrou o gabinete do Presidente Lula, que honra o meu partido, e que veio aqui assistir à sabatina do Dr. Pedro Brito, para a Antaq.

Eu queria, em meu nome, como Presidente do partido e membro desta Comissão, fazer a saudação ao Ministro Márcio Fortes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Agradeço, Senador Dornelles. Quero me juntar à solicitação de V. Exª e cumprimentar o Ministro Márcio Fortes, que deixou uma lembrança muito importante para o País no Ministério das Cidades.

Quero cumprimentá-lo pela sua gestão e, acima de tudo, pelo seu espírito de brasileiro naquele Ministério.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Eu não posso também perder a oportunidade de me associar às manifestações do Senador Dornelles e de V. Exª, porque estamos diante de um excepcional servidor público, que não apenas emprestou toda a sua capacidade de trabalho ao Ministério das Cidades, mas também emprestou o seu entusiasmo, a sua capacidade empreendedora ao Ministério da Agricultura. Então, é com muito carinho e com muita satisfação que nós acolhemos aqui, em nossa Comissão, o ex-Ministro Márcio Fortes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Obrigada.

Eu gostaria de destacar também a presença do Sr. Tiago Pereira Lima, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Seja bem-vindo!

Item 1:

MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Pedro Brito do Nascimento, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq -, na vaga do Sr. Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa.

Autor: Presidente da República.

Relator: Senador Flexa Ribeiro, que não se encontra presente.

Estamos nomeando como Relator *ad hoc* o Senador Vital do Rêgo.

Os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Pedro Brito do Nascimento, constante da Mensagem nº 59, de 2011.

Observação: em 28/04/2011, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009-CI.

Concedo a palavra ao Sr. Pedro Brito do Nascimento, para a sua exposição.

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – Muito bom dia a todos!

Srª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, meus colegas da área portuária brasileira, para mim, hoje é um dia de grande honra poder estar aqui no Senado Federal, tendo em vista a minha indicação a este Senado para uma das diretorias da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Eu gostaria de falar um pouco sobre o setor portuário brasileiro. E falar sobre o setor portuário brasileiro, na verdade, é falar sobre logística. Um país como o Brasil depende muito da sua eficiência logística para garantir a produtividade e a competitividade da nossa economia.

Nós partimos deste princípio, que é bastante dominado hoje em todas as partes do mundo, de que a produtividade e a competitividade da economia como um todo dependem, em larga medida, da eficiência da sua logística.

Portanto, falar de portos é falar de logística. Nós não podemos naturalmente ter portos eficientes sem ferrovias competitivas, sem rodovias importantes que dêem acessos terrestres aos portos e, principalmente, em hidrovias.

Portanto, a nossa área de interesse, o nosso foco, é a questão da logística brasileira. E é importante pontuar que, em 2003, a corrente de comércio do Brasil era de apenas US$ 100 bilhões, um número, portanto, muito pequeno.

Essa corrente de comércio cresceu rapidamente nos últimos anos, Senadora Lúcia Vânia, a uma média de 20% ao ano e hoje nós já ultrapassamos os US$400 bilhões nessa fonte de comércio. Somente nas nossas exportações, previstas para esse ano de 2011, nós poderemos atingir o marco de US$250 bilhões em exportações. Somente este ano.

E nós sabemos que 95% desse movimento, em termos de quantidade, em termos de volume, passam pelos portos brasileiros; e mais de 86%, em termos de valor. Só esse dado já seria muito eloqüente para demonstrar a importância da logística e do setor portuário brasileiro para o crescimento da economia do nosso País, que precisa crescer a taxas de 6 a 7% ao ano para poder fazer frente aos nossos principais competidores, principalmente China, Índia e Estados Unidos.

O modelo brasileiro de portos, que é o modelo de porto público, com operação privada, é um modelo que hoje se encontra no mundo inteiro.

Hoje o Brasil tem 36 portos públicos e 128 terminais privativos, uma quantidade, portanto, muito importante de portos brasileiros dentro desse modelo de porto público com operação privada, que é um modelo que encontramos na Europa, encontramos na Ásia e encontramos nos Estados Unidos.

E eu pediria licença, Senadora, para, antes mesmo de entrar diretamente no sistema portuário brasileiro, fazer um breve panorama, muito rápido, do sistema portuário mundial, porque é importante que o nosso contexto portuário esteja dentro do que acontece no mundo inteiro.

Vamos, começando pelo velho mundo, em relação à Europa, com exceção apenas da Inglaterra, onde os portos são privados, no resto da Europa inteira os portos são públicos. E se destacam três países. A Alemanha que hoje é o País número um em logística, segundo estudos do Banco Mundial, a Holanda e a Bélgica.

Esses três países se destacam na Europa como sendo os líderes da logística.

Nós tomamos o caso, por exemplo, da Bélgica, que é um país muito pequeno e que se destaca, de forma muito importante, na questão da logística. Apesar de ser um País minúsculo, com uma costa de cerca de 60 quilômetros apenas, tem um dos maiores portos do mundo, que é o porto de Antuérpia. Somente de cais o porto de Antuérpia tem 160 quilômetros, quase três vezes mais do que todo o litoral do País, no caso a Bélgica.

A Bélgica hoje é o maior produtor *per capita* de carros do mundo, sem que tenha nenhuma marca nacional de veículos, exatamente por conta da sua logística.

Então, esses países se destacaram, por conta de uma logística eficiente que montaram. A Alemanha hoje, por exemplo, consegue ser o principal exportador do mundo em vários itens, entre eles, por exemplo, o maior exportador de café, o maior exportador de chá, sem que tenha qualquer plantação de chá ou café, exatamente pela eficiência alcançada na logística.

Então esses aspectos demonstram que a preocupação de qualquer Estado nacional em investir fortemente na logística, na intermodalidade, fazendo com que os portos tenham acessos terrestres eficientes, que possuam um sistema hidroviário de alta capacidade, podem incluir esses países como as maiores economias do mundo.

Por exemplo, em relação à questão hidroviária, o Brasil tem um potencial de quase 60 mil quilômetros de hidrovias, dos quais nós só exploramos 13 mil.

Então, isso aí representa um desafio gigantesco para o Brasil investir nas suas hidrovias, construindo eclusas, promovendo a conexão dessas hidrovias com os principais portos brasileiros, principalmente na região amazônica, onde as hidrovias desempenham papel absolutamente fundamental e indispensável para o desenvolvimento daquela região.

Portanto, em relação a esses países desenvolvidos, hoje nós já temos isso. É o caso da Alemanha, o caso da Holanda, o porto tão citado de Rotterdam da Holanda, na verdade é uma grande plataforma logística para todo o Norte Europeu.

Estão conectados ao Porto de Rotterdam sistemas ferroviários altamente eficientes, sistemas hidroviários que permitem, por exemplo, que uma carga que che-

gue ao porto de Rotterdam, que fica no mar do Norte, chegue ao mar Negro, na outra ponta do Continente, somente por hidrovias, através dos vários canais que ao longo do tempo foram construídos ligando os diversos rios europeus. Nesse caso são 3.800 quilômetros de hidrovias, desde uma ponta do continente europeu até a outra ponta, permitindo que as cargas fluam normalmente. Daí a grande importância que assumiu o porto de Rotterdam.

A mesma coisa acontece dentro do território da Alemanha. A Alemanha não tem portos assim gigantescos. O maior porto da Alemanha é o porto de Hamburgo, que não é assim um dos gigantes portuários do mundo, mas a Alemanha conseguiu essa intermodalidade e transformou o País no primeiro lugar de logística.

Ainda na Europa, nós temos países que têm menor potencial de logística, como é o caso da França, como é o caso da Itália, e países que estão bastante atrasados, muito mais do que o Brasil, como é o caso da Rússia. Mas, de um modo geral, o continente europeu conseguiu construir essa plataforma logística, que é invejável e que transformou essas economias.

O caso da Ásia é um caso que chama a atenção pela velocidade com que os investimentos foram feitos nos últimos anos.

Nós destacamos, na Ásia, quatro países que são líderes em logística, que é o caso do Japão, o caso da China, da Coréia e de Cingapura.

É muito interessante observar, Senadora Lúcia Vânia, que, em relação à China, por exemplo, se nós pegarmos, pouco mais de dez anos atrás, a lista dos dez maiores portos do mundo não havia nenhum porto chinês. Se nós pegarmos hoje a lista dos dez maiores portos do mundo, seis deles são chineses.

Em pouco mais de dez anos, a China que não tinha nenhum porto entre os dez maiores do mundo, hoje seis são chineses, sendo que o primeiro maior porto do mundo, que é Shanghai, é um porto Chinês, naturalmente. O Porto de Shanghai movimenta hoje, só para a gente ter padrões de comparação, 30 milhões de TEUs

Para que se tenha uma idéia do que isso representa em termos de movimentação do comércio internacional, o nosso maior porto, que é o porto de Santos, o maior porto da América Latina, movimenta 2,5 milhões TEUs, contra 30 milhões do porto de Shanghai. O Brasil inteiro movimenta 8,6 milhões TEUs. Então, somente um porto chinês movimenta quatro vezes o que movimenta o Brasil. Nessa lista dos dez maiores do mundo, onde seis são chineses, chama a atenção que o segundo maior porto do mundo também é asiático, que é o porto de Cingapura.

Ali, no quinto ou sexto lugar, está Busan, que é o porto da Coréia do Sul, e está também o porto de Dubai. Somente um porto fora da Ásia, que é o Porto de Rotterdam, ocupando a nona posição.

O porto de Rotterdam, que já foi o primeiro do mundo, hoje é o nono porto do mundo. Então, entre os dez maiores, nove são asiáticos, sendo seis chineses e apenas um porto Europeu que é o porto de Rotterdam.

Eu cito isso para mostrar a grande transformação pela qual passou o comércio global nos últimos anos.

Se pegarmos os últimos trinta anos, o PIB global dobrou, enquanto que o comércio global se multiplicou por seis.

E isso, essa mudança, que implicou nessa mudança de logística mundial, traz para o Brasil desafios muito importantes no futuro para que o Brasil se prepare em relação a essa nova realidade do comércio global. Portanto, depende basicamente da eficiência logística brasileira, a maneira como o Brasil vai crescer nos próximos anos.

A posição do porto de Santos hoje é a 42ª, que é uma posição importante. E aí, Senadora, eu aproveito a sua pergunta para, entrando na situação portuária brasileira, mostrar quais as principais diferenças entre o setor portuário brasileiro e o setor portuário do mundo como um todo.

Em primeiro lugar, eu já disse que os portos no mundo inteiro, Europeus, Asiáticos e Americanos, são todos públicos com operação privada, exatamente como é no Brasil. O modelo é exatamente igual. Quais então as diferenças?

Às vezes as pessoas me perguntam: "Quando é que Santos vai ser igual a Rotterdam?" No que a vista alcança, nunca. Em primeiro lugar, por uma questão de escala. O porto de Rotterdam é um porto do Norte europeu, é um porto que tem uma escala que permitiu, no ano passado, que o porto de Rotterdam movimentasse sozinho a metade do que movimenta o Brasil inteiro em termos de volume, 380 milhões de toneladas de carga.

O porto de Santos, que é o nosso maior porto, está perto dos cem milhões de toneladas de carga. O Brasil inteiro movimenta 800 milhões de toneladas de carga. Então, o porto de Rotterdam sozinho movimenta a metade de todo o Brasil.

Então a questão da escala é fundamental na diferença entre os portos. Em primeiro lugar, porque o negócio portuário, que é um negócio intensivo de capital, é um equipamento que precisa de escala para ser eficiente. Não existem portos pequenos eficientes. Isso

é impossível, porque necessariamente é um negócio que exige escala para ganhos de produtividade.

Portanto, a diferença de escala é uma primeira diferença entre portos brasileiros e portos europeus ou portos asiáticos.

O Porto de Cingapura, assim como o de Shanghai, movimenta quase quatro vezes o que movimenta o Brasil inteiro.

Então esta é uma primeira diferença.

E essa diferença de escala se reflete na lógica do comércio global. Se nós pegarmos os 25 maiores portos do mundo, todos estão na lógica Leste/Oeste, ou seja, Estados Unidos, Ásia e Europa. Os 25 maiores portos do mundo estão na lógica do comércio global Leste/Oeste.

Na lógica Norte/Sul, onde está o Brasil, existem pequenos portos. E isso é decorrente da escala, do volume de carga, do volume de negócios.

Então, é importante nós entendermos que a diferença entre Santos e Rotterdam, entre Santos e Shanghai, não é uma questão só de equipamentos, de investimentos, mas há uma diferença de escala que determina o tamanho desses portos.

Uma segunda diferença importante, e nessa, sim, nós podemos trabalhar, é a questão do planejamento.

Eu tive a oportunidade de visitar os maiores portos do mundo, principalmente os portos europeus, e me chamava muito a atenção que a primeira coisa que me mostravam, quando eu chegava a Rotterdam, a Antuérpia ou a Hamburgo, era o planejamento estratégico desses portos para os próximos dez, quinze anos. E esse planejamento estratégico não era uma coisa só no papel. Era uma coisa que de fato funcionava, que orientava os investimentos públicos, os investimentos privados e as necessidades que iriam ser atendidas nos próximos anos por esses portos.

No Brasil esse foi o primeiro problema que nós encontramos quando iniciamos a trabalhar na Secretaria de Portos: a ausência de planejamento. Isso impedia que se pudesse orientar inclusive os investimentos privados que são muito grandes nos portos brasileiros.

Tomamos, portanto, a providência de contratar a Universidade Federal de Santa Catarina, o Porto de Rotterdam e também o BNDES, que já estão trabalhando no Plano de Logística Portuária brasileiro para os próximos vinte anos, que vai ter como subproduto importante os doze planos diretores dos doze portos mais importantes do Brasil, começando por Santos.

Então essa questão do planejamento, que era um atraso no sistema portuário brasileiro, está praticamente vencida por conta desse planejamento estratégico que já está sendo executado.

Foi criada na Secretaria de Portos uma equipe que cuida só disso. Nós temos lá um andar inteiro dedicado a essa equipe que já está trabalhando no planejamento estratégico dos portos brasileiros para os próximos vinte anos.

Uma outra diferença, importante também, é a questão da gestão profissional dos portos.

Todos os portos europeus, asiáticos e americanos que nós visitamos, embora sejam portos públicos, todos têm uma gestão profissionalizada.

O porto de Barcelona, por exemplo, que é um dos grandes portos europeus, o primeiro porto da Espanha hoje, é um porto que pertence ao Governo da Catalunha, mas toda a gestão do porto de Barcelona, toda a diretoria do porto de Barcelona é composta por executivos contratados no mercado para gerir o porto.

Então essa é uma outra diferença importante entre o que encontramos aqui no Brasil e aquilo que conhecemos mundo afora: a gestão profissional, que é uma exigência do mercado.

Porto é um equipamento de geração de novos negócios, de geração de oportunidades diversas de negócios e tem que ser visto como um equipamento de desenvolvimento regional. Portanto, há a necessidade dessa gestão profissionalizada.

Essas três diferenças que eu mencionei anteriormente, a questão da escala, do planejamento e da gestão profissional, têm como corolário um outro fator importante que é a geração de caixa própria por todos esses portos.

O porto de Rotterdam, no momento, está com um plano de expansão de dois bilhões de euros, que está sendo integralmente financiado com a geração de caixa do próprio porto ou, naturalmente, com empréstimos que o porto toma da banca privada ou da banca pública, mas com a garantia do seu fluxo de caixa.

Isso é assim em Barcelona; é do mesmo jeito em Hamburgo, na Alemanha, em Antuérpia na Bélgica, ou seja, esses portos não precisam de orçamento do Governo para fazer o seu programa de investimentos.

Então, nesse ponto, nós temos que avançar bastante, temos que sanear as nossas empresas. O Porto de Santos, a Codesp, eu cito como exemplo, pela primeira vez, em trinta anos, no ano passado, fez distribuição de resultados com os seus funcionários. Isso é em decorrência desse plano de saneamento que já foi dado início nos portos brasileiros. Mas os portos, de uma maneira geral, têm capacidade de gerar caixa para financiar os seus próprios investimentos, sem ter a necessidade de lançar mão de orçamento público para financiar esses seus investimentos.

Por fim, a última diferença que encontramos foi em relação à descentralização administrativa e societária desses portos.

O modelo brasileiro é um modelo onde, pela própria Constituição Federal, cabe à União a gestão dos portos, o planejamento dos portos e a administração dos portos. O que nós vimos em grande parte do mundo? O porto de Rotterdam, por exemplo, pertence ao Município de Rotterdam. O porto de Hamburgo, pertence a cidade de Hamburgo. O porto de Antuérpia pertence a cidade de Antuérpia. O Porto de Nova York, nos Estados Unidos, pertence ao Estado de Nova York. O porto de Los Angeles pertence ao Estado da Califórnia. O porto de Barcelona, como eu já citei, pertence ao governo da Catalunha. Então, de uma maneira geral, existe uma descentralização administrativa e também societária no comando dos portos. E isso, pelo menos lá, porque cada país tem a sua cultura, tem a sua forma de administrar, mas pelo menos lá representa que, quando Antuérpia, quando a cidade de Antuérpia é dona do porto, ela se sente responsável não só pela gestão mas pelos investimentos também que são feitos naquele porto.

Portanto, esse é, assim, de uma maneira muito rápida, um panorama entre a situação dos portos brasileiros e a situação dos portos mundo afora.

Em termos dos gargalos no setor portuário brasileiro, o primeiro gargalo que nós encontramos, identificamos, foi a questão da baixa profundidade dos portos brasileiros, frente a necessidade e ao crescimento no tamanho dos navios.

Nos últimos trinta anos, os navios aumentaram de tamanho com uma velocidade muito grande. Há trinta anos, os navios que entravam em Santos movimentavam 1.600 TEUs. Hoje os navios que entram em Santos movimentam 4.800 contêineres. Existem hoje navios, no mercado global, que movimentam 15 mil contêineres. Já estão sendo produzidos navios, para o próximo ano, de 19 mil contêineres.

Então esse crescimento rápido no tamanho dos navios passou a exigir cada vez mais profundidade dos portos para que os portos ganhassem produtividade e ganhassem escala.

Então, o primeiro gargalo que foi atacado, no caso do sistema portuário brasileiro, foi a necessidade de se aprofundar os portos brasileiros. Então, foi criado o Programa Nacional de Dragagem, inclusive com mudanças legais importantes, permitindo que empresas internacionais pudessem trabalhar no Brasil, permitindo o conceito de dragagem por resultado, o que significa dizer que o porto de Santos, que está sendo aprofundado para quinze metros neste exato momento, a própria empresa que ganhou essa licitação, num contrato de longo prazo, ela é responsável pela manutenção desse calado durante o prazo do contrato que pode ir até seis anos.

Foi outra mudança fundamental no Programa Nacional de Dragagem. Hoje nós temos vários portos com a dragagem já concluída. É o caso de Salvador, de Aratu, de Fortaleza, de Recife, de Itaguaí no Rio de Janeiro, de Angra dos Reis, também no Rio de Janeiro; e muitos outros em fase final de conclusão, como é o caso de Santos, o próprio porto do Rio de Janeiro, o porto do Rio Grande também já teve a sua dragagem concluída, o Porto de Cabedelo vai ter a sua conclusão agora em julho; enfim o Programa Nacional de Dragagem removeu a questão do gargalo, da falta de calado nos principais portos brasileiros.

Um outro problema que nós diagnosticamos, e esse ainda continua, e que é tão perverso quanto era a falta de calado, é a questão da burocracia. A burocracia nos portos brasileiros, ela determina um custo adicional para as operações portuárias no Brasil, porque hoje nós gastamos em média 5,4 dias para liberar a mercadoria nos nossos portos, enquanto nos países de ponta de logística é apenas um dia gasto na liberação das mercadorias. Nós temos que avançar muito nessa questão da burocracia, para reduzir esse excessivo tempo de 5,4 dias, que é incompatível, naturalmente, com uma economia que cresce como a economia brasileira.

Já está em implantação do projeto Porto sem Papel, que cria um único banco de dados, onde todos os agentes que fazem intervenção nos portos terão acesso, de uma vez só, a esse único banco de dados.

Só para que as Senadoras e os Senadores tenham uma dimensão desse volume de informações, existem 26 intervenientes nos portos brasileiros nas operações portuárias, entre intervenientes federais, estaduais e municipais. Então, a gente pode imaginar o que isso representa em termos de volume de informações. São 935 informações em cada contêiner que vai ser liberado, sem contar as repetições. Porque a cada navio você tem que informar o nome do capitão do navio, o nome do navio, de onde ele vem, qual é a carga que ele transporta, essas informações se repetem sempre. Tirando as repetições, são 935 informações. Então, isso determina um custo importante adicional para as nossas operações portuárias.

A remoção desse excesso de burocracia sem perda de segurança das informações, sem perda de segurança para a Receita Federal, vai representar um ganho extraordinário para o País, muito mais, talvez, até, do que a própria dragagem, ou pelo menos igual ao que foi feito em relação à dragagem nos portos brasileiros.

Nós identificamos que, entre esses 26, existem seis que sempre estão presentes, que é a autoridade portuária, a Marinha, a Receita Federal, a Anvisa, o Ministério da Agricultura e a Polícia Federal. Então, esses seis sempre estão presentes, e para eles é que está sendo criado esse banco de dados único. E o navio, antes mesmo de chegar ao porto, ele já, por satélite, vai transmitindo todas as informações para esse banco de dados, de modo a que o acesso seja rápido, até mesmo antes do navio ancorar. Isso não é nenhuma novidade, isso já é feito mundo afora, nos portos que são mais eficientes.

Uma outra questão igualmente importante em termos de gargalo são os acessos terrestres. Como eu disse aqui no início, o porto, para funcionar de forma eficiente, ele não pode prescindir de boas estradas, de boas ferrovias, e, principalmente, de um sistema hidroviário que faça a conexão dos portos com todo o *hinterland* que será atendido pelo porto. E todos aqui sabemos que a conexão hidroviária é a conexão mais barata que existe e a menos poluente. E é sempre importante repetir que o potencial hidroviário brasileiro é gigantesco em relação àquilo que nós hoje estamos utilizando.

Portanto, a questão dos acessos terrestres e hidroviários é outro gargalo que nós temos que vencer com muita rapidez. Eu cito aqui o caso do Porto de Santos, que é o maior porto da América Latina, que movimenta este ano 100 milhões de toneladas. O Porto de Santos é um porto que já está com graves problemas nos seus acessos terrestres. Não só pelo porto em si, mas ali na Baixada Santista, além do Porto, tem a Cosipa, tem Cubatão, que são geradores de um grande fluxo de caminhões para a Baixada Santista. Hoje trafegam na Baixada Santista, diariamente, cerca de 15 mil caminhões. Então, se não for preparado urgente um plano de novos acessos terrestres ao Porto de Santos, nós vamos ter o Porto de Santos inviabilizado ou, pelo menos, muito prejudicado no seu programa de crescimento.

E, no plano de crescimento para o Porto de Santos, nós estamos prevendo, até 2024, que o Porto de Santos vai triplicar, vai passar de 90, 100 milhões de toneladas, para 250 milhões de toneladas; vai passar de 3 milhões de contêineres para 10 milhões de contêineres. Assim, se essas providências com relação aos acessos terrestres não forem tomadas, nós vamos ter esse crescimento do Porto de Santos seriamente prejudicado.

É claro que esse planejamento já está sendo feito, já foi contratada a USP. Estão sendo examinadas pelo menos quatro alternativas que podem ser isoladas ou em conjunto. Nós temos que construir rapidamente o acesso entre as margens direita e esquerda do estuário de Santos, ou por túnel ou por ponte, para permitir o tráfego de caminhões entre as duas margens. Temos que ter plataformas logísticas fora do Porto de Santos com a conexão hidroviária que permita retirar parte dos caminhões, temos que investir mais nas ferrovias que acessam ao Porto de Santos e já se estuda até mesmo um sistema de teleférico que possa transportar contêineres entre o porto e a cidade.

Eu queria finalizar, Senadora, para não me exceder aqui no tempo, é que existem ainda alguns problemas, como excesso de ocupação de alguns terminais, a falta de capacidade financeira dos portos, para rapidamente fazer os seus investimentos, e o que é, assim, uma coisa simples, mas ao mesmo tempo não se consegue implantar com rapidez, é o atendimento 24 horas nos nossos portos – em muitos portos brasileiros não se tem, como deveria ser obrigação, um atendimento 24 horas. Isso dá mais fluidez no atendimento das nossas mercadorias.

Eu queria, agradecendo muito, Senadora Lúcia Vânia, Senador Flexa Ribeiro, que eu sei que é um profundo conhecedor da questão hidroviária brasileira, vindo de um Estado que não pode, de forma alguma, prescindir de investimentos importantes nessa área hidroviária. Agradeço à Senadora, aos Senadores por essa grande oportunidade de estar hoje aqui.

Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Presidente, pela ordem, quando oportuno.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Primeiro, pedir desculpas a V. Exª – e V. Exª pode me perguntar até o porquê. Porque pretendo, de boa fé e depois fundamentado nas razões que haverei de elencar, pedir a V. Exª uma excepcionalidade, chamá-la à reflexão, neste momento, para fundamentar essa excepcionalidade.

Eu sei que V. Exª tem sido, assim, extremamente rigorosa, ao mesmo tempo disciplinada, zelosa com as inquirições, as sabatinas – e rigorosa pela forma dura, mas cortês, elegante. Então, hoje, nós estamos com uma situação excepcional, posso dizer a V. Exª. Aqui está um técnico, um homem de uma capacidade que encantou a todos em pouco mais de vinte minutos, talvez ele falasse aqui durante o dia inteiro sobre portos, sobre sistema portuário, política portuária, política de infraestrutura portuária, e a gente estava encantado aqui, conversando: "Como esse homem tem tanto conhecimento?", e aí eu olhei e vi que o Senador Flexa Ribeiro também pensa assim, quando emitiu o seu re-

latório sobre a oportuna indicação do Dr. Pedro Brito à frente de uma das diretorias da Antaq.

Por essas razões que eu exponho, com um pedido de desculpa a V. Exª, e dizendo a V. Exª que agora mesmo eu tenho que ir, na condição de Presidente da CMO, receber o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, bem como outros companheiros parlamentares que deverão ir à Comissão Mista de Orçamento, tem mais três Comissões funcionando aqui, tem um seminário internacional do PMDB também.

Assim, com muito carinho, pedindo desculpa a V. Exª, eu faço um apelo para abrir, se possível, a votação, num caráter de excepcionalidade, não em respeito ao sabatinado, mas em respeito ao currículo de V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu estava pensando que ia pedir votação por aclamação, em vez de ser votação secreta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu quero dizer ao Senador Vital do Rêgo, atendendo a sua solicitação e ouvido o Plenário, que vamos abrir exceção, hoje, em deferência ao Dr. Pedro Brito, que não merece que a gente fique aqui mais tempo, uma vez que a sua exposição foi extremamente completa.

O Dr. Pedro Brito nos brindou aqui com informações importantes, o que, naturalmente, nos dá tranquilidade em liberar a votação, uma vez que quase que todas as solicitações que iríamos fazer a V. Sª foram respondidas pela sua explanação.

Então, eu quero solicitar ao Plenário que se manifeste favorável à abertura da votação. (*Pausa.*)

Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidente, eu me associo evidentemente à manifestação do Senador Vital do Rego, porque permanentemente nós estamos aqui tendo que fazer as escolhas de Sofia. Quer dizer: ao mesmo tempo em que estamos aqui tendo que deliberar sobre a indicação do Dr. Pedro Brito, temos a presença aqui no Senado do Presidente do Banco Central para uma discussão importante a respeito da conjuntura econômica do nosso País e as medidas do Banco Central para a manutenção de um combate permanente à inflação, que volta a estressar a economia brasileira.

Então, a nossa situação aqui é mais ou menos assim: se ficar, o bicho come; se correr, o bicho pega. Essa é a situação em que nos encontramos, enquanto o Senado da República não alterar essa equivocada cultura de trabalhar terça, quarta e quinta, quando a semana tem segunda, terça, quarta, quinta e sexta e nós precisamos inovar e precisamos repensar essa forma de atuarmos. Porque eu conheço o Ministro Pedro Brito não apenas por sua passagem na Secretaria de Portos, mas foi um extraordinário diretor do Banco do Nordeste, foi um extraordinário Secretário de Fazenda do Estado do Ceará e foi um extraordinário secretário nacional de portos, dando um contribuição. Mesmo não tendo uma biografia relacionada com esse tema, se transformou num especialista respeitado mundialmente por sua capacidade de trabalho, de agregação, e assim por diante.

Portanto, eu me associo a essa manifestação de que o Ministro Pedro Brito reúne não apenas as condições técnicas, mas as condições morais, a integridade moral, por uma vida forjada e devotada ao serviço público e com qualidade em nosso País.

Eu queria muito debater algumas questões, mas me associo à escolha de Sofia que precisamos fazer e queria apenas condicionar e apresentar aqui um requerimento: que nós possamos, em outra oportunidade, fazer aqui uma audiência pública. Aí, sim, com o Dr. Pedro Brito já na condição de Diretor Presidente da Antaq, quando faríamos uma discussão em profundidade das ameaças e oportunidades da questão não apenas portuária, mas da questão da logística em nosso País e da necessidade de encontrarmos um *fast track*, encontrarmos um caminho mais aberto para podermos fazer a revolução que nós precisamos fazer no sistema logístico brasileiro; evidentemente com foco na área portuária, mas a área portuária tem uma integração muito forte e vital com a logística.

Então, sob essa condição, fazendo aqui, em outra oportunidade, uma audiência pública, nós estaríamos, sim, em condição de abrirmos essa exceção nesta Comissão em função do currículo da história de vida do Ministro Pedro Brito.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. Walter pinheiro (Bloco/PT – BA) – Então, vamos abrir o processo de votação e aí a gente permitiria, Presidente, que cada um pudesse falar, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só um instantinho.

Eu gostaria de registrar aqui a presença do ex-Senador Gilberto Miranda, que nos honra aqui com a sua presença.

Muito obrigada pela sua presença.

Eu passo a palavra agora aos oradores inscritos. O primeiro orador é o Relator. A partir daí estará aberta a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senadora Lúcia Vânia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nosso indicado para Conselheiro da Antaq, Ministro Pedro Brito do Nascimento.

Senador Ricardo Ferraço, a Senador Lúcia Vânia foi contagiada pelo Senador Vital do Rêgo e concordou em abrir excepcionalmente a votação.

Como já foi dito, eu, como Relator, tive a honra de relatar a indicação do Dr. Pedro Brito para Conselheiro da Antaq. O passado de S. Sª, aqui já referendado pelos Senadores que me antecederam, os cargos que exerceu como Ministro de Estado, como Secretário de Estado do Ceará, e a sua vida profissional e funcional o credenciam a exercer o cargo de Conselheiro da Antaq.

Fico feliz, como Senador de oposição, de verificar que o Governo reconheceu a importância das agências reguladoras de exercerem um papel, Senador Moka, importante no processo de privatização de servir de sistema de regulação e fiscalização das funções de privatizadas pelo Executivo, para defender o usuário. Não há nenhum antagonismo ou nenhuma disputa com o ministério. O ministério faz a parte de planejamento e das políticas públicas, e as agências reguladoras exercem a sua função de regulação, de fiscalização e de defesa do cidadão brasileiro. E indica agora, como não fez no passado, técnicos competentes e renomados para essas funções, como é caso do Dr. Pedro Brito. Evidentemente, a exposição feita agora responde por isso tudo que foi dito e reconhecido por Senadores e Senadoras.

O Senador Inácio Arruda, conterrâneo do Dr. Pedro Brito, foi tomado de uma alegria tão grande que propôs até que não houvesse votação, que fosse por aclamação Eu ia dizer que o Regimento não permite. Não há amparo regimental, mas a vontade do Senador Inácio Arruda é tão grande que ele quer mudar o Regimento neste instante, sem passar pelos trâmites legais.

Seria o caso, Senador Inácio Arruda, de fazê-lo, mas, lamentavelmente, não é possível. Nós vamos votar, vamos aprová-lo, com certeza, por unanimidade.

Quero parabenizar o Ministro Pedro Brito. Tenho certeza de que V. Sª fará uma gestão importante na Antaq.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa, V. Exª me concede um pequeno aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero, Presidenta Lúcia Vânia, Dr. Pedro Brito, pedir desculpas, porque estamos, como todos os Senadores desta Casa, Senador Flexa, num processo, e vamos ter que abrir um debate nesta Casa para funcionamento das nossas comissões, porque estamos com um grau de dispersão muito grande. Eu, como titular desta Comissão, agradeço a V. Exª pelo aparte e peço desculpas porque sou titular da Comissão de Assuntos Econômicos, e começa neste momento uma audiência pública com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Mas faço essa reflexão porque há um desespero de todos os parlamentares e de todos os Senadores desta Casa com essa dispersão. Agradeço a V. Exª e peço desculpas por interromper, mas, por ser membro titular desta Comissão, eu me sinto numa situação difícil. É indelicado com o Dr. Pedro Brito, mas faço questão de falar para mostrar esse desconforto, para dizer que participamos da votação, mas não ter podido participar dessa sabatina foi um grande desconforto para mim. Eu acho que a gente vai ter que discutir de alguma forma o funcionamento das nossas Comissões nesta Casa.

Senador Frexa Ribeiro, muito obrigado pelo aparte. Sei que não prejudiquei o raciocínio de V. Exª, mas eu precisava fazer esse registro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Lindbergh, V. Exª não tem que agradecer, até porque nós fazemos uma grande parceria. Ontem, quando nós nos retiramos do plenário, V. Exª capitaneou a comitiva dos Senadores de oposição nos acompanhando até a porta de saída do plenário, lembrando o seu tempo de Presidente da UNE, quando comandava a luta pela democracia. Tenho certeza absoluta de que V. Exª comandará a luta pela restauração da dignidade do Senado Federal, as disputas em plenário. Não tenho dúvida disso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Essa brincadeira é o preço que eu tenho a pagar pelo aparte a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Fique à vontade.

Retomando, Ministro Pedro Brito, informo a V. Exª que ontem eu estive em audiência com o Ministro Alfredo Nascimento, conversando com ele sobre a implantação do sistema hidroviário nacional. Tive uma boa notícia, Senador José Pimentel: a Presidenta Dilma lançará brevemente um plano nacional hidroviário. Isso é fundamental para que nós possamos mudar o modal de transportes no Brasil.

Na minha região, na nossa região lá na Amazônia, as nossas ruas, as nossas estradas são os nossos rios. E eu pude tomar conhecimento do que será proposto pelo Ministério à Presidenta para aprovação final e divulgação de um arrojado plano de implantação da hidrovia Teles Pires-Tapajós-Juruena, da hidrovia Araguaia-Tocantins, da hidrovia do Capim, da hidrovia do Marajó e tenho certeza absoluta de que haverá não só na nossa região a implantação, a complementação

de hidrovias, mas em outras regiões, como a hidrovia do Tietê-Paraná lá em São Paulo.

V. Sª falou aí sobre a questão das hidrovias, que diz respeito à Antaq, e não só da questão dos portos, que são importantes. Vamos avançar na questão das hidrovias, que são importantes, para que sirvam de acesso aos portos e possam diminuir o fluxo das estradas brasileiras, diminuir o custo e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional.

Terminando, Senadora Lúcia Vânia, eu quero parabenizar o Senador Inácio Arruda, que hoje faz aniversário. Em homenagem a V. Exª, Senador Inácio Arruda, estamos aprovando a nomeação de um conterrâneo seu para a Antaq.

Assim como fez a Senadora Lúcia Vânia, quero dizer da alegria de ter aqui o Senador Gilberto Miranda, do Estado do amazonas, que está ali conversando com o Senador Eduardo Braga. V. Exª nos honra com a sua presença, Senador Gilberto Miranda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu vou passar à lista de inscrição. Posteriormente passarei a palavra ao Dr. Pedro para agilizarmos o processo a não ser que o Plenário delibere de forma contrária.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu acho, Presidenta, que é bom ouvir todos, então devolvemos a palavra ao nosso Relator e depois ao Pedro Brito.

Queria dar um abraço na nossa Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, parabenizar o Senador Flexa Ribeiro pelo excelente parecer proferido nessa matéria, saudar as Senadoras e os Senadores, dar um abraço no Inácio Arruda, que hoje fica mais jovem, tem mais juventude acumulada, portanto, tem mais a colaborar com este Parlamento, com todo o Congresso Nacional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu tive uma informação hoje de manhã que ele foi convocado para a seleção brasileira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não tenha dúvida. Espero que não seja para a seleção das Olimpíadas de 2016.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não, não. Para a seleção sub-80.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Está certo.

Eu queria, Srª Presidenta, começar registrando que a Antaq recebe um excelente gestor. Conheço o Pedro Brito desde quando ele era funcionário do Banco do Nordeste do Brasil. Excelente funcionário do setor técnico do Etene, depois foi gestor daquela instituição, recuperou um banco estadual que estava em dificuldade financeira: o Banco do Estado do Ceará, em seguida, veio ao Ministério da Integração Nacional, ao lado do nosso Ciro Ferreira Gomes, Ministro da Integração na época. Fez um excelente trabalho sobre a diminuição das desigualdades regionais e toda uma política de infraestrutura.

Aqui o que ele expõe é exatamente grande parte do que foi desenvolvido sob a sua coordenação e orientação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dali nós tivemos todo um projeto de integração e desenvolvimento no Brasil, a começar pela questão da rede ferroviária. Eu me lembro muito bem do projeto da Transnordestina, que integra um grande pólo produtivo: os cerrados do Piauí, da Bahia e parte do Maranhão com os portos de Pecém, no Ceará, e de Suape, em Pernambuco.

Em seguida, houve seu grande trabalho como Ministro dos Portos. Foi ali que o Governo, com a sua gestão e a sua capacidade empreendedora, desenvolveu toda essa política do modal: transporte marítimo e aquaviário para reduzir os custos do Brasil e contribuir sobremaneira para a balança comercial. Eu lembro muito bem que, em 2003, nós exportamos algo em torno de US$59 bilhões. Em 2010, exportamos US$201 bilhões e, neste ano de 2001, o planejamento é para exportar US$230 bilhões. E 95% dessa exportação brasileira sai pelos nossos portos.

Portanto, nosso Pedro Brito, deixe-me chamá-lo assim, o trabalho que V. Sª desenvolveu ao lado desse gestor dos nossos portos vai no sentido de cada vez mais reduzir os custos Brasil e contribuir para o crescimento econômico brasileiro.

Nós tínhamos aqui um grave problema, pois, desde a década de 70, o Brasil tinha desativado todo o seu setor de estaleiro. E esse item do setor de transporte aquaviário marítimo era e é um dos itens que pesa muito na nossa despesa de contas correntes. Só a Petrobras paga entre US$8 e US$9 bilhões de dólares por ano de frete em face do transporte do seu produto que é o petróleo. E a partir dali, com a reativação dos estaleiros brasileiros, estamos construindo navios, trazendo tecnologia, empregando mão-de-obra. Inclusive, esse é um dos setores que tem o maior apagão de mão-de-obra, porque ficou trinta anos totalmente desativado, fazendo alguns barcos muito mais para a parte de lazer ou de turismo.

Embora sejamos um País que se prepara para ser a quinta potência econômica do Planeta, não tínha-

mos no modal marítimo e aquaviário um dos principais instrumentos de transporte da sua produção.

Sabemos das dificuldades, que chamo de gargalos, na rede portuária brasileira. O primeiro deles era exatamente a questão do calado. O porto do Mucuripe, que foi construído ainda na metade do século XX, tinha um calado de apenas 8,5 metros de profundidade quando o nosso Governo do Presidente Lula assumiu o Palácio do Planalto. No primeiro momento, foi aprofundado, no seu primeiro Governo, para onze metros e agora está indo para quatorze metros de calado, ou seja, um acréscimo de quase seis metros de profundidade, num porto estratégico como é o porto do Mucuripe, ao lado do Porto do Pecém, que se integra nesse processo.

V. Sª desenvolveu toda essa política, estimulou, e, agora, a sua ida para a Antaq, para nós aqui do Congresso Nacional, é uma segurança de que essas boas políticas, esses bons projetos vão ser agora como normatizadores.

Como fiscalizador, V. Sª vai dar uma outra grande contribuição ao lado dos pares que integram a Diretoria da Antaq. Portanto, o nosso voto e o do nosso Partido, Partido dos Trabalhadores, é favorável. Espero que V. Sª seja aprovado por unanimidade aqui na Comissão e também no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ministro, V. Sª exibiu aqui um grande talento e grande conhecimento das questões pertinentes aos desafios do Brasil. Fez uma fala muito estruturada em relação ao que está acontecendo na atividade portuária e de logística em todo o mundo e abre naturalmente uma perspectiva para uma inadiável agenda brasileira, a fim de que a gente possa incorporar à estrutura portuária a modernização necessária em busca da eficiência, em busca da competitividade e reduzir o tão conhecido custo Brasil, sua burocracia e todos os entraves relacionados à questão da atividade portuária.

Nós temos tido uma enorme capacidade, acho que até ousadia e capacidade empreendedora, de incorporarmos ações e providências na direção de buscarmos respostas para problemas muito complexos. Foi assim com as medidas anticíclicas durante a crise de 2008. Por conta dessas medidas, o nosso País sofreu muito menos do que tantos outros. Tivemos capacidade de colocar de pé um programa de sustentabilidade ao investimento que foi muito importante e continua sendo muito importante acho eu.

Há um debate em relação à forma como é priorizada a participação desses recursos neste ou naquele empreendimento, mas é inegável que isso produziu resultados muito importantes. Em meu Estado mesmo, a Aracruz Celulose viveu uma crise muito forte em razão aos derivativos. E foi esse programa que permitiu a edificação de uma nova empresa, a Fibria, com participação do Grupo Votorantim, do BNDES e assim por diante, permitindo que esse arranjo de celulose, que é um dos mais importantes do mundo, pudesse se manter de pé e com competitividade.

Eu queria ouvir uma abordagem de V. Sª em relação a um eventual conflito existente entre o Decreto nº 6.620 e a Lei nº 8.630. O Decreto nº 6.620 define no seu art. 2º, item X: "Cargas de terceiros aquela compatível com características técnicas da infraestrutura e da superestrutura do terminal". Enfim, é permitida basicamente a quem produz e tem porto próprio, enquanto a Lei dos Portos, Lei nº 8.630, é mais ampla, mais flexível.

Queria ouvir uma avaliação de V. Sª sobre em que medida o Decreto nº 80, de 2011, é um gargalo, um embaraço, um impeditivo a uma flexibilização, porque mundo afora me parece que não só por essa questão, mas por tantas outras, o sistema é muito mais flexível. Isso tem permitido a atração de capital. Como o senhor mesmo disse aqui, há dez anos, os portos chineses não existiam. E foi com base nessa flexibilidade, com base nessa velocidade que tudo ocorreu, como nós estamos assistindo nos portos asiáticos. Entre dez portos, nove são asiáticos, colocando no bolso, por assim dizer, portos tradicionais como Antuérpia, Hamburgo e assim por diante.

Agora mesmo, nós estamos vendo o Governo ser ousado e empreendedor quando tenta colocar de pé um processo para a contratação, pela modalidade *turn-key*, a partir de um regime de licitação de obras públicas mais veloz, o que não é novidade. Isso funciona em muitos países. Então nós temos tido ousadia, temos tido capacidade empreendedora para adotar soluções para esse regime diferenciado em razão da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Por que não conseguimos fazer isso com a estrutura portuária brasileira? O que impede, o que amara que, na verdade, nós possamos ampliar os investimentos, possamos liberar, possamos "desengessar", possamos descongestionar essa pauta e fazer com que os portos brasileiros possam, de fato, corresponder à expectativa de que o nosso crescimento e o nosso desenvolvimento necessitam?

Muito obrigado, Srª Presidente.

Muito obrigado, Ministro Pedro Brito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Srª Presidente. Também quero cumprimentar o Senador Gilberto Miranda pela presença aqui no nosso plenário. S. Exª foi Senador pelo nosso Estado do Amazonas. Fiquei muito feliz em ver como ele é muito bem recebido aqui pelos seus companheiros, pelos seus colegas Senadores.

Cumprimento o Senador Flexa Ribeiro também pelo relatório que construiu. De fato, não quero aqui jogar confetes, porque não é nosso papel, mas não posso deixar de reconhecer a capacidade do Dr. Pedro Brito do Nascimento. É alguém de quem a gente vem acompanhando o trabalho há alguns anos e aqui já foi discorrido, já foi falado a respeito de seu currículo.

Eu tenho certeza absoluta, Dr. Pedro, de que a Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários vai ganhar muito, mas muito mesmo com a presença de V. Sª, que foi o primeiro Ministro de Portos do País. Acho que V. Sª entra num momento importante, num momento em que a prioridade é exatamente desse planejamento estratégico.

Ouvi com muita atenção a explanação de V. Sª e me preocupou profundamente a nossa situação. Claro que nós não somos ainda um mercado do tamanho do europeu, nós não temos uma produção do tamanho da asiática, mas somos um País em expansão. Dentre as maiores nações, somos a sétima economia. E não temos uma infraestrutura logística adaptada e capaz de responder as demandas e as necessidades da produção brasileira hoje. Isso fica pior conforme a região que nós olhamos, Senador Flexa. V. Exª veio do Nordeste e sabe que a infraestrutura, não só portuária, mas estamos tratando da infraestrutura portuária do Nordeste, é muito mais precária do que a do Sul e do Sudeste brasileiro. E não é porque o Nordeste está localizado numa posição geográfica menos vantajosa. Pelo contrário. O mesmo acontece no Norte, numa situação ainda pior do que a do Nordeste brasileiro, e não porque o Norte não tenha uma localização boa para aquilo que se produz no País.

Nós estamos debatendo muito, tanto aqui na Comissão de Infraestrutura como na Comissão de Desenvolvimento Regional o problema de logística. E o que a gente percebe, primeiro, é que, na Amazônia, cito esse Estado da região Norte porque é a minha região, região do Senador Flexa, temos 61 Municípios e na maior parte deles sequer porto tinha. A partir de agora é que eles começam a ser construídos de forma precária, mas começam a ser construídos. Manaus abriga um pólo eletroeletrônico que é o maior do continente sul, com o faturamento de US$ 36 bilhões, PIB maior do que muitos países vizinhos, mas nós não temos uma estrutura portuária e o senhor é conhecedor disso.

Ontem, na medida provisória que nós aprovamos, estava incluído o porto do parque industrial de Manaus, que vai ter a construção pública, mas será concedido à iniciativa privada, ou seja, é uma parceria público-privada e nós vamos torcer muito para que isso dê certo e seja, de fato, um porto viável.

Eu tenho números que mostram que o custo, por exemplo, da soja – nós somos os maiores produtores de soja do mundo –, para exportação de soja dos Estados Unidos é de US$21.00 por tonelada. Vamos deixar os Estados Unidos de lado e pegar a Argentina. Da Argentina, US$23.00 por tonelada e do Brasil, US$84.00 por tonelada, do país que é o maior produtor de soja do mundo, Senadora Lúcia Vânia.

É essa realidade que temos que mudar. E eu sei que o propósito de V. Sª, o propósito dos diretores que estão aqui acompanhando esta audiência é exatamente esse.

Quero dizer, Dr. Pedro Brito, que nós estaremos aqui sem dúvida nenhuma quanto à sua indicação, à aprovação do seu nome, pelo respeito que o senhor adquiriu perante esta Casa e o Brasil como um todo, mas que nós precisamos construir uma parceira forte, para que a gente supere, não demore muito a superar todos esses problemas. Que é possível eles serem superados, é, como o senhor mesmo falou. Em pouco mais de dez anos, a China, que não tinha nenhum porto entre os dez maiores, tem hoje os seis portos. Claro que não vamos comparar a nossa economia com a economia chinesa. Mas nós não queremos ter seis. Basta um, quem sabe, ou nos basta que o País tenha uma distribuição não digo nem solidária, mas mais justa, porque está comprovado...

O porto no Estado do Pará, de acordo com estudos estratégicos, deverá ser... Tem um porto lá que é Vila do Conde. Esse vai ser o porto mais atrativo e é o de menos custo – isto nós vimos numa exposição da CNI – para o Brasil. Está no Pará.

No meu Estado do Amazonas também. Na cidade de Itacoatiara nós temos um porto graneleiro, cujo custo para exportação é muito menor do que Paranaguá. Mas a exportação brasileira não sai do Norte, não sai do Nordeste. A produção de soja hoje migrou mais para a parte norte do País, sul do Estado do Mato Grosso, mas a sua exportação ainda é pelo sul. Nós, mais na parte norte do Brasil, produzimos em torno de 56 milhões de toneladas e o sul, 52, mas nós só exportamos pelos nossos portos 7 milhões e o sul exporta 36 milhões.

Essa realidade tem que mudar porque é cara, não é lógica.

Estou concluindo, Senadora Lúcia Vânia.

Então, eu queria que o senhor falasse um pouco a respeito... Eu senti falta de ouvir o senhor falar mais do Norte, de quais os planos que tem para o Norte.

Por fim, para eu concluir, eu queria ouvir sua opinião, como futuro Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, sobre a gestão dos portos no Brasil, porque, com a criação da Secretaria dos Portos, o lógico seria todos os portos passarem para a Secretaria. Mas não foi assim que se procedeu. Os portos de águas internas dos rios ficaram com o Ministério dos Transportes e os portos de oceanos, de mares ficaram com o Ministério dos Portos. Para que o Ministério dos Portos, se não cuida dos portos dos rios?

Olha ali. O Estado do Pará é dividido, mas é dividido pelo rio Amazonas, porque é o rio mar. Lá nós o chamamos de rio mar. Mas não está sob a organização da Secretaria dos Portos, mas do Ministério.

Eu acho que isso não tem lógica. Não tem lógica! E eu queria ouvir sua opinião a respeito disso.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, prezado Senador Relator Flexa Ribeiro, ilustre indicado, Dr. Pedro Brito Nascimento, a quem quero parabenizar pela indicação para Diretor da Antaq...

Sem sombra de dúvida, V. Sª é um dos bons quadros que o Brasil tem para o exercício, naturalmente, do bom gestor público.

Entretanto, quero ser breve na minha indagação e nas minhas observações.

Primeiro, eu queria saber de V. Sª qual a impressão, qual a visão que V. Sª tem em relação à implantação de novas hidrovias no Brasil, sobretudo no meu Estado de Mato Grosso.

V. Sª tem um conhecimento profundo da matéria e sabe que Mato Grosso é um Estado que tem um potencial fantástico para a exploração do transporte hidroviário, tendo em vista que temos o Teles Pires-Tapajós, temos também o Paraguai-Paraná, temos o Araguaia-Tocantins e temos o Juruena-Tapajós.

Todavia, o que tem ocorrido nos últimos tempos é a sensação de que o Governo Federal não quer buscar uma nova modalidade de transporte intermodal no Brasil.

O Brasil tem, hoje, 70% de seu transporte feito por transporte rodoviário, algo parecido, em torno de 13%, pelo transporte aquaviário e 17% pelo ferroviário. Passamos, com isso, a ser quase impotente para nos transformarmos numa grande nação, sobretudo competitiva com os mercados internacionais.

V. Sª conhece perfeitamente a nossa deficiência em todas as áreas. Sobretudo na questão dos portos avançamos pouco ou quase nada. Imagino que V. Sª tem acompanhado a implantação e construção de novas usinas hidrelétricas no Brasil. Particularmente em Mato Grosso, agora está sendo, Senador Flexa Ribeiro, construída, no leito do Teles Pires-Tapajós, iniciando nos próximos dias, a construção de cinco usinas hidrelétricas. E eu não posso acreditar, meu caro Pedro Brito, que com um potencial desse disponível, em que nós vamos, com certeza, diminuir não só a questão do custo do transporte da nossa produção... Hoje, já somos o segundo maior. Ou seja, o primeiro produtor de soja, o maior rebanho bovino deste País, já somos também o primeiro, o segundo maior produtor de algodão, e assim por diante.

Nós temos que transportar nossa produção saindo daquela vasta região do Brasil, sobretudo ao longo da BR-163, vindo até o porto de Paranaguá, andando quase 1.600 quilômetros de transporte rodoviário, enquanto nós temos uma saída aqui por hidrovia. Se fosse implantada a Teles Pires-Tapajós, além de nós estarmos já saindo para os grandes mercados consumidores, nós diminuiríamos quase sete mil milhas náuticas para o mercado asiático. E o Governo Federal agora, com a implantação dessas usinas, não está pleiteando a construção de eclusas. Pelo menos a cabeça do montante.

Acho que temos que ter uma visão futurista, fazer uma gestão proativa, buscando o desenvolvimento sobretudo através do desenvolvimento sustentável, até por que, Senador Flexa e Senadora Lúcia, o transporte hidroviário é o mais barato e, acima de tudo, o menos poluente. Então, quando se discute a questão ambiental neste Brasil e no mundo contemporâneo, não se prevê, num projeto grandioso como esse, em que vem se investindo bilhões e bilhões de reais na implantação pelo menos já na cabeça do montante, na medida em que não é possível, talvez por escassez de recursos ou por serem usinas construídas pelo setor privado, que o Ministro de Minas e Energia pondera e alega que, nesse caso, é aumentar a tarifa do setor elétrico, imagino que o mínimo de contrapartida que a União teria que oferecer era as cabeças do montante, com isso tendo-se pelo menos o início da possível construção e implantação de eclusa no eixo desses leitos da nossa região do Brasil.

Não posso acreditar que um país que avança sua economia, numa região produtora, uma região que, certamente, só tem dado alegria e contribuído sobretudo para a balança comercial brasileira, porque são poucos os investimentos que temos recebido por parte do Governo Federal, e o Governo permite que,

dessa feita, sejam implantadas essas hidrovias, principalmente no Teles Pires-Tapajós e não deixa lá pelo menos a cabeça do montante para, numa possibilidade futura, nós construirmos.

Recordando e revendo aqui, fazendo uma pequena reflexão, Flexa Ribeiro, quando da implantação de Tucuruí deixaram de construir ao longo de sua história e agora iniciaram. Só naquela oportunidade, meu caro Ministro, se assim posso chamá-lo, Diretor da Antaq, gastava-se R$100 mil de dinheiro de hoje. Para concluir essa obra, ela custou algo parecido, agora, com R$2 bilhões. Olha só o prejuízo para o erário público e para a sociedade brasileira. Naquela época eram R$100 milhões, dinheiro de hoje. Gastaram quase R$2 bilhões. Quanto nós perdemos? Passaram-se dezesseis, dezessete anos para a conclusão da eclusa lá em Tucuruí.

De maneira que faço aqui um apelo em nome da sociedade mato-grossense, sobretudo daquele que produz, que constrói a grandeza do Brasil, para que V. Sª se interesse mais, na medida em que vai exercer um cargo tão importante, que busca, através de um trabalho em conjunto com os órgãos envolvidos, a ANA, a Antaq, a própria Secretaria, que existe uma diretoria no Ministério dos Transportes, para nós buscarmos soluções, porque a perspectiva que eu tenho é de que, talvez até em 2023, poderá ter a possibilidade de nós termos de 20% a 25% da nossa produção transportada pelo transporte hidroviário.

É muito tempo. É muito tempo. Quatorze anos temos que esperar para atingir 25%. Quero crer que o Governo tem que ter mais responsabilidade.

Quero concluir parabenizando V. Sª na certeza absoluta de que, como bom brasileiro, vai desempenhar, como sempre desempenhou, essa função de forma ativa, sobretudo honrando a confiança que a Presidente Dilma lhe dá para que seja, com certeza, um grande diretor trabalhando os interesses nacionais e, sobretudo, de fato, para um transporte aquaviário decente e condizente com a nossa realidade.

Parabéns a V. Sª!

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda, último orador inscrito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero dar os parabéns ao Pedro Brito.

Poucas vezes, Pedro, nós temos tido uma indicação que tem tamanho apoio, amplo, de todos os partidos praticamente. Ao mesmo tempo – não é bairrismo –, também não temos visto indicações que chegam a esta Casa, antes de passar pela Agência, com o grau de conhecimento e preparo para assumir uma posição tão destacada nessa área de portos no Brasil.

O senhor já esteve no Ministério da Integração e, depois, no Ministério dos Portos. Então, vem de uma carreira no setor público e também no setor privado tem uma preparação demonstrada já para a sociedade e chega aqui com aquele grau de preparação e de conhecimento que podem contribuir intensamente. Não é apenas a regulamentação, no nosso caso, porque a Agência tem esse papel, mas pode, na Agência, contribuir para que a gente possa romper esse conjunto de gargalos que o senhor elencou na sua exposição, mostrando todo o conhecimento que tem do mundo e da realidade brasileira, porque essa comparação é muito importante, e como nós podemos avançar para não ter essa ansiedade de que vamos esperar ainda quinze ou vinte anos para ter o transporte hidroviário sendo o principal modal de transporte no próprio país. Quer dizer, para termos a nossa cabotagem é uma situação dramática, porque há uma certa ineficiência nesse sentido.

Então, eu o cumprimento, acho que sua exposição contagiou o nosso plenário... Por isso que eu disse – era uma brincadeira – que, se tivesse o processo de aclamação, o senhor teria sido indicado por aclamação pela Comissão. Mas nós temos que votar e já cumprimos o nosso papel, nosso dever.

E uma questão, entre tantas que o senhor levantou, é o problema da competitividade dos nossos portos, vis-à-vis a ação externa, Europa e Ásia especialmente.

O que aconteceu na Ásia? O que houve para que, num espaço tão curto de tempo – porque foi uma aceleração extraordinária –, eles tenham nove entre dez portos? Resistiu o porto de Rotterdam.

E entre nós mesmos, esse problema da competitividade. Nós estamos centralizados muito... Santos é o nosso grande porto, o que tem a maior escala. Então, é esse porto que tem condições de competir com os grandes portos do mundo. É isso? Nós não temos outras alternativas no Brasil? No Nordeste nós temos alguma alternativa viável? Nossos portos tem competitividade no Nordeste? Estamos investindo. O senhor mesmo, na Secretaria dos Portos, colocou, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, um conjunto de portos do Nordeste e do Norte brasileiro.

Então, acho que, nessa faixa da competitividade, nós temos condições nessas regiões e em outras regiões. E, na América do Sul, há portos que podem ter o mesmo grau de competitividade dos nossos portos ou vamos centralizar essa produção da América do Sul nos portos brasileiros, mesmo porque estamos fazendo corredores, os chamados corredores bioceânicos?

Então, os portos da América do Sul estão nas condições ou podem ser melhores do que os nossos, têm calados melhores do que os nossos? Como estão os portos da América do Sul para examinarmos se têm condições de competir com os nossos ou vamos perder também na competitividade com esses portos, na própria América do Sul?

Eram essas breves indagações que gostaria de fazer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Pedro Brito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Srª Presidente, quero fazer um apelo a V. Exª. Acho que o nosso indicado deveria responder as indagações dos Senadores que estão aqui, de vez que muitos fizeram indagações e se retiraram do recinto.

Dessa maneira, faço este apelo a V. Exª: que ele responda as indagações e as observações dos Senadores que se encontram na Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Pedro Brito.

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – Presidente Lúcia Vânia, Senador Flexa Ribeiro, quero agradecer muito a todas as manifestações que ouvi hoje aqui. Isso, para mim, é motivo de muito orgulho, de muita alegria e também de muita responsabilidade em relação à tarefa, caso seja aprovado o meu nome, pelo Senado Federal, como Diretor da Antaq.

Hoje, tenho profundo conhecimento de que o Brasil precisa de uma logística das mais eficientes do mundo, e não só precisa como tem toda a capacidade de construí-la com grande objetividade por tudo o que já foi feito até agora, embora o que se tenha por fazer na frente seja muito grande.

Queria, Srª Presidente Lúcia Vânia, tentar responder seguindo a ordem das questões levantadas, começando pelo Senador Ricardo Ferraço e tentando fazer um resumo das indagações que foram feitas.

O Senador Ricardo Ferraço centralizou a sua questão, se eu entendi bem, no marco regulatório e em como esse marco regulatório pode ser explorado para garantir maiores investimentos para os portos brasileiros.

O marco regulatório dos portos brasileiros, resumindo muito e enxugando bastante, refere-se à Lei nº 8.630, de 1993, conhecida como a Lei dos Portos, que é uma lei que tem 17 anos, mas continua muito moderna e muito atual, uma das mais modernas e mais flexíveis do mundo, e o Decreto nº 6.620, de 2008. Mas é claro que existem vários outros parâmetros legais, inclusive a própria Constituição brasileira, que define a União como sendo a entidade responsável pelos portos no caso do nosso País.

Mas tentando resumir, e eu entendi perfeitamente a preocupação do Senador Ricardo Ferraço, que é uma preocupação de todos nós, de como dar agilidade ao processo de investimentos dos portos brasileiros na logística brasileira.

Queria dizer ao Senador, em primeiro lugar, que hoje o Brasil tem 36 portos públicos e 128 terminais privativos; tem uma carteira de investimentos, em execução nos próximos cinco anos, pela iniciativa privada, de R$32 bilhões. São investimentos que já estão em andamento; não são projetos, não são ideias, são investimentos que já estão acontecendo de norte a sul do Brasil, desde o porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, passando pelos portos de Santa Catarina, porto do Rio de Janeiro, porto de Santos, até os portos do norte do País, incluindo um dos sistemas portuários de maior possibilidade no futuro, que são os sistemas portuários do norte do Brasil, e aí estou falando do Pará, do Maranhão, mais especificamente. Isso tudo, Senador, nos dá uma indicação muito clara de quão flexível é a legislação brasileira para receber investimentos privados, inclusive.

Os portos brasileiros, embora públicos, são todos operados pela iniciativa privada. O Brasil não tem um único porto que seja operado pelo Governo Federal, estadual ou municipal. Toda operação portuária brasileira é privada; 100% da operação portuária brasileira é privada. Portanto, dizer que porto público está em mãos do Governo não é bem uma situação que reflita a qualidade da operação portuária brasileira.

Hoje, temos terminais em Santos, por exemplo, terminais de contêineres, que fazem 62 movimentos por hora. Isso é uma medida técnica de produtividade, e essa produtividade dos terminais que operam hoje no Brasil é comparada a qualquer país do mundo.

Veja que no caso brasileiro temos uma desvantagem competitiva, que é a questão da escala. Por que a escala é importante? Quando recebo um navio pequeno, tenho que ter equipamentos pequenos para aquele navio. Quando recebo um navio de 15 mil contêineres, os meus equipamentos são outros, a minha tecnologia de carga e descarga desses contêineres é completamente diferente. Mas ainda assim, os padrões de operação nos terminais brasileiros, do ponto de vista de produtividade, são equivalentes a qualquer parte do mundo. E assim também nos terminais de granéis.

Nós temos, em Santos, terminais da Cargill e da Bunge que operam com produtividade semelhante a

qualquer terminal do mundo. O porto de Santos é o maior porto do mundo de exportação de açúcar, por exemplo.

Então, a questão da legislação brasileira do marco regulatório dá muita segurança ao investidor privado. Embora eu concorde com o Senador que exista, hoje, um certo conflito entre a questão de terminais privativos e de portos públicos. Isso apenas no que diz respeito, Senador, aos terminais de contêineres. Porque nos demais tipos de terminais, os terminais de exportação de soja, de granéis de uma maneira em geral, de minérios, não existe nenhum problema e nenhum conflito. E é importante sempre lembrar que, hoje, o Brasil tem 128 terminais privativos. Isso significa que qualquer empresa que precisa de um porto para exportar o seu granel, para exportar os seus produtos, pode pedir uma autorização de investimento ao Governo, que assim autoriza e o investimento é feito. É o caso da Vale, da Bunge, da Cargill, da própria Transpetro, que tem os seus próprios portos.

Os maiores terminais brasileiros, em granéis, por exemplo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite um aparte?

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Acho que a dúvida que o Senador Ricardo Ferraço gostaria que V. Sª esclarecesse é saber a sua opinião... Todos sabemos das dificuldades de investimento do Governo e a necessidade de investimento no sistema portuário brasileiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, há recursos da iniciativa privada para esse tipo de investimento. Mas a legislação, hoje, só permite investimentos para portos privados a fim de utilização de carga própria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E me parece que o Senador Ricardo Ferraço quer saber por que o Governo não permite investimento privado para cargas gerais...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Cargas gerais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ou seja, que o investidor privado faça o investimento no porto e abra para qualquer tipo de usuário. Queremos saber a sua opinião sobre esse tipo de investimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Posso ajudar? A minha pergunta, Ministro... Eu não tenho um juízo de valor firmado, por isso me socorro do conhecimento de V. Sª para me ajudar a formá-lo.

Há aparente contradição entre o Decreto nº 6.620, de 2008, e a Lei dos Portos, de 1993. A minha impressão é que a Lei dos Portos flexibilizou muito mais – e é impressão, estou buscando firmar um juízo de valor – e o Decreto nº 6.620 restringe quando conceitua o que é carga de terceiros. Os terminais são operados pelo setor privado, mas os investimentos em infraestrutura, para que os grandes navios possam ter acesso, são públicos.

Eu cito o caso do Porto de Vitória, de que V. Sª foi um parceiro importante, nunca nos faltou. Nós precisamos, há mais de dez anos, fazer investimentos para desassorear o porto e não conseguimos, porque a Codesa, que é a companhia estadual, não consegue fazer a licitação e não consegue contratar essas obras. Não conseguimos a ampliação dos nossos cais. Na verdade, nós estamos inviabilizando o Porto de Vitória, porque o Governo Federal, porque a Codesa não consegue realizar os investimentos, assim como a Infraero não consegue contratar as obras do aeroporto de Vitória.

Então, esta é a questão central: o terminal é operado privativamente, mas o Governo Federal, no caso a Codesa, não consegue desenvolver as obras, e nos estamos vendo o meu Estado, que tem uma grande vocação e potencial para a atividade portuária perdendo oportunidades a cada dia, e não apenas oportunidades, deixando de gerar oportunidades de trabalho para a classe trabalhadora.

Então, essa é a questão central: a impressão de V. Sª com relação a essa aparente contradição entre a Lei de Portos e o Decreto de 2008.

Obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Só para ajudar no debate, o que nós temos no aeroporto de Vitória e nos portos do Espírito Santo é uma questão de briga entre Tribunal de Contas da União, preços e também as empresas concorrentes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Desculpe.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É com lembrar que, desde 2004, estamos tentando fazer a reforma e a ampliação do aeroporto de Vitória e até hoje nós não conseguimos. Isso é fato.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Desculpe. Não é bem assim. A Infraero, quando contratou as obras do aeroporto, não contratou com os projetos executivos. Aí o Tribunal de Contas identificou sobrepreço. Então, foi contratado precipitadamente sem as informações e os elementos que pudessem contratar, o que levou o Ipea, semana pas-

sada, a classificar o aeroporto de Vitória como o pior aeroporto do Brasil.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E é verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E eu não posso deixar de levantar a minha voz aqui, porque há incompetência instalada na gestão da Infraero e é sobejamente conhecida no Brasil afora.

Permita-me, meu caro Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Agora, é engraçado que os outros aeroportos nós demos conta. Nós temos hoje dois aeroportos travados, sem conseguir executar, que é o de Vitória e o do Amapá.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – E o de Goiás.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – o de Goiás também.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O do Amapá nós chegamos a ponto, inclusive...

O de Goiás tem outros problemas. É fruto exatamente desse debate com o TCU, em que um técnico dá um parecer e para uma obra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos respeitar o nosso convidado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero me associar ao Senador Ferraço e dizer ao Senador Pimentel que esse é um bom problema, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Esse é um problema de interferência entre os vários órgãos que compõem o Governo Federal, que não conseguem se entender. É lamentável que, desde 2004, você tenha dois aeroportos com obras e parados, que é o de Vitória e o do Amapá.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero lembrar aos Srs. Senadores que a palavra está com o Dr. Pedro Brito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu tinha pedido um aparte ao Ministro Pedro Brito.

É um bom problema, mas vai ser resolvido, porque, graças a Deus agora, a Presidente Dilma, ou seja, o PT entendeu que o mundo atual há muito tempo já aderiu às privatizações, e o Governo agora assumiu que vai encaminhar aceitando o investimento privado. Começa pelos aeroportos, nós vamos aceitar nos portos, com certeza, Senador Ferraço. E aí vamos caminhar à frente para que os investidores privados possam vir em auxílio à falta de recursos públicos para avançar, aumentando a competitividade do nosso País.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Flexa Ribeiro, nós queremos registrar que o capital privado sempre foi bem-vinda ao Brasil, exatamente por isso nós aprovamos as PPPs, que é para ampliar os serviços privados. Privatização, como o senhor muito bem me ensinou, são aquelas obras já existentes que você vende. O restante é parceira público-privada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. Pedro Brito do Nascimento.

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – Muito obrigado, Presidente Lúcia Vânia.

Senador Ferraço, no caso dos portos, nós já recebemos investimentos privados que são muito maiores que do que os públicos. Isso está muito bem dividido inclusive na legislação e na prática. Os investimentos públicos são na infraestrutura, na dragagem, na construção de estradas, nas ferrovias, nos sistemas de telecomunicações, nos sistemas de esgoto, ou seja, todo investimento que a sociedade faz para viabilizar um porto. Até por isso porto é público, porque o porto não depende só de uma área na beira do mar, abrigada e pronta para se fazer o investimento no píer. Um porto para funcionar precisa de uma quantidade enorme de investimentos da sociedade, muito maiores do que aqueles que são feitos no cais e os equipamentos.

Portanto, essa divisão já está claramente definida, e nós não temos tido nenhum problema no Brasil de captar investimentos privados para os nossos portos.

Eu queira dizer ao senhor que, na Antaq, nos temos a condição de trazer o instrumento talvez que esteja faltando para dar mais consistência a esse modelo, que é a modelagem das concessões dos portos. E um dos compromissos que eu tenho, naturalmente se for aprovado pelo Senado Federal, é juntamente com a equipe da Antaq, trabalhar rapidamente para que esse modelo de concessões seja colocado para viabilizar já, por exemplo, o porto de Manaus, que já está sendo pronto para ser concedido à iniciativa privada, e outros portos brasileiros.

Em resumo, eu não vejo o conflito, mas vejo no momento assim presente muito objetivamente a falta desse modelo de concessão, que a Antaq tem obrigação de rapidamente aprontar e colocar para o mercado.

Não sei se atendi a questão que V. Exª levantou.

Senadora, há outras perguntas aqui. Posso continuar?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim; pode.

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – Bom, a segunda intervenção foi da Senadora Vanessa Grazziotin, a quem agradeço bastante tudo o que foi dito.

E vou também tentar resumir, as questões levantadas são todas fundamentais.

A primeira delas é quanto à gestão de logística do sistema portuário. Concordo absolutamente com o que a senhora colocou. Não há o menor sentido prático e objetivo de termos sistema separados, sistemas de portos marítimos separados de portos fluviais. Isso não existe em canto nenhum do mundo, até porque não dá certo. Esses sistemas são conectados. Existe uma intermodalidade obrigatória entre os portos marítimos, os portos fluviais e as vias internas de navegação e os sistemas de cabotagem. Tudo isso é um único sistema. Não pode haver separação nessa gestão, nas políticas, nas diretrizes nem nos investimentos.

O Senador Flexa Ribeiro ponderava, com justa razão, e o Senador Jayme Campos também, quanto à questão dos investimentos em hidrovias. Todos conhecem a matriz de transporte no Brasil, em que 58% depende do modal rodoviário; 25%, do modal ferroviário; e 13% apenas, do modal hidroviário.

O Plano Nacional de Logística nos Transportes pretende até 2024 passar as ferrovias, de 25%, para 32% e as hidrovias, de 13%, para 29%. Isso já é um avanço muito grande, vai reduzir custos importantes para o Brasil.

Agora, quanto á gestão dessa malha, eu não tenho dúvida nenhuma: deve ser uma única gestão. Não dá para ter um sistema hidroviário separado de portos marítimos.

Então, concordo perfeitamente.

Em relação à questão dos portos: de Manaus, eu já falei. A concessão será lançada. Os portos do Pará têm um papel importantíssimo, juntamente com o porto de Itaqui, que vai mudar toda a lógica da movimentação de cargas do Centro-Oeste brasileiro, dos grãos.

Além do Centro-Oeste brasileiro, do sul do Piauí, do sudeste do Maranhão, do oeste da Bahia e dos Estados de Tocantins, de Mato Grosso e de Goiás, com a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, com as eclusas de Tucuruí, com a BR-163, esses três portos do norte do Brasil – Itaqui, Vila do Conde e Santarém – serão os portos mais importantes na logística e muito mais baratos... Nós vamos reduzir dos US$60, US$70 por tonelada/ano para a metade pelo menos, entrando em operação esse novo corredor de exportação para os grãos brasileiros.

Nesse sentido, temos que preparar Santarém. Existe hoje um terminal da Cargill que opera um milhão de toneladas por ano, que tem investimentos já prontos para passar para três milhões de toneladas por ano.

No porto de Vila do Conde, existe um grande projeto que eu quero, inclusive, Senador, deixar com o senhor. Isso aqui é todo o projeto para os portos do Pará. Eu queria entregar para o senhor e me colocar à sua disposição para, no dia que o senhor quiser, para a gente fazer uma discussão sobre toda a logística do Estado do Pará em relação ao complexo portuário do Estado do Pará, incluindo as hidrovias necessárias, os investimentos nas ferrovias necessárias, tudo o que for necessário para viabilizar esse importantíssimo corredor de exportação que são os portos do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não tem Espadarte aqui?

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – Espadarte não está no momento, porque é uma coisa mais de futuro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está em estudo.

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – Está em estudo, mas nós podemos incluir nesse estudo que está sendo feito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só para não perder a oportunidade, Presidente. Eu queria solicitar ao Dr. Pedro Brito... Ele citou aqui um *portfolio* de investimentos públicos e privados que estão acontecendo no Brasil. Eu queria solicitar que esta Comissão pudesse receber o conjunto desses investimentos em terminais privados e em terminais públicos, que somam R$30 bilhões.

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – São R$32 bilhões da iniciativa privada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeito. Mais os investimentos na área pública, para que nós pudéssemos fazer uma análise, uma avaliação. Seria muito importante para o enriquecimento deste debate que pudéssemos receber essas informações, se fosse possível, Presidente.

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A secretaria vai tomar as providências nesse sentido.

O SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO – Obrigado.

Acho que já respondi em parte ao questionamento do Senador Jayme Campos, mas eu queria aproveitar, Senador, para dizer que concordo totalmente com a análise que o senhor fez em relação às eclusas. Não há nenhum sentido se construir uma usina de geração de energia sem as eclusas. O argumento de que isso eventualmente aumenta o preço do quilowatt/hora, na minha opinião pelo menos, não faz nenhum sentido. Esse eventual aumento de preço é absolutamente relevante frente aos ganhos de custos que nós teremos com hidrovias que serão permitidas com a construção dessas eclusas. Isto não existe em lugar nenhum: você

barrar um rio e prejudicar a navegabilidade desses rios. Concordo perfeitamente com isso. Acho que nós precisamos de fato mudar o modal, a matriz de transportes brasileira, privilegiando, sem dúvida nenhuma, as hidrovias e as ferrovias.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Pedro Brito, a quem reafirmo que a sua exposição foi, sem dúvida nenhuma, esclarecedora.

E, reafirmando aqui a solicitação do Senador Ferraço, gostaríamos de ter com esta Comissão todos os investimentos públicos e privados relativos aos portos brasileiros.

Convido o Senador Pimentel e a Senadora Vanessa para promover o escrutínio.

(*Procede-se ao escrutínio.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Comunico aos Srs. Senadores que, por 16 votos favoráveis e um voto contrário, foi aprovado o nome do Sr. Pedro Brito do Nascimento.

Votaram 17 Srs. Senadores.

(Palmas.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e 04 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte minutos do dia doze de maio de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, Wellington Dias, Marcelo Crivela, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 11ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2011,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Nelson Narciso Filho." O Presidente concede a palavra ao Relator Senador Delcídio do Amaral, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. O Presidente propõe inversão de Pauta, que é aprovado pelos demais Senadores. **ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2010**, de autoria do Senador Paulo Paim**,** que "Altera a Lei nº. 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na BR - 293, constante da Relação Descritiva de Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, trecho que especifica." O Presidente concede a palavra ao Relator Senador Delcídio do Amaral, para fazer a leitura do seu Relatório. Após a leitura do Relatório, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin e Walter Pinheiro. Lido o Relatório, foram adiadas a discussão e apreciação da matéria. Aprovou-se, também, o sobrestamento de apreciação de todas as matérias relacionadas ao Plano Nacional de Viação. EXTRA-PAUTA: **ITEM 2 EXTRA-PAUTA: Requerimento nº 25, de 2011 – CI,** de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Requer, nos termos regimentais, a criação de Grupo de Trabalho, formado pelos Senadores que relatam proposições sobre o Plano Nacional de Viação e o Sistema Nacional de Viação, com o objetivo de propor soluções sobre as matérias que tramitam na Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre esse tema, no prazo de 15 (quinze) dias." Aprovada a matéria. ITEM 1 EXTRA –PAUTA: **Requerimento nº 24, de 2011 – CI**, de autoria do Senador Blairo Maggi, que **"**Requeiro, nos termos do **art. 93** do RISF**,** a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater o **Plano Nacional de Viação** e o **Sistema Nacional de Viação**, bem como seja convidado o Excelentíssimo Senhor Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro dos Transportes, para participar como expositor na referida Audiência Pública." **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 45 de 2009,** de autoria do Deputado Giovanni Queiroz e outros, que "Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem à BR-222.". Adiado. **ITEM 5 – Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2010**, de autoria da Deputada Rose de Freitas, que "Inclui o Rio Santa Maria da Vitória na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que cria o Plano

Nacional de Viação." Adiado. **ITEM 6 -** Requerimento nº 22 de 2011 – CI, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento aos Requerimentos n.ºs 08 e 18, de 2011, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, de Audiência Pública, para debater as condições da infraestrutura aeroportuária e os investimentos programados para o setor, para a inclusão, como convidado, o Secretário Geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários – SNA e Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil – FENTAC-CUT, o Senhor Marcelo Andrade S. Schimidt." Usam da palavra para discutir a matéria a Senadora e os Senadores Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro e Lindbergh Farias. A matéria é aprovada. ITEM 7 - Requerimento nº 23, de 2011 – CI, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública com o objetivo de discutir o tema: "Transporte Ferroviário: Falta de concorrência prejudica o desenvolvimento Brasileiro", com a presença dos seguintes convidados: BERNARDO FIGUEIREDO - Diretor Geral da ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestres; LUIZ ANTONIO FAYET - Coalizão de Usuários - Consultor para Logística de Transporte da CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil; LUIS HENRIQUE BALDEZ - Coalizão de Usuários - Presidente Executivo da ANUT - Associação Nacional de Usuários de Transporte de Carga; MARCELO SPINELLI - Diretor de Ferrovias da VALE; PAULO BASÍLIO - Presidente da ALL - América Latina Logística e RODRIGO VILAÇA – Diretor da CNT - Confederação Nacional do Transporte - e Diretor Executivo da ANTF - Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Delcídio do Amaral e Aloysio Nunes Ferreira. Adita-se ao convite o Secretário de Transportes do Estado de São Paulo, Saulo de Castro. A matéria é aprovada. ITEM 8 - Requerimento nº , de 2011 – CI, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura, a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), com a presença das seguintes convidados: Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Jorge Gerdau Johannpeter, coordenador da Câmara de Políticas de Gestão de Desempenho e Competitividade; Mario Veiga Ferraz Pereira, presidente da PSR Consultoria; e Paulo Pedrosa, presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE." Usam da palavra para discutir a matéria as Senadoras e os Senadores Lindbergh Farias, Aloysio Nunes Ferreira, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin. Fica adiada a apreciação do Requerimento. **ITEM 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010,** de autoria do Deputado Betinho Rosado, que *"*Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária." Retirado de pauta a pedido do Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Blairo Maggi,** Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. **PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Bom dia a todas as Senadoras e Senadores.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 11ª reunião.

Se estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos agora, então, à pauta, conforme previamente divulgada.

Item 1 da pauta:

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Nelson Narciso Filho.

Autoria: Presidenta da República;
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral;
Relatório: Dependente de parecer do Senador.

Então, convido o Senador Delcídio do Amaral para ler o seu relatório, para a gente dar sequência à nossa reunião.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente Blairo, Senadores e Senadoras.

I – Relatório

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Excelentíssima Senhora Presidenta da República faz do Sr. Florival Rodrigues de Carvalho, Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos diretores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (art. 52, inciso I, alínea "f", conjugado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 1987).

A Casa Civil da Presidência da República, atendendo a preceito regimental, encaminha currículo do interessado, do qual extraímos as informações que se seguem.

Nascido em Arapiraca, no Estado de Alagoas, Senador Lindbergh, filho de Genésio Rodrigues Carvalho e Irene Claudino da Silva, o indicado possui os títulos de Doutor e de Mestre, ambos em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Campinas – a conhecida Unicamp –, o título de especialização em Engenharia de Segurança pela Universidade Federal de Pernambuco, além de ser graduado em Engenharia Química também pela Universidade Federal de Pernambuco.

Além de professor adjunto da UFPE desde novembro de 1996, o indicado está cedido à ANP desde março de 2007 – é importante registrar que ele já está trabalhando, desde 2007, na Agência Nacional de Petróleo –, exercendo atualmente a importante função de Superintendente de Planejamento e Pesquisa.

Anteriormente a essas experiências, atuou como engenheiro de processo na Usina Bom Jesus, lá no Cabo, em Pernambuco, como engenheiro de pesquisa e desenvolvimento na Braskem, em Camaçari/BA, como assessor da diretoria da ANP e como Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Recife – ou do Recife, como os Pernambucanos dizem.

Atuou, também, como membro e presidente de diversos conselhos consultivos em áreas como as de tecnologia e infraestrutura. É membro do conselho do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural – CT-Petro.

Foi, ainda, agraciado com as seguintes condecorações e títulos nacionais: Medalha Mérito Tamandaré, da Marinha do Brasil, e Prêmio Jovem Cientista, em Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pernambuco.

Cabe ressaltar, ainda, que o indicado desenvolveu diversas pesquisas e orientação de teses e dissertações nas áreas de petróleo, petroquímica e de biocombustíveis, além de possuir vários artigos publicados em congressos e revistas especializadas.

Destaca-se a relevância do posto para o qual o professor é indicado, haja vista a importância econômica do setor regulado e fiscalizado por essa Agência reguladora, que demanda de seus dirigentes, dentre outros atributos, larga experiência na área de hidrocarbonetos e conhecimento da diversidade de temas relacionados à área supramencionada.

Em face do exposto, entendemos que esta Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do Professor Florival Rodrigues de Carvalho para Diretor da ANP.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Será concedida automaticamente vista coletiva desse relatório e, depois, iremos marcar a arguição. Temos até duas sessões para frente para fazer a arguição dos indicados.

Aproveitando a presença do Relator Delcídio do Amaral, vamos passar ao Item nº 3 da pauta.

ITEM 3
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2010

Altera a Lei nº. 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na BR-293, constante da Relação Descritiva de Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, trecho que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral para que proceda à leitura de seu relatório.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, chega para exame em decisão terminativa, com distribuição exclusiva a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 120, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº. 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na BR-293, constante da

Relação Descritiva de Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, trecho que especifica".

O projeto apresenta três artigos, sendo que o primeiro inclui, no Plano Nacional de Viação (PNV), o trecho rodoviário que conecta a Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota (RS), à BR-293 – essa é uma usina a carvão que entrou recentemente em operação –; o segundo remete ao Executivo a competência de oferecer-lhe traçado definitivo; e o terceiro artigo é a cláusula de vigência.

Na justificação, o autor relata a importância da usina termelétrica para a região, para o setor carbonífero também, e as dificuldades encontradas pelo Município em manter a rodovia que conecta essas instalações à BR-293. Observa que a rodovia, cuja manutenção já se mostra inadequada para o tráfego atual, devido às restrições financeiras enfrentadas pelo Município, passará a atender à solicitação ainda maior com a ampliação de capacidade da Termelétrica Presidente Médici, com consequente aumento dos riscos para quem lá trafega.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Por haver sido distribuída com exclusividade a esta Comissão, será analisado não só o mérito da proposta, mas também a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A Constituição Federal (art. 22, XI) determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. De outra parte, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

A proposição atende também a um dos requisitos expressos no item 2.1.2, do anexo da Lei nº 5.917, de 1973, para que uma rodovia figure no rol do Plano Nacional de Viação, que é o de permitir acesso a instalação federal de importância (alínea *d*) – no caso, a Termelétrica de Candiota.

Quanto ao mérito, trata-se de justo pleito do Senador Paim. De fato, com a ampliação da capacidade da Usina de Candiota, e o decorrente incremento de tráfego, faz-se necessário correspondente aporte de recursos do Governo Federal para manutenção dessa rodovia, de forma que ela possa cumprir a importante missão de ligar a termelétrica à BR-293.

Quanto à técnica legislativa, há alguns reparos a serem feitos. O primeiro diz respeito ao objeto do projeto, que é a federalização da rodovia que interliga a usina à BR-293. Pelo traçado, que se inicia na BR-293, não se trata de alteração da descrição desta rodovia, mas sim de inclusão de uma nova rodovia autônoma, com nomenclatura própria.

No art. 1º, de acordo com nossas medições, em vez de 15 km até a entrada da usina, a extensão do trecho em questão não chegaria a 14 km. De qualquer forma, poderíamos suprimir essa informação do projeto e comandar para que o órgão rodoviário da União determine com precisão a extensão do trecho, entre outros aspectos técnicos.

Por fim, o comando contido no art. 2º ficaria mais adequadamente disposto como parágrafo do art. 1º, e não como artigo independente, como se encontra redigido.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do PLS nº 120, de 2010, e por sua aprovação no tocante ao mérito, na forma do substitutivo que se segue.

É este o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, temos três projetos na pauta de hoje que tratam da mesma questão: a discussão do Plano Nacional de Viação. E segundo minha assessoria informou, de 80 projetos desta Comissão, mais ou menos 40 tratam sobre o mesmo tempo.

Eu acho, Senador Delcídio do Amaral, que deveríamos tentar convocar o Ministro para uma discussão sobre esse Plano Nacional de Viação, que é de 1973, mas creio que a aprovação separada, sem uma discussão global desse plano, não é o adequado.

Então, pergunto a V. Exª, já que vamos ter, além do item 3, o item 4 e o item 5, qual é a forma... Acho que nem é pedido de vistas... qual é a forma regimental que poderíamos utilizar para paralisar esta discussão e apresentar um requerimento na próxima reunião convidando Ministro? O que nos informam aqui é que montaram um grupo de trabalho que vai ter um prazo de dois meses para apresentar alterações no Plano Nacional de Viação.

Vejo, primeiro, um fato concreto.: se existem 40 projetos ligados à alteração no Plano Nacional de Viação é porque existe uma pressão, que é justificável, por parte dos parlamentares dos mais diversos Estados. Mas a discussão sem que haja um enfoque global, estamos entrando em um caminho equivocado.

Sendo assim, faço esta pergunta a V. Exª: poderíamos paralisar essas discussões e chamar o Ministro

para passar as informações sobre o Plano Nacional de Viação?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Lindbergh, este assunto que V. Exª está levantando é pertinente. Eu mesmo, há algumas semanas, era relator de dois desses projetos e não me senti à vontade para apresentar o relatório e pedi ao Ministério dos Transportes e ao Dnit que se manifestassem sobre o assunto.

Toda essa confusão que está ocorrendo e a compartimentalização dessa discussão é oriunda de um veto que aconteceu no ano passado sobre a questão do Plano Nacional de Viação. Ele foi vetado, mas ficaram várias matérias no limo, sem saber o que fazer. Portanto, não é somente esta que está sendo apresentada, mas outras.

Já fiz esse requerimento e concordaria com V. Exª no sentido de sobrestar isso, pois já pedi o sobrestamento das outras duas que estão comigo, para trazermos em bloco todo esse assunto a fim de que possamos deliberar sobre ele. Caso contrário, vamos ficar em todas as reuniões desta Comissão discutindo uma ou outra, e muito provavelmente, uma ou outra será aprovada e outras não, o que ficará ruim para o parlamentar que estiver trabalhando sobre o assunto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu queria só...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Só um minuto, Senadora.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria só registrar, Sr. Presidente, que é muito pertinente a proposição de V. Exª e também o que o Senador Lindbergh aqui disse. Eu sou testemunha: nós discutimos intensamente este novo Sistema Nacional de Viação aqui na Comissão de Infraestrutura. O relator foi o saudoso Senador Eliseu Resende. Foi um trabalho exaustivo, que demorou muito tempo e teve amplas discussões. Nós aprovamos no plenário do Senado, e este projeto seguiu para a Câmara.

É importante registrar, Sr. Presidente, que nós não podemos ficar mais com esse muro de contenção de processos que tramitam aqui na Comissão de Infraestrutura. Fui alertado pela liderança do Governo que o Ministério dos Transportes espera que, em dois meses, tenha uma posição final sobre este Sistema Nacional de Viação. O Ministro Alfredo Nascimento tem todo o interesse de vir à Comissão de Infraestrutura para fazer essa discussão, mas o Ministério dos Transportes precisa de mais dois meses para concluir esses estudos.

Então, ficamos aqui prejudicados; nós pautamos esses projetos, mas eles não têm continuidade em função desse reestudo do Sistema Nacional de Viação.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero concordar com o que está sendo colocado aqui. É uma lei de 1973, Senador Delcídio, tem quase 40 anos. E chegarmos à situação em que o Ministro ou o Ministério dos Transportes pede mais dois meses, diante de uma aprovação em 2008, como relatou o Senador Delcídio, num debate exaustivo, longo, que trabalhou mudanças nos anexos da lei, que é onde as obras são concluídas; a matéria foi debatida por esta Comissão, pelo Plenário em 2008, e agora, em 2011, e o Ministro pede mais dois meses para concluir? Parece que o Plano não é tão prioritário assim. Nós não estamos falando de execução, nós estamos falando de plano, do planejamento, como é que as obras acontecem no Brasil sem que haja um planejamento.

Eu só pedi a palavra para sugerir algo além. Primeiro, um convite ao Ministro dos Transportes. Não dá para ser daqui a dois meses. Tem de ser agora. É uma forma para fazer com que os dois meses, quem sabe, não se transformem em seis meses, em doze meses, o que é comum. Então, sugiro que seja feito um convite, Senador Blairo, ao Ministro Alfredo Nascimento. Aliás, nós já estamos trabalhando há alguns meses na Comissão de Infraestrutura e, pelo que me consta, o Ministro ainda não esteve aqui na Comissão. Não é verdade? O Ministro ainda não esteve aqui.

O Ministro do Turismo já esteve na Comissão de Turismo; o Ministro da Educação já esteve na Comissão de Educação; o Ministro da Ciência e Tecnologia já esteve na Comissão de Ciência e Tecnologia; e o Ministro dos Transportes não veio à Comissão de Infraestrutura. Então, acho que deve haver algum requerimento, tem requerimento sobre a mesa, para que a gente marque para semana que vem a vinda do Ministro aqui. Acho que isso é importante, muito importante, para a discussão desse projeto.

Segundo, Sr. Presidente, como são relatores diferentes – não é um único relator para esses projetos – 40 são os que estão na Comissão, imaginem quantos têm na Câmara dos Deputados! Deve ter mais uns outros 40. Não seria o caso de formar um grupo de trabalho com os relatores dessa matéria? Não dá para ficar esperando o novo plano que o Ministro promete. Enquanto isso não acontece, vamos criar um grupo de trabalho, juntar esses projetos todos, abrir o diálogo com o Ministério e aprovar novamente a lei.

Essas são as minhas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senadora, informa-me a Secretaria que, dos 40 projetos que estão tramitando aqui, há cinco relatores diferentes. Quer dizer, dá para fazer o grupo de trabalho com tranquilidade. O problema é achar tempo, porque o nosso tempo está totalmente ocupado. Mas eu coloco em votação...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas é um trabalho técnico. As assessorias podem fazer isso, ajudar os Senadores. Qual é o problema? Qual é o receio do Ministério?

Concordo e acho correto o receio de que sejam incluídas aleatoriamente obras que não são prioritárias.

Esse grupo, inclusive com debate, diálogo técnico com o Ministério dos Transportes, pode trabalhar um parecer mais comum. Esse grupo de trabalho é importante.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Coloco em votação do sobrestamento de todas essas matérias.

Em votação.

Os Srªs.e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, o que foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O sobrestamento de todas as matérias.

E, agora, em votação a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin de criação de um grupo de trabalho composto por todos os relatores dessas matérias, para que façamos um trabalho conjunto para apresentar ao Ministro.

Os Srªs.e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Os que discordarem se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. **WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A matéria já foi aprovada, mas concedo a palavra a V. Exª.

O SR. **WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, acerca desse tema, do ponto de vista do volume de recursos, meu caro Delcídio, envolvido na questão, pela importância do setor, principalmente levando-se em consideração o PAC, toda essa reestruturação, teríamos de acelerar esse procedimento envolvendo a questão do Ministério dos Transportes.

Nesse particular, na questão do Sistema Nacional de Viação, já enfrentamos no ano passado... e aí lembrou muito bem o Senador Delcídio o saudoso Senador Eliseu Resende, que, desde a época de Deputado, historicamente se envolve nessa questão, desde o Plano Nacional, desde o Sistema Viário, até porque a vida dele foi exatamente pautada pela atuação nesse setor.

Basicamente nessa área, enfrentamos, ano passado, problemas; aliás, desde 2009, quando – se não me falha a memória – o Deputado André Vargas foi relator da matéria na Câmara. Na ocasião, fizemos várias emendas. Depois, houve uma mudança consubstancial, a partir da própria intervenção, no bom sentido, do Ministério dos Transportes. Depois, com a questão da participação da Secretaria de Portos, que tinha à frente, à época, o hoje dirigente de uma agência, o Pedro Britto.

Portanto, temos que fazer esse debate. É importante a sugestão da Senadora Vanessa quanto à vinda de um Ministro. Nós tratamos disso no início da Comissão e, como outras comissões, sugerimos limpar a área, chamar logo os Ministros. E muita gente ficou fazendo uma espécie de proteção de Ministro. Mas é bom que o Ministro venha à Comissão, apresente seu plano de ação, e já colocamos a ele quais são as nossas prioridades, para não ficarmos aqui atirando em diversas frentes.

Esta Comissão, pela natureza e pelo perfil, terá uma pauta sempre recheada de análises de dirigentes de agência, não sei o quê e tal. Acabamos não atuando com algo planejável, que se encaixe dentro da estrutura, principalmente de interesse dos Estados e, obviamente, de cada mandato.

Então, acho que podemos acelerar essa audiência com o Ministério dos Transportes. Na mesma linha, acho que teríamos que colocar o Ministro das Cidades.

Anteontem, a Presidenta da República anunciou mais recursos do PAC para saneamento de cidades com menos de 50 mil habitantes. Então, seria importante tratarmos dessa matéria, para que chegássemos no mesmo tempo em que esses debates estruturantes ocorrem no País: a discussão envolvendo os aeroportos, a questão da chamada concessão para a iniciativa privada. Esse tema, que se associa ao tema da Copa e outros que já citei são temas que, de certa forma, por sua correlação, têm como eixo de ligação o PAC.

Então, nesse sentido, caberia também chamarmos aqui a Ministra Miriam Belchior, porque o PAC está hoje sob a batuta do Ministério do Planejamento. A partir daí, poderíamos fazer a nossa chamada espinha dorsal. Poderíamos fazer essa boa conversa com o Planejamento, discutir essa questão, tirar os desdobramentos e organizar um pouco essas nossas quintas-feiras, para irmos para uma linha mais proposi-

tiva, para discutirmos as questões estruturantes e não ficarmos, a cada momento que chega, pressionados ou pela denúncia de que há problemas de não atendimento, que terminam suscitando outras coisas, ou, às vezes, pela pressão de determinados eventos. Aí nós vamos ao sabor da pressão da conjuntura.

Então, é muito melhor que vamos ao encontro de uma linha de atuação que nos permita, como Comissão, trabalhar mais planejadamente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador.

Consulto os Senadores e as Senadoras: a Mesa fará um convite ao Ministro Alfredo Nascimento para estar aqui e discutir esse assunto. Paralelamente a isso, quero discutir com a Senadora e os Senadores o prazo para que esta comissão que estamos constituindo traga o trabalho pronto. A minha proposta inicial é que em 15 dias isso aconteça. Se não estabelecermos prazo, ao final não terminaremos esse assunto.

Então, a minha proposta que quero colocar em votação é que a comissão que será formada pelos Senadores relatores dessas matérias, em 15 dias apresente à Mesa, em conjunto, a solução desse problema. Logo após a apreciação dessa comissão, nós fecharíamos a data com o Ministro Alfredo Nascimento, para ele vir a esta Comissão discutir como finalizar esse processo.

Coloco em votação a proposta dos 15 dias e também coloco na mesa a proposta de convidarmos o Ministro Alfredo Nascimento para estar aqui logo após a leitura do relatório desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a data e com o convite ao Ministro permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, fica eleita a comissão composta pelos Senadores que fazem parte da relatoria desses projetos. E, após uma semana, haverá a vinda do Ministro Alfredo Nascimento a esta Comissão.

Quero chamar a atenção que já coloquei em votação o convite do Ministro Alfredo Nascimento e a criação dessa comissão no prazo determinado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a tese permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, sobre o Item 4 eu não sei se temos quórum para terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Ainda não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É que foi pedido vista na reunião anterior. Eu ia pedir a V. Exª que o colocássemos em votação, mas, lamentavelmente, ainda não temos...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O senhor se refere, Senador, à matéria das rodovias?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Nós acabamos de aprovar, um pouco antes de o senhor chegar, o sobrestamento de todas as matérias relacionadas a esse tema de rodovias. Propusemos, então, que uma comissão formada pelos Senadores que são relatores desses projetos, em 15 dias, apresente uma solução geral, porque temos vários projetos andando; são 40 projetos na Casa. Logo após a apreciação aqui da Comissão desse bloco, convidaríamos o Ministro Alfredo Nascimento para discutir a matéria em bloco.

Foi o que decidimos, e já passou pela votação. Todos esses temas estão sobrestados até 15 dias, então.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Era importante, Presidente, que houvesse uma relação também com o Presidente da Comissão na Câmara dos Deputados e que eles tivessem uma ação correlata à nossa. Eles estão aprovando projetos na mesma linha e encaminhando-os ao Senado.

Então, vamos adotar aqui um encaminhamento diferente do que estão adotando na Câmara. Seria importante que V. Exª, presidindo a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, entrasse em entendimento com o Presidente da Comissão correlata da Câmara para que pudesse também ser dado o mesmo tratamento. E quando o projeto viesse da Câmara, já teria também sido feita a análise para que houvesse entendimento com o Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Flexa, o senhor não deixa de ter razão. Podemos fazer essa interlocução com a Câmara. Agora, estamos discutindo projetos que já estão aqui. São 40 projetos que estão nesta Comissão para serem discutidos. A proposta inicial é que limpemos a pauta dos 40, adotando o mesmo procedimento para o encaminhamento ao Ministro ou à Câmara, conforme ainda deve seguir projeto daqui para lá.

O problema é que, nessa questão rodoviária – e eu mesmo fui relator de dois projetos –, como eles vêm picados, não conhecemos a orientação do Ministério ou do próprio Dnit e, portanto, podemos aprovar coisas

que não são realmente do interesse ou não estão no plano de trabalho do Ministério.

Então, acho que, se juntarmos pelo menos os 40 nossos aqui, vamos limpar a pauta de uma série de projetos. Mas será acatada a sua sugestão, vamos fazer o encaminhamento para a Câmara e sugerir – não podemos fazer mais do que sugerir – que adotem o mesmo tipo de procedimento naquela Casa e possamos acelerar, então, os projetos daqui para frente.

Item 6 da pauta.

ITEM 6
- Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CI

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento aos Requerimentos nºs 08 e 18, de 2011, que solicitam realização, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, de Audiência Pública, para debater as condições da infraestrutura aeroportuária e os investimentos programados para o setor, para a inclusão, como convidado, o Secretário Geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários – SNA e Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil – FENTAC/CUT, o Sr. Marcelo Andrade S. Schimidt.

Autor: Senador Walter Pinheiro.

Em discussão o requerimento.

Para discutir, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero só lembrar ao Senador Walter Pinheiro que já fizemos uma audiência pública aqui na Comissão de Infraestrutura da qual deveriam participar também o Presidente da Infraero e de todos os setores, como a Agência Nacional de Aviação Civil, mas não compareceram. A reunião foi realizada com o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias e outros representantes. Temos aqui um compromisso, aprovamos um requerimento para fazer uma outra reunião conjunta, Senador Walter Pinheiro, uma audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo, porque trata de aeroportos, e a Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar dessa questão. O Senador está propondo que esses convidados sejam incluídos na nova audiência que já está aprovada ou quer uma audiência separada?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, é inclusão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É inclusão na audiência que já está aprovada em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O inconveniente aqui, Senador e Senadora, é que a vinda dos outros convidados se dará no âmbito de várias Comissões: de Desenvolvimento Urbano...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Desenvolvimento Regional e Turismo e CAE. E a de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Aí a pergunta, Senador Walter: nós vamos incluir esses na mesma sessão conjunta das demais comissões?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, como é uma matéria que trata desse assunto, o que fizemos foi solicitar que essa representação dos trabalhadores, que atua diretamente nessa questão e, portanto, envolve a participação dos trabalhadores, é que ele pudessem, de certa maneira, também expressar aqui as suas opiniões, sentimentos e, ao mesmo tempo, a constatação daquilo que ocorre no interior dos aeroportos brasileiros, nessa estrutura para poder contribuir, assim como também a própria Infraero.

Então, a ideia era aos requerimentos aprovados por nós acrescentarmos a participação, como convidados, para exporem suas visões sobre o sistema. Seria bom que essa representação dos trabalhadores pudesse estar presente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Walter Pinheiro está solicitando aditamento aos Requerimentos nºs 8 e 18.

Quais os convidados nos Requerimentos 8 e 18?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O Presidente da Anac e o Presidente da Infraero e o Ministro da Secretaria de Aviação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Esses requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Já foram aprovados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eles solicitam audiência em conjunto com as Comissões de Turismo, Infraestrutura...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O que o Senador Walter pede é também, nessa audiência conjunta, o aditamento desses novos convidados. Não é isso, Senador Walter?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Da minha parte não há problema. Só fico preocupado, às vezes, porque, se colocarmos muita gen-

te na mesma reunião, as pessoas talvez não tenham tempo suficiente para fazer suas exposições. São três mais dois, cinco.

Em votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, antes da votação, eu queria solicitar a V. Exª e à Senadora que preside a Comissão, Lúcia Vânia, que marcássemos essa audiência, porque, na realidade, fizemos um acordo. Eles já deviam ter vindo aqui, sobretudo o Presidente da Infraero, e nos solicitou um prazo maior. Eu estive com ele, junto com a Bancada do Amazonas, é uma pessoa muito preocupada e interessada. Mas a situação dos aeroportos precisa ser debatida e acompanhada com total transparência. Os aeroportos estão, todos eles, esgotados. Há tempo para se fazer, dizem, apenas os "puxadinhos". Mas, se não começarem a fazer os "puxadinhos" agora, nem eles teremos para a Copa do Mundo.

Então que marcássemos essa audiência porque é muito importante a vinda deles também.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senadora, esta Comissão já entrou em contato, está sendo negociado com a Liderança do Governo e nós vamos acelerar o processo da vinda deles.

O SR. LINDEBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, sem querer....

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não Senador Lindbergh.

O SR. LINDEBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sem querer retardar, atrapalhar a votação, Senadora Vanessa, Senador Walter, eu teria uma proposta: vamos tentar fazer uma reunião com a Presidente Lúcia Vânia, talvez não na reunião ordinária, porque vamos ter na próxima semana a sabatina do nome para a Agência Nacional do Petróleo, mas uma reunião interna para tentarmos organizar um pouco a nossa agenda, os temas que esta Comissão quer debater. Creio que, se ficarmos em cima apenas dessa pauta ordinária, nós vamos perder a oportunidade de aprofundar um debate sobre temas muitos importantes, como os gargalhos da infraestrutura no País.

Então, se fosse possível organizar uma reunião interna nossa para pensar, para planejar, para ver os pontos em que esta Comissão quer se aprofundar, acho que seria muito importante. Acho que a gente corre o risco de ficar nisso aqui e haver um esvaziamento dos trabalhos desta Comissão. A gente sabe que os assuntos que esta Comissão toca... A Presidente Dilma ontem fez um pronunciamento, quando lançou seu comitê de gestão, com a presença do Gerdau e falou justamente desses desafios, os desafios da infraestrutura, os gargalos.

Então, acho que é hora de esta Comissão dar uma parada, respirar, pensar e planejar a sua atuação, pelo menos para este ano, quais os temas centrais que esta Comissão pode aprofundar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Lindbergh, eu concordo plenamente com sua observação. A Presidente acaba de chegar. Eu gostaria, inclusive, que o senhor pudesse recolocar esse assunto à Presidente da Comissão. Já existe um plano apresentado no início dos trabalhos desta Comissão, mas concordo plenamente com V. Exª que devemos nos preocupar com assuntos específicos e que possam ajudar a mudar a situação em que nos encontramos neste momento.

A Senadora Vanessa acabou de falar sobre a questão dos aeroportos. Na semana passada, eu fiz uma viagem a Hong Kong e Cingapura e passei por Doha, que será a sede da Copa do Mundo de 2022. E, ao chegar ao aeroporto, fizemos um trajeto para o *transfer* de forma diferente do habitual naquele aeroporto. E lá, nesse momento, Senador, eles já pediam desculpas pelos transtornos que estavam ocorrendo no aeroporto, que é gigantesco, dizendo que queriam pedir desculpas aos visitantes porque já estavam preparando o aeroporto para a Copa de 2022. E nós estamos aqui a três anos da Copa e não começamos as nossas obras ainda. Então, a senhora tem toda razão.

Quero passar a Presidência...(*Pausa.*)

Com a sua permissão, permaneço aqui.

Coloco em votação o requerimento de adição apresentado pelo Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só para ajudar V. Exª nessa ponderação muito correta que faz, conversei aqui com outros Senadores especificamente em relação a essa representação. Nós poderíamos reduzir para um, já que tem tanto o sindicato quanto a Federação, e os representantes dos trabalhadores poderiam escolher aí então...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Ou um ou outro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A Federação ou o sindicato, um ou outro, seria o representante...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Um ou outro, Senador, é a minha netinha que fala para mim. Estou na frente da TV com o Ipad na mão e ela quer um ou outro: "Vovô, ou um ou outro".

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas o importante aí, até acatando a ponderação dos Senadores: em tese, a Federação representa o sindicato, até que prove o contrário; se um ou outro não se entendem, aí é mais difícil. Mas, para evitar a dupla representação e até seguindo essa ponderação de V.

Exª, eu diria que o mais correto seria a Federação se fazer presente nessa audiência, porque ela, de certa maneira, representa das entidades do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, coloco em votação o convite para a Federação, o Sr. Marcelo Andrade Schmidt, estar presente nessa reunião.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 7
- Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CI

De autoria do Senador Delcídio Amaral. Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos –CAE, audiência pública com o objetivo de discutir o tema: "Transporte Ferroviário: Falta de concorrência prejudica o desenvolvimento Brasileiro", com a presença dos seguintes convidados:

1. *BERNARDO FIGUEIREDO - Diretor Geral da ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre;*

2. *LUIZ ANTONIO FAYET - Coalizão de Usuários - Consultor para Logística de Transporte da CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil*

3. *LUIS HENRIQUE BALDEZ - Coalizão de Usuários - Presidente Executivo da ANUT - Associação Nacional de Usuários de Transporte de Carga*

4. *MARCELO SPINELLI - Diretor de Ferrovias da VALE*

5. *PAULO BASÍLIO - Presidente da ALL - América Latina Logística*

6. *RODRIGO VILAÇA – Diretor da CNT - Confederação Nacional do Transporte - e Diretor Executivo da ANTF - Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.*

Em discussão o requerimento.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Delcídio Amaral, autor.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente Blairo Maggi, Senadora Lúcia Vânia, entendo ser fundamental este requerimento, pois trata de um assunto fundamental para o País, diz respeito a um modal que, sob o ponto de vista de competitividade, para garantir o escoamento da nossa produção, especialmente para nós, que somos do Centro-Oeste brasileiro, é de suma importância.

Primeiro, porque vamos ter condições de discutir algumas concessões de ferrovias que funcionam mal, muito mal, e eu quero registrar aqui especialmente a América Latina Logística, no trecho em Mato Grosso de Sul e que também impacta diretamente o Mato Grosso e, consequentemente, a região Centro-Oeste. Primeiro, os valores, os fretes praticados, o direito de passagem, que são problemas graves hoje entre as ferrovias.

Acho que precisamos, através dessa audiência pública, fazer um debate aprofundado no sentido de buscar soluções para um problema que tem prejudicado muito a produção brasileira.

Quero aqui registrar que o Diretor-Geral da ANTT, Dr. Bernardo Figueiredo, tem sensibilidade para esse assunto. Acho que é muito oportuna essa discussão conjunta envolvendo a CAE e a Comissão de Infraestrutura. Entendo até que alguns trechos ferroviários, Senador Blairo, devem ter sua concessão cassada pelos maus serviços prestados. Há trechos ferroviários no Brasil que estão, inclusive, canibalizando dormentes, trilhos, sem falar em equipamentos rodantes.

Esse foi o objetivo que me levou a apresentar esse requerimento. Espero que o Pleno da Comissão de Infraestrutura acate esse requerimento que já aprovamos na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria propor à Comissão e especialmente ao autor do requerimento, o Senador Delcídio do Amaral, um aditamento a esse requerimento que traz ao debate da nossa Comissão um assunto da mais alta relevância. Meu aplauso e apoio incondicional ao seu requerimento.

No entanto, eu gostaria de convidar mais uma pessoa, que é o Secretário de Transportes do Estado de São Paulo, para tratar de um tema que já vem sendo tratado entre o Governo de São Paulo, o Governo Federal e as concessionárias, que não é apenas um tema que diz respeito ao meu Estado, mas ao País. Refiro-me ao Ferroanel da região metropolitana de São Paulo, que permitirá escoamento das cargas ferroviárias margeando a região metropolitana da Grande São Paulo, um acesso mais direto ao porto de Santos, sem passar pelo centro da cidade.

Hoje, os trens de carga, Senador Delcídio, concorrem com o transporte de passageiros, passa tudo pela Estação da Luz: metrô, trem metropolitano e as cargas. Esse assunto já está em andamento, e creio que seria muito oportuno ouvir também o nosso Se-

cretário de Transportes nessa audiência pública. Seria a ocasião de um diálogo importante entre eles diante de nossos olhos e com a nossa intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra, o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Acho muito pertinente a sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira, até porque, para escoar a produção do Centro-Oeste, nós paramos em São Paulo. Engraçado é o seguinte: as composições ficam aguardando acabar o movimento de passageiros em São Paulo para depois descer para o porto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E vice-versa. Às vezes o trem de passageiros fica parado esperando a carga descer. É um absurdo!

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É uma coisa inacreditável. Portanto, Sr. Presidente, acho que seria muito bom a presença do Secretário de Transportes do Governo do Estado de São Paulo nessa audiência pública. É bastante pertinente essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, fica aditado o convite ao Secretário de Transportes de São Paulo, com a aquiescência do Senador Delcídio do Amaral.

Gostaria de me associar a sua preocupação e ao seu requerimento, Senador Delcídio, porque as questões ferroviárias e de transporte no País não merecem grandes comentários, já que todos sabemos que não funciona.

O grande problema das ferrovias é que quando o Governo, no passado, fez a privatização da Rede Ferroviária Federal, nós saímos do monopólio público e caímos nas mãos do monopólio privado. E aí é o lucro pelo lucro, e nada mais.

Portanto, as suas reclamações principalmente sobre a ALL são endossadas por mim. E digo mais, em vez de baixarem o preço dos fretes da região, eles concorrem exatamente com o preço do caminhão. Por exemplo, qual é o preço do caminhão? Então, o frete é R$2 ou R$3 a menos, e acabou.

Sendo assim, precisamos discutir realmente esse modelo para que as próximas concessões que o País fizer sejam diferentes, ou seja, temos que concessionar a linha para um e a operação para vários. Senão, não teremos concorrência e estaremos sempre presos a um monopólio privado. Infelizmente, é assim que está ocorrendo.

Quero cumprimentar V. Exª por ter lembrado – e discutimos isso na Comissão, no primeiro dia, com a Presidente – que temos que ouvir aqui os usuários. Eles é que conhecem a dificuldade. E temos que dizer aos usuários, no caso as federações, que vêm aqui representá-los... E gostaria de mais tarde fazer uma outra rodada, não mais com as confederações e as federações, mas com os usuários realmente na ponta, os transportadores, porque assim vamos aprofundar e conhecer as grandes dificuldades de cada um individualmente. Isso porque, muitas vezes, a confederação ou a federação não conhecem, conhecem os grandes problemas, mas o que é preocupante são os pequenos, que, na somatória, viram muitos e se tornam grandes.

Quero cumprimentar V. Exª e endossar esse relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

ITEM 8
- Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura, a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), com a presença das seguintes convidados: Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Jorge Gerdau Johannpeter, coordenador da Câmara de Políticas de Gestão de Desempenho e Competitividade; Mario Veiga Ferraz Pereira, presidente da PSR Consultoria; e Paulo Pedrosa, presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE; e Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Resultado: Adiado

Em discussão o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, conversei com o Senador Aloysio Nunes Ferreira e fiz uma solicitação para tentar votar este requerimento na próxima semana, pois queremos discutir, conversar com o Governo.

Eu acho, por exemplo, que a presença aqui do Gerdau, que assume uma função importante neste momento, talvez não seja o caso como a primeira participação dele na Comissão de Infraestrutura.

Então, a minha proposta é que deixássemos para a próxima semana. E eu me comprometo, Senador Aloysio, de conversar com o Governo, procurar V. Exª para ver como a gente procede, na próxima semana, na votação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Consulto o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Veja, este requerimento é meu e também dos meus colegas Senadores Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia.

Vejo a disposição do Governo. Francamente, o Governo está disposto a votar contra, portanto rejeitar o nosso requerimento, se votássemos hoje.

Creio que esse requerimento vai na linha da sugestão do Senador Lindbergh Farias de nós discutirmos as grandes questões brasileiras, as grandes questões da infraestrutura brasileira. Vai exatamente na linha daquilo que o Senador propõe. Mas entre ser hoje o meu requerimento, o nosso requerimento derrotado e termos oportunidade de, num entendimento com o Governo, fazer uma audiência produtiva, votado na próxima semana, eu fico com a segunda alternativa. Até penso que não há nenhum prejuízo em termos mais uma semana, para que a base governista, os líderes do Governo consultem as suas bases, para que possamos ter a votação na próxima semana. Nós não vamos multiplicar o número de Senadores da oposição nem da situação presentes nesta Comissão. O tamanho de nossas bancadas foi definido pelo voto popular.

De modo que não vejo maior inconveniente, uma vez que o Presidente Lula prorrogou por mais 25 anos a reserva global de reversão, desvirtuando a finalidade original para a qual ela foi criada, não vejo por que uma semana mais possa comprometer o nosso debate. Vejo nisso a chance de termos ocasião de debater essa questão.

E faço um apelo aos líderes do Governo para que coloquem os pratos na mesa, coloquem a situação em pratos limpos, para que a gente possa realmente discutir isso. Afinal de contas, são penduricalhos que vão se acumulando na conta de energia que o brasileiro paga. Ainda ontem houve mais um penduricalho, o aumento da tarifa que o consumidor brasileiro paga pela energia que compramos da parte paraguaia de Itaipu. Mais um penduricalho. A nossa energia elétrica está entre as mais caras do mundo. É a segunda ou terceira mais cara do mundo. Penso que é do maior interesse do País discutirmos essa questão no foro adequado, que é a nossa Comissão de Infraestrutura. Se o Governo pede um tempo para analisar melhor a questão, eu não faço objeção, consulto apenas os meus colegas que são subscritores de meu requerimento, para ver se têm alguma objeção.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Quero concordar com o Senador Aloysio, que é autor do requerimento, e alertar o Governo que, na próxima semana, a medida provisória deverá ser votada na Câmara. Acho que nada mais justo que esta Comissão possa discutir esse assunto.

Nós não vamos forçar, mas acredito que o Senador Lindbergh deve argumentar em cima da necessidade da Comissão de esclarecer o fato. Uma vez que a medida provisória venha para cá, nós vamos debatê-la, nós vamos votá-la. E nada mais justo que a gente ouça as autoridades ligadas ao setor, para que possa formar uma opinião correta a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Lindbergh, tudo bem? Fica adiado. Acho que a preocupação do Senador Lindbergh é com a presença do Jorge Gerdau, que está assumindo esta semana o posto e ainda não estaria suficientemente preparado para fazer um debate dessa envergadura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É essa a preocupação, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Teve uma orientação da liderança...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Se for essa, nós podemos excluir o Gerdau.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não é só essa, não. Houve uma orientação da liderança do bloco da maioria. Eu sou, em tese, favorável a todas essas discussões, audiências públicas. Acho que não há problema algum. Só pedi esse tempo para conversamos na bancada, conversamos com o representante do Governo, para a gente aprovar aqui, na próxima semana, da melhor forma possível, a realização dessa audiência pública.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu concordaria em substituir realmente – acho ponderável o argumento do Senador Lindbergh Farias sobre a inoportunidade de trazermos aqui o Dr. Gerdau, que acaba de assumir essa função que fica entre o Governo e a sociedade civil –, mas proponho substituí-lo por um dirigente da Aneel. E, aí, votamos, poderemos votar hoje, ainda assim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas, Senador Aloysio, não é só esse problema. Já falei desde o começo, não estou escondendo isto: houve a orientação aqui do Bloco de Apoio ao Governo em relação a isso, para derrotar este requerimento.

Eu acho importante esta discussão e, por isso, pedi um tempo ao Senador Aloysio Nunes para discutir, porque eu, em tese, sou favorável a esta discussão. Eu não tenho problema, pois nós vamos discutir isto na medida provisória. Eu só pedi um tempo aqui para discutirmos, para colocarmos na pauta da próxima semana. Não é só o problema do Gerdau.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, eu acredito que o Governo não vai se opor a que haja a discussão sobre uma medida provisória que a gente vai votar. Eu acho que seria para o Governo muito ruim derrotar um requerimento dessa natureza.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia, justamente é esse o meu esforço aqui. Nós estamos querendo criar, nesta Comissão, um clima de muito diálogo, de muita conversa, para que a gente tenha o fortalecimento desta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu acho que...

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu acho que nós temos de dar um crédito ao Senador Lindbergh, que, na próxima reunião, defenderá a aprovação do requerimento.

É com isso que podemos contar de V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Adiado, então...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado pela ajuda, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Aloysio,com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para concluir este item da pauta, se V. Exª me permite a palavra.

O Senador Lindbergh é um bom Senador, um homem veraz e de boa-fé. Apenas eu queria dizer o seguinte: Gato escaldado tem medo de água fria!

Na Câmara dos Deputados, houve a tentativa de uma audiência pública para discutir este mesmo tema. E a base governista, lá na Câmara dos Deputados, "tratorou" a iniciativa da oposição e impediu a realização do debate.

Espero que nós, aqui no Senado, consigamos debater, mesmo porque a Câmara tem mais tempo do que nós, Senadores, para discutir essas questões. Então, a realização dessa audiência pública seria, no Senado, um pulmão para respirarmos, para que possa fluir um pouco a troca de ideias, de ponderações, de argumentos, uma vez que o Senado terá pouquíssimo tempo para examinar, no plenário, este assunto tão relevante para a nossa infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senadora Vanessa, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Primeiramente, eu quero cumprimentar o Senador Aloysio pela concordância de que saímos da reunião de hoje com um consenso. É óbvio que o que V. Exª queria seria ver aprovado imediatamente o requerimento da forma como está. E quero dizer que a gente tem de procurar fazer com que o trator não passe pela Comissão, em momento algum. Acho que este deve ser o grande esforço: evitar que o trator passe por aqui.

Nós estávamos num debate semelhante em uma outra comissão. Quando a gente solicita o debate sobre um assunto é porque há divergência, há opiniões contrárias em relação àquele assunto. Pelo que eu entendi, a divergência maior aqui, na medida provisória que nós vamos votar, é o período para a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR): o período que o Governo propõe, salvo engano, é 2023, e segmentos propõem um período mais curto, 2015. Essa é a grande polêmica.

Em um debate semelhante sobre outro assunto, o que procuramos fazer? Porque também o autor deu entrada no requerimento, havia uma polêmica posta na mesa, mas, aí, eram seis convidados de um lado e dois convidados do outro. Aí também não é correto. Isso é uma outra forma de "tratorar". Isso é uma outra forma de "tratorar".

Então, o que a gente pode fazer, nesses próximos dias, é ver exatamente a composição, porque o que menos importa é o nome da pessoa que virá; o que mais importa é a tese que a pessoa vai defender. Eu acho que a gente caminha, sim, para um consenso. Vamos ver um equilíbrio para o debate, porque, lá, nós conseguimos também rever. Não adianta ficar: "Ah, porque a maioria aqui também derrota". Não, mas também não se pode propor um debate em que cinco defendem uma opinião e um apenas defende outra. É uma forma também de "tratorar".

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu aguardo as sugestões de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O que a gente quer é exatamente isto, Senador, é montar o diálogo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero reafirmar, Senador Aloysio Nunes, que a

nossa ideia é justamente contrária a passar trator: nós queremos discutir, debater, fortalecer esta Comissão.

Ontem, esta Casa conseguiu um feito, que foi a votação do relatório do Senador Aécio Neves por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. Estamos tentando construir um clima neste Senado de fortalecimento desta Casa, de debates abertos. Quero reafirmar isso. Tenho certeza de que vamos chegar a um bom termo sobre esse requerimento na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, fica adiada para a próxima reunião apreciação do requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a possibilidade de mudança de nomes, conforme a sugestão da Senadora Vanessa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, posso retomar aquela sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente Lúcia Vânia, fiz uma sugestão aqui antes de V. Exª chegar, acho que a senhora...

Quero fazer uma sugestão à Senadora Lúcia Vânia. Acho que ela acertou no começo, na primeira reunião desta Comissão, em não colocar a criação de subcomissões, para termos calma para pensarmos o futuro. A minha sugestão é que fizéssemos uma reunião de trabalho, que pode ser fora, para pensar esta Comissão, quais os temas, quais os pontos importantes. Acho fundamental organizarmos o nosso trabalho, fazer uma reunião administrativa. Se ficarmos só nessa pauta ordinária, eu temo que esvaziemos muito os trabalhos desta Comissão, e nós temos grandes desafios na área de infraestrutura...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, nós temos uma pauta de trabalho já. Concordo com V. Exª que essa pauta pode ser discutida novamente, mas estamos aqui com duas audiências públicas já definidas. A primeira será na quarta-feira, quando vamos discutir a tarifa social. Nós estamos trabalhando o tema energia. Logo em seguida seria a RGR – nós trabalhamos o transporte, vamos voltar novamente ao ferroviário.

Mas eu concordo com V. Exª, nós podemos fazer uma reunião administrativa e rediscutir a pauta. Nós estamos intercalando os projetos que terão de ser votados com as audiências públicas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Está bem, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A reunião não terminou ainda. O Senador Inácio Arruda pede para retirar de pauta o Item 2.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma tentativa de fazermos uma proposição bem ajustada com os interessados. Essa proposição do Deputado Betinho Rosado, do DEM do Estado do Rio Grande do Norte, está ligada à preocupação com a produção no semi-árido. Não é uma situação que possa ser comparada com a situação do resto do País. Por isso, a tentativa de se buscar um bom acordo para aprovar uma legislação capaz de ajudar o produtor rural na região do semi-árido.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinqüenta minutos do dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Mozarildo Cavalcanti, Ivo Cassol e Marisa Serrano. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, João Durval, Ciro Nogueira, Aécio Neves, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Justifica a ausência o Senador João Durval. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 07/2011-CDR, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 16/03/11, tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo, Pedro Novais,

para "apresentar os programas e planos de governo do Ministério do Turismo para os próximos anos". O Sr. Ministro veio acompanhado dos Srs. Frederico Costa, Secretário Executivo do Ministério do Turismo; Colbert Martins, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo; Ana Isabel Mesquita de Oliveira, Secretária Nacional de Políticas de Turismo; e Mário Moysés, Presidente da EMBRATUR. Após a exposição do Sr. Ministro, usam da palavra os Senadores Vital do Rêgo, Vicentinho Alves, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/ PP- AL) – Havendo número regimental declaro aberta a sessão de audiência pública, conforme requerimento aprovado por esta Comissão, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Vamos ter o privilégio de ouvir o Ministro Pedro Novais, do Turismo, que fará uma apresentação dos planos do seu Ministério para o turismo no Brasil, neste exercício. Convido a Senadora Lídice da Mata e a Senadora Ana Amélia para participarem da Mesa. Conforme ficou estabelecido, convido para compor a Mesa, Presidente da Embratur, Mário Moysés; Ana Isabel Mesquita, Secretária de Turismo do Ministério.

Informo que o Sr. Ministro terá 30 minutos para fazer uma exposição dos planos de turismo do seu Ministério, para o ano de 2011, ou mais precisamente, no decorrer da sua permanência no Ministério. Após posições feitas por S. Exª o Sr. Ministro, a palavra será concedida aos Srs. Senadores e Senadoras que se inscreverem, que terão cinco minutos para fazer interpelação ou tirar qualquer dúvida. Será dado o mesmo tempo para que o Ministro possa responder às perguntas a ele formulada pelos Srs. Senadores.

Composta a Mesa, cumprimento o Ministro Pedro Novais pela gentileza de ter atendido ao convite da comissão, ao tempo em digo a S. Exª que esta Comissão será ponto de apoio às ações do Ministério do Turismo, por algumas razões: primeiramente, pela essência do seu trabalho; em segundo lugar, por termos o privilégio de tê-lo como Ministro. Companheiro que somos do Congresso Nacional, faremos tudo que for possível para que V. Exª possa fazer uma grande gestão à frente do Ministério do Turismo, que é de fundamental importância para a vida deste País e para o crescimento e desenvolvimento do turismo brasileiro.

Consequentemente, quero, na oportunidade, conceder a palavra a V. Exª para discorrer sobre os planos do Ministério do Turismo. Assim, todos poderemos tomar conhecimento. Tem a palavra o Ministro Pedro Novaes.

O SR. PEDRO NOVAIS – Senador Benedito de Lira; ilustre Presidente da Comissão de Esporte e Turismo do Senado, Senadora Ana Amélia; Senadora Lídice da Mata, Senador Vicentinho, meus companheiros do Ministério do Turismo, dos quais eu destaco o Presidente da Embratur, Dr. Mário Moysés, o Secretário Executivo, Frederico Costa e o Secretário de Programas de Desenvolvimento, Colbert Martins.

É uma honra poder estar no Senado podendo falar aos Senadores sobre Turismo e o Ministério.

O que é turismo?

É muito difícil definir o que é turismo. Os dicionários trazem uma definição que não satisfaz, mesmo porque os romanos já diziam, há mais de dois mil anos, *omnis definitio periculosa est*, mas eu vou me aventurar a dizer alguma coisa sobre o assunto.

Sair de casa e ir ao parque da cidade fazer um piquenique é turismo. Visitar o lago Paranoá e ver um por do sol também é turismo. Conhecer Barra de São Miguel, em Alagoas, saborear um daqueles mariscos gostosos, também é turismo, conhecer os lençóis maranhenses é turismo. Ir fazer um *check up* no hospital do coração em São Paulo e se hospedar no Fasano, ver a bienal, também é turismo.

Turismo, meus amigos, é alguma coisa que mexe, que move o corpo o espírito e a alma, enriquece o conhecimento, dá prazer e enriquece a qualidade de vida.

O que é o Ministério do Turismo?

O Ministério do Turismo resultou do desmembramento do antigo Ministério de Esportes e Turismo. É um ministério pequeno, que tem 250 funcionários, mais ou menos, 170 cargos comissionados. Seu orçamento em 2011 é de cerca de R$3,7 bilhões. Mas todas as emendas de comissão de bancada e individuais e mais 35% do orçamento geral, tudo isso foi contingenciado pelo Governo, de maneira que estamos trabalhando com algo em torno de 15% do orçamento, isto é, R$570 milhões. Nesse número, compreendidos R$150 milhões, estamos repassando à Embratur. Os restos a pagar do Ministério atingem R$3,6 bilhões; R$700 milhões dos quais provenientes de 2007 e de 2008. Também informo que o Ministério do Turismo não vem recebendo recursos para o pagamento desses restos a pagar.

Devo dizer mais: que estou de pleno acordo com o inteiro teor da compressão de gastos e despesas do

Governo, porque sei que a Presidenta Dilma Rousseff está no caminho certo para reduzir o perigo da inflação que nos ameaça. Não reclamo nada nesse sentido sou um obediente servidor e ainda aplaudo a providência.

Quais são as linhas gerais de nossa atuação no Ministério?

São várias, mas eu quero me restringir a alguns itens. O primeiro deles é a tentativa de reduzir o déficit da conta turismo. O que é isso? Em 2010, os estrangeiros que vieram ao Brasil gastaram apenas ouço mais de R$5 bilhões. Já os brasileiros que foram para o estrangeiro gastaram quase R$16 bilhões, quer dizer, houve uma diferença de quase R$11bilhões. Isso é um prejuízo imenso, nobre Senador, isso é um prejuízo imenso, só não nos causa tanto mal porque o Brasil, como se diz, está "bombando" com a entrada de dólares, mas essa discrepância tem que ser trabalhada para ser diminuída, reduzida.

As últimas estatísticas indicam mais, que esse déficit aumentou nos três primeiros meses do ano de 2011. A mudança desse paradigma, meus amigos, entretanto, não depende do Ministério do Turismo, nem só do Governo Federal, mas da conjuntura nacional e internacional, Senador Vital. Enquanto vários países europeus estão mergulhados em dificuldades, nossa economia está aquecida. Mais brasileiros vão fazer negócios no exterior e compras nos Estados Unidos e Europa. Só com maior promoção do País no exterior que nós, com o nosso braço voltado para o comércio internacional de turismo, que é a Embratur, só com o trabalho da Embratur e com a melhoria da nossa infraestrutura poderemos vencer este gargalo.

Temos comparecido a feiras internacionais, o Ministério do Turismo tem presença no mundo inteiro com promoção de turismo. Na feira da Espanha, estivemos presente, na de Portugal estivemos presentes também e na da Alemanha, dentro de alguns dias estaremos nos Estados Unidos promovendo o Brasil e o seu turismo.

Os escritórios da Embratur em vários países estão dinamizando as suas atividades. Procuramos, nesse momento, abrir os mercados da China e da Rússia e incrementar o turismo dos latinos americanos.

Muitos criticam o fato de que mais brasileiros vão à Argentina do que argentinos vêm ao Brasil. Outros reclamam de que a república Dominicana recebe 2,4 milhões turistas estrangeiros enquanto o Brasil recebe apenas 5,2 milhões. É verdade.

Esta falha, entretanto, não é do Ministério do Turismo. Esta falha é do real supervalorizado que nós temos.

Por outro lado, países como Costa Rica, República Dominicana e outros próximos da Europa e dos Estados Unidos têm mais facilidade de receber turistas. Não é desculpa o que estou dizendo; estou apenas tentando mostrar a verdade, porque o Ministério do Turismo está engajado em melhorar a sua estrutura turística e, com isso receber, mais turistas estrangeiros. Mesmo o nosso produto sendo mais caro do que o da Argentina, o da Costa Rica, República Dominicana e até Colômbia, nós poderemos, com muito esforço, diminuir esta grande disparidade.

Todo mundo quer saber como está o Brasil com relação à Copa. Falarei sobre isso dentro em pouco. No momento, quero apresentar aos senhores alguns números alvissareiros.

No começo de 2010 os empresários tinham uma expectativa de crescimento da indústria do turismo de cerca de 15%. Pois bem, em 2011, com relação a 2010 nós temos alguns dados interessantes. A pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo para 7%, feita pela Fundação Getúlio Vargas, é muito animadora. Dirigentes das 80 maiores empresas do setor responderam a um formulário de questões. Essas empresas faturaram, em 2010, R$43 bilhões em turismo, em turismo; empregam cerca de 96 mil pessoas e estão distribuídas em 27 unidades da Federação.

O melhor indicativo do desenvolvimento do setor turismo é o de que, em 2010, o faturamento de 97% desse grupo de empresa cresceu muito em relação a 2009, repito.

Segundo a Pacet (Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do ***Turismo***), os setores que mais faturaram foram os meios de hospedagem, as empresas de transporte aéreo, as de transporte rodoviário, as agências de viagem e os promotores de feira.

Portanto, cinco segmentos, entre os nove pesquisados, registraram saldo superiores a 90%, sendo que as agências de viagens, locadoras de automóveis e operadoras de turismo tiveram as maiores médias de faturamento, acima de 22%.

Em relação às perspectivas para 2011, houve unanimidade em relação aos negócios baseadas na percepção de que a economia brasileira vai continuar a sua trajetória de crescimento e a de que a economia internacional continuará a se recuperar.

As operadoras de turismo, em 2010, foram também as que mais empregaram. O número de postos de trabalho cresceu 23%. Em seguida, aparecem as empresas de transporte aéreo, com aumento de 17%; e as agências de viagens com 16%.

A continuidade das políticas da Presidente Dilma, o crescimento econômico, que está a olhos vistos, o aumento dos investimentos estrangeiros no País, que

também crescem com a entrada de dólares, a exposição favorável do País na mídia nacional e internacional em função dos megaeventos esportivos, a expansão da oferta turística interna, o aumento da quantidade e qualidade dos meios de hospedagem, tudo isso nos dá a certeza de que o nosso futuro é alvissareiro. Passarei agora a dar informações sobre a Copa e as Olimpíadas. Diferentemente do que muita gente supõe, o Ministério do Turismo não recebeu a incumbência de construir aeroportos, nem estádios, nem meios de transportes outros, nem projetos de mobilidade urbana. O que coube ao Ministério do Turismo na divisão das atividades para a Copa foi simplesmente a capacitação de prestadores de serviços turísticos. Exclusivamente. Foi isso que foi ajustado com o comitê gestor. E o Ministério do Turismo está aplicando em projetos de capacitação de mão de obra voltada para serviços turísticos o valor de R$440 milhões. Não são recursos acrescidos ao nosso orçamento. São recursos do próprio orçamento, muitos dos quais agora contingenciados.

O que significa essa capacitação? Significa o treinamento de pessoas que já estão na linha de trabalho do turismo. São pessoas que já prestam serviços turísticos e que precisam melhorar o seu desempenho e sua habilidade em receber para que os estrangeiros, quando voltarem aos seus países, digam que a Copa do Mundo de 2014 foi um sucesso reconhecido.

Atualmente, existem sete milhões e duzentas mil pessoas trabalhando nos serviços turísticos. Dessas, 870 mil prestam serviços turísticos nas doze capitais que vão sediar a Copa. O Ministério do Turismo está capacitando 306 mil desses 870. São atendentes de aeroportos, locadoras de veículos, condutores de veículos, guias de aventura, guias turísticos de modo geral, recepcionistas em hotéis, informantes, gerentes, *maitres, concierges,* camareiras, entre outros. São essas as pessoas que estamos treinando. Estamos treinando em serviços técnicos que eles já prestam e em ética, cidadania, comunicação e expressão, postura profissional, convivência e segurança no trabalho. Trezentos e seis mil pessoas estão recebendo uma carga horária de 80h por curso. Além disso, estão recebendo também um curso, através da Fundação Roberto Marinho, de inglês e espanhol, para que possam receber os estrangeiros pelo menos falando o inglês, que é uma língua universal, e o espanhol, que é uma língua irmã do português, porque abrange pessoas de todos os países sul-americanos.

Este ano, agora em junho, vamos completar o treinamento de 75 mil pessoas daquele contingente de 306 mil. E em julho/agosto estaremos iniciando o treinamento de mais 80 mil. De sorte que, até junho do próximo ano, teremos treinado 150 mil dos 306 mil compromissados. Neste exato momento, estão abertas as inscrições para um projeto denominado Profissional Bom de Copa, que são oito mil vagas nas cidades-sedes para profissionais dos segmentos de alimentação e bebidas.

Além disso, eu tenho o prazer de informar que, embora o Ministério não tenha recebido outras competências além daquelas que mencionei, o Ministério do Turismo tem investimentos em todas as cidades-sedes da Copa e nas cidades vizinhas, porque sabemos que os turistas, tanto nacionais quanto estrangeiros, não vão se limitar aos jogos. Eles comparecerão aos jogos e também visitarão cidades vizinhas. Quem estiver no Rio de Janeiro tendo vindo da Europa, com certeza vai conhecer Niterói, vai conhecer Petrópolis, Teresópolis, Nova Iguaçu ou vai até se hospedar nessas cidades. É por isso que o nosso programa de auxílio à Copa também prevê investimentos nas cidades-sedes e nas cidades perto das sedes.

Esses investimentos são financiados pelo Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo), que é constituído de recursos originários da Corporação Andina de Fomento e do BID. Nós temos uma linha de crédito do BID de cerca de US$2,7 bilhões que estamos aplicando juntamente com contrapartida que o próprio Ministério oferece. Por exemplo: Manaus, R$23 milhões; Natal, R$20 milhões; Fortaleza, R$66 milhões; Recife e Olinda, R$4,59 milhões; Belo Horizonte, R$10 milhões; Cuiabá, R$14 milhões; Rio de Janeiro, R$28 milhões. Obras em execução. Não é planejamento, são obras em execução. Curitiba R$2milhões; Porto Alegre R$3milhões. Não mencionei Alagoas. Por quê? Porque Alagoas não é sede de Copa. Não mencionei no início, mas mencionarei agora em homenagem ao meu Presidente. Em Alagoas, o Ministério do Turismo está investindo R$60 milhões. É por isto que mencionei Barra de são Miguel: porque estive lá inaugurando uma obra. Também mencionarei Niterói, R$11 milhões; Angra dos Reis, 10milhões; Parnamirim, em Natal, R$4 milhões; Jericoacara, R$34 milhões; Cabo de Santo Agostinho, R$34 milhões; Ipojuca, em Pernambuco, R$12 milhões. Em Sergipe, também temos investimentos enormes, principalmente naquela ponte que o Governador Marcelo Déda está construindo.

Quero dizer, em seguida, que o Ministério do Turismo tem várias linhas de crédito para financiar os meios de hospedagem. Conseguimos uma linha de R$1 bilhão do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Temos recursos da Sudene à nossa disposição, isto é, à disposição dos empresários, que conseguimos no valor de R$1,3 bilhão. Temos recursos do Fungetur, que são do próprio Ministério, no valor de R$250 milhões. Temos recursos da Caixa

Econômica, que, somados a esses do Fungetur, completam R$1 bilhão. Temos, ainda, recurso do Basa e do Banco do Nordeste.

Muitos créditos já foram concedidos pela rede bancária, e menciono aqui alguns valores: no Centro-Oeste, por exemplo, desses fundos que mencionei à disposição do Ministério do Turismo, estão sendo aplicados R$44 milhões; no Nordeste, R$231 milhões; no Norte, R$71 milhões; no Sudoeste, R$231 milhões. E no Sul, R$8 milhões.

Temos outros programas sendo desenvolvidos pelo Ministério do Turismo. Nós, absolutamente, não modificamos nenhum dos programas existentes. Pelo contrário. Nós demos continuidade a eles.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, que contamos, nesse nosso trabalho, não só com as nossas forças. Nós contamos, principalmente, com o auxílio dos membros do Conselho Nacional de Turismo, que são cerca de 80 entidades representativas do setor turismo: operadores de turismo, prestadores de serviços turísticos e associações empresariais, como a ABIH, a Confederação Nacional de Turismo, a Confederação Nacional de Comércio, o SENAC e várias outras entidades. São cerca de 75 entidades que nos auxiliam. Com essas entidades, fizemos os convênios para a capacitação das pessoas que prestam os serviços turísticos.

Temos um programa que está tendo muito sucesso, que é o programa chamado Viaja Mais Melhor Idade. É o programa que se destina a fazer com que aqueles que têm maior lazer possam viajar mais, se divertir e se distrair.

Enfim, Sr. Presidente, são essas as informações que eu, inicialmente, quero prestar a V. Exª e aos nobres Senadores que, honrosamente, me ouvem. Gostaria de complementar as informações prestadas com as inquirições que, sem dúvida nenhuma, vou receber. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero, inicialmente, agradecer ao Ministro Pedro Novais pelas informações trazidas à Comissão.

Dando sequência, não estando presente a Senadora Lídice da Mata, que teria preferência na primeira manifestação, concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, inscrito em segundo lugar.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente Benedito de Lira, eu posso dizer a V. Exª e parabenizar, inicialmente, a autora do requerimento pela feliz iniciativa de trazer para cá o Ministério do Turismo. Sem dúvida alguma, a reunião de hoje para os profissionais da imprensa e para os Srs. membros do Ministério do Turismo é especial. Nós estamos na Casa discutindo a proliferação de tarefas, e, certamente, tanto Eduardo Amorim quanto Vicentinho, Vanessa, Lídice ou Mozarildo também pensam igualmente. Nós temos na Casa hoje 40 subcomissões e 11 comissões permanentes Então, os senhores multipliquem aí terça, quarta e quinta. De segunda a sexta, nós estamos com comissões uma atrás da outra, uma agenda superlotada. Sem dúvida alguma, esta Comissão, hoje, e a Comissão de Justiça são as que têm maior quórum. E não é à toa. E vou explicar por que têm o maior quórum na Casa.

Entrementes todas as dificuldades de agenda, nós reservamos aqui, em meu nome, em nome da Liderança do Governo, um espaço para dar boas-vindas ao Ministério do Turismo por múltiplas razões. A Primeira é que, graças à sensibilidade da Presidenta da República e as indicações felizes do meu Partido, do PMDB, nós temos um conjunto de profissionais da mais alta competência técnica e política no Ministério, a partir do Sr. Ministro Pedro Novais, uma figura que encanta a todos nós pela sua elegância e pela sua sapiência. Se olhar o currículo do Ministro, vai se ver que ele é um servidor público acima de tudo. Por isso que, com naturalidade, ele discorreu aí sobre uma série de novos investimentos na área de capacitação do turismo ou em projetos e programas do Ministério. Também ele falou da necessidade do aporte de novos investimentos – e sobre esses eu vou falar a respeito. Mas quero também dizer da felicidade do reencontro com um dos meus maiores amigos, que é o Deputado Colbert Martins, um homem que dispensa comentários. Estava aqui conversando com o Eduardo e Vicentinho a respeito do trabalho inestimável que Colbert tem feito na sua vida pública, a partir da Bahia, e vê-lo novamente servindo ao Ministério, servindo ao Brasil, servindo ao Nordeste.

Agradeço a presença do executivo Frederico Costa, brilhante gestor público, uma pessoa da mais alta importância para todos nós; de Mário Moysés, que tem um conhecimento extraordinário de turismo porque é da Casa e agora nos serve na Embratur; de Diana, que é essa guerreira fantástica e que encanta – e trago o abraço da bancada feminina do PMDB a V. Exª.

Mas, Sr. Presidente, nem tudo são flores, nem tudo são elogios. Eu vim aqui muito mais para criticar, por incrível que pareça. Criticar um certo grau de distanciamento que vejo do Governo com o Ministério do Turismo, e olha que estou falando como tal. Faço crítica porque esse ministério é o mais resolutivo e mais eficaz de tantos quantos eu conheço. Eu vou lhes provar por que, Sr. Presidente.

Vou pedir ao Dr. Frederico ou ao Sr. Ministro que falem um pouco da evolução orçamentária e financeira do Ministério do Turismo nos últimos oito anos. Graças à criação, por parte do Presidente Lula, da otimização

dos resultados que o Ministério do Turismo vem tendo – aí, leia-se Ministra Marta Suplicy e tantos outros que passaram pelo Ministério do Turismo – que o Ministério do Turismo ganhou a simpatia deste Congresso Nacional e é o campeão de emendas.

Sabe por que, Sr. Presidente? Porque tem resolutividade. Porque os nossos prefeitos, as nossas lideranças que querem muitas vezes um portal, que querem uma festa cultura e folclórica, que querem investimento, e, às vezes, muito pouco, veem na descomplicação e desburocratização do Ministério do Turismo muito mais avanços resolutivos.

Aí, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir quanto o Ministério do Turismo cresceu no Governo Lula em captação de recursos por parte de emendas orçamentárias. E, agora, a gente vê o Ministério do Turismo ter contingenciamentos absurdos, no momento em que estamos nos preparando para a Copa do Mundo, para as Olimpíadas, a Copa Militar e a Copa da Confederação.

Acho incompreensível, como acho incompreensível o Ministério do Turismo estar fora do núcleo central de discussão da Copa. Por quê? Porque os turistas que vêm aqui – vamos receber mais de 1 milhão de turistas –, não vêm apenas ver os três dias, os cinco dias ou os sete dias de jogos. Quem vai para Recife vai para o forro de Campinas Grande. Então eu acho que o Ministério do Turismo devia estar mais centrado neste momento como âncora, por parte do Governo, dos investimentos tão necessários para a Copa do Mundo.

E o Governo trabalhará potencializando e privilegiando, no sentido mais lato, mais amplo da palavra o Ministério que reputo extremamente eficaz.

Agora, serão as perguntas para concluir, Sr. Presidente, pedindo vênia a V. Exª.

Qual o crescimento por parte de aportes das emendas do Congresso Nacional ao longo dos últimos anos no Ministério do Turismo?

Quais as providências – e o Ministro já falou – com relação aos jogos da Copa? O Ministro já disse que a inserção dele é apenas na área de capacitação. Não outras inserções, por exemplo, no trabalho de infraestrutura turística?

O Ministério do Turismo está promovendo alguma articulação com as empresas de cruzeiros marítimos, no sentido de enviarem seus navios para a costa brasileira na época de realização da Copa?

Pode-me responder quem julgar a pergunta pertinente.

Como o Ministério de Turismo vê a crescente demanda e o gargalo que temos na área de infraestrutura aeroportuária? O que se pode fazer? Qual a palavra do Ministério do Turismo com relação a esse problema da infraestrutura aeroportuária?

Haverá problemas nos aeroportos? Esse desconforto pode prejudicar a imagem do País no exterior?

Eu me congratulo com o V. Exª e digo que o nosso Ministério está muito bem entregue, viu, meu caro Ministro Pedro Novais?, a V. Exª e a todos que, comandados por V. Exª, geram essa indústria limpa, honesta, propulsora, digna e que precisa ser cada mais incentivada.

O SR. PEDRO NOVAIS – Muito obrigado pela intervenção de V. Exª.

Realmente, como eu disse, o Ministério não tem nenhuma incumbência com aeroportos a não ser receber turistas. Nós já estamos tendo problema nos aeroportos em razão da demanda crescente de passageiros. O número de pessoas que viajaram em 2007, eu mencionei, aumentou em 15%. Então, esse número está crescendo. V. Exª pode imaginar que dos 30 milhões de pessoas que saíram das classes D e E e passaram para a classe C pelo menos 10% delas está viajando. Vemos isso nos aeroportos, nas salas de espera da rodoviárias. O fenômeno existe e não se pode deixar de reconhecer.

Mas, quanto ao problema de aeroportos, quero afiançar a V. Exª que a Presidente Dilma vai resolver esse assunto. Nós chegaremos à Copa com o assunto aeroportos resolvido.

O que ainda não está resolvido, mas não depende dela, é o problema de novas empresas áreas viajarem para o Brasil, fazerem linha para o Brasil. Eu tenho a impressão, defendo isso, já defendi inclusive no meu discurso de posse, que prestaríamos um grande serviço ao País se conseguíssemos aprovar – nós, o Congresso, e estou me considerando aqui ainda Deputado –, se o Congresso conseguisse aprovar aquele projeto, que já está correndo aqui em diversas linhas, que aumenta a participação de companhias estrangeiras em companhias brasileiras em até 49%. Isso vai fazer com que novas empresas viajem para o Brasil e aumente o número de vôos. Com isso, nós incrementaremos consideravelmente a vinda de estrangeiros para o Brasil e resolveremos uma parte daquele problema que constituiu a primeira parte do meu pronunciamento, que é déficit da conta turismo.

Quanto ao assunto que V. Exª mencionou, do aumento vertiginoso do número de emendas parlamentares no Ministério do Turismo, eu queria pedir permissão ao Presidente para que ele franqueasse a palavra ao Secretário Executivo do Ministério, o companheiro Frederico Costa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Dr. Frederico.

O SR. FREDERICO COSTA – Sr. Presidente da Comissão Senador Benedito de Lira, Senador Vital, a evolução dos recursos do Ministérios, de 2003 para 2011, realmente foi magnífica. Em 2003, o orçamento no Ministério, aprovado em 2002 e desmembrado do antigo Ministério de Esporte e Turismo, foi aproximadamente de 230 milhões. Desse valor, nós tivemos aproximadamente 50 milhões de emendas parlamentares apresentadas dentro do antigo orçamento que, inclusive, eram apresentadas dentro do orçamento da Embratur.

Ao longo desses anos, o orçamento vem crescendo em torno de 20%, 30% ao ano, não o orçamento da programação que vem do Ministério do Planejamento, mas o orçamento também emendado. Hoje, temos aproximadamente o orçamento de 4 bilhões. Três quartos desse orçamento são de emendas parlamentares.

Nesse sentido, até estava comentado com o Senador Benedito de Lira, nós tivemos um corte, sim, um corte orçamentário, um contingenciamento de 85%. Mas o tratamento do Ministério do Turismo foi diferente do tratamento do Ministério da Agricultura, do Ministério da Previdência e de qualquer outro Ministério. O Governo teve um tratamento padronizado para todos os Ministério, em que o Governo contingenciou 100% das emendas e, daí, contingenciou 30% aproximadamente da proposta orçamentária que veio do Planejamento. Nesse sentido o Ministério, com essa proporção de emendas em relação ao orçamento apresentado pelo Planejamento, já saiu com menos 75%. Dos 25% que sobraram, nós tivemos um corte de 30%; daí, sim, juntando esse montante, tivemos um contingenciamento de 85%. Mas na realidade, o tratamento do Ministério do Turismo não foi diferente do tratamento qualquer outra Pasta na Esplanada. Como o ministro disse, vamos intensificar nossos trabalhos na área de qualificação, na área de promoção externa, na Embratur, pela liderança do Presidente da Embratur, Dr. Mario Moysés, porque são áreas que a Presidente Dilma já determinou que são obrigações do ministério, para o ministério fortalecer esse esforço de capacitação; será tarefa do ministério apresentar esses resultados para a Copa das Confederações e depois para a Copa do Mundo e também intensificar o trabalho na área de promoção internacional para garantir, pelo menos, que nós consigamos combater, no lado de atração de turistas estrangeiros, esse rombo nas contas externas que o Turismo apresenta.

Esse déficit na conta do Turismo, de aproximadamente 10,5 bilhões... No ano passado, nós tivemos o ingresso de cerca de 5,9 bilhões de dólares, mas ao mesmo tempo os brasileiros no exterior gastaram 16,4 bilhões. Então já que não conseguimos esses gastos brasileiros no exterior, pelo menos temos que fazer nossa parte e diminuir essa diferença num esforço concentrado na área de promoção no exterior e garantir que essas divisas que vamos gerar saiam dos 5,9 bilhões e alcancem 6,5 bilhões a 7 bilhões já com resultados apresentados este ano.

O SR. PEDRO NOVAIS – Presidente, gostaria que o senhor permitisse que o ex-Deputado Colbert Martins, nosso Secretário de Desenvolvimento respondesse ao Senador Vital do Rêgo sobre barcos e navios e o aspecto náutico que ele mencionou na sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra o Secretário Colbert.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr[a]s Senadoras, quero agradecer as referencias elogiosas do amigo Senador Vital do Rêgo; é muito mais pela sua amizade, que eu prezo, respeito e agradeço.

Estivemos na semana passada reunidos no ministério, discutindo essa questão. Nós temos um grupo de trabalho náutico; e o representante da Abrimar esteve na nossa reunião e fez a seguinte colocação: os meses de junho e julho são de alta estação na Europa. Os navios, normalmente, nesse período, na sua grande maioria, têm compromissos já agendados. Esse agendamento de navios e de marcação de viagens é bem antecipado. A retirada de navios de um continente europeu, altamente utilizador desses meios de transporte, acontece normalmente ao final do ano, quando o inverno na Europa permite que esses navios sejam menos utilizados; então o inverno na Europa significa o verão nosso; por isso, a maioria desses navios para cá vêm.

Pelas informações que temos, não é simples trazer navios de uma área de alta estação para o Brasil nesse momento. A informação dada pelas pessoas dia 19 foi que, até aquele momento, elas desconheciam qualquer contato maior e definido para trazer navios ao Brasil com objetivo de, durante um período, substituírem vagas em hotéis. O esforço que estamos fazendo, e o Ministro Pedro acabou de colocar, é que o nível de financiamento aumente e que possamos atrair investimentos importantes de vários entes como ocorreu aqui em Brasília, a partir de um contato que tivemos com o governador. A perspectiva de construção de 4 a 6 hotéis é extremamente possível e deve ocorrer em curto espaço de tempo. Investimentos também importantes pelas informações que temos no Rio de Janeiro. De qualquer maneira, esse é um problema que temos. Entendemos que é preciso ser implantado e entendemos também que a participação do ministério no grupo que discute a Copa é extremamente necessária e é impor-

tante porque nessa área nós poderemos contribuir de forma mais efetiva. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está inscrita a Senador Vanessa. Depois será V. Exª.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Se o Senador Vicentinho quiser falar, eu cedo. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR - TO) – Eu agradeço. Cumprimento V. Exª e agradeço à Senadora Vanessa. É que eu tenho que ir para a Comissão de Assuntos Sociais, que está precisando da nossa presença lá para completar o quórum.

Cumprimentando o colega Senador Eduardo Amorim, saúdo também nosso querido Ministro Pedro Novaes.

Ministro, tive oportunidade de conviver com V. Exª na Câmara, em mandato passado. Pude conhecer na Comissão de Finança e Tributação, sua competência, seu trabalho, e digo ao senhor que quando foi escolhido pela Presidente Dilma, eu pensei se o senhor seria um craque lá. E agora demonstrou que é competente também no ministério; mostrou conhecimento, dedicação. É tão bom ver as pessoas corresponderem a indicação porque o Ministério do Turismo não era muito o mundo do senhor, mas já chegou com equipe eficiente, com o colega Colbert, a colega Bel, Deputada querida também da Câmara, o Dr. Frederico já é tarimbado, respeitado ali no ministério – ele tem um pé no Tocantins, ele, a família, os pais têm propriedade lá, são muito queridos, ele e a família por todos nós tocantinenses.

Depois de cumprimentá-los, quero dizer o seguinte: muito embora se esteja usando apenas 15% do orçamento do ministério, eu fiquei ontem até mais entusiasmado na Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo Senador Vital, quando a Ministra de Planejamento, Miriam Belckior, colocou os comparativos de superávit na receita do País com relação aos meses dos anos anteriores. Acredito que, daqui para frente, a medida do Governo Federal na área econômica deve ser com cuidado, com critério, mas ir abrindo mais a questão orçamentária.

Deixe-me colocar uma nota. Começou com a ex-Ministra Marta Suplicy, e, agora com o senhor, já vamos iniciando obra importante para o turismo do Tocantins e do Brasil: é a rodovia do Jalapão. O Jalapão hoje é ponto turístico; os brasileiros que vão lá, quando conhecem aquelas belezas, querem voltar. Então agora nós vamos ter a rodovia, Presidente Benedito, asfaltada, de Novo Acordo, São Felix e Mateiros, que são as cidades básicas ali da região do Jalapão. Portanto, louvo a atitude do ministério, pela sua pessoa, Ministro Pedro, por essa obra importante que já está com ordem de serviço pronta. O Governador Siqueira Campos acaba de me telefonar dando essa notícia e convidando o ministro para esse lançamento, esse início da obra. O início dessa obra no Jalapão é muito importante para todos nós tocantinenses e para os brasileiros na área turística. Se for possível, vai ser uma alegria recebê-lo, ministro, no Tocantins.

Na semana que vem, teremos a Marcha dos Prefeitos. Nada mais somos do que representantes dos nossos Municípios, prefeitos, vereadores, dos cidadãos, os Deputados e os Senadores, enfim, todos nós que aqui estamos. Eu me preocupo muito com os restos a pagar do ministério, de todos os ministérios, porque eles vão cobrar. É importante que esse sentimento chegue à equipe econômica e chegue também à Presidente Dilma. As obras que considero mais sociais são as de emendas individuais, aqueles 100 mil reais que fazem uma pracinha lá na beira do rio, que fazem um balneário, aquilo dá emprego, dá acesso ao trabalho para o pedreiro, para o carpinteiro, para o mestre de obra, para o comércio local. E quando se inicia uma obra dessa e o Governo Federal não paga, não pode. Isso vira calote e não é esse o intuito, de forma alguma. No governo que apoiei, em que votei e voto com prazer, tenho segurança que isso não vai ocorrer; obras iniciadas têm de ser pagas.

Acredito também que a Presidenta Dilma vai ter sensibilidade junto com sua equipe econômica para descentralizar mais a Caixa Econômica Federal, porque ela não suporta o número de convênios em cima dela nos Estados. Poderia fazer isso mediante o Banco do Brasil. O Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, os bancos oficiais. A Caixa Econômica Federal não tem elementos suficientes para desempenhar essa função, e isso causa um problema sério para o Governo Federal, para o Governo dos Estados e para os Municípios. Poderia descentralizar mais.

Vou dar um exemplo: o prefeito vai lá com um processo. Quando está pronto para ir, mudou para outra mesa, é outra seção; aquele já pensa diferente. É uma complicação.

Então precisava que a equipe de Governo descentralizasse os convênios com relação aos bancos oficiais.

É uma sugestão que eu gostaria de dar nesta audiência pública, mas que é extensiva a todos os Ministérios.

Eu quero também dizer, Ministro, que, com relação às emendas de Bancadas – temos emendas para Palmas, capital do meu Estado, Tocantins, temos emendas para Paraíso –, eu fico, na mesma linha do Senador

Vital do Rêgo , preocupado com certo enxugamento no Ministério do Turismo, porque está provado na evolução das emendas parlamentares de Deputados e Senadores que o Ministério mais simpático, mais atuante, mais pragmático, é o Ministério do Turismo, pela evolução, inclusive, orçamentária de emendas.

Claro, todos os Estados contemplaram muito bem. Precisamos que o Ministério do Turismo chegue mais próximo da questão da Copa, Presidente.

Eu fico preocupado porque está próxima a Copa. A prestação de serviço precisa melhorar, a qualificação profissional. Temos de ir além. Você chega a esses aeroportos e vê que a infraestrutura é precária, precária demais. Há aeroportos que não suporta nem os banheiros, começando por aí; é um puxadinho para aqui, outros para ali. Pistas de pouso precisam ser melhoradas, tráfego aéreo, enfim, algo que não é bem específico, mas gostaria de ver o Ministério do Turismo dentro da essência também do Comitê da Copa, porque é de grande, é de suma importância.

Como disse o Senador Vital, o turista não vai se limitar ao campo de futebol. Aí entra o Ministério do Turismo naquela cidade e nas adjacências, na qualificação, enfim, eu gostaria muito de ver o Ministério do Turismo ser premiado na essência do Comitê da Copa. São os turistas que, ao voltarem ao seu país, vão levar a impressão que tiveram do nosso País, e o carro-chefe, com certeza, é o Ministério do Turismo.

Portanto, caro Ministro, estou nesta Comissão, fiz algumas cobranças em nome dos prefeitos e vereadores, inclusive vamos ter esse marcha aqui na semana que vem. Eu gostaria de ouvi-lo para saber se o Ministério, nessa área, vai ter alguma posição para dar aos prefeitos porque há muitas emendas de restos a pagar e tem muitas ainda para este ano. Então, quero ter uma noção, neste encontro, para que possamos encaminhar essa orientação aos prefeitos. No mais, conte comigo nesta Comissão como seu amigo e admirador, tenha em mim um Senador para contribuir sempre com o sucesso da sua gestão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE ('Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra O Sr. Ministro, para responder.

O SR. PEDRO NOVAIS – Senador Vicentinho, muito obrigado pela gentileza de suas palavras e pelo reconhecimento que fez aos serviços prestados pelo Ministério do Turismo.

Realmente – fique tranqüilo V. Exª – o Ministério do Turismo está preparado para desempenhar bem suas funções.

Lamentamos que a contingência nacional e a internacional não estejam permitindo que as atividades se expandam. Como eu disse a V. Exª, além de um servidor fiel da Presidenta Dilma, somos um admirador da atuação de Sua Excelência e da serenidade com que ela está conduzindo os destinos do País.

Quanto ao Jalapão, os investimentos do Jalapão são de cerca de R$70 milhões, recursos do Prodetur e do próprio Ministério do Turismo.

Quero ter o prazer de ir a Palmas, estar presente no início das obras com a presença de V. Exª e do Governador Siqueira Campos. Quero ter esse prazer.

Quanto aos restos a pagar, pela vontade do Ministério do Turismo e do Governo – tenha tranqüilidade V, Exª e os demais Senadores –, nenhum projeto iniciado sofrerá solução de continuidade. O Ministério do Turismo liberará os recursos para essa obra tão logo os recebamos do Ministério da Fazenda. Obras iniciadas estão asseguradas. É o que nós temos ouvido da autoridades do Governo, e é o que nós pretendemos fazer no Ministério.

Quanto àqueles não iniciadas por desinteresse...

Eu tenho muitas emendas nesse caso, emendas que eu fiz em 2006, 2007, 2008, quando os prefeitos novos assumiram. Elas não se interessaram por elas. Então, não houve nenhum andamento. Essas serão simplesmente anuladas. Essa é uma medida justa e profilática. Mas obras iniciadas, não; essas continuarão a ter todo nosso apoio, tanto faz ser de 2007,2008 ou 2009.

Estou de pleno acordo com V. Exª: o problema da Caixa é um problema que nos angustia, nós do Ministério, mas o Governo está fazendo novas tratativas para simplificar o processo. Não sei o que vamos conseguir simplificar, mas esse trabalho está sendo feito, e alguma coisa será conseguida.

A operacionalidade do Ministério é reconhecida por todos. Eu próprio, antes de estar no Ministério, já reconhecia isso, tanto que, sem saber que ia ser Ministro, em novembro do ano passado dos meus R$13 milhões de emendas, coloquei R$10 no Ministério do Turismo porque eu sabia da facilidade com que o Ministério trabalha esse assunto..

Infelizmente, entramos agora nesse problema de contingenciamento, mas tenho certeza de que isso é um problema momentâneo. Logo, logo vamos resolver esse assunto, assim como aconteceu nos anos anteriores.

Muito obrigado pela gentileza de V. Exª.

Quero receber o convite e estarei lá com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimento o Ministro Pedro Novais e dizer que é um prazer estar com o senhor debatendo assuntos tão importantes para o nosso País, como o é o turismo.

Antes que ele se retire, desejo cumprimentar o Secretário Colbert Martins e a nossa querida ex-Deputada Bel Mesquita, além do Dr. Mário Moisés, Presidente da Embratur, e do Dr. Frederico, Secretário Executivo.

Acho que o senhor não poderia ter equipe melhor, Sr. Ministro. Além da vossa capacidade e do empenho, que nós conhecemos de muitos anos, o senhor está muito bem assessorado. Eu acredito que esse é um passo muito importante, um fator importante para um Ministério que eu poderia comparar, Senador Benedito de Lira, com a Amazônia. A Amazônia é uma imensidão territorial. A Bel Mesquita é da Amazônia também, do Estado do Pará. E tudo na Amazônia está para ser feito. Tudo. É uma terra em que nós precisamos encontrar e desenvolver os projetos de desenvolvimento sustentável. É uma terra, uma região que carece de infraestrutura, que carece de logística, enfim. O turismo eu vejo um pouco assim também. Eu acho que nenhum país do mundo tem a capacidade turística do tamanho da nossa. E mais: a diversidade. Porque nós temos o turismo do frio, no sul do País, na serra gaúcha, o turismo de veraneio, no Nordeste, o turismo ecológico, do Norte, do Centro-Oeste, da Amazônia. Enfim, é algo fantástico a nossa capacidade, a vocação do nosso País para o turismo, que precisa ser desenvolvida.

Ontem, a Presidente Dilma dirigia a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que agora ficará sob a coordenação do Ministério de Assuntos Estratégicos, e eu li, pela imprensa, que ela teria dito, em determinado momento, que não vai prejudicar, não vai comprometer o desenvolvimento e a geração de emprego por conta do combate à inflação. Eu acho que esse é o maior desafio do Brasil hoje.

Eu ouvia, com muita atenção, os meus companheiros Senadores fazerem os questionamentos e os senhores darem as respostas. Muitos desses questionamentos dizem respeito à capacidade de investimento, porque nós precisamos ter investimentos fortes na área de turismo no Brasil, cujo retorno é rápido. Nós não podemos mais contemplar e apenas contemplar, a cada ano, esses números, que são extremamente negativos. São extremamente negativos para quem tem tanta capacidade turística. Cinco bilhões é o que nós recebemos dos estrangeiros que vêm e gastam no Brasil, mas deixamos lá fora dezesseis bilhões. É um déficit que tem que ser trabalhado, e nós vamos conseguir fazer isso com investimentos.

Eu pego o exemplo da minha região. A nossa capacidade de recebimento de turista é algo maravilhoso, mas os custos são muito elevados. Nós não temos a infraestrutura turística necessária para receber.

Então, eu quero dizer que, de nossa parte, tenho certeza – o Senador Benedito de Lira, que é o nosso líder aqui nesta Comissão, tem falado com muito entusiasmo –, nós vamos trabalhar muito para destacar a área do desenvolvimento regional e muito fortemente a área do turismo. Este é o objetivo de todos nós.

Nós temos pessoas aqui muito ligadas à área. A Senadora Lídice da Mata pediu que eu pedisse desculpas, pois ela tinha um compromisso imprevisto, ao qual ela não poderia faltar. Então, ela pediu desculpas pela ausência, mas é uma Senadora... Como Deputada, presidiu a Comissão de Turismo da Câmara, e, como Senadora, será, sem dúvida nenhuma, um suporte forte a todos aqueles que defendem o fortalecimento dessa área no Brasil.

Eu não vou fazer pergunta, mas eu queria aproveitar a presença dos senhores para falar de algo que me angustia, que é a Copa do Mundo. Na Copa do Mundo, ao Ministério, pelo que eu entendi, coube a capacitação de prestadores de serviço. Mas eu acho que, independentemente da Copa, o Ministério do Turismo tem suas atribuições. E não se faz turismo, não conseguiremos desenvolver a área turística se não prepararmos da melhor forma as portas de entrada dos turistas. E quais são as portas de entrada? A estrada muito menos, mais nos países vizinhos, mas mais os portos e os aeroportos. E os aeroportos, nós estamos assistindo, mas não podemos assistir, temos que ser protagonistas do problema que está acontecendo.

Há uns dois meses, no mês de fevereiro, salvo engano, a Anac publicou uma portaria fechando todos os escritórios – não são só os postos, não – da Anac em todos os aeroportos, na grande maioria dos aeroportos brasileiros.

Fizemos uma crítica dura. Há dias, agora, durante o feriado, no dia 20, foi assinada uma nova portaria revogando a portaria que fechava os escritórios.

O que o turismo tem a ver com isso, Senador Amorim? Tudo. O turismo tem tudo a ver com isso. O Ministro Palocci anunciou – eu não quero ser precipitada – a decisão já tomada de concessão de alguns aeroportos. Quero estudar. Vou me reservar o direito de estudar melhor, tecnicamente, a questão das concessões.

Agora, há uma questão que salta aos olhos. O aeroporto de Cumbica, de Guarulhos, será o primeiro privatizado. Sozinho, é o aeroporto mais rentável do

Brasil. Só os três aeroportos de São Paulo, Ministro, os três maiores – Guarulhos, Viracopos e Congonhas –, representam 20% do movimento total brasileiro de aeronaves, 31% do movimento de passageiros e 51,5% do movimento de cargas, o que, claro, não é em Congonhas; é óbvio que é em Guarulhos. Então, é, como se diz, a galinha dos ovos de ouro. E nós sabemos como funciona o sistema, como funciona o sistema elétrico brasileiro, por exemplo. A empresa superavitária banca a empresa deficitária. Aliás, nós temos um sistema de compensação.

Então, eu levanto minha preocupação. Eu sei que os senhores devem estar trabalhando nisso, mas me preocupa muito isso. Quem leva Guarulhos teria que levar pelo menos mais dez aeroportos deficitários, no mínimo. Nós precisamos conhecer esses dados. A iniciativa privada vai resolver o problema dessa construção e das reformas imediatas?

Eu estava lendo uma matéria dando conta do que aconteceu em Hong Kong, do que aconteceu na China, quatro anos na China para a construção do aeroporto, três anos em Hong Kong, em Dubai, iniciativa privada, três anos, aeroportos semelhantes ao de Guarulhos... Vai resolver falta de recurso? Não sei. Não sei.

Então, eu levanto essas preocupações.

Portos, a mesma coisa.

A gente tem a maior biodiversidade do Planeta. É nossa. É patrimônio do povo brasileiro. Serve à humanidade, mas é um patrimônio nosso, que poderia receber turistas e não recebe. O número de turistas que vão à Amazônia é irrisório, porque nós não temos infraestrutura.

O *hub*, o transporte eu acho que é um problema que tem que ser prioridade dentro do Ministério do Turismo. Qual o *hub* que nós temos? Brasília está crescendo, cresceu muito nos últimos tempos.É São Paulo, é São Paulo e é São Paulo.

Manaus... Eu dizia isso, dissemos isso aos Ministros do Turismo anteriores, à Infraero: Manaus tem uma grande capacidade, mas o *hub* para quem viaja para a América do Norte passa a ser a cidade do Panamá.

Então, eu só queria sugerir que haja, Ministro – eu sei, eu imagino que os senhores devem estar fazendo isso –, uma ação mais conjunta. Vamos ter um novo Ministro da Secretaria da Aviação Civil, nós vamos ter um novo Presidente, já temos um novo Presidente da Infraero, e no Ministério do Turismo.

Não vamos ter turismo se não tivermos aeroportos e se não tivermos portos. Ou o turista vem e não volta. É isto que está acontecendo. Vem e não volta. Que houvesse essa conjugação ou mesmo um grupo de trabalho para estudar e trabalhar com força essas questões, não visando à Copa, mais visando ao desenvolvimento. Os índices mostram o quanto vem crescendo... O senhor mesmo colocou o quanto vêm crescendo as atividades aeroportuárias e de portos também no Brasil.

É muito grande o crescimento. Nós precisamos preparar o nosso País para isso. Então, não podemos errar o caminho. O caminho tem de ser acertado. Não dá para errar nesse caminho.

São essas as sugestões que faço a V. Exª.

Repito, nós temos uma grande reivindicação: para ir para a América do Norte, para ir para a Europa não necessariamente tem de ir a São Paulo. Por que alguém que mora em Natal tem de viajar para São Paulo para ir para a Europa? Nós, que vivemos na Amazônia, temos de ir para São Paulo para depois passar por cima dos nossos Estados e chegar aos Estados Unidos, chegar ao Canadá. É inimaginável. Acho que mudar isso não é uma coisa impossível porque depende não só da vontade do Poder público, mas também da vontade das empresas aéreas também, mas elas precisam ter aportes, precisam ter suportes para que promovam os investimentos necessários a isso. Nós estamos perdendo muito espaço. Se a gente não trabalhar – essa é minha opinião – desde já, não vamos conseguir.

Peço desculpa. Eu deveria estar falando mais sobre a Embratur do que sobre a Infraero, mas o que nos angustia muito é um problema da Infraero.

Li agora que a Infraero assinou um contrato com uma empresa de mais de R$5 milhões para estudar a mobilidade urbana no entorno do aeroporto. Por que não o Ministério do Turismo fazer isso? Acho que a Infraero deve cuidar de dentro do aeroporto. Nem disso está conseguindo cuidar, mas está aqui: contratou e vai estudar a mobilidade urbana. O Ministério do Turismo poderia fazer isto: cuidar da mobilidade urbana e não a Infraero.

Desculpem-me, mas são muitas as questões que estão me angustiando nesses últimos dias.

No mais, quero agradecer. Estive no Ministério recentemente acompanhando a nossa Secretária de Turismo do Estado do Amazonas. Fomos extremamente bem recebidas.

Tenho certeza de que com a equipe que nós temos hoje no Ministério nós vamos avançar e avançar muito, aliás, Ministro Pedro, precisamos avançar e avançar muito nessa área.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO NOVAIS – Senadora Vanessa Grazziotin, muito obrigado pelas gentilezas e pelas palavras estimulantes.

Sr. Presidente, quero pedir permissão, inicialmente, antes de responder à Senadora, para agradecer

alguns membros do Conselho Nacional de Turismo que estão presentes, honrando-nos nesta audiência pública, como Eraldo Cruz, da CNC; Nelson Abreu, da CNTur; João Quirino, da Abav, e o Sr. Flávio Peruzzi, da Abremar.

Como eu disse, o turismo se apoia nos membros do Conselho, que são eficientes empresários do setor.

Senadora Vanessa, eu me congratulo com V. Exª pelas preocupações, que também são minhas. Subscrevo-as todas. Acho que a Amazônia precisa se inserir mais no assunto turismo brasileiro. O Maranhão também faz parte da Amazônia, e temos muitos problemas nessa área. É impossível que a Amazônia, especialmente o Estado do Amazonas e grande parte do Estado do Pará continuem a ser apenas uma lenda, ou uma *legenda,* para o estrangeiro, que o estrangeiro não possa conhecer e desfrutar daquelas riquezas que temos para mostrar naquele Estado. Infelizmente não só da Amazônia mas também de todo o Brasil é muito deficiente. Esse déficit que V. Exª mencionou não seria tão grande se a nossa infraestrutura turística fosse melhor. Nós temos deficiência de hotéis, de aeroportos. Foi isso que V. Exª mencionou. Nós temos problema de mobilidade urbana. Eu tenho conhecimento das dificuldades da mobilidade urbana do Amazonas e de Manaus.

Infelizmente a gente reconhece, mas os recursos são escassos.

Eu gostaria de pedir a V. Exª e ao Presidente Benedito de Lira, ao Senador Eduardo Amorim e a todos os membros desta Casa o apoio para que nós fizéssemos ouvir a nossa voz junto aos outros membros do Governo no sentido de que nós estamos preparados para prestar maiores serviços ao turismo, principalmente neste momento de preparação para a Copa. Nós poderemos não nos restringirmos apenas ao setor de capacitação.

Eu quero mencionar, Senadora, outra providência que nós adotamos, *motu próprio,* no Ministério do Turismo: serviços turísticos bons devem ser completados com uma regulamentação boa. Não se compreende que os hotéis do Brasil ainda não tenham uma classificação dentro dos padrões internacionais de classificação de hotéis. Não sei se V. Exª sabe que muitos hotéis usam uma, duas, três, quatro, cinco estrelas aleatoriamente, sem nenhuma regulamentação. Nós vamos lançar no próximo mês uma portaria de classificação dos meios de hospedagem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCDOB – AM) – Por que acabou?

O SR. PEDRO NOVAIS – Ela foi implantada de modo informal, sem nenhuma estruturação jurídica. Nós agora estamos fazendo essa regulamentação jurídica, de tal modo que os empresários não se sintam obrigados a fazer aquilo que não querem, mas se sintam satisfeitos ao fazerem aquilo que deve ser feito dentro dos padrões internacionais de classificação. O nosso ato, que será publicado no mês de maio, vai contemplar isso. Já fizemos todos os estudos necessários. Estamos apenas dependendo de algumas providências complementares e de marcar o dia para, solenemente, fazermos essa classificação.

Vamos fazer a mesma coisa com o cadastro dos prestadores de serviços turísticos. Existe um cadastro em funcionamento, mas ele não está regulamentado regulamente. Não existe uma legislação que regulamente isso e torne isso um ato jurídico perfeito. Estamos fazendo isso e também vamos implementar esse cadastro até o mês de junho.

Também regulamentaremos atividades outras relacionadas com o turismo como a das agências de viagens, a dos transportadores turísticos, do turismo náutico, do turismo de aventura e muitas outras que estão sendo preparadas. Todos nós reconhecemos que o Ministério do Turismo tem apenas oito anos de existência. Essas atividades todas vêm sendo desenvolvidas, como eu disse, aleatoriamente, mas nós estamos empenhados para que antes da Copa de 2014 todas elas estejam regulamentadas e regularmente inseridas no contesto internacional. O hotel três estrelas no Amazonas será semelhante ao hotel três estrelas de Nova York, da Bélgica e da China.

É esse o nosso trabalho.

Com relação aos aeroportos, Senadora, esse assunto das concessões ,que V. Exª mencionou, também nos preocupa, mas tenho certeza de que nós, do Ministério do Turismo embora não tenhamos a responsabilidade de responder por esse assunto estamos conscientes deles e estamos permanentemente em contato com os setores da Copa, a que esse assunto pertence, para dar nossa opinião, nosso incentivo e nosso apoio. Agora mesmo nós tivemos contato com o recentemente criado Ministério da Aviação Civil, para resolver problema do aeroporto de São Luís. Como nossa prioridade é a Copa, nós estamos em condição de oferecer algum trabalho para que a mobilidade até os aeroportos seja melhor. Nós temos condições operacionais, só não temos recursos, mas tenho certeza – é por isso que eu faço esse apelo – de que de mãos dadas conseguiremos mais recursos para realizar esses empreendimentos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCDOB – AM) – Se V. Exª me permite, com a vênia do nosso Presidente? Muito rapidamente...

O SR. PEDRO NOVAIS – Com certeza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCDOB – AM) –... só para ligar a importância da intervenção do Ministério do Turismo nessa questão de aeroportos, eu vou dar um exemplo: no final do mês de junho – não tenho certeza, mas acho que nos dias 24, 25 e 26, não tenho muita certeza, do mês de junho deste ano, a festa dos Bois-bumbás de Parintins. A Festa do Caprichoso está garantida porque é uma festa nacional hoje; o aeroporto de Parintins está fechado para pousos e decolagens, só funciona à noite. Para uma festa que recebe mais de 100 mil pessoas, está fechado o aeroporto.

O SR. PEDRO NOVAIS – Muito obrigado, Senadora, pela informação. Infelizmente, esses gargalos existem ainda no Brasil inteiro. Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria que o senhor nos permitisse que nosso companheiro Mario Moisés complementasse minhas informações sobre o turismo, o trabalho que a Embratur desenvolve no turismo internacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra, Dr. Mario Moisés.

O SR. MARIO MOYSÉS – Uma informação breve, porque o tempo é restrito.

Temos grande desafio para aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Com a relação cambial que temos hoje, de fato, há uma barreira de entrada: o Brasil se tornou um destino caro comparativamente a muitos países; caro inclusive para turistas europeus e norte-americanos. Isso não quer dizer que nós não tenhamos possibilidade de atraí-los, mas para atraí-los e termos uma presença maior nos volumes que queremos – temos um projeto de chegar a 2020 com o dobro de turistas estrangeiros visitando o Brasil, chegar a cerca de 10 milhões de visitantes gastando o triplo do que gastam hoje no País – é necessário muito investimento em infraestrutura, não apenas infraestrutura pública, mas também privada, porque boa parte do atendimento imediato ao turista é feita na infraestrutura privada, em estabelecimentos de hotelaria, bares, restaurantes e outros que envolvem o turismo. Há um plano de obras, e eu acredito firmemente que, com a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos em 2016, o padrão de nossa infraestrutura vai melhorar bastante; agora, há muitos detalhes também para ajudar o País a ser mais amigável com o turista estrangeiro: qualidade de informação, sinalização turística, serviços turísticos que sejam mais capazes de falar a língua estrangeira, em inglês ou espanhol. A gente tem a crença de que se pode falar em português com quem fala espanhol, mas não é tão simples assim. A gente entende mais quem fala o espanhol com a gente do que quem fala espanhol entende a gente falando português. São detalhes e investimentos com que o ministério está preocupado. Há um programa do ministério chamado 'Olá, turista' para qualificação de profissionais de turismo em inglês e espanhol. Então há um desafio de competitividade.

A promoção também está dentro desse desafio de competitividade, ampliar nossa promoção turística no exterior, olhar, que é um trabalho que estamos fazendo, dar mais atenção à América do Sul. De 2009 para 2010, nós crescemos nossa aplicação em promoção da América do Sul de 10 milhões de reais para 17 milhões de reais. Não é muito se compararmos o que se investe, por exemplo, na Europa; no entanto a capacidade, os custos da promoção na América do Sul são bem mais baratos e o efeito é muito mais rápido. O crescimento do número de visitantes turísticos de 2009 para 2010 da América do Sul foi de 13,7%; crescemos 15% em relação aos visitantes argentinos; 17% mais visitantes chilenos; 20% mais visitantes uruguaios; só não crescemos com visitantes proveniente do Equador, que não tem fronteira direta com o Brasil e não tem ligações aéreas diretas com o Brasil e não crescemos com relação ao número de visitantes venezuelanos.

Além desta prioridade América do Sul, que produz resultado bastante rápido, há toda uma estratégia da Embratur de atuar em segmentos que possam trazer mais receita para o País, segmento de turismo de luxo, segmento de turismo de aventura, que pode crescer, ecoturismo, em que a Amazônia desponta e que podem crescer muito no Brasil.

A Amazônia é mítica no mundo, mas muitas vezes permanece mítica porque as pessoas não têm como lá chegar e não têm, como destacou a Senadora, uma infraestrutura ainda pública e privada para captar o volume de turistas que tem esse potencial. A Amazônia é conhecida, está no imaginário de todas as pessoas do mundo, mas precisamos construir os mecanismos para que esse desenvolvimento turístico, em bases sustentável, se dê.

Estamos diante de um momento em que há investimentos grandes sendo realizados. Felizmente, as companhias aéreas estão mais voltadas a investir mais no Brasil, com mais rotas. Eu estava lendo uma notícia agora há pouco que a American Airlines fez o pedido de crescer mais dez voos aqui para o Brasil e, entre esses dez voos, tenham quatro vôos semanais para Manaus, que eles esperam ter aprovado no segundo semestre. Essa é também uma questão chave para aumentar a competitividade turística do Brasil, ter mais acessibilidade por meio aéreo, não só da Europa e dos Estados Unidos mas também da América do Sul. Não há, por exemplo, voos dos países sul-americanos,

comerciais, para o Nordeste Brasileiro. E isso gera um problema, porque se a pessoas quer fazer uma viagem de curta duração, feriado prolongado etc., ela não vem, porque vai demorar, passar por São Paulo, para depois chegar a uma cidade no Nordeste. Gasta um tempo muito grande de viagem.

Então, há desafios de competitividade, há uma mudança em curso no investimento público, no investimento privado, e essa mudança deve amadurecer e permitir, junto com uma promoção turística intensificada da EMBRATUR e profissionalizada, porque esse é o trabalho que procuramos fazer, que a gente atinja um resultado melhor. Esse resultado é essa projeção de que lhes falei, dobrar o número de visitantes estrangeiros até 2020 e triplicar as receitas em divisas internacionais com turismo até 2020. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Como último Senador inscrito, concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Bom-dia, Ministro, bom-dia, Presidente; o senhor está muito bem acompanhado, Ministro, está muito bem ladeado; Rubens Martins acabou de sair, mas o senhor está bem acompanhado de Frederico, de Moisés, de Ana, e a missão de vocês não é pequena, o desafio é muito grande. Já sabiam os nossos colonizadores e acho que eles nunca esperavam que, nesse momento, mais de quinhentos anos depois, a gente ainda estivesse com tantas pendências, porque eles já descreviam as belezas, todos os atrativos que este canto do mundo tem, e a gente ainda peca por não ter uma infraestrutura necessária, por não termos feito o dever de casa a tempo. Angústia com a Copa do Mundo, angústia com as Olimpíadas, mas eu imagino como seria se não tivesse esses eventos. Será que estaríamos tão apressados em fazer todas essas obras? Será que alguns burocratas teriam lembrado que temos que investir mais em aeroportos, que o número de passageiros transportados por via aérea, hoje, é superior – e ainda bem que é – ao por via terrestre? Vivemos em um país continental, onde as distâncias são grandes e para serem vencidas tem que ser por via aérea mesmo! Sem falar na ascensão de boa parte da nossa população nos últimos anos, a recursos, a investimentos, enfim, e até ter o acesso a esses meios de transporte.

Mas ainda pecamos muito, Ministro. Como é possível desconectar um ministério tão importante como é o Ministério do Turismo, de deixar de colocar o Ministério do Turismo como um pilar de sustentação e colocá-lo numa coordenação de grandes eventos como esse! Ao senhor coube apenas capacitar, e apenas capacitar. O turista vem pelos atrativos naturais, pelos atrativos culturais, pela possibilidade de lazer; mas ele também vem se for confortável, se for seguro, e acho que até nisso o Ministério do Turismo tem que estar inserido.

Ninguém vai para um lugar inseguro, ninguém vai para pegar um avião desconfortável, numa poltrona desconfortável, apertada. Isso é muito perverso e é até antifisiológico. Nós, que percorremos diariamente ou semanalmente fazemos isso, fico imaginando o risco que é de alguém ter um tromboembolismo no voo, de ter alguma outra coisa, tamanho o aperto e o incômodo de todos nós.

Então, Ministro, o senhor tem um desafio muito grande. Sua sorte é que o senhor sabe que conta com a confiança desta Casa, com a confiança desta comissão e com a confiança destes colegas aqui, porque, sem dúvida nenhuma, o Governo investiu nos últimos anos, e ainda bem que investiu, que deu importância ao Ministério, mas precisa dar muito mais importância ao Ministério. Mas esta Casa – e digo tanto a Câmara quanto o Senado – foi que deu credibilidade enorme ao Ministério, tanto é que saltaram os investimentos, os recursos lá colocados, não só para fazer eventos, muitas vezes até criticados, mas sobretudo para infraestrutura, porque acreditamos no Ministério, acreditamos em muitas pessoas que lá estão.

Sei que o desafio não é pequeno, mas confiamos no senhor e na sua equipe. Digo, Ministro, só para citar como exemplo: o maior bolsão de pobreza do meu Estado de Sergipe está, contrastantemente, na região talvez mais bela do meu Estado, que é a foz do rio São Francisco. Ladeado ali com Benedito de Lira, ele sabe que, do outro lado, Piaçabuçu, o bolsão de pobreza que é. Um lugar abençoado por Deus, um lugar colocado por Deus – digo isso porque acredito nele – mas que nós esquecemos não só para nós mesmos ou para divulgar para o mundo, mas nós esquecemos até os que lá estão, que não têm oportunidade.

E oportunidade, Ministro, para essas comunidades, para esses locais, a esperança é o Ministério de V. Exª. É no Ministério de V. Exª. Que lembre desses lugares, porque são naturalmente muito ricos e muito bonitos, mas contrastantemente e perversamente também muito pobres.

Digo ao senhor: oxalá o senhor consiga vencer a burocracia que emperra muitas ações do Ministério. Tomara que o senhor consiga fazer um plano não para os próximos três ou quatro anos, não só para a Copa do Mundo, como o senhor bem disse aí, coisa que a gente pensava que estava normatizado, e que, com surpresa, a gente tem que não está normatizado. Que o senhor consiga fazer um plano para no mínimo 20, 30 anos. Que a gente consiga dobrar o mais rapidamente possível o número de turistas. E não é

inventar nada. A crise que o mundo passou recentemente, de que o nosso Governo conseguiu sair com certa velocidade, foi investindo em nós mesmos, descobrindo o mercado interno. Então, se gastamos tanto lá fora – não é, Frederico? – por que não gastar aqui, por que não compensar isso aqui? Então, tomara que vocês, do Ministério, deem as diretrizes necessárias. O senhor sabe que pode contar com esta Comissão, o senhor sabe que pode contar com esta Casa, afinal de contas, o senhor também é um de nós e o senhor, como brasileiro, sabe de todas as necessidades e angústias de todos nós.

Mas eu fico preocupado: se não houvesse a Copa do Mundo, se não houvesse as Olimpíadas, talvez não tivéssemos tanta celeridade. Tomara que não e tomara que a gente consiga preparar o País não só para os estrangeiros, mas, antes de tudo, para nós mesmos, os brasileiros, fortalecendo o turismo interno, porque este País é muito bonito. Quem vai ao interior da Bahia, quem vai ao Recôncavo baiano, vê tantos atrativos naturais, que é impressionante como ainda há muito o que descobrir, não só a Amazônia, mas também o nosso interior e o nosso litoral.

E agora, recentemente, aquela novela das seis da Globo está mostrando toda a vocação daquele pedaço do rio São Francisco, uma vocação enorme. Mas meu Estado ainda clama, meu Estado ainda é um Estado pendente, o aeroporto ainda precisa de mais investimentos, aeroportos regionais do interior também, que facilitem essa mobilidade toda, esse deslocamento. Então, não preciso dizer mais nada, porque o senhor sabe que tanto o senhor como sua equipe contam realmente com esta Casa e com esta comissão, porque confiamos e acreditamos e temos uma esperança enorme, não só nós, mas também todo brasileiro.

E vamos atrás, vamos desburocratizar aquilo que burocratizaram. Vamos até nos intrometer porque tem que ter conforto sim, tem que ter atrativo sim, tem que se investir mais em transporte aéreo. Não podemos estar com oligopólio, com monopólio, temos que investir muito mais em tudo isso.

Então, Ministro, conte conosco para os desafios, que não são pequenos, são enormes, que são urgentes e emergentes, muitos deles.

Não vou fazer nenhuma pergunta com relação a essa questão da Caixa, de os convênios serem quase que exclusivamente pela Caixa Econômica. Tenho uma preocupação com isso porque a gente sabe que não é suficiente. Existem outros bancos oficiais, como o próprio Banco do Nordeste, como o próprio Banco do Brasil, como os bancos estaduais, os ainda remanescentes, que poderiam fazer esse papel e talvez dar muito mais agilidade a todo esse processo.

Mas teve uma coisa que o senhor falou: das emendas, aquelas que estão em continuidade. E as de 2009, qual notícia que o senhor nos dá? Aquelas que ainda não começaram? Não começaram, diga-se, muitas vezes por entraves puramente burocráticos.

O SR. PEDRO NOVAIS – Senador Eduardo Amorim, muito obrigado pelas suas observações. Realmente, a responsabilidade nossa é imensa, mas, com o apoio do Governo e dos membros do Congresso, esperamos fazer um bom trabalho no Ministério do Turismo.

O gargalo todo do Brasil em matéria de turismo é a infraestrutura. V. Exª tem razão: existem centenas, milhares de locais que poderiam receber mais turistas e não recebem por falta de infraestrutura. Esse programa de infraestrutura turística continua no Ministério com Copa ou sem Copa. Nós faremos tudo o que for possível dentro dos nossos recursos. É por isso que mencionei esse rol de obras que estão sendo feitas nas cidades da Copa e em outras fora da Copa.

Lá, no Estado de V. Exª, por exemplo, há aquela ponte que o Governo está construindo e que será um orgulho nacional. Na hora em que nós tivermos aquele corredor no Nordeste inteiro completo, com essa ponte, tenho certeza de que nosso turismo terá um incremento fabuloso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Ainda fica faltando uma, Presidente, que é a conexão do rio São Francisco, de Alagoas com Sergipe, pelo litoral. Estamos ligando o sul do Estado com Sergipe e com a Bahia, mas com certeza ainda há outro desafio para nós...

O SR. PEDRO NOVAIS – Lá na frente. Com certeza.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Lá na frente, que é onde está esse bolsão de pobreza, na minha opinião, um dos maiores do meu Estado, se não for o maior. E eu acho que investimento no setor de turismo, com Penedo, Neópolis, que são cidades históricas importantes e esquecidas, com todo respeito, talvez pelos governos anteriores... Tomara que, terminada aquela ponte, a gente consiga, com sua parceria, com sua ajuda, lembrar do outro lado, que virou o maior bolsão de pobreza, que precisa realmente daquela compensação.

O SR. PEDRO NOVAIS – Com certeza. Foi isso que quis dizer. Vamos colocar o Prodetur nessa outra obra e complementar esse corredor inteiro até Natal.

Sei de todas as dificuldades que temos e estou aí para enfrentá-las. Comigo não tem nenhum receio. Advogo mais o seguinte, falando especificamente para V. Exª e para o Líder. O Nordeste tem esta oportunidade: o turismo. O Nordeste já experimentou a agricul-

tura, e não funcionou. Já experimentou industrialização e não saiu dos primeiros passos. O nosso futuro está no turismo. Temos que desenvolver o turismo e aí complementar com outras atividades. Essa a minha convicção, esse o meu empenho para que todos os Estados no Nordeste sejam beneficiados com obras em nossa administração.

Também a Amazônia, que está na mesma situação. A Amazônia não pode ser ente desconhecido para o mundo, visto apenas como uma miragem. Temos de ter turismo, pontos de turismo permanentes, que recebam tanto turistas nacionais quanto estrangeiros, com uma rede de recepção turística exemplar. O Brasil vai vencer, no turismo, nessas regiões do Norte e do Nordeste, nesses pontos turísticos naturais que temos, pela forma de receber, pela habilidade de receber. Eu digo até o seguinte: o Brasil pode até perder o último jogo da Copa, como perdeu para o Uruguai em 1950, mas, se soubermos bem receber os turistas, a Copa de 2014 ficará na memória do Brasil e do mundo como um dos grandes triunfos da Presidenta Dilma.

O SR. O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Ministro...

O SR. PEDRO NOVAIS – Ouço V. Exª.

O SR. O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Desculpe a curiosidade. Não sei se o Ministério tem autonomia para isso, os convênios, por exemplo, firmados que se fazem através da Caixa, com toda burocracia – a Caixa cuida do País inteiro –, por que não fazer via Banco do Nordeste ou outro banco regional? Porque não sei se o Ministério tem essa autonomia, Fred. É isso que questiono. Por que não fazer? Por que concentrar? Porque, às vezes, a demanda é tão grande, sem falar em outros questionamentos. A Caixa... Não estou criticando, estou apenas questionando, porque muito se perde por conta disso, pelos entraves, por não dar conta, por não oferecer aquilo que realmente se pode oferecer a tempo, e, com certeza, muitas dessas emendas serão canceladas por entraves realmente de ordem burocrática. Outros, não. Concordo. Acho que foi incapacidade mesmo, mas, em alguns casos, se deve a entraves burocráticos. Mas por que não, por exemplo, temos um banco regional, temos o Banco do Brasil?

O SR. PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, peço a V. Exª que permita ao companheiro Fred Costa responder.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Fred.

O SR. FREDERICO COSTA – O Ministério, no passado, já procurou o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, para prestarem os mesmos serviços que a Caixa Econômica Federal. Não manifestaram muito interesse em fazerem esse acompanhamento em gestão de obras para o Ministério, mas, certamente, devido a essas colocações, podemos buscar conversar de novo para ver se eles não têm interesse...

O SR. O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Então, o Ministério tem essa autonomia de conversar e de escolher.

O SR. FREDERICO COSTA – Sim, com bancos públicos federais, nós podemos escolher, mas depende também da vontade do banco.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrada a inscrição de Senadores, resta-nos, em primeiro lugar, agradecer ao Ministro Pedro Novais e a sua equipe, Dr. Frederico, Secretário-Executivo; Dr. Colbert Martins, Secretário de Programas de Desenvolvimento do Turismo; Ana Isabel Mesquita, também Secretária Nacional de Políticas de Turismo; e Dr. Mário Moysés, Presidente da Embratur.

Sr. Ministro, esta Comissão, desde o primeiro momento de sua instalação, tem tido uma meta, e essa meta nós vamos fazer um esforço muito grande para cumprir. Por quê? Porque há em cada um dos membros que compõem esta comissão esse desejo. Ouvi aqui um comentário do Presidente da Embratur que, na verdade, já discutimos, se não com profundidade, mas parcialmente.

O turismo brasileiro, e eu disse isso no primeiro momento em que se instalou esta comissão, Ministro, que é inacreditável, por exemplo, que recebamos apenas uma média de cinco a cinco e pouco milhões de turistas internacionais, estrangeiros. E nós exportamos para lá recursos da ordem de mais de R$16 bilhões, e recebemos apenas cinco. Mas tem uma coisa que acho que a gente tem de levar muito sério, e esta comissão especialmente. Reporto-me, agora, e me permitam recordar a década de 90, quando o Presidente da República, naquele momento, numa espécie de desabafo, classificou os veículos produzidos no Brasil de carroças. Abriu a fronteira e a indústria automobilística nacional começou a ter cuidado e se prepararam melhor e cuidaram melhor dos veículos. Por quê? Nós vivemos num mundo globalizado. Hoje, o mundo é globalizado. Essas fronteiras têm de ser abertas. Países que têm, talvez, um terço ou um Estado do nosso, recebem mais turistas do que nós. Por quê? Porque os meios de transporte são muito mais efetivos do que os nossos. O Brasil dispõe apenas de duas empresas médias, numa espécie de monopólio. Precisamos quebrar isso. Quebrar, como se quebrou na indústria automobilística, também no transporte aéreo, que o transporte aéreo seja feito pelas empresas brasileiras para o exterior e do exterior para o Brasil. Ora, temos, talvez, três ou quatro voos, ou cinco ou

sete voos por semana, para o exterior. Poderíamos ter trinta, quarenta, cinquenta voos para o exterior. É aí que vem o turista para cá.

Se não quebrarmos esse tabu, consequentemente, vamos continuar só reclamando e as coisas não vão acontecer. Nós vamos trabalhar nisso, Vanessa, Eduardo. Vamos trabalhar nisso, Ministro, para pressionar o Governo a adotar uma providência, a adotar uma meta, fazer com que as coisas possam acontecer. Senão, vamos continuar somente reclamando e não teremos as soluções.

Então, queria dizer a V. Exª que vamos convidar e, aproveitando aqui a presença de membros do Conselho Nacional do Turismo, através dos representantes das empresas de turismo do Brasil, aqueles que fazem acontecer o turismo, para, numa reunião, não com o Conselho, mas com alguns membros, a quem vamos fazer o convite, para começarmos a fazer reunião de trabalho da ação do poder público, através desta comissão, com a iniciativa privada, que deve ser o parceiro da melhor qualidade para o desenvolvimento do turismo nacional.

Quero dizer, Ministro, a V. Exª que conte conosco. Ter um nordestino no comando do Ministério do Turismo, ter outros nordestinos no comando da Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional, V. Exª tem uma boa equipe, que já provou, ao longo dos anos e do tempo, que tem capacidade de trabalho e de investir e de fazer as coisas acontecerem. É preciso apenas que o Governo coloque em sua agenda como prioridade o turismo nacional, que é aquilo que, na verdade, a melhor indústria. Você, para produzir 40, 50, 100, 200 empregos, numa indústria, gasta alguns milhões de reais, mas, para fazer com que aconteça 200, 300, 400, 500 mil, dois mil empregos, gasta, talvez, um pouco....

O Governo faz investimentos de alguns milhões ou bilhões para gerar um pouco mais de mil empregos e, com valores bem pequenos, gera uma quantidade considerável de empregos, transforma a vida das pessoas nas comunidades mais carentes deste País.

Então, quero dizer da minha alegria, Ministro, em receber V. Exª e sua equipe nesta manhã de hoje, para que pudéssemos ouvir o próprio Ministério do Turismo.

Como se pode dar seguimento, expansão ao turismo se o Governo, sejam quais forem as suas razões – não estamos discutindo esse mérito -, contingencia 85% dos recursos alocados no Ministério do Turismo, que é a Pasta que gera emprego, gera qualidade, gera felicidade para as pessoas e tem a oportunidade de fazer as coisas acontecerem - e felizmente?

Espero que a Presidenta Dilma, através da sua área econômica, possa rever e diminuir esse contingenciamento, em especial no que diz respeito à geração de emprego e renda para este País através do Ministério do Turismo.

Ministro, faça desta Comissão a continuidade de seu gabinete de trabalho. Digo isso porque conheço V. Exª, sei da sua capacidade, de sua intenção e sei da equipe de que dispõe no Ministério para servir a este País, particularmente ao Nordeste brasileiro, que é uma região extraordinária, onde se faz turismo nos 365 dias do ano. Não tem época para fazer turismo no Nordeste, só é preciso jogar lá os investimentos.

Agora, gostaria de dizer à iniciativa privada que o investimento não deve ser apenas do Poder Público. Vamos fazer parcerias do Poder Público com a iniciativa privada, daqueles que realmente ganham com o turismo. Se o turismo aumenta, consequentemente, quem ganha hoje dez poderá ganhar 20.

É preciso ter essa consciência. Se não cuidarmos desse patamar, vai passar muito tempo até que algo comece a acontecer como desejamos.

A todos que aqui vieram prestigiar a presença do Ministro nesta audiência pública, nossos agradecimentos. Tenho certeza de que, juntos, vamos construir o País que todos nós desejamos.

Muito obrigado.

Ao encerrar, convido os Srs Senadores e as Srªs Senadoras, convite este extensivo a V. Exª e sua equipe, a hoje, às 18 horas e 30 minutos, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, para a apresentação dos *Anais* do XII Congresso Brasileiro de Atividade Turística.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às ...horas e... minutos)

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATRO DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia quatro de maio do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual da Senadora Ana Amélia, e, em seguida, do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Lídice da Mata,

Ana Amélia, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Aécio Neves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 06/2011-CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, aprovado em 16/03/11, que propõe a "realização de um ciclo de debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil", sendo que a presente reunião será destinada ao Primeiro Painel, que tem como tema: "A Importância da Logística para o Desenvolvimento Regional". A Audiência é realizada com a presença dos Senhores: Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, Coordenador-Geral de Planejamento da Secretaria de Política Nacional de Transporte, que veio representando o Exmo. Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes; José Ramos Torres de Melo Filho, Vice-Presidente Diretor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA-Ceará); Rodrigo Otaviano Vilaça, Presidente da Associação Brasileira de Logística (ASLOG); Ricardo Portella Nunes, Coordenador do Conselho de Infraestrutura, que veio representando o Sr. Paulo Fernandes Tigre, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS); e Wagner Ferreira Cardoso, Gerente de Infraestrutura, que veio representando o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Após a exposição dos convidados, usam da palavra as Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Bom dia,

Srªs Senadoras, bom dia convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião extraordinária da Comissão de Regional e Turismo e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Estou fazendo isto em nome do Presidente Benedito de Lira, que deve estar chegando em instantes. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata, da 8ª reunião da Comissão.

As Srªs e o Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Para os fóruns legislativos nas cidades-sedes da Copa, temos a seguinte posição, acertada já por esta Comissão:

A primeira visita foi realizada no dia 18 de abril, em Fortaleza.

A segunda visita prevista para o dia 9 de maio, em Recife.

A terceira visita prevista para o dia 16 de maio, em Curitiba; e

A quarta visita no dia 30 de maio em Belo Horizonte.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC – , na figura de seu Presidente, Antonio Oliveira Santos, convida a todos os membros para participar da visita técnica a instância ecológica, SESC/Pantanal, localizada no Estado do Mato Grosso.

A visita está programada para acontecer entre os dia 11 a 14, de agosto, próximo, ocasião em que serão debatido os temas como sustentabilidade na Copa de 2014.

Os Senadores que desejarem participar podem entrar em contato com a secretaria da Comissão para maiores informações.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-e à realização de uma audiência pública, em atendimento ao requerimento nº 6, de 2011, desta Comissão, de autoria das Senadoras Ana Amelia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, que propõe a realização de um ciclo de debate destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional em nosso País.

Na presente audiência, realizaremos o primeiro painel do ciclo de debates que tem como o tema: "A importância da logística para o desenvolvimento regional."

Encontram-se presentes os Srs. Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, Coordenador-Geral de Planejamento da Secretaria de Política Nacional de Transporte que vem representando o Sr. Ministro dos Transporte, Alfredo Nascimento; José Ramos Torres de Mello Filho, Vice-Presidente, da Confederação Nacional da Agricultura

(CNA) do Ceará; Rodrigo Otaviano Vilaça, Presidente da Associação Brasileira de Logística.

Gostaria que os citados venham à Mesa e tomem os seus lugares.

Ricardo Portella Nunes, Coordenador do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, que vem representando o Sr. Paulo Fernandes Tigre, Presidente da Fiergs. E Wagner Ferreira Cardoso, gerente de infraestrutura, da Confederação Nacional da Indústria, que vem representando o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação da Indústria.

Em conformidade com o artigo 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para as respostas do interpelado.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, Coordenador-Geral de Planejamento da Secretaria de Política Nacional de Transporte.

Para termos celeridade no debate, o senhor tem 15 minutos para exposição se for necessário. Se tiver necessidade de um pouco mais, dilatamos o prazo.

Concedo a palavra ao Coordenador.

O SR. LUIZ CARLOS RODRIGUES RIBEIRO – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Eu gostaria de começar aqui saudando a Senadora Ana Amelia que está presidindo esta sessão e, na pessoa dela, saudar os demais senadores que compõem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Também saudar aqui os colegas de Mesa; nós vamos hoje debater e falar sobre esse tema da importância da logística para o desenvolvimento regional e já parabenizando à Comissão pela escolha de um tema que é pertinente para o desenvolvimento do País, como é o caso da logística.

O Secretário Marcelo Perrupato, que deveria comparecer aqui, por motivo de saúde, está fazendo uma cirurgia em São Paulo, não pôde vir e eu, então, venho substitui-lo e representar o Ministro Alfredo.

Se nós formos fazer uma análise dos problemas e das deficiências que afetam a infraestrutura do transporte no Brasil, nós vamos verificar que, na origem desses problemas, está, em primeiro lugar – e isso foi uma analise feita no início dos anos 2000 – no baixo nível do investimentos em infraestrutura.

O Brasil, que na década de 70 já chegou a investir em transportes aproximadamente 1,8% do PIB, chegou em 2002, 2003, com cerca de 0,2%.

Um outro fator também que contribuiu nessas deficiências na infraestrutura foi a falta de planejamento. Lembrando que o Ministério dos Transportes tem uma tradição de planejamento que data a criação do Geipot, mas o Geipot tinha sido extinto nesse período e, então, o Ministério estava sem uma estrutura que permitisse efetuar o seu planejamento.

E o terceiro fator também que contribuiu para essa deficiência da infraestrutura, sem sombra de dúvida, foi o desbalanceamento da nossa matriz de transporte, uma matriz predominantemente baseada no transporte rodoviário.

Para, então, reverter esse quadro desfavorável, o Ministério traçou a seguinte estratégia em que se levam em consideração os seguintes fundamentos lógicos: em primeiro lugar, buscou-se um novo patamar de investimentos públicos em transportes. É que nos registramos com satisfação que o orçamento de Ministério dos Transportes, que em 2003 era em torno de R$4 bilhões, atingiu em 2010, com as emendas parlamentares feitas, cerca de R$20 bilhões. Ou seja, nós tivemos aí um crescimento de cinco vezes no orçamento do Ministério, o que logicamente melhorou as condições de investimento do Ministério para cuidar da infraestrutura.

Complementando também esses investimentos públicos, foram estabelecidas parcerias com a iniciativa privada por meio de concessões. E aí nós tivemos as concessões rodoviárias, as concessões ferroviárias, que trouxeram um aporte de recurso do setor privado, sobretudo na operação tanto das rodovias como das ferrovias.

Sobre isso acredito que o representante, Dr. Rodrigo Vilaça, falará e, então, nós vamos deixar. E também contamos com financiamentos internos, como é o caso do BNDES e também do Banco Mundial e do BID.

Um outro fator também para a reversão desse quadro desfavorável na infraestrutura do Brasil foi o resgate do processo de planejamento. O Ministério, então, criou uma Secretaria de Política Nacional de Transporte para formular a política e para fazer o planejamento do transporte. E como consequência da criação dessa Secretaria, foi possível elaborar um plano, que é Plano Nacional de Logística e Transportes, que cuidou exatamente de indicar as diretrizes e os investimentos necessários para corrigir as deficiências na logística do País, como o próprio nome diz: Plano Nacional de Logística e Transportes.

E outro fundamento lógico que adotou foi o reequilíbrio da matriz de transporte já tendo como objetivo do Plano Nacional de Logística e Transportes.

Então, esse Plano Nacional de Logística e Transportes visou, em primeiro lugar, superar os limites estruturais da infraestrutura de transportes do País. Atender à demanda do crescimento interno e do comercio exterior – lembrando que o País tem crescido muito a sua demanda do comércio exterior –; estruturar os corredores para o escoamento da produção, criando novas alternativas de escoamento dessa produção; apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo, que é inclusive uma das funções desta Comissão e, para isso, nós acompanhamos e participamos das câmaras temáticas do ministério e do turismo; e reduzir as desigualdades regionais. Lembrando que o Brasil é um País de dimensões continentais e que o desenvolvimento se processa de maneira diferente; então, nós tínhamos que usar também esse processo de planejamento que é uma função do Estado para apoiar a redução das desigualdades regionais.

E, finalmente, consolidar a ligação do Brasil como os países limítrofes, fortalecendo a integração com a América do Sul. Nós temos hoje vários convênios, vários acordos do Governo brasileiros com os outros nossos vizinho da América do Sul e buscamos atuar sobretudo vinculados à iniciativa, como é o caso da IIRSA, que é a iniciativa de integração da estrutura regional sul-americana, entendendo a importância que isso tem para o País.

Esse Plano Nacional de Logística e Transportes é um plano de governo, por quê? Porque é um plano com uma visão que vai de prospectiva de curto e médio e longo prazo. Nós, inicialmente, começamos visando o horizonte 2025 e, posteriormente esse horizonte, após a crise 2008, nós revimos esse horizonte em função das determinações macroeconômicas – e eu vou falar mais sobre isso – para o ano de 2031.

Esse é um plano federativo, por quê? Porque foi discutido amplamente com as 27 Unidades da federação. Nós visitamos as 27 e aí tivemos – quero ressaltar aqui – o apoio sobretudo de setores como a Confederação Nacional da Indústria. Grande parte dessas reuniões foi feita nas federações das indústrias, com o apoio da Federação das Indústrias. Tivemos também o apoio significativo do Conselho de Secretários Estaduais de Transportes e de vários setores da iniciativa, tanto do setor público, como do setor privado. Então, ele reflete exatamente isso.

É um plano orientado para multimodalidade, que é a visão moderna e não podia ser diferente. Quer dizer, contempla todos as modalidades dos transportes. E ele considera, como é uma coisa nova, os fatores logísticos e também a variável territorial, entendendo que o transporte tem um impacto muito grande sobre a ocupação do território. Então, nós nos baseamos em alguns estudos sobre gestão territorial que vinham sendo feitas pelo Ministério do Planejamento e avançamos nesse sentido.

Ele tem um forte compromisso com o meio ambiente e não podia deixar de ser diferente. Um plano de infraestrutura que queria ser bem sucedido, que queira obter recursos de instituições multilaterais, enfim, esse plano tem que ter um cuidado com a área de meio ambiente. Nós firmamos esse compromisso desde o início, sobretudo introduzindo o zoneamento ecológico e econômico e estamos, agora, utilizando um instrumento chamado avaliação integral estratégica que visa exatamente apoiar o processo decisório.

Vamos colocar a infraestrutura que vai impactar menos o meio ambiente.

Na elaboração desse plano, nós partimos de um estudo de macroeconomia que foi elaborado pela FIPE, da Universidade de São Paulo, que definiu as grandes diretrizes para o desenvolvimento regional brasileiro, ou seja, o desenvolvimento das várias regiões, que é outro tema também da Comissão, do desenvolvimento nacional e também da inserção do Brasil na economia mundial. Como é que nós nos situamos dentro da economia mundial? E, a partir desse estudo macroeconômico, nós podemos ampliar esse prazo. Inicialmente nós tínhamos diretrizes nesse estudo feito em 2006, 2007 e nós tínhamos um horizonte até 2025 e, após a crise 2008, essas diretrizes macroeconômica foram revistas e nós ampliamos esse horizonte para 2031.

Trabalhou-se com cerca de 80 produtos, que representam 42 setores da economia brasileira e, posteriormente, foi ampliado para 110 produtos que respondem por 90% do PIB nacional. Por que isso? Porque era preciso conhecer a estrutura e a diversidade da economia brasileira para que nós pudéssemos propor intervenções capazes de corrigir as desigualdades que existem dentro do País.

Esse processo resultou em uma nova divisão espacial a que convencionamos chamar de vetores logísticos, que é uma agregação de microrregiões homogêneas do IBGE e que se agregam às regiões em função de determinadas características econômicas.

Então, o Brasil foi dividido em sete vetores logísticos: o vetor amazônico, o centro-norte, o nordeste setentrional, o nordeste meridional, leste, o centro-sudeste e o sul. Para dar suporte a esse padrão de desenvolvimento é que nos propusemos uma infraestrutura de transporte multimodal. E nessa proposta de infraestrutura, nós temos aí um portifólio, que repre-

senta R$428 bilhões serem investidos no período de 2008 a 2025 nas várias modalidades.

Uma das metas desse plano é recuperar os níveis de investimentos em infraestrutura, destinando pelo menos 1% do PIB a transportes até 2025, além do ano de 2025, porque a gente entende as dificuldades da economia e as restrições que existem em termos de investimento, juntando tanto o investimento de setor público quanto do setor privado.

Uma outra meta importante do plano, como eu disse e foi mencionado, que era uma deficiência que nós tínhamos na infraestrutura, era o desequilíbrio da matriz de transporte. Então, o plano buscou priorizar o transporte ferroviário e o transporte aquaviário no sentido de que nós tivéssemos um reequilíbrio da matriz de transporte.

Então, em 2005, a nossa base é 2005, 58% do transporte de carga neste País era feito por rodovia, 25% por ferrovia, 13% por transporte aquaviário, 3,6% por dutoviário, e 0,4 por aéreo.

Qual é a meta do Plano Nacional? É em 2025 atingirmos uma matriz com 30% do transporte rodoviário, 35% para o transporte ferroviário, 29% do transporte aquaviário – e quando me refiro ao transporte aquaviário, estou falando da cabotagem que tem crescido significativamente no País e também da navegação interior, uma maior utilização das hidrovias. E nesse sentido, como decorrência do plano, nós estamos fazendo um plano hidroviário estratégico que abrande as principais bacias hidrográficas do País, exatamente para aumentar a participação do transporte hidroviário. E para que essa meta no transporte ferroviário seja atingida, o Governo lançou, em 2008, um amplo programa de construção de ferrovias, para construção de cerca de 12 mil quilômetros de novas ferrovias, que eu acredito talvez o Dr. Rodrigo Vilaça vá falar mais sobre isso.

Então, os benefícios resultantes dessa mudança da matriz se refletem da seguinte maneira: nós vamos ter um aumento de 38% da eficiência energética, porque nós estamos priorizando modos de transporte que são mais eficientes do ponto de vista operacional e energético; nós vamos ter uma redução do consumo de combustível de 42%; 32% da redução da emissão de gás carbônico, e aí a nossa contribuição para questões das mudanças climáticas, uma demanda que nos tem sido feita pelo Ministério do Meio Ambiente; e 39% de redução da emissão de gases por dióxido de nitrogênio.

Agora provavelmente os senhores vão perguntar: Qual é a conseqüência prática desse Plano Nacional de Logística? O que ele resultou? Primeiramente o Plano serviu de fonte para elaboração da parte de transporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ou seja, significa que é um plano que já está sendo posto em prática, que já está sendo executado. E aí nós incorporamos propostas que vem desde o Brasil em Ação, Avança Brasil, projetos dos governos passados e que foram considerados projetos que todos concordam que tinham que ser implementados e incorporando também os novos projetos.

Ele também serviu de base e serve de base para a elaboração do Plano Plurianual, que é o grande planejamento governamental como agora que está sendo feito, nós estamos discutindo o no PPA 2012/ 2015. Então, a fonte de elaboração do atual PPA e do futuro PPA e dos outros é o Plano Nacional de Logística e Transportes.

Essas metas do plano foram enquadradas nos seguintes objetivos: primeiro lugar, o aumento da eficiência produtiva em áreas consolidadas. O que eu quero dizer com isso? Nós estamos aqui falando basicamente da infraestrutura da região Sul e Sudeste, que é uma infraestrutura já consolidada e onde há uma grande concentração e os problemas se refletem sobretudo na eliminação dos gargalos e na ampliação de capacidades. Ai nós temos o caso da rodovia, duplicação da Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, a Raposo Tavares, enfim, ampliação da capacidade das ferrovias.

Outro objetivo é a indução do desenvolvimento de expansão das áreas agrícolas e todas essas metas estão ligadas à parte de desenvolvimento regional, ao desenvolvimento da área de expansão da fronteira agrícola e mineral. Quando nós falamos aqui na fronteira agrícola, nós estamos nos referindo a basicamente a região Centro-Oeste, que é hoje onde se processa o crescimento da agricultura do País, cuja grande demanda, percebida em audiências que tivemos oportunidade de fazer em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e em Tocantins, é a ampliação de infraestrutura. E apresentam, por exemplo, como grandes solicitações a pavimentação da BR-163, a ampliação da Ferronorte, indo até, num primeiro momento, a Rondonópolis e Cuiabá, e prossegue.

Outra é a redução das desigualdades regionais. Aqui, nós nos referimos basicamente à situação típica da região Nordeste. Os levantamentos macroeconômicos que foram feitos mostraram que a região Nordeste tem 30% do PIB nacional. Então, esse plano também teve que dirigir e direcionar investimentos para corrigir essa situação. Então, é o caso dos grandes investimentos, como a Transnordestina, a duplicação da BR-101, a ferrovia Leste-Oeste na Bahia e por aí vai.

A integração regional sul-americana, que, como eu já disse, é um compromisso do Governo brasilei-

ro, implica construção de pontes, por exemplo no Rio Grande do Sul. Tivemos oportunidade de discutir, no ano passado, na Argentina, dentro de uma reunião do Mercosul, os projetos bilaterais com a Argentina e com o Uruguai e uma parte deles é construção de pontes, rodovias, ferrovias, interligações.

Logística e desenvolvimento regional: é muito interessante. Aí, vê-se exatamente a influência da logística no desenvolvimento regional. Tivemos oportunidade de consultar um estudo recentíssimo que foi elaborado pela Universidade de Brasília, publicado agora, em abril de 2011. O que diz esse estudo da Universidade de Brasília, um estudo do Departamento de Economia, que estuda exatamente a influência do investimento em transporte no desenvolvimento regional? É significativo o que eles dizem. Ele mostra que o investimento público no setor de transporte provoca um efeito positivo sobre o desempenho dos Estados brasileiros – eles analisaram os investimentos em transporte no período de 1986 até 2007 – e contribui potencialmente para a redução da desigualdade de renda entre os Estados. Os gastos públicos em transporte são mais produtivos nas regiões menos desenvolvidas do País. Outra conclusão importante desse estudo é que o gasto em transporte é de fundamental importância para a promoção do crescimento econômico e para o desenvolvimento regional brasileiro. Então, fica caracterizada aí a importância da logística no desenvolvimento regional do País e, de uma maneira geral, no desenvolvimento nacional, como um todo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Agradeço imensamente a sua gentileza de ter ocupado praticamente o tempo regulamentar, Dr. Luiz Carlos, e pela visão geral que deu de um setor fundamental que é a logística na área dos transportes, especialmente dentro dessa visão de modernidade da chamada multimodalidade dos transportes. Eu estou sonhando que aconteça, um dia, esse equilíbrio que o senhor está fazendo, mas vamos ter um tempo para chegar até lá e implementar totalmente.

Eu convido agora o Dr. Wagner Ferreira para fazer a sua exposição.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Bom dia.

Eu queria agradecer o convite que a Senadora Ana Amelia fez à CNI para a CNI dar o depoimento dela...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Eu queria acrescentar que a Senadora Lídice da Mata, que é da Bahia, e a Senadora Vanessa Grazziotin, do Amazonas, são também, como eu, requerentes desta audiência pública. Então, a ela, a Senadora Maria do Carmo também, presente hoje...

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Agradeço às Senadoras também pela honra de eu estar aqui representando a CNI.

A qualidade da infraestrutura e o desenvolvimento regional estão intimamente ligados. A disponibilidade do serviço de infraestrutura impacta diretamente na atração de investimentos. As áreas menos favorecidas de desenvolvimento têm pouca infraestrutura e isso piora a situação, porque as empresas não se colocam lá, justamente porque há pouca infraestrutura. O crescimento da indústria não depende apenas da iniciativa e do esforço das suas próprias empresas, mas da eficiência global do país ou da região.

O Brasil investe pouco em infraestrutura, como disse o meu companheiro Luiz Carlos. O volume investido hoje é de cerca de 2% do PIB. Isso é um terço do despendido na China e no Chile e metade do que é investido na Índia. Somente para reverter o déficit de infraestrutura hoje existente nos setores de transporte, energia e saneamento básico, deveriam ser investidos cerca de 5% do PIB, isto é, R$183 bilhões por ano. Estamos muito longe disso.

No momento, o Brasil se encontra numa chance sem precedentes para aprofundar os avanços – e houve avanços – na infraestrutura. No decorrer da apresentação, vou dizer que houve avanços, sem dúvida nenhuma, mas esses avanços são insuficientes para as necessidades do País, porque a demanda por infraestrutura não para de crescer. Os avanços têm sido menores do que as exigências do setor produtivo nacional.

Em resumo, as nossas grandes chances, no momento, são a recuperação da economia brasileira após a crise, a descoberta de petróleo na camada do pré-sal, os eventos esportivos e a crescente demanda mundial por matérias-primas minerais e agrícolas. Então, apesar dos avanços com o PAC, persiste o elevado déficit no setor de infraestrutura, especialmente no setor de transporte e saneamento.

A indústria, nesse novo ciclo de crescimento, sem dúvida, vai enfrentar fortes restrições físicas e logísticas ao seu crescimento. Além disso, a infraestrutura de transporte vem sendo agravada pelo contínuo aumento da demanda. O crescimento da economia está aumentando a pressão sobre o sistema logístico. Essa é a fila de caminhões nas épocas das safras, que, por exemplo, chega a 100 km para se chegar ao porto de Paranaguá.

Esse aumento da demanda por transportes pode ser constatado pelo aumento na movimentação dos portos, tanto nos portos públicos como nos portos de

uso privativo. No ano passado, movimentamos 834 milhões de toneladas. Isso não é pouca coisa, é coisa de âmbito mundial, devido principalmente ao minério de ferro.

No setor de contêineres, também estamos crescendo muito. A partir de 2005, a movimentação de contêineres nos portos brasileiros deu um pulo retumbante, ou seja, de cinco em cinco anos, está dobrando a movimentação de contêineres. Esse é um dos grandes gargalos brasileiros. As áreas para movimentação de contêineres estão sendo muito menores que a oferta que o Governo tem apresentado. E temos uma tendência de fazer portos públicos em vez de terminais de uso privativo, que a Lei nº 8.630 deu chance de desenvolvermos. Mas o Brasil hoje está com a mentalidade de fazer portos públicos somente. Agora, se o poder público não consegue desenvolver isso, por que não deixa o setor privado desenvolver?

Então, dada essa situação, os custos de transporte no Brasil são bastante superiores a média praticada no mercado mundial. Essa situação compromete o esforço de adequação do setor produtivo aos padrões internacionais. Permanecem sérios problemas na oferta dos serviços de cabotagem, hidrovias, ferrovias, rodovias e principalmente portos.

A CNI fez um estudo em 2008 e acreditamos que não mudou muito. Embora haja a taxa de câmbio, que é o grande obstáculo para as exportações brasileiras, mas, depois da taxa de câmbio, temos custos portuários, custos aeroportuários, custo do frete internacional, custo do transporte interno, que é caríssimo no Brasil e o custo de manuseio e embalagem de carga.

Os problemas do setor de transporte são antigos e conhecidos. Temos um ambiente institucional confuso. Com o perdão do meu amigo, temos três Ministérios atuando no setor de transporte: a SEP, Ministério dos Transportes e Ministério da Defesa, no transporte aéreo. Temos três agências reguladoras. Temos diversos órgãos intervenientes no setor, com muito pouca integração e com superposição de função. Quem deveria fazer isso, com a lei de 2001, era o Conit. O Conit foi criado em 2001 e só fez a sua primeira reunião em 2009. Ele levou oito anos para fazer uma reunião. É ele que devia agregar tudo. Na época da lei das agências reguladoras, ia ser criada uma agência reguladora só, mas se resolveu criar três, quando o relator nos convenceu falando: "Não, mas nós vamos criar o Conit e ele vai fazer a integração". E o Conit não funcionou. O Conit, em onze anos, fez duas reuniões e não decidiu nada até agora.

Acreditamos que o setor de transporte deve ser olhado pelo corredor de transporte. Os investimentos devem ser feitos conforme os corredores – ali, é Tapajós-Teles Pires, não adianta nada ter uma rodovia muito boa, mas o porto não funciona, ou, então, tem um porto bom sem acesso. Então, temos de olhar pelos corredores logísticos. Para mim, esse é o único modo de olhar as coisas. Por exemplo, é ver a rodovia que vai ligar à hidrovia que vai ligar ao porto, até o transporte internacional.

Temos problemas no planejamento, apesar dos esforços do PNLT, e nas políticas de integração. Temos marcos regulatórios inadequados à evolução recente do transporte mundial. Temos dificuldades de acesso aos portos e excesso de burocracia no processo de outorga de portos. O acesso terrestre aos portos foi uma coisa que andou muito pouco. Teve esforços do setor ferroviário, mas temos grandes problemas. Para a carga chegar a um porto brasileiro, demora muito, é muito lento e é caro. Temos, como nosso amigo Luiz Carlos já falou aqui, modais aquaviário e ferroviário subutilizados.

A nosso ver – vai sair agora um plano nacional de logística portuária -, plano de transporte tem de ter prioridades, benefícios e datas. Se eu tenho 300 prioridades, eu não tenho nenhuma. O PNLT foi um avanço, sem dúvida nenhuma, mas ele precisa de datas e prioridades. No Chile, existe uma instituição que faz prioridades aos projetos de infraestrutura com o mesmo custo/benefício. Qual é o melhor projeto para o país? Qual o segundo melhor? Qual o terceiro melhor? Se juntarmos tudo num pacote só com 300 áreas, acaba faltando equipe, acaba faltando gente e caem as prioridades. Eu acho que qualquer plano tem de ter prioridades, tem de se elencar qual o melhor projeto, qual o segundo melhor, qual o terceiro melhor para o País.

Qual a solução? Também não adianta só criticar, temos de apontar solução também. A solução passa, primeiramente, por elevação de recursos públicos; aumento da eficiência do setor federal de transporte. Por exemplo, faltam equipes técnicas no DNIT – isso é conhecido, é dito pelo próprio diretor-geral – para elaborar estudos e projetos com velocidade e para resolver problemas. A solução passa principalmente pelo aumento da participação do setor privado no investimento e na gestão dos transportes. Se o Governo não está conseguindo fazer, ele deve delegar isso para o setor privado. O setor privado tem mostrado competência para fazer isso, se os marcos regulatórios e institucionais forem bem feitos.

Outra questão é o aumento da competição na prestação do serviço de transporte, em que temos uma experiência sensacional na década de 90. A Portaria nº 7, de 1991, da Sunamam, abriu as conferências de fretes aos *outsiders*. Aí, criaram os navios que foram pioneiros, porque foram os primeiros navios fora da

conferência. A redução de frete foi de 40%, em dólar, nos tráfegos Brasil/Europa e Brasil/Estados Unidos. A competição funciona no setor de transporte. Hoje, existe uma postura das agências reguladoras contra a competição no setor portuário.

Quais são as prioridades, a nosso ver? Nós achamos que as Cia Docas devem ser concedidas à iniciativa privada, para profissionalizar a gestão dos portos públicos. Precisamos capacitar o setor público para realizar o planejamento de longo prazo, agilizar as licitações e os programas de obras, utilizar o mecanismo das PPPs – até hoje, não obtivemos sucesso no mecanismo de PPP por falta de capacitação do setor público para modelar os contratos – e agilizar os trabalhos do Conselho Nacional de Integração, que nunca funcionou, pois fazer duas reuniões em onze anos é não funcionar.

Gestão portuária: a administração portuária se encontra incapacitada para realizar as transformações fundamentais para garantir a necessidade do setor. Então, a transferência dessas administrações para a iniciativa privada é a parte da Lei dos Portos que ainda não foi executada.

A outra questão importante são os portos secos. Hoje, para se ter uma outorga de porto seco, precisa-se fazer uma concessão. A concessão exige licitação. A Receita Federal tem pouca gente para modelar concessão. Então, saiu uma medida provisória para que o regime fosse de autorização, para liberar esse setor de porto seco. Porto marítimo não é para armazenar carga. É a mesma coisa que fazer um armazém na Vieira Souto. Porto marítimo é para passar carga, é para fazer tombar o caminhão, fazer a estiva e botar no navio. Esse projeto ainda não avançou.

Outra distorção importante é o Decreto nº 6.620, que reduziu muito a atração de investimentos de uso privativo misto, principalmente na movimentação de contêineres.

É uma pergunta que eu deixo aqui: por que o terminal de uso privativo de uma indústria, mesmo parado, não pode movimentar carga de terceiros? Mesmo ele sem fazer nada?! É uma subutilização. Temos um problema de utilização na infraestrutura e ela está sendo subutilizada.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Só mais dois minutos.

Nós colocamos mais algumas prioridades. Reestruturar as administrações hidroviárias. Esse é um problema que ninguém entende. Todas as administrações hidroviárias federais estão vinculadas à Codomar, que é a Empresa Docas do Estado do Maranhão. Então, o orçamento da hidrovia do Tocantins-Araguaia, que começa em Goiás, passa primeiro pela Docas do Maranhão e depois passa para o interior de Goiás.

Reduzir os gargalos que impedem o aumento da velocidade média no transporte rodoviário. Meu amigo Rodrigo tem muito mais capacidade do que eu para falar nisso. A última contagem que a própria Associação dele tinha 103 pontos críticos que precisam ser resolvidos.

Conceder à iniciativa privada a exploração dos aeroportos selecionados. Isso parece que está andando.

Por fim: eliminar a reserva de mercado. Existe uma reserva na navegação brasileira que proíbe que navios de outros países entrem e façam o tráfego Brasil/Argentina, Brasil/Uruguai e Brasil/Chile. Todos nós sabemos que, quando há reserva de mercado, o frete sobe e fica acima do que seria estabelecido num ambiente competitivo.

Essas são as minhas observações.

Muito obrigado por ter convidado a CNI.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Wagner Ferreira Cardoso. Na verdade, a situação é muito pior do que imaginamos, com esse relato que o senhor acaba de fazer.

O Dr. Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, que é o Coordenador-Geral de Planejamento da Secretaria de Política Nacional de Transportes, tem algumas observações a fazer, complementares ao que foi exposto e está sendo exposto. E claro, a partir do final das exposições, o coordenador falará, porque é o responsável pelas políticas de Governo.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Associação Brasileira de Logística, Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça, convido o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, para que assuma o seu lugar, e eu vou ficar em seu lugar no plenário para acompanhar esta audiência pública.

Foi um prazer...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – A Comissão nunca esteve tão bem dirigida quanto com V. Exª ocupando esse lugar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Está bom. Mas, olha, eu posso gostar daqui, Presidente. Eu posso gostar daqui.

Então, convido, para usar da palavra por quinze minutos, o Dr. Ricardo Portella, anunciando a presença do Rodrigo. Dr. Rodrigo Portella representa aqui a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul.

O SR. RICARDO PORTELLA – Eu pediria a apresentação, por favor.

Cumprimento o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão; a Senadora Ana Amelia Lemos, que muito honra o Senado e o nosso Estado do Rio Grande do Sul; a Senadora Vanessa Grazziotin; e a Senadora Lídice da Mata.

Eu venho aqui em nome da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul para falar da importância da logística para o desenvolvimento regional, focado muito mais no aspecto regional e local do nosso Estado do Rio Grande do Sul, e nas dificuldades que nós temos.

Sempre temos que levar em conta que, a partir do início dos anos 90, final dos anos 80, a economia brasileira abriu-se ao exterior, baixou barreiras alfandegárias tarifárias e não tarifárias e submeteu os produtores brasileiros a uma enorme competição em nível internacional – enorme e sadia competição.

As empresas foram obrigadas a modernizar-se, a atualizar-se, a rever os seus mecanismos de gestão e de trabalho e na parte técnica também e houve uma enorme modernização das indústrias, dos muros para dentro das indústrias. Aquelas que não o fizeram ou não tiveram condições de fazê-lo, devido ao ambiente que se criou, sucumbiram ou tiveram que se adaptar.

O que aconteceu? As empresas do Brasil conseguiram fazer isso – e o nosso poder industrial está aí –, mas, dos muros para fora, muitos problemas ainda persistem e, inclusive, agravaram-se.

Foi falado aqui pelo Dr. Wagner da deficiência e a falta de investimento em infraestrutura no Brasil. Nós estamos investindo, hoje, na faixa de 2% do PIB – é um valor muito baixo para os níveis de País que nós queremos ser, lembrando que somos um dos membros do Brics e somos um País de dimensão enorme. Os países que diretamente competem com o Brasil estão investimento duas, três vezes mais do que o Brasil e, graças a isso, estão conseguindo os seus custos logísticos, seus custos de operação e estão conseguindo avançar muito mais fortemente que nós.

Nós temos uma dificuldade grande nessa área e, se não fizermos investimentos maciços na área de infraestrutura e logística, faremos mais um voo de galinha em relação ao crescimento, parando logo ali na frente, porque são a logística e a infraestrutura que dão a possibilidade de voos mais longos de crescimento. Nós já experimentamos isso nos anos 60 e 70, quando o Brasil investiu fortemente na parte de infraestrutura e colheu frutos desse crescimento.

Cita-se muito, sempre, que o Brasil é um País de tendência rodoviária. Eu gosto de dizer que o Brasil não tem tendência nenhuma, porque o Brasil não tem nenhuma... Se compararmos os nossos meios logísticos com os dos outros países que diretamente competem conosco ou que têm dimensões parecidas com as do Brasil, verificaremos que temos deficiência em todas as áreas de logística.

Na área rodoviária, nós temos 212 mil quilômetros de rodovias pavimentadas. O Canadá tem 516 mil quilômetros; a Rússia, 655 mil quilômetros; a Índia, 1,5 milhão de quilômetros; a China, 1,5 milhão de quilômetros, e os Estados Unidos, 4,2 milhões de quilômetros. Vejam a enorme diferença que temos em relação aos países de dimensões semelhantes às do Brasil.

No aspecto ainda de ferrovias, que é um modal que está começando a evoluir no Brasil, nós temos 29 mil quilômetros; o Canadá tem 47 mil; a Índia tem 63 mil; a China, 77 mil; a Rússia, 87 mil; e os Estados Unidos, 227 mil. Notem que a nossa diferença nas ferrovias é tão grande quanto ou até um pouco menor do que nas rodovias. Nós temos uma deficiência tão grande em rodovias como em ferrovias.

Na parte dutoviária, também temos deficiências grandes. Nós temos 19 mil quilômetros; a Índia tem 23 mil; a China, 58 mil; o Canadá, 99 mil; a Rússia, 247 mil; e os Estados Unidos, 793 mil quilômetros.

Em termos de hidrovias, nós temos 14 mil quilômetros de hidrovias e só ficamos à frente do Canadá, que tem 600 quilômetros por questões obviamente geográficas, mas a China tem 110 mil quilômetros; a Rússia, 102 mil quilômetros; os Estados Unidos, 41 mil quilômetros; e a Índia, 15 mil quilômetros.

O que eu quero dizer com isso? Na realidade, nós temos deficiência em qualquer meio logístico analisado, e os números são enormes em qualquer um, inclusive no rodoviário, para espanto de muitos.

Como já foi dito pelo Dr. Luiz Carlos, a nossa matriz de transporte nacional, hoje, é exatamente esta: 58% no rodoviário, e aí vêm os demais modais todos, como falou o Dr. Luiz Carlos.

No Rio Grande do Sul, o caso agrava-se ainda mais. Nós temos 85% no modal rodoviário; 8,8% no modal ferroviário; 3,6% no modal hidroviário; 2,1% no dutoviário; 0,20% no transporte aeroviário.

Nós estamos com a matriz mais distorcida no Rio Grande do Sul do que no Brasil por aspectos de que vamos falar.

No aspecto regional do Rio Grande do Sul, para aqueles que não conhecem exatamente as dimensões do Rio Grande do Sul, é um Estado que tem uma população semelhante à do Paraná, uma área extremamente semelhante e um PIB extremamente semelhante ao do Paraná. Nós estamos um pouquinho na frente do Paraná em termos de PIB, mas somos muito parecidos com o Paraná em termos de área e de população.

A malha rodoviária pavimentada do Rio Grande do Sul tem 12,3 mil quilômetros, e o Paraná está com

21 mil quilômetros. A malha duplicada, as rodovias duplicadas no Rio Grande do Sul têm 396 quilômetros, e esses 96 quilômetros se devem à duplicação da BR-101, inaugurada no final do Governo Lula, e o Paraná está com 949 quilômetros, quase duas vezes e meia, três vezes a malha que o Rio Grande do Sul tem.

São Paulo, que é um Estado um pouco menor que o Rio Grande do Sul, mas com uma população muito maior, tem 32 mil quilômetros de estradas pavimentadas e 5,7 mil quilômetros de estradas duplicadas.

Minas, que é um Estado bem maior e com uma população maior também, tem 22 mil quilômetros de estradas pavimentadas e 993 quilômetros de estradas duplicadas.

Pasmem, no Rio Grande do Sul, os dois principais polos de produção estão na região metropolitana de Porto Alegre e na região da Grande Caxias/Bento Gonçalves, aquela região ali, mas não estão ligados por estrada duplicada, o que ocasiona grandes custos nossos na área de logística.

Este aí é um quadro do Rio Grande do Sul que mostra a evolução que houve graças ao PAC. O PAC existe, o PAC realiza investimentos importantes na área que ainda são insuficientes, sim, mas, graças a Deus, o PAC está sendo feito, porque muita coisa já foi realizada e muita coisa está sendo feita, mas ainda achamos que é preciso fazer mais.

Nos anos 2002 e 2003, o investimento total do Dnit no Rio Grande do Sul era de R$60 milhões. Esse valor é insuficiente para fazer manutenção básica de tapa-buraco, jogando em cima do caminhão e tapando com a roda do próprio caminhão, as estradas federais pavimentadas do Rio Grande do Sul. Chegamos, no ano passado, a um valor maior do que esse: na verdade, foi de R$1,5 bilhão – o gráfico está um pouquinho desatualizado –; R$ 1,5 bilhão de investimento no ano passado, um crescimento bastante importante que foi feito no Rio Grande do Sul, graças ao Dnit. Nos anos seguintes, a partir de 2004, assim como nos últimos dois anos, houve um crescimento que se tem mantido neste ano também.

Este é o nosso gráfico dos investimentos feitos diretamente pelo Governo do Estado por meio do Daer – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul – nos vários governos: Jair Soares, Pedro Simon, Alceu Collares, Antônio Britto, Olívio Dutra, Rigotto e Yeda.

Notem sempre que há esse pulo. É sempre alguma coisa diferente que acontece no Orçamento do Estado. Aqui foi uma negociação de dívida; no governo Britto, houve a privatização da Companhia de Energia e da Companhia Telefônica do Estado, que propiciou esse investimento; e no governo Yeda, houve a venda de parte das ações preferenciais do Banrisul, quer dizer, um desinvestimento na área de estatal e alocação de recursos para investimentos na área rodoviária.

O investimento do Rio Grande do Sul situa-se na faixa de R$300 milhões/ano. Se fosse bem feito, esse valor seria necessário tão somente para fazer a manutenção correta das rodovias estaduais. Como não é só isso que é feito, nota-se que grande parte da malha rodoviária do Rio Grande do Sul não é bem mantida, porque parte do investimento é destinado a novas rodovias.

Porto de Rio Grande: o porto de Rio Grande é um grande equipamento logístico que o Estado do Rio Grande do Sul tem feito pela natureza e melhorado pela condição do homem, mas não está sendo ainda totalmente aproveitado. Ele é um porto de águas profundas, que foi aprofundado agora para dezoito metros e está indo para vinte metros agora. Além disso, foram ampliados os molhes do porto de Rio Grande pelo Governo Federal. Então, nós vamos ter a capacidade de atender navios *capesize*, navios de duzentas mil toneladas, que propiciarão um custo de frete bastante reduzido. Obviamente, ainda precisamos ter mais investimento. Nós precisamos melhorar e ampliar o cais novo, porto público, com gestão, mas precisamos melhorar a sua parte de infraestrutura, para que ele possa servir de um novo terminal para carga multiuso. Ele é um multiuso. Há um projeto que está na SEP, a pedido do Governo do Estado, para esse investimento, além da ampliação do cais novo para a atracação de navios de maior calado, porque ele está dimensionado só para navio panamax. É preciso melhor a sinalização e a questão da navegação interior. Depois, vamos falar a respeito disso.

Quero dar um exemplo de um indicador que está acontecendo no Rio Grande do Sul em um dos principais problemas logísticos do Estado. Nós temos um acesso norte por uma rodovia federal, que está com 131 mil veículos – na verdade são 140 mil hoje – sendo grande parte de veículos pesados, que está trancando e inibindo a realização de negócios. Os empresários ou qualquer pessoa que se desloca da região metropolitana para Porto Alegre e vice-versa, quando vai entrar nessa rodovia, olha a hora em que está entrando. Dependendo da hora, não entra, não vai mais, porque não vai chegar, e deixa de fazer o negócio, deixa de realizar a sua tarefa, já que está havendo atrasos contínuos e engarrafamentos diários nessa rodovia. É um problema que está sendo atacado pelo Governo Federal por meio da construção da BR-448, o que não é suficiente ainda. Nós temos que melhorar a própria BR-116 com vias que estão sendo projetadas pelo Dnit.

Mas, só para terem uma idéia da dimensão do custo disso, se cada veículo ficar parado uma hora por dia a um custo de R$20,00 por veículo – é um custo muito baixo, porque certamente o custo é muito maior do que isso –, essa situação representará uma perda mensal de R$52 milhões, e, por ano, esse é o investimento da BR-448. Os números são enormes.

A falta de investimento, ao longo de décadas, na BR-116 propicia, hoje, o congestionamento naquela via e justifica o investimento importante que o Governo Federal está fazendo com a construção da BR-448 lá – são quase R$1 bilhão. Espera-se que se acabe, em um ano, o congestionamento naquela rodovia pela importância desses números. Esse investimento poderá ser feito em várias outras rodovias.

Existem alguns gargalos rodoviários importantes lá que o Dnit está tentando solucionar. Nós temos a BR-116 – esse acesso norte de que eu falei –, que não tem uma solução. Nós temos a BR-448, mas ainda temos que resolver o problema da BR-116 e do Estado, por meio da Rodovia 010. São duas marginais à BR-116.

A nova ponte do Guaíba. Toda a ligação do centro e do norte do Estado passa por uma ponte levadiça da década de 50 que, volta e meia, tranca. Ela tem um sistema de estaiamento. São dois sistemas. O primeiro pifou no primeiro dia, na inauguração da ponte, e o segundo, que é o de emergência, está funcionando até hoje. A ponte liga todo o norte do Estado ao sul do Estado. Se ocorrer qualquer trancamento nessa ponte, o Rio Grande do Sul fica sem comunicação com o sul do Estado. Há a necessidade de uma nova ponte, que está em projeto, mas ainda há uma dificuldade para resolver esse assunto, e não temos solução para isso.

BR-116, Porto Alegre/Pelotas, e BR-392, Pelotas/Rio Grande: essa é a ligação da área produtora com o terminal, com acesso para o porto de Rio Grande. Esse é o principal equipamento logístico que nós temos lá, mas não está duplicado. É uma rodovia totalmente congestionada.

BR-386: outra zona produtora de lá; BR-290 também faz ligação com a Argentina. Essas são as estradas que estão no projeto do Dnit para serem duplicadas, mas até agora não o foram.

Há, na área estadual, a RS-018; a RS-240/122, que faz a ligação entre Porto Alegre e Caxias do Sul. Existe, ainda, a travessia urbana de Santa Maria, que também é um problema muito sério, porque há um congestionamento constante naquela zona. Temos a RS-470, mas é preciso definir quem vai acabar essa rodovia: se o Estado ou a União – parece que é a União agora. Essa é uma ação em que a nossa Senadora está trabalhando. E há muitas outras rodovias.

Hidrovias. Nós temos um problema muito sério na navegação hidroviária no Rio Grande do Sul. Nós fizemos, há pouco tempo – se o senhor me permite um pouco mais de tempo –, um estudo junto com os holandeses. A Holanda é uma nação cuja extensão equivale a um quinto do território gaúcho. Eles têm onze mil quilômetros de vias navegáveis dentro do seu território e são especialistas nessa área de navegação no interior. Então, nós trouxemos os holandeses para o Rio Grande do Sul, por meio de uma missão da Federação das Indústrias, para ver como alavancar a questão hidroviária no Sul e disponibilizamos, por meio da Federação das Indústrias, carga contínua, que é uma das dificuldades. Disponibilizamos barco na navegação em progresso e fizemos um trabalho com o porto de Porto Alegre e com o porto de Rio Grande para tentar viabilizar essa navegação. Não conseguimos. O preço não conseguiu competir com o do caminhão, porque o do caminhão foi mais barato.

Onde houve a grande dificuldade? Primeiro, nas taxas portuárias e nas taxas que os navios têm de Anvisa e de outras coisas, taxas essas que o caminhão não tem. E a grande dificuldade é a perna rodoviária que a indústria hoje requer. O que é isso? Nós afastamos, ao longo do tempo, as indústrias da beira dos rios. As nossas indústrias não se localizam mais perto dos rios navegáveis; elas foram afastadas de lá. Então, todo e qualquer transporte por hidrovia tem que ter uma perna rodoviária, e essa perna, esse transporte rodoviário, encarece o frete e inviabiliza-o. Sendo assim, há a necessidade de uma mudança de conceituação para trazer novamente as indústrias para próximo dessas vias navegáveis. O Rio Grande do Sul tem enormes vias navegáveis, tem 770 quilômetros de vias navegáveis já prontas, mas teria que localizar as indústrias próximas aos rios, discutindo com os ambientalistas essa questão. É uma dificuldade que há, mas é importante debater o assunto. Quer dizer, a Europa faz isto com muita competência: traz indústrias para próximo das vias navegáveis, diminuindo os seus custos. Nós temos que fazer isso para tentar incrementar o transporte hidroviário.

Estes são os dados de que dispomos hoje. Há essa enorme via hidroviária no Rio Grande do Sul. Porto Alegre está aqui. Em Caxias, não há rio, mas existe toda uma zona produtora por onde passa um rio, o que facilitaria o transporte por via hidroviária.

O aeroporto Salgado Filho, que é o aeroporto principal do Rio Grande do Sul, tem uma pista curta que serve muito bem a passageiros, mas não consegue fazer transporte de carga. Vejam aqui: por incrível que pareça, o transporte de carga aérea do Rio Grande do Sul está caindo. Isso é incrível, não é? O País está

crescendo, nós exportando e importando mais, mas o transporte de carga está caindo no Rio Grande do Sul. Por quê? Porque a nossa pista, por ser muito curta, não consegue levar aviões de carga para os Estados Unidos e para o centro da Europa.

Há um investimento da Infraero previsto há mais de dez anos, que é a ampliação da pista, mas nós não conseguimos. Por quê? Porque o transporte do frete aeroviário é praticamente o mesmo de Campinas ao Estados Unidos e de Porto Alegre aos Estados Unidos. Então, os aviões não vêm a Porto Alegre porque não conseguem sair lotados daqui e param em Campinas. Os gaúchos têm que fazer uma perna rodoviária até Campinas e de lá embarcar em transporte aéreo para chegar aos Estados Unidos, à Europa. Portanto, há a necessidade desse investimento, que a Infraero está providenciando. É uma parceria entre Infraero, Prefeitura e Estado. Cada um com os seus problemas, e a coisa está-se prolongando há mais de dez anos.

Ferrovia: nós temos uma malha antiga que está sendo operada pela a LL, parte dela abandonada, mas parte em operação, com uma bitola métrica muito antiga e trens de baixa velocidade. Por incrível que pareça também, não há uma ligação direta entre Porto Alegre e Rio Grande. Nós temos que ir a Santa Maria, a São Vicente e descer para Rio Grande.

Nós estamos propugnando que seja construída a Ferrosul, que vem do oeste do Paraná, mas achamos mais adequado que a Valec estenda do centro do País para o Rio Grande do Sul, ou melhor, vá do Rio Grande do Sul para o centro do País. Essa é uma proposição nossa, porque achamos que a Valec deveria descer ou a Ferrosul ser implementada na região, para que tenhamos trens de bitola larga, ligando o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, por meio da Fiol e da Fico, que são as duas ferrovias que a Valec está implementando, e a norte/sul, ligando aqui ao porto de Rio Grande.

As concessões ferroviárias, um outro ponto importante, um investimento forte da rede ferroviária, e a Ferrosul.

É isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Dr. Ricardo pela sua explanação.

Concedo a palavra ao Dr. Rodrigo, que terá o mesmo tempo que os demais tiveram para fazer a sua exposição à Comissão.

O SR. RODRIGO VILAÇA – Talvez até menos, Senador Benedito de Lira. Muito obrigado pela oportunidade de trazer a Aslog, aqui representando também a própria CNT e a ANTF, do setor ferroviário. Minha querida Senadora Ana Amelia Lemos, que me encaminhou a esta Casa, Senadora Lídice, também no sentido de agradecer esta oportunidade.

Eu não trouxe apresentação. Optei por fazer algumas considerações, visto as pessoas que me antecederam e também pelo fato de que eu gostaria de provocar em outro sentido, num sentido mais político, mais amplo do que o que nós profissionais de logística ou envolvidos com o setor de infraestrutura tanto interna quanto externa temos nos preocupado nessas últimas duas décadas.

Gostaria de dizer inicialmente que me considero uma pessoa multimodalista. O Wagner e o Luiz Carlos, que já me conhecem há um certo tempo, entendem que nesses 22 anos que trabalho neste setor venho cultivando e venho me aculturando no sentido de buscar oportunidades não só no âmbito profissional ou pessoal ou privado, mas principalmente em servir ao meu País. Digo isso claramente por origens que me levam a acreditar num país que cresci – aqui em Brasília – ouvindo dizer que seria o país do futuro, e eu não vi este país do futuro. Talvez eu os deixe para os meus dois filhos, que metade são gaúchos e metade pernambucanos. Mas me incomoda muito o que nós vivemos nas últimas duas décadas, principalmente a objetividade que temos que ter. E esta Casa é responsável por isso, não só esta Comissão, mas o Senado Federal, a Câmara, consequentemente o Congresso brasileiro, por fazer modificar essa matriz de transporte que os meus colegas aqui anteriormente já citaram.

Nós, profissionais, já falamos isso há duas décadas. Fora os anos do milagre econômico, nos anos 70, quando tínhamos 14,7% de crescimento do PIB, depois disso nós vivemos uma estagnação completa no País, por questões econômicas, fiscais, políticas, administrativas, de várias naturezas. O País cresceu, se desenvolveu, é um País extremamente democrático, aberto, amigo, positivo, que vai ser sim a quinta, a sexta maior potência do mundo. Por que não? Podemos ser, tenho certeza de que podemos ser. Somos um País feliz por termos uma região amazônica espetacular, ainda bem inexplorada. Por termos até mesmo já encontrado no pré-sal uma fonte de riqueza nova. Temos e somos fonte de alimentação no mundo com comida e somos a base de construção desses novos e emergentes países, com a questão do minério. Por que não aproveitar e por que não fazer o uso mais adequado, melhor, mais eficiente? São várias as correntes, mas somos potencialmente fantásticos. Imensamente passíveis de chegarmos aonde temos que ir.

Porém, se não revertermos essa fraqueza que tivemos nos anos 80 e 90 em todo o nosso complexo logístico, e foi aí que a logística nasceu, foi aí que ela saiu de uma base de contratação de frete para profissio-

nais, diretores e presidentes de empresa, hoje alocando suas novas unidades industriais em pontos que sejam e sirvam para o foco desta Comissão, para criar e gerar novos desenvolvimentos regionais, para dar suporte a uma movimentação interna e externa adequada para se obter um custo logístico mais eficiente daquele que pretendemos ter e atender, ou até mesmo superar as expectativas dos nossos usuários. É dentro dessa linha que estamos procurando agir, todos do setor, todas as entidades, associações, confederações e aí me sinto naturalmente envolvido, Senadora e Senador, com o objetivo e com a ideia fixa de ver o meu País realmente, de 2011 a 2020, e daí em diante, sendo fruto de grande exemplo mundial. E nós podemos. Somos um país continental, somos expressivamente inferiores nos números aqui apresentados pelo Dr. Ricardo em todos os meios de transporte, mas isso não incomoda ainda, porque as características americanas são diferentes, é uma grande potência do mundo. A Rússia e o Canadá têm muito gelo, é diferente. A Índia e a China são políticas diferentes das nossas, o que proporciona, por exemplo, construir um trem de alta velocidade, o maior do mundo, de 1.437km, em Shangai e Pequim, em dois anos e quatro meses. Enquanto nós, se fizermos a nossa, e temos como fazer isso, podemos levar de seis a dez anos. Seis é o mínimo de construção. Fora o que se leva para construir outras obras de grande porte quando existem problemas de outras naturezas que levam a esse patamar de mais de oito anos em média para uma obra.

Qual empresa ou qual indústria vai poder esperar oito anos para ter uma estrutura de expedição? Nenhuma.

Então vamos lá. Considero-me multimodalista. Tenho empresa rodoviária no Mato Grosso e no Estado de São Paulo. Planto soja e algodão. Não quero minhas carretas indo para Paranaguá, não quero indo para Santos, porque acontece aquilo que o Dr. Wagner colocou aqui na foto. As carretas também são utilizadas como capacidade estática de armazenagem porque as nossas indústrias, os nossos produtores de soja, os nossos operadores logísticos não têm uma capacidade plena. Vocês imaginem que o mapa do Ministério da Agricultura está prevendo, nos próximos quinze anos, aumentar em 50% a capacidade estática. Imaginem o arroz no Rio Grande, a soja no Mato Grosso do Sul e os portos já como estão, como o Wagner bem colocou, e aí a culpa é de quem? É do elo mais fraco, é daquele que está sob olhares mais intrínsecos do ponto de vista de observação. Aí a ferrovia – e nem tem ferrovia no Mato Grosso – é responsável pelo escoamento de lá. Porque a estrada não tem problema. O setor trabalha desregulamentado.

Todos os senhores e senhoras aqui desta Casa sabem muito bem o que é feito no sistema rodoviário: sobrepeso, a estrada que é federal ou estadual com pouca fiscalização, e aí se deteriora, se desmancha, ninguém multa; trabalhador com mais de oito horas trabalhando. O maquinista trabalha oito horas, em turno; o caminhoneiro não toma rebite e aí vai. É autônomo. O autônomo não consegue justificar a sua receita porque não tem conta. Aí não consegue renovar a frota que é de 19 anos. A frota ferroviária brasileira, depois da iniciativa privada, tem 20 anos de idade média, 24 anos de idade média. Nós estamos renovando um parque. Agora, é barato? Não. São R$250 mil cada vagão. E um vagão substitui quatro carretas. Um vagão tipo trem, de 80 vagões de soja, tira 360 carretas do sistema de estrada. Um, dois, três maquinistas, dependendo da rota que faz, contra 360 motoristas. Será que é o nosso caminhão? Por isso que o meu caminhão não sai. E é tão engraçado que até eu entrei nessa.

O rodoviário é tão interessante que criaram o bitrem e o treminhão. E nem largam da ferrovia. O treminhão é mais para cana e o bitrem mais para outras *commodities*. E aí, 47, 52 toneladas numa carreta numa estrada? A estrada que não tem pedágio é o governo que vai reparar mesmo! É o governo que repara. A outra está errada em cobrar pedágio? Não. Não acho não. É mais segura. É melhor. É infinitamente melhor. Eu prefiro andar com mais segurança numa estrada, apesar de muita gente abusar de velocidade, mas põe radar, põe fiscalização eficiente, põe sistema de Samu para acidentes. É muito melhor.

Então, já deixei claro, eu ainda trabalho com ferrovia. Peguei essa doença há algum tempo. É uma doença sadia – se é que doença pode ser sadia. Só viajo grandes distâncias de avião, Senador, nós temos que fazer isso. Em poucas distâncias naturalmente uso carro, e cheguei atrasado porque não tinha lugar para o avião parar no aeroporto de Brasília, no aeroporto da capital federal, que tem um barraco para entrarmos no avião ali do lado. O aeroporto da cidade de Orlando é três vezes maior que o da capital federal brasileira. E aí? Autarquias cuidando de recursos. Nós pagamos R$21,00 de embarque e a Infraero não consegue investir R$5,4 bilhões. Aí há processo de Vitória, de Goiânia. Tem o aeroporto Salgado Filho, que tem uma população que mora no final da pista há mais de 20 anos, que eu conheço, que não consegue sair dali. Já estão usando o terminal antigo do Salgado Filho porque não dá mais vazão o principal. Ainda bem que a estrutura ficou lá. É o aeroporto mais moderno que vai ter *tramway* também ligado a trensurb. Vai ser o único do Brasil. O outro de que eu tinha conhecimento era da minha terra, Recife, mas não concretizou o sonho que os gaúchos vão

fazer agora, com trensurb e um *monorail* para atender gratuitamente do aeroporto para lá.

Autoestradas: simplificadas, sim. Há uma dificuldade geográfica interessante. Não existe, como o Dr. Ricardo falou aqui, a ligação de Porto Alegre a Pelotas, porque tem uma área de terra muito molhada, e é difícil de fazer, mas a construção do século passado leva até a ponta, em Cacequi, não sei se é essa a cidade, para depois chegar lá. A operação que, na minha época de petroquímica, levava doze dias, hoje leva 36 horas. Eu levava doze dias para exportar através do porto de Rio Grande, terra que chove muito. E os molhes do porto do Rio Grande do Sul, quanto tempo está aquilo? Agora está efetivamente melhor. E os terminais privados que o Wagner colocou bem que a iniciativa privada pode investir lá. Por que não participar mais? Onde estão as PPPs? Só agora estamos reconhecendo que é o aeroporto, quem sabe isso não migra para os outros modos de transporte também. É necessário, sem dúvida nenhuma.

Eu pago demurge, Wagner, em navio o tempo inteiro. Dr. Luiz Carlos, o senhor sabe quanto os produtores ou os industriais brasileiros levaram ou pagaram de demurge este ano de 2010 nos portos do Brasil: US$747 milhões. Santos, Paranaguá, Rio Grande. Por quê? Porque não têm aquilo que precisamos, uma infraesturutra conectada, integrada, que era um dos pontos. Eu não vou conseguir, pelo tempo, passar o que desejo a vocês, mas o que o Dr. Wagner colocou: onde está o Conit, que se reuniu duas vezes? Por que tantos agentes intercedendo num processo onde a descentralização é evidente que está errada? Que papel estamos produzindo como homens públicos do ponto de vista de um plano de logística adequado, único ou muito bem direcionado para atrair o capital estrangeiro, o capital brasileiro e criar oportunidade de dar consistência nas obras, na continuidade e na não interrupção, na não interferência política do ponto de vista de fazer as coisas acontecerem? É isso que me incomoda. Tenho 46 anos de idade e isso me incomoda muito, não poder ver, com maior clareza, esse tipo de situação.

Eu nem me imagino fazendo dutovia. Deixo para a Petrobras. E a logística não é só transporte, obviamente, mas o maior custo da logística brasileira hoje é o transporte. Mas eu citei armazenagem. Temos que capacitar a nossa mão de obra, a nova geração da mão de obra. Não podemos ficar vivendo de passado, que era muito bom, que era isso, que era aquilo. Tinha muita coisa boa, mas quero olhar para frente. Não me interessa mais o para trás. Já estudei tudo que precisava e sei muito bem o que não se deve fazer.

Embalagem é outra coisa. E aí entra, Senadora Ana Amelia, a questão da logística reversa, que é um fato que precisa ser muito bem pensado daqui para frente.

A logística não é a última fronteira da administração, porque ela se tem derivado em várias outras. Um exemplo simples: a tributária. Hoje nós temos que avaliar tributariamente onde é melhor colocar uma fábrica. Nós, da logística, estamos conseguindo mudar um pouquinho, Wagner. As suas indústrias estão começando a olhar ferrovia, portos novos, rodovias, etc. Ou como a infraestrutura de Camaçari, que é um outro polo, alguns dos que eu queria citar aqui.

Então, em primeiro lugar, bem rapidamente, Senador, obrigado pelo tempo adicional, temos que ter integração entre os modos de transporte. Portanto, nós, esta Casa, temos que cobrar reuniões frequentes, já que temos oito, nove, dez agentes públicos em transporte com o Conit. Afinal de contas, qual é de fato o plano logístico que o Brasil tem ou que ele quer apresentar para que possamos criar esses desenvolvimentos regionais? Daí a política ser unificada com um plano central. Claro que ele deriva para algumas outras pernas, porque é natural ao longo do tempo você ir absorvendo as novas tecnologias, os novos conceitos, as novas gestões, que você consiga pôr em prática dentro de um plano do esqueleto ou da coluna principal.

Dentro disso, temos três situações de ambiente: o jurídico, que é fundamental para qualquer investidor, para que não haja quebra de contrato; o econômico, que é para viabilizar o projeto, e naturalmente o técnico, o operacional, que vai poder proporcionar na intralogística e na logística externa a melhor movimentação de custo logístico, que consequentemente traga um menor preço.

E temos que valorizar as empresas brasileiras e atuar com elas. Tem que haver um diferencial.

Então, é importante a participação pública e privada. Para mim, a pública está centrada no ambiente regulatório, ambiental, patrimonial, que é desapropriação. Vocês não imaginam a guerra para desapropriar áreas no interior do Nordeste para ferrovia. Há uma burocracia, ou a "burrocracia", e aí me lembro do Ministro Hélio Beltrão, que foi o meu primeiro Ministro de Administração no País, da desburocratização. O Brasil está precisando de novo. Está aí uma boa ideia.

Auditorias, é claro, temos que ter. É inevitável que tenhamos que ter a participação privada, para quê? Como foi dito aqui pelo Dr. Renato, a gestão. É lógico que a gestão privada é muito mais eficiente. Tanto é que o modelo público hoje é sobre fator de conclusão, de metas estabelecidas. Isso veio da gestão privada. A

nossa gestão pública é ineficiente. E não é só a nossa não. Em muitos outros países desenvolvidos também, para ela se tornar mais competitiva. E naturalmente a gestão privada tem que garantir o quê? Recursos, dinheiro, para ela se tornar mais competitiva.

Alguns exemplos no País de desenvolvimento a que a Comissão se propõe: Manaus, sistema de água, polo de Manaus. Uberlândia já é um centro avançado de Manaus. Você tem que saber usar a água de forma mais adequada. São José dos Campos, Rio de Janeiro, São Paulo, aquilo já está entupido. Não precisa mais de "desenvolvimento regional". A região da grande Campinas, Viracopos, daqui a pouco nem em Viracopos o seu avião vai parar. Agora veja o exemplo do aeroporto de Cabo Frio, privatizado pelo Estado do Rio de Janeiro, que concedeu balsa, vai levar ao aeroporto do Galeão, tem as duas linhas de trem privatizadas, porque não tem recurso para bancar aquilo. O Rio de Janeiro está errado? Não, está certo. As estradas também são? Também são. O porto também é? É. A ferrovia de carga é? É. Federal? É. Mas tem que fazer, não tem como.

A infraestrutura não é responsabilidade do Estado, na minha opinião, mas ela é a reguladora, ela é a fiscal, ela tem que exigir na forma da lei, nos aspectos regulatórios, aquilo que a empresa de serviço público que vai realizar ou que tem a concessão possa fazer de forma adequada.

Falei aqui de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, a terra que planto, aquela região no Mato Grosso. Uruguaiana, na fronteira brasileira, outro grande polo de desenvolvimento que atende a toda a região do Mercosul e que tem suas dificuldades de movimentação.

A Transnordestina. Em Salgueiro, por exemplo, existem na Transnordestina quatro canteiros de obra. São onze mil trabalhadores para construir dois mil quilômetros numa área. São onze mil. Está errado? Não. Ali a cidade está-se transformando num polo. Ali o desenvolvimento, a logística está trazendo um desenvolvimento, montagem de centros logísticos.

Falei de questão tributária. Sem dúvida nenhuma, é fundamental. Nós temos que corrigir. Os senhores têm uma tarefa de fazer uma nova reforma tributária.

A nova concepção de transporte leva a diferentes ações por região, questão da interiorização. A região Norte, eu citei o pólo de Manaus, o pólo siderúrgico do Pará, o Nordeste com Pecém e Suape e, naturalmente, Itaqui no Maranhão. Ai lembram o Canal da Mancha, que está chegando em 2014. Então os navios pós-Panamax não vão mais precisar parar na costa mexicana ou na costa americana, do Panamá, do Canal do Panamá, não vão mais, vão passar direto, vão para o Golfo do México e vão vir para a região norte da América do Sul. Então. está correta a estrutura que o Governo brasileiro montou de levar para outros portos as mercadorias brasileiras e não concentrar nessa região Sudeste. Que tem de resolver o quê? Os seus gargalos logísticos.

Vou pedir mais um minutinho só, Senador, e acabo.

Resolução de gargalos: o Sudeste está cheio, está entupido, não há mais por onde. Os quatro Estados têm que resolver os seus problemas internos. O Centro-Oeste brasileiro, esse cerrado brasileiro, com toda essa característica, tem que fazer uso da hidrovia, da rodovia e da ferrovia combinados para poder chegar e consolidar e desconsolidar cargas. E o Sul, do meu ponto de vista, tem que complementar e explorar mais eficientemente as oportunidades da região como a hidrovia dos lagos, dos Patos. O próprio porto do Rio Grande, o porto de Porto Alegre, a ferrovia que lá está, o aeroporto que pode ser do pólo sul do Brasil.

Em resumo, nós temos que descentralizar, quer dizer, nós temos uma situação descentralizada. Está funcionando? Do meu ponto de vista logístico, não. São duas décadas de atraso, para trazer a tempo mais presente, com desmandos e sem foco definido.

Nós temos a responsabilidade, como especialistas que somos em logísticas, de avançar, acelerar. Aí estou falando de Avança Brasil, estou falando de PAC. Só que agora nós precisamos apressar com atitudes e auditados, se não essa infraestrutura não vai andar. Aí vai ser outro fracasso, vamos continuar uma outra década de fracasso.

A intralogística está resolvida por parte das indústrias – viu, Wagner? – e também do comércio e também da agricultura. Os nossos fazendeiros sabem trabalhar muito bem para dentro da fazenda, mas para fora não sabem. Por quê? Porque eles reclamam da infraestrutura, que é obrigação, hoje, do Estado. Quando não é do Estado, é da iniciativa privada. Desculpem a expressão: cacete na iniciativa privada! Porque no público ninguém aguenta mais falar. É normal falar. Aí vai para a iniciativa privada, que está fazendo. É suficiente? Não, não é suficiente ainda. Mas e aí? Alguém aqui duvida de que se as ferrovias brasileiras não fossem privatizadas já nem existiram hoje? Alguém duvida? Basta olhar os aeroportos brasileiros, basta olhar as estradas brasileiras. E se dizia que era transporte para poucos, para poucas empresas. Foi muito ou pouco? Não sei. Temos que fazer muito mais. E nós temos condições para isso.

Como eu disse, a logística reversa ainda se coloca com uma nova fronteira. Nós temos que nos preocupar com o meio ambiente, já nos preocupamos. E, literalmente, a infraestrutura, a de fora, está muito mal, não

tem como. E eu disse que a responsabilidade do Congresso é enorme, por alterar essa matriz de transporte, fiz esse comentário no início, no que tange a recursos, ou garantir recursos mínimos, que o Estado também participe. Aí é a chamada PPP mesmo, que o Estado participe. E que, principalmente, junto ao TCU, junto à CGU, junto ao Ibama, à Valec ou a qualquer outra autarquia que faça parte desse processo, consiga reduzir o tempo de obra, exigir os melhores serviços públicos diante de metas preestabelecidas.

Dentro dessa linha, eu não tenho dúvida de que nós vamos avançar significativamente nesse processo. E apenas para não deixar de – já que meu amigo Ricardo cortou meu único *slide* aqui, fiquei feliz de estar na sua apresentação –, o setor ferroviário investiu R$38 bilhões em 15 anos, é mais ou menos ou um pouco mais que um trem de alta velocidade que se pretende construir no País: R$13 bilhões desses recursos foram para pagamento de impostos, Senador Benedito de Lira, e arrendamento da malha, essa malha que tem 29 mil quilômetros, outros dizem que só 11 mil funcionam, o que não é verdade. Existe a malha, ela não é eficiente porque em 1958 eram 39 mil quilômetros, dez sumiram, é uma malha de duas décadas. Descer Morretes naquela ferrovia, são 126 anos de idade, descer a Serra do Mar, descer Santos pela Cremalheira, a mesma coisa, e agora nós vamos subir com um trem de alta velocidade pela Serra do Mar, lá nas Araras. São R$25 bilhões investidos na malha, na malha, material rodante, capacitação profissional, investimento em tecnologia. Repito, é pouco. Para ferrovia, é pouco. O tempo está passando e para nós não é suficiente, temos que ir mais, temos que avançar mais.

Está na hora, sim, de uma reforma, de alterações no modelo, estamos trabalhando isso junto ao Ministério dos Transportes e Agência reguladora e vamos, sim, chegar a um denominador comum em benefício do sistema, usuário, investidor e a União, que é a dona do patrimônio. Não se esqueçam de que é uma concessão, é alugada, a malha não pertence à iniciativa privada.

Precisamos de um horizonte maior, 30, 40 anos, isso pouco importa, se o trem de alta velocidade vai ter 40, se a nova concessão de aeroporto vai ter 20 anos, com possibilidade de aumentar para mais 20, por que não fazer? Basta ter meta, estabelecida, de produção, e exigir investimentos. E, ai, Senadora, nós temos condição de sair dos 18% que tínhamos na matriz de transporte em 1997, de 25% que temos hoje, como foi colocado aqui na apresentação, podemos ir, em 2015, a 28%, podemos ir a 32%. Hoje são 500 milhões de toneladas transportadas por ferrovias, e ainda bem que o minério é e ainda tem gente que reclama. Seria ótimo ver caminhões de minérios passeando pelas estradas brasileiras. Seria fantástico. A gente já reclama das carretas de soja, de milho, de arroz. Nós somos acostumados a reclamar de tudo.

E eu tenho certeza de que nós podemos avançar. E nós elencamos e vamos entregar ao Governo, Senadores e Senadoras, um conjunto de obras de quase R$10,2 bilhões, como possibilidade de extensão do nosso contrato de arrendamento, num prazo de cinco anos, em 728 locais, para nós, iniciativa privada, fazermos dentro da malha existente.

Esse é um dos pontos que queremos e vamos tratar com o Governo entre 2012 e 2016. Nós somos investidores. O sistema logístico, Senador, é investidor. Eu não tenho dúvida de que a intralogística resolvida, nós temos que partir para, definitivamente, avançar, acelerar, apressar mesmo essas obras de infraestrutura o mais urgentemente no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Dr. Rodrigo. Há ainda um outro expositor.

Convido o Dr. José Ramos Torres de Melo Filho, Diretor da Confederação Nacional da Agricultura, a quem concedo a palavra para a sua exposição.

O SR. JOSÉ RAMOS TORRES MELO FILHO – Eu queria inicialmente cumprimentar todos, agradecer à Senadora pelo Rio Grande do Sul, Ana Amelia, pelo convite que foi feito a nossa Confederação e dizer que tentaremos, Senadora, Sr. Presidente, ser um pouco diferentes das habituais apresentações que a CNA vem fazendo, porque dentro do título que nos foi dado achamos que poderíamos buscar uma outra para caracterizar a importância da logística no desenvolvimento nacional e regional, coisa que creio que ficará sobejamente demonstrada com os pequenos exemplos que trouxemos de ma nova realidade que vive a região Norte de Centro-Oeste de nosso País.

Nós, obviamente, para iniciar, e são dados de 2010, para que possamos ao final da apresentação dessa série de informações de natureza econômica sobre o agronegócio manifestar um pouco da nossa decepção com relação à importância que é dada pelo setor governamental, permitam-me ser um pouco ácido nas críticas porquanto o nosso setor ainda não foi compreendida a importância, dado a um preconceito existente eivado de viés ideológicos que não se adaptam mais à realidade mundial.

Nós temos um PIB no País de R$2,075 trilhões. Este é um PIB já bastante alentado para o nosso País, mas que poderia ser muito maior ainda embasado, como embasado hoje está, na realidade da participação do setor da agropecuária e do agronegócio, sobre-

tudo para alcançar esses números maiúsculos que já alcançamos num curto prazo, nunca esquecendo que 40, 50 anos atrás nós éramos importadores de alimentos e hoje somos o 2º maior exportador, e quem sabe que se nos próximos cinco, dez anos passaremos a ser os maiores.

Desses R$2 trilhões, o PIB do agronegócio é de R$440,6 bilhões, sendo R$308 bilhões na agricultura e R$138 bilhões na pecuária. Verifica-se que essa pecuária é cada vez mais crescente, não por ocupação de área, mas em função do aumento de produtividade que tem a cada ano.

As exportações totais, R$201,92 bilhões, 37,9% dos quais são do agronegócio brasileiro e 37% dos empregos também de uma atividade que mostra, pela expressividade dos seus números, a importância que deve merecer. Os demais setores, obviamente, tem a primazia porque reúne a indústria, os serviços, todos eles muito mais de atuação na área urbana.

Para que nós possamos ter uma visão da harmonia do crescimento dos diversos setores que compõem o agronegócio, preparamos este *slide*, em que podemos verificar, na parte inferior, os insumos que tiveram um crescimento nesta década de 45,7%; na segunda, vamos dizer, horizontal, nós temos o setor da agropecuária com incremento de 49,1%, o setor da indústria com 22,6% e o setor de distribuição, em que a logística é o fundamental para que isso ocorra, obviamente com a parte do comércio e todos os serviços envolvidos aí.

Praticamente as curvas são paralelas entre si, mostrando que há uma unidade de crescimento, que é um das características importantes para se chamar a atenção.

Aqui, todos nós estamos acostumados, mas não custa repetir este gráfico, e observar que nesta década, pelo menos para o agronegócio, nós não tivemos década perdida, o que nós tivemos foi uma década em ascensão, todas as barras superiores, o eixos do x correspondem aos números do agronegócio e os demais estão negativamente diminuindo o nosso saldo na balança comercial. Isso é muito importante que verifiquemos, que o agronegócio 2009/2010, mas vamos aqui já aos saldos. Ele tem um saldo líquido permanente e o crescimento seu na importação, ele tem aqui, no ano de 2010, apenas 36,6%, mas a sua participação no total é muito baixa, nós temos, ao final, a participação do agronegócio é, hoje, no saldo da balança comercial brasileira, é de 75% do seu total. Isso porque as importações são menores e temos valores líquidos bem mais significativos do que os outros quando as exportações vêm num crescendo em função principalmente da concorrência com a China que está perturbando as nossas mentes e as mentes de todo o mundo. É ao mesmo tempo uma ameaça e uma solução. É preciso, pois, que ajamos com inteligência, com um planejamento adequado, para que possamos aproveitar as vantagens e superar as ameaças.

Eu agora queria mostrar este gráfico, eu tentei, Srª Senadora, a partir de agora, ser bastante coerente com o tema. Aqui nós estamos mostrando que tivemos uma verdadeira revolução nos últimos 30 anos. Se partirmos da década de 70, Governo Geisel, criação da Embrapa, que foi a grande responsável por essa revolução que *The Economist* chama de "o milagre da agricultura brasileira". Esse milagre não foi divino, esse foi fruto de trabalho, da persistência e da competência dos cientistas da Embrapa e do seu criador e do seu seguidor, Dr. Alysson Paulinelli, souberam ver no Centro-Oeste brasileiro as potencialidades imensas e inexploradas e que precisavam estar a serviço do Brasil e que hoje estão ameaçadas.

E no Congresso aqui ao lado, na Câmara Federal votar-se-á hoje o Código Florestal, assunto da maior importância, não para a agricultura brasileira, mas para o desenvolvimento do País, dada uma visão caolha, dada uma interferência internacional, inclusive colocando em risco a nossa soberania, inclusive com alguns grupos trazendo o governador da Califórnia, à véspera da votação, para um grande encontro. E veio Cameron, todas as vedetes do mundo desenvolvido, temendo a competitividade da agricultura e da pecuária brasileira, reunido com uma indústria também competente que faz esse agronegócio crescer irmanadamente em todo o País.

Mas observem esse paradoxo que nós temos aqui, Senadora. Este quadro é muito importante. Isso aqui são dados de 2010: 108 milhões na produção de grãos do Brasil – este aqui foi de 2009, aliás. A exportação, 43 milhões. Neste quadro, tenho a impressão de que houve uma troca só do número, mas isso aí não tem importância, é bem atualizado, seja um ou outro. Observe que está acima do Paralelo 15, e nós aqui, em função dos problemas ferroviários, principalmente os que vão ocorrer na Bahia, na tentativa de encontrar a Norte/Sul, que já se encontra em Palmas e segue célere na direção de Goiás, nós colocamos a partir da Bahia porque na Bahia, no Piauí, no Maranhão e no Tocantins, em uma região que se chama hoje Mapitoba – Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia –, onde há alguns políticos pensando em criar um novo Estado que seria o éden do agronegócio do Nordeste. E eles trabalham ligeiro porque sabem que isso não seria bom para o nosso Piauí e para o Maranhão de ser sacada a sua área mais produtora e mais eficiente.

Então, com 56 milhões de produção acima dessa linha, maior do que a produção onde nasceu o grande agronegócio brasileiro. No Sul do País, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, para baixo do Paralelo 15 e essa revolução aconteceu mercê de quê? Em primeiro lugar, da pesquisa realizada com extrema competência que tirou a soja do clima temperado e levou para o setentrião, está plantada e exportada de Roraima para a vizinha Venezuela. Isso é trabalho que tem que ser feito não apenas na área de pesquisa, não apenas na área de pesquisa do agronegócio, mas de todas as áreas principalmente na industrialização de ponta que sonharmos que acontecerá nesse País.

Eu, apesar dos meus 80 anos, ainda sonho em ver isso e vai acontecer, sem sombra de dúvida, no que pese e malgrado a ineficiência dos governos e não falo desse. Estou falando de todos os que não conseguiram entender que, quando se abria uma fronteira agrícola nova, teria que acompanhar a infraestrutura capaz de que houvesse o escoamento dessa produção.

E, aí, vem o paradoxo, temos 16% da exportação saindo pelos portos do Norte e 84% percorrendo de 2 a 2200 km para sair por Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul, em uma demonstração de irracionalidade, inadmissível em um país que quer ser grande e será grande, malgrado e a despeito da nossa incompetência.

Nesse "nosso", eu envolvo todos porque a sociedade, em não sabendo fazer oposição, compromete-se também por não exigir aquilo que lhe é de direito. Desculpe-me a forma discursiva, Sr. Presidente, felizmente não perdi ainda a capacidade de me indignar e só posso diminuí-la quando desabafo dizendo aquilo que sinto, que creio é o que os senhores sentem e lamento aqueles que não podem se expressar assim por outras injunções. Tenho muita pena deles.

Por que isso não acompanhou e o que é que nós temos que fazer? Nós vamos tratar isso depois. Daí, temos pelos portos do Norte e do Nordeste porque estamos falando no arco até São Luís e estamos falando apenas em grãos e soja que são exportados, o grão propriamente dito, a matéria-prima bruta porque é esse o mercado daquela região. E, quando resolvemos os problemas dos portos do Norte, estamos prestando o maior serviço aos portos do Sul e Sudeste, porque estamos desafogando para que eles possam se dedicar à exportação de materiais com mais agregação de valor aos seus produtos, porque a tecnologia mais refinada está realmente na nossa região Sul e Sudeste. e temos que reconhecer isso.

Outro fator desse crescimento, antes disse, no Rio Grande do Sul e numa reunião em Esteio, que foi o bandeirantismo dos gaúchos e, hoje, quero mudar e dizer o pioneirismo dos gaúchos porque eles não fizeram como os bandeirantes, não saíram para o Norte para apanhar índios e trazer escravos. Eles foram para o Norte, pressionados pela estrutura fundiária que não lhes permitia mais o exercício da sua profissão, para o Norte do País, para reviver lá parte, participar do desenvolvimento daquela região, mudar a cultura que ainda perdura na minha região que é o Nordeste e que, mercê desse esforço, será mudada dentro em breve.

Depois comentaremos os portos ao final e, daí, vamos tratar das outras dificuldades.

Vejam o que essa irracionalidade a que me referi tem de reflexos em nossa competitividade. Obviamente, aqui estamos tratando de valores médios, porque quem está produzindo soja em Cascavel, que tem uma ferrovia que vai até Paranaguá, esse aí é o preço médio considerando quem sai de Sorriso, Sinop e todo o Centro-Oeste brasileiro para chegar aos portos.

O Brasil tem, numa tonelada de grãos que, em 2009, era R$399,00, R$84,00 consumidos pelo frete e pelas despesas de transporte, portuárias. Enquanto, nos Estados Unidos, 21 e na vizinha Argentina, 23.

Em uma reunião recente, havida na CNA, com um grupo de produtores argentinos, eu perguntei por que não vamos nos juntar? Seria mais inteligente para vocês. Quando superarmos esses R$84,00 e cairmos, chegarmos ao nível de vocês, a competição vai ficar difícil. O bom era que esse Mercosul passasse realmente a existir.

Agora, minha cara Senadora, meu caro Presidente, senhores e senhoras, nós pegamos dois Municípios, um bastante significativo na área Sul que é Cascavel. O próximo *slide*, por gentileza.

Observem, pegamos Rio Verde, em Goiás; Cascavel, no Paraná; Sorriso, no Mato Grosso; São Desidério, na Bahia; Vilhena, em Roraima e em Minas Gerais. Pegamos as regiões brasileiras sendo que uma delas, o Centro-Oeste, está representado pelo Mato Grosso e por Goiás.

Observem o que aconteceu nesses períodos, em 1991, 2000 e 2009. Em Rio Verde, onde assentou-se toda a estrutura de Sadia, Perdigão, no meio dos grãos, houve um crescimento de 67%, a grosso modo, no período 1991/2009.

Em Cascavel, no Paraná, houve praticamente uma estabilização. Houve até uma diminuição do valor. Quero dizer, na produção física. Depois, vamos verificar que em preço, em função do valor das *commodities* hoje atingidas, o que preocupa o mundo inteiro, ele cresce apesar disso.

Agora, Sorriso é um milagre. Observem que o *The Economist* tem razão. São 321,04% de crescimento

nesse período de uma década. Isso é realmente um número impressionante para que se tenha...

É o final, Sr. Presidente? Quantos minutos tenho ainda?

Infelizmente, eu abusei da demagogia e talvez do entusiasmo. Então, queria pedir um pouquinho de paciência. Garanto aos senhores que será interessante chegarmos ao fim, mas eu vou me apressar um pouco.

São Desidério, na Bahia – isso aí tem um reflexo que mostraremos na transparência seguinte.

Aí é a evolução da área plantada, a produção cresceu 647% mercê da tecnologia crescente que está acontecendo em todo esse País. E o valor bruto da produção. Vamos ser mais rápidos um pouco. Por gentileza.

Nós passamos esse crescimento. Esse aqui é um percentual que é realmente incompreensível, porque partimos de uma base muito pequena para um milhão de toneladas produzidas no Município de Sorriso. Isso tudo foi consequência de quê? Do agronegócio e o desenvolvimento aconteceu em que pese a deficiência logística que vamos detalhar depois.

Na produção de soja, no crescimento de Cascavel houve uma diminuição. É preciso que se saiba que, no Paraná, há uma deficiência de soja e houve até quem fizesse a projeção para a ampliação do porto de Paranaguá, do que ia escoar por lá que, na realidade, não é de lá. A soja de lá é toda consumida na transformação do vegetal em carne, de frango, ou de suínos sobretudo. Então, vejam aí o crescimento de um produto apenas em uma década. Pode passar, por gentileza.

A renda dos Municípios. Nós estamos com Cascavel e Sorriso. Aqui, passamos essa produção de 39 milhões de toneladas de Cascavel, ela foi para 114,36% e, aqui, como a base era muito pequena, o crescimento foi 323% e o crescimento da renda do Município é realmente algo inimaginável. Em uma década, 322%. Eu acho até que chinês fica com inveja e apenas o agronegócio foi responsável por isso.

Agora, os indicadores de desigualdade. Observem como o problema do crescimento do IDH. E 0,8 é IDH de área desenvolvida. Temos, tanto em Cascavel, coração da produção agropecuária do Paraná e Sorriso hoje com o IDH superior a 0,8, chegando a 0,824, crescendo mais Sorriso que em outro lugar. O percentual de pobres diminuindo nos dois Municípios com valores que estão mostrados ali e que o tempo não me permite.

Agora, vou tentar fazer o fundamental que é uma apresentação dos problemas. As soluções foram mostradas. Temos que ampliar isso que está aí e, lamentavelmente, o meu amigo Luiz, do Ministério dos Transportes, está olhando para mim com quem diz "devagar". Eu vou tentar sem o menos cáustico possível, Luiz.

Os negócios são como água. Sempre vão mais onde é mais fácil escoar. Em outras palavras, instalam-se onde existam condições mais favoráveis de desenvolvimento e sustentabilidade. Essa frase não é minha. Foi da Internet e até esqueci de pegar o nome do autor, a quem peço respeitosamente desculpas, mas não quis me apropriar, mas é tão adequada ao que se está tratando, com extrema oportunidade e queria cumprimentar a comissão por esta oportunidade no momento em que se discutem os apagões e, daí, vamos para o grande problema.

Eu queria lhe pedir a gentileza para voltar ao mapa da nossa segunda ou terceira transparências para que possamos fazer algumas considerações.

Nós tivemos incentivo à produção. Esse incentivo à produção aconteceu, mas agora não tem para onde escoar. O Governo fez uma eclusa em Tucuruí e vai abrir uma parte da hidrovia do Tocantins. Atividade totalmente desprestigiada nesse País que retiraria da estrada as nossas carretas, os caminhões e os bicaminhões.

Eu vou apenas pedir para fazer a referencia principal. Isso não acontece por quê? Porque do Porto Velho, que é um porto privado, teve-se 3,03% das exportações, passando por Itacoatiara ou Santarém.

O porto de Belém aonde vai desaguar Tocantins, aonde vão chegar os caminhões que irão até Cuiabá/Santarém tem uma capacidade zero de exportação de grãos. Zero é o número que está aqui. Em São Luís do Maranhão, aqueles dois milhões de toneladas são os mesmos, creiam senhores e senhoras, que está estagnado nessa posição desde 1992.

O terminal de grãos que foi aprovado na semana passada, no seminário ao qual eu estava presente, em São Luís, depois de cinco anos de atraso no seu cronograma, foi aprovado pela Antaq e agora vai enfrentar o Tribunal de Contas da União. Mas o problema principal que esta Casa precisa nos ajudar a resolver é a última parte, Sr. Presidente, desculpe-me a falta de mensuração do tempo.

É o problema dos portos porque estamos em um apagão portuário igual ao aeroportuário. O aeroportuário vai causar uma grande decepção à população brasileira na Copa do Mundo e isso está acontecendo sem que a sociedade brasileira tome conhecimento. E o Governo, contrariando a história, em 1808, D. João VI abriu os portos na Bahia. Em 2008, o Governo Federal, através de um decreto ilegal, que a CNA contesta essa legalidade no Supremo, conseguiu fechar os portos brasileiros praticamente inviabilizando a participação

da economia privada no desenvolvimento do País. Isso é um crime de lesa-pátria que não terá perdão porque está tolhendo o desenvolvimento nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer ao Dr. José Ramos Torres e o Dr. Luiz Carlos tem algumas informações para dar.

Vou conceder cinco minutos.

V. Sª tem a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS RODRIGUES RIBEIRO – Agradeço a compreensão de V. Exª e vou ser breve também.

Basicamente são esclarecimentos em função das apresentações feitas que, pelo curto tempo, não foi possível colocar naquele momento.

Em primeiro lugar, foi dito aqui que o PNLT é um avanço, mas que faltavam prioridades e datas. Eu queria, primeiro, lembrar que todos nós reconhecemos que o Brasil tem deficiências em infraestrutura – isso é do conhecimento de todos – e essas deficiências se agravaram pelo tempo que se levou sem investimentos ou baixos investimentos nessa área, mas que nesses últimos anos se tem feito um esforço para recuperar, para avançar nesse assunto.

Sem sombra de dúvida, o PNLT representou o esforço de, primeiro, identificar as deficiências que tínhamos no Plano Nacional de Logística e Transportes e, em seguida, indicar o volume de investimentos que é necessário. O PNLT, além disso, também funcionou como uma base para uma série de outros estudos que se fizeram necessários a partir da identificação dessas deficiências.

Por exemplo, o PNLT serviu de fonte para a elaboração do PAC que é o Programa de Aceleração do Crescimento onde estão colocadas as prioridades, projetos que todo mundo considera que são obviedade nacional alguns e, outros, que foram surgindo posteriormente e todos conhecem os grandes projetos: ferrovias, hidrovias, rodovias etc.

Ele serviu de base para o PPA, para o atual e para os futuros PPA´s, planos plurianuais. Foi a base também para a elaboração de um estudo que foi feito pelo Ministério do Planejamento indicando quais são os portos prioritários para o comércio exterior brasileiro. Há uma relação de portos que foi entregue à Secretaria de Portos de quais são os portos prioritários para o comércio exterior brasileiro também em decorrência desse estudo do PNLT.

Quando dissemos aqui que há uma prioridade, que há uma modal ferroviário e um modal aquaviário, isso se constituiu em uma base para que o Governo decidisse, por exemplo, na hora de reequilibrar a matriz, investir no setor ferroviário, que foi o lançamento comentado aqui pelo Rodrigo, do grande programa de expansão ferroviária, na construção de novas ferrovias e do próprio trem de alta velocidade.

Para isso também foi subsídio a partir do PNLT

Nesse ponto, vou pedir o testemunho do Dr. Torres de Melo, que tem sido nosso grande parceiro, que foi um incentivo ao transporte a ampliação do transporte hidroviário neste País.

No momento, estamos fazendo uma licitação internacional, com financiamento do Banco Mundial, para elaborar um plano hidroviário estratégico que visa ampliar para cerca de – já mencionado pelo Dr. Ricardo –, pelo menos, 42 mil quilômetros de hidrovias brasileiras utilizáveis. Ou seja, da pequena extensão que temos hoje, para chegar a esse total será um plano que abrangerá as principais bacias hidrográficas do País.

Quanto à ampliação efetiva, o Dr. Torres de Melo tem sido o nosso parceiro. Temos discutido essa questão na Câmara de Infraestrutura e Logística do Agronegócio. A própria CNA está preocupada e buscando caminhos, corredores alternativos para o escoamento da produção do agronegócio brasileiro; como ele bem mencionou aqui, tentando priorizar a saída pelas vias do Norte, pelas rodovias, pelas hidrovias e pelos portos das regiões Norte e Nordeste, criando alternativas para exatamente dar competitividade ao agronegócio brasileiro.

O Dr. Ricardo mencionou – com o que concordamos – que não somos um País rodoviarista. Quer dizer, o que temos, pela extensão... Quando se diz que temos uma matriz desequilibrada é que, em relação ao nosso sistema atual, temos uma utilização muito maior das rodovias do que dos outros dois modais. Para equilibrarmos essa matriz, temos que investir mais nas ferrovias e hidrovias.

Sem sombra de dúvida, é isso o que está sendo feito. Mas ao fazemos isso, não estamos dizendo que vamos deixar de investir em rodovias. Dos R$428 bilhões, que mencionei, propostos pelo PLT para investir até 2025, R$202 bilhões são para as ferrovias, para que efetivamente possamos te uma mudança de matriz, mas R$125 bilhões ainda são para rodovias. Entendemos que ainda vamos ter de continuar a investir em rodovias. Não estamos propondo a suspensão, pelo contrário, só que deveremos investir mais nos outros, para que possamos, de fato, reequilibrar os modais e termos uma redução de custos logísticos de transporte. Em estudo feito pelo Banco Mundial, isso representa mais de US$2 bilhões anuais, que temos corrigir essa deficiência.

Dessa forma, passaremos exatamente os Estados Unidos e a Índia, porque passaremos a ter 42 mil quilômetros de hidrovias. Tivemos oportunidade

de discutir isso, inclusive, em um seminário no ano passado. Contaremos também com a assessoria dos holandeses na elaboração desse plano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Luiz Carlos.

Dando continuidade, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, autora do requerimento.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Benedito de Lira, gostaria de cumprimentar todos os expositores pela excelência e pela clareza com que apontaram a situação caótica da logística no País – essa é a palavra que pode resumir a situação.

Aliás, dois expositores foram vítimas de problemas logísticos, do transporte aéreo, que não tem horário no Brasil. Não se sabe quando se vai sair nem quando se vai chegar. Não só o transporte aéreo, mas uma pessoa poderia chegar atrasada aqui ao Congresso por causa do trânsito em Brasília, que é uma cidade moderna, nova, mas que já tem sua capacidade viária está saturada pelo aumento do número de veículos.

É oportuno também, dada à situação muito focada em uma logística de escoamento, termos uma audiência pública com o Ministro Alfredo Nascimento, porque os dados estão todos focados.

Então, as minhas primeiras perguntas são para o Dr. Luiz Carlos.

Em sua exposição, o senhor disse que, em 2008, o Governo fez um planejamento para construir 12 mil quilômetros de ferrovia. Estamos em 2011, gostaria de saber, nesse tempo, quantos quilômetros foram construídos? Por que o Conit não está funcionando? Com os cortes ocorridos no Orçamento, qual a situação do Ministério dos Transportes em relação ao seu comprometimento com essas obras fundamentais?

Quanto aos dados da licitação para esse empréstimo do Banco Mundial, gostaria de saber o valor desse empréstimo, a partir de quanto e onde será aplicado prioritariamente.

Pareceu-me extremamente oportuna a exposição do Dr. Wagner. O Plano Nacional de Logística de Transportes definiu prioridades, benefícios e datas? Nem tanto benefício, mas prioridade e data de conclusão da obra.

Para os senhores são essas questões.

Dr. Wagner, qual a sua percepção do por que o PPP não está funcionando? Há uma restrição de ordem ideológica? Se há, de qual ordem? Ineficiência, omissão ou de leniência com o Governo em relação a essas questões?

Dr. Torres e Melo, a exposição do Dr. Wagner mostrou que 82% do obstáculo para o setor industrial está relacionado ao câmbio. Para o setor agropecuário, qual é o maior obstáculo? Segundo seus dados, 84% da exportação agropecuária está concentrada na região Sudeste e Sul. Nesse caso, o custo portuário se agrava? O que pode ser feito?

Lembrando o aspecto mencionado pelo Dr. Ricardo, a respeito da Ferrosul, seria ampliar a rede, a malha ferroviária nessa região? Aliás, no sábado, em Santo Ângelo, promotores públicos federais reclamaram e pediram a retomada do sistema ferroviário naquela região, na região de Missões, uma grande produtora de soja, milho e outros grãos.

Dr. Rodrigo, nessa questão da logística ferroviária, hoje a grande reclamação é quanto à concentração, ao monopólio de uma única empresa, a LL Logística. Há condições de diversificar? Como? O setor público está querendo, como em outras áreas, ser o dono da bola? Ou assumirá a responsabilidade, como no sistema portuário? Quais são as dificuldades do setor ferroviário mais visíveis? Qual a possibilidade de o Rio Grande do Sul ser integrado? Em que tempo se daria essa integração com a Ferroeste, com a Ferrosul, no Paraná? Qual é o prazo para a conclusão? Que traçado que se está imaginando para esse processo?

Do Dr. Ricardo, gostaria de saber em que medida e como o setor ambiental reage à constatação que o senhor fez de que as indústrias estão todas afastadas do transporte aquaviário? No momento em que se discute o Código Florestal, com toda essa guerra que estamos vivendo, como o senhor irá trazer para próximo da rodovia sem que haja o impacto reclamado pelos órgãos ambientais? Hoje, é uma novela conseguir licença ambiental para se abrir qualquer buraquinho. É claro, todos nós defendemos a licença ambiental, mas como compatibilizar essa ação de maneira a preservar a sustentabilidade? São essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco. PP – AL) –

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria fazer uma observação. Considerando o tempo, eu vi aqui os palestrantes...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria sugerir que as Senadoras também fizessem perguntas e, depois...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sim, mas é exatamente isso que vou propor aqui, que as Senadoras, autoras dos requerimentos – já ouvimos a Senadora Ana Amélia, vamos ouvir agora a Lídice e, depois, a Vanessa, e os senhores responderão as perguntas formuladas por cada uma.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, eu tinha pedido pela ordem justamente para me justificar com V. Exª, com os demais Senadores e com os nossos convidados, porque eu não vou poder continuar na reunião, pois tenho uma audiência agora com o Ministro da Integração Nacional, e já há cinco prefeitos em meu gabinete aguardando, e outros compromissos em nosso trabalho aqui na Casa também, nas famosas subcomissões, já conhecidas.

Mas eu queria ressaltar, creio que a Senadora Ana Amelia já fez algumas perguntas que servirão para esclarecer muito os debates que foram provocados pela fala de cada um dos senhores representantes de entidades relacionadas com o tema da logística. No entanto, quero falar muito rapidamente, sem grandes perguntas, para destacar alguns pontos. Primeiro, que eu defendo, como o representante do Ministério dos Transportes, o Plano Nacional de Logística. Nós tivemos um debate, no ano passado, com deputados federais, sobre a necessidade desse plano, de um plano que pode não estar atendendo ao conjunto das necessidades, em seu detalhamento, mas que dá o primeiro passo de sistematização da questão.

Acho que, se na área empresarial – e a fala do Dr. Rodrigo foi muito provocadora nesse sentido, de que a gestão empresarial é uma grande referência e demonstra uma eficiência que o poder público no mundo não conseguiu e que, portanto, ela passa a ser uma referência –, creio que o planejamento do Estado também tem de ser levado como referência para o setor empresarial. Se o Estado perde sua capacidade de planejamento e se submete apenas ao planejamento empresarial, ele certamente criará vazios e hiatos que são indispensáveis tanto no planejamento da logística quanto no planejamento de qualquer setor econômico, produtivo ou social do País.

Creio que, portanto, poderíamos dizer que o Estado deve ter a expertise do planejamento, e tem, ao longo da história de sua ação, e sempre que nós quebramos essa capacidade de planejar do Estado temos consequências, e creio que uma consequência histórica é o fim do Geipot como resultado negativo na área de transporte no Brasil e, em particular, na área de transporte urbano, que sofreu muito com o fim do Geipot como um grande setor de pensamento, de planejamento do transporte em nosso País.

E se, portanto, o Estado começa, como foi a fala do Dr. Luiz Carlos, com o reconhecimento – e foi a primeira – do grande ato, do grande déficit do Brasil em logística e em infraestrutura, creio que o Estado está casando o seu pensamento no princípio básico, como todos os que aqui falaram. Como representante de uma região, e esta é uma comissão de integração nacional, junto com a Senadora Vanessa, das regiões que mais sofrem por falta de logística e de infraestrutura, porque nós estamos tratando aqui, e o coordenador do Conselho de Infraestrutura do Rio Grande do Sul enfatizou todos os gargalos e as dificuldades do Rio Grande do Sul. Mas estamos tratando de uma região Sul-Sudeste, que, com todos os equívocos, é hoje privilegiada em relação à logística e à infraestrutura no que diz respeito ao conjunto do Brasil.

Portanto, quando tratamos de discutir logística e infraestrutura de logística no Brasil, estamos tratando de ver os gargalos do Sul, mas, especificamente, de forma especial, de nos voltarmos para a prioridade de criarmos um investimento de logística no Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Nesse sentido, o Governo Federal, através do PAC, iniciou algumas obras de importância fundamental. E, da mesma forma que sofre o empresariado nacional, sofre também com os órgãos de fiscalização do Estado brasileiro. Agora, acabamos de ter a Ferrovia Oeste-Leste, que é uma obra essencial para a logística – futuramente também será para a agricultura, porque poderá ser uma alternativa para o escoamento de grãos de toda a área do Norte –, chegando ao Tocantins, passando por Barreiras. Ela poderá ser um importante vetor de escoamento de toda a produção agrícola, da soja especialmente, para o Porto Sul, em Ilhéus. Hoje, ela está sendo pensada muito mais direcionada para a vocação de escoamento da grande produção de minérios que aquela região da Bahia tem.

Mas a Ferrovia Oeste-Leste acaba de ser paralisada pelo Ministério Público Federal. Então, creio que, pensando nessa área de logística, talvez um grande pacto que fosse possível ser criado, um PAC nesse aspecto, seria capaz de unir os esforços empresariais com as grandes representações e associações da área de logística e mais o Governo Federal para uma grande negociação do ponto de vista jurídico, de regulação nessa área. Quando falamos que a Presidente Dilma se sentou com o Tribunal de Contas da União para fazer um pacto em relação à liberação das obras aeroportuárias no Brasil, vimos aqui os reclames da Oposição, como se o Governo estivesse tentando fazer, na verdade, uma grande negociata. Ou seja, é preciso entender o gargalo e o hiato logístico nacional como uma prioridade de Estado e nos afastarmos da visão de governo e oposição em algumas áreas indispensáveis da Nação.

Portanto, creio que esta discussão aqui... Hoje, lamento até que tenhamos poucos Senadores presentes, teríamos que pensar numa nova formatação para que envolvêssemos o conjunto dos Senadores, porque seria muito importante que os segmentos que

contestam tanto a necessidade de criarmos flexibilização na regulação das grandes obras públicas que dizem respeito não à Copa do Mundo, porque isso é um equívoco que se coloca, a Copa do Mundo apenas serve de pretexto para que possamos criar um impulso de infraestrutura nas grandes cidades brasileiras, mas temos um grande gargalo na logística: os portos. Na Bahia, nós temos três portos: o Porto de Aratu, o Porto de Salvador e o Porto de Ilhéus. Todos, hoje, praticamente estagnados e necessitando de um grande impulso para o seu desenvolvimento. E o porto público privado, que é o Porto Sul, de Ilhéus, está encontrando imensas dificuldades não apenas com os ambientalistas, as ONGs ambientalistas, Senadora Vanessa, mas com grandes grupos empresariais brasileiros, que se colocam contra a execução daquela obra que é fundamental para a logística do Estado da Bahia.

Portanto, acho que seria necessário que se criasse, no campo empresarial de logística, um grande *lobby* positivo em defesa do Brasil e da logística brasileira, que auxiliasse o Governo brasileiro a convencer certos segmentos, tanto políticos quanto empresariais, da necessidade de algumas obras, que são essenciais para superarmos os gargalos logísticos do nosso País. Dentre essas obras, eu certamente coloco a...

Dentre essas obras, eu certamente coloco a Ferrovia Leste-Oeste, na Bahia, unindo, e o Porto sul, que será também a primeira experiência de um porto público-privado no Brasil e, por isso mesmo, merece um esforço do conjunto das nossas forças produtivas para que possamos viabilizar essas obras.

Eu teria muita vontade de continuar participando, mas, infelizmente, já tive que sair para falar com o Prefeito e o Vice-Prefeito de Salvador. Havia uma mobilização de prefeitos da Bahia marcada para hoje com alguns Ministérios. Eu, como Senadora da Bahia, não posso deixar de estar presente nesse processo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Quero agradecer à Senadora ao tempo em que V. Exª vai cuidar de outra agenda. Eu queria agradecer ao Dr. Ricardo Portella, que também precisa se retirar porque tem um voo marcado agora..

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou ser muito rápida porque nós já passamos do meio-dia e seria importante que pudéssemos ter uma boa conclusão, Sr. Presidente, mas eu também não poderia deixar de falar a respeito de algumas questões, mas antes eu quero registrar aqui a ausência – a Senadora Ana Amélia já o fez, mas eu repito – do Ministro Alfredo Nascimento. Acho que precisamos convidá-lo para que venha a falar a respeito de questões tão importantes.

Não vou repetir o que disseram as Senadoras Ana Amelia e Lídice da Mata, porque concordo com absolutamente tudo. Acho que esbarramos num problema que é maior. Infelizmente, nós vivemos um momento de – não diria estabilidade – de apreensão diante da economia brasileira: a volta – ontem esteve aqui o Ministro Mantega – da inflação, algo iminente que requer medidas que, no geral, têm quais efeitos? Diminuição nos investimentos. É isso que acontece. É exatamente isso o que vai acontecer.

Mas, enfim, espero que isso seja algo passageiro e que possamos superar, retomar e não permitir que não sejam desfeitos ou reduzidos ainda mais os investimentos, que são crescentes, mas ainda insuficientes. São crescentes – repito –, principalmente nos últimos governos, mas, insuficientes diante das necessidades.

Ouvindo as Senadoras que me antecederam, eu só penso o seguinte: acho que planos, planos, planos. Recentemente eu fui para uma atividade na CNI, onde houve apresentação dessa questão logística basicamente ligada aos portos. E ouvi agora do representante da CNA que a grande produção hoje migra para a parte sul da Região Norte, principalmente de soja, que é uma grande *commodity* brasileira, mas, infelizmente, grande parte da exportação ocorre pelos portos do Sul, exatamente pela falta de portos no Norte.

Quero dizer que o Porto de Itacoatiara, do meu Estado, que foi mostrado ali, economicamente é muito mais viável que o Porto de Paranaguá o Porto de Santos, por onde sai a soja, apesar das distâncias e das dificuldades.

Então, acho que seria – não vou fazer perguntas – muito interessante que nós juntássemos, porque nós falamos de parceria público-privada... A Senadora Ana Amélia fez uma pergunta a respeito disso. Se é uma parceria à vista público e privada, por que não juntar o planejamento público com o planejamento do setor privado? Porque não podemos abrir mão jamais, jamais. Pegamos o material da CNI, e a saída para tudo é privatizar. Eu não vejo que a saída para tudo seja privatizar. Como ocorrem hoje as concessões, as privatizações? Buscam-se os recursos exatamente no setor público. Grande parte dos recursos vem de onde? Do BNDES. Nós estamos falando em investimentos, em concessões de aeroportos e tal, mas de onde se buscam os recursos? O trem-bala, que aprovamos agora recentemente? Do BNDES. São recursos públicos para pagar com juros bem mais baixos. Então, é algo que, se tivesse bem organizado, o poder público poderia fazer. Há muitos exemplos de portos ineficientes no

poder público, mas no poder privado há também. Em mãos de privados há também muitos problemas de operação. Então, acho que nós precisamos fortalecer essa união, essa unidade. Por exemplo, na parte da logística, está aqui. Não precisa dizer que é caótico. Está aí a diferença de preço – não vamos pegar nem os Estados Unidos: US$23 o frete da soja, na Argentina, contra 84, no Brasil. Está aqui. Isso diz tudo – não precisa falar mais nada: 23 contra 84. O caro é até chegar ao porto, apesar de que as taxas portuárias são caras também, mas o caro é chegar até lá. Então, eu acho que nós precisamos fazer isso, Senador Benedito. Nós, desta Comissão, temos o dever de fomentar esse debate, buscar essa unidade entre o público e o privado e definir isto que foi dito: prazos. Vamos trabalhar, porque planejamento é isto: há o planejamento de curto, o planejamento de médio e o planejamento de longo prazo, mas parece que as coisas são planejadas e não acontecem. E de onde virão os recursos? Acho que é isso que é necessário.

Outra coisa incomoda-me muito: estou com dois materiais aqui – um eu até já fechei – sobre ferrovia. Vamos de estrada de ferro, mapa do Brasil. Aí tem o tramo norte da Ferrovia Norte-Sul e tem um projeto ligado à Valec de ferrovia da União. Todos eles desviam do meu Estado, desviam da Amazônia, desviam literalmente. Passam aqui, vão para o Pará, mas desviam do Amazonas. E nós temos uma área de saída, tanto que o de Itacoatiara é importante. A hidrovia do rio Madeira, tem que haver investimento na hidrovia do rio Madeira. A BR 319. Não vai ter BR... Acho que não dá mais para continuar assim. BR 319, que nos liga a Porto Velho, que baratearia muito e viabilizaria muito essa saída do norte. Se não pode BR, vamos fazer ferrovia. Há um projeto de ferrovia também. Ou então o Governo chega à conclusão de que não tem nada. Não tem ferrovia, não tem rodovia, não tem absolutamente nada. Mas nessa situação de isolamento não podemos continuar. É claro que todos os cuidados ambientais têm que ser levados em consideração, absolutamente todos, exatamente porque o Amazonas é o Estado que tem o maior índice de preservação – 98% –, mas isso não pode deixar nem permitir que aquele Estado, que abriga um polo importante de eletroeletrônicos, duas rodas, incentivado pelo Governo Federal, continue com os tamanhos problemas de logística.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia e o Senador Benedito de Lira. Seria importante que, ao final do ciclo de debates que estamos realizando, tirássemos algumas conclusões nossas, daqui do Senado, a partir dessas exposições muito importantes que temos ouvido. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira – Bloco/PP – AL. *Fora do microfone*.) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Carlos para começar as respostas.

O SR. LUIZ CARLOS RODRIGUES RIBEIRO – Sobre o financiamento que a Senadora mencionou, ele é voltado, sobretudo, para atender as necessidades do setor rodoviário. É um financiamento que tem o seu percentual maior destinado ao Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). É algo em torno de US$500 milhões esse acordo com o Banco Mundial. Desse acordo com o Banco Mundial, há um percentual pequeno voltado para o componente chamado assistência técnica. Estamos utilizando esse componente de assistência técnica, por exemplo, para fazer as licitações internacionais, porque logicamente é o dinheiro do banco, para elaborar o plano hidroviário estratégico e uma avaliação ambiental estratégica do plano nacional de logística de transporte. Essa avaliação é um instrumento de apoio ao processo decisório, ou seja, no sentido de que venhamos a escolher aquelas alternativas que vão impactar menos o meio ambiente. Talvez fique em torno de 10 milhões desse total que está destinado a esses estudos. Então, por conseguinte, é um percentual pequeno.

A grande maioria, como já disse, é voltado para o setor rodoviário, a parte de execução de obras do Dnit. Quanto ao Conit, efetivamente demorou a implantação do Conit, uma vez que ele havia sido criado desde o processo de reformulação do setor de transporte, quando se implementaram as agências reguladoras, a ANTT, a Antaq, e o próprio Dnit também. Ele foi instalado no fim de 2009, 2010 e, felizmente, está prevista uma reunião que deverá ocorrer brevemente – ainda neste mês ou no próximo. O Conit trará uma inovação porque, além da composição dos Ministros – quer dizer, do plenário, em que estão presentes os Ministros de Estado –, ele vai contar também com alguns comitês técnicos, os quais visam, exatamente, dar participação não só àqueles Ministérios que não foram incluídos originalmente na composição do Conit, mas também ao setor privado, que vai participar. Aqui, por exemplo, um dos primeiros comitês a serem implementados é o de logística da agricultura. Sobre isso já estivemos conversando com o Dr. Torres de Melo, Dr. Fayet sobre a possibilidade de que um desses setores venha a presidir esse comitê técnico, que deverá contar também com outros participantes. Eles próprios vão nos ajudar a identificar outros componentes que deverão participar além do Ministério da Agricultura ou da CNA. Há a implementação também do comitê de indústria e dos serviços e um comitê de transporte intermodal. Quer dizer, há a perspectiva de incorporar

a participação do setor privado, algo que vinha sendo cobrado do Governo.

Com relação aos impactos sobre o Orçamento do Ministério, naturalmente, o Ministro Alfredo e o Secretário Executivo, Dr. Paulo Sérgio, que estão negociando com o Governo, com a área econômica, dariam, talvez, uma melhor visão de como isso vai se refletir no Ministério, uma vez que eles estão negociando ainda. Talvez é uma questão mais macroeconômica de nível decisório máximo do Ministério.

Obrigado.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Senadora Ana Amelia, muito obrigado pela pergunta de V. Exª. Sinceramente, eu não acho que a questão das PPPs...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone*.)...sobre quantos quilômetros da ferrovia, porque eram 12 mil quilômetros, em 2008. Nós estamos em 2012 e talvez um quilômetro já tenha sido feito.

O SR. LUIZ CARLOS RODRIGUES RIBEIRO – Sobre esse aspecto, Senadora, é o seguinte: a extensão total, neste momento, está sendo objeto... Quer dizer, há uma equipe do Ministério que faz o acompanhamento das obras do PAC, que, inclusive, são depois encaminhadas para apresentação ao Presidente, juntamente com a Valec e com o Dnit. E eles estão fechando esse número final agora da extensão total. Isso vai ser objeto de uma próxima apresentação do PAC.

Só para citar um exemplo: em 20 anos, nós tivemos a construção de 200 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul. De 2003 para cá, nós já tivemos mil e poucos quilômetros. Hoje, inclusive, a Norte-Sul já está chegando à cidade de Palmas, em Tocantins. A ideia é ela ser estendida na direção do sul, chegando a Estrela d'Oeste, em São Paulo, e, posteriormente, até Rio Grande do Sul. Na outra ponta, nós vamos ter também a extensão dessa ferrovia até o Pará. Ou seja, a Ferrovia Norte-Sul vai funcionar exatamente como a espinha dorsal do sistema ferroviário brasileiro. E a ela vão se acoplar a Ferrovia Transnordestina, a Ferrovia Oeste e Leste, na Bahia, e a Ferrovia Centro-Oeste, que vai de Lucas de Rio Verde até Uruaçu.. Por aí, V. Exª vê que, realmente, é um esforço. Já está em andamento. O Rodrigo, que é do setor de operação da ANTF, poderá, quem sabe, comentar mais. Esse é o número que nós nos comprometemos, o número final, para encaminhar a V. Exª uma vez que ele está sendo consolidado neste momento.

Eu diria que o que se observa hoje é um clima de bastante entusiasmo em relação ao setor ferroviário. Acho que o Rodrigo atesta isso, que foi objeto, nos eventos de que temos participado recentemente, com o que se está executando neste momento: a extensão, por exemplo, da Ferronorte, de Alto Taquari a Rondonópolis, é outra área que também está em construção; e a Ferrovia Transnordestina, que, como ele mencionou aqui hoje, é um verdadeiro canteiro de obras, envolvendo muita gente, muitos operários, um esforço muito grande. Isso nos dá muita esperança quanto à implementação desse programa ferroviário.

O SR. RODRIGO VILAÇA – Bem, Senadora Ana Amelia, fazendo apenas um comentário: na verdade, o setor privado tem pressa. Não resta dúvida de que as coisas estão acontecendo no setor de transportes. Acontece que o setor privado tem pressa. A Ferrovia Norte-Sul é sensacional, mas está sendo construída há vinte anos. Nossos concorrentes no mercado internacional estão fazendo as coisas muito mais rápido. Por isso, o setor privado tem pressa, tem pressa de que as coisas aconteçam e cobra do Governo maior velocidade. Está dentro do nosso papel.

Quanto à questão das PPPs, na minha opinião, não é uma questão ideológica, mas uma questão de eficiência, de modelagem de contrato. É um contrato mais difícil de se modelar que uma concessão, porque entra dinheiro da União, entra dinheiro público. Então, é muito mais difícil de se elaborar. Se um contrato de concessão demora... Por exemplo, as concessões do segundo lote rodoviário demoraram seis anos para serem feitas. Faltam equipes técnicas adequadas. Por isso, nós pleiteamos hierarquia nas obras, para canalizar os recursos para o que for mais importante. Por exemplo, ontem saiu no jornal que a BR 163, uma BR sensacional que liga Cuiabá a Santarém, vai ficar pronta daqui a um ano e meio, e o porto de escoamento nunca vai ficar pronto daqui a um ano e meio, que é Santarém. Não tem espaço para o caminhão chegar, dar o tombo. Não tem armazenagem. Em relação a essa questão, o setor privado tem pressa. E a lógica é diferente da governamental. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ RAMOS TORRES DE MELLO FILHO – A pergunta inicial, Senador, é com relação ao problema do câmbio. Para o setor do agronegócio, felizmente, os preços dos alimentos em função do crescimento da demanda, principalmente da Ásia – envolvendo aí o gigante da China – têm compensado a queda do câmbio, a valorização que nós temos do Real. Tem sido maior o crescimento do preço de venda que a queda do câmbio.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É ganhar na produtividade.

O SR. JOSÉ RAMOS TORRES DE MELLO FILHO – Então, a oportunidade aparece. Basta se verificar o crescimento da produção. O grande fator é logística para o nosso setor.

O Ministério da Agricultura e a Câmara Setorial de Logística do Ministério, a qual tenho a honra de presidir, estimaram em 3 milhões de toneladas a quantidade que o Fayet chama de abortamento da produção. Deixou de haver produção porque não havia por onde escoar. Não é plantado o milho para fazer a rotação de cultura porque não adianta plantar se não há para onde levar, não há armazéns. E as obras que estão sendo feitas de acesso aos portos chegam a um beco sem saída já que os portos não estão concluídos. Então, creio que isso responde a primeira pergunta de V. Exª.

Aí vem o problema das hidrovias. As hidrovias, embora no Ministério estejam sendo criadas, ainda estamos nos planos.

Esta Casa, no ano passado, aprovou, por meio da Comissão de Infraestrutura, uma emenda de 247 milhões para estudar, fazer planos para que saiamos... Não pode destinar recursos para a obra "a" porque essa obra não está planejada, não tem projeto. Então, os recursos para o projeto o Senado garantiu. Não há nenhuma justificativa para que se entre em 2012 sem que todas as hidrovias do Norte estejam devidamente estudadas e possamos ter essas hidrovias funcionando.

O caso das eclusas mostra o descompasso. Se entre nós, realmente... O Ministério dos Transportes, o Ministério da Agricultura e a CNA estão trabalhando de mãos dadas. O nosso entendimento com a Fiec é absolutamente consensual. Nós não temos pontos de divergência.

Agora, os Ministérios não se entendem entre si, esse é o grande problema. Não há integração do planejamento nacional, não existe planejamento nacional. Eu não estou ofendendo ninguém. Essa é uma realidade fática.

O Ministério das Minas e Energia faz os seus barramentos e não prevê as eclusas, porque não há entendimento entre os Ministérios. Faz as eclusas de montante para jusante, porque tem maior aproveitamento hidrelétrico. Mas barra o rio lá em cima, quando se ele fizesse de jusante, diminuía a oferta de energia, mas aumentava a trafegabilidade do rio, a navegação do rio. Isso é garantir o uso múltiplo dos rios que a lei determina com muita clareza.

O Ministério das Minas e Energia – estou dizendo isso aqui porque ouvi do próprio Ministério dos Transportes – é o árbitro de uma questão em que ele é o quem impede e não há quem decida, tenha a coragem de interferir.

O Ministério do Planejamento existiu no passado, hoje é uma ficção.

Então, estou dizendo isso e não quero agredir ninguém, não tenho nenhum víeis ideológico. Acho que isso é um atraso de tal ordem que eu deixo para o início do século XX, não estou mais nessa. Estou pensando no século seguinte, porque a população humana, dentro de 39 anos – só de casado eu tenho 55, é amanhã –, nós vamos crescer três bilhões a população do mundo e precisa de alimentos e esses alimentos só poderão ser conseguido com essa agricultura empresarial, com alta tecnologia, com alta produtividade e com gestão de elevada competência.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO VILAÇA – Senador Benedito, permita-me fazer rápidos comentários sobre o que disse a Senadora Lídice.

Deixando bem claro que nós somos favoráveis a questão de planejamento, só que o Governo ficou duas décadas sem planejar transporte no Brasil. Isso é evidente.

O PIB baixou para 0,1% de investimento em infraestrutura. Isso para mim não é planejamento.

O PNLT, Senadora Ana Amelia, ele não está oficializado, não. Ele está sob uma nova revisão muito bem feita e idealizada, feita pelo nosso amigo Marcelo Perrupato.

De fato ele ainda não foi apresentado, até porque ele foi extraído e levado ao PAC, grande parte das obras.

O SR. LUIZ CARLOS RODRIGUES RIBEIRO – Na primeira reunião do Conit, ele foi aprovado e agora está sendo atualizado, o que é natural. A cada ano ele tem de ser atualizado.

O SR. RODRIGO VILAÇA – Luiz, permita-me um comentário.

Para mim não é oficializado, porque o Conit que existe desde 2001 se reunir duas ou três vezes e dizer simplesmente que aprovou o PNLT e o PNLT já está sob revisão. Eu sou plenamente favorável ao PNLT.

Agora, como o Dr. Wagner falou, eu preciso dele com prazo, com determinação, quem é que vai fazer a obra, quais são as obras prioritárias, quais são as responsabilidades, se tem dinheiro no orçamento, porque ele já é lá de traz.

Acho inadmissível. Começou no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e só se reuni duas ou três vezes. Agora que está se pensando em colocar a iniciativa privada para participar em conjunto, como a Senadora Vanessa recomendou ou sugeriu, para que se pudesse fazer.

Nós todos, as confederações e outros nunca ficamos de fora e nunca deixamos de ser ouvido pelo PNLT que circulou por todas as indústrias, por todas as confederações para referendar e todos nós referendamos o PNLT. Só que está de vagar. É como o Dr.

Wagner disse, nós precisamos ser mais rápidos, nós precisamos desburocratizar um pouco.

No meu ponto de vista eu sou defensor do PNLT, não tenha a menor sobre de dúvida disso. Admito o trabalho que o Sr. Marcelo tem feito, mas não vejo o meu Ministério, o Ministério dos Transportes, dizendo que é isso que vai fazer, em tanto tempo, com um orçamento definido. Vi empréstimo para rodovia, é claro. Rodovia é o maior sistema brasileiro.

Infelizmente, quando construíram a ferrovia americana, o trem substituiu o quê? Substituiu cavalo e carroça. No Brasil foi o carro e carro é mais rápido, o momento era outro e é só por isso. Mas a ferrovia e indutora de desenvolvimento, ela precisa acontecer.

Mas, de qualquer forma, Luiz, sou favorável.

Agora duas reuniões em uma década para se definir a estrutura logística do País, então não existiu planejamento. Para mim não existiu planejamento, no meu ponto de vista.

Sou um humilde profissional de logística.

Senadora Vanessa o quadro comparativo do Dr. Torres, precisa-se lembrar que a soja Argentina está a 300 km do Porto de Zárate, de Buenos Aires. A nossa, como disse o Dr. Torres, está a 1800, 2000, 2200 km. Ora, três ou quatro vezes maiores. Então os preços estão equivalentes. E a ferrovia não é a única culpada disso.

Custo portuário não se colocou aqui, capacidade estática de armazenagem não se colocou, não se colocou demurge, então, garanto que não é igual. O custo do Porto Argentino é muito menor do que o custo do porto brasileiro. Então agrava o problema. Os problemas são os mesmos, Dr. Torres, tem razão. Mas não é igual.

A distância é simples, são 300 km contra 1800, 2100 km , não pode ser o mesmo frete. Pode? Tem lógica? Não, não tem.

A questão de não ter ferrovia na Amazônia é muito simples. É rio, é muita dificuldade de se chegar lá em Manaus, até o volume de carga. Existe uma de Porto Velho até Manaus, que o Ministério dos Transportes abortou esse projeto. Estou certo, Dr. Luiz? O senhor optou em fazer a estrada, porque a região entendeu que era melhor, de acordo com o Ministério dos Transportes. Não é isso, Dr. Luiz? Em tese é isso.

No nosso conceito, Senador Ana Amelia, as ferrovias, se olharmos no mapa os projetos, nós estamos protegendo a Amazônia numa cerca ferroviária, assim como o Pantanal. V. Exª pode olhar. Há uma proteção física e é correto o que o Ministério dos Transportes está fazendo; os projetos são perfeitos.

As suas perguntas. Ferrovias não foram nem 300 km nesses três anos feitas pela Valec.

Quero deixar bem claro que apesar de ser – a Senadora Vanessa falou do BNDES – recursos, esse dinheiro é pago. É um dinheiro público, mas é pago. Uma hora vai ter de ser pago e quem paga é a iniciativa privada, não é o governo.

Então, para mim, a Transnordestina , a Ferronorte até Cuiabá, o que a Vale está fazendo em Carajás e o que faz no Espírito Santo, é obra privada com participação pública, com financiamento público. Mas vai ser pago e se vai ser pago é privado. Não é a fundo perdido. Tem muita gente que se engana.

O BNDES não está aí por acaso, é para dar desenvolvimento econômico e social para os projetos de magnitude do Brasil? Ou é só para a indústria brasileira, Dr. Wagner? Ou é só para a agricultura? Porque que não pode ser para o transporte, já que nós servimos a eles? Qual é o problema? Desculpe-me, mas não consigo entender isso. Obra pública hoje, num governo de ferrovia, chama-se da Valec, Ferrovia Norte e Sul, como o Dr. Wagner disse, de 1986, do Governo Sarney. São 24 anos de ferrovia e, agora, é que vai chegar em Palmas, com dois anos de atraso. Para ser entregue a Vale.

O que o estavam me perguntado aqui, o dinheiro e recurso que vem para a Valec é fruto de concessão de ferrovia.

Esse novos 5 a 6 mil km, Senadora Ana Amelia, só vão chegar a partir de 2015. Não é agora, no ano que vem. E ela tem de ir para o seu estado ou para a sua região, passar pelo Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Sem dúvida nenhuma. Tem de chegar até o Porto de Rio Grande em bitola larga e vão ter que se conectar com as estruturas, com as malhas já existentes. Só que, na região Sul, a malha é métrica, ou seja, tem de ter transbordo se for conectar com a malha existente.

Lá para a Bahia, a Senadora Lídice, não está mais aqui presente, Senador Benedito, mas a conexão com a ferrovia da FCA não tem, não se pensou em uma bitola mista. Isso é planejamento?

O SR. JOSÉ RAMOS TORRES DE MELLO FILHO – A Transnordestina tem o terceiro trilho.

O SR. RODRIGO VILAÇA – A Transnordestina tem no ramal Salgueiro, porto de Suape, e tem de Missão Velha, no Ceará, até o porto de Pecém, que é uma bitola larga e que vai usar a malha existente, ou seja, é um terceiro trilho. É de 1,60 metros, é o chamado terceiro trilho, não precisa fazer nada.

Agora, de um metro para 1,60 metros toda a supra-estrutura muda. Faltou planejamento?

Bom, a sua pergunta principal. A concentração da LL na malha sul, já existia a superintendência SR 5 e 6, que foi assim que foi concedida lá na região Sul. Não

chamo de concentração, chamo de busca de escala, porque nós só temos 29 mil km, dos quais, na minha opinião, 4 a 5 mil com deficiência comercial expressiva. Principalmente no Nordeste brasileiro, no interior de São Paulo com o Mato Grosso, e nas fronteiras, inclusive do seu estado, o Rio Grande do Sul, porque houve, naturalmente, uma queda nas relações e na oportunidade de usar a ferrovia durante duas décadas.

Então, há uma deficiência comercial que tem de ser recuperada. É verdade. Tem de se recuperar, mas esse processo é muito mais lento.

O que nós fizemos? Nós fomos atuar nos principais 15 corredores de movimentação para dar o quê? A sustentabilidade do negócio e que gerou receita para o sistema, dito pelo Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, que o negócio ferrovias, para eles, o BNDES, é extremamente importante e valoroso, porque todo o resultado é reinvestido no setor. Está comprovado pelo próprio BNDES que todos os resultados econômicos e financeiros retornam para o sistema, ou seja, nós estamos errados?

Então, na realidade nós temos sim deficiências na malha Sul. Temos sim. E temos de fazer novas situações acontecerem para a atratividade comercial, através de portos secos, como o Dr. Wagner comentou, através de condomínios logísticos, através de mercados específicos, porque não se iludam. Devolvendo não vai ter finalidade nenhuma, nem para passageiro. Nem mesmo para passageiro.

Eu vou esperar isso acontecer, o Dr. Torres vai está comigo e nós vamos ver isso. Eu lhe garanto que nós não vamos ver. Não condições técnicas para fazer essa situação. Por isso que as grandes dificuldades, as mais expressivas, como V. Exª me perguntou, são, em primeiro lugar, concertar a malha. Está aí a nossa sugestão dos 10,2 bilhões de capital. É uma concessão administrativa, Dr. Wagner. Seria nós fazermos a obra no lugar do governo e entregar isso, como nós vamos entregar ao final de mais 15 anos, a concessão de volta para o governo. Nós faríamos dando ao governo essas obras como resultado. É o exemplo do Estado do de São Paulo que fez nas rodovias que chegam nas marginais do Tietê, alongamento de concessão em troca de obras de pontes, viadutos, de infra-estrutura, que é a Bandeirantes, a Castelo Branco, a Anhanguera, as 11 rodovias que chegam na cidade de São Paulo. Todas elas sofreram obras de infra-estrutura para poder melhorar esse sistema.

Então, exemplo existem. Mas, claro, existe uma dificuldade muito maior de se redigir, mas uma vez feita, como São Paulo fez com as rodovias, Dr. Moacyr Duarte pode explicar isso muito bem, foi realizada, Senador Ana Amelia.

Então, além disso nós temos de expandir a malha. Sem dúvida nenhuma o Brasil precisa crescer rapidamente, porque senão não vamos atingir os objetivos que hora nos desafiam.

Creio que respondi o que V. Exª me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem alguma observação a fazer?

O SR. LUIZ CARLOS RODRIGUES RIBEIRO – É rapidamente. É sobre o que o Dr. Rodrigo colocou aí.

Quero dizer o seguinte, o planejamento existe. Vamos reconhecer e o PNLT é hoje um plano reconhecido por vários setores da sociedade brasileira.

Outra coisa, de Norte a Sul do Brasil foi discutido com todas as 27 unidades da Federação, tanto setor público como o setor privado, e o que está no PNLT foi feito em conjunto com os estados.

Nós chegamos aqui, no Estado de Alagoas, do Senador, e o Secretário de Infra-Estrutura disse simplesmente o seguinte: se eu não puder criticar esse plano, se eu não puder incluir o que acho importante, que acho que é estruturante para o Estado de Alagoas, não aceito esse plano de vocês.

Isso foi em todos os estados. Exatamente, os Estados puderam opinar, o setor privado e o setor público, e colocou-se aquilo que era importante.

Quanto ao fato de está em revisão, isso é planejamento. E planejamento, como todo mundo sabe, é um processo Como todo mundo sabe é um processo. Aliás essa é uma qualidade do plano que tem de ser ressaltada, por que ele permite.

Primeiro, nós temos de atualizar permanentemente a base de dados e temos de aperfeiçoar o plano, em cada momento nós estamos tentando torná-lo melhor.

Então, nós tivemos uma rodada em 2008, nós tivemos um outra rodada em 2010, junto aos estados, que é para que nós possamos exatamente incorporar os fatos novos. Assim não fosse nós não teríamos incorporado o novo programa de construção de ferrovias do Brasil, nós não teríamos incorporado o TAV e todas as outras medidas que foram tomadas pelo governo posteriormente e pela sociedade que reclama.

Esse plano tem de está sintonizado com aquilo que o Brasil quer.

Então, nós não podemos ficar aqui em Brasília e decidindo o que o Brasil vai querer. Isso tem de está permanentemente sintonizado com o vários setores que demandam a infra-estrutura que Brasil precisa para se desenvolver.

É o que se tem buscado fazer.

Quanto à ferrovia do Amazonas o que houve foi o seguinte. A análise do projeto que foi feito, o projeto tinha deficiências e é por isso que ele não foi aprovado.

Em comparação, quando se fez uma análise daquele projeto ele tinha deficiências que não permitiram que ele fosse aprovado.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vejam como a coisa é dinâmica, nobre Senadora.

Cada reunião que está comissão tem realizado em audiência pública os debates são os melhores possíveis.

Significa dizer que nós temos uma missão muito grande, nós da comissão. Porque tudo isso que está sendo tratado aqui, em cada audiência pública realizada, isso será coletado para que nós possamos, de posse desse acervo de conhecimento, porque muitas vezes nós não temos conhecimento do que está acontecendo, nós possamos ter com quem tem poder de decisão, na semana passada tinha dito aos empresários do setor turístico que nós precisamos ter algumas reuniões de trabalho. Reunião de trabalho na direção de que o poder público faz a sua parte, mas nós temos de fazer ver a iniciativa privada também para fazer essa conexão.

Como o Dr. Ricardo disse muito bem, as pessoas ficam falando com relação aos recursos do BNDES. O BNDES é um banco de investimento que não dá dinheiro a ninguém, ele empresta. Evidente que a iniciativa privada tem muito mais capacidade e velocidade de execução das obras do que o poder público.

Infelizmente as obras públicas têm um demora.

Estava conversando aqui com o Dr. Luiz, que no meu estado, por exemplo, nós estamos para fazer uma duplicação de 20 km de estrada e já fazem 4 anos e eu tenho uma ligeira impressão que vão mais 4 anos para poder acontecer. São 20 km de estrada.

Dizia há pouco que o Japão foi destruído, uma parte dele recentemente, com 15 ou 20 dias recuperaram as rodovias destruídas. Infelizmente aqui as coisas não acontecem.

Nós estamos numa queda de braço, Senadora. Nós vamos ter isso aqui no Senado, como vamos ter hoje na Câmara, a queda de braço do Código Florestal.

O Código Florestal está tendo muito mais influência externa para a economia interna do que mesmo as decisões internas e nós estamos sendo levados por isso. Tem um bocado de ONGs recebendo dinheiro brasileiro e que não são brasileiras, que vêm de outros países para fazer média aqui, a nível internacional. Nós estamos aceitando por que isso é muito bonito.

Quando chega um cara de onde quer que venha, que destruiu o seu país, onde ele mais polui, é onde ele mais coloca no ar a poluição, mas vem para aqui, porque aqui, infelizmente, as coisas não têm uma diretriz.

Então, queria agradecer o Dr. Luiz Carlos. Mande um abraço para o Ministro e numa outra oportunidade nós vamos chamar o ministro para que as coisas possam ser definidas com a sua presença.

Quero agradecer ao Dr. Wagner, quero agradecer ao Dr. Ricardo Portella, ao Dr. Rodrigo, ao Dr. Ramos Torres, que nos seus 80 anos é uma maravilha. Que coisa maravilhosa que todos chegassem aos 80 anos com essa energia, com essa lucidez. Deus permita que o senhor viva mais 80 anos, porque nós estamos precisando exatamente desse tipo de pessoas. A idade não significa dizer qualquer anteparo para não poder desenvolver as suas ideias.

Então, eu queria agradecer a minha querida amiga, Senadora Ana Amelia, pela oportunidade que tem proporcionado, com seus requerimentos, com o chamamento das audiências públicas.

E, depois, então, eu gostaria até que nós pudéssemos discutir, com mais detalhes, por exemplo, as próximas audiências públicas, em termos de números, para que as pessoas convidadas não estejam aqui pressionadas, e, de vez em quando, com o tempo chamando a atenção. E que as coisas possam ser discorridas com mais tempo, com mais vagar, e com muito mais aproveitamento, inclusive nos debates.

Então, eu queria agradecer a todos, e a presença dos assessores da imprensa que aqui se encontram, bem como convocar a próxima reunião e encerrar a presente.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 07ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia treze de abril de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes Senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo,

Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim Argello, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Demóstenes Torres, Mozarildo Cavalcanti e Marinor Brito. Justificam as ausências os Senadores Cristovam Buarque e Cícero Lucena. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo ao **Requerimento nº 14, de 2011-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro, que requerem "..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e no sentido de que sejam ouvidos o Ministro Chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage Sobrinho; o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo; o Embaixador Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE, Hélio Vitor Ramos Filho; e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Educação – UNESCO, Guilherme Canela Godoi, com o objetivo de discutir o PLC nº 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação." e **Requerimento nº 45, de 2011 – CDH,** de autoria do Senhor Senador Paulo Paim. Comparecem à reunião o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU, Jorge Hage Sobrinho, o Conselheiro – Chefe da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores – MRE, Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Guilherme Canela Godoi. Justificou sua ausência o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo. O Senhor Presidente Senador Eduardo Braga registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Deputado Federal Eduardo Azeredo. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Randolfe Rodrigues. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a aprovação da Ata da presente Reunião, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e três minutos, determinando que eu, **Irlene Martins Pinheiro**, **Secretária Adjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrásse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – SENADOR **EDUARDO BRAGA,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; – SENADOR **PAULO PAIM,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 12ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da primeira sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, que se realiza nesta data, 13 de abril de 2011, para realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o PLC nº 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação, atendendo ao Requerimento nº 14, de 2011, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria dos Exmºs Srs. Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro, e ao Requerimento nº 45, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Exmº Sr. Senador Paulo Paim.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal da República.

Informo que, encerrada esta reunião conjunta, daremos início à 8ª reunião extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para leitura do relatório preliminar do PLC nº 41, de 2010, de autoria do Exmº Sr. Senador Walter Pinheiro.

Solicito ao Senador Cyro Miranda, aqui presente, e à Senadora Angela Portela, que acompanhem os Srs. Convidados para tomarem assento à mesa.

Convido para sentar à mesa o Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro Chefe da Controladoria Geral da União – CGU; o Sr. Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, Conselheiro Chefe da Coordenação Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Guilherme Canela Godoi, Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Justifica a ausência do Sr. Cláudio Weber Abrámo, Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil, em razão de compromissos agendados anteriormente fora do País.

Passo a palavra a V. Sªs, que dispõem de dez minutos prorrogáveis por mais cinco minutos, para que façam suas explanações e suas apresentações, agradecendo, desde já, a presença de todos os senhores convidados a esta reunião conjunta.

Passo a palavra ao Exmº Sr. Ministro da Controladoria Geral da União, o nosso querido Dr. Jorge Hage Sobrinho.

O SR. JORGE HAGE SOBRINHO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, demais membros da Mesa, demais membros das comissões aqui reunidas, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, Srs. Representantes da sociedade civil, Srs. Servidores e Srªs Servidoras do Senado Federal, minhas senhoras e meus senhores, a importância desta audiência vai muito além das aparências.

O País precisa resgatar, em primeiro lugar, uma promessa constitucional de cerca de 23 anos, que é a regulamentação de um inciso do art. 5º, posto, portanto, entre as garantias e direitos fundamentais, que é o acesso à informação. Esta é uma dívida do País com o seu povo, com a sociedade brasileira.

Em segundo lugar, o Brasil precisa resgatar compromissos que assumiu em convenções internacionais: Convenção da ONU contra a Corrupção, Convenção Interamericana da OEA contra a Corrupção; outros foros internacionais, como a OCDE, e tantos outros onde o País vem sendo cobrado pela ausência de uma lei como esta.

Para nós da Controladoria Geral da União, Sr. Presidente, essa caminhada começou no Conselho da Transparência Pública, que é um conselho paritário com a sociedade civil, por proposta da ONG Transparência Brasil, nos idos de 2005. No ano seguinte, o projeto foi apresentado à Casa Civil da Presidência da República, onde foi ampliado e acrescido de contribuições outras de diversos outros setores do Governo. E, em 2009, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, resgatando um compromisso de campanha com o fórum das entidades que lutam pelo direito à informação – e vejo aqui um de seus representantes, o jornalista Fernando Rodrigues –, encaminhou ao Congresso, à Câmara, o projeto de lei que hoje se encontra aqui no Senado Federal, no qual a nossa esperança se deposita neste instante.

Vou tomar apenas alguns minutos para, pedindo a nossa assessoria que me ajude com as transparências, resumir por que entendemos que é tão necessário uma lei de acesso à informação.

Em primeiro lugar, isso hoje é entendido como requisito inerente à consolidação democrática de qualquer país. A nossa Constituição prevê, não apenas no inciso que ali se encontra, mas também no inciso XXXIII mais especificamente, essa promessa. A Declaração dos Direitos Humanos da ONU também prevê essa obrigação, digamos assim, dos governos em todos os estados democráticos. Isso também é previsão da resolução da Assembleia Geral da OEA desde 2006.

Na próxima transparência, resumimos os compromissos formais internacionais do País na Convenção da ONU contra Corrupção, a que me referi há pouco, onde está estabelecida a garantia do acesso a informações públicas, mecanismo imprescindível para a participação ativa da sociedade civil e de ONGs na prevenção e na luta contra a corrupção. Isso porque, como costumamos dizer, a transparência e a visibilidade dos governos é o melhor antídoto, a melhor vacina contra a corrupção.

A próxima transparência reflete o nosso compromisso na Convenção Interamericana no âmbito do mecanismo de acompanhamento do cumprimento desta Convenção. O Brasil já foi cobrado, já recebeu recomendação expressa no sentido de consolidar e sistematizar em um único normativo dispositivos que garantam esse amplo acesso. E já explicarei por que a nossa legislação atual não satisfaz a isso.

Na próxima, vemos que na OCDE, embora isso não conste da sua Convenção, porque é uma convenção mais limitada ao combate ao suborno transnacional, em outros setores da OCDE que promovem a integridade e os sistemas de prevenção da corrupção já foi feita uma avaliação do sistema brasileiro de integridade, transparência e prevenção da corrupção e foi constatado aquilo que nós todos já constatamos, ou seja,embora muito evidente a posição de liderança do Brasil em termos de transparência ativa do ponto de vista da transparência orçamentária e financeira, nós dispomos hoje de um portal de transparência atualizado diariamente e que é referência mundial, mas, de outro lado, naquilo que nós chamamos "transparência passiva", que é aquela que depende do pedido do ci-

dadão que quer acesso a um determinado documento, falta-nos a norma completa estabelecendo esses procedimentos, os prazos e as sanções.

É isso que nós procuramos com esse projeto.

Prosseguindo.

Mais recentemente, o Brasil foi convidado a liderar, ao lado dos Estados Unidos, por iniciativa do governo do Presidente Obama, uma iniciativa que pretende levar à Assembleia Geral da ONU uma conclamação para que todos os países do mundo avancem em matéria de governo aberto, ou seja, em matéria de transparência pública, abertura governamental em todos os setores. Nessa condição, o Brasil foi escolhido para copresidir o grupo, juntamente com os Estados Unidos, e com mais sete países – México, Reino Unido, Noruega, Índia e mais uns dois países, África do Sul e outros – estabelecemos critérios para convidar outros países a se integrarem a esse esforço. Pois bem, na pontuação final desses critérios, ficou faltando um ponto para o Brasil. O nível máximo de pontuação seria de dezesseis pontos. O Brasil ficou com quinze, exatamente por falta da lei de acesso à informação. A cada momento, o País passa por esse constrangimento. É considerado referência, por um lado, na transparência ativa, mas é devedor na transparência mediante solicitação, que é essa tratada nesse projeto.

Podemos passar.

Por que a legislação brasileira atual não satisfaz? Ela cuida essencialmente de disciplinar o arquivamento e as restrições ao acesso; isto é, do que se encontra previsto no inciso XXXIII, a dizer:

> *"Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, [até aí, a norma positiva; em seguida, vem a ressalva] ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."*

Nossa legislação até hoje se preocupou mais em regular a ressalva. Apesar dos avanços, está dito, conclusão, a necessidade premente de um marco legal que regule e operacionalize a primeira parte do dispositivo, que é o direito de acesso.

As leis que nós temos, as principais, são a Lei nº 8.159, de 1991, que é a Lei dos Arquivos Públicos, seria revogada em parte por esse projeto; a Lei nº 9.507, a Lei do *Habeas Data*, será mantida, porque cuida do acesso pela via judicial, não há por que alterá-la; o decreto que classifica o manuseio de informações sigilosas seria revogado, obviamente; e a Lei nº 11.111, de 2005, que é exatamente a que regulamenta a parte final do dispositivo, seria revogada se aprovado for esse projeto.

É fundamental a aprovação pelo Senado desse projeto, que cuida principalmente do seguinte: limita as hipóteses e prazos de sigilo; estrutura o procedimento de requisição de informações pelos cidadãos, o que nós não temos hoje, o cidadão não tem uma norma dizendo exatamente como deve proceder se quer ter acesso a um documento; estabelece regras e prazos para o atendimento do seu pedido e sanções para a hipótese de descumprimento; estabelece procedimento de recursos para os casos de restrição ao aceso; estabelece as instâncias recursais; enfim, dá todo o arcabouço normativo necessário para orientação do cidadão.

As principais alterações sofridas pelo projeto tal como encaminhado pelo Governo ao Congresso, alterações feitas na Câmara, muitas delas, na sua grande maioria, aprimoraram, sem dúvida nenhuma, o projeto inicial, mas algumas merecem um destaque maior. Em primeiro lugar, foi posto um limite nas possibilidades de prorrogação do sigilo. Os documentos classificados no grau mais elevado, ultrassecreto, que tem o prazo de 25 anos renovável por mais 25, em casos absolutamente excepcionais, essa possibilidade de prorrogação foi limitada a uma prorrogação, o que significa que o prazo máximo, nos termos do projeto que veio da Câmara, hoje é de 50 anos.

Outra alteração significativa introduzida pela Câmara foi a que tornou mais explícita a abrangência de todos os Poderes. O projeto inicial não dizia o contrário, mas era focado somente no Poder Executivo federal. O projeto novo é mais explícito quanto ao alcance dos três Poderes, do Ministério Público e também das três esferas de governo, o que coloca alguns problemas. O principal deles – essa é a questão que nos preocupa sobremaneira – é a alteração que foi feita em decorrência disso na composição e nas competência de uma comissão prevista inicialmente no projeto como comissão de ministros, que funcionaria sob a coordenação da Casa Civil, para analisar os casos mais relevantes de classificação ou desclassificação de informações mais sensíveis. A alteração da composição dessa comissão, que agora prevê, além da presença de ministros de Estado, representantes dos demais Poderes, nos preocupa sob o ângulo da sua constitucionalidade, inclusive, não apenas pelo ângulo da dificuldade do seu funcionamento, mas, sobretudo, pela sua constitucionalidade sobre a qual temos seríssimas dúvidas.

Há, inclusive, precedente do Supremo Tribunal Federal considerando, em situações semelhantes a essa, como ofensiva à separação de poderes, além do

possível vício de inconstitucionalidade formal do ponto de vista da iniciativa também, porque foi uma alteração feita na Câmara e que envolve a Administração Pública Federal, competência privativa do Presidente da República. Mas o principal, a meu sentir, é o risco de inconstitucionalidade material substantiva, uma vez que isso se choca, a nosso ver, com a independência e a harmonia dos Poderes. No nosso entendimento, o projeto previa uma comissão ministerial obviamente para tratar somente desses casos extremos no âmbito do Poder Executivo Federal. Caberia ao Senado, à Câmara, ao Judiciário, ao Ministério Público, até por resolução *interna corporis suo*, estruturar algo semelhante para os casos equivalentes de documento no seu âmbito sem esse risco de inconstitucionalidade, que realmente é muito grave e pode prejudicar todos os objetivos que perseguimos com essa lei.

Então, eu pediria extrema atenção, Sr. Presidente, desta Comissão, dessas comissões e dos Srs. Senadores para esse ponto especial. Por último, alguns outros pontos que também foram – ainda, por favor, aquele *slide*

Por último, alguns outros pontos – ainda, por favor, naquele *slide* anterior, por favor – que também nos preocuparam, mas que são questões menores e que podem ser solucionadas mais facilmente.

Um deles, houve uma restrição na lista de autoridades com competência para classificar ou desclassificar documentos, autoridades de um determinado nível, até DAS 5. Isso pode criar dificuldades, na prática, para alguns órgãos em que o volume e a descentralização dessas autoridades na estrutura do Ministério requeira, para maior agilidade, que um número maior de autoridades estivesse capacitada para classificar documentos de determinados níveis de sigilo, evidentemente, não de todos.

Um segundo ponto também é que foi introduzida na Câmara a previsão do encaminhamento obrigatório de decisões denegatórias ao Tribunal de Contas. Pareceu-nos um pouco fora do espírito da norma, embora esteja lá dito que somente nos casos de documentos que tenham que ver com matéria financeira, patrimonial e orçamentária. E, também, ao Ministério Público, no caso de ofensa a direitos fundamentais.

Quanto à designação do órgão responsável por atividades inerentes à transparência, também foi previsto que o Poder Executivo designará esse órgão. No nosso entendimento, a Lei nº 10.683, de 2003, já designa a Controladoria-Geral da União como órgão responsável pela política de transparência pública do Poder Executivo Federal.

Então, fosse talvez desnecessária a previsão de que o Executivo vai designar o órgão. O órgão já existe na estrutura do Poder Executivo Federal, que é a Controladoria-Geral da União.

Também há alguns casos de prazos que foram fixados, que nos parecem apenas de difícil cumprimento. Não temos nada contra a fixação de prazos para o atendimento dos pedidos, para o julgamento de recursos, mas alguns prazos nos preocupam, como, por exemplo, o prazo, salvo engano, de cinco dias para que a Controladoria decida todos os recursos que lhe forem submetidos.

Nós imaginamos, tendo em vista a experiência atual com outros tipos de recursos que a Controladoria recebe, que o volume será de tal ordem, que dificilmente daremos conta de atender a esse prazo.

Então, é apenas com vistas ao respeito à norma que deverá sair do Poder Legislativo que cogitamos, quem sabe, ampliar um pouco esses prazos, para que possamos realmente cumpri-los.

Sou dos que defendem que a norma deve ser ampla na sua formulação, para que possamos ser extremamente rígidos no seu cumprimento, e não o contrário, sermos muito exigentes na fixação da norma e frouxos no seu cumprimento.

Então, é apenas nesse sentido que faço essa ponderação, pedindo a atenção dos senhores quanto a alguns desses prazos. No mais, entendemos que a Câmara dos Deputados aperfeiçoou o projeto – e o fez nos mais diversos aspectos –, e estamos na expectativa de que a tramitação no Senado Federal possa ser a mais rápida e ágil possível, para que o nosso País saia desta posição de um certo constrangimento no contexto internacional, em que avançamos tanto em matéria de transparência, e ficamos devedores de uma lei de acesso à informação.

Muito obrigado. Estarei à disposição para quaisquer novos esclarecimentos. Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós que agradecemos a S. Exª, o nosso Ministro Jorge Hage.

E gostaria de consultar o Plenário, porque entendo que deveríamos ouvir os nossos convidados para, ao cabo, abrirmos para as indagações, participações no debate. (*Pausa.*)

Se assim concorda o Plenário, passo a palavra ao Sr. Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, Conselheiro-Chefe da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores.

Com a palavra, o Sr. Pedro Frederico de Figueiredo Garcia.

O SR. PEDRO FREDERICO DE FIGUEIREDO GARCIA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Ministro

Hage, bom-dia. Bom-dia, Dr. Godoy. Bom-dia a todos, a todas as autoridades presentes.

Foi com grande prazer que o Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento, já há alguns anos, da movimentação legislativa para a criação desse projeto de lei, ou seja, é do nosso vivo interesse, já acalentado há algum tempo, uma lei específica que pudesse servir para que o Itamaraty, nos foros apropriados no exterior, pudesse já apresentar à comunidade internacional aquilo que entendemos como uma legislação avançada sobre acesso do cidadão à documentação por nós motivo de guarda e conservação.

Eu sou chefe da CDO – Coordenação-Geral de Documentação Diplomática -, que trata do arquivo histórico do Itamaraty. O Itamaraty e o Ministério da Defesa, peculiarmente, são os órgãos do Poder Executivo que dispõem de autorização para conservação de seus arquivos.

Esse arquivos são divididos, internamente em Brasília, em dois setores. Primeiro, a Divisão de Comunicações e Arquivo, que trata dos documentos midiáticos, que são produzidos pelo Itamaraty e recebidos pelo Itamaraty; e a CDO – Coordenação-Geral de Documentação Diplomática -, a minha divisão, que trata propriamente do arquivo histórico.

O arquivo histórico recebe toda a documentação posterior a cinco anos de sua produção. Então, a CDO – Coordenação-Geral de Documentação Diplomática -, da qual sou chefe, tem a responsabilidade pela guarda, gestão, supervisão e conservação desses arquivos.

Esse arquivos estão distribuídos entre Brasília e o Rio de Janeiro. O Ministério das Relações Exteriores transferiu-se do Rio de Janeiro para Brasília em 1970, e a alta cúpula da Casa àquele tempo achou por bem transferir os arquivos de 1960 até aquela data, para servirem de subsídios às chefias que estavam sendo então designadas como titulares das divisões e departamentos do Ministério.

O Rio de Janeiro, que é a interface histórica da CDO, acomoda mais ou menos 50 milhões de faces de documentos no Ererio – Escritório de Representação do Itamaraty no Rio de Janeiro. É um arquivo permanente e cíclico, ou seja, é um arquivo fechado, que acomoda toda a documentação histórica do Brasil, em matéria de relações exteriores, de 1808 até 1960. Esse documentos estão acomodados nos arquivos da Marechal Floriano, no antigo palácio do Itamaraty.

Uma das questões primordiais que abordamos no Itamaraty é que não tratamos somente a questão de Arquivo como aquele órgão detentor de papéis, ou seja, já há algum tempo, estamos tentando modificar o pensamento, a mentalidade do funcionário, dando conta de que o Itamaraty não acomoda somente arquivo, ou seja, acomoda memória. Isto é o que é mais importante: a mudança da cultura administrativa do Itamaraty, ao atribuir a nós mesmos a responsabilidade pela memória da qual somos depositários.

Então, o Itamaraty, no Rio de Janeiro, acomoda, como eu disse, 50 milhões de faces de documentos.

Há também uma divisão afeta a nós que é a do Museu Histórico Diplomático, que acomoda 5.633 itens, que é um museu que engloba toda a atividade diplomática do Brasil, antes inclusive de 1808, e nós somos fiéis depositários dessa riqueza museológica.

Dispomos também de uma biblioteca em pleno funcionamento no Rio de Janeiro, como também da mapoteca, que, algum tempo atrás, foi motivo de susto por parte da sociedade, quando houve o desaparecimentos de alguns mapas – ao todo, 42 mapas desapareceram, foi aberto inquérito da Polícia Federal, e, pelo que me consta até agora, ficam faltando só seis mapas para serem restituídos.

Ou seja, esse é o complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro, o acervo memorial, por assim dizer, Sr. Presidente, porque para nós é muito mais importante tratar, mais do que acervo bibliográfico, cartográfico e documental, é tratar como memória. Então, a nossa memória no Rio de Janeiro é esse quadro, ou seja, uma biblioteca e o arquivo histórico propriamente dito.

Aqui no Itamaraty de Brasília, ele tem três sessões. A sessão de Antecedentes, que trata dos casos que são produzidos pelas unidades administrativas do Ministério; o arquivo de correspondência especial, que se trata dos arquivos sigilosos; e do arquivo de correspondência histórica, que tratam dos documentos históricos já em idade avançada.

O Itamaraty acomoda aqui 9,8 km de prateleiras de documentos não necessariamente secretos, são todos os documentos que o Itamaraty engloba; são 9,8 km..

O Ministério produz, anualmente, entre despachos telegráficos, comunicações que o Itamaraty manda para os seus postos e recebe, são mais ou menos 500 mil documentos. Desses 500 mil documentos, 3.000, ou seja, 0,6% são documentos considerados classificados. De 500 mil documentos tramitados pelo Ministério de Relações Exteriores, 3.000 são classificados, ou seja, no livro de reservado, secreto e ultrassecreto.

O Itamaraty dispõe de uma página na Internet, www.itamaraty.com.br, que dá acesso ao público. Nós recebemos aproximadamente cinco pedidos de consultas aos nossos arquivos aqui em Brasília, e outros cinco e, às vezes, mais: oito, dez pedidos de consulta no arquivo histórico do Rio de Janeiro. Chegamos ao ponto de o próprio arquivo do Rio de Janeiro receber mais consultas de estudiosos, do cidadão, de pessoas

interessadas em fazer consulta, do que propriamente o arquivo em Brasília.

Fizemos há pouco tempo, foi em dezembro, um convênio com a Fundação Getúlio Vargas com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para tratar de duas questões. Primeiro, a conservação desse acervo de que dispõe o Itamaraty no Rio de Janeiro e, também, a questão da proposição de uma página em que possam esses documentos, mediante o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, esses documentos estarem devidamente digitalizados. Esse é um trabalho que já está sendo encaminhado e dividido em oito programas.

O Programa nº 1 trata da reavaliação do papel propositivo do Museu Histórico Diplomático, aquele que acomoda 5.633 itens.

O Programa nº 4 vai tratar especificamente da reavaliação de toda a documentação sob guarda do Itamaraty no Rio de Janeiro.

Esse Projeto de Lei ora em tramitação vem ao encontro daquilo que o Itamaraty acha como proposição, ou seja, deixaremos de ser uma unidade meramente passiva na questão da consulta de documentos e passaremos a uma fase de proposição daquilo que chamamos de disseminar perante a sociedade todo aquele acervo que o Itamaraty tem sob sua guarda e gestão.

O Projeto de Lei suscitou algumas preocupações do Itamaraty na questão – inclusive já foi adiantada, conversamos antes com o Ministro Hage – das atribuições dos funcionários em elaborar documentos ditos como classificados. O Itamaraty acomoda 71 divisões e departamentos, e 9 subsecretarias. Pelo espírito daquilo que absorvemos da lei, os secretários, os diplomatas juniores, terceiro secretário e segundo secretário, primeiro secretário, até do próprio nome *secretariu*, ou seja, da possibilidade de redigir documentos de forma confidencial, eles perderiam, pelo menos na nossa interpretação, a atribuição de elaborar esses documentos. Essa elaboração seria a partir de subsecretarias. E sentimos que esse dispositivo poderia, pelo menos de forma muito perfunctória, tirar essa atribuição das 71 divisões de departamento e passar para as novas subsecretarias. Esse é o primeiro ponto

Esse é o primeiro ponto em que expressamos a nossa preocupação.

O segundo ponto trata da constituição da comissão mista de reavaliação das informações. Nós, Ministro Hage, tínhamos posições muito coincidentes a respeito, ou seja, ficaria prevista, de 4 em 4 anos, a reunião da comissão mista para reavaliação de informações. E, como eu disse, dos 500 mil documentos tramitados e produzidos no Itamaraty, 3 mil são classificados.

A nossa preocupação é se, de 4 em 4 anos, a comissão terá força, concentração e tempo suficiente para analisar 3 mil, não digo, mas 1 mil, 4 mil documentos ao longo de 4 anos. É uma tarefa hercúlea; é muito grande essa tarefa e objeto da nossa preocupação, de como viabilizar ao público, na nossa face e interface propositiva, a questão de acesso a essas informações, já que a comissão demandará um tempo enorme para analisar entre 2 mil, 3 mil, 4 mil documentos ao longo de 4 anos. E também de prever um dispositivo no final, Ministro Hage – e estivemos falando nisso –, sobre, se por acaso, a comissão mista de reavaliação de informações não deliberar a respeito, os documentos serão automaticamente desclassificados.

A nossa visão, inclusive, é de que isso, de alguma forma, reviva um mecanismo que existiu alguns anos atrás, que era o decurso de prazo. Ou seja, a aprovação de um projeto por decurso de prazo. Nós entendemos, enquanto Itamaraty, que não seja talvez o caminho ideal de colocar à disposição do público uma fonte documental de uma importância muito grande e uma quantidade muito grande através do mecanismo.

O terceiro aspecto, o artigo 35 que trata da prorrogação. Ou seja, os documentos classificados por 5 anos como sigilo entendemos como de todo insuficiente. Ou seja, estaríamos ab rogando a nós uma faculdade de prorrogar por mais tempo, e somente teríamos uma vez a oportunidade de prorrogar: a fórmula 25 mais 25, enquanto algumas legislações de países com peso econômico, peso político e peso de produção de tecnologia equivalente não dispõem de uma restrição desse tamanho. Ou seja, seriam 25 anos prorrogáveis por mais 25 ou talvez uma outra fração de 25. Manifestaríamos a nossa preocupação de que, por nós, estaríamos de certa forma engessados em uma única prorrogação nesse aspecto.

Recebemos, como eu disse, mais ou menos cinco consultas por dia de estudiosos interessados nos arquivos do Itamaraty aqui, e oito ou dez até, nos arquivos do Itamaraty no Rio de Janeiro.

Sou oriundo da área consular. Fiquei 20 anos trabalhando na área consular do Ministério, prestando assistência a cidadãos brasileiros residentes e domiciliados em trânsito no exterior. Cheguei à CDO há coisa de um ano e dois meses, e uma das primeiras motivações minhas foi justamente isto: tratar de reformar os arquivos e já indexá-los. Ou seja, desenvolver um trabalho de inserção desses arquivos em página disponível na Internet. É um trabalho lento para o qual o Itamaraty, certamente, precisará de um auxílio externo para poder dispor dessa massa documental em um argumento informático para disposição pública, para facilitar o trabalho ao público.

Sou historiador naval armador. Escrevo artigos para algumas revistas navais e freqüento algumas páginas de arquivos, principalmente o arquivo inglês e o arquivo norte-americano, que oferecem uma modernidade extraordinária ao consulente, mesmo no exterior. Esperamos que o Itamaraty possa, com o auxílio da sociedade, com o auxílio inclusive de outras instituições, como, no caso, a Fundação Getúlio Vargas e a Prefeitura do Rio de Janeiro, já começar a implementar esse trabalho de digitalização desses documentos para que aquilo que o Itamaraty já propõe há alguns anos não fique só defensivamente à espera do cidadão, mas que, frequentemente, na página que será publicada, possa dedicar o mês à ciência e tecnologia, às fronteiras. Ou seja,

Ou seja, lançar uma série de programas que possam atrair, de certa forma, o consulente, o público, a se interessarem pelos artigos do Itamaraty. Esperamos que a lei frutifique, e o Ministério está pronto para acatar sugestões para inclusive receber V. Exª. Qualquer pessoa do público está convidada a fazer uma visita aos nossos arquivos para ver e desmistificar alguns pontos, por exemplo, de que o Itamaraty mantém alguma coisa ultrassecreta. Via de regra, me perguntam se o Itamaraty dispõe de documentos secretos sobre a guerra do Paraguai. É uma pergunta que toda hora as pessoas fazem: existe alguma coisa ultrassecreta sobre a guerra do Paraguai? Falo que não existe essa coisa ultrassecreta ou secreta e até lanço um desafio a: dirija-se à página do Itamaraty, faça a consulta e remeta a consulta tanto para o Itamaraty do Rio de Janeiro quanto ao Itamaraty de Brasília. À medida que essas consultas estão sendo encaminhadas ao Itamaraty, acho que muitos monstros estão sendo desmistificados. Bem, esperemos que o processo siga seu curso normal, e a nossa esperança, a do Itamaraty, é que seja aprovado, com as três ressalvas que pudessem ser motivos de observação nossa, que foram feitas ao longo desses estudos nos dois últimos anos. Muito obrigado, desculpem, mais uma vez direciono a vocês a página do Itamaraty. É www.itamaraty.gov.br. No final da página, há um tópico chamado "documentação diplomática" e há um formulário *on-line*, para que as pessoas possam disponibilizar para consultas.

Recebemos ao longo desses um ano e dois meses que estou à frente aproximadamente 150 pedidos de consulta, e nenhum foi recusado. Todos, ao contrário do que diz inclusive a previsão, que é a preocupação de alguns legisladores, fizeram questão de inserir no pedido a razão, dizendo: "olha, a minha motivação é acadêmica", "a motivação é de produzir um artigo," "a minha motivação é de produzir uma tese universitária de mestrado, ou doutorado, ou pós-doutorado." Houve 150 pedidos, ao longo desse um ano e dois meses e, por incrível que pareça. Sr. Presidente, Ministro Hage, houve a inserção do próprio consulente manifestando que o interesse dele residia naquele propósito. Muito obrigado, desculpe qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Descendo ao Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, passo a palavra ao Sr. Guilherme Canela Godoy, coordenador do setor de comunicação e informação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO

O SR. GUILHERME CANELA GODOY– Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Ministro Jorge Hage, Conselheiro Pedro, Senadores e Senadoras presentes, bom dia a todos e a todas. Não cabe a um organismo internacional comentar especificamente as decisões soberanas dos diferentes poderes brasileiros, tanto do Executivo, ao enviar o projeto, quanto do Parlamento em decidir por elementos específicos no equacionamento dessa questão. O meu papel aqui hoje é expor brevemente aos senhores e senhoras como o sistema internacional entende esse tema. A primeira questão para a qual eu gostaria de chamar a atenção é que nós, do ponto de vista da Unesco, como organização do sistema da nações unidas que está responsável por essa questão, entendemos a relevância da política de acesso à informação muito além do combate à corrupção. Entendemos isso como elemento central para o desenvolvimento humano e social do País. Entendo que a entrevista do senhor ontem no *Valor Econômico* deixou também isso claro.

A nossa perspectiva dentro desse amplo entendimento é coincidente com a defesa que a então Ministra Chefe da Casa Civil e hoje Presidente da República, Presidenta Dilma Roussef, fez do projeto de lei em seminário produzido pela Abrage em 2009. A então Ministra Dilma dizia que o problema central aqui é a enorme assimetria informacional que existe no Brasil por vários motivos, inclusive pela ausência de uma legislação com essas características. Ou seja: para nnós, o ponto fundamental aqui é promover maior igualdade informacional. E, sendo o Estado o maior produtor de informação em qualquer democracia, ter uma legislação com essa característica é fundamental.

Então a Unesco está envolvida nisso, porque na divisão de trabalho interno de sistemas das Nações Unidas a Unesco ficou encarregada de ser uma espécie de guardiã do art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que já foi mencionada aqui, hoje, pelo Ministro Hage . Esse artigo é exatamente o que requer dos países membros dos Sistema das Nações Unidas que tenham uma normativa específica sobre o acesso às informações e o direito do cidadão à liberda-

de de expressão, mas que é um direito do qual tem o ofertante das informações, no caso o Estado Nacional, obrigado por um conjunto de regras, parte fundamental da execução dos direitos previstos no art. 19.

Adiante, por favor.

Os nossos motes são esses: a informação é o oxigênio da democracia, quer dizer, nos não conseguimos consolidar a democracia se não for por esse atalho de ter regras claras da oferta de informação pelos governos nacionais. Esse tema como os Srs. e as Srªs devem imaginar não está na Ordem do Dia de hoje, a legislação sueca, por exemplo, sobre esse tema é de 1766. Ainda que a legislação norte-americana seja da década de 60, um dos pais fundadores da democracia norte-americana que está ali já falava sobre esse assunto, àquela época. No entanto, o tema vai muito além como o economista laureado com o prêmio Nobel, Amartya Sen, costuma dizer "*não há constatação de grandes fomes em países onde a imprensa é livre*". E, evidentemente, que para um trabalho de uma imprensa livre ter regras de acesso às informações produzidas pelo Estado é fundamental de novo, porque o Estado é um grande produtor de informações.

Adiante, por favor.

Vou passar rapidamente por isso porque o Ministro Hage já adiantou o meu trabalho, aqui, relembrando os parâmetros internacionais que regulam a matéria, mas eles estão ali todos aqueles, exceto a Carta Africana e a Convenção Europeia e o Brasil é signatário. Portanto é fundamental que o estabelecido nesses diferentes tratados internacionais tenha uma reverberação na legislação infraconstitucional. É preciso dizer que desde um ponto de vista das Nações Unidas nós vemos com muito bons olhos que o Brasil tenha inserido esse tema na Constituição Federal. Isso não é prática comum em outros países, isso é um avanço concreto da democracia brasileira. Muitos países que têm legislação de acesso à informação não disponhem desse tema inserido em suas constituições. Logo, do ponto de vista dos Direitos Humanos isso é uma vitória importante, mas como já foi colocado pelo Ministro é preciso ir além e regulamentar a matéria.

Adiante, por favor.

O Ministro também fez referência a vários desses pontos apresentados: porque a Unesco defende o sistema das Nações Unidas, uma legislação ampla de acesso à informação. Os principais itens estão aí, precisamos entender a informação como um bem público. É um direito do cidadão ter acesso às informações, por isso é preciso que esse direito esteja regulamentado. Ela é uma peça-chave de um debate político informado; a cultura do segredo leva à cultura do rumor; a cultura do acesso tira essa cultura do rumor da ordem do dia e isso é importante para o avanço da democracia.

De novo, o segredo leva à corrupção e, por fim, há um elemento fundamental de entendimento do passado que precisa, também, ser considerado.

Adiante, por favor.

Os senhores têm à disposição essa apresentação, não vou entrar em detalhes, mas um documento muito importante produzido por vários atores governamentais, sociedade civil, jornalistas e organismos das Nações Unidas é essa Declaração de Atlanta, que foi capitaneada pelo Centro Carter. Essa declaração detalha com elementos muito felizes quais são as lógicas principais do acesso à informação. Elas estão aí, o sigilo deve ser uma exceção deve ser aplicado a todos os órgãos de governo, inclusive os diversos poderes e as empresas estatais. O direito de acesso à informação deve se estender a outros atores além do Estado, sobretudo se eles recebem recursos públicos. O direito de receber e solicitar informações deve estar, portanto, regulamentado.

Adiante, por favor.

É fundamental que não haja requerimento de que a pessoa identifique o porquê do pedido de informação; ela deve receber a informação independente da motivação pessoal para aquilo.

Evidentemente, a ideia é a de que o sistema seja de fácil implementação, não complexo, porque estamos falando de todos os cidadãos e cidadãs. As exceções devem estar estritamente definidas.

Pode passar adiante, por favor.

A ideia é a de que não cabe ao cidadão explicar por que ele quer a informação e defender recursos uma vez que a informação foi negada, ou seja, o ônus da prova tem de estar com o detentor da informação, não do lado do cidadão.

A Declaração de Atlanta também fala de uma revelação integral, após um prazo razoável, de quaisquer documentos. Portanto, esses atores que estiveram envolvidos na redação da Declaração de Atlanta entendem que não há espaço no cenário internacional para o chamado sigilo eterno. Isso não quer dizer que exista uma receita de bolo de quantos anos deve durar o sigilo.

É preciso incluir penalidades e sanções claras para aqueles que descumprirem e haver um sistema de apelação caso o pedido do cidadão ou da cidadã seja negado, preferencialmente por uma autoridade reguladora independente.

Pode passar adiante, por favor.

Esse gráfico está explicado no próximo *slide*. Trata-se de recomendação da própria Unesco, mas

está em linha com o que a Declaração de Atlanta, que acabei de mencionar, determina.

Então, estamos falando da existência de uma legislação nacional e da existência de garantias procedimentais, para que o cidadão possa pedir acesso à informação. Haver ferramentas claras e, portanto, uma política de governo eletrônico, de interoperabilidade entre os diferentes atores da administração pública, é fundamental. O sistema de exceções tem de ser claro, como também mecanismos para recorrer das decisões, procedimentos de sanção e ferramentas e mecanismos de promoção.

Eu queria me ater a esse último ponto, porque foi menos tratado pelos meus antecessores. Evidentemente, é essencial que a legislação preveja que o cidadão precisa ser informado que tem esse direito. De outro modo, o cidadão não fará o uso que poderia fazer desse direito, e isso não é trivial. Em vários países, não somente no Brasil, o cidadão e a cidadã entendem que o acesso a informações produzidas pelo Estado é um favor oferecido pelo funcionário público, não um direito intrínseco do cidadão. E essa lógica só será mudada se for propagandeado o que o cidadão tem direito. Imagino, Ministro, que a conferência terá lugar de transparência nos próximos meses e, nos Municípios e nos Estados, será um bom mecanismo para promover esse tipo de direito.

Pode ir adiante, por favor.

Repito: do nosso lado, a questão central é que o acesso à informação é um direito humano e precisa ser garantido. Então, é fundamental pensar o acesso à informação como combate à corrupção. Mesmo se nos encontrássemos em um país incorruptível, ainda assim, seria fundamental que esse direito estivesse presente na legislação.

Pode prosseguir, por favor.

Estamos falando que a garantia do acesso à informação gera um empoderamento da população, uma participação qualificada na vida da pólis, da cidade, do Estado, do País, e isso levará a direitos humanos protegidos e promovidos. Mas é claro que o lado pragmático de gestão pública também está presente. Estamos falando da mesma lógica de que mais transparência leva a menos custos de transação na execução da vida pública, à eficiência na gestão e a um maior desenvolvimento humano.

Adiante, por favor!

Essa é uma ilustração dos países que dispõem de leis de acesso à informação. Como o Ministro comentou, de setenta a oitenta nações já têm suas leis de acesso à informação. Os países que estão mais escuros no gráfico são os que têm legislações mais próximas do que o sistema internacional recomenda. Os mais países mais claros têm legislações menos próximas – ou são inexistentes – do que o sistema internacional recomenda.

Adiante, por favor!

Os senhores e as senhoras podem ter uma ideia do que aconteceu após a aprovação de legislações desse tipo em vários países do mundo. No caso do Reino Unido, em três anos, foram considerados duzentos mil pedidos de acesso à informação. Num primeiro momento, no próprio Reino Unido, cuja legislação é da década passada, do ano de 2000, havia uma resistência dos funcionários públicos, mas, após determinado período, 80% dos dirigentes veem a legislação com bons olhos.

Na Tailândia, 500 mil tailandeses utilizaram a legislação nos primeiros três anos. Nos Estados Unidos, dois milhões de norte-americanos, em 2000, que é a última conta mais precisa que existe, fizeram uso da legislação. E é importante considerar que isso não é uma política pública que pode ser executada a custo zero. Nos Estados Unidos, o custo, no ano 2000, foi de US$250 milhões para a execução da política de aceso à informação. E, no México, que tem um caso muito interessante, por exemplo, é de salientar que 87% das requisições tinham uma característica de relação com a atividade econômica e, portanto, de novo, por isso uma lógica de relação com o desenvolvimento.

Eu queria fazer comentários muito gerais com relação ao caso brasileiro. Mas é importante salientar que o Sistema das Nações Unidas olha com muita satisfação o fato de que a legislação brasileira coloca que documentos que trazem violações de direitos humanos não podem estar sujeitos a nenhum tipo de sigilo, inclusive se adiantando, do ponto de vista de proposta governamental, à própria Corte Interamericana de Direitos Humanos em decisão recente. Além disso, a expansão da legislação para todos os Entes federados e para os outros Poderes também é algo que o sistema internacional está tentando alcançar em outros países, e o Brasil se adianta e coloca isso de maneira muito clara na sua legislação.

Por fim, no ano passado, o Ministro se lembra, nós celebramos o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, e, na Declaração de Brisbane, pedia-se aos países membros da Unesco a aprovação de legislação, celebrando a aprovação na Câmara do projeto de lei, o avanço da discussão na Câmara. Nós esperamos que, no próximo dia 3 de maio, quando de novo celebraremos do Dia Mundial da Liberdade de Expressão, nós possamos comemorar a aprovação no Senado Federal.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas uma vez agradecendo a participa-

ção dos Srs. Convidados, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro como autor do requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que a gente está diante, a partir principalmente do que aqui foi apresentado – e até invocaria muito essa última imagem aqui trazida pelo representante da Unesco –, com o que nós poderíamos chamar de a pressão fatal para a gente discutir essa matéria. Não se trata apenas do aspecto da urgência ou de se atender. Eu diária até mais – e ai um pouco até dirigido às preocupações levantadas pelo Sr. Pedro Figueiredo, do Ministério de Relações Exteriores –, que concordo que há um volume expressivo a partir da documentação expedida, mas acho que a preocupação e todo o esforço feito até agora são justamente para a gente ir criando o ambiente capaz de publicizar essas coisas e, portanto, abrir de uma vez por todas mais do que a história do que está fechado ou do que não está, e permitir que essas condições sejam construídas pelo Poder Público para a gente tornar publicizáveis as informações.

Eu não acredito que haja – pelo menos essa é a minha impressão a partir das conversas que tenho tido com o Executivo, particularmente com a nossa CGU e outras esferas de governo – de parte do governo nenhuma predisposição em retardar essa matéria. Sinto uma preocupação – e aí quero chamar de natural – por parte do Executivo quanto às dificuldades estruturais que ele precisa superar para atender essa demanda.

E aí eu queria tocar em alguns pontos – e diria até tocar nos pontos mais problemáticos dessa questão. Primeiro, acho que já está mais que consagrada essa história de que, tanto no Executivo quanto na sociedade, o debate que foi feito na Câmara...

E a única vantagem que eu tenho, caro Senador Presidente, é que como esse debate eu o acompanhei na Câmara, então é óbvio que tenho uma diferença, meu caro Flexa – e tento colocar isso na velocidade da flecha, pra gente tentar aprovar (*Risos.*) –, e isso cria talvez um ambiente de dificuldade.

Ontem, conversei com alguns Senadores da Comissão de Relações Exteriores, Aloysio, dizendo a eles exatamente isto: não tomem isso como uma disposição de alguém que conheceu o projeto lá, e chega aqui querendo passar o rodo. Não é isso. É muito mais, Flexa, do ponto de vista do que a gente pode ofertar nesse exato momento, e por que a pressão se localiza nessa questão do direito ao acesso. Não só por esses dados apresentados aqui, tanto pela CGU, quanto pela Unesco, a cobrança efetiva, como também por outras coisas: nós nos notabilizamos por uma nova inserção do Brasil no cenário mundial. Neste exato momento, a Presidenta está na China e, portanto, poderia estar debatendo esse assunto com os chineses até com uma certa autoridade maior, se esse projeto já estivesse sido aprovado, no que diz respeito a essa questão do acesso à informação.

Mas, faz o debate com a China sobre a questão de aberturas, ainda que disputamos a abertura de mercado, não há abertura de mercado sem a abertura de informações.

Portanto, esse ambiente é um ambiente que nos obriga a entregar ao Governo brasileiro, enquanto Parlamento, uma ferramenta que, de uma vez por todas, determine essa forma e fecha esse contexto. Esse é o aspecto que é a pressão desse momento. É isso, pois responde a essa questão.

Eu diria que aí nós vamos para uma outra linha, ou seja, essa coisa da requisição de acesso, a forma como isso trabalha sob o ponto de vista dos órgãos públicos, é óbvio que o Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios terão que adequar-se. Nós sabemos disso. E até concordo contigo de que ninguém pega... E o Lázaro falou aí quase 10 km, mas um outro complementa, e se a gente for somar isso aí dá quase uma viagem, uns 15 km, é mais do que uma maratona de pilhas e pilhas de documento e tal.

E vocês podem até perguntar: bom, de que forma nós vamos fazer isso? Acho importante que a gente comece, porque senão essa forma não chega e a gente fica esperando a digitalização desses processos e nós vamos, em nome da digitalização – e, portanto, não é de forma intencional e nem direta –, perpetuando o processo de não acesso às informações.

Então, temos que criar condições para isso. E até eu diria que enquanto digitaliza é possível ir atendendo a essa requisição, usando como resposta não mais os mesmos 15km de prateleira, mas usando as ferramentas que a gente disponibiliza. Quer dizer, o próprio representante do ministério aqui foi enfático e categórico em afirmar que o ministério, na sua página, inclusive a Guerra do Paraguai tão reclamada – já que o senhor é historiador... Amador, me parece, que só da indústria naval, provavelmente (*Risos.*)

Um outro dia até brinquei, pois uma pessoa me fez esta cobrança: Pedro, cobre do Ministério das Relações Exteriores por que a gente não acessa essa página. Eu disse: Rapaz, dê uma lida em José Júlio Chiavenatto, pois se você ler José Júlio Chiavenatto, que tem um livro interessante sobre isso, que se chama "*Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*", aí você poderá até, antes de o ministério lhe responder, terminar conhecendo no relato histórico de José Júlio Chiavenatto, a Guerra do Paraguai.

Então, acho que esse não é o objeto central, não é a pressão. E acho que o Governo não pode ter isso

como um elemento que o pressiona. O objeto do projeto, eu diria, é a linha da frente, como é que a tente trata isso. E, óbvio, permitindo que você frequente as estruturas e as informações do passado, para poder, inclusive, consubstanciar qual é o central. E aí há dois pontos que foram muito bem apresentados pelo representante da UNESCO. Estamos tentando coibir as práticas de corrupção. É óbvio que o nosso companheiro Jorge Hage vai ter um alívio enorme, porque ao invés de correr atrás de tanta coisa ele já vai pegar alguém, de certa forma, precavido. Ninguém de sã consciência, que tem de botar a informação no ar, que é obrigado a disponibilizar as informações, vai querer continuar andando em caminhos tortuosos, porque aí é denunciar a si próprio.

Portanto, o mecanismo não é de pega ladrão nem tampouco vai atrás de informação. É um mecanismo que eu diria de condução, cada vez mais transparente, condução correta, condição proba, condição de você, inclusive, permitir ao cidadão que fique sabendo antes o que o seu governante faz antes da CGU chegar, antes de a polícia prender. Nós até economizaríamos muito as nossas estruturas policiais, porque deslocaríamos todo esse aparato para outra atividade. Então, essa questão que acho importante nós trabalharmos.

Há outro aspecto que se refere aos instrumentos que vamos utilizar para emitir esse acesso. Ou seja, para saber o que é e o que não é solicitado.

Mas vamos na linha do raciocínio do gargalo que é o aspecto do que é sigilo. No meu entendimento, o projeto preserva isso; dá ao Poder Público as condições de dizer, inclusive, essa informação é sigilosa.E dá ao Poder Público a possibilidade de informar e dizer: o que você está requerendo é uma informação de caráter sigiloso, científico, tecnológico, instrumento de defesa. Então, você não deixa de prestar a informação a quem está requisitando e, ao mesmo tempo, informa a ele qual é a natureza daquela informação que, no seu todo, não pode ser publicizada. Então, de certa forma, estamos publicizando aquele conteúdo sem entregar o código fonte. Portanto, esse é que o debate. O projeto prevê isso. Então, não vejo por que esse temor enorme. As coisas que efetivamente desse código fonte não podem sair, porque prejudicam os nossos interesses científicos, os nossos aspectos de defesa. Agora, as informações que, porventura, prejudiquem ou escondam atos de quem quer que seja não são de caráter sigilosos de uma nação, elas não vão interferir no processo de desenvolvimento científico e tecnológico. Elas não vão nos fragilizar do ponto de vista da defesa.

Portanto, acho que nesse aspecto o projeto está claro. Como acontece dos dois milhões de solicitações aqui nos Estados Unidos. Na semana passada, tive oportunidade de tentar pesquisar quais as informações que o Estado americano tinha negado por natureza sigilosa. Encontramos várias de caráter de defesa, de informações, inclusive, de competitividade, questão de desenvolvimento científico. E todas elas foram respondidas exatamente com toda a clareza.

Agora, não vi nenhuma negativa a informações que envolviam gestores, homens públicos. Portanto, isso vai na linha de uma completa possibilidade de trabalharmos com essa questão. Portanto, esse sistema de exceções, na minha opinião, a lei, da forma como está, garante ao Estado, garante ao Poder Público tratar essas exceções, inclusive, com publicização, informando a quem está solicitando a informação. E afirmar: esse é um segredo de justiça; esse é um segredo de Estado e você pode, tranquilamente, dialogar em relação a isso, tendo, efetivamente, depois até o grau de recurso para questionamento sobre essa questão. E aí eu queria, para concluir, tocar em dois gargalos, que acho que sejam talvez os pontos cruciais que teríamos que nos debruçar, meu caro Presidente, para resolver o que vamos fazer com o projeto.

O primeiro deles, eu queria dizer, Sr. Pedro Garcia, que eu não veria com bons olhos a gente mexer no prazo e, portanto, era uma das coisas que eu acho seria importante a gente manter. Acho que poderíamos adotar uma postura de experimentar com essa feição que está no projeto e, até em conjunto, a gente trabalhar. Se não fica aquela história do velho debate se é o prazo eterno. Acho que não. Acho que a gente poderia aquiescer e tentar trabalhar com essa divisão que foi feita, para a gente experimentar e buscar uma resolução.

O outro problema se localiza na comissão mista. Acho que esse é o nó para a gente conseguir resolver a questão.

Primeiro, acho que a comissão é importante para ela inclusive dar esse caráter dos quatro mil processos a que o senhor se referiu, que ela pode analisar, de que forma trataríamos isso. Na minha opinião, ela não deveria ser uma comissão, nesse raciocínio que foi feito, de a comissão ser convocada para ir lá e analisar. Pelo volume e pela necessidade, e até admitindo que se nós tomarmos como referência o que se processou no mundo inteiro, quando um projeto dessa natureza passou a vigorar, é sinal de que precisamos de uma comissão permanente. Isso tem que ser um trabalho contínuo e não esporádico: "Vai lá, chama ali, reúne ligeiro, menino, bota uns quatro ou cinco para a gente analisar". Isso não funciona. A magnitude desse projeto não é para isso. A magnitude desse projeto é para

ter algo funcionando permanentemente. Então, essa comissão tem que ser exatamente nessa linha.

E aí ela enfrenta um problema que precisamos resolver aqui. Estou falando nós porque somos nós que vamos resolver. Afinal de contas, como diz o outro, "o abacaxi está em minha mão para resolver" mas eu preciso compartilhar. Trata-se da emenda que foi feita na Câmara que, nessa comissão, ajusta-se a essa comissão o Judiciário e o Legislativo. Já estudei e conversei com diversas figuras para a gente tentar ver uma forma de desmembrar isso, sem necessariamente ser caracterizado como uma emenda, um acréscimo, uma modificação. Tentei ver a possibilidade da chamada aglutinativa usada de forma transversa, aglutinando dentro do próprio texto, fazer uma redistribuição, sem enfrentar essa dificuldade do processo de emenda do projeto, o que permitiria a sua volta à Câmara dos Deputados. Não está fácil. Por que isso? Porque, na realidade, todos os nossos consultores, com quem vamos conversando, o pessoal insiste em dizer que pela forma como está a Comissão Mista, ela tornar-se-ia inconstitucional, pelo fato da participação do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Poder Executivo. Estaríamos criando algo incompatível com o que é previsto na nossa Constituição; na legislação, não encontraríamos amparo para isso.

O maior problema que enfrentamos agora é exatamente essa modelagem para a constituição e funcionamento da Comissão Mista.

De resto, eu queria dizer que não temos problema nenhum, nenhum e poderíamos tocar o projeto.

A proposta que estamos fazendo é tentar tocar essa matéria desse jeito. O problema do funcionamento da comissão – deixa eu até socializar com os membros da mesa – seria a ideia de separarmos a comissão do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, para que essas comissões no âmbito de seus próprios poderes pudessem fazer a análise. Portanto, você não tem como obrigar que esses três poderes se reúnam numa única comissão e façam uma avaliação. É como se cada poder pudesse agora fazer um processo em conjunto para analisar a si próprio. Quanto aos requerimentos, às informações, a idéia seria tentar ver se a gente teria possibilidade de desmembrar essas comissões, a do Executivo tratava lá no âmbito do Executivo, assim como a do Legislativo e a do Judiciário.

Do ponto de vista da redação do projeto, estamos encontrando dificuldade, porque a redação que saiu da Câmara sai um pouco amarrada.

Fala das comissões mistas – fala da comissão mista, perdão, e a emenda, na Câmara dos Deputados, acresce a essa comissão a presença do Legislativo e do Judiciário.

Então, encontrando a solução para isso, a proposta nossa é votar esta matéria aqui. E, se não for possível esse tipo de entendimento e essa costura, aí nós teríamos de negociar com a Câmara dos Deputados a volta do projeto para corrigir essa questão, até para a gente não correr o risco. Aí também há outro detalhe crucial: essa matéria, se porventura tiver de ser vetada por conta da inconstitucionalidade da comissão, nós matamos o projeto. Então, por exemplo, não dá para ser a gente que crie um caminho para permitir que o projeto possa ser esquartejado a partir de uma interpretação constitucional.

Volto a insistir: a comissão é um dos pontos centrais, é a espinha dorsal, faz parte da espinha dorsal desse projeto. Então, nós queremos essa comissão permanente efetivamente como ponto central para que essa comissão tenha oportunidade de estabelecer esse trabalho importante de abertura das informações.

É isso que eu tinha a colocar, Sr. Presidente, e na realidade até agradecer a presença a todos os três representantes, tanto da CGU, do Ministério e da Unesco, e dizer que o esforço que nós vamos fazer, ainda no dia de hoje, ao final desta Comissão, é tentar ler o relatório do projeto. Nós negociamos ontem com o Líder do Governo e o Líder da Minoria, Flexa, a possibilidade de a gente levar o projeto a plenário, de preferência até o dia 3 de maio – o dia 3 de maio não é o dia do meu aniversário; eu até sou de maio, mas não do dia 3, sou do dia 25. Mas o dia 3 de maio é um dia importante para a gente por ser uma data, uma referência mundial, exatamente de liberdade de expressão, que combina exatamente com todo esse aspecto. A ideia nossa é tentar aprovar essa matéria em plenário até o dia 3 de maio, portanto, entregando essa legislação.

O esforço agora é o esforço em conjunto, para a gente buscar corrigir essa distorção. E é este o apelo que faço aqui ao Governo, na figura das duas representações aqui, tanto do Ministério de Relações Exteriores, quanto do nosso Ministro Jorge Hage, da CGU: no sentido de que nós nos debrucemos exatamente para exclusivamente a superação dos problemas que envolvem a inconstitucionalidade ou não de um conserto no projeto de lei.

No restante, acho que valeria a pena a gente experimentar essa lei da forma como ela está, experimentá-la, ter a oportunidade de praticar aí esse bom exercício da informação. Mais do que dar satisfação para o mundo é dar satisfação para o povo brasileiro. Acho que essa é uma questão importante, e mais do que responder a organismos internacionais é a gente ter a oportunidade de dizer "olha, fizemos o nosso dever de casa, buscando de forma muito eficiente colocar

as estruturas públicas funcionando a serviço do povo e, consequentemente, com um grau cada vez mais de utilização daquilo que as ferramentas do momento nos possibilitam, que é a completa e total transparência dos nossos atos como homens públicos.

Era isso, Sr. Presidente o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador, eu gostaria de dizer aos senhores convidados que, tendo em vista que temos mais um Senador inscrito, nós vamos dar oportunidade para que o Senador Randolfe possa fazer a sua exposição e as suas colocações. Aí, então, ouviremos todos os convidados. Reafirmamos que entendemos também, na condição de Presidente, que o acesso a informação é fundamental para que nós possamos garantir os direitos da democracia, para que possamos ter mais controle contra a corrupção, mas controle sobre a efetividade dos direitos humanos. Portanto, esta Comissão, ao encerrar daqui a pouco esta audiência pública, vai imediatamente convocar uma sessão extraordinária para leitura do relatório do PLC 41, ouvidos, obviamente, os Srs. Senadores, para que nós possamos, na próxima reunião deliberativa, já colocar em votação o parecer do PLC 41 e, assim, tentar cumprir o nosso objetivo de levar à votação, no dia 03 de maio, esse PLC no plenário do Senado da República.

Dito isso, eu passo a palavra ao eminente Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Eu me considero satisfeito com a exposição do Ministro Jorge Hage, do representante do Itamaraty e do representante da Unesco. Eu não teria maiores considerações a fazer, nem indagações sobre as suas exposições.

Quero, na verdade, fazer uma consideração, Presidente, sobre o teor do projeto, ao mesmo tempo pedindo desculpas ao senhor e aos nossos convidados, porque, tal e qual o Senador Pedro Taques, eu também sou da Comissão de Constituição e Justiça. Faço questão de fazer essa consideração e terei, lamentavelmente, de me retirar para ir para a reunião da outra comissão.

Presidente, a *Folha de S.Paulo* de hoje mostra para a gente a necessidade de, o quanto antes, aprovarmos essa legislação.

A coluna Poder da Folha vem com a seguinte manchete: "Aeronáutica monitorou políticos após a ditadura", revelando que, durante os Governos do Presidente José Sarney, do Presidente Fernando Collor e do Presidente Itamar – coincidentemente, nossos três Presidentes da República que estão aqui, no Senado –, a Aeronáutica acompanhou e monitorou o movimento de um conjunto de organizações políticas de esquerda, entre elas, o Partido Comunista, a corrente, Walter, Convergência Socialista, do Partido dos Trabalhadores, o Partido Popular Socialista e o Movimento dos Sem Terra, segundo dá conta a notícia, que é baseada na abertura dos documentos da Aeronáutica, expostos a partir de ontem no Arquivo Nacional.

Ora, Presidente, isso prova que essa legislação que o Senador Walter Pinheiro relata é a conclusão do nosso processo de transição democrática, do nosso longo e penoso processo de transição democrática.

Lembro que, tal e qual o Ministro Pedro Figueiredo – não sei se o Walter também –, eu também sou historiador. Aí, lembro que, na ditadura, a partir da segunda parte do período de exceção, havia a célebre expressão de abertura lenta, gradual e segura.

Nós tivemos um processo de transição que me parece tão lento quanto o processo da pretensa abertura, que em nada abriu, do período de exceção que vivemos, porque o processo de transição democrática – e foi assim nos nossos países vizinhos, foi assim na Argentina, foi assim no Uruguai e, pasmem, com a mais cruel ditadura que teve no Cone Sul, que foi a ditadura chilena, foi assim também – para o estado de Direito, em especial nesses países que citei, da América Latina, teve como pressupostos a vigência de uma lei de acesso à informação e a constituição de uma comissão nacional de conciliação.

Nós ainda não aprovamos a nossa Comissão da Verdade, que está na Câmara dos Deputados, e, vejam, nós estamos, 25 anos após o fim do período de exceção, sob o advento de uma Constituição democrática. Nós ainda não aprovamos a nossa Comissão Nacional de Conciliação e a nossa Comissão Nacional da Verdade, mesmo 22 anos após o nosso texto constitucional de 1988.

Vejam que o texto constitucional de 1988 fala por três vezes no acesso à informação, e a primeira vez que cito o acesso à informação é na coluna vertebral da nossa Constituição, que é a declaração de direitos nossos, a declaração de Direitos e Garantias Individuais, então, fala três vezes nisso, e nós não conseguimos ainda aprovar uma legislação, no nosso País, de acesso à informação, mesmo 22 anos após o advento da nossa Constituição redemocratizadora.

E, por fim, esse documento de hoje, noticiado pela *Folha de S.Paulo,* mostra claro, reafirma a urgência que temos. Ou seja, Walter, a investigação, por parte das Forças Armadas brasileira, da vida civil, após o advento da democratização, isso era uma informação que deveria ter sido de acesso público há muito menos tempo do que 15 anos depois. Esta matéria, hoje,

da *Folha,* demonstra o quanto urgente e necessária é a legislação.

Por fim, o prazo estabelecido aqui no art. 23, §2º – documentos ultrassecretos, 25 anos; documentos secretos 15 anos – acho mais do razoável. Vinte e cinco anos, vejamos: 25 anos é um tempo geracional; é um tempo de uma geração o prazo de 25 anos. Então, 25 anos é o prazo mais do que suficiente para darmos cabo ao conjunto das informações de acesso restrito ao Estado, que está preceituada no art. 23 da Lei. Vinte e cinco anos é o prazo de uma geração. Mais tempo que isso é desnecessário. Talvez nem precisamos – reitero – Walter não é historiador, mas fez uma ótima referência histórica à obra do professor José Júlio Chiavenato, sobre a Guerra do Paraguai. Parece-me que já temos bastante informações sobre a Guerra do Paraguai. Eu quero ter maiores informações sobre o período de 1964 e 1985. Sobre estes períodos que quero ter maiores informações. Quero saber, por exemplo, qual foi o comportamento nosso em relação associada ou não com as outras ditaduras que havia no cone sul, notadamente na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Chile. Quero saber o que é verdade, o que é fato, o que é ficção das informações que falam por exemplo, da Operação Condor. Essas informações são mais recentes, e a elas eu quero ter acesso. Essas, parecem-me fundamentais ser de acesso de todos nós. Eu acredito que precisamos ter acesso a essas, visto que, hoje, soubemos de algo de uma investigação ocorrida sobre a vida civil brasileira, há menos de 15 anos e depois da redemocratização. Hoje que soubemos, em 2011, através da abertura dos documentos do Arquivo Nacional.

Então, o quanto antes, Presidente, temos de aprovar essa legislação.

Belíssima a sugestão de Walter da data que nos foi indicada, para o dia 3 de maio, para a aprovação dessa legislação.

Era importante, hoje, a Presidente da República falar, na China, com autoridade sobre direitos humanos. E nós não podemos falar com plena autoridade em direitos humanos, porque ainda não temos uma legislação que consagre os princípios estabelecidos na nossa Constituição há 21 anos.

Então, quero, nesta Comissão, Presidente – para concluir –, expressar o meu total apoio ao Relatório do nobre Senador Walter Pinheiro, e pela aprovação do projeto, na íntegra, como está e o quanto antes ele possa ir ao Plenário, para termos orgulho de ser um dos países deste mundo que tem uma lei geral de acesso do cidadão às informações do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Consultados há pouco, tanto o nosso querido Dr. Canela, Coordenador da Unesco nesse debate, bem como o professor Pedro Garcia, Conselheiro do nosso Ministério de Relações Exteriores, disseram que não precisariam das suas considerações finais. Assim sendo, passo a palavra para o Ministro Jorge Hage para as suas considerações finais, agradecendo desde já a participação e a presença dos senhores convidados a esta audiência pública.

Com a palavra o Ministro Jorge Hage.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE – Sr. Presidente, resta-me apenas, muito brevemente, fazer duas considerações até para ajudar a Comissão, para que ela possa se dedicar à próxima etapa, que é a leitura do relatório, e, como V. Exª acabou de dizer, para a convocação imediata, em seguida, nos próximos dias, das sessões para votação do projeto, que é o que todos queremos.

Duas considerações muito rápidas. Primeiro, quero parabenizar o Senador Randolfe Rodrigues pela sua excelente imagem ao dizer que a aprovação dessa lei seria a conclusão do processo de transição democrática do Brasil. Acho extremamente feliz essa colocação. De fato, o Brasil tem dado passos da maior importância no rumo da completude dessa transição; tornou-se, em poucos anos, referência mundial em matéria de transparência ativa, por iniciativa própria, em matéria orçamentária e financeira, com o seu Portal da Transparência, que hoje é modelo para o mundo. Mas ainda somos devedores, cobrados insistentemente pela falta de uma lei de acesso à informação ampla, para que atenda às demandas do cidadão no que nós chamamos transparência passiva, ou mediante provocação. Seria, sem dúvida, o coroamento da nossa transição democrática.

Quero também dizer ao Senador Walter Pinheiro que endossamos integralmente a estratégia de S. Exª com vistas a buscar a aprovação, no dia 3 de maio, se possível, no Dia Internacional pela Liberdade de Informação, desse projeto.

Costumo dizer que nós precisamos ter essa lei. O ótimo é inimigo do bom. Não podemos mais ficar esperando a lei dos sonhos de cada um sem nenhum reparo, sem nenhum ponto que poderia estar melhor nisso ou naquilo. Eu próprio fiz alguns comentários sobre prazos. O prazo de cinco dias para a CGU decidir todos os recursos vai ser extremamente difícil, mas é evidente que quero essa lei no dia 3 de maio, ainda que seja com o prazo de cinco dias.

Sem dúvida nenhuma, há senões, é claro. Buscar um consenso numa matéria dessa com 81 Senadores, 513 Deputados e 30 ministérios é, evidentemente, a busca do consenso possível. A mim me parece que nós atingimos o consenso possível com uma única ressal-

va, que é a comissão, por um problema constitucional. Este, a meu ver, é o único problema real. Todos os demais nós todos juntos conseguiremos superar.

Muito obrigado. Minhas congratulações ao relator, ao Presidente e aos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo mais uma vez a presença de todos os nossos convidados, agradecendo a presença do nosso Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Ministro Jorge Hage Sobrinho, antes de encerrar, submeto a Ata desta reunião conjunta à deliberação do colegiado, às Srªs e aos Srs. Senadores.

Aqueles que concordam com a aprovação da Ata permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

Declaro encerrada esta reunião conjunta. Ao mesmo tempo, declaro que, havendo número regimental, vamos abrir, logo a seguir, a 8ª Reunião Extraordinária da nossa Comissão, para que possamos fazer a leitura do relatório do PLC nº 41.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e encerro a 7ª Reunião Extraordinária da Sessão Conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Direitos Humanos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 03 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011.

Às onze horas e nove minutos do dia treze de abril de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim Argello. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. Comparecem à reunião o Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, os Deputados Federais Carlos Souza e Sabino Castelo Branco e o Deputado Estadual Francisco Souza. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o parecer é pela aprovação. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Irlene Martins Pinheiro, Secretária Adjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – SENADOR **EDUARDO BRAGA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, que se realiza nesta data.

Dando prosseguimento a esta reunião, passamos ao item 1 da pauta e concedemos a palavra para S. Exª o Senador Walter Pinheiro para que apresente o relatório do PLC nº 41, que trata do acesso à informação na República Federativa Brasileira.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero primeiro agradecer imensamente a V. Exª, Sr. Presidente, pela presteza, colaboração e disposição para este debate.

E até reafirmar aqui o que é de nossa parte, portanto fazendo coro com as ponderações que foram feitas durante o debate e ao mesmo tempo em relação ao que seria o nosso caminho tático para aprovação da matéria, informar que vamos fazer aqui a leitura do relatório, na perspectiva de avançarmos nesses entendimentos.

Portanto, na próxima sessão a expectativa é que já tenhamos a oportunidade de uma negociação de procedimento. E se essa negociação a contento permitir a votação da matéria *ipsis litteris* a que recebemos da Câmara, nós levaremos a plenário. Senão, num acordo com Senado e Câmara, nós faremos os ajustes aqui e tentaremos negociar com a Câmara a possibilidade de a Câmara votar isso ainda no dia 3 de maio, o que não vai ser fácil, admitindo que nós teríamos a oportunidade de fazer essa apreciação no dia 26 ou 27 de abril, mais ou menos.

Portanto, é bom esclarecer isso para não restar nenhuma dúvida.

Então, vou fazer a leitura do relatório para que nós possamos aprová-lo e aí permitir, do ponto de vista regimental, se algum Senador quiser pedir vista ou coisa do gênero, a gente já teria ultrapassado essa etapa.

Então, vou começar fazendo a leitura direta do relatório.

Em cumprimento ao rito legislativo, após a tramitação na Câmara dos Deputados e exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – e é bom lembrar este aspecto: a nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já examinou e aprovou essa matéria, portanto estamos já tomando uma decisão depois de a CCJ ter se posicionado – desta Casa, encontra-se sob exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Projeto Lei da Câmara (PLC) nº41, de 2010 (nº 2019, de 2003, na casa de origem).

Vou direto à proposição, Sr. Presidente.

A proposição vazada em 47 artigos está dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo, arts. 1º ao 5º, define a abrangência do diploma legal, fixa diretrizes e define conceitos básicos. O *caput* do art. 1º declara que a lei dispõe de procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso às informações previsto no inciso XXIII, do art. 5º; do inciso II, do §3º do art. 37; e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Fica estabelecido que estão subordinados ao regime da lei proposta aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo as Cortes de Conta e Judiciário e do Ministério Público e as autarquias, fundações públicas e empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No art. 2º, *caput*, determina que a lei também se aplica às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam para realização de suas ações de interesse público recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contratos de gestão, termos de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

O art. 3º estabelece as diretrizes para a garantia do acesso à informação pela administração pública.

O art. 4º apresenta as principais definições que compõem a iniciativa: informação, documento, formação sigilosa, informação pessoal, tratamento da informação, disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade.

O art. 5º afirma ser dever do Estado garantir o direito de acesso à informação que será franqueada mediante procedimentos objetivos e ágeis de forma transparente, clara e em uma linguagem de fácil compreensão.

O capítulo 2º desta proposta de lei, através dos seus artigos 6º a 9º – portanto artigo 2º ao 9º –, dispõe sobre o acesso à informação e sua divulgação.

O art. 6º estabelece caber aos órgãos e entidades do poder público uma gestão transparente da informação, sua proteção, bem como a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal. É bom acentuar isso aqui à guisa inclusive de dar resposta a algumas ponderações feitas durante o dia de hoje sobre a questão das informações sigilosas.

Observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição ao acesso, o *caput* do art. 7º relaciona os direitos compreendidos pelo projeto, entre os quais: informação contida em registro de documentos produzidos ou acumulados por seus órgãos e entidades; informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com órgãos ou entidades; informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; informação sobre atividade exercida pelos órgãos e entidades; informações pertinentes à administração do patrimônio público bem como a utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.

O §1º do art. 7º traz a ressalva de que aí não estão compreendidas informações referentes a projetos de pesquisa, desenvolvimento científico ou tecnológico cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

O § 2º define que quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa fica assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação – fazendo aquilo a que me referi aqui, Sr. Presidente, durante o processo de debate, aquilo vai de certa forma com uma tarja ou com a eliminação da informação – da parte sob sigilo.

O §3º preceitua o direito de acesso aos documentos ou informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo que será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

O §4º do mesmo art. 7º prevê que a negativa de acesso à informação objeto de pedido formulado aos órgão e entidades quando não fundamentada sujeitará o responsável a medidas disciplinares nos termos do art. 32.

Por seu turno, o *caput* do art. 8º estabelece ser dever dos órgãos e entidades públicas promover inde-

pendente de requerimentos a divulgação no âmbitos de suas competências de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidos ou custodiados. Isso aqui é a publicização dos atos independente da requisição de informações.

O §2º determina que os órgãos e entidades públicas deverão divulgar informações em sítios oficiais da rede mundial de computadores, Internet, que garanta a autenticidade e integridade das informações disponíveis para o acesso.

Já o art. 9º determina que o serviço de informações aos cidadãos nos órgãos e entidades do poder público deve ser criado em local com condições apropriadas a orientar o público quanto ao acesso à informação.

O capítulo 3º do próprio projeto está dividido entre a sessão 1, que trata do pedido de acesso e a sessão 2, que trata de recursos em caso de denegação. A sessão 1 é composta pelos artigos de 10 a 14 e o art. 10, no seu *caput*, estipula que qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades por qualquer meio legítimo, vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

O *caput* do art. 11 prevê que o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que recebeu o pedido deverá, em prazo não superior a 20 dias, comunicar as razões de fato ou de direito da recusa e indicar, se for do seu conhecimento, órgão ou entidade que a detém. O prazo referido poderá ser prorrogado por mais 10 dias, mediante justificativa expressa da qual será cientificado o requerente.

Por outro lado, o §4º prevê que, se não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazo e condições para interposição devendo ainda ser lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

O *caput* do art. 12 declara que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documento pelo órgão ou entidade pública consultados, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único isenta de ressarcir os custos previstos no *caput* todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Na sessão segunda do capítulo 3º estabelece o caput do art. 15 que, em caso de indeferimento de acesso às informações, ou as razões de negativa de acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão do prazo de 10 dias a contar da sua ciência.

O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada e que deverá se manifestar no prazo de cinco dias.

O *caput* do art. 16º estabelece que, negado o acesso à informação pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará num prazo de cinco dias sobre o ocorrido. O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará num prazo de cinco dias.

O §3º declara que, negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações a que se refere o art. 35.

Nos termos do art. 17, *caput,* a proposição estabelece que, no caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolada em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação, formações essas previstas no art. 35 e no disposto no art. 16.

Já o art. 18 consigna que os procedimentos de revisão de decisões denegatórias proferidas num recurso previsto no art. 15 e de revisão de classificação e documentos sigilosos serão objeto de regulamentação própria dos Poderes Legislativos, Judiciário e do Ministério Público em seus respectivos âmbitos, assegurando aos solicitantes, em qualquer caso, o direito de ser informado sobre o andamento do seu pedido.

O art. 19, *caput*, declara que, uma vez negado o acesso à informação e improvido recurso a que se refere o art. 15, nos órgãos e entidades públicas, deverão informar aos Tribunais de Contas em cuja fiscalização estiverem submetidos pedidos de informações indeferidos acompanhados das razões das denegações, quando se tratar de matéria sujeita à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das referidas cortes.

O §1º diz que quando se tratar de informações essenciais à tutela de direitos fundamentais ou órgãos e entidades públicas, deverão encaminhar ao Ministério Público os pedidos de informação indeferidos acompanhados das razões da denegação.

O §2º preceitua que os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público respectivamente as decisões que em grau de recursos negarem acesso às informações de interesse público. .

Por fim, o art. 20 determina a aplicação subsidiária no que couber a Lei nº 9.784, de 29/01/1999, lei essa que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal ao procedimento de que trata o *caput* do artigo do capítulo 3.

O capítulo 4 dispõe sobre as restrições de acesso à informação e está dividido em quatro sessões. A primeira trata das disposições gerais compostas pelos arts. 21 e 22. O art. 21, *caput*, declara que poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. E o § único diz que as informações e documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

O art. 22 preceitua que o disposto na lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta da atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

A segunda sessão trata da classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilo. O art. 23 elenca as informações que são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estados.

Já o art. 24 prevê que a informação em poder dos órgãos e entidades públicas observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

O § 1º estabelece que os prazos máximos de restrição de acesso à informação conforme classificação prevista no *caput* vigoram a partir da data da sua produção e são as seguintes: ultrassecreta, 25 anos; secreta, 15 anos; reservada, 5 anos.

Além disso, o § 2º do mesmo art. 24 consigna que as informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente, Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos ou filhas serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato em caso de reeleição.

O §3º estabelece que poderá ser estabelecido no termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

E o § 4º firma que, transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que define o seu termo final, a informação tornar-se-á automaticamente de acesso público.

O § 5º estatui que para classificação de informação em determinado grau de sigilo deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível considerados:

1) a gravidade de risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

2) o prazo máximo de restrição de acesso ou evento que defina seu termo final.

A sessão 3ª dispõe sobre a proteção do controle de informações sigilosas. O art. 25 estabelece que o acesso à divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos às pessoas que tenham necessidade de conhecê-las e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízos das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei. E prevê que o regulamento disporá sobre procedimentos de medidas a serem adotadas para o tratamento das informações sigilosas.

O art. 26, *caput*, determina que as autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a ela subordinado hierarquicamente observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

A sessão 4ª do capítulo 4º trata de procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação do sigilo de informações e abrange os arts. 27 a 30. O *caput* do art. 27 estabelece as competências para classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública.

O *caput* do art. 28 consigna os elementos que devem estar contidos em decisão sobre a classificação de informação em qualquer grau de sigilo.

O art. 29, *caput,* estipula que a classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior com vistas a sua desclassificação ou redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 24.

Já o art. 30, no seu *caput*, consigna que a autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará anualmente em sítio à disposição na Internet informações sobre documentos desclassificados e o relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos, indeferidos, bem como as informações genéricas sobre os solicitantes.

A sessão 5ª do capítulo 4º, art. 31, trata das informações pessoais, estabelece as diretrizes que deverão ser seguidas no tratamento das informações pessoais, especialmente no que diz respeito à restrição de

acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem da pessoa.

O capítulo 5º trata das responsabilidades dos agentes públicos, civis e militares em caso de condutas ilícitas relacionadas com as informações do que trata as proposições do arts 32 a 34.

Por fim o capítulo 6º, arts. 35 a 46, estabelece as disposições finais transitórias, estabelece o prazo de 180 dias a contar da publicação da lei para que entre em vigor e também para que seja efetivada a sua regulamentação pelo Poder Executivo – arts. 42 e 46 –, além de determinar caber ao Estado, ao Distrito Federal e aos Municípios as correspondentes regras específicas observadas as normas gerais consignadas à proposição. E o art. 47 revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005 e regulamenta a parte final no disposto no inciso XXIII do art. 5º da Constituição Federal e os seus arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Então, Sr. Presidente, eu vou poupar aqui o restante, já que fiz questão até de ler essa parte, mais até do que a análise. A análise é um objeto muito mais da impressão pessoal e obviamente de natureza mais política do relator e acredito que é importante que a gente, na sequência... E aí eu quero encerrar dizendo, até por conta desse objeto e dessa estruturação, que nós somos pela aprovação da matéria. Acho que é importante, principalmente um dos termos aqui utilizado no último parágrafo desta análise e aí muito mais – volto a frisar – da minha impressão, tanto no que diz respeito à ordem jurídica administrativa das democracias modernas, a palavra de ordem é transparência.

Cheguei a usar a expressão menos segredo, portanto vamos reservar espaço para os segredos que podem efetivamente continuar como segredos. Mais acesso a processos de decisão e documentos governamentais. Dessa forma estamos certos de que essa lei será de suma importância para fomentar no País a cultura de transparência, de controle social e da administração pública.

Dessa forma, meu voto, pelas razões expostas e reconhecido o elevado mérito da iniciativa, somos de parecer pela aprovação do projeto de lei da Câmara dos Deputados de nº 41, de 2010, na forma original daquela Casa legislativa.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ilustre Senador Walter Pinheiro, agradecendo a V. Exª pela pronta leitura do parecer do PLC 41, faço o registro da presença de S. Exª o Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, visitando a nossa Comissão no dia de hoje. É um honra e um prazer recebê-lo em nossa Comissão.

Registro também a presença dos Deputados Federais Sabino Castelo Branco e Carlos Souza, do Estado do Amazonas.

Não havendo número regimental para deliberação sobre o parecer, encerro esta sessão extraordinária, convocando uma nova sessão para o dia 20.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 09ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia dezenove de abril de dois mil e onze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Benedito de Lira e Marinor Brito, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Ribeiro, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim Argello e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Requerimento nº 16, de 2011 – CCT,** de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer "..., nos termos do Art 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada reunião deliberativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o objetivo de discutir e votar o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação." O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, **Irlene Martins Pinheiro, Secretária Adjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – SENADOR **EDUARDO BRAGA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 19 de abril de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores,

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Dando prosseguimento a esta reunião, passamos ao Item 1 da pauta:

Item 1:

REQUERIMENTO Nª , DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal seja realizada reunião deliberativa da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com o objetivo de discutir e votar o PLC nº 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação.

Em discussão. (*Pausa*.)

Em votação. (*Pausa*.)

Aprovado.

Quero, portanto, dizer que, com a aprovação desse requerimento, fica imediatamente convocada essa reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Diretos Humanos, que ocorrerá a seguir como extrapauta.

Encerro, portanto, a 9ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, convocando as Srªs. e os Srs. Senadores para uma reunião extraordinária conjunta com Comissão de Direitos Humanos.

Encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11horas e 41minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia dezenove de abril de dois mil e onze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Benedito de Lira e Marinor Brito, Ana Rita, Wellington Dias, Pedro Simon, Paulo Davim, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, João Pedro e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Ribeiro, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Marta Suplicy, Magno Malta, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Demóstenes Torres e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de reunião deliberativa conjunta atendendo ao **Requerimento nº 16, de 2011-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga, que requer "..., nos termos do Art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada reunião deliberativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o objetivo de discutir e votar o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação." O Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Pedro Taques, Humberto Costa e Pedro Simon. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências." O relator designado é o Senador Wellington Pinheiro e o parecer favorável com as emendas nº 01, 02, 03 e 04– CCT é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráfi-

cas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Irlene Martins Pinheiro**, **Secretária Adjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrásse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – SENADOR **EDUARDO BRAGA,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; – SENADOR **PAULO PAIM,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 16ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 19 de abril de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Dando prosseguimento a esta reunião, passamos ao item 1 da pauta.

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010
(Não terminativo.)

> Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

Tendo em vista ser esta uma reunião deliberativa conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, comunico que serão realizadas duas votações, uma para o relatório do Senador Walter Pinheiro, Relator na CCT, e outra para o relatório do Senador Humberto Costa, Relator na CDH.

Pergunto ao Senador Walter Pinheiro se deseja fazer uso da palavra, uma vez que o relatório da CCT já foi lido na última reunião. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, com relação ao relatório lido na última reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, nós já havíamos expressado a opinião acerca de correções, buscando ajustar o texto para evitar prováveis vícios de inconstitucionalidade.

Portanto, quero apresentar a esta Comissão emendas ao relatório que apresentei na última reunião. Volto a insistir: emendas de redação, portanto, sem alterar o conteúdo, sem alterar o texto apresentado, mas promovendo essas sugestões redacionais, com vistas a atender principalmente as exigências de constitucionalidade da referida matéria. E aí passo a apresentar a V. Exª quais seriam essas emendas.

Especificamente, ao art. 35, que no próprio relatório fiz questão, durante a minha fala, de insistir sobre a questão da comissão mista, uma vez que o art. 35, que institui a comissão mista...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – São três emendas?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – São três emendas.

O texto, modificado na Câmara, inseriu a própria questão da comissão mista com a participação de representantes do Legislativo e do Judiciário. Nesse sentido, Sr. Presidente, optamos por promover uma separação, no art. 35, no art. 27 – que também é de caráter redacional. E, especificamente no que diz respeito ao art. 27, ele se referencia no fato da inclusão, ou seja, da subdelegação no que diz respeito a autoridades, para em grau reservado. Portanto, isso estaria só – e somente só –permitido aos ocupantes do nível DAS101.5, o que inviabilizaria a análise de processos de consulta ou de requerimento de informações que fossem processados em Estados, Municípios ou até no exterior, tendo a necessidade de remeter essa informação exclusivamente, para Brasília, onde só – e somente só – há a ocupação nesse nível de cargo DAS-5, nível de cargo de direção. Portanto, essa é uma outra emenda.

E a terceira emenda se relaciona com o...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) (*Intervenção fora do microfone*.) – No caso, a quarta?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, a terceira. A Emenda nº 20 ao art. 35, o art. 27 e a terceira emenda, que é ao inciso III do art. 35. Portanto, são três emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Art. 3º...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, art. 35, inciso III, na sua parte final, onde também há a tentativa de separar do texto a parte que explicita principalmente a prorrogação do prazo do sigilo.

Esse inciso – o inciso III do art. 35 – fixa, fala da prorrogação ("Prorrogo o prazo do sigilo de informação..."), classifica como ultrassecreta, portanto, estabelecendo que sempre por prazo determinado, portanto há necessidade de fixar o prazo do acesso à informação. E o objeto da emenda é no sentido de que a parte final, no que diz respeito à limitação a uma única renovação, estamos apresentando uma emenda que passaria a ser o § 2º, com a seguinte redação: "O prazo previsto no inciso III fica limitado a uma única renovação". E dessa maneira os outros parágrafos seriam renumerados, portanto, o § 2º passaria a ser § 3º, e assim sucessivamente, no que diz respeito a essas emendas.

Passo a ler aqui, Sr. Presidente, as emendas em ordem de numeração dos artigos, porque facilita para as notas taquigráficas e a consequente redação final da matéria.

Apresento uma emenda, Sr. Presidente, de redação ao art. 27, no seu inciso III. Esse inciso traz consigo a determinação sobre a questão de quem tem a prerrogativa, quem exercerá a função para atender às demandas de informações.

Diz assim o inciso III do art. 27:

> *No grau de reservado das autoridades referidas no inciso I e II e das que exercem funções de direção, comando ou chefia de hierarquia equivalente ou superior ao nível DAS-101.5 do Grupo Direção e Assessoramento Superiores de acordo com a regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nessa lei.[...]*

Com a emenda, o inciso III do art. 27 do Projeto de Lei nº 41 passaria a ter a seguinte redação:

> *No grau de reservado das autoridades referidas no inciso I e II e das que exercem funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101/5 ou superior, do Grupo de Direção, Assessoramento ou de hierarquia equivalente, de acordo com a regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nessa lei. [...]*

Ao art. 35, cujo *caput* trata da constituição da comissão, a ideia é que promovamos a separação do *caput* e, portanto, dessa forma, daríamos uma redação ao §1º do art. 35, ficando este com essa nova redação. Como o artigo abre dizendo "Fica instituída", o § 1º, passando a ser o *caput* do artigo, diz:

> *A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, instituída no âmbito da presente lei, decidirá, no âmbito da Administração Pública Federal, sobre tratamento e classificação de informações sigilosas e terá competência para: [...]*

Portanto, o que determina os itens seguintes.

Qual a ideia, Sr. Presidente, nessa questão da emenda ao art. 35? É exatamente permitir a separação do texto que foi acrescido na Câmara dos Deputados, que segue na seguinte ordem: "Fica instituída, em contato com a Casa Civil da Presidência da República, inserida na competência da União, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, composta por Ministros de Estado e por representantes do Poder Legislativo e Judiciário, indicados pelos respectivos Presidentes, com mandato de dois anos".

Portanto, a ideia é separar essa parte da inserção, principalmente do tipo da comissão, permitindo, dessa forma, com a nova numeração, que essa comissão, inclusive como prevê já adiante o §4º... Isso é previsto no próprio parágrafo; não estamos alterando: "O regulamento disporá sobre composição, organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observado o disposto nesta lei".

Por último, ainda no art. 35, corrige-se a redação, separando do texto a última frase, que, dessa maneira, insere-se ao art. 35, portanto, modificando a numeração do §2º. Portanto, assim, a parte final do inciso III, que é onde nós vamos acrescer, passa a ser o §2º, que incorpora o seguinte texto: "O prazo previsto no inciso III, fica limitado a uma única renovação". E, portanto renumeram-se os parágrafos a partir do §2º promovendo essa alteração.

Sr. Presidente, essas três alterações de redação buscam exatamente permitir que o Executivo, principalmente no que diz respeito ao art. 35, possa, sem a necessidade de emenda de modificação aqui na Casa, promover o ajuste para que não incorramos na inconstitucionalidade dessa matéria no que diz respeito à comissão.

Na situação específica do art. 35, no inciso III, só uma separação para deixar muito claro que há necessidade de determinar o prazo para a prorrogação e separando o item que trata da questão de uma única renovação, lembrando que o prazo para os casos de ultrassecreto, por exemplo, nós estamos falando de 25 anos, Sr. Presidente. Uma única renovação significa 50 anos. Portanto não vemos motivo nenhum para termos

essa preocupação por parte de alguns em relação à questão da renovação.

Estamos mantendo o item da renovação que foi inserido na Câmara dos Deputados.

E, no que se refere ao art. 27, a intenção é permitir efetivamente que nós tenhamos, não só em Brasília, mas portanto, numa equivalência que um ocupante de cargo, não necessariamente DAS-5, nos Estados ou no exterior, tenham a possibilidade de atuar, de responder, de atender ao pedido de informações, ampliando, assim, a capacidade na estrutura do Estado de atender às solicitações e, portanto, colocando em funcionamento esse nosso desejo.

Creio, Sr. Presidente, e encerrando, que a matéria, em todos os seus aspectos está pronta para ser votada no Senado Federal, permitindo assim que o Plenário ou a própria Comissão de Relações Exteriores tenham tempo para avaliar. O esforço é no sentido de que nós aprovemos essa matéria sem alterações de mérito, de conteúdo, possibilitando dessa forma a sua sanção. Sabemos que há ainda desejos, imperfeições ou outras questões que podem, no processo de experimentarmos o funcionamento dessa lei para um aperfeiçoamento futuro.

Há pouco eu conversava com o Senador Pedro Taques, e todos nós somos defensores, meu caro Rodrigo, de que uma matéria dessa natureza possa ter inclusive uma comissão que se dedique exclusivamente a esse trabalho. Como se processam, hoje, as ações no Chile, no México, e mais recentemente nos Estados Unidos. No entanto, essa posição não logrou êxito quando da apreciação da matéria na Câmara dos Deputados. Então, acreditamos que esse é um passo seguinte para que possamos, não só o Senado, mas também a Câmara, já no exercício dessa lei, ter oportunidade de aprimorar as condições de funcionamento. Até como muito bem descreveu, aqui na Comissão, na audiência pública que realizamos um membro do Ministério de Relações Exteriores,sobre a necessidade de uma infraestrutura, de um corpo treinado, capacitado e deslocado para essa função.

Portanto, eu diria que esse é um objeto de desejo de todos nós. Mas acredito que é importante que experimentemos a apreciação dessas informações, que experimentemos o funcionamento para, ao longo do curso dessa atividade, irmos aprimorando e até bebendo nas experiências já em curso pelo mundo afora.

Então, são essas questões que eu gostaria de apresentar à Comissão aqui e, ao mesmo tempo, solicitar aos nossos Pares, meu caro Presidente, que aprovemos essa matéria e a entreguemos ao passo adiante: à Comissão de Relações Exteriores e ao próprio Plenário do Senado.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Resumo do relatório do Senador Walter Pinheiro, relatório pela aprovação do Projeto de Lei nº 41, com três emendas de redação – Emenda ao art. 27 e duas Emendas ao art. 35.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa, Relator na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não sei se, em termos metodológicos, seja mais interessante, e isso eu indago de V. Exª: eu poderia fazer só uma indagação ao Sr. Relator agora ou a deixo para depois?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu creio que poderíamos deixar para depois porque, quando entrarmos na discussão, V. Exª pode fazer a indagação e, aí, colocamos em votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, com razão V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Agradecemos a V. Exª.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou resumir, apresentando o meu voto, na medida em que concordo integralmente com o parecer apresentado pelo Senador Walter Pinheiro, pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

O nosso parecer, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, na forma originária daquela Casa Legislativa, com a incorporação das emendas aqui apresentadas pelo Senador Walter Pinheiro: a Emenda ao art. 35, a Emenda ao art. 27 e a Emenda apresentada oralmente aqui também ao art. 35, apresentada.

Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Humberto Costa, que apresenta parecer favorável à aprovação do PLC nº 41, também na Comissão de Direitos Humanos.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Relator pelo esforço, pelo belíssimo relatório que elaborou.

Eu só tenho, na realidade, Sr. Presidente, uma dúvida aqui, na emenda de redação. É bom que se ressalte que é uma emenda de redação ao art. 35. Nós vamos eliminar o *caput* do art. 35 e o §1º vai passar a ser o *caput*, é isso? Se é que eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não. O caput passará a ser: "Fica instituída:" – aí teríamos uma pontuação – "§1º". E o §1º seria modificado. Onde está "A Comissão Mista de Reavaliação de Informações decidirá...", passará a ser: "A Comissão Mista de Reavaliação de Informação, instituída no âmbito da presente lei, decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:" – aí vêm os incisos I ao III.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo. A minha preocupação aqui, Sr. Relator – e eu gostaria, se possível, de um esclarecimento – é que essas comissões têm duas funções: como órgão revisional e como órgão de reclassificação da natureza da informação.

O ideal seria – e concordo que isso não foi possível na Câmara, eu conheço a discussão da Câmara – que nós tivéssemos uma agência independente para resolver isso, como ocorre na legislação mexicana. O ideal seria isso. Mas o ótimo é inimigo do bom, como alguns dizem aí.

A ideia aqui é: se nós, de forma redacional, retirarmos o *caput* e essa redação ficar como se encontra na emenda, esta Comissão não terá o mandato. O tempo, o lapso temporal, o interregno permanecerá?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tentando fazer só um esclarecimento: no §4ª do inciso III, estará "no regulamento disporá sobre a composição, organização, funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação e Informação, observadas as disposições desta lei".

Portanto, no regulamento se estabeleceria o prazo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós vamos deixar isso para o regulamento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para o regulamento. Agora, o que me parece que V. Exª tem razão é que, como a nossa emenda é uma emenda apenas de redação e não pode ser de supressão, talvez fosse interessante colocar: "Fica instituída. Parágrafo único. Em contato permanente com a Casa Civil..."

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso tem que ser repetido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tem que ser repetido como parágrafo único.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, fica para a colocação. Aqui na emenda não está...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, é porque, na realidade, nós repetimos, a emenda repete o parágrafo e isso passa a ser o artigo. Não tem nenhum problema. É só porque V. Exª está lendo... (*Pausa.*)

Porque, na emenda aqui, a gente é obrigado a repetir o art. 35...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe a minha ignorância, mas eu não entendi ainda.

Então vou terminar meu argumento, se me permite, Sr. Presidente.

Concordo inteiramente com o projeto que está aqui. Temos que aprovar o projeto, mas eu só gostaria deste esclarecimento: essa Comissão, o ideal seria que ela fosse independente, como nós todos sabemos. O ideal seria isso. Porque quem nomeia uma comissão... Se essa comissão não tiver prazo, quem nomeia pode afastar os membros dessa comissão. E é da natureza da Administração Pública, se uma comissão for interna, que aquele que nomeia pode, a qualquer momento, *ad nutum*, conforme determina a Constituição e lei, demitir ou afastar a qualquer momento. O ideal seria que, mesmo essa comissão, não sendo uma agência, independente, tivesse a sua autonomia temporal. Eu só pergunto ao Relator se na emenda isso ficará expresso. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é o art. 28, parágrafo único. É só também uma indagação... Não foi feita emenda de redação nisso aqui. "A classificação de informação, em qualquer grau de sigilo, deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos..." Aí nós temos o parágrafo único: "A decisão referida no *caput* será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada" – é o parágrafo único do 28.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Está no final dos incisos. Depois dos incisos, temos: "Parágrafo único. A decisão referida no *caput* será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada".

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É, parece-me que aqui o cidadão não vai ter acesso a nenhum... A informação é ultrassecreta, secreta, sigilosa, mas ele não pode ter acesso a essa informação. Mas ele precisa ter acesso ao resultado do seu pedido. Então, aqui me parece... Uma época eu li um livro, Sr. Presidente, chamado *Como a Picaretagem Tomou*

Conta do Mundo. É um livro maravilhoso que diz que, em 1929, existiam algumas vendas assim: "ah, eu estou vendendo alguma coisa, mas é tão importante que eu não posso dizer o que é". Então, aqui fica o sigilo dentro do sigilo. Parece algo... Só tenho dúvida aqui.

No mais, quero elogiar o relatório, dizer que concordo... Esses dois pontos eu só gostaria de um esclarecimento.

Só isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro para responder os esclarecimentos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Bom, a primeira parte levantada pelo Senador Taques, eu concordo em gênero, número e grau. Agora, nós temos um problema: acrescentar, em nível interno, essa possibilidade de uma comissão ter quase que um papel independente dentro da estrutura, do ponto de vista da redação, eu não teria como fazer isso. Seria interferir diretamente no mérito da matéria. Seria impossível.

Segundo, é que a outra parte, no que diz respeito à composição, determinação, inclusive de prazo para que esta comissão possa ser renovada, será objeto de composição do que está previsto no próprio §4º dessa lei.

Fica realmente o prejuízo, e é por isso que eu insisti, naquela primeira intervenção minha, que o correto é experimentarmos a lei e, quem sabe, o próprio Senado ou a Câmara tentar o processo de criação de um organismo que se dedique exclusivamente, meu caro Senador Taques, a essa tarefa. Acho que a primeira tarefa nossa hoje é conseguir pelo menos que a esfera pública adote essa medida.

A segunda, eu quero aqui, como está previsto no texto, mesmo no que diz respeito ao parágrafo único, chamar a atenção de V. Exª, quando o parágrafo único se refere à informação, ele o faz, mas o art. 28 – e se o senhor pegar a sequência anterior, nós veremos o seguinte: "A classificação de informações em qualquer sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos: o assunto sobre o qual versa a informação" – portanto se nega, é necessário, inclusive... – "o fundamento da classificação, observado o disposto no art. 24". E, mais na sequência adiante, a indicação do prazo de sigilo e até a identificação da autoridade que a classificou.

Portanto, no que se refere à negativa, a autoridade, quando fizer isso, obrigatoriamente, na medida em que determina esse grau de sigilo, vai ter de informar ao requerente todos estes aspectos: o que consta a matéria, portanto, se é de caráter, se foi o julgamento de defesa nacional, se foi o julgamento de sigilo por conta de aspectos tecnológicos, científicos. E, além da classificação a que se refere esse texto, ele vai mais adiante e pede... O inciso II fala exatamente do fundamento da classificação, observando critérios que também já haviam sido descritos pelo art. 24 da própria lei. Então, buscando, ao máximo, amarrar a negativa sem que fique essa ponderação feita por V. Exª. Se sigilo não pode ser dado, por que não pode?

Então, se V. Exª ler aí o art. 24, vai ver que ele fala dos prazos, trabalha essa questão do período e completa essa informação com o art. 28. E, levando em consideração que, nesse caso específico, ainda há grau de recurso por parte do requerente. É como se fosse uma etapa de insistência para que a informação que for sigilosa ainda seja reavaliada no que diz respeito à informação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu entendi. Com razão o Sr. Relator, mas o que eu estou a dizer, Sr. Presidente, é que o parágrafo único contradiz o *caput*. Só isso. Por quê? Aqui está dizendo que a decisão, a que o parágrafo único faz referência, está no *caput* do artigo. Aí o parágrafo único vem e diz: "A decisão referida no *caput* será mantida no mesmo grau de sigilo".

Se for ultrassecreta a informação que ele deseja, a decisão que revela que é ultrassecreta é também ultrassecreta. Então, aqui existe, parece-me, uma petição de princípio, um erro lógico, uma tautologia, um raciocínio em círculo, do tipo "aquela bolacha vende mais porque está sempre fresquinha e está sempre fresquinha porque vende mais". Isso é uma tautologia.

Então, aqui me parece que está havendo isso. Só isso, mais nada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) (*Intervenção fora do microfone.*) – E por que tem de ficar desse jeito? Não tem jeito. Porque a única solução é...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu diria até que, nesse caso específico aqui, a manutenção também se refere, de certa forma, a uma impossibilidade de o servidor público responsável pela informação mudar a classificação daquela informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não é isso não. O que está sendo dito aqui, Senador Walter, Senador...

O SR WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O parágrafo reafirma isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, é que a decisão ficará secreta.

O SR WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, a decisão ficará secreta, mas ele tem que informar o que é antes. Aqui o que ele diz é o seguinte: você tem ultrassecreta, secreta e reservada; o que consequentemente interferirá no prazo para a abertura disso.

Então, se uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Só que a decisão sobre isso continuará sigilosa...

O SR WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O parágrafo diz isso: se a informação continua ultrassecreta, essa informação só será requerida após 25 anos. Então, ele também proíbe, no parágrafo, que a autoridade pública faça a mudança de classificação de cada informação dessas. Se lermos direitinho o parágrafo, ele remete a isso.

"A decisão referida será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada".

Então, portanto, ele lhe informa e não há nenhuma possibilidade de essa autoridade mudar o prazo dessa classificação. E o grau de informação de sigilo, as chamadas informações sobre o sigilo, esse parágrafo não pode eliminar o que está descrito, tanto no art. 24, quanto no 28.

Ele é obrigado a dizer, por exemplo, vamos numa situação bem atípica aqui: a informação é sigilosa sobre a vida ou parte de algo que interfira nas relações políticas etc. e tal, acerca de fulano, beltrano ou sicrano. Essa informação ele tem que dar, mesmo ele não dizendo qual é a informação, mas a quem se refere; a lei obriga.

A velha e polêmica informação da Guerra do Paraguai, por exemplo, que assistimos na última reunião, na qual parece que foi desvendado o mistério que não tem nenhum segredo, segundo o Itamaraty disse aqui. Se essa informação fosse secreta, alguém teria que informar dizendo que se refere à Guerra do Paraguai e o sigilo está sendo mantido porque se refere a fulano e a beltrano. É obrigado a dar essa informação; não dizer o que é, que beltrano ou sicrano praticaram, se considerada em sigilo essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Indago ao Senador Pedro Taques... Apenas para um comentário: o parágrafo único, quando diz: "A decisão referida no *caput:* será mantida no mesmo grau de sigilo de informação da informação classificada", remete a que a decisão sobre a informação requerida também ficará em sigilo no mesmo padrão de secreto ou ultrassecreto etc. do que a informação.

Portanto, quero dizer que V. Exª, a meu juízo, tem razão quando faz a colocação. No entanto, essa é uma questão que não teremos como mexer porque envolve conteúdo. Essa só poderá ser alterada por uma outra instância se quisermos manter o parecer como veio da Câmara, apenas com alterações de emendas de redação.

Mas concordo com V. Exª, porque a decisão a respeito da informação é mantida secreta ou ultrassecreta ou reservada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, acho que talvez pudéssemos aqui tentar chegar a um consenso, a um entendimento de que... A mim me parece ser, aparentemente, de conteúdo, inclusive porque há possibilidade de recurso a outras instâncias. Então, veja: como alguém vai poder ter o direito de recorrer se a decisão for secreta.

Então acho que isso pode ser tratado como uma emenda de redação, porque, na verdade, não faz sentido, não tem nenhuma lógica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas aí teríamos que suprimir o parágrafo único.

O SR WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois é, e essa supressão pode ser feita lá no veto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É mais seguro lá. Compreendido então? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente. O que o Senador Humberto Costa se referiu é o fato, de forma simples explicou o fato. Se ele vai recorrer, ele não vai ter acesso? Esse é primeiro ponto. Ainda persiste a minha dúvida, desculpe, Sr. Presidente, a respeito do art. 35 *caput.* Nós vamos passar para o art. 35 *caput* o seu § 1º, certo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas o tempo, o lapso temporal está no *caput*. Seria interessante, Relator, se, nessa emenda de redação, ficasse mantido um mandato para essa comissão. Estabelecer direitos fundamentais as Constituições do século XX são ricas nisso, mas esta comissão vai concretizar esses direitos. Estabelecer é fácil, a Constituição é maravilhosa de direitos, mas essa comissão vai concretizar. Então só esse mandato pára dar segurança á concretização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Walter Pinheiro, Senador Pedro Taques, se V. Exªs me permitem, eu faria uma sugestão na emenda que o Senador Pedro Taques sugere a V. Exª. Se ficasse assim, o *caput* do art. 35: "Fica instituída, com mandato de dois anos. Parágrafo único, em contrato permanente, Casa Civil, etc,...". Assim, ficaria mantido o *caput*, onde fica instituída, com mandato de dois anos, e criaríamos um parágra-

fo único, antes do §1º, criaríamos um parágrafo único, onde ficaria: "em contato permanente com a Casa Civil da Presidência da República inserida a competência da União, comissão mista, etc,", Ou seja, todo esse miolo ficaria em um parágrafo único para poder haver o segundo passo da ação. Aí fica mantido o mandato da comissão com dois anos.

Se o Relator estiver de acordo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não há nenhum problema, não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-se esclarecer a razão disso, Excelência. Essa comissão é de suma importância. Se ela não tiver mandato, vai percorrer o mandato de um Presidente da República, por exemplo, e a informação a respeito dos atos de um Presidente, de um Governador, de um Prefeito fazem parte do direito fundamental do cidadão, porque, no momento de votar, o chamado sufrágio, que é um direito público subjetivo dele, ele precisa ter acesso a essas informações para ele mudar ou manter o seu voto. Esta comissão, com mandato de dois anos, vai dar ao cidadão direito de saber o outro lado. Isso faz parte do direito fundamental.

No mais, parabenizo o Relator, afirmando que este projeto de lei representa um avanço na consolidação da democracia. Só isso. O projeto tem avanços, como na legislação mexicana, na qual fomos nos abeberar. Tem avanços significativos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu apenas complementaria, Senador Pedro Taques, que esse mandato também garante a independência da comissão, porque daria à comissão um mandato de dois anos.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª antecipou o que eu ia dizer. Acho que o importante é que essa comissão tenha autonomia. Ela tem um mandato de dois anos garantido, que não pode ser mudado, não pode ser tirado de alguém a certeza de que funciona. Se ficar na hipótese de que a comissão está lá, quem nomeia demite; lá pelas tantas, não é o caso, nós não estamos pensando na Presidente, pelo contrário. Eu trago aqui, com muita admiração, o esforço que a Presidenta está fazendo, insistindo para que esse assunto seja votado. Vejo, com muita emoção, o quanto um velhinho de 78 anos, condenado a prisão perpétua – ele que já tinha mais 15 anos – nós aqui estamos fazendo isso com uma tranqüilidade, com uma serenidade, com uma objetividade que merece respeito.

Agora, é claro, e o ilustre Senador tem toda razão, que, se ficasse como estava, a comissão está designada, mas, amanhã, se um membro da comissão resolve tomar uma decisão e ele é demitido *ad nutum* pelo Presidente, perdeu a razão de ser da comissão. A comissão, no fundo, no fundo não tem peso nenhum. Agora, com a proposta feita por S. Exª e aceita por nós, a comissão é por dois anos. Ela está lá por dois anos e, durante esses dois anos, os seus membros tinham a mais absoluta autonomia.

Eu quero apenas dizer que, na singeleza dessa reunião, eu felicito os membros e acho que esse é um dos momentos mais importantes que nós estamos vivendo. Ao longo da nossa caminhada rumo à democracia, esse é um passo muito importante. Vejo, com felicidade, que ele é feito com essa serenidade, sem paixão, sem amor, sem radicalismo de "a", de "b" ou de "c", apenas como um ato de rotina de um país que encontrou seu destino e quer aparar as mínimas arestas que já existem da melhor maneira.

Felicito V. Exª, felicito os dois Relatores e felicito o nosso bravo companheiro; não sei como Procurador ou como Senador, mas eu acho que ele tem uma vantagem sobre nós dois, porque ele tem as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Relator, Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só para atender a boa ponderação feita pelo Senador Taques, nós propusemos a ele uma redação em que mantivéssemos o *caput* intacto e retiraríamos a expressão "com mandato de dois anos". Como é o mesmo artigo, portanto não teria nenhum problema, nós não estamos mexendo, nós estamos fazendo só a arrumação redacional, digamos assim, e o §4º ficaria então: "O regulamento disporá sobre composição, organização e funcionamento da comissão mista de reavaliação e informações, com mandato de dois anos, observadas as disposições desta Lei".

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – *Ok*.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT— BA) – Acho que aí ajustaria bem, ficando tudo no lugar apropriado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nenhuma objeção, Excelência. Concordo inteiramente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT— BA) – Pode ser então?

O SR. SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – *Ok*.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT— BA) – Fica valendo essa leitura nossa. Na realidade, é uma quarta emenda ao artigo, neste caso, 35.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu pergunto se a assessoria compre-

endeu como ficará a emenda? Na realidade, a quarta emenda.

Em votação, o relatório dos Senadores Walter Pinheiro, na CCT, e Humberto Costa, na CDH.

Vamos colocar uma de cada vez, pelo que estabelece o Regimento.

Então, em votação o relatório do Senador Walter Pinheiro na Comissão de Ciência e Tecnologia, com as quatro emendas, com parecer favorável à aprovação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, o relatório do Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Incorporo também a quarta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Na CDH, Comissão de Direitos Humanos, relatório também favorável à aprovação, com a incorporação da quarta emenda, portanto com quatro emendas de redação, para o PLC nº 41.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 37 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, João Ribeiro, Lobão Filho, Eunício Oliveira, José Agripino, Gim Argello e Randolfe Rodrigues. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública atendendo ao **Requerimento nº 04, de 2011-CCT**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer "..., nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT a fim de discutir denúncias sobre a utilização de empresas em nome de "laranjas" para comprar concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo governo federal, com os seguintes convidados: Sr. Genildo Lins de Albuquerque Neto – Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; Representante da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Representante do Tribunal de Contas da União – TCU; Representante do Ministério Público Federal e Venício A. de Lima, Professor Titular de Política da Universidade de Brasília – UnB." Comparecem à reunião o Senhor Genildo Lins de Albuquerque Neto, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Maurício de Albuquerque Wanderley, Secretário da 2ª Secretaria de Fiscalização e Desestatização do Tribunal de Contas da União – TCU; Antônio Carlos Fonseca da Silva, Sub-Procurador-Geral da República (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal – MPF e Venício A. de Lima, Professor Titular de Política da Universidade de Brasília – UnB. Finda a exposição e uso da palavra pelo convidado, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira e Walter Pinheiro. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – SENADOR **EDUARDO BRAGA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro

aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de abril de 2011, audiência pública com o objetivo de discutir denúncias sobre a utilização de empresas em nome de laranjas para comprar concessões de rádios e tevês nas licitações públicas realizadas pelo Governo Federal, atendendo ao Requerimento nº 04, de 2011-CCT, de autoria do Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata das reuniões anteriores.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Solicito ao Senador Ciro que traga os nossos convidados até a sala desta Comissão para que tomem assento à Mesa.

Convido o Sr. Genildo Lins de Albuquerque Neto, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; o Sr. Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); o Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley, Secretário da 2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União (TCU); o Sr. Antonio Carlos Fonseca da Silva, Subprocurador-Geral da República (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal, que ainda não chegou; o Sr. Venício de Lima, Professor Titular de Política da Universidade de Brasília (UnB).

Gostaria de cumprimentar a todos os senhores aqui presentes...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu gostaria, portanto, de comunicar a V. Sªs que dispõem de dez minutos para suas apresentações.

Passo a palavra ao Sr. Genildo Lins de Albuquerque, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, para dar início à sua apresentação.

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE – Sr. Presidente Eduardo Braga, Srs. Senadores, colegas convidados, vou fazer uma apresentação rápida, afinal só disponho de dez minutos.

A ideia é apresentar um pouco dos serviços que o Ministério outorga e, por fim, expor algumas providências que estamos tomando desde janeiro deste ano. São ações que já vêm sendo estudadas, e algumas já postas em prática, com a finalidade de tornar a gestão do Ministério mais transparente.

Tecnicamente nós só temos três serviços: o comercial, o educativo e o comunitário. Eu inclui retransmissoras. Não é tecnicamente um serviço, mas é um ato relevante que o Ministério toma. Hoje, há um número gigantesco de retransmissoras. Não vou dizer o número; o Ara é que vai falar. Então não vou tirar a surpresa dele.

Radiodifusão comercial.

Vejam bem: a radiodifusão comercial é, prioritariamente, executada por empresas. Aqui eu queria fazer a primeira observação: empresa é uma pessoa jurídica. O foco da atuação do Ministério é na pessoa jurídica. É claro que uma empresa tem sócios, e o fato – isso é algo que me foi questionado algumas vezes – de você ter um cabeleireiro, um servidor público, um policial, como sócios de uma empresa não quer dizer que ele não é um sócio de fato. Afinal, nós vivemos num país de livre iniciativa, onde qualquer pessoa pode ter suas economias e fazer um investimento econômico.

A radiodifusão educativa é executada por universidades ou fundações ligadas a universidades. Na regra atual não há consulta pública. Se uma fundação ou uma universidade solicita o canal, ele é outorgado, mas já mudamos esse procedimento. Está em consulta pública até sexta-feira uma nova norma. Está no *site* do Ministério das Comunicações, que prevê que as outorgas de radiodifusão educativa serão, primeiro, objeto de uma concorrência. Não é uma licitação; é um procedimento de escolha dentro de determinada área para verificar qual a entidade tem melhores condições de prestar o serviço de radiodifusão educativa.

Radiodifusão comunitária é um terceiro serviço. Por definição, ela tem de ser um serviço de curto alcance. Também estamos mudando as normas de modo a tornar o processo mais rápido no caso da comunitária. O procedimento comunitário é o mais transparente que existe hoje no Ministério; nós não precisávamos mudar muita coisa. No entanto, vamos tornar o procedimento mais rápido, mais célere.

Portanto, a partir da segunda semana de maio já estará em consulta pública também uma proposta de nova norma.

Isso é importante. Vou fazer um parêntese aqui. É importante dizer que todas as ações do Ministério hoje são divulgadas. Está tudo na Internet. Qualquer coisa que vocês procurarem estará lá, ou o ato, ou a nossa proposta de mudança de procedimento vai estar lá para as pessoas poderem dar suas contribuições de forma a melhorar nossa atuação.

Por fim, nós temos as retransmissoras de TV, que atualmente é um procedimento não tão não concorrencial quanto à educativa, mas a gente vai torná-lo mais concorrencial, estabelecendo critérios objetivos de escolha da entidade. Os critérios hoje não estão estabelecidos, e estamos... Provavelmente em junho a proposta de nova norma estará em consulta pública para apreciação da sociedade.

Em regra, o procedimento de outorga envolve uma fase de escolha, uma fase de outorga, uma fase de apreciação do Congresso Nacional e normalmente uma fase de pós-outorga, que pode ser ou uma assinatura do contrato no caso da radiodifusão comercial e educativa, ou simplesmente a apresentação dos projetos para instalação da entidade, da estação.

A transferência.

Depois da outorga, é permitida a transferência? Há dois tipos, desde que passados cinco anos do início do funcionamento da radiodifusora. Então, cinco anos após é permitida a transferência legal. Há dois tipos de transferência: transferência direta, quando uma pessoa jurídica transfere para outra pessoa jurídica, e indireta, quando há mudança de controle societário da pessoa jurídica que detém a outorga. Os dois casos são apreciados pelo Congresso Nacional, depois da aprovação do Ministério. Os dois casos só podem ocorrer, repito, após cinco anos de funcionamento da estação.

Vamos à seguinte pergunta: o que acontece se alguém transferir irregularmente antes dos cinco anos? É crime de falsidade ideológica. Isso é algo que tenho explicado com alguma freqüência porque algumas vezes nos foi perguntado o que o Ministério pode fazer. O que o Ministério pode fazer? Os senhores vejam que um contrato, um contrato social de instituição de uma empresa, por exemplo, é registrado no cartório de registro de pessoas jurídicas. Para o Ministério o que vale é esse contrato. É esse contrato o contrato legal. Se os sócios daquela empresa não são de fato sócios ou se alguém faz um "contrato de gaveta"... O que é um "contrato de gaveta"? É um contrato oculto, de que somente as partes têm conhecimento. O Ministério, o Poder Público não tem como ter conhecimento desse contrato se é um contrato oculto. Essas duas situações, tanto o "laranja", que é o sócio de fato e não de direito, quanto o "contrato de gaveta" são casos que se enquadram no crime de falsidade ideológica e nada podemos fazer a não ser encaminhar ao Ministério Público para investigar.

Uma vez constatada a falsidade ideológica e, aí sim, constatada a transferência indireta, por exemplo, ou uma fraude no contrato social, aí sim nós podemos agir, aí sim nós podemos cassar a outorga, que é o que a lei estabelece quando há transferência irregular ou quando há fraude no processo de outorga.

No entanto, algumas medidas nós podemos tomar *ex ante*, no processo de outorga. Eu queria destacar que essas medidas não são novas, são algo que estamos estudando desde janeiro deste ano, quando começamos, quando o Ministro chegou lá, quando todos chegamos lá, no Ministério, de forma a tornar o processo mais real. O que é um processo mais real? É um processo mais rápido, um processo que espelha a realidade.

O que está sendo feito? Quais são as propostas? Primeiro, por portaria – o Código Brasileiro de Telecomunicações permite isso –, nós vamos exigir que, no procedimento, quando a empresa for se inscrever na licitação, ela apresente pareceres de dois auditores informando ou atestando que aquela empresa tem condições de pagar a outorga e de se instalar, de funcionar.

Com isso, eu consigo evitar que empresas que não têm nenhuma condição de fazê-lo e, porventura, depois, resolvam transferir sua outorga irregularmente não possam participar da licitação. Esse é o principal objetivo dessa medida.

Além disso, por decreto... Quando falo "por decreto", já é bom anunciar que nós estamos trabalhando na revisão do regulamento de radiodifusão, um decreto de 1963, revisado pontualmente em 1985 e, depois, em 1996. Foi revisado pontualmente mesmo, alguns pontos foram alterados. Então, é um decreto antigo, que não espelha a realidade atual das comunicações.

Nós estamos fazendo uma alteração completa do regulamento. E nessa alteração há dois pontos que a gente já está pensando em incluir. É o aumento da caução para participar da licitação. Os editais atuais preveem uma caução de 0,5% ou 1%, dependendo do edital, do valor da licitação, e nós estamos estudando aumentar para 20%.

Além disso, nós estamos prevendo também a antecipação do pagamento dos contratos. Atualmente, o contrato é pago 50% quando é assinado e 50% um ano depois. A nossa ideia é que ele pague 50% do valor do contrato no ato de outorga... Aí vem para o Congresso, que aprova ou não. Se não aprovar, nós devolvemos o recurso. Aprovando, aí, sim, nós vamos para a assinatura do contrato. E a segunda parcela, que era um ano após a assinatura do contrato, vai ser paga no ato da assinatura do contrato.

Com isso, nós, mais uma vez, privilegiamos, tentamos garantir que empresas que realmente tenham condições econômicas participem da licitação e recebam outorga.

Além disso, está sendo estudada uma alteração legislativa para que as empresas informem a real distribuição dos lucros, para que a empresa radiodifusora informe para quem ela está distribuindo lucro. Se ela distribuir lucro para alguém que não faz parte do quadro societário, está aí demonstrada a fraude ou a existência do laranja. Se ela distribuir lucro para o próprio sócio, isso já demonstra que o sócio é de fato o sócio daquela empresa.

Por fim, estamos adotando desde janeiro uma política de não prorrogar prazo. Se a empresa por acaso não pagou as parcelas do contrato no prazo, nós abrimos o processo de cancelamento da outorga. A política anterior do Ministério era prorrogar prazo. Nós não estamos mais prorrogando – e faz tempo que não estamos mais prorrogando, desde janeiro – e já estamos enviando para a AGU os respectivos atos de cancelamento.

Nós temos ainda – estamos trabalhando – um projeto de lei na Câmara, cujo atual relator é o Deputado Nassif, sobre a evidência dos critérios técnicos no procedimento de outorga. Estamos tentando chegar junto com ele em um denominador comum para termos uma proposta tecnicamente viável. E também estamos tentando melhorar os requisitos de renovação de outorga – isso também é por decreto.

Atualmente, temos os critérios de renovação de outorga. Durante a outorga, se a radiodifusora obedeceu às leis e aos regulamentos; se, no processo de renovação, ela mantém os requisitos de outorga, ou seja, ser brasileiro nato; no projeto, apresentar programação jornalística até um limite; a manutenção da idoneidade moral e capacidade técnica e financeira da empresa – e, mais uma vez vamos exigir o parecer dos auditores, dizendo que a empresa tem condições financeiras de executar aquele serviço –; e também o interesse público está sempre envolvido no processo de outorga porque a radiodifusão é um serviço público.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE – São as regras atuais. Estamos procurando uma forma, tentando ver, isso ainda está... Como o regulamento é muito grande, e essa já é uma parte final dele, então ainda estamos estudando para ver o que pode ser feito, Senador.

Por fim, a fiscalização.

Primeiramente, desde janeiro, estamos reforçando as nossas medidas fiscalizatórias. Como? O que isso significa? Acertamos com a Anatel, finalmente, um conflito jurídico que existia sobre a quem compete a realização da fiscalização técnica e estamos preparando um regulamento de sanção e um plano de fiscalização. O regulamento de sanção é para fazer a dosimetria das sanções a serem aplicadas; e o plano de fiscalização é para estabelecer uma meta de fiscalização de todos os serviços, um percentual de todos os serviços em cada ano. Com isso, pretendemos que, em quatro anos, todas as rádios e tevês do Brasil sejam objeto de fiscalização. Todas! Isso vai ser algo inédito no Brasil. E eu digo: temos condições de fazer isso; só precisamos de planejamento.

Além disso, sobre as matérias – uma última observação, Sr. Presidente, porque já extrapolei meu tempo – que foram publicadas na *Folha*, eu queria deixar claro que a explicação que foi dada foi muito maior do que aquilo que, de fato, foi publicado. Nós tomamos as providências que já vínhamos tomando desde janeiro em caso de denúncia. Aquilo ali foi apresentado como denúncia, foi considerado por nós como denúncia. Nós encaminhamos ao Ministério Público para verificar a existência ou não, de fato, do crime de fraude ou de falsidade ideológica e, além disso, abrimos uma investigação interna, um procedimento interno para verificar se aqueles radiodifusores estão seguindo os ditames da lei. As providências foram tomadas.

Isso é algo que gostaria de frisar: isso é algo que vem sendo feito desde janeiro; não é algo novo. Desde janeiro, nós estamos revisando todos os procedimentos, estamos dando publicidade a todos os procedimentos, estamos buscando a participação da sociedade na revisão dos nossos procedimentos e na escolha das programações.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Sr. Genildo Lins de Albuquerque Neto, passo a palavra ao Sr. Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por dez minutos.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Bom dia, Senador Eduardo Braga, Presidente da CCT, Senadores, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores.

A Anatel, nesse processo da radiodifusão, quer chamar a atenção para dois pontos: quais são suas atribuições e o que consta da legislação em vigor.

A Lei nº 9.472, que foi promulgada em julho de 1997 por esta Casa, determina, no art. 157, que a Anatel é responsável pelo espectro e, dentro do espectro, temos a observância dos tratados internacionais e dos interesses nacionais e a edição dos planos que contêm atribuição, distribuição e destinação das radiofrequências. E, no meio desse processo, os serviços de radiodifusão, inclusive, fazem parte do inciso III do § 1º do art. 158.

Por favor, o próximo.

Ainda, em termos de matéria legal, pelo art. 211, ficou estabelecido que a Anatel é responsável pela parte técnica e mantém todos os planos de distribuição de canais e, inclusive, quanto à fiscalização e quanto aos aspectos técnicos, e tudo que se refere a outorga e regulamentação de serviços está sob a responsabilidade do Ministério das Comunicações.

Próximo, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – A parte técnica, só a parte técnica. Mas como o Dr. Genildo mencionou, este ano, no seu início, o Ministério das Comunicações, juntamente com a Anatel, definimos as atribuições, o que dá para fazer, em função de um convênio que está sendo assinado... Já foi assinado?

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – Nâo.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Ainda não. Por um convênio que está sendo assinado entre as duas organizações, nós vamos, inclusive, sob demanda do Ministério, realizar as demais fiscalizações que o Dr. Genildo mencionou.

Voltando aqui, então, o que, na prática, nós fazemos? Nós elaboramos os planos básicos, gerenciamos os planos de canalização de rádio, de TV, FM, onda média, ondas curtas e trabalhamos apenas na regulamentação técnica e expedimos os atos de autorização de uso de radiofrequência. Portanto, toda vez que uma emissora coloca no ar um sinal sem ter essa autorização, a Anatel vai lá e cessa essa transmissão, por quê? Porque ou não existe uma outorga que foi reconhecida por esta Casa ou porque tem uma, não vamos chamar de pirataria, mas tem uma empresa que ilegalmente entrou no ar. Então, são essas as duas situações em que a Anatel imediatamente atua.

Nesse processo aqui, nós temos sido bastante rigorosos, porque há alguns momentos, principalmente na questão de rádio, em que temos uma preocupação com a vida humana, que são as questões de interferência com os serviços aeronáuticos.

Por favor, o próximo.

Então, quais são hoje os procedimentos? Como a coisa funciona? Todas as solicitações de outorga de serviços começam pelo Ministério das Comunicações. O Ministério analisa, verifica se tem canal no plano ou não. Se tiver canal, então se inicia todo o processo, vem para o Congresso e, depois, saem as portarias de aprovação. Assim que sai a portaria, no canto direito, vocês podem observar que a Anatel emite a autorização de uso de radiofrequência.

Desde a aprovação da portaria, quando a Anatel toma conhecimento do processo, nós levamos apenas três dias para emitir os atos de autorização de radiofreqüência. No máximo, quando nós temos um desvio, nós não passamos dos cinco dias, mas normalmente são três dias.

Quando o interessado pede a prestação de um serviço, e o Ministério verifica que não há canal no plano, isso vai para a Anatel, e nós analisamos toda a parte técnica. Se existe uma viabilidade, imediatamente isso entra em consulta pública, essa consulta pública permanece por trinta dias. Nós não sabemos neste momento quem é quem, quem é que vai ficar com essa outorga. Então, nós só trabalhamos com canal e não colocamos entidade, porque eu não sei qual é a entidade que vai receber essa outorga.

O importante para nós é que o canal esteja no plano para que o Ministério possa outorgar o serviço.

Então, se houver viabilidade, nós iniciamos o processo de consulta pública, atualizamos o plano e o processo volta ao Ministério para dar prosseguimento à questão de outorga. Se não houver viabilidade, então informamos ao Ministério que não há viabilidade e o processo retorna à sua origem.

Próximo.

Como está distribuído o nosso espectro? Hoje, temos ativos cerca de 3 mil canais de FM, 1,7 mil de Ondas Médias, 66 canais de Ondas Curtas e Ondas Tropicais, com a extensão das Ondas Médias, são 74. Embaixo, vocês têm a relação dos canais vagos no plano.

Aqui nós estamos chamando a atenção porque, em função de ação que já realizada junto ao Ministério das Comunicações, nos anos passados, hoje todos os Municípios brasileiros dispõem de canal para execução da radiodifusão comunitária.

Próximo.

Em termos de TV. Hoje, temos cerca de 10,9 mil canais de TV e de retransmissoras outorgadas pelo Ministério das Comunicações e, em termos de canais digitais, nós temos no plano previsto 2,5 mil canais. A nossa intenção é de que, até o mês de julho, nós vamos concluir todo o processo, de tal forma que para todo canal analógico existente tenhamos já o par digital. Isso já foi realizado para todas as capitais e para todas as cidades brasileiras no que diz respeito à geração, agora nós estamos trabalhando nas retransmissoras para o interior do País. Então, até julho, nós queremos concluir todos os trabalhos. E, hoje, consignados, temos 242 de TV em operação.

Então, era só isso. Muito obrigado pela atenção e estaremos prontos para responder qualquer pergunta da Mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Agradecendo ao Sr. Ara, eu passo a palavra ao Sr. Maurício de Albuquerque Wanderlei, Secretário da 2ª Secretaria de Fiscalização, Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União, pelo tempo de dez minutos.

O SR. MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, inicialmente, agradecer em nome do Presidente do TCU, Ministro Benjamim Zymler, o convite para participar desta audiência. Infelizmente ele não pôde comparecer, uma vez que está viajando, mas agradece o convite.

Nós vamos procurar trazer um pouco aqui a experiência do Tribunal no controle das agências reguladoras, no controle das outorgas; e a ideia hoje é que a gente possa falar um pouco sobre como o Tribunal faz o controle desses processos de outorga, da execução dos contratos, como fiscaliza os órgãos federais que são responsáveis pela outorga e pela execução dos contratos.

Pode passar, por favor.

Vou falar um pouco sobre os principais trabalhos que o TCU tem realizado nessa área de radiodifusão e sobre algumas questões que, a nosso ver, são desafios importantes que a gente entende que o País deve encarar para melhorar esse processo de outorga e de execução contratual da radiodifusão; isso tudo a partir da nossa experiência no Tribunal, na fiscalização do Ministério das Comunicações, da Agência Nacional das Telecomunicações e das demais agências reguladoras.

Próximo.

Nós temos hoje no Tribunal duas unidades que fiscalizam agências reguladoras e Ministérios, que são responsáveis por processo de desestatização, eu sou responsável pela 2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização. Na nossa Secretaria, a gente fiscaliza a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANP, Agência Nacional de Telecomunicações e o Ministério das Comunicações no que se refere à radiodifusão.

O Tribunal, com o incremento desses processos de outorga de concessão, com as privatizações no passado, montou uma estrutura para fazer o acompanhamento e buscar estar presente ao longo de todos os processos de desestatização. Nós temos, então, duas unidades. A que eu trabalho lida com comunicações e energia, e existe outra unidade que cuida da parte de transportes – terrestre, aquaviário e aéreo – e as parcerias público-privadas. E, recentemente, há notícias de que vai haver um incremento no processo de concessão de aeroportos.

O Tribunal busca atuar o mais próximo possível dos atos e fatos relacionados com outorga para permitir, então, o que a gente chama de uma atuação corretiva e preventiva. Esse tem sido o nosso objetivo. Nós trabalhamos nas fases de outorga, durante a execução dos contratos, verificando o desempenho do regulador. Como é que a Aneel e a Anatel estão atuando na fiscalização desses contratos? De fato, o importante é a gente registrar que a responsabilidade pela fiscalização não é do TCU. A responsabilidade primária é das agências reguladoras. E nós procuramos fazer uma fiscalização de segunda ordem, verificando como esses órgãos estão fiscalizando e verificando a execução dos contratos.

O nosso foco é procurar ver se está havendo regularidade na execução dos contratos, nos processos de outorga, se há transparência – e esse é um ponto relevante que o Dr. Genildo levantou aqui, ou seja, a importância de essas informações estarem disponíveis para a sociedade –, e também procurando identificar oportunidades de melhoria nesses processos. É uma preocupação da nossa equipe, para que a gente tenha uma melhoria na gestão de todo esse processo.

Próximo.

Na outorga, que é uma das questões levantadas nesta audiência, o Tribunal faz um controle concomitante de todos os processos de outorga de concessão de serviço público, de concessão de radiodifusão, buscando verificar legalidade, regularidade.

Vou rapidamente explicar como essas informações chegam ao TCU e de que forma a gente faz esse acompanhamento no início e durante a execução dos contratos também.

No caso de contratos que tenham a ver com tarifa, a gente verifica como é que está sendo a parte de reajuste e de revisão das tarifas dos serviços concedidos à iniciativa privada, se os requisitos de qualidade estão sendo cumpridos ou não, se a cobertura do serviço está de acordo com aquilo que está pactuado no contrato e se os órgãos de governo estão, de fato, cobrando todos esses requisitos previstos no contrato, ou seja, se estão cobrando do concessionário a sua boa execução.

Próximo.

Então, nós temos uma instrução normativa que, no caso de radiodifusão, é seguida pelo Ministério das Comunicações. Essa instrução normativa determina ao Ministério que ele encaminhe ao Tribunal, durante todos os processos de outorga, informações à medida que as licitações e os atos e fatos da licitação vão ocorrendo. Então, nós vamos recebendo quase que de forma concomitante. Em geral, depois de cinco dias da execução do ato, o Ministério encaminha essas in-

formações para o TCU e a gente abre processos para acompanhar.

São basicamente quatro estágios. Num primeiro estágio, a gente acompanha a viabilidade, os estudos prévios da licitação que determinam a viabilidade técnica, econômica e ambiental dos serviços que estão sendo concedidos. Então, a gente solicita que o Ministério ou que a agência reguladora encaminhe os estudos prévios da licitação para que a gente possa verificar, na parte técnica, por exemplo, se de fato tem uma justificativa técnica para aquela outorga. Na parte econômica, se o valor da outorga que está sendo estipulado no edital ou se a tarifa máxima que está sendo definida – vai depender da situação do serviço – ela tem de fato um estudo técnico que a embase. Se for o caso do valor da outorga, como é o caso das telecomunicações, como é que chega a esse número? Por que aquela outorga está valendo *x* ou *y*? Qual foi o estudo que embasou o Ministério a definir esses parâmetros? E aí, à medida que a gente encontra alguma questão, a gente faz uma recomendação, uma determinação ao órgão, para procurar corrigir ou aprimorar aquele processo.

Na parte ambiental, aqui, essa questão não é tão relevante, mas nos setores de energia, de transporte e de petróleo é uma parte que a gente solicita à Agência que encaminhe os estudos ambientais, para a gente ver se de fato tudo que tinha de ser feito antes da licitação já foi realizado e de forma adequada.

No segundo estágio, a partir daí, durante a execução, a gente vai analisar o edital e a minuta de contrato que o órgão publicou na licitação de uma outorga. Então, nós vamos verificar se alguma eventual determinação no primeiro estágio foi cumprida, se os princípios de ampla concorrência estão contemplados no edital, se o edital é claro, se está transparente, se foi dado acesso a todos os interessados, se ele está coerente, obviamente, com todo o arcabouço legal, e se há uma correspondência entre aqueles estudos de viabilidade que foram encaminhados com as condições no edital. Por exemplo, se o valor de outorga que está definido no edital bate com os estudos de viabilidade que forem encaminhados previamente ao TCU.

Depois, também, a gente acompanha – é o que chamamos de terceiro estágio – todos os atos de adjudicação, de habilitação e julgamento da licitação. Então, nós pedimos as atas das comissões de licitações, para verificar como isso está ocorrendo, se os licitantes estão tendo direito de acesso às informações, se a comissão está respondendo as questões. Isso tudo a gente tem acompanhado em todos esses setores que eu comentei aqui logo no início.

E, por fim, a gente tem um terceiro e um quarto estágios, em que a gente vai ver se de fato o contrato foi assinado e se foi assinado por quem de fato venceu a licitação, se a adjudicação foi correta. Então, a gente procura atuar na medida em que os atos vão sendo expedidos pela agência ou pelo Ministério. O Tribunal vai emitindo pareceres sobre a legalidade daquelas informações, de modo que qualquer eventual problema que a gente detecte a gente rapidamente possa ter uma correção, e não deixe para discutir isso um dois anos depois da licitação, quando o concessionário já ganhou, já investiu recursos, e a probabilidade de você ter uma melhoria nesse processo já cai bastante.

Bom; durante a execução contratual, também, a gente faz auditorias no Ministério, nas agências, para verificar como o Ministério está fiscalizando aqueles contratos, como o Ministério está atuando juntamente com a agência – e, no caso aqui, tanto a agência quanto o Ministério, fazem fiscalizações –, enfim, como está esse papel de cada um. Eles estão cumprindo de fato o seu papel?

Então, nós temos estudos associados a cada uma dessas agências, onde a gente faz análises sob diversos aspectos relacionados com essa execução contratual.

Próximo, por favor. (*Pausa.*) Pode passar mais duas.

No caso da radiodifusão, objeto desta audiência, para todas as licitações que o Ministério das Comunicações lançou nos últimos anos, temos um processo aberto no tribunal, onde a gente acompanhou ou vem acompanhando esse processo. Isso porque o que a gente observa, no caso da radiodifusão, é que o tempo decorrido entre uma licitação e o encerramento de todos os lotes é extremamente longo, extremamente elevado. É muito diferente de outras licitações na área de concessão. É uma característica interessante. Você tem um número muito grande de outorgas e, no mesmo edital, você tem uma quantidade de lotes muito grande. Então, com isso, às vezes, uma dificuldade que você tem num determinado lote, ele termina impactando outros lotes, o que traz delongas ao processo – e essa é uma questão que a gente entende que merece uma reflexão para a gente tentar melhorar esse processo.

Para os senhores terem uma ideia, de 1997 a 2002 – aqui está o número, esses PCs são os números do processo no TCU –, nós estivemos analisando mais 1.975 outorgas, quer dizer, é um número extremamente elevado. E a gente tem buscado fazer também uso da amostragem – porque é impossível você ver cada um dos contratos – para verificar como é que está a legalidade dessas questões.

Bom; eu queria comentar alguns casos – e vou me restringir, já por uma questão de tempo, a alguns poucos casos relevantes – que a gente detectou nessa parte de radiodifusão. E a primeira questão que acho que merece um aprimoramento são os estudos prévios à licitação no que diz respeito à definição do valor da outorga.

O Tribunal, já nesse Acórdão nº 2.266, de 2008, faz uma recomendação ao Ministério das Comunicações para que ele adote um critério metodológico compatível com a avaliação dos negócios empresariais.

Da forma como hoje é definido o preço, ela não leva em conta a atratividade no negócio. Existe um critério que, a nosso ver, merece uma reflexão e uma melhoria no processo. Eventualmente, nós podemos ter valores ou muito baixos ou muito altos, que podem estar impedindo a expedição de outorga, e nós entendemos que a exemplo de outros serviços públicos que são concedidos, aqui há necessidade de uma melhoria nesses estudos. E o tribunal fez uma recomendação, temos conversado com o Ministério das Comunicações, para procurar melhorar esse processo de definição do preço das outorgas.

Também outra questão importante são as adequações que o tribunal também determinou ao Ministério para melhorar a competição durante o processo e eliminar a obrigação de que o vencedor do certame efetue o pagamento da primeira parcela tão-somente após a publicação do despacho de homologação, porque muitas vezes isso pode ser um fator de restrição à participação de interessados.

O próximo, por favor.

Outra questão importante que a gente tem tratado é a questão do longo prazo que decorre nessas licitações, muitas vezes mais de cinco anos. Quando você está discutindo um determinado questionamento – concluindo, Presidente –, muitas vezes o que acontece é que o Ministério, em alguns momentos no passado, entendeu que haveria uma prescrição administrativa, ou seja, se algum ato irregular ocorreu há mais de cinco anos e aquele ato não foi declarado ilegal nesse período, ainda que não tenha sido assinado o contrato, não seria possível a anulação desse ato. O Tribunal entendeu que não, que enquanto o contrato não está assinado e que a questão está sendo discutida no âmbito administrativo, não é possível aplicar essa tese da prescrição administrativa, e que se, antes de assinar o contrato, identificou uma irregularidade na licitação, uma habilitação indevida ou algo do tipo, cabe, sim, a anulação desse ato. Este é o entendimento do Tribunal. Isso não vale depois da assinatura do contrato. Isso é algo que está expresso no Acórdão nº 1.900, de 2008. Então, é algo também b*a*stante relevante.

Próximo, por favor.

Está aqui comentada a questão da prescrição administrativa, que não aconteceu.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por fim, para concluir, quais são as questões que, nos parece, merecem um aperfeiçoamento nesse processo? A gente tem observado dificuldade na administração, com a atual estrutura do Ministério das Comunicações e da Anatel, para fiscalizar esse grande número de outorgas. O Dr. Ara acabou de mostrar aqui que a quantidade de outorga é muito grande. Então, é importante tentar... Acho que já foram colocadas aqui as medidas que a Anatel e o Ministério estão tomando para resolver esse imbróglio que, em certo momento, foi suscitado a fim de saber de quem era a competência para fiscalizar. Isso não é bom; isso precisa ser resolvido.

Então, é importante que a gente aperfeiçoe e dê mais estrutura para todo esse processo. Hoje, temos um tempo de tramitação muito elevado; a gente tem processos aí com seis, sete anos – do tempo em que foi publicado o seu edital até a conclusão –, e isso é muito complicado, isso não é comum nos outros setores, isso não é adequado. Acho que precisa ser repensado esse processo e a forma de licitação, para que tenhamos, de fato, um termo melhor.

Outra questão importante é o grande número de processos que estão hoje no Ministério. Temos de criar um critério objetivo para a análise desses processos. O que a gente vê é que, como tem muita coisa parada no Ministério em termo de licitação, de números de processos, é necessário que haja uma regra clara de qual é a fila de análise que o Ministério vai adotar para analisar cada um desses casos. Hoje a gente não percebe isso. Às vezes, a gente vê que o Tribunal toca em determinadas situação e, depois, um processo que estava parado há quatro anos, é destacado. Então, há a necessidade de melhorar esse processo de análise. O que a gente observa é que há um número muito grande de processos para uma estrutura do Ministério talvez pequena para a análise da quantidade de outorgas.

Já falei aqui na questão de estudos de viabilidade. Parece-me que uma questão chave é aprimorar esse processo de interação Anatel/Ministério, e o Ministério ter uma estrutura adequada à importância desse serviço de radiodifusão. A gente, quando compara com outros setores da área de infraestrutura, vê que é necessário melhorar ainda mais a estrutura do Ministério das Comunicações e da própria Anatel, essa conjugação de trabalhos de ambas, para fiscalizar esse setor. É um setor que não é fácil, pois, o número de outorgas é grande e é preciso, então, rever. E tem sido nessa

linha as sugestões que o Tribunal tem feito ao Ministério e à Anatel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga.Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Maurício, passo a palavra ao Dr. Antônio Carlos Fonseca da Silva, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal, por dez minutos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Sr. Presidente da Mesa, Senador Eduardo Braga, em nome de quem saúdo os demais Senadores presentes, os senhores convidados e os presentes. Acima de tudo agradeço e sinto-me honrado pelo convite para estar aqui em nome do Ministério Público, em nome do Procurador-Geral da República.

Sou Coordenador-Geral da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida do consumidor e da ordem econômica. Não é uma Câmara criminal.

O que nós trouxe aqui, na verdade, é um problema de polícia e um problema de justiça.

O Ministério Público atua em várias áreas. Então, esse problema que temos aqui é um problema que interessa à área criminal, à área da cidadania e à área da ordem econômica e de defesa do consumidor, que é exatamente a área em que atuo.

As irregularidades já é sabido de todos; portanto, não vou aqui, alinhá-las.

O Ministério Público, como órgão de controle e de fiscalização, hoje, amadureceu. O Ministério Público está atualizado e não é um órgão muito conhecido de persecução criminal. Hoje, sobretudo, na nossa câmara, temos a preocupação de fortalecer a autoridade para que ela cumpra com o seu papel. Esse é o principal objetivo. Onde identificamos ilegalidades, é claro que o procurador natural é chamado a atuar; onde identificamos ineficiências, identificamos a oportunidade de fortalecer a autoridade, de criar um ambiente de confiança e de realização dos benefícios que a sociedade espera da legislação, espera dessa mesma autoridade.

Então, privilegiamos uma estrutura que possa ser organizada com autonomia, com independência. È isso é muito importante, porque é mais fácil exigir o cumprimento do dever de casa. O que estamos vendo aqui é um problema, primeiro, de uma legislação deficiente – acho que todo mundo concorda – e, segundo, é um problema de gestão. É muito bonito quando se coloca como o Ministério das Comunicações resolve. E vejam que nós estamos no pior dos mundos. As notícias que eu leio sobre a questão que nos traz aqui, diz lá: "O Ministério das Comunicações não tem condições de realizar a fiscalização e cumpri-la". Por parte desta Casa, o Congresso diz que só faz a homologação. Então, a sociedade está no pior dos mundos.

O Ministério Público adota, a respeito desse assunto, um documento produzido recentemente, em fevereiro de 2011, pela Unesco, sob o título "*O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros*". Então, a terceira câmara da ordem econômica do consumidor persegue as boas práticas regulatórias, e estamos atuando em vários setores regulatórios. Para nós, o mais importante "é prevenir do que remediar".

O sistema, hoje, como está aí, é deficiente. Por isso adotamos esse documento da Unesco. Esse documento examina e adota conclusões e recomendações, que o Ministério Público Federal acolhe em quase sua totalidade. O documento aborda aspectos sobre a autoridade reguladora, com a recomendação de uma autoridade reguladora independente; aborda a questão do licenciamento; da regulação de conteúdo; de obrigações positivas de conteúdo de emissoras públicas e comunitárias e de regras de propriedade.

Vejam: em uma situação de fraude, em que pessoas se ocultam, os chamados "laranjas", em um tipo de negócio desse, é porque não têm nenhum comprometimento com a política pública de radiodifusão, de comunicação social.

O documento afirma existir forte presença de emissoras comerciais e pouco espaço para a comunicação pública e comunitária, além de registrar a falta de uma política de radiodifusão clara e abrangente. Este é o cenário. Então, por isso que o Ministério Público conclama as autoridades constituídas para uma revisão do sistema, uma revisão do quadro legal, uma revisão do modelo de gestão que temos aqui, que não funciona.

É claro que uma política consistente deve estar comprometida com certos princípios, como o incentivo à autoregulação, o combate à concentração ilegal. A própria Constituição restringe a concentração nesse setor. Deve também tratar da regulação de conteúdo mínimo e flexível. O Governo, as autoridades constituídas não precisam ter cerimônia para tratar desse assunto.

Rádio e televisão são instrumentos de poder, seja de poder econômico, seja de poder político. Então, é natural que haja um certo controle. Disse Montesquieu: "*Le pouvoir arrête le pouvoir*" – o poder freia o poder. Então, é preciso que haja esses freios e balanços.

É claro que também deve haver o comprometimento com respeito à proteção contra a interferência governamental indevida. É claro que o governo tem que estar presente; é claro que o governo tem um pa-

pel; mas é preciso ter uma estrutura e prevenir intervenções indevidas.

E a melhoria dos padrões profissionais. Isso é o mais importante: a questão da gestão de uma política pública tão relevante para a sociedade. E o monitoramento por órgãos imparciais da sociedade. É isso que o Ministério Público faz, sobretudo do ponto de vista da nossa Câmara.

É claro que, quando o caso já é de polícia, já é de Justiça, isso vai para o crime. Mas nós temos o compromisso de contribuir com as autoridades. E não posso imaginar fortalecer a autoridade no sentido de torná-la...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Já concluo, Sr. Presidente.

Não posso imaginar fortalecer a autoridade no sentido de torná-la mais preparada para cumprir o seu dever de casa institucional se não sei bem identificar a autoridade. É por isso que a autoridade independente é o melhor modelo, mesmo com um papel ministerial.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, solicito a consulta a esse documento, que traz combinações claríssimas, descreve o cenário de forma muito clara.

Talvez alguma alteração constitucional seja necessária. Eu acho que o papel do Congresso deve ser mantido, mas um pouco diferente. O Congresso não tem uma tradição de processo, de fiscalização do governo amiúde, eu quero dizer, e não do ponto de vista político. Por isso, aqui, hoje, o sistema acaba se restringindo à mera homologação. O que seria o melhor? A autoridade reguladora tomaria as suas decisões e, no momento em que o Senado verificasse irregularidades graves, ele simplesmente suspenderia, cassaria esse ato. Ele é muito mais rápido, retirando da necessidade da decisão judicial para corrigir falhas graves. Esta é uma sugestão com os quais estamos comprometidos.

Então, esse documento para nós... Tendo em vista que esse setor não é prioritário no momento, ainda não formamos, na nossa estratégia de planejamento, a equipe preparada para fazer o monitoramento, como começamos a fazer em outros setores regulados, inclusive com a parceria muito benéfica do TCU, com o qual temos aprendido muito.

Então, uma revisão da legislação – essa é a nossa recomendação – e foco na gestão. Há necessidade de haver políticas públicas bem definidas, tendo em vista que, de um lado, temos o negócio, e todo negócio precisa ser incentivado. Falou-se aqui na preocupação de monitorar quem está distribuindo lucro. Talvez isso não seja tão importante. Veja que, quando falamos em "laranjas", lembramos que o Código Comercial tem a figura do sócio oculto. O mais importante é que a legislação proíba ou diga qual o tipo de sociedade que é possível para se explorar esse tipo de negócio e, é claro, exclua qualquer tipo de sociedade que admita o sócio oculto.

Portanto, são essas as considerações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que fazemos. Colocamo-nos à disposição, para contribuir numa outra tarefa, com o objetivo de buscar soluções mais eficientes, considerando-se a importância que é a política pública de comunicação social.

Nós estamos a caminho para dois séculos de independência – 2022. Então, as nossas decisões hoje vão refletir daqui a algum tempo. Então, é fundamental que as autoridades constituídas busquem resolver o problema do Brasil hoje, que é de gestão, e tenhamos mais clareza na definição das políticas públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Antônio Carlos Fonseca da Silva, passo a palavra ao Dr. Venício de Lima, Professor Titular de Política da Universidade de Brasília.

O SR. VENÍCIO DE LIMA – Bom dia a todas as pessoas presentes!

Eu queria dizer que, na verdade, a matéria da *Folha de S.Paulo*, da jornalista Elvira Lobato, não constitui exatamente uma novidade para as pessoas que acompanham o setor de radiodifusão no Brasil.

A novidade da matéria, parece-me, está em que, provavelmente pela primeira vez, revelaram-se indícios fortes e evidências de que as 91 empresas analisadas num processo longo de vários meses de pesquisa junto a vários tipos diferentes de fontes, inclusive diretamente, não eram só estabelecimentos de fachada, com endereço falso, mas que algumas dessas outorgas haviam sido entregues a pessoas que obviamente não tinham condições financeiras para arcar com os preços pagos, praticados na radiodifusão brasileira.

Na verdade, parece-me que as matérias da *Folha de S.Paulo,* dos dias 27 e 28 de março, revelam uma pequena parte de uma situação que é muito mais grave do que a questão apontada e que envolve, do meu ponto de vista, todo o processo histórico de concessão de radiodifusão no Brasil.

Especificamente no caso das licitações – e tive oportunidade de manifestar isso a convite da Elvira Lobato numa pequena matéria que saiu junto com a segunda reportagem do dia 28 de março na *Folha de S. Paulo* –, há muito pouco tempo, um consultor legislativo da Câmara já havia apontado que os critérios técnicos são mera figura decorativa nos processos licitatórios.

Aliás, acabamos de verificar aqui, pelos depoimentos, tanto do Ministério das Comunicações como do da Anatel, que agora é que se está formalizando um acordo para a fiscalização desses critérios.

Do ponto de vista dos decretos que, lá em 1995 e 1996, passaram, estenderam para a área de radiodifusão a obrigação constitucional das licitações para outorga desses serviços públicos, os critérios técnicos são, por exemplo, tempo destinado na programação aos conteúdos jornalísticos, educativos e culturais, números de programas produzidos na própria área de prestação de serviços. E isso não tem sido fiscalizado.

Então, o consultor da Câmara verificou, fazendo uma análise histórica desde que os decretos passaram a ser praticados em 1997, que, nos processos licitatórios, mais de 90% das empresas que se candidatam acabam alcançando os pontos máximos nos critérios técnicos porque anunciam, nas suas propostas, a intenção de cumpri-los; entretanto, sabendo que eles não são fiscalizados, simplesmente aquilo vira letra morta, e o que prevalece, na verdade, é uma licitação por critérios exclusivamente econômicos e financeiros. Isso é uma parte do problema.

Como disse antes, vejo nessa proposta de discussão, aqui nesta Comissão, feita pelo Senador Aloysio Nunes, uma oportunidade de o Congresso, mais do que oportunamente, como disse também aqui o representante do Ministério Público, se dar conta de que esta área precisa de uma revisão geral na sua regulação. Não é à toa que, desde o primeiro governo Fernando Henrique, fala-se na necessidade de um novo marco regulatório, que tem sido postergado e até agora não apareceu.

Só para dar uma contribuição provocativa no sentido etimológico do termo, vou mencionar aqui seis – só mencionar – dos problemas que acho que são críticos nessa área crítica que é a área das concessões.

O primeiro é que existem normas legais diferentes para concessões de serviço de televisão aberta, de televisão paga ou por assinatura.

O segundo é que as emissoras de rádio e tevê aberta são concessões de um serviço público, outorgadas por contrato pela União, com a participação do Congresso, por prazo determinado de dez anos para emissoras de rádio e 15 anos para as emissoras de televisão. São os prazos mais longos do Planeta! Não existe nenhum país do mundo onde os prazos sejam tão longos. Isso faz com que essas outorgas se transformem em propriedade privada.

O terceiro problema é que, apesar de as emissoras de rádio e televisão abertas serem concessões de um serviço público, outorgadas sob determinadas condições, inclusive para renovação e cancelamento dos serviços, as regras consagradas no texto constitucional, tanto para renovação quanto para o cancelamento dessas concessões, cria uma grave assimetria em relação aos demais contratos de prestação de serviço público porque favorecem claramente aos concessionários. A gente pode voltar a isso se for o caso.

Quarto. Apesar de a Constituição definir claramente os princípios que devem orientar a produção e a programação das emissoras de rádio e tevê aberta, eles não são utilizados como critério para outorga, cancelamento ou renovação das concessões. Aqui, o caso clássico são as normas e princípios do art. 221 da Constituição.

E sexto. O vínculo histórico – permitam-me insistir nesse ponto –, aqui no Congresso Nacional, de Deputados Federais e Senadores com as concessões de rádio e tevê, gerador do fenômeno conhecido na ciência política como "coronelismo eletrônico", cria uma situação absurda, na qual um membro de um dos poderes concedentes, o Congresso Nacional, muitas vezes se confunde com o próprio concessionário. Isso já foi verificado em pesquisa que eu mesmo conduzi aqui no Congresso Nacional. Isso sem mencionar as brechas que existem na legislação, que deixam fora do processo licitatório, por exemplo, a radiodifusão educativa.

Então, eu vejo, na verdade, uma oportunidade muito grande para que o Congresso Nacional assuma o seu papel de legislador e colabore na regulação e na introdução de um novo marco regulatório para a área.

E, para terminar, do ponto de vista do Ministério das Comunicações, eu vou insistir numa proposta que tem sido feita reiteradamente não só por mim, mas por outras pessoas, e que as exposições hoje deixaram clara aqui a necessidade disso: é a urgentíssima necessidade de um recadastramento dos concessionários de rádio e televisão no País.

Embora existam bancos de dados com informações sobre concessões na Anatel, não existe disponível para consulta pública um cadastramento geral dos concessionários. Um cadastro preliminar foi colocado no ar ainda na gestão do Ministro Miro Teixeira, no final de 2003; depois, esse cadastro saiu do *site* do Ministério. Quem solicita informações é remetido para os cadastros da Anatel, mas é praticamente impossível compor-se um quadro geral de quem são, de fato, os concessionários de rádio e televisão no País. Então, acho que um bom começo seria que esse recadastramento fosse feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço, portanto, ao Professor Ve-

nício de Lima, que encerra o ciclo dos palestrantes desta audiência pública.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira como autor do requerimento que aprovou esta audiência pública.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores palestrantes, quero, em primeiro lugar, agradecer a presteza e a solicitude com que os senhores aceitaram o convite da nossa Comissão e a qualidade da exposição que aqui fizeram.

Tenho a sensação, Sr. Presidente, de que o tempo verbal mais utilizado nas exposições, tanto do representante do Ministério das Comunicações quanto do representante da Anatel, é o gerúndio: "Nós estamos fazendo", "Nós estamos estudando", "Nós estamos preparando". Isso, com a insistência do ponto inicial, que é janeiro de 2001. Então, nós estamos fazendo uma série de coisas que, a rigor, já deveriam ter sido feitas e que já estão feitas.

O Sr. Genildo Lins de Albuquerque Neto afirmou, e essa afirmação já foi repetida várias vezes, que não há lei que impeça um soldado, um desempregado, um funcionário público subalterno de abrir uma empresa. "*Não tenho como obrigá-los a comprovar, antes da licitação, se têm dinheiro ou não para pagar a concessão*", afirmação do Sr. Genildo repetida aqui inclusive nessa audiência. Essa afirmação foi seguida de um gesto, como o de Pôncio Pilatos, dizendo que isso é um problema do Ministério Público e do TCU. "*Nós aqui cumprimos o nosso papel*." É bem verdade que, depois, no decorrer da sua exposição, o Sr. Genildo Neto, utilizando o tempo verbal do gerúndio, disse que, "*agora, estão tomando uma série de providências*" que já deviam ter sido tomadas.

Agora, uma já foi tomada, Sr. Genildo, tomada pelo Poder Executivo, que é o Decreto nº 2.108, de 1996, que, no seu art. 13, diz o seguinte:

> *Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:*
>
> *(...)*
>
> *XI – relação de documentos exigidos para aferição da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica e da regularidade fiscal.*

Quer dizer, isso já está previsto. Esses documentos deveriam ter sido exigidos, e são exigidos, e fazer-se um mínimo de esforço para se verificar a veracidade deles. Veja: a repórter da *Folha de S.Paulo* trabalhou, Professor Venício, durante três meses – é o que diz a reportagem. Não é um tempo descomunal. Três meses! O que ela fez? Informa a repórter que, para chegar aos donos das empresas, a *Folha* cruzou informações fornecidas pelo Governo com dados de juntas comerciais, cartórios, Anatel e o Senado, que tem a competência de chancelar as concessões. Um mínimo trabalho para verificar algo que nos dá condições de exercer um ato soleníssimo do Congresso.

As mensagens do Poder Executivo, em que pede ao Congresso que examine os contratos de outorga de concessão, tramitam no Congresso com a mesma solenidade e rapidez que os projetos com urgência constitucional do Presidente da República. São 45 dias em cada Casa, sob pena de serem sustadas todas as deliberações legislativas. Vejam a importância que tem esse ato! Isso não é observado, evidentemente. Não é observado. Eu nunca soube de um caso de sustação das deliberações legislativas do Congresso Nacional quando a apreciação de uma mensagem presidencial desse teor tenha demorado mais de 45 dias. Não sei. O Senador Walter Pinheiro tem mais experiência do que eu na área. Eu não conheço. Enfim, só para dizer da importância que a Constituição atribui.

E esse Decreto, no art. 15, estabelece quais são os documentos hábeis a comprovar a qualificação econômico-financeira, numa enumeração que, aliás, não é exaustiva. Isso não impediria o Ministério de tomar outras providências. Essa é uma manifestação de uma estranheza.

É bem verdade que o representante do Ministério, depois de ter repetido aqui que o problema é com o Ministério Público e com o Tribunal de Contas, fala de uma série de providências que estão sendo tomadas.

Ora, quando vamos ter essas providências, Sr. Presidente?

As recomendações que vieram do Tribunal de Contas da União, segundo nos disse o nosso convidado, algumas delas datam de 2008 e vão no mesmo sentido daquelas que o senhor diz que estão sendo estudadas agora. Ora, uma portaria dessas não é uma coisa planetária, convenhamos! Não é. E, se é preciso rever todo o marco regulatório, comecemos por aquilo que é mais urgente, por aquilo que, pelo menos, dê mais condições de fiscalização, de transparência, de controle social sobre esses instrumentos tão importantes, como diz o Subprocurador-Geral da República – instrumentos políticos e econômicos – como são os meios da radiodifusão.

O senhor, na reportagem, prometeu zerar o estoque de propostas de rádio e tevê a serem apreciadas, que estão acumuladas, e que estão sob análise

do Ministério. O meu receio é que, na pressa de zerar, se atropelem ainda mais, se negligenciem ainda mais as providências que já deveriam ter sido tomadas para que fraudes como essas não se repitam.

Manifesto minha estranheza diante de uma inovação na teoria das nulidades que acabo de ouvir aqui, que diz respeito à chamada "prescrição administrativa". Um ato nulo ou fraudulento deixa de ser nulo ou fraudulento decorridos cinco anos. O Tribunal de Contas da União se insurge contra isso. É uma criação realmente original nossa! Eu gostaria de ter melhores informações sobre isso. Eu sou da linha de que "pau que nasce torto morre torto". A nulidade é nulidade, é insanável, acabou-se. Fraude é nulidade insanável. Agora, haver decurso de prazo para a arguição da nulidade de algo que é nulo de pleno direito, para mim, é estarrecedor.

Eu perguntaria ao representante do Tribunal de Contas quantas outorgas foram efetivamente canceladas no caso de verificação dessas fraudes.

Há o anúncio do convênio entre a Anatel e o Ministério das Comunicações para examinar, além das condições técnicas, as condições econômicas, a viabilidade, a segurança jurídica dos negócios etc. Essas providências já deveriam ter sido tomadas, porque elas já estão previstas na legislação. É competência, sim, da Anatel a análise desses outros aspectos das concessões.

Além disso, eu gostaria de ouvir o comentário da Anatel sobre a apreciação do Professor Venício de Lima de que nem mesmo esses requisitos técnicos estão sendo examinados com rigor, de tal forma que as licitações são decididas apenas, em mais de 90% dos casos, pelo critério do preço.

Para finalizar, eu perguntaria a todos, com exceção do Professor Venício de Lima, a quem agradeço imensamente pelo comparecimento e pelas sugestões: que providências foram tomadas para, pelo menos, apurar e punir os responsáveis pelas fraudes apontadas pela reportagem da *Folha de São Paulo*?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Consulto o Plenário para saber se adotaremos nesta audiência pública o mesmo critério que adotamos em outras audiências, que é fazermos todas as perguntas para depois ouvir as respostas. *(Pausa.)*

Diante da concordância dos Senadores, passo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Eduardo Braga, em primeiro lugar, eu parabenizo V. Exª pela organização. Recebemos uma pasta com o currículo de cada um dos senhores convidados. A organização realmente facilita bastante. Parabenizo também o nosso colega, Senador Aloysio, pela iniciativa.

Bom dia aos senhores convidados!

Essa questão foi suscitada pelo Senador Aloysio em função da avalanche de concessões que recebemos em quinze dias – eu recebi mais de 25 outorgas – e sem a menor condição de analisá-las. Detemo-nos um pouco na apreciação e vimos que não havia o menor critério ali, pelo menos de informação.

Percebi na fala dos senhores que, no papel, às vezes as coisas estão muito bem feitas, mas elas não são realmente fiscalizadas. Reitero o que falou o Senador Aloysio em relação às pessoas, como os cabeleireiros, pessoas sem condições de estar nessa área. A fiscalização não é feita. Isso é muito simples: você vai pela idoneidade financeira, ética, moral. É preciso dar continuidade, porque acho que 50% poderiam ser evitados na concessão se fosse bem fiscalizada; os outros 50%, no pós.

Quando existem os laranjas, vemos uma movimentação rápida depois, assim que é permitida, do acionista, mas você tem a Receita Federal, você tem o Imposto de Renda para ser fiscalizado. Eu acho que há muitos instrumentos, a coisa não é difícil.

Eu noto, em termos de fiscalização, que temos tido uma falha muito grande. Por exemplo, as rádios comunitárias estão sendo usadas com finalidades totalmente diferentes daquelas definidas por seus propósitos. Nós temos visto o seu uso político, enfim, suas atividades são desvirtuadas.

E tenho aqui também, Sr. Presidente, uma sugestão. Ao rever esse marco regulatório, deveríamos vedar a figura do político: ou ele é político ou ele é dono de concessão. Acho que as duas coisas não são muito compatíveis, porque o uso político desses veículos causa danos muito grandes na sociedade. Apresento essa sugestão, porque essas concessões são um instrumento muito forte na nossa política.

Fico aqui com tudo o que o Senador Aloysio falou, não vou repeti-lo: a preocupação muito grande, a insegurança que temos. Eu, pelo menos, não recebo mais nenhum desses pleitos se não vierem junto atestados, se não for mostrado como foi verificado.

Invoco que a Receita Federal seja concitada. É muito fácil fazer isso nessas transmissões. Quanto a esse caso de verificar para onde foi o resultado do lucro: isso se burla facilmente, vai para a pessoa e, depois, aquilo tem todo um trânsito. Através da Receita Federal você pode ver se realmente aquilo ficou, como é que foi.

Reitero a sugestão de que afastemos o uso político desse instrumento, isso é danoso, muito danoso.

A história tem nos contado isso, tem nos mostrado a perversidade disso.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro por cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Eduardo Braga, Srs. Senadores, senhores convidados, esse tema tem sido objeto de discussões na CCT desde que a comissão foi instalada quatro anos atrás, sob a Presidência do Senador Wellington Salgado. Quero, a propósito, parabenizar o Senador Aloysio por trazer à discussão essa questão, que é da maior importância.

Lamentavelmente, nada aconteceu no reino da Dinamarca até hoje, as coisas continuam do mesmo jeito. Eu tive a honra de presidir a CCT nos dois últimos anos da legislatura passada, quando encaminhamos várias correspondências, Senador Aloysio, ao Ministério das Comunicações para pedir que fossem adotados certos procedimentos. Um deles era em relação às rádios comunitárias, já que continuavam encaminhando à CCT rádios comunitárias com a denominação de FM, o que é totalmente contraditório: se é rádio comunitária, não pode ser FM, não pode ser utilizada como rádio comercial. Esses casos chegavam para serem aprovados no Senado e eram devolvidos para que pudessem ser corrigidos.

A rádio comunitária é de grande importância, Senador Eduardo Braga, principalmente em nossa região – ela tem de ser disseminada inclusive. No entanto, ela tem de cumprir o seu papel, ela tem de levar informação à comunidade naquele raio definido pela outorga. Ela não pode ter comercial, apenas patrocínio.

Lamentavelmente, verificamos que a Anatel não cumpre a sua obrigação. Nós não vamos entrar no mérito disso, esta é uma discussão antiga – não sabemos quem nasceu primeiro, se o ovo ou a galinha. Não sabemos se é a questão da falta de recursos ou se é o Governo que contingencia os recursos que os usuários da comunicação pagam na tarifa. São bilhões de reais que estão contingenciados e que os usuários pagam nas tarifas das comunicações e que a Anatel não recebe. Convidamos para uma audiência pública, mas chegam aqui e ninguém diz quantos milhões precisa para fazer funcionar, fiscalizar. A Anatel não fiscaliza. Por último, a Anatel resolveu suprir a deficiência do Congresso e legislar, não mais fiscalizar, não mais regulamentar, mas legislar; ela quer suprir o Congresso e legisla sobre a área de comunicação.

Mas isso é outro assunto, Senador Eduardo Braga, que vamos ter que chamar mais uma vez a Anatel para discutir. Vamos nos voltar à questão da audiência convocada pelo Senador Aloysio.

Em 2008, Senador Eduardo Braga, o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma resolução do Senado tratando da questão da revisão da outorga e renovação de concessão e permissão de autorização para o serviço de radiodifusão sonora. Uma resolução de nº 39, de 1992. Ele propunha essa revisão. Eu fui Relator dessa Resolução do Senado nº 11, de 2008, e fiz uma emenda que talvez pudesse resolver alguns problemas.

Acho que o Ministério das Comunicações não pode dar uma de Pôncio Pilatos, como disse o Senador Aloysio, ele tem que cumprir com as suas obrigações. Quando chega o processado aqui, o Senado não tem como fazer o que o Ministério teria que fazer, ou seja, fazer as diligências, saber se aquele proponente tem as condições técnicas e financeiras para cumprir as exigências, se ele é ou não é laranja, tudo isso tem que ser feito pelo Ministério. E, em seguida, depois de outorgado, a Anatel tem que fiscalizar se o contrato é ou não de gaveta, se foi feita ou não a transferência.

Então, na emenda que fiz ao projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, eu propunha que depois de aprovado, de trazido ao Senado, fosse aberto um prazo de dez dias para recebimento de manifestações de apoio ou de contestação fundamentada referentes ao procedimento de outorga ou renovação em exame ou a entidade por ela beneficiada. Exatamente para que desse à sociedade uma oportunidade de dizer se aquele processo em análise pelo Senado teria vícios não descobertos pelo Ministério das Comunicações.

Lamentavelmente, a emenda foi derrubada no plenário do Senado. Acho – e me parece que o Dr. Venício ou o Dr. Antonio Fonseca tocaram neste assunto – que poderíamos retomar essa questão, Senador Aloysio, pois acredito que com isso podemos sanar grande parte dessas questões.

Mas há uma segunda proposta que quero trazer e ouvir a opinião dos nossos convidados. Fiz uma proposta de emenda à Constituição em relação às transferências que acontecem no mercado, ou seja, a outorga é dada para uma determinada empresa e, ao final essa outorga, é transferida, por um contrato de gaveta, para terceiras ou quartas empresas. E o Senado Federal não tem nem conhecimento dessa transferência. Então, fiz uma proposta de emenda à Constituição dizendo que as transferências têm que, novamente, passar pelo Senado Federal para que este tome conhecimento. Ela está tramitando.

Sendo assim, gostaria de ouvir dos nossos convidados se essa emenda poderia ser acrescida na questão não só da outorga e renovação, que já passam pelo Senado Federal, mas também em relação à transferência, que deveria passar por aprovação do Senado Federal. Acho que seria mais um filtro para que pudéssemos ter uma fiscalização com relação a essas transferências.

Eram essas as sugestões que gostaria de trazer a esta audiência pública. Também quero dizer que concordo que precisamos, com urgência, rever e criar critérios que possam estabelecer normas rígidas que facilitem o trabalho do Ministério das Comunicações, da Anatel e da própria CCT do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Flexa Ribeiro, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só gostaria de saber se estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª é o próximo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que esta audiência é extremamente positiva e, de certa forma, eu diria, exitosa, porque começamos a nos deparar com situações, primeiro, de um quadro de aspectos regulatórios, fiscalizatórios até existentes. Um quadro apontado pelo Tribunal de Contas. E o que temos tanto por parte da agência quanto por parte do Ministério é uma série de pontos de encaminhamento que poderiam nos dar a tranquilidade de seguir adiante com aquilo que discutimos aqui na Comissão, ou seja, criterizar, digamos assim, os procedimentos daqui para frente.

Reconheço que há problemas estruturais, há problemas acumulados, mas o Prof. Venício colocou muito bem: este debate, por exemplo, foi concluído em dezembro de 2007, aqui no Congresso Nacional, depois, inclusive, da mesma provocação que nos leva a este momento de agora. E a nossa expectativa, pelo menos a partir do que conversamos aqui o Senador Aloysio, o Senador Raupp e o Senador Eduardo, é que na próxima quarta-feira liquidemos essa fatura, dizendo: está aqui, estas são as condições.

Mas quero começar a levantar algumas ponderações que dizem respeito ao trabalho de cada setor. A Anatel, por diversas vezes, tem levantado a sua dificuldade no que diz respeito à fiscalização. Chega a apontar, em diversos fóruns, o aspecto da dificuldade de acesso a dados para um nível mais eficiente da sua ação. Se é isso, precisamos ajustar a Anatel e o Ministério, pois de nada adianta o processo vir para cá se não vier acompanhado principalmente desse nível de acerto entre os dois órgãos.

Acho que essa é uma questão. Se a própria Anatel reconhece que há uma certa fragilidade na obtenção de dados, Prof. Venício, acho que devemos levar em consideração aquilo que o próprio Senador Eduardo e o Senador Aloysio falaram aqui agora.

Mas em dois ou três meses a jornalista Elvira Lobato foi lá, catou, foi daqui, foi para lá, deve ter mexido, e tirou pelo menos 90 e poucas informações. Mas no Ministério tem nove mil, dez mil... Os processos são compatíveis com cada setor. Nós fizemos, àquela época, ainda com o Miro Teixeira, depois com o Hélio Costa, no Ministério. Lembro-me, inclusive, que batalhei na Comissão de Orçamento para que a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara liberasse recursos e que a Comissão de Orçamento acatasse, via Relator setorial, de quem não me lembro o nome agora, uma emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia para que permitíssemos ao Ministério reestruturar todo esse setor.

Sabemos que é caro digitalizar, por isso aportamos recursos para essa tarefa, entendendo que ela é preponderante.

Outro aspecto para o qual quero chamar a atenção diz respeito aos chamados critérios que o Prof. Venício levantou.

A proposta principalmente encabeçada pelo consultor Tito, da Câmara dos Deputados, da Comissão de Ciência e Tecnologia, baseava-se nos seguintes aspectos – os pontos que mais chamaram atenção, que é o que nós discutimos no grupo de trabalho, são estes: fixação de prazo para abertura de processo licitatório; necessidade de consulta pública prévia para os processos licitatórios; previsão no edital de licitação de percentuais mínimos – e aí vai a questão da programação, regionalização, programa jornalístico, enfim, uma série de coisas –; aumento do peso relativo nos processos licitatórios, a partir da adoção desses critérios, para permitir que se cumpra o papel da concessão; redução do peso relativo num processo inverso, já que a outorga, se ela tiver caráter definitivo, é a questão do próprio valor dessa oferta; a possibilidade de exploração da radiodifusão – esse é o ponto mais explosivo na relação com a classe política, meu caro Taques, V. Exª que é procurador, que é o fato de como vamos tratar mais uma vez esta questão da radiodifusão para fim exclusivamente educativo. Esse é um problema. E naquela época já afirmávamos isso. Nós propúnhamos que somente fossem União, Estados, Distrito Federal, Municípios e universidades públicas. Portanto, tentando evitar – falei isto aqui sem querer fazer nenhuma provocação com ninguém, não sabia nem de rádio para ninguém, falei fundação em nome de meu pai, porque meu pai já morreu, então não posso

colocar fundação em nome de minha mãe porque ela é viva. Então, não dá para fazer fundação em nome dela. Tem muita gente até que faz. Eu não tenho fundação alguma em nome de meu pai. Pelo amor de Deus! Até porque meu pai nem era do setor de comunicação, ele era ferroviário, comunicava-se via telégrafo, por isso eu aprendi sobre o telégrafo bem cedo. Aliás, eu aprendi o telégrafo cedo e fui, depois, aluno do professor Raul Seixas, o pai do professor Raul Seixas foi meu professor de eletrônica, e o velho Raul era engenheiro da Leste Brasileira e gostava muito de telégrafo. Então, ele fazia questão de brincar com a gente.

Mas voltando para nossa vaca fria, ou melhor, para nossa laranja, acho que esses aspectos são importantes para serem trabalhados aqui e para definirmos como vai ser a atuação. E aí vem – até muito bem levantado pelo representante do Tribunal de Contas, Dr. Maurício – a questão de como vamos agir. Eu particularmente acho que o Tribunal pode dar uma contribuição decisiva. Mais do que aguardar o processo de chegada para fiscalização, é o processo de antecipação. Participar neste período entre o processo licitatório e a apresentação da documentação. Será que é difícil?

Eu vi aqui o Senador Ciro elogiar a Comissão por ter apresentado a todos nós o currículo de vocês. Será que não dá para ter a folha corrida – desculpem-me a expressão – de quem está num processo licitatório? Essa folha corrida inclusive acompanhada da sua capacidade financeira? Não é possível. Como é que o laranja, que não tem condição de ter uma rádio, aparece lá para disputar uma licitação de milhões? Como? Será que não dá para ter o acompanhamento disso?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para comprar um aparelho de rádio a prazo, o dono da loja exige; para comprar uma estação de rádio, não precisa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Exatamente.

Então, acho que seria importante que pudéssemos... Não há necessidade, quero chamar atenção disso, Dr. Maurício, não há necessidade de mudarmos a legislação. Poderemos até mexer na legislação. Eu concordo com o senhor, quando a gente analisa o art. 223 da Constituição. Como é que judicialmente – esta coisa que o Flexa levanta –, como é que legislativamente a gente pode interferir? Porque para eu cancelar, para eu cassar uma concessão aqui, eu preciso de quórum qualificado.

Então, na realidade, acho que a gente pode modificar isso aqui. Mas hoje, mesmo do ponto de vista dessas ações, ainda que com irregularidades, tanto a ação do TCU quanto do Ministério Público e ação judicial, essa ação pode determinar, de uma vez por todas, o cancelamento dessas concessões, que poderiam ser adotadas para efeito não só de malandragem, de documentação, mas até de programação. Faz parte da concessão. Esse é um ponto que eu li aqui há pouco. Quando você destina uma rádio para ser comunitária, se ela foge da sua programação, se uma rádio comercial não cumpre o que está determinado aqui, é motivo também para cancelamento. Afinal de contas, o edital leva em consideração esses aspectos. Então, é um descumprimento do edital que propiciou aquela concessão. Portanto, é uma regra que foi rompida.

Não adianta acharmos que vamos fazer uma série de questões do ponto de vista de emenda constitucional, de projeto de lei. Está faltando um pouco disso. Louvo a atitude tanto da comissão da Câmara quanto do Senado. Conversei muito neste final de semana, tive oportunidade de estar no mesmo lugar do Bruno, que é o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Ele disse: rapaz, essa é a oportunidade para nós, inclusive agora, de irmos além dessa propositura e cobrarmos o cumprimento do que temos. Se conseguirmos cumprir o que temos – quais são as ferramentas do TCU, quais as ferramentas do Anatel, do Ministério –, nós conseguiremos ir trabalhando minimamente no pente fino. Tudo bem, eu não vou ter condições de atacar as nove mil. As que estão vindo para cá o Ministério tem condições de preencher com esses quesitos levantados por nós, para que nós nos posicionemos. Vamos começar por aí.

Enquanto nós fazemos isto aqui, o Ministério e a Anatel fazem a parte do que está lá dentro, para tentarmos descobrir onde tem o laranjal.

Por último, eu quero chamar atenção de uma coisa. Eu continuo convencido de que é descumprimento, eu não vi, em lugar algum da legislação, que alguém possa transferir a concessão. Quero saber onde está isso no regulamento. O que diz a lei? A concessão é um processo, tem-se um tempo, a questão do regulamento. E o que está acontecendo? E esse tempo está sendo seguido? Onde está isso na legislação? Não tem. No entanto, alguém faz essa operação e ainda anuncia na Internet, tenta vender, faz tranquilamente. O contrato de gaveta é permanentemente anunciado. Volto a insistir. Esse problema nós vivenciamos com duas redes grandes. O fato da manchete no Brasil, a concessão foi transferida publicamente. Todo mundo viu a forma como se processou. E depois não chegou a consagrar, mas o SBT chegou a anunciar, num momento de crise, que o Silvio Santos poderia utilizar o seu SBT como garantia. Garantia de quem? Como eu posso pegar um bem público e dar como garantia para um processo de dívida de uma outra operação?

Na realidade, tínhamos que ser mais rigorosos nesse processo.

Para finalizar, Sr. Presidente, acho que nós poderemos entregar, na próxima quarta-feira, nosso relatório, até para começarmos a apreciar a matéria. Mas é importante que já tivéssemos – é isso que quero cobrar dos órgãos públicos que aqui estão – um cumprimento nessa primeira etapa. Nós aceitamos começar a apreciar rádios na próxima quarta-feira, desde que elas venham acompanhadas com esse procedimento. E devemos adotar, de imediato, as ações de colaboração com o Ministério e com a Anatel, para que possamos ajudar para tirar, de uma vez por todas, essa "inhaca" que está na questão da radiodifusão. Se formos ler o decreto, veremos que o decreto é de 1963; a lei é de 1962, vamos trabalhando com um processo que vai nos jogando, cada vez mais, em dificuldade.

Sr. Presidente, queria insistir nesse nível de cobrança. Vamos pegar esse conjunto de critérios que nós já discutimos e, depois, até poderemos discutir se vamos alterar o § 4º do art. 223, para permitir que, além de judicialmente o Senado e a Câmara possam revogar... Se a Justiça tivesse hoje a possibilidade de receber da Anatel, do Ministério e do TCU processo para ela julgar, garanto que vários juízes teriam elementos na mão, tranquilamente, para cancelar concessões. E caberia a esses órgãos cobrar do Judiciário celeridade na apreciação desse processo.

Eu acho que isso é mais rápido do que achar que vamos fazer mais emenda constitucional para ajustar regras, quando regras existem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro, passo a palavra ao Senador Pedro Taques, último orador inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, Srs. convidados, eu vou ser rápido, Sr. Presidente, porque vou ter de sair para relatar um projeto na CCJ.

Parto da premissa de que todos os que aqui vieram – em nome do Senado e do senhor quero cumprimentar também a presença – são servidores públicos decentes e honestos que estão a serviço da República. Mas eu não posso dizer, Sr. Genildo, o que eu senti na sua fala: parece que nós vivemos na Suíça, que não há problema. E nós não vivemos na Suíça. O senhor disse aqui, eu ouvi com atenção e nada resta resolvido. É essa a primeira construção que eu queria fazer.

Uma segunda construção é que, na fala de muitos aqui, dá-se a entender que o sistema de comunicação é uma atividade econômica – e não é uma atividade econômica. Nós partimos da premissa equivocada de que seja uma atividade econômica. E não é uma atividade econômica, é um serviço público, é um bem que pertence ao povo. Portanto, tem de ser entendido de acordo com os princípios que regem o serviço público.

Este é um outro ponto interessante que nós poderíamos debater: não é uma atividade econômica, é um serviço público e deve ser regido de acordo com esses princípios.

Que existem laranjas, acerolas e outros tipos de frutas nós sabemos que existem. Isso é fato. E só existem para que aqueles que assim atuam possam burlar o art. 220, § 5º, da Constituição, que é a construção de monopólio e oligopólio nas comunicações. Só existe para isso. Nós sabemos que, até um determinado momento histórico...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ô Taques, você me permite um aparte?

A expressão que você usa é correta. A transferência é um estímulo à atividade econômica: eu lhe dou uma concessão, depois, você ganha dinheiro com essa concessão pública, transferindo-a para terceiros.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor está afirmando isso?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu estou lhe dizendo. Estou indo ao encontro do que você está...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ah, sim, na prática, acontece isso!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É isto: transforma-se numa atividade econômica.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente. Transforma-se numa atividade econômica, o que não é; é um serviço público. Se você for na etimologia disso, pertence ao povo. Pertence ao povo! Muito bem.

A legislação que veda essa transferência justamente veda para que nós não possamos burlar o art. 220, §5º, que busca acabarmos ou evitarmos o monopólio ou oligopólio. E por que isso? Porque, até um determinado momento histórico, a opinião pública era formada por relações interpessoais, pelas tradições. Hoje, a opinião pública é formada notadamente pelos meios de comunicação. E os meios de comunicação hoje, no Brasil, notadamente são dominados por políticos. Nós temos de dizer isso. Por políticos. Quantos Deputados Federais, Estaduais e Senadores são proprietários de rádio e canais de TV? Quantos? Abuso das comunicações.

Então, mais do que estabelecermos esse tipo de regra, penso que o Congresso Nacional precisa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, regrar, de uma vez por todas, o art. 220, §5º, para que possamos evitar o monopólio/oligopólio, com a criação de um marco re-

gulatório que possa evitar esse tipo de prática, que é prejudicial à democracia, prejudicial ao Estado Democrático de Direito. Parece-me que Deputados Federais e Senadores, Deputados Estaduais nascem com o dom de ser proprietários de meios de comunicação.

Então, nós, aqui no Senado, temos de ter a coragem de tocar nesse ponto. O art. 220 precisa ser regrado necessariamente, porque nós estamos aqui, mais uma vez, omitindo-nos nisso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar a palavra aos nossos palestrantes para poderem responder e comentar a participação dos Senadores inscritos, eu gostaria de fazer duas colocações, na qualidade de Presidente desta Comissão: primeiro, agradecer a todos os palestrantes pela participação, por aceitarem o nosso convite, e agradecer a presença e a participação de todos os nossos Senadores.

Destaco que, efetivamente, o que sintetiza a nossa posição aqui, nesta Casa, é que é possível, pela legislação e pelos mecanismos existentes, que possamos fazer uma análise criteriosa da capacidade financeira daqueles que ganham as outorgas por meio do processo de licitação.

É preciso que haja vontade política para fazer isso de forma célere, breve, prestativa e rápida, para responder a uma demanda antiga da sociedade. Ao mesmo tempo, as transferências de concessão são vedadas – e devem ser vedadas – de acordo com a legislação brasileira. Basta que sejam vedadas efetivamente.

E, por fim, antes de passar a palavra aos Srs. palestrantes, eu queria dizer ao Senador Walter Pinheiro, ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Aloysio Nunes que, ao término desta audiência, eu gostaria de poder contar com uma breve reunião da comissão de trabalho, para que pudéssemos acertar a agenda da Comissão a partir desta audiência pública.

Dito isso, passo a palavra ao Dr. Genildo, para as suas considerações.

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – Muito obrigado, Presidente. Tenho muita coisa para falar. Foram muitas perguntas.

Antes de responder, se o senhor me permitir, Presidente, eu queria dizer que fiquei muito feliz com a apresentação do Dr. Maurício Wanderley, porque tudo que o TCU sugeriu – quase tudo, vá lá, porque há uma parte que o TCU considera ilegal e eu acho que é legal, que é a parte da Lei nº 8.666 – o Ministério já fez. Isto é importante: o Ministério já fez. Isto eu posso falar aqui: em quatro meses, o Ministério fez isso.

Enquanto o senhor ia falando, Dr. Maurício, eu fui anotando e pensando: "Puxa, isso aqui está feito. Isso aqui está feito; isso aqui está feito; isso aqui está feito". E isso me deixou muito feliz.

Senador Aloysio, de fato, foi uma falha minha ter falado no gerúndio. Então, eu vou falar no passado e no futuro. No passado: muita coisa já foi feita em quatro meses.

No que se refere ao assunto desta audiência, estão suspensas – e estão suspensas desde janeiro – qualquer nova licitação, qualquer nova outorga de radiodifusão educativa e qualquer nova outorga de retransmissora. A não ser aquelas que já estavam concluídas e, apenas por um movimento burocrático, estão suspensas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)* Fundações também?

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – Por serviço. Está suspenso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas foi autorizada agora, recentemente...

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – Mas é que esse era um procedimento concluído, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (...) uma fundação instituída pelo pai do Advogado-Geral da União. Quer dizer, é uma coisa dessas... Ele pode ser uma Madre Teresa de Calcutá, mas não é bom, no momento em que se discute esse problema e em que há uma suspensão geral de todas essas licenças, essas outorgas, que se faça uma exceção para uma fundação instituída pelo pai do Advogado-Geral da União. Convenhamos, não é uma coisa bonita de se ver!

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – Na realidade, a outorga para a fundação a que o senhor se referiu, Senador, foi feita antes da suspensão – isso é importante saber e informar – e, como foi explicado e bem divulgado, estava num conjunto de processos já concluídos. A esses processos concluídos foi dado andamento, e a gente não tinha instrumentos para dizer: "Não, não vai sair". Inclusive, porque não era de conhecimento do Ministério essa relação. Isso não foi relevante para a outorga. Isso é importante informar.

Então, o que já foi feito no passado? Estão suspensas essas outorgas. Em relação à educativa especificamente, está em consulta pública hoje uma nova norma. Está em consulta pública uma nova norma, estabelecendo critérios objetivos e regras concorrenciais para a educativa. Regras concorrenciais. Então, vai ganhar maior pontuação a instituição maior, a instituição que tem o maior número de alunos, a institui-

ção que tiver professores no seu quadro diretivo, em relação às outras; vai ganhar pontuação a instituição local, em detrimento da regional e da nacional. São coisas que o Ministério já fez.

Em relação às licitações. Por que o Ministério ainda não fez? Porque o Ministério, nesta nova gestão, não abriu nenhuma licitação; e não abrirá nenhuma nova licitação até que todas as providências, por mim aqui citadas, sejam tomadas e que consigamos garantir o processo com a maior lisura possível.

É claro que temos oitocentas licitações em aberto no Ministério; oitocentas licitações de radiodifusão abertas. São muitas as licitações, das quais aquelas em que há indício de irregularidade, aquelas em que há denúncia, suspendemos a tramitação até a apuração da denúncia. E, em caso de a denúncia ser considerada procedente, vamos anular a licitação.

Providências estão sendo tomadas; providências já foram tomadas em relação ao não cumprimento de prazo; não cumprimento de prazo de pagamento das parcelas ou de apresentação de projeto. Já encaminhamos para a AGU, e essa é uma limitação que a lei nos estabelece, que é a exigência de decisão judicial para cassação de outorga. Pessoalmente, concordo com o Procurador. Acho que não deveria necessitar de decisão judicial, já que há um procedimento administrativo para isso. E o jurisdicionado que se sentir lesado deve procurar a Justiça. Essa é uma alteração legislativa que precisamos fazer, mas, por enquanto, temos que seguir a lei; e a lei determina que os processos de cassação serão encaminhados à AGU. Já encaminhamos à AGU alguns processos de cassação por não cumprimento de prazo de pagamento e de apresentação do projeto. E essa é uma política que vem sendo adotada desde janeiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe. Mas não há lei que proíba de enviar ao Ministério Público para que tome providências.

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – Também encaminhamos ao Ministério Público. Além do processo de cassação, encaminhamos ao Ministério Público para tomar as providências legais. Isso já é feito, hoje, no Ministério. Se os senhores quiserem, mando alguns exemplos.

Esse caso mesmo das denúncias da *Folha de S.Paulo*, temos um ofício que encaminhamos ao Ministério Público e temos uma investigação em curso, dentro do Ministério, para saber se há alguma falha ou alguma irregularidade administrativamente constatável cometida pelas empresas.

Além disso, uma coisa sobre fiscalização, sobre a qual é importante falar: quando chegamos ao Ministério, em janeiro, o quadro de fiscalização era meio nebuloso. Havia um conflito jurídico de fato na AGU, para os senhores entenderem. Havia um conflito jurídico na AGU para verificar quem tinha competência de fiscalizar. O Ministério reconheceu, com base na LGT – para nós é claro –, que a competência era da Anatel. Isso já foi feito. Meu primeiro ato como Secretário foi reconhecer a competência da Anatel de realizar a fiscalização. E estamos tendo uma conversa mais próxima – e aí vou manter o gerúndio, porque isso é um processo contínuo, que começou e não tem fim. É um processo sem fim. Estamos tendo conversas para que a fiscalização alcance sempre, como falei, para que todos os radiodifusores sejam fiscalizados em quatro anos. Estamos preparando um plano para isso. E já estamos fiscalizando alguns; já estamos aplicando algumas sanções.

O Ministério tinha uma postura, uma política, uma decisão administrativa de aplicar multas consecutivas. Não se aplicam mais multas consecutivas. A multa é a segunda pena; a primeira é uma advertência; a terceira, suspensão; e a quarta, cassação. São providências que foram tomadas desde janeiro. Faz parte da nova política do Ministério. Então, estamos adotando política de austeridade. De fato, temos alguns anos de passivo. Temos um passivo a tratar; e esse passivo vai nos dar algum trabalho, mas esperamos conseguir tratá-lo.

Sobre a questão da Receita Federal, achei a ideia muito interessante do Senador Cyro Miranda. O Senador Eduardo Braga já havia me soprado essa ideia aqui, e acho que é uma boa proposta consultar a Receita Federal – antes de fazer outorga, consultar a Receita Federal. Então, isso é algo que pode ser feito e deverá ser feito.

Infelizmente, a transferência está prevista em lei, está prevista no Código Brasileiro de Telecomunicações – art. 38, alínea "c". Está no código brasileiro, está na lei. Concordo e acho que a transferência deveria passar pelo Congresso Nacional.

Existe uma subcomissão entre as duas Casas. O Ministro falou comigo para participarmos das discussões. É claro que a gente pode estabelecer um procedimento no sentido de as transferências também serem apreciadas pelo Congresso Nacional. Acho importante, assim como a documentação que o Congresso Nacional achar suficiente será encaminhada. O mais importante é isso.

Nosso compromisso é no sentido de que todos os problemas constatados sejam resolvidos; que o Ministério das Comunicações se comunique bem com a Anatel, com o Congresso Nacional. É por isso que todos os nossos atos são precedidos de consulta pública, e isso é importante.

Estamos preparando, e vou dar uma data: 15 de maio. No dia 15 de maio – acho que é um sábado; então, deve ser na segunda-feira –, estará na Internet a relação de todas as outorgadas, com nome fantasia, frequência; outorgadas e seus sócios. Isso não foi feito antes porque o sistema que temos é pouco amigável, em termos de informática. Então, o que tivemos que fazer? Extrair manualmente todos os dados e colocá-los no PDF para divulgar. Mas, em dois anos, isso será um sistema, divulgar na Internet, e qualquer um poderá fazer pesquisas no sistema e cruzamento de dados.

O Ministério vem prezando pela transparência, e os senhores podem ver no *site* do Ministério que providências foram, estão sendo e serão tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem.

Passo a palavra ao Dr. Ara Minassian.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Muito obrigado, Presidente Eduardo Braga.

Srs. Senadores, agradeço as colocações feitas e, inicialmente, eu queria fazer outras duas. Primeiro, a Anatel procura agir dentro do que a legislação estabelece. Então, em nenhum momento procuramos avançar o sinal ou legislar em matérias que não nos cabe. É exatamente por causa disso que, na radiodifusão, bem no início da nossa apresentação, deixamos muito claro quais eram as atribuições da Anatel previstas em lei e também decretos que foram baixados, deixando muito claro quais são as atribuições do Ministério das Comunicações e da Anatel. Para nós, só ficaram os aspectos referentes à elaboração e manutenção dos canais; e tudo o que se refere ao conteúdo e a questões societárias, isso está remetido ao Ministério das Comunicações. Tivemos várias fiscalizações. Inclusive, abordamos questões de conteúdo; tivemos que remeter para o Ministério, porque, exatamente conforme foi mencionado aqui, havia várias discussões sobre de quem é a responsabilidade, e, agora, nesta gestão, quando falamos pela primeira vez em gerúndio, foi o único momento, porque, no restante, dizemos que fazemos.

Esses pontos foram revistos e estão sendo colocados nesse convênio que vai ser revisto entre o Ministério das Comunicações e a Anatel.

Um ponto com o qual eu concordo com V. Exª, Senador Walter Pinheiro: nós prezamos muito, inclusive nas nossas análises, inclusive na superintendência. No que diz respeito, por exemplo, a uma televisão por assinatura, nós olhamos com muito carinho essa questão da garantia.

Nós já detectamos vários casos e, em todos os momentos em que nós detectamos, inclusive, que uma outorga – não vou nem falar de concessão, pode ser uma autorização ou não – foi dada como garantia, nós fomos para os órgãos competentes e pedimos que fosse excluída dos contratos essa cláusula de garantia.

Nós não aceitamos qualquer tipo de modificação.

Eu apenas, Dr. Genildo, perguntaria o seguinte: no setor de telecomunicações, e também na televisão por assinatura, essa questão societária nós olhamos com muito rigor e, às vezes, somos questionados. Nós multamos, até, as empresas.

Toda vez que há um registro de qualquer modificação de sócios ou de participações registrado em cartório, nós pedimos que isso seja encaminhado à Anatel. Quando, num determinado momento, por exemplo, a gente descobre que nós estamos numa décima alteração contratual e a Anatel não recebeu nem a oitava, nem a nona, por exemplo, então, nós multamos as empresas por não terem encaminhado, pedimos o encaminhamento, sustamos a análise da décima e, se detectamos uma irregularidade, nós vamos até a cassação ou aplicação de penalidade máxima.

Então, eu não sei se, nos contratos, talvez a gente pudesse exigir que qualquer registro, qualquer...

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – Mas isso já existe.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Se existe, então, tudo bem. Por favor...

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – Só uma explicação: a lei, a norma atual obriga que as transferências sejam autorizadas pelo Ministério. Quando há alteração societária sem alteração do poder de veto da empresa, ou seja, sem haver alteração da maioria, a empresa tem de informar ao Ministério.

No caso da transferência não autorizada, se ela for efetuada antes, é caso de cassação e o Ministério vai abrir um processo de cassação. No caso de não comunicação, é caso de multa, mas havendo reincidência, o próximo é suspensão e o próximo é cassação.

Então, isso já é feito.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Bom, apenas para finalizar, quero dizer o seguinte: exatamente cientes de toda essa preocupação desta Casa, da própria sociedade, é que temos efetuado um trabalho em conjunto com o Ministério das Comunicações, que é responsável pela parte da outorga, exatamente para abranger essas questões de fiscalização de conteúdo, que estava praticamente no limbo, vamos chamar dessa forma.

A ideia é, em função desses acertos que nós estamos fazendo, se a Anatel, Senador Walter Pinheiro, vai estar preparada para executar essas fiscalizações e requerer os recursos necessários até mais à frente.

Mas a nossa ideia é essa e agradecemos o convite, em nome, também, do Presidente da Agência, o Embaixador Ronaldo Sardenberg.

Eu agradeço, também, o convite que foi realizado para estarmos aqui presentes nesta reunião.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria apenas pedir um esclarecimento, para eu entender exatamente quem faz o quê.

A lei que criou a Anatel, no art. 89, dá à agência, no processo de licitação, uma competência muito ampla, bastante ampla. Inclusive, veja bem, a aferição das qualificações técnico-operacionais ou profissionais, e econômico– financeiras, bem como as garantias da proposta e do contrato exigidas indistintamente dos proponentes, que deverão ser compatíveis com o objeto e proporcionais à sua natureza e dimensão.

Quer dizer, a Anatel tem, sim, uma interferência importante no processo da licitação. A licitação será disciplinada pela agência, observados os princípios constitucionais, etc., etc., e vai por aí afora. Ela tem, sim, uma participação importante.

Depois, mais adiante, você diz os critérios, os fatores de julgamento quais são, mas que ela tem uma competência para analisar essas questões e para fazer uma peneira contra laranja, tem, sim, a menos que eu esteja errado na leitura, que a lei tenha sido revogada, que tenha havido alguma mudança na lei que não seja do meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o representante da Anatel.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Muito obrigado por essa observação, Senador Aloysio Ferreira, porque exatamente é essa a confusão que está acontecendo e é isso que estamos deixando claro nesta audiência de hoje, porque a Lei nº 9.472, no seu art. 211, diz o seguinte... Tudo o que o senhor leu está totalmente correto, porém, vale para serviços de telecomunicações.

Na radiodifusão, ele diz o seguinte: "A outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens fica excluída da jurisdição da agência, permanecendo no âmbito de competências do Poder Executivo (...)", no caso, o Ministério das Comunicações. Então, ele retirou e diz o seguinte: "(...) devendo a agência elaborar e manter os respectivos planos básicos de distribuição de canais."

Então, é por isso que, aqui, nós ficamos exatamente no extremo limite e falamos de canalização, do que nós fazemos para evitar, inclusive para dar uma tranquilidade para esta Casa, que nós não mencionamos.

Por exemplo, nós recebemos um pedido do Ministério das Comunicações e há uma solicitação de abertura de um canal para um determinado Município. Nós entendemos que, pela própria Constituição Federal e uma vez que o Ministério pretende abrir uma licitação ou uma outorga para o Município, quando eu recebo um projeto e vejo que o futuro interessado pretende alcançar um segundo Município que não é objeto da licitação, nós avisamos o Ministério e nós recusamos, inclusive, a análise do projeto. Por quê? Porque ele vai ter de rever todas as condições iniciais de outorga, porque isso aqui pode influenciar ou no preço, ou nas condições, e há um embate. Então, muita gente, às vezes, diz o seguinte: "Mas a Anatel está demorando com o projeto."

Sim, quando o projeto não está de acordo com a outorga que nós estamos percebendo que o Ministério vai dar lá na frente, nós o estamos segurando sob o ponto de vista técnico.

Então, quando nós falamos, no início, que estamos vendo, por favor, eu gostaria que esta Casa não entendesse que estamos sempre jogando, estamos dizendo um não. De fato, desde janeiro, quando o Dr. Genildo assumiu, logo em seguida, acho que 15 dias depois, nós promovemos uma reunião conjunta, procuramos, exatamente, para o bem da radiodifusão, aparar essas arestas e chegamos a uma conclusão, inclusive com as duas áreas jurídicas envolvidas, tanto a procuradoria do Ministério, como a procuradoria federal especializada da Anatel. Chegamos a um entendimento exatamente porque, se a Anatel fizer alguma coisa que vá além, esta Casa vai dizer que a Anatel está legislando.

Se fosse um assunto da Telecom, nós iríamos legislar, sim, porque está de acordo com a lei. Agora, na área de radiodifusão, eu dependo muito e nós temos uma interação muito forte com o Ministério. Então, se a Anatel avança um passo, eu vou, simplesmente, contrariar decretos e portarias do próprio Ministério.

Não sei se eu esclareci.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu passo a palavra, então, ao Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley.

O SR. MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY – Sr. Presidente, eu queria fazer algumas considerações, começando pelos pontos levantados pelo Senador Aloysio.

Esta audiência está ressaltando a importância de a gente aprimorar esses mecanismos de fiscalização e de outorga.

Acho que o Senador Walter Pinheiro colocou uma questão que me parece, também, extremamente relevante: muitas vezes, a gente não precisa mudar a lei para aplicar de uma forma adequada e ter eficiência no processo de regulação.

Eu acho que, aqui, é um caso específico em que a gente precisa, de fato, dar as condições ao Ministério e à Anatel para que eles façam, de fato, bem o seu trabalho.

Eu acho que o pano de fundo que o Dr. Genildo e o Dr. Ara trouxeram aqui merece essa reflexão. Nós estamos, aqui, com 800 processos de licitação parados no Ministério e nós tínhamos, até o início do ano, um imbróglio sobre quem fiscaliza e qual o papel de cada um dos órgãos. Isso dá uma amostra da necessidade de melhoria de melhoria nesse processo de gestão, de discussão. Trouxemos isso hoje aqui como uma prioridade talvez até maior do que a mudança legal: melhorar os mecanismos de controle dentro da Anatel, dentro do Ministério, priorizar fiscalizações.

A estrutura do Ministério talvez seja muito tímida para o tamanho do desafio que ele tem. Nós temos oitocentas licitações paradas. Não sei quantas pessoas há hoje associadas a isso, o corpo de fiscais dedicados a essa atividade dentro do Ministério, dentro da Anatel. Talvez essa seja uma pergunta interessante para fazermos aqui. Então me parece que essa deveria ser uma das prioridades, porque penso que instrumentos legais a gente tem.

No tribunal, respondendo a questão feita pelo Senador Aloysio, quando fazemos a análise de algum dos processos, procuramos dar entendimentos que facilitem o andamento. Assim foi a questão da não incidência da prescrição administrativa nos casos em que ainda não há uma decisão final do órgão público. Há um caso muito similar relatado nesse acórdão que acabei de citar. É bom os senhores tomarem conhecimento disso. Aconteceu no passado, mas é importante.

Outra questão que eu gostaria de destacar, Senador, nesse contexto é que, quando o tribunal decidiu, em um caso concreto, na verdade eram duas outorgas, o mais importante foi o entendimento que passou para o Ministério: "Ministério, adote esse entendimento de que não cabe".

Na mesma linha vai a questão do cancelamento da concessão. O tribunal tem o Acórdão nº1.900, de 2007, com o seguinte entendimento: aquilo que está determinado no art. 223 relacionado à necessidade de ir ao Judiciário não deveria se aplicar quando foi detectada uma ilegalidade durante o processo de outorga, ou seja, enquanto ainda não foi assinado o contrato, durante a licitação. Isso já está consignado como entendimento do tribunal desde que, claro, nesse caso, seja assegurada a ampla defesa e o contraditório no âmbito administrativo.

Em suma, acho que a questão é tentar priorizar esses mecanismos que já estão na lei. Assim é possível tentar avançar. Se o concessionário entender que deve discutir isso no Judiciário, pois bem. Mas acho que, no âmbito administrativo, o tribunal já deu a diretriz de que, para o Ministério, o entendimento é neste contexto: anule os atos praticados e que o próprio Ministério reconheça que há alguma ilegalidade.

Eu queria deixar esta mensagem: a gente precisa investir na gestão. Fico feliz com a notícia do Dr. Genildo de que aquelas determinações do tribunal estão sendo cumpridas, porque o nosso sentimento também é de que, pelo menos até agora, tem sido extremamente lento o cumprimento dessas decisões talvez até por falta de uma estrutura lá no Ministério para cumpri-las.

Quanto a essa questão da melhoria dos estudos prévios à licitação, há muitos anos, o tribunal, desde 2002 ou 2003, vem fazendo recomendações para melhorar a qualidade dos estudos de viabilidade e levar em conta, no preço da outorga, as questões econômicas.

Então eu fico feliz de saber que as coisas agora estão caminhando a passos mais largos. Fico nessa expectativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar a palavra ao Dr. Antônio Fonseca, o Dr. Ara e o Dr. Genildo pediram para dar informações adicionais a esta Comissão.

Por favor, Dr. Ara Minassian.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Muito obrigado, Senador.

Senadores Aloysio Ferreira e Walter Pinheiro, eu vou encaminhar a esta Comissão, como vocês podem acessar, todas as informações, da mesma forma como a jornalista fez, todos os dados. Como só trabalho com a canalização, todos os canais de TV e de rádio estão no *site* da Anatel. Vocês conseguem verificar ao lado inclusive o *status*, se entrou em operação, se não entrou em operação, se está aguardando alguma exigência do Ministério, se o local de instalação não foi aprovado. Vocês têm essa radiografia. Já está no *site* e não é de agora, mas de um bom tempo.

Então eu vou remeter à sua assessoria essa informação e vocês podem acompanhar, pois isso aqui vai casar com o trabalho do Ministério, porque os dois sistemas, daqui a pouco, estarão...

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – A base de dados da nossa divulgação é o *site* da Anatel.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – E nós vamos ter esse aprimoramento conjunto. Então essa é mais uma forma que esta Casa tem para acompanhar.

Nos outros serviços de telecomunicações, vocês encontram todo o controle societário, de quem é a composição e o que ocorre. Na radiodifusão, não posso fazer isso, porque eu dependo do Ministério. Trago apenas mais essa informação adicional para esta Casa.

Obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, antes de passar a palavra, deixe-me citar duas questões que foram abordadas.

Lembro aos membros da Mesa que, quando nós fizemos o Código Brasileiro e a alteração dada pela Lei nº10.610, essa lei trouxe claramente, no seu art. 3º e parágrafo, quais são os procedimentos. Então quando a gente fala aqui de mandar as transferências e tal, deve lembrar que há duas formas de modificações e transferências em radiodifusão. Uma é da gerência. Inclusive, da própria Lei nº10.610 isso consta. Por isso estou dizendo que não é preciso mudar lei alguma, mas, sim, mandar para cá – está explícito lá e posso ler aqui: as alterações de controle societário de empresa jornalística e de radiodifusão sonora de som e imagem deverão ser comunicadas ao Congresso nacional. Com relação à transferência, não. Essa foi exatamente a briga.

Agora deixe-me dizer por que estou tratando ali da transferência: porque há duas formas de transferência, uma quando se comunica o Ministério, o que prevê também a própria lei, o Código Brasileiro, mas é bom deixar claro o que efetivamente está escrito, o que faz a empresa jornalística e o que faz a empresa de radiodifusão. Uma é a alteração de gerência. Essa tem que ser comunicada ao Ministério e, mesmo quando comunicada, é preciso ter depois a aprovação. Em relação a essa, se faz a comunicação. A outra, a transferência da concessão ninguém pode fazer, como está claro na lei, sem a prévia permissão. É bem diferente. Não se comunica a transferência.

Por isso estou dizendo que o que todo mundo fez recentemente não está na lei. Ninguém vai lá, faz a venda e depois comunica ao Ministério. Não existe isso. Tem que, inclusive, receber do Poder Público com esse atributo a autorização para fazer a transferência. Não foi isso que aconteceu inclusive em grandes transferências ou nas transferências denunciadas. E é a isso que eu estou me referindo.

Então não existe na lei essa possibilidade de qualquer um fazer a sua transação, pegar uma concessão que não é sua e fazer esse tipo de transferência. Por isso a lei separou claramente em dois artigos o que efetivamente deve ser comunicado, mesmo sendo de caráter gerencial, porque se trata de uma concessão pública, até para que nós façamos essa separação. A concessão é para pessoa física. O gerenciamento, a forma como cada um organiza a sua rádio é uma personalidade jurídica. Então são coisas distintas.

Quando eu faço o pedido inclusive de alteração da concessão, estou pedindo para a pessoa física e não mexendo na alteração de uma empresa. O que está acontecendo é o contrário: todo mundo muda, vende, anuncia, bota na Internet, faz sua transação e só depois isso chega ao Ministério. Volto a frisar: isso aconteceu, quero deixar bem claro aqui, com a TV Manchete neste País. As transações foram feitas, depois o Ministério foi envolvido. Estou falando desse caso porque foi o maior embate que tivemos aqui no Congresso Nacional. Depois é que o processo foi consagrado.

Agora muda de nome algo que toda a sociedade já tinha experimentado: a transação comercial na transferência de uma concessão que é do Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Não sei se o Sr. Genildo gostaria de acrescentar...

O SR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO – Só para completar o que foi dito pelo Dr. Maurício.

De fato, já está construído o entendimento jurídico de que a outorga só é válida no ato da assinatura do contrato e não na outorga. Isso já está bem construído.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra então ao Dr. Antônio Fonseca.

O SR. ANTÔNIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Primeiro falo sobre a prescrição administrativa. Na verdade, a prescrição deve ser analisada, deve ser examinado cada caso pontual. Agora, é claro que, se existe uma nulidade, se a conduta envolvida na nulidade também constitui crime, se aquela conduta é permanente, não ocorre prescrição. Isso é elementar no Direito.

Sobre as eventuais providências que o Ministério Público tenha tomado. O Ministério Público tem recebido algumas solicitações de investigação e atualmente investiga algumas, não saberia dizer o número, e isso em função do que a autoridade apresenta.

Sobre a emenda referida pelo Senador Flexa Ribeiro com respeito à necessidade de comunicação da transferência. A comunicação da transferência, como vimos, é feita mas algumas considerações ainda sobre essa transferência. É preciso que a legislação realmente seja mais clara.

A transferência pode ser vista sob vários aspectos. Primeiro, apesar da consideração do Senador Pedro

Taques de que estamos diante de um serviço público, não de uma atividade econômica, quero dizer o seguinte: é, sim, o serviço público. No sentido *lato*, mas é um serviço público não exclusivo do Estado e que é aberto – a própria Comissão estabelece – à iniciativa privada e, quando a iniciativa privada se organiza para oferecer aquele serviço, ela o faz como uma atividade pública certamente podendo buscar o lucro etc. e não há dúvida. E, como atividade econômica, temos que tratá-la inclusive com todas as garantias.

Agora, é uma atividade econômica regulada e toda atividade econômica regulada precisa prestar conta ao Estado ou, se pode dizer, prestar conta á sociedade como queira. Pois bem, esse é um aspecto.

Outro aspecto: em princípio, a compreensão do Ministério Público é que, numa atividade privada, a transferência deve ser algo normal desde que seja clara, seja transparente, obedeça critérios legais. Não há problema algum um grupo econômico, um empresário comprar, por exemplo, uma rádio, uma TV, reorganizar dentro do escopo da lei, da Constituição, oferecendo o melhor para a sociedade que espera, dentro de uma política pública. Depois de reorganizado, vende, tchau e vai embora.

Acredito que. do ponto de vista da atividade econômica. não há problema algum. O problema está adiante. Estamos discutindo aqui. Viemos discutir a questão dos laranjas. Nós não estamos discutindo comunicação social. Então, a política pública de comunicação social. Agora, para estabelecermos critérios para entrar, para sair dessa atividade, devemos ter em conta uma política pública mais ampla de comunicação social?

Bem, aí vem a questão colocada pelo Senador Walter Pinheiro. O tamanho da reforma que se deseja. Reforma é uma escolha política e é o Congresso, genuinamente, que pode estabelecer o tamanho dessa reforma. Se a reforma é melhorar o que temos hoje para tornar a gestão dessa política pública mais eficaz, em termos de resultados, é melhorar a legislação no sentido de dar mais clareza quanto aos critérios de entrada, de saída, de oferta do serviço, tudo bem, se pode fazer, é uma escolha política. Feita essa escolha política é importante que haja uma clareza quanto a isso até mesmo para que os atores sociais imparciais – as ONGs, as universidades, o Ministério Público – possam perceber que contribuição podem oferecer ao Congresso. Então, é básico, é importante que se esclareça isso.

Fazer uma meia sola é essa a escolha política? Tudo bem, vamos fazer a meia sola. Comprar um sapato novo? Vamos comprar um sapato novo. O Ministério Público tem uma posição crítica porque sempre está vendo à frente. A clareza dos critérios de entrada, de saída, da oferta do serviço é importante até para que a nossa investigação tenha bons resultados.

Muitas vezes recebemos um material do Ministério das Comunicações e não é possível realizar um bom trabalho em cima daquele material. Ou espichamos a investigação com o sacrifício de outros setores, ou chegamos à conclusão de que não há condições de ir adiante e arquivamos a investigação. Isso ocorre em boa parte.

Por essa razão, o Ministério Público insiste em que ganhos maiores para a sociedade ocorreriam se houvesse coragem para enfrentar uma reforma mais ampla, sem a meia sola, e também estamos preparados para oferecer, eventualmente, algumas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Antônio Fonseca, passo a palavra ao Professor Venício de Lima.

O SR. VENÍCIO DE LIMA – Queria apenas fazer três observações pontuais no sentido de, pelo menos em duas delas, com certeza, realçar a importância de se pensar na questão mais ampla de um marco regulatório para o setor.

Primeiro, eu queria lembrar ao Senador Walter Pinheiro que, na CCTCI da Câmara, acho até que o senhor era membro na época, o Ato Normativo de 2007 que mudou o procedimento lá, já é uma referência importante e acredito que deve ter sido consultado, mas ouvindo os critérios que o senhor mencionou, queria lembrar a questão do princípio da complementaridade dos sistemas, porque o espírito pelo qual esse princípio foi incluído no art. 223 era exatamente para que novas outorgas e renovações de outorgas obedecessem... Quer dizer, é preciso que haja um levantamento e que se veja se o equilíbrio previsto pelo princípio está sendo obedecido ou não. É importante...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ele é componente do edital.

O SR. VENÍCIO DE LIMA – É componente do edital, mas não tem sido, até onde sei, observado nem aqui no Congresso, nem no Poder Executivo para efeito de outorga e renovação de outorgas.

Outra coisa para a qual gostaria de chamar a atenção também é que essa questão da comunicação da gestão, a que o senhor se referiu no caso da transferência, ela funciona também para uma espécie de refúgio para a questão dos políticos no exercício do mandato. O próprio Ministério Público, por exemplo, numa representação patrocinada pelo Projor e pelo Observatório da Imprensa, o Ministério Público, na ação que acabou movendo, considerou que a Constituição coibia apenas a participação de parlamentares na gestão. Então, quando, eventualmente, um parlamentar está diretor

de uma emissora, ele comunica dizendo que saiu da gestão e continua. É uma coisa importante.

Queria lembrar também ao Senador Aloysio Nunes que a questão das competências da Anatel, a origem disso, na verdade, é a Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Naquela época, havia uma pressa para a privatização do serviço de telecomunicações e, ao contrário da tendência mundial, da convergência dos serviços etc. manteve-se, por emenda constitucional, a separação entre telecomunicações e radiodifusão porque, senão, nós não teríamos esse problema, e a discussão de se ter uma agência ou outra e tal. Até então, há essa questão se a Anatel pode ou não pode fazer a fiscalização dos setores.

Isso surgiu aqui antes da LGT que é de 97.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. VENÍCIO DE LIMA – Exatamente. Era só isso. Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Por isso, Sr. Presidente, que eu defendo que nós temos que ter comunicação e não telecomunicação e radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois é.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso é "radioconfusão".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Isso é "radioconfusão".

Eu queria agradecer a participação dos Srs. palestrantes, a sua presença.

Declaro, portanto, encerrada esta reunião, convocando uma nova reunião para a próxima quarta-feira, no horário regimental.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem,

O Senador Aloysio estava me chamando a atenção para uma coisa aqui, que ele terminou não falando, e eu fiquei agoniado: aproveitamos, talvez, a presença aqui dos órgãos envolvidos nessa questão, já que todos estão todos aqui, para que, além da entrega do resultado do nosso trabalho, pudéssemos combinar com esses órgãos uma espécie de balanço dessas iniciativas para vermos o que, efetivamente, ou um prazo... O Sr. Genildo disse aí que o Ministério deve anunciar dia 15 essa rubrica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dia 15, por acaso, é domingo. Será na segunda-feira, dia 16.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pronto, legal. De qualquer maneira, era importante termos um prazo para vermos isso – a Anatel, Ministério –, o resultado do nosso trabalho, mais ou menos. Se é 15 de maio, talvez no início de junho vamos ver se conseguimos fazer um balanço. Não necessariamente ter uma audiência pública, mas, talvez, uma reunião da Comissão com esse grupo de trabalho e mais uns representantes do Ministério para fazermos um *check-list* para ver se, efetivamente, conseguimos avançar nessas questões. Acho que a ideia do Senador Aloysio é perfeita nisso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acatando a ideia do Senador Aloysio, acho que isso faria parte de um trabalho a partir do resultado da nossa Subcomissão que está tratando sobre o tema. Eu já aproveito, inclusive, para antecipar que, conversando com o Dr. Genildo, já há uma disposição do Ministério para que nós possamos acertar uma documentação exigida pela Comissão para poder dar curso à aprovação ou não dos projetos que estão em tramitação nesta casa.

Dito isso, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às horas e minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2011.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia quatro de maio de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparecem os seguintes Senhores Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, Cyro Miranda, José Agripino. Comparecem à reunião os Senadores Romero Jucá, Lindbergh Farias, Wellington Dias e João Pedro não membros da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 01, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro, que " Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro

a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante e das Comunicações, Paulo Bernardo, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos". Comparece à reunião o Senhor Aloízio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, comunica a presença dos Senhores Marco Antônio de Oliveira, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social; Ronaldo Mota, Secretário de Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação; Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Secretário de Política de Informática; Carlos Afonso Nobre, Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento; Lúcia Melo e Gerson Gomes, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); Marco Antônio Raupp, Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); Marcos Rogério, Superintendente da FINEP em Brasília; Rolf Hackbart Assessor Parlamentar do Ministério da Ciência e Tecnologia; Glauco Arbix, Presidente da FINEP; Luiz Antônio Rebello, Chefe de Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia; Ana Lúcia Garbas, Assessora do Ministro da Ciência e Tecnologia; Marília Bacarat, Assessora do Ministro da Ciência e Tecnologia; José Luiz Gordon, Assessor do Ministro da Ciência e Tecnologia; Isa Lyra, Secretária do Ministro da Ciência e Tecnologia; Manoel Barral, Diretor do CNPq; Adalberto Fazzio, Coordenador da Área de Nano e Microtecnologia – SETEC/MCT; Luiz Mello, Assessor de Comunicação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Finda a exposição e uso da palavra pelo convidado, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Gim Argello, Flexa Ribeiro, Rodrigo Rollemberg, Cícero Lucena. Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues e Aníbal Diniz. Nesse momento, o Senhor Senador Eduardo Braga requer a inclusão, extrapauta, de requerimento, o que é aprovado. **Extrapauta, Item 01: Requerimento nº 17, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador os Senadores Eduardo Braga, Gim Argello, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Rodrigo Rollemberg, que requerem "..., com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um conjunto de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reunidas sob a denominação Jornada pela Inovação, para debater diversos temas, com os seguintes convidados: 1ª Audiência Pública: Desafios da Inovação no Brasil. Miriam Belchior – Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Glauco Arbix – Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Robson Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). 2ª Audiência Pública: Inovação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Paulo Bernardo – Ministro de Estado das Comunicações. Fernanda Negri – Pesquisadora do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Adilson Primo – Presidente da Siemens do Brasil e integrante da CNI/MEI. Helena Lastres – Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 3ª Audiência Pública: Inovação, Biotecnologia, Fármacos e Complexo Industrial da Saúde. Alexandre Padilha – Ministro de Estado da Saúde. Representante da Finep. Representante da CNI/MEI. Sérgio Mascarenhas – Professor da USP – São Carlos.4ª Audiência Pública: Inovação e Cadeia Produtiva do Petróleo e Gás José Sérgio Gabrieli – Presidente da Petrobrás. João Alberto De Negri – Diretor de Inovação da Finep. Representante da CNI/MEI. José Ruas – Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).5ª Audiência Pública: Inovação e Energia (Foco nas Energias Renováveis). Edison Lobão – Ministro de Estado das Minas e Energia (MME). Representante da Finep. Representante da CNI/ MEI. Representante da Academia. 6ª Audiência Pública: Inovação e Cadeia Produtiva Aeroespacial Marco Antônio Raupp – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB). Frederico Curado – Presidente da Embraer e integrante da CNI/MEI. Representante da Academia. 7ª Audiência Pública: Inovação, Micro e Pequenas Empresas e Inclusão Social Representante da Finep. Representante das Micro e Pequenas Empresas. Representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Guilherme Ary Plonski – Presidente Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC). 8ª Audiência Pública: Inovação Aplicada à Copa e às Olimpíadas. Henrique Meirelles – Presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO).Representante da Finep. Ricardo Pelegrini – Presidente da IBM Brasil e integrante da CNI/MEI. Representante da Academia". O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às treze horas e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do

Senado Federal. – SENADOR **EDUARDO BRAGA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número, declaro aberta a 12ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 04 de maio de 2011, para realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar as diretrizes e os programas prioritários para os próximos dois anos da Pasta do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Atendendo ao Requerimento nº 01, de 2011, da CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro, aqui está presente o nosso companheiro, colega Senador da República, hoje Ministro da Ciência e Tecnologia do Governo da Presidente Dilma e um grande brasileiro, nosso querido amigo Aloizio Mercadante.

Iniciando, portanto, os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Já estando presente a bancada de palestrantes, o Senador Aloizio Mercadante, gostaria, portanto, de passar a palavra ao nosso Senador Aloizio Mercadante, não sem antes dizer, Senador, da alegria e do prazer de poder receber V. Exª, nesta comissão, no dia de hoje, para debatermos as diretrizes, projetos, planos para ciência e tecnologia. Devo dizer a V. Exª que dois foram os fatores que fizeram com que eu viesse para esta comissão e aceitasse honrosamente o convite dos Pares para que pudéssemos presidi-la. Um era o encantamento que passei, durante os oito anos de governo que exerci no Estado do Amazonas, pelos avanços que conquistamos por meio de políticas públicas em ciência e tecnologia.

E, ao tomar conhecimento da ida de V. Exª para o Ministério de Ciência e Tecnologia, com a ousadia e a vontade peculiar a S. Exª, de realizar e fazer deste tema, efetivamente, uma prioridade da Nação brasileira, aceitamos esse desafio junto com os companheiros. Portanto, estamos todos aqui hoje – já conheço parte da apresentação de V. Exª porque estive no Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia –, ansiosos para começarmos a transformar parte da apresentação de V. Exª em projetos de lei, em PECs, em ações que possam, o mais rápido possível, criar os mecanismos de financiamento para essa robusta política de ciência, tecnologia e inovação, promovida pelo Ministério que V. Exª governa e pelo Governo da Presidente Dilma. Dito isso, passo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Senador Eduardo Braga, Senador João Ribeiro, Senador Ivo Cassol.

Quero dizer que me sinto muito honrado com suas palavras, muito motivado, e esse reconhecimento é recíproco. Sou testemunha da qualidade do Governo que V. Exª imprimiu no Estado do Amazonas, do reconhecimento que veio das urnas. É um compromisso com a sustentabilidade ambiental tão importante naquela região que também me sinto muito motivado em poder ter como contrapartida do ministério, à frente desta Comissão, o Senador Eduardo Braga. Quero saudar também o Senador Lindbergh. Dizer que é a primeira vez que venho a esta Casa, sentado do lado de cá da bancada, sempre estive aí nos últimos oito anos. Entendo que este ministério é um que tem de pensar políticas de Estado, quero já, de antemão, colocar-me à disposição dos Senadores para atendê-los em tudo aquilo que estiver ao nosso alcance.

Vou fazer uma apresentação, colocando as diretrizes gerais do Ministério e deixarei para fazer a apresentação da nossa equipe um pouco mais à frente. E trouxemos aqui quase toda a equipe, para que os Senadores possam conhecer pessoalmente.

Vamos começar, então? (*Pausa.*)

Bom dia, Senador Eunício.

Neste quadro, a gente tenta sintetizar um pouco a trajetória de crescimento do País ao longo do último século. Nós crescemos, durante cinquenta anos, a uma taxa de 4,6%. Do Plano de Metas até o final da década de 80, nós passamos a crescer 7,26. Ao longo desse período, o Brasil foi o País que mais cresceu na história econômica, o segundo em termos de PIB *per capita*.

A verdade é que, nesses trinta anos, toda vez que a gente chega num crescimento em torno de 7% em média, nós temos fortes desequilíbrios macroeconômicos, seja nas contas públicas pós-plano de metas e contas externas, pressão inflacionária, seja depois do chamado auge do milagre, também um período de forte endividamento segundo o PND. Enfim, o Brasil teve dificuldade de sustentar o crescimento nesse patamar, mas ele aconteceu nesse período.

Depois nós vivemos um período de hiperinflação e de baixa taxa de crescimento em torno de 2% e agora nós estamos voltando a crescer, apesar da grave crise de 2009, a maior crise internacional desde 29; o País voltou a crescer em torno de 4%, um patamar semelhante à primeira metade do século. De vez em

quando, a economia sinaliza que pode crescer mais, como aconteceu agora no último ano.

Próximo.

Por que nós estamos conseguindo manter um crescimento com perspectiva de aceleração? Primeiro pelo controle da inflação que começou no governo Fernando Henrique Cardoso e foi mantido ao longo do governo Lula. Quer dizer, nós estamos conseguindo manter, desde 2004, a inflação dentro do sistema de metas. Hoje, nós estamos vivendo uma forte pressão inflacionária internacional, as *commodities* aumentaram em 45 seus preços internacionais em sete meses, muitos países já estão acima da banda superior da meta, o País ainda mantém a inflação dentro da meta e esse sistema de metas ganhou muita credibilidade, transparência, é um sistema bastante avançado o nosso regime de controle de inflação.

A segunda razão é a redução da vulnerabilidade externa. Hoje o País tem US$326 bilhões em caixa e, portanto, a nossa dívida líquida é negativa. Ou seja, o Brasil não é mais um país devedor, é um país credor. Isso ficou evidente na última crise, porque nós emprestamos US$14 bilhões ao FMI, demonstrando um pouco uma nova condição macroeconômica, do ponto de vista dos recursos externos.

A terceira condição para esse crescimento foi a redução da fragilidade fiscal. Nós temos um déficit público de 1,9% do PIB. Nós temos uma tabela, depois eu mostro o déficit público de outros países. Pega os Estados Unidos hoje, está em torno de 9%, para dar uma ideia da principal economia do mundo. E reduzimos fortemente o endividamento público, a relação dívida/PIB hoje é 40% do PIB; no Japão é 232%; na Itália é 130%; em boa parte da Europa é 90%. Então, nós estamos com um nível de endividamento bastante baixo e estamos fazendo ajuste fiscal para melhorar ainda mais esses indicadores.

Próximo.

Por que é possível crescer a essas taxas e numa tendência de aceleração? Porque nós criamos um forte mercado de consumo de massas. Essa é a grande questão, é o grande salto extraordinário que nós tivemos, e também porque o investimento, a formação bruta do capital fixo tem crescido muito acima do PIB, o que dá sustentação ao crescimento econômico.

Por que nós criamos o mercado interno de massas? Porque aumentamos e formalizamos o emprego, mais de 11 milhões de empregos, e reduzimos fortemente a taxa de formalização de desemprego aberto. Reduzimos fortemente a pobreza. Vocês vejam que a renda média cresceu 31% no último governo e, nos 20% mais pobres, a renda cresceu 51%, no ritmo chinês. Nós tivemos uma forte distribuição de renda e uma redução importante da desigualdade da renda.

Nós estamos com índices semelhantes aos que tínhamos nos primeiros indicadores dos anos 60.

Próximo.

A outra questão chave é que o Brasil hoje tem uma inserção internacional e um papel na integração regional muito destacado, quer dizer, o Mercosul se consolidou, avançamos na relação diplomática e comercial com os outros parceiros da região, o País ganhou protagonismo nos fóruns internacionais, nós diversificamos os mercados. E isso também é um fator que contribui muito para o Brasil poder ter uma taxa estável, sustentável, de crescimento.

Outro destaque seria a recuperação da capacidade de planejamento e coordenação estratégica do Estado.

Recuperamos instituições de planejamento, consolidamos o sistema de crédito público. O BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa hoje são instituições extremamente importantes na respostas às últimas crises. O BNDES hoje é maior que o Banco Mundial. Isso é um fator diferenciador. E a crise ficou clara quando tivemos uma forte retração da liquidez.

O fortalecimento das empresas estatais estratégicas. A Petrobras hoje é oitava empresa do mundo no mercado de aberto, segunda empresa de petróleo. Isso também é uma parte importante dessa estratégia.

A reconstrução da capacidade do Estado se expressa no PAC, onde temos um planejamento da infraestrutura energética e logística. Temos graves restrições na infraestrutura logística, aeroportos, portos, estradas, é um imenso desafio, programa habitacional, recuperação da construção naval, enfim, o PAC ajuda a se ter uma visão e uma articulação de projetos estruturantes.

Desenhamos uma política industrial, política de desenvolvimento produtivo e tivemos um plano de ação de ciência, tecnologia e inovação. Aqui quero render as minhas homenagens ao Ministro Sérgio Rezende, que fez uma excelente gestão e avançou bastante em relação a nossa política de ciência e tecnologia.

Com isso tudo, o Brasil criou condições de fazer política anticíclica. Pela primeira vez, não precisamos cortar gastos, aumentar impostos, aumentar juros para sair da crise. Pudemos baixar juros, cortar imposto e aumentar os investimentos e o gasto e saímos rapidamente da crise.

Termino dizendo que esse período da história, em que se tem estabilidade, mercado de consumo de massas, redução da vulnerabilidade externa e fiscal, recuperação da capacidade de planejamento e inves-

timento, temos ainda uma outra vantagem estratégica: o bônus demográfico.

Nos próximos cinquenta anos, nove bilhões de pessoas estão projetadas para o planeta, dois bilhões com mais de 60 anos. Quer dizer, a geração com mais de 60 vai crescer a uma taxa de 350%, o envelhecimento da população e há o aumento, portanto, dos inativos em relação aos ativos, os inativos, não mais os jovens, mas os idosos, os da terceira idade. Portanto, um gasto previdenciário de saúde crescente e redução da capacidade de produção.

O Brasil ainda tem, até 2020, 2025, um bônus demográfico, a população economicamente ativa é maior que a inativa. Portanto, é uma janela que temos aproveitar para dar um salto.

Finalmente, consolidamos a democracia, uma conquista de todos que estão nesta sala e muitos que não estão, e isso nos diferencia inclusive em relação a uma parte dos BRICs. A democracia, o estado de direito democrático, liberdade de imprensa, separação de poderes, quer dizer, valores que são civilizatórios, que ajudam também o Brasil a ter esse lugar e essa projeção na história.

Próximo.

O que colocamos como grande desafio para esse próximo período? Primeiro, colocar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento. Vou tentar defender essa tese. Se quisermos dar um salto de qualidade em relação ao que já construímos, vamos ter de avançar na definição da ciência, tecnologia e inovação como um eixo estruturante de desenvolvimento. Em que perspectiva? Primeiro, consolidar liderança na economia do conhecimento natural. O Brasil é hoje o segundo maior produtor e exportador de alimentos e é o que mais cresce o excedente exportável de alimentos mundo. O Brasil é hoje um grande exportador de minério e será, proximamente, um importante exportador de derivado de petróleo. Ou seja, temos hoje aqui a Embrapa, que ajudou de forma decisiva, o Cenpes, da Petrobras. Temos um domínio do conhecimento da economia natural e uma liderança, pelo próprio potencial que os recursos naturais do Brasil apresentam e pelo trabalho que vem sendo feito. A primeira escola de agronomia do Brasil, Luiz de Queiroz, tem um século. Então, há muita história de pesquisa, de reflexão, de trabalho, para que conquistássemos esse lugar.

Com a urbanização e o crescimento da renda na Ásia, que é o novo eixo dinâmico da economia mundial, China e Índia, o Brasil está muito bem posicionado, nessas próximas décadas, como grande exportador de *commodities* de alimentos.

Outro grande desafio que temos, daí a importância de ciência, tecnologia e inovação, é avançar em direção à sociedade do conhecimento. Quer dizer, a sociedade do futuro será, a economia e a produção, cada vez mais, uma sociedade do conhecimento. Você vai precisar de mais inovação para poder estar na liderança dos setores que são portadores de futuro, setores industriais. como tecnologia da informação, biotecnologia.

Por último, nós precisamos transitar para uma economia de baixo carbono e ter um compromisso com a sustentabilidade ambiental. O Brasil é G1 na biodiversidade ambiental e nós precisamos ter um compromisso muito importante. Temos condições de ter a liderança nessa agenda, pela nossa matriz energética, pela importância da Amazônia, pelo que nós temos de patrimônio, e um grande desafio. Portanto esses, do nosso ponto de vista, são os grandes desafios estratégicos que se colocam para o Brasil no próximo período.

Próximo.

Quais são as nossas dificuldades? A primeira grande dificuldade é que, quando a gente olha o balanço comercial do Brasil, verifica que estamos tendo uma deterioração muito rápida em setores de média e alta tecnologia, deterioração no sentido de que as importações estão crescendo numa velocidade muito grande. Fármacos, nós estamos com um déficit de US$6,3 bilhões de dólares; TICs – tecnologia de informação e comunicação, um déficit de US$11,3 bilhões; equipamentos médicos, um déficit de US$5, 6 bilhões; produtos químicos, US$16 bilhões; máquinas e equipamentos, US$12,7 bilhões. Ou seja, nós temos superávit primário porque exportamos *commodities,* mas nós temos déficits em áreas muito estratégicas e muito importantes de serem enfrentadas.

Então, se você pegar, por exemplo, fármacos, a Índia foi um país que não entrou na Organização Mundial do Comércio e usou, durante dez anos, a brecha que existia da legislação para desenvolver o seu setor de genéricos e, hoje, tem uma indústria extremamente competitiva e forte nesse setor.

Nós entramos, perdemos um pouco o que tínhamos e só depois, com a Lei de Genéricos, começamos a recuperar parte da capacidade de produção. Somos um grande importador de fármacos, mas praticamente não fazemos exames clínicos no Brasil. Então, isso aqui é um desafio e cada vez mais sofisticado.

A parte, por exemplo, dos remédios biológicos, que é a nova geração de fármacos, é muito importante que a gente discuta com profundidade. Em tecnologia da informação, o Brasil hoje é o terceiro principal mercado de vendas de computadores no mundo. Nós

vendemos, no ano passado, 3,5 bilhões de computadores. No entanto, estamos com um déficit muito alto nesse setor e sentimos que, hoje, há muitas empresas querendo vir para o Brasil – falarei disso mais adiante – e podemos dar um salto de qualidade, e assim por diante. São desafios muito grandes que nós temos em setores de média e alta tecnologia.

Próximo.

Se a gente olha, por exemplo, o balanço de tecnologia da informação e comunicação, isso aqui é telecomunicação. Melhorou um pouquinho em 2006/2008. É um setor que está estabilizado. Melhorou. Componentes eletrônicos, temos um déficit brutal. Estamos falando aqui de semicondutores, de circuitos eletrônicos, que são muito importantes para a economia moderna. Nós estamos olhando aqui: computadores, vejam o déficit que nós estamos tendo. Se a gente olhar aqui os demais produtos ligados ao setor, especialmente em componentes eletrônicos e computadores e tecnologia da informação, nós temos um déficit muito grande.

Por que estamos insistindo nisso no nosso Ministério? Porque se a gente importar uma tonelada de circuito integrado, nós vamos pagar US$848 mil. Nós precisamos 21.445 toneladas de minério de ferro para pagar uma tonelada de circuito integrado. Ou precisamos de 1.742 toneladas de soja para pagar uma tonelada de circuito integrado.

E o que é circuito integrado? É inteligência aplicada. Na realidade, uma fábrica de circuito integrado e semicondutores, é uma fábrica química, altamente sofisticada, usa quinze gases altamente complexos, inclusive altamente tóxicos. Se você tiver um vazamento, por exemplo, numa fábrica de semicondutores, tem 20 segundos para tirar os trabalhadores da sala.

Então é uma indústria extremamente complexa, mas é basicamente inteligência e pesquisa aplicada. E nós não podemos nos acomodar, este é um país produtor de *commodities*. Ainda que a gente vá viver, estamos vivendo um momento que as *commodities* estão com preços extraordinários, o que dá uma renda agrícola fantástica, na mineração, no petróleo, futuramente. Essa tendência pode se agravar com o pré-sal, porque o pré-sal, hoje, representa 40 bilhões de barris a US$120 o barril, são US$5 trilhões. Essa é a riqueza que vai entrar no País, que pode entrar no País nos próximos anos. Então, isso pode agravar a prestação do câmbio e aprofundar essa característica de o Brasil ser um exportador de *commodities*.

A Venezuela, quando descobriu os grandes campos de petróleo, Celso Furtado escreveu um livro, dizendo: olha, é o primeiro país que pode ser desenvolvido na América do Sul, é o primeiro país que pode romper o subdesenvolvimento, ou não, a depender de como eles vão administrar essa riqueza. E eu quero ressaltar que a gente, olhando para trás, 37 anos depois, a Venezuela ficou prisioneira da doença holandesa, não soube usar as grandes reservas para dar um salto no seu processo de industrialização e é um exemplo dos riscos que nós corremos nos próximos anos. E renda vai ter, vai ter bem-estar, vão ter recursos para fazer políticas sociais, só que o petróleo é uma energia não renovável, e o País devia usar essa janela de oportunidade, que são os preços das *commodities* hoje e que é o petróleo no futuro próximo, para dar um salto extraordinário em relação à sociedade do conhecimento, e não se acomodar nesse patamar que nós já conquistamos.

Próximo.

Para isso, temos que investir em pesquisa de desenvolvimento e inovação. O Brasil hoje é a sétima economia do mundo. Com quem nós estamos disputando? Os Estados Unidos investem 2,7% em pesquisa em desenvolvimento, US$400 bilhões – isso aqui são dados de 2008, pré-crise. O Japão, 3,4% do PIB, US$ 150 bilhões. A China, 1,5% do PIB, US$120 bilhões. A Alemanha, 2,8%, US$84 bilhões. O Brasil hoje é 1,23%, que vai dar aqui algo em torno de US$50 bilhões. Mas é muito pouco o patamar que nós estamos investindo em P&D, especialmente pelo desafio de dar um salto no processo de industrialização e avançarmos em direção aos setores de média e alta tecnologia.

E daqui para frente a nossa competição é com essas economias. Nós já somos o sétimo país, são eles que temos que olhar. É esse o padrão que o Brasil tem que ter. Não é ficar olhando para trás ou para baixo. É olhar para frente e para cima. E aí a disputa está nesse patamar. Quer dizer, nós temos que eleger ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante de desenvolvimento, e isso significa mais investimento, mais recurso e uma visão estratégica do papel que esse setor representa para o futuro da economia.

Próximo.

Esse aqui é o dado de P&D. O azul é o que as empresas investem em P&D. Vejam o Japão aqui: 2,7% do PIB é mais do que o dobro do que o Estado e as empresas brasileiras investem em pesquisa em desenvolvimento.

Qual é o problema do Brasil? O Brasil está aqui, está passando Portugal e Espanha. Deve passar a Inglaterra brevemente. Nessa crise, já estão passando aqui Portugal e Espanha. No entanto, o Estado brasileiro investe em um padrão próximo ao que os outros países investem. Agora, as empresas investem muito pouco. E quando eu falo aqui em empresas, o ano passado foi 0,51% do PIB, a Petrobras está dentro. Se você tirar a Petrobras, fica em 0,3% do PIB. O Japão

é 2,7%, dez vezes mais o que proporcionalmente as empresas japonesas investem em pesquisa em relação às empresas brasileiras.

O setor privado brasileiro não investe em pesquisa em desenvolvimento, por muitas razões. Talvez a mais próxima é que nós vivemos um longo período de instabilidade econômica, de hiperinflação, muitos anos de baixo crescimento, e as empresas têm aversão ao risco e ao custo. Portanto, tem uma atitude muito defensiva em relação à situação econômica. E de outro lado, porque nós tivemos um padrão de industrialização, de substituição de exportações passivo. O Brasil simplesmente importava máquinas e equipamentos para substituir importações. Diferente, por exemplo, da China que tem uma atitude ativa. O que eles fizeram na China? Todo investimento tinha que transferir tecnologia e tinha que ter parceiro nacional. Com isso, eles foram se apropriando da tecnologia, e hoje eles estão desenvolvendo seu próprio caminho e são a segunda economia do mundo. Então, eles copiavam, adaptavam e reduziam custo, porque o mercado deles a renda é muito baixa. Com a escala que eles têm, ganhavam competitividade na exportação e desenvolveram sua economia.

Acho que temos condições hoje de mudar essa atitude. Vou dar um exemplo. Nos últimos 12 meses, entraram no Brasil US$50 bilhões de investimento externo – US$50 bilhões! Este ano, teremos pelo menos US$60 bilhões de investimento externo. Então, o Brasil hoje tem condições, por exemplo, de sentar à mesa com as empresas que querem vir para cá e discutir transferência de tecnologia, e discutir associação com empresas nacionais, e ter uma atitude mais ativa em relação a pesquisa e desenvolvimento.

Próximo.

Isso aqui é o déficit público hoje. Vejam, os Estados Unidos, Reino Unido, Japão, França, África do Sul, Índia, Itália, Rússia. O Brasil está, portanto, numa zona de conforto muito grande em relação às finanças públicas. Eu não coloquei aqui a dívida pública, mas a nossa dívida pública, como eu disse, é 40% do PIB. A dos Estados Unidos, praticamente, vem crescendo a uma taxa maior que essa de 2009 para cá. Então, o País hoje tem uma situação fiscal que vai permitir a gente ter mais espaço para fazer política pública nos próximos anos. E nós temos que saber, estamos fazendo um esforço fiscal grande no início do Governo, necessário em função dessa pressão inflacionária, mas nós temos condições históricas de dar um salto extraordinário se nós tivermos um projeto estratégico, especialmente, do meu ponto de vista, focado na inovação, como um grande desafio do Brasil.

Próximo.

O que vem sendo feito? Vocês vejam que nós formávamos cinco mil mestres e doutores em 87, estamos formando hoje 50 mil mestres e doutores. É um salto extraordinário. Você pega uma região como a Amazônia, Senador João Pedro, Flexa Ribeiro, Eduardo Braga, nós tínhamos ali dezenove cursos de doutorado que formavam 340 doutores por ano.

Hoje nós temos quarenta cursos de doutorado, estamos formando 1.490 doutores por ano. É um salto fantástico.

Só que a Amazônia tem hoje 3.500 doutores, menos do que a Universidade de São Paulo tem. Então, o esforço de desconcentração do ponto de vista do sistema de pós-graduação, dos centros de inteligência do Brasil, da formação, tem que ser fortalecido e consolidado, sem perder as excelências. São fundamentais. Nós temos centros de excelência, mas nós temos que ter uma visão estratégica de desenvolvimento do Brasil.

Próximo.

Um dos problemas que nós estamos tendo é que, de 2000 para 2010, nós praticamente triplicamos o número de alunos formandos. Estamos indo aí para quase um milhão de alunos. No entanto, as engenharias têm uma participação muito pequena. O Brasil forma um engenheiro para cada cinquenta formandos. Na Coreia, um para cada quatro, e há um déficit muito importante nas engenharias hoje. Isso significa que nós precisamos – e o Governo está elaborando o Pró-Engenharia – de um plano específico de impulso às engenharias. A Capes e o CNPq estão trabalhando fortemente nisso.

Não é uma coisa simples. Nós precisamos melhorar a qualidade dos cursos de engenharia, adaptá-los. Aproveito para falar da nossa equipe aqui: Glauco Arbix, Presidente da Finep, vem tratando muito desse tema, falando que as engenharias precisam ser mais modernas, mais dinâmicas, mais atentas às novas tendências da economia contemporânea. Os cursos de engenharia, às vezes, são pesados, são chatos, mas não é só isso. O mercado está muito aquecido. Então, eles tiram o estudante de engenharia antes de terminar o curso.

Em terceiro lugar, a formação com que os estudantes chegam à escola de engenharia é insuficiente para ter um bom curso. Quando começa Cálculo 3, Estatística 4 etc., o pessoal começa a abandonar o curso.

Então, é um problema: nós temos que melhorar a qualidade de quem chega, melhorar a qualidade do curso e ter incentivos especiais, iniciação científica, bolsa de formação etc.

Um dos instrumentos que a Presidenta está destacando é termos um agressivo programa de mandar estudantes, bolsa-sanduíche, ficar pelo menos um ano fora nos melhores cursos que nós temos internacionalmente. A gente poderia... A meta é bastante ambiciosa, Vice-Presidente Gim Argello, Senador, nós chegarmos aí a 75 mil estudantes em quatro anos estudando fora. Alguns vão falar: "Mas é muito". É muito, mas a China tem 80 mil doutorandos só nos Estados Unidos. Então, o Brasil precisa ter uma visão do tamanho que é o nosso potencial, os nossos desafios.

Então, aqui, nas engenharias, eu destacaria como uma das grandes deficiências da nossa situação da formação superior.

Próximo.

Isso aqui é a produção científica do Brasil. Vocês vejam que nós estamos dando um salto extraordinário. A orientação das instituições acadêmicas, CNPq, Capes, é publicação em publicações indexadas. O Brasil respondeu à comunidade científica de forma muito ativa nisso. A produção científica brasileira está crescendo cinco vezes mais que a média internacional. Nós somos hoje o 13º país no *ranking* científico internacional.

Agora, apesar desse aumento, e é muito importante, porque aí tem ciências básicas e parte de ciências aplicadas, em algumas áreas estamos muito bem, como, por exemplo, ciências da terra, agricultura. Temos algumas deficiências, mas o que chama a atenção?

Próximo.

É que nós não estamos traduzindo esse aumento da produção científica em registro de patentes. Então, quando a gente olha o quadro das patentes, vejam que China, Índia e Brasil estavam mais ou menos próximos aqui, no início, mais para trás, muito próximos – a China teve um salto extraordinário, a Índia, um salto importante, e o Brasil descolou da Argentina e do México. mas muito pouco em relação a nossa produção científica. Então, não temos uma cultura de patentes, faltam instituições mais ágeis para o patenteamento e, no mundo, quem patenteia é basicamente empresa, dois terços das patentes são empresas. No caso do Brasil, as patentes vêm mais das universidades do que das empresas, porque as empresas investem pouco em P&D. Então, precisamos olhar isso aqui com muita atenção.

Estive recentemente na China – depois posso falar um pouco disso –, mas, se pega uma empresa como aquela Highway, que está vindo para o Brasil, eles registram vinte patentes por dia. Pega a Foxconn – quero agradecer aqui, publicamente, ao Senador Flexa Ribeiro e William Woo, porque, há três meses, começamos a conversar para atrair investimento da Foxconn para o Brasil; o Flexa esteve muito próximo de toda essa articulação, e teve um papel destacado –, que tem 42 mil patentes registradas e tem 92 mil patentes solicitadas. É uma empresa que fatura US$100 bilhões, exporta US$86 bilhões, é a maior exportadora da China. Tem 42 mil patentes e 92 mil pedidos de patentes. Então, esse é o tamanho do problema que temos. Temos de olhar a questão das patentes, criar uma cultura de agilizar as instituições e repensar o Inpi, porque, no Inpi, temos 280 analistas de patentes. Vi o programa chinês, eles querem ir, nos próximos quatro anos, para nove mil analistas, querem registrar dois milhões de patentes/ano.

Então, temos de olhar esse tema com atenção, porque isso aqui é a economia do futuro, é a renda do futuro, são *royalties* no futuro. Isso aqui é possibilidade do futuro, e o Brasil precisa ter um diagnóstico mais preciso para tentar reverter esse quadro.

Próximo.

Quando olhamos as patentes registradas por milhão de habitantes, vejam onde está o Brasil. Somos a sétima economia, mas, na produção de conhecimento patenteado... agora, como produção de conhecimento científico, somos o 13º país e o nosso ritmo é cinco vezes maior que a média. Então, temos um problema específico em relação ao patenteamento e precisamos dar um salto de qualidade.

Essas aqui são as universidades federais. Vejam que tínhamos 43 *campi* de universidades federais, bastante concentrados na Região Sudeste. Nos últimos oito anos, demos um salto muito grande. Temos hoje *campi* e o sistema de pós-graduação bastante desconcentrados, espalhados pelo Brasil inteiro. Agora, qual é o desafio? Como manter centros de excelência e dar qualidade a essa expansão do sistema de pós-graduação. Os recursos de bolsas de estudo, os recursos dos programas de infraestrutura para pesquisa estão todos bastante pressionados e a política orçamentária do País precisa olhar com uma visão estratégica do ponto de vista do papel da ciência, tecnologia e inovação, para podermos dar um salto em relação a esses desafios que colocamos no início da apresentação.

Próximo.

Esse é um grande desafio que temos, que é a banda larga, a estrada do futuro. Não temos condições de dar um salto se nós não avançarmos do plano nacional de banda larga. Acho que valeria a pena o Senado discutir com profundidade – acho que vocês devem estar fazendo isso, tem muita gente aqui que tem especialidade na área –, mas o acordo que fizemos com as empresas de telecomunicações não está andando no ritmo que era pactuado. Ou seja, eles ti-

nham de abdicar dos postos de serviço para construir o programa de banda larga nas escolas públicas. Isso não avançou na velocidade que foi acordada. Precisamos acelerar esse programa e muito além disso. O que estamos fazendo no Ministério é a RNP, que é o programa de banda larga para os centros de pesquisa e para as universidades públicas.

Então, temos aqui 10 gigabytes em alguns centros; depois, 2,5 gigabytes em outros, e estamos fazendo um trabalho grande, por exemplo, para poder chegar ao Amapá. O Governador do Amapá, por exemplo, está conversando com a gente, e a expressão dele achei muito boa: "Nós não temos banda larga, nós temos banda lerda". E como é que você chega aqui? Isso aqui passa por um acordo, por exemplo, com a Eletronorte, com algumas empresas. Nós temos que fazer um programa mais rápido de expansão. Especialmente na região Norte o desafio é muito grande. Eu, particularmente, tenho uma visão – eu já conversei sobre isso com o Senador Eduardo, acho que ele tem a mesma visão: o ideal para a região Norte do País era a gente tentar um acordo com todos os países da região Amazônica e lançar um satélite dedicado público para colocar banda larga na Amazônia.

Se nós juntássemos Venezuela, Colômbia, Equador, Peru etc. – o Inpe poderia ajudar a coordenar essa iniciativa –, nós poderíamos lançar um satélite público e abrir banda larga para toda a região Amazônia. Porque, por fibra ótica, você vai conseguir colocar nos principais centros, mas você não consegue colocar para a população ribeirinha, para a população do interior, porque é muito complexo, é muito grande e é muito difícil.

Então, onde tem gasoduto a gente pode ir mais rápido, onde tem estrada a gente pode ir mais rápido, mas, mesmo assim, é um desafio, na Amazônia, tudo é gigantesco, tudo é muito difícil.

Eu acho que se a gente conseguisse, e o Senado poderia ajudar nessa articulação, a gente poderia lançar um satélite dedicado público, aberto, onde a gente colocaria banda larga com rapidez na Amazônia e com qualidade.

Próximo.

Nós estamos fazendo também na RNP uma rede de telemedicina. Hoje, por exemplo, se a gente for a Barretos, você vê uma cirurgia de câncer em que o médico está em Beijing ou em Paris, e o robô está lá operando. Essa é a medicina do futuro. Quer dizer, você tem no interior um sujeito que é atendido pelo clínico geral, ele pode colocar os seus exames clínicos diretamente para o cardiologista que já dá a resposta do que deve ser feito. Não tem que colocar na ambulância e fazer uma segunda consulta. A telemedicina vai melhorar muito a qualidade da saúde, vai baratear os recursos do SUS, vai aumentar a eficiência do sistema. Agora, para isso, precisa tecnologia de informação, precisa banda larga. Não vou nem falar de educação, porque todos aqui sabem da importância. Já votamos projetos nessa área. Quer dizer, a inclusão digital nas escolas públicas é absolutamente urgente no Brasil. Nós temos que dar o endereço eletrônico, um *tablet* ou um *laptop* para os 69 milhões de alunos e permitir que eles tenham acesso a esse universo de informação, que é a Internet, um portal de aluno, um *tablet* dedicado.

Eu vi, nas viagens que a gente tem feito, quer dizer, desde a pré-escola ao ensino universitário, você já tem *tablets* e *notebooks* dedicados e baratos. Com US$150.00, hoje, você tem equipamento de primeira linha.

Então, o Brasil precisa dar urgência à questão da inclusão digital nas escolas, à banda larga e à implantação. O que está ao nosso alcance... Nós estamos dando grande prioridade à RNP, para cumprir essas metas, estamos avançando na telemedicina, avançando nos institutos e universidades federais, buscando dar suporte a esse programa de inclusão digital.

Próximo.

Isso aqui são recursos. Pode passar. Não vou me estender nessa parte não, são os editais, depois, se tiverem interesse, a gente volta. Pode andar.

Eu queria falar um pouco sobre os INCTs. Nós temos 122 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. São redes de pesquisa. Esse INCTs hoje estão totalmente informatizados. Então, nós podemos pegar qualquer INCT, em qualquer região do País, nós sabemos quais são os pesquisadores que participam, quem está publicando, quais artigos publicou, qual é o currículo de cada pesquisador, se está avançando a produção do INCT ou se não está, em que ritmo. Então, é hoje uma rede muito importante para avançar a inovação, avançar a pesquisa, avançar a sociedade do conhecimento.

Próximo.

Isso aqui são as áreas dos INCTs; muito em saúde, engenharia pouco proporcionalmente ao desafio; já avançamos alguma coisa em biotecnologia e nanotecnologia, mas muito pouco em termos de fármacos; ciências sociais, as humanidades em geral, também, é pouco; a Amazônia, como eu disse, é um imenso desafio. Aqui há poucos INCTs, mas a Embrapa supre a demanda prioritária nessa área, biodiversidade e meio ambiente, energia, Antártica, nuclear e outros.

Então, essa é uma rede muito importante que a gente precisa fortalecer nos próximos anos e cuja avaliação preliminar que nós temos é bastante positiva.

Próximo.

Isso aqui são os recursos investidos em programa de bolsa de estudo. Vocês vejam que o esforço que está sendo feito é bastante grande. Nós quase triplicamos os recursos, mais do que triplicamos em uma década. Esse esforço terá de continuar para poder dar conta daquele sistema de pós-graduação e do desafio que temos pela frente.

Próximo.

Este é um programa de apoios a núcleos de excelência – no qual estamos fazendo um esforço muito grande – em parceria com os Estados. É o FNDCT, os Estados e o CNPq trabalhando juntos. Temos fundações de amparo em quinze Estados. O Tocantins acabou de lançar o dele. Essa parceria é muito importante para fazer junto, de forma republicana, esforço em ciência, tecnologia e inovação.

Próximo.

Essa é a rede Sibratec, uma rede bastante importante. Nesse quadro, seria interessante que cada um se inteirasse em seus Estados. Nem todos os Estados implantaram a rede Sibratec, mas é uma rede que articula todas as instituições que podem estar associadas à inovação.

O Senai tem alguns institutos de ponta, como o da Bahia, o do Rio de Janeiro, em termos de inovação, mas o Brasil está muito atrasado em termos de inovação industrial.

Defendo a visão de que precisamos criar para a indústria algo próximo ao que a Embrapa é para a agricultura. Até falo que é uma "Embrapi", empresa brasileira de pesquisa industrial. Precisamos de uma empresa de fôlego nessa área.

A melhor instituição que vi, até agora, é a Franz Hoff da Alemanha. A Franz Hoff tem sessenta institutos de pesquisa e é uma instituição focada na inovação. Qual é a diferença dela? As empresas vão à Franz Hoff verificar qual é o seu problema. Ela chegam à Franz Hoff e dizem: preciso resolver um problema de tal material, da resistência, ou um problema no meu motor, e a pesquisa é feita para resolver o problema da empresa. É por demanda, não é uma visão ofertista, ou seja, eu tenho uma universidade que tem o conhecimento, fico esperando a empresa chegar lá. Não vai chegar. Precisamos criar uma instituição focados no atendimento às empresas.

No caso da Franz Hoff, 30% do orçamento vem da iniciativa privada. A tese de mestrado e doutorado é desenvolvida aplicando e os pesquisadores têm de arrecadar recursos do setor privado para viabilizar a instituição.

Então, é um modelo muito interessante. Temos vinte e seis institutos da Franz Hoff que têm parceria com o Brasil. Negociamos com eles, na última viagem a Alemanha – está chegando amanhã o Presidente da Alemanha -, três parcerias interessantes. O Brasil deve ser país-tema da Feira de Tecnologia da Informação ano que vem. Foi convidado para ser país-tema na Feira Industrial de Hannover, a maior feira industrial do mundo, em 2013 e fechamos a vinda da Franz Hoff institucionalmente para o Brasil. A forma, estamos discutindo. Se vai ser uma *jonit venture*, ela sozinha, uma empresa nossa com participação deles. Estamos conversando com o Senai na mesma direção, com o IPT. Enfim, o Brasil precisa criar uma instituição de inovação para a indústria, a exemplo do que é a Embrapa para a agricultura.

Não podemos mais perder tempo. Basta olhar para os dados que apresentamos no início, da situação de balanço comercial de média e alta tecnologia.

Onde fizemos isso, somos competitivos. Por exemplo, o ITA. Há 60, o Brigadeiro Montenegro foi ao MIT, contratou o reitor do MIT e montou o ITA, que até hoje é uma excelente escola de engenharia. Temos a Embraer, somos a terceira indústria de avião do mundo. Na viagem a China, vendemos trinta e cinco EB-190, US$1,5 bilhão de alta tecnologia. Por quê? Porque houve pesquisa, teve formação de recursos humanos, porque tem uma instituição focada em dar suporte a essa atividade.

Então, onde o Brasil fez isso, na Embrapa, no Cenpes, da Petrobras, no ITA, em relação à Embraer, somos competitivos e eficientes. Agora não temos feito isso em muitos setores estratégicos da nossa indústria, e precisamos fazer, para sermos competitivos e eficientes.

Os preços, especialmente os da China, são arrasadores, do ponto de vista da competitividade global. Com um mercado de um bilhão e trezentos milhões de pessoas, com um custo de mão de obra muito baixo, o país demonstrou uma capacidade de se adaptar e reduzir custo de forma impressionante.

A Alemanha conseguiu resistir em setores sensíveis da economia e continua liderando em áreas de média e alta tecnologia, porque tem inovação e porque tem política focada na inovação. E nós precisamos, do nosso ponto de vista, dar um salto nessa direção no Brasil.

Próximo.

Temos aí as leis estaduais de inovação e as fundações estaduais.

Eu acho muito importante que os Estados que ainda não têm passem a ter e que todos os Estados do Brasil tenham leis de inovação e fundações de amparo à pesquisa e que a gente possa trabalhar em parceria. Tivemos uma excelente reunião com o Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia, na qual o

presidente da Comissão esteve presente. Nós precisamos fomentar essa atitude para trabalhar também nos municípios. Município, Estado e União trabalhando juntos e republicanamente nesse desafio.

Próximo.

Estamos fazendo um esforço muito grande de trazer centros de P&D para o Brasil. Como eu disse, nós tivemos US$50 bilhões de investimento externo nós últimos doze meses e vamos para mais de 60 este ano, e nós estamos tentando mudar a atitude e negociar a vinda de centros de P&D, quer dizer, os investimentos, acompanhados de pesquisa e desenvolvimento.

Então, esse aqui é o centro que a GE está construindo no Rio de Janeiro. São US$500 milhões, já está contratando mil pesquisadores, 200 doutores brasileiros. Todas as patentes vão ser feitas no Brasil. É o primeiro centro da GE no mundo, no Hemisfério Sul, para pesquisa.

Próximo.

Esse é o centro da IBM. A IBM chegou ao Brasil em 1917, ficou aqui 94 anos. Não havia um centro de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. É o primeiro do Hemisfério Sul que ela está criando no Brasil para fazer pesquisa e desenvolvimento de produtos.

Próximo.

Esses são os resultados da última viagem à China. Nós geramos ali na ZTE dois mil empregos, a fábrica está sendo construída em Hortolândia e a negociação já vinha andando, tem área definida, já está em início de processo de construção. São US$200 milhões e também uma parte importante de P&D, de mestres e doutores.

A Highway, empresa estatal chinesa de telecomunicações, é a menor mas é a que mais cresce. Essa é a segunda chinesa. É bem maior que a ZTE, A ZTE é a que mais cresce. A Highway, como eu disse, tem 20 patentes por dia, US$300 milhões de investimentos no Brasil. Eles doaram US$50 milhões para computação em nuvem, para a universidade, para a gente desenvolver pesquisa, que é uma nova geração, uma nova tendência da tecnologia da informação. Quer dizer, nós não vamos mais ter equipamento com memória. Você vai contratar a memória de uma grande máquina, você vai terceirizar esse serviço, mais ou menos como é o *e-mail* hoje, está lá guardado, você só baixa a hora que você quer, e você vai ter um espaço de memória e você paga pelo serviço.

Então, eles doaram equipamentos para a gente fazer pesquisa nessa área.

A Foxconn é a líder do mundo, é a empresa que produz Apple, HP, Dell, Cisco, Sony, Ericsson, Nokia. É uma empresa que fatura US$100 bilhões, exportou US$86 bilhões no ano passado. Se vocês quiserem, depois eu abro algumas planilhas sobre o projeto deles aqui. O projeto que eles apresentaram é bastante detalhado. Eles já têm 5.680 empregos no Brasil, já investiram US$700 milhões no Brasil,têm 4 plantas. A proposta deles é investir US$12 bilhões nos próximos 5 anos, em parceria com empresas privadas, que é uma das exigências que a gente está negociando. Eles não querem ser minoritários no investimento, mas aceitam a participação de empresa privada. Há algumas empresas se movimentando para viabilizar essa parceria.

Eles querem construir uma cidade inteligente. A fábrica, lá na China, o Virgílio Almeida, que é o nosso coordenador da área de TI, professor titular da UFMG, do centro de excelência da Capes, foi visitar. A fábrica deles tem 400 mil trabalhadores e 120 unidades. Uma é uma cidade inteligente, 400 mil trabalhadores diretamente produzindo. A proposta deles é, em cinco anos, gerar 100 mil empregos no Brasil. Eles fariam em duas fases, até 2013, seriam *iPhones*, *tablets*, seriam *smartphones* e *tablets*.

Na segunda fase, seria a produção de telas dedicadas, que na realidade é vidro como *chip*, que são esses equipamentos novos, para até 60 polegadas. Então, seria em duas etapas a produção desse equipamento. È uma negociação bastante complexa, desde a estrutura exigida – estrada, aeroporto, muita banda larga, energia etc. – e também do ponto de vista da questão fiscal e das exigências para a gente ter competitividade numa área que nós estamos relativamente atrasados. Então, é um investimento de grande porte, estruturante e desafiador.

Nós temos outras empresas da área de TI negociando com o Governo a vinda para o Brasil, empresas de ponta internacional, e não só as chinesas. Então, esse é um setor que uma Olimpíada e Copa, o crescimento do País, o mercado interno e o fato de sermos o terceiro mercado do mundo hoje, nós estamos com uma capacidade importante de atração.

Vou mencionar aqui, no Senado, por exemplo, um exemplo que vi que acho interessante vocês discutirem: nós tínhamos um programa, que era o Reluz. O Reluz era um programa em que você financia a substituição da iluminação pública por lâmpadas mais modernas, reduz o consumo de energia e, ao reduzir o consumo de energia, você financia, você paga o financiamento. Aumenta-se a eficiência energética e você consegue levar a luz para a periferia da cidade, você vai abaixar o custo da energia.

Eu vi, por exemplo – isso está acontecendo na Europa e numa boa parte da Ásia –, que a iluminação pública está indo para LED. Dura duas vezes mais tempo a lâmpada, a iluminação é mais eficiente e o

consumo de energia é 30%, 40% menor. Nós precisamos pensar um Reli, ou seja, substituir por LED. Agora, não é simplesmente financiar a iluminação em LED. É trazer uma indústria de LED para cá. E nós temos o espaço hoje para fazer isso. Por exemplo, uma parte da estrutura industrial do Japão, que tem *expertise* nessa área, vai sair do Japão. Se o Brasil... Ou mesmo, a gente sente na China hoje a necessidade dessas empresas de diversificarem seus investimentos para os Brics. Eles estão indo para a Índia, Brasil e Rússia, nessa ordem. Nós temos chance de atrair investimentos em LED. Eu vi, por exemplo, postes de iluminação que são energia eólica e solar juntas. Tem uma pequena turbina eólica em cima e uma pequena... Então, eles põem onde tem vento e tem sol, tiram o cobre, você vende o cobre, e enfiam fibra ótica. Então, você aumenta a sua rede de fibra ótica, e faz uma iluminação autossuficiente, que não precisa de fonte de energia, são eólica e solar combinadas.

Nós estamos trabalhando no Governo, fortemente, o *Smart Grid*, ou seja, nós vamos ter uma rede de distribuição inteligente de energia na entrada de cada estabelecimento doméstico ou comercial. Com o *Smart Grid* – quer dizer, você vai ter uma rede digital –, nós vamos avançar para a Internet das coisas. Quer dizer, os objetos domésticos, os eletrodomésticos vão ser coordenados de uma forma inteligente para aumentar a eficiência energética. Então, você vai lavar a sua roupa na hora de menor custo da energia, a uma hora da manhã; você vai lavar louça, às duas horas da manhã. E esse sistema conversa com esse pequeno equipamento digital, essa inteligência, que entra na rede. Com o *Smart Grid*, se eu ponho energia solar na minha casa, eu posso exportar, eu posso jogar na rede o meu excesso de energia. Então, vale a pena investir na energia fotovoltaica solar, porque o excedente eu ponho na rede e abaixo a minha tarifa energética.

Então, a perspectiva de avançarmos na área de energias alternativas e de avançar em TICs é muito grande na parte de informática, se nós nos prepararmos e tivermos ousadia nesse momento. Acho que a Copa e a Olimpíada geram grande interesse nessa área. Como eu disse, o Brasil hoje é o terceiro mercado na área de venda de computadores. E há uma cadeia de investimentos associadas, porque, para a gente trazer uma indústria de semicondutores, vocês viram o tamanho do déficit que nós temos nessa área? São 11,5 bilhões de déficit que nós temos na área de TICs. Para trazer indústria de semicondutores, você precisa ter essas indústrias de ponta que vão ser integradoras verticais e que vão precisar dessa cadeia de suprimento.

Próximo.

Bom, para concluir, quais são os grandes desafios que a gente está, então, apresentando?

Primeiro, transformar a FINEP em um banco público de inovação. Nós não temos nenhuma chance de transformar a FINEP hoje em banco público. Mesmo porque as cláusulas de Basiléia exigem um patrimônio líquido que mais restringiria do que avançaria. Mas, a médio prazo, a FINEP precisa ser um banco público focado na inovação, para ter mais liberdade e mais capacidade de fomento. E nós precisamos desenvolver mecanismos de financiamento e inovação. Nós temos muito pouco capital semente, muito pouco fundos de inovação, o setor privado financia pouco a inovação e precisamos de mais recursos privados e públicos.

Depois, nós estamos discutindo a criação de quatro fundos setoriais. O primeiro deles é o do sistema financeiro. O sistema financeiro brasileiro é robusto, sólido, rentável e pode dar uma imensa contribuição para financiar pesquisa e desenvolvimento, e não tem por que estar fora do financiamento da pesquisa e do desenvolvimento. Isso é uma questão que nós precisamos discutir com a Febraban, precisamos discutir no Congresso Nacional e precisamos pensar um fundo setorial do setor financeiro que ajude a financiar pesquisa e desenvolvimento no Brasil.

A mesma coisa em relação à indústria da construção civil. A CBIC, Câmara Brasileira da Indústria da Construção, quer um fundo setorial na construção civil. Por quê? Porque eles sabem que a agenda do futuro vai exigir descarbonizar a construção civil, você produzir com menos carbono, você desenvolver novas tecnologias. Para você fazer programas como Minha Casa Minha Vida, precisamos fazer coisas de mais qualidade, criar novos materiais, reduzir custos. Isso tudo é pesquisa, para você poder ter liderança nesse setor. Então, a indústria quer, e nós precisamos discutir como.

Na indústria automotiva, nós somos a quinta indústria automobilística do mundo. Nós não temos uma marca brasileira. Países com economia muito menor desenvolveram um processo no setor que têm marcas próprias. Você pega a Coreia hoje, têm lá marcas competitivas. O Japão construiu marcas. A Índia está construindo. A Rússia tem marcas. A China está construindo. Nós já chegamos a uma etapa tão madura da indústria que não sei se teremos marcas, se deveremos ter marcas. Mas nós não podemos abdicar de ter P&D no Brasil. A indústria precisa investir em P&D.

Vocês votaram, na semana passada, um projeto de lei de conversão que tem um dispositivo ali que diz que o crédito presumido deve ser investido em P&D e que poderá ir para o fundo... Mas poderá! Tudo bem, estamos aqui, poderíamos, já faz mais de 30 anos e

não aconteceu. O centro de P&D da indústria automotiva do Brasil é muito pequeno diante do tamanho que essa indústria tem no País. Essa é a questão básica. Nós somos o quinto mercado do mundo e precisamos ter um lugar desse tamanho na pesquisa e desenvolvimento.

O que não dá é a matriz estar desenvolvendo todos os seus projetos e sermos aqui uma planta de manufatura para produzir o que a engenharia sofisticada desenvolveu lá fora. Temos que trazer para cá. Só há duas montadoras, por exemplo, que tem pista de teste no Brasil. Nem pista de teste! Então, essa é uma questão que temos que discutir com a Anfavea, temos que abrir esse debate. Por quê? Para a gente ter competitividade. Se você pegar a pauta de importações automotivas do Brasil do ano passado, você vê o tamanho do estrago que está acontecendo. Nós temos que ter mais eficiência, e precisa pesquisa.

E a indústria de mineração é outra indústria que precisa de P&D. Eu vou comparar duas coisas. Por que a Petrobras hoje é a oitava empresa de capital aberto no mundo? Porque descobriu o pré-sal. Por que a Petrobras descobriu o pré-sal? Porque tem o Cenpes, tem pesquisa. E por que tem o Cenpes e tem pesquisa? Você vai ao Fundão, hoje, é um *cluster* fantástico de investimento que está acontecendo ali junto ao Cenpes. São 17 laboratórios que a Petrobras financiou no Brasil de áreas de ponta, novos materiais, nanotecnologia. Tem uma rede de pesquisa. Por que tem? Porque 2% do faturamento do petróleo vai para P&D: um por cento é ela que aplica e um por cento ela tem que aplicar fora dela.

Então, a BG Gas, o presidente mundial foi lá nos visitar. E disse: "Olha, o centro mundial de pesquisa da BG Gas vai vir para o Brasil". Eu sei que ele gosta muito do Brasil, mas é porque o Brasil tem política para atrair P&D em gás e petróleo. E está vindo.

Então, mineração é o subsolo do País. Acho excelente que a gente venda minério com os preços que estão hoje, que são preços extremamente interessantes. Mas onde está pesquisa e desenvolvimento na área de mineração?

A Vale, tardia mas positivamente, está fazendo aquele Vale Soluções Energéticas. São R$500 milhões em São José dos Campos, e convido vocês para verem, é um projeto de ponta, na área de energia, turbina. É uma coisa muito moderna. Mas é muito pouco o que estamos fazendo em P&D em mineração.

Esses setores, com mais pesquisa e desenvolvimento, vamos ser mais eficientes, mais competitivos, vamos gerar mais patentes, vamos desenvolver com mais profundidade o Brasil.

O outro tema que nós estamos discutindo é aumentar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a CIDE tecnológica. Isso aqui traria mais recursos para P&D e melhoraria uma situação orçamentária. Nós tivemos um corte severo nesta área, e vocês vejam que o mundo inteiro está aumentando os investimentos, mesmo na crise. Se vocês pegam o discurso do Obama, ele diz que vai congelar o orçamento durante cinco anos, mas fala nove vezes "inovação" e seis vezes "tecnologia da informação e Internet". Aí fala: Têm três setores-chaves para sair da crise: energias limpas, tecnologia da informação e complexo industrial da saúde. E ele diz que precisa de um Sputnik para os Estados Unidos sair da crise, como aconteceu no passado. Por exemplo, o nosso pré-sal é um pequeno Sputnik. O combate à pobreza, no Brasil, acho que é o nosso Sputinik, que é o mercado de consumo de massas e soluções de produtos mais baratos e eficientes. Mas precisamos de política e de financiamento de fundo – e aí vou tratar do tema mais delicado da nossa área, que é a política de *royalties* de petróleo.

Hoje não sou mais Senador e só trato daquilo que é da minha pasta, não comento nada que não tenha relação com a minha pasta. Outro dia, me perguntaram o que eu achava do PSD. Disse que não tinha nada a comentar, mas que estava muito preocupado com o PSC, que é o nosso Programa de Semicondutores. A minha preocupação é o PSC. Portanto, na questão de *royalties*, não me compete aqui discutir, e vou adiantar que é evidente que os Estados produtores de petróleo têm que ter um tratamento diferenciado, porque não existe no ICMS tributação na origem, no petróleo. Então, os Estados como o Rio, que dependem do petróleo e que não têm a tributação na origem, têm que ser compensados nos *royalties*, é evidente – e não se pode desestabilizar um ente federado. Também é evidente que tem uma distribuição mais generosa para o conjunto do País, não se pode deixar o resto do País à margem de uma riqueza desse tamanho – também é uma questão relevante, e tem que haver equilíbrio e bom senso nisso.

O que penso ser o erro histórico que podemos cometer? Falei da Venezuela lá atrás. Estamos pegando dois terços dos *royalties* do petróleo e repartindo com Estados e Municípios. Para onde vai esse recurso? Vai para o custeio da máquina. Evidente que há necessidade do custeio da máquina, podemos até pegar uma parte do recurso e dar para os Estados e Municípios, mas o nosso Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação perderia, esse ano, 900 milhões de reais dos *royalties* do petróleo. Só não perdemos porque o Presidente Lula, no último dia do ano, fez um decreto e manteve para este ano. Dependendo da decisão que

o Senado tomar, ficaremos fora da agenda do futuro, na minha visão. Estamos antecipando o petróleo da geração futura para explorar agora. O que vamos deixar para a geração futura, nossos filhos, nossos netos? Temos que deixar a sociedade do conhecimento, temos que investir em educação, ciência, tecnologia e meio ambiente, sustentabilidade ambiental, para deixar um projeto de futuro. Uma parte da riqueza dos *royalties* tem que ir para educação, ciência, tecnologia e meio ambiente, prioritariamente. Se não vincularmos a esses recursos, vamos nos acomodar, em um País grande produtor de commodities, grande exportador de alimentos, minérios, gás e petróleo, mas não vamos desenvolver os setores mais estratégicos e importantes, que são as indústrias portadores de futuro, como falei da fotovoltaica, da eólica, do LED, dos TICs, dos fármacos, da indústria de satélite, que é uma indústria de grande valor agregado, da indústria aeronáutica, enfim, precisamos preparar esse País do futuro – e as discussões dos *royalties* será absolutamente decisiva.

Próximo.

Mantida a regra que foi votada, perderemos 12,2 bilhões de reais, em nove anos. Valores de hoje. O Ministério de Ciência e Tecnologia. Creio que essa é uma discussão que precisa ser feita com muita profundidade, aí não cometeremos um grave equívoco histórico. Não é porque estou no Ministério de Ciência e Tecnologia que passarei, estou falando aqui do futuro do Brasil. Precisamos pegar essa riqueza e investir em um projeto de futuro do País, nas áreas que vão dar um salto de qualidade nesta Nação e resistir à pressão imediatista, porque ela será muito grande. A pressão política imediatista vai ser muito grande. Podemos jogar isso tudo na máquina do poder municipal, estadual, e perder uma visão estratégica de desenvolvimento. Esse recurso tem que ter condicionalidades, investir naquilo que é absolutamente decisivo para o futuro do Brasil.

Próximo.

Para terminar, estamos trabalhando fortemente a reformulação do marco regulatório do investimento direto externo, que é essa idéia de internalizar o senso de pesquisa e desenvolvimento, quer dizer, quer investir aqui, vai investir em P e D. Quem já investiu, vai ter que investir mais em P e D que os fundos setoriais, e buscarmos criar uma cultura de mais inovação do País.

Depois, fomentar e agilizar o processo de registro de patentes, que esse é um tema fundamental, criar uma cultura de patentes.

Fortalecer o sistema de inovação e o financiamento da inovação no âmbito das empresas. Na minha visão, deveríamos criar uma Embrapa da indústria, alguma coisa próxima a isso, um sistema mais forte. Temos o Sibratec, o Senai, temos coisas importantes, o IPT, mas precisamos dar um salto nessa questão.

Aprimorar os incentivos fiscais. Os incentivos fiscais que temos para essa área são insuficientes. Por exemplo, a Lei de Informática é muito mais uma lei de equilíbrio entre Zona Franca e o resto do País do que uma lei de incentivo ao investimento. As empresas de crédito presumido, por exemplo, não têm nenhum incentivo na Lei de Informática ou na Lei de Subvenção, então, precisaria fazer uma avaliação da Lei de Informática, das novas medidas, usar também o poder de compra do Estado – votamos uma Lei muito importante, MP nº 425 –, para alavancar investimentos.

Depois, uma nova política de agilização para importação de insumos e equipamentos para pesquisas. Essa era uma reclamação muito grande da comunidade acadêmica, demora demais para importar um equipamento e um insumo. É isenta a importação de insumo para pesquisa. Só o CNPq, são 650 milhões de dólares. Tem que ter fiscalização da Receita e da Anvisa, está se importando reagente que tem impacto na saúde pública. O que fizemos? Fizemos um trabalho com a Receita, com a Anvisa e com a Vigiagro e estamos começando um projeto piloto no aeroporto de Cumbica – que é 60% na importação de insumos. Pegamos 14 etapas do processo de importação, simplificamos e o resultado está sendo muito positivo. Vamos avaliar, até o final do ano, essa mudança de atitude. Por exemplo, os produtos agora chegam com selo na caixa. Antes, você poderia fazer o que quisesse aqui, porque o fiscal da Receita não ia nem conseguir identificar. Naquele mundo de contêineres chegando – só o ano passado aumentou 46% o volume de importações –, não era possível identificar o que era pesquisa, para dar prioridade para importação. É impossível. Agora está identificado, há uma metodologia, estão mobilizados, se der certo em Cumbica vamos estender para todo o Brasil, até o final do ano, mas o resultado que estamos tendo até agora é muito positivo, creio que vamos resolver essa questão.

Tem uma segunda questão na área de Biologia, que não está aí, que é transporte e a utilização de material genético para pesquisa. Já vi, por exemplo, pesquisador da Embrapa estar sendo processado pelo Ministério Público e estar pesquisando com aranha. Agora, você vai lá fora, pega o óleo de copaíba e tem 35 patentes internacionais. Então, estamos com uma política extremamente rígida, é um queijo suíço para levar material genético para fora, e que é uma burocracia que impede o pesquisador brasileiro de produzir. Tem que rever essa política, tem que rediscutir essa questão. Penso que era muito importante chamarem aqui a Embrapa, o INPA, na Amazônia, as instituições... Tem

gente que tem acúmulo nessa discussão, precisamos rever essa política de proteger o nosso material genético, de um lado, e, de outro lado, facilitar a pesquisa para as instituições públicas nacionais.

Estamos fazendo uma proposta na Câmara – seria interessante também no Senado – sobre a jornada de inovação. Quero parabenizar o Presidente, é uma proposta de fazermos uma lista de...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Já está pronto, com as datas, vai ser aprovado depois desta reunião.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O Presidente está me dizendo aqui que já está pronto o requerimento.

Fazer um longo debate sobre inovação no País, nos vários setores da economia, chamando várias instituições e colocar isso no centro da agenda da discussão do Congresso, do Governo, das empresas, para darmos um salto.

Organizamos aqui o movimento empresarial pela inovação, pela primeira vez as grandes empresas estão presentes, 14 Estados já estão com esse movimento. Quem não está, por favor, leve, procure a CNI, leve para o seu Estado, vamos mobilizar as empresas para criar uma cultura de inovação e as instituições da região, e a ideia de uma frente parlamentar no setor.

Próximo.

Estamos também fazendo um esforço muito grande de comunicação para popularização da ciência, da tecnologia e da inovação. Fizemos um levantamento com todos os nossos INCTs, temos lá mais de 200 temas que poderiam virar matérias, produtos e divulgação. Temos que fazer a ciência, a tecnologia e a inovação chegar no dia a dia do brasileiro.

O jovem não pode sonhar só em ser pagodeiro, jogador de futebol ou entrar no BBB. Não tenho nada contra nada disso, sou totalmente simpático ao pluralismo cultural, ao esporte, etc., mas gostaria que uma parte da juventude sonhasse em ser um cientista, sonhasse em ser um profissional qualificado. Tem uma novela, Malhação – nem é isso mais a novela –, que é a ideia da academia, bombado, bonitão, a menina, etc. Precisam fazer uma novela da ralação: o cara que estuda, trabalha... Porque essas pessoas fazem falta ao País, essas pessoas precisam ser valorizadas. A ideia do cientista, do intelectual, é sempre um *nerd*, um sujeito meio desencontrado, meio fora do seu ambiente – e não é isso, a sociedade do futuro não é essa. Precisamos valorizar e mostrar como a ciência resolve os problemas básicos da vida da sociedade, como precisamos da ciência para ter sustentabilidade ambiental, para ter crescimento, para ter qualidade de vida, de saúde, educação.

Estamos querendo divulgar e valorizar a produção científica. Ontem, por exemplo, estive no Rio de Janeiro, na premiação da Academia Brasileira de Ciências, do Professor Ivan Izquierdo, que é um grande neurocientista, tem 15 mil citações internacionais nas suas produções. É um argentino naturalizado, ganhou o principal prêmio da ciência do Brasil neste ano. Trabalha, por exemplo, com memória. Tem toda uma pesquisa na área da memória, do esquecimento e toda uma reflexão muito importante da Medicina, da Neurociência. Se se perguntar quem é Ivan Izquierdo, ninguém nunca ouviu falar. Então, nós precisamos dar destaque aos talentos brasileiros, valorizar esses talentos.

Nós estamos desenvolvendo também uma nova política para os centros de valorização e vocação tecnológica (CVTs), e o Marco Antonio, que está à frente da Secretaria, está trabalhando fortemente nessa política, para ter uma inclusão digital e um ensino profissionalizante mais integrado. Porque não adianta criar simplesmente um CVT; nós estamos associando o CVT às escolas técnicas federais e tendo uma política permanente de formação pedagógica e de orientação para os CVTs. Essa é uma área em que temos interesse de parceria com o Senado. As emendas, liberação de recursos, investimento num grande programa de inclusão digital e formação profissional.

Na Olimpíada de Matemática, nós estamos com 20 milhões de participantes. Nós queremos fazer a de Ciências e de Tecnologia da Informação. Na Matemática, nós damos bolsa para 3 mil que se destacam. Tínhamos que dar para 10 mil, mas não temos recursos. Há meninos de 17 anos que vão direto para o doutorado. Gênios, talentos fantásticos, que nós precisamos descobrir nas áreas de ciências e de tecnologia da informação.

Fomento da tecnologia assistiva, principalmente à população de baixa renda. Esse aqui também é um trabalho que nós estamos fazendo junto com o Instituto de Tecnologia Social, da ex-Deputada Irma Passoni, um trabalho bem interessante que é o seguinte: um cadastro – há quantas empresas, Marco? *(Pausa.)*

São mais de mil produtos para tecnologia assistiva, para pessoas com deficiência, desde cadeira de rodas mais avançada, Braille, computador para deficientes; há produtos fantásticos do ponto de vista da qualidade de vida e mobilidade.

O Brasil discute pouco essa agenda. Há uma parcela da população que fica trancada em casa porque não tem mobilidade nem acesso a esses equipamentos. Então, nós estamos lançando um cadastro nacional com tudo que existe nessa área e estamos tentando, junto ao Banco do Brasil e a Caixa, linhas especiais de financiamento para a população de baixa renda.

Porque, se o sujeito conseguir comprar uma cadeira de rodas, a vida dele muda decididamente. Nós não podemos pensar em inclusão social sem olhar que, dentro da pobreza, há uma parcela com deficiência que tem que ter um tratamento diferenciado e que tem que ter acesso a esses equipamentos. Então, é divulgar esses equipamentos, porque muitas pessoas nem sabe da existência deles. Eu mesmo vi coisas muito interessantes, por exemplo, para quem tem recurso – não é o caso da maioria da população brasileira –, vi, na feira de Hannover, um carrinho em que vai a cadeira de rodas do lado. Ele puxa o carro, ele mesmo entra, sem precisar de ninguém para andar, para ir para qualquer lugar. Até para jogar golfe havia equipamento lá. O sujeito vai, há uma máquina que o deixa em pé, ele consegue jogar golfe – o paraplégico. Há para todas as áreas. Na área de TI, para deficiente visual, há computadores de última geração que resolvem todas as dificuldades. Então, essa é uma área para a qual nós queremos dar grande visibilidade e usar a tecnologia para promover a inclusão social. Sei que o Lindbergh tem grande militância nessa área e pode nos ajudar bastante. Nós queremos dar grande destaque. O cadastro já está pronto. Nós estamos preparando a parte de apresentação, melhorando e tentando fazer uma associação com esses bancos para criar linhas especiais de financiamento.

Para terminar, Presidente, o sistema de alerta e prevenção de desastres naturais.

Estamos com fortes chuvas no Nordeste agora, e nós esperamos isso nesse inverno e com riscos, como acontece no verão na região Sul e Sudeste.

O sistema vai ter uma equipe 24 horas por dia, todos os dias do ano, monitorando todas as imagens de satélite, as imagens de radares, pluviômetros e hidrômetros. Então, vamos ter na equipe um hidrólogo, um meteorologista, um especialista em desastres naturais, um geólogo e um suporte da área de TI, 24 horas por dia todos os dias do ano. Esse sistema vai ler... Nós estamos conseguindo trazer toda a rede de radares da Aeronáutica, do Inmet integrado com o Inpe, os radares estaduais – o Rio de Janeiro tem dois; Alagoas tem um; Espírito Santo está comprando um –, todos esses radares estarão integrados nessa rede, e nós ofereceremos informações as mais atualizadas possíveis, para termos um sistema de prevenção e alerta.

E funciona. No Rio de Janeiro, agora, o sistema funcionou: em 13 comunidades nós tivemos uma mobilização, a sirene tocou, e foi importante para se evitar mortes.

Mas, qual é a nossa dificuldade? Só 25 cidades, segundo o CPRM, têm hoje levantamento geotécnico das áreas de risco mapeadas para a gente montar o sistema. Nós temos que estender isso para o Brasil inteiro; a maioria das cidades não têm levantamento de área de risco.

Então, vamos ter um grande esforço nesse programa. A Índia também está começando o programa, que não tinha; vários países estão começando a montar, porque houve uma mudança do clima, os sistemas climáticos estão se acentuando. Então nós vamos dar prioridade.

Depois da Conferência da ONU, aqui na Rio+20, que também é uma grande oportunidade para a gente ter uma agenda de ciência, tecnologia e sustentabilidade, nós estamos fazendo em março um encontro dos Ministros de Ciência e Tecnologia, que é uma preparatória para a Rio+20.

O PACTI 2 está pronto (2011/2014), mas eu peço uma outra vez para vir apresentar, porque é muita coisa, e aí a nossa perspectiva é mais detalhada.

Para terminar, Sr. Presidente, apresentando a nossa equipe aqui:

Ali está o Glauco Arbix, Presidente da Finep, que é professor titular da USP, responsável pelo Observatório da Inovação e tem uma grande *expertise* nessa área para focar na política de inovação; Ronaldo Mota é físico. Já era o nosso secretário de inovação, está à frente do Sibratec, tem uma grande *expertise* nessa área e continua trabalhando nessa direção; o Marco Antonio também fez sociologia e doutorado em economia, está cuidando da parte de inclusão digital na Unicamp; a Marília que é nossa advogada, também tem bastante especialidade nisso; o professor Barral é professor na área de saúde, de biologia e nosso coordenador do CNPq na parte de cooperação internacional; o Gláucius Oliva continua no Rio, porque saímos de lá ontem muito tarde, chegamos aqui 1 hora da manhã, e ele não pode sair porque estava tendo homenagem lá do CNPq; o professor Fázzio é professor doutor, foi Reitor da Universidade Federal do ABC, especialista em nanotecnologia e está coordenando esse nosso programa; a Isa é a nossa secretária, já era secretária desde o Renato Archer, apesar da sua juventude (*Risos.*), e ela faz um trabalho; ali atrás está o Luiz Antônio Rebelo, advogado e administrador, é o nosso chefe de gabinete no Ministério; lá atrás está o Marcos da CGU, era o Diretor da Área de Pesquisa e de Análise da CGU. Mas nós pedimos para botar o *top* de linha no Ministério para ter um padrão de excelência, de transparência; estamos mudando toda a forma de gestão, informatizando o Ministério. Nós queremos fazer um projeto bem moderno de gestão, com acesso a todos os dados, espero até o final do ano poder entregar a vocês.

Está ali o Rolf que foi Presidente do Incra, é Assessor Parlamentar, já trabalhou aqui também no Senado, é economista; o professor Ralph é o nosso coordenador da Agência Espacial Brasileira, foi Presidente da Sociedade Brasileira de Física, é matemático e físico, e já esteve à frente do Programa Espacial Brasileiro no passado, quando fizemos uma parceria com a China; professora Lúcia Meira já era a nossa Coordenadora do CGE, Centro de Gestão Estratégica do Ministério, que é uma Oscip que trabalha na área de pesquisa; o professor Carlos Nobre, que foi o Coordenador do IPCC, é engenheiro eletrônico formado pelo IPT e foi Coordenador do CPTEC/INPE durante 12 anos, ele coordena o nosso sistema de desastres naturais e área de pesquisa; lá atrás está Gerson Gomes, que é um economista que tem 50 anos de história, apesar da sua juventude, vê-se também, e tem uma longa militância na área intelectual/acadêmica, foi Assessor da FAO, e está na Diretoria do CGE; o Mello é nosso Assessor de Imprensa, é jornalista; o Marcos Rogério agora está aqui no Escritório da FINEP. Nós escolhemos o Rogério para vocês terem mais facilidade de acesso. Ele conhece bem o Senado, conhece bem a Casa. As vezes, é mais fácil o Senador já encaminhar...

A equipe está toda aqui, vocês podem procurar qualquer um para qualquer questão. E nós vamos procurar dar a maior agilidade possível. Passei 20 anos da minha vida onde vocês estão e sei o quanto incomoda a gente não ser atendido com a importância e a prioridade que deve ter.

Eu estava na China, recebi um telefonem e só vi hoje, mas estou aqui me penitenciando. Tomarei as providências para ser o mais rápido possível para atender. Já liguei hoje pela manha par ele. Mas ele foi embora, falarei com ele na saída. De qualquer forma vamos ser muito atentos a isso. No Ministério vocês se sintam bem casa, vamos buscar dar a maior agilidade possível.

Queria agradecer, vamos buscar ter uma política republicana de parceria, despartidarizar o Ministério, e agente pensar junto esse desafio imenso que o Brasil tem pela frente. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Mercadante, nosso sempre Senador, Ministro de Ciência e Tecnologia, eu ia saudar e cumprimentar todos os membros do Ministério aqui presentes, mas ele, craque, já citou cada um . Portanto, sintam-se todos saudados. Faltaram três...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – José Luiz é mestre, também, em inovação pela USP, fez o mestrado na UFRJ, trabalha na parte de inovação. Ana Gabas é doutora na parte de alimentos e nutrição, também assessora direto o nosso gabinete. .

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/PMDB – AM) – Então não eram três, eram dois.

Então, considerem-se todos saudados.

Antes de passar a palavra ao nosso Vice-Presidente da Comissão eu queria fazer uma consulta ao plenário. Está pronto, aqui, sobre a mesa, o requerimento sobre as audiências públicas da jornada pela inovação., que é um esforço, como foi dito pelo Ministro, no sentido de colocarmos na agenda do debate.

Consulto o plenário, e aqueles que estiverem de acordo fiquem como estão, para que nós possamos pautar este requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovado.

Deixo a aprovação do mérito para o término desse debate.

Antes de passar a palavra gostaria de fazer uma propositura e peço ao nosso Ministro um pouco de atenção.

O que acabamos de receber do nosso Ministro Aloizio Mercadante é um plano para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Acho que poderíamos deliberar de uma forma bastante objetiva a formação de uma equipe do Ministério junto com consultores e técnicos desta Comissão para que nós pudéssemos elaborar propostas para que esta Comissão já encampe parte desta apresentação e das sugestões como proposta de alteração de legislação para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Acho que se assim procedermos, antes do término do primeiro semestre, já poderíamos ter aquilo que for de iniciativa do próprio Congresso, matérias em tramitação nesta Casa com o apoio da Comissão de Ciência e Tecnologia, ganhando tempo e fazendo com que este plano comece a se materializar do ponto de vista legislativo, do ponto de vista da legislação necessária para que ele possa dar curso.

Se o Ministro estiver de acordo, nós poderíamos, ao cabo desta reunião, o senhor destacar um coordenador por parte do Ministério, a Comissão desta um coordenador por parte da Comissão e nós poderíamos começar a construir uma agenda sobre as mudanças legislativas que poderiam ser aprovadas já por iniciativa da própria Comissão. E as que dependem da iniciativa da Srª Presidenta da República deveriam ser encaminhadas pelo Executivo para esta Casa.

Dito isso, passo a palavra ao Vice-Presidente Gim Argello e, a partir daí passaremos a palavra na seguinte sequência, se o plenário assim concordar: um dos autores do requerimento, um Senador inscrito – são três os autores do requerimento – a fim de que possamos dar oportunidade para os autores do requerimento e para os Senadores que prestigiam esta reunião.

Com a palavra pela ordem o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Queria se fosse possível, que o senhor expusesse a relação dos Senadores que se inscreveram. E, para dinamizar o debate, como nós ficamos concorrendo com a presença de alguns Senadores na CCJ, gostaria de saber se poderíamos fazer as perguntas em bloco ao Sr. Ministro Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Creio que sim, porque eram nove os Senadores inscritos, mas o Senador João Pedro se ausentou, e o Senador Walter Pinheiro e o Senador Ivo Cassol também não estão presentes. Portanto, seriam seis Senadores inscritos. Creio que poderíamos fazer isso. Vamos estabelecer também um prazo de cinco minutos para cada Senador, que, acredito, é o tempo necessário para que possam formular suas perguntas e firmar seu posicionamento.

Concedo a palavra o Vice-Presidente da nossa Comissão, Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga.

Ministro Aloizio Mercadante, desta vez, o senhor se superou. Acredito, Senador Ministro Mercadante, que o senhor se encontrou, de verdade, nesse Ministério. Hoje, o senhor fez uma exposição com dados. O senhor é muito preparado, mas, agora, o senhor está sendo um catalisador do que o País precisava de verdade na área da Ciência e da Tecnologia. O senhor, hoje, fala com conhecimento de causa e, mais do que isso, com entusiasmo. Eu já não o via tão entusiasmado falar sobre Ciência e Tecnologia.

Mais do que isso, hoje, o senhor fez uma exposição muito brilhante, parabenizando também a nossa Comissão, Mercadante. E esse compromisso que o Presidente Eduardo Braga está assumindo, o de tocarmos a parte legislativa em conjunto com esta Comissão, é muito importante.

O senhor, hoje, falou dos mais humildes, dos grandes empresários do País, dos investimentos necessários. Tenho a certeza de que todos os que estão aqui... Veja como o senhor melhorou muito: hoje, até elogiou o Flexinha, elogiou todos. A verdade é essa. O senhor virou um grande catalisador para a Ciência. Fiquei muito feliz. Eu ia fazer algumas perguntas, Mercadante, mas não as farei, porque fiquei muito feliz com sua exposição hoje, mostrando que, de verdade, existe um Ministro de Ciência e Tecnologia neste País preocupado com as gerações futuras. Conte com a gente sempre!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria registrar que o Ministro acaba de ganhar um grande concorrente nesta Casa. V. Exª é um diplomata de mão cheia.

Passo a palavra, então, a um dos autores do requerimento, o Senador Flexa Ribeiro, para dar início aos debates.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga; Sr. Vice-Presidente, Senador Gim Argello; Srªs e Srs. Senadores; Ministro Senador Aloizio Mercadante, o Senador Gim sempre nos surpreende positivamente, pois busca, no fundo do seu coração, essa mensagem de otimismo e de amizade.

Ministro Mercadante, quero dizer a V. Exª que não há necessidade de agradecer. Apenas cumpri meu dever, primeiro, de brasileiro. Tenho dito a V. Exª que a oposição que fazemos aqui não é uma oposição ao Brasil e que, sempre que for possível, daremos nossa ajuda.

Como Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, fui procurado pelo ex-Deputado William Woo, que tem uma relação muito próxima com os países asiáticos, pois é descendente de pai chinês, de mãe coreana, de tio japonês, ou seja, tem parentes em todos os países asiáticos. Então, o Deputado tem uma relação próxima com o continente asiático e procurou uma aproximação com o Governo, no sentido de mostrar os interesses da empresa Foxconn, que é uma empresa líder nessa área de TI, que queria vir para o Brasil, ou melhor, queria aumentar sua participação no Brasil, como V. Exª disse, com grandes investimentos aqui, e que precisava de um encontro com a Presidente Dilma na sua ida à China.

Estive com V. Exª. E aí quem quer fazer os elogios de público a V. Exª sou eu, porque V. Exª acreditou na proposta que o Deputado William Woo trouxe, da necessidade do encontro, porque o Presidente da empresa, Terry Gou – não o conheço –, é místico. V. Exª teve um encontro com ele. Ele, para definir um investimento, fazia questão de ter um encontro pessoal com a Presidente. Nesse encontro ele faria, tomaria a decisão do investimento – e assim o fez –, de definir o investimento de 12 bilhões, trazendo as indústrias para o País. Isso só foi possível porque V. Exª, em um mês e meio, vencendo todas as barreiras burocráticas, possibilitou, com a ida de uma equipe sua à China, antecipando o encontro, a realização dessa audiência do empresário e o fechamento dos acordos, dentro de outra peculiaridade do empresário, que o ex-Deputado William Woo me disse, que também é a numerologia. Ele definiu, Presidente Eduardo Braga, que, em noventa e nove dias mais um, ele tem que colocar a fábrica em

funcionamento. Então, já está contando o prazo. Agora, em julho, parece-me, completam-se os noventa e nove dias mais um, quando tem de funcionar a indústria, e o Senador Ministro Aloizio Mercadante está representando o Governo para tocar a indústria.

Parabéns ao Governo!

Ministro, voltando à sua brilhante exposição, eu tive a honra de ser Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia na legislatura passada por dois anos. Quando assumi esta Comissão – esta Comissão é de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática –, a comunicação e a informática tomavam todo o tempo da pauta da Comissão. E eu trouxe para a pauta a questão de ciência e tecnologia e inovação. Já nos dois anos anteriores, o Senador Eduardo Braga manteve a ciência e tecnologia e inovação na pauta, o que eu acho que é fundamental. E V. Exª nos traz aqui aquilo que todos nós sabemos: sem ciência e tecnologia e inovação, os países não vão avançar. E o Brasil não avançará na velocidade que necessita, porque nós vamos ficar sempre a reboque de exportar os cérebros e importar o conhecimento, que é o que temos feito ao longo do tempo.

Quero pedir a V. Exª... Tudo aquilo que foi exposto aí me preocupa muito. V. Exª deu números absolutamente reais, mas para nós, da Amazônia, cruéis. Tenho aqui dados defasados pelo tempo, mas obtidos nas audiências passadas. Temos aqui uma relação do número de doutores – o Ministro falou: no Sudeste, no ano de 2007, havia 34 mil doutores; e, na Amazônia, três mil doutores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –*(Intervenção fora do microfone.)* – Em 2007. Em 2001, isso era pior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, nós estamos avançando? Estamos, mas a minha preocupação é que o avanço seja em uma velocidade que esteja nos afastando cada vez mais do avanço que essas regiões mais desenvolvidas estejam ganhando. Ou seja, nós estamos avançando a uma velocidade de monomotor, e eles estão avançando numa velocidade de trem-bala.

Então, eu queria pedir ao Ministro Mercadante que nós possamos ter, no Ministério, uma política diferenciada para essas regiões ainda em desenvolvimento, no caso o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia. Nós temos que tratar os diferentes de forma diferenciada, desigual.

O Governador Simão Jatene usa de uma figura. Ele diz assim: "O Brasil tem uma forma, se nós olharmos, de um presunto, de um pernil." É verdade! A parte mais gostosa do pernil é a parte de cima. Se nós olharmos para o Brasil, é um pernil. A parte mais gostosa do pernil é a parte de cima. Pega o osso aqui em baixo, e a parte gostosa é a de cima E nós olhamos sempre o contrário. Queremos ficar com o osso, sem ficar com a parte melhor, que é a parte nossa, Senador Eduardo Braga. É a parte de cima. Então, vamos inverter essa situação.

Nós temos, e o Ministro sabe, na Amazônia a maior biodiversidade do Planeta. O Ministro mostrou o déficit da balança comercial nos fármacos. Ora, vamos explorar a questão da biodiversidade da Amazônia. Estamos tendo pirateados os nossos produtos nativos farmacêuticos e sendo patenteados lá fora para serem exportados pelas indústrias internacionais para o Brasil.

Então, Ministro, pense num programa diferenciado para essas regiões, em especial para a Amazônia, para que a gente possa ter condições de fazer o desenvolvimento da região com inovação, de forma ambientalmente sustentável. E aí nós só vamos fazer com tecnologia, consciência e inovação.

Parabéns pela sua gestão á frente do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com pernil ou sem pernil, eu queria fazer um apelo aos Senadores. Nós temos tido bastante tolerância, Mas vamos tentar estabelecer um prazo de cinco minutos, para darmos oportunidade ao debate.

Eu passo a palavra ao nosso Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu quero cumprimentar V. Exª, Presidente Eduardo Braga, cumprimentar o Ministro Aloizio Mercadante, registrar que considero uma feliz escolha da Presidente Dilma. O Ministro Aloizio Mercadante é um dos quadros políticos mais preparados do nosso País. O Brasil avançou, nos anos do governo do Presidente Lula, na área de ciência e tecnologia e precisa avançar muito mais, e V. Exª demonstra claramente que é uma pessoa preparada para continuar liderando esse processo. Quero cumprimentá-lo também pela equipe que formou, de pessoas muito qualificadas.

Vou procurar ser breve, embora os temas sejam bastante interessantes e desafiadores, Sr. Presidente.

Primeiro, em relação à política industrial, o Brasil montou, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia –MDIC, em 2004, uma política industrial tecnológica de comércio exterior que tinha como setores prioritários o setor de fármacos, *software*, bens de capital e microeletrônica, e, como áreas consideradas portadoras de futuro, as áreas de nanotecnologia, biotecnologia e biomassa. Eu pergunto como hoje, passados alguns anos, o Governo avalia a formação de

recursos humanos nessa área, se efetivamente houve uma evolução na formação de recursos humanos nessa área e se V. Exª dispõe de dados para apresentar a esta Comissão da evolução dos investimentos tanto do CNPq, da Finep, dos fundos setoriais nessas áreas definidas como prioritárias pela política industrial. E se há algum estudo no sentido de rever esses temas definidos como prioritários naquela ocasião.

A outra questão que eu formulo é a seguinte: em alguns debates realizados na Câmara e no Senado, nos anos passados, na legislatura passada, nós tivemos a oportunidade de ouvir várias vezes o Dr. Carlos Nobre , um dos grandes especialistas e pesquisadores brasileiros na área de mudança climáticas. E ele dizia, numa ocasião, que nós tínhamos duas grandes vertentes nessa questão das mudanças climáticas. O Brasil precisava se preparar em forma de redes para buscar reduzir as emissões, mitigar as emissões de gazes de feito estufa. E uma outra grande linha de pesquisa, no sentido de o País se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas, porque alguns eventos climáticos extremos seriam inevitáveis, e o Brasil não estava preparado para essa realidade, precisávamos avançar no conhecimento em relação a isso.

Eu pergunto como está isso no âmbito do Ministério, tanto os investimentos em pesquisa na área de redução das emissões como de adaptação às questões das mudanças climáticas.

A terceira questão é referente ao Programa Espacial Brasileiro. Como brasileiro, eu não me conformo com o atraso brasileiro na área espacial, um Brasil que está se tornando uma das economias mais importantes do mundo, com as características que temos: um grande país, um país continental, com uma grande fronteira seca na Amazônia; um país, agora, com o pré-sal, que vai ampliar suas fronteiras marítimas, por meio do levantamento da plataforma continental, que vai incorporar ao território brasileiro em 960 mil quilômetros quadrados de mar; um Brasil que tem o melhor sítio de lançamento do mundo, porque lançamos para o mar, estamos abaixo da linha do Equador, o que permite lançar cargas úteis muito maiores, utilizando muito menos combustível, lançamos de acordo com o movimento de rotação da Terra.

Enfim, podemos ter um programa espacial completo. Temos o melhor local, temos o INPE, que já desenvolve algumas tecnologias de produção de satélites e temos os programas, tanto o Cyclone, em parceria com a Ucrânia, como o VLS, desenvolvido pelo CTA, para veículos lançadores. No entanto, eu tive a oportunidade de relatar um estudo do Conselho de Altos Estudos da Câmara, no passado, e o que a gente percebe no Programa Espacial Brasileiro é uma dispersão de órgãos: uma parte está no MCT, está no INPE; está na Agência Espacial Brasileira, está no CTA. A Agência Espacial Brasileira sem quadros estatutários, enfim, sem quadros próprios; grande parte de sua estrutura funciona de forma precária; não há uma transmissão desse conhecimento; e, por outro lado, há uma carência enorme de recursos humanos. V. Exª citou o ITA. Eu tive oportunidade de conhecer o ITA, uma das instituições mais importantes deste País e, no entanto, naquela ocasião, o diretor do ITA já nos revelava a carência de recursos humanos, a necessidade de autorização, do Ministério do Planejamento, de contratação de novos professores, além de não termos orçamentos regulares e significativos para o programa espacial.

Eu gostaria aqui de ouvir de V. Exª, com mais detalhes, o que o Ministério da Ciência e Tecnologia está pensando especificamente em relação ao programa espacial.

Presidente Eduardo Braga, como foi dito aqui pelo Ministro, as aplicações são inúmeras para um país como o Brasil: na telemedicina, nas comunicações, nas tecnologias de comunicação e informação, no controle das fronteiras, no controle do pré-sal, na previsão de safras agrícolas, na previsão climática. Ou seja, as aplicações são tantas e tão importantes, que eu não me conformo com a pouca importância que o Estado brasileiro vem dando ao Programa Espacial há anos.

Eu gostaria de fazer uma pergunta em relação também à Lei de Inovação. V. Exª mostrou com muita clareza que o Brasil vem avançando muito na produção científica, na produção de artigos científicos. Somos já o 13º lugar no mundo. Mas, na produção de novas tecnologias, patenteamento de produtos, nós estamos numa posição muito aquém, muito atrasada.

Nós aprovamos a Lei de Inovação. Havia uma expectativa muito grande de que, com a Lei de Inovação, houvesse uma interação maior entre as universidades e as empresas, mas o que se percebe é que ainda não existe uma cultura de inovação no Brasil. A burocracia é enorme. Os órgãos de controle são muito refratários a essa nova cultura de inovação.

Pergunto se o Ministério estuda alguma proposta de modificação na lei de Inovações que permitisse mais agilidade.

Eu queria pedir permissão ao Presidente apenas para dar um dado que me chamou muito a atenção sobre esse debate acerca do Código Florestal, dado este trazido pelo Presidente da Embrapa, Dr. Pedro Arraes. O Brasil, nos últimos trinta anos, ampliou em 46% o seu território agrícola e pecuário; no entanto, aumentamos a nossa produção em 265%. Isso mostra que, com mais investimentos em ciência, tecnologia e inovação, esse debate sobre se a área de reserva

legal deve aumentar ou diminuir, se a área de reserva permanente deve diminuir ou aumentar, seria inócuo, uma vez que está claro que a forma mais inteligente de avançarmos na nossa produção de alimentos e de energia é através da inovação tecnológica, avançando sobre áreas degradadas, sem precisar avançar sobre áreas de biomas, preservando a nossa imensa biodiversidade, que é um grande potencial para o desenvolvimento futuro.

E, finalmente, eu gostaria de fazer uma observação. Quero cumprimentar V. Exª por ter dado importância à difusão e popularização da ciência. Não sei se está aí, mas gostaria de cumprimentar o Professor Ildeu de Castro Moreira, um dos quadros mais qualificados que tive a honra de conhecer no Serviço Público – e dirigi esse programa no Ministério da Ciência e Tecnologia. E é impressionante como um esforço de articulação levou a um resultado tão significativo como as Semanas Nacionais de Ciência e Tecnologia, que têm mobilizado instituições no Brasil todo para essa questão da difusão e popularização da ciência. Mas ainda é muito pouco.

O que a gente percebe é que sempre, no âmbito do CNPq, da FINEP e dos próprios fundos setoriais, os programas na área de difusão e popularização da ciência ou de tecnologias sociais ainda ocupam um lugar muito pequeno.

Mas quero, inclusive, colocar-me à disposição aqui no Senado para buscar mais recursos, porque considero isso estratégico para começarmos a construir uma cultura, desde criança, desde jovem, sobre a importância da ciência e da tecnologia para o Brasil. São essas as pessoas que, no futuro, vão dar sustentação à política de ciência e tecnologia.

E, por fim, para concluir mesmo, Sr. Presidente, no início desta Legislatura, eu confesso que nós tivemos uma ducha de água fria, porque diante de toda essa percepção, de todo esse horizonte que se abre para o Brasil no cenário internacional, nós imaginávamos que a área de ciência e tecnologia fosse poupada dos cortes orçamentários. A gente entende e compreende a importância do ajuste fiscal para a estabilidade da economia, mas entendemos que esse é o corte que o Brasil sentirá mais, porque não vai sentir apenas agora, mas ao longo dos próximos anos.

Eu gostaria de saber qual a estratégia do Ministério de Ciência e Tecnologia, porque essa estratégia precisa, necessariamente, ser construída junto com o Senado, junto com a Câmara, para que todos nós, juntos, possamos garantir orçamentos à altura dos desafios que o Brasil tem pela frente na área de ciência, tecnologia e inovação. E concordo inteiramente com V. Exª que esse deve ser o eixo do desenvolvimento brasileiro nos próximos anos.

Quero, mais uma vez, cumprimenta V. Exª e toda a sua equipe, dizendo da minha confiança de que estamos no caminho certo e que estamos com uma excelente pessoa dirigindo os destinos da ciência e da tecnologia no Brasil neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Presidente, Senador Eduardo Braga.

Ministro Mercadante, fico muito feliz em participar desta audiência pública, porque todos nós – e tenho certeza não só aqueles que estão tendo oportunidade de falar, mas também os que estão assistindo e que irão assistir à repetição desta audiência pelo Sistema de Televisão do Senado – ficamos bastante esperançosos de algo que todos esperamos seja um instrumento verdadeiro de desenvolvimento e de justiça social no nosso País. Hoje, é inconcebível, num país com a dimensão do nosso, com todo o nosso potencial de recursos naturais, de recursos, quer seja na área da alimentação, quer seja na área de mineração, que nos acomodemos como se isso fosse o necessário e o suficiente para o nosso desenvolvimento. Todas as vezes que buscamos a tecnologia, nós damos largos passos, a exemplo do etanol, que ainda estamos na vanguarda e podemos avançar muito mais.

Então, eu quero me somar – muitos podem até estranhar por que a oposição está tão *light e* solidária – ao trabalho do Ministro Aloizio Mercadante, mas, quando existe a verdade, ela deve ser dita, reconhecida e também divulgada. Por isso é que eu tenho acompanhado em particular essa questão da Foxconn, através de informações do Deputado William Woo e do Senador Flexa Ribeiro, e eu tive oportunidade também de me encontrar na China. E aquilo que o Ministro Mercadante aqui expressou de forma bastante sucinta é bastante maior, como ele mesmo disse, que poderia abrir novas informações sobre essa possibilidade – que nem considero mais possibilidade, mas já coisas bastante avançadas –, porque eu tive, após o encontro de V. Exª e a Presidente Dilma com o Terry Gou, eu também tive oportunidade de almoçar com ele. E, Senador Eduardo Braga, ele me chamou a atenção para algo que foi exatamente o que o Ministro falou, não é só nós trazermos investidores para o Brasil e oferecermos a eles incentivos como, por exemplo, a Zona Franca de Manaus faz, que estariam equacionados os nossos problemas com eventuais gerações de emprego, quer sejam no Norte, quer seja no Nordeste, principalmente porque somos carentes dessa

geração de emprego, mas principalmente pela visão de transferência de tecnologia.

Eu ouvi do presidente da Foxconn que já tem fábrica hoje em Manaus que – e aí, para mim, é um alerta que coloco aqui e ainda bem que está na visão do Ministério – de que o tipo de incentivo da região de Manaus não é a ideal, por quê? Porque é uma mera operação mecânica: importa boa parte dos produtos, monta e sai de lá. Nem traz inteligência para Manaus, nem se aproveita da inteligência de Manaus. Então, acho que isso é algo muito importante para gente aproveitar o trabalho de Mercadante, da planta básica em Manaus nesse sentido e ampliar com uma visão de que pode ser essa operação um instrumento verdadeiro das diferenças regionais em nosso País. A exemplo de Manaus, que pode continuar com seus incentivos, e dando cada vez mais apoio para que também a inteligência de Manaus seja melhor aproveitada, como é no Nordeste, em particular no meu Estado, em Campina Grande, que também tem um centro tecnológico muito bom, muito desenvolvido, avançado, que pode ser instrumento do desenvolvimento que se faz também nessa área.

Fiquei muito animado com essa perspectiva, inclusive com algo que ele reafirmou e aqui a própria apresentação do Ministro mostra de uma forma muito clara que para uma tonelada de equipamentos de tecnologia se precisa de 21 mil toneladas de minério de ferro, 13 mil toneladas de soja para ter o mesmo valor financeiro na nossa balança que, com certeza, no momento em que nós priorizarmos a tecnologia, vai haver uma inversão na balança comercial brasileira, com a transferência, exportação de tecnologia.

Então, eu acredito que este é o caminho. Esta Casa tem o dever e a obrigação de ser solidária com esse trabalho que o Ministro Aloizio está disposto, juntamente com toda a sua equipe. Fiquei bastante feliz. Isso pode ser até um detalhe, um nome, mas de muita felicidade, pelo menos expressam sentimento a transformação do Finep em Banco de Inovação, um banco público de inovação. Pode ser um jogo de palavras, mas a intenção e objetivo...acho que é fundamental termos essa visão de que como tem o banco de desenvolvimento BNDES focado no desenvolvimento, eu acho que essa marca de banco da inovação é muito feliz, Ministro, para que possa ser bastante desenvolvida.

Com essa confiança é que eu gostaria de pedir ao Ministro e a sua equipe que, sobre a experiência vivida pelos 15 ou 16 Estados que já têm a legislação, pudesse o Ministério, ser for o caso, emitir opinião, aproveitando a experiência de cada uma, tirar o que tem de melhor nessa legislação, e fazer uma proposta aos demais Estados – e aqui eu peço pelo meu Estado, a Paraíba, para que ele também possa ter essa sua legislação, já com essa orientação, essa experiência vivida pelo Ministério e pelos demais Estados, e, com certeza, é importante que tenhamos em todos.

E também o Ministro Senador Mercadante coloca algo que também conheço um pouco, a questão da energia pública, com postes fotovoltaicos e também com energia eólica no mesmo poste. E temos alguns gargalos na política de energias renováveis, por exemplo, na fotovoltaica: o sistema de armazenamento. Mas já existe uma modalidade, e já estou aprofundando aqui, inclusive com consulta junto à assessoria do Senado e também pesquisa em outros países: há países em que você pode gerar sua energia, quer seja fotovoltaica, quer seja eólica, com gerador próprio, e há também um medidor; você consume sua energia, e o excesso você coloca na rede; quando a sua energia não for suficiente para o seu consumo, você pode importar essa energia e fazer uma compensação da energia produzida com a energia consumida. Já estamos avançados nessa proposta, e eu pediria ao Ministro a oportunidade de ter a *expertise* do Ministério para nos ajudar na elaboração, porque eu acho que é fundamental para estimular a geração de energia própria por pequenos produtores, e, obviamente, onde a tecnologia assim o permitir.

Então, encerro neste momento a minha participação, renovando meu reconhecimento e os parabéns ao Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu vou passar a palavra ao Ministro Mercadante para responder essa primeira etapa de perguntas e de debates. Depois daremos sequência com os oradores que estão inscritos: Senador Walter Pinheiro, autor do requerimento; Senador Randolfe Rodrigues, e Senador Eduardo Braga encerrando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Flexa Ribeiro, de fato, o Deputado William Woo é um grande ex-deputado, sempre deputado, deu uma grande contribuição, tem excelentes articulações na Ásia e se dedicou muito a essa iniciativa.

A impressão que tive do Terry Gou... O Terry Gou é uma espécie de Bill Gates da Ásia. As empresas têm um milhão de trabalhadores, faturam US$100 bilhões, como eu disse. É uma coisa muito grande. E há muita articulação com as universidades e com a pesquisa. Tivemos chance ali – o Fábio estava comigo, o Virgílio – de conversar com os professores da área de nanotecnologia, porque esses novos equipamentos, o tablet, envolvem muita pesquisa em nanotecnologia, novos materiais. Então, são coisas de ponta em que você os vê financiando laboratórios e estabelecendo parcerias para poderem desenvolver os produtos.

Essa integração... Porque essa indústria de TI é uma indústria de muita inteligência, de muita pesquisa, de muita inovação. O tablet mesmo é um produto que não existia um ano atrás. Só uma empresa vai vender 70 milhões de equipamentos este ano. E é inovação de ruptura, são mudanças radicais que você vai assistindo na cadeia produtiva.

A minha expectativa em relação à produção de uma das marcas, o iPad, no Brasil, eu acho que vamos ter muito breve. Nós tínhamos anunciado em novembro, mas eu acho que vai ser bem antes de novembro. No entanto, temos que mandar 200 técnicos e engenheiros para a China, para serem internados para fazerem pesquisa, imediatamente; nós temos problemas de visto de entrada de profissionais. A área em que a fábrica vai se ampliar imediatamente já está definida.

Então, a montagem desse equipamento no Brasil acho que vai se dar com rapidez.

Outra questão é montarmos uma indústria de integração vertical, ou seja, produzir os componentes, o chassi, a integração e a tela de LFT, que é muito mais complexa. É um sistema... Nós não temos praticamente indústria de semicondutores no Brasil, só para dar um exemplo. Então, isso é um projeto que é aquele investimento de U$12 bilhões. Esse investimento exige muita negociação, e é uma agenda muito sofisticada, porque o Brasil tem problemas de competitividade sobre os quais temos que nos debruçar: carga tributária, logística, custo de capital. Enfim, nós temos problemas de competitividade sistêmicos. Nós precisamos atacar isso no conjunto da economia e, em alguns setores, nós teremos que ter posições mais agressivas se quisermos disputar essas indústrias.

Nós temos propostas, por exemplo, de grandes investimentos na área de TI que nós temos noventa dias para responder se vai ou não vai. Por exemplo, aquele centro da IBM que nós mencionamos ali, o primeiro no Hemisfério Sul, nós o disputamos com 70 países. No final, ficamos nós e a Austrália, e veio para o Brasil.

Então, não é um processo simples você atrair centros de P&D. Agora, o que o Brasil tem hoje: mais profissionais qualificados – mestres, doutores e pós-doutores –, universidades com capacidade de pesquisa, um mercado interno em expansão, democracia, estabilidade macroeconômica, estabilidade política, tem a Copa e as Olimpíadas, bem como está entre os BRICs, que são as economias com mais projeção de futuro. Quer dizer, o Brasil, no ano passado, ficou em sexto lugar entre os países que mais atraiu investimentos diretos. Este ano acho que vamos ser o quinto. Já entraram US$12 bilhões este ano.

Nós temos problemas. A apreciação do câmbio, por exemplo, é uma coisa que prejudica a nossa competitividade. E é um tema bastante complexo, por conta da liquidez internacional, com os Estados Unidos com um déficit de 9% do PIB – o país que tem a moeda padrão internacional –, com um endividamento fortíssimo, uma política monetária e fiscal expansionista, a especulação e o aumento da demanda por *commodities.* Os países exportadores de *commodities* estão com o câmbio apreciado e eles estão desvalorizando o câmbio e gerando desequilíbrio global macroeconômico. Então, nós temos desafios.

A minha visão é que temos de ter uma posição agressiva para atrair esses investimentos. Nós temos de ter ousadia e buscar atrair essas plataformas e estarmos presentes nessas indústrias de ponta, mais ou menos como um dia Juscelino Kubitschek fez na indústria automotiva. Precisou coragem; estressamos alguns setores da economia, o Plano de Metas deixou um passivo complicado na área fiscal; enfim, mas mudou a história da indústria. Tivemos um pacote de investimentos que deu um salto extraordinário para os processos futuros. E o Brasil vinha construindo, desde o governo de Getúlio, as bases para esse salto: a Vale do Rio Doce, CSN, Álcalis, BNDES, Petrobras, legislação trabalhista, Ministério da Educação; enfim, criou-se um estado, o que permitiu o salto do Plano de Metas. Então, acho que nós estamos prontos para dar esse salto. A montagem é simples, vai acontecer rápido; a outra estrutura é complexa e exige muita negociação, mas acredito que nós seremos capazes de superara as dificuldades que são muito grandes.

Em relação à Amazônia, eu queria propor, Sr. Presidente, que fizéssemos um encontro chamando as instituições de pesquisa, as principais universidades e a bancada de Senadores da Amazônia, promovendo uma discussão sobre a política para a Amazônia. Nós temos ali o Inpa, que é um centro de excelência; nós temos, só no Ministério, o Museu Goeldi, nós temos o Mamirauá, nós temos as universidades federais, nós temos universidades estaduais importantes. Nós poderíamos convidar os Secretários de Ciência e Tecnologia da Amazônia, o Ministério se dedicaria a essa pauta; chamaríamos as principais instituições e. quem sabe, faríamos um encontro para pensar um projeto estruturante para a ciência nessa região, por exemplo, esse projeto do satélite, porque o Brasil não tem condições, muito menos o Ministério, de sustentar um satélite público para a Região Amazônica. Agora, se nós fizermos, junto com o Itamaraty, uma articulação com os países da região amazônica para lançarmos, juntos, um satélite dedicado público para garantir banda larga na Amazônia, nós seremos capazes de fazer.

Então, sugiro que a gente sente e faça o encontro para discutir, desde o Plano Nacional de Banda Larga

– e há especificidades na região, há coisas a serem resolvidas, concretas, para agilizarmos e, especialmente, a questão da biodiversidade... Como agregar valor à biodiversidade da Amazônia? Como é que as matérias primas da Amazônia terão valor agregado? Porque não adianta pensar a sustentabilidade apenas combatendo o desmatamento. Isso nós já estamos fazendo, com monitoramento, com Ibama etc. Precisamos criar incubadoras de empresas, gerando valor na biodiversidade; nós precisamos criar parques industriais vocacionados para esse desafio.

Nós conversávamos, por exemplo, com o Presidente, ainda lá em Manaus, sobre o potencial da piscicultura na Amazônia é fantástico: pirarucu, tambaqui, novas espécies, quer dizer, é uma coisa espetacular. Nós não temos uma indústria de processamento de pescados. O País é o primeiro exportador mundial de carnes, o segundo de aves, o terceiro de suínos, e nós não temos uma indústria de ponta para poder comercializar, e agilizar e criar uma escala industrial. Continuamos numa escala artesanal. E pesquisa foi feita. Por exemplo, há um prêmio do Banco do Brasil – acho que foi no seu governo – para produção de pirarucu nos pequenos igarapés. Um projeto fantástico para a agricultura familiar. Mas tem que haver uma indústria integradora, que vai tirar o filé, que vai transportar, que vai congelar, que vai comercializar. E o Brasil tem *expertises* nessas áreas.

Temos que nos sentar e começar a discutir para não se repetirem erros como o do açaí. Precisou que dois surfistas californianos viessem aqui para descobrir o açaí, falar lá fora, criar um indústria, e 60% de agregação do valor do açaí está fora da Amazônia. Ou para não acontecer o que aconteceu com a castanha do Pará. Chegou um momento em que 80% da indústria de castanha do Pará estava nas mãos de dois bolivianos. E o Brasil com toda a matéria-prima básica.

Então, vejo que, juntos, poderíamos fazer muitas coisas. Vamos fazer essa comissão geral com a nossa Comissão. Poderíamos fazer um encontro específico da região amazônica, um seminário, um evento, para trabalharmos uma agenda estratégica. Agora, só queria destacar que considero o Polo Industrial de Manaus – chamo de polo industrial; até ajudei esse conceito – um avanço extraordinário, até mesmo para a preservação ambiental da região. E vale a pena conhecer. É um parque industrial, na área eletroeletrônica, na área de motos, em alguns setores plásticos; temos ali um parque industrial moderno. Nós podemos melhorar? Podemos e devemos: mais PID, mais pesquisa, mais exigência, mais conteúdo local. Esse é o desafio que nós temos no Brasil todo e também ali, mas existe o avanço.

Há uma questão que o Senador Cícero colocou e com a qual eu concordo integralmente, o Senador Rollemberg também. Há um problema geral no nosso marco legal. Nós criamos vários instrumentos. Estes instrumentos: Lei do Bem, subvenção econômica, Lei de Informática. Fizemos uma medida provisória extraordinária, que é a MP 425, que é o poder de compra. Quer dizer, o Estado pode pagar até 25% a mais num produto se for produzido no Brasil contra um importado, desde que tenha inovação e gere emprego. Então, esse é um instrumento que os Estados Unidos usam há 80 anos; nós estamos chegando atrasados nessa pauta. Nós temos que materializar essas iniciativas, regulamentar o mais rapidamente possível. Sinto que nós temos alguns instrumentos.

O que nós estamos fazendo? CGE fez um estudo bem aprofundado, por exemplo, sobre Lei de Informática. O que nós temos que atualizar na Lei de Informática? Nós temos que avançar no nosso marco legal. Por quê? Porque nós temos problema de competitividade. Nós não teremos essas indústrias se nós não aumentarmos a nossa eficiência geral. Melhorou muito o ambiente macroeconômico, mas nós temos que avançar na política de fomento e incentivo.

Ao Senador Rollemberg: eu queria propor ao nosso Marco Antonio Raupp, um encontro dele com a diretoria da Agência Espacial Brasileira para aprofundar o nosso diagnóstico. Nós estamos fazendo um diagnóstico muito profundo sobre essa situação. Nós estivemos na China. No nosso acordo com a China, na área espacial, os CBERS-3 e 4 estão garantidos.

Fiz uma visita à Agência Espacial Chinesa; eles estão lançando 20 satélites por ano. Eles me convidaram para o lançamento de uma estação orbital, que vão lançar agora – só a China. Eles deram um salto extraordinário. É um parceiro muito importante.

Nós temos uma parceira com a Ucrânia do Cyclone-4, que também é um projeto que nós temos todas as condições de viabilizar. Nós temos um problema orçamentário, significativo no lado da Ucrânia, menos no lado do Brasil, mas também no lado do Brasil. Nós estamos esperando agora, até junho, para ver se realmente se consegue dar um salto no aporte de recursos para materializar o cronograma do Cyclone-4. E nós teríamos um foguete que tem um nicho de mercado e que seria lançador de satélites, o que valorizaria muito a Base de Alcântara. E você tem toda razão: é a base mais competitiva, com menor custo de energia, mais bem posicionada diante do mar; nenhum dos componentes tem risco de atingir qualquer comunidade, qualquer país. Ela é segura para tudo. Tanto é que 53% dos lançamentos mundiais estão sendo feitos na Guiana.

E nós temos uma base melhor que a deles em termos de competitividade em localização.

Então, o Brasil tem que ser mais agressivo e tem que racionalizar. Há sobreposição de estruturas, desperdício de recursos, ineficiência de gestão, e nós vamos querer fazer uma cirurgia nisso, que dizer, repensar essa estrutura, enxugar, arrumar, ter mais sinergia, mais complementaridade, e mais parceria. Por exemplo, nunca tínhamos feito um diálogo entre o Projeto do Cyclone e o nosso Projeto do VLS. No acordo com a Ucrânia não envolve transferência de tecnologia, mas pelo menos uma discussão entre os dois projetos está abrindo um diálogo muito interessante. Não há transferência de tecnologia, o acordo foi feito dessa forma, em foguete, mas pode ter na base de lançamento. A nossa indústria, por exemplo, tem que estar mais presente no processo. Se você não tiver indústria não gera valor agregado. Não adianta só montar o equipamento, você tem que gerar uma cadeia produtiva. Estamos fazendo um encontro com todo a indústria aeroespacial, buscando essa integração, inclusive uma participação mais ativa deles no programa até para a integração do sistema.

Vejo que temos como avançar de forma importante nessa área e é muito estratégico que façamos isso. O Raupp tem um dado... Qual é a proporção entre uma tonelada de soja e uma tonelada de equipamento na área de satélite?

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Um quilo de soja está para 20 centavos e um quilo de satélite por 50 mil dólares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É a indústria que mais valor agregado gera.

Tanto que no discurso do Obama no Estado da Nação, e a Nação tem muitos problemas econômicos hoje, ele fala do novo Sputnik pelo papel que o Sputnik teve no salto industrial e no ciclo de inovações dos Estados Unidos. Apesar de terem cortado, dramaticamente, os recursos orçamentários da NASA. Nós temos que dar um salto nessa área.

Se até 2025 o Brasil não tiver um satélite geoestacionário nós não teremos a gestão do espaço da viação civil no Brasil. Só isso já mostra a importância que tem para a agricultura, para mudanças climáticas, planejamento estratégico do Brasil, para as comunicações. Então o programa espacial tem que dar um salto. Estamos muito debruçados, proponho uma reunião, o Senador Rollemberg tem bastante atenção a essa área e conhece profundamente, sempre se dedicou. Acho que seria muito importante opinar, conhecer, e qualquer outro Parlamentar estiver interessado se convide, temos todo o interesse em mostrar o diagnóstico que estamos fazendo e a reestruturação que estamos começando a desenhar. Futuramente apresentarei a vocês.

Em relação à emissão de carbono: reduzir a emissão e a adaptação .

Na redução de emissão nós conseguimos um avanço importante no combate ao desmatamento O salto que nós temos que dar na Amazônia, que é um capítulo importante dessa agenda é gerar valor agregado à biodiversidade. É parque tecnológico, é incubadora de base tecnológica, é pesquisa para gerar valor agregado. Acho que é uma das nossas grandes questões.

Na nossa matriz energética, o Senador Cyro mencionou, o Smart Grid que é esse equipamento na entrada da energia e que nós estamos com pesquisas avançadas, a Espanha já avançou, a Itália, a França está avançando, a Alemanha começando, a China começando. É um sistema que vai criar uma rede inteligente em distribuição de energia. Isso vai dar um extraordinário na eólica e na solar fotovoltaica. Vai ser gerado muito mais investimento porque tanto a empresa como o cidadão que colocar a energia solar em sua casa ele vai vender o excedente para rede e abater em sua tarifa de energia. Então viabiliza o investimento

A solar é de um futuro fantástico. Você um reator disponível... Agora, as empresas de distribuição de energia não têm tanta vocação para essa questão, vamos falar com toda transparência. Não tem por quê? Porque na hora em que você faz a solar, perde o cliente. Isso vai avançar se tiver política pública. Não vai vir pelo mercado. E para política pública avançar temos que organizar a compra pública. Por isso que vou falar novamente: nós precisaríamos pensar um Reled no Brasil, um novo programa de modernização da redistribuição de energia com led. E vincular esse programa à vinda de indústria nessa cadeia. Em seguida, pensar a fotovoltaica com smart grid e a rede pública, nós poderíamos dar um salto grande em termos de eólica e solar, principalmente, a fotovoltaica no País.

Sobre a política industrial eu proponho que vocês me convidem para uma outra vinda para fazermos um balanço do PACT1 e discutir o 2. Porque já fizemos esse balanço, já definimos as macrometas, a nossa estratégia, quais os setores prioritários, quais são as indústrias mais desafiadoras, programas e projetos específicos para cada uma delas. Eu precisaria de um tempo para apresentar todo esse projeto. Eu me coloco à disposição. Num futuro próximo, poderíamos marcar nova audiência, talvez nesse ciclo das inovações. Poderíamos apresentar o PACTI 2, fazendo esse balanço que o Senador Rollemberg apresentou.

Eu também queria fazer uma proposta nesta comissão bilateral de legislação. Quando se fala do DCTA,

de funcionário público, isso se estende a outros institutos. Ali está o Presidente do Sindicato do ITA. No ITA e no DCTA, o nível de envelhecimento dos pesquisadores é dramático. O Presidente do Sindicato trabalha numa sessão em que há só ele com a memória do Instituto. Se não houver contratação, se não houver concurso lá, vamos perder a memória. E não podemos fazer concurso, o que é regra geral, e é muito razoável que haja economia na área de pessoal.

Então, o que reivindico é que estendam aos institutos, que têm uma folha de pagamentos relativamente pequena – do ponto de vista fiscal, não tem relevância –, a mesma regra das universidades federais. Qual é a regra das universidades federais? A reposição de um terço é automática. Então, expandimos 28 mil professores universitários na rede das universidades federais, com 6 mil reposições e 22 mil novas contratações, mas não criamos nada semelhante do ponto de vista dos institutos de pesquisa. E eles têm um papel decisivo até para as universidades, porque não há docência de qualidade se não há pesquisa. Não se ensina se não se pesquisa, principalmente, conhecimento novo. Então, eu proporia que se estendesse, para os nossos institutos, a mesma regra das universidades federais. É uma coisa relativamente simples. O custo fiscal é relativamente pequeno. E nós preservaríamos instituições de excelência em pesquisa.

Sobre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – o Professor Ildeu de Castro Moreira, um excelente físico, continua na nossa equipe e está à frente desse programa –, estamos muito empenhados. Neste ano, trataremos de mudanças climáticas e de desastres naturais, exatamente chamando a atenção da juventude para esse tema. E, no caso da adaptação, o nosso principal programa, hoje, é o Sistema Nacional de Desastres Naturais, que é um imenso desafio, como falei, e ao qual estamos muito dedicados.

Também estamos trazendo, na área da divulgação da ciência, o Túnel da Ciência. Fizemos um acordo com a Alemanha. É uma das exposições mais modernas sobre a evolução da ciência. Por dois anos, a exposição Túnel da Ciência ficará no Brasil, em, pelo menos, doze cidades. Em média, essa exposição ficará por dois meses em cada cidade. Então, é uma grande iniciativa.

A Fundação Roberto Marinho está com um projeto também excepcional, que é o Museu do Amanhã, que acho que vai ser um grande centro de divulgação das áreas mais sensíveis da ciência. É um projeto muito interessante.

E estamos concluindo uma negociação com o CERN. Estivemos no CERN, que está desenvolvendo um projeto que, talvez, seja o mais caro da ciência básica no mundo. É um projeto de US$16 bilhões. Há um túnel de 27Km, a 100m de profundidade, do tamanho de um túnel de metrô, no qual é feita colisão de prótons, para estudar a origem do universo. Foi uma experiência muito interessante. No CERN, há um globo, numa apresentação em 3G, que mostra toda essa discussão da origem do universo. Por exemplo, há um painel de raios cósmicos, pelo qual se pode verificar, em tempo real, o quanto de raios cósmicos está caindo na sala, os raios cósmicos que estão entrando na sala e que a gente não vê. É muito interessante. É uma coisa futurista. Combinamos de trazer para o Brasil essa exposição móvel deles. Ainda não acertamos os detalhes, mas ela vai chegar aqui.

Em relação ao corte no orçamento, quero dizer que houve um corte importante no Ministério. Nessa linha dos fundos setoriais, da Cide tecnológica, estamos buscando recuperar de forma permanente os recursos. E penso que o Ministério não pode depender só de recursos orçamentários. Por isso, deve haver fontes permanentes, como, por exemplo, os *royalties* do petróleo. Dependendo desse marco regulatório, a gente resolve o problema de financiamento da Ciência, Tecnologia e Inovação para as próximas décadas, como também os fundos setoriais.

Mas, apesar dos cortes, na Finep, houve um aumento de R$2 bilhões no orçamento. É um aumento espetacular para atual conjuntura. A Presidenta Dilma tem foco na inovação e quer impulsionar a inovação. No dia em que conseguirmos – e temos muito trabalho pela frente – que a Finep seja um banco público, vamos liberar a Finep das restrições orçamentárias, e ela vai ter muito mais liberdade e capacidade de alavancar recursos ao mercado e de fazer novos instrumentos, com muito mais agilidade, para financiar a inovação no Brasil.

Senador Cícero, eu acho que o Ministério tem que ser preservado dos palanques políticos e das disputas partidárias. Assim como a Oposição está, tanto na Câmara como aqui, fazendo esse gesto, vocês tenham certeza de que farei no meu Ministério. Não será instrumento de disputa partidária e política. A montagem da nossa equipe não foi feita com esse critério, vocês podem ver. A maioria aqui não sei nem a que partido pertencem, não sei em quem votaram, não perguntei e nem perguntarei. O critério foi: qual é o melhor currículo nessa área? É este? Então, está bom, pode chamá-lo. Foi assim que montamos nossa equipe. Se vocês olharem Renato Archer, Sardenberg, Eduardo Campos, Sérgio Rezende, Ministros que passaram, vocês verão que eram ministérios que souberam olhar com esse horizonte, ministérios do amanhã. É tão desafiadora essa área, que temos que trabalhar, Esta-

do e Município e Governo Federal, juntos. Há outros ministérios que são parte da disputa política, e ela é legítima na democracia, mas este é um Ministério que tem que trabalhar com política de Estado e de forma parceira. Vamos nos empenhar para trabalhar muito dessa forma. Agradeço os elogios, são recíprocos bem como a admiração.

No etanol, estamos fazendo duas pesquisas específicas: gaseificação e hidrólise enzimática. Por esses dois roteiros tecnológicos, o nosso etanol pode duplicar ou até triplicar o potencial energético e daríamos um aumento espetacular de eficiência energética. Na hidrólise enzimática, estávamos um pouco atrasados, hoje estamos muito próximos do que os Estados Unidos vêm pesquisando nessa área. Na gaseificação, é um outro roteiro, já existem algumas unidades no mundo, mas nunca foi feito com a palha da cana-de-açúcar. Vamos aproveitar toda a palhada e bagaço, vamos dar um salto em termos de eficiência energética. Chamo a atenção de um tema também que seria interessante ser debatido nesse conjunto de palestras que vamos fazer. Na Alemanha, o governo alemão lançou um projeto de colocar 10% de etanol na gasolina. Houve um movimento na sociedade, chamado Caos+10, dizendo que iriam destruir os automóveis alemães de colocarem o etanol na gasolina. E não colocaram. Houve também um movimento muito forte dizendo que o nosso etanol é que estava aumentando o preço da comida no mundo. Era um dedo sujo de petróleo que estava por trás, mas, vamos virar um grande exportador de petróleo e um dos grandes produtores e exportadores de etanol. Mas temos que cobrar da indústria alemã no Brasil: a Mercedes, a Volks. Qual a pesquisa que foi feita para usar o etanol? O que vai ser feito para melhorar o etanol? E, se não é verdade que destrói o motor do automóvel, qual é o debate que vamos enfrentar do ponto de vista acadêmico para mostrar para o consumidor alemão que isso não tem procedência? Então, precisamos de P&D. Precisamos enfrentar essa discussão e melhorar, cada vez mais, o uso do etanol.

Sobre as leis estaduais, acho que é uma excelente sugestão. Vou convidar os Secretários de Ciência e Tecnologia, convidarei também a Comissão para estar presentes, os Senadores que tiverem interesse. Seria uma reunião com todos os Secretários para fazermos uma avaliação das leis estaduais, podemos fazer uma avaliação qualificada, pedir ao CGE para ver o que há nos Estados em termos de lei estadual sobre inovação de ciência e tecnologia, também de alguns municípios que já têm, para apresentarmos isso para o conjunto dos Secretários. Os Estados que ainda não têm passariam a ter, e os que já têm poderiam aprimorar. Vamos tentar criar regras nacionais para que se estimule cada vez mais o financiamento à ciência e à inovação.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Por ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Randolfe Rodrigues... Desculpem-me; antes, ao Senador Walter Pinheiro.

Desculpem-me pelo meu equívoco, em função de ter assumido a Presidência há pouco.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Exª está na linha do Senador Gim Argello, que acha que Aloizio passou por um processo de inovação, modificou, chegou mais solícito, fez até uma parceria com o Flexa. Não sei se ele é um arco que veio para... (*Risos*.) Mas a relação do arco com a flexa é perigosa: eles se encontram; depois um fica parado, e o outro vai embora. Então eu não sei se é essa parceria que o meu amigo Gim Argello se referiu.

Senador e Ministro Aloizio, fico contente com o grau dessa relação estabelecida pela sua equipe com o Ministério, primeiro pela identificação de eixos centrais, porque a gente tem oportunidade de trabalhar. E falo isso como alguém que acompanhou, inclusive, esses ministros todos que há pouco foram citados, desde o Sardenberg até o Sérgio Rezende. E inovamos no processo na Câmara dos Deputados à época, que era exatamente uma relação com o MCT, para além das relações políticas.

Não acredito que ciência e tecnologia sejam apolíticos, como todo mundo tenta trabalhar. Acho que não; ela está no centro da política. Agora, ela precisa ter da política esse grau de prioridade à compreensão do papel dessa área.

Nós discutimos muito isso no Congresso Nacional, e na hora da materialização dessa importância, a gente vê o resultado.

Ao longo desses anos – e aí eu diria que a sua participação, e inclusive como Senador teve a oportunidade de testemunhar isso –, quando nós chegávamos na hora efetiva de materializar essa importância da ciência e tecnologia, que era no Orçamento, a gente sempre amargou dificuldades.

Portanto, o primeiro aspecto que quero chamar a atenção desta apresentação aqui, que o MCT nos brinda, é esse conceito de que ciência e tecnologia têm que ser peças preponderantes como vetores de infraestrutura. Têm que ser visto como uma base central, como ferramenta essencial e como pilar de sustentação.

E aí vou ao encontro ao que foi levantado aqui até pelo nosso Ministro para um aspecto que precisamos focar. Preocupo-me muito, Aloizio, como tenho uma diversidade e como o tempo é relativamente curto –

aliás, o meu pai sempre dizia que o tempo não voa, a gente é que arruma mais coisa do que a gente tem capacidade de fazer e, chega ao final do dia, a gente dá uma desculpa. Ele me dizia isso sempre que queria puxar a orelha da gente; ele dizia que a gente estava enrolando ele. Então, você tem uma gama imensa de coisa para fazer.

Mas eu queria seguir na linha, não da provocação, mas de tentar discutir de que forma a gente pode contribuir. Eu gostaria que o MCT pudesse pegar o mesmo eixo que o Ministério propõe: essa área de pesquisa, desenvolvimento e infraestrutura, a própria área de fomento, e a questão central que é a questão dos recursos humanos. Isso dá para a gente ver, inclusive, nos próprios dados que aqui o Ministério apresenta.

Eu falei aqui da nossa luta. Eu talvez tenha sido um dos Deputados que mais freqüentou o Ministério de Ciência e Tecnologia no tempo de mandato. Cheguei à Câmara e participei exclusivamente de uma única Comissão ao longo de todo o meu mandato. E tive a oportunidade junto com o PCdoB, o PFL, o PSB, enfim, tinha todo mundo na Comissão. E nós trabalhamos a Comissão como sendo uma verdadeira parceria e uma área de suporte, para o MCT; transformamos uma Comissão que era de comunicação exclusivamente para radiodifusão na Comissão de centro de debates sobre essa questão de ciência e tecnologia.

E aqui, dá para a gente ver. Eu quero pegar esses três eixos para fazer algumas cobranças aqui.

Se a gente olhar nitidamente, Aloizio, nós vamos ver o que eu tenho do ponto de vista de apoio a núcleos de excelências, se a gente pegar de 96 a 2001 em comparativo com 2008 a 2010: a gente cresce uma vez e meia. Se olharmos para o que aconteceu com o geral, a investimentos dados e aqui apresentados pelo próprio Ministério, o que vai de certa forma em apoio à pesquisa em todas as áreas do conhecimento, a gente cresce sete vezes. É fundamental.

Mas aí eu quero ir ao encontro do que você colocou nesta audiência aqui. Eu preciso estabelecer bases locais: essa questão de política de inovação, parques tecnológicos, secretarias de ciência e tecnologia instaladas em cada canto. Como aproveitar essa oportunidade? E vou na linha dos três pontos: pesquisa em infraestrutura, fomento e pessoal. Como é que aproveitamos essas oportunidades? E aí vem a primeira provocação: não sei como o Ministério interagiu, por exemplo, com a Fazenda, mas as projeções da nossa turma da Fazenda e Banco Central dão conta de que, até 2014, a nossa dívida/PIB vai estar com a relação mais ou menos de 35,2%; sai de 40% e chega a 35,2%, que é a projeção. Existe um compromisso do nosso Governo em aproveitar essa queda e estabelecer, de forma – eu diria – condicionada, a aplicação desses recursos nessa base científico-tecnológica? Quanto a um outro aspecto a que você se referiu, acho importante fazermos a discussão da política industrial, mas, por exemplo, o Ministério de Ciência e Tecnologia foi chamado para o debate sobre o trem bala? Será que não perdemos o trem na medida em que vamos fazer um investimento daquela magnitude? Nós não poderíamos aproveitar essa base industrial, essa linha de mobilidade, para desenvolvermos e irmos ao encontro das nossas carências e, ao mesmo tempo, das nossas potencialidades?

O setor automotivo. Você citou a MP 512, que nós aprovamos aqui. Eu fiz questão de afirmar isto da tribuna e procurei a Ford, que está na Bahia: é inaceitável que a Ford esteja na Bahia até hoje e não tenha ainda sequer sinalizado para o parque tecnológico! No dia que nós aprovamos a MP 512 aqui, eu disse a ela: "Não dá". Nós estamos ampliando a capacidade de incentivo, e o que a indústria automotiva deixa? O incentivo é só para maquiadora? Nós temos que aproveitar essa linha de incentivos – estou falando de setor automotivo, mas isso vale para área de TI, isso vale para os *tablets*, isso vale para os *smartphones.* Nós fizemos a grande proeza de Manaus – e concordo com você –, mas aproveitamos pouco, do ponto de vista de desenvolvimento e pesquisa, o que aqueles setores, inclusive, produziram em Manaus. De que forma isso foi trabalhado? Como isso foi utilizado para nós pressionarmos? Numa linguagem bem direta: eu acho que nós temos que fazer carga nesse pessoal, condicionar.

Eu me lembro que, no debate da TV digital – e você se recorda muito bem disso –, eu fui um dos que se opuseram ao padrão japonês. Depois veio a história da fábrica de semicondutores. A nossa Presidenta era Ministra da Casa Civil no desfecho desse processo. Depois, eu saí pela América Latina defendendo o padrão japonês. Inclusive, o Hélio Costa brincava dizendo: "Deixe o Pinheiro defender, porque, como ele era contra, é bom que ele tente". Eu fui buscar parceiros para dar escala a um projeto que nós tínhamos aqui. Não havia mais jeito. Daquele resultado, nós adotamos um padrão, tivemos oportunidade, a contrapartida e a possibilidade de atração de indústria naquela área; isso foi para o espaço. Perdemos completamente essa oportunidade, por conta, exatamente, dessa capacidade nossa de vincular. E fico animado quando você coloca essa questão da China.

Na primeira vez em que estive nas empresas chinesas de telecomunicações, tomei um susto. Nós estávamos acostumados a falar em 200 milhões de celulares no Brasil, a China Mobile deve ter quase o

triplo disso em assinantes, consequentemente, cria-se uma base de escala, que vale – e aí eu quero caminhar para a ponte em que você tocou também – para o fato de colocarmos carga nessa área de energia.

O que nós estamos fazendo para o aproveitamento de pesquisa e colar as chamadas fontes alternativas em programas? O Programa Luz para Todos, nós poderíamos fazer com energia solar, para ganharmos escala; fazer com eólica.

Assumimos um desafio na Bahia, até 2014, da instalação de 34 parques eólicos, com a capacidade de geração de quase 1 mil MW.

Mas estamos fazendo pressão nas empresas que estão indo para lá para elas ingressarem no parque tecnológico? Como podemos colar esse programa de eólica no nosso Programa Luz para Todos para ganhar escala? Para, inclusive, termos a oportunidade de usar a estrutura de Estado – como você coloca muito bem, ele é o maior incentivador.

Isso vale também, para eu ir fechando para essa questão do plano nacional de banda larga. Quer dizer, não basta só nós permitirmos que seja a questão da ponta a instalação da infraestrutura de rede nessa questão da banda larga. Senão vamos continuar fazendo inclusão na linha de infocentros que se instalam , depois viram centros de canibalização porque desmonta de um, desmonta de outro. Como é que vincula isso com a estrutura, com a educação, com a saúde, com a pesquisa. Você falou aí em imagem e transmissão, nós estamos discutindo com a Universidade de Stanford uma experiência em teleimágem na área de neurologia e radiologia. São duas áreas de extrema necessidade. Ou para ponta, que é o chamado ortoneurotrauma. Acontece em cada canto em cada lugar. Não há um lugar deste País que uma pessoa não caia de uma moto, porque de jegue ninguém cai , pois ele foi substituído pela moto. Como é que você trabalha isso para resolver o problema? A verdadeira inclusão é essa. Aproveitar a banda larga para que o Estado contrate os serviços e a gente utilize essa questão de teleimagem ou os biomarcadores. Então essa estrutura como é que podemos ir combinando. Porque aí eu acho que é o papel fundamental do seu Ministério e vejo com bons olhos e muita alegria essa capacidade quando o senhor diz "não quero discutir todos os temas". Mas acho que particularmente pela experiência que você tem esse papel de intersetorial acho que você tem condição de fazer e muito bem. Casar com o nosso Ministério de desenvolvimento Econômico, fazer a ponte com o de Comunicações, trabalhar essa questão de maneira que você integre todas as área. Esse nosso Ministério tem que ser a espinha dorsal. Fico contente quando vejo essa disposição de trabalhar nessa linha. Por isso que quero dizer que vou continuar cobrando, por exemplo, a política não só para esse polo de informática. Aliás o último texto da Lei de Informática estava literalmente vencido. Inclusive sou o autor do substitutivo da Lei de Informática. Envelheceu completamente. Temos que partir para outro.

Temos que fazer isso. Como é que nós vamos resolver o problema do PPB, o velho Polo de Ilhéus, nessa relação agora com essas unidades hawards, com os *smartphones*, *tablets*. De que forma vamos fazer isso? Você tem Ronaldo Mota no Ministério que trabalhou sobejamente bem essa coisa e que pode fazer o casamento com a educação, de como usar, desenvolver e, ao mesmo tempo, usar a base da área de educação para a gente capilarizar isso e incluir cada vez mais. Essa é a verdadeira inclusão. Melhor do que aquela estrutura de *backrool* que as empresas prometeram e efetivamente não conseguiram cumprir e nós estamos em outro estágio, mais avançado, que acho que o papel do seu ministério é decisivo para fazermos a inclusão mas, principalmente, nos apropriarmos do conhecimento, da estrutura e infraestrutura local para a gente continuar desenvolvendo que é para o velho Acre não ficar chiando, que esqueceram de colocar no mapa que lá tem universidade e Senai. Acho que essa experiência vai conseguir resolver os vários problemas do Brasil, na medida em que a gente tiver a capacidade de envolver os diversos centros e fomentar essa estrutura de fomento local que é fundamental para colocarmos o nosso País na vanguarda e no desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/PMDB – ES) – Consulto os Srs. Senadores se continuamos em bloco ou se

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Continuamos em bloco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/PMDB – ES) – Em seguida, ouçamos o Presidente efetivo desta Comissão, o Senador Eduardo Braga, que voltou para as bases para olhar de frente o Ministro Aloizio Mercadante, e não de lado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Primeiro agradecendo ao nosso Senador Ricardo Ferraço pela condução, neste momento, dos trabalhos da CCT, segundo para dizer ao nosso sempre Senador Aloizio Mercadante, Ministro de Ciência e Tecnologia, que pode contar com o apoio desse Senador que vos fala, por convicção própria de que se o Brasil quiser diminuir as desigualdades regionais, diminuir as desigualdades econômicas, e se o Brasil quiser ser um país de oportunidades para todos, o Brasil precisa efetivamente de um plano nacional de ciência, tecnologia e inovação que obrigue e leve à desconcentração do

desenvolvimento neste País. Não há como, apenas com incentivos fiscais, fazer com que o polo de Ilhéus, que tão brilhantemente o nosso Senador Walter Pinheiro defende – e ele ajudou a instalá-lo, com o pólo de informática –, sobreviva à competição com o vigoroso Estado de São Paulo.

A Zona Franca de Manaus foi o projeto mais importante que este País fez do ponto de vista da sustentabilidade ambiental. Nada nos difere de outros Estados da Amazônia a não ser a Zona Franca. No entanto, o Estado do Amazonas é o Estado mais preservado no que diz respeito à floresta amazônica, possibilitando ao Brasil ter, nesse laboratório natural, o maior banco de biodiversidade do planeta. Esse banco de biodiversidade do planeta não conseguirá ser transformado em desenvolvimento sustentável, em emprego, em renda e em riqueza para o Brasil sem ciência e sem tecnologia.

Fiz questão de vir aqui para dizer isso da bancada. Quero dizer ao Ministro Aloizio Mercadante que sou um dos Senadores que estão absolutamente convictos de que, se o Brasil quiser manter sua posição entre os países desenvolvidos nos próximos anos, o Brasil precisa ter uma política que nos coloque entre os grandes em ciência, tecnologia e inovação.

Quero dizer da minha preocupação também com uma possível concentração pelo capital em cima da região já desenvolvida no Brasil. Hoje, há uma fronteira de convergência tecnológica em eletroeletrônico, e incentivos fiscais, repito, não serão suficientes para fazer a desconcentração na região. É preciso que haja, de um lado, incentivos fiscais; de outro lado, infraestrutura e logística; e, de outro lado ainda, infraestrutura em ciência, tecnologia e inovação, para que polos emergentes, como o de Ilhéus, para que polos emergentes do Nordeste e do Norte não sejam atropelados por essa convergência tecnológica, que é clara, que é evidente, que está acontecendo no caso dos eletroeletrônicos.

Eu gostaria de encerrar minha participação, destacando a importância da integração nacional para o Plano Nacional de Banda Larga. Se o Brasil, Senador Walter, fez uma grande discussão na TV digital e se o Presidente Lula teve a coragem histórica de manter a TV digital na Zona Franca de Manaus, é preciso que todos nós tenhamos ciência e consciência de que, se não houver integração por banda larga das Regiões Norte e Nordeste com o centro-sul do Brasil, não conseguiremos ser competitivos no séc. XXI.

Falávamos em competitividade e em logística de produção. Até a década passada, falávamos em estradas, em aeroportos, em portos, mas não falávamos em Internet. Hoje, se quisermos ser competitivos, é preciso que tenhamos infraestrutura de banda larga. Para isso, precisamos de um satélite sobre a Amazônia. Enquanto isso, o Brasil tem um recurso como o Fust, que, desde a sua criação, continua contingenciado, com problemas, inclusive, de viabilidade de aplicação. Poderíamos fazer um grande esforço nesta Comissão, junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia, junto com o Ministério de Comunicação, para que o Fust fosse um grande instrumento, neste momento, que viabilizasse a infraestrutura de banda larga nas regiões emergentes do Brasil. Assim como o Brasil é um país emergente, há, no Brasil, regiões emergentes, inclusive na questão da ciência e tecnologia, e estratégicas do ponto de vista do cenário internacional, como é o caso da Amazônia, com seu banco de biodiversidade.

Eu gostaria de ouvir o Ministro Aloizio Mercadante sobre esses dois temas postos ainda há pouco. A necessidade, portanto, que eu já ouvi o Ministro expressar o seu apoio à ideia do satélite, inclusive ampliando para uma articulação com os países vizinhos, mas a ideia de nós podermos buscar uma ação coordenada com esta Comissão e com os dois Ministérios, Comunicação e Ciência e Tecnologia com relação ao Fust. Todos nós estávamos aqui, Walter, de que o acordo na Câmara estava prestes a chegar, mas, lamentavelmente, estamos informados de que esse acordo desandou nas últimas semanas. Eu acho que é preciso trazer novamente isso para a pauta para discussão e esses recursos são bastante volumosos e vultosos na viabilização desse satélite.

Encerrando, voltar a propor ao Ministro, e aí ouvir a opinião do Ministro, sobre a ideia de estabelecermos uma coordenação para, desde já, iniciarmos os trabalhos para elaboração seja de projeto de emenda à Constituição, seja de projeto de lei, seja de resolução legislativa, seja o que for necessário aprovar para dar andamento no Congresso Nacional para que esse arcabouço de plano, este plano que estamos discutindo aqui possa ter início no Congresso Nacional.

No mais é agradecer a presença do Ministro Aloizio Mercadante, brilhantemente como sempre aqui neste debate. Agradecer a sua apresentação tão didática a todos e, ao encerrar, dizer que o P&D na Zona Franca não obriga a aplicação no próprio local. Há um percentual do P&D na Amazônia – e o Senador Cícero Lucena não está aqui –, enquanto o resto do Brasil tem 4% de obrigação de percentual de aplicação no P&D, na Zona Franca foi estabelecido um percentual de 5%. No entanto, a aplicação desse percentual de 5% não é obrigatório dentro da própria Amazônia. Portanto, existe muito recurso de P&D produzido pelo Amazonas e pela Zona Franca que hoje financiam e ajudam a ciência e tecnologia.

O Brasil é um país que, constitucionalmente, tem o direito de poder aplicar esses recursos em vários lugares. O P&D é fundamental se quisermos avançar naquela parte da apresentação de V. Exª no que diz respeito ao recurso privado e aumentar a participação privada para que o Brasil se fortaleça entre os países que apresentam bons investimentos. Botar o banco Finep para funcionar

Com relação à Finep, eu gostaria de, ao final de todo o nosso debate, ter um minuto com o Ministro, porque esta Comissão recebeu um relatório que eu gostaria de, depois, em particular, conversar com o nosso Ministro Aloizio Mercadante.

No mais é agradecer ao Ministro Aloizio Mercadante e ao nosso Presidente Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, queria, inicialmente, parabenizar o Sr. Ministro pela apresentação e até solicitar tecnologicamente que nos fosse fornecido também, além do meio impresso, o meio digital, se fosse possível, encaminhar...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Está imediatamente disponibilizado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado.

Primeiro, Ministro, quer destacar que não tenho dúvida de que V. Exª é um dos melhores – senão o melhor – quadro do Governo da Presidente Dilma. A Presidente Dilma acertou na escolha de V. Exª para o Ministério da Ciência e Tecnologia. As provocações do Walter são únicas.

A Presidente Dilma acertou na escolha de V. Exª para o Ministério da Ciência e Tecnologia em primeiro lugar porque V. Exª reúne duas condições que eu considero indispensáveis para o exercício de uma atividade pública: V. Exª tem formação e reúne condições técnicas para assumir o posto e tem sensibilidade política. Isso eu considero indispensável no exercício de funções públicas da natureza como a de V. Exª. Em qualquer país da Europa, o Ministério de V. Exª, junto com o Ministério da Educação, é o mais importante ministério do governo. Oxalá cheguemos, oxalá alcancemos esse *status* também aqui no Brasil. Acredito inclusive que o orçamento disponibilizado para . Exª está aquém das necessidades que temos de ciência e tecnologia. Acho que poderíamos – aí vai uma provocação – reduzir um pouco esses 40% do nosso orçamento destinados à dívida pública para haver mais investimentos em algumas outras pastas, como na Pasta de V. Exª.

Encerrada a sessão confete, eu queria aqui dialogar com V. Exª em especial com relação aos dados que V. Exª apresenta, que são importantíssimos e de sumo interesse para nós no Senado.

V. Exª acabou nos apresentando um concreto mapa da exclusão tecnológica no Brasil, da exclusão do conhecimento. E eu quero aprofundar essas informações sobre a exclusão, e quero apresentar aqui também alguns dados que corroboram com aqueles apresentados por V. Exª.

Por exemplo, distribuição de cursos de mestrado e doutorado no Brasil nos últimos anos, segundo a Capes: 303 no Centro-Oeste; 740 no Nordeste; 181 no Norte; 2.291 no Sudeste. Somados os cursos das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, não se supera o número de cursos de mestrado e de doutorado que temos na Região Sudeste.

Distribuição de instituições de ensino superior no Brasil, por Estado: se reunirmos todos os Estados da região amazônica, todos os Estados do Nordeste, todos os Estados do Centro-Oeste, se colocarmos mais aí Santa Catarina e o Espírito Santo, do nosso querido Senador Ricardo Ferraço, a soma não é superior ao número de instituições de ensino superior de São Paulo, em que há 114 instituições de ensino superior, um número amplamente superior a toda essa soma, ou seja, a soma de todo o Brasil. E V. Exª tem razão: isso foi historicamente acumulado.

Mas o dado que me preocupa são os dados da evolução do número da população de mestres e doutores de 2000 para 2008. Segundo dados que temos da Unicamp, esse dado que acabei de apresentar não se modificou muito. De 2000 a 2008, houve ampliação da população de mestres e doutores maior no Estado de São Paulo. Ou seja, no período de 2000 a 2008, o fosso acabou sendo ampliado. No Pará, dobramos o número de mestres doutores. Só que dobrar não representou praticamente nada na distância anterior que havia entre o número de mestres e de doutores, em especial na região amazônica. E eu coloquei aqui o Pará, porque o Pará é a única exceção da Amazônia em que houve ampliação do número de mestres e de doutores, segundo dados da Unicamp, que temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar, Senador Randolfe: esses dados da Unicamp efetivamente divergem dos dados do setor. A Unicamp é uma universidade extremamente respeitada, mas esta Comissão dispõe de dados que inclusive pode passar a V. Exª de que há efetivamente um crescimento do número de doutores e de mestres na Região Norte, Nordeste. E podemos até atualizar: são as regiões que mais cresceram neste País. A Unicamp é uma instituição extremamente res-

peitada, mas o ano base é 2008. Podemos passar a V. Exª os dados atualizados

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É apenas para me referir ao posicionamento de V. Exª, com o qual concordo quanto ao conteúdo, mas não concordo quanto aos números apresentados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, com todo respeito eu destaquei que os dados são de 2000 e 2008. Não tenho, aqui, os dados mais atualizados. Mas ressalto que há uma desproporção astronômica no crescimento. Ou seja, continuamos com uma tendência de crescimento maior no centro-sul e, em especial, no sudeste. E, mais uma vez, adora São Paulo, mas a concentração maior é em São Paulo. Inclusive esses dados é de uma instituição de São Paulo, da conceituadíssima Universidade de Campinas. E os dados citados pela universidade destaca um crescimento aquém em relação aos outros Estados do centro-sul, no Estado do Pará, localizada, principalmente, na Amazônia. Vou deixar de lado os dados que capturei, utilizando a tecnologia, e vou aos dados apresentados pelo Ministro.

Os mapas apresentados demonstram clara exclusão. O mapa por exemplo das leis de inovação, mas tudo bem que isso é uma iniciativa dos Estados. Mas as leis de inovação não há nenhuma iniciativa de inovação, segundo o mapa, nos Estados de Roraima, Amapá, Acre, Rondônia e Tocantins.

Há uma exclusão, segundo o mapa apresentado, de extensão tecnológica no Amapá, e esse eu posso confirmar, em Roraima e no Acre. Da mesma forma há uma clara exclusão do número de instituição de ensino superior, como já destacamos, e é verdade que houve por exemplo no Estado do Amazonas a criação de centros e de polos universitários. Mas aquém da demanda que tem na nossa querida Região Amazônica, Presidente Eduardo Braga.

Sobre o nosso plano de banda larga, tenho a seguinte preocupação. V. Exª também apresentou um mapa de exclusão que é exclusão completa da Amazônia do Plano Nacional de Banda Larga. Quero destacar, a despeito de esforços, que quero reconhecer aqui, que o Governo brasileiro tem feito.

Eu tive uns três encontros com o Dr. Rogério Santana, Presidente da Telebrás e quero aqui elogiar o esforço daquela empresa e a iniciativa do Governo brasileiro no papel que está induzindo a Telebrás a cumprir, neste momento, porque é exatamente o inverso do que aconteceu em outros tempos.

Concluindo, o Ministro falou de satélite, e nesse caso lembramos que pecado foi a privatização da nossa Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Embratel. Nós entregamos nossa tecnologia de satélites, estamos precisando de satélite agora e, há 15 anos, entregamos nossa tecnologia de satélite do Estado brasileiro para a iniciativa privada.

Em relação à banda larga há um claro mapa de exclusão. Eu conversava com o Dr. Rogério Santana e ele me falava da dificuldade em levar a banda larga para a outra margem do nosso grande rio. A margem esquerda da Região Amazônica tem enormes fronteiras naturais, por conta da floresta, e a própria fronteira concretamente colocada, as limitações impostas pelo rio Amazonas.

Careço de informações técnicas, Ministro, sobre informações se o satélite resolveria. Tenho dialogado muito sobre a tecnologia da fibra ótica e sobre a possibilidade de levarmos a fibra ótica para a margem esquerda do rio Amazonas e atendermos a parte do Estado do Pará, do Estado do Amazonas, o meu querido Estado do Amapá e o Estado de Roraima. Em especial porque esses Estados, o mapa que V. Exª mostrou apresenta concretamente isso. O Estado do Amapá e Roraima são os últimos Estados da Federação em cobertura de banda larga. E o Amapá tem o pior índice. Então é urgente.

E o trato que nós estamos reivindicando, com esses números e dados que V. Exª apresentou e que eu trago aqui, o trato que estamos reivindicando é a mesma questão da política nacional de deficientes. A política nacional não pode ser a política de coitadinhos, tem que ser a política de inclusão. É o mesmo trato que nós temos que reivindicar em relação à tecnologia, conhecimento, informação, desenvolvimento tecnológico para a Amazônia e para o Centro-Oeste. Nunca podem ser coitadinhos. Fazemos parte da Federação brasileira. Alguns desses Estados, como o Amapá e o querido Acre, do Senador Anibal, aqui presente, lutaram para entrar na Federação brasileira. Então, o trato em relação, por exemplo, à banda larga deve e necessita ser o trato da inclusão no desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Para concluir em definitivo, Ministro, quero tratar de outro aspecto que eu queria que fosse avaliado. Creio que o Ministério de Ciência e Tecnologia tem de, cada vez mais, trabalhar em coordenação com o Ministério da Educação. Há um critério do Ministério da Educação que me preocupa muito. Por exemplo, um dos critérios para realização de concursos públicos para ampliação de vagas do Ministério da Educação é o número de mestres e de doutores nas instituições de ensino superior. Ora, se há um mapa de exclusão

hoje, se há um número menor de mestres e de doutores em Estados como Amapá, Roraima, Acre, Rondônia e Amazonas, se mantivermos esse critério, o fosso, cada vez mais, será ampliado, e, daqui a quatro anos, em outra sabatina do Ministro de Ciência e Tecnologia, algum Senador chato e cricri, como eu, questionará por que o fosso continuou a aumentar. Então, creio que, concretamente, esse critério deve ser revisto.

Eu queria, nesse sentido, discutir com V. Exª qual a política para inverter esse enorme fosso existente hoje e quais as possibilidades de ampliarmos os programas de bolsas de pesquisa para os Estados – não falo dos pequenos Estados – que estão carentes de incentivo e de pesquisa científica e tecnológica.

Desculpe-me, Sr. Presidente, por ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga.

Ministro Aloizio Mercadante, é muito bom encontrá-lo num dia especial para a nação santista, que, ontem, conseguiu sobreviver no México. Estamos entre os oito finalistas da Taça Libertadores, os primeiros brasileiros a conseguir tal feito neste ano de 2011.

A fala do Ministro, para nós, da Amazônia, Senador Eduardo Braga, dá uma certa tranquilidade, porque o Ministro Aloizio Mercadante vai exatamente no xis da questão. Preservar a Amazônia, discutir sustentabilidade só tem sentido se a gente pensar do ponto de vista tecnológico, porque, sem investimento tecnológico na Amazônia, não há como a gente defender a floresta. Para defendermos a floresta, deverá haver uma solidariedade nacional, no sentido de nos proporcionar condições de acesso às tecnologias. Do contrário, vai ficar muito difícil, o nível de renda das pessoas não vai melhorar, vamos ficar numa situação bastante delicada.

Portanto, a mensagem que vem do Acre e do Amazonas é uma mensagem muito sintonizada, porque queremos uma economia de baixo carbono e de alta inclusão social e, para isso, dependemos fundamentalmente de um olhar solidário do Ministro da Ciência e Tecnologia nesse sentido.

O Senador Eduardo Braga foi muito feliz ao dizer que a Zona Franca de Manaus salvou milhares e milhares de hectares da floresta amazônica. Se não houvesse a Zona Franca de Manaus, com certeza, a pressão sobre a floresta teria sido muito maior. O Acre, nesse quesito, Ministro, tem um mérito a mais, porque desenvolveu políticas de preservação da floresta sem a sustentação tecnológica que Manaus tem, ou seja, somos aqueles voluntários que estamos lá, como os gauleses, fazendo enfrentamento a toda pressão contra o desmatamento sem ter uma Zona Franca como a de Manaus. Graças a Deus, nos seus últimos dias de governo, o Presidente Lula nos presenteou com a assinatura do decreto criando a nossa Zona de Processamento de Exportação. O Acre, neste momento, está habilitado para receber esses investimentos na linha tecnológica.

Então, eu queria pedir, aproveitando a oportunidade, Ministro Mercadante, que dê uma atenção especial à distribuição dessas plantas tecnológicas. Quem sabe se a gente não pode se somar ao Governador Tião Viana naquele esforço para introduzir um *call center* no Acre, que vai gerar milhares de empregos para jovens numa tecnologia facilmente implantável no Acre.

Outra coisa, nós temos, nessa zona de processamento de exportações, condição e legislação adaptadas com todos os incentivos possíveis para receber, quem sabe, uma indústria de montagem de componentes, que eu tenho certeza o Brasil vai trazer muitas delas no próxima período.

E São Paulo e o interior, com todo desenvolvimento tecnológico e toda pujança econômica que tem, não precisa mais de um investimento dessa magnitude do que o Estado do Acre ou mesmo Rondônia – Manaus eu deixaria um pouco à parte porque já foi bastante aquinhoado, Senador Eduardo Braga.

Fundamentalmente eu faria esse apelo ao Sr. Ministro porque, em relação à tecnologia de satélite ou de fibra ótica, nós tivemos também reuniões com as operadoras porque nós temos muitos problemas de acessibilidade no Acre. Os nossos Municípios, às vezes, não conseguem sequer prestar contas aos ministérios por ausência de acesso à Internet em determinados momentos para cumprir os prazos. É uma drama terrível. E as operadoras não têm cumprido também os contratos firmados. Elas dizem que isso se resolveriam com linha de transmissão em fibra ótica. Nós questionamos a respeito da necessidade de um satélite, ainda assim, nas reuniões que tivemos com a Oi, eles disseram que a fibra ótica tem maior eficiência que o satélite, a não ser... Mas, de qualquer maneira, para nós, sendo de uma forma ou de outra, o que a gente precisa é estar incluído no Plano Nacional de Banda Larga, porque a gente precisa de acessibilidade para poder proporcionar acesso ao conhecimento universal que está na rede internacional de computadores. E precisamos garantir essa inclusão para aquele povo amazônico que é muito isolado, as distâncias são muito grandes e a gente precisa estar integrado do ponto de vista tecnológico e esse nosso apelo aqui é no sentido de levar uma indústria de componentes, quem sabe,

montagem de *tablets* lá no nosso Acre, na nossa zona de processamento de exportações e o nome do nosso Ministro Mercadante vai entrar para a história com uma estátua imensa naquela nossa cidade lá, porque a gente precisa disso para se desenvolver e dar maiores possibilidades de vida para aquele nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar a palavra ao Ministro Aloizio Mercadante, que apenas queria dizer ao Senador Anibal que Amazonas e Acre estão unidos desde a retomada do território do Acre; para lá foram amazonenses dar a sua vida para que pudéssemos ver esse belo Estado hoje erguendo a bandeira brasileira.

Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante para suas considerações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Primeiro, com relação ao Senador Walter Pinheiro, eu só testemunha desde a época em que fomos parlamentares juntos, no período de 1998 a 2002, da profunda militância e dedicação que V. Exª sempre teve com a área de ciência, tecnologia e inovação e telecomunicações. Sempre teve um mandato muito direcionado, vem dessa área profissionalmente e sempre teve uma atenção e uma capacidade técnica que é muito importante para o País e, seguramente, será para o Senado Federal.

Então, a nossa disposição é sentar e discutir todas as áreas e todos os nosso projetos com profundidade para aproveitar a vivência e a competência de V. Exª. Eu concordo integralmente em relação à questão dos recursos humanos. E dei destaque aqui um pouco ao esforço que o Governo Lula fez – outros governos também procuraram fazer – no sentido de desconcentrar o sistema de pós-graduação e de formação de recursos humanos. Porque não se teria, e eu fico muito feliz de ver hoje a disputa em torno desses equipamentos e essa visão. Se isso for o centro da disputa política, nós criaremos um país bem melhor, porque esses são os portadores de futuro.

Senador Randolfe, quando, há sessenta anos, o Brigadeiro Montenegro criou o ITA, em São José dos Campos, não havia o parque industrial que São José dos Campos tem hoje. Mas eu tenho a absoluta convicção de que o ITA, a formação dos engenheiros há sessenta anos viabilizou a Embraer e, junto com ela, veio toda uma cadeia industrial, não só de aeropeças, mas depois a indústria automotiva, eletro-eletrônica, etc., porque havia ali uma mão de obra de excelência, havia um centro de pesquisas que propiciava a formação de recursos humanos estratégicos.

Se olharmos Campinas, a criação da Unicamp e a criação do CPQD foram decisivas – é verdade, há uma rede estradas, há a Bandeirantes, há a Anhanguera -, foram fundamentais para atrair o que é hoje uma espécie de Vale do Silício. Na realidade, não sou eu que indico onde a empresa vai investir, nem tenho capacidade para fazer isso; a decisão é da empresa; algumas dessas empresas, por exemplo, a ZTE, já estão há nove anos no Brasil; elas estão de Manaus a outros Estados. Eles vão decidir aquilo que for melhor, onde houver melhores condições.

O que o Governo pode fazer é tentar desconcentrar, dando estímulos compensatórios para se criarem outros polos econômicos. Mas há uma dinâmica econômica – o problema da logística, o acesso ao mercado, a mão de obra, infraestrutura, banda larga, energia –, e esses fatores vão pesar na decisão de qualquer investimento, dependendo do investimento.

Então, sou muito simpático a essa bandeira que V. Exª levanta, e acho que talvez um dos elementos mais importantes para desconcentrarmos renda e poder é desconcentrar o conhecimento no Brasil. E ele precede a geração de riqueza.

Certa vez aqui, fomos premiar estudantes da olimpíada de Matemática, e havia um jovem tetraplégico, Geraldo, do Ceará. O pai dele o levava de carrinho de mão para a aula, porque ele não tinha cadeira de rodas. Ele foi alfabetizado em casa, porque não tinha mobilidade. Ele já ganhou três ou quatro medalhas na olimpíada de Matemática e algumas outras medalhas. E perguntaram para ele: "O que você quer de prêmio agora, o que você espera com esses prêmios todos?" Ao que ele respondeu: "Eu queria a banda". Aí o repórter perguntou: "É banda de rock? Você gosta de banda de rock, banda de música?" O jovem respondeu: "Eu quero é banda larga, porque, lá no meu interior, não tem, e eu preciso de banda larga para poder me desenvolver".

Então, eu acho que essa é a agenda de futuro. Essa é uma disputa decisiva para o futuro das regiões, como foi o conhecimento. Por exemplo, se você for em Hortolândia, Senador Anibal, temos ali a IBM, que gera nove mil empregos. registra patentes e, só o ano passado, exportou U$650 milhões. O que exporta? *Call center*. Gestão de softwares e inovação. Então, você encontra ali jovens que falam diversas línguas, de mandarim a alemão, trabalhando nesses nichos. E não é um *call center* qualquer. É um call center qualificado, que está gerindo exportação de softwares e exportação de serviços a partir daquela região.

Na China, estivemos com o presidente da Academia Chinesa de Ciências, e há muitas áreas de intercâmbio. Estamos fazendo parceria na área de nanotecnologia, em várias outras áreas, inclusive no tocante à tecnologia de bambu, que é uma tecnologia desconhecida pelo Brasil e que eles usam com muita

expertise. A fibra do bambu é hoje usada em um monte de equipamentos, na construção civil, etc. E estamos fazendo a parte de tecnologia da informação. E uma das perguntas que eles nos fizeram foi por que a gente não desenvolvia mais a parte de exploração de *softwares*, de serviços em TI, porque eles disseram que têm grande interesse nisso e que o Brasil poderia ser um grande fornecedor desse serviço.

Hoje nós já precisamos de 70 mil programadores no mercado por ano. Essa demanda vai crescer fortemente. Então, eu vejo que, com banda larga, esses serviços podem se descentralizar, porque é um serviço que não é material, que não depende de outras condições de infraestrutura; é basicamente energia e banda larga. Assim, vejo com muita perspectiva de futuro esses setores.

Só queria fornecer um dado, Senador Randolfe: vou encaminhar a V. Exª o estudo que fizemos no âmbito do CGE sobre doutores do Brasil. É uma pesquisa detalhada sobre todas as profissões, sobre todas as regiões, sobre todos os Estados, sobre o que avançou, o que não avançou, o que aconteceu. Segundo os dados de que dispomos, em 1996, 1,4% dos doutores do Brasil estavam no Nordeste; em 2008, 9,7%. Quer dizer, houve um crescimento proporcional espetacular para o Nordeste. A Região Sudeste tinha 89,9% da formação dos doutores em 1996; em 2008, tinha 70,1%. Quer dizer, houve uma desconcentração. O sistema de pós-graduação foi construído tendo isso como uma das suas dimensões. E, além do problema de desconcentrar, temos de dar qualidade ao que desconcentramos. E aí estão incluídas necessidades de pesquisa, necessidade de bolsa de estudo, necessidade de programa, e atrair investimentos para dar sinergia a esse esforço que o País fez.

Senador Walter Pinheiro, em relação ao Orçamento, acho que temos uma sintonia muito grande com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, com o Ministro Paulo Bernardo, um programa de banda larga, no Ministério das Comunicações, com o Ministro Fernando Pimentel, no Midic, e principalmente a temos com o Presidente do BNDES, o Luciano, com o Presidente da Finep. Acho que existe uma visão muito integrada sobre os desafios da agenda. Em relação às dificuldades, mostrei que nossos desafios não são pequenos.

Em relação ao Orçamento, sinto que o Brasil precisa fazer um debate mais aprofundado sobre o que é ser como Nação. Objetivamente, nós, que estamos na vida pública, vemos que a demanda política imediata são os interesses básicos da população. Cito os prefeitos, emendas ao Orçamento. Há Ministérios muito mais ágeis e respondem de forma muito mais rápida à demanda.

Ciência, tecnologia e inovação são benefícios que não aparecem de forma imediata. Você formar um doutor, um jovem ou você gerar uma inovação importante não aparece de imediato.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – *(Intervenção fora do microfone*) (...) para aumentar o dinheirinho do CNPq.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Você sabe mais do que ninguém nesta Casa, e não conseguimos aumentar o orçamento do CNPq. Conseguimos triplicar a Capes, mas o CNPq, mantemos com os recursos do FNDCT, com essa demanda de bolsas de estudo de que estamos falando.

Então, acho que essa discussão a que alguns poucos Parlamentares se dedicaram nesta Casa precisa ganhar massa crítica porque, se não elegermos ciência, tecnologia e inovação como um eixo estruturante do desenvolvimento, vamos nos acomodar numa condição muito boa – o cenário é muito promissor –, num grande exportador de *commodities.* Vamos exportar muito alimento – já somos o segundo maior exportador do mundo; vamos exportar muito derivado de petróleo – seremos a sexta economia mundial, alguma coisa em torno disso; vamos exportar muito minério – já somos um grande exportador; e vai haver renda, inclusive, fiscal como os *royalties* do petróleo para distribuirmos para prefeitos, governadores e para criar uma sociedade bastante satisfeita e acomodada. Acho que será um erro histórico decisivo para o nosso projeto de futuro, mesmo porque o petróleo, o pré-sal, não é renovável. Precisamos aproveitar essa janela de oportunidade para criar a sociedade do conhecimento e para criar a liderança do Brasil, que já tem o conhecimento natural nos setores de alta e média tecnologia.

Quando olhamos a Europa e seu planejamento estratégico, a prioridade número um é que a Europa se transforme na maior plataforma da economia do conhecimento. Há, inclusive, em várias línguas o planejamento estratégico deles, que é o grande pacto de Lisboa. O diagnóstico é o seguinte: não temos matérias primas, não temos competitividade em outros setores, então, temos que ser o número um na economia do conhecimento. Acho que eles estão tentando construir esse caminho. O Brasil tem matéria prima, tem os recursos naturais, o Brasil tem o mercado crescente do ponto de vista do mercado de consumo de massa. O Brasil tem o bônus demográfico que eles não têm, o Brasil tem uma matriz energética limpa. Na França, senti o drama da sociedade alemã discutindo a questão da energia nuclear, porque 80% é energia nuclear. Na Alemanha, 37% é nuclear, e não há fontes alternativas capazes de suprir essa matriz energéticas. E nós temos 2%. Nossa matriz energética, em mais de 80%,

é hidrelétrica. E temos potencial eólico e solar. Você vai no *stand* de Hannover, *stand* de energia solar fotovoltaica e onde estão os grandes potenciais de solar? O Brasil é um dos grandes potenciais, pelo nível de solaridade que temos. Por tudo isso, o Brasil está num momento histórico – coloquei todas as condições – excepcional. Estamos num País com estabilidade política, econômica, em que se reduziram as contas públicas, a vulnerabilidades externa, o Brasil é um País credor hoje, com democracia, com mercado de consumo de massa, recuperando planejamento estratégico.

Agora, o risco que nós temos é uma acomodação como exportador de *commodities*, de matéria-prima. É um risco grande. Nós temos que eleger ciência e tecnologia como prioridade. E isso vai passar por uma disputa política grande no Orçamento e na coragem de enfrentar alguns setores empresariais, não contra eles, mas a favor deles, em diálogo com eles, mas numa outra visão do papel da indústria no Brasil. Nós não podemos ser um país que importa equipamentos e produz manufaturas. Nós temos que ser um país que inova; para ser competitivo no mundo a gente tem que inovar. E acho que a China é uma referência obrigatória neste debate, porque eles souberam adaptar tecnologia – no começo, eles só copiavam e faziam com baixo custo; mas hoje eles criam tecnologias, criam patentes e são a segunda economia do mundo. E nós somos a sétima.

Se nós mudarmos a nossa atitude em mais pesquisa e desenvolvimento e mais inovação, nós rapidamente vamos ser a quinta, e de uma forma sustentável e de longo prazo. E não porque houve a descoberta do pré-sal ou porque a agricultura vive um bom momento, ou porque o minério vive em um bom momento e nós somos complementar da Ásia. Nós temos um projeto de futuro.

Então, esse, para mim, é o maior desafio que temos pela frente, e acho que vai decisivo o esforço que precisamos fazer conjuntamente.

Em relação ao trem-bala, a Finep participou intensamente, o Ministério também, e aquela empresa pública, para ter transferência de tecnologia foi uma construção que ajudamos a patrocinar. E tudo o que estiver ao nosso alcance... e, preliminarmente, a pergunta é: o que vai transferir tecnologia? Onde vai arrumar recursos humanos novos? E onde tem empresa privada nacional ou pública de parceria para ter a transferência de tecnologia, porque botar no papel transferência de tecnologia é fácil; o problema é como você verifica, como é que você assegura. Se não tiver recursos humanos, se não tiver sócios e se não tiver mecanismos efetivos de P&D, de recursos e investimentos de P&D, a gente não consegue assegurar.

Então, estamos muito empenhados em dar esse salto.

Com relação a semicondutores, terminamos a fábrica do Citec, já foi entregue; estamos agora fazendo o *check-out* final lá para ver toda a parte de gases tóxicos, que é uma coisa muito sensível; e esperamos até junho a fábrica estar pronta, e esperamos em outubro iniciar o processo de produção e transferência de tecnologia, que vai demorar em torno de um ano e meio para a gente dominar essa tecnologia. Não é uma fábrica de ponta na área de tecnologia, é uma fábrica de perfil médio em relação a semicondutores. Mas é um aprendizado que temos que fazer, e como o setor de TI está crescendo muito no Brasil, acho que o setor privado também virá atrás – e nós temos algumas negociações em curso, que acho poderão dar um salto muito grande na área de semicondutores, que é uma área muito importante.

Em relação ao Fust – e o Senador Eduardo Braga também tratou deste assunto –, o projeto que aprovei aqui por unanimidade, passou por três Comissões, foi para a Câmara; quando iam votar teve problema, acho que era o cenário eleitoral. Após a eleição iam votar; não votaram...

Enfim, acho que a gente deveria colocar isso como prioridade; quer dizer, colocar o Fust para acelerar a inclusão digital, para fazer Banda Larga, para produzir material didático-pedagógico. Quer dizer, como é que nós vamos melhorar a escola pública? É evidente que é o professor. Mas uma forma de dar um salto é você permitir que o aluno tenha um *laptop*, tenha um *tablet*, e ele entre no portal ali e veja as aulas. Nas principais universidades americanas hoje a aula está disponibilizada na Internet. Você não pôde assistir a aula, mas ela está ali, é só entrar, está disponibilizada na Internet e você a assiste na hora que quiser. Portanto, você pode ter um portal com todas essas informações.

Nós estamos querendo criar isso na área de ciência e tecnologia. Por exemplo: o Currículo Lattes no Brasil não tinha a produção audiovisual dos professores. E a Internet é cada vem mais audiovisual. Então, nós estamos abrindo um campo ali para que toda a produção audiovisual seja considerada e seja publicada.

O nosso Currículo Lattes Inovação estava em Outros. E a nossa Plataforma Lattes é uma das mais avançadas, nós temos 2 milhões de currículos lá. E vários países estão copiando a tecnologia que desenvolvemos. Você consegue ver ali tudo o que a gente produz, tudo o que tem de doutor, de mestre etc.

Nós não tínhamos foco em estimular inovação. Nós estamos mudando esse dispositivo. Então, precisamos gerar uma nova atitude diante da rapidez que a História nos impõe. A questão não é ter Banda Lar-

ga; é ter logo; é ter *laptop* na mão dos alunos e jogar essa juventude na rede.

Fui visitar o Uruguai, o programa de banda larga. A cada ano, eles estão colocando em uma série; já estão na 5ª série. Todos os alunos com *laptop.* Entrei numa sala de aula, menininhos de 8 a 9 anos: "Você, quem é?". "Eu sou Senador." "Você tem um portal?" "Sim, eu tenho." E coloquei lá: mercadante.com.br. Aí ele disse: "É ele mesmo, é Senador..." Ele me perguntou se eu mandaria a foto para o *e-mail* dele e a colocaria no meu portal. Perguntaram sobre futebol: "Quem é o melhor jogador do Brasil?" Eu disse: "Neymar". E ele: "Nilmar?" "Nilmar, não; Neymar". Aí escrevi "Neymar". E eles viram que era jogador do Santos, time do Pelé etc. E começou uma brincadeira na sala de aula. Eles estavam tendo aula de pecuária. Havia um banco de dados, em que eles entravam, e nele havia desenhos, informações etc. Essa é a escola do futuro. Vão acabar livros e cadernos. O moleque vai com um *tablet*, que é o papel eletrônico, com toda a bibliografia de que ele precisa e fonte de consultas que ele vai precisar fazer. Então, nós temos que avançar nisso. Não é possível o Brasil, com os recursos que tem, não entender isso! É prioridade número um.

Nós temos que colocar esses 69 milhões de alunos no século XXI. Vamos começar na 1ª série, depois passamos para a 2ª série e assim por diante. Mas não dá para não colocar isso como prioridade estratégica. É só olhar o que a União Europeia está fazendo. É só olhar o que países estão fazendo. E estou pegando o caso do Uruguai, que é um país que não tem o nosso orçamento, mas que sempre teve uma educação melhor que a nossa. Como o Uruguai não tem matérias-primas e não pode se acomodar em ser um exportador de *commodities*, ele é obrigado a desenvolver, porque eles sabem que não têm chance. Como nós estamos num momento de abundância, os preços estão excelentes e o Brasil vai muito bem, melhorou a macroeconomia, melhorou a estabilidade, mercado de consumo, distribuição de renda, o risco deste País é se acomodar nisso. Por isso, essa é uma questão absolutamente estratégica.

E do nosso Ministério, a RNP chega ao Amapá. A universidade tem banda larga pelo Ministério. Agora, é totalmente insuficiente para dar o salto.

O melhor caminho para banda larga é a fibra ótica. Mas nós não conseguiremos chegar aos pequenos Municípios da Amazônia tão cedo, com fibra ótica; não há como. Não há pela complexidade da floresta, pelo custo. O setor privado não vai fazer, e o setor público não tem força para fazer. Nós podemos chegar à capital, podemos chegar às cidades médias – essas seguramente poderão ter. Mas aos pequenos Municípios, à população ribeirinha, àquelas famílias que vivem ao longo do rio, que são as estradas da região, como se vai chegar com fibra ótica? Não se vai chegar. Então, nós precisamos fazer o programa de fibra ótica e usar o *wireless*, usar o satélite público aberto. Quer dizer, não tem custo, porque, se colocarmos com custo empresarial, será impossível viabilizar essas comunidades. E essas comunidades na Internet terão mais informação, mais serviço, mais oportunidade, terão menos desmatamento, mais geração de valor.

O nosso Presidente da Agência Espacial, nós estamos conversando com a Telebrás e buscando desenhar o Inpe/Telebrás em nosso Ministério, tentando desenhar essa proposta. Mas hoje, objetivamente, para o nosso programa espacial faltam recursos para tocar apenas o que já temos, para colocar o CBERS-3 e 4 no ar, para terminar o VLS – vamos fazer um teste do nosso Veículo Lançador de Satélites no ano que vem. Fizemos um foguete de curto alcance, de pouca carga, que, para a área meteorológica, é um sucesso; fizemos 7 lançamentos este ano em parceria com a Alemanha. Lançamos o último no dia 29 de março na Suécia. Então, nós temos uma série de desafios muito grandes ali. Com a Ucrânia, faltam recursos nossos e deles para cumprir o calendário do cyclone, que é o foguete para lançar 2 mil quilos.

Nós poderíamos nos dedicar, priorizar esse projeto, e a sugestão que eu faço é: vamos conversar com outros países da Amazônia, Venezuela, Colômbia, Peru, quer dizer, se algum desses países entrarem junto nesse projeto, nós reduziremos o custo, agilizaremos o processo e viabilizaremos uma resposta rápida e ágil. A Venezuela lançou com a Rússia, etc., mas não com esse papel. Não cumpre esse papel .

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ministro, lembremos que a França está na Amazônia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – E lança os foguetes deles de lá. Cinqüenta e três por cento dos foguetes são lançados hoje da Amazônia e a Guiana. E a nossa base é mais competitiva do que a deles. Mas de qualquer forma, podemos conversar com a França, com a Guiana.

Acho que essa é uma agenda muito importante para a região, cara, mas é um projeto que nós poderíamos dar um grande salto em termos de possibilidade.

Em relação à Lei da Informática, o Presidente fez a sugestão de nós criarmos um grupo de trabalho da Comissão com o Ministério. Com relação à coordenação lá no Ministério, a minha sugestão é que seja o nosso Secretário Executivo Luiz Antonio Elias e poderia participar o Rolf, que é assessor parlamentar, e o

Marcos Vinícius, nosso diretor da FINEP. Os três poderiam fazer a contraparte para pegarmos a agenda e desenvolver todas as parcerias legislativas.

O Programa de Inclusão Digital com Copa do Mundo e Olimpíadas e com esse mercado no qual já somos o terceiro do mundo, poderíamos dar um salto extraordinário. É por isso que as empresas estão vindo para cá e nós precisamos fazer isso.

Em relação aos *tablets* quero chamar a atenção de uma questão. Vamos ter uma concorrência muito grande. As empresas estão vindo para esse novo produto. É uma inovação de ruptura. Essas outras empresas vão ter que vender e produzir no Brasil. Nós precisamos , nesse momento, é não aceitar apenas a ideia de ter uma indústria integradora. Precisamos ter uma indústria que verticalize a produção e produza todos os equipamentos da cadeia produtiva. Isso sim, é um salto extraordinário.

Queria propor ao Senador Eduardo Braga, principalmente à Amazônia, que pensássemos na criação de um banco de germoplasma para nossa biodiversidade agrícola. E nós estamos também desenvolvendo no Ministério um Projeto de Wikiflora, colocar nossa biodiversidade da flora da Amazônia, na Internet e fazer uma enciclopédia da biodiversidade, com critérios científicos. Estamos estudando esse projeto, vamos ter um programa em termos de biodiversidade . Isso seria um instrumento relativamente barato que melhoria a qualidade da apresentação da riqueza da nossa biodiversidade.

Em relação ao Senador Randolfe agradeço as palavras, elas são muito motivadoras . Vamos fazer esse aprofundamento da agenda da pós-graduação. O senhor vai ter no nosso Ministério um parceiro estratégico para essa agenda da banda larga, inclusão digital e tudo que se refere à ciência e tecnologia no Amapá.

O Senador Aníbal colocou, o Senador Eduardo Braga, e outros, que nós precisamos ter um foco e é uma das prioridades do Carlos Nobre. Ele não só foi do Inpe do CPTEC e coordena o sistema de desastre naturais, como também trabalhou na Amazônia por muito tempo. Toda a produção intelectual dele foi sobre a Amazônia. E um dos compromissos dele ter vindo para o Ministério é buscarmos não só dele, mas de toda a equipe. Quer dizer, a questão da sustentabilidade ambiental e do papel da Amazônia é um tema transversal . É um tema que perpassa todas as políticas do Ministério, é um eixo estruturante. Então o nosso foco é agregar valor à biodiversidade da Amazônia, é parque tecnológico, incubadora de base tecnológica, são serviços novos de ponta, porque aí a logística não é importante. Por isso que vejo como muito promissora esta oportunidade. Estou indo para o Acre a convite do Senador Tião Viana, estaremos inaugurando alguns projetos na área de inovação tecnológica e vejo com muita simpatia essa possibilidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Mercadante, duas informações importantes sobre isso. Primeiro com relação aos *tablets*, é claro que ainda não tínhamos esse possibilidade no passado. No ano passado foram distribuídos no Acre 7 mil *netbooks* para a rede pública, destinados aos alunos concludentes do segundo grau, já como premiação e preparação para a disputa à faculdade.

O segundo é relativo à tecnologia de piscicultura. Trouxemos o que há de melhor no Brasil e estamos investindo alto, no sentido de produzir muito pescado, com alta tecnologia, nos próximos quatro anos no Acre.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Vejo esse setor como um setor muito promissor, porque essa indústria da pesca predatória nos oceanos não tem longevidade. Será preciso gerar, produzir e desenvolver.

Cito, por exemplo, a comercialização do Tambaqui. A pesquisa que identificou que o Tambaqui, com 800g ou com 900g, começa a perder viabilidade econômica na conversão de ração para proteína foi feita pelos chineses, não pelos nossos centros de pesquisa. Os chineses é que pesquisaram o Tambaqui e que descobriram que, se o Tambaqui tiver até 900g, a taxa de conversão ração/proteína é eficiente e competitiva e que, a partir dali, ele perde competitividade para outras espécies, como a Tilápia ou Saint Peter e outras espécies de outras regiões. Então, os chineses estão produzindo Tambaqui e Pirarucu e os estão comercializando. Temos de andar mais rápido do ponto de vista desse patrimônio que temos, desse ambiente que temos e da capacidade que temos de produzir. Então, temos de olhar isso com muita atenção. E a Zona de Processamento de Exportação focada na matéria-prima da Amazônia é uma bela possibilidade.

Para terminar, quero dizer que, amanhã, faremos a primeira reunião da Comissão Ciência do Futuro. Criamos uma comissão para assessorar o Ministério, para pensar um pouco nessa agenda de longo prazo. Ela vai ser presidida pelo neurocientista Nicolelis. Estamos contando com cientistas de várias áreas. Com isso, teremos liberdade e poderemos pensar uma agenda de longo prazo, trazendo parte da comunidade para essa reflexão.

Estamos convocando também o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que formula a política, para discutir o nosso PACTI 2, para fazer um grande debate. É presidido pela Presidenta Dilma.

Sinto que o País está se conscientizando. Espero que também os meios de comunicação participem

ativamente desse esforço, para que a gente coloque a ciência, a tecnologia e a inovação na ordem do dia do povo brasileiro. Vejo isso como um desafio de todos, absolutamente decisivo para termos um futuro melhor.

Muito obrigado.

Estamos sempre à disposição no Ministério, para trabalhar com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Queremos agradecer ao nosso sempre Senador Aloizio Mercadante, Ministro de Ciência e Tecnologia.

Antes de encerrar esta reunião, como foi autorizado pelo Plenário, eu gostaria de colocar em votação o requerimento que aprova audiências públicas para a Jornada pela Inovação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu convocaria uma reunião extraordinária da nossa Comissão, se for consenso no nosso plenário, para deliberarmos, amanhã, sobre o relatório da comissão estabelecida para tratar de nova proposta no combate ao efeito dos laranjas nas outorgas e renovações de outorgas e concessões dos meios de comunicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 13 horas e 03 minutos.)



Edição de hoje: 832 páginas
OS: 2011/12580